

Segunda edição ampliada

Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos



MAIS DE 270 TEMAS PARA (RE)PENSAR O BEM-ESTAR

ORGANIZADOR

Marcos Paulo Dhein Griebeler

**Editora
Conceito**
desde 1998

**DICIONÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TEMAS CORRELATOS**

Versão Revisada e Ampliada

MARCOS PAULO DHEIN GRIEBELER
Organizador

DICIONÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TEMAS CORRELATOS

Versão Revisada e Ampliada

Editora Conceito | 2ª edição | Uruguaiiana | 2021

© do autor

DICIONÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TEMAS CORRELATOS

Organização: Marcos Paulo Dhein Griebeler

Edição: Cezar Brites

Revisão: Vergara Santos Traduções e Revisão de Texto

Arte Capa: Araci F. P. Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos [livro eletrônico] / Marcos Paulo Dhein Griebeler, organizador. -- 2. ed. rev. e ampl. -- Uruguaiana, RS : Editora Conceito, 2021. PDF

ISBN 978-65-87879-10-9

1. Desenvolvimento regional 2. Desenvolvimento regional - Dicionários I. Griebeler, Marcos Paulo Dhein.

21-75351

CDD-338.9003

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento regional : Dicionários 338.9003

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

DOI: <https://doi.org/10.29327/539846>

Todos os direitos de publicação reservados à Editora Conceito. Não é permitida a reprodução total ou parcial deste volume, sob quaisquer meios (eletrônico, digital ou mecânico), sem permissão expressa dos autores.

Impresso no Brasil, 2021.

EDITORA CONCEITO

Rua Dr. Maia, 2673/04 - Uruguaiana - RS (55) 98414-4505
www.editoraconceito.com.br editoraconceito@yahoo.com.br

CONSELHO EDITORIAL

- Adelar Francisco Baggio (UNIJUI)
- Almir Arantes (UNEMAT)
- Alessandra Troian (UNIPAMPA)
- Carlos Alberto Diehl (UNISINOS)
- Carlos Fernando Jung (FACCAT)
- Cidonea Machado Deponti (UNISC)
- Claudionor Guedes Laimer (Faculdade Meridional – IMED)
- Daniel Knebel Baggio (UNIJUI)
- Daniel Luciano Gevehr (FACCAT)
- Daniel Pacheco Lacerda (UNISINOS)
- Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUI)
- Dilani Silveira Bassan (FACCAT)
- Egon Roque Fröhlich (FACCAT)
- Enise Barth (Universidade Federal da Fronteira Sul)
- Fernando Luis Gache (Universidad Tecnológica Nacional – Buenos Aires)
- Gerd Wassenberg (UNIJUI)
- Hugo René Gorgone (Universidad Tecnológica Nacional – Buenos Aires)
- Iván Gerardo Peyré Tartaruga (Universidade do Porto – Portugal)
- João Carlos Bugs (UNISC)
- Josirene Candido Londero (Centro de Ensino Superior Dom Alberto)
- Lurdes Marlene Seide Froemming (UNIJUI)
- Marcela Guimarães e Silva (UNIPAMPA)
- Marco André Cadoná (UNISC)
- Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT)
- Mario Riedl (FACCAT)
- Martin Coy (Universität Innsbruck - Austria)
- Natalício Pereira Lacerda (UNEMAT)
- Roberto Tadeu Ramos Moraes (FACCAT)
- Ronaldo Sérgio da Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais)
- Rut Maria Friedrich Marquette (Universidade de Trás-os-Montes- Alta Douro, UTAD, Portugal)
- Silvio Cezar Arend (UNISC)
- Soraya Tanure (UFRGS)
- Tiago Costa Martins (UNIPAMPA)
- Vera Lucia Spacil Raddatz (UNIJUI)
- Viviane Rossato Laimer (Universidade Federal Fronteira Sul/Faculdades Anhanguera Educacional)

SUMÁRIO

Prefácio | 12

VERBETES

Abordagem das Capacidades (*Capability Approach*) | 17

Abordagem Territorial | 20

Agenda 2030 | 25

Agentes do Desenvolvimento Territorial | 30

Aglomeración de Empresas | 32

Agricultura Familiar | 34

Agroecologia | 38

Agronegócio | 42

Alienação no Trabalho | 45

Análise Regional | 49

Antropoceno | 53

Apoio Social | 57

Arranjo Produtivo Local (APL) | 60

Assentamentos Rurais | 63

Assentamentos Urbanos | 68

Ativos e Recursos Territoriais | 71

Atores Sociais | 74

Atores Sociais Rurais | 79

Avaliação de Políticas Públicas | 84

Base Alimentar | 88

Bens Comuns | 92

Biopolíticas e Desenvolvimento Sustentável | 94

Branding de Território | 96

Cadeias Curtas Agroalimentares | 100

Cadeias Produtivas | 103

Capital Cultural | 105

Capital Humano | 108

Capital Natural | 112

Capital Social | 115

Celso Furtado: federalismo, planejamento e desigualdades regionais | 119

Cidadania | 123

Cidade Inteligente | 125

Cidade Média | 127

Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional | 129

Ciência Regional | 132

Comercialização Digital na Agricultura Familiar | 135
Competência | 141
Competitividade Regional | 142
Comunicação e Cultura Organizacional | 145
Comunicação e Desenvolvimento | 147
Comunicação Social | 150
Condicionantes do Desenvolvimento | 152
Conservação Ambiental e Preservação Ambiental | 156
Consumo Alimentar | 160
Contabilidade Ambiental | 165
Conurbação | 167
Cooperação Territorial | 169
Cooperativismo | 175
Crise Climática | 180
Cultura Imaterial | 184
Cultura Indígena, Diversidade e Interculturalidade | 188
Cultura Material | 192
Democracia Econômica | 196
Demografia | 199
Denominação de Origem | 202
Desenvolvimento | 204
Desenvolvimento Cooperativo | 206
Desenvolvimento Corporativo | 210
Desenvolvimento de Regiões de Fronteira | 214
Desenvolvimento Desigual | 218
Desenvolvimento Econômico | 222
Desenvolvimento Local | 224
Desenvolvimento Regional | 228
Desenvolvimento Rural | 230
Desenvolvimento Social | 233
Desenvolvimento Socioespacial | 236
Desenvolvimento Sustentável | 237
Desenvolvimento Territorial | 239
Desenvolvimento Urbano | 243
Desertificação | 245
Desigualdades e Diversidades Regionais | 249
Dietas Saudáveis | 252
Difusão Espacial | 256
Direitos humanos | 258
Direitos Humanos e Desenvolvimento | 262

Diversificação Produtiva | 264
Dumping Social | 267
Ecodesenvolvimento | 271
Ecoinoações | 275
Ecologia | 279
Economia Criativa | 281
Economia da Cultura | 285
Economia Ecológica | 290
Economia Informal | 296
Economia Internacional | 298
Economia Regional | 301
Economia Solidária | 303
Economia Sustentável | 306
Economia Verde | 309
Ecossistema | 312
Educação Ambiental | 315
Educação e Cultura dos povos indígenas no Chile | 317
Educação para o Desenvolvimento: Possíveis Imbricações | 321
Educomunicação | 325
Emprego | 328
Emprego Informal | 332
Envelhecimento Rural | 335
Epistemologia | 339
Escalas Regionais | 342
Espaço Agrário | 345
Estresse no Trabalho | 348
Estrutura Produtiva | 351
Etnia | 354
Evidenciação Ambiental | 357
Extensão Universitária | 364
Fake News | 366
Fatores Edafoclimáticos | 368
Finanças Comportamentais | 370
Finanças Públicas | 373
Fronteira | 375
Fronteiras Agrícolas | 379
Gênero | 383
Gentrificação | 387
Geodiversidade | 390
Geografia Agrária | 394

Geografia Cultural | 397
Geografia da Vulnerabilidade | 399
Geografia das Indústrias | 402
Geografia das Transições de Sustentabilidade | 404
Geografia Econômica | 408
Geografia Física | 411
Geografia Humana | 415
Geografia Política | 418
Geografia Urbana | 424
Geoprocessamento | 426
Gestão Ambiental | 430
Gestão da Inovação | 433
Gestão de Projetos Regionais | 436
Gestão de Redes de Cooperativas | 438
Gestão de Serviços | 441
Gestão Humanizada | 446
Gestão Pública | 450
Globalização | 453
Governança | 457
Governança Cooperativa | 462
Governança da integração fronteiriça entre Argentina e Brasil | 468
Governança Territorial | 472
Habitus | 475
Hipótese de Paraísos de Poluição | 479
Impactos Ambientais | 483
Inclusão Social | 485
Indicação de Procedência | 487
Indicação Geográfica | 489
Indicadores Ambientais | 493
Indicadores Sociais | 597
Inovação | 502
Inovação Inclusiva | 505
Inovação social | 508
Intensidade do Trabalho | 510
Interação entre Cooperativismo e Desenvolvimento Regional | 515
Intervenção para o Desenvolvimento | 520
Jornada Laborais | 524
Lobby | 528
Logística Reversa | 532
Lugar | 535

Lugar de Memória | 538
Marketing Ambiental | 541
Marketing Cultural | 543
Marketing de Lugares | 545
Marketing Territorial | 547
Memória | 550
Mercado de Trabalho | 554
Mercados Alimentares | 558
Metodologia da Pesquisa | 563
Métodos para a Sustentabilidade Ambiental | 565
Metropolização | 570
Mídias Sociais e Desenvolvimento | 572
Migração Interna | 575
Migrantes Sazonais | 580
Miséria | 584
Mobilidade Social | 587
Modelos de Desenvolvimento de Produtos | 590
Modelos Explicativos | 596
Modernização | 598
Monitoramento de Políticas Públicas | 601
Movimentos Sociais | 605
Mudanças Climáticas | 609
Neoextrativismo | 612
Nomes de Domínio (*Domain Names*) | 615
Núcleo de Inovação Tecnológica | 618
Ordenamento Territorial | 623
Organização do Espaço | 626
Paisagem | 630
Paleoclimatologia | 632
Pandemia | 635
Paradigma | 637
Parcerias | 639
Participação Popular | 642
Patentes | 644
Patrimônio Cultural | 647
Patrimônio Territorial | 651
Pegada Ecológica | 656
Pensamento Estratégico | 658
Planejamento Ambiental | 660
Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional | 663

Planejamento Estratégico Situacional | 666
Planejamento Urbano e Regional | 668
Plano Diretor | 672
Plataforma Digital | 675
Pluriatividade | 680
Pobreza | 682
Poder Simbólico | 691
Polarização | 693
Políticas de Trabalho | 695
Políticas para o Desenvolvimento Regional | 698
Políticas Públicas | 703
Políticas Públicas de Habitação | 708
Polos de Inovação Tecnológica | 713
Positivismo | 718
Precarização do Trabalho | 721
Processo Produtivo | 725
Produção Limpa (Produção + Limpa) | 728
Produção Orgânica | 730
Produtividade | 733
Propriedade Industrial | 735
Propriedade Intelectual | 738
Proteção de Dados Pessoais | 741
Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) | 743
Qualificação Profissional | 744
Quociente Locacional | 748
Racismo Estrutural | 751
Realidade Virtual (Imersão e Efeito de Presença) | 754
Rebatimento Espacial | 758
Recessão Econômica | 762
Recursos Naturais | 764
Redes Agroalimentares Alternativas | 768
Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação | 771
Reflorestamento | 777
Reforma Agrária | 779
Região | 782
Regionalismo e Relações Internacionais | 786
Renda Mínima e Renda Básica | 789
Resiliência | 792
Responsabilidade Social Corporativa | 797
Saneamento Básico e Ambiental | 800
Segurança Alimentar | 804

Seguro-Desemprego | 806
Signos Distintivos Territoriais | 810
Simulação Organizacional | 814
Sindemia | 816
Síndrome de Burnout | 819
Sistema de Qualidade | 823
Sistema Produtivo Local | 825
Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) | 827
Sistemas de Inovação | 831
Sistemas Territoriais de Produção | 836
Sociologia Rural | 840
Tecnocultura | 844
Tecnologia | 847
Tecnologias Sociais | 853
Teoria da Base de Exportação (TBE) | 858
Terceirização | 862
Terciarização | 865
Território | 867
Território Rural | 869
Tipos de Desemprego | 872
Trabalho Online (Teletrabalho) | 875
Tradição | 879
Transferência de Renda | 882
Transferência de Tecnologias em Gestão Social | 886
Transições Sociotécnicas | 888
Transparência Governamental | 892
Turismo Rural | 895
Universidade, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento | 898
Urbanização | 901
Uso da Água | 903
Uso do Solo | 906
Valor Agregado | 909
Violência Contra a Mulher | 913
Visão Sistêmica | 916
Vulnerabilidade | 919
Xenofobia | 923
Zoneamento Ambiental | 926

Lista de autores | 930
Índice Remissivo | 945

PREFÁCIO 2ª Edição

A temática sobre o Desenvolvimento Regional tem sido motivo de uma crescente preocupação nos últimos anos. Em especial, destaca-se que este é um motivo premente no meio acadêmico, com a criação de diversos programas de pós-graduação (como o Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS, em vigência desde 2013), os quais se propõem em estudar com maior profundidade este assunto. Ou ainda, pela parte do Governo Federal de outrora, desde o estabelecimento de políticas públicas para a redução das desigualdades regionais. Talvez o destaque mais recente esteja representado pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, em vigor no Brasil desde 2007 e atualmente (maio/2021) chamada de PNDR II (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>).

Entretanto, a preocupação também perpassa por outras áreas do Conhecimento (tais como a Filosofia, a Economia, a Psicologia, a Saúde, a Gestão, a Ecologia, a Geografia e a História, por exemplo) e que possuem uma relação intrínseca com o desenvolvimento regional, mesmo que para muitos isso não signifique uma ligação efetiva com as condições de vida da população. Porém, o Brasil, em especial, possui inúmeros desafios nos mais diversos âmbitos: desemprego, recessão econômica, desigualdade social, degradação do meio ambiente e a corrupção que predomina em determinados espaços, sejam eles públicos ou privados.

Somado a isso, a Pandemia de COVID-19 trouxe uma realidade desconhecida para muitos ainda que se pautam pelo seu modo de vida acerca de como acontece a dinâmica dos fenômenos diários. Decisões ideológicas sem embasamento científico revelam a superficialidade com que se trata a vida das pessoas. Isso contribui para um prejuízo à cidadania e a uma piora nos índices de qualidade de vida, uma vez que manter-se saudável é condição essencial para o bem-estar, seja ele individual ou coletivo.

Contudo, verifica-se que apesar de ser destaque na produção de minérios e de alimentos, o Brasil ainda possui amarras invisíveis para muitos e que traduzem sua inoperância em prol do desenvolvimento, ao se ter por base a ausência de moradias, de água potável e de energia elétrica. Da mesma forma, a dificuldade de compreensão por parte de muitas pessoas que não tem o hábito de ler, ou mais agravante ainda, não possuem acesso a uma educação de qualidade, apesar de ter vontade e iniciativa, o que leva a uma exclusão neste âmbito. Entretanto, verifica-se ainda que dada a ausência de recursos com amplitude de ação para este elemento transformador ser adquirido para a ascensão pessoal e profissio-

nal das pessoas, o cenário contemporâneo revela que a prioridade educacional é um item ainda pouco fomentado no Brasil.

Deste modo, a desigualdade não se expressa apenas na renda, como também na relação do acesso aos serviços básicos (saúde e educação como pontos de destaque pela Pandemia) e que estão garantidos na Constituição, mas não extensivos a todos os municípios.

Ao mesmo tempo, o entendimento de que todos possuem um padrão tecnológico adequado (computador, rede de *internet* e/ou celular, por exemplo) para trabalhar, demonstra que a realidade é virtual neste caso, pois aquilo que é acessível em poucos cliques para alguns, a outros jamais esteve ou estará acessível. Na mesma linha, frente ao quadro de desemprego, acentuado pelo novo contexto, ele revela que para muitas organizações, o valor humano significa o quanto se consegue ganhar com o trabalho desempenhado e a isso, o classificam como sendo seu grau de qualidade de vida. Em outras palavras, o desemprego ou o excesso de trabalho pode se tornar uma questão de saúde mental.

Outrossim, quando se pensa em desenvolvimento é precioso estabelecer que ele diz respeito a uma perspectiva ontológica, ou seja, condiz ao *modus vivendi* do ser humano. Em outras palavras, para se ter um resultado visível e compreensível, são as pessoas que irão perceber o que lhes acontece, suas necessidades e seus propósitos. Uma manada de elefantes buscará a sua sobrevivência a partir do seu instinto. Da mesma forma, uma árvore buscará os nutrientes necessários para que cresça e produza frutos, por exemplo.

No caso das pessoas, é preciso ter em mente que o desenvolvimento em si apenas terá sentido se a ele for agregada alguma qualificação que expresse resultados que visam melhorar as condições de vida (longevidade, moradia, saúde, alimentação, educação, trabalho, dentre outros itens) tanto no meio rural como no urbano. Contudo, sabe-se que isso pode demorar mais em determinados locais, ou, sequer acontecer, dada as inúmeras barreiras que existem na execução das ações que visam a mudança social em um país continental como no caso do Brasil em que existem realidades distintas, assim como potencialidades e desafios complexos em seu território.

Como reforço, na atualidade a população global também vive uma era de desafios. Inserida em um sistema linear de padrões que demanda atenção, é preciso que sejam considerados todos os elementos, sempre respeitando (mas ainda para muitos, impossível), *a priori*, os limites da natureza, a fim de que se possa melhorar a vida das pessoas. Elementos que buscam comprovar isso são os inúmeros estudos que vem sendo divulgados ao longo dos anos, tais como o Índice de Felicidade Bruta – FIB (*Gross National Happiness* – GNH – <https://www.grossnationalhappiness.com/>) , o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>).

Além disso, a evidência de uma preocupação global com a melhora da qualidade de vida das pessoas é reforçada em 2015, a partir do estabelecimento dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Social (ODS – <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>), que possuem sua origem nos Oito Objetivos do Milênio (2000-2015). Todavia, estes são apenas alguns de muitos estudos que, em síntese, buscam expressar a realidade encontrada nos mais diversos espaços ocupados pelo homem na Terra.

Nesse sentido, foram pensados diversos assuntos que envolvem o cotidiano das pessoas na sociedade contemporânea e é preciso destacar ainda que muitos deles não puderam ser explanados nesta obra, seja pela impossibilidade de colegas em redigi-los dadas suas atividades profissionais, ou ainda, pela escolha dos temas, que alguns poderão entender que outros em dada percepção, estão ausentes.

De qualquer forma, buscou-se reunir um conjunto de pesquisadores, os quais oportunamente, poderão ser contatados por seus respectivos *e-mails*, que se encontram ao final da obra em caso de sugestões, dúvidas ou ainda pela busca por maiores referências por parte do leitor.

Como resultado inicial, em 2017 foi lançada a primeira versão deste livro. Contudo, a dinamicidade de temas se faz necessária para ser mais amplamente evidenciada e com isso, reforçar a necessidade de não divorciar a teoria da prática. Por isso, entende-se que o **“DICIONÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TEMAS CORRELATOS – VERSÃO REVISADA E AMPLIADA”** cumpre com a função de ser uma fonte de consulta e de informação, tanto para a comunidade acadêmica como para o público em geral. Isto porque, frente ao atual cenário, complexo e mutável, é fundamental que se possa identificar e entender de maneira objetiva como se apresentam alguns dos fatores que influenciam nas condições de vida da população mundial e brasileira.

Por conseguinte, é importante ressaltar que o conjunto de participantes redigiu para esta oportunidade 272 verbetes, a fim de que fosse possível contribuir na exposição e na compreensão de assuntos que para muitas pessoas, por vezes, não são conhecidos em seu cotidiano.

Em termos de reconhecimento pela atenção recebida nos mais diversos sentidos, gostaria de expressar nestas linhas finais do prefácio um sincero agradecimento ao Professor Dr. Mario Riedl, coautor da primeira versão do dicionário e ao Professor José Odelson Schneider (1937-2020), que infelizmente faleceu no ano passado, mas que permanece conosco por sua contribuição tão essencial e representada pelo verbete “Economia Solidária”.

Por fim, um reconhecimento de dinamismo, objetividade e companheirismo a todos os outros 130 colegas, professores e profissionais liberais do Brasil, da

Argentina, do Chile, do Uruguai e do Equador, os quais, a partir de suas respectivas áreas de atuação, prontamente aceitaram o convite para integrarem este dicionário.

Desta forma, car@s leitores, fica aqui o registro público de que sem eles não seria possível ter acesso ao conhecimento presente nas próximas páginas.

Votos de uma ótima leitura.

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Organizador
Maio de 2021

VERBETES

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES (*CAPABILITY APPROACH*)

Airton Adelar Mueller



Trata-se de um conjunto de pressupostos e proposições relativas à noção de desenvolvimento socioeconômico construída ao longo da obra do ganhador do Prêmio Nobel de economia de 1998, o indiano Amartya Kumar Sen. Suas ideias, dentre outras, embasam a noção de Desenvolvimento Humano e, desta forma, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e o Relatório de Desenvolvimento Humano, adotados na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A Abordagem das Capacidades é constituída de três conceitos-chave: o de Funcionamentos (*functionings*), o próprio conceito de Capacidades (*capabilities*) e o de Agência (*agency*).

Funcionamentos são as efetivações, as conquistas de uma pessoa, aquilo que ela consegue efetivamente fazer ou ser (ex. ser saudável, estar bem nutrida, ser alfabetizada, etc.). Já as Capacidades refletem as distintas possibilidades de um indivíduo alcançar distintos Funcionamentos. Ou seja, as capacidades contêm uma noção de liberdades no sentido positivo, uma noção de quais são as oportunidades reais que uma pessoa tem para viver de modo que lhe convenha. Imaginemos que duas pessoas possuam o mesmo grau de instrução. Se, por exemplo, ambas cursaram apenas o ensino secundário, elas atingiram o mesmo grau de realizações (*functionings*). Entretanto, uma pode ter optado por isso, enquanto a outra, por uma série de motivos, pode nem mesmo ter tido a oportunidade de ingressar no ensino superior. Apesar de ambas possuírem o mesmo grau de Funcionamentos, a segunda pessoa não teve o mesmo grau de liberdade que a primeira para fazer aquilo que talvez lhe parecera mais importante. Embora os Funcionamentos possam ser iguais, o grau de oportunidades reais – as Capacidades – destes indivíduos se mostra distinto. Neste sentido, o bem-estar de uma pessoa, segundo a abordagem de Sen, não consiste somente naquilo que ela consegue realizar e atingir, mas também nas oportunidades reais de atingir realizações diferentes daquelas que efetivamente tenha atingido.

Capacidades, oportunidades reais e liberdades podem ser tomados como sinônimos dentro do seu constructo e são representativas do próprio conceito de desenvolvimento. Daí sua bastante conhecida noção de desenvolvimento como liberdade. Ter mais liberdades é ser mais desenvolvido e vice-versa. Quanto maior é o leque de capacidades (oportunidades reais) disponível a um indivíduo, maior tende a ser seu bem-estar e mais desenvolvida é uma sociedade. Deste modo, a Abordagem das Capacidades não é uma teoria propriamente dita, é sim uma proposição segundo a qual os arranjos sociais devam/possam ser avali-

ados. Ou seja, avaliá-los de acordo com as distintas realizações e distintos graus de Liberdade que as pessoas têm, ou não têm, para buscar e alcançar aquilo que valorizam.

Tanto os Funcionamentos quanto as Capacidades podem ser indicadores de desenvolvimento. Entretanto, Sen defende que especialmente as Capacidades devam ser levadas em consideração quando se avalia o bem-estar individual e coletivo. Ademais, tratar de desenvolvimento no âmbito da Abordagem das Capacidades requer que atentemos à clara distinção entre fins e meios e ao invés de nos concentrarmos nos meios (rendas, riquezas, crescimento econômico, industrialização, etc.), nos concentremos no fim maior que é saber como as pessoas conseguem viver de fato. O crescimento econômico contribuiu para a expansão das Capacidades? Determinada política pública teve ou terá qual efeito sobre as Capacidades humanas? As oportunidades reais variam de acordo com a região em que se nasce ou vive? Variam de acordo com o gênero, com a cor da pele, com a religião? As Liberdades dos membros de uma sociedade, ou de parte dela, vêm aumentando, diminuindo ou se mantendo inalteradas ao longo do tempo?

Além deste aspecto avaliativo inerente a sua abordagem há também um aspecto instrumental a ser considerado. Para Amartya Sen a expansão da Liberdade seria não somente o fim primordial, mas também o principal meio do desenvolvimento. Tal aspecto instrumental da Liberdade se daria pelo fato de que ter mais Liberdade melhoraria o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo. Isto, por sua vez, está ligado à compreensão da noção de Agência. Para o autor, Agência representa as possibilidades de o indivíduo ser protagonista, de tomar decisões relativas à própria vida e de ser capaz de influenciar o mundo. Um Agente seria alguém que age e ocasiona mudanças, e cujas realizações deveriam ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos.

Os indivíduos seriam, neste sentido, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios. O exercício desta Agência poderia se dar como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas, interagindo no mercado e participando em atividades, individuais ou coletivas, na esfera política ou em outras esferas da vida em sociedade. Seria através do exercício desta Agência que se concretizaria o aspecto instrumental de sua abordagem do desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*) como processo de expansão das Capacidades. Tal função instrumental da Agência, todavia, não seria livre de constrangimentos. A depender de contingências socioeconômicas, culturais, políticas, pessoais, ambientais, dentre outras, poderia ela se dar mais, ou menos, livremente. Poderia ser também mais, ou menos, efetiva.

Por fim, vale frisar que a ideia de Agência não se resume a um suposto papel instrumental de ampliar as Capacidades. No âmbito da Abordagem das

Capacidades ter mais liberdade de Agência (por exemplo, não viver sob uma ditadura) é também um fim em si a ser buscado.

REFERÊNCIAS

CROCKER, David A.; ROBEYNS, Ingrid. *Capability and agency*. In: Morris, Christopher (ed.). Amartya Sen. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Disponível em: <http://www.br.undp.org>. Acesso: 28 fev. 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Development as capability expansion*. In: Journal of Development Planning, nº 19. 1989.

SEN, Amartya. *The standard of living (The Tanner lecture on human values)*. Delivered at Clare Hall, Stanford University. 1987.

SEN, Amartya. *Well-being, agency and freedom: the dewey lectures*. In: The Journal of Philosophy, Vol. 82, no. 4 (Apr. 1985), 169-221).

Outras Referências

ALKIRE, Sabina. *Why the capability approach?* In: **Journal of Human Development**, 2005, 6:1, 115-135.

COMIM, Flavio, QUIZILBSH, Mozaffar, ALKIRE, Sabina (eds.). *The capability approach: concepts, measures and applications*. New York: Cambridge University Press, 2008.

MUELLER, Airton Adelar. *O fenômeno do esvaziamento populacional em municípios do Rio Grande do Sul* - Brasil sob a lente da Abordagem das Capacidades. In: Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017, p. 494 – 509. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8533>. Acesso: 28 fev. 2017.

NUSSBAUM, Martha. *Creating capabilities: the human development approach*. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts and London, England, 2011.

ABORDAGEM TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida

Referir-se à abordagem territorial implica em conceber o território como referência fundamental em quaisquer formas de intervenção nos territórios, com vistas ao seu planejamento e gestão territorial. A discussão sobre abordagem territorial, nas últimas décadas, tem sido recorrente, nem sempre com o sentido adequado, a ponto de se tornar quase um modismo. Isso exige que se esclareça os principais eventos que originaram o debate e as razões que levaram à sua reafirmação. Em geral, tem se focado no chamado novo rural. Entende-se que o grande desafio é passar a abarcar as diferentes dimensões espaciais (DALLABRIDA, 2017; 2016).

Para Schneider e Tartaruga (2004), entre as razões da reafirmação da abordagem territorial, resulta, primeiro, da profusão da literatura que interpreta o contexto das transformações societárias do final do Século XX e início do Século XXI, como resultado da crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo, caminhando para o que Piore e Sabel chamaram de “acumulação flexível”. Isso teria permitido a descentralização de plantas industriais, juntamente com a flexibilização do processo de produção, a exemplo da estratégia da terceirização, formando-se nas áreas menos dinâmicas, aglomerados produtivos, chamados de distritos industriais, sistemas produtivos locais ou regionais, dentre outras denominações. Como resultado, ampliou-se o entendimento de que os processos de crescimento industrial que apresentavam melhores indicadores seriam aqueles que estavam assentados em dinâmicas territoriais específicas.

“A segunda razão que favoreceu o interesse pela abordagem territorial está relacionada aos aspectos políticos e institucionais que derivam, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação”, caracterizada pela sua incapacidade de “[...] regular e interferir na economia privada, especialmente, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 108). As novas tecnologias de base microeletrônica e telemática (telecomunicações e informática) contribuíram decisivamente para a consolidação do processo de globalização ou mundialização que caracteriza a sociedade e a economia contemporânea. Como resultado, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, deixando de ser indutor do desenvolvimento, para ser regulador, alterando seu caráter centralizador, permi-

tindo a participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

A emergência da abordagem territorial, em terceiro lugar, tem relação com a crise do paradigma agrário (FAVARETO, 2007) e das abordagens setoriais e produtivistas na agricultura. O enfoque setorial sobre desenvolvimento rural, predominante desde o pós-guerra, apostava na modernização agrícola como motor de transformação no âmbito rural (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020). Neste sentido, Veiga (2002) resume as três principais tendências que levaram à renovação desse discurso: (i) a diversificação da economia rural e a queda do peso da agricultura no produto interno bruto; (ii) a insuficiência das estratégias baseadas na especialização setorial e novas apostas baseadas em articulações e vínculos intersetoriais; (iii) a crítica ao planejamento centralizado de políticas públicas, tanto na perspectiva econômica, quanto desde a lógica da construção de sociedades mais democráticas.

Há uma quarta razão. Abramovay (2010) relembra que a abordagem territorial do processo de desenvolvimento, ganhou força a partir do início da década de 1980, com base na literatura neomarthalliana, a qual soube identificar nos laços diretos entre os atores sociais uma das razões para a formação de sistemas produtivos localizados em regiões italianas, estudos que foram da maior importância para o entendimento de experiências brasileiras de industrialização difusa.

É fundamental, por fim, registrar que a difusão da abordagem territorial no Brasil e nos demais países latino-americanos foi motivada pela difusão e implementação do Programa *Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural* (Leader), da União Europeia. O programa fez parte da chamada Política Europeia de Desenvolvimento Rural, no plano de apoio planejado para os anos de 1988-1993, seguindo até recentemente. O objetivo era incentivar os agentes do mundo rural a explorar as potencialidades das suas regiões de forma a aumentar o seu nível de desenvolvimento. Com isso pretendia ajudar as populações e empresas das regiões rurais a valorizarem o potencial destas regiões e a implementarem estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável, sendo encorajadas o planejamento de perspectivas de longo prazo e a partilha de experiências. Dentre os princípios orientadores do programa destacavam-se: trabalho de proximidade e com identidade comum, envolvimento da população, abordagem multisetorial, inovação, cooperação, parcerias locais e redes nacionais e internacionais. A maioria destes princípios dialogam com a perspectiva territorial do desenvolvimento (COMUNIDADE EUROPEIA, 2006).

A primeira iniciativa no Brasil, a partir dos anos 2000, de tentar aplicar os pressupostos da abordagem territorial nas políticas públicas voltadas ao espaço rural, foi o Programa Territórios da Cidadania (Ver Verbete Cidadania), como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável (Ver Verbete Desenvol-

vimento Regional/Desenvolvimento Sustentável) e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país mais carentes, com objetivo de estimular o desenvolvimento e universalizar os programas básicos de cidadania. Tal programa sofreu interrupção a partir dos anos 2015 e 2016.

Como já referimos, ainda há um desafio a ser enfrentado com maior precisão: desapegar a concepção sobre abordagem territorial e/ou desenvolvimento territorial da ruralidade. O debate sobre o tema, tanto no Brasil, quanto na América Latina, foi influenciado pelas mudanças ocorridas em países europeus na virada do Século XX, difundidas (i) por publicações seminais, a exemplo de análises de Bagnasco (1977) sobre a Terceira Itália, (ii) a experiência do Programa Leader, (iii) por publicações no Brasil, tais como, (Abramovay (1999) e Veiga (1999), e latino-americanas, como Schejtman e Berdegué (2003). Muito se tem escrito sobre o tema nas últimas décadas, no entanto, são poucas as contribuições teóricas que contestem esse apego quase único da abordagem territorial e/ou desenvolvimento territorial (Ver Verbete Desenvolvimento Territorial) e a ruralidade. Esse é um desafio urgente que se impõe à academia!

Resumindo, o entendimento que aqui quer se ressaltar é que a abordagem territorial do desenvolvimento (i) atende a um propósito central, tal seja, ser uma alternativa de superação de análise de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centrados em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, (ii) como uma condição para a realização de estudos que assumam a realidade socioeconômica, histórico-cultural e ambiental, de forma integrada, reconhecendo sua complexidade¹.

REFERÊNCIAS

Referências:

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. H. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 27-47.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. IV, n. 2, p. 379-397, 1999.

¹ No segundo semestre de 2020, desencadeou-se uma iniciativa, na forma de projeto de pesquisa, integrando uma equipe multidisciplinar, do Brasil e países da América Latina e europeus, com o propósito de elaborar estudos teóricos, propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, tendo o patrimônio territorial como referência. Um primeiro resultado, é uma reflexão teórica que tenta identificar pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial, a ser publicado em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021).

BAGNASCO, A. **Tre Italie**: la problematica territoriale dello sviluppo italiano. Torino: Il Mulino, 1977.

BERDEGUÉ, J.; FAVARETO, A. S. Balance de la experiencia latino-americana de desarrollo territorial rural y propuestas para mejorarla. In: BERDEGUÉ, J.; CHRISTIAN, C.; FAVARETO, A. S. **Quince años de desarrollo territorial em América Latina**: qué nos muestra la experiencia? 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. p. 11-57.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. **Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial**. Santa Catarina, 2021 (inédito).

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007.

COMUNIDADE EUROPEIA. **A abordagem Leader**: um guia básico. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial. **Raízes: Revista e Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.237>.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Documentos de Trabajo. Santiago do Chile: Rimisp, 2003.

VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A. C. (Org.) **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002. p. 383-409. V. II.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

Bibliografia indicada para aprofundamento do tema:

FAVARETO, A. S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 299-319, 2010.

PERAFAN, M. E. V. et al. Políticas públicas para el Desarrollo Territorial Rural en América Latina: balance y perspectivas. **Eutopía**, v. 17, p. 25-40, 2020.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

AGENDA 2030

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Desigualdade social e econômica, doenças, degradação do meio ambiente e desemprego são algumas das muitas dificuldades enfrentadas pelas pessoas, independentemente de qual seja o local no qual elas residem. Apesar de haver diferenças territoriais, sociais e econômicas, é ponto pacífico que as condições de vida das pessoas devem ser embasadas por um comprometimento responsável por todos. Desta forma, a busca por uma melhor qualidade de vida. Ou seja, trata-se de uma série de condições subjetivas, mas que são favoráveis ao ser humano (longevidade, trabalho, saúde e educação). Isto tem sido a temática vigente e discutida em vários espaços sociais ao longo dos anos, não se considerando então, unicamente o Produto Interno Bruto – PIB como elemento crucial para a determinação de liberdades individuais (Ver Verbete Abordagem das Capacidades).

Nesse sentido, a Agenda 2030 tem sua origem em setembro de 2000, quando os líderes dos 192 países-membros das Nações Unidas (ONU) assinaram a Declaração do Milênio. Deste protocolo de intenções resultaram os chamados Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que durariam de 2000 até 2015. A respeito disso, esta proposta visava a (1) redução da pobreza, assim como (2) atingir o ensino básico universal e promover a (3) igualdade de gênero, além da autonomia das mulheres. Tinha ainda como propósito (4) reduzir a mortalidade na infância, assim como (5) melhorar a saúde materna e (6) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças. Possuía ainda como foco (7) garantir a sustentabilidade ambiental e mais ambiciosamente, (8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ou seja, todos deviam promover o desenvolvimento em qualquer parte do globo).

Uma vez estabelecidos tais objetivos, os líderes buscaram não deixar eles “no papel”. Por isso, após esse encontro, foram convocados diversos técnicos e *experts* que elaboraram o chamado “Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas”. Desta forma, os ODM eram considerados como um importante instrumento para enfrentar a pobreza estrutural e a vulnerabilidade social dos países, mas, tanto objetivos como metas e indicadores, por vezes, são passíveis de ajustes. O tempo passou e em quinze anos, na prática, muitos países não alcançaram efetivamente os ODM. Constataram que algo precisava ser (re)feito e isso implicava em revisar não apenas a sistemática como também encontrar meios para efetivamente ampliar as ações que visavam melhorar a qualidade de vida da população global.

Nesse sentido, notícias veiculadas pelo *site* do PNUD dão conta de que o Brasil, por exemplo, possuía na década de 2000, municípios com grande melhoria de suas condições básicas de vida, ao passo que outros apresentavam um considerável retrocesso no que tange à execução dos ODM propostos pela ONU. Em linhas gerais, existiam municípios que reduziram sua pobreza em mais de 75% e outros onde ela aumentou mais de 150%.

Frente a isso, no dia 1º de janeiro de 2016, a Agenda 2030 entrou em vigor. Esta nova carta de objetivos, agora ampliados, fora aprovada durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*), em setembro de 2015. Esta nova agenda possui agora 17 Objetivos Globais (nove a mais que os ODM) e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias, e um arcabouço para acompanhamento e revisão. Trata-se de um desafio enorme para todas as instâncias.

Continuar o trabalho iniciado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira transversal e para responder a novos desafios é o principal desafio desses 192 países até 2030. Para isso, foram elencados os chamados 5 Ps da Agenda 2030: a) Pessoas: Erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; b) Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; c) Paz: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; d) Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e e) Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras. Ao se considerar essas dimensões, foram estruturados os agora chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme consta a seguir.

Quadro 1 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

6) Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
7) Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos;
8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
9) Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no material disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>

Com todo este cenário ora ilustrado e desafiador, deve-se então questionar: De que forma se pode efetivamente aplicar os ODS? A resposta pode parecer simples, porém entre o início e o fim de sua execução pode ocorrer uma infinidade de erros (mas de acertos também). Deste modo, como se trata de algo que começa pelo local, mas com o foco também no regional e o no global, talvez a menor unidade, aqui no Brasil chamada de município é onde se pode iniciar a análise da situação do mesmo frente aos 17 ODS, quando são explicitadas

todas as suas potencialidades, fragilidades e tendências (ou seja, seu cenário atual). Além disso, pode ainda incluir as prioridades municipais, as ações setoriais, os objetivos e os condicionantes para o planejamento municipal.

De posse dos dados levantados na base estratégica, estes podem ajudar a ordenar as ações municipais, das quais constarão todas as diretrizes, os programas, os objetivos, as ações, os públicos-alvo, os indicadores e os recursos previstos para que os ODS sejam atingidos. Entretanto, é bem verdade que não se mostra como tarefa fácil mobilizar toda uma população de um determinado local ou região. Isto porque, cada um possui suas peculiaridades, de tal forma que *cada realidade demanda uma estratégia distinta*. Por isso, ninguém melhor do que o próprio morador para apontar e discutir de maneira efetiva quais são os verdadeiros desafios que estão postos no seu território (Ver Verbete Território).

Em outros casos, o próprio cenário estadual ou nacional pode ser um motivo de desaprovação para uma efetiva participação (Ver Verbete Participação Popular) da população local nas decisões que buscam melhorar a qualidade de vida de todos. A decisão de participar nem sempre traduz a ideia de que suas opiniões ou sugestões podem ser ouvidas e posteriormente acatadas, o que acaba divorciando a teoria da prática.

Não se pode negar, entretanto, a possibilidade de que a própria mobilização possa ser deixada de lado, e inúmeras podem ser as causas para tanto. Sejam as divergências político-partidárias, como a descrença da conduta de determinados representantes, ou ainda de cunho profissional, ou seja, após o trabalho, pode não ser vista como prioritária a ação de comparecer a uma audiência pública, por exemplo.

Cabe ainda salientar a possibilidade de a alienação sobre a situação da comunidade e/ou município ser de ordem particular, em que por vezes é preferível assistir a um programa de televisão – um jogo de futebol ou uma novela – a inteirar-se sobre questões referentes ao *modus vivendi* de toda uma comunidade. Somado a isso, de nada adianta estabelecer objetivos com foco no desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável) e divulgá-los, se em contrapartida, não se consegue, minimamente, saber separar o lixo produzido nas residências ou então, incentivar os filhos a estudarem.

Em linhas gerais, faz-se a seguinte pergunta: Como negociar, priorizar e efetivar melhorias na qualidade de vida para todos? Se o desafio está posto, vale lembrar que o mesmo também traz consigo problemas distintos, seja nos locais mais populosos ou mais isolados, naqueles que possuem ou não acesso asfáltico, ou naqueles onde a seca (Ver Verbete Uso da Água) ou o desgaste do solo (Ver Verbete Uso do Solo) persiste, etc. Em suma, todos podem estar unidos no combate às diferenças, de onde se espera como resultado a igualdade, e nesta operação, pelo menos por enquanto, a conta ainda está longe de ser saldada por

todos nós. Ainda temos nove anos restantes para contribuir para com o bem-estar coletivo. Veremos os resultados efetivos em 2030.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS. Guia para a municipalização dos objetivos do milênio – referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local/Agenda Pública. São Paulo: [s.n.], 2009, 50p. Disponível em: <<http://rd.portalods.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2021

Programa das Nações Unidas – PNUD; *Os objetivos de desenvolvimento sustentável*/Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. *Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Outras referências

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. São Paulo: Garamond, 2002.

DEMO, P. *Estratégias de desenvolvimento*. Planejamento e políticas públicas. Brasília, n.12, dez. 1993. V. 10.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas municipais. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 36, v. 1, p. 51-72, jan/fev. 2002.

SILVA, Leticia Batista; DANTAS, André Vianna. Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AGENTES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Sergio Fabián Perez Rozzi

Para definir o “agente” do desenvolvimento territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*), primeiro é necessário destacar que este deve ser separado do “ator”, frente aos efeitos do processo de desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*). Em outras palavras, o ator do desenvolvimento territorial se denomina como sendo aquela instituição ou entidade (formal ou informal) que ao menos, *a priori*, em seu objeto social ou final, possui uma relação direta com o desenvolvimento do território em questão. Por exemplo: o município, a prefeitura, as câmaras ou associações empresariais, a universidade, uma agência de desenvolvimento, um instituto tecnológico, uma Organização Não-Governamental (ONG) ambientalista; uma sociedade de fomento, etc.

Enquanto isso, o agente do desenvolvimento territorial se denomina desta maneira para aquela pessoa que, desde o espaço selecionado pela “entidade atuante”, desempenha, com condições de liderança propositiva, como um verdadeiro facilitador neste tipo de processo, apresentando atitudes e aptidões para propor a implicação, o compromisso, o envolvimento e a capacidade de adaptação para associar-se e dar sustentabilidade a estes processos dos quais o tempo e os objetivos formam um eixo central.

Os **agentes** do desenvolvimento territorial possuem a capacidade de decodificar e de gerar respostas às mudanças em função daquelas nas quais o território se desenvolve. Por isso, é muito importante para a sustentabilidade do processo que sejam identificados desde o início quais são objetivos almejados.

Contudo, isto não é visto da mesma maneira por todos os **atores** institucionais, pois alguns detectam os impactos de modo diferente. Em uma instituição/ator, esta pode organizar um ou vários agentes em potencial com capacidade e vocação transformadora, com o desafio de detectá-los e de conhecê-los, assim como valorizá-los, inserindo-os como parte de um processo de construção conjunta em que a entidade promotora deva desempenhar um papel central nessa fusão.

Há uma primeira pergunta distintiva que se refere a “quem”. Ou seja, isto diz respeito às iniciativas de desenvolvimento territorial, de uma tentativa de gestão entre agências, consubstanciado em um espaço que dá apoio institucional ao processo, como deve ser uma agência de desenvolvimento territorial. As instituições (ALBUQUERQUE, 2004) muitas vezes (e talvez a maioria) estão baseadas em uma carta formal, que normalmente está associada a um tipo de “sustentabilidade segura” do espaço criado. Trata-se de uma questão que está longe de ser resolvida. A partir destas cartas, deveria se ter como objetivo estabe-

lecer uma nova forma de governança territorial e isso deve começar pela convocação dos atores institucionais para realizar tal iniciativa.

Na prática, isto não aparece como algo claramente indicado neste processo, ou seja, não se tem como alvo definido aqueles “que” ou quantos deveriam ser, ao se ter por base o universo institucional local existente, pois a primeira pergunta seria identificar em uma lista o mapa de atores institucionais (AROCENA, 2002) que conhecem os objetivos de suas entidades. Além disso, verificar suas ações reais, relacionadas com o desenvolvimento territorial com base em, pelo menos, uma das quatro dimensões que destaca Albuquerque (2004) em relação à abordagem do desenvolvimento territorial: Econômica; Sociocultural e Humana; e Ambiental e Institucional.

Por fim, é preciso reforçar que um “ator” não é o mesmo que um “agente”, uma vez que identificar os atores consiste em um passo necessário para conhecer as instituições do território em termos mais quantitativos, mas nem por isso, será suficiente, como por exemplo, definir quem é quem dentro desse âmbito (MADOERY, 2009). Isto é muito mais complexo e mais qualitativo, algo pouco cartesiano, mas extremamente necessário de ser realizado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. *Manual del Agente de Desarrollo local* (Cambio estructural, desarrollo económico y reforma de la gestión pública). Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2000.

AROCENA, J. *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Ed. Taurus. Universidad Católica del Uruguay, Montevideo: 2002.

COSTAMAGNA, P.; ROZZI, S. F. P. (Org.s). *Enfoque, estrategias e información para el desarrollo territorial*. Ed. BID FOMIN, 2014. Disponível em: <http://issuu.com/conectadel/docs/conectadel_web_150>. Acesso em: 02 abr. 2015.

MADOERY, O. *Otro desarrollo*. Buenos Aires: Ed. UNSAM, 2012.

ROZZI, S. F. P. *“Programa de Desarrollo de Proveedores de Tacuarembó”*. Ed. UDELAR. Tacuarembó: Uruguay, 2012.

SEN, A. *Desarrollo y libertad*. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2000.

AGLOMERAÇÃO DE EMPRESAS

Carlos Águedo Paiva
Claudionir Borges da Silva

A aglomeração de empresas é a concentração em um mesmo território (*Ver Verbetes Território*) de firmas que exercem atividades similares e atendem os mesmos clientes. O espaço da aglomeração pode ser uma rua, um bairro, uma cidade ou uma região, a depender do setor de atividade e do tamanho da clientela atendida pela aglomeração.

As causas que determinam a emergência de uma aglomeração são as mais diversas. Algumas são de ordem natural, como a presença de uma mina passível de exploração por mais de uma firma ou de um porto que atrai para suas proximidades firmas que realizam a entrega final por modais terrestres.

Mas, muitas vezes, as aglomerações emergem aleatoriamente; por exemplo: uma grande empresa do comércio varejista (e/ou atacadista) de material de construção encontra um terreno de tamanho adequado e relativamente barato numa área da cidade de fácil acesso e instala ali um grande estabelecimento, atraindo um grande número de clientes. Outros fornecedores potenciais (a princípio, de menor porte e com menor capacidade de atração sem o apoio da “loja âncora”) tenderão a se instalar nas proximidades para conquistar a visita do eventual cliente num processo de “averiguação e negociação pelo melhor preço”.

Uma vez originada uma aglomeração, ela pode se desenvolver através da internalização de atividades similares, seja no plano “horizontal” (com a emergência de outros elos do comércio de atacado e/ou varejo de produtos voltados a clientes similares e/ou que se beneficiam do mesmo sistema de transporte e armazenamento), seja no plano vertical (com a emergência de novos elos da mesma cadeia, sejam eles produtivos, logísticos, financeiros, etc.).

As vantagens da aglomeração são indissociáveis da concorrência e disputa por consumidores. O consumidor tende a procurar a concentração de serviços pela facilidade de comparar a qualidade e preços de produtos. Para compras de pequeno porte o deslocamento para uma aglomeração pode não interessar, dados os custos de transporte; mas estes custos são diluídos para compras em grande volume na medida em que a aglomeração facilita a comparação de preços, qualidade e a negociação de preços, já que os produtos são adquiridos em grande quantidade.

A concentração de empresas também beneficia e atrai fornecedores, que privilegiam seu atendimento frente ao atendimento de firmas isoladas em função do maior volume transacionado por custo de representação, vendas e transporte. Isto significa dizer que os novos produtos – sejam produtos finais, poste-

riormente ofertados no atacado ou varejo, sejam produtos intermediários, máquinas e equipamentos, como insumos pelas firmas produtoras – são conhecidos e incorporados pelas firmas localizadas nas aglomerações antes de o serem por suas concorrentes isoladas. A aceitação e demanda (ou não) do novo produto pelas empresas situadas nos aglomerados serve de parâmetro para as fornecedoras da viabilidade mercantil do mesmo.

Em decorrência dos benefícios que as aglomerações oferecem para fornecedores e consumidores, as firmas de maior porte que atuam no mercado são obrigadas a manter pelo menos uma planta no perímetro das mesmas, ou perderão fatia de mercado, informação e acesso a novos bens e tecnologias. Afinal, as firmas que atuam no segmento da aglomeração também se beneficiam da convivência para tomar conhecimento das inovações mercadológicas e produtivas e avaliar a pertinência da introdução de padrões similares em suas próprias plantas.

O desenvolvimento de uma aglomeração ao longo do tempo pode levar à sua transformação qualitativa. Isto ocorre quando as atividades nucleares ganham tamanha expressão que se torna economicamente racional sediar no território firmas produtoras de insumos, qualificadoras e formadoras de mão-de-obra e/ou fornecedoras de serviços de acabamento, transporte e vendas. Quando uma aglomeração atinge esse estágio de desenvolvimento, ela passa a se caracterizar como um Arranjo Produtivo Local (APL – *Ver Verbete Arranjo Produtivo Local*).

REFERÊNCIAS

COCCO, G. *et al.* (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

PAIVA, C. *Agglomerações, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento?* Redes (Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul - RS, v. 10, n.3, p. 9-24, 2005.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Celta Editora, 1994.

AGRICULTURA FAMILIAR

Zander Navarro

A expressão foi institucionalizada e assim tornada corriqueira no Brasil nas últimas duas décadas, sugerindo indicar empiricamente o grande grupo de “pequenos produtores rurais de rendas mais baixas”. Sua história, contudo, pode ser introduzida mais amplamente através de quatro ângulos diferentes, embora inter-relacionados.

O primeiro e mais antigo uso da expressão agricultura familiar é circunscrito ao caso norte-americano, desde meados do século 19, e advém da colonização de suas vastas regiões rurais (nas quais não houve uma história camponesa anterior). Nesse caso, não surgiram diferenças substantivas entre o seu uso operado pela ação governamental e os debates acadêmicos. Esses prosperaram, em especial, a partir de meados do século seguinte.

Nos Estados Unidos, a adjetivação “familiar” se refere exclusivamente à forma de administração, ou seja, se a gestão da propriedade estiver nas mãos dos membros da família, o imóvel será assim designado. As políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) apenas segmentam o grande conjunto dos familiares (98% do total de 2,6 milhões de estabelecimentos) em diversos subtipos, de acordo com os níveis de renda bruta obtida na atividade. Trata-se de um ângulo essencialmente prático e os estudos acadêmicos, por sua vez, não desenvolveram teorias específicas sobre a agricultura familiar.

Uma segunda tradição sobre o tema é a europeia *lato sensu* (pois aqui são desconsideradas as diferenças entre os países, as quais podem ser significativas). No tocante à União Europeia, em sua totalidade, a similaridade conceitual entre as políticas governamentais, de um lado, e as interpretações acadêmicas, de outro lado, começaram a convergir somente nos anos mais recentes, com a consolidação do bloco e suas políticas para o campo, especialmente a “Política Agrícola Comum”.

Anteriormente, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980, ocorreram tentativas entre os estudiosos de teorizar acerca da “agricultura familiar”. A título de ilustração, um nome referencial sobre aquele período é o de Ruth Gasson (1988). Abarcando não apenas trajetórias acadêmicas muito distintas entre si, mas também histórias rurais densas que refletem a presença de campesinato clássico, a expressão encontrou caminhos igualmente diferenciados no continente europeu. Mas, novamente, as tentativas de conceituação, nas perspectivas não marxistas, refletiram, sobretudo, tentativas de delimitar aquele conjunto de famílias rurais a partir de suas características concretas.

A partir da década de 1990, com o fortalecimento da União Europeia, as políticas destinadas aos pequenos produtores passaram a ignorar os esforços de

teorização a respeito, se fixando mais em indicadores estatísticos para também delimitar subgrupos dos “familiares”. Em síntese, nos anos recentes as políticas da EU parecem seguir o caso norte-americano, enquanto a produção acadêmica reduziu drasticamente o seu interesse pelo tema.

Um terceiro olhar sobre a expressão é aquele que refletiria a longa e rica tradição interpretativa da esquerda agrária. Sem a possibilidade de examinar as nuances quase infinitas desse campo político e teórico, por um longo tempo foi um foco que insistiu, particularmente, na intensificação dos processos de diferenciação social e o gradual desaparecimento dos pequenos produtores. Eram então intitulados de “pequena produção mercantil” ou “pequena burguesia agrária”. Seria esta a visão mais ortodoxa e clássica do Marxismo, exemplificada, por exemplo, nos trabalhos de Henry Bernstein (2011). Entretanto, como o desenvolvimento capitalista no campo demonstrou empiricamente que aquela previsão era equivocada e os pequenos produtores, pelo contrário, mostraram resiliência mais sólida do que a teoria havia previsto, esta foi perspectiva que perdeu fortemente a sua influência no período recente (em combinação, sem dúvida, com a perda de interesse sobre o próprio Marxismo como um todo, após 1989).

Ante tais desenvolvimentos, a partir dos anos 1990 a esquerda agrária internacional, mesmo aquela ligada à ortodoxia marxista, passou a aceitar mais facilmente a ideia de uma “agricultura familiar”, como uma suposta classe social que portaria atributos essenciais e se destacaria sob o desenvolvimento agrário. Mas nesse período (*grosso modo* os últimos vinte anos), quase nenhum autor ou escola interpretativa se destacou nitidamente na literatura como proponente de uma visão teórica efetivamente inovadora, interpretando teoricamente esse grupo de produtores rurais (consulte-se, no entanto, os trabalhos de Carlos Guanzioli. Ver seu artigo de 2014, em coautoria, por exemplo). Provavelmente, a razão principal tenha sido a emergência da globalização como o foco determinante dos processos econômicos e sociais, o que reintroduziu o debate sobre o desenvolvimento agrário sob uma estrutura analítica radicalmente reconfigurada no âmbito das Ciências Sociais (um exemplo sendo o debate sobre “regimes agroalimentares” na literatura mais recente).

Finalmente, o quarto olhar sobre o tema é tipicamente brasileiro. No país, a expressão surgiu na primeira metade da década de 1990, originou um relevante programa de crédito rural, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e até mereceu uma “Lei da Agricultura Familiar”, assinada em 2006. A expressão, contudo, nasceu com um propósito especificamente político, que foi pressionar o Estado brasileiro a dirigir-se mais diretamente ao vasto conjunto, amplamente majoritário, dos pequenos produtores rurais. Favorecida por uma conjuntura política favorável, a ação governamental dirigida

a esse conjunto social, de fato, ampliou-se nos primeiros anos do presente século.

Mas a definição brasileira de agricultura familiar, contudo, é fortemente equivocada, pois foi preparada a partir de inspirações nitidamente ideológicas, instituindo critérios que, concretamente e contrariamente aos objetivos anunciados, condenam os pequenos produtores à pobreza (NAVARRO, 2015). Tais limitações decorrem da imposição normativa de limites à contratação de assalariados e até mesmo impedindo que as famílias rurais possam elevar seus níveis de renda com empregos não agrícolas.

As razões para justificar tais espúrias opções são discutidas na literatura (NAVARRO e PEDROSO, 2011), embora alguns desses impedimentos tenham sido abrandados com o passar do tempo. Adicionalmente, com a emergência recente de uma nova dinâmica econômica e produtiva no campo brasileiro, aprofundando o acirramento concorrencial, proporções significativas e crescentes dos pequenos estabelecimentos rurais de menor porte econômico com gestão familiar estão, atualmente, ameaçadas (ALVES e ROCHA, 2010). Por isso, a expressão “agricultura familiar”, no Brasil, ainda que enraizada institucionalmente e não obstante o seu uso apologético, por muitos segmentos sociais, pode estar sofrendo um ocaso empírico (NAVARRO e PEDROSO, 2014). Atualmente, os processos principais em curso, no campo brasileiro, parecem estar indicando tendências de esvaziamento do campo e o crescente fortalecimento da agricultura de larga escala (NAVARRO, 2016). Em consequência, é expressão que em prazo futuro médio poderá encontrar escassa correspondência nas realidades rurais do Brasil, se for mantido o seu atual significado preceituado legalmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu e ROCHA, Daniela de Paula. “Ganhar tempo é possível?”. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio; NAVARRO, Zander (orgs). *A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010, p. 275-289. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf

BERNSTEIN, Henry. *Dinâmicas de classe na mudança agrária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

GASSON, Ruth *et al.* “The farm as a family business: a review”. In: *Journal of Agricultural Economics*, 39(1): 1-43, janeiro de 1988

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto, “Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao *family farming* americano?”. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, volume 52, suplemento 1, p. S069-S088, 2014

NAVARRO, Zander, “Agricultura familiar: é preciso mudar”. *In: Agrofoco*, Embrapa: Embrapa Amazônia Oriental, nº 1, p. 11, 2015. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/1131410-Agrofoco-Ano-I-no-01-maio-2015/>

_____. “O mundo rural no novo século (Um ensaio de interpretação)”. *In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio e GASQUES, José Garcia (orgs). Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: IPEA, p. 25-64, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content &view=article&id=28219](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28219)

_____; PEDROSO, Maria Thereza Macedo, “A agricultura familiar: da promessa inicial aos impasses do presente”. *In: Revista Econômica do Nordeste*, volume 45 (Suplemento Especial), p. 7-20, outubro-dezembro de 2014, Fortaleza: BNB. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigo RenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1444](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1444)

_____. “Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar”. *In: Textos para Discussão*, Embrapa: DDT, 2011. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/53235/1/Texto-42-24-01-12.pdf>

AGROECOLOGIA

Anelise Graciele Rambo

Janete Stoffel

A crise agrícola-ecológica existente na maior parte do mundo resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento em geral (ALTIERI, 2009) e do paradigma da modernização agrícola vigente desde o pós-guerra, em particular (PLOEG, et al, 2000). Essa crise tem levado atores ligados à produção e ao consumo de alimentos a buscar construir caminhos alternativos àqueles induzidos pela modernidade.

Mediante as fragilidades da agricultura resultante da modernização conservadora surgiram em meados do século XX, movimentos de agriculturas alternativas, que passaram a utilizar novas bases tecnológicas e econômicas, através de sistemas de produção que resgatassem a lógica da complexidade das sociedades camponesas tradicionais. Em diversos países, surgiram agriculturas alternativas com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura. Cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, de acordo com as correntes a que estão associadas (CAPORAL, COSTABEBER, 2004).

Esses movimentos foram de grande importância para o resgate e compreensão das complexidades dos agroecossistemas. No entanto, por mais que essas agriculturas alternativas seguissem determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, não conseguiram dar respostas aos problemas socioambientais que se acirravam devido ao modelo convencional de desenvolvimento agrícola predominante na agricultura (CAPORAL, 2009).

É nesse contexto que a agroecologia emerge, no intuito de construir novas trajetórias rumo a uma agricultura mais sustentável. Assim, podemos entender que se a agroecologia, por um lado, é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2012).

A agroecologia busca restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Preservar sua biodiversidade é o primeiro princípio, utilizado para produzir autoregulação e sustentabilidade. Porém, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser apreendido e utilizado no desenvolvimento de estratégias agrícolas apro-

priadas, adequadas às necessidades, preferências e base de recursos de grupos específicos de agricultores e agroecossistemas regionais. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento (CASADO, MOLINA, GUZMAN, 2000; ALTIERI, 2009; ALTIERI, 2012).

Ela, portanto, além de cuidados para com o meio ambiente, adota princípios para mudanças sociais. Propõe um enfoque de análise alternativo para a compreensão do manejo e o desenho dos agroecossistemas, assim como propostas para o desenvolvimento rural (Ver Verbete Desenvolvimento Rural) e alimentar baseado na recuperação de conhecimentos e formas de organização sociocultural camponesas. Agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 2009; GUZMÁN, 2007; CASADO, MOLINA, GUZMAN, 2000). Isso evidencia que a agroecologia é ao mesmo tempo, uma ciência, um movimento e um conjunto de práticas (WEZEL et al, 2009).

Ademais, a agroecologia pode ser compreendida como uma ciência para o futuro sustentável. Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências. Assim como articula o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, quanto o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL, 2009).

No Brasil, a agroecologia é disseminada por meio de diferentes movimentos sociais do campo, mediante críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola, instituído pela política modernizante do governo militar, nos anos 1970, questionando principalmente a elevada concentração da posse da terra e das riquezas produzidas, o agravamento das disparidades regionais e os intensos processos migratórios para centros urbanos em processo de industrialização (DELGADO, 2009). A partir dos anos 1980, devido a intensificação dos danos ambientais provocadas pela agricultura produtivista, esses movimentos passam a incorporar na sua pauta de luta temas relacionados ao meio ambiente (ALMEIDA, 1999; ASSIS, ROMEIRO, 2002).

É importante destacar que a prática de uma agricultura agroecológica no Brasil incorpora, além de práticas agrícolas mais sustentáveis, estratégias de fortalecimento da agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar). Estas podem ser destacadas como (a) agregação de valor à produção primária, com a

criação de agroindústrias de pequeno porte; (b) o desenvolvimento de espaços de organização democráticos e participativos, que permitam a troca de experiências e informações, a busca de soluções conjuntas para problemas comuns e que gerem capacidade de interlocução com o poder público e com outros atores sociais e (c) a busca de canais de comercialização que minimizem os elos de intermediação que separam agricultor e consumidor, que favoreçam a aproximação e o intercâmbio entre o rural e o urbano e que melhorem os ingressos dos agricultores e estimulem a produção com bases ecológicas. Ou seja, aos esforços de redesenho dos sistemas produtivos em direção a bases mais ecológicas, devem ser agregadas os redeseños das redes socioeconômicas para darem o suporte à mudança de enfoque tecno-ambiental. Assim, se torna imprescindível que os agricultores familiares busquem criar mecanismos que, por um lado, propiciem maior segurança a esta opção de agricultura e, por outro, contribuam com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada (MEIRELLES, 2007; ALTIERI, 2012).

Dessa forma, a agroecologia é contribuinte dos processos de desenvolvimento regional, quando em seu cotidiano e na sua essência constrói trabalhos coletivos, produz e comercializa alimentos saudáveis que são adaptados aos agroecossistemas e cultura local e acessíveis aos consumidores. Além de adotar cuidados com meio ambiente, adota princípios para mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 5 ed. 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. Ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 400 p.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A.R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.
- CAPORAL, F. R (Org.) **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. EMATER (DF) 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER. J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CASADO, G.I.G.; MOLINA, M. G. de; GUZMAN, E.S. Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible. Madrid/Barcelona/México. Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2009. p. 51-90. link: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5599

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2000.

GUZMAN, E. S. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva ruralidade, **Ph Cuadernos**, 2007, 191. Disponível em: <http://www.iaph.es/export/sites/default/galerias/documentacion_migracion/Cuaderno/1279619840882_agroecologia_y_soberania_alimentaria.pdf> Acesso em: mar/2018.

MEIRELLES, L. B. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br>. Acesso em: 05mai.2013.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

WEZEL, et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, Springer, Verlag/EDP Sciences/INRA, 2009, V.29, N.4, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

AGRONEGÓCIO

Soraya Tanure

Davis e Goldberg (1957), pesquisadores da Universidade de *Harvard*, definiram o conceito *agribusiness* ou agronegócio, como sendo a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas nas unidades produtivas (propriedades rurais), incluindo armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e os itens produzidos a partir deles. No entanto, o agronegócio vai além da agricultura e engloba também atividades relacionadas à criação de animais de produção, chamada de pecuária, formando assim um cenário amplo e complexo (MAPA, 2010).

Estas definições deixam claro que a agropecuária (agro = agricultura; pecuária = criação/produção de animais) não deve ser abordada isoladamente, mas em conjunto com inúmeros agentes produtivos e econômicos, constituindo-se então, uma cadeia de produção. Davis e Goldberg (1957) utilizaram a noção de *Commodity System Approach* para estudar o comportamento de alguns sistemas alimentares, tendo como ponto de partida e delimitador do espaço analítico, uma matéria-prima específica.

Além de *Harvard*, a escola francesa também procurou conceituar a cadeia de produção. Morvan (1988), procurando sintetizar algumas ideias sobre a visão da cadeia de produção, enunciou três elementos ligados a esta visão:

1. A cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformações dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico;

2. A cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de jusante e montante, entre clientes e fornecedores;

3. A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação dos processos.

A peculiaridade sistêmica da abordagem do agronegócio, baseada nos três subconceitos supramencionados, concentra-se nas unidades produtivas, onde refere-se ao “dentro da porteira”. Já o termo “antes da porteira” diz respeito aos fornecedores, representado fundamentalmente pelo segmento produtor de insumos e matéria prima. Por fim, atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, distribuição e consumo, tais como frigoríficos, supermercados e distribuidoras de alimentos, referem-se ao termo “depois da porteira” (ZYLBERSTAJN, 1995).

Deste modo, a cadeia de produção agropecuária poderia ser segmentada, de jusante a montante, nos macrosssegmentos de comercialização, industrialização e produção primária. Esta visão pode variar segundo o tipo de produto e

objetivo da análise. No entanto, a lógica de encadeamento das operações ocorre sempre de jusante a montante, uma vez que considera o consumidor final como grande indutor de mudanças do sistema (MAPA, 2010).

O agronegócio, por tratar-se de um conjunto de atividades extremamente complexas e diversificadas, que abarcam extensas cadeias produtivas globalizadas, relações comerciais internacionais e mercados financeiros mundiais, bem como as implicações de sua óbvia interação com o meio ambiente, está relacionado com uma grande quantidade de atores. Entre os principais atores, destacam-se: o poder público que define as diretrizes de política econômica, a agroindústria, os centros de pesquisa e as universidades que desenvolvem novas tecnologias de produção no campo, os movimentos sociais, os trabalhadores empregados ao longo de toda a cadeia de produção, o consumidor final e as organizações internacionais. Assim, fica claro que diante das múltiplas relações existentes entre os elos de uma cadeia tão complexa, a organização do setor pode ser facilmente abalada, com fortes consequências sobre sua viabilidade econômica (NEVES *et al.*, 2000).

De forma simplista, a viabilidade econômica do agronegócio, expressa pela lucratividade é afetada pelos custos de produção, pela quantidade produzida em determinada área e pelo preço de venda do produto final, sendo o último altamente dependente do mercado (e de suas relações com a cadeia) em que o produtor está inserido. Em atividades pecuárias, o resultado final, expresso pela lucratividade, pode ser afetado pelos custos de produção, pela quantidade de quilos produzidos e pelo preço de venda dos animais. Com isso, os aspectos relacionados com a forma de comercialização constituem-se como estratégias fundamentais em momentos de crise política e econômica, e seus reflexos influenciarão a permanência de inúmeras empresas no setor agropecuário (BATALHA e SILVA, 2001).

Por fim, no que tange a possibilidade de formação de parcerias e cooperativas deve-se ressaltar que muitos setores produtivos são capazes de associar suas empresas a fim de defender interesses comuns. Entretanto, no setor agropecuário, a consolidação de grupos que almejam ideais similares é uma tarefa intrincada e algumas vezes pouco viável, pois as unidades de produção divergem consideravelmente em tamanho (estrutura física), capital e tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*), tornando as prioridades individuais diferentes, assim como os interesses distintos.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andrea Lago da. *Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas*. In: BATALHA, Mário Otávio. (Org.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. p.23-62.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. *A concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *How to invest in agribusiness*. Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), 2010. Disponível em: <<http://www.investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1297776946.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MORVAN, Yves. *Fondements d'économie industrielle*. Paris: Economica, 1988.

NEVES, Marcos Fava *et al.* *Redes agroalimentares e marketing da carne bovina em 2010*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE RAÇAS ZEBUINAS, 2000, Uberaba. *Anais...* Uberaba: ABCZ, 2000. p. 200-226.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições*. 239f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ALIENAÇÃO NO TRABALHO

Giovanni Alves

O tema da alienação (ou estranhamento) no trabalho é um tema que nasceu com as reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels em meados do século XIX, possuindo uma extração hegeliana. Entretanto, Marx em suas reflexões nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1844) utilizou duas palavras para caracterizar a alienação no trabalho: *Entäußerung* e *Entfremdung*.

Na verdade, o jovem Marx confundiu a distinção feita por G.W.F. Hegel entre os dois conceitos, tendo em vista que utilizou os dois termos para se referir exatamente ao mesmo fenômeno. Disse ele: “No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäußerung*]” (MARX, 1984). Nessa passagem, Marx parece usar sinonimamente os termos *Entfremdung* e *Entäußerung* (alienação = exteriorização). Na tradução de Jesus Ranieri dos “Manuscritos econômico-filosóficos” (BOITEMPO, 2004), traduziu-se *Entfremdung* por estranhamento e – problematicamente – *Entäußerung* por alienação. Portanto, ao utilizar *Entäußerung* e *Entfremdung* para se referir à desefetivação do trabalhador (*Entwirklichung*) no capitalismo, Marx provocou uma confusão conceitual com o léxico hegeliano.

É como se, para ele, toda *Entäußerung* é sempre uma *Entfremdung*, nunca podendo haver na exteriorização uma realização do ser, mas somente um esvaziamento. Para o filósofo Paulo Menezes, Hegel distingue os dois termos. Ao analisar os conceitos *Entfremdung* e *Entäußerung* na “Fenomenologia do Espírito”, Menezes, tradutor da obra no Brasil, diz que, trata-se, em ambos, de uma “exteriorização na qual o que era apenas interior se faz exterior, mas com resultados opostos”. O *Entfremdung* – tal como a *Entäußerung* – é uma exteriorização. Entretanto, ele possui resultados opostos. Em poucas palavras, na *Entfremdung* (alienação ou estranhamento), o sujeito se perde e não pode retornar sobre si mesmo: sofre um ‘desessenciamento’. Ao contrário, na *Entäußerung* (extrusão, na tradução de Paulo Menezes) o sujeito se encontra, nela se reconhece e retorna sobre si mesmo, consigo reconciliado e enriquecido com as determinações do ser (não apenas o jovem Marx se equivocou na utilização dos dois conceitos hegelianos, mas, mais tarde, um interprete consagrado de Hegel, Jean Hyppolite, trocou um termo pelo outro e pareceu não ver com clareza sua distinção).

Finalmente, alguns autores marxistas no Brasil utilizaram a palavra “alienação” para traduzir o termo *Entäußerung*, ao invés de utilizar os termos exteriorização, objetivação ou extrusão; e verteram *Entfremdung* por estranhamento, provocando, deste modo, uma confusão entre *Entfremdung* e

Entäusserung (o termo “alienação” é coloquialmente utilizado no Brasil com conotação negativa, tanto que, por exemplo, o tradutor Viktor von Ehrenreich verteu *Entfremdung* por alienação e *Entäusserung* por exteriorização). A dialética do trabalho na perspectiva ontológica, possui, por um lado, uma dimensão “positiva” que se expressa no termo *Entäusserung*, que pode ser traduzido por exteriorização, objetivação ou extrusão e que aparece como *pressuposto negado* na forma histórica do trabalho alienado; e uma dimensão “negativa” – *Entfremdung* traduzido por alienação/estranhamento no trabalho, que aparece como aquilo que está *posto* na forma histórica do trabalho capitalista como trabalho estranhado (a distinção entre *pressuposição* e *posição* é uma das características da lógica dialética (FAUSTO, 1984)).

O trabalho como *Entäusserung* vem de *Ausser* (fora) e conota a idéia de uma vinda-para-fora, um sair de si, e também uma objetivação, um “fazer-se ser” ou “ser-aí”, ou mesmo, uma “coisificação”. *Entäusserung* também significa literalmente “externalização”. É nesse sentido que se constituiu a categoria ontológica de “trabalho” em Lukács, onde, o homem que trabalha é o animal tornado homem através do trabalho (no sentido de *Entäusserung* (LUKÁCS, 1986). Nesse caso, o trabalho na perspectiva ontológica possui o caráter de um processo de externalização, objetivação ou extrusão (*Entäusserung*), representando, nesse caso, uma dimensão positiva intrínseca à atividade humana.

A externalização, objetivação ou extrusão no trabalho é uma característica ineliminável da atividade produtiva do animal homem. Karl Marx no Capítulo 5 do livro 1 de “O Capital” intitulado “Processo de trabalho e processo de valorização”, num primeiro momento, define a categoria trabalho no sentido ontológico. Diz ele:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio como metabolismo entre o homem e a natureza” (MARX, 1986).

Nessa passagem, Marx expressa o trabalho como *Entäusserung*. É por meio da objetivação no trabalho que se expressa o metabolismo do homem com a natureza, onde – na linguagem hegeliana - o sujeito se reconhece e retorna para si mesmo, conhecendo-se melhor do que antes se conhecia, num enriquecimento, tanto no plano do conhecimento, quanto no da realidade.

O processo de trabalho como *Entäusserung* expressa um processo de “extrusão”, palavra insólita utilizado por Paulo Menezes para traduzir o conceito de *Entäusserung* (em Hegel) (Menezes observa que não encontrou em nosso idioma, outro vocábulo que transmitisse essa noção de uma exteriorização feita com *força*. Diz ele que exteriorização já corresponde a *Äusserung* e se necessitava de outra palavra para *Entäusserung*). Na verdade, o trabalho no sentido ontológico é uma *exteriorização feita com força* (a força de trabalho e a força da técnica, isto é, os meios de trabalho). Nele, o sujeito se reconhece, e mesmo, se conhece melhor depois dela e nela. Dali retorna sobre si mesmo, enriquecido com as determinações do exterior, ou da ordem do ser. Comprovou o que era em si e para si nesse ser outro, e está agora consigo mesmo reconciliado (traduzido em termos materialista, Marx disse: “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”). Na forma histórica do trabalho capitalista como *Entfremdung*- ou processo de trabalho como processo de valorização - a dimensão de *Entäusserung* existe tão-somente *pressuposto negado*.

O que está *posto* no modo de produção capitalista é o trabalho alienado ou trabalho estranhado (*Entfremdung Arbeit*). *Entfremdung* vem de *fremd* (alheio); traz a idéia de alienar, ou de alienar-se, tornar-se estranho a si mesmo. Conota uma perda, um “desessenciamento”. Gyorgy Markus observa que a “essência humana” pode ser encontrada no trabalho (como *Entäusserung*), na sociabilidade e na consciência.

Portanto, o estranhamento no trabalho (*Entfremdung Arbeit*) que caracteriza o mundo do capital, desessencializa o homem, alienando-o do trabalho (no sentido de *Entäusserung*), da consciência (fetichismo da mercadoria) e da sociabilidade. Portanto, *Entfremdung* no alemão significa “tornar-se (ou ser) cortado” (isso equivale ao sentido interpessoal da palavra inglesa *alienação*, como quando falamos de alguém alienado de seus amigos ou família).

No modo de produção capitalista propriamente dito, o processo de trabalho torna-se processo de valorização ou processo de produção de mercadorias ou formação de valor, onde o próprio trabalho aparece aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito (o trabalho como *Entäusserung*). No trabalho estranhado (*Entfremdung Arbeit*), o produto se aliena do trabalhador e vai somar-se ao capital, que é o outro polo da relação.

A dissociação ainda se acentua no *fetichismo da mercadoria*, em que o fruto do trabalho passa, por assim dizer, por uma “alienação na alienação” (alienação da consciência) e nos fluxos monetários (o fetichismo do capital-dinheiro) que tomaram, de maneira crescente, o lugar dos fluxos reais na economia capitalista. Assim, parece suficientemente caracterizada a *Entfremdung* (alienação) no traba-

lho que, por um lado, constitui um esvaziamento, ou perda de essência humana, em benefício de um ser-aí outro, alheio (*fremd*) (o capital), em que o sujeito não se reconhece, e que antes se lhe opõe como algo adverso.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl. “*O trabalho alienado*”. In: Florestan Fernandes (org.) Marx/Engels. Coleção Grandes Cientistas Sociais (História), tradução de Viktor von Ehrenreich, Editora Ática: São Paulo, 1984.

MARX, Karl. *O Capital* – crítica da economia política. Tomo I. tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Nova Cultural: São Paulo, 1996.

MENEZES, Paulo. “*Entfremdung e Entäusserung*”. *Ágora filosófica*, No. 1, Ano 1, jan-jun.2001.

FAUSTO, Ruy. Marx: *Lógica & Política*. Tomo II. Editora brasiliense: São Paulo, 1987.

MARKUS, Georgy. *Marxismo e Antropologia*: O conceito de essência humana na filosofia de Marx. Expressão Popular: São Paulo, 2015

LUKÁCS, Georg. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

Outras referências

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. 2ª. edição. Boitempo editorial: São Paulo, 2016.

LUKACS, Georg. *El jovem Hegel: Los problemas de la sociedad capitalista*. Grijalbo: México D.F., 1985.

ALVES, Giovanni. *A condição de proletariado: A precariedade do trabalho no capitalismo global*. Editora Práxis: Bauru, 2009.

RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. Boitempo editorial: São Paulo, 2001.

ANÁLISE REGIONAL

Roberto Tadeu Ramos Morais

Para se compreender a análise regional é preciso antes de mais nada entender o que é região. A melhor maneira de fazê-lo é a partir dos pressupostos da Geografia Crítica e da Geografia Humana (*Ver Verbete Geografia Humana*). Na primeira, o espaço regional é concebido como resultado da ação das forças capitalistas que conduziu a criação de regiões pobres e ricas. Já na Geografia Humana, a região é vista como resultado do uso do critério cultural na diferenciação do espaço, ou seja, os hábitos, valores, ritos e tradições de uma dada sociedade.

Entretanto, não é apenas a geografia que dá suporte ao processo de análise regional. A necessidade de um olhar interdisciplinar envolvendo várias áreas como economia, sociologia, administração, antropologia, história, demografia, entre outros, é característica marcante desta análise. Isard (1956) já afirmava que os estudos dessa área devem ser realizados por meio da interdisciplinaridade. Para ilustrar, podem ser citados alguns exemplos. Nas características evidenciadas nos estudos da Teoria Neoclássica de Localização os custos de transporte e mão-de-obra eram vistos como os principais fatores para a localização da atividade econômica. A teoria perrouxiana utilizava-se de procedimentos matemáticos e estatísticos para suas análises (RICHARDSON, 1975), e na Nova Geografia Econômica, de Krugman, a análise econômica da estrutura espacial da economia era realizada por meio de forças centrífugas e centrípetas dos locais produtivos.

Como qualquer método a análise regional possui características que lhe são próprias. Quatro aspectos são relevantes: a) os objetivos; b) as estratégias; c) os instrumentos e, d) a avaliação. Os objetivos se referem aquilo que se quer alcançar com os estudos; as estratégias correspondem ao 'como' e nos fazem responder a questionamentos da seguinte ordem: que regiões analisar?; como definir os critérios de escolha?; existe polarização?, entre outros.

O terceiro aspecto diz respeito ao tipo de descrição que se pretende obter, assim, a análise pode ser conduzida segundo as linhas estática, dinâmica e das potencialidades. Na estática delimitam-se regiões homogêneas que possuem coerência em níveis de desenvolvimento; na linha dinâmica a ênfase está na semelhança entre o tipo e o ritmo de evolução e, por fim, nas potencialidades se visa identificar zonas com perspectivas de desenvolvimento semelhantes (ABREU, 1996).

Por fim, o quarto e último aspecto, a avaliação do processo de análise regional corresponde a criação de um instrumental para a construção de indicadores e a compreensão da dinâmica das regiões.

Feitas estas considerações iniciais, é possível discutir as relações entre economia e espaço a partir de duas vertentes principais: as teorias de localização e as teorias do desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*).

A primeira vertente cuja corrente é denominada de Teoria Neoclássica da Localização conta com estudos de Von Thünen, Alfred Weber, August Lösch, Walter Christaller e Walter Isard. O problema da localização da firma é um tema costumeiro da economia espacial. Para os neoclássicos, a escolha pelo local é aprazado comumente pelo custo de transporte, custo de mão-de-obra e disponibilidade de matéria-prima.

Ainda, Christaller (1966) apresenta a Teoria dos Lugares Centrais e sua noção de centralidade urbana onde obstáculos naturais e infraestrutura determinariam maior ou menor centralidade de um produto e de uma cidade, isto é, numa região ideal os centros urbanos estariam localizados a uma mesma distância uns dos outros. Já Isard (1956) ao apontar o efeito da distância sobre as interações espaciais equacionou o problema da localização.

Na segunda vertente de estudos encontra-se a economia do desenvolvimento e sua Teoria de Desenvolvimento Regional cujas contribuições de François Perroux (1967), Albert Hirschman (1961) e Gunnar Myrdal (1972) possibilitam uma melhor compreensão desta discussão. Perroux (1967, p. 164) diz “O fato, elementar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em partes ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Deste modo, o agente principal da teoria dos polos é a indústria motriz ou indústria-chave, definida por Perroux como aquela que induz o crescimento na totalidade de um conjunto.

Hirschman (1961) introduz os conceitos de encadeamento para trás e para frente na qual o desenvolvimento é por natureza desequilibrado. Nesse sentido, algumas regiões são polos de crescimento e o propagam para outras regiões. Configura-se, assim, o que Hirschman (1961, p. 102) denominou de Teoria do Desenvolvimento Não-Equilibrado que postula ser o desenvolvimento “[...] o resultado final de uma série de avanços desiguais de um setor, seguindo pelos outros que o procuram alcançar”.

Em outras palavras, os investimentos em regiões menos providas de recursos deveriam dar prioridade a setores que proporcionassem efeitos significativos de encadeamento para frente (*forward linkage*) e para trás (*backward linkage*), já que atribuiriam valor mais elevado ao efeito multiplicador do investimento.

De acordo com Myrdal (1973) a partir de uma aglomeração inicial, uma região na qual existissem economia de escala e desenvolvimento tecnológico atrairia novos recursos, que reforçariam circularmente a sua expansão. Esta abordagem – Teoria da Causação Circular Cumulativa – mostra o processo de polarização do capital e dos recursos humanos para as regiões mais desenvolvidas, ou seja, perpetuando a desigualdade e o desequilíbrio.

Para finalizar, é necessário apresentar alguns métodos e técnicas para a análise regional. As medidas de localização se preocupam com o local das ativi-

dades entre as regiões procurando verificar padrões de concentração ou dispersão espacial. Já as medidas de especialização se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região objetivando analisar o grau de especialização regional, assim como sua diversificação interperíodos.

Dentre as medidas de localização e especialização destacam-se o quociente locacional (QL) (*Ver Verbetete Quociente Locacional*) e o coeficiente de associação geográfica (CA_{ik}). O primeiro compara a participação percentual de uma região **j** qualquer em um setor **i** com a participação percentual na mesma região **j** na economia referência. Valores de QL_{ij} superiores à unidade, na região **j** indicariam setores mais importantes, relativamente a outros, na economia de referência, identificando possibilidades de exportação. O CA_{ik} compara distribuições percentuais dos setores **i** e **k** entre duas regiões quaisquer. Quanto mais próximo de zero mais associados geograficamente estarão os dois setores.

O método insumo-produto é bastante utilizado para analisar os impactos decorrentes, entre outros, de mudanças relativas a aspectos tributários, de política públicas, da inserção de novas atividades na economia e de mudanças nas tecnologias dos setores produtivos. A análise multivariada utiliza a estatística descritiva que trabalha com medidas (atributos) múltiplos de uma ou mais amostras de indivíduos.

Sabe-se que os índices espaciais de segregação urbana são suscetíveis a uma interferência conhecida como *Modifiable Areal Unit Problem* (MAUP), ou, Problema da Unidade de Área Modificável. Nesta análise, os resultados dos índices variam com a alteração das fronteiras das unidades de análise considerados em seu cômputo. Atenção especial deve ser dada aquilo que se denomina de **falácia ecológica**, isto é, o erro na argumentação baseado na interpretação dos dados estatísticos agregados.

Seria pretencioso e reducionista querer aqui esgotar o tema. Embora essa análise seja parcial, o olhar empreendido reside no sentido de demonstrar os distintos posicionamentos teóricos que marcaram ao longo do tempo o processo de análise regional. Adicionalmente, isso permitirá compreender os singulares recortes espaciais que são encontrados na realidade a partir destes modelos, métodos e técnicas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.T. de. *Alguns métodos de análise regional*. Lisboa: Editora Império, 1966.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- HIRSCHMAN, A. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- ISARD, W. *Location and space-economy*. Cambridge: MIT Press, 1956.
- MYRDAL, G. *Against the stream: critical essays on economics*. London: Mcmillan, 1973.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Moraes Editora, 1967.
- RICHARDSON, H.W. *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ANTROPOCENO

Rosemary Vieira

A Terra tem cerca de 4,5 bilhões de anos e a extensão do tempo geológico é dividida em “pacotes” distinguidos por registros fósseis: as Eras (como a Cenozoica), que são subdivididas em Períodos (por exemplo, o Cambriano ou o Cretáceo); os períodos, por sua vez, são divididos em épocas e idades. O último período do tempo geológico, o Quaternário, teve início há cerca de 2,6 milhões de anos e inclui duas épocas: Pleistoceno e Holoceno. O Holoceno é o mais curto na escala geológica de tempo, com início aproximado há 11.500 anos Antes do Presente (AP), e caracteriza-se como o último de uma série de fases climáticas interglaciais dentro de um ciclo glacial iniciado há cerca de 2 milhões de anos. É formalmente subdividido pela Comissão Internacional de Estratigrafia em três idades: Gronelandiano, Norte-gripiano e Meghalaiano. O Antropoceno seria a terceira época do Período Quaternário.

O termo Holoceno foi adotado no Congresso Geológico Internacional, em 1885, para a época geológica pós-glacial. Durante o Holoceno as atividades humanas cresceram e se intensificaram, reconhecidas atualmente como uma força geológica, geomorfológica e climática. A escala e a intensidade das interações humanas com os sistemas terrestres se aceleraram nas últimas décadas, mesmo que a ação humana tenha sido presente ao longo da história e da pré-história. O homem atualmente habita, visita, visualiza praticamente todos as partes do planeta, além das viagens espaciais e planos para a colonização da Lua e até de Marte. Essas interações certamente se intensificarão com o crescimento da população humana, projetada para mais de 10 bilhões no final deste século.

Enquanto o aumento da concentração de gases estufa é considerada uma forçante de origem antrópica no sistema climático global, a qual induz a alterações nos processos e sistemas terrestres, o desenvolvimento de outras atividades também atua na modificação do clima e das paisagens (Ver Verbete Paisagem), com fortes impactos sobre as condições ambientais (Ver Verbete Impactos Ambientais), tais como os efluentes industriais, degradação da terra para fins agropastoris, urbanos e extrativos, e a apropriação e uso crescente da água (Ver Verbete Uso da Água).

A atividade humana começa a mudar rápida e expansivamente o meio ambiente durante a Revolução Industrial (1850 CE) e se intensifica durante a Grande Aceleração (1950 CE). A partir do séc. XIX os cientistas começaram a atentar para a extensão da influência humana sobre o planeta. A obra *Man and Nature, or Physical Geography as Modified by Human Action*, de George Perkins Marsh (1864) é considerado como o primeiro trabalho de relevância sobre mudanças globais

antropogênicas. Em 1871, o geólogo italiano, Angelo Stoppani cunhou o termo “Antropozoico” para indicar a escala temporal dessa transformação, cujo poder e universalidade poderia ser comparada às grandes forças terrestres. Já no final do século, em 1896, o trabalho pioneiro do cientista sueco Svante Arrhenius e a subsequente confirmação de Thomas Chamberlain exploram a relação entre a concentração de CO₂ e o aquecimento da atmosfera. Calcularam que a atividade humana poderia aquecer substancialmente a atmosfera pela emissão de dióxido de carbono.

As mudanças (Ver Verbete Mudanças Climáticas) produzidas pelas atividades humanas na superfície, nos oceanos, na criosfera e no clima estão sendo tão rápidas e intensas que levaram a elaboração do conceito de uma nova época geológica, o Antropoceno, pelo ganhador do Prêmio Nobel, o químico atmosférico Paul Crutzen e pelo ecologista Eugene Stoermer, o qual tem sido seriamente debatido e aperfeiçoado em anos recentes. Os autores propõem a segunda metade do século 18, o começo da Revolução Industrial, como o início do Antropoceno, devido aos efeitos globais das atividades humanas que se tornaram notáveis durante os últimos três séculos e tomam como referência os testemunhos de gelo coletados nas regiões polares que registram o crescimento da concentração atmosférica de diversos gases estufa. Crutzen e Stoermer relacionaram o Antropoceno com a emissão de dióxido de carbono a partir dos combustíveis fósseis; os dados obtidos com os testemunhos de gelo coincidem com a invenção do motor a vapor por James Watt, em 1784.

Evidências expressivas agora confirmam que os humanos estão modificando a Terra de forma sem precedentes: mudança climática global, acidificação dos oceanos, alteração do ciclo global do carbono, nitrogênio e de outros elementos, desmatamento e queimadas de florestas em grande escala, acumulação de plásticos, extinção em massa de espécies e de epidemias (Ver Verbete Pandemia).

Diante da abundância de provas, a proposta de reconhecimento do Antropoceno como uma nova época do tempo geológico parecia ser aceita sem questionamentos. No entanto, o conceito de Antropoceno permanece altamente controverso até mesmo entre os geocientistas. Os argumentos se baseiam se existem provas científicas suficientes e comparativas para essa época. Propostas para o início do Antropoceno variam desde o domínio do fogo pelo homem ao início das atividades agrícolas há mais de 10.000 anos até o ano de 1964, pico das atividades nucleares, todas elas baseadas nas análises de testemunhos de gelo e de sedimentos. Para analisar o que o termo significa precisamente foi criado em 2009, por um pequeno grupo da Sociedade Geológica de Londres e outros cientistas, o Grupo de Trabalho do Antropoceno.

A proposta formal para a nomeação desta nova época dentro da Escala Geológica de Tempo está em análise pela Comissão Internacional de Estratigrafia e

a União Internacional de Ciências Geológicas. O Antropoceno é tratado como um fenômeno geológico, mas as forças condutoras estão centradas no comportamento humano, em especial nas esferas social, política e econômica. Isso também explica a controvérsia sobre o tema, pois para muitos cientistas Antropoceno é melhor aplicado como um termo cultural, tal como o Neolítico, mais do que geológico. Um outro ponto que atrai a atenção dos pesquisadores se remete ao estabelecimento preciso do limite temporal entre o Holoceno e a proposta para o Antropoceno, ou seja, quando exatamente, os humanos passaram a ter domínio sobre os ambientes terrestres. Identificar essa transição envolve várias questões, tais como: estabelecer a procedência das variáveis estratigráficas, atmosféricas e bióticas para o início do Antropoceno; o grau de modificação e controle dessas variáveis; qual a escala geográfica de análise e o quanto da superfície terrestre sob intervenção humana deve ser documentado; conjunto de dados que sejam relevantes e aceitáveis para o estabelecimento do início da Época.

Baseadas nesses critérios, propostas alternativas a da Revolução Industrial e mudanças globais da atmosfera foram elaboradas: (1) Solos antropogênicos ou Antroposolos afetados marcadamente pelas atividades humanas como o uso de arado, fertilizantes, contaminação. A transição do Holoceno para o Antropoceno recua para aproximadamente 2000 anos AP; (2) Agricultura e mudanças globais na atmosfera a partir do início das atividades agrícolas e consequente emissão de metano na atmosfera, o qual remonta para cerca de 5000 anos AP. A destruição de florestas associada a agricultura com emissão de CO₂ é estimada em torno de 8000 anos AP; (3) Predação da megafauna e mudanças na cobertura vegetal, ocorrida há cerca de 13.800 anos AP.

Mesmo havendo consenso entre vários estudiosos sobre a Revolução Industrial como provável início do Antropoceno, outras propostas alternativas também foram recentemente consideradas: (1) a fusão do Holoceno com o Antropoceno, uma vez que existem evidências inequívocas em escala global que marcam o início da domesticação de plantas e de animais, há cerca de 11.000-9000 anos AP. Assim, o início do Antropoceno coincidiria com o limite Pleistoceno-Holoceno e não haveria a necessidade de criar uma nova época geológica; (2) o início do Antropoceno em 1950 EC (Era Comum), em função da queima acelerada de combustíveis fósseis, elevação da temperatura média global em cerca de 0,9°C nos últimos 70 anos (e 1,1°C no período 1900-1950 EC) como algumas das consequências em escala global do aumento da população mundial, da agricultura em escala industrial, do desenvolvimento do conhecimento tecnológico, da elevação do PIB e do consumo de energia per capita. Esse período também é conhecido como “Grande Aceleração”.

O estabelecimento da nova época geológica formalizará, portanto, o uso do termo Antropoceno, já aplicado amplamente no meio científico ao descrever as mudanças induzidas pelas ações humanas.

REFERÊNCIAS

CAREY, J. Are we in the “Antropocene”? **Proc Natl Acad Sci USA**. Apr 2;113 (15):3908-9. 2016. DOI: <http://doi.org/10.1073/pnas.1603152113>.

CRUTZEN, P.J. Geology of mankind. **Nature**, 415, 23. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1038/415023a>

CRUTZEN, P.J., STOERMER, E.E. The “Anthropocene”. **IGBP Newsl.** 41, 17-18. 2000.

ELIS, E.C. Anthropocene: A Very Short Introduction. Oxford University Press, Oxford. 2018. 183p.

MASLIN, M. Climate Change: A Very Short Introduction. Oxford University Press, Oxford. 2014. 187p.

McDERMID, S.S., WINTER, J. Anthropogenic forcings on the climate of the Aral Sea: A regional modeling perspective. **Anthropocene**, 20, 48-60. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2017.03.003>.

SMITH, B.D., ZEDER, M.A. The onset of the Anthropocene. **Anthropocene**, 4, 8-13. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ancene.2013.05.001>

SYVITSKI, J., WATERS, C.N., DAY, J. *et al.* Extraordinary human energy consumption and resultant geological impacts beginning around 1950 CE initiated the proposed Anthropocene Epoch. **Commun Earth Environ** 1, 32, 1-13. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s43247-020-00029-y>

ZALASIEWICZ, J., WILLIAMS, M., HAYWOOD, A., ELLIS, M. The Anthropocene: a new epoch of geological time? **Phil. Trans. R. Soc. A**. 3698, 35–841. 2011. DOI: <http://doi.org/10.1098/rsta.2010.0339>

APOIO SOCIAL

Tânia Rudnicki

O homem, em sua essência, é um ser social, inserido em uma sociedade, com a qual interage e estabelece diversificadas relações. Estudos vêm sendo feitos, desde a década de 1970, sugerindo que a ruptura dos laços sociais afeta o sistema de defesa do organismo, influenciando na manutenção da saúde, tornando o homem vulnerável a diferentes enfermidades, além de prejudicar condutas adaptativas, em situações de estresse.

A influência dos laços sociais no risco de adoecer e morrer, detectando em seu estudo que, dispor de uma rede social e receber ajuda das pessoas que pertencem a esta, traz benefícios a saúde e ao bem-estar. Desta forma, pode-se inferir que a rede e o apoio social são significativos na manutenção da saúde das pessoas. O apoio social é entendido como um dos recursos oferecidos pela rede relacional de um indivíduo num momento de fragilidade, com intenção de amenizar ou moderar o impacto causado pelo estresse (Ver Verbete Estresse no Trabalho).

Para que se compreenda estratégias psicossociais de apoio no campo da Psicologia, é importante conceitualizar rede social (RS), apoio social (AS) e vínculos. A rede social (RS) pode ser entendida como conjunto de relações significativas de cada pessoa. O somatório de todos aqueles, os quais a pessoa percebe como significativo no seu universo relacional, independentemente do campo de ação que se analise. A RS possui papel relevante no reconhecimento potencial de segurança de cada pessoa e para a construção da noção de si, bem como pressupõe o reconhecimento de potenciais ofertas de apoio, refúgio e recursos. Está relacionada ao grupo de pessoas com as quais alguém pode manter contato - alguma forma de vínculo social. O AS está mais voltado para os recursos que outras pessoas, como os amigos e familiares, podem disponibilizar em situações de necessidade.

Desta forma, entende-se que a rede social se refere às características estruturais das relações sociais e a rede de apoio é o subconjunto dessas relações, ou seja, o reconhecimento e a valoração estratégica dos vínculos, que desempenham as diferentes funções do AS. Ao longo da vida, somos expostos a diversas situações que se apresentam como desafios, que podem nos levar a um desenvolvimento positivo, mas também nos deparamos com eventos, frente aos quais nos percebemos incapazes de lidar, o que pode gerar tensão no organismo. Este estado é denominado estresse. Assim, estresse é qualquer demanda, interna ou externa, que exceda os recursos individuais disponíveis para lidar com esta determinada situação. Trata-se, portanto, da relação entre o sujeito e o ambiente e da atribuição de significados aos eventos cotidianos.

O processo de redução da capacidade de utilização de recursos cognitivos, corporais e ambientais de forma adaptativa, resulta em um enfraquecimento ou rompimento das redes sociais. Esta situação pode dificultar o uso dos recursos interrelacionais que talvez possam auxiliar a pessoa em sua recuperação, assim como em sua integração social. Daí a importância das redes sociais, do apoio social e da sua relação com o bem-estar do ser humano.

Desta forma, verifica-se a necessidade de adaptações emocionais e comportamentais para o enfrentamento dos estressores, de forma que sejam mantidos níveis satisfatórios de bem-estar e qualidade de vida no decorrer da vida. Nesse sentido, respostas de enfrentamento satisfatórias para aliviar o estresse precisam ser mais estudadas, bem como aprender intervenções com a finalidade de atenuar o sofrimento psíquico experimentado. Importante salientar que o apoio de familiares, amigos, vizinhos ou colegas tem sido descrito na literatura como uma ferramenta importante para o enfrentamento do estresse, pois auxilia o indivíduo a superar seus problemas, ameniza sua vulnerabilidade (Ver Verbete Vulnerabilidade) situacional e pode contribuir para a adoção de estilos de vida saudáveis e tomada de decisões mais responsáveis.

REFERÊNCIAS

- GUARESCHI, P. A. Ética e relações sociais entre o existente e o possível. In: Jacques, M. G. C., Nunes, M. L. T., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A. (eds). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2008. 210p. ISBN: 978-85-99662-89-2. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-03.pdf>. Acesso março 2021.
- GRIEP, R. H., CHOR, D., FAERSTEIN, E., WERNECK, G. L., LOPES, C. S. Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pro-Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, 703-714, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000300004>. Acesso março 2021.
- PIZZINATO, A., PAGNUSSAT, E., CARGNELUTTI, E. S., Lobo, N. S., & Motta, R. F. (2018). Análise da rede de apoio e do apoio social na percepção de usuários e profissionais da proteção social básica. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 23, n. 2, 145-156. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180015>. Acesso março 2021.
- SADIR, M. A., BIGNOTTO, M. M., & LIPP, M. E. N. Stress e qualidade de vida: Influências de algumas variáveis pessoais. **Paideia**, v. 20, n. 45, 78-81, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100010>. Acesso: março 2021.

SARASON, I. G., SARASON, B. R., SHEARIN, E. N., PIERCE, G. R. A brief measure of social support: Practical and theoretical implications. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 4, n.4, 497-510, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0265407587044007>. Acesso março 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CASSEL, J. An epidemiological perspective of psychosocial factors in disease etiology. **American Journal of Public Health**, v. 64, n, 11, 1040-1043, 1974. Disponível em: 10.2105/ajph.64.11.1040. Acesso: março 2021.

COBB, S. Social support as a moderator of life stress. **Psychosomatic Medicine**, v. 38, n. 5, 300-14, 1976. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1097/00006842-197609000-00003> Acesso: março 2021.

STEIN, E. R., SMITH, B. W. Social support attenuates the harmful effects of stress in healthy adult women. **Social Science & Medicine**, v. 146, 129-136, 2015. Disponível em: 10.1016/j.socscimed.2015.10.038. Acesso: março 2021.

YILDIRIM, N., KARACA, A., CANGUR, S., ACIKGOZ, F., AKKUS, D. The relationship between educational stress, stress coping, self-esteem, social support, and health status among nursing students in Turkey: A structural equation modeling approach. **Nurse Education Today**, 48, 33-39, 2017. Doi: 10.1016/j.nedt.2016.09.014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27701030/> Acesso: março 2021.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL)

Carlos Águedo Paiva
Claudionir Borges da Silva

A despeito de sua larga utilização na literatura contemporânea sobre desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*), ainda não se alcançou um consenso acerca do significado da categoria “Arranjo Produtivo Local” (ou APL). A versão dominante é aquela que consta do “Termo de Referência para a Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais”, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial da Política de Apoio ao Desenvolvimento de APLs (doravante, GTIPADAPLs).

De acordo com a mesma, **um Arranjo Produtivo Local “se caracteriza por um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas”** (BRASIL, 2004, p. 5). Ora, uma vez que esta é a definição adotada pelo Governo Brasileiro em sua política industrial de apoio aos APLs, ela ganha *status* de oficialidade, devendo ser aceita como uma definição pertinente do termo. Não obstante, também é preciso reconhecer que ela não é a única definição disponível na literatura, havendo alternativas que também contam com ampla difusão. E esta difusão não é gratuita, tendo por base três oposições: 1) Aglomeração X Arranjo; 2) Local X Territorial; 3) Arranjo X Sistema. Analisaremos cada uma destas oposições nos parágrafos abaixo.

Segundo a definição do GTIPADAPLs, a existência de conjunto de firmas “que atuam em torno de **uma mesma** atividade produtiva” é condição suficiente (no plano da organização produtivo-industrial) para a identificação de um Arranjo. Parcela expressiva de analistas, contudo, preferem diferenciar simples “**aglomerações**” (*Ver Verbete Aglomeração de Empresas*) de arranjos propriamente ditos. Estes últimos apenas emergiriam quando a **aglomeração** inicial já tivesse ganhado suficiente escala para alimentar a instalação no território de firmas fornecedoras de suprimentos (insumos) e/ou prestadoras de serviços (transporte, marketing, formação de mão-de-obra, manutenção de equipamentos, etc.); vale dizer, quando a aglomeração inicial, baseada numa única atividade, se transformasse em uma **cadeia**.

A importância da distinção encontra-se no fato de que o encadeamento produtivo no território (*Ver Verbete Território*) altera de forma qualitativa a competitividade do mesmo e não só por deprimir custos de transporte e de transação entre firmas. Ainda mais importante é o fato de que a instalação de uma cadeia em torno da aglomeração original possibilitar a diversificação produtiva territorial através: 1) da emergência de novas aglomerações nos elos secundá-

os, que podem vir a se tornar base de novas cadeias/arranjos; e 2) ao ampliar de forma significativa o mercado consumidor do território com a renda derivada dos postos de trabalho criados nos novos elos produtivos.

Se tomamos os termos da categoria “Arranjo Produtivo **Local**” com rigor, fica evidente que a mesma se refere a um padrão muito particular de concentração espacial: a **localidade**. Não obstante, na definição do GTIPADAPLs reproduzida acima não há qualquer referência a território: o “espaço” pertinente do APL fica indeterminado; no limite, pode ser qualquer um. E isto não parece ser gratuito, mas um desdobramento da grande expressão econômica dos “Arranjos Agroindustriais” na economia brasileira.

Ora, os elos nucleares destes arranjos são as distintas produções agropecuárias, que se caracterizam justamente pela elevada dispersão territorial. Por mais complexos e encadeados que sejam os arranjos agroindustriais (comportando desde insumos para agropecuária, até o beneficiamento, transporte e comercialização da produção rural), eles são irredutíveis a uma única localidade. O que impõe uma questão: ou os tratamos como APLs – esgarçando a categoria de “localidade” até a perda de significado – ou reconhecemos – o que nos parece mais sensato – que há dois tipos distintos de Arranjos Produtivos: os Locais (APLs) e os Regionais (APRs). Os Arranjos Produtivos Agroindustriais são, como via de regra, Arranjos Regionais.

Deste modo, a definição proposta pelo GTIPADAPLs ignora a distinção entre Arranjo e Sistema Produtivo, ao pretender que todo e qualquer Arranjo deva comportar “algum mecanismo de governança”. Quer nos parecer que esta seja uma exigência que sobrecarrega a categoria. Assim como a emergência de Aglomerações (vide verbete) é um processo contingente, não planejado, o mesmo ocorre usualmente quando aquelas primeiras transitam para a forma de Arranjo. As primeiras empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviço às firmas que atuam no elo nuclear emergem que se instalam no território o fazem a partir de estratégias individuais, isoladas e não-cooperativas. E basta a emergência destes elos para que a Aglomeração ganhe *status* de Arranjo. A cooperação consciente e a governança coletiva é um outro passo, um passo que pode ser dado ou não. Quando se avança neste sentido, o Arranjo ganha resiliência e competitividade, viabilizando o planejamento de agentes privados e uma ação mais eficaz e eficiente do setor público. Esta transição é tão importante que muitos autores preferem denominar os APLs portadores de sistemas de governança por um nome discretamente distinto: **Sistemas** Produtivos Locais (SPLs) (*Ver Verbetes Sistema Produtivo Local*).

É bem verdade que a implantação de um sistema de governança é amplamente estimulada pela emergência do Arranjo: a existência de interesses comuns entre empresários que atuam em distintos elos de uma mesma cadeia produtiva torna-se evidente toda a vez que emergem novos desafios competitivos, em espe-

cial nos quadros de estagnação do mercado da atividade nuclear. Se esta não cresce, nada mais cresce. O que contribui para a emergência do espírito de cooperação.

Mas a distância entre “perceber-se parte do todo” e “articular um sistema de solidariedade e governança” não pode ser subestimada. Para que emergja um sistema de planejamento coletivo é preciso que exista algum sentimento de comunidade cívica, de identidade, de pertencimento ao sistema produtivo que se transforma em expressão cultural da comunidade.

Isso se estabelece mediante ao enraizamento e conhecimento das diferentes etapas do processo produtivo, transformados em conhecimento partilhado. Esse conhecimento se estende a todos os envolvidos a ponto de a experiência evoluir para a análise objetiva e tecnicamente amparada acerca das dificuldades e potencialidades de mercado e inovação do (já não mais Arranjo, mas) Sistema Produtivo Local.

REFERÊNCIAS

COCCO, G. *et al.* (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

PAIVA, C. *Aglomeraciones, arranjos e sistemas produtivos locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento?* Redes (Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul - RS, v. 10, n.3, p. 9-24, 2005.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Celta Editora, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Termo de referência para a política de apoio aos Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: Departamento de Competitividade Industrial, 2004. Disponível em: portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/biblioteca/dwnl_1289322946.pdf

ASSENTAMENTOS RURAIS

Ivaldo Gehlen

O conceito de Assentamento (Ver também Verbete Assentamento Urbano) é amplo. Sempre se refere a pessoas ou famílias ou comunidades humanas, existentes a mais de cem mil anos (há divergência no debate sobre esta datação) e que se definem basicamente por instituir de forma organizada e com fins específicos a ocupação e o uso de territórios (Ver Verbete Território). Existem diferentes tipos de assentamentos cujo leque se abre dos autopromovidos e auto-organizados até os compulsórios ou impostos, em geral, por governantes como parte para solução de conflitos ou por necessidade de expansão. Assentamentos que visam solucionar conflitos são, por exemplo, os de deslocamentos populacionais em razão de pressão social por oportunidades ou necessidades, os de liberação de territórios por interesse público ou obras públicas, os de razões militares. Os de riscos naturais, entre outros. Os de expansão territorial são os de colonização ou recolonização, normalmente de caráter civilizatório, ou seja, impor uma determinada racionalidade de uso ou simplesmente ocupação como expansão de domínio de poder através de substituição ou expansão de valores (ideológicos, religiosos, culturais ...), como foi o caso da conquista e colonização do continente americano.

Nos últimos séculos, se observa de forma crescente a ocorrência de assentamentos originários de conjunturas políticas locais ou regionais ou de repressões socioculturais, incluindo-se religiosa. Atualmente o conceito mais comum utilizado para essas situações é o de refugiado. Porém para caracterizar-se como assentamento é necessário que constituam ocupação territorial em caráter permanente e de forma organizada, relativamente concentrada ou delimitada. Neste caso não se trata de um processo migratório disperso como por exemplo de brasileiros para o Japão ou para Portugal ou outros países, mas seu caráter predominantemente compulsório, como os das ex-colônias francesas na África, que geraram assentamentos urbanos importantes em algumas cidades da França. Recentemente se observa a criação de assentamentos na Alemanha e em outros países europeus com refugiados do Norte da África ou do Oriente Médio, caracterizando uma incorporação a um ambiente socio econômico e cultural de certa forma forçada, ainda que com tolerâncias e relativa liberdade no âmbito das comunidades, porém sem perspectivas de retorno à origem.

Os últimos dois séculos, a partir da metade do XVIII, sobretudo, grandes obras de infraestrutura geraram inúmeros reassentamentos ou assentamentos de populações desalojadas, caso de barragens, ou deslocadas, caso da construção de Brasília, que desde sua concepção reservou territórios para os migrantes (Ver Verbete Migrantes Sazonais) que iriam construí-la e que passaram a compor a identidade da cidade.

No que se refere ao tema do verbete Assentamentos Rurais, também é complexo e diverso. Parte deles são formados a partir de uma oferta, pública ou privada, de território para implante de unidades produtivas e aderidos por interessados diversos desde que preencham um perfil mínimo exigido e que normalmente são conhecidos como projetos de colonização. Neste caso podem fazer parte de interesses de expansão em terras desocupadas para uso agropecuário ou de substituições de usuários de terras considerados pelos governantes como não adequados aos interesses ou às expectativas econômicas de seu uso. Se estabelece aí o conflito de fronteira econômica, social, cultural e de valores identitários entre os chegantes, em geral de uma cultura dominante e o assentado local (MARTINS, J.de S. 1997), por vezes com raízes que se perdem na datação da tradição. Com maior ou menor impacto aconteceram desde meados do século 18 com o projeto de colonização da Costa Sul do Brasil com açorianos. Esse território era ocupado por indígenas de diversas etnias. Nessa mesma época criaram-se as Colônias com indígenas guaranis, deslocadas da região missioneira do Rio Grande do Sul, visando eliminar o conflito das Missões e utilizar-se do conhecimento daqueles indígenas em diversos afazeres profissionais expandindo. Desse processo resultaram diversas cidades no Rio Grande do Sul, como Rio Pardo e Gravataí. Esta, na origem chamava-se Colônia dos Anjos.

Mais tarde, a partir do primeiro quarto do século 19 deu-se início ao Projeto colonizatório/civilizatório com imigrantes europeus em diversos estados brasileiros, especialmente São Paulo, Espírito Santo, metade norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Oeste do Paraná, através de grandes projetos de assentamento em terras com acesso facilitado pelos governos. Estes territórios, no entanto, estavam povoados e em parte ocupados economicamente por indígenas, caboclos e outros posseiros. O modelo de assentamento utilizado foi o de transposição, da experiência histórica dos imigrantes, para o local de destino, ou seja, constituição de comunidades quase autocráticas e autossustentáveis. Junto com famílias produtoras rurais eram assentados artesões das mais variadas atividades, ferreiros, alfaiates, comerciantes, marceneiros, religiosos, tecelões, agroindustriais familiares, etc. para dar suporte aos assentados e para integrar estes ao mercado interno, ou seja, brasileiro. Deu-se origem ou base ao modelo de desenvolvimento (Ver Verbetes Desenvolvimento) moderno atualmente vigente nessa região (Ver Verbetes Região).

Esse modelo, a grosso modo, foi seguido no grande processo de mobilidade dentro do Brasil ou interna das novas gerações desses assentados vindo do exterior, principalmente, depois de 1940, pois o conhecido fenômeno do esgotamento de terras disponíveis, induziu seu deslocamento em direção a outros estados da Federação principalmente da Região Centro Oeste e mais recentemente da Região Norte.

Os processos até aqui postos têm sido resultados da indução do Estado ou de Organizações legitimadas pelo Estado. A partir de meados dos anos 1950 emergem processos conhecidos como Luta pela Terra autogerenciados por organizações dos interessados em criar assentamentos que incluíssem os demandantes de terras para fins agropecuários. São na maioria chefes de famílias não necessariamente moradoras no meio rural (Ver Verbete Território Rural), mas que não possuem recursos próprios para iniciar ou continuar atividades de uso adequado da unidade produtiva, ou seja, compra e uso adequado de terras agricultáveis. À medida que a modernização tecnológica e financeirização da agropecuária avança, crescem as pressões pelo acesso à terra de quem estava sem recursos para compra ou já não encontrava mais disponibilidade para compra. Deságua no que genericamente chama-se Luta Pela Terra, sob a palavra de ordem: Reforma Agrária (Ver Verbete Reforma Agrária).

Os assentamentos oriundos da Reforma Agrária, nesse processo aqui referido, se pautam desde o início pelo modelo dos assentamentos da colonização herdada dos países do sul da Europa, ou seja, criação de unidades produtivas familiares, conhecidas como parcelas, lotes ou glebas formando comunidades, culturalmente miscigenadas por identidades étnicas diversas. A maioria centralizadas quase exclusivamente na produção rural diversificada, que inclui algumas formas artesanais, também conhecidas como unidades ou propriedade pluriativas (Ver Verbete Pluriatividade). Esses assentamentos resultam de processo desapropriatório de imóveis pertencentes no geral a um único proprietário, são de tamanho muito diferentes em área e em número de assentados. O argumento principal para desapropriação para fins de Reforma Agrária é condicionar o uso da terra à sua função social, no caso uso racional e adequado dos recursos naturais (Ver Verbete Recursos Naturais) preservando o meio ambiente e os aspectos legais.

Esse tipo de assentamento, no Brasil, é gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA) que terceiriza grande parte das atividades de implantação e implementação, seguindo regras e política nacional. O assentado se compromete a viabilizar o uso da terra para seus fins, utilizando basicamente mão de obra familiar, contando com apoio de crédito, de assistência técnica e de infraestrutura básica, como moradia, escola, eletricidade, acesso à água, estradas vicinais, entre outras, atendendo o chamado PDA ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Desde o início dos anos 1980 foram criados os primeiros assentamentos no Sul do Brasil como sendo Projeto de Reforma Agrária, diferenciando-se dos Projetos de Colonização. Até 1920, segundo relatório do INCRA (2020), foram constituídos perto de 10 mil assentamentos ocupando quase 90 milhões de hectares e quase um milhão de famílias.

O acesso ou direito ao lote é adquirido por inscrição junto ao INCRA ou, na

imensa maioria através do processo conhecido como Luta pela Terra e que tem organizações próprias para mobilizar, organizar e acompanhar. A principal é conhecida como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, além das tarefas referidas, faz pressão sobre os governantes tanto para expandir o processo de assentamentos quanto para viabilizar e melhorar a qualidade desses assentamentos.

A literatura sobre o tema tem, no geral, reconhecido algumas mudanças na sociedade geradas pelos assentamentos rurais oriundos da Reforma Agrária. Pode-se resumir a três mudanças significativas, com base nos estudos de Piccin (2012). A territorialização de grupos sociais modificando a estrutura agrária local. Melhorias nas condições de vida e nas relações sociais das famílias assentadas. Vivências e (re)significações do cotidiano e de suas trajetórias que redefinem comportamento e até mesmo identidades socioculturais.

Cabe observar que, muitas vezes, sobretudo em relatórios governamentais se identifica a regularização fundiária como assentamento. A rigor não é a mesma coisa, embora em muitos casos os beneficiários da regularização estejam organizados de modo a se enquadrarem no conceito de assentamento. Regularização fundiária é o reconhecimento ou titulação legal de uma unidade, que possui características muito semelhantes às unidades de assentados pelo INCRA, e que é ocupado por uma família a algum tempo, na condição de posseiros, ocupante ou com outro nome semelhante.

Assentamento, portanto, é muito mais que formação de simples povoados ou conglomerados de “outros” (MARTINS, 1997), é um processo complexo de interação, de mudanças de quem chega e de quem já está no território, de novas oportunidades, de transformações socioeconômicas e de criação ou recriação de identidades socioculturais. Talvez seja essa a principal estratégia de dinamização e recriação das sociedades no mundo. Sobre esta temática foram produzidas muitas Teses e Dissertações, além de livros e inúmeros artigos em revistas. Grande parte encontra-se disponível na Internet com acesso gratuito.

REFERENCIAS

IANNI, Octavio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes 1979

INCRA (INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2020. Publicado em 28 de janeiro de 2020. In file:///C:/HD%20PRINCIPAL/HDIvaldo%20principal/EVENTOS%20FUTUROS%20%20OU%20recentes/Diconario%20FACCAP%20fev%202021/ASSTOS%20RURAIIS/Assentamentos%20RURAIIS.html (consultado 11 de abril de 2021).

MARTINS, J.de S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997

MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio (orgs). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Rio de Janeiro. CPDA, DDAS/ICHS/UFRRJ,1999.

PICCIN, Marcos Botton. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. Economia e Sociedade, Vol 21 N° 1. Campinas abr 2012, p. 115 a 141.

ASSENTAMENTOS URBANOS

Mario Leal Lahorgue

Etimologicamente, assentar, verbo do qual assentamento é derivado, provem do latim *adsentare*, significando estar sentado, encaixar, combinar. Assim, um assentamento é um ato de se estabelecer em algum lugar de forma mais ou menos permanente, contrastando com atividades nômades. Neste mesmo sentido, assentamento é um núcleo de povoamento. Portanto, a história das cidades pode ser vista como a história do assentamento humano, passando de uma situação de nomadismo para sedentarismo. Quando grupos humanos produzem um excedente agrícola, que permite uma divisão de trabalho mais complexa e a possibilidade de alguns não trabalharem diretamente para sua subsistência, estão dadas as condições para assentamento em um sítio e, portanto, o nascimento das cidades (HARVEY, 1980:185).

Em um sentido mais geral, de núcleo de povoamento, é possível entender por que no Brasil a palavra está fortemente associada ao meio rural (Ver Assentamentos Rurais), aparecendo mais frequentemente na expressão assentamentos rurais. Na página do INCRA, por exemplo, a pergunta “o que é um assentamento?” é respondida como “o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário (pessoa física ou jurídica)” (INCRA, 2020). No Brasil, processos de Reforma Agrária (Ver Verbete Reforma Agrária) e regularização fundiária rural são considerados, portanto, assentamentos. Isto mostra também que um assentamento não necessariamente é o estabelecimento de um núcleo urbano, ainda que o contrário seja verdadeiro: todo núcleo urbano é um ato de instituição de um núcleo de ocupação permanente, portanto, assentamento.

É interessante constatar que no meio urbano, à semelhança do meio rural, quando se usa a expressão assentamento usualmente se descreve processos não de estabelecimento de povoações em geral, mas sim de Regularização Fundiária e de ocupações irregulares. Assentamento quase sempre se refere à alguma área com moradia de pobres que a ocuparam irregularmente, enquanto esta expressão raramente é usada para fazer referência a um loteamento de moradias para classe média ou alta.

Desta maneira, construiu-se no País uma associação entre as palavras “assentamentos” e “precariedade”. Isto é bem explícito na descrição feita pela publicação do antigo Ministério das Cidades, o “Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários” (p. 09): “A expressão ‘assentamentos precários’ foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) de forma a englobar, numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamen-

tos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados.”

O documento ressalta que assentamentos urbanos precários são territórios (Ver Verbete Território) que tem em comum, entre outros fatores, serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda e com irregularidade fundiária. Outras características em comum são ausência e/ou precariedade de infraestrutura de saneamento (Ver Verbete Saneamento Básico e Ambiental), sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos, como deslizamentos e outros. Por fim, as habitações localizadas nestes assentamentos tipicamente possuem adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional.

Evidentemente, uma caracterização deste tipo não deve deixar de lado o fato que estes assentamentos não aparecem do nada, mas estão intimamente relacionados com diversas estratégias históricas utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar uma solução para suas necessidades habitacionais, através da autoconstrução e mutirões muitas vezes também informais. Claramente, isto existe pela insuficiência e inadequação das políticas estatais e também da iniciativa privada, incapazes de compatibilizar adequadamente a relação entre nível de renda (Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica) de boa parte dos trabalhadores formais e informais e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário, além do provimento adequado de infraestrutura para todos os territórios de uma cidade (Ver Verbete Cidades Inteligentes).

Interessante observar que mesmo com as profundas alterações nas políticas urbanas e sociais brasileiras em anos recentes, a legislação pertinente à habitação (Ver Verbete Políticas Públicas de Habitação) e regularização fundiária também é alterada, mas permanece a associação conceitual entre “assentamento” e precariedade”. Por exemplo, na Lei 13.465 de 2017, quando trata da Regularização Fundiária Urbana, o Artigo 11 considera “I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei no 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural”. Ainda que em linguagem técnica/jurídica, o assentamento é caracterizado pela insuficiência das áreas objeto de regularização, por serem inferiores em tamanho à regulamentação da cidade formal.

Por último, deve ser mencionado que, em parte, esta associação feita no Brasil entre precariedade e assentamento, também se deve à uma nomenclatura internacional, adotada pela ONU quando trata dos processos e problemas da

urbanização pelo mundo. A agência da ONU dedicada às cidades é a UN-Habitat, ou *United Nations Human Settlements Programm*. Em português, Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos. Como diz o *slogan* atualmente utilizado, a agência é dedicada a promover “uma melhor qualidade de vida para todos em um mundo que se urbaniza”. Assim, promove e financia programas ao redor do mundo com o objetivo de promover a “urbanização como força de transformação positiva para as pessoas e comunidades, reduzindo desigualdades, discriminação e pobreza.” Portanto, ao promover políticas focadas em melhorias de assentamentos precários, a associação entre as duas palavras acabou se tornando comum, ainda que este não seja o objetivo do uso original da palavra *settlements* (assentamentos).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Brasília, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm Acesso em 13 de março de 2021.

BRASIL. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

INCRA. **Assentamentos**. Publicado em 28/01/2020. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em 13 de março de 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

MORAIS, Maria P, KRAUSE, Cleandro e LIMA NETO, Vicente C. (eds). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

UN-HABITAT: Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos. <https://unhabitat.org>.

ATIVOS E RECURSOS TERRITORIAIS

Valdir Roque Dallabrida

Inicialmente, é fundamental diferenciar ativos e recursos territoriais. Ativos são fatores em uso, utilizados na produção de mercadorias ou serviços num determinado território. Já os fatores que ainda se apresentam na forma de potencial não utilizado, seja parcial ou pleno, são os recursos territoriais. Essa é apenas uma distinção necessária sob o ponto de vista didático, no entanto, o uso do termo ativos territoriais, em geral, faz referência aos fatores em uso ou ainda potencialmente utilizáveis, seja no presente ou no futuro.

Os ativos e recursos territoriais podem ser de diferentes ordens: genéricos ou específicos; materiais ou imateriais. Ambos constituem o que recentemente se passou a chamar de patrimônio territorial. Os ativos ou recursos territoriais genéricos em pouco ou nada dependem da dinâmica territorial. Seu valor é um valor de troca e essa é feita pelo mercado.

No entanto, os específicos, são intransferíveis, nascem de processos interativos, seja de ordem natural ou social, quando os atores territoriais, utilizando de suas competências coletivas, produzem conhecimentos novos (PECQUEUR, 2005, p. 13). Ou seja, tais ativos ou recursos, pela sua especificidade, não poderiam existir sem as condições naturais, sociais e/ou culturais do meio territorial em questão, por isso, tornam-se vantagens diferenciadoras que poderão impactar positivamente na dinâmica territorial do desenvolvimento, desde que reconhecidos e valorizados pelos atores territoriais. Pela legislação brasileira e mundial, produtos com estas características podem ascender ao reconhecimento como Indicação Geográfica¹ (*Ver Verbete Indicação Geográfica*).

Segundo Pecqueur (2005), os recursos específicos reforçam a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. Ressalta ainda que os recursos específicos, ao contrário dos recursos genéricos, não são mensuráveis, ou seja, não são expressos em preços e não podem ser transferidos, como qualquer produto transacionado no mercado. São elaborados num espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma troca não mercantil, a reciprocidade, resultando de um acúmulo de memória, de uma aprendizagem cognitiva coletiva.

Deste modo, o desafio dos atores territoriais, quando da definição das estratégias de desenvolvimento territorial identificarem e se apropriarem dos recursos específicos e valorizar seu potencial. Isso exige um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. Em complemento a esta argumentação, Benko e Pecqueur (2001, p. 31) afirmam: “As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades (*Ver Verbete Abordagem das Capacidades*) dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos” (p. 31), transfor-

mando a diferença em vantagem comparativa. Isso, segundo Pecqueur (2009), exigiria tomar como unidade de análise o território, não o sistema produtivo nacional, o que se constitui uma novidade essencial na percepção dos sistemas de organização da economia.

Os ativos e recursos materiais referem-se, por exemplo, aos solos, às construções que compõem as infraestruturas e aos insumos empregados na produção. Quanto aos imateriais, referem-se, por exemplo, ao saber-fazer, às tradições e costumes, aos valores culturais e normas que orientam a vida social, aos conhecimentos e criatividade que geram novas tecnologias e/ou novos comportamentos. (*Ver Verbete Território*).

Considerando as definições e caracterizações aqui descritas, é possível defender a argumentação de que os recursos e ativos específicos dos territórios precisam merecer maior atenção. Ou seja, o processo de especificação de ativos e/ou recursos territoriais é o que propicia a diferenciação de um território dos demais, com isso, criando possibilidades reais de, na dinâmica territorial do desenvolvimento, criar condições para se contraporem ao regime de concorrência baseada na produção de *commodities*.

Além disso, fundamenta a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. Trata-se de ultrapassar a dimensão de vantagem comparativa para uma vantagem diferenciadora, resultante de processos diferenciados e originais de valorização de recursos e ativos ancorados no território. Estar ancorado territorialmente representa estar enraizado no território.

REFERÊNCIAS

BENKO, G.; PECQUEUR, B. *Os recursos de territórios e os territórios de recursos*. Geosul, Florianópolis, v. 16, n. 32, jul-dez 2001, p. 31-50.

DALLABRIDA, V. R. *Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos*, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

NIEDERLE, P. A. (Org.). *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013. v. 1.

PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global*. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abril de 2009.

PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos proces-*

¹ Sobre esse tema, ver extensa produção acadêmica existente. Sugerimos duas obras: Dallabrida (2016b); Niederle (2013).

sos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Vol. 24, N. 1 e 2, p. 10-22, jan-dez. 2005.

Outras referências

CHAMPREDONDE, M. *¿Qué es un producto típico certificable mediante IG/DO en el contexto Latinoamericano? Ejemplos a partir de casos argentinos.* **Perspectivas Rurales. Nueva Época**, Año 10, N° 19, p. 61-82, 2011.

DALLABRIDA, V. R. *Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas.* **Revista EURE**, v. 42, n. 126, p. 187-212, mai. 2016b.

DALLABRIDA, V. R. *Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento.* **Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, p. 104-136, 2012.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./set./2020a. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>.

GALLAS, J.; GHEDINE T.; GONÇALO C.; ROSSETTO, A. O Papel dos Ativos Territoriais e da Inovação no Desenvolvimento de Cidades Criativas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 113-146, 22 maio 2018. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.113-146>.

PECQUEUR, B. *Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados.* **Eisforia**, Florianópolis: UFSC, v.4, Jan-Dez, p.135-154, 2006.

ATORES SOCIAIS

Dayana Cristina Mezzonato Machado

Patrícia Gonçalves Pereira

Pâmela Marconatto Marques

Schmitt (2011) afirma que os atores sociais só existem a partir de uma teia de interdependência, contextualizados no tempo e no espaço. Para esta socióloga, a abordagem relacional, com enfoque nos atores sociais, emerge nas Ciências Sociais a partir de uma agenda de pesquisa voltada à heterogeneidade e particularidades das experiências do desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento). A guinada às perspectivas interessadas nos atores tem início no final da década 1970, quando se produz uma ruptura com epistemologias baseadas em explicações pré-construídas, em especial as limitações das abordagens macro-estruturais que tendem a compreender o desenvolvimento como resultado da ação externa aos agentes sociais. As abordagens centradas no ator surgem no contexto de estudo do desenvolvimento e da modernidade, buscando um novo modo de pensar as relações existentes entre atores, estruturas e práticas sociais, num momento em que a produção acadêmica está sendo questionada no que diz respeito a sua capacidade de vinculação com as práticas e a ação no “mundo real” ao mesmo tempo em que as transformações neoliberais passam a aguçar as assimetrias de poder das políticas de desenvolvimento (SCHIMITT, 2011).

A teoria conhecida como “perspectiva orientada ao ator” afirma que os atores sociais possuem “habilidades para conhecer” e “habilidades para captar” por meio das quais, mesmo que haja limites de informação, incertezas e outras restrições, tentam resolver seus problemas, aprendendo a intervir no fluxo dos eventos sociais que os rodeiam. Essa teoria toma o conceito de “agência humana” como central. Segundo o sociólogo britânico Anthony Giddens, a capacidade de agência pode ser definida como “capacidade de processar a experiência social e inventar maneiras de organizá-las com a vida, incluindo as formas mais extremas de coerção” (LONG, 2007, p. 12). Ainda de acordo com o também britânico Norman Long (2007) a noção de agência humana em Giddens é resultado de um processo reflexivo dos atores, a partir de sua capacidade de trazer as diferentes situações pela consciência e refletir sobre suas escolhas.

Long (2007) afirma que a agência (e o poder) depende da emergência de uma rede de atores, ou seja, o ator é considerado um agente (Ver Verbete Agentes do Desenvolvimento Territorial) coletivo que age a partir de processos de interação com outros. O que definiria a sua condição de ator, portanto, seria a sua capacidade de agência. Em Giddens a “capacidade de agência” parece assumir um “a

priori em que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais” (MENEZES, MALAGODI, 2011, p. 53).

Long (1992) considera que a efetiva capacidade de agência está na capacidade de influenciar outros ou orientar um comando, no contexto de uma rede de atores, não podendo ser confundida com a mera posse de habilidades, capacidades e poderes. Long e Ploeg (2011) destacam ainda que a ação dos atores, que se dá por meio da interação na rede de atores, ocorre sempre num contexto de lutas e disputas de poder.

No entanto, poderíamos nos perguntar até que ponto essa “capacidade de agência” seria efetiva para proporcionar mudanças reais na vida cotidiana dos indivíduos ou grupos sociais. Não seria, de certo modo, óbvio considerar que todos os seres pensam, refletem e exercem (e sofrem) influências, pelo simples fato de existir? Em determinados aspectos e com exceções, os autores da teoria orientada ao ator parecem atribuir poderes e capacidades de agência de um modo generalizado, não historicizado, tratando os indivíduos como sujeitos dotados de uma essência universal: a agência. Atribuir agência como um *a priori* sem localizar situações em que as desigualdades de classe, raça e gênero (Ver Verbete Gênero) se impõem pode se tornar um atributo ideal, que não se converte em transformações nem na estrutura social e nem na vida dos indivíduos ou grupos sociais.

Na obra “El recuerdo de luna”, a antropóloga e pesquisadora peruana Elisa Elvira Belounde (2005), fala das diferentes relações de gênero estabelecidas pelos povos da Amazônia, onde se percebe que antes da colonização tais relações eram evidentemente complementares, destacando como esta complementariedade no cuidar dos filhos, na alimentação e nos ritos é importante no processo de *se fazer pessoas*.

Para a autora, gênero é ligado ao pensamento e se relaciona com a corporalidade, não sendo necessariamente imposto pela condição biológica. Ela tece sua narrativa junto ao pensamento de povos que consideram as relações de cuidados com o corpo e com a comunidade estabelecidas pelos fluxos sanguíneos/menstruação/momentos de morte do inimigo ou de captura do alimento, dentre outros, afirmando que na atualidade ainda há muitos elementos desta complementariedade, mas que, segundo Belaunde, estão ameaçados pela colonização, o que vem resultando na extinção dos povos. A antropóloga considera que a subjugação de gênero não se trata de um fenômeno universal, impositivo a todas às culturas. Em suas pesquisas com povos amazônicos, ela experenciou outras formas relacionais de gênero, identificando que nesse saber a produção de um pensamento-teoria indígena dos povos amazônicos manifestam desse modo sua agência, produzindo conhecimentos que são *potência de vida*, capazes de

manter a vida. Ao mesmo tempo, ela identifica o poder de morte da colonização que dá início a um processo de homogeneização desconstruindo tais perspectivas.

Em estudos sobre o desenvolvimento rural (Ver Verbete Desenvolvimento Rural) e campesinato, os pesquisadores brasileiros Menezes e Malagodi (2011) consideram os conceitos de autonomia e resistência centrais para a compreensão da racionalidade (prática e experiência) camponesa. Amparados nos trabalhos de James Scott (1985), os autores consideram que a racionalidade camponesa – e outros grupos subalternizados – está centrada numa economia moral e na ética da subsistência.

Na teoria ator-rede (ANT), o antropólogo francês Latour (2007) afirma que a rede funciona como uma ferramenta capaz de seguir os atores e suas cadeias de tradução específicas. A concepção de rede está associada a uma visão particular da agência e dos atores. O ator – indivíduo, grupo ou organização – não é uma fonte de ação, ele só existe através de um conjunto de associações, estabelecidas entre agentes que podem ser “humanos” e “não-humanos”. Estabelece-se o princípio de simetria generalizada, na qual humanos e não-humanos são dotados de agência. As conexões entre esses atores, ou seja, as relações de poder, a capacidade (ou não) de agir, os cálculos da ação e a “estabilização” de certas conexões, se dá por diferentes processos de tradução, que são realizados por minuciosos trabalhos etnográficos, a partir de uma metodologia denominada antropologia simétrica.

Segundo Latour (2012), considerar os não-humanos é essencial em um método que se diz simétrico, contribuindo para que a análise não seja simplesmente antropomórfica. O autor sugere que se deve observar os entes e as entidades: como esses foram historicamente construídos habitando o mundo? Deve-se estar atento para a forma como as coisas conectam as pessoas e vice-versa¹. Está em jogo um exercício amplo de aprendermos a lidar com a diferença e a diversidade, no lugar das identidades e unidades. Como afirma Latour (2012) trata-se de tentar entender as inovações dos atores “frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer”. (LATOURE, 2012, p. 33).

Para o antropólogo Mauro De Almeida (2013) a existência e não-existência de determinados atores estão marcadas por relações de poder e campos de luta, não sendo mera questão epistemológica ou diferenças de conhecimento. “Não

¹ Ao seguir as reflexões do antropólogo Tim Ingold, compreende-se que “observar não é objetificar; é atender as pessoas e coisas, aprender com elas, e acompanhá-las em princípio e prática.” Não podendo se conceber observação sem participação, uma íntima composição “na percepção como na ação, entre observador e observado” (INGOLD, 2000, p. 108).

apenas entes lutam pelo reconhecimento enquanto existentes, mas sua existência se dá como processo, na interação de uns com outros. Existir deixa aqui de ser um *pressuposto* dado *para um coletivo*, mas passa a ter o caráter de *resultado* de uma interação problemática” (DE ALMEIDA, 2013, p. 25).

Elena Yehia (2007) traz uma importante contribuição à ANT ao localizá-la no contexto da colonialidade. A autora questiona como seria possível seguir os passos da ANT analisando, rastreando e entendendo de maneira “adequada os atores-rede com os quais estamos tratando sem responder pelos processos mediante os quais subalternizaram sistematicamente outros processos durante séculos” (YEHIA, 2007, p. 96. Tradução livre). Para a autora, sem entender processos históricos de subalternização dos atores e dos conhecimentos será muito difícil percebê-los como atores.

Ainda que o giro epistemológico voltado aos atores tenha sido fundamental para movimentar o pensamento nas Ciências Sociais – promovendo deslocamentos nas epistemologias estruturalistas que, de certo modo, consideravam os sujeitos como resultado exclusivo das estruturas – ele foi insuficiente na medida em que manteve os “atores sociais” na condição de “objetos de estudos” da ciência, não conferindo a eles o estatuto de sujeitos epistemológicos. Ao analisar as narrativas legitimadas pelo discurso oficial, a intelectual indiana Gayatri Spivak (2010) argumenta que não há espaço para a emergência da fala de mulheres do chamado “Terceiro Mundo”.

Na obra “Pode o subalterno falar?”, a autora localiza os processos de emudecimento de mulheres subalternizadas na Índia que têm sua fala interdita tanto pelo patriarcado tradicional indiano quanto pelo imperialismo colonial britânico. Mais do que a impossibilidade de falar ou de ser ouvida, Spivak (2010) argumenta que as narrativas locais e heterogêneas não são legitimadas, mesmo quando essas mulheres tentam falar. “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (SPIVAK, 2010, p.126).

É nesse sentido que Spivak atribui aos intelectuais a tarefa de lutar por epistemologias que proporcionem às narrativas dos atores sociais subalternizados a força e a potência de vida. Para além de descrever, compreender e explicar as racionalidades dos atores sociais, trata-se de escrever na presença deles conferindo aos seus discursos legitimidade para estar no mundo, para serem considerados como possibilidade.

REFERÊNCIAS

BELAUNDE, Luisa Elvira. **El Recuerdo de Luna: género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos**. Lima, Fondo Editorial de la Universidad Mayor Nacional de San Marcos. 2005

- DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Caipora e outros conflitos ontológicos. 2013. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013.
- INGOLD, Tim. The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling, and skill. London: Routledge, 2000
- LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA, 2012 - Bauru: EDUSC, 2012.
- LONG, N. **Sociología del Desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: CIESA, El Colegio de San Luis, 2007.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.
- MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. IN SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- SCOTT, James C. **The moral economy of the peasant: Subsistence and rebellion in Southeast Asia**. Yale University Press (New Haven), 1976.
- SCHIMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 82-112
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.
- YEHIA, Elena. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad/colonialidad/decolonialidad latinoamericanas y la teoría actor-red. **Tábula rasa**, n. 6, p. 85-114, 2007.

ATORES SOCIAIS RURAIS

Ivaldo Gehlen

As correntes clássicas que tratam desta temática, atores sociais, estiveram voltadas a explicar os vetores ou princípios ativos (Ver Verbete Ativos e Recursos Territoriais) que movem as sociedades, que as transformam e possibilitam processos históricos distintos e com originalidades. Como isso se explica se somos todos seres humanos e aparentemente com uma origem genética comum? Por vezes, estas diferenças são tão demarcadas que geram conflitos de interesses tão fortes que causam violências e até guerras. Isto mostra que o chamado ator social é multifacetário por trajetória histórica de seus vínculos identitários, como por engajamentos de pertencimentos em seu tempo existencial. O foco aqui se restringe empiricamente ao universo social e territorial brasileiro.

Ao abrir a janela do tempo e do espaço com olhar aguçado por conceitos, por valores e pela percepção do real, pode-se perceber um entrecruzamento de pessoas indo / vindo, aparecendo / desaparecendo num curto tempo e num pequeno território (Ver Verbete Território). Cada uma dessas pessoas estabelecendo relação harmoniosas, de neutralidade ou de enfrentamento com outras. Se aglutinam por interesses ou afinidades de valores, de interesses ou de tradições. Assim se caracteriza o que nas ciências sociais se denomina de ator social ou indivíduo segundo as diversas nomenclaturas, São centenas de classificações a partir de variáveis e indicadores que construímos.

Na complexidade histórica brasileira a presença dessa diversidade social é quase exuberante, tanto pelas origens dos humanos ocupantes, que remonta a pelo menos 20 mil anos, segundo hipóteses da arqueologia contemporânea, quanto pelas transformações ou metamorfoses geradas pelos impactos de profundas transformações nos últimos cinco séculos. Período em que os nativos foram surpreendidos por entrada massiva de imigrantes permanentes de diversas origens, com suas identidades, imaginários, conhecimentos tecnológicos, religiões, etc. Por isso é difícil atribuir ao povo brasileiro uma identidade (IAN- NI, 1992 e 1994).

A ocupação colonial do Brasil ocorreu com centralidade no econômico e este centrado na terra: fonte de riquezas extrativas, que enriqueceu boa parte das elites colonizadora, fonte de riquezas produzidas monoculturalmente e gerando, ou seja, se constituindo em fonte de poder político. O sistema de sesmaria recompensava com terras a fidelidade ao rei ou méritos adquiridos nas lutas em defesa do rei ou da expansão do reinado. Nesta perspectiva, a terra demarca as classes sociais e o poder no sentido de que ser dono de terras, seja exercendo o extrativismo, seja exercendo a monocultura de exportação ou seja, simples-

mente a mantendo improdutiva e sem uso constituía um *status* social e político intocável, absoluto (FAORO, 1958).

Mas para manter o *status*, necessita de sustentação por subjugados, escravo no caso extremo ou servente com atividades complementares, produzindo alimentos ou exercendo lidas não destinada aos escravos. Mesmo os subservientes não escravos eram apenas sobreviventes e geralmente devedores de favores, portanto de fidelidade quase absoluta ao dono das terras ou senhor. Convivam também os que possuíam/possuem um lote de terra para subsistir, de forma regular. É o caso dos colonos ou agricultores familiares, posseiros em terras públicas, ou em terras abandonadas ou sem identificação de proprietário, os intrusos e um sem número de diaristas, sazoneiros, vivendo de pequenas trocas ou favores, ou, também, simplesmente andarilhos ou nômades.

Neste contexto histórico complexo, diverso e até contraditório, lentamente constrói-se o conceito de cidadania (Ver Verbete Cidadania) brasileira. Como conceito, inclui todos os que são reconhecidos por pertencerem a uma mesma totalidade, ou seja se reconhecem por interesses sociais, profissionais, econômicos, políticos, de posses, de bem-estar social.

Via de regra expressos formalmente, legitimados por normas e convenções públicas, tais como constituição, leis, estatutos, regimentos, etc. Toda referência à desigualdade / igualdade social remete a esta condição de cidadania. Porém, constitui uma realidade eivada de conflitos e quando o regramento não expressa ou não contempla interesses de estratos ou universos sociais específicos, se manifestam através de ações legítimas. Porém, não necessariamente legais e em atitudes coletivas não convencionais, como por exemplo mobilizações e movimentos sociais (Ver Verbete Movimentos Sociais), que por natureza rompem fronteiras e são conflitivas, ou mesmo pela apatia ou negação de aderir ou apoiar determinadas demandas, expectativas ou pressão social. O cidadão moderno de direito, é, portanto, uma construção histórica, forjada por lutas e conflitos sociais.

Portanto, o ator social se referenda pela perspectiva de seu pertencimento a uma identidade sociocultural, à vida privada, orientada por valores herdados ou reelaborados, caracterizando pertença a uma sociedade ou território social auto-definido cujos interesses são expressos por valores tradicionais, éticos ou morais, portanto socioculturais, que dão sentido à vida ou à existência.

Todo ator social individual, carrega pelo menos duplo pertencimento: o da cidadania, atribuído pela sociedade através do Estado e o da identidade sociocultural, autoatribuído que se expressa consensualmente por valores de crença ou religioso, de ideologia, de convivência, de segurança, de bem-estar, de pertencimento a um universo de direitos e vida privada, de opção, portanto, de aceitação ou de escolha, que muitas vezes se expressa numa forma organizativa comunitária ou familiar ou de compadrio.

Esses valores, são legitimados pela tradição que define culturas específicas de pertencimento à uma totalidade identitária. Nesse lugar, cada um sabe como agir, independentemente da posição que ocupa na estratificação social, na totalidade da cidadania à qual pertence.

Os atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais), portanto, vivenciam e compartilham valores cívicos, de cidadania (Ver Verbete Cidadania) e valores identitários que originam diferenças, distinções ou diversidade social. O conceito sociológico de ator social implica considerá-lo em relações interativas, validadas pelo Estado e/ou pelo outro e situá-lo territorialmente mediado por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pelo meio ambiente natural, por religiões, enfim, pelas complexidades da existência.

O pertencimento à cidadania é um atributo compulsório que precisa ser afirmado cotidianamente pelos deveres e direitos formais ou de tradição ou de bom senso. O pertencimento à uma comunidade identitária pode ser inato, porém precisa ser confirmado por adesão livre ao conjunto de valores que a orientam, por isso é passível de renúncia, de mudança pra outro território social ou pelo pertencimento. Essa complexidade que vivemos, de duplo pertencimento, de necessidade de reconhecimento, de respeito e de oportunidades iguais está no centro dos principais conflitos, mobilizações e movimentos sociais na atualidade em sentido global. Não se pode pensar uma sociedade sustentável e feliz, sem garantias dos direitos públicos, de cidadãos iguais e sem garantias do direito à vida privada, pessoal, de diferentes.

Os atores sociais rurais, conceitualmente não se distinguem, portanto todo o dito anteriormente e se aplica também aos que possuem como complemento o rural. O conceito de rural é ambíguo pois depende dos indicadores utilizados. Na Europa predominam indicadores de atividade, no Brasil ainda se utiliza em larga escala indicador de residência rural ou urbana. Mas cada vez possui menos importância na prática. Se for por atividade, como parece ser o mais correto, as especificidades dos atores sociais rurais estão nas tecnologias (Ver Verbete Tecnologia), nas formas organizativas, na organização do tempo de trabalho.

No que se refere à identidade sociocultural podem apresentar especificidades na manutenção e cultivo de práticas religiosas, culinárias, música / danças e entreajudas. Estas duas dimensões, a da cidadania e a da identidade sociocultural, podem constituir um capital social para promover desenvolvimento local ou regional característico, como ocorre em muitos países e fortemente no Brasil. “o local é o território onde se desenvolve uma determinada economia local, com suas relações específicas, superando o rural e o urbano, e estabelecendo articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania, com vistas ao desenvolvimento sustentável” (GEHLEN e MOCELIN, 2018, p. 46).

Os meios mediáticos modernos facilitam sua difusão e por consequência seu desenvolvimento e transformações, no sentido de que as especificidades locais ou regionais precisam se adaptar às demandas mais globais, especialmente dos consumidores ou admiradores. O chamado turismo rural (Ver Verbete Turismo Rural) ocupa grande importância neste processo.

A rigor, conceitualmente não se pode definir a existência de um ator social rural ou urbano ou de outra natureza, pois são conceitualmente todos iguais. As distinções se dão por especificidades profissionais, organizativas e de valores socioculturais operacionalizados em práticas. O rural em si é um conceito polêmico. As atividades agropecuárias caracterizam conjuntos de atores específicos que formam redes que vão do produtor ao consumidor com várias intermediações.

Levando-se em consideração um conjunto de variáveis e indicadores Gehlen (2018, p. 48 – 50) apresenta, a título de exemplo, mais de 10 tipos socioeconômicos culturais diferentes no centro-sul do Brasil: Latifundiário, Neopatrimonialista, Capitalista Burguês, Granjeiro (tipo empresário), Familiar Moderno (colonial comercial competitivo), Familiar Tradicional Caboclo (de subsistência), Indígena, Quilombola, Assalariados (várias categorias), Bugres, Andarilhos, Biscateiros. Existem outras atividades por vezes classificadas como do chamado setor rural que constituem “n” tipos de atores sociais: extrativistas minerais, vegetais, animais e aquáticos; mineradoras, turísticas, contemplação, preservação, etc. e se aplicam em linhas gerais os mesmos conceitos no que se refere aos sujeitos que se vinculam a eles.

A rigor, portanto, o conceito de ator social rural é muito relativo, se dispersas numa vasta tipologia e por esta razão sempre é necessário conceituar a cada vez que se referência a este universo social complexo.

REFERÊNCIAS

GEHLEN, Ivaldo [e] MOCELIN, Daniel Gustavo (organs). Organização social e movimentos sociais rurais; coordenado pela SEAD/ UFRGS. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

GEHLEN, Ivaldo; RADOMSKY, Guilherme. Atores sociais e identidades socioculturais. In: Mauro Meirelles; Daniel Gustavo Mocelin; Leandro Raizer. (Org.). Atores Sociais, Diversidade e Identidade. 1ed. Porto Alegre: CIRKULA, 2015, v. 1, p. 19-35.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre, Globo, 1958.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.

IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MARTINS, J.de S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins dos humanos. São Paulo, Hucitec, 1997.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo de Martino Jannuzzi

Avaliação de Programas tem recebido as mais diferentes definições na literatura especializada, segundo os diversos modelos conceituais, paradigmas teóricos e linhas de pesquisa da Ciência Política, Ciências Sociais, Economia e Administração Pública. Há definições que assumem a Avaliação em perspectiva mais geral, como componente integrante da análise de políticas públicas, como instrumento de sistemas de monitoramento e avaliação de programas governamentais ou, em uma concepção mais restrita, avaliação como um tipo particular de investigação empírica acerca de programas e projetos sociais, como as avaliações de impacto experimental ou *quasi*-experimental (WORTHERN et al., 2004; ROSSI et al., 2004; PNUD 2009).

Em uma definição mais pragmática e aplicada, como proposto em Jannuzzi (2016, 2020), a Avaliação refere-se ao conjunto de procedimentos técnicos para produzir informação e conhecimento, em perspectiva interdisciplinar, para desenho *ex-ante*, implementação e validação *ex-post* de programas e projetos sociais, por meio das diferentes abordagens metodológicas da pesquisa social, com a finalidade de atestar a aderência dos mesmos às demandas públicas inscritas na agenda de Estado (relevância), de garantir o cumprimento dos objetivos de programas e projetos (eficácia), seus impactos mais abrangentes em outras dimensões sociais, ou seja, para além dos públicos-alvo atendidos (efetividade), a perenidade desses efeitos (sustentabilidade) e a custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência).

Na definição aqui advogada, avaliação tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais e, naturalmente, a consecução de seus objetivos (SAGI 2016). Avaliação, nesse sentido, não diz respeito somente a medir ou apreciar possíveis efeitos e externalidades de programas públicos. Ademais, em tal definição, avaliação não é entendida somente como uma investigação com métodos validados cientificamente para analisar diferentes aspectos *sobre* um programa – o que se constituiria em uma investigação de cunho acadêmico –, mas um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos *para* aprimoramento da intervenção programática, versando sobre:

- *as características essenciais do contexto de atuação dos programas;*
- *os públicos-alvo das intervenções;*
- *o desenho, os arranjos e desafios de implementação;*

- *os resultados de curto prazo;*
- *os impactos sociais e de mais longo prazo de um programa;*
- *os custos operacionais de diferentes formas de intervenção pública.*

A definição de avaliação de programas aqui proposta também remete à necessidade de abordagem interdisciplinar na produção de informação e conhecimento sobre os problemas investigados. Por um lado, deve-se lembrar que pobreza (Ver Verbete Pobreza), desigualdade, desempenho escolar e mortalidade infantil são questões sociais multideterminadas, isto é, determinadas e influenciadas por uma série de dimensões sociais mais amplas e estruturais. De outro lado, programas públicos e projetos sociais são empreendimentos complexos para atender essas demandas públicas ou problemáticas sociais, envolvendo a contratação de milhares de técnicos, disponibilidade de instrumentos, adequação de equipamentos públicos, alocação de recursos monetários; promoção de capacitação, de forma coordenada no tempo e no território. Mapear, pois, as dimensões sociais mais relevantes à formulação de um programa, seus possíveis problemas de implementação ou os seus efeitos requerem uma equipe de avaliadores com diferentes formações acadêmicas e profissionais.

Os livros clássicos e manuais de avaliação são pródigos em apresentar diversas formas de classificação das pesquisas e estudos de avaliação, muitas vezes com pouco utilidade instrumental para análise de programas públicos. Worthen et al. (2004) propõem, por exemplo, uma classificação diferenciando as pesquisas de avaliação segundo seus protagonistas. Imas e Rist (2009), por seu turno, propõem classificação de avaliação segundo combinação de propósitos, públicos investigados e técnicas de pesquisas empregadas.

Contudo, em perspectiva mais pragmática há algumas poucas classificações mais essenciais para diferenciar as Avaliações. A mais básica e simples é a categorização segundo o momento de sua realização em relação ao programa: avaliação *ex-ante*, realizada antes do início de um programa, para caracterização do público-alvo e dimensionamento da problemática social que será o foco da intervenção; e avaliação *ex-post*, para análise comparativa das mudanças ocorridas junto ao público-alvo e aferição de resultados potenciais do programa. Adicionalmente nessa tipologia haveria a Avaliação de processo, voltada ao exame de rotinas operacionais do programa, para identificação de gargalos e problemas de implementação (ROSSI *et al* 2004).

Outra categorização clássica de avaliações é segundo o agente avaliador do programa: *avaliação externa*, *avaliação interna*, *mista* e *participativa* (JANNUZZI 2016). Em tese, avaliações com equipes externas podem garantir maior independência técnica quanto à condução do estudo avaliativo do programa que as realizadas internamente. Entretanto, nem sempre equipes externas de avaliação

reúnem os atributos idealizados de independência, competência técnica, idoneidade e comprometimento com uma visão multidisciplinar de avaliação de programas, que assegure a desejada credibilidade – e apropriação – dos resultados às equipes de gestores e técnicos de programas. Equipes internas detêm, em geral, conhecimento sobre os problemas e as dificuldades mais prementes que afetam os programas públicos, mas precisam de apoio técnico de consultores especializados e pesquisas de campo para entender suas causas e estratégias de resolução. Com equipes mistas, garante-se a sinergia entre conhecimento interno de gestão e especialidade técnica externa, gerando produtos com maior potencialidade de apropriação, não apenas pela adequação às demandas mais relevantes como também pela legitimidade conferida pelo envolvimento inicial dos agentes internos ao programa.

Em algumas situações, menos frequentes na avaliação de programas públicos, desenvolve-se abordagens participativas – ou “*quasi*-participativas” -, quarto tipo de avaliação segundo agente avaliador, com participação direta ou com algum nível de interação participativa do público-alvo no processo de coleta e sistematização de informação. Esse tipo de avaliação é empregado quando se procura engajar os beneficiários e usuários na concretização dos objetivos do programa. É como uma pesquisa-ação, em que a obtenção de informações é tão importante quanto promover a busca de soluções para as dificuldades do programa, como em projetos de economia solidária, de cooperativismo, de auto-construção de moradias ou projetos operados na forma de rede, com baixo grau de coordenação dos agentes envolvidos.

Cada uma dessas modalidades tem vantagens e limitações. A avaliação externa parece permitir um olhar objetivo não enviesado e não comprometido com a continuidade do programa, conferindo maior isenção à análise, supondo que os consultores são absolutamente profissionais, não preocupados com as chances de contratação em uma a próxima demanda de avaliação. Pelo envolvimento das equipes, a avaliação interna, a mista e a participativa parecem permitir aportes mais circunstanciados na análise dos processos e resultados, além de facilitar a incorporação de melhorias na gestão do programa – objetivo último da avaliação. Mas podem ser cegas aos problemas que coloquem em xeque a continuidade do programa ou tirem equipes da “zona de conforto”. Avaliações internas podem ser rápidas e baratas, ao contrário das outras modalidades. Avaliações participativas podem viabilizar aprimoramentos mais efetivos, pelo envolvimento dos beneficiários no sucesso do programa.

Enfim, como qualquer trabalho técnico ou científico, a Avaliação não é neutra, mas inspirada por visões de mundo e escolas de pensamentos das várias disciplinas que orientam a comunidade epistêmica multidisciplinar da área. Políticas Públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) precisam, pois, não de uma,

mas diversas avaliações para subsidiar o decisor político. Avaliador informa o debate; Gestor público decide.

REFERÊNCIAS

IMAS, L.G.M.; RIST, R. **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington: World Bank, 2009.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

JANNUZZI, P.M. A Implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista AVAL**, Fortaleza, v 4, n 18, 38-61, 2020.

PNUD. **Manual de Planificación, Seguimiento y Evaluación de los resultados de Desarrollo**. Nova York, 2009.

ROSSI, P. et al. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

SAGI. **SAGI: informação e conhecimento para as políticas de desenvolvimento social**. 1ed. Brasília, 2016.

WORTHERN, B. R. et al. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo, Ed.Usp/Gente, 2004.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 49(2):103-124, 1998

GERTLER, P. et al. **Avaliação de impacto na prática**. Washington, Bco Mundial, 2015.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Brasília, 2017.

JANNUZZI, P.M. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: Três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Desenvolvimento em Debate**, v.4, n.1, 2016c, p. 117-142.

JANNUZZI, P. M. Mitos do Desenho Quase-experimental na Avaliação de Programas. **Revista NAU Social** - v.09, n.16, p. 76 – 90. Mai 2018 / Out 2018.

BASE ALIMENTAR

Almir Arantes

B

A História da Humanidade revela que ao longo do tempo, a luta cotidiana pela satisfação de suas necessidades básicas, além de garantir a continuidade da espécie, também propiciou a formação de elementos culturais que contribuíram e contribuem para a constituição de identidades de grupos societários. (FLANDRIN, MONTANARI, 1998). O ato de garantir a alimentação, segurança, procriação, lazer, entre outros elementos vitais para a sobrevivência da espécie, formou uma base cultural que aliada a contextos históricos e geográficos dinâmicos, deu origem a processos sociais culturalmente aceitos, logo reproduzidos, originando a formação de grupos complexos com identidades distintas.

A dieta alimentar (Ver Verbete Dietas Saudáveis) de um grupo, que inicialmente era uma construção diária, que dependia de elementos favoráveis geográficos e históricos, com o avanço do conhecimento do ser humano sobre si mesmo e de outros elementos da natureza, passou a ter previsibilidade e constância, formando assim, uma base alimentar específica e regular carregada de conteúdos simbólicos sociais e culturais que emprestam ao ato de comer, elementos que vão além da mera satisfação física (FLANDRIN, MONTANARI, 1998).

Dessa forma, cada grupo humano, no decorrer de sua história, em consonância com sua dinâmica social e cultural, busca construir uma base alimentar nutritiva disponível e aceita por todos, mas, que também represente e reafirme todo um arcabouço histórico, social e cultural. Tais elementos, aliados a intercâmbios das mais diversas formas entre os povos, contribuiu e ainda contribui para que alguns alimentos se destaquem (Quadro 01) como base alimentar de uma gama considerável da humanidade.

Quadro 1 – Alimentos que constituem base alimentar de parcela considerável da humanidade - 2013.

Ordem	Alimento	Consumo médio mundial/ tonelada/ano	Maior país consumidor	Kg/ano/ pessoa
1	Leite e derivados	589.000.000	Finlândia	379,2
2	Trigo	439.000.000	Azerbaijão	205

3	Arroz	354.000.000	Bangladesh	173
4	Batata	217.000.000	Bielorrússia	182
5	Cerveja	166.000.000	Holanda	177,8
6	Açúcar	154.000.000	Malta	64,6
7	Tomate	136.000.000	Líbia	150,3
8	Milho	113.000.000	Lesoto	149,3
9	Carne de Porco	105.000.000	Áustria	65,6
10	Mandioca	95.000.000	Congo	261,4

Fonte: FAO 2021. Dados Organizados pelo Autor: 2021.

Há que se destacar, contudo, que a dinâmica complexa do capitalismo, que vem amplificando seu processo de Globalização (Ver Verbete Globalização), tem afetado enormemente a forma como a base alimentar dos povos se materializa no cotidiano das pessoas. Muitos países já não dão conta de produzir os alimentos que consomem. O mercado induz que os mesmos produzam alimentos que vão ter demanda no mercado global levando-os a importarem aquilo que lhes vai à mesa.

Um exemplo emblemático é o consumo de soja. Trata-se de uma planta originária da China, teve sua popularidade exponencialmente expandida no pós-2ª Guerra Mundial com a chamada Revolução Verde, que inseriu no campo tecnologias (Ver Verbete Tecnologia) capazes de aumentar e melhorar a produção de produtos vegetais. Produto rico em proteínas, a partir de inovações técnicas e científicas, além de uma imposição por parte de agentes econômicos e políticos, notadamente capitaneados pelos Estados Unidos da América, a soja, se torna um produto altamente rentável no mercado mundial, contribuindo assim, para que países com histórico de não a ter em sua base alimentar, por força do mercado, passem a dedicar extensas áreas para seu cultivo, tais como os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina. Adquirido majoritariamente pelo povo chinês, que tem poder de compra, tal produto tem ocupado lugar de destaque na produção mundial de cereais (12,2%), ficando atrás apenas do arroz (16,9%), trigo (23%) e milho (36,3%). (FAO, 2018).

Exemplos como o da soja, que interferem sobremaneira na produção e mercado de alimentos mundiais, somado as questões ambientais, têm contribuído para provocar graves crises alimentares no mundo. Nem todos os povos têm dado conta de produzir ou comprar alimentos para suprir suas necessidades, provocando fomes endêmicas de grandes proporções. Em 2017, estimou-se que 10% da população mundial era afetada por desnutrição grave. (FAO, 2018). O aumento mundial na produção de alimentos não tem contribuído para diminuir a subalimentação e a fome no planeta.

Tais estimativas, que já vinham se repetindo em anos anteriores, contribuíram para que o conceito de segurança alimentar (Ver Verbete Segurança Alimentar) se consolidasse e passasse a fazer parte da agenda pública dos Estados. Elemento presente na Europa desde a 1ª Guerra Mundial, a preocupação com a segurança alimentar, ou seja, um alimento saudável e em quantidade suficiente para alimentar a todos, passou a ser incorporada enquanto fator de desenvolvimento dos povos. A partir de 1945, a ONU, Organização das Nações Unidas, encampa a temática da Segurança Alimentar como agenda permanente.

Em reunião patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO –, no ano de 1994, na Conferência Mundial da Alimentação, os países membros pontuaram que a segurança alimentar se sustenta a partir de uma política pública por parte dos Estados, de armazenamento estratégico de oferta de alimentos e de uma proposta de um aumento em sua produção. (FAO 2018). Em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação, estabelece como Direito Humano fundamental o acesso à alimentação adequada, garantindo assim, uma segurança alimentar e nutricional a todos. Em 2015, por sua vez, em reunião da ONU, foi assinado o documento “Transformando Nosso Mundo – Agenda 2030 – para o Desenvolvimento Sustentável”, também conhecido como “Agenda 2030” (Ver Verbete Agenda 2030). Neste compromisso, em seu objetivo de número 2, os Estados membros se comprometem a erradicar a fome até 2030 (ONU, 2015).

Tal encaminhamento contudo, tem sofrido questionamentos. Organizações e movimentos sociais (Ver Verbete Movimentos Sociais), principalmente os ligados à Via Campesina, desde 1996, têm denunciado que a agenda sobre segurança alimentar não soluciona o problema da fome. Propõe-se uma agenda pautada na Soberania Alimentar. Denunciam ainda que a produção de alimentos baseada em fatores de mercado, apesar de ter-se multiplicado, não têm garantido nem acesso e nem qualidade alimentar para grande parte da população (MORUZZI, 2010).

Contudo, entende-se que a Segurança Alimentar não é suficiente. É necessário que haja acesso à terra para todos que nela trabalhem e necessitem; políticas públicas (Ver Verbete Política Públicas) de incentivo à agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar) que valorizem produtos que compõem a base alimentar estabelecida culturalmente por um povo.

A produção de alimentos influenciada por fatores de mercado, apesar de ser expandido exponencialmente, não tem garantido nem acesso e nem qualidade para grande parte da população. Indica-se que tal cenário pode ser revertido quando os povos conquistarem sua soberania alimentar, provendo primeiramente a população interna com sua base alimentar formada social, cultura e historicamente.

REFERÊNCIAS

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Agricultura mundial: hacia los años 2015/2030**. Informe resumido. Roma, 2002. Disponível: <http://www.fao.org/3/y3557s/y3557s00.htm>. Acesso: 01-31/03/2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Faostat**. 2021. Disponível: <http://www.fao.org/faostat/en/#compare>. Acesso: 01/03-10/04/2021.

MARQUES. Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17 (2): 78-87, 2010.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA – FAO. **El Estado de La Seguridad Alimentaria Y La Nutricion Em El Mundo: Fomentando La Resiliencia Climática em Aras de La Seguridad Alimentaria Y La Nutricion**. Roma, 2018. Disponível: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso: 01/02/2021 – 31/03/2021.

UNITED NATIONS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Desenvolvimento Sustentável. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 25-27 setembro/2015. Nações Unidas Centro Regional de Informação das NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA OCIDENTAL ONU News. Bruxelas: Abril 2021. Disponível: <https://unric.org/pt/agua/>. Acesso: 05-10/04/2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Faostat**. 2021. Disponível: <http://www.fao.org/faostat/en/#compare>. Acesso: 01/03-10/04/2021.

BENS COMUNS

Fernando Guilherme Tenório

Um bem comum pode ser interpretado por uma coletividade como tudo aquilo cuja posse e usufruto seja conveniente à sua implementação e/ou manutenção. Portanto, um bem comum é um bem indivisível, é uma propriedade que pode ser desfrutada, gozada por todos e distingue-se do bem individual. Nesse sentido, o bem comum remete a outro substantivo: “bem-estar”. Este, por sua vez, reporta ao substantivo masculino republicanismo com o intuito de atender o interesse geral do cidadão.

Deste modo, bens comuns significará aquilo que pertence à comunidade, ou seja, é um haver comunitário uma vez que aquilo que é comum pertence a duas ou mais pessoas. Dessa forma, os equipamentos urbanos e/ou rurais – escolas, hospitais, postos de saúde, vias de transporte etc. devem ser perspectivados como bens que pertencem a sociedade, ao coletivo e, como tais, não pertencem a determinados ou específicos atores sociais. Quem detém a posse e usufruto desses bens é a sociedade como um todo.

Quando discutimos a fruição de um bem comum, o adjetivo pertencente, ou a locução pertence a, não faz sentido uma vez que o bem comum a todos pertence. No entanto, devemos considerar a possibilidade de um bem comum não ser considerado como tal, a todos pertencer, como usufruto de uma dada comunidade, da sociedade. Ocorrem situações em que o bem comum se transforma em um bem privado e ao longo da história, vários poderiam ser os exemplos. O uso de recursos ou do patrimônio público como um bem privado, individual, apesar de pertencer a todos é usufruído apenas por poucos, não é anormal, incomum.

O uso e abuso de recursos e/ou patrimônio público manifesta-se por meio do substantivo feminino “corrupção” ou do substantivo masculino “suborno”. A corrupção ou o suborno entre participantes, funcionários, dos distintos setores da economia – setor público, setor privado ou setor público não-governamental (primeiro, segundo e terceiro setor), caracteriza-se como um processo ilegal, ilícito, no uso do bem comum. Daí a necessidade de uma cidadania atuante e que perceba o bem comum como um bem político, sendo os benefícios tangíveis e/ou intangíveis para a promoção do bem-estar da sociedade, da totalidade. Desse modo, os *bens comuns* devem ser descritos como bens coletivos ou públicos no qual o processo de desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) deve a todos beneficiar. “São bens públicos os que geram vantagens indivisíveis em benefício de todos, nada subtraindo o gozo de um indivíduo ao gozo dos demais” (BOBBIO, 1993, p. 106). Daí que este conceito tem

como suposto fundamental que haja “um mínimo de cultura homogênea e comum, sem um mínimo de consenso acerca dos valores últimos da comunidade e das regras de coexistência, a sociedade corre o risco de se desintegrar” (BOBBIO, 1993, p. 107).

Com isso, a busca de um mínimo de consenso exige acordos democraticamente alcançados por meio de esferas públicas deliberativas. Delegar, como tradicionalmente tem sido feito por meio de processos representativos, não é suficiente para que o bem comum seja a posse e usufruto de todos, de uma coletividade. Portanto, o exercício da cidadania não só ocorre por meio do voto, mas de forma direta como prevê a Constituição Brasileira de 1988, é o fundamento de uma sociedade republicana na qual a soberania e o interesse são de todos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. 5ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BIOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Augusto Pérez Lindo

Os conflitos entre os projetos econômicos e a proteção do ambiente ou das populações envolvidas estão a surgir cada vez mais. Projetos de mineração no Chile, Peru, Brasil, México e outros países têm provocado resistência das populações e regiões afetadas. Projetos como o da Pastera Botnia no Uruguai, que visava impulsionar o crescimento econômico em uma região marginal, causaram poluição do ar e da água, o que provocou reações das populações vizinhas na Argentina.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” é agora utilizado para resumir duas condições que devem ser cumpridas por qualquer projeto de crescimento aceitável: sustentabilidade econômica e sustentabilidade ecológica. Neste sentido, foram criados mecanismos em vários países do mundo para monitorar os efeitos dos projetos de desenvolvimento com a participação dos atores envolvidos. Poderíamos, portanto, falar de “desenvolvimento eco social”.

As teorias do desenvolvimento que surgiram na América Latina nos anos 60 enfatizaram o econômico e o social, que poderiam ser resumidos nos objetivos de crescimento econômico e criação de empregos. Isto foi um “desenvolvimentismo duro”. Em 1990, porém, os movimentos sociais e ambientais estavam introduzindo novos critérios de qualidade de vida e proteção ambiental. Isto foi visto especialmente depois do Fórum de Porto Alegre, em 2001. Sucessivos Fóruns Sociais Mundiais aprofundaram esta orientação.

Hoje, 2021, estamos em posição de apreciar que o desenvolvimento requer uma visão sistêmica de qualidade de vida para todos os membros de uma sociedade. Isto inclui a igualdade de acesso ao bem-estar coletivo, o direito a uma habitação digna, a garantia de um ambiente saudável e o respeito pelas condições de vida dos indivíduos e das comunidades. Esta abordagem corresponde ao que pode ser chamado de “biopolítica”.

De acordo com os argumentos apresentados nas últimas teorias sobre desenvolvimento sustentável (ver declarações da ONU), a “biopolítica” deve orientar os processos de desenvolvimento a fim de alcançar a equidade social mundial e uma qualidade de vida equivalente (ver texto Qualidade de Vida) para todos.

REFERÊNCIAS

NACIONES UNIDAS (1986) **Declaración de las Naciones Unidas sobre el Derecho al Desarrollo**. Nueva York: Naciones Unidas

NACIONES UNIDAS (2015) **Cumbre de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Agenda 2030. Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS)**

PEREZ LINDO, A. (2020) **Biopolíticas, mutaciones bio-históricas y religación social**. Buenos Aires: Lillium

BRANDING DE TERRITÓRIO

Valdir Roque Dallabrida

No contexto da globalização (Ver Verbete Globalização) contemporânea, os lugares ou territórios estão enfrentando desafios de diversas ordens, impondo-se a necessidade de um novo posicionamento, apresentando-se ao mundo com sua identidade e características próprias, que os diferenciem dos demais. Trata-se do desafio de construção e divulgação da marca do lugar (Ver Verbete Lugar) ou território (Ver Verbete Território), o que se denomina aqui de *branding*.

Branding é um termo oriundo da língua inglesa utilizado para se referir às diferentes ações relacionadas à criação e gestão de marcas. Como derivativo, *branding* de território, simplificada, refere-se à construção, reconhecimento e revelação, interna e externa, de uma marca de território. Na literatura internacional predomina o uso da categoria teórica *branding* de lugares (*place branding*). Aqui se prefere utilizar, “branding de território”, para fazer referência à ação de criação, fortalecimento e divulgação da identidade ou imagem de determinado território, advinda de características únicas e diferenciais que o tornem singular perante outros (DALLABRIDA, TOMPOROSKI; SAKR, 2016).

Segundo Compte-Pujol, Urquijo e Matilla (2016), o conceito “marcas de território”, ou *place branding* do qual derivam variantes terminológicas, tais como, *city branding*, *nation branding* ou *country branding*, foi proposto por Simon Anholt, na década de 1990, mesmo que investigações sobre comunicação e promoção de territórios sejam anteriores a esta data. O objetivo do *branding* de território é obter-se uma reputação favorável entre os públicos interno e externo, partindo sempre da essência do lugar, ou seja, sua personalidade ou identidade. Assim, propõe Anholt (2010), uma reputação deverá ser analisada mediante estudo das percepções dos públicos do território, cuja avaliação deve servir como ponto de partida para orientar o planejamento e a gestão do território¹, no presente e no futuro.

Branding de território e marketing territorial são, frequentemente, confundidos, porém é necessário entender as suas diferenças. Enquanto o marketing (Ver Verbete Marketing de Lugares) tem relação mais com ferramentas utilizadas na promoção, o *branding* está ligado à administração de marca, tendo o intuito de criar valor e até mesmo personalidade e/ou identidade ao lugar (DALLABRIDA, TOMPOROSKI; SAKR, 2016).

¹ Com essa perspectiva, Dallabrida (2020c) propõe aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de planejamento e gestão territorial, com vistas ao desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios.

San Eugenio (2012) indica os principais objetivos a serem atingidos pelas ações de branding de território: (i) aumentar seu atrativo como lugares de investimento empresarial; (ii) melhorar sua posição competitiva no mercado turístico; (iii) incrementar sua atratividade com a finalidade de captar e reter talentos; (iv) fortalecer a identidade dos cidadãos com seu lugar de residência e aumentar sua autoestima; (v) obter predisposição para consumir produtos característicos de um determinado lugar; (vi) obter um melhor posicionamento político e territorial de caráter estratégico; (vii) facilitar o desenvolvimento do território.

Utilizando uma leitura geográfica, Muñoz (2008) refere-se ao branding como um processo progressivo de “brandificação do território”, quer dizer, a projeção de uma determinada imagem aos lugares. Trata-se de um processo de concreção de valores e atributos territoriais², transformados na categoria de símbolos³. Já López-Lita e Benlloch (2005), considera o branding de território como o processo de reafirmação dos atributos diferentes de um espaço para obter um determinado posicionamento, como necessidade de singularizar territórios, com o que, a marca de território representa um exercício de resistência identitária, ante um modelo homogeneizador inerente a uma sociedade que se autodenomina global e pós-moderna. Neste sentido, Dallabrida (2020b) avança no debate do tema singularização dos territórios, o que tem uma relação direta com o branding de território.

Significar territórios refere-se ao ato de atribuir-lhe uma marca convencional para distingui-los como recortes espaciais específicos, incluindo sua gente, suas tradições históricas, suas formas de sobrevivência e/ou seus produtos diferenciados, como estratégia de reafirmação das especificidades do território e sua identidade (DALLABRIDA, 2020b, p. 196).

Resumidamente, partindo de alguns autores, pode-se referir à categoria branding de território com as seguintes argumentações: (i) o branding reafirma o conjunto de ativos e recursos de um território, capazes de apoiar e revalorizar os aspectos exportáveis, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização (LÓPEZ-LITA y BENLLOCH, 2005); (ii) a marca, além de seu valor econômico, serve para criar laços emocionais entre a marca e o consumidor, seja ele residente ou visitante (BRITO; ZUZA, 2009); (iii) brandificação, consiste em gerar identidade de lugar para produzir mudanças na imagem e reputação, com vistas a interferir na modificação do comportamento de clientes

² Nesta publicação, utiliza-se a categoria teórica “patrimônio territorial”, para se referir a tais valores e atributos territoriais.

³ Nesta publicação, com sentido assemelhado, substitui-se a categoria teórica símbolos, por signos distintivos territoriais.

potenciais, sejam eles visitantes ou novos empreendimentos econômicos, portanto, transformando-se numa nova forma de governança do território (KAVARATZIS, 2005).

Ou seja, o branding de território, potencializado com estratégias de marketing territorial, tona-se uma alternativa essencial de reafirmação da imagem identitária dos lugares, servindo assim como referência para pensar o futuro desejado para os territórios.

REFERÊNCIAS

ANHOLT, S. Definitions of place branding: working towards a resolution. **Place Branding and Public Diplomacy**, 2010, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2010.

BRITO, R. A; ZUZA, M. S. P. Branding. **Revista CEPPG**, n 21, p. 92-113, 2009.

COMPTE-PUJOL, M.; URQUIJO, B.; MATILLA, K. La investigación en marcas de territorio y diplomacia pública en España. Un estudio bibliométrico de las revistas científicas españolas especializadas en comunicación indexadas en Latindex (1980-2016). **Anales de Documentación**, v. 19, n. 2, p. 1-53, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Significar territórios como estratégia de diferenciação: aportes teóricos e metodológicos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 196-213, 2020b. Doi: <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2019v30n60p196>.

DALLABRIDA, V. R. **Planejamento e Gestão Territorial**: aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios. Mafra (SC): Editora UnC, 2020c. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Planejamento_e_Gestao_Territorial.pdf. Acesso em: 21-01-2021.

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao *branding* de território: concepções teóricas, análises e perspectivas para o Planalto Norte Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 671-685, 2016. Doi: [https://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.4\(10\)](https://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.4(10)).

KAVARATZIS, M. Place Branding: A Review of Trends and Conceptual Models. **The Marketing Review**, v. 5, n. 4, p. 329-342, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1362/146934705775186854>.

LÓPEZ-LITA, R.; BENLLOCH, M. T. De la marca comercial a la marca territorio. **RECERCA. Revista de Pensamenti i Anàlisi**, n. 5, p. 87-100, 2005.

MUÑOZ, F. **Urbanización**. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SAN EUGENIO, V. J. **Teoría y métodos para marcas de territorio**. Barcelona: Editorial UOC, 2012.

Bibliografía recomendada:

HANKINSON, G. Place branding research: A cross-disciplinary agenda and the views of practitioners. **Place Branding and Public Diplomacy**, v. 6, nº 4, p. 300-315, 2010.

SAN EUGENIO, V. J. Fundamentos conceptuales y teóricos para marcas de territorio. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 62, p. 189-211, 2013.

SAN EUGENIO, V. J.; FERNÁNDEZ-CAVIA, J.; NOGUÉ, J.; JIMÉNEZ-MORALES, M. Características y funciones para marcas de lugar a partir de un método Delphi. **Revista Latina de Comunicación Social**, v. 68, p. 656-675, 2013.

VAN HAM, P. Place Branding: The State of the Art. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, n. 616, p. 126-149, 2008.



CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES

Cristiane Tonezer

As Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAs) são definidas como um sistema de inter-relações entre atores (Ver Verbete Atores Sociais e Verbete Atores Sociais Rurais) que estão diretamente engajados na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017). O termo “curto” (*short*), que teve como precursor o sociólogo e geógrafo Terry Marsden, surge para indicar a aproximação existente entre produção e consumo. Esta aproximação pode ocorrer de forma direta, ou indireta, com a eliminação ou redução dos intermediários. Ainda para Marsden (1998) as CCAs têm por característica a valorização dos mercados “socialmente construídos”, os quais prevalecem as inter-relações entre os atores (desde a produção até a comercialização).

Ao diminuir a distância entre produtores e consumidores espera-se melhores preços de venda. Outra característica importante das CCAs é a de que um produto chega às mãos do consumidor (Ver Verbete Mercados Alimentares) com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada na agricultura industrial. A literatura internacional desenvolvida por Renting, Marsden e Banks (2017) classifica as CCAs e suas formas de comercialização em três tipos: as de “face a face”, de “proximidade espacial” e “espacialmente estendida”.

Quadro 1 - Tipologia de Cadeias Curtas Agroalimentares e formas de comercialização

Face a face	Proximidade espacial	Espacial estendida
Feiras de agricultores	Grupos de lojas de produtos vindos agricultura	Rótulo de certificação
Colhe e pague	Marca regional	Código de produção
Venda à beira da estrada	Cooperativas consumidoras	Efeito de reputação
Cestas Prontas	Agricultura de base comunitária	

Venda de porta em porta	Roteiros temáticos	Efeito de reputação
Encomendas	Eventos especiais e feiras	
Venda pela internet	Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo	
	Varejistas especializados	
	Abastecimento de instituições (cantinas e escolas)	

Fonte: Adaptado a partir de Renting, Marsden e Banks (2017)

Na cadeia curta “face a face”, o consumidor adquire um produto direto do produtor e a autenticidade dos alimentos são mediadas através da interação pessoal. Na proximidade espacial os produtos são vendidos nos mercados locais e regionais em pequenas casas de varejo. Na cadeia curta denominada “especialmente estendida”, o valor e significado são carregados de informações sobre o local de produção e aqueles que produzem o alimento, sendo traduzido para os consumidores que estão fora da região e que pode não ter nenhuma experiência pessoal com a região (Ver Verbete Região) de produção.

Ao trazer o termo Cadeias Curtas Agroalimentares para a realidade brasileira, Gazolla (2011) destaca o papel da agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar). Segundo o autor, esta é capaz de produzir alimentos mais sustentáveis, uma vez que os agricultores sabem empiricamente até onde podem utilizar seus recursos naturais, financeiros e produtivos sem ter que comprometer o seu futuro na atividade (GAZOLLA, 2011).

Porém, não são todos os agricultores familiares que trabalham na lógica das CCAs. Um exemplo são aqueles agricultores familiares que trabalham no sistema de integração agroindustrial, onde, inseridos nas cadeias longas de produção, são considerados apenas mais um elo do sistema produtivo.

No Brasil, segundo Gazolla (2011), os mercados que fomentam as CCAs podem ser classificados em seis grupos: a) *os mercados institucionais*, nos quais ocorrem a venda de alimentos dos agricultores familiares para os programas

institucionais, como é o caso do (a) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (b) *as cadeias curtas ou mercados de venda direta produtor – consumidores*: nestas a negociação gira em torno das transações entre o produtor e consumidor, não havendo intermediários ou indústrias alimentares. São exemplo de mercados de venda direta as vendas nas ruas, no trabalho, em casa, na própria propriedade e em feiras do produtor; (c) *os mercados de eventos*, estes se referem à comercialização dos produtos em feiras, eventos, festas e em exposições diversas. São mercados que apesar de apresentarem vendas, o foco é a divulgação dos produtos, através de degustações, a visualização dos produtos e a conversa com o consumidor visitante. Esses mercados apresentam grande importância para atingir mercados fora da região de origem; (d) *as cadeias longas*, a característica principal é o deslocamento da produção de locais de origem para outros mais distantes; (e) *os mercados com pontos de venda formais* são aqueles locais no qual as vendas dos produtos são formalizadas diante as exigências sanitárias, jurídicas e institucionais. Geralmente são locais de comercialização de alimentos tradicionais locais, como por exemplo, supermercados locais, restaurantes, cantinas e “bodegas” e; (f) *os mercados de organizações sociais em redes*, são constituídos por cooperativas, associações, feiras de produtores, quiosques de vendas, grupos informais de agricultores e etc. (GAZOLLA, 2011).

Concorda-se com Renting, Marsden e Banks (2017) quando estes observam que as iniciativas de CCAs não são novas. Feiras de produtores, supermercados locais e venda direta ao consumidor sempre existiram e fizeram parte do desenvolvimento de muitas cidades (Ver Verbete Desenvolvimento Urbano). O que há de novo são os significados construídos em torno destas práticas, que se colocam na contramão do sistema hegemônico alimentar atual (Ver Verbete Redes Agroalimentares Alternativas).

REFERÊNCIAS

GAZOLLA, Marcio. **Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural**: avançando nos debates sobre os seus mercados. In: III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2011.

MARSDEN, T. **New Rural Territories**: regulating the differentiated rural spaces. *Journal Rural Studies*, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: Gazolla, M.; Schneider, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017. p. 27-51.

CADEIAS PRODUTIVAS

Moacir Piffer

As cadeias produtivas (BATALHA, 1995; 2001) são um conjunto matricial de relações de bens e serviços produzidos que interconectam entre fatores de produção. O conjunto formado pelo capital, mão de obra, do recurso natural, conhecimento, informação e inovação (*Ver Verbete Inovação*), é processado, transformando-se em produtos, serviços ou ideias que têm como destino o mercado consumidor final. Neste sentido, o desenvolvimento territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*) local, tem como prioridade melhorar a qualidade de vida dos consumidores residentes de forma direta, via emprego ou poupança, gerada pelo mercado exportador decorrente das vendas.

Deste modo, as cadeias produtivas são tratadas de forma abrangente quando se constata que a origem da palavra “cadeia” não pode ser compreendida de maneira unívica ou fechada dentro de um escopo local, mas por uma operação de sistema, ou seja, um conjunto de partes que se inter-relacionam, seja na forma final e ou complementar de produtos como, por exemplo, matérias-primas e insumos de quaisquer atividades produtivas. Quando se utiliza a palavra “cadeia produtiva” deve-se considerar que não se trata do significado apenas no seu segmento, mas nas ligações com suprimento, valor, consumo e investimento.

Neste sentido, a relação de um produto tem ligações com o território local, bem como com o território estrangeiro, por exemplo, *chip* de computadores que são produzidos nos EUA e China que se espriam pelo mundo, gerando impulsos de várias relações e novas divisões sociais de trabalho por parte da indústria, agricultura, comércio e de serviços com os consumidores.

Portanto, essas cadeias não estão relacionadas apenas no segmento de uma produção, mas em uma ampla combinação de relações territoriais interna e externa, e nesta rede de relações as distâncias são encurtadas pela rede digital - celular, *internet* - que produz informações necessárias de bens e serviços para o mercado consumidor.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. *As cadeias de produção agroindustriais*. Uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas, Revista de Administração, SP. V.30, n.4, p.43-50, 1995.

_____. (Org.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.

FARINA, E.M.Q. *Competividade e coordenação dos sistemas agroindustriais: base conceitual*. In: JANK, Marcos. S. *et al.* Agribusiness do leite no Brasil, São Paulo: IPEA, 1999.

ZYLBERSZTAJN. D. *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*. In: ZYLBERSZTAJN. D. e FAVA NEVES, M. (Org.). *Gestão dos Negócios Agro alimentais: indústria de insumos, produção agropecuária*, São Paulo. Pioneira. 2000.

_____. *Políticas agrícolas e comércio mundial*. “Agribusiness”: conceito, dimensões e tendências. In: Fagundes. H. H. (Org.). *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*. Brasília: IPEA, 1994 (Estudos de Política Agrícola n° 28).

CAPITAL CULTURAL

Margarete Panerai Araujo

A noção de capital cultural em Bourdieu (1998, p.73) esbarra nas explicações para “a desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionada ao sucesso escolar”. As vantagens de entender o capital cultural está na distribuição desse capital entre as classes. Segundo o autor, existem três tipos de classes sociais com grau de capital cultural. A classe superior, que detém uma propriedade e um legado de bens culturais, econômicos e sociais distintos e, bem maiores que as demais classes. A classe média, que desejou ascender ao longo da história e a classe popular, que se voltou para a manutenção das necessidades.

Logo, o sistema de ensino para Bourdieu (1992, p.302) inculcou o reconhecimento da cultura superior, forçando as demais classes a não investirem nesse conhecimento por falta de recursos econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, a classe média, no seu processo de ascensão, travaria uma luta constante dentro do campo, pois possui um *quantum* de capital nas suas práticas. Essas lutas fazem parte do livre jogo das leis da transmissão cultural e do rendimento da comunicação pedagógica, bem como de um domínio do código adquirido na aprendizagem (BOURDIEU,1992).

O espaço social global foi definido como “[...] um campo de forças, cujas necessidades se impõem aos agentes que nele se encontram envolvidos, é como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996, p. 50). Por esse motivo, o campo é balizado pelos valores ou formas de capital, que lhe dão sustentáculo. O campo é ainda estruturado, pois existe dominantes e dominados, existem conflitos. É nessa dinâmica social, no interior de cada campo, composta por diferentes lutas que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital cultural específico, segundo Thiry-Cherques (2006).

Bourdieu e Passeron (1975, 2007) classificaram os diferentes tipos de capital: econômico, social, cultural, simbólico, como sendo, responsáveis pelas posições hierárquicas, que os agentes ocupam dentro do campo. O “capital cultural foi o ponto de partida” para esse entendimento, devido ao conhecimento formal (transmitido pela instituição escolar) e informal (baseado nos costumes, crenças, habilidades e informações correspondente ao conjunto de qualificações produzidas e transmitidas pela família etc.).

Também a expressão capital cultural derivou do conceito de capital econômico. Conforme Thiry-Cherques (2006), foi esta noção de Bourdieu para

acumular por investimentos. O capital cultural é transmitido por herança no processo de socialização primária (família, escola, igreja) e socialização secundária (amigos e trabalho). Bourdieu conceituou três formas de identificação do capital cultural, os quais se efetuam tal transmissão:

1) **O estado incorporado**, sob a forma de disposições duráveis do organismo, “[...] está ligada ao corpo, exigindo incorporação, demanda tempo” (BOURDIEU E PASSERON, 2007, p. 78). Torna-se o *habitus* (Ver Verbe *Habitus*) na apreensão de saberes.

2) **O estado objetivado**, “[...] através de bens culturais, como livros, quadros, dicionários, instrumentos e máquinas, passíveis de transmissão, enquanto um bem tangível”, mas que são altamente dependentes do estado incorporado para desfrutar deste bem (BOURDIEU E PASSERON, 2007, p. 78).

3) **O estado institucionalizado**, através de reconhecimento de um “organismo ou instituição legitimamente reconhecida, consolidando-se nos títulos e certificados escolares [...] certidão de competência. [...] por meio dessa forma de capital, é possível colocar a questão das funções sociais do sistema de ensino e de apreender as relações que mantém com o sistema econômico” (BOURDIEU E PASSERON, 2007, p. 78).

Deste modo, os agentes, que melhor se articulam em suas relações, conseguem conhecimento e informações, para um ganho em seu capital cultural. Conforme conclui Bourdieu (1992, p. 304) sobre a transmissão dessa cultura “[...] é função da competência cultural, que o receptor deve a educação familiar, pois o êxito da transmissão vai depender do grau de proximidade do código familiar junto a cultura erudita que a escola transmite e dos modelos linguísticos e culturais [...]”

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves 1975. Disponível em: https://www.academia.edu/23478968/A_Reprodu%C3%A7%C3%A3o_Elementos_para_uma_Teoria_do_Sistema_de_Ensino_BORDIEU_Pierre_PASSERON. Acesso em janeiro 2021.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

THIRY CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: uma teoria na prática. Revista de administração pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 22 jun. 2020.

SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO DO TEMA

BOURDIEU, Pierre. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CAPITAL HUMANO

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Inicialmente, deve-se ter em mente que quando algo está atrelado à temática “capital”, isto significa que é esperado um retorno monetário com esta intenção. Neste caso, pensar em Capital Humano condiz com a busca por resultados valendo-se do conhecimento (Ver Verbete Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação) tácito ou prático das pessoas, seja ele aplicado em empresas, instituições de pesquisas ou qualquer outra atividade que ofereça algum resultado financeiro.

Nesse sentido, o uso do Capital Humano deve ser considerado como um constructo ideológico que associa trabalho a dinheiro, o qual influencia o modo como as pessoas se preparam para o mercado de trabalho (Ver Verbete Mercado de Trabalho), além de acirrar a competição entre os trabalhadores a partir da disputa por vagas.

Com isso, quem pretende conseguir uma oportunidade de trabalho, não basta apenas ter o conhecimento prático, por exemplo, para operar uma máquina ou realizar uma venda. Precisa agora possuir uma ampla gama de outros elementos inerentes ao cargo: instrução adequada, versatilidade, entendimento sobre o funcionamento de todo o processo produtivo (Ver Verbete Processo Produtivo) e capacidade rápida de raciocínio para executar determinadas tarefas. Além disso, as consequências dessa nova necessidade se desdobram em outras ações, tais como: novas formas de trabalho, a exigência por uma maior qualificação profissional e o desenvolvimento de competências (Ver Verbete Competência) por cada indivíduo.

Historicamente, a Teoria do Capital Humano foi preconizada por Theodore Schultz (1973), o qual entendia que a importância da instrução e do aprimoramento do conhecimento eram elementos essenciais para a formação desta variância de capital. Deste modo, a partir da crise do modelo taylorista de produção (com sua frase máxima: um homem, um posto, uma tarefa), ao se possuir pessoas capacitadas, o processo de modernização (revigoração do modelo industrial capitalista como modo de produção, consumo e estilo de vida), poderia ser acelerado e aperfeiçoado continuamente.

Na visão de Harbison e Mayers (1965), a formação de capital humano é um processo que aumenta o conhecimento, as habilidades e as capacidades de todos que conseguem gerar retornos favoráveis à atividade produtiva, fazendo com que, na visão desses autores, toda a sociedade se desenvolva. Dentre eles, isto pode proporcionar um aumento da economia, uma melhora da vida política da sociedade, além de ofertar decisões democráticas à população, bem como auxiliar as pessoas a terem vidas mais dignas.

Em uma perspectiva diferente, Bendfeldt (1994) considera que o capital humano não são as pessoas, mas sim a cultura, a civilização e os conhecimentos gerados, se encontram em um fluxo permanente, visando a prosperidade do seu meio. Desta forma, a pessoa que adquire tal aperfeiçoamento um bem de capital, porém, não um capital em si mesmo.

Em termos práticos de utilização do capital humano, esta possui duas perspectivas para Cattani (2011). Na primeira, a qualidade da mão-de-obra de cada trabalhador seria o motivo de uma melhor capacidade produtiva, ou seja, maior capacidade de entrega de resultados. A segunda baseia-se nas estratégias individuais e em relação aos meios e aos fins, uma vez que para cada trabalhador seria atribuído um cálculo de custo-benefício, onde seria avaliado o investimento aplicado, seguido de uma consequente melhora em sua remuneração. Dito de outra maneira, o uso do capital humano, apesar de ser próprio de cada indivíduo, pode ser aplicado em diferentes formas, dependendo muito do contexto do qual este é demandado. Porém, o objetivo continua o mesmo: aumentar o lucro por intermédio das pessoas capacitadas (incutindo nelas um sentimento de pertença à organização), em muito atualmente enfatizado pela necessidade de manter-se atualizado em tempos de Pandemia (Ver Verbete Pandemia). Contudo, isso pode gerar resultados colaterais como o Estresse (Ver Verbete Estresse no Trabalho) ou o esgotamento (Ver Síndrome de *Burnout*) e para tanto, se faz necessário contar com o apoio (Ver Verbete Apoio Social) profissional em determinados casos.

Ainda para Schultz (1973), os valores produtivos de instrução constituem um investimento em futuras capacidades que criam e recebem rendimentos. Desta forma, se todos os resultados da educação fossem destinados ao consumo final, a instrução adicional não contribuiria para o crescimento econômico. Então, para ele, somente quando essa instrução aumenta a produtividade (Ver Verbete Produtividade) e seus consequentes lucros futuros, suas contribuições podero ser consideradas como um dos fatores de crescimento de uma nação.

Com o acirramento da competitividade internacional, o uso do Capital Humano ganhou destaque, uma vez que as empresas agora buscam apresentar diferenciais e dentre eles está a apropriação do saber dos trabalhadores. Nesse sentido, acontece a segmentação de mercado, o incentivo à polivalência, à flexibilização do trabalho e à qualidade total das atividades produtivas (menor número possível de erros) realizadas pelas pessoas. O papel da educação tem um destaque importante nesse contexto, uma vez que é a ela que está associada a melhora do grau instrucional dos trabalhadores (mais educação = mais chances de produtividade).

Deste modo, o processo educacional é cada vez mais voltado para atender à demanda do mercado. Cabe, assim, à escola selecionar eficientemente os “me-

lhores talentos e a sociedade deve dar-lhes o lugar que merecem para poder beneficiar-se de suas capacidades” (ENGUIA, 1991, p.232). Entretanto, como sabido, a educação é um processo contraditório que não se encerra na escola, mas que ocorre no interior de toda e qualquer relação social.

No caso do Brasil, deve-se considerar que esse caráter utilitarista é evidente a partir do momento em que os interesses empresariais se sobressaem, aliado à lógica de que trazendo maiores resultados para a organização, o trabalhador passa a ser um “colaborador”, ao passo em que ela busca se apropriar das qualidades biopsicossociais destes. Entretanto, existe ainda uma outra consequência: esse discurso gera uma exclusão dos empregados devido a própria necessidade da empresa em melhorar seus processos produtivos, mantendo apenas os empregados que, sob sua alegação, possuem as qualificações mínimas necessárias para permanecer na mesma.

Ainda com base na visão de Cattani (1997), o Capital Humano embasa-se na crença de que todos os indivíduos possuem condições para decidirem sobre o que querem para seu viver, o que pode ser resumido em duas conclusões. Na primeira, as desigualdades sociais (Ver Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais) e as diferenças em termos de distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Isto porque, alguns investem mais em sua educação do que outros, garantindo deste modo, maiores rendimentos. Enquanto isso, o restante dos trabalhadores se acomoda em patamares inferiores (permanecendo sempre na mesma atividade, sem ampliar seu grau de instrução), impedindo com isso sua ascensão profissional. Já na segunda conclusão, o sistema educacional não possui capacidade efetiva para promover a igualdade das oportunidades. Ou seja, tem-se aqui um paradoxo. Se por um lado existe uma facilidade de acesso à educação (diversos cursos de capacitação, políticas públicas de educação, etc.), em outra parte, o sistema capitalista, por ser poupador de mão de obra, fará com que somente alguns consigam preencher as vagas de trabalho.

A partir disso e tendo-se como como foco o desenvolvimento regional (Ver *Verbetes Desenvolvimento Regional*), valer-se do Capital Humano consiste em um amplo desafio, uma vez que oportunidades de trabalho para todos significa possuir uma economia dinâmica e diversificada que absorva a mão de obra disponível, algo que ainda não traduz o cenário nacional. Contudo, importante ressaltar ainda que a prevalência deve ser o foco no bem-estar coletivo e não aquele de caráter particular, o qual pode ser prejudicial a melhora da qualidade de vida de toda sociedade.

REFERÊNCIAS

BENDFELDT, Juan F. *A dimensão desconhecida do capital: o capital humano. In: Educação em crise.* Jaramillo, Mario *et al.* (Org.s). Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1994.

CATTANI, Antonio D. *Capital humano*. In: Dicionário de trabalho e tecnologia. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

ENGUIITA, Mariano Fernández. *Tecnología e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização de trabalho e a educação*. In: SILVA, Thomaz T. da. *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HARBISON, Frederick; MYERS A. Charles. *Educação, mão-de-obra e crescimento econômico – estratégia do desenvolvimento de recursos humanos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1965.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

Outras referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos – o declínio inevitável dos níveis de emprego e da redução da força de trabalho*. Markon Books: São Paulo, 1996.

CAPITAL NATURAL

Marcelino de Souza

Ivo Elesbão

A relação do homem com a natureza foi mudando ao longo da história da humanidade havendo uma crescente utilização dos recursos naturais (Ver Verbete Recursos Naturais) existentes. A revolução tecnológica provocou grandes mudanças nas relações entre economia e natureza. Essa utilização cada vez mais intensiva dos recursos naturais provocou uma degradação ambiental sem precedentes. Na esteira desse problema surge a preocupação com a preservação do meio ambiente. Para Gorbachev (2003), a humanidade jamais conheceu, em toda sua história, problemas tão complicados como os que atualmente são apresentados. O ser humano terá que encontrar os meios de gerir os processos econômicos e sociais que são cada vez mais complexos. Nesse contexto, podemos estabelecer como marco da problemática ambiental a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável).

Dentro do contexto econômico a natureza pode ser entendida como um tipo de capital. Nesse sentido, Denardin e May (2003, p. 2) apresentam quatro tipos de capital existentes: “o capital natural (florestas, minerais, água, etc.), o capital manufaturado (máquinas, estradas, fabricas, etc.), o capital cultural (visão de mundo, ética, etc.) e o capital cultivado (reflorestamento, plantações, etc.)”. Para os autores “o capital natural é a base, uma pré-condição, para o capital cultural. O capital cultural, por sua vez, evidencia como é, e como será usado o capital natural pela sociedade para obter capital manufaturado. Por fim, o capital cultivado é fruto da combinação entre o capital natural e o capital manufaturado” (DENARDIN; MAY, 2003, p. 5).

Segundo O’Connor (2000), Capital Natural é um conceito híbrido. Para Daly (1994) é o estoque que produz o fluxo de recursos naturais. Já Andrade e Romeiro (2009, p. 2) consideram o capital natural “como a totalidade dos recursos naturais disponíveis que rendem fluxos de benefícios tangíveis e intangíveis ao homem”.

Nesse sentido, pode-se conceituar Capital Natural como aquele capital que não é elaborado/fabricado pelo homem, ou seja, a natureza, os recursos naturais, o patrimônio natural. Em síntese, o Capital Natural é o meio ambiente e todos os seus atributos.

De acordo com Denardin e May (2003, p.3) “a disponibilidade quantitativa e qualitativa de capital natural desperta interesses econômicos, sociais e ambientais, uma vez que disponibiliza funções ecossistêmicas que provem bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência das espécies humana e não-humanas, no presente e no futuro”

Para Andrade e Romeiro (2009, p. 2) “é preciso construir novos esquemas analíticos operacionais que tornem possível enfrentar o problema da gestão sustentável e eficiente do capital natural com base neste pressuposto de que o capital natural terrestre é essencial não só para a continuidade das atividades econômicas, mas para a própria continuidade da vida humana”.

A economia apresenta duas correntes de pensamento para tratar as questões ambientais, a economia tradicional (neoclássica) e a economia ecológica, sendo que na economia neoclássica, há duas perspectivas, a economia dos recursos naturais e a economia do meio ambiente (DENARDIN; SULZBACH, 2005).

Conforme Andrade e Romeiro (2009, p. 8) “independente do prisma teórico sob o qual se analisa as relações entre economia e meio ambiente, o ponto consensual é de que os sistemas naturais vêm sendo ameaçados pelas constantes intervenções humanas”. Para os autores é fundamental compreender essas relações para oportunizar a proposição de medidas para que o Capital Natural seja utilizado de forma sustentável e eficiente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “Economia dos ecossistemas”**. Texto para Discussão, n. 159. Campinas: IE/UNICAMP, 2009.

DALY, Hermann E. Operationalising sustainable development by investing in natural capital. In: JANSSON, AnnMari; HAMMER, Monica; FOLKE, Carl; COSTANZA, Robert. (Orgs.) **Investing in Natural Capital: the ecological economics approach to sustainability**. Washington: Island Press, 1994, p. 22–37.

DENARDIN, Valdir F.; MAY, Peter H. **De capital natural a capital natural crítico: o caso da água no Oeste Catarinense – SC**. V Encontro Nacional da ECOECO, Caxias do Sul/RS, 2003. Disponível em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa4/6.pdf. Acesso em 12 de março de 2017.

DENARDIN, Valdir F.; SULZBACH, Mayra T. **Capital natural crítico: a operacionalização de um conceito**. VI Encontro Nacional da ECOECO, Brasília, 2005. Disponível em http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/ Mesa4/capital_natural_critico.pdf. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

GORBACHEV, Mikhail. **Meu manifesto pela Terra**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 135p.

O'CONNOR, Martin. **Natural Capital**. Policy Research Brief, n.3. 2000. Disponível em <<http://clivespash.org/eve/PRB3-edu.pdf>>. Acesso em 08 de março de 2017.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

MAY, Peter H. (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MONTTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MOTTA, Ronaldo Serroa da. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

CAPITAL SOCIAL

José Eduardo Zdanowicz

As organizações e as pessoas têm consciência que a situação socioeconômica seria bem melhor se todos os atores envolvidos cooperassem entre si para o bem comum, visando alcançar ao pleno desenvolvimento pessoal, empresarial, regional e nacional. No entanto, na maioria das vezes, os indivíduos, as empresas e os governantes pensam e agem somente em benefício próprio, não se preocupando com o crescimento do outro e o bem-estar social. O indivíduo que tem o poder de decidir a favor da sociedade adota como pensamento: “eu não vou ganhar, mas o outro também não irá ganhar”. Deste modo, não há a máxima desejável no “ganha-ganha” para todos. De acordo com Hume *apud* Putnam *et al* (1996, p. 173), no século XVIII, o filósofo escocês escreveu:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua.

Essa é a atual realidade. Há falta de interesse político, social e cultural na sociedade em geral. O capital social pode promover o desenvolvimento pessoal, regional e do Estado. Com isso, todas as partes envolvidas teriam a ganhar se cooperassem entre si; porém, para haver a cooperação, é preciso confiar nos outros, mas também crer que se goza da confiança dos mesmos. O desempenho das instituições sociais, dos mercados de crédito internacionais e dos governos depende de como os problemas se apresentam no dia a dia e são resolvidos. No âmbito regional, percebe-se a ausência de capital social, tornando os atores incapazes de assumir responsabilidades entre si. Isso, por sua vez, os enseja a renunciar a muitas oportunidades de prol coletivo.

Na sociedade constituída, o Estado tem a força coercitiva. Portanto, os que o dirigem, empregam essa força em proveito próprio, às expensas do resto da sociedade. Deste modo, o poder se perpetua nas mãos do mesmo indivíduo ou de um grupo que visa somente a seus interesses. Com isso, onde não há a presença do capital social atuante, não se consegue promover o desenvolvimento regional.

A realidade demonstra que a prática subestima a cooperação mútua. Toda a trama é articulada em benefício do mesmo grupo. Nota-se que não há nenhu-

ma colaboração dos atores, exceto aos membros do grupo. Recordar-se a citação de Hume em que destaca a falta de cooperação entre os fazendeiros. Depreende-se que é preciso construir algo novo: assumir novas atitudes - com responsabilidade - mediante a ajuda mútua entre as partes na confiança do capital social do indivíduo.

A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente depende de um amplo contexto social. Portanto, a cooperação voluntária a ser praticada na comunidade é herdada, a partir de um estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade, sistemas de participação cívica e de confiança mútua.

O capital social deve desenvolver as características da organização social e estar centrado na cooperação, nas normas e nos sistemas democráticos que contribuam para aumentar a eficiência e a eficácia da sociedade, ao facilitar ações integradas entre os diversos atores envolvidos no processo de construir o bem-estar social.

Neste sentido, o capital social torna-se produtivo, ao viabilizar a realização de objetivos coletivos. No entanto, isso só ocorre se o grupo demonstrar alto grau de cooperação entre os seus membros. Então, ele é capaz de contribuir mais do que outro grupo que carece de confiabilidade entre si.

Deste modo, o capital social constitui-se na mola propulsora da cooperação livre e espontânea. Um exemplo é a associação de crédito rotativo. A associação consiste em um grupo contribuir regularmente para um fundo destinado à retirada de um valor fixo: o fundo formado por 10 participantes, em que cada um deposita o valor mensal de R\$ 100,00 e, todo mês, um participante diferente saca R\$ 1.000,00, gastando o dinheiro como lhe convier - pagar a mensalidade escolar do filho, comprar um novo celular ou fazer uma viagem. O participante não pode sacar do fundo nos próximos nove meses após a sua retirada, mas deve continuar contribuindo até que os demais participantes realizem as suas retiradas.

As associações de crédito rotativo confirmam como os dilemas da ação coletiva podem ser superados, mediante o aproveitamento das fontes externas de capital social, uma vez que elas utilizam as relações sociais já existentes entre os participantes, desconsiderando os problemas de inadimplência de um ou mais membro da associação.

A cooperação está lastreada na noção simples do princípio da reciprocidade, ou seja, a cooperação entre os membros envolvidos baseia-se na ética geral da união dos participantes e na visão orgânica da sociedade como todo. Acresce-se que são elos de confiança recíproca que podem ser diretos como indiretos, variando em qualidade e densidade.

A confiança é um componente essencial para o capital social, conforme Arrow *apud* Putnam (1996, p. 180), “praticamente, toda transação comercial

encerra um elemento de confiança - qualquer transação realizada num período de tempo, bem entendido. Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança”.

Dessa forma, é fundamental que o participante ostente no grupo uma reputação de honestidade e confiabilidade transparente: criar uma boa reputação é uma das vantagens de participar e ser aceito no grupo. No entanto, a incerteza quanto à reputação e ao risco de descumprimento do acordo entre as partes devem ser mitigados por um conjunto de normas rígidas e por compromissos recíprocos.

O capital social serve como uma espécie de garantia, estando disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares e não dispõem de bens materiais para dar em garantia. Na verdade, os participantes empenham as suas relações sociais. Desse modo, o capital social passa a ser empregado para aumentar os serviços de crédito disponíveis e a eficiência dos que utilizam.

No Japão, o *ko* é uma das muitas formas tradicionais de mútua assistência existente nas aldeias japonesas, incluindo-se a permuta de serviços, a troca de presentes, o mutirão para construir e reformar casas, o amparo da comunidade em casos de morte e doença, entre outros.

A maioria das formas de capital social existentes lastreia-se na confiança. Nesse sentido, Putnam (1996) denomina que o capital social se constitui em recursos morais, ou seja, a oferta aumenta com o uso correto, em vez de diminuir, e que se esgota caso seja mau empregado. Quanto mais duas pessoas ou instituições confiam uma na outra, maior tende a ser a confiança mútua entre elas, pois há valor agregado entre as partes.

Cumprir destacar que o capital social está centrado na confiança, nas regras e nos elos das relações sociais. Isso deve constituir-se em um bem público, ao invés do capital convencional, que é um bem privado. Por ser o principal atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das partes que dele se beneficiam direta ou indiretamente.

Em linhas gerais, o uso do capital social é condição *sine qua non* para haver confiança e cooperação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os trabalhadores, as empresas, os partidos políticos e o governo, agregando valor sustentável, em termos de desenvolvimento socioeconômico aos indivíduos, à região e ao Estado.

REFERÊNCIAS

FIALHO, F. M. *Capital social: usos e definições do conceito nas Ciências Sociais*. Revista Três Pontos. 1.0. p. 31-35. Belo Horizonte, 2004.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. *Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu*. Política e Sociedade - Florianópolis - vol. 12 Nº 24 - Mai/Ago de 2013.

PUTNAM R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PRATES, A. P. *et al. Capital social e laços fracos: influência no acesso a benefícios em comunidades carentes de Belo Horizonte*. Relatório de Pesquisa. UFMF/FAFICH. Belo Horizonte, 2008.

VENEROSO, C.; PRATES, I. *Capital social e pobreza: implicações teórico-empíricas para estudos de programas de renda mínima*, 2006. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/ianpratesCapitalsociale-pobreza.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CELSO FURTADO: FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E DESIGUALDADES REGIONAIS

Hipólita Siqueira de Oliveira

Um dos grandes intérpretes clássicos do Brasil, Celso Furtado tem contribuição original em várias áreas do pensamento econômico e social (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2020). Dentre um dos principais temas tratados por esse autor está a formação histórica das desigualdades regionais do País (FURTADO, 1959). Furtado também foi o idealizador e esteve à frente da experiência paradigmática de planejamento regional (Ver Verbete Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional) mais importante do Brasil e da América Latina: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (FURTADO, 2009).

Do mesmo modo, sua visão sobre a complexidade da questão federativa do Brasil é de grande relevância para o debate contemporâneo sobre os desafios ao planejamento regional. Em seu texto “Nova Concepção do Federalismo”, publicado como capítulo do livro *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*, em 1999, Furtado reflete sobre as discussões preparatórias do projeto da Constituição Federal de 1988. Inicialmente, Furtado lembra que “Federalismo é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a ideia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e na cooperação, e não na compulsão” (FURTADO, 1999, p.46). Segundo sua concepção, as particularidades do federalismo brasileiro estariam relacionadas “às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas do imenso território que o forma” e não a “choques de nacionalidades, de agressões culturais ligadas a disparidades étnicas ou religiosas.” (p.46).

Furtado situa a “pulsão centralismo-federalismo”, atualmente caracterizada como o pêndulo “centralização-descentralização”, no quadro histórico da formação do mercado interno e de emergência de significativas desigualdades regionais no Brasil. Para ele, no período da Primeira República, sob o modelo econômico primário-exportador, a política do governo central esteve ligada aos interesses da região de maior expansão, a cafeeira, resultando em consequências negativas para as demais regiões do País. No governo centralizador de Getúlio Vargas, por sua vez, será definitivamente trilhado o caminho para a constituição de um “mercado interno integrado e capaz de autogerar o seu crescimento” e, com isso, promover a “internação do centro dinâmico da economia brasileira”. Furtado reconhece que, com a formação de um mercado interno, seria forjada “uma sólida interdependência inter-regional”. Por outro lado, ressalta efeitos negativos das mudanças nas inter-relações regionais desencadeados pelo processo de industrialização e sua concentração espacial. Mas que, no entanto, uma

conscientização política sobre os “desequilíbrios regionais” se daria somente a partir da “restauração federalista da Constituição de 1946”.

Na década de 1950, a atuação de Furtado no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi de fundamental importância para a conscientização nacional sobre o problema regional brasileiro – então associado ao empobrecimento e ao subdesenvolvimento do Nordeste – reposicionando a questão regional como ameaça à unidade política nacional e não apenas como um problema *da* região Nordeste.

No relatório do GTDN de 1958, Furtado elabora diagnóstico que articula de modo inovador sua visão teórica sobre subdesenvolvimento com as causas da desigualdade regional e apresenta uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste (FURTADO, 2009). Com isso, diferencia-se da visão predominante que naturalizava o subdesenvolvimento ao atribuir ao problema das secas a causa da pobreza e desigualdade do Nordeste, tendo como resposta política “soluções hidráulicas” (construção de açudes), assim, beneficiando os grandes proprietários de terra. Furtado destaca como principal mecanismo da desigualdade regional a política cambial protecionista do governo central que favorecia a região concentradora da atividade industrial (Centro-Sul) e tinha efeitos negativos sobre o Nordeste (transferência de renda para o Centro-Sul, por meio da compra de bens desta região (Ver Verbete Região), e bloqueio ao processo de industrialização do Nordeste). A partir desse relatório, será proposta a criação da Sudene, sendo concretizada em dezembro de 1959.

No formato proposto por Furtado, a Sudene atuará com o objetivo de levar adiante o planejamento regional, contando com mecanismos compensatórios para se contrapor à tendência de concentração econômica regional no Sudeste do País (BERCOVICI, 2003; DINIZ, 2009). Diante dos desafios impostos pela configuração da federação brasileira, Furtado também concebeu formas inovadoras de articulação entre os poderes central e estaduais para o Conselho Deliberativo da Sudene. Neste, além dos representantes de ministérios e órgãos federais que atuavam no Nordeste, também tinham assento os governadores dos Estados da região. Dessa forma, fazendo valer uma “vontade política” regional dentro de uma instituição federal. No entanto, com o golpe civil-militar de 1964, a Sudene será transformada em mera gestora de incentivos fiscais e financeiros (BERCOVICI, 2003).

No texto “Nova Concepção do Federalismo”, Furtado alertava para o fato de que não bastava restaurar formalmente a federação, após décadas de centralismo autoritário militar. Seria necessária a criação de uma “esfera regional de poder”. Em suas palavras, “A fórmula a ser encontrada deveria preservar os estados atuais e, mediante a inserção do poder regional, buscar corrigir os aspectos mais negativos das desigualdades demográficas e territoriais existentes” (p.55).

Em sua proposta de reformulação constitucional da federação afirma que “A descentralização regional do poder central deveria ser acompanhada de um planejamento plurianual, que permitisse compatibilizar as aspirações das distintas regiões.” (p.56). Furtado ressalta a centralidade do planejamento, pois em sua concepção “somente o planejamento permite introduzir a dimensão espaço no cálculo econômico. Este é um ponto importante, pois a distribuição espacial da atividade econômica leva, com frequência, a conflitos entre regiões ou entre determinada região e um órgão do poder central (p.56).”

Pode-se afirmar que a obra de Furtado sobre a economia brasileira e a questão regional é permeada por sua preocupação com as estruturas de poder e as forças de integração e desintegração da Nação (FURTADO, 1992). A partir de suas contribuições, torna-se possível compreender que em um país de grande dimensão territorial, com fortes desigualdades regionais, periférico, subdesenvolvido e de organização federativa tal como o Brasil, a compreensão e o encaminhamento político das questões socioespaciais passam necessariamente pela articulação e coordenação de interesses regionais distintos em um pacto político capaz de enfrentar as permanentes tensões à fragmentação do território. As forças de tensão são internas e externas e dizem respeito tanto à concentração espacial da renda e da riqueza e às forças dos localismos diversos como à internacionalização econômica (possibilidade de articulação direta das regiões com o mercado internacional) e às forças dos globalismos diversos (por exemplo, a constituição de cadeias globais de produção dominadas pelas empresas transnacionais).

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, G. *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. Interpretations of Underdevelopment in Brazil. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, v.1, p. 1-22, 2020.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: *Nova Economia*, Belo Horizonte 19 (2), 227-249, maio-agosto, 2009.

FURTADO, C. *Arquivos Celso Furtado 3: O Nordeste e a Saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

FURTADO, C. *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.

Indicação de bibliografias para maiores informações sobre o tema abordado

BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (orgs.) (2013). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

CIDADANIA

Fernando Guilherme Tenório

O vocábulo “cidadania” remete a toda aquela pessoa que membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política. A partir dessa simples conceituação, verificável em léxicos da língua portuguesa, poderemos entender a importância do significado dessa palavra. Porém, o exercício de práticas originadas desse gozo de direitos nem sempre corresponde à realidade do nosso cotidiano pois participar da vida política de um Estado é ter consciência não só dos seus direitos mas reconhecer que os demais membros da sociedade possuem os mesmos direitos, isto é, a satisfação de possuir direitos deve ser um compartilhamento republicano. Ou seja, o cidadão é aquele que prioriza a *res publica*, os seus direitos devem ser ajustados e/ou condicionados aos desejos da comunidade, da sociedade.

Como a prática da cidadania deve ser um dever de todos os cidadãos de um país, região e/ou território, o desenvolvimento desses espaços estaria subordinado, necessariamente, ao envolvimento e desejos da população. Portanto, o desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) sob a concepção cidadã, implica processos decisórios deliberativos que se contrapõem aos processos decisórios meramente representativos. Contradição essa alimentada por decisões que vão ao encontro de interesses privados e de encontro ao interesse público contrariando, assim, o Parágrafo Único do Artigo 1º da Carta Magna brasileira: *Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.* O que significaria dizer que o gozo de direitos de participar da vida política nacional e/ou regional, não estaria delimitada a simples delegação de poderes aos representantes dos poderes legislativo e executivo a cada período eleitoral. O exercício da cidadania pode ocorrer por meio da ação direta das pessoas o que implica na gestão e controle social das ações produzidas ou reguladas pelo Estado.

Desse modo, pensar processos de desenvolvimento regional sem a direta participação da cidadania, é desconhecer não somente os preceitos constitucionais da maior lei do país, no caso do Brasil a Constituição de 1988, como descuidar, não dar atenção, ao princípio fundamental de uma democracia deliberativa, a participação cidadã. E o pressuposto da participação cidadã em projetos de desenvolvimento pressupõe a identificação dos distintos atores sociais de dado espaço social – local, territorial, regional ou nacional, por meio de arranjos institucionais que deem conta do agir deliberativo. Deliberação que tem como consequência a redução da desigualdade de poder uma vez que ao integrar os diferentes atores de dado território, inclusive daqueles grupos mais vulneráveis da sociedade, o poder é socializado e, por via de consequência, amplia os direi-

tos dos beneficiados, direta ou indiretamente, pelo desenvolvimento coletivamente planejado.

Concluindo este tema – cidadania, apesar das crises institucionais que ocorrem a cada período da história brasileira, parece ser cada vez mais acentuada a consciência de que a democracia representativa, por si só, não é suficiente para atender as demandas da sociedade. Ou seja, a consciência cidadã está demandando um Estado republicano com permanente controle social e não apenas a delegação periódica aos poderes públicos – legislativo e executivo, ou de enclaves específicos da sociedade civil, como é o caso das corporações empresariais privadas ou de agremiações profissionais que muitas vezes privilegiam os seus interesses, utilizando às vezes de meios escusos, em detrimento do bem-estar da sociedade. O gozo dos direitos da cidadania possivelmente seria mais amplo se o controle social ocorresse sobre o Estado como um todo e não apenas sobre governos de turno. Isto é, o controle social deveria também implicar a participação cidadã no controle dos três poderes do Estado – executivo, legislativo e judiciário.

REFERÊNCIAS

BRASIL [Constituição, 1988] *Constituição da República Federativa do Brasil (...)*. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2012.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, FGV: Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CIDADE INTELIGENTE

Rogério Leandro Lima da Silveira

O conceito de cidade inteligente é relativamente recente. Surgiu nas duas últimas décadas, no contexto atual da globalização (*Ver Verbete Globalização*) econômica em que muitos e novos desafios se colocam para a sociedade e para suas atividades gerando impactos tanto nas dinâmicas econômicas e sociais quanto territoriais. O principal elemento dessas mudanças é sem dúvida o conhecimento, alimentado e renovado por distintos, abrangentes e velozes fluxos de informação, sem origem e destino geográficos, pré-definidos, mas com padrões de proveniência e aplicação definidos (CASTRO *et al*, 2008).

Nesse contexto de economia de conhecimento, as cidades enquanto espaços de concentração de pessoas, atividades econômicas se configuram como lugares (*Ver Verbete Lugar*) onde a geração e o uso de informação se articulam para a produção do conhecimento, gerando riqueza que as diferencia no contexto competitivo do mercado globalizado. É nesse quadro, que se configuram as chamadas cidades inteligentes, ou seja, os espaços urbanos que possuem a capacidade de mobilizar e congregam capacidade organizacional, liderança institucional e criatividade que combinados, geram inovação – fator distintivo e estratégico na busca de maior competitividade e sustentabilidade (CASTRO *et al*, 2008).

De acordo com Nam e Pardo (2011), os componentes-chave de uma cidade inteligente são a tecnologia, as pessoas (criatividade, diversidade e educação) e as instituições (governança e política). Existem conexões entre estes dois últimos componentes, de modo que uma cidade é realmente inteligente quando os investimentos em capital humano (*Ver Verbete Capital Humano*) e social (*Ver Verbete Capital Social*), juntamente com as infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação (TIC), impulsionam o crescimento sustentável e melhoraram a qualidade de vida dos moradores da cidade.

A cidade inteligente deve buscar desenvolver um conjunto de características internas e relações externas com outras cidades que lhe permita se especializar e, por conseguinte, se diferenciar no contexto do mercado globalizado.

Internamente, na escala intraurbana, a cidade inteligente deve ser capaz de criar e oferecer serviços especializados e de qualidade aos seus cidadãos, e organizar e planejar o seu espaço urbano de modo a promover condições logísticas diferenciadas e assegurar a atratividade quanto às suas características ambientais e ao seu desenho urbano. Deve ainda promover uma atmosfera social e cultural que estimule a criatividade e inventividade de seus moradores e que contribua para atrair e manter recursos humanos qualificados e talentosos, e com competências culturais e profissionais diversas (FLORIDA, 2005).

Externamente, na escala interurbana, a cidade inteligente deve buscar integrar de redes temáticas de cidades que possibilitem a ela potencializar sua competitividade e sustentabilidade, através da busca de novas informações e de novos aprendizados, bem como para afirmar sua posição no mercado externo.

Por fim, o desenvolvimento de cidades inteligentes também requer a promoção de uma governança (*Ver Verbete Governança*) que possibilite pensar estrategicamente o seu desenvolvimento, de modo a poder atender aos crescentes e complexos desafios e às rápidas mudanças experimentadas pela economia e sociedade do conhecimento.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. A. *et al. Cidades inteligentes, governação territorial e tecnologias de informação e comunicação*. Lisboa: DGOTDU. Política de Cidade 2, Junho, 2008.

FLORIDA, R. *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge, 2005.

NAM, T.; PARDO, T.A. Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People, and Institutions, *Proc. 12th Conference on Digital Government Research, College Park, MD, June 12–15, 2011*.

CIDADE MÉDIA

Rogério Leandro Lima da Silveira

O conceito de cidade média está em construção. Pode-se dizer que não há ainda uma definição única ou consensual a respeito desse objeto geográfico, dada a especificidade, mas também a diversidade das classificações vigentes e da tipologia urbana empregada em cada país. Ora vamos ter a sua definição assentada no critério demográfico, ora ela está baseada na centralidade e nas funções urbanas exercidas pelas cidades (SPOSITO & SILVA, 2017 e SPOSITO, 2018). Além disso, os critérios utilizados para sua definição dependem também muitas vezes, dos objetivos dos especialistas na análise e implementação das políticas públicas específicas (MOTTA e MATA, 2008).

De todo modo, pensamos que sua definição não deva estar apenas vinculada ao tamanho da sua população, como faz, no Brasil, o IBGE ao classificar como média as cidades que apresentam entre 100 e 500 mil habitantes. Tal concepção está mais relacionada à variável tamanho demográfico da cidade, daí a noção de cidade de porte médio. Embora o tamanho demográfico seja uma variável importante a ser considerada, a definição de cidade média deve também estar vinculada ao papel, à função que a cidade desempenha territorialmente, exercendo forte relação, intermediação e interação com a região na qual está localizada (SANTOS e SILVEIRA, 2001; OLIVEIRA e SOARES, 2014).

Ou seja, de um modo geral, a definição da cidade média deve se dar em uma perspectiva relacional, considerando as particularidades do contexto territorial e regional onde a cidade se situa, e da rede urbana regional, onde ela está inserida. (BELLET, MELAZZO, SPOSITO e LLOP, 2015). Para essa definição é preciso considerar como se apresentam no território (Ver Verbete Território) a sua formação histórica, seu contexto institucional, o dinamismo demográfico, a estrutura econômica, suas fronteiras administrativas, e suas conexões com as redes de infraestrutura (MICHELINI e DAVIES, 2009).

A partir disso como pressuposto, a noção de cidade média que aqui propomos é a que corresponde às cidades que além de apresentarem um contingente demográfico expressivo, no contexto regional, também apresentarem concentração e centralização econômicas. Ao mesmo tempo, uma consolidada função de intermediação comercial, de serviços públicos e privados, e de fluxos diversos como os de pessoas, capitais, produtos e ideias, entre sua hinterlândia e a metrópole.

Além disso é preciso também considerar os níveis das atividades econômicas resultantes da confluência dos sistemas de transporte, logística e de comuni-

cação e a reconfiguração espacial advinda da incorporação de novas atividades ao setor agropecuário. Estas, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços, assim como as funções e a centralidade urbana das cidades médias. Da mesma forma, a sua capacidade de gestão no território, em diferentes escalas espaciais (Ver Verbete Escalas Regionais).

REFERÊNCIAS

- BELLET, C. MELAZZO, E. S., SPOSITO, M. E. B. & LLOP, J. M. (Edt.), (2015). Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista ; Lleida : Edicions de la Universitat de Lleida. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281290001_Urbanizacion_produccion_y_consumo_en_ciudades_medias_intermedias. Acesso em março, 2021.
- MOTTA, D.; MATA, D. (2008) Crescimento das cidades médias. Boletim Regional Urbano. Brasília: IPEA, n. 1, dez., p. 33-38. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5525>. Acesso em 10 jan. 2021.
- MICHELINI, J. e DAVIES, C. (2009). Ciudades intermedias y desarrollo territorial: un análisis exploratorio del caso argentino. Documentos de Trabajo GEDEUR, nº 5, Madrid, España. doi: 10.13140/RG.2.1.1896.3442
- OLIVEIRA, H. C. M., & SOARES, B. (2014). Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. Revista Caminhos de Geografia. 15(52), 119–133.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: Sociedade e Território no começo do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- SPOSITO, M.E.B. (2018). Cidade Média. p.39-47. In: SPOSITO, E.S. Glossário de Geografia Humana e Econômica. São Paulo. Editora UNESP.
- SPOSITO, M. E. B., & Silva, W. R. da. (2017). Perspectivas da urbanização: Reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Editora Consequência.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ivo Marcos Theis

Tem sido considerada não apenas consistente, como, para muitos, inquestionável, a hipótese de que a C&T [ciência e tecnologia] contribui para o desenvolvimento regional. É o que enfoques como *Triple Helix*, *Learning Region* e *Regional Innovation Systems*, para mencionar apenas três, têm procurado demonstrar. Há, contudo, diversos problemas com esta hipótese, dois dos quais serão referidos a seguir. Antes, porém, cabe definir o que são ciência (Ver Verbete Ciência Regional), tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) e desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) – e a questão regional não é desprezível quando se trata de um tema como este.

Por ciência se compreende um complexo de conhecimentos gerados e atividades desenvolvidas, a partir de teorias e/ou modelos, baseados em métodos e técnicas compartilhados por membros de comunidades de especialistas, que tem por finalidade a produção de certos resultados, com vistas a modificar o mundo. Não menos relevante é que a ciência integra a moderna sociedade produtora de mercadorias, de modo que ela não pode ser dissociada dos valores, crenças, instituições e normas aí vigentes (OLIVÉ, 2000).

No que se refere à tecnologia, embora se pudesse concebê-la como uma composição de hábitos lógicos, conhecimento científico acumulado, artefatos materiais e máquinas e equipamentos, ela é bem mais que isto. Como a ciência, também a tecnologia é um empreendimento humano. É o modo como os seres humanos vivem e desenvolvem suas diversas atividades, em seus respectivos contextos sócio-políticos e histórico-culturais. Como a ciência, também a tecnologia integra a moderna sociedade produtora de mercadorias, sendo o seu desenvolvimento condicionado pelas relações entre os seres humanos e as leis físicas da natureza, mas determinado pelos interesses dos grupos sociais dominantes (NOBLE, 1979).

Quanto a desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), a este termo se tem associado o processo de crescimento da produção social, baseado na alocação eficiente de recursos, de médio/longo prazo, impulsionado pelo emprego de mecanismos socioeconômicos (p. ex. mercados) e institucionais (p. ex. os governos nos diferentes níveis), tendo em vista um incremento mais rápido e em maior escala dos níveis materiais de vida das populações, mas, em especial, de suas frações mais pobres, sobretudo, as que vivem em países e/ou regiões periféricos (THEIS, 2008).

Como quaisquer definições, também as acima podem ser alternativa-mente formuladas. Porque, como quaisquer definições, também as acima suscitam questionamentos. Por exemplo, a ciência moderna está, atualmen-te, funcionalmente, bem mais vinculada à sociedade produtora de mercadorias, a ponto de não se orientar, nem em termos retóricos nem, tampouco, em termos práticos, à *modificação do mundo*. Ao contrário, a ciência atual contribui sobremaneira para a *preservação do mundo* existente. Assim, tam-bém, a tecnologia. Aliás, cabe enfatizar que a ciência e a tecnologia estão cada vez mais articuladas entre si. Isto é, na sociedade produtora de mercadorias, a ciência não mais resulta da atividade livre e descompromissada do cientis-ta, assim como a tecnologia há muito deixou de ser o produto de inventores independentes. Existe, de fato, uma conexão cada vez mais estreita entre co-nhecimento produzido no laboratório, visando sua aplicação; ou, o que dá no mesmo, uma aproximação cada vez maior entre o desenvolvimento de um produto para o qual são demandados conhecimentos científicos determina-dos. Por fim, também *desenvolvimento* é objeto de controvérsia na literatura especializada; por exemplo, o desperdício observado com a produção e o consumo em massa contrariam o suposto de uma alocação eficiente de recur-sos; e a apropriação dos frutos do desenvolvimento pelas frações privilegia-das da sociedade, ao invés de reduzir, amplia a pobreza e a miséria em países e/ou regiões periféricos.

Todavia, é preciso atentar, finalmente, a dois problemas relacionados à hipótese de que a C&T contribui para o desenvolvimento regional. Um pri-meiro problema é de caráter empírico e diz respeito aos pressupostos, equivo-cados, da conhecida *cadeia linear de inovação*. Tais pressupostos, difundidos pelo conhecido Relatório Bush, eram de que a pesquisa básica seria o primei-ro passo de um encadeamento que levaria à pesquisa aplicada, o segundo passo. Um terceiro passo consistiria, então, em realizar a inovação (de proces-so ou produto), que conduziria ao desenvolvimento econômico, o quarto passo, e, em consequência, à melhoria das condições materiais da população, o quinto e último passo. Ora, a observação atenta da realidade desautoriza a inferir que os elevados investimentos em pesquisa básica e, depois, em pes-quisa aplicada e inovação, têm resultado em desenvolvimento econômico (Ver Verbete Desenvolvimento Econômico) e social (Ver Verbete Desenvolvi-mento Social) – nem mesmo nas formações sociais mais desenvolvidas. Ou-tro problema diz respeito ao contexto sociopolítico e histórico-cultural, usu-almente, desprezado por esses enfoques. Ou seja, havia a suposição de que eventuais êxitos em termos de desenvolvimento científico e tecnológico nos

chamados “países desenvolvidos” também poderiam ser colhidos nos chamados “países subdesenvolvidos”. Aqui, o ponto é, especialmente, dramático: os governantes das formações sociais periféricas (que guardam enormes diferenças em termos sociopolíticos e histórico-culturais em relação às formações sociais centrais) têm investido recursos vultosos em C&T. E os resultados que colhem são pífios, sobretudo, se o que se tem em mira é a melhoria das condições materiais de toda a população.

Como afirmado acima, a questão regional não é desprezível quando se trata de C&T. Portanto, desenvolvimento regional não pode mais significar apenas o crescimento econômico de regiões. Talvez, então, desenvolvimento regional devesse ser entendido como um processo de transformação da natureza pelo trabalho humano em produção social, que tem lugar num dado espaço e num certo tempo. Supondo que se aspira à melhoria da qualidade material e espiritual de vida (Ver Verbete Qualidade de Vida) de todas e todos, estaria subentendido que um tal desenvolvimento regional teria que ser socialmente inclusivo e ecologicamente prudente, apoiado na participação ativa e democrática dos sujeitos, em todas as escalas. Para um tal desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), os requisitos de C&T teriam que ser radicalmente distintos daqueles encaminhados pela sociedade produtora de mercadorias. Sua definição não mais se restringiria a *especialistas*. A C&T demandada por um tal desenvolvimento regional consideraria o livre protagonismo de todas e todos.

REFERÊNCIAS

NOBLE, David F. *America by design: science, technology, and the rise of corporate capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

OLIVÉ, León. *El bien, el mal y la razón: facetas de la ciencia y de la tecnología*. México/DF: Paidós; UNAM, 2000.

THEIS, Ivo Marcos. *Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas – breve introdução*. In: THEIS, Ivo Marcos. (Org.). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, p. 11-24.

Outras referências

THEIS, Ivo Marcos. *Desenvolvimento científico e tecnológico e território no Brasil*. Chapecó: Argos, 2015.

CIÊNCIA REGIONAL

Adriana Chiancone

A preocupação de construir uma teoria regional do desenvolvimento ocupou vários cientistas sociais nos campos da economia, geografia, história, sociologia, antropologia e planejamento urbano durante a segunda metade do século XX. Este movimento conceitual teve lugar nos países centrais, mas também na América Latina e nos países do Cone Sul. O objetivo desta entrada é articular uma breve visão geral do campo do desenvolvimento regional (ver o texto Desenvolvimento Regional) na Argentina e no Uruguai.

Como é sabido, com antecedentes em Von Thunen (1826), Alfred Weber (1909), Walter Christaller (1933), August Lösch's 1940 *The Economics of Location* (publicado em inglês em 1954 pela Universidade de Yale), representou no século XX uma das primeiras formulações teóricas que deram contribuições substantivas à economia regional e urbana. Vários teóricos da localização e da economia espacial fizeram contribuições interessantes, entre eles Walter Isard, considerado pela academia americana como o pai da ciência regional. A Associação Científica Regional foi criada em 1954, em certa medida com base em estudos desenvolvidos por Isard nas Universidades de Harvard e Chicago e no Massachusetts Institute of Technology (MIT).

No segundo período pós-guerra, e especialmente na década de 1950, tornaram-se evidentes sérios desafios de planejamento urbano e, especialmente na década de 1960, a década do desenvolvimento por excelência. François Perroux contribuiu decisivamente para a formação de uma “ciência regional”, incluindo a sua teoria dos “pólos de desenvolvimento”. Perroux introduziu uma crítica à teoria econômica clássica cuja racionalidade microeconômica deixou de fora da análise um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e motivacionais.

De acordo com Hilhorst (1974), os cientistas assumiram que havia uma especificidade no desenvolvimento regional, mas não conseguiram gerar uma teoria comum a este respeito. Para este autor o ponto de partida foi que as várias atividades humanas de carácter administrativo, econômico, político, recreativo e social foram produzidas no espaço: “As relações resultantes destas atividades terão necessariamente uma dimensão espacial e exigirão ou transporte ou comunicação, através das várias distâncias que separam as suas atividades.” (: 2). O conceito de região indicada pode ser obtido medindo a inter-relação dos vários pontos em termos da intensidade dessas relações, indicando padrões que caracterizariam a estrutura regional.

No entanto, novas perspectivas teóricas não conseguiram dar conta dos desafios emergentes. As ideias de polarização (ver texto Polarização) foram seguidas por perspectivas de inversão da polarização e surgiram novas abordagens críticas.

Na América Latina, esta ciência interdisciplinar encontrou um interesse inicial. A própria ideia de centro-periferia desenvolvida por Raul Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi um marco na articulação de uma perspectiva regional e reflete os debates então contemporâneos sobre economia espacial.

A análise regional (ver o texto Análises Regional) na Argentina reconhece, entre outros, os nomes de Pablo Levín, Gerardo de Jong e Alejandro Rofman¹

Esta abordagem surgiu em meados da década de 1970, influenciada pela geografia crítica. O território foi analisado em relação a processos de transformação social e no âmbito de certos processos de acumulação de capital e relações de dominação e exploração social. Influenciada pelo marxismo, esta abordagem analisou criticamente o espaço social e, no contexto dos anos 90, também as transformações ligadas à lógica da retirada do Estado da intervenção no espaço (VARESI, 2013).

No Uruguai, um Instituto de Planejamento Urbano foi criado em 1936 na Universidade da República (UdelaR), mas foi somente em 1953, quando o então Instituto de Teoria do Planejamento Urbano (ITU) foi dirigido pelo arquiteto Carlos Gómez Gavazzo, que o planejamento territorial foi incorporado às linhas de pesquisa do Instituto. Houve também articulação com vários atores governamentais e maior visibilidade do instituto e seu diretor no país, na Argentina e em outros países. Durante este período, vários trabalhos importantes foram desenvolvidos. Entre outros, o *Planejamento Rural no Uruguai* (1952-1958); *Metodología de planejamento territorial* (1959); *Arquitetura de comunidades* (1964); *Teoria das densidades* (1971); e *Mobilidade profissional da população* (1972).^{2, 3}

¹ Pablo Levin foi planejador regional e diretor do Centro de Estudios para la Planificación del Desarrollo de la Universidad de Buenos Aires (de la Vega Navarro, 2008); Gerardo Mario de Jong desenvolveu suas contribuições com vários trabalhos, entre os quais o *Introducción al Método Regional*. Veja: https://www.gdejong.com.ar/docs/libros/Introduccion_Metodo_Regional_1.pdf e https://www.gdejong.com.ar/docs/libros/Introduccion_Metodo_Regional_2.pdf

Alejandro Rofman, coordenador da Equipe de Economias Regionais do Centro de Estudos Urbanos e Regionais (CEUR), trabalha em Economias Regionais, Estrutura Socioeconômica e Economias Sociais e Solidárias desde os anos 60. Ver: http://www.ceur-conicet.gov.ar/detalles_miembro.php?miembro_id=26

² <http://www.fadu.edu.uy/itu/>

³ <http://www.fadu.edu.uy/itu/archivo-gomez-gavazzo/>

Desde então, a ITU tem sido uma das instituições centrais uruguaias de pesquisa e assessoria em políticas públicas (ver o texto Políticas Públicas) no campo do planejamento regional e territorial. Embora não exista uma associação científica regional, às contribuições pioneiras da UdelaR juntaram-se as da área social da UdelaR, incluindo a Faculdade de Ciências Sociais. Também houve programas acadêmicos sobre desenvolvimento local na Universidade Católica do Uruguai e na Universidade CLAEH. A nível governamental, o Observatório Territorial do Uruguai fornece informações e estudos, assim como a elaboração de alguns indicadores^{4, 5}

REFERÊNCIAS

- HILHORST, Jos G.M. Teoría del Desarrollo Regional. Un intento de síntesis. Santiago de Chile, ONU:CPRD-C/21, Instituto de Estudios Sociales de la Haya, 1974. 21 p. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/33638?locale-attribute=es> . Acceso: 31 de marzo de 2021
- VARESI, Gastón Ángel. El análisis regional en la Argentina: Enfoque teórico-metodológico y aportes para su profundización. Revista de estudios regionales y mercado de trabajo (9), 25-56, 2013. **Memoria Académica**, Disponible en http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6295/pr.6295.pdf Acceso: 31 de marzo de 2021
- DE LA VEGA NAVARRO, Ángel, & Levín, Pablo. Entrevista a Pablo Levín: corrientes subterráneas en el pensamiento latinoamericano. **Economía UNAM**, (14), 87-106, 2008. Disponible en : <http://www.scielo.org.mx/pdf/eunam/v5n14/v5n14a5.pdf> Acceso: 31 de marzo de 2021
- GUILLÉN ROMO, Héctor. François Perroux: pionero olvidado de la economía del desarrollo. **Mundo siglo XXI**, (11) 11-22, 2007. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/7315/1/REXTN-MS11-02-Guillen.pdf> Acceso: 31 de marzo de 2021

⁴ <https://www.opp.gub.uy/es/observatorio-territorio-uruguay>

⁵ https://otu.opp.gub.uy/filtros/buscar_indicadores

COMERCIALIZAÇÃO DIGITAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Marcio Gazolla

Os processos de digitalização avançam em vários setores da economia e sociedade, indo desde os *big data* das corporações que capturam dados de usuários e consumidores sem permissão, passando por serviços prestados *online* pelo Estado em vários níveis, até o uso particular de redes sociais pelos cidadãos. Organizações internacionais como o Banco Mundial e a FAO (órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) têm expressado em seus documentos as potencialidades dos processos de digitalização como a construção de novos modelos de negócios, a possibilidade de maiores ganhos econômicos aos atores (Ver Verbete Atores Sociais) que a implementarem, acesso e transparência nas informações, entre outros. Mas estas agências também têm expressado preocupações, especialmente em relação ao que chamam de *digital divide*: o avanço desigual dos processos de digitalização entre grupos e atores sociais, podendo aumentar as desigualdades socioeconômicas entre os mais pobres e vulneráveis (BANCO MUNDIAL, 2016; FAO, 2020).

No setor da agricultura e da alimentação, a história do desenvolvimento e penetração das inovações também sempre foi desigual, reafirmando as preocupações das duas organizações supracitadas. Exemplos disso, são a modernização da agricultura dos anos 1970, que abrangeu algumas regiões, produtos e agricultores, deixando outros como retardatários ou simplesmente excluídos das tecnologias (Ver Verbete Tecnologia). Também a “agricultura de precisão”, nascida na virada do século passado, que se utiliza da informatização e digitalização de processos aplicados ao manejo de dados de culturas e solos, que devido aos altos custos de implementação e manutenção, atinge somente uma pequena e aquirhoada parcela dos agricultores brasileiros (GAZOLLA, 2020).

No caso da digitalização a partir das TICs na agricultura e alimentação, parece ser uma realidade também em expansão no Brasil. Contudo, há ainda poucas evidências sistematizadas sobre o tema, sendo que a maioria dos trabalhos existentes se limita à discussão sobre o uso das TICs no agronegócio (Ver Verbete Agronegócio), em áreas como biotecnologia, recursos naturais e mudanças climáticas (Ver Verbete Mudanças Climáticas), segurança fitossanitária, transferência de tecnologia e usos das tecnologias digitais na agricultura familiar (BOS; OWEN, 2016; MASSRUHÁ; LEITE, 2016; DEPONTI; KIRST; MACHADO, 2017).

Tal fato representa uma lacuna importante nos estudos rurais brasileiros, principalmente levando em conta a expansão recente desta novidade durante a pandemia (Ver Verbete Pandemia) de Covid-19, bem como seu potencial estratégico para o fortalecimento dos agricultores, especialmente os familiares (AFs).

Dentre estas áreas de uso da digitalização, destaca-se a comercialização na AF, setor estratégico de produção e venda de alimentos e produtos para o abastecimento das cidades e consumidores. Neste sentido, as vendas de alimentos e produtos da agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar), podem ser definidos como um tipo específico de canal de comercialização local e regional que estaria imerso (*embeddedness*) dentro dos mercados de proximidade e/ou territoriais (BELLETTI; MARESCOTTI, 2020). Estes mercados podem ser definidos como uma cadeia curta alimentar (Ver Verbete Cadeias Curtas Alimentares) entre a produção dos agricultores familiares, diretamente escoada e que abastece os consumidores e compradores urbanos. Antes da pandemia de Covid-19, a maioria da comercialização era realizada em locais físicos e agora, devido a necessidade de distanciamento social e cuidados sanitários, parte da comercialização é realizada de forma digital, em que a interface não é mais somente sócio espacial, mas tecnológica (sociotécnica), já que as transações e (re)conexões entre atores sociais (agricultores com consumidores e, vice-versa) são mediadas por dispositivos inovativos baseados nas novas TICs (PLOEG, 2008; BOS; OWEN, 2016; REARDON; SWINNEN, 2020).

Esta nova cadeia curta alimentar, ancorada em ferramentas digitais, é considerada uma novidade comercial construída pelos atores sociais inseridos nas iniciativas juntamente com os agricultores familiares, que foi acelerada pela crise sanitária (KENNEY; SERHAN; TRYSTRAM, 2020; DA COSTA, 2020). As novidades são definidas como novas práticas dos atores, que em interações com os diferentes tipos de conhecimentos e experiências de outros, constroem soluções sociotécnicas criativas em seus contextos locais, com seus recursos e visando melhorar ou resolver problemas que afetam rotineiramente sua vida social ou seus processos de trabalho (Ver Verbete Processo Produtivo). As novidades buscam ressaltar a agência dos atores nos processos criacionistas em que estes assumem atitudes proativas nos processos de construção social das novas práticas e técnicas. Elas são multifacetadas, podendo constituir-se de vários tipos: uma nova rede social, mercados, tecnologias, conhecimentos diferentes, novos produtos e processos, serviços inovadores, cooperativas e as vendas online dos agricultores como tratadas neste trabalho (WISKERKE; PLOEG, 2004; GAZOLLA, 2020).

Outro conjunto de estudos reiteram algumas das características das novidades acima definidas. A primeira delas é o caráter inovador, uma vez que na história dos agricultores familiares e de suas organizações sociais, as estratégias

digitais para comercializar a produção de alimentos não era utilizada, sendo a maioria das iniciativas recentes, com menos de cinco anos e as que estavam em teste, foram aceleradas com a pandemia da Covid-19 (SCHWANKE, 2020; SCHNEIDER et al., 2020; GAZOLLA; AQUINO, 2020). Antes, a interação entre os atores nos mercados locais e territoriais, geralmente desenvolvia-se pela proximidade sócio espacial. Agora, com a venda *online*, a interação é mediada pelas TICs, em que os AFs têm que serem hábeis em demonstrar sua reputação na produção de alimentos, entender de *marketing* e comunicar claramente as formas de qualificação alimentar, para que os consumidores sejam atraídos até às plataformas e adquiram os alimentos, tentando ainda, mantê-los fiéis ao longo do tempo (CARVALHO; SANTOS; CARVALHO, 2015; DEPONTI et al., 2020).

Pesquisas como a de Cubides Zuniga, Cubides Zuniga e Lugo Montilla (2020), sobre as vendas digitais da agricultura familiar durante a pandemia de Covid-19 na América Latina e Caribe (ALC) identificou que em torno de 30% das vendas são realizadas pelos sites e plataformas de comercialização dos agricultores e suas organizações sociais (por exemplo, cooperativas). Estas só ficam atrás de redes sociais como WhatsApp, Instagram e Facebook que são as ferramentas tecnológicas mais utilizadas, por em torno de 70% da comercialização digital na agricultura familiar. Participam ainda com menores percentuais, os aplicativos de *delivery* e alguns agricultores e suas organizações que se aventuram junto aos grandes e controversos *marketplaces* já existentes de venda de outros produtos e que passam a comercializar também alimentos nos últimos anos e aceleraram estes processos após a pandemia de Covid -19 (Amazon, Alibaba, Wall-Mart).

Outras investigações já desenvolvidas sobre o tema da digitalização na agricultura e na alimentação evidenciam problemas a serem superados para a efetivação deste processo de forma mais igualitária para os agricultores. Um deles é que a maioria dos agricultores brasileiros não possui acesso à internet. Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019), em torno de 3,64 milhões (71,8%) de estabelecimentos agropecuários estão desconectados, impedindo qualquer uso de TICs voltadas a digitalização. Além disso, pesquisas já desenvolvidas evidenciam que não basta possuir acesso à rede mundial, mas também é preciso saber usá-la para gerir processos de digitalização (por exemplo, construir e gerenciar sites e plataformas), bem como possuir aparelhos eletrônicos (*smartphones, notebooks, desktops*) adequados para conexão, dois conjuntos de conhecimentos aplicados a digitalização dos processos comerciais que a maioria dos agricultores, especialmente os mais pobres (que são em torno de 53,68% do total de agricultores brasileiros, segundo o último Censo Agropecuário) não possuem (DEPONTI; KIRST; MACHADO, 2017; DEPONTI et al., 2020).

Por outro lado, algumas pesquisas têm ressaltado efeitos positivos do uso da digitalização nas vendas de produtos e alimentos dos agricultores. Estudo de Odame e Alemu (2018), desenvolvido em plataformas (Ver Verbete Plataforma Digital) cooperativas (ver Verbete Cooperativismo) demonstram que esse formato de comercialização digital cumpre um papel essencial na redução dos altos custos de construção e manutenção dos sites e aplicativos. Já para Belik (2020), as plataformas digitais coletivas implicam em menores custos de transação para as organizações envolvidas e os custos de logística e distribuição são melhor divididos entre os atores sociais se as experiências forem geridas por cooperativas ou ONGs em nível local.

Já os resultados da pesquisa em *sites* e plataformas digitais de vendas de alimentos e produtos dos agricultores familiares conduzida por Gazolla e Aquino (2020) durante a pandemia, evidenciou que a maioria das experiências existentes no Brasil são coletivas e constituídas a partir de cooperativas e/ou associações (52,63%), funcionando como cadeias curtas alimentares tecnológicas ou sociotécnicas e que possuem preocupações em torno dos valores da sustentabilidade ambiental (36,06%). As experiências de vendas online comercializam primordialmente alimentos (mais de 90% dos casos), com qualificações alimentares mais saudáveis e sustentáveis para quem os adquire, onde destacam-se principalmente: os produtos ecológicos (37,23%), de agroindústrias familiares (34,50%) e os alimentos *in natura* (30,27%).

Gazolla e Aquino (2020) concluem que não existem políticas públicas (ver Verbete Políticas Públicas) específicas para a digitalização no país e que apenas 15,26% das iniciativas encontradas em nível nacional baseavam-se em ações proativas de instituições públicas. Dentre elas, estão exemplos como Universidades e Institutos Federais ou aconteceram por dentro de outras políticas como a de Arranjos Produtivos Locais (APLs) (Ver Verbete Arranjo Produtivo Local (APL)), programas municipais, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ou ações de criação de novos negócios e *startups*, evidenciando ser ainda inexistente dentro do Estado brasileiro políticas deliberadas e focadas na digitalização da comercialização dos agricultores. Situação esta que deveria ser revista pelos gestores do Estado, já que esta é uma questão estratégica para o fortalecimento futuro da agricultura familiar e os processos de desenvolvimento rural de um lado. Em outro, um importante tipo de mercado de cadeia curta tecnológica que é fundamental aos consumidores para adquirirem alimentos para dietas saudáveis, ainda muito mais neste momento histórico de crise sanitária, em que se deve seguir as regras de distanciamento social preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. Editorial: sustainability and food security after COVID-19: relocalizing food systems? **Agricultural and Food Economics**. [S.l.], 2020.

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. **Short food supply chains for promoting local markets**. Roma: FAO, 2020. 56p.

BOS, Elizabeth; OWEN, Luke. Virtual reconnection: the online spaces of alternative food networks in England. **Journal of Rural Studies**. [S.l.], v. 45, p. 1-14, 2016.

CARVALHO, Clesiane de Oliveira; SANTOS, Antônio Carlos; CARVALHO, Glauco Rodrigues. Rede Brasil Rural: inovação no contexto da agricultura familiar. **Revista Agronegócio e Ambiente**. v. 8, n.1, p. 79-94, 2015.

CUBIDES ZUNIGA, Eimy Carolina; CUBIDES ZUNIGA, Nataly; LUGA MONTILLA, Ireima Andreina. Agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da COVID-19. **Boletim Covid-19**. Departamento de Política Científica e Tecnológica/UNICAMP. N. 15, jul. 2020.

DA COSTA, Fernanda. Pandemia acelera processos de digitalização de produtores orgânicos. **Jornal da UFRGS**. Porto Alegre, 06 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/pandemia-acelera-processo-de-digitalizacao-de-produtores-organicos/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DEPONTI, Cidonea; KIRST, Rosane; MACHADO, Augusta. As inter-relações entre as TICs e a Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**. v. 3, n. 1, p. 4-23, 2017.

DEPONTI, Cidonea et al. O perfil, o uso e a apropriação de TICs pela agricultura familiar do Vale do Caí-RS, Brasil. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**. v. 6, n. 1, p. 42-77, 2020.

FAO. 2020. **The State of Agricultural Commodity Markets 2020**. Agricultural markets and sustainable development: Global value chains, smallholder farmers and digital innovations. Rome, FAO.

GAZOLLA, Marcio. Perspectiva multinível e coevolucionária e a noc'ção de novidades no desenvolvimento rural e regional: aplicações aos estudos das práticas criativas da agricultura familiar. **Redes**. Santa Cruz do Sul/RS, v. 25, n. 1, p. 232-254, 2020.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir. **Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil**: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercializa-

ção em tempos de COVID-19. Texto para discussão interna. Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). 2020, 30p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KENNEY, Martin; SERHAN, Hiam; TRYSTRAM, Gilles. **Digitalization and platforms in agriculture**: organizations, power asymmetry and collective action solutions. Berkeley, 2020. 52p. (BRIE Working Paper).

MASSRUHÁ, Silvia Maria; LEITE, Maria Angelica. Agricultura Digital. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**. [S.l.], v. 2, n. 1, p. 72-88, 2016.

ODAME, Hannington; ALEMU, Dawit. Partnerships, platforms and policies strengthening farmer capacity to harness technological innovation for agricultural commercialisation. **APRA: Agricultural Policy Research in África**. Feb. 2018. 42p. (Working Paper 10).

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

REARDON, Thomas; SWINNEN, Johan. COVID-19 and resilience innovations in food supply chains. **IFPRI: International Food Policy Research Institute**. Washington, July 2020. Disponível em: <<https://www.ifpri.org/blog/covid-19-and-resilience-innovations-food-supply-chains>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex.; MARINHO, Marriçon. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**. São Paulo, 34 (100), p. 167-188, 2020.

SCHWANKE, Jéssica. **O comércio eletrônico como alternativa de mercado para a agricultura familiar**. 2020. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

WISKERKE, Johannes; PLOEG, Jan Douwe van der. (Eds.) **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004.

WORLD BANK. **World development report 2016**: Digital dividends. Washington D.C.: World Bank, 2016.

COMPETÊNCIA

Fernando Dewes

Segundo Dutra (2001, p. 28) “competência é compreendida por muitas pessoas e por alguns teóricos da administração como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que a pessoa desenvolva suas atribuições e responsabilidades”.

A execução de uma operação, tarefa ou atividade requer a apropriação, pelo executor, de determinados conhecimentos, habilidades e atitudes. Competência é a combinação destes requisitos, definidos sempre em função da natureza e do contexto do trabalho a ser realizado. Conhecimento envolve a posse e o domínio de informações necessárias para fazer algo. É a instância cognitiva da competência. Mas o conhecimento, por si só, não assegura um fazer bem sucedido. É necessário que a pessoa possua habilidade para tal, sendo capaz de converter o conhecimento em ação. É o saber fazer. Trata-se de uma instância operativa da competência e, finalmente, o fazer com motivação, com iniciativa e com proatividade. Em outras palavras, é a instância atitudinal da competência.

Deste modo, as competências resultam da combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) necessárias a realização de um trabalho específico, ou a parte dele. De uma visão mais prática, competência pode ser conceituada como uma combinação de conhecimentos, de saber fazer, de experiências e comportamentos que exercem um indivíduo em determinada atividade prática, transformando-os em força positiva, para tomar iniciativa, quando necessário criar algo novo ou para assumir responsabilidade em relação a alguma coisa (ZARIFIAN, 2001).

REFERÊNCIAS

- DUTRA, Joel Souza. *Gestão por competências*. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo Competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

COMPETITIVIDADE REGIONAL

Jorge Oneide Sausen

O conceito de competitividade pode ser traduzido como sendo uma constante, a qual busca por oportunidades de crescimento, concomitantemente com um esforço de maximizar a efetividade no uso e na alocação dos recursos, seja de uma organização, região ou território (*Ver Verbete Território*), vincula-se quase que automaticamente ao conceito de estratégia. Ou seja, a busca de melhores níveis de competitividade requer que as organizações ou regiões transformem suas aspirações em ações, as visões e propósitos em realidades e recursos em resultados. A competitividade não ocorre a menos que a estratégia estimule uma região a agir.

Nos estudos desenvolvidos por Ferraz *et al* (1996) sobre o conceito de competitividade no campo empresarial, fica evidenciada sua relação com a estratégia, considerados como pares conceituais que tratam das capacidades das empresas em formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhes permitem ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.

Percebe-se na abordagem desses autores a interação entre competências e estratégia. As competências (*Ver Verbete Competência*) possibilitam a adoção da estratégia enquanto a estratégia leva ao desenvolvimento das competências. Essa relação harmoniosa entre as competências e a estratégia proporciona um círculo virtuoso, tanto no ambiente organizacional quanto regional, possibilitando acúmulos de competências para o futuro de uma determinada região.

Considerando essa relação simbiótica desses dois conceitos, competitividade e estratégia, as análises competitivas devem ter como foco central os processos internos às empresas, ao mercado e as variáveis econômicas gerais. Com efeito, para o alcance de uma abordagem do desempenho competitivo, seja de uma empresa ou região, necessário se faz identificar os fatores relevantes para o sucesso competitivo de cada setor econômico, conforme os padrões concorrenciais atuantes nos mercados.

Ao fazer referência à competitividade de uma determinada região ou território, é oportuno resgatar os estudos sobre a competitividade da indústria brasileira, desenvolvidos por Coutinho e Ferraz (1994), que discutem a noção de competitividade de uma nação. Segundo esses autores,

Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a

base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais (COUTINHO & FERRAZ, 1994, p. 17).

Ainda para Coutinho e Ferraz (1994), a competitividade internacional de economias nacionais é “*construída a partir da competitividade das empresas que operam dentro e exportam a partir das suas fronteiras. Ao mesmo tempo, identifica a competitividade das economias nacionais como sendo algo mais do que a simples agregação do desempenho de suas empresas*” (COUTINHO & FERRAZ, 1994, p. 17).

Essa tese de que a competitividade de uma nação e/ou região é fruto da riqueza gerada pelas empresas que operam nesses territórios é defendida por Porter (1989), em sua obra “A Vantagem Competitiva da Nações”, na qual afirma que a política macroeconômica de um país não é suficiente para gerar riqueza, mas talvez ela possa facilitar ou até mesmo dificultar essa busca. A riqueza, segundo o autor, se cria na microeconomia, gerada pelas empresas que são capazes de produzir produtos e serviços valiosos e vendê-los em mercados globais.

A competitividade de uma região, portanto, depende da produtividade com a qual os recursos regionais são empregados. O nível e o crescimento da produtividade (*Ver Verbete Produtividade*) de uma região acontecem em função da variedade de organizações e empresas, nos seus mais variados segmentos e da natureza das vantagens competitivas nelas obtidas. As economias progridem aprimorando as posições competitivas, obtendo vantagens competitivas de ordem superior nos mercados e desenvolvendo a capacidade de êxito em novos segmentos de alta produtividade e inovação.

A consecução de uma vantagem competitiva de ordem superior num determinado conjunto de empresas ou setor, ajuda, com frequência, o aprimoramento de outras empresas e setores, numa perspectiva de sinergia. O desenvolvimento de um setor leva e puxa o desenvolvimento de outros setores, principalmente se existir um ambiente de inovação e empreendedorismo instituído num determinado espaço geográfico (território ou região).

Portanto, a capacidade competitiva de uma região depende muito da posição das empresas que estão inseridas nessa região. Caso elas forem incapazes de apresentar capacidade de inovar, de empreender, de desenvolver pesquisas e impulsionar o surgimento de outras empresas correlatas, a competitividade regional será sufocada.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1994.

FERRAZ, J. C. *et al.* *Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

_____. *El desafio competitivo para la industria brasileña*. Revista de La Cepal, Santiago de Chile, v. 58, 1996.

PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SAUSEN, J. O. *Gestão estratégica, competitividade e desenvolvimento: um olhar a partir das suas inter-relações*. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

COMUNICAÇÃO E CULTURA ORGANIZACIONAL

Marcela Guimarães e Silva

Comunicação e cultura organizacional são dois processos que se estabelecem a partir da interação social e coexistem no contexto das organizações numa relação em que um constitui o outro. “É através da cultura e da comunicação que as pessoas dão sentido ao mundo em que vivem e atribuem significado às experiências organizacionais” (MARCHIORI, 2008, p. 98). A cultura organizacional estrutura-se com base em pressupostos básicos desenvolvidos pelos membros da organização ao resolver problemas internos e externos e que pelo grau de efetividade tornam-se referência para os demais.

Assim, estes pressupostos passam a orientar o comportamento e a compreensão da dinâmica organizacional dos novos membros da organização. Esta pode ser identificada através de alguns elementos, tais como: a história da organização, os processos de socialização de novos membros, as políticas de recursos humanos, as normas e a organização do trabalho; e o processo de comunicação (FLEURY & FISCHER, 1996). Deste modo, a cultura organizacional se reproduz por meio de um movimento contínuo, através das pessoas e como resultado das mudanças constantes do micro e macroambiente, as quais está suscetível, sendo a comunicação um vetor para a sua transformação e perpetuação.

Nesta perspectiva é relevante considerar a comunicação organizacional e todos os seus subsistemas, para além do uso dos meios e veículos de comunicação. Na produção de significados para a cultura organizacional, a comunicação constitui-se num arranjo de relações sociais - com emissores e receptores-, no qual o conteúdo da mensagem só irá gerar efeito e/ou assumir sentido, se houver reciprocidade, ou seja, comunicação entre os envolvidos. “Trata-se de um processo relacional entre indivíduos, departamentos, unidade e organizações” (KUNSCH, 2003, p. 75).

Para tanto, o composto da comunicação organizacional deve primeiramente considerar todos os seus sub-processos, ou seja, as barreiras de comunicação - que impedem o entendimento da mensagem; os diferentes níveis de comunicação (intrapessoal, interpessoal, organizacional e tecnológico), que empregam ou não meios técnicos para transferência de informação; as redes formal - expressa através dos canais e meios de comunicação institucionais; e informal - que se forma a partir de interações sociais estabelecidas pelos indivíduos, sem qualquer controle da organização;- os fluxos comunicativos (ascendente, descendente, transversal e circular), que identificam a origem da informação, conforme a hierarquia da organização; para só então, com o objetivo de operacionalizar todo este sistema, adotar diferentes canais, meios e veículos de comunicação ao traba-

lhar interna e externamente a comunicação organizacional e, conseqüentemente, a cultura organizacional (KUNSCH, 2003).

É por intermédio deste complexo sistema comunicacional que a organização consegue fazer fluir os elementos da cultura organizacional necessários para a formação da sua identidade e imagem perante seus diversos públicos: internos (gestores, acionistas, funcionários, terceirizados, etc.), e externos (clientes, fornecedores, imprensa, poder público, concorrentes, etc.). Deste modo, a comunicação e a cultura organizacional podem ser compreendidas como movimentos simultâneos e inesperáveis necessários para a interpretação e gestão das relações sociais internas e externa que, ora influenciam, ora são influenciadas pela ação das organizações.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. *Cultura e poder nas organizações*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003.

MARCHIORI, Marlene. *Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Editora, 2008.

Outras referências

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura Organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). *Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Editora, 2009.

MARCHIORI, Marlene. *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Paulo: Difusão Editora, 2008.

COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Tiago Costa Martins

As relações entre comunicação e desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) são marcadas por aproximações técnicas e/ou processuais. Há de se conferir a tais aproximações uma consequência direta ao reconhecimento do tipo de compreensão e aplicação de desenvolvimento. Em contrapartida, é possível inferir que a comunicação sempre foi preponderante nas propostas de desenvolvimento, especialmente na América Latina. Neste território (*Ver Verbete Território*), tornaram-se peculiares as ações que ora envolviam o desenvolvimento e ora tratavam da comunicação com vista ao desenvolvimento. No que compete a segunda situação, historicamente a América Latina começou a utilizar a comunicação para o desenvolvimento muito antes de propostas teóricas ou denominações adequadas para a relação (BELTRÁN, 1993).

Pelo viés histórico, a relação comunicação/desenvolvimento é vista sob três categorias: (i) comunicação do desenvolvimento; (ii) comunicação de apoio ao desenvolvimento e; (iii) comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático. O primeiro ponto destaca as ações voltadas à ideia de modernização *versus* tradição. Os meios de comunicação teriam funções preponderantes na criação de um ambiente profícuo para a mudança das sociedades e a ação dos meios como forma indispensável para o progresso técnico e o crescimento econômico (BELTRÁN, 1993, p. 01)¹.

A comunicação de apoio ao desenvolvimento remete às atividades de comunicação integrada, que podem ser planejadas em apoio às instituições que fomentam as diversas formas de desenvolvimento. As ações de relações públicas em governos, ONGs, fundações, por exemplo, dão conta da comunicação em apoio ao desenvolvimento. Por fim, tem-se a comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático. Essa categoria remete a noção de que,

al expandir y equilibrar el acceso y la participación de la gente en el proceso de comunicación, tanto a niveles de medios masivos como a los interpersonales de base, el desarrollo debe asegurar, además de beneficios materiales, la justicia social, la libertad para todos y el gobierno de la mayoría (BELTRÁN, 1993, p. 01).

¹ Vale dizer que no Brasil os trabalhos de José Marques de Melo são os mais representativos da relação comunicação e desenvolvimento. Em Melo (1977), há uma preocupação em ponderar o desenvolvimento pela ação das mídias no território. Baseado em teóricos funcionalistas, o pesquisador sentenciava que “a situação dos grandes meios de comunicação de massas no Brasil reflete o próprio estágio de desenvolvimento do país” (1977, p. 81). Já em Melo (1978), é possível perceber a preocupação da comunicação como instrumento de difusão tecnológica e mudança estrutural no espaço rural brasileiro.

Em grande medida, tais categorias analíticas denotam a comunicação subordinada ao desenvolvimento. Visões de desenvolvimento como crescimento econômico, industrialização, progresso, avanço do atrasado ao moderno, dentre outras definições, dão a entender que desenvolvimento é uma mudança de um estágio para outro.

Há nesta mudança um fluxo de comunicação, como sentenciam Schramm (1973), e se o desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*) e social (*Ver Verbete Desenvolvimento Social*) era entendido como uma mudança para uma modernização da sociedade, a necessidade de comunicação tornava-se mais fundamental em determinadas sociedades do que nas demais, já consolidadas num patamar de progresso. Para tanto, exigia-se que a comunicação deveria investigar um novo ambiente, promover as aspirações da população, orientar e controlar um processo dinâmico, ensinar novas habilidades e socializar cidadãos para uma nova e diferente sociedade que ainda está em processo de formação (SCHRAMM, 1973, p.21).

Nas dimensões antropológicas e sociológicas dos estudos em comunicação e em desenvolvimento tais compreensões e aplicações foram criticadas e refutadas. No entanto, a relação entre comunicação e desenvolvimento não pode ser vista como superada, mas reconfigurada. Um caminho possível que expõe a possibilidade de reconfiguração, por exemplo, está na construção de desenvolvimento centrada na liberdade orientada para o sujeito (agente – *Ver Verbete Agentes do Desenvolvimento Territorial*). O que as pessoas conseguem de forma positiva realizar é influenciado por oportunidades (econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas) (SEN, 2010).

Os elementos institucionais que proporcionam essas oportunidades são influenciados pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade de participar das escolhas, de tomar decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. Ora, essa perspectiva associa a comunicação como uma oportunidade. Uma comunicação para além da simples troca de mensagens entre um ou mais indivíduos. Uma comunicação que requer a ênfase em um processo comunicativo de vínculo social, de ação recíproca. Uma vinculação que “pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores”. (SODRE, 2002, p. 224). Trata-se de uma compreensão adequadamente associada ao desenvolvimento como liberdade.

Portanto, se inicialmente comunicação e desenvolvimento estiveram próximos por uma questão quase que exclusivamente técnica, as possibilidades de compreensão atual os reconhecem como elementos processuais mais complexos. E deste modo, importa dizer que ambos evidenciam a existência, a experiên-

cia e a ação humana no mundo, demonstrando que indivíduo e mundo são inseparáveis e dependentes na constituição um do outro.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Luis Ramiro S. “*Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica. Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años*”. La iniciativa de la comunicación. Lima: IPAL, 1993.

MELO, José Marques de. *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. *Comunicação, opinião e desenvolvimento*. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

SCHRAMM, Wilbur. Comunicação e mudança. IN: LERNER, Daniel & SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Outras referências

HEBERLÊ, A. et al. (Ed.) *Comunicação para o desenvolvimento*. Brasília: EMBRAPA, 2012.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Vera Lucia Spacil Raddatz

A Comunicação Social é um campo de conhecimento, de pesquisas e experiências em comunicação, na área das Ciências Sociais Aplicadas. Parte de seis elementos básicos: emissor, receptor, mensagem, canal, código e contexto para construir um processo de interação organizado em fluxos de comunicação e informação. Relaciona-se à mídia impressa, eletrônica e digital, à *internet*, a bancos de dados, registros, máquinas, aplicativos, organizações, empresas, signos linguísticos, imagens, sons, música, expressão e relações humanas.

A comunicação está direta ou indiretamente ligada a todas as áreas do conhecimento e é essencial para a transmissão, desenvolvimento, registro e memória da humanidade e das sociedades. O termo comunicação origina-se do latim *communicare*, que quer dizer tornar comum, partilhar, repartir, associar, trocar opiniões e conferenciar (RABAÇA e BARBOSA, 2001).

Comunicar implica um conjunto de ações que se concretizam à medida em que o processo vai ocorrendo, sendo natural expor ideias, argumentar, defender pontos de vista, sugerir, informar, interpretar e participar. E quando essa comunicação é entendida como Comunicação Social significa que está influenciando no contexto e intervindo na realidade, geralmente por meio de campos profissionais como jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, cinema, audiovisuais e multimídia.

A comunicação pode ser transformadora e libertadora quando baseada no diálogo (FREIRE, 1983) e na alteridade, onde cada um reconhece o seu papel ativo dentro do processo. Martín-Barbero (2014) afirma que “há comunicação quando a linguagem dá forma à conflituosa experiência do conviver, quando se constitui em horizonte de reciprocidade de cada homem com os outros no mundo” (p.29). A comunicação não pode ser confundida com a informação, pois a primeira é um processo e a segunda, originalmente relacionada ao mundo da notícia, atualmente associada também à ideia de um produto ou um bem intangível que agrega valor (*Ver Verbete Valor Agregado*).

A comunicação social refere-se ainda aos veículos ou meios de comunicação de massa e a sua possível influência na sociedade, já que a comunicação destes é mais dirigida, tendo em vista a manutenção de uma lógica de mercado e a conquista da audiência em grande escala. Estas características rendem aos veículos de comunicação críticas relacionadas à produção de conteúdo de caráter acrítico ou conformista na representação da realidade e apontam a necessidade de qualificar essa comunicação.

A comunicação social é uma ferramenta muito importante para o equilíbrio das sociedades democráticas, para a cidadania (*Ver Verbete Cidadania*) e o

desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) (KUNSCH e KUNSCH, 2007), pois permite que os sujeitos compartilhem pensamentos, inovações, cultura e conhecimento, propiciando também a circulação e discussão de ideias como matéria prima para o princípio da transformação social. Com as novas tecnologias, a comunicação reveste-se de outras roupagens, diferentes linguagens e possibilidades, porém não pode perder o seu fim primeiro que é a interação entre os sujeitos e a humanização da sociedade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz. (Orgs.) *Relações públicas e comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

Outras referências

HOHLFELDT, A. *et al. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MORAES, Dênis de. (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO

Milton Luiz Wittmann

Os modelos de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) e, por conseguinte, seus condicionantes caracterizam-se por períodos disruptivos e períodos consensuais. Os estágios disruptivos se contrapõem aos modelos vigentes pois não atendem às expectativas ou mesmo se exaurem frente a novos padrões desenvolvimentistas. Os estágios consensuais, por seu turno, se qualificam por um *continuum* ascendente à medida que a sociedade imprime seu *modus operandi* associada a modelos e políticas governamentais congruentes que Rodrigues (1972) identifica unilineares:

examinando-se as várias teorias do desenvolvimento econômico mais atuantes e conhecidas nos dias de hoje, nota-se que, apesar das diferenças que apresentam entre si, a maioria delas se identifica em aspectos tão fundamentais que, praticamente, podem ser reduzidas a um mesmo tipo de concepção, a que podemos chamar de teoria unilinear do desenvolvimento econômico.

Essa teoria distingue-se pelo fato de simular o desenvolvimento a um processo contínuo e linear de crescimento, constituído por uma sucessão de degraus necessários que se encaminham em direção a uma determinada estrutura ideal, previamente concebida por cada teórico do desenvolvimento. (RODRIGUES, 1972, p.1).

Os condicionantes do desenvolvimento podem se espelhar na evolução da ciência com base nas revoluções paradigmáticas de Thomas Kuhn explicitada na sua obra *Estrutura das Revoluções Científicas* (1982). Nesta, o autor retrata que a evolução da ciência se processa de forma contínua apenas em períodos de ciência normal, que, por seu turno, é intercalada por revoluções precedidas e sucedidas por turbulências entre diferentes correntes de pensamento.

Neste alinhamento, os períodos baseados em um padrão estratégico consensual de desenvolvimento estão voltados para comunidades que o seguem, que podemos caracterizar como regiões, países ou continentes. Com isso, identificam-se: estratégias globais pós II Grande Guerra Mundial caracterizadas pela ‘Guerra Fria’, até o final da década de 1980; o Plano Marshall ou Plano de Recuperação Europeia de ajuda econômica dos EUA aos países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial de reconstruir economicamente os países europeus ocidentais dizimados pela guerra; e no Brasil tem-se, como exemplo, o período de substituição de importações, que segundo Bresser Pereira (1974):

este modelo de desenvolvimento (...) era provavelmente a única alternativa viável através do qual poder-se-ia realizar a industrialização do país. Entre 1930 e 1960 elevadas taxas de desenvolvimento foram alcançadas. A economia sofreu profundas modificações. Um grande parque industrial, integrado e tecnologicamente sofisticado, foi montado, tendo como polo São Paulo. (1974, p.122)

Estratégias desenvolvimentistas ratificam que nações, comunidades e governos criam e compactuam matrizes conceituais que permitem a criação de construtos condicionantes sociais delineadores de processos e estruturas cognitivas de padrões desenvolvimentistas. Ressalva-se que, considerando as matrizes epistemológicas, a exemplo do positivismo, da fenomenologia, do materialismo histórico, do estruturalismo e das teorias sistêmica (Ver Verbete Visão Sistêmica) e da complexidade, estas induziram novos conceitos que condicionaram significativamente o modo como a sociedade e a ciência passaram a compreender e explicar o desenvolvimento e por conseguinte o que é ciência (Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional) e o que significa desenvolvimento. Na economia e nos negócios as matrizes implicam na indução de cientistas e gestores em formas de como estes veem e modelam as organizações e a sociedade.

De mesma forma, consensualiza-se que o advento das matrizes epistemológicas em contraponto à matriz positivista e cartesiana, a exemplo da teoria da complexidade, o caos organizado, a cibernética, a autopoiese, sistemas complexos adaptativos e empresa quântica, houve a emergência de novas formas de apreensão cognitiva da realidade e a emergência de modelos de desenvolvimento. Estas fontes paradigmáticas estimularam a introdução de mudanças nos condicionantes de desenvolvimento, como também em processos interativos entre ambiente e organizações desde que permitidas pelas suas próprias estruturas e estratégias (CAPRA, 1996; LUHMANN, 1996; MATURANA, 2001).

Espelhando-se nas estratégias desenvolvimentistas, percebe-se que as organizações adaptam suas estratégias ancorando-se em padrões de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), estes lhes permitem competir em mercados e modelos emergentes em novos condicionantes, que atualmente estão voltados para o conhecimento, nos quais a característica principal fundamenta-se em matrizes que privilegiam a inovação ao contrário da visão linear e disciplinar. São realidades que não permitem serem explicadas pelas matrizes positivistas ou modelos newtonianos, ou seja, são modelos nos quais a ordem e desordem caminham juntas (PRIGODINI, 1996; DEMO, 2002).

Em contrapartida, as organizações são guindadas a ter seus atos determinados periodicamente em diferentes fontes paradigmáticas. Contudo, o pré-determinismo apenas existe quando as organizações estão vinculadas a modelos que delimitam seus padrões de como ver a realidade, de forma que os gestores criam processos recursivos para que esta realidade se concretize (MORIN, 2005).

Nestas interações, o positivismo instituiu um arcabouço teórico que inspirou o modelo da Revolução Industrial que condicionou o homem à uma máquina e à divisão da sociedade em especialidades restringindo a inter e multidisciplinaridade, embora tenha impulsionado o desenvolvimento. O homem passou a ser moldado a exercer atividades essencialmente específicas e repetitivas baseadas no modelo da divisão do trabalho subordinando-o às linhas de produção. Da mesma forma que René Descartes afirmava que o todo seria a simples soma das partes, as linhas de produção tayloristas e fordistas, passaram a institucionalizar que o produto final seria a simples somas de atividades parceladas e sequenciais executadas por máquinas e pessoas treinadas em atividades específicas.

Nos dias atuais, com um mercado abastecido, impera a inovação (Ver Verbete Inovação) no mundo dos negócios. Quando antes o dono do capital (empresário) construía o parque fabril, comprava máquinas e instrumentos de trabalho e contratava empregados, atualmente o mesmo fica refém da inovação e do desenvolvimento de novas tecnologias que passaram a ser o epicentro do desenvolvimento e da competitividade (Ver Verbete Competitividade Regional).

Na atualidade, os aportes do desenvolvimento proporcionam a emergência de condicionantes desenvolvimentistas baseados em uma linha de ação conceitual utilizando-se de novos referenciais. Estes preveem formas de visualizar uma nova matriz que proporcione realidades a partir de uma revolução social pertinentes a novos modelos de vida. Não basta desenvolver a partir do aumento da eficiência e eficácia, mas compatibilizar qualidade de vida (Ver Verbete Qualidade de Vida) com sustentabilidade e desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Maria Magdalena E. Mischán. A velha e a nova industrialização. *Administração de empresas*. vol.12 no.3 São Paulo jul./set. 1972.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo modelo brasileiro de desenvolvimento. *Ciências Sociais* '55, vol.14, October-December 1974.

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

DEMO, Pedro. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PRIGODINI, Ilia. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes

Leonir Terezinha Uhde

Conservacionismo e preservacionismo são duas correntes ideológicas, frequentemente empregados como sinônimos, no entanto não o são. Pádua (2006) destaca que mesmo na legislação brasileira, os termos são usados de maneira diversa. Conservação, nas leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais (Ver Verbetes Recursos Naturais), com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações. Já a preservação visa à integridade e à perenidade de algo. O termo se refere à proteção integral, a “intocabilidade”. Via de regra a preservação está associada ao risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, um ecossistema (Ver Verbetes Ecossistema) ou de um bioma. Em essência, o preservacionismo é a corrente que aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, apontando o homem como o causador da ruptura do “equilíbrio” ecológico. O ser humano é concebido apenas como mais uma espécie, em alinhamento a concepção chamada de holística, traduzida nas célebres obras de Kapra (Ponto de Mutação) e Lovelock (Teoria Gaia).

Estes conceitos ganham relevância na segunda metade do século XX. Em essência, trata-se de como se considera a natureza. O debate delinea-se nas seguintes questões: velar por espaços naturais em razão de que sua deterioração pode afetar os seres humanos ou, ao contrário, a natureza é dotada de um valor intrínseco, não uma simples matéria bruta, mas um sistema harmonioso e frágil e, que, portanto, merece respeito.

Ferry (2009, p. 123), sintetiza que aos princípios filosóficos e políticos as duas correntes se opõem diametralmente. A conservação mantém a herança do humanismo moderno, ou seja, é em virtude dos fins do homem que convém respeitar a natureza, enquanto o preservacionismo implica uma radical rediscussão. “O humanismo não seria mais o remédio para a crise do mundo industrial moderno, mas, verdadeiro pecado original, ele constituiria sua causa primeira e maléfica”.

A concepção de preservação da natureza selvagem, a partir do pressuposto de que o mundo natural não foi criado por humanos nem para humanos, reafirma seu caráter transcendental e a ela, a atribuição de um valor intrínseco. Essa corrente teve a contribuição de vários filósofos e pensadores, entre os quais, os noruegueses Arne Naess, os norte-americanos, George Sessions e Bill Devall

(BRITO; BRITO; SOUZA, 2015), responsáveis pela concepção conhecida como ecologia (Ver verbete Ecologia) profunda (Deep Ecology).

Outros intelectuais importantes contribuíram para definição das bases filosóficas e teóricas do preservacionismo, tais como: o alemão Hans Jonas e o francês Michel Serres. Historicamente, esses estudiosos têm como principais precursores Aldo Leopold, John Muir, Henry David Thoreau e George Perkins Marsh que ainda no século XIX defendiam os direitos naturais (BRITO; BRITO; SOUZA, 2015, p. 144).

A corrente preservacionista ganha amplitude na década de 1960 e domina os movimentos ambientalistas alternativos na Alemanha e nos EUA (DIEGUES, 2008) e se notabiliza nas publicações o Clube de Roma que anunciava o esgotamento próximo das principais reservas de minérios, uma explosão demográfica nas décadas seguintes, um aumento exponencial da poluição e degradação dos ecossistemas naturais, que implicaria a diminuição da qualidade de vida principalmente entre os países industrializados. Propunham também um modelo de crescimento global em equilíbrio, no qual, na maioria dos casos, o crescimento econômico deveria ser reduzido a zero (Diegues, 1992).

Cristaliza-se nesse momento um importante debate entre o preservacionismo e o conservacionismo, subjacentes as teses do crescimento zero e do desenvolvimentismo, que posteriormente animaria a postulação da vertente do decrescimento. Naquele momento, os países do Norte global, que já haviam trilhado um caminho de crescimento econômico constituam um grupo altamente industrializado e detentor de poder no sistema capitalista, enquanto os países periféricos, capitaneados pelo Brasil se posicionaram a respeito do seu direito ao desenvolvimento (RIBEIRO, 2001).

Os preservacionistas, denominados ecologistas profundos ou representantes do Clube de Roma, pautavam-se numa visão mais radical, de que era necessário reconhecer que é impossível crescimento material infinito num planeta com recursos finitos. Já o conservacionismo apoiava-se num forte otimismo no papel do conhecimento científico e tecnológico, como portador de soluções para os problemas que se delineavam. O desfecho deste debate é certamente previsível: “A vertente desenvolvimentista saiu vencedora do embate de ideias” (RIBEIRO, 2001, p.30).

Na atualidade, o pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas e é alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável (Ver Verbetes Desenvolvimento Sustentável), compreendidas como aquelas que buscam um modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida (Ver Verbetes Qualidade de Vida) atualmente, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras. O conservacionismo se traduz num conjunto de

recomendações largamente reconhecidas, embora ainda esteja distante sua efetivação. Redução do uso de matérias-primas, uso de energias renováveis, redução do crescimento populacional, combate à fome, mudanças nos padrões de consumo, equidade social, respeito à biodiversidade e inclusão de políticas ambientais no processo de tomada de decisões são alguns de seus princípios.

Como exemplo de adoção dos princípios do preservacionismo e do conservacionismo pode-se citar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000) que abriga diversos níveis de preocupação com o patrimônio ambiental nacional, indo desde Unidades de Uso Sustentável, em alinhamento conservacionista, até Unidades de Proteção Integral, com viés preservacionista. As Unidades de Proteção Integral têm a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas. Pertencem a esse grupo as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural.

As Unidades de Uso Sustentável buscam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo é constituído pelas categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Denota-se a imprecisão do uso dos dois conceitos, uma vez que preservação não representa necessariamente a intocabilidade dos recursos naturais, como inicialmente proposto. Em síntese, predomina, a abordagem conservacionista na maioria dos movimentos ambientalistas, fundando-se como alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 22 mar. 2021

BRITO, R.L.B.; BRITO, D.M..C; SOUZA, E.A. Pressupostos teóricos de proteção da natureza. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 7, p. 141-147, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta>. Acesso em 23 mar. 2021.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**: A árvore, o animal e o Homem. São Paulo: Difel, 2009.

PADUA, S. M. **Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação?** 2006. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/suzana-padua/18246-oeco-15564/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental**: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CONSUMO ALIMENTAR

Marcio Gazolla

Historicamente, as Ciências Sociais e Humanas preocuparam-se em analisar os processos de trabalho e de produção, devido a compreensão de que seriam estes os estruturadores das sociedades industriais nascentes a partir do século XVII. Esta ideia tem sido revista, especialmente após as formulações de Keynes sobre o papel do Estado enquanto indutor da demanda a partir de investimentos públicos, especialmente para superação de crises econômicas. Outros autores, pela Sociologia, por exemplo, Bauman (2008), formula que os processos de consumo são a mais importante face do desenvolvimento das sociedades e devem ser estudados em suas variadas facetas para sua plena compreensão.

Na literatura destas áreas, o consumo foi tratado e conceituado por diferentes termos. Para os economistas Clássicos e Neoclássicos foi chamado de demanda ou procura. Já nos campos mais críticos do conhecimento, como na Antropologia e Sociologia, o termo mais usado é consumo, sendo adicionado de palavras de áreas de investigação específicas, como é o caso que se trata aqui do consumo alimentar.

Segundo Barbosa (2016) o consumo pode ser entendido como uma atividade do ser humano para alcance de suas necessidades, sejam básicas e/ou supérfluas. Enquanto processo social pode ser observado como mecanismo reprodutor e mediador de relações, práticas sociais, valores culturais, ideias que são orientadas junto a outras dimensões sociais como trabalho, produção, cidadania (Ver Verbete Cidadania) e religião. Nesse sentido, passou a ser encarado como meio ou possibilidade de ação individual ou coletiva, para definir situações e escolhas em termos de direitos, estilos de vida e construção de identidades, possibilitando a conexão entre atos locais e movimentos globais como os de produção, circulação, inovação tecnológica e ações políticas.

O consumo é um processo social multifacetado, possuindo várias frentes de investigação e, conseqüentemente, em função disso, formas de defini-lo. Devido constituir processos sociais de forma ambígua, pode ser caracterizado de diferentes ângulos empíricos e teóricos. Por exemplo, os primeiros estudos sobre o consumo geralmente focalizavam as necessidades vitais e biológicas dos atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais). Esta fase é muito marcada por estudos condenatórios do consumo chamando-o de supérfluo ou ostentatório. Em seguida, estas investigações preocupam-se com outras necessidades dos indivíduos como transporte, habitação, segurança, acesso a tecnologias, entre outras questões (BARBOSA, 2009).

Atualmente estes campos de pesquisa continuam ativos, mas as investigações estendem-se mais rapidamente para o campo das preocupações com susten-

tabilidade ambiental ('consumerismo'), do consumo como construtor de identidades (status, relações, diferenciações, fronteiras entre grupos e atores sociais), o consumo intangível (como nos casos da cultura, arte, um por do sol, religião, uma paisagem), consumo politizado ou reflexivo (aquele em que o cidadão reflete suas escolhas e como estas podem afetar a vida de outras pessoas ou mesmo do planeta) e o consumo de alimentos, que trata-se a seguir.

Para Mintz (2001), o ato de consumir alimentos além de possuir dimensões biológicas e nutricionais que são indispensáveis para a reprodução da vida humana, também possui outras dimensões que produzem identidades sociais. Os alimentos não são ingeridos apenas por critérios objetivos (disponibilidade, preferências, nutrição ou aversões gustativas inatas), mas, também por fatores ecológicos, históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos, assim como por representações e imaginários sociais que envolvem escolhas e classificações. Nesse sentido, o consumo alimentar é um processo social carregado de significados, especialmente códigos sociais que atuam na construção de relações dos seres humanos entre si e com a natureza onde vivem (MACIEL, 2005).

Conforme Canesqui e Garcia (2005), a cultura ocupa um papel importante ao definir o que é ou não comida, indicando as permissões e interdições alimentares, moldando o gosto, os modos de consumir e a própria comensalidade. Para Fischler (1980), autor clássico nesta discussão, as plantas e animais não são eleitos por si só como alimentos, são os repertórios culturais dos atores sociais que informam os que são aptos a alimentação. Assim, os alimentos antes de ser ingeridos, precisam ser eleitos, preferidos, selecionados e preparados pela culinária. Exemplos disso é que no Brasil não se consome carne de cavalos, que é muito apreciada em alguns países europeus. O mesmo com a vaca, que é sagrada na Índia, mas comestível no Brasil. E assim por diante, se os leitores começarem a pensar em alimentos que são interditados por nossos repertórios culturais no Brasil, mas aceitos para consumo em outros lugares e vice-versa.

Em termos de conceitos sobre o consumo alimentar, atualmente as investigações, especialmente internacionais, proliferaram-se em torno de uma diversidade de termos que são utilizados, para dar diferentes ênfases aos processos de escolhas alimentares e os fatores que a explicam. Os termos mais usados são o consumo reflexivo, político/politizado e o consumidor sustentável/cidadão ecológico, que se explora brevemente nos próximos parágrafos a seguir. Há outros tipos de termos utilizados para designá-lo (como consumo responsável, cidadão, estilo de vida, etc.), mas retém-se apenas em torno destas três noções, que são as principais. Em outro capítulo desta obra, apresenta-se a ideia de dietas saudáveis (Ver Verbete Dietas Saudáveis), que tem sido atualmente muito utilizada nos estudos do consumo em nível internacional.

A noção de consumo reflexivo emerge com a Teoria da Modernização ou também chamada de Teoria da Sociedade de Risco. Segundo Giddens, Ulrich e

Scott (1997), a reflexividade é uma característica do estilo de vida europeu dos consumidores pós sociedade urbana e industrial, em que há contestação de várias pilares desta, sendo a alimentação um deles. O consumidor reflexivo é aquele que possui agência, atributo social que gera reflexividade em suas escolhas alimentares, possuindo pro atividade em refletir sobre suas decisões em relação aos variados aspectos da vida em sociedade (sociais, econômico, ambientais, riscos, incertezas, política). O consumidor reflexivo também pode se organizar em grupos ou movimentos sociais em torno da alimentação, construindo ações políticas reflexivas e coletivas. Exemplo deste tipo de consumidor seriam os Grupos de Aquisição Solidária (GAS) existentes na Europa.

Outro tipo de consumidor é o político ou politizado. Segundo Portilho (2020) a definição usual de consumo político relaciona-se à percepção e uso efetivo do consumo (poder de compra no mercado) como forma de pressão política para promover mudanças sociais. Embora o consumo político possa ter governos como alvo, trata-se, na maior parte das vezes, de uma forma de engajamento político na esfera do mercado (*market-oriented engagements*), que se manifesta na escolha de marcas, produtos, produtores e/ou varejistas baseada em considerações políticas, éticas e/ou ambientais. Nesse sentido, o consumo político pode ser analisado como iniciativas do que se tem denominado de novos movimentos sociais econômicos, por exemplo, a economia solidária, comércio justo e redes alimentares alternativas, em que o mercado, mais do que o Estado, passa a ser alvo de uma ação política que visa a reapropriação da economia a partir dos valores destes movimentos.

Já a noção de consumo sustentável ou também chamado de cidadão ecológico traz a discussão os princípios da sustentabilidade ambiental para a arena alimentar. Segundo Spaargen e Oosterveer (2010), a cidadania ecológica se refere não apenas ao debate público e aos papéis definidos para os cidadãos no paradigma do desenvolvimento sustentável, mas também abrange as atitudes e os motivos dos indivíduos para se comportarem de forma mais sustentável, tanto na esfera pública quanto na privada dos mercados. A cidadania ecológica se concentra nos compromissos ecológicos evidentes e explícitos dos cidadãos-consumidores na esfera política. No contexto deste discurso social e público, os direitos e responsabilidades dos cidadãos perante o Estado (nação) são debatidos e definidos. Como reforço, a cidadania refere-se ao conjunto de direitos elementares da comunidade como estar livres dos riscos ambientais, boa qualidade de vida em termos de um ambiente seguro e limpo e transparência de informações em relação às principais decisões políticas que afetam seus estilos de vida e o meio ambiente. Um bom exemplo deste tipo de consumidor sustentável, seriam os atores organizados em torno das ONGs ambientais, que pautam também questões de consumo alimentar.

Seja qual for o termo utilizado para definir os tipos de consumidores de alimentos, o estudo do mesmo é essencial para compreensão deste processo social multideterminado. Também se reveste de importância sua compreensão como mola propulsora de mudanças por dentro dos sistemas alimentares modernos, que são definidos principalmente por alimentos industrializados, que circulam por longas distâncias e oferecem produtos sem identidade aos consumidores (chamados de ‘alimentos alienígenas’). Como formulam Lang e Heasman (2009) há uma guerra de narrativas em torno da alimentação, em que o consumidor está exposto. Compreender estas é essencial para a transformação dos sistemas alimentares no sentido da maior justiça social, sustentabilidade, (re)localização da alimentação e consumidores mais informados e críticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele Lavra; PACHECO, Janie. (Orgs.). **Juventude, consumo & educação**. Porto Alegre: ESPN. 2009, 318p, pp. 15-64.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Tradução Carlos Alberto Medeiros).

CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

FISCHLER, Claude. Food habits, social change and the nature/culture dilemma. **Social Science Information**. 1980, vol. 19, n. 6, pp. 937-953.

GIDDENS, Anthony.; ULRICH, Beck.; LASCH, Scott. (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP. 1997.

LANG, Tim; HEASMAN, Michael. **Food wars**: the global battle for mouths, minds and markets. London: Earthscan. 2009.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, pp. 49-55.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 2001, vol. 16, n. 47, pp. 31-41.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**. v. 25, n. 2, p. 12- 33, maio 2020.

SPAARGAREN, Gert; OOSTERVEER, Peter. Citizen-Consumers as agents of change in globalizing modernity: the case of sustainable consumption. **Sustainability**. 2010, 2, 1887-1908p.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Silvio Cezar Arend

A Contabilidade Ambiental é o registro das “contas ambientais”, incorporando informações econômicas e ambientais, seja para um país, seja para uma empresa. Ela identifica e quantifica o uso de recursos naturais, informando os custos do impacto econômico de uma empresa ou da atividade econômica de um país no meio ambiente. Estes custos incluem, entre outros, a limpeza ou remediação de locais contaminados, multas ambientais, impostos, compra de tecnologias de prevenção da poluição e custos de gestão de resíduos.

No âmbito de uma empresa, registra seu patrimônio ambiental (ativos e passivos ambientais) e sua evolução num determinado período de tempo, expresso monetariamente. Do ponto de vista histórico, quando aplicada às empresas, a Contabilidade Ambiental passou a ter o status de um novo ramo da Contabilidade em fevereiro de 1998, quando da conclusão do relatório sobre passivos e custos ambientais elaborado pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* – ISAR – grupo de trabalho da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD.

Do ponto de vista de um país, o *System of Environmental-Economic Accounting* (SEEA ou Sistema de Contabilidade Econômico Ambiental – SICEA), apresenta um sistema de contas satélite para as Contas Nacionais dos países, incorporando informações ambientais às estimativas do Produto Interno Bruto (PIB).

O SEEA contém um conjunto de conceitos padronizados internacionalmente acordados nas discussões nos fóruns internacionais e foi adotado pela Comissão de Estatísticas da Divisão de Estatística das Nações Unidas em sua 43ª Sessão, realizada em Nova Iorque, de 28 de Fevereiro a 02 de Março de 2012, como a primeira norma internacional para a contabilidade ambiental-econômica. A Comissão de Estatísticas da ONU é composta por 24 países membros da ONU, eleitos pelo seu Conselho Econômico e Social, respeitando critérios de uma distribuição geográfica equânime para um mandato de quatro anos.

O SEEA contém os conceitos padronizados, definições, classificações, regras contábeis e tabelas para a geração de estatísticas internacionalmente comparáveis para avaliar a relação da atividade econômica com o meio ambiente. A estrutura do SEEA se assemelha à estrutura do Sistema de Contas Nacionais (SCN), facilitando a integração das estatísticas ambientais e econômicas e seu entendimento. A versão final e oficial do Quadro Central do SEEA foi publicada em fevereiro de 2014.

O trabalho sobre as partes adicionais – Contas Experimentais de Ecossistemas e Aplicações e Extensões – continua em andamento. O processo de revi-

são do SEEA depende de ampla consulta global envolvendo especialistas de agências governamentais e organizações internacionais. A consulta é concebida como um processo iterativo, começando com consultas sobre questões-chave, seguidas de capítulos e, finalmente, um rascunho dos capítulos consolidados.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/pubs.asp> consulta às seguintes publicações, dentre outras:

a) *System of Environmental-Economic Accounting 2012: Experimental Ecosystem Accounting – final, official publication*. 2014.

b) *System of Environmental-Economic Accounting 2012: Applications and Extensions – white cover publication*. 2014.

c) *System of Environmental-Economic Accounting 2012: Central Framework – final, official publication*. 2014.

Disponível em: <http://unctad.org/en/pages/PublicationArchive.aspx?publicationid=249> pode ser acessado o relatório “*Accounting and financial reporting for environmental costs and liabilities*” do grupo ISAR.

Sítios oficiais para consulta: <https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/default.asp>; <http://isar.unctad.org/>

CONURBAÇÃO

Hugo René Gorgone

Se define como conurbação o espaço territorial composto por duas ou mais urbanidades, inicialmente separadas, pertencentes a uma ou mais categorias políticas e/ou administrativas, que tem uma dinâmica funcional única, embora seus membros possuam graus de independência conforme cada particularidade individual.

Em termos gerais, uma das urbanidades adquire e mantém supremacia sobre a(s) outra(s) e em determinados casos subordina os eixos principais de desenvolvimento e crescimento do restante. Os fluxos de pessoas e as fronteiras arquitetônicas não reconhecem os limites e delimitações políticas. Com isso, confluem e operam em conjunto. A independência administrativa faz com que cada unidade preserve seu sistema de provisão dos serviços básicos.

Em alguns casos podem ocorrer conurbações pertencentes a um nível hierárquico administrativo distinto (Estado, Município, etc.), situação que gera conflitos de harmonização normativa e de planejamento adequada do crescimento, assim como a duplicação e a superposição de espaços de gestão e de outras tramitações.

Quando uma conurbação alcança dimensões populacionais significativas e ocupa uma área territorial importante, se considera e se denomina como Área Metropolitana, muito embora seu nome possa variar em alguns países, segundo suas normas e costumes.

Em alguns casos, as conurbações geram uma identificação e uma categoria legal, como no caso do México com a Lei Geral de Assentamentos Urbanos, que em seu artigo 3 define-a como uma “continuidade física e demográfica para formar dois ou mais centros populacionais”. Outro exemplo está na Espanha, por sua Lei 2/2003, da Administração Local da Comunidade de Madrid. Nela, seu artigo 76 – Áreas e Entidades Metropolitanas – indica que “podem ser estabelecidas áreas ou entidades metropolitanas para a gestão de obras e serviços específicos, que requerem planejamento, coordenação ou gestão conjunta em municípios de concentrações urbanas, tal como previsto no artigo 43 da Lei 7/1985, de 2 de Abril, regulada pelas bases de Governo local”.

Alguns exemplos de conurbações na Argentina podem ser aquelas existentes entre Cipolletti, Neuquén e Plottier, pertencente à Província de Neuquén e Rio Negro, que possuem 341.301 habitantes (CENSO ARGENTINO, 2010); e Viedma - Carmen de Patagones, pertencentes às províncias de Buenos Aires e Rio Negro com 73.322 habitantes (CENSO ARGENTINO, 2010). Em ambos os casos, a centralidade ocorre nas capitais de província - Neuquén e Viedma. A

singularidade de conurbação entre Viedma - Carmen de Patagones, as quais são separadas pelo Rio Negro, constituem uma unidade funcional nascida do mesmo ato de fundação, em 22 de abril de 1779.

No Chile, um exemplo de conurbação é aquela existente entre La Serena e Coquimbo. De acordo com o Censo Nacional de 2012 do Chile, haviam 412.586 habitantes, sendo 202.287 deles residentes em Coquimbo enquanto que La Serena possuía 210.299 habitantes.

Outro exemplo é a conurbação existente entre Concepción e Talcahuano, na região de Bio-Bio com um total de 387.444 habitantes. Por fim, na República Oriental do Uruguai existe uma conurbação entre os municípios de Maldonado e Punta del Este, com uma população de 135.399 habitantes (CENSO URUGUAIO, 2011).

REFERÊNCIAS

ALISTE, E. *La dinámica del territorio en la conurbación Concepción – Talcahuano: Huellas urbanas para una interpretación de las transformaciones ambientales durante la segunda mitad del siglo XX*. Revista de Geografía Norte, Universidad de Chile, 2012.

BORJA, J. y MUXI, Z. (Eds.). *Urbanismo en el Siglo XXI*. Una visión crítica. Barcelona, Edicions UPC, 2004.

LEY GENERAL DE ASENTAMIENTOS HUMANOS, ORDENAMIENTO TERRITORIAL Y DESARROLLO URBANO. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGAHOTDU_281116.pdf. Acesso em: 21 Fev. 2017.

LEY 2/2003. Madrid. Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/CCAA/ma-l2-2003.t2.html#a77 Acesso em: 21 fev. 2017.

COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Juliana Nunes

Os acordos e negociações que redefinem os espaços da ação política no mundo contemporâneo se tornaram objetos de reflexão fundamentais para o entendimento de novos recortes e desenhos político-territoriais que buscam coordenar ações para o enfrentamento de problemas que se expressam territorialmente. Assim, para além dos clássicos e fixos limites político-administrativos da ação pública territorial, configura-se, em diversos países do mundo, uma Geografia Política (ver Verbetes Geografia Política) das recomposições e de pactos político-territoriais, com efeitos significativos para o acesso a direitos os mais fundamentais nos espaços de vida da sociedade. Trata-se de uma reflexão que tem por fundamento os *modus operandi* de uma lógica interativa e reticular de atuação político-territorial, orientada por estratégias de coordenação e de colaboração entre atores e agentes territorialmente situados. Visa-se, em última instância, à superação de entraves e de limites da ação política isolada, notadamente em contextos territoriais de escassez de recursos – sejam esses financeiros, técnicos, humanos e infra estruturais. Nessa perspectiva, abre-se uma agenda de pesquisas renovada sobre os potenciais e os gargalos para práticas político-territoriais colaborativas e coordenadas, em escalas e contornos distintos daqueles pré-definidos pela malha político-administrativa do Estado.

Por cooperação territorial entendemos a conformação de pactos político-territoriais entre atores e agentes territorialmente situados, visando-se à otimização de recursos materiais, humanos, técnicos e informacionais, capazes de beneficiar o conjunto de participantes. Tais pactos estabelecem modos de funcionamento e de conduta que fundam uma nova configuração, que se inaugura por meio da definição de limites territoriais para enfrentamento de problemas e para a elaboração de ações conjuntas. O “território da cooperação” assim acordado constitui, portanto, o próprio referencial das interações colaborativas, que passam a ser ativadas em limites e escalas flexíveis, cuja temporalidade corresponde à da duração dessa relação cooperativa. O território constitui, aqui, uma mediação para a ação; ou, em outras palavras, o território é o componente ordenador da cooperação (JOUVE, 2007, p.46; BUSSI, 2009a, p.13).

Importa notar que a Geografia e, mais especificamente, os campos da Geografia Política e da Geopolítica, classicamente se interessaram pelos efeitos territoriais dos conflitos (ROSIERE, 2007; BUSSI, 2007). Tanto que o vocábulo “cooperação” está francamente ausente dos principais dicionários desse campo de estudos (BUSSI, 2009a, p.11). Com efeito, apenas muito recentemente, e em face de recomposições significativas dos modos de operar a política pública terri-

torial, têm-se destacado trabalhos orientados para a análise das negociações, dos acordos, das coalizões, dos alinhamentos, das associações, das reciprocidades e das solidariedades territoriais (BUSSI, 2009a, p.13; AGUILERA e ROUZEAU, 2020).

Nessa perspectiva, o geógrafo francês Michel Bussi organizou *Un monde en recomposition: géographie des coopérations territoriales*. Para Bussi (2009a, p.19) a cooperação territorial consiste em “um método de ação por meio do qual pessoas com interesses comuns constituem uma associação territorial onde o poder de decisão de cada um é equivalente, assim como os riscos e benefícios são partilhados”¹. A referida obra, publicada em 2009, apresenta não apenas uma preocupação teórico-metodológica, inspirada em teses da Economia Política para análise das lógicas subjacentes à cooperação, como também, por meio de contribuições de autores que se debruçam sobre diversas realidades político-institucionais, escrutina contextos em que a difusão de variados formatos e modalidades de agenciamentos territoriais cooperativos tiveram lugar, destacando suas relações com preocupações clássicas da Geografia, notadamente as desigualdades territoriais.

Nesse quadro, a expressão “cooperação territorial” é frequentemente mobilizada para se fazer alusão às estratégias de ativação das “sinergias” e das “potencialidades do território” (FARINÓS, 2008; FALAUDI e PEYRONY, 2011). Dentre os potenciais a serem ativados, inscreve-se uma diversidade de elementos materiais e imateriais, capazes de estimular ou dificultar interações em benefício de interesses convergentes.

Cabe ressaltar, porém, que tais pactos político-territoriais não se estabelecem sem conflitos de interesses; antes, é a complexidade da trama de intencionalidades e de projetos que suscita questões de fundo sobre o porquê de se cooperar em contextos de disparidades e/ou diferenças territoriais que mais podem contribuir para atuações competitivas do que cooperativas. As práticas de cooperação territorial são, pois, eminentemente marcadas pela conflitualidade e, portanto, à disputa estratégica. Suas possibilidades de conformação mobilizam, portanto, lógicas e sistemas de ordenação de atores e agentes individuais e coletivos que operam segundo diferentes estratégias e em diversas escalas (NUNES e SANFELICI, 2021).

Isso posto, longe de se pautar por uma via explicativa orientada por um único princípio de racionalidade (REIS, 2015, p.112), o debate convida a que percebamos que os diferentes percursos que orientam práticas mais cooperativas ou conflitivas iluminam o princípio geográfico da diferenciação espacial (REIS, 2015; 2009, p.34). Acrescentem-se as possibilidades analíticas do método comparativo, que nos conduzem a questionar o porquê de certos “territórios” se

¹ Tradução livre da autora. Versão original: “... *la coopération territoriale pourrait donc être une méthode d'action par laquelle des personnes ayant des intérêts communs constituent une association territoriale où le pouvoir de décision de chacun est égal et les risques comme les bénéfices sont partagés*”. (BUSSI, 2009a, p.19).

mostrarem mais cooperativos que outros. Eis um ponto que recupera a discussão sobre a importância das trajetórias institucionais para o desenvolvimento de relações de reciprocidade, favoráveis à fixação de relações de cooperação e para o fomento de interesses coletivos (PUTNAM, 1993). Assim, às teorias explicativas gerais privilegiam-se os percursos e os processos de aprendizagem, os contextos históricos, culturais e geográficos, nos quais as decisões e ações políticas ganham sentido. São, afinal, complexos contextos de co-presença em que se articulam atores e agentes territoriais diversos que animam as interações mais colaborativas ou competitivas nos intrincados processos de gestão do território (REIS, 2009).

A literatura recente sobre o tema focaliza, outrossim, a emergência de formas de coordenação política mais orientadas para a participação e a conformação de redes de atores e agentes que possibilitam ampliar as interações entre o poder público e a sociedade civil, em vista de projetos comuns de interesse coletivo (BOULINEAU, 2017; FERRÃO, 2011; NUNES RODRIGUES, 2010; FARINÓS, 2008; BUSSI, 2009; INNERARITY, 2006; DALLABRIDA, 2007; PRECEDO-LEDO, 2004).

Com efeito, a ampliação de canais participativos em processos de elaboração de agendas nos desloca para questões relativas “às formas de cooperação entre diferentes atores, de integração, de confiança e de legitimação”, que oferecerem oportunidades instituintes em uma diversidade de configurações político-territoriais (INNERARITY, 2006, p. 5). Nesse sentido, concordamos com Innerarity, quando assinala que, a despeito das estruturas, cabe valorizar a qualidade dos processos em uma forma reticular de fazer política, alternativa à hierarquia tradicional e com “disposição para aprender” (p.8). Acrescente-se, por fim, que processos colaborativos – e solidários - teriam por princípios “a inclusão, a participação e a responsabilidade em relação ao bem comum” (INNERARITY, 2006, p.12).

Nessa esteira, suscitam-se questões de ordem analítica que se voltam para os potenciais de articulações entre distintos atores e agentes para a construção de compromissos, à luz de processos políticos mais qualificados, participativos e orientados para o interesse comum (NUNES e SANFELICI, 2021).

Em se tratando da ação pública territorial, concretamente, alguns formatos de estruturas de cooperação territorial têm sido experimentados no Brasil e em diversos países do mundo, procurando agregar municipalidades e mesmo distintas escalas de poder em torno da elaboração de políticas comuns e do compartilhamento de serviços e de equipamentos públicos. Porém, no âmbito da realidade político-institucional brasileira, marcada por um sistema federativo cujos marcos regulatórios são ainda pouco claros, fica patente a dificuldade de coordenação entre escalas e unidades de atuação do poder público. Ademais, os desenhos setoriais das políticas públicas dificultam práticas colaborativas mais integradas (NUNES RODRIGUES & MOSCARELLI, 2015). No entanto, pac-

tos político-territoriais cooperativos constituem uma via com potenciais para ampliar o acesso a bens e serviços públicos e contribuir para uma forma de atuação político-territorial mais solidária.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, T. e ROUZEAU, M. **Le gouvernement des solidarités: enjeux socio-politiques et territoires d'action**. Boulogne-Billancourt: Berger Levrault, 2020.

BOULINEAU, E. Pour une géographie politique de la coopération territoriale. **L'Espace Politique**, vol 32, n.2, 2017.

BUSSI, M. **Un monde en recomposition: Géographie des coopérations territoriales**. Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2009a.

BUSSI. Pour une géographie de la démocratie. **L'Espace Politique** [on-line]. Vol.1, n.1, 2007. URL : <http://espacepolitique.revues.org/243> ; DOI : 10.4000/espacepolitique.243

DALLABRIDA, V. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. IX, n.245 (20), pp. 1-16, 2007.

FARINÓS, J. Gobernanza Territorial para el Desarrollo Sostenible: Estado de la Cuestion y Agenda. **Boletín de la A.G.E.**, N.º 46 - 2008, págs. 11-32.

FALOUDI, A. e PEYRONY, J. Cohesion policy contributing to Territorial n. 43, 2011, pp. 1-21.

FERRÃO, J. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011

INNERARITY, D. El Poder Cooperativo: otra forma de gobernar. **Cuadernos de Liderazgo**, n.2, ESADE, pp. 5-39, 2006

JOUBE B. « Le 'Political Rescaling' pour théoriser l'Etat et la compétition territoriale en Europe ». In : Faure, A. ; Leresche, J-P. ; Muller, P. e Nahrat, S. (orgs.). **Action Publique et Changements d'Echelles : les nouvelles focales du politique**. Paris : L'Harmattan, 2007, pp. 45-55.

NUNES, J. ; SANFELICI, D. Desigualdades, Escalas de Ação e Território : Contribuições para uma agenda de pesquisas. In : Ferreras, N. (org.). **Desigualdades Globais e Sociais em Perspectiva Temporal e Espacial**. São Paulo : Hucitec, 2021.

NUNES, J.; SANFELICI, D. Ambiente Institucional e Diversidade Territorial: considerações para uma agenda de pesquisa. **Revista Geographia**, v. 20, pp. 18-35, 2018

NUNES RODRIGUES, J. N. MOSCARELLI, F. Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras. **Geotextos**, vol. 11, n. 1, 2015, pp. 139-166.

NUNES RODRIGUES, J. **La coopération intercommunale: regards croisés entre la France et le Brésil**. Tese (Doutorado em Geografia), Université Jean Moulin Lyon, Lyon, 2010

PUTNAM, R. **Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

PRECEDO LEDO, A. **Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI**. Madri: Editorial Síntesis, 2004

REIS, José. **Território e Políticas do Território: a interpretação e a ação**. Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, n. 100, p. 107-122, 2015.

REIS, José. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ROSIERE, S. Comprendre l'espace politique. **L'Espace Politique [on-line]**. Vol. 1, n. 1, 2007. URL : <http://espacepolitique.revues.org/223> ; DOI : 10.4000/espacepolitique.223.

INDICAÇÕES DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

AXELROD, R. **Comment réussir dans un monde d'égoïstes: théorie du comportement coopératif**. Paris: Odile Jacob, 2006.

BENKO, G. & PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios dos recursos. **Geosul**, vol. 16, n.32, 2001, pp. 31-50.

BUSSI, M. La coopération territoriale : un enjeu renouvelé pour la Géographie ? **Colloque International de Géographie Politique**. Université de Reims, Maison de la Recherche, Département de Géographie, 2-4 avril, 2009b, p.1-12.

FARINÓS, J. Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. Democracia como base, desarrollo territorial como resultado. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 56, 2011, pp. 295-319.

FARINOS, J., ROMERO, J. E SALOM, J. **Cohesion y inteligència territorial: dinámicas y procesos para una mejor planificación y toma de decisiones**. València: Universitat de València, 2009.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GARSON, S. **Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

GIRAULT, F. **Fabriquer des territoires**: centrée sur les recompositions territoriales, au sens politico-administratif. Mémoire d'Habilitation à Diriger des Recherches. Grenoble, 2006.

KEATING, M. **Introduction: Rescaling Interests**. Territory, Politics, Governance. N. 2-3, 2014, pp. 239-248.

NUNES RODRIGUES, J. **La cooperation intercommunale: regards croisés entre la France et le Brésil**. (Tese de Doutorado). Doutorado em Geografia. Université Jean Moulin Lyon III, 2010. Disponível em: <https://uff.academia.edu/JulianaNunesRodrigues>.

NUNES RODRIGUES, J. **Do comparatismo em Geografia: uma leitura a partir dos modelos de Estado francês e brasileiro**. GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, Nº 31, 2012, pp. 119 - 130.

PAUGAM, S. (dir.). **Repenser les solidarités**. L'apport des sciences sociales. Paris: PUF, 2009.

PRECEDO-LEDO, A. **Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI**. Madri: Editorial Síntesis, 2004.

SILVA, A.C.P. Uma trajetória de investigação de Geografia Política sobre a gestão pública na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista GEOgraphia**, vol. 18, n.37, 2016, pp.95-114.

STORPER, Michael. Las economías regionales como activos relacionales. *Ekonomiaz*: **Revista Vasca de Economía**, n. 41, 1998, p. 10-45.

VANIER, M. (dir.). **Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2009.

COOPERATIVISMO

Derli Schmidt

Refletir sobre a formação das sociedades nos diferentes períodos da história universal é, sobretudo um esforço no sentido de compreender suas estruturas formais e materiais, e, neste contexto, é forçoso admitir que a cooperação esteve presente em todas as formas de sociedade estabelecida, constituindo-se, portanto, um elemento primordial na construção das mesmas. É oportuno expressar que não nos parece possível pensar uma determinada civilização sem um esforço concentrado e digno – da parte daqueles que a compõe – que não esteja voltado para o seu desenvolvimento. Desta análise, vislumbramos a existência de um instinto gregário, manifesto nos diferentes povos, que os impele a traçar metas e a unir esforços no intuito de realizarem seus propósitos e superarem suas dificuldades. Isso equivale a dizer que um instinto de cooperação se põe em disponibilidade no preciso momento em que mais nenhuma alternativa se mostra. Nesse sentido, nos vemos compelidos a refletir, de modo mais apurado, sobre essa importante categoria, que, a nosso ver, é elemento constitutivo do organismo social. Assim, entendemos oportuno examinarmos o cooperativismo a partir da perspectiva dos meios de produção e serviços.

As mudanças que vem acontecendo nos últimos anos na economia, tanto no plano nacional como no internacional, estão provocando uma grande reestruturação nas sociedades com efeitos generalizados. Os fatores impulsionadores deste processo são conhecidos como novas tecnologias, acumulação e concentração de capital em escala mundial, produção sob novos métodos e organização. As mudanças na estrutura do mercado de trabalho, no perfil e natureza do próprio trabalho se constituem atualmente no problema central do desenvolvimento social (*Ver Verbetete Desenvolvimento Social*) tanto em países altamente industrializados como em países em desenvolvimento.

A origem histórica do cooperativismo tem como fonte elucidativa a fundação da cooperativa de Rochdale em 1844, na Inglaterra. Tudo se deu a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, no momento em que o processo produtivo dinamizou-se, substituindo o processo de produção artesanal pelo uso da máquina. É importante ressaltar que este foi um novo modo de produção, na medida em que tinha como princípio a divisão social do trabalho. Neste contexto foi relevante o incremento das máquinas a vapor nas indústrias, o que em última análise possibilitou a concentração da população nas cidades e o conseqüente surgimento de dois extremos nas relações de capital e trabalho, ou seja, de um lado os proprietários dos meios de produção e de outro, aqueles que vendiam sua força de trabalho. Foi dessa exploração de mão-de-obra que surgiu, na Inglaterra, as manifestações dos operários por melhores condições de trabalho e pelo direito de sindicalização (SCHMIDT,1997).

Os acontecimentos que ilustram bem estas transformações sociais podem ser claramente compreendidos a partir da observação dos eventos que se deram em Rochdale. Esta era uma cidade que atraía muitos migrantes do interior da Inglaterra, devido ao grande crescimento da indústria têxtil na região. Muitos indivíduos que constituíam esta população acreditavam que a criação de cooperativas poderia ser um importante instrumento para liberar os operários da exploração capitalista. O estopim que motivou uma ruptura com aquele sistema opressor vigente da época foi uma greve fracassada, na qual, um grupo de tecelões reivindicava melhores salários e melhores condições de trabalho, decidiram então pela formação de uma cooperativa. No princípio, estava baseado apenas na autoajuda, mais tarde, decidiu-se pela necessidade de formação de um fundo que atendesse as aspirações coletivas (SCHMIDT, 1997).

A partir da contribuição dos *Pioneiros de Rochdale* surgiu o impulso decisivo para a criação de cooperativas em todo o mundo; serviram eles de inspiração a outras regiões do globo que se viam em circunstâncias de opressão idêntica, fosse pelo modelo produtivo capitalista emergente ou outros modos de produção antecedentes, mas igualmente opressor. Os princípios por eles formulados ao longo dos anos têm sido apreendidos como um conjunto de normas e valores que norteiam o movimento cooperativo e fazem dele hoje uma alternativa frente às diferentes formas de competição de mercado e seus consequentes desequilíbrios. A coordenação dos princípios cooperativos cabe a Aliança Cooperativa Internacional, sendo que estes vêm sendo redefinidos para atender as necessidades de cada época, mas procurando sempre ser fiel ao valor fundamental da cooperação. Os *Pioneiros de Rochdale* viviam numa época em que se fazia presente a fome, o desemprego e as condições habitacionais eram precários. Esta circunstância por certo serviu de motivação aos ideais de formar uma cooperativa, de forma que pudessem enfrentar melhor essa problemática. Nesse sentido, é ilustrativo citar Schneider e Vicente (1996, p. 44), que apontam:

“A decisão se tomou após uma greve fracassada de tecelões que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho, em que dez companheiros foram despedidos do emprego”. (...) “A greve fracassada se deflagra em fins de 1843, e desde então os companheiros de Rochdale realizaram frequentes reuniões durante as quais se discutiu e amadureceu o novo modelo de organização cooperativa que pretendiam lançar.

É esclarecedor que a primeira cooperativa formalmente composta – Rochdale – não surgiu por acaso, mas teve as suas razões fundamentadas por questões econômicas (salários), por questões referentes às condições de trabalho e de desemprego. Essa cooperativa não surgiu do *dia para a noite*, tendo para isso os seus

membros se reunido várias vezes, para que pudessem amadurecer a ideia que iriam lançar. As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial.

Valores e Princípios do cooperativismo – O cooperativismo orienta-se nas suas atividades, de caráter social e econômico, em um conjunto de valores, de princípios e normas, que devem balizar a sua atuação na economia e na sociedade.

Tais valores devem complementar-se na concepção dos pioneiros de Rochdale, com um conjunto de virtudes, que segundo os próprios associados de cooperativas, da época, correspondem às seguintes atitudes: viver melhor, pagar a dinheiro, poupar sem sofrimento, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, integrar as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar a todos o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer o justo preço eliminar lucro capitalista, abolir os conflitos. Tais virtudes que devem concretizar-se em ações, foram trazidas ao tempo atual pela sua redefinição em setembro de 1995, no Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, Inglaterra.

Sua expressão, dada no congresso de Manchester, é a seguinte: “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas, voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada”.

Valores: As cooperativas estão baseadas nos valores da autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros.

Princípios: Os princípios cooperativos são diretrizes segundo as quais as cooperativas colocam seus valores em prática.

1º princípio – Adesão livre e voluntária: Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

2º princípio – Controle democrático pelos sócios: As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau (singulares), os sócios têm igualdade de votação

(um sócio, um voto); as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

3º princípio – Participação econômica do sócio: Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos parte deste capital é usualmente propriedade comum da cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada, se houver algum, sobre o capital subscrito (realizado), como uma condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retornos aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4º princípio: Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais, ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.

5º princípio - Educação, treinamento e informação: As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º princípio – Cooperação entre cooperativas: As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

7º princípio – Preocupação com a comunidade: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

A alternativa permanente – Diante da atual conjuntura econômica, cultural e social do país, em que se acentua o desemprego e as dificuldades nas relações trabalhistas entre empregado e empregador, não será justamente o cooperativismo uma solução de fonte de renda e trabalho para a população desempregada? Pensando a sociedade como um todo, o cooperativismo diferencia questões de emprego das questões de trabalho, garantindo trabalho e renda digna aos seus associados.

“A apresentação e caracterização do cooperativismo demonstra que o movimento mantém vivos os valores e princípios definidos por seus precursores e pioneiros. Hoje, é uma organização internacional difundida em todo o mundo, totalizando cerca de 800 mil cooperativas, que buscam satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, a partir da sua associação volun-

tária. Formam, então, uma empresa de propriedade comum, democraticamente gerida. Deste modo, pode-se dizer que o cooperativismo é uma alternativa para a reordenação da sociedade, que se dará através da união das pessoas e do seu trabalho. União essa livre, não subordinada a interesses alheios” (SCHMIDT, 1997, p.136).

O cooperativismo, desde que autêntico, é um meio para a formação de uma nova relação entre capital e trabalho para o trabalhador cooperado, na qual possa tornar-se também dono dos meios de produção, originando uma base de defesa econômica, produtiva e autogestionária.

REFERÊNCIAS

DE MASY, Rafael Carbonel. *Estrategias de desarrollo rural em los pueblos Guaraníes* (1608-1767). Barcelona: Ed Boch,1992.

PERIUS, Vergilio. *Cooperativas de trabalho* – manual de Organização. Perspectiva Econômica. Série Cooperativismo. Nº Especial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, V. 32, nº 97, 1997.

PINHO, Diva Benevides. *Manual de cooperativismo: administração de cooperativas*. São Paulo: USP, 1982.

SCHMIDT, Derli. *Apostila de administração. Cooperativas*. São Leopoldo. UNISINOS, 1997.

SCHNEIDER, José Odelso. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. Ed. Especial. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

_____ & VICENTE, José H. Vásquez. *A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho*. Perspectiva Econômica. São Leopoldo: Unisinos, 1996, v. 31, n.95.

UNISINOS. Centro de Ciências Econômicas. *Administração de cooperativas*. São Leopoldo, 1988.

www.ocb.org.br

ica.coop

CRISE CLIMÁTICA

Rosemary Vieira

O planeta está mais quente nos dias atuais do que há 12.000 anos e até mesmo do que qualquer período nos últimos 120.000 anos. O aquecimento produzido pelo homem moderno está acelerando o aumento das temperaturas globais em larga escala temporal colocando a humanidade em um terreno completamente desconhecido.

Nos últimos anos cientistas climáticos, organizações como a ONU e a imprensa internacional tem adotado o termo “Crise Climática” em lugar de “Mudança Climática” (Ver Verbete Mudanças Climáticas), embora esse último seja amplamente empregado. A alegação é que o termo “Mudança Climática” está atrelado a um processo pelo qual o planeta passa e que já ocorreu no passado, ou seja, mudanças ocorridas em longa escala na média dos padrões do tempo. A natureza assim soa abstrata, enquanto hoje a ciência está falando sobre uma catástrofe iminente para a humanidade em uma escala de tempo bem mais curta. O termo “Emergência Climática” igualmente é utilizado para representar essa situação pela qual o planeta, clara e inequivocamente, está enfrentando, com elevação da temperatura média global do ar e dos oceanos, eventos extremos, acidificação e elevação do nível médio dos oceanos e derretimento dos mantos de gelo, geleiras e do gelo marinho

Com o Acordo de Paris, em 2015, havia a esperança de que os governos finalmente tomariam decisões firmes contra o aquecimento global. No entanto, as emissões globais de CO₂ elevaram cerca de 1-2% ao ano afastando-se cada vez mais das metas de se deter a elevação da temperatura em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, prevista para alcançar antes de 2030 (Ver Agenda 2030) pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Mesmo que vários países tenham adotado o *lockdown* aplicado em algum momento durante a pandemia, com redução das emissões diárias, os reflexos sobre o clima foram negligíveis. Esse aquecimento persistirá de séculos a milênios e alterações em larga-escala no sistema climático continuarão, como a elevação do nível médio do mar, afetando centenas de milhões de habitantes das regiões costeiras.

Em 1979, cientistas de mais de 50 nações se reuniram em Genebra na Primeira Conferência Mundial do Clima e concluíram que era necessário agir urgentemente frente às tendências alarmantes das mudanças climáticas. Desde então, sucessivos alarmes foram anunciados na Conferência do Rio (Rio 92), no Protocolo de Kyoto em 1997 e no Acordo de Paris em 2015, entre outras conferências mundiais, sem, no entanto, resultarem em avanços suficientes em ações e políticas públicas por parte das nações para se evitar os impactos da crise climática.

Sinais da intensidade dos impactos das atividades humanas incluem o aumento das populações humana e de gado, produção e consumo per capita de carne, crescimento do Produto Interno Bruto, aumento de usuários de transporte aéreo, aumento do consumo e emissão de combustíveis fósseis, diminuição da cobertura florestal global. Ainda que o consumo da energia solar e eólica tenha aumentado 375% por década, em 2018 ainda era 28 vezes inferior ao consumo de combustíveis fósseis.

A crise climática está em curso e com maior velocidade do que a maioria dos cientistas previu, ameaçando os ecossistemas naturais em cujos processos de retroalimentação podem ultrapassar limites irreversíveis, os *tipping points* ou pontos de não-retorno, como exemplo, a perda da Floresta Amazônica, o derretimento do gelo do Ártico e dos mantos de gelo da Antártica Ocidental e da Groenlândia. Segundo o IPCC, os *tipping points* podem ser cruzados até mesmo com aumento de temperatura entre 1 e 2°C. Desmatamento e mudança climática estão desestabilizando a maior floresta tropical do mundo; a estimativa de alcance ao ponto de não-retorno caiu de 40 para 20% de perda de área de cobertura vegetal da Amazônia. Dados recentes apontam para cerca de 17% de perda atual da área da floresta.

A proximidade global desses *tipping points* é a causa do risco climático, que podem conduzir a um novo estado climático – mais aquecido e menos habitável. Interações entre os processos que levam aos *tipping points* já podem ser observados: a perda de gelo marinho do Ártico está amplificando o aquecimento regional, e somado ao derretimento do manto de gelo da Groenlândia está levando a um maior influxo de água doce no Atlântico Norte. Isso pode enfraquecer a Circulação Meridional do Atlântico (AMOC), elemento-chave na circulação termohalina nos oceanos. O derretimento avançado do manto de gelo da Groenlândia e o enfraquecimento da AMOC podem desestabilizar o sistema das monções do Oeste Africano, desencadeando eventos de seca na região do Sahel Africano. O enfraquecimento da AMOC também pode produzir eventos de seca na Amazônia e de elevação da temperatura no Oceano Sul, acelerando o derretimento do manto de gelo da Antártica Ocidental.

O reconhecimento de que as atividades humanas rivalizam com as forças geológicas na dinâmica dos Sistema Terrestre tem implicações importantes tanto para a ciência dos Sistemas Naturais como para a tomada de decisões, uma vez que diferentes sociedades contribuem de formas distintas com as pressões sobre os sistemas terrestres. Agências Internacionais estimam que serão necessários valores superiores a 800 bilhões de dólares/ano nos investimentos em energia renovável até 2050 para que a temperatura média global não se eleve a 2°C. O dobro deve ser investido em infraestrutura e eficiência no setor elétrico. Até 2050 70 a 85% da produção global de eletricidade deve ser renovável, como energia eólica e solar.

Se os governos pretendem limitar a crise climática novas escolhas e políticas têm que ser adotadas. Com 1,5°C acima dos níveis pré-industriais são mais comuns os eventos climáticos extremos (secas, incêndios, inundações, ondas de calor e de frio), além do desaparecimento de milhares de espécies animais e vegetais, elevação do nível do mar e morte de cerca de 70 a 90% dos recifes de corais. Com elevação de 2°C praticamente todos os recifes de corais desaparecerão e perdas irreversíveis acometerão os ecossistemas marinhos. Os impactos da elevação do nível do mar e das inundações costeiras no decorrer desse século serão maiores do que previamente indicado pelos mais pessimistas dos modelos climáticos. A elevação do nível do mar implicará no risco real de inundação para mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo até 2050.

Segundo projeções, o planeta cruzará o limite de 2°C de aquecimento por volta de 2036. Para evitar essa situação, os níveis de CO₂ atmosférico deveriam ficar abaixo de 405 ppm. Os atuais níveis estão em torno de 415 ppm. Se continuarem os padrões atuais de emissão de gases do efeito estufa a temperatura se elevará a 3°C antes do final do século, o que conduzirá humanidade a necessidade de aprender a adaptar-se.

Estabelecer como meta apenas a redução das emissões não será suficiente. O crescente número de países que se comprometem a adotar medidas para zerar as suas emissões de CO₂ atmosférico até 2050 é a política climática mais emblemática nos últimos anos. 127 países responsáveis por 63% das emissões de gases do efeito estufa estão comprometidos com essa meta, dentre eles os países da União Europeia, Reino Unido, Japão, China, Coreia do Sul, Canadá, África do Sul, Nova Zelândia, Argentina, México e, recentemente, os Estados Unidos ao retornarem ao Acordo de Paris.

Uma das grandes preocupações, portanto, é o que acontecerá em breve, uma vez que o homem se tornou uma força dominante no planeta, criando demasiados problemas a partir de sua intervenção, e se os avanços tecnológicos poderão remediar ou mitigar os impactos (Ver Verbete Impactos Ambientais) ou torná-los piores.

REFERÊNCIAS

BOVA, S., ROSENTHAL, Y., LIU, Z. *et al.* Seasonal origin of the thermal maxima at the Holocene and the last interglacial. **Nature**, 589, 548-553, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-03155-x>

HANNA, R., ABDULLA, A., XU, Y. *et al.* Emergency deployment of direct air capture as a response to the climate crisis. **Nat Commun**, 12, 368, 1-10, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-20437-0>

KULP, S.A., STRAUSS, B.H. New elevation data triple estimates of global vulnerability to sea-level rise and coastal flooding. **Nat Commun**, 10, 4844, 2019. <https://doi.org/10.1038/s41467-019-12808-z>

LENTON, T.M., ROCKSTRÖM, J., GAFFNEY, O., RAHMSTORF, S., RICHARDSON, K., STEFFEN, W., SCHELLNHUBER, J.H. Climate tipping points-too risky to bet against. **Nature**, 525, 592-595. <https://doi.org/10.1038/d41586-019-03595-0>

LEVI, S. Country-level conditions like prosperity, democracy, and regulatory culture predict individual climate change belief. **Commun Earth Environ.** 2, 51, 1-10, 2021. <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00118-6>

RIPPLE, W.J., WOLF, C., NEWSOME, T.M., BARNARD, P., WILLIAM R MOOMAW, W.R. World Scientists' Warning of a Climate Emergency. **BioScience**, 70, 1, 8-12, 2020. <https://doi.org/10.1093/biosci/biz088>

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM. Emission Gap Report, Nairobi, 128 p. 2020.

BIBLIOGRAFIA

ELIS, E.C. Anthropocene: A Very Short Introduction. Oxford University Press, Oxford. 2018. 183p.

FUNK, M. Caiu do Céu: o Promissor Negócio do Aquecimento Global. Três Estrelas, São Paulo, 2014. 359p.

KOLBERT, E. Fields Notes from a Catastrophe. Bloomsbury, New York. 2015. 306p.

MASLIN, M. Climate Change: A Very Short Introduction. Oxford University Press, Oxford. 2014. 187p.

GATES, B. Como Evitar um Desastre Climático. Companhia das Letras, São Paulo, 299 p. 2021.

CULTURA IMATERIAL

Daniel Luciano Gevehr

O conjunto de ideias e práticas sociais pode ser caracterizado, ainda que em parte é claro, através das manifestações culturais não-materiais de uma sociedade, que ao produzir práticas e representações permitem compreender o imaginário e o universo cultural que a define e dá sentido próprio. A cultura imaterial reúne ainda o conjunto de construções mentais e os valores culturais configurados em signos e significados diversos e que são espacial e temporalmente produzidas. O contexto de sua produção, portanto, é fundamental para a caracterização e compreensão dos processos que engendram a construção das manifestações que constituem a cultura não tangível, em suas diferentes escalas de espaço, considerando o local, o regional, o nacional e até mesmo o global. Se considerarmos que o universo material (cultura material) media sentidos, valores, significados, estabelecer distinções entre o material e imaterial se torna praticamente impossível, uma vez que todas as produções culturais podem estar inscritas num universo no qual a materialidade e a imaterialidade apresentam uma linha tênue e impossível de separá-las de forma cartesiana. Essa separação levaria, inevitavelmente, a uma compreensão equivocada do processo que envolve a construção de uma cultura.

Aproximando a questão da cultura imaterial ao contexto da contemporaneidade e da *liquidez dos tempos* (BAUMAN, 2003), observa-se, progressivamente, por parte de diferentes grupos sociais, a busca por elementos que permitam representar e dar sentido a *memória*, que por sua vez passam a dar *identidade* aos grupos que a manipulam. No Brasil, esse processo aparece, na atualidade com expressividade, visto que em diferentes contextos, a busca pela preservação da memória e da criação de lugares que permitam a salvaguarda da memória têm se tornado cada vez mais intensa. Nesses lugares de memória (Ver Verbete Lugar de Memória), tanto a cultura material (Ver Verbete Cultura Material) quanto a cultura imaterial ganham visibilidade. Tomando a cultura imaterial como parte significativa das manifestações dos grupos humanos, observa-se que práticas como as crenças religiosas, a música, a língua, a gastronomia e de forma mais abrangente o conjunto de “saberes e afazeres” revelam o universo cultural no qual são produzidos e reproduzidos os conhecimentos que dão sentido e coesão ao grupo em questão. Afinal, os saberes e afazeres de determinadas comunidades revelam também, a forma como essas se relacionam com o espaço físico e como produzem sentido ao tempo.

Nessa perspectiva, pensa-se a relação existente entre as manifestações da *cultura imaterial*, a *memória* e a *identidade* como “uma construção social, de certa

maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro” (CANDAUI, 2012, p.09). A identidade, nesse contexto, aparece sempre em constante atualização, na medida em que ela está diretamente ligada à memória, compreendida nesse processo como “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstrução fiel do mesmo” (Ibidem, p.09), num amplo e complexo trabalho de enquadramento. A preservação da cultura imaterial – assim como da material – *compreendida como práticas, representações, crenças e lembranças produzidas em sociedade* – aparecem como estratégias de manutenção da memória, que procura se perpetuar, especialmente, nas esferas regionais, onde se observa um movimento cada vez mais crescente que busca dar visibilidade às expressões dos grupos que constituem essas comunidades. A memória e suas utilizações sociais passam a ser compreendidas, também, como estratégias de desenvolvimento da região, na qual a historicidade do lugar – e suas singularidades – passa a ser vista como possibilidade de geração de emprego e renda para seus moradores, na medida em que permitem a atração de visitantes, que buscam conhecer parte das expressões culturais do lugar. As singularidades dessas expressões culturais constituem com isso, um elemento de distinção cultural, uma vez que a cultura de um lugar é diferente da outra. Aspectos como a formação histórica do lugar, o processo de povoamento, a forma de ocupação do espaço físico-natural e o hibridismo cultural produzido por essa dinâmica acabam servindo de vetor de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento).

O patrimônio cultural (Ver Verbete Patrimônio Cultural) da comunidade é operacionalizado de forma a dar visibilidade ao grupo, oferecendo parte de suas produções culturais imateriais – como comidas, músicas, festas, rituais e celebrações, etc. – como um produto típico do lugar, permitindo assim a difusão de ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social. Nessa mesma linha de raciocínio, considera-se a educação patrimonial como uma possibilidade de dar sentido e visibilidade à cultura imaterial – que diferentemente da cultura material não pode ser “tocada, materializada ou congelada no tempo” – enquanto um instrumento pedagógico da esfera regional, na qual se produzem significados diretamente relacionados e articulados com as singularidades do lugar, no qual o patrimônio e os sujeitos coexistem. Nesse contexto, as diferentes manifestações que constituem o patrimônio imaterial são compreendidos como expressões culturais, portadoras de historicidade, que por sua vez, as representam e dão significado ao grupo presente na esfera local/regional. Portanto, “descortinar a amnésia e desvelar acontecimentos esquecidos não constitui tarefa fácil, pois exige crítica e erudição, e escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem” (MOTTA, p.29). Eis um dos sentidos mais singulares da educação patrimonial, que considera a produção e o contexto de produção dos bens cul-

turais tomados como patrimônio. Com essas ações o cidadão passa a ser capaz de se apropriar do patrimônio cultural de forma consciente e crítica, se envolvendo no processo de valorização e preservação dos bens culturais como forma de fortalecimento da cidadania e de sua própria identidade, articulada com os desafios do seu lugar de origem. Também é importante pensar as manifestações da cultura imaterial regional a partir da sua própria riqueza de detalhes, para que se perceba que os elementos aos quais se atribuem significado “não são menores ou menos relevantes” que o patrimônio cultural já estabelecido e reconhecido nacional ou mundialmente. É possível eleger novas alternativas de representação da identidade cultural de um grupo fazendo assim com que o mesmo as valorize e se veja representado no patrimônio eleito em uma escala (Ver Verbete Escalas Regionais) menor, regional ou local. Pode-se ainda conceituar a cultura imaterial como parte do patrimônio cultural, considerados coletivos e preservados durante o tempo.

O Patrimônio Cultural é expresso pela Constituição Federal de 1988 que define o seguinte, em seu artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (MAIA, 2003, p. 39). Portanto, a constituição de 1988 assegura e dá legitimidade a preservação das manifestações culturais (imateriais) que constituem parte da diversidade do país. O Patrimônio cultural – em sua dimensão imaterial – comporta, ainda, diferentes costumes de viver, transmitidos de geração a geração e recebidos pela tradição das gerações. De acordo com a UNESCO, os bens imateriais são definidos como práticas, expressões, técnicas e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração e são constantemente recriados pelas comunidades, que os reconhecem como parte integrante de seu grupo. O patrimônio, nesse sentido, deve ir além de mera concepção de bens materiais e imateriais, deve ser entendido como um processo social, formado através da dinâmica das experiências coletivas, no qual a coletividade preserva e transforma com tempo. Também Choay (2006, p.11), apresenta uma clara definição sobre o patrimônio, que pode ser compreendido como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”. A preservação do patrimônio cultural consiste em conservar traços históricos, fruto da sua identidade. O patrimônio cultural imaterial representa parte daquilo que deve ser preservado, ou seja, daquilo que não deve ser esquecido.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CID, R. Isso eu não vi: memória, identidade e patrimônio imaterial na comunidade quilombola São Roque. In: CASTELLS, A. N.G. de; SANTOS, J. L. da C.; (orgs). **Patrimônio cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 97-112.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/558606/mod_resource/content/0/GRUNBERG_Evelina.pdf. Acesso em 30 nov. 2016.

IPHAN. Educação Patrimonial, Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em 14 dez. 2016.

MAIA, F. A. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Movendo Idéias**, Belém, v. 8, n. 13, jun. 2003. pp.39-42.

MOTTA, M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

WOODWAR, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 07-72.

CULTURA INDÍGENA, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE

Leonel Piovezana
Ricardo Cid Fernandes
Ana Paula Narsizo

O que dizer sobre a relação cultura-sociedade-natureza entre os indígenas do Brasil? Talvez seja melhor começar com o que dizem sobre tal relação. Neste caso, o senso comum revela a razão etnocêntrica e preconceituosa que cerca a realidade indígena brasileira. Dois extremos: de um lado, a sensação, sempre presente, de que os índios do Sul não são mais índios; de outro, a convicção de que esses índios são aproveitadores, indigentes do social e exploradores do natural. Para muitos, ser índio no Brasil é ser vagabundo; é contar com a tutela generosa do Estado; é poder dispor de terras e dos recursos naturais à vontade. Para alguns, os índios são excluídos genéricos, credores de uma dívida histórica que, como outras tantas, jamais será paga. E a natureza? Ela também é vista com os olhos do senso comum alimentados por uma perspectiva ambientalista global, planetária. A equação índios-natureza, então, é uma equação-problema: ou os índios são a natureza ou não são mais índios. Para o senso comum é inconcebível admitir que os índios estejam envolvidos com o agronegócio, com a exploração madeireira ou ainda que eles estejam pelas cidades. Se, em muitos casos, o senso comum é o porto seguro da razão sociológica, neste caso, é uma armadilha. Afinal, pouco conhecemos dos índios do Sul do Brasil. Aquilo que muitos chamam de fronteira étnica entre índios e ‘brancos’ é, do ponto de vista dos brancos, sobretudo, uma fronteira cultural. Não sabemos o que se passa do outro lado. Nossas escolas, mídia e demais circuitos culturais não são alimentados pelos saberes indígenas. O senso comum, nesta situação, é uma armadilha que nos prende nas ilusões do ecologicamente correto. (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015)

Para melhor compreensão desta temática se faz necessário conceber a cultura como uma construção histórica e produto coletivo da vida das pessoas. A cultura é a base estruturante e que dá significado a todo grupo social (SANTOS, 1988). Ela se expressa nos modos de agir, de se relacionar, de interpretar e dar sentido às experiências individuais e coletivas” [...] quando não aceita, subterfugada ou ignorada, reprimida, surgem as guerras, praticam-se xenofobias e racismos, ocasionando sérios problemas de curto ou longo prazo, de modo imprevisível e, muitas vezes dramático” (CANDAU, 1996, p. 96).

A cultura se apresenta de diferentes formas e em constante mudança através do tempo e do espaço. Está diretamente relacionada com a diversidade e

com a pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Quando e como surge a cultura? Lévi-Strauss pensou teoricamente sobre esta questão. Para ele a passagem da natureza para a cultura ocorre com a troca, isto é, quando os grupos passam a trocar símbolos (linguagem), coisas (economia), pessoas (parentesco). Cultura é o resultado da troca, da relação com o outro, da aliança com o diferente. A cultura é troca. Portanto, as identidades culturais se constituem sempre em relação com a alteridade. Não há uma cultura, mas muitas. Mesmo assim, a história da humanidade está repleta de casos de culturas ignoradas, desrespeitadas, desconsideradas. O artigo primeiro da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2001) define que a diversidade cultural é patrimônio comum da humanidade:

Art. 1º A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

O pluralismo cultural é a resposta política à diversidade. Neste sentido, cultura é educação (Ver Verbete Lugar Educação para o Desenvolvimento), pois promove conhecimentos e consciências do valor positivo da diversidade como ferramentas tanto da formulação dos programas escolares, como da formação dos docentes e dos materiais voltados à formação integral e comunitária. Respeitando a diversidade cultural, os processos educativos incorporam métodos pedagógicos tradicionais, preservando e otimizando as formas culturalmente adequadas para a comunicação e a transmissão do saber.

Para Catherine Walsh (2011) a interculturalidade é “Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar” (WALSH, 2001, p. 11). São relações sociais e de poder que se estabelecem para garantir a plena expressão das alteridades. A interculturalidade deve, então, provocar na comunidade uma organização nas suas relações de poder, dando voz às pessoas do grupo em suas multiplicidades culturais. Para isso, o caminho são o estímulo aos diálogos com as diferentes linguagens e as práticas múltiplas de convivência. Neste processo, o papel das autoridades e lideranças é o de agente do diálogo e da negociação com responsabilidade e com conhecimento de ensinar e aprender, para formar o bem-viver. Toda a interculturalidade só é possível com relações constantes com a comunidade,

com conhecimento e interação com a realidade local, com o mundo de pertencimento e de seu entorno. Cultura é troca e território.

O conceito de cultura, ou a cultura como conceito, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque não há pessoas sem cultura e qualquer comparação entre culturas tem que assumir o princípio da igualdade, deixando de estabelecer hierarquias em que, inevitavelmente, existiriam sociedades superiores e inferiores. Mesmo diante de formas culturais, aparentemente irracionais, cruéis ou perversas, existem as pessoas e entendê-las é uma tarefa inevitável que faz parte da condição de ser humana em viver num universo marcado e demarcado pela cultura. Os significados que são atribuídos a objetos, fatos, palavras, atitudes, desejos e a tudo que nos cerca são criados nas relações sociais, alterando-se no tempo e no espaço, sendo, portanto, transitórios, mutáveis e arbitrários. Cultura é troca, cultura é transformação.

E os índios do Sul do Brasil? Como em outros lugares e regiões, eles são cultura, troca e transformação. Vivem e convivem com as transformações da região. Em territórios muito modificados pela colonização, as comunidades vivem os desafios da interculturalidade, sofrem preconceitos, mas colocam em cena a cultura indígena em diálogo com a sociedade nacional. Para os indígenas a diversidade cultural não é apenas um problema teórico, é desafio do cotidiano para o qual a educação intercultural tem um papel fundamental.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais, 1996.

FERNANDES, C. R; PIOVEZANA, L. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. Revista Ambiente & Sociedade <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX07V1822015> em Artigo.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco. Ed. Vozes. Petrópolis. RJ. 1982 [1947]

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do Direito. Revista Crítica de Ciências Sociais. 1988.

UNESCO. Declaração universal sobre diversidade cultural. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural. 2009. (Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz).

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CANDAU, V. M. Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença. GECEC. Departamento de Educação, PUC-Rio/CNPq. 2009.

CANDAU, Vera Maria (org.). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, 2003.

MABILDE, P.FA.B. Apontamentos Sobre os Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul - 1836-1866. São Paulo. Fundação Pró-Memória, INBRASA: 1983.

MAYBURY-LEWIS, David. Dialectical societies: the Ge and Bororo of Central Brazil. Harvard University Press: 1979.

MOTTA, Lúcio T. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

NIMUEMDAJÚ, Curt. Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1993.

SANTOS, Sílvio C. A Integração do índio na Sociedade Regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis EDUFSC, 1970.

SERRANO, Henrique. Verde que te quero: o Parque Florestal de Nonoai (RS), os índios e os outros. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

TOMMASINO, Kimiye. Terras Indígenas Kaingang. LAEE/UEM. Maringá. 2003.

VEIGA, Juracilda. Revisão Bibliográfica Crítica Sobre Organização Social. Cadernos do CEON, Chapecó, SC, v. 6. n.8, 1992.

_____. Cosmologia e Organização Social Kaingang. Dissertation (Masters) - Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

CULTURA MATERIAL

Daniel Luciano Gevehr

Inicia-se a discussão sobre o significado de cultura material através da ideia apresentada por Funari (2001), que afirma que o patrimônio cultural é o que os antigos nos legaram através de uma *cultura material* e que serve de suporte das memórias e da identidade cultural de um grupo social. Segundo ele, deve se considerar ainda o fato de que há uma *relação de poder* para se estabelecer o que será o patrimônio cultural (Ver Verbete Patrimônio Cultural) material da nação e que o mesmo, na maioria das vezes, somente se identifica com as camadas sociais superiores. O autor argumenta que há agravantes para a questão, uma vez que grande parte da população se sente excluída em relação ao patrimônio cultural “nacional”, que está identificado na maioria das vezes com as elites. Decorre dessa visão elitizada da cultura material o pensamento que acabou por desvalorizar as expressões culturais dos grupos desfavorecidos economicamente ou até mesmo expressões culturais locais ou regionais. Em contraposição às expressões consideradas nacionais e que, portanto, passam a dar identidade à nação, o local e o regional passam a tomar um lugar de menos importância e visibilidade social. Nesse contexto, o local e o regional passam até mesmo a serem considerados inferiores, numa escala de importância. A cultura material se expressa através do conjunto das construções físicas do homem na sua relação com o meio ambiente para o atendimento de suas necessidades práticas. Entretanto, devemos considerar que mesmo sendo parte de cultura material, essa materialidade somente pode ser “lida e interpretada” através dos sentidos, valores, significados e simbologias que a mesma produz. A ideia de cultura material é fundamental para identificarmos as manifestações culturais da humanidade, que através da manipulação de diferentes materiais e formas produz sentido as suas criações. As formas, os tamanhos, as cores, as texturas e até mesmo os materiais utilizados nessas produções permitem compreender a dinâmica que envolve a relação entre o homem e a natureza, visto que as características de suas produções dependem, invariavelmente, do ambiente natural em que se encontra (tipos de madeiras, pedras, metais, etc.), da cultura na qual está inserido (crenças, valores, ideologias, etc.) e do tipo de tecnologia disponível (saberes e domínios de técnicas). É preciso lembrar que diante do fenômeno da globalização e da massificação cultural, algumas minorias, em uma escala local ou regional, passam a lutar pela preservação de suas memórias e, por consequência disso, de seu patrimônio cultural – cabendo nesse sentido destacar as suas expressões culturais materiais, que correm o risco de desaparecer. Observa-se que “gru-

pos minoritários, com maior determinação, em diferentes partes do mundo, posicionam-se, requerendo as suas próprias e diferentes memórias” (GALZERANI, 2008, p.226), demonstrando um crescente processo de valorização da sua própria cultura – e nesse caso mais específico – da preservação das características próprias de suas expressões culturais, como suas vestimentas, suas construções e seus monumentos. Através desse patrimônio de “cal e pedra” as populações passam a dar sentido às suas produções, despertando a coletividade para a sensibilidade em relação ao que existe e dá identidade ao grupo. Através das produções culturais materiais, o grupo passa a se reconhecer numa relação de alteridade, dando sentido e valor único àquilo que é próprio do seu grupo e, portanto, diferente daquilo que não pertence à sua tradição cultural. Exemplos dessas manifestações podem ser observados em diferentes contextos e épocas, como na Pré-história, onde os primeiros grupos humanos produziram seus objetos e construções, que apresentaram características singulares, de acordo com cada lugar e cultura própria. Percorrendo a história da Civilização Ocidental através da Idade Antiga, da Idade Média e da Idade Moderna, percebem-se significativas transformações na cultura material produzida e difundida pelo homem, que mudou profundamente a forma de se relacionar com o espaço e com a tecnologia, passando a produzir diferentes objetos e construções, bem como a criação de símbolos, que passaram a representar diferentes manifestações culturais. Na contemporaneidade não é diferente, uma vez que em razão do fenômeno da globalização e do encurtamento das distâncias, a necessidade de preservação da diversidade cultural se faz urgente. Afinal, com a massificação da cultura na atualidade, se percebe a necessidade de assegurar a preservação da cultura material do homem, em sua diversidade espacial e temporal, para que ela não desapareça ou corra o risco de ser preterida em razão de questões de ordem econômica ou política. Sem dúvida, atualmente é palavra de ordem falar sobre patrimônio cultural, no seu sentido mais usual, tangível (edificado, objeto) ou intangível (práticas, tradições, música, modos de ser, fazeres). Para entender o porquê desse debate, é preciso buscar as motivações na própria história. Assim, vale lembrar que é com o processo de Revolução Industrial, que segundo Choay (2006), se tem a primeira associação da ideia de valor de *sensibilidade* associado com o patrimônio, ainda que tão somente em relação ao patrimônio edificado, materializado, ou seja, a cultura material compreendida apenas em sua dimensão concreta, física, com tamanho, forma e cor. A consciência de que grandes mudanças no mundo estavam acontecendo e que rupturas se estabeleciam, fez com que se pensasse em novos paradigmas da cultura, entre elas sobre o patrimônio cultural material, dotado de sentido e sensibilidade. Tomando uma perspectiva de preservação da cultura material de forma equivocada, pode-se afirmar que o patrimônio tem suas imagens preservadas através de fotografias ou filma-

gens e sendo assim não precisaria mais se manter sua representação material. É evidente que esse é um argumento facilmente refutável e que jamais poderia servir de justificativa para a “não preservação”.

Choay (2006, p.240) nos apresenta um importante argumento sobre “o porquê” da supervalorização do patrimônio cultural, uma vez que para ela “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem”. Nesse processo, a sociedade olha para si, a fim de compreender os processos que a remetem para o futuro, numa sessão de análise de sua própria *identidade*. É a imagem patrimonial numa perspectiva narcisista. A autora se refere a esse processo como “revolução protética”, na qual a função do patrimônio é estabelecer mediações entre o homem e o mundo, entre os homens e em relação ao futuro. Essas mediações seriam o “tomar fôlego”, parar para refletir sobre a nossa identidade e poder seguir em frente. A educação patrimonial entra nessa “onda” no fim do século XX, como um mecanismo através do qual é possível favorecer o contato das pessoas para com o patrimônio cultural, visando o conhecimento que possa resultar em valorização e consequente preservação dos bens culturais materiais, que correm sério risco de desaparecimento, caso não sejam reconhecidos em sua singularidade.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, A. N.G. de; SANTOS, J. L. da C.; (orgs). **Patrimônio cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC, 2014.

GEVEHR, D.L.; DILLY, G. A educação patrimonial no contexto regional: reflexões sobre o patrimônio na perspectiva contemporânea. **Ágora**. v.17. n.02, jul/dez. 2015. pp. 10-23.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

HORTA, M. de L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial, Histórico, conceitos e processos**. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em 14 dez. 2016.

MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro E.; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.21-36.

FUNARI, P. P A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, 41(½), 2001. p.23-32.

POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DEMOCRACIA ECONÔMICA

Ladislau Dowbor



Há um contraste profundo entre os imensos avanços tecnológicos, que nos permitem produzir muito mais com menos esforço e a lentidão com a qual tentamos nos governar de maneira civilizada. Em grande parte, isso se deve ao descompasso entre as técnicas, por um lado, que evoluem de forma exponencial, e a cultura, dinâmicas organizacionais e instituições que ficam em grande parte paradas no tempo. As técnicas nos permitem expandir a pesca oceânica em que os cardumes têm as rotas mapeadas nos GPS e aparecem nos radares de autênticas indústrias flutuantes, o que está levando à liquidação de boa parte da vida nos mares. O mesmo raciocínio pode ser estendido às florestas cortadas, ao solo e água, encharcados de química, ao aquecimento global: são processos poderosos que têm impacto planetário, mas a lógica do seu uso obedece ainda ao vale tudo de uma cultura predatória e de uma legislação que legitimam a maximização do lucro sem se importar com os impactos estruturais e o longo prazo.

Uma segunda dimensão da perda de controle sobre a governança da sociedade está ligada ao gigantismo corporativo. Os grandes bancos, os gigantes do comércio mundial de commodities, as empresas de comunicação e outras corporações transnacionais tem o planeta como espaço de atividade, no quadro da chamada globalização (*Ver Verbete Globalização*), enquanto os governos têm o seu poder político fragmentado em cerca de 200 países, com legislações diferentes, e fronteiras que travam o controle sobre o seu próprio espaço econômico. Cerca de 60 paraísos fiscais asseguram impunidade à evasão fiscal, comércio de drogas e de armas, redes de grande corrupção. Este desajuste, entre a dimensão nacional das nossas democracias, e o espaço mundial das corporações, tornou os governos cada vez mais impotentes. Que democracia é esta em que o governo não tem como orientar a economia?

Um terceiro elemento desarticulador dos processos democráticos é a financeirização generalizada da economia. Nos dias atuais, 28 gigantes financeiros manejam em média 1,8 trilhões de dólares cada um, quando o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, sétima potência econômica mundial, é de 1,6 trilhões. São grupos financeiros que controlam as empresas produtoras de bens e serviços, por meio de ações ou endividamento, exigindo o máximo de resultados e no curto prazo. Quanto aos governos, terminam controlados pelos mesmos grupos como consequência da dívida pública. A extorsão pelo sistema financeiro atinge dimensões impressionantes no Brasil, com taxas de juros eleva-

díssimas sobre as compras a prazo das famílias, o crédito para empresas, e a taxa Selic sobre a dívida pública. O pobre gasta, e o seu gasto dinamiza a atividade econômica. O rico coloca o dinheiro para render, ganha com os juros sem precisar produzir. O resultado é de um lado economias que pouco crescem, e de outro uma desigualdade que explode.

No mundo, atualmente 8 famílias têm mais riqueza acumulada do que a metade mais pobre da população mundial, ou seja, 3,6 bilhões de pessoas. O 1% de famílias mais ricas detém mais riqueza do que os 99% restantes. Esses dados, levantados por bancos suíços e pela Oxfam, e nos dias atuais discutidos no Fórum Social Mundial, mostram que não só estamos destruindo o planeta, como vimos acima, como o estamos fazendo em proveito de uma minoria que enriquece por meio de especulação financeira. Esta visão permitiu definir o eixo de reorientação das democracias: precisamos assegurar um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, o tripé básico que orienta a busca da democracia econômica.

O equilíbrio precário entre o poder do Estado, das corporações privadas e da sociedade civil se rompeu, em particular pelo que se chamou de captura do poder pelo sistema financeiro global. A captura da política se dá por meio de *lobbies* que pressionam os governos, pelo financiamento privado das campanhas eleitorais, e pela dependência gerada pela dívida pública. O controle da grande mídia se expandiu tanto através dos contratos publicitários como pela simples compra das redes, no quadro de um processo mundial de manipulação e de geração de *fake news* (Ver Verbete *Fake News*). A transformação dos serviços públicos universais e gratuitos pela privatização, como acontece com a saúde, a educação, a cultura e cada vez mais a segurança também reduz a capacidade de o Estado equilibrar a sociedade. E a pressão política permite também reduzir radicalmente os impostos pagos pelas corporações e pelos ricos em geral, o que reforça a desigualdade e a perda geral de governança (Ver Verbete Governança).

O resgate do controle democrático dos processos econômicos torna-se, portanto, atualmente crucial, envolvendo um sistema tributário progressivo, em que os mais ricos paguem uma proporção maior de impostos, e em particular os capitais especulativos ociosos voltem a fomentar a economia. Trata-se também de obrigar as corporações a divulgar as suas contas e procedimentos, para que não nos deparemos em permanência com as fraudes nos produtos e nos fluxos financeiros. E se trata evidentemente de assegurar uma mídia autônoma e diversificada, que possa informar honestamente e não apenas em função dos grandes interesses. No plano mundial, o controle dos paraísos fiscais torna-se essencial, pois enquanto houver o imenso espaço de ilegalidade fora do alcance dos governos, o caos econômico e político tende a se aprofundar.

REFERÊNCIAS

ALPEROVITZ, Gar; DALY, Lew. *Apropriação indébita*. Senac: São Paulo, 2010.

DOWBOR, Ladislau – O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais – 2020 - <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>

SADER, Emir. *O Brasil que queremos*. LPP/UERJ: Rio de Janeiro, 2016.
Disponível em: http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2013/03/O-Brasil-que-queremos_web-1.pdf

DEMOGRAFIA

Mario Leal Lahorgue

Etimologicamente, a palavra *demografia* tem origem grega. Demos = povo e Graphia (*graphein*) = escrita, descrição. Mas o que seria exatamente esta escrita/descrição do povo? E mais, por que estudar uma população se tornou importante?

Toda descrição é, na verdade, uma representação. Deste modo, a descrição de um povo é uma forma de representar uma população. Este é o ponto de partida de qualquer estudo demográfico: a população é vista como uma coleção de seres humanos, como um conjunto que pode ser contado, em outras palavras, recenseado. E, como lembra Raffestin (1993), o recenseamento existe porque permite conhecer a extensão de um recurso, no caso, o recurso humano. Censo vem da palavra latina *Census*, que era a contagem de população efetivada pelos Romanos com fins fiscais e militares. Fica claro, nesta origem, o entendimento de um povo (população) como recurso. Sob certos aspectos, isto ainda vale nos dias atuais. São os Estados Modernos que contabilizam suas populações. Conhecer estes números continua significando conhecer recursos: quantos estão aptos a trabalhar? Pagar impostos? Servir exércitos?

Como dá para imaginar, estudos de demografia modernos são mais complexos que uma simples contagem de população. Mas o elemento numérico e as técnicas matemáticas continuam na base dos estudos, a qual é simples: deve-se contabilizar a quantidade de pessoas que habita um determinado território (*Ver Verbete Território*). Por isso, a fórmula mais elementar de crescimento populacional: $P_n = P_0 + N_t - O_t + I_t - E_t$

Esta é a equação básica, onde a População em um instante n é igual à população inicial (instante 0) mais os nascimentos no período t , menos os óbitos (mortes) no período t , mais imigrantes menos emigrantes neste mesmo período t .

Nesta fórmula já aparecem diversos aspectos investigados pela demografia, pois o tamanho em determinado momento está relacionado com mortalidade, natalidade e migrações. Além de seu tamanho, estuda-se a evolução no tempo, sua distribuição espacial, a composição desta população por idade e sexo, bem como a estrutura populacional segundo estado civil, local de moradia e/ou nascimento, condição de atividade econômica e pesquisas derivadas (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2004).

Esta descrição numérica, se tomada por si só, pode levar ao entendimento do ser humano como algo que não está situado nem na natureza e nem na sociedade (MOREIRA, 2006, p. 77), e esta é uma das maiores críticas da forma como estudos populacionais muitas vezes são conduzidos. A simples contabilidade numérica (por exemplo: uma localidade qualquer com uma população de

45.230 habitantes) não mostra a relação dos seres humanos com a natureza que os envolve, da mesma forma que não diz nada sobre as relações sociais que os humanos estabelecem entre si e que muitas vezes são determinantes para a quantidade de pessoas que habitam um lugar (*Ver Verbete Lugar*).

Estas críticas não impedem que estudos de população continuem tendo importância e que levantamentos demográficos continuem sendo efetivados. E assim se volta à questão da população como recurso. Entender comportamentos demográficos e a dinâmica que estes comportamentos tomam podem ajudar a:

- Subsidiar políticas de planejamento econômico, regional ou mesmo local. Para qual população se planeja? Como esta população é? Onde habita? Que hábitos têm? Como e para onde se desloca?;

- Subsidiar políticas de planejamento urbano. Na escala da cidade (*Ver Verbete Cidades Inteligentes*), as mesmas perguntas do parágrafo anterior devem ser feitas. Um exemplo básico: como planejar a expansão das infraestruturas físicas da cidade se a população não cresce? Ou se cresce em grandes proporções? O planejamento, com certeza, deverá ser diferente.

- Subsidiar políticas sociais. Só é possível implementar políticas sociais se o público-alvo é conhecido. Quantas pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza existem em um determinado lugar? Qual o nível de instrução desta população? É uma população jovem? Idosa?

Além de subsidiar a implementação de políticas, o conhecimento de um efetivo populacional é base para a iniciativa privada tomar decisões de investimento, por exemplo. Veja-se o caso da implantação de um Supermercado. A decisão de localização deve levar em conta: a quantidade de habitantes de um bairro e/ou cidade potenciais consumidores; sua composição etária; sua renda média; seus hábitos de deslocamento e de consumo. Não se implanta um empreendimento destes em *qualquer* lugar, mas sim em *um lugar* onde a população, vista como potencial consumidora, represente para o empreendedor um número suficiente que possa significar lucro para a empresa.

Mesmo do ponto de vista dos movimentos sociais (*Ver Verbete Movimentos Sociais*), o conhecimento da dinâmica populacional é importante: como participar das discussões sobre Reforma da Previdência, por exemplo, se não conhecermos os números e dinâmicas de envelhecimento, natalidade e mortalidade? De idosos, do número médio de filhos de uma mulher em idade reprodutiva, da quantidade de empregados formais e de contribuintes?

É verdade que números populacionais são, sob certos aspectos, apenas retratos de um momento. Mas estes retratos podem sim auxiliar-nos a compreender a sociedade e o território (*Ver Verbete Território*) em que vivemos. E mais: podem ajudar a subsidiar importantes lutas de segmentos sociais. Porque, como classicamente se diz, saber é poder.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, César Augusto; GIVISIEZ, Gustavo H. Naves. *Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. Introdução à demografia da educação*. São Paulo: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/livros/article/view/150>. Acesso: 08 mar. 2017.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Outras referências

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

BACCI, Massimo Livi. *Breve história da população mundial*. Lisboa: Edições 70, 2013.

BRAS, Hervé Le. *A invenção das populações: biologia, ideologia e política*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <http://www.abep.org.br/site/index.php>

DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

Thais Devincenzi

O termo Denominação de Origem (DO) constitui uma das modalidades de Indicação Geográfica (*Ver Verbete Indicação Geográfica*) prevista pelo acordo *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) aprovado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1992. A DO refere-se ao nome do local, que passou a designar produtos, cujas qualidades ou características são relacionadas à sua origem geográfica. Portanto, define-se com a DO que uma determinada região tenha um produto com qualidades intrínsecas as quais são devidas, essencialmente ou exclusivamente, ao local geográfico, o que inclui fatores naturais (edafoclimáticos – *Ver Verbete Fatores Edafoclimáticos*) e humanos.

No Brasil, o órgão que regulamenta e aprova a DO é o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Uma vez aprovada e registrada no INPI, a DO passa a ser de uso exclusivo de um grupo de pessoas organizadas em associação representativa do local em questão. É a associação de produtores da DO que será responsável por controlar as normas de produção previstas no regulamento técnico e atribuir o uso do sinal distintivo na forma de selo. É importante ressaltar que para a obtenção da DO, a associação de produtores responsável pelo pedido deverá apresentar elementos que comprovem a relação entre o território e a qualidade final do produto através de características identificáveis e mensuráveis.

Encontram-se registradas no Brasil 18 Denominações de Origem, sendo dez nacionais e oito estrangeiras. Entre as brasileiras destacam-se os vinhos do Vale dos Vinhedos e o arroz do Litoral Norte Gaúcho, no Rio Grande do Sul, os camarões da Costa Negra (Ceará) e o café do Cerrado Mineiro (Minas Gerais). Já as DO estrangeiras registradas no Brasil pode-se destacar os vinhos espumantes de Champagne (França), o queijo de Roquefort (França) e o vinho licoroso do Porto (Portugal) (INPI, 2017).

Os selos de DO são uma ferramenta para a agregação de valor (*Ver Verbete Valor Agregado*) à produtos que contenham atributos estritamente ligados ao território, além de ser instrumento de proteção ao produto. O reconhecimento da DO pode promover acesso a nichos de mercados específicos, além de promover o desenvolvimento territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*) através do estímulo ao turismo na região específica.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI (Brasil). *Indicação Geográfica - IG*. Disponível em:

< http://www.inpi.gov.br/menuesquerdo/indicacao/index_html. Acesso: 21 Abr. 2017.

GIESBRECHT, Hulda Oliveira *et al.* *Indicações geográficas brasileiras*: SEBRAE, INPI, 2014. 264 p.

DESENVOLVIMENTO

Mario Riedl

Provavelmente, trata-se do conceito de mais larga difusão e utilização em todos os setores de atividades. A noção de desenvolvimento está presente na literatura desde os primórdios da ciência. Independentemente das concepções políticas e ideológicas, todos os regimes políticos, autoritários ou democráticos, conservadores ou liberais, valem-se das projeções e concepções de desenvolvimento em busca de sua legitimação. Mas o que se entende por desenvolvimento? Ainda na atualidade, os países têm sido classificados numa ordem hierárquica segundo o volume do seu Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva Renda *Per Capita*.

Nessa concepção, desenvolvimento é praticamente sinônimo de crescimento econômico. Com essa operacionalização, quanto maior a renda *per capita* da população, maior o nível de desenvolvimento. Esse indicador de desenvolvimento comprovou sua limitação e inadequação, especialmente por não levar em conta o perfil de distribuição dessa renda na população. Em resposta a essas restrições, outros indicadores de desenvolvimento foram elaborados. Um dos mais utilizados tem sido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Basicamente, o IDH utiliza a média aritmética de três indicadores para medir o desenvolvimento de um país: esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade de menores de cinco anos e as taxas de alfabetização da população. Esses indicadores sintetizam a vantagem de transmitir a percepção do perfil da distribuição do PIB na população, contornando em parte as restrições ao uso indiscriminado da renda per capita como sinônimo de desenvolvimento.

A maior objeção à utilização desse indicador situa-se, fundamentalmente, no fato de atribuir peso igual a cada um dos atributos do indicador, sem priorizar o fator econômico. Outro conceito de desenvolvimento muito discutido na academia foi proposto pelo indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998. Em 1999, ele lançou seu famoso livro intitulado “Desenvolvimento como Liberdade”, no qual procura demonstrar o papel da liberdade no combate a todo tipo de privações.

Conforme bem sintetizado por José Eli da Veiga (2005), “o desenvolvimento requer que se removam as principais formas de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos” (VEIGA, 2005, p. 34).

Em sintonia com essa concepção de desenvolvimento, Celso Furtado nos brindou com uma assertiva definitiva. Diz ele que: “o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p. 484).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. Revista de Economia Política, vol. 15, n. 4 (60), out-dez. 1995, p. 148-155.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

Pedro Luís Büttendender

A abordagem do termo composto ‘desenvolvimento cooperativo’ aduz a uma fundamentação específica de cada termo para sustentar uma definição delimitada deste verbete. A definição do termo desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*) tem vários significados, referenciado em distintas vertentes teóricas, multidisciplinar, multifacetado. Pode ser entendido como um processo de evolução, de mudança de um objeto, pessoa ou situação específica em determinadas condições, não se restringindo ao termo apenas de crescimento. O desenvolvimento que possui uma conotação positiva, relacionado a pessoas, situações ou fenômenos de várias tipologias.

O desenvolvimento é também definido como sendo a ação ou efeito de desenvolver (algo) ou de se desenvolver. Relacionado a explorar o significado do verbo “desenvolver”: trata-se de acrescentar ou de melhorar/aperfeiçoar algo podendo ser de ordem física, intelectual, moral, econômica, política e social. Desenvolvimento é definido como o processo de expansão das liberdades coletivas da humanidade, alcançado com base no emprego de mecanismos socioeconômicos e institucionais, que tem como consequência direta, a melhoria das condições de vida e a redução dos índices de miséria das comunidades (SEN, 2000).

Tal como o primeiro termo, a definição do termo ‘cooperativo’ (*Ver Verbetes Cooperativismo*) também é múltipla e diferenciada. Pode ser entendido a partir do verbo cooperar, aquele que coopera, ajuda ou auxilia. Na definição substantiva do termo cooperativo, identifica-se também o termo cooperativa. Esta não apenas como definição feminina do termo, destarte o conceito que rege constituição, estrutura e funcionamento de uma cooperativa, orientada pelos princípios e a legislação própria do cooperativismo e suas diversas organizações (BÜTTENBENDER, 2008; 2011). Nesta orientação encontra-se a definição do termo próprio de “Ato Cooperativo”, que é realização do objeto social da cooperativa e é a relação jurídica das operações que realizam as cooperativas e sua cooperativa e entre cooperativas (TESCHE, 2000).

O ato de cooperar gera a cooperação. Reconhecido como o ato de agir com outros, em função de um objetivo comum e pelo sinônimo da colaboração. A cooperação é entendida como uma relação de auxílio mútuo entre indivíduos e/ou entidades, visando atingir metas em comum, pelo uso de práticas mais ou menos em conformidade. Como definido por Büttendender (2010), a cooperação define-se pela capacidade de planejar, gerir e executar estratégias e ações em conjunto, ou no mínimo alinhadas umas com as outras, sejam pessoas ou organizações.

Por intermédio da solidariedade e ajuda mútua, ele valoriza as relações humanas, aumenta a confiança e a credibilidade, produz novas aprendizagens e identidades, defende interesses em comum, fortalece marcas, gera ganhos de escala, possibilita acesso a mercados inatingíveis individualmente, amplia a competitividade e tonifica os arranjos institucionais. A cooperação produz benefícios não apenas para os seus membros, mas a toda a sociedade direta ou indiretamente envolvida.

Deste modo, o **desenvolvimento cooperativo** é definido como o processo através do qual se promove o desenvolvimento de forma colaborativa e em cooperação entre o conjunto de instituições, lideranças e cidadãos. De acordo com Büttgenbender (2008), ele é o que promove o conjunto de processos e viabiliza a produção dos seguintes resultados: 1) maximizar as taxas de crescimento da renda total e *per capita*; 2) melhorar a distribuição da renda social e regional; 3) elevar a qualidade de vida da população de modo geral em termos de educação, saúde, habitação, alimentação e segurança; 4) aumentar a capacidade “social” e “tecnológica” de inserção cooperativa no contexto local e global; 5) aumentar investimentos em estruturas de ciência e tecnologia focadas nas vocações regionais e fortalecimento das estruturas universitárias; 6) desenvolver programas de fomento, capacitação e integração, por meio de redes de cooperação, de micro e pequenas empresas (*clusters*); 7) instituir programas de geração e difusão de tecnologias, envolvendo Estado, universidade, empresas e comunidade (gestão coletiva – gestão societária); 8) identificar as potencialidades locais/regionais e executar programas estratégicos de desenvolvimento, preservando as características histórico/socioculturais, em que a inovação se incorpore como elemento cultural básico e 9) fortalecer e ampliar as tecnologias de informação e conhecimento (TICs) e formação técnica e profissional, orientada para a inovação.

Com a finalidade de promover um ambiente de desenvolvimento cooperativo, através da constituição de um ambiente de interação e cooperação, de governança inovadora e cooperativa, na dimensão regional ou territorial, requer-se a combinação e cooperação de um conjunto de variáveis, conforme o constructo “*triple-tri*” proposto por Büttgenbender (2014, p.175), quando sustenta que a governança inovadora e de desenvolvimento territorial possui uma amplitude, diversidade e complexidade das relações e instituições envolvidas. O constructo “*triple-tri*” de governança inovadora e territorial do desenvolvimento, reconhecido com um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular descontínuo, conforme exposto a seguir.

Figura 01 – Constructo de Governança Inovadora e Territorial do Desenvolvimento.



Fonte: Büttgenbender, 2014, p.175.

A simplicidade sugere uma superficialidade no apoio ao processo de desenvolvimento e sustentabilidade contínua ao longo do tempo. No constructo apresentado combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares. A primeira, quando aporta as contribuições de Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e da Universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e Extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem com as definições de por Elkington (2008) e Días (2009) aportando as dimensões econômico, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas e territoriais.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, P.L. *Estratégias, inovação e aprendizagem organizacional: cooperação e gestão de competências para o desenvolvimento*. Ijuí/RS: Editora UNIJUI, 2008.

_____(Org.). *Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento*. Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor. 1. ed. Ijuí/RS: Unijui, 2010.

_____. *Gestão de Cooperativas. Fundamentos, Estudos e Práticas*. Ijuí/RS: Ed. Unijui, 2011.

_____. *Doutrina e educação cooperativa*. Ijuí/RS: Ed. Unijui, 2008.

–_____. *Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em administração. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo, Atlas, 2009.

ELKINGTON, John, *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st Century Business*, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ETZKOWITZ, Henry. *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

JULIEN, Pierre André. A. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TESCHE, Walter. *Dicionário básico do cooperativismo*. Sescop. São Paulo. 2000.

DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

Pedro Luís Büntenbender

Pensar o desenvolvimento “corporativo” em sua definição léxica refere-se ao que é estruturado ou alicerçado em corporações. Etimologicamente originária do latim ‘*corporativu*’ e do francês ‘*corporatif*’. Enquanto adjetivo, a palavra “corporativo” estabelece uma dimensão de limite, de proteção, de defesa, de identidade, de grupo interesses, de território (*Ver Verbete Território*).

O vocábulo corporativo exhibe um vínculo com a definição de corpo humano, que fisiológica, anatômica, sistêmica, física, mental e espiritualmente se conformam. O corpo se conforma os sistemas e órgãos interdependentes e complementares que no seu conjunto constituem o todo. Este se identifica, interna e externamente, e se protege pelo seu sistema imunológico.

O termo corporativo define-se a partir do que pertence ou que é relativo a uma corporação. Este termo costuma referir-se a uma empresa de grandes dimensões, ou a uma organização composta por pessoas que a governam, ou por regiões e territórios que estabelecem vínculos e identidades em comum. Uma coletividade sujeita a uma mesma regra, estatuto ou que dirige assuntos de interesse público comum. Corporativo se define a partir de um conjunto de interesses comuns que circunscrevem um grupo de pessoas, um interesse público, uma associação de profissionais, uma representação sindical.

A definição do termo ‘corporativo’ abrange a delimitação de identidade em comum, conformação de interesses comuns, de grupos de interesse. Pode ser definido a partir de um conjunto de atributos que torna a organização, empresa, região ou território especial e diferente. Os estudos mais abundantes e popularizados exploram a dimensão corporativa a partir do vínculo a organizações, a gestão corporativa¹, a governança corporativa, como os expressos por Lodi (2000), Steinberg (2003), Silveira (2005) e Silva (2006).

A referência exteriorizada é consubstanciada pela noção de imagem corporativa, relacionada com a representação ou figura de uma grande entidade, um conjunto de entidades e instituições e/ou ainda, um sistema social, histórico-cultural e etnográfico delimitado. As delimitações da imagem corporativa podem ser explícitas ou, principalmente, demonstrações tácitas. As demonstrações explícitas e materiais podem ser expressas através de marcas, símbolos, em-

¹ A governança corporativa, que tem a sua origem superar o “conflito de agência” é objeto inclusive de uma iniciativa corporativa, com a criação e manutenção do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2017 (<http://www.ibgc.org.br/>) que visa ser uma referência nas práticas de governança corporativa no Brasil, apresentando inclusive o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

blemas, estigmas, costumes, hábitos, práticas, padrões entre outros. As demonstrações tácitas, implícitas ou até secretas, podem estar vinculadas a abstrações simbólicas (Ver Verbete Poder Simbólico), representações, sensações, crenças, dogmas, emoções, valores, princípios e outros.

Portanto, a conceituação de corporativo é construída a partir do conjunto de elementos que a constituem e a identificam e pelo qual são reconhecidos os sujeitos e interesses que a compõem. Complementarmente identificados pelo conjunto de referenciais através dos quais os entes integrantes e protegidos pela corporação são conhecidos e reconhecidos pelo seu entorno e a sociedade.

Nesse sentido, o **desenvolvimento corporativo** pode ser definido como o conjunto de iniciativas que visam promover a evolução, o crescimento e o desenvolvimento circunscrito a valorização e proteção dos elementos de identidade de um grupo de pessoas ou grupos de interesse, e que podem estar assentados em um território, uma organização, uma empresa, uma instituição, um sistema e/ou uma região (Ver Verbete Região).

No âmbito do desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), o desenvolvimento corporativo é demonstrado através de conselhos regionais de desenvolvimento², associações de municípios, Consórcios Públicos, Agências de Desenvolvimento, Sindicatos, Cooperativas, Organizações regionais de representação de classe, Associações Comerciais e Industriais, entre outras.

Com a finalidade de promover um ambiente de desenvolvimento cooperativo, concentrado no **desenvolvimento corporativo**, através da constituição de um ambiente de interação e cooperação, de governança (Ver Verbete Governança) inovadora e cooperativa (Ver Verbete Governança Cooperativa), na dimensão regional ou territorial, requer-se a combinação e cooperação de um conjunto de variáveis, conforme o constructo “triple-tri” proposto por Büttgenbender (2014, p.175) e Büttgenbender e Sausen (2020).

Neste estudo Büttgenbender sustenta que a governança inovadora e de desenvolvimento territorial e corporativo possui uma amplitude, diversidade e complexidade das relações e instituições envolvidas. A simplicidade sugere uma superficialidade no apoio ao processo de desenvolvimento e sustentabilidade contínua ao longo do tempo. No constructo apresentado combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares. A primeira, quando aporta as contribuições de Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e da Universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice),

² Podem ser citados como exemplo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul e as Secretarias Regionais de Desenvolvimento em Santa Catarina (DALLABRIDA, 2011).

entre (entre os três vértices) e Extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem com as definições de por Elkington (2008) e Días (2009) aportando as dimensões econômico, social e Ambiental. Estas variáveis também impactadas pelas relações políticas e territoriais.

O constructo “triple-tri” de governança inovadora e territorial do desenvolvimento, reconhecido com um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular descontínuo, reconhecendo a importância da presença da abordagem do **desenvolvimento corporativo**. A ilustração consta no final do capítulo do verbete Desenvolvimento Cooperativo (*Ver Verbetes Desenvolvimento Cooperativo*).

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. **Innovative development management practices in a border region**: a construct proposal of innovative governance and territorial development. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.16, p. 446-458, 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera**: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em administração. Orientador. Dr. Jorge Oneide Sausen Facultad de Ciências Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, Atlas, 2009.

ELKINGTON, John. **Cannibals With Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. <http://www.ibgc.org.br/>. Acessado em 30.03.2017.

JULIEN, Pierre André. A. **Empreendedorismo Regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, André Luiz Carvalhal. **Governança Corporativa e Sucesso Empresari-
al**: melhores práticas para aumentar o valor da firma. São Paulo: Saraiva,
2006.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa**: desempenho e
valor da empresa no Brasil. São Paulo: Saint Paul, 2005.

STEINBERG, Herbert. **A dimensão humana da Governança Corporativa**:
pessoas criam as melhores e piores práticas. 2^a ed. São Paulo. Gente, 2003.al

DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES DE FRONTEIRA

Alessandra Troian

Cezar Brites

A definição de desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) não é única, nem linear, existem diversas correntes e definições acerca do desenvolvimento. Por trás da concepção de desenvolvimento existe uma série de definições, conceituações e disputas entre o que há de normativo, científico e ideológico. Por isso, deve-se ter consciência que existem diversas visões, definições e correntes e disputam o conceito de desenvolvimento, além de não haver somente um, mas vários desenvolvimentos (SCHNEIDER, 2004).

Neste contexto, sobretudo na atual conjuntura, o desenvolvimento passa a ser estudado sobre diversos prismas e assim, emergem distintas perspectivas teóricas, como o Desenvolvimento Territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*). Em nossa concepção, este tema ganha destaque a partir da obra de Arnaldo Bagnasco (1977), que discute a problemática territorial do desenvolvimento italiano. O estudo marca a primeira associação da noção de território à ideia de desenvolvimento na literatura científica.

Dentro da vertente teórica que analisa o desenvolvimento pelo viés dos territórios existem diferentes enfoques. O que analisa o Espaço; as Relações de poder; os Atores Sociais; as Identidades/Sentimento de Pertencimento; as Instituições; o Estado e as Empresas Privadas; as Redes e Conexões; o Global e o Local; o Capital Social (*Ver Verbete Capital Social*), entre outros. O debate acadêmico sobre a noção de território constitui um processo longo em algumas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Economia e a Sociologia. A noção de território ganhou centralidade nos estudos da Geografia e da Sociologia entre as décadas de 1950 e 1960, intensificando-se na década de 1970 (SAQUET, 2007).

Nesse sentido, a noção de território (*Ver Verbete Território*) foi inicialmente tratada nas ciências naturais, onde estabeleceu a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Posteriormente foi incorporado pela geografia, que relaciona espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Em seguida, diversas outras disciplinas passaram a incorporar o debate, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política (SCHNEIDER, 2008; SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004). Quando se pensa território como posse de terra, no sentido de pertencimento, não se está referindo a uma propriedade, mas ao caráter de apropriação do espaço compartilhado e seu conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais. Dessa forma, acrescenta-se a ideia de identidade relacionada ao limite geográfico, tanto físico como simbólico.

O espaço-território forma-se, então, na relação dos atores sociais, em determinado espaço geográfico, que procuram identificar e resolver situações comuns a determinados grupos sociais. Segundo Milton Santos (2008, p.27-28) território é o espaço usado, a “sociedade em movimento”. Deste modo, ele deve ser entendido como o espaço de ação coletiva, de identificação e sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, a identidade está na diferenciação que se dá entre os territórios a partir de suas fronteiras sociais simbólicas. Para Haesbaert (1997), essa fronteira simbólica, também ganha limites territoriais, construindo-o e definindo-o, com base nas relações culturais e históricas. Acrescenta-se a isso ainda a historicidade do território - seu contexto histórico e geográfico. Incluem-se alguns objetivos (fins) à territorialização, como por exemplo, abrigo físico, fonte de recursos materiais; identificação ou simbolização de grupos, com suas fronteiras; controle através do espaço; e construção e controle de conexões e redes.

Em **regiões de fronteira** essa identidade territorial é mais acentuada, ou fechada, quase uniterritorial, no sentido que não está facilmente aberta a outras culturas, ou reluta, através de manifestações culturais com intuito de prevalecer sobre outras identidades, chegando a defender uma cultura homogênea. Esses territórios são facilmente identificados especialmente em regiões de fronteira, com seus limites geográficos-culturais bem definidos.

Compreende-se fronteira como um espaço que possui características contrastantes ao território contíguo, mas é também nele que se desenvolve uma rede, que está tanto sob os efeitos de uma dinâmica local como também global. É uma região dotada de contradições e convergências, compartilhando problemas, bem como atributos, gerando, dessa forma, identidade, a partir de características comuns.

Cabe ressaltar que a abordagem do desenvolvimento territorial é relativamente nova, por isso, ainda não se tem um conceito único e acabado. É um tema atual que desperta o interesse de diversos estudiosos e pesquisadores e, dessa forma, está em aberto, em construção. Mais recente, ainda, são os estudos com enfoque no desenvolvimento de regiões de fronteira, que possuem características próprias, como por exemplo, em alguns casos, políticas públicas diferenciadas, como legislação específica em que, muitas vezes, são consideradas como áreas de segurança nacional, inviabilizando investimento com capital externo⁶.

Acredita-se que para uma incorporação da abordagem territorial, em especial de fronteira, seria preciso, no mínimo, superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica, bem como compreender o conjunto de valores culturais que fortalece a identidade do território. Dessa forma, incorporando o jogo de poderes entre esses atores num determinado espaço, criando uma identidade específica com esses limites geográficos. Conseqüentemente essas ações geram um processo de construção social e desenvolvimento regional.

O desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios é essencialmente identificar e valorizar o potencial de um território, esquecendo a arbitrariedade da delimitação legal de uma nação, estado ou município, por exemplo. Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores sociais. Por fim, deve-se ter o cuidado para não interpretar o enfoque territorial como um novo “receituário”, como um manual a ser seguido, ou então, com apenas a agregação de um substantivo a palavra desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. **Economia Aplicada**, n. 2, v. 5, p. 379-397, 2000.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BAGNASCO, A. *Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il mulino, 1977.

BRASIL, Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Legislação Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUF, 1997.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.11, p. 88-125 Jan/Jun. de 2004.

SCHNEIDER, S. *Território, ruralidade e desenvolvimento*. “**Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**”, Pontificia Universidad Javeriana Bogota, Colombia, 24 a 28 de Marzo de 2008.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G. P. *Território e abordagem territorial: das*

¹ Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, considerada área indispensável à segurança nacional a faixa interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que é designada como Faixa de Fronteira, podem inviabilizar investimentos estrangeiros nessas regiões (BRASIL, 1979).

referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, jan/dez. 2004.

SAQUET, M. A. *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade*. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan/jun., 2007.

SOUZA, E. A. PEDON, N. R. *Território e identidade*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Três Lagoas, MG. v. 1, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Ivo Marcos Theis

Desenvolvimento desigual refere-se a desenvolvimento de desigualdades. O primeiro destes dois termos – desenvolvimento – remete ao verbo volver [do latim *volvere*], isto é, “mudar de posição”. Já o segundo – desigualdades – tem sua origem no adjetivo igual [do latim *aequalis*], ou seja, “idêntico”. Assim, uma aproximação inicial sugere que desenvolvimento desigual seja algo como o *progresso do não-idêntico*.

As desigualdades preocuparam filósofos em todas as épocas. Contudo, se o crescimento das desigualdades, como se as conhece atualmente, pode ser associado à difusão do capitalismo industrial – a chamada Revolução Industrial teve lugar na Inglaterra por volta de 1780 –, então terá sido Jean Jacques Rousseau (1712-1788) quem, por primeiro, já em 1755, portanto, com formidável antecipaço, acabaria chamando atenção para elas. Em conhecida obra, ele distinguiu entre “dois tipos de desigualdade: uma [...] natural ou física [...] estabelecida pela natureza [...]; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política [...] depende de uma espécie de convenção” (ROUSSEAU, 1983, p. 235). Se nada havia a objetar quanto à primeira, em relação à segunda o filósofo suíço tinha todas as reservas, já que ela implicaria “nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros” (idem, p. 235).

Entretanto, a noção de *desenvolvimento desigual* mais difundida tem origem na obra de Karl Marx (1818-1883) – e Friedrich Engels (1820-1895). Nela se identificam numerosas alusões ao *desenvolvimento desigual do capitalismo* [*Ungleichmässigkeit der Entwicklung des Kapitalismus*]. No volume intitulado “Sachregister (Band 1-39)” encontram-se indicações para esta expressão em nada menos que 13 dos 39 volumes da famosa coleção *Marx-Engels Werke* [MEW] (MARX; ENGELS, 1989, p. 728).

Cabe lembrar que foi Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924) quem, pela primeira vez, investigou com maior profundidade um processo de acumulação – o *desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (LÊNIN, 1982 [1899]) – da perspectiva de suas desigualdades com base na obra de Marx. No entanto, foi após a Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual (e, ademais, *combinado*), na obra de Leon Trotsky (1879-1940), ganharia um significado mais preciso:

“O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz [...] a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que [...] chama-

remos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1978, p. 25).

Outra contribuição não menos importante, também oriunda das hostes marxistas, seria a oferecida por Ernst Bloch (1885-1977). Em um estudo sobre o nazi-fascismo – *Erbschaft dieser Zeit*, originalmente publicado em 1935 – o filósofo alemão traria à luz o conceito de *Ungleichzeitigkeit*, isto é, a *não-simultaneidade* dos tempos ou a *não-contemporaneidade* ou, ainda, a *não-sincronia* (BLOCH, 1985).

Curiosamente, seria Antonio Gramsci (1891-1937) – a propósito, também, marxista – quem, em relação à noção de desenvolvimento desigual, ofereceria um subsídio, digamos, mais orientado à perspectiva do desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional). De fato, seu estudo sobre a chamada “questão meridional”, em que examina aspectos econômicos, políticos e culturais do desenvolvimento desigual entre o Sul e o Norte da Itália, pode ser considerado uma referência fundamental para estudos sobre a problemática regional.

Todavia, as referências mais recentes que têm tido a preocupação de captar as desigualdades no espaço e no território provêm da Geografia (Ver Verbetes na área da Geografia). Com efeito, tem havido um esforço teórico-metodológico promissor com vistas a apreender a espacialidade do desenvolvimento desigual (portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países), dentre outros, por parte de David Harvey (1935-) e Neil Smith (1954-2012).

O argumento é relativamente simples: a geografia do desenvolvimento desigual parte de uma diferenciação do espaço que resulta de processos sociais cotidianos; tudo o que se passa no lugar de trabalho e nos espaços de produção e consumo integra, de alguma forma, o processo mais amplo de acumulação e circulação de capital que, por sua vez, configura (e reconfigura permanentemente) a paisagem do capitalismo global. Esta última é marcada por assimetrias geográficas, isto é, pelas desigualdades entre alguns poucos espaços socioeconomicamente bem-sucedidos – as *regiões ganhadoras* – em face de numerosos espaços empobrecidos – as *regiões perdedoras*. Esta paisagem expressa, então, um momento do processo de desenvolvimento geográfico desigual. E a mudança ininterrupta, o próprio processo (Ver Verbete Processo Produtivo).

REFERÊNCIAS

BLOCH, Ernst. *Erbschaft dieser Zeit*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag, 1985.

HARVEY, David. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. Trad. Manoel F. Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sachregister: Band 1-39 (MEW)*. Berlin: Dietz Verlag, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 201-320.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa* [primeiro volume]. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Outras referências

THEIS, Ivo M. *Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual*. **Novos Cadernos NAEA**, 12 (2), p. 241-252, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>. Acesso em: 20.10.2010.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. *O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado*. In: GALVÃO, Andréia et al. (Org.) **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 83-110.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Carlos Águedo Paiva

O desenvolvimento econômico é uma forma particular e específica do desenvolvimento histórico-social, que, por sua vez, é uma forma particular e específica do processo de desenvolvimento humano em geral. Assim, a forma mais simples de desenvolver este verbete é partir daquelas dimensões que o desenvolvimento econômico comunga com as demais formas de desenvolvimento.

Antes de mais nada, é preciso admitir que a categoria “desenvolvimento” comporta uma dimensão axiológico-normativa insuperável: o mais desenvolvido é “melhor”, encontra-se num patamar “superior” em relação ao menos desenvolvido. A imanência da dimensão axiológica desdobrou-se em críticas à (im)pertinência desta categoria ao campo científico. Do positivismo mais radical ao pós-modernismo desconstrucionista, há uma vasta literatura buscando demonstrar que toda e qualquer tentativa de determinar e emprestar conteúdo concreto à categoria “desenvolvimento” está baseada em perspectivas utópico-ideológicas contingentes, carentes de qualquer universalidade ou necessidade. Em seu limite lógico, estas críticas desembocam na máxima do relativismo hedonista: “*de gustibus non est disputandum*” (o que é de gosto, não se discute). O que alguns identificam como “desenvolvimento”, outros podem identificar como retrocesso, imobilidade ou caminhar a esmo.

Ora, se a **crítica** à categoria **desenvolvimento** baseia-se no **elogio** do **livre-arbítrio**, o elogio daquela categoria vai basear-se na **crítica** moderna da concepção vulgar de **liberdade**. Em sua “Crítica da Razão Prática”, Kant demonstra que, ao contrário do que pretende o senso comum, “ser livre” **não** significa “fazer o que se quer”, mas exatamente o oposto. Aquele que se move exclusivamente de acordo com sua vontade e realiza o conjunto de seus desejos é escravo de suas pulsões primárias, primitivas: não consegue colocá-las sob avaliação moral-racional. **A liberdade humana afirma-se como soberania sobre si mesmo; como consciência moral da oposição entre o que se quer e o que deve ser.**

A formulação de Kant encontra-se na base da concepção dialética de desenvolvimento, que unifica autores aparentemente tão díspares como Hegel, Marx, Freud, Piaget e Lacan. **Para todos estes, o desenvolvimento humano é o processo de conquista – sempre crescente e sempre inconcluso - de soberania, consciência e autocontrole; em suma, da verdadeira liberdade.** Esta **não** se confunde com o livre-arbítrio, nem com a subordinação a regras morais consagradas pela tradição. A verdadeira liberdade consiste: 1) na tomada de **consciência** das alternativas efetivamente viáveis postas à frente e dos desdobramentos

necessários (ou, pelo menos, mais prováveis) das distintas opções; 2) na **opção** pela estratégia que aprofunda (e, no limite, maximiza) a autonomia e soberania estruturais (de longo prazo) dos sujeitos tomadores de decisão, sejam estes indivíduos, organizações ou territórios politicamente organizados. **O desenvolvimento nada mais é do que a conquista de maiores e mais diversificados graus de liberdade.**

Ora, a concepção de liberdade apresentada acima está inteiramente embasada no desenvolvimento da consciência, entendida aqui como “*conscius+sciens*”: estar cômico do melhor a fazer dados os conhecimentos adquiridos e consolidados na relação de interlocução, debate e pesquisa com os demais. Vale dizer: **a consciência** – mesmo quando se desdobra **no** indivíduo particular – é um **atributo social**, indissociável dos conhecimentos desenvolvidos coletivamente e consolidados: 1) em princípios éticos e instituições reguladoras, responsáveis por garantir a comum-idade cívica; 2) em sistemas teóricos de interpretação da sociedade e da natureza e em sistemas técnicos de mobilização dos recursos humanos e naturais com vistas a garantir a reprodução social e a obtenção do maior produto possível por unidade de dispêndio.

O que nos remete, finalmente, à definição de **desenvolvimento econômico**: a conquista de crescente autonomia, soberania e sustentabilidade reprodutiva por parte de agentes, organizações e/ou sistemas produtivos territorializados. Tal como no caso da autonomia humano-individual, a autonomia econômica de agentes, organizações e territórios **não** se confunde com isolamento ou autarquia. Muito antes pelo contrário: a verdadeira autonomia pressupõe **integração** com o exterior; condição *sine qua non* para a apropriação **consciente** – de forma plena, rápida e crítica - de qualquer desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural e institucional exógeno. Um exemplo pode ajudar a compreender este ponto crucial.

Quer nos parecer que a transição japonesa, no século XIX, da política de isolamento do período Tokugawa para a integração comercial, produtiva, cultural e tecnológica com o exterior, após a Revolução Meiji, seja a expressão mais clara da relação entre desenvolvimento, conquista da soberania efetiva, integração mercantil e interlocução com o exterior. A política da Era Tokugawa (1603-1868) de isolamento nacional e de preservação da ordem social interna foi tão eficaz que conduziu o país à virtual estagnação nos planos técnico-produtivo, político, cultural, militar e econômico. Quando os EUA decidem impor militarmente a abertura comercial do país, a aparência de soberania se desfaz. As lideranças nacionais tomam plena **consciência** de seu subdesenvolvimento e decidem superar este desequilíbrio a partir da incorporação crítica dos padrões científicos e técnico-produtivo ocidentais.

Ao contrário da China – que se recusou a tomar consciência de sua fragilidade e condição de dependência até as primeiras décadas do século passado - a **decisão** japonesa de **integrar-se** foi uma manifestação de **soberania**. Ao assumir o controle interno do processo de integração inexorável, o Japão emergiu como potência econômica e militar na Ásia já na entrada do século XX, sem jamais abdicar de sua identidade política, cultural e artística nacional. A importância do exemplo japonês (e do contraexemplo chinês) é que o mesmo demonstra a insustentabilidade das estratégias de desenvolvimento autárquico. A verdadeira soberania só pode ser conquistada na relação com os demais e é medida pela capacidade de **alterar** a qualidade desta relação ao longo do **tempo**. O que nos leva à questão derradeira: a relação entre crescimento e desenvolvimento econômicos.

O crescimento econômico – usualmente medido pelo crescimento da Renda e/ou do Valor Agregado Bruto – é parte fundamental do processo mais geral de desenvolvimento. Afinal, quanto maior a renda de um indivíduo, organização ou nação, maior seu grau de liberdade para definir estratégias de investimento, de diversificação produtiva e de qualificação científica, tecnológica e institucional. Mas, malgrado a solidariedade entre si, os dois processos não se confundem.

A diferença fundamental encontra-se no fato de que **o crescimento do produto e da renda resulta** de um determinado padrão de produção e inserção na divisão do trabalho. Enquanto que **o desenvolvimento é a canalização consciente e planejada do produto e da renda, acrescidos para a alteração dos padrões de produção com vistas à conquista de novos e superiores graus de liberdade/autonomia/soberania por parte de agentes, organizações e territórios na definição de suas inserções futuras na divisão do trabalho global.**

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1974.

HEGEL, G.W. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores), 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Pedro Luís Büttendender

No âmbito do desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*), Barquero (1998) define que o local tem um papel proeminente no desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região (*Ver Verbete Região*) no longo prazo, através dos seus processos de organização e relação social. A identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos desenhos de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local estabelece uma forte relação com o capital social (*Ver Verbete Capital Social*) local. Kliksberg (1999) sustenta que uma onda de investigações nos últimos anos tem indicado esta vinculação a partir de sociólogos, cientistas políticos, economistas, administradores, geógrafos e outros. Para Putnam (1996) o capital social diz respeito às características da organização social local, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas e a cooperação espontânea.

Convergente a estas definições está Veiga (2006) quando sintetiza que o desenvolvimento sustentável, na ótica local, combina quatro indicadores: a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno; e d) ser capaz de participar da vida da comunidade. Estas definições também corroboram com Almeida (2007) quando argumenta que o desenvolvimento sustentável local se relaciona com as estruturas de poder e suas interfaces entre governos, empresas e organizações da sociedade civil local.

No contexto dos estudos sobre desenvolvimento regional, o desenvolvimento local é definido como um léxico composto de duas palavras, não sendo compreendido apenas como um adjetivo ao termo central do desenvolvimento.

O **desenvolvimento local** é definido como o processo que pressupõe uma transformação consciente da realidade local através do qual se promove o desenvolvimento endógeno em um determinado espaço geográfico pequeno, territorialmente definido e que representa uma identidade cultural comum, através do qual ocorrem os processos de organização, participação e relações sociais.

Para Abramovay (1998), na dimensão territorial, o local representa uma estratégia que deve garantir para o território em questão, seja comunidade, município ou microrregião, com cidadania (*Ver Verbete Cidadania*), instituições fortalecidas e mecanismos de participação, gerando uma melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo.

Nessa linha, o desenvolvimento local é reconhecido também como um processo dinâmico e evolutivo. Para Albuquerque (1998) é um processo de articulação, coordenação e inserção das iniciativas e empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, cooperativos, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido redes sociais, organizacionais e institucionais.

Algumas características relativas a identificação e mapeamento do desenvolvimento local: a) a iniciativa tem raiz no encontro de uma criação cultural inscrita dentro de uma memória coletiva e de uma rede associativa levada pela vontade de se afirmar uma identidade regional; b) a mobilização de uma população que se descobre através de sua própria apresentação, desenvolvimento das iniciativas no campo cultural e no campo econômico, política de comunicação, emergência de uma parceria que atinge progressivamente os meios associativo, político, sócio- profissionais e os atores econômicos; c) a valorização dos produtos locais e iniciativas locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos; d) a apropriação dos eventos de fortalecimento das identidades culturais locais; e) o exercício do processo de aprendizagem coletiva pela população local que aceita inscrever-se dentro de tal processo, reforçando a mobilização; f) a emergência de cidadãos, novos atores, reivindicando uma fixação local; g) a dinâmica local desencadeada difundindo-se geograficamente para outros espaços sociais; e h) a busca de um equilíbrio frágil entre uma promoção não seletiva de produtos locais, que encoraja a maioria dos atores locais (artesãos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, profissionais liberais) e uma preocupação de marketing, marcada pelo pensamento de distinção de produtos de qualidade destinados a públicos aos quais deseja atingir.

Para Brose (2000), ao relacionar um conjunto de desencadeadores do desenvolvimento local, prioriza cinco componentes: a inclusão social; o fortalecimento e a diversificação da economia local; a inovação na gestão pública; a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais; e a mobilização social. Na correlação qualitativa de Brose (2000) com outros autores, tais como Kliksberg (1999) e Llorenz (2001), o desenvolvimento local assume as seguintes dimensões: a formação do capital humano (*Ver Verbetete Capital Humano*); a formação do capital social (*Ver Verbetete Capital Social*); a constituição participativa de novos espaços públicos de formulação e gestão; e o desenvolvimento produtivo do território (formação do capital produtivo).

Exemplos de iniciativas de articulação visando o desenvolvimento local, citadas por Allebrandt *et al* (2010), relacionam-se as experiências no Rio Grande do Sul, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES. Em Santa Catarina, as Secretarias Regionais de Desenvolvimento. Também são citadas as agências municí-

pais ou regionais de desenvolvimento, redes de cooperação de micro e pequenas empresas, Associações Comerciais e Industriais, Igrejas, Cooperativas, Sindicatos, entre outros.

Por fim, os arranjos institucionais, a cooperação e o desenvolvimento na constituição de redes econômicas, tecnológicas e sociais aprimoram a governança (*Ver Verbete Governança*) regional e promovem o desenvolvimento como verdadeiras sementes do desenvolvimento local e regional e da agregação de valor aos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural*. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste, 1998.

ALLEBRANDT, Sérgio L. *et al. Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial*. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

ALMEIDA, Fernando. *Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local*. 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2000.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís (Org.). *Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento: Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor*. 1. ed. Ijuí/RS: Unijuí, 2010.

_____. *Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em administração. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.

ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura*. Claves olvidadas del desarrollo. Coordinada del instituto interamericano para el desarrollo social (INDES/BID) 1999.

LLORENZ, Francisco A. *Desenvolvimento econômico local*. Rio de Janeiro. BNDES. 2001.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.1996.

VAZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid, ed. Pirâmide.1998.

VEIGA, José E. *Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XXI*. São Paulo: Garamond. 2006.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mario Riedl

A concepção associada ao conceito de “desenvolvimento regional” tem sofrido modificações significativas ao longo do tempo. Essas oscilações estavam diretamente associadas à crescente conscientização dos obstáculos representados pelas desigualdades regionais (*Ver Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais*) ao processo de desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*) e social (*Ver Verbete Desenvolvimento Social*). Como bem salientou Diniz (2009),

“A crise de 1929, ao provocar generalizada recessão econômica no mundo capitalista, colocou às claras o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados, às quais vinham se formando desde o século anterior, mas não eram explicitadas. A tomada de consciência dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução keynesiana e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, promoveram a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e o reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas” (NOVA ECONOMIA, 2009, p.228-229).

A conscientização das consequências perversas das desigualdades regionais e o entrave que representavam ao processo de desenvolvimento do país, fez com que a concepção original de desenvolvimento regional no Brasil estivesse atrelada à ideia de superação das desigualdades sociais extremas, regionalmente localizadas, com foco direcionado especificamente ao Nordeste brasileiro.

Como resultado concreto dessa visão política do desenvolvimento regional, criou-se, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para que essa política se tornasse mais abrangente, foi instituída, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Imediatamente, as demais regiões do país se organizaram para reivindicar concessões econômicas e fiscais similares. Dessa forma, já em 1967, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e no mesmo ano foi implantada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL).

Consequentemente, as repercussões econômicas e sociais de tal política, conforme preconizadas por Celso Furtado (1959), foram neutralizadas pela disseminação indiscriminada a todo o país do tratamento diferenciado às regiões subdesenvolvidas, perpetuando as desigualdades regionais. Posteriormente, as críticas às Superintendências Regionais, a alegada existência de corrupção e as

mudanças na concepção e no papel do Estado, levaram ao esvaziamento e posterior fechamento da maioria delas (mais tarde, algumas foram recriadas em novas bases).

Atualmente, a concepção de desenvolvimento regional sofreu uma significativa transformação, tornando-se um instrumento teórico e metodológico de análise das características microrregionais. Essa estratégia analítica, influenciada pelas diversas correntes teóricas neoliberais, tem o poder de produzir diagnósticos acurados da problemática regional e local (*Ver Verbete Desenvolvimento Local*), mas carece de uma visão mais ampla, globalmente articulada com a realidade socioeconômica do país e do planeta. Esse é um desafio que os diversos Programas de Pós-Graduação agrupados na Área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES vem enfrentando com relativo sucesso.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antônio Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, Fundação de Economia e Estatística do RGS (FEE), 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. In: Nova Economia, Belo Horizonte: UFMG, Vol. 19 (2), maio-agosto de 2009, p. 227-249

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento regional*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Jorge Luiz Amaral de Moraes

No Brasil, a partir da década de 1960, a modernização (*Ver Verbete Modernização*) da agricultura – quando o *rural-agrícola* cumpriu o seu papel funcional de fornecimento de trabalhadores, alimentos, matérias-primas, divisas e outros recursos para o setor *urbano-industrial* – provocou um grande fluxo de população, atraída pelas cidades e expulsa pela pobreza e pelo isolamento rural. Esse processo de migração rural-urbana acelerou o processo de *favelização* dos grandes centros urbanos, pois o setor urbano-industrial brasileiro não teve capacidade para absorver todo esse *excedente* de população rural. Mais recentemente, a agricultura foi se tornando multifuncional e o território rural começou a ser caracterizado pela diferenciação produtiva e por um processo de integração territorial dos setores, desacelerando o fluxo migratório em direção aos centros urbanos.

No debate brasileiro recente, como já acontecia na Europa desde a década de 1970, verifica-se uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do “rural” no desenvolvimento regional do país. Essas novas abordagens de estudo do desenvolvimento rural tendem a substituir a visão tradicional que descrevia o rural como sinônimo de agrícola e o urbano como base exclusiva dos setores industrial e de serviços.

Navarro (2001) entende o *desenvolvimento rural* como sendo também um campo multidisciplinar de produção de conhecimento, muitas vezes, divergentes entre si. Um exemplo disso é a quebra da fronteira setorial associada à noção de desenvolvimento rural que tratava como sinônimos o agrícola e o rural. Desde os anos noventa, o próprio significado do que é realmente o rural tem sido objeto de debate entre os pesquisadores e, em consequência disso, os seus conceitos tradicionais vêm sendo repensados. O que já é fruto desse debate é o abandono da identificação do rural como meramente agrícola e a pouca utilidade da dicotomia rural-urbano para as análises do desenvolvimento.

Na tentativa de estabelecer uma ponte hierárquica entre os significados de rural e local nos programas de desenvolvimento, Wanderley (2001) argumenta que os programas de desenvolvimento local, em vez de substituir o desenvolvimento rural, incorporam este como parte integrante, sem anular as particularidades de cada um. Acontece onde a diversidade e a proximidade são fontes de integração e cooperação e, ao mesmo tempo, de tensões e conflitos, configurando uma rede de relações recíprocas e complexas. A autora conclui afirmando que se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desen-

volvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural dessa sociedade, não pode supor o fim do rural (WANDERLEY, 2001). O desenvolvimento rural e o desenvolvimento local seriam as duas faces de uma mesma moeda.

A partir da década de 2000, começaram a surgir estudos baseados na abordagem territorial do desenvolvimento rural, na qual as perspectivas do *local* e do *endógeno* estão presentes. Neste ponto, é referência obrigatória o texto de Schejtman & Berdegú (2003), onde estes descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada no desenvolvimento territorial rural (DTR). Além da permanente preocupação com a pobreza rural, esses autores reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território e com mercados externos dinâmicos. Segundo eles, o desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a articulação dos atores locais, entre si e com os agentes externos relevantes.

Pensando na operacionalização do desenvolvimento territorial rural com a necessária consideração da participação social e das dinâmicas socioeconômicas de reprodução da agricultura familiar (*Ver Verbete Agricultura Familiar*), Schneider & Tartaruga (2005) levantaram a questão da utilidade e da adequação da abordagem territorial para o estudo dos processos sociais contemporâneos. Na tentativa de responder a esta questão, os autores defendem a possibilidade de se recorrer ao território como conceito e, ao mesmo tempo, aproveitar algumas sugestões que vêm da abordagem territorial para realizar a análise de processos de mudança social. Esta seria realizada por meio de um diálogo entre os conceitos analíticos da geografia econômica e o significado prático e instrumental das abordagens territoriais.

Ainda de acordo com Navarro (2001), a definição do que seja exatamente *desenvolvimento rural* tem variado ao longo do tempo, mas normalmente nenhuma das propostas conceituais deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento rural. O conceito de desenvolvimento rural alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento macroeconômico e a vida social, gradualmente, impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001). O autor afirma que o *desenvolvimento rural* é uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente ou território rural. Por isso, os diferentes níveis de governo sempre estiveram presentes em todas as propostas de desenvolvimento rural, como seu agente principal na elaboração de ações para implantar uma estratégia futura de desenvolvimento rural ou visando alterar realidades do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos.

Deste modo, seria possível passar a considerar o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações articuladas, locais e endógenas, nos territórios rurais. Dessa forma, esses territórios passam a ser interpretados como uma nova unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. In: Revista Estudos Avançados, v. 16, no. 43. São Paulo: USP, 2001.

SCHNEIDER, S. & TARTARUGA, I. G. P. *Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Jornadas de Intercambio y Discusión: El Desarrollo Rural en su Perspectiva Institucional y Territorial. Flacso, Argentina, Universidad de Buenos Aires/Conicet. 23-24 de junho de 2005.

WANDERLEY, M. N. B. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Jandir Ferrera de Lima

A ideia de desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*) pressupõe o avanço, ou seja, sair de uma situação de atraso ou fragilidade em direção a uma nova situação de melhoria, de progresso, de modernidade. Já a ideia de social pressupõe população, pessoas, gentes. Social difere do conceito de humano, que pressupõe no seu sentido físico o ser humano, o indivíduo e, num sentido mais abstrato, o afetuoso, o cordial e o sensível, por exemplo. O social está ligado ao coletivo, ao grupo.

Então, desenvolvimento social pressupõe o progresso, a melhoria e a modernidade da coletividade. Para isso, o processo de desenvolvimento deve ser capaz de modificar as estruturas sociais, o que implica em assimilar novas formas de vida (progresso) e a modernização dos padrões de consumo de forma inclusiva. Ou seja, a sociedade deve participar de forma harmônica e mais equitativa dos ganhos econômicos advindos do crescimento e do avanço do sistema produtivo. À medida que o modo de produção se transforma, a sociedade tem a oportunidade de participar e assimilar as transformações do sistema produtivo e as converter em ganhos coletivos.

Consequentemente, para Furtado (2011), o desenvolvimento é um processo que engloba o conjunto da sociedade por meio de métodos produtivos mais eficazes, na qual se articula com a ideia de riqueza e eficiência, e modifica a realidade social, reestruturando a sociedade e lhe dando acesso aos frutos do progresso.

Para Adam Smith (1982), a riqueza está relacionada a produção e acumulação de bens que a nação pode dispor para o conforto da população. A ampliação da riqueza deve permitir a manutenção dos improdutivos, a acumulação de capital e a organização do trabalho na estrutura produtiva. Produzir riqueza implica na reorganização da sociedade e na forma como a sociedade é alocada na estrutura produtiva. Ou seja, a ideia de riqueza está ligada diretamente às condições de vida da população e sua contribuição ao sistema produtivo. Nessa lógica, se não houver o desenvolvimento da sociedade, o processo de acumulação de capital, expansão do mercado e de novas formas de especialização produtiva serão comprometidos. Por isso, a produção de riqueza necessita de instrumentos eficazes de distribuição para um ganho mais equitativo da sociedade.

Numa visão estruturalista, o desenvolvimento puramente econômico implica no aumento do bem-estar material da população. Esse bem-estar material é garantido pelo aumento da renda *per capita* e pelo aumento da produtividade

(*Ver Verbete Produtividade*) do trabalho. Ora, se o desenvolvimento puramente econômico implica em atender ao bem-estar material, o desenvolvimento social condiz em atender o bem-estar social. Por isso, de pouco adianta um processo de desenvolvimento, seja ele qual for, que seja incapaz de modificar as estruturas sociais de forma benéfica à coletividade.

O desenvolvimento social exige a inclusão social ao longo do processo de desenvolvimento e crescimento econômico. Por isso, longos períodos de crescimento econômico, sem melhorias no acesso de diferentes grupos sociais a padrões mais elevados de renda e de qualidade de vida, não conduzem ao desenvolvimento social.

Nesses casos, a política social deve ser capaz de diminuir as desigualdades de renda e assegurar a inclusão social para efetivamente ampliar o desenvolvimento social. Como o processo de desenvolvimento capitalista é excludente por natureza, a ação de forças externas ao mercado se faz necessária para garantir melhores condições de vida à coletividade, por isso, a necessidade da política social. Frente a essa realidade, nota-se que o processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento é cumulativo. Ou seja, uma situação de exclusão social deve se perpetuar, pois ela se retroalimenta formando o chamado “círculo vicioso da pobreza”.

Conseqüentemente, forças externas ao círculo vicioso da pobreza devem se por em marcha para rompê-lo. O que significa que o Estado, por meio da política pública (*Ver Verbete Políticas Públicas*), ou as instituições sociais, por meio da mobilização e articulação social, possuem um papel essencial na garantia dos direitos individuais e coletivos, assegurando melhores condições de vida à população. Frente à possibilidade de mobilidade das forças sociais, o desenvolvimento social implica também em melhorar a ordem social, ou seja, o conjunto de instituições, suas regras e legislações, além do sistema de seguridade social, tributação e de garantia de direitos que compõem a sociedade.

A conjunção das forças que formam a ordem social determina a configuração do comportamento dos agentes econômicos e políticos em direção a uma distribuição mais equitativa dos resultados da produção e do progresso ao longo do tempo e do espaço. Em suma, o desenvolvimento social implica na mobilização constante da sociedade em prol dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril, 1982.

Outras Referências

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

TINBERGEN, Jan. *Desenvolvimento planejado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

Tânia Marques Strohaecker

Jorge Wilhelm, em seu livro *Cidades: o substantivo e o adjetivo* (primeira edição no ano de 1976), frisava a prioridade a ser dada ao que é essencial - o substantivo - em vez de se derivar para adjetivações que, por sua flexibilidade/plasticidade, ofuscam o que é fundamental, no caso específico, o desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*).

Apesar de todo o viés economicista ou ideológico que o substantivo *desenvolvimento* venha a suscitar, é consenso que esse conceito polissêmico tem em sua essência a noção de uma mudança processual de caráter qualitativo. Mas essa transformação positiva é direcionada para que e para quem? Nesse quesito é que as adjetivações *social* e *espacial* se mostram importantes para delimitar o campo teórico-metodológico.

A dimensão social (*Ver Verbete Desenvolvimento Social*) do desenvolvimento refere-se à perspectiva da justiça social, ou seja, da ampliação dos direitos para a maior parte da sociedade em suas diferentes dimensões: econômica, política, cultural e ambiental. A dimensão espacial do desenvolvimento resgata a natureza transformada pelas relações sociais, ou seja, “o espaço social é, ao mesmo tempo, um *produto* das relações sociais e um *condicionador* dessas mesmas relações” (SOUZA, 2005, p. 99), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Em síntese, o desenvolvimento socioespacial constitui-se em uma mudança processual de caráter positivo visando à justiça social e à melhoria da qualidade de vida para a maior parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

WILHEIM, Jorge. *Cidades: o substantivo e o adjetivo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mario Riedl

A discussão em torno da noção de sustentabilidade tem ocupado um largo espaço na academia e nos meios de comunicação. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na esteira das críticas formuladas à concepção do desenvolvimento, historicamente entendido como “crescimento econômico”.

A principal pressuposição embasando o conceito de desenvolvimento sustentável reside no reconhecimento de que o padrão de desenvolvimento predominante nas sociedades contemporâneas é totalmente insustentável, tanto do ponto de vista dos seus impactos econômicos e sociais, como, principalmente, da provável exaustão dos recursos naturais não renováveis.

A crescente conscientização da sociedade quanto às perversas consequências do padrão de desenvolvimento sobre o meio ambiente é resultado, em grande parte, de duas conferências mundiais sobre o meio ambiente, promovidas pela ONU. A primeira realizada em Estocolmo em 1972 e a segunda no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como “ECO-92”, que contou com a participação de mais de 35.000 pessoas.

A intervenção da ONU adquiriu intensidade com a criação, em 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. Essa comissão publicou, em 1989, o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, no qual aparece a definição de desenvolvimento sustentável mais difundida e aceita até os dias atuais, atribuída a Gro Harlem Brundtland, presidente da referida comissão. Esse conceito preconiza que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (BRUNTLAND, 1991, p. 46).

A principal crítica ao conceito está relacionada ao desconhecimento e imprevisibilidade das necessidades das gerações futuras. O argumento consiste em que, graças ao inesgotável avanço das inovações tecnológicas, as gerações futuras provavelmente não dependerão dos recursos naturais não renováveis, imprescindíveis no atual estágio de desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*). Em outras palavras, por que as gerações atuais deveriam frear ou limitar a satisfação de suas necessidades, utilizando parcimoniosamente os recursos naturais disponíveis, quando no futuro essas fontes de energia poderão ser totalmente substituídas por outras inimagináveis na atualidade?

O argumento, entretanto, ignora as nefastas consequências sobre o meio ambiente do atual padrão de desenvolvimento. Os crescentes níveis de poluição a nível mundial e o inegável processo de aquecimento global, observado nas últimas décadas, tornam a concepção de desenvolvimento sustentável um tema de discussão permanente e necessário.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2ª edição, 1991.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável – necessidade e/ou possibilidade?* Santa cruz do Sul: Edunisc, 2ª edição, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2004.

KRONEMBERBERGER, Denise. *Desenvolvimento local sustentável – uma abordagem prática*. São Paulo: Ed. SENAC, 2011

MAWHINNEY, M. *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*. São Paulo: Loyola, 2005.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Bibliografia recomendada:

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020d.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F. (*in memoriam*); WITMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2010. p. 175-213.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida

A abordagem territorialista sobre desenvolvimento surge em meados de 1970, num contexto macroeconômico marcado pela expansão abrupta da taxa de desemprego e a desaceleração das taxas de crescimento, que chegava a comprometer os pressupostos do anterior modelo funcionalista. Trata-se de uma crítica às perspectivas do desenvolvimento, sustentadas na maximização das oportunidades econômicas, entendidas como sendo anteriores às estratégias dos atores e fatores socioculturais do meio atingido. Assim sendo, a dinâmica territorial do desenvolvimento sustentaria suas fontes de conhecimento nos recursos que são específicos de um determinado quadro socioeconômico, numa dinâmica ancorada territorialmente. A perspectiva territorialista passa a considerar o território (*Ver Verbete Território*) sujeito ativo do desenvolvimento, com o que a noção de espaço começa a configurar-se como variável estratégica. Este modelo de desenvolvimento tenderia a acentuar a inovação social, política e institucional (SANTOS, 2009).

As análises da experiência dos distritos industriais italianos resultaram numa das primeiras abordagens territorialistas, seguidas das análises sobre meio inovador. Com uma obra seminal, Bagnasco (1988) se referia à construção social do mercado, para demonstrar que o mercado não seria construído graças a uma mão invisível ou mágica, mas de formas específicas de interação social, da capacidade (*Ver Verbete Análise das Capacidades*) dos indivíduos, das empresas e das instituições locais em promover interações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança, construídos historicamente.

No Brasil, a discussão sobre a abordagem territorial iniciou muito focada nos espaços rurais. Para Abramovay (2010), a abordagem territorial ganhou impulso a partir da década de 1980, com base na literatura neomarthalliana. Segundo o autor, a associação entre território e desenvolvimento favoreceu o avanço nos estudos das regiões, em especial as rurais, em vários aspectos: (i) ao abandonar um horizonte estritamente setorial; (ii) ao permitir que se relativizasse a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento; (iii) ao evidenciar que o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas; (iv) ao colocar ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Assumir essa associação entre território e desenvolvimento implica em que se dê primazia ao uso do conceito desenvolvimento territorial. Não se trata, portanto, de um modismo, ou simplesmente um conceito análogo, conforme reafirma Rallet (2007):

Desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial são duas noções distintas. Elas remetem a duas maneiras diferentes de apreender os espaços geográficos na sua relação como o desenvolvimento econômico... O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma captura e por redes sociais que desenham suas fronteiras... A iniciativa surge menos de uma instância de planificação do que de uma mobilização das forças internas (RALLET, 2007, p.80).

Rallet (2007) ainda entende que o desenvolvimento territorial compreende implicitamente a sustentabilidade, logo seria desnecessária a utilização do termo desenvolvimento territorial sustentável. Admitir a sustentabilidade do desenvolvimento representa o reconhecimento das suas múltiplas dimensões: a social, cultural, econômica, política, além da ambiental.

Enquanto isso, para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território. Deste modo, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, sendo uma construção social e histórica que faz parte da dinâmica territorial. Tais reflexões reafirmam posicionamento quanto à concepção sobre desenvolvimento territorial expresso em Dallabrida (2015):

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população⁷ (DALLABRIDA, 2015, p.325).

Alguns elementos constitutivos da concepção sobre desenvolvimento territorial aqui expressa merecem rápidos comentários, conforme destacado em Dallabrida (2016). Primeiro, o desenvolvimento é compreendido como um processo, não uma etapa ou estágio. Segundo, trata-se de um processo situado histórica e territorialmente, assim, não é adequado referir-se a estados federados ou países desenvolvidos (ou subdesenvolvidos), tratando-se estes, portanto, de constructos teóricos falaciosos. Terceiro, quando nos referimos ao desenvolvimento territorial, tem-se claro que tais processos não estão sustentados apenas na dinâmica territorial, mas integram-se em dinâmicas intra, extra e supraterritoriais. Quarto, processos de desenvolvimento são resultado de ações que se originam na dinâmica territorial, pela potenciação, uso, aproveitamento, dos seus recursos e ativos territoriais.

E o mais importante: são fundamentais, da mesma forma e na mesma intensidade, recursos e ativos materiais ou imateriais, genéricos e específicos, sem desconsiderar que os imateriais e específicos, na contemporaneidade, recebem cada vez maior destaque como uma vantagem diferenciadora dos territórios no processo de competitividade global. Por último, o objetivo finalístico dos processos de desenvolvimento territorial é a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população, sem o que, não se pode falar em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Para uma teoria dos estudos territoriais*. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P (Orgs.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Subsídios para uma apolítica de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 27-47.

BAGNASCO, A. *La costruzione sociale del mercato*. Studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia. Bologna: Il Mulino, 1988.

DALLABRIDA, V. R. *Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática*. **Análise Social**, v. L (2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. *Território, governança e desenvolvimento territorial: indicadores teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, 2016.

JEAN, B. *Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais*. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 49-76.

PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. **Raízes**, Vol. 24, N. 1 e 2, p. 10-22, jan.-dez./2005.

SANTOS, D. *Teorias de inovação de base territorial*. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (coords.). **Compêndio de Economia Regional**. 1a. ed. Cascais (Portugal): Princípia Editora Ltda., 2009, p. 319-352, (Vol. 1).

Outras referências:

BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

CAZELLA, A. A. *As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa*. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan/abr. 2008.

DESENVOLVIMENTO URBANO

Rogério Leandro Lima da Silveira

A expressão desenvolvimento urbano, para o senso comum, designa muitas vezes, o entendimento de que o mesmo se refere ao crescimento urbano ou à expansão material, tanto horizontal quanto vertical da cidade no espaço geográfico. Outra ideia muito difundida é relacioná-lo ao processo de modernização (*Ver Verbete Modernização*) do espaço urbano e do sistema de transporte, à ampliação e diversificação das suas atividades econômicas, ou ainda ao embelezamento, remodelação ou a renovação de algumas áreas na cidade.

De acordo com Souza (2008), nessas perspectivas, o desenvolvimento urbano é pensado tendo por base o desenvolvimento estritamente econômico, como resultado de um processo de crescimento econômico e de modernização tecnológica, e acabam esquecendo muitas vezes de considerar os custos ambientais e sociais de tais “progressos”, além da seletividade social e espacial como ocorrem na cidade. Ainda para Souza (2008), o desenvolvimento urbano que importa buscar não deve ser apenas o econômico, mas também o socioespacial (*Ver Verbete Desenvolvimento Socioespacial*), no sentido de possibilitar a mudança das relações sociais e da organização do espaço na cidade, buscando promover e ampliar a inclusão e a justiça social, a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a coesão territorial.

Nessa mesma direção, Landa (1976) também assinala que o desenvolvimento urbano é o processo de adequação e ordenamento territorial (*Ver Verbete Ordenamento Territorial*), através do planejamento urbano dos aspectos ambientais, econômicos e sociais da cidade. Tal processo, também implica a expansão material e demográfica, o aumento das atividades produtivas, a elevação das condições socioeconômicas da população, a conservação e melhoramento do meio ambiente e a manutenção das cidades em boas condições de funcionamento.

Pensar o desenvolvimento urbano na contemporaneidade requer igualmente pensá-lo e implementá-lo numa perspectiva sustentável. A esse respeito a Agenda 21, celebrada na Conferência Mundial do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, estabeleceu um conjunto de diretrizes em prol de cidades mais sustentáveis, como: a) densidades urbanas mais elevadas e forma urbana compacta; b) usos urbanos diversificados; e c) adoção do sistema de transporte coletivo, em detrimento do transporte individual. (NOBRE, 2004).

Por fim, cabe também destacar que o desenvolvimento urbano deve buscar alcançar o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais que estruturam e dinamizam o espaço intraurbano da cidade e deve ser concebido e

implementado de forma integrada e articulada com o desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*), valorizando as interrelações e as interações territoriais existentes entre a cidade e sua zona rural imediata, bem como entre ela e as demais cidades e áreas rurais com as quais se articula no território regional.

REFERÊNCIAS

LANDA, Horacio. *Terminología de urbanismo*, México, CIDIV-INDECO; 1976.

NOBRE, Eduardo A. C. *Desenvolvimento urbano e sustentabilidade: uma reflexão sobre a Grande São Paulo no começo do século XXI*. NUTAL, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DESERTIFICAÇÃO

Flávio Rodrigues do Nascimento

A Desertificação é um dos maiores problemas ambientais (humanos e físicos) verificados no Mundo e de primeira magnitude, atingindo praticamente todos os continentes. É comprometedora da segurança ambiental global, notadamente as seguranças climática, hídrica e alimentar (Ver Verbete Segurança Alimentar), que se evidencia na superfície terrestre de maneira diferenciada, em grau e abrangência. As zonas tropicais compreendem as áreas mais problemáticas nesse sentido.

Inicialmente, foi aceito o seguinte entendimento pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA sobre Desertificação: os ecossistemas (Ver Verbete Ecossistema) áridos ou subúmidos são empobrecidos em razão da sinergia associativa das atividades humanas e da seca. Tais mudanças podem ser mensuradas pelo declínio da produtividade e da diversidade biológica, pelo esgotamento crescente dos solos e pelos riscos conduzidos pelos contingentes populacionais. Ou seja, é a diminuição ou destruição do potencial ecológico da Terra que poderá culminar, definitivamente, em condições desérticas.

Em sua definição oficial promulgada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Conferência do Rio ou Eco' 92, a Agenda 21, em seu Capítulo 12.2, advoga que para o manejo de ecossistemas frágeis, na luta contra a desertificação e a seca, aquele fenômeno deve ser entendido como: “Degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas, resultantes de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”.

O PNUMA considerou a partir da definição oficial de desertificação, as áreas susceptíveis ao problema tomando por base a classificação zonal e de classes climáticas definidas pelo Índice de Aridez. A definição de aridez baseada na razão entre a Precipitação e a Evapotranspiração Potencial (P/ETP) estabelecida pela ONU, em 1977, em seu Plano de Ação de Combate à Desertificação, foi publicado no trabalho *Map of the world distribution of arid regions*, elaborado pela Unesco, em 1979. Este considera Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD'S) as de clima árido, semiárido e subúmido seco. Ou seja, as Terras Secas.

Atualmente, o Índice de Aridez é mais conhecido como fórmula de Thornthwaite, a partir da qual o PNUMA elaborou o Atlas Mundial de Desertificação, definindo áreas de risco e servindo de parâmetro mundial com o estabelecimento das seguintes classes climáticas: hiperárido < 0,03; árido 0,03–0,2; semiárido 0,21–0,50; subúmido seco 0,51–0,65; subúmido úmido >0,65 (ou seja, apresen-

ta ausência de aridez). No que diz respeito às ASD'S, o enquadramento segue esta ordem: susceptibilidade muito alta 0,05–0,20; alta 0,21–0,50; moderada 0,51 a 0,65. Isto significa que, grosso modo, quanto mais seca a área, mais susceptível ela será à desertificação.

As zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas correspondem àquelas nas quais a proporção entre a Precipitação média/ano e a Evapotranspiração Potencial (ETP) é superior ou igual a 0,05 ou inferior a 0,65, e a temperatura média anual excede zero graus Celsius.

A concepção de desertificação como diminuição do potencial biológico da Terra foi, então, ratificada e especificada pela Organização Mundial de Meteorologia, utilizando o índice de Aridez (UNEP, 1995).

Entretanto, permeada por jargões e clichês, escalas temporais, causas e efeitos distintos a desertificação precisa ser mais bem compreendida. Para isto, uma distinção importante é a entre desertização x desertificação: afirma-se que esses termos não são sinônimos, ao tempo que o primeiro trata da formação natural de biomas de desertos, ditos físico-ecológicos. Enquanto desertificação responde por alguns efeitos da degradação ambiental (com ação humana associada).

Para além disto, na literatura nacional e internacional, foram constatadas 59 conceituações sobre O fenômeno da desertificação (NASCIMENTO, 2013). Algumas ambíguas, outras generalistas; outras responsabilizavam os fatores humanos e climáticos que ao agirem concomitantemente, desencadeariam a desertificação. Segundo outras, apenas os fatores socioeconômicos degradacionais da terra são relevantes. Sem esquecer-se, daquelas que consideram a definição oficial.

Em todas, é consenso que os aspectos de degradação dos recursos naturais, notadamente o ressecamento dos solos e a destruição da cobertura vegetal, variam de ecozonas climáticas áridas a subúmidas secas. Estes aspectos denotam a dimensão da complexidade do problema em suas faces acadêmica e científica, política, social, cultural, ambiental, temporal, falaciosa e sensacionalista. Só para citar as mais importantes.

Deste modo, Nascimento (2013) define desertificação como um fenômeno consequente da degradação ambiental (física e/ou humana) e pode ter relação ou não com manifestações de mudanças climáticas (Ver Verbete Mudanças Climáticas). Os impactos de ordem socioeconômica ou os provenientes da própria dinâmica natural das Terras Secas, ou mesmo os dois fatores agindo concomitantemente, podem, sinergicamente, açodar o agravamento dos problemas ambientais, provocando degradações percebidas em ulcerações, concentradas ou difusas, nas paisagens (Ver Verbete Paisagem) vulneráveis ao desenvolvimento de tal problema.

No Brasil ocorrem problemas desta ordem, destacando-se a Região Nordeste, principalmente no Semiárido, onde o marco fundamental para esta dis-

cussão tem como referência o Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil.

Seu objeto de atuação são as Áreas Suscetíveis a Desertificação (ASD's), referindo-se as Áreas Semiáridas e Subúmidas Secas, as Áreas de Entorno das Áreas Semiáridas e Subúmidas Secas que ocorrem em algumas áreas do norte mineiro e capixaba, no Maranhão e, principalmente, no Nordeste seco (Brasil, 2004). Para além do Brasil, no mundo, os principais países atingidos são: Portugal, Namíbia e China.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Francisco.G.S. ; AGUIAR, A.P.D.; ALVALÁ, R.C.S. ; GIAROLLA, A.; BEZERRA, Karina. R.A.; LIMA, P.V.P.S.; NASCIMENTO, Flávio.R. ; ARAI, E.. **Analysis of areas undergoing desertification, using EVI2 multi-temporal data based on MODIS imagery as indicator.** *Ecological Indicators*, v. 117, p. 106579, 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-BRASIL.** Edição Comemorativa dos 10 anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – CCD. Brasília: MMA, 2004b. 225p.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. O fenômeno da desertificação. Goiânia: Cegraf/UFGO. 243p.

NASCIMENTO, Flávio. R. **Os semiáridos e a desertificação no Brasil.** Rede: Revista Eletrônica do Prodepa, v. 9, p. 7-26, 2015.

NASCIMENTO, Flávio. R. do. **A desertificação como consequência da degradação ambiental.** In: Jorge L. Barbosa e Ester Limonad. (Org.). Ordenamento territorial e ambiental. 2ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 2, p. 267-292.

PEREIRA, José. I.; NASCIMENTO, Flávio. R. do. **Focusing on the Susceptibility to Desertification in Chicualacuala, Republic of Mozambique.** In: Huan Yu. (Org.). International Research in Environment, Geography and Earth Science. 1ed.Inglaterra: Book Publisher Internacional, 2020, v. 5, p. 18-29.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *News of Interest.* In: *Desertification Control Bulletin: A Bulletin of World Events In: The Control of Desertification, Restoration of Degraded Lands and Reforestation*

on. Number 27. United Nations Environment Programme (UNEP). 1995. p.93-96.

VIEIRA, RITA M. DA S. P.; SESTINI, MARCELO F.; TOMASELLA, JAVIER; MARCHEZINI, VICTOR ; PEREIRA, GUILHERME R.; BARBOSA, ALEXANDRE A. ; SANTOS, FABRÍCIA C.; RODRIGUEZ, DANIEL A. ; NASCIMENTO, FLÁVIO R. do ; SANTANA, MARCOS O.; BARRETO CAMPELLO, FRANCISCO C. ; OMETTO, JEAN PIERRE H. B. **Characterizing spatio-temporal patterns of social vulnerability to droughts, degradation and desertification in the Brazilian northeast.** Environmental and Sustainability Indicators, v. 5, p. 100016-9, 2020.

OUTRAS REFERÊNCIAS

CONTI, José B. A desertificação como forma de degradação ambiental. In: Ribeiro, W. da (Org.). **Patrimônio ambiental do Brasil.** São Paulo, Edusp. Imprensa Oficina do Estado de São Paulo. p.167-190.

PEREIRA, José. I.; NASCIMENTO, Flávio. R. **Susceptibility to desertification in Chicualacuala, Republic of Mozambique.** International Journal of Geosciences, v.07, p. 229-237, 2016.

_____. **Panorama da desertificação em Chicualacuala, Moçambique (África Austral).** Mercator (Fortaleza. Online), v. 12, p. 155-170, 2013.

DESIGUALDADES E DIVERSIDADES REGIONAIS

Carlos Águedo Paiva

A despeito de sua aparente simplicidade, a categoria “desigualdades regionais” é objeto de frequente e recorrente incompreensão. E isto porque muitos autores e intérpretes das questões regionais confundem “desigualdade” com “diversidade”.

As regiões são diversas por definição, ou seja, a diversidade lhes é imanente. Afinal, uma região é definida justamente pelas suas particularidades e diferenças *vis-à-vis* as regiões adjacentes. Na realidade, a diversidade é imanente ao espaço em geral e ao espaço terrestre em particular, de sorte que há diversidade inclusive no interior de uma determinada região, a despeito da unidade que a define e a diferencia das demais. Uma região é definida por uma (ou mais) característica(s) comum(ns): uma determinada especialização produtiva (a região calçadista, a região vitivinícola, etc.), um certo padrão geofísico (o Pampa, a Serra, etc.), a comunhão étnica e cultural de seus colonizadores (a região alemã, a região italiana, a região açoriana, etc.), um certo padrão fundiário e/ou de gestão da produção agrícola (latifúndio, minifúndio, agricultura familiar, agricultura empresarial, etc.).

Mas os elementos que definem a região, que lhe garantem unidade objetiva, não anulam suas diferenças internas, sejam elas naturais – altitude e declividade dos terrenos, estrutura fluvial, acessibilidade a recursos hídricos subterrâneos, etc. – sejam as ainda mais importantes diferenças artificiais, criadas pela intervenção humana – as áreas urbanas e rurais, a hierarquia e a distribuição de funções entre os distintos polos urbanos, a distribuição geográfica dos equipamentos viários (rodovias, ferrovias, aeroportos, portos), o planejamento e regimento das funções produtivas no território (distritos industriais, áreas de exploração agrícola, áreas de preservação ambiental, etc.).

Em suma: a diversidade é imanente ao espaço e é exponenciada pela intervenção humana sobre o mesmo. É a diversidade frente as demais que define as regiões homogêneas e seus limites. E o elemento de homogeneidade que define e empresta unidade a cada região não suprime a diversidade interna à mesma.

Mas se a diversidade regional é impositiva e necessária, a desigualdade regional é contingente, desnecessária e perversa. Uma analogia facilita a compreensão deste ponto. A diversidade de gênero - homem e mulher, masculino e feminino – não é apenas impositiva: é rica, é plural, é poli crômica. Afinal, o masculino e o feminino são irredutíveis aos cromossomos “y” e “x” e às diferenças anatômicas de ordem sexual; todos os seres humanos comportam distintas e

complexas combinações de masculinidade e feminilidade que peculiarizam e individualizam cada ser humano. *Et vive la différence*, como dizem os franceses. Mas se a **diversidade** de gêneros é bela e rica, ela não implica necessariamente em **desigualdade** de direitos e possibilidades de inserção e realização social, profissional e política. **A luta feminista e GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) contemporânea é, exatamente, a luta pelo direito à diversidade de gêneros e à igualdade de direitos e oportunidades para os mesmos.**

Igualmente bem, a diversidade regional não precisa e não deve implicar em desigualdade regional. Na verdade, a luta contra as desigualdades regionais é uma luta pelo direito à diversidade. O que se busca é (senão eliminar, pelo menos) reduzir ao mínimo as diferenças no plano do acesso aos direitos universais: educação, saúde, qualidade de vida e renda equivalente para trabalhos equivalentes. E a importância desta luta encontra-se no fato de que **a diversidade regional pode, eventualmente, se desdobrar não apenas em desigualdade, mas em um processo de desigualação crescente.** Isto ocorre quando regiões distintas, mas integradas ingressam em processos de “causação circular cumulativa” (MYRDAL, 1972).

Imaginemos duas regiões de um mesmo país denominadas “A” e “B”. Imaginemos que, por determinações contingentes e fortuitas (por exemplo: pelo crescimento da demanda por sua base de exportação; conforme verbete Teoria da Base de Exportação), a região A passe a apresentar taxas de crescimento muito superiores à região B. Para responder à elevação da demanda por seus produtos, a região A eleva a demanda por mão-de-obra, o que resulta na elevação dos salários nominais e reais *vis-à-vis* os salários pagos na região B.

O diferencial de salários induz a migração de trabalhadores de B para A. Mas esta migração não é aleatória; há um custo em migrar associado à perda de uma inserção profissional garantida em B em troca de uma inserção provável mas incerta em A. Um custo que é tão menor quanto maior a qualificação do trabalhador. O resultado é que a grande maioria dos migrantes será composta por trabalhadores altamente qualificados, fazendo emergir um diferencial de qualificação e produtividade entre os trabalhadores das duas regiões.

Com a elevação do emprego e da renda na região A, também crescerá o mercado interno deste território (*Ver Verbetes Território*), com a emergência de novas possibilidades de empreendimento. Estas oportunidades atrairão empreendedores da região B para a região A, os quais realizarão investimentos em A, ampliando a demanda por equipamentos e bens de produção das firmas sediadas neste território e alimentando uma onda secundária de crescimento.

Ao longo deste processo, os mercados internos das duas regiões entrarão em rota divergente, ampliando a atratividade de A frente a B para a realização de investimentos privados e públicos. A melhoria e modernização da infraestrutura de A ampliará ainda mais a atratividade desta região frente a B. Na ausência de

mediação pública, a tendência será a reversão da economia de B, que passará a contar com uma mão-de-obra relativamente desqualificada, empresariado pouco inovador, equipamentos públicos (rodovias, ferrovias, aeroportos, portos) obsoletos e serviços básicos de educação e saúde de baixa resolutividade.

Uma parcela não desprezível de cientistas regionais reconhece a tendência à causação circular cumulativa, mas – por adotarem uma perspectiva crítica com relação à eficiência, eficácia e efetividade do planejamento e intervenção públicos - defende o ponto de vista de que os custos de qualquer intervenção são maiores do que seus benefícios. Esta perspectiva muitas vezes é associada com a (pseudo) defesa de sustentabilidade ecológica das regiões tornadas periféricas e em crescente abandono. Do nosso ponto de vista, esta leitura está baseada num equívoco essencial: a desconsideração dos desdobramentos perversos – inclusive no plano da sustentabilidade ecológica – da hipertrofia de A. A despeito do que se poderia pretender numa leitura superficial, o drama da causação circular cumulativa não se reduz à crescente periferação de territórios de grande potencial produtivo, que perderam atratividade por determinações contingentes. Problema ainda maior é a hipertrofia e superexploração dos recursos de A.

E isto porque, a partir de um certo momento, as economias externas de aglomeração são subvertidas, transformando-se em deseconomias de escala. Esta situação é claramente perceptível, hoje, nas megalópoles globais. No Brasil, a cidade de São Paulo é a expressão maior da baixa qualidade de vida associada à hipertrofia metropolitana. A poluição, o estresse, a violência urbana, os tempos e custos de deslocamento são apenas algumas dentre inúmeras outras evidências de as regiões “ganhadoras”, ao fim e ao cabo, são tão prejudicadas pelos processos de causação circular cumulativa quanto as regiões “perdedoras”.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- FURTADO, C. *et al.* [1959]. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste: Documento do GTDN. *Revista Econômica do Nordeste*. Vol. 28, n. 4 (out/dez), 1997.
- GONÇALVES, M. F. *et al* (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.
- MYRDAL, G. [1957] *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1972.
- PAIVA, C. A. *Introdução*. In: PAIVA, C. A. (org.). *Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

DIETAS SAUDÁVEIS

Marcio Gazolla

Quando se fala em dietas, todos já devem ter ouvido falar de estórias mirabolantes, de variados tipos delas: do amido, da carne, ficar sem comer por algum período, dieta da água, do carboidrato, dentre outras invenções humanas, muitas delas sem embasamento científico em áreas do conhecimento importantes como a de Segurança Alimentar (Ver Verbetes Segurança Alimentar) e Nutricional (SAN). Isto ocorre devido a cacofonia alimentar, a existência de vários discursos nos sistemas alimentares, muitos sem base em conhecimentos científicos e, outros, de atores poderosos e com interesses privados (sem preocupações com a saúde e a sustentabilidade), em comercializar seus produtos aos consumidores, como é o caso da grande indústria alimentar. Estas narrativas cacofônicas, acabam mais por confundir, do que esclarecer os consumidores sobre o verdadeiro valor nutricional e biológico dos alimentos (CANESQUI; DIEZ GARCIA, 2005; LANG; HAESMANN, 2009).

Historicamente os sistemas alimentares desenvolveram-se com tendências a industrialização de alimentação (excessos de sal, açúcares e gorduras), a partir de cadeias produtivas e comerciais longas, com grande grau de complexidade na intermediação das transações e posse dos alimentos e predominância de atores poderosos nos mercados alimentares, tanto nacionais como internacionais (PLOGEG, 2008). Estas características dos sistemas de provisão de alimentos a população mundial, desenraizou-os dos locais e territórios, gerando alimentos alienígenas e sem identidade (de fora do local e da cultura culinária das populações). Assim, esta forma histórica de construção dos sistemas alimentares, minimizou processos mais saudáveis e sustentáveis de produção-distribuição-consumo de alimentos, por exemplo, os que ocorrem a partir de cadeias curtas alimentares e com os alimentos ecológicos provenientes de agricultores familiares e pequenos empreendimentos de economia solidária (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Este contexto, contribuiu para a retomada da discussão acadêmica a partir dos anos 1990 da importância das estratégias alternativas de alimentação, destacando-se na virada do século XXI, a construção da noção das dietas saudáveis para o entendimento dos processos sociais de consumo alimentar. Embora existam outras formas de definir o consumo de alimentos e os diferentes tipos de consumidores ativistas, como se abordou em outro capítulo desta obra, com as noções de consumo reflexivo, político/politizado e sustentável, parece que a noção de dietas saudáveis tem sido mais aceita e qualificada, angariando adeptos e possuindo maior repercussão tanto entre cientistas, quanto entre organiza-

ções internacionais preocupadas com a alimentação da população, como é o caso da FAO - órgão das Nações Unidas (ONU) responsável pela Agricultura e Alimentação e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo a FAO (2016) embora não haja nenhum “índice global de qualidade de dieta”, existe um consenso geral sobre o que uma dieta saudável ou de alta qualidade deve conter: uma diversidade de alimentos saudáveis que oferecem níveis de energia apropriados para a idade, gênero, estado de saúde e atividade física, além de micronutrientes essenciais. Neste sentido, a definição da OMS de uma dieta saudável enfatiza a importância de iniciar hábitos alimentares saudáveis na infância (especialmente através da amamentação) e limitar o consumo de açúcares livres e sal. Aconselha-se o consumo de muitas frutas, legumes, verduras, grãos integrais, fibra, frutos secos e semente, com limitações de açúcares, alimentos e bebidas açucaradas, carnes processadas e sal, além da substituição das gorduras saturadas e trans industriais por gordura insaturadas.

Outra organização internacional importante que lançou em 2019 um relatório sobre a alimentação e as dietas saudáveis é a Comissão EAT Lancet. Segundo a Comissão EAT Lancet (2019) uma dieta saudável deve otimizar a saúde, definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças. Afirma ainda que a dieta saudável deve fornecer um ótimo consumo calórico e consiste na diversidade de alimentos à base de plantas, baixas quantidades de alimentos de origem animal, contêm gorduras não saturadas e quantidades limitadas de grãos refinados, alimentos altamente processados e açúcares. A referida comissão ainda argumenta que a transformação para dietas saudáveis da população mundial, até 2050, exigirá mudanças substanciais, incluindo mais do que o dobro do consumo de alimentos como frutas, vegetais, legumes e nozes e, uma redução de mais de 50% no consumo de alimentos como açúcares e carne vermelha.

Segundo Dekker et al (2020) para implementar a ideia de dietas saudáveis propostas no EAT Lancet e atingir também os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em que vários ODS tem ligações com o campo da alimentação, são necessárias transformações nos sistemas alimentares em quatro direções: a) a produção de alimentos deve voltar-se a qualidade e não mais somente para a quantidade como historicamente aconteceu; além de serem alimentos provenientes de processos sustentáveis de produção-distribuição-consumo; b) os alimentos devem fornecer saúde para quem os consome e imunizar de forma resiliente o organismo humano (aumentar a resistência orgânica para doenças, por exemplo, o Covid-19 e fornecer os nutrientes necessários a nutrição corporal); c) a alimentação deve sofrer uma transição radical, indo do consumo de produtos industrializados para os alimentos baseados na cultura alimentar dos locais e regiões (Ver Verbete Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)), es-

tando de acordo com os bons hábitos alimentares das populações; d) O Estado deve se preocupar como os atores sociais mais pobres e marginalizados irão acessar alimentos saudáveis de forma justa e igualitária.

Sonnino (2019) é uma autora que têm desenvolvido o tema em nível internacional e que entende que o termo dieta sustentável é mais adequado. Segundo a autora, uma dieta sustentável é aquela que possui baixo impacto ambiental nos recursos do planeta agora e no futuro, sendo baseada no respeito à biodiversidade, ecossistemas e bem-estar animal, contribuindo para uma dieta nutritiva, acessível e culturalmente apropriada que promova uma vida saudável para todos. Adicionalmente, a autora ressalta que esta definição destaca a conexão entre os múltiplos impactos dos alimentos na saúde humana e na saúde ambiental (Ver Impactos Ambientais), incluindo as mudanças climáticas (Ver Verbete Mudanças Climáticas).

Autores brasileiros, como Triches (2020), reafirmam estes elementos e ideias internacionais em torno da noção de dietas saudáveis e sustentáveis, ressaltando a complexidade do tema e que a noção poderia ser melhor compreendida pelas suas cinco dimensões que são interligadas. As dimensões seriam a da saúde, economia, sociedade, meio ambiente e agricultura de um sistema alimentar sustentável. As dietas sustentáveis dialogariam com essas dimensões, quando se argumenta que devam ser culturalmente aceitáveis (dimensão social); acessíveis e justas (dimensão econômica); seguras, nutritivas e saudáveis (dimensão da saúde); protetivas e respeitadoras da biodiversidade e dos ecossistemas (dimensão ambiental) e provenientes de uma agricultura sensível a nutrição e sustentável (dimensão da produção).

Por fim, a agenda de pesquisa em dietas saudáveis deve ser motivada no Brasil, pois ainda são poucas as investigações que se dirigem nesta direção, tanto nos espaços rurais, como no urbano e nos programas de desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional). O ponto de partida poderia ser em duas direções: a) Verificar se as dietas saudáveis são mais sustentáveis em cadeias curtas de abastecimento ou nas longas, em quais produtos e alimentos, conforme estudos já desenvolvidos na União Europeia (BRUNORI, 2016; CLARK; TILMAN, 2017); b) Qual o custo das dietas saudáveis vis-à-vis outros tipos de dietas, por exemplo, as provenientes da agricultura modernizada ou mesmo as da indústria de alimentos superprocessados? Estas são duas questões bastante instigantes para avançarmos nesta agenda de pesquisa no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRUNORI, Gianluca et al. Are local food chains more sustainable than global food chains? Considerations for assessment. **Sustainability**. v. 8, 2016.

CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CLARK, M.; TILMAN, D. Comparative analysis of environmental impacts of agricultural production systems, agricultural input efficiency and food choice. **Environmental Research Letters**. 12, pp. 1-12, 2017.

COMISSÃO EAT LANCET. Dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis. **Relatório Sumário da Comissão EAT-Lancet**. 2019, 32p.

DEKKER, S. C. et al. Towards healthy planet diets: a transdisciplinary approach to food sustainability challenges. **Challenges**. 2020, 11, 21, 19p.

FAO. **Sistemas alimentares e dietas**: Como enfrentar os desafios do século XXI. Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. Londres: Reino Unido, 2016.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. (ORGs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2017, 523p. (Série Estudos Rurais).

LANG, Tim; HEASMAN, Michael. **Food wars**: the global battle for mouths, minds and markets. London: Earthscan. 2009.

PLOEG, van der Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS. 2008, 372p. (Série Estudos Rurais).

SONNINO, Roberta. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**. v. 24, n. 1, p. 14 - 29, janeiro-abril, 2019.

TRICHES, Marcia Rozane. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, pp. 881-894, 2020.

DIFUSÃO ESPACIAL

Jandir Ferrera de Lima

As disparidades socioeconômicas e a polarização são uma realidade nas economias regionais. E essas disparidades não surgem por acaso, pois são resultados da dinâmica do sistema econômico e das mudanças espaciais na localização das atividades produtivas, que surgem pela difusão do processo de desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*) no espaço.

A difusão espacial é o fenômeno da propagação no espaço, seja de indivíduos, atividades produtivas, informação, inovação ou outras transformações significativas ao longo do tempo. Ela pode ser de ordem material ou imaterial, pois reflete transformações físicas quanto de ordem comportamental. A difusão necessita da existência de um emissor e de um receptor. No caso da economia regional, para se iniciar um processo de difusão espacial se deve ter um polo, que assume o papel de núcleo emissor, e uma periferia capaz de receber e adotar as transformações estimuladas e produzidas na difusão. A periferia, no caso, assume o papel de receptor. Nesse processo, a troca entre polo e periferia pode ser altamente desigual, incorrendo em distorções no perfil de progresso econômico e social desses espaços.

Frente ao exposto, a compreensão das disparidades econômicas implica em conhecer as mudanças no espaço conduzidas ao longo do processo de difusão espacial. Porém, nas ciências humanas e sociais, uma parcela significativa dos estudos se contenta em analisar a difusão espacial apenas como um processo de dispersão de inovações, de seres vivos, de infecções, de línguas, etc. Mais e mais se faz necessário introduzir o fator tempo e observar como se comporta a divisão social do trabalho durante o processo de difusão espacial do desenvolvimento capitalista, em especial entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nas regiões desenvolvidas, a difusão da transformação industrial é mais longa e extensiva. Nas regiões subdesenvolvidas, a difusão é mais curta e concentrada. Ou seja, o processo de difusão espacial ainda demanda análises empíricas focando particularidades da relação centro-periferia (DAUPHINÉ, 1999; FERRERA DE LIMA, 2010).

A difusão espacial envolve cinco elementos: 1) o espaço, que se configura no elemento físico, no qual ocorrem as transformações econômicas e sociais. Ele pode assumir diferentes categorias de lugar; 2) o tempo, dividido em intervalos sucessivos (t , $t+1$, $t+2$, ...), cuja escala torna o espaço como um sistema, ou seja, as transformações ocorrem num processo histórico a partir de transformações anteriores de forma sistêmica; 3) o elemento difusor, caracterizado pelo objeto

ou processo que se difunde ao longo do espaço e do tempo; 4) a localização, pois ao longo do tempo a localização do objeto da difusão muda entre dois períodos, mudando as configurações do espaço e seu caráter atrativo. Essa localização implica tanto numa expansão contígua quanto percolativa do objeto da difusão; 5) as vias de movimento, ou seja, como a difusão espacial envolve mudanças no espaço, tanto físicas quanto sociais, e para isso ela demanda canais, corredores e eixos de transmissão

Por fim, cabe lembrar que a difusão espacial das atividades produtivas ou do desenvolvimento econômico não é capaz de homogeneizar espaços, pois ela sempre trará disparidades socioeconômicas. Mesmo assim, estudos da difusão espacial remetem a formação de conceitos e categorias mais precisas sobre o espaço e a mudanças espaciais nas economias regionais. E são capazes de fornecer elementos para interpretações teóricas e práticas sobre o efeito do processo de desenvolvimento econômico capitalista em diferentes regiões.

REFERÊNCIAS

DAUPHINÉ, André. Une théorie des disparités géographiques. **Revue d'Économie Régionale et Urbaine (RERU)**, volume V, p.899-914, 1999.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **La diffusion spatiale du développement économique régional**. Sarrabruck: EUE, 2010.

Outras Referências

EBERHARDT, Paulo; FERRERA DE LIMA, Jandir; PIACENTI, Carlos. (org.s) **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016.

FERRERA DE LIMA, Jandir. **Géoéconomie et développement régional**. Paris: Publibook, 2012.

DIREITOS HUMANOS

Aleteia Hummes Thaines

A concepção de Direitos Humanos (Ver Verbete Interação entre Direitos Humanos e Desenvolvimento) origina-se das bases filosóficas que sustentam o pensamento jusnaturalista, pois estão relacionados à natureza humana e, por isso, são inerentes à pessoa. Pode-se identificar, tal concepção, nas primeiras declarações de direitos (CULLETON, BRAGATO, FAJARDO, 2009).

No entanto, ao longo dos anos e em decorrência das transformações ocorridas na realidade social, econômica, política e cultural novos direitos vêm sendo inseridos e tutelados como Direitos Humanos (CULLETON, BRAGATO, FAJARDO, 2009), pois, os Direitos Humanos não nascem todos num único momento, uma vez que são históricos e emergem das lutas travadas para a transformação da condição de vida humana, sendo estes, produtos da civilização humana (BOBBIO, 2004).

Bobbio (2004, p. 30) sustenta que “[...] os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais.”.

Por esse motivo, esses direitos se desenvolveram, ao longo da história, e passaram por três fases: na primeira, afirmou-se os direitos de liberdade; na segunda, foram promulgados os direitos políticos e; por fim, foram reconhecidos os direitos sociais. (BOBBIO, 2004).

Entretanto, é após o final da II Guerra Mundial que se empreende esforço para uma universalização dos Direitos Humanos, formando-se então, a concepção contemporânea desses direitos. Essa concepção é introduzida na Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, visando a reconstrução dos Direitos Humanos como paradigma e referencial ético que tem o intuito de orientar a ordem internacional contemporânea. (PIOVESAN, 2019).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, firma a universalidade e a indivisibilidade dos Direitos Humanos. Universalidade, porque estende de forma universal esses direitos, uma vez que a condição humana é o único requisito para a tutela desses direitos. Indivisibilidade, porque a tutela dos direitos civis e políticos é condição para a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. (PIOVESAN, 2019). A

A Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reitera a concepção estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quan-

do disciplina, em seu art. 5º, que “Todos os Direitos do homem são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional tem de considerar globalmente os Direitos do homem, de forma justa e equitativa e com igual ênfase. [...]”. (DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE VIENA, 1993). Além disso, a Declaração de Viena, também afirma que os Direitos Humanos contribuem para a desenvolvimento econômico e social (art. 6º).

Porém, não foram somente os direitos individuais, sociais e econômicos que foram alicerçados no âmbito de proteção internacional, mas também, novos Direitos Humanos, como, direito dos povos e direito da humanidade. (COMPARATO, 2015).

Em 1981, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, disciplina o tratamento igualitário de todos os povos (art. 19), bem como, reconhece o direito à autodeterminação (art. 20), à livre disposição de suas riquezas e de seus recursos naturais (art. 21), ao desenvolvimento econômico, social e cultural (art. 22), além do direito à paz e à segurança (art. 23). (CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS, 1981).

Sobre a garantia dos Direitos Humanos, seguem alguns instrumentos internacionais de proteção que foram evoluindo ao longo do tempo. (COMPARATO, 2015).

- a) Magna Carta (1215)
- b) Lei de *Habeas Corpus* – Inglaterra (1679)
- c) Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) – Inglaterra (1689)
- d) Declaração de Independência e a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte
- e) As Declarações de Direitos da Revolução Francesa
- f) Constituição Francesa de 1848
- g) Convenção de Genebra de 1864
- h) Constituição Mexicana de 1917
- i) Constituição Alemã de 1919
- j) Convenção de Genebra sobre a Escravatura (1926)
- k) Convenção Relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra – Genebra (1929)
- l) Carta das Nações Unidas
- m) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
- n) Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)
- o) Convenção de Genebra de 1949, sobre a Proteção das Vítimas de Conflitos Bélicos
- p) Convenção Europeia dos Direitos Humanos (1950)
- q) Pactos Internacionais de Direitos Humanos (1966)

- r) Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)
- s) Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos (1981)
- t) Convenção sobre o Direito do Mar (1982)
- u) Declaração de Direitos Humanos de Viena (1993)

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 6 reimpr. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS, 1981. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CULLETON, Alfredo; BRAGATO, Fernanda Frizzo; FAJARDO, Sinara Porto. **Curso de Direitos Humanos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE VIENA, 1993. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PIOVESA, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2013.

BALDI, César Augusto. **Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FLORES, Joaquín Herrera. **El Vuelo de Anteo: Derechos Humanos y Crítica de la Razón Liberal**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus fosse Ativista de Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

Augusto Pérez Lindo

O conjunto de declarações e princípios adotados pelas Nações Unidas sobre Direitos Humanos (ver Texto Direitos Humanos), Direitos Sociais, Direitos Culturais e Bioética constitui uma verdadeira enciclopédia de ética social que deve inspirar as ações de todos os países na busca do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, sem dúvida, podemos destacar o “direito à vida com dignidade”, brevemente mencionado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Este princípio foi posteriormente reforçado na Declaração sobre Direitos Humanos e Bioética.

Em segundo lugar, surgiu na mesma discussão sobre os princípios gerais dos direitos humanos que havia direitos individuais e coletivos, tais como o direito de associação, o direito à autodeterminação dos povos, o direito à preservação da própria identidade cultural ou religiosa. Em outras palavras, a ligação indissolúvel entre os vários direitos individuais e sociais não pode ser separada, como alguns gostariam que fosse.

Em terceiro lugar, podemos observar como, entre 1948 e 2020, houve uma consciência progressiva dos diferentes aspectos envolvidos nos direitos humanos. No início o foco foi a “**igualdade de direitos**”, nas últimas décadas as declarações sobre os direitos das mulheres, das minorias, das crianças, das comunidades indígenas, enfatizam mais o **respeito às diversidades**.

A Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 afirma que “toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar de um desenvolvimento econômico, social, cultural e político no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados”.

Os acordos alcançados para estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ver Texto Agenda 2030) nas Nações Unidas ratificaram e ampliaram a ligação entre direitos humanos e progresso socioeconômico, respeitando o meio ambiente. A dimensão ecológica aparece claramente como um requisito inevitável em qualquer projeto de desenvolvimento. Isto já foi incorporado nas políticas econômicas da União Europeia para as próximas décadas. Isto é particularmente verdade no que diz respeito à mudança na matriz energética e à adoção de políticas ecológicas na indústria, construção, transportes e outros sectores.

BIBLIOGRAFÍA

NACIONES UNIDAS (1948) Declaración Universal sobre los Derechos Humanos

NACIONES UNIDAS (1966) Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales

NACIONES UNIDAS (1979) Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer

NACIONES UNIDAS (1986) Declaración de las Naciones Unidas sobre el Derecho al Desarrollo. Nueva York: Naciones Unidas

UNESCO (2005) Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos

NACIONES UNIDAS (2015) Cumbre de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible. Agenda 2030. Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS)

DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Cidonea Machado Deponti

A diversificação produtiva é a capacidade de criar diversidade na produção, atributo que se manifesta em diferentes atividades produtivas e sistemas de produção. Portanto, a diversificação não é a substituição de cultivos e/ou a conversão produtiva. Segundo Ellis (2000), a diversificação é uma capacidade que cria a diversidade que oportuniza as famílias a sobrevivência e a qualidade de vida (*Ver Verbete Qualidade de Vida*).

Deste modo, a diversificação produtiva difere-se da diversificação de renda (*Ver Verbete Renda Básica e Renda Mínima*), de atividades e dos meios de vida. A diversificação de renda é um resultado da diversificação produtiva, pois ampliando o portfólio de atividades produtivas, reduz-se o risco e amplia-se a renda. A diversificação de atividades pode ser exemplificada pela interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, levando a diversificação das atividades econômicas rurais. A diversificação dos meios de vida é uma abordagem específica desenvolvida por Frank Ellis (2000) e compreendida como uma estratégia de desenvolvimento rural (*Ver Verbete Desenvolvimento Rural*) voltada para a redução da pobreza.

Para Ellis (2000) os determinantes da diversificação dos meios de vida são variados e podem estar relacionados aos aspectos edafoclimáticos (*Ver Verbete Fatores Edafoclimáticos*) ou socioeconômicos manifestados a partir da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e de outros ativos (físico, natural, humano, financeiro e social). Deste modo, os efeitos da diversificação apresentam-se como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade – *Ver Verbete Pluriatividade*) e de rendimentos (multi-rendimentos), podendo ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos. O processo de diversificação possibilita novas estratégias para a família se desviar de situações adversas.

De acordo com Perondi e Schneider (2012), uma proposta de diversificação produtiva consiste, basicamente, em tirar o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem. Isso implicaria em criar mecanismos de diversificação das opções e das estratégias de trabalho e de renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades.

Ellis (2001, p.17) ainda destaca o que se pode esperar do processo de diversificação: (a) reduzir o risco de insuficiência de renda em geral, diluindo o impacto de falha de qualquer fonte de renda única, (b) reduzir a variabilidade de

renda intra-ano, diluindo o efeito da sazonalidade em fluxos de renda baseados na propriedade; e (c) reduzir a variabilidade de renda inter-ano resultante de instabilidade na produção e nos mercados agrícolas.

Além desses fatores, salienta-se que o processo de diversificação produtiva pode:

- a) Aumentar o portfólio de atividades e produtos ofertados – amplia a inserção nos mercados (alternativa à sazonalidade e estagnação da renda agrícola);
- b) Reduzir a dependência das flutuações setoriais de preços;
- c) Gerar inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que poupam recursos;
- d) Implicar em novas formas de manejo e uso de plantas, animais e do espaço;
- e) Aumentar o número de atividades realizadas e as fontes de renda na unidade produtiva – propriedades mais diversificadas são mais pluriativas;
- f) Gerar novas formas de cooperação e de interação local que repercutem sobre ganhos de escala e redução de custos de transação;
- g) Ampliar a interação com os consumidores/clientes tornando as propriedades diversificadas mais maleáveis e flexíveis às mudanças;
- h) Unidades diversificadas tem maior interação com a comunidade local – capital social – o que pode favorecer economias de proximidade.

REFERÊNCIAS

ELLIS, F. *The determinants of rural livelihood diversification in developing countries*. *Journal Agricultural Economics*, n.2, p.289-302, mai. 2000.

_____. *Diverse livelihoods and natural resources: a research context*. Institute of Development Studies, England, n.7, p. 1-16, jan. 2000. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/SLSA7.pdf>>. Acesso: 13 mar. 2017.

_____. *Household strategies and rural livelihood diversification*. *Journal of development studies, LONDON (UK)*, v.35, n. 1, p. 1-38, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00220389808422553>>. Acesso: 13 mar. 2017.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. BASES TEÓRICAS DA ABORDAGEM DE DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, jul. 2012. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>>. Acesso: 13 mar. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v17i2.2032>.

Outras referências

PERONDI, M. A.; KYOTA, N.; GNOATTO, A. A. *Políticas de apoio à diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva*. In: XLV

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/869.pdf> Acesso em: 13 mar. 2017.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; *Diversificação Endógena e Intersetorial da Agricultura Familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, 2007, Londrina/ PR. Anais... Londrina/PR: Sober, 2007. v. I. p.1-18. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/6/1149.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.*

SCHNEIDER, S. *Reflexões sobre diversidade e diversificação. RURIS*. Porto Alegre: Editora da Unicamp. n. 4, v.1, 2010. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/.../573> Acesso: 13 mar. 2017.

SILVEIRA, K. R. K. *A diversificação produtiva em áreas de tabaco: Microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul*. 2014. 106 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/781>. Acesso em: 13 mar. 2017.

DUMPING SOCIAL

Marcos Paulo Dhein Griebeler

A palavra “*dumping*” vem do inglês, “*to dump*” (BESSLER e WILLIAMS, 1986). A tradução original era “*to drop or let fall in mass*” (cair ou deixar cair em massa) ou também “*to unload or empty out*” (para descarregar ou esvaziar). Com o passar do tempo, esse termo fora sendo então empregado para o significado de “por mercadorias no mercado em grande quantidade e a preços muito baixos”.

Em outras palavras, é a prática de fazer com que os preços caiam quando um país, por exemplo, realiza a prática de exportação dos seus produtos e comercializa os mesmos por um valor de R\$ 100,00 em um determinado local. Ao mesmo tempo, ele exporta este produto nas mesmas condições de comércio por um preço de R\$ 85,00. Com isso, esse *dumping* gera uma margem de R\$ 15,00. Em outras palavras, essa prática é a venda de produtos abaixo do preço de custo.

Essa situação também é praticada por determinadas organizações no campo das relações de trabalho. A isso, pode-se classifica-la como sendo o chamado “*dumpingsocial*”, que por sua vez, se traduz como uma prática de empregos (Ver Verbetes Emprego e Emprego Informal) precários, em que os trabalhadores são explorados em condições análogas à escravidão, assim como exercem suas atividades em lugares sem proteção e segurança, além de não ter a percepção de direitos trabalhistas. Por extensão, sem pagar o que lhes é devido, as empresas conseguem oferecer produtos a um preço mais baixo daquelas que seguem as leis e consideram o trabalhador como alguém que é digno de reconhecimento enquanto ser humano no espaço ocupacional.

Da mesma forma, muitas empresas têm se utilizado deste mecanismo com o objetivo de aumentar os lucros e simultaneamente, se valem disso, mesmo que não de maneira declarada, para se destacar perante a concorrência. Se somar essa oportunidade de lucro fácil à possibilidade de aquisição da mão-de-obra barata frente ao exército de reserva (WEBER, 2004) existente no atual contexto, ele se expressa, em especial, pela informalidade e pela necessidade de subsistência, mas por conta disso acarreta em prejuízo na própria dignidade da pessoa humana.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) propõe normas internacionais que buscam cumprir os direitos do trabalhador a um labor digno, justo e salubre. Sua missão reside em “promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”.

Contudo, sabe-se que a teoria é mais econômica do que a prática, uma vez que determinados casos práticos no Brasil¹ podem ilustrar essa situação contrária ao recomendado, seja pela demanda de mão-de-obra de confecções em que organizações empregam pessoas do local em que está instalada ou então de imigrantes latinos. Ou ainda, longe dos espaços urbanos, em fazendas, nas quais seus proprietários tratam os trabalhadores como meio mecânico para a execução de atividades semelhantes à escravidão, como no caso da colheita de frutas, de cana-de-açúcar ou na produção de carvão vegetal.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a “contratação” de pessoas para trabalharem como ambulantes, vendendo produtos que não são seus, expropriados de dignidade e de condições necessárias para o bem-estar. Por consequência, estas precisam aceitar a condição oferecida sob a impossibilidade de não conseguir outro trabalho dada sua situação, como de muitos casos, estar no país como imigrante. Quanto aos proprietários dos itens a serem comercializados, estes acabam eximidos de um controle efetivo e como resultado de sua dominação, não pagam a elas os direitos trabalhistas e ficam isentos não somente dos valores que deveriam ser pagos pelo trabalho realizado como acabam por contribuir e reforçar a exclusão social, sendo classificados apenas como um instrumental efêmero de uso.

Na mesma linha, essa prática se acentua frente a evidente guerra fiscal que existe no Brasil, sobre o qual, vale dizer, não possui uma legislação específica acerca desta prática, mas que vem chamando a atenção do Judiciário, muito em razão da sobreposição de poder silencioso e coercitivo, sob o qual as organizações buscam oferecer salários baixos que irão se traduzir em produtos de qualidade e de ganhos percebidos por um pequeno grupo.

Para o usuário/cliente, muito embora posteriormente ele não esteja interessado na condição social de quem trabalhou naquele item, este preocupa-se sim, para que o item atenda sua expectativa ali instrumentalizada. Se observado sob o prisma do desenvolvimento humano, o *dumping* social causa problemas complexos e que desembocam em uma exploração sem controle, como a ausência, dentre tantos exemplos, de um real controle da jornada de trabalho (Ver Verbete Jornada de Trabalho). Isso se torna também preocupante quando as práticas desenvolvidas pelas empresas se expressam por condições que infringem os Direitos Humanos (Ver Verbetes Direitos Humanos e Interação entre Direitos Humanos e Desenvolvimento).

Como reforço, essa atitude de economizar por meio do trabalho humano gera uma maior margem de mercado, o que demonstra que estas empresas que

¹Farm é condenada em R\$ 500 mil por dumping social. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/262199/farm-e-condenada-em-r-500-mil-por-dumping-social> . Acesso em: 20 dez. 2020.

praticam o *dumpings* social não podem ser vistas como uma opção aos trabalhadores, mas sim como uma falta de opção em termos de chances adequadas para integrarem uma organização. Isto porquê, acabam sendo a única alternativa e aquela que não respeita suas características bio-psico-sociais.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar ainda que a Globalização (Ver Verbetes Globalização) proporcionou uma considerável expansão das relações econômicas nas últimas décadas. Isso fez com que a intensificação de empresas transnacionais fosse adensada e como efeito colateral isso trouxe novas ameaças aos direitos dos trabalhadores. Ou seja, esse quadro gera uma competitividade desleal devido ao desrespeito aos direitos trabalhistas fundamentais e que estão previstos na lei, gerando com isso a precarização do trabalho (Ver Verbetes Precarização do Trabalho) e ignorando a própria necessidade de exercer, por parte da organização, sua responsabilidade social (Ver Verbetes Responsabilidade Social Corporativa).

Na mesma linha, Crivelli (2010), destaca que:

As transnacionais realizam assim um processo perene de fuga, enquanto perdurar o modelo flexível, dos mercados de trabalho densamente normatizados, seja pelo Estado, pela pressão e contratação coletiva dos sindicatos nos países capitalistas centrais ou pelas normas internacionais do trabalho estabelecidas pela OIT (CRIVELLI, 2010, p. 116).

Da mesma forma, em uma visão mais macro, o lucro atribuído à mudança por esta prática tem desestabilizado não só a concorrência, como também os meios de vida locais, pois cria uma dependência e uma exploração das pessoas que precisam de trabalho e se sujeitam a essa condição, sem ter uma fiscalização efetiva do quanto de trabalho é necessário e do quanto se consegue entregar sem prejudicar o trabalhador.

É importante ressaltar ainda que o *dumping* também é praticado em outras áreas além do Comércio e das Relações Trabalhistas. Ou seja, ele também é evidenciado no espectro ambiental, quando a legislação não é seguida como se deveria e abre oportunidades para que a empresa que atua nesse âmbito, realize práticas que aumentam seu lucro, mas que causam prejuízo aos trabalhadores e também ao meio natural, inibindo deste modo o desenvolvimento sustentável (Ver Verbetes Desenvolvimento Sustentável).

Em linhas gerais, o que se destaca é que a busca por maiores lucros, sem considerar o elemento humano gera a exploração do trabalho, seja ele no meio urbano ou rural. Isto pode ocasionar em prejuízos aos trabalhadores, mesmo que de maneira diferente, dadas as particularidades de cada território.

Nesse sentido, dois pontos podem ser destacados: o primeiro diz respeito a que o cliente/usuário busque conhecer como são estruturadas e executadas as práticas de relações trabalhistas pelo empregador daquele produto e/ou serviço demandado. Em segundo, faz-se necessária uma legislação que seja eficiente, eficaz e efetiva, uma vez que a dependência de trabalho é real no atual sistema, mas práticas que absorvem o tempo dos trabalhadores de uma forma mais intensa (Ver Verbete Intensidade do Trabalho), devem ser melhor observadas e se persistirem, continuarão a trazer consequências invisíveis para muitos que compõem a sociedade, mas sensíveis a quem precisa do trabalho, mesmo ainda que explorado, para sobreviver.

REFERÊNCIAS

BESELER J. F.; WILLIAMS A. N. *Anti-dumping and anti. subsidy law*. Sweet & Maxwell, London, 1986.

CRIVELLI, Ericson. Direito Internacional do Trabalho Contemporâneo. São Paulo: LTr, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo (Declaração de Filadélfia). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

RIBEIRO, Daniela Menengoti; NOVAES, Milaine Akahoshi. *Dumpingsocial: os reflexos da globalização nos direitos humanos*. Toledo, PR: Vivens, 2016.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OUTRAS REFERÊNCIAS

DICKEN, Peter. *Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Tradução de Teresa Cristina Felix de Souza. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 125

LAU, Isabella A. A cláusula social no comércio internacional: a interação entre a OMC e a OIT no combate ao dumping social. **Direito e Desenvolvimento**, v. 6, n. 11, p. 189 - 206, 8 jun. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; MENDES, Ranúlio; SEVERO, Valdete Souto. *Dumping social nas relações de trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005

ECODESENVOLVIMENTO

Natalício Pereira Lacerda



O desenvolvimento e a distribuição das riquezas no Brasil não aconteceram simultaneamente, pois existe cada vez mais e, nos últimos anos, mais aceleradamente a concentração das riquezas no poderio da classe dominadora. O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

O desenvolvimento tradicional usa os recursos humanos, os recursos financeiros, a infraestrutura e os recursos naturais, compromissado com a ideia de lucro gerador do progresso. Faz crescer a produção na certeza de que isso trará o bem-estar coletivo. O desenvolvimento que conhecemos, no entanto, é questionável, uma vez que atende às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda destrói ou degenera sua base de recursos. Também é discutível se o processo produtivo estaria primordialmente e realmente interessado no bem estar coletivo (CAMARGO 2003, p. 29).

Este autor ainda sinaliza que os termos desenvolvimento e crescimento são empregados, na maioria das vezes, como sinônimos. Entretanto, crescimento é indispensável ao processo de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), mas não é a condição suficiente, uma vez que aquele se refere aos aspectos quantitativos e este a melhorias qualitativas.

Montibeller-Filho (2001, p. 45) afirma que a definição de desenvolvimento.

[...] deixa patente à preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no mesmo grau dos econômicos. E possui, inerentemente a ela, uma posição ética fundamental, a saber, o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população (comprometimento sincrônico), com o cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão (comprometimento diacrônico).

O processo de desenvolvimento nos remete as considerações que envolvem as possíveis oportunidades de crescimento intelectual e econômico da população, não deixando, entretanto, a preocupação com as questões éticas, uma vez que a exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente representam ameaças à sobrevivência do próprio ser humano.

Milaré (2004, p. 79) define meio ambiente como:

[...] o conjunto de elementos abióticos e bióticos, organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individualmente e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais, dentro das leis da natureza e de padrões de qualidade definidos.

Para as Organização das Nações Unidas (ONU) o meio ambiente é o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas. O meio ambiente é o conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural. Assim, o meio ambiente é composto por toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera. Também fazem parte do meio ambiente os recursos naturais, como a água e o ar e os fenômenos físicos do clima, como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo.

Dentro dessa visão, é importante destacar que a definição sobre o que se entende por desenvolvimento, todavia, sofreu também mudanças no sentido econômico, político e social. O desenvolvimento traz consigo a ideia de progresso, de melhoria.

Foi Maurice Strong quem usou o termo ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento, mas Ignacy Sachs (1993) quem formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Essa nova visão integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação.

Para Montibeller-Filho (2001, p. 45), a definição, como vemos, deixa patente a preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no mesmo grau dos econômicos. E possui, inerentemente a ela, uma posição ética fundamental, a saber, o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população (comprometimento sincrônico), com o cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão (comprometimento diacrônico).

Na década de 80 surgiu a expressão desenvolvimento sustentável, definida como um novo paradigma, tendo como princípios, segundo Montibeller-Filho (2001 p. 47-48):

a) integrar conservação da natureza e desenvolvimento;

- b) satisfazer às necessidades humanas fundamentais;
- c) perseguir equidade e justiça social;
- d) buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;
- e) manter a integridade ecológica.

O que se pode afirmar é que este desenvolvimento procura a melhoria da qualidade de vida (Ver Verbete Qualidade de Vida) com a mínima degradação ambiental, preocupando-se com a preservação (Ver Verbete Preservacionismo e Conservacionismo) da natureza para as gerações futuras.

A ênfase nos processos locais de desenvolvimento através da agroecologia (Ver Verbete Agroecologia) postula que o entendimento da evolução e das dinâmicas dos ecossistemas, bem como de suas interações, constitui um elemento essencial para identificar e conservar as condições ecológicas que devem dar base à agricultura sustentável. Decorre daí a importância que assumem o território (Ver Verbete Território) e a dimensão local para o desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável), como espaço peculiar onde interagem o meio natural, os produtores e suas organizações e os outros agentes que participam ou cujas ações também interferem na gestão dos ecossistemas. A revalorização dos territórios aponta para uma outra perspectiva geopolítica e geoeconômica dos processos de desenvolvimento: ela não só implica a descentralização da pesquisa, do ensino, das instituições de fomento e da formulação de políticas, mas também cria as condições para a ativa participação da população no planejamento e na gestão dos ecossistemas.

Da mesma forma que em vários países do mundo, se assiste atualmente em todas as regiões do Brasil, a constituição de um movimento bastante amplo de experimentação social de um novo paradigma para o desenvolvimento agrícola, fundamentado na sustentabilidade socioeconômica, técnica e ambiental. Tal dinâmica inovadora, ao mesmo tempo em que se enraíza numa grande diversidade de contextos socioambientais, envolve também um largo espectro de organizações da sociedade: sindicatos e associações econômicas de produtores; movimentos de agricultores sem-terra; organizações de mulheres e jovens agricultores; ONGs; igrejas; organismos públicos de pesquisa, extensão e fomento nos níveis federal, estadual e municipal; administrações estaduais e prefeituras municipais; universidades; organizações de consumidores; cooperativas agrícolas; instituições privadas, multilaterais e bilaterais de cooperação internacional etc. É nesse campo dos processos sociais concretos que se situa o espaço por excelência fecundo para se estruturarem e se desenvolverem múltiplas parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil para a promoção da agricultura sustentável. (G. de ALMEIDA e PETERSEN, 2004).

Não se pode esquecer que as políticas macroeconômicas e agrícolas em uma sociedade com economia cada vez mais integrada e fortemente urbanizada

(Ver Verbete Urbanização) tal qual a do Brasil, os problemas da agricultura tendem a ser cada vez menos identificados como problemas rurais e não se resolvem apenas no campo. Isso implica que a progressiva reconversão ecológica da agricultura brasileira não poderá se efetivar de forma independente da matriz global do desenvolvimento. Resulta daí que qualquer projeto sustentável para o conjunto da agricultura não terá vigência nem se consolidará sem que se inicie desde logo, um processo orientado de ajustamento das políticas macroeconômicas e agrícolas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003

GOMES DE ALMEIDA, S. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro**. In: Petersen, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 67-83

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI** - desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 3° ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998

ECOINOVAÇÕES

Fernanda Queiroz Sperotto

De acordo com o relatório *Measuring Eco-Innovations* **EcoInovação (EI)** corresponde “[...] a produção, assimilação ou exploração de um produto, processo produtivo, serviço ou gestão, ou método de negócio que é novo para a organização (desenvolvido ou adotado por ela) e que resulta, ao longo de todo o seu ciclo de vida, na redução de risco ambiental, poluição e outros impactos negativos do uso de recursos (incluindo o uso de energia) comparado a outras alternativas relevantes” (KEMP; PEARSON, 2007, p. 7).

Há várias formas de uma empresa ecoinnovar. A aplicação de uma tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) ambiental através de um novo processo ou equipamento que reduza os impactos nocivos no meio ambiente, ou que permita o uso mais eficiente de insumos, evitando desperdícios é um modo. Outra maneira é através da aplicação de métodos organizacionais ou de gestão com o objetivo de reduzir o impacto ambiental, como a execução de programas de prevenção e de sistemas de gestão ambiental e certificação, bem como a cooperação com outras instituições para efetuar o descarte correto de resíduos. A produção de bens amigáveis ao meio ambiente, explorando o seu uso compartilhado ou possibilitando construções ecológicas (prédios e mobiliários urbanos) são outros exemplos. A formação de sistemas de inovação verde é também um meio de ecoinnovar, estes diminuem a degradação ambiental, incentivando o uso de energias renováveis e a produção orgânica (KEMP, 2010; KEMP; PEARSON, 2007).

Os resultados das **EI** são normalmente relacionados à ideia de desempenho. Entre esses estão aqueles de efeito direto no meio ambiente – como a substituição ou o uso mais eficaz de insumos e energia, e a diminuição da contaminação do ar, da água e do solo. Há também aqueles associados a uma exigência econômica, como o desempenho financeiro, a competitividade e o valor de mercado, dentre outros (DÍAZ-GARCÍA *et al.*, 2015). Outra forma de analisar esses impactos é distingui-los em EI de produto ou de processo. Os efeitos das **EI de produto** são a redução das emissões na água, no solo e sonora, a maior eficiência energética e as melhores opções de reciclagem após o seu uso. Nas **EI de processo**, além desses três últimos, são previstos o decréscimo das quantidades de materiais por unidade de produto, a redução do uso de energia por unidade de produto, a diminuição de emissões de CO₂ e de outros poluentes no ar, a troca de substâncias perigosas e a reciclagem de resíduos, água ou demais materiais (HORBACH *et al.*, 2012).

Um dos aspectos mais analisados nos estudos de **EI** diz respeito aos determinantes (**drivers**) que levam as empresas a ecoinnovar. Entre os mais recorrentes

estão a presença – e a perspectiva futura – de regulamentações ambientais mais rígidas; a implementação de estratégias de redução de custos, através do uso mais eficiente de insumos, especialmente de energia, matérias-primas e água; a pressão ambiental de consumidores e de acionistas; a adesão a programas de certificação ambiental; e o acesso a fontes especiais de financiamento, que requeiram alguma contrapartida ambiental (PORTER; LINDE, 1995; ARUNDEL; KEMP, 2009). No entanto, existem situações que a EI não foi previamente planejada, sendo um dos resultados de uma inovação para outros fins (KEMP; PEARSON, 2007). Porém, mesmo nesses casos, a sua relevância não diminui.

Os **drivers** de EI podem ser agrupados em três categorias. A primeira compreende os determinantes do lado da oferta, que estão associados, sobretudo, às estratégias de redução de custos de energia e de materiais, às capacidades tecnológicas e de gestão da empresa, ao acesso a conhecimentos externos e informações, e à cooperação com universidades e institutos de P&D. A segunda categoria reúne os fatores do lado da demanda, como a procura por produtos verdes, a defesa por uma produção mais sustentável e a adoção de condutas ambientais para melhorar a reputação da empresa. Finalmente, a terceira se centra nas políticas e instrumentos de **proteção ambiental**, ou seja, as regras e normas aplicadas (incluindo também as que possam surgir) e a possibilidade de obter incentivos fiscais ou subsídios a partir do desenvolvimento deecoinovações (HORBACH *et al.* 2012; TRIGUERO *et al.*, 2013).

Semelhante às inovações em geral, as EI estão sujeitas a vários obstáculos como as **regulamentações ambientais** imprecisas; a necessidade de mais esforços de P&D e de cooperação (Ver Verbete Cooperação Territorial) com outras instituições; as dificuldades de financiamento em razão dos elevados riscos; a dependência de tecnologias já conhecidas; os níveis de preços e custos que beneficiam as opções menos eficientes em termos ambientais; a baixa demanda por produtos ecológicos ou com menor impacto ambiental; e o fato dos benefícios ambientais serem considerados um tipo de bem público, algo que pode desestimulá-la dado que sobrecarrega os riscos e diminui o retorno para a empresa (KEMP; PEARSON, 2007; ARUNDEL; KEMP, 2009; DÍAZ-GARCÍA *et al.*, 2015).

Os países desenvolvidos lideram a criação de EI, especialmente os da União Europeia. Por sua vez, países em desenvolvimento como o Brasil têm mais dificuldade para ecoinnovar. Isso pode ser explicado pelo grau de defasagem tecnológica e pela maior dependência que essas inovações possuem em relação às fontes externas de conhecimento e de informação (HORBACH *et al.*, 2012). Por essa razão é muito importante que a política de inovação estimule as interações entre as empresas e as universidades e centros de pesquisa (ver Verbete Extensão Universitária).

As análises sobre EI basicamente se fundamentam em estudos de caso ou modelos econométricos, estes baseados em *surveys* de (eco)inovação. Entre as bases de dados mais conhecida estão *Community Innovation Survey* e o *Eco-innovation Index*, ambos da União Europeia. No Brasil, a edição do triênio 2015-2017, da Pesquisa de Inovação (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contemplou no seu questionário uma seção especial sobre inovação ambiental (IBGE, 2020).

REFERÊNCIAS

ARUNDEL, Anthony; KEMP, René. **Measuring eco-innovation. Working Paper Series** (2009-017), 40p., United Nations University – Maastricht, 2009. Disponível em: <<http://collections.unu.edu/eserv/UNU:324/wp2009-017.pdf>>. Acesso em 15 maio 2017.

DÍAZ-GARCÍA, Cristina; GONZÁLEZ-MORENO, Ángela; SÁEZ-MARTÍNEZ, Francisco. Eco-innovation: insights from a literature review. **Innovation**, v. 17, n. 1, p. 6-23, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14479338.2015.1011060>>. Acesso em 17 abril 2018.

HORBACH, Jens; RAMMER, Christian; RENNINGS, Klaus. Determinants of eco-innovations by type of environmental impact – the role of regulatory push/pull, technology push and market pull. **Ecological Economics**, v. 78, p. 112–122, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.04.005>>. Acesso em 15 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2020). **Pesquisa de Inovação 2017** – Notas Técnicas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 26 fev. 2021.

KEMP, René; PEARSON, Peter. **Final report MEI project about measuring ecoinnovation**. Maastricht: UM-Merit, 2007. Disponível em: <<https://www.oecd.org/env/consumption-innovation/43960830.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2017.

KEMP, René. Eco-innovation: Definition, Measurement and Open Research Issues. **Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 397-420, 2010. Disponível em: <<https://www.rivisteweb.it/doi/10.1428/33131>>. Acesso em 23 mar. 2017.

PORTER, Michael E.; van der LINDE, Claas. Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n.4, p. 97-118, 1995. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.9.4.97>>. Acesso em 15 ago. 2013.

TRIGUERO, Angela; MORENO-MONDÉJAR, Lourdes; DAVIA, María. Drivers of different types of eco-innovation in European SMEs. **Ecological Economics**, v. 92, p. 25–33, 2013. Disponível em:<<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2013.04.009>>. Acesso em 6 ago. 2019.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ROVIRA, Sebastián; PATIÑO, Jorge Alejandro. **Ecoinnovación y producción verde: una revisión sobre las políticas de América Latina y el Caribe**. CEPAL Santiago, 106 p., 2017. Disponível em:<<https://www.cepal.org/es/publicaciones/40968-ecoinnovacion-produccion-verde-revision-politicas-america-latina-caribe>>. Acesso em 8 maio 2018.

MONTENEGRO, Rosa Livia; CARVALHO, Flávia P.. Ecoinovação e sustentabilidade: o papel das políticas públicas. In: M. S. Rapini, J. Ruffoni, L. A. Silva e E. M. Albuquerque (Orgs). **Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global**. 2ª Ed., Belo Horizonte, p. 490-514, 2021. Disponível em:<<https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/colecao-populacao-economia/1285>>. Acesso em 25 fev.2021.

ECOLOGIA

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes

Leonir Terezinha Uhde

A definição primeira de ecologia poderia ser o enunciado mais amplamente difundido e largamente empregado e deriva do grego, onde “oikos” que significa casa e “logos”, estudo. Esta palavra foi criada no ano de 1869, pelo biólogo e naturalista alemão Ernst Heinrich Haeckel (ODUM, 1988). Portanto, “Ecologia é uma ciência (ramo da Biologia) que estuda os seres vivos e suas interações com o meio ambiente onde vivem e também a abundância e distribuição dos seres vivos na biosfera”.

Entretanto, há inúmeras variantes acerca do conceito que merecem um olhar mais analítico, uma vez que estão alinhadas a diferentes amplitudes de abordagem. Pinto-Coelho (2000) considera que a ecologia ainda seria uma “*soft science*”, carecendo de uma fundamentação teórica rígida, razão pela qual derivam diversas definições. Dentre as de maior reconhecimento, o autor elenca: “Estudo da estrutura e funcionamento da natureza” (ODUM, 1963); “Estudo científico da distribuição e da abundância de organismos”. “Estudo científico das interações que determinam a distribuição e abundância das espécies” (KREBS, 1972). Cabe aqui uma observação: nessa definição o ambiente é subentendido na expressão *interações*

Compreendendo que o ambiente de um organismo consiste num conjunto de influências externas, representadas por fatores e fenômenos, de natureza física e química (abióticos) ou de outros organismos (bióticos). Portanto, infere-se que as *interações* desta definição condizem aos vínculos entre tais fatores, abióticos e bióticos. Os fatores abióticos compreendem todos os elementos do meio físico, solo, regime hídrico, radiação solar, temperatura, enquanto que os bióticos se referem a um complexo conjunto de relações que compreende as positivas, como as simbioses até as negativas como as competições extremas. Outro aspecto relevante desta definição é que ela se propõe a responder as seguintes questões: *onde* os organismos são encontrados, *quantos* ocorrem e *por que* ocorrem. Trata-se do objeto central da ecologia.

Decorre desta definição a compreensão que ecologia é uma ciência da complexidade em que há sempre que decidir, arbitrariamente, quais os limites em que se situam o campo de estudo ou abordagem. Derivam, portanto um conjunto de novos conceitos que integram desde o indivíduo, até a biosfera. Os indivíduos de diferentes espécies comporiam populações, estas aliadas ao meio

físico em que ocorrem representariam as comunidades, que por sua vez, em conjunto designam os ecossistemas. Diversos ecossistemas, em limites definidos, constituem os biomas, os quais em conjunto compõem a biosfera. O cientista inglês James Lovelock e posteriormente a bióloga americana Lynn Margulis, propuseram a Teoria de Gaia, em que a biosfera é compreendida como um superorganismo vivo, capaz de auto sustentação, mantendo o ciclo da vida na Terra devido à íntima ligação entre as estruturas físicas do planeta.

A inerente complexidade do campo de ecologia, que tem por foco campos de especialização muito avançados ou, no extremo oposto, uma ampliação demasiada, demanda abordagens de análise igualmente complexas como a sistêmica. Entende-se por sistema um arranjo de componentes físicos, conjunto ou coleção de elementos, unidos ou relacionados de tal maneira que formam um todo, para atingir determinados objetivos. Surge então a necessária adoção da noção de limites, os quais são arbitrários e sujeitos a deslocamentos, para então compreender os demais elementos que o integram.

Todo sistema compreende uma estrutura, ou arranjo de componentes organizados; exerce funções, a exemplo de sua autorregulação, que decorrem da interação entre componentes; cumpre objetivos diversos, tais como produtividade, eficiência, variabilidade ou estabilidade e por fim, dependem completamente dos fluxos de entradas e saídas de matéria e energia.

Num sistema os elementos componentes dependem em graus variados uns dos outros, tanto no seu funcionamento como nas suas evoluções. As propriedades essenciais de um organismo se encontram no todo e decorrem das relações entre suas partes, somente sendo compreendidas a partir da organização do todo. Trata-se da mais importante propriedade dos sistemas, em especial o ecológico: “O todo é mais que o somatório das partes”.

REFERÊNCIAS

ODUM, Eugene *Ecologia*. 3º ed. Edición. Interamericana, Cidade do México, D. F., México. 1963. 639 p.

ODUM, Eugene *Fundamentos de ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4 a ed. 1988. 927 p.

KREBS, Charles J. *Ecology - The experimental analysis of distribution and abundance*. New York: Harper International, 1972.

PINTO-COELHO, Ricardo M. *Fundamentos em ecologia*. Porto Alegre: Artmed, 2002. 252 p.

ECONOMIA CRIATIVA

Dilani Silveira Bassan

A origem do conceito de Economia Criativa surgiu em meados dos anos 1990, quando países industrializados passaram a utilizá-lo para caracterizar setores da indústria, os quais a criatividade era fator importante para os negócios.

Os primeiros estudos e investigações internacionais sobre a relação econômica e o conhecimento surgiram na Austrália em 1994 com o projeto *Creative Nations*, uma política pública de governo que visava preservar e valorizar o patrimônio cultural em seu amplo espectro sem descuidar do desenvolvimento de setores ligados a tecnologia (Ver Verbete Tecnologia). À medida que o conceito de Economia Criativa avançou chegando a Europa, América e outros países, foram sendo incorporadas novas atividades envolvendo o conhecimento, a cultura, a tecnologia, as artes, moda, design, música, livros, entre outras.

A Economia Criativa ganhou destaque no Brasil a partir dos anos 2000, mais precisamente em 2004, quando ocorreu em São Paulo o 1º Encontro Quadrienal da UNCTAD. A UNCTAD desenvolveu o primeiro relatório mundial que foi publicado em 2010, em que apresenta os conceitos, as classificações dos setores que fazem parte da Economia Criativa (ver sugestão de leitura).

Esta nova abordagem econômica, a Economia Criativa, que envolve bens simbólicos e intangíveis, identifica que a criatividade, o conhecimento o talento individual e o coletivo, representam a origem do valor econômico, capacidade de geração de renda e emprego, a partir de ativos criativos (PACHECO, 2019). Assim:

A Economia Criativa (EC), que despontou como um conjunto de atividades econômicas ligadas às artes, à cultura, às novas mídias e à criatividade em geral, tem forte conteúdo de intangíveis e requer habilidades especiais da força trabalho, além de apresentar estreita relação com os avanços científicos e tecnológicos (SERRA e FERNANDEZ, 2014, p.357).

O termo Economia Criativa se amplia por John Howkins em 2001, a partir de seu livro *“The Creative Economy: how people many money from ideas”*. Para o autor *“creativity is not new and neither is economics, but what is new is the nature and the extent of the relationship between them and how they combine to create extraordinary value and wealth”* (UNCTAD, 2010, p.9), ou seja, a contribuição a cerca deste conceito é a natureza da relação existente entre criatividade, valor e riqueza (HOWKINS *apud* UNCTAD, 2010).

Para Howkins a capacidade de estabelecer direitos de propriedade intelectual, moeda da economia criativa (ativo intangível, criado pela mente huma-

na), além de agregar valor às indústrias novas e tradicionais da economia, pode ser ampliado para direitos autorais sobre desenhos industriais, marcas registradas e patentes. A partir desta definição ficaria difícil identificar os bens e/ou serviços que fariam parte da economia criativa e sua diferença em relação a economia do conhecimento (HOWKINS, 2001 *apud* REIS, 2008).

Para a UNCTAD, o conceito de Economia Criativa baseia-se em ativos criativos que tem potencial para gerar crescimento econômico e desenvolvimento; pode estimular a geração de renda, criação de empregos e receitas de exportação; promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano; inclui aspectos econômicos, sociais e culturais; agrupa atividades econômicas com base no conhecimento e por fim, e muito importante é uma forma de desenvolvimento factível, a partir das políticas públicas. (UNCTAD, 2010).

O conceito de Economia Criativa também está ligado ao local, ao espaço no qual os atores desenvolvem suas ações. Neste contexto a Economia Criativa vem sendo considerada estratégica para o desenvolvimento de continentes, países, estados e regiões (CLOSS e OLIVEIRA, 2017).

A proposta de UNCTAD (2010) afirma que a economia criativa é o novo modelo de desenvolvimento, pois compreende setores cujo principal capital é a criatividade, responsável por gerar bens e serviços simbólicos e de valor econômico. Por ser um novo modelo de desenvolvimento está associada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no que se refere a participação nas comunidades, com organização e governança diferenciadas, atuando na dinâmica criativa local, de pequeno porte, resultando em inclusão social, econômica e ambiental (UNCTAD, 2010; LIMA, 2011).

O capital humano (Ver Verbete Capital Humano) na Economia Criativa é representado pela criatividade, que favorece a um desenvolvimento em que a peça central são as pessoas, principal matéria-prima na geração de emprego e no processo de inovação, contribuindo com a inclusão social, a diversidade cultural e a sustentabilidade. A criatividade também envolve o capital cultural, o capital social e o capital institucional, estes associados ao capital humano criam o valor econômico (UNCTAD, 2010, PACHECO, 2019).

As discussões sobre Economia Criativa no Brasil se estabelecem a partir dos anos 2000 e seu conceito pode ser entendido como: “conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico – nele incluído a criatividade como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços” (OLIVEIRA et al, 2013, p.7).

No Brasil a Secretaria Especial da Cultura ¹ adotou como ponto principal das suas políticas públicas a Economia Criativa, com vistas a dar visibilidade

¹ Secretaria especial da cultura. Disponível em: <http://cultura.gov.br/economia-criativa/>. Acesso em 20/03/2021.

econômica as atividades culturais e criativas, não deixando de lado, a importância do setor para o desenvolvimento do Brasil. As atividades resultantes da Economia Criativa respondem pela geração de renda, emprego, exportação, valor agregado, arrecadação de impostos, além de, contribuir na vida diária dos atores, na formação e qualificação do capital humano, bem como promove um senso de pertencimento porque trabalha com a cultura, o patrimônio, artes, literatura, gastronomia e turismo regional. É importante, também para o crescimento de setores de tecnologia e telecomunicações.

Para o Brasil a Economia Criativa tem os mesmos princípios norteadores divulgado no relatório da UNCTAD, ou seja, considera-se a diversidade cultural, a inclusão, social e a sustentabilidade como princípios do desenvolvimento perene, a proteção a cultura e a difusão da criatividade nos meios sociais (NUNES, ASHTON e SCHREIBER, 2018).

Portanto, é possível perceber a importância da Economia Criativa como uma alternativa viável para o desenvolvimento em países avançados e em países que ainda se encontram em processo de desenvolvimento. Este novo modelo econômico permite perceber a flexibilidade das relações entre produção e sociedade, no que tange a valorização de bens intangíveis. Pode-se considerar que a discussão sobre Economia Criativa é muito recente, mas promete ser o futuro do mercado de trabalho (Ver Verbete Mercado de Trabalho), das relações sociais com os setores público e privado.

REFERÊNCIAS

- CLOSS, Lisiane. OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Economia Criativa e Territórios Usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 2, Artigo 9, Rio de Janeiro, Abr./Jun .2017. p. 349 -363.
- LIMA, Selma Maria Santiago. **Polos criativos: um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/poloscriativos.pdf>> Acesso em: 15 de março 2021.
- NUNES, Raul de Souza. ASHTON, Mary Sandra Guerra. SCHREIBER, Dusan. A tradição criativa e a geração de desenvolvimento socioeconômico em Campo Bom, RS, Brasil, no contexto das cidades. **ANIMUS – Revista Interamericana de comunicação midiática**. V. 17, n. 33. UFSM, 2018, p. 282-301.
- OLIVEIRA, João Maria de. ARAÚJO, Bruno Cesar de. SILVA, Leandro Valério. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Textos para discussão. IPEA. 2013, 54 p.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **Economia Criativa no Brasil: conceitos, políticas públicas e desenvolvimento**. Clube dos Autores. 2019, 192 p.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

SERRA, Neusa. FERNANDEZ, Rafael Saad. Economia Criativa: da discussão do conceito a formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n.4, p.355-372, out./dez. 2014.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Creative economy report 2010. **Creative Economy: a feasible development option**. U.N., 2010. 422 p. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/creative-economy-report-2010>.

SUGESTÕES DE LEITURA ADICIONAL

BUETTGEN, John Jackson. **Economia Criativa**. Editora Juruá. 1ª Ed. 2015, 146 p.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **Economia Criativa no Brasil: conceitos, políticas públicas e desenvolvimento**. Clube dos Autores. 2019, 192 p.

HOWKINS, John. **The Creative Economy: how people make money from ideas**. Penguin Global. 2ª Ed. 2013, 280 p.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Creative economy report 2010. **Creative Economy: a feasible development option**. U.N., 2010. 422 p. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/creative-economy-report-2010>.

ECONOMIA DA CULTURA

Judite Sanson de Bem

A economia da cultura é o ramo da economia que utiliza seu ferramental no campo da cultura e suas atividades. Para isto devemos ter presente quais são os setores da cultura (Ver Verbete Capital Cultural) que podemos apropriar aos estudos.

A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais passaram a ser considerados importantes como atividades econômicas das nações após os anos de 1950, a partir da Escola de Frankfurt. Mas são os institucionalistas norte-americanos que empreenderão a tarefa de definir a importância das artes na vida econômica. Entre estas estão (BENHAMOU, 2007): Kenneth Boulding com *Ecodynamics: a new theory of social evolution* (1978), John Galbraith - *Economics and the public purpose* (1973), William Baumol e William Bowen, Gary Becker e Alan Peacock.

Na década de 1990 percebe-se a cultura como espaço para alavancar os indicadores socioambientais e econômicos das nações. Assim a Economia da Cultura ganha espaço nos órgãos internacionais de cooperação, começando a ser entendida como um vetor de desenvolvimento. BID, PNUD, OEA, UNESCO, UNCTAD passam a incluir questões relacionadas à Economia da Cultura em seu escopo de ação (PORTA, 2006).

Mas o entendimento da importância da economia da cultura parte de uma questão relevante:

Quais são os setores culturais? Para responder esta indagação podemos utilizar alguns organismos de referência:

1) União Européia

- São aqueles que geram bens e serviços em cujo cerne se encontra a produção artística. Neste conceito cultura é entendida como arte. Estes setores, de acordo com a Comissão Europeia (2012) englobam atividades como: i) os trabalhos de arte, que se caracterizam por seu consumo imediato e por não terem o objetivo de reprodução em série – por exemplo, pinturas, exposições monumentos e espetáculos; e ii) a produção industrial em massa de bens como livros, CDs, DVDs etc., produtos de artes como a literatura, a música e o cinema.

A Comissão Europeia (2012) adota um modelo de círculos concêntricos no qual a economia da cultura é entendida como um processo de radiação a partir de um núcleo formado pelo campo das artes. Em seu entorno (o primeiro círculo) encontram-se as indústrias cuja produção é exclusivamente cultural; e no entorno desse (o segundo círculo), as atividades cuja produção incorpora

elementos das camadas anteriores na produção de bens e serviços funcionais, isto é, com função de uso – os setores criativos.

O núcleo do modelo é formado pelas artes visuais (artesanato, pintura, escultura e fotografia), artes performáticas (teatro, dança, circo e festivais) e patrimônio/herança (bibliotecas, acervos, museus e sítios arqueológicos).

O primeiro círculo diz respeito às indústrias culturais (cinema e vídeo, TV e rádio, videogames, música gravada e ao vivo, livros e imprensa), e o segundo contempla as indústrias e atividades criativas (arquitetura, design e propaganda).

Esta abordagem, adotada pela Comissão Europeia, ainda avança para um terceiro círculo, o das indústrias criativas (Ver Verbete Economia Criativa) relacionadas, que também se beneficiam de fatores dos círculos anteriores na sua produção. É composto por um amplo conjunto de atividades: produção de *software*, de PC, de MP3 player, de celulares etc. Quanto maior o afastamento do núcleo ou *core*, menor sua relação com o conteúdo cultural e maior o conteúdo comercial de seus bens e/ou serviços.

2) Unesco

A Unesco entende que a economia da cultura abarca as atividades que combinam criação, produção e comercialização de bens e serviços com conteúdo de natureza cultural e intangível, tipicamente protegidos por direito de reprodução (copyright).

Baseada na nomenclatura do sistema harmonizado BPM5 (para bens) e EBOPS (para serviços), o relatório Internacional *flows of cultural goods and services 1994-2003*, da Unesco, reúne as atividades de bens e serviços culturais em quatro grandes grupos que abrangem 14 segmentos (UNESCO, 2005)

a) **Núcleo dos Bens Culturais:** heranças (patrimônio); livros; jornais e periódicos; outros materiais impressos; mídia gravada; artes visuais; mídia audiovisual (inclui videogames); b) **Núcleo dos Serviços Culturais:** serviços de audiovisual e correlatos; serviços de cobrança de *royalties* de *copyright* e de taxas de licenciamento; c) **Bens Culturais Correlatos:** equipamentos/material de apoio; plantas e desenhos de arquitetura e material de propaganda; d) **Serviços Culturais Correlatos:** serviços de informação e de agências de notícias; serviços de publicidade e arquitetura; outros serviços pessoais, culturais e recreacionais.

3) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Tendo como referencial o conceito adotado pelo extinto Ministério da Cultura brasileiro, para efeito de delimitação de seu foco de atuação no âmbito da economia da cultura, o BNDES adota a seguinte composição:

a) Patrimônio cultural: monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos e parques nacionais, acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos, patrimônio imaterial;

b) Audiovisual: produção para cinema, televisão e novas mídias, distribuição, exibição e infraestrutura (empresas de serviços de locação de equipamentos e de outros itens necessários à produção audiovisual), videogames;

c) Editorial: editoras e livrarias;

d) Fonográfico: gravadoras, distribuidoras, fabricantes de equipamentos de som, de gravação e de instrumentos musicais;

e) Outros bens e serviços culturais: produção e exibição de artes performáticas (dança, música, ópera, circo etc.), artes visuais (pintura, escultura), produção de livros especiais, obras literárias, CDs, DVDs e outros bens e serviços vinculados à arte e à cultura (GORGULHO et. al. 2009, p. 306/307).

Assim, o desenho da matriz da denominada economia da cultura é estratégico para se acompanhar a dimensão econômica das suas atividades e seus efeitos transversais (spillovers) em outras atividades, como por exemplo: a produção de conteúdos musicais envolve uma cadeia de entrelaçamentos *ex ant e ex post* como os cenários, os vídeos, a contratação de engenheiros de som entre outros. Também há os efeitos dos direitos de propriedade intelectual (Ver Verbeete Propriedade Intelectual), representado por marcas, patentes, direitos autorais, assim como o crescente uso de tecnologias e inovações no processo produtivo, a reprodução em massa dos bens culturais entre outros.

Em termos econômicos a cultura também se reflete na geração de empregos com maior escolaridade, que por sua vez tendem a pagar melhores salários. Assim, esta renda e emprego são capazes de aumentar o bem-estar.

[...] registre-se que a economia da cultura é, ambiental e culturalmente, um vetor de desenvolvimento sustentável: não se dá pelo consumo de recursos naturais, mas por uma combinação de criatividade, diversidade cultural e inovação tecnológica; e também preserva para as futuras gerações o capital cultural tangível e intangível das sociedades. (GORGULHO et. al., 2009, p. 307).

A Economia da Cultura dado seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é impactada pelo surgimento de novas tecnologias, diariamente: o que seria da produção de livros sem o uso do computador e das impressões a laser? Essas novas tecnologias, levam à adaptação das atividades e ambientes.

Além, de seu dinamismo, há um conjunto de características que vem conferindo à Economia da Cultura status de setor estratégico na pauta das estratégias de modernização e desenvolvimento (PORTA, 2006, p. 02):

1. A geração de produtos com alto valor agregado, cujo valor de venda é em grande medida arbitrável pelo criador;

2. A alta empregabilidade e a diversidade de empregos gerados em todos os níveis, com remuneração acima da média dos demais;

3. O baixo impacto ambiental;

4. Seu impacto positivo sobre outros segmentos da economia, como no caso da relação direta entre a produção cultural e a produção e venda de aparelhos eletrônicos (tv, som, computadores etc.) que dependem da veiculação de conteúdo;

5. Suas externalidades sociais e políticas são robustas. Os bens e serviços culturais carregam informação, universos simbólicos, modos de vida e identidades; portanto, seu consumo tem um efeito que abrange entretenimento, informação, educação e comportamento. Desse modo, a exportação de bens e serviços culturais têm impacto na imagem do país e na sua inserção internacional;

6. O fato do desenvolvimento econômico desse setor estar fortemente vinculado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial altamente inclusivo, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura;

7. O potencial de promover a inserção soberana e qualificada dos países no processo de globalização.

Para finalizar a discussão a questão do valor: o valor dos bens culturais é outra questão que a economia encontra dificuldades em utilizar os seus conceitos tradicionais. Os mercados de bens culturais afastam-se da noção clássica de mercado, proveniente da economia, segundo a qual o mercado é o lugar onde se trocam bens e serviços com utilidades marginais decrescentes ou onde os agentes possuem tendencialmente a mesma informação. Nos mercados dos bens culturais, pelo contrário, há a diversidade ou a raridade dos bens oferecidos e transacionados, sendo que a imperfeição da informação será quase sempre a regra. Também podemos contemplar a ideia de que na economia clássica, quanto mais se adquire menor o gosto ou a satisfação pelo bem ou serviço e, portanto, menor o preço a ser pago. Nos bens culturais ao contrário:

A discussão do consumo dos bens culturais incorpora variáveis que não apenas o preço e a renda do consumidor, mas a educação, as experiências passadas, a localidade, a classe social, entre outras (CAPRA FILHO; BEM, 2019).

Conclui-se que a cultura e suas atividades são fundamentais na dinâmica das diferentes regiões e sociedades e que as mesmas se tornaram um campo vasto de estudos da economia. No entanto, ainda há uma trajetória a ser perseguida pois não há uma uniformidade de atividades que são abarcadas por todos os países o que dificulta sua compreensão e valorização por parte dos estudiosos.

REFERÊNCIAS

BENHAMOU, Françoise. **A economia da Cultura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

CAPRA FILHO, L. A.; BEM, Judite Sanson de. O Caminho do Sol em São Paulo (Brasil): uma experiência de consumo cultural. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 8, p. 92-108, 2019. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/17/6>. Acesso em: 08.03.2021.

EUROPEAN COMMISSION. **European Statistical System Network on Culture**. FINAL REPORT. Luxembourg, 2012. Disponível em: https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/reports/ess-net-report_en.pdf. Acesso em 03.03.2021.

GORGULHO, Luciane Fernandes et. al. A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável. **BNDES Setorial** 30, p. 299 – 355, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/file.php/1827/eixo_2_diversidade_cultural_e_desenvolvimento/livro_eixo_2/aula_05/bndes%20set3007.pdf. Acesso em 04.03.2021.

PORTA, Paula. **Economia da Cultura**: um setor estratégico para o país. Ministério da Cultura: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7275/1/592.%20texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf>. Acesso em: 03.03.2021.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS; UNESCO SECTOR FOR CULTURE. **International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003**. Defining and capturing the flows of global cultural trade. UNESCO Institute for Statistics; UNESCO Sector for Culture. Montreal, Canada, 2005. Disponível em: http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-flows-of-selected-cultural-goods-and-services-1994-2003-en_1.pdf. Acesso em 03.03.2021.

ECONOMIA ECOLÓGICA

Clitia Helena Backx Martins

A partir da raiz grega comum dos termos Ecologia (*Ver Verbete Ecologia*) e Economia, constata-se que, se Ecologia significa o estudo (*logos*) da casa (*oikos*), a Economia corresponde às normas (*nomos*) da nossa casa ampliada, que é o planeta Terra. Contudo, tanto a economia convencional - de cunho neoclássico, como a Economia Ambiental (decorrente desta), e, mesmo a ecologia convencional, mostram-se insuficientes para prover uma análise ampla das conexões entre o sistema econômico e o ambiente natural. Deste modo, numa visão integradora com o meio ambiente, a Economia pode ser redefinida como o estudo das formas através das quais as pessoas se organizam para sustentar a vida e melhorar sua qualidade (GOODWIN *et al*, 2008).

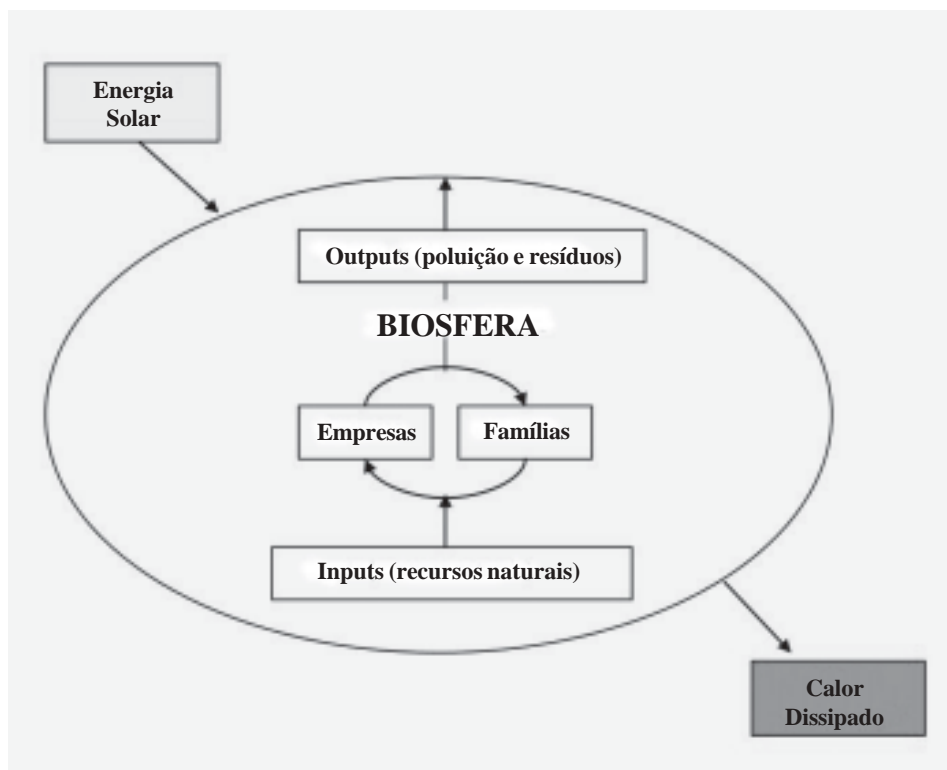
A Economia Ecológica, que se constitui a partir do final dos anos 1980 como uma área transdisciplinar, aponta para a necessidade do desenvolvimento de novos e múltiplos conceitos e instrumentos de análise. Entendida como a ciência da gestão da sustentabilidade, essa corrente estuda as relações entre os sistemas econômicos e os ecossistemas, a partir de uma crítica ecológica da economia convencional. Faz parte de um conjunto de distintas correntes teóricas, tais como a Ecologia Política, a Sociologia Ambiental, a abordagem da Sociedade de Risco, e, no campo epistemológico, a Epistemologia da Complexidade, a Racionalidade Ambiental e as Epistemologias do Sul, que configuram alternativas de pensamento sobre o modelo predatório de desenvolvimento vigente na maior parte das sociedades humanas.

O princípio de sustentabilidade implícito no escopo da Economia Ecológica consiste basicamente no uso prudente e equitativo do capital natural (ou ambiental – *Ver Verbete Capital Natural*) e a possibilidade de repassar à próxima geração um estoque desse capital com uma capacidade potencial de produzir um nível de bem-estar pelo menos equivalente ao presente nível. Consequentemente, o desenvolvimento humano deveria ser orientado para a inserção dos processos econômicos nos limites da biosfera.

Nesse sentido, diferentemente da visão convencional da economia, que resume o sistema econômico a um fluxo circular de bens e da renda entre empresas e famílias (ou indivíduos), através do mercado de fatores de produção e o de bens e serviços, a Economia Ecológica insere este fluxo no âmbito da biosfera, com um fluxo de energia proveniente originalmente do sol, que sofre uma conversão final em energia dissipada. Nesse processo, os recursos naturais que entram no ciclo produtivo saem deste na forma de resíduos ou contaminação. Em outras palavras, a Economia Ecológica utiliza os princípios da termodinâmi-

ca, abrangendo o fluxo monetário mais os fluxos de matéria e energia no ambiente, e leva em conta a entropia no processo de produção econômica, conforme ilustração a seguir.

Figura 2 – Diagrama do Fluxo Circular Ampliado



Fonte: HARRIS, J.; CODUR, A., 2004. Tradução e adaptação da autora.

Ademais, de acordo com as respectivas abordagens sobre as relações entre economia e meio ambiente, observam-se distintas visões sobre a sustentabilidade, como a seguir:

a) a da “sustentabilidade fraca”, correspondente à Economia Ambiental, de cunho neoclássico, que acredita ser possível a substituição irrestrita do capital natural por capital manufaturado, como por exemplo: se uma madeira natural é utilizada até sua extinção, sugere-se substituí-la por um material sintético;

b) a da “sustentabilidade forte”, vinculada à Economia Ecológica, que coloca a necessidade de manutenção de um capital natural crítico, levando em conta a capacidade de suporte (*carrying capacity*) dos ecossistemas (*Ver Verbete Ecosystema*) e a noção de que as capacidades biofísicas não são infinitamente

elásticas. Desse ponto de vista, capital natural e capital manufaturado são complementares e não substituíveis; assim sendo, os recursos naturais possuem um alto valor intrínseco, ou seja, um valor de existência.

O Quadro 1, a seguir, apresenta sinteticamente as diferentes abordagens das correntes assinaladas sobre temáticas que dizem respeito às relações entre economia e meio ambiente.

Quadro 1 – Economia convencional, Economia Ambiental e Economia Ecológica: distintas abordagens

Visão básica do mundo	Economia Convencional	Economia Ambiental	Economia Ecológica
	Mecânica, estática, atomística.	Mecânica, estática, atomística.	Dinâmica sistêmica, evolutiva.
Dimensão temporal	De curto prazo.	De curto prazo.	Escala múltipla: de dias a éons (tempo geológico).
Objetivo básico no nível macro	Crescimento da economia.	Crescimento da economia.	Sustentabilidade econômico-ecológica; decrescimento ou economia estacionária.
Objetivo básico no nível micro	Maximização do lucro (empresas) ou da utilidade (indivíduos).	Conservação de espécies ou de ecossistemas.	Sustentabilidade econômico-ecológica.
Hipótese sobre o progresso tecnológico	Muito otimista, tendo a tecnologia como solução.	Otimista.	Prudência; incerteza sobre o uso das novas tecnologias.
Postura acadêmica	Disciplinar.	Disciplinar.	Transdisciplinar.

Relações com o entorno natural	Não tem; desconhece as funções do entorno.	Reconhece o entorno e o valora economicamente.	Busca e analisa as relações entre os sistemas econômico e ecológico.
Sobre a base de recursos naturais	Considera essa base como ilimitada.	Considera como limitada, e propõe substituições do capital natural por capital produzido.	Considera como limitada e insubstituível. Adverte sobre o risco da perda de serviços ambientais e ecossistêmicos.
Principal mecanismo de análise	Cálculo de custos e benefícios, segundo as preferências subjetivas.	Cálculo de custos e benefícios, incluindo as externalidades.	Sistemas multicriteriais de análise. Teoria de sistemas.
Serviços ambientais	Não os reconhece.	Reconhece, em termos de seu valor de mercado.	Reconhece seu alto valor de existência, tanto para a espécie humana, como para as outras espécies.
Posição frente às outras espécies	Considera somente a espécie humana	Considera apenas para conservação, com ênfase nas espécies “ícones”: baleias, focas, ursos panda.	Considera seu direito à sobrevivência, bem como ao seu desenvolvimento completo como espécies em seus próprios ecossistemas.

Equidade intergeracional	Não contempla.	Não contempla.	Manifesta preocupação e defende o direito das gerações futuras ao usufruto da natureza.
Modelo de sustentabilidade	Sustentabilidade fraca.	Sustentabilidade fraca.	Sustentabilidade forte.

Fonte: PENGUE, W., 2009. Tradução e adaptação da autora.

REFERÊNCIAS

GOODWIN, Neva *et al.* *Economics in Context: Goals, Issues, and Behavior*. Global Development And Environment Institute, Tufts University, 2008. Disponível em <http://www.ase.tufts.edu/gdae/education_materials/modules/Economics_in_Context_Goals_Issues_and_Behavior.pdf> Acesso: 08 dez. 2016.

HARRIS, Jonathan M.; CODUR, Anne-Marie. *Macroeconomics and the Environment*. Global Development And Environment Institute, Tufts University, 2004. Disponível em <http://www.ase.tufts.edu/gdae/education_materials/modules/Macroeconomics_and_the_Environment.pdf> Acesso: 08 dez. 2016.

PENGUE, Walter. *Fundamentos de economia ecológica*. Buenos Aires: Ediciones Kaicron, 2009.

Outras referências

CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. *Economia ecológica – Princípios e Aplicações*. Lisboa, Instituto Piaget, 2004.

DIAMOND, Jared. *Colapso*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

JACKSON, Tim. *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*. E-pub. São Paulo: Editora Planeta Sustentável, 2013

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.) *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARTINEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo, Ed. Contexto, 2007.

MAY, Peter (org.). *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier; ECOECO, 2010 (2ª edição revista e aumentada).

VEIGA, José Eli (org.). *Economia socioambiental*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

ECONOMIA INFORMAL

Silvio Cezar Arend

A Economia Informal abrange as atividades econômicas que não são formalizadas, ou seja, não tem o devido registro legal da atividade, não são relações de produção, comercialização e consumo contratualizadas. Envolve um conjunto de atividades à margem do sistema de formalização e registro, não tendo, por exemplo, o registro da empresa junto aos órgãos competentes ou, mesmo em o tendo, pode não haver o registro formal dos (ou parte dos) empregados ou a não correspondente emissão de documentos fiscais comprobatórios das transações realizadas. Desta forma, a atividade informal não paga impostos ao governo.

Atividades informais são encontradas em diversos setores, notadamente em pequenos empreendimentos. À medida que a empresa aumenta o porte, o registro formal de toda sua atividade passa a ser imperioso. Entretanto, atividades como o comércio ambulante (camelôs), trabalhadores domésticos ou rurais (diaristas), manicures, cabeleireiros, guarda e lavagem de carros, profissionais autônomos de toda natureza e até mesmo consultorias e assessorias, entre outras, são mais propensas à informalidade. É importante atentar para o fato de que a informalidade da atividade não indica o exercício de uma atividade ilegal – muito embora um vendedor ambulante ao vender produtos “pirateados” faça parte da Economia Informal ao mesmo tempo em que comete uma ilegalidade. Para atividades ilícitas também se usa o termo “Mercado Negro”, relativo a produtos comercializados ilegalmente – por exemplo, armamento de uso restrito das Forças Armadas, produtos obtidos de formas ilegais ou desviados do curso normal de comercialização.

Portanto, a Economia Informal constitui todas as atividades econômicas de produção, comercialização e prestação de serviços sem o devido registro e o respectivo recolhimento de tributos ao governo e encargos sociais decorrentes do emprego (*Ver Verbete Emprego*) de mão de obra. A informalidade tem como motivação um conjunto de fatores, destacando-se entre eles burocracia, tempo e custo para o registro de uma empresa; impostos cobrados pelos governos (municipal, estadual e federal); encargos trabalhistas; exigências sanitárias, de instalações e/ou de outra natureza impostas pelos órgãos de fiscalização. Também contribui para isto um desejo manifesto de evitar a regulamentação ou tributação da atividade, independentemente do custo efetivo de formalização ou dos impostos cobrados.

Para reverter esta situação, o Governo Federal promulgou a Lei Complementar 123, em dez/2006 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm), conhecida como a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas,

com o intuito de simplificar as formas de arrecadação de impostos e diminuir a burocracia para abrir um pequeno negócio. Posteriormente, em dez/2008, através da Lei Complementar 128, é instituída a figura do Microempreendedor Individual (MEI), que “poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo” (art. 18-A) (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm).

Por não haver o devido registro destas atividades, sua mensuração em termos da participação na economia (como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, por exemplo) é extremamente difícil e sujeita às mais diversas imprecisões. O estudo Economia Informal Urbana (IBGE, 2003), apresenta os resultados da pesquisa sobre pequenos empreendimentos urbanos, tendo identificado um total de 10.525.954 empreendimentos não agrícolas no país com até 5 empregados, das quais 10.335.962 estavam no setor informal, ocupando 13.860.868 pessoas (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/>).

O estudo revelou que 31% dos homens estavam no mercado informal por não conseguirem emprego e 32% das mulheres estavam na informalidade para aumentar a renda da família. O estudo também identificou que somente 2% dos proprietários de empresas informais tinham nível superior e 53% dos empreendedores não faziam nenhuma forma de registro contábil das atividades desenvolvidas, com uma característica básica dos empreendimentos de uma falta de limite entre o orçamento familiar e o empresarial.

REFERÊNCIAS

Download do estudo Economia Informal Urbana: Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26150>

Download do relatório metodológico do estudo: Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=229357>

ECONOMIA INTERNACIONAL

Argemiro Luís Brum

A economia internacional é um dos quatro grandes grupos de estudo da ciência econômica, juntamente com a microeconomia, macroeconomia e crescimento/desenvolvimento econômico. Ela estuda as relações entre países, especialmente no que diz respeito ao comércio.

Segundo Carvalho e Silva (2009), seu estudo parte da ideia de que nenhuma nação existe em isolamento econômico. Simplesmente porque nenhuma nação consegue produzir todos os bens de que necessita. Desta forma, o vínculo entre as nações assume a forma de movimentos internacionais de bens e serviços.

Quanto mais esse vínculo for reforçado, mais aumenta o grau de interdependência econômica entre elas. Afinal, o intercâmbio entre as nações, pessoas e empresas é importante porque permite que elas se especializem na produção de artigos que fabricam com maior eficiência (menores custos). O mesmo permite, igualmente, usar as receitas dessas atividades para adquirir de terceiros os itens que para elas têm elevado custo de produção, levando-se em conta as vantagens comparativas e competitivas.

Assim, muitas nações, por possuírem pouca disponibilidade de recursos e mercados domésticos limitados, não conseguem produzir com eficiência razoável a variedade de produtos que desejam consumir. Mas encontram no exterior muito produto mais barato do que sua produção interna. Portanto, nada mais lógico do que realizar trocas comerciais internacionais. Isso requer a prática do livre-comércio, com uma consequente abertura comercial.

Esse processo ganha substância diante da globalização (Ver Verbete Globalização) cada vez maior que impele o mundo. Sendo este um processo irreversível, movida por mudanças tecnológicas; forte avanço da informação; e influência sobre os locais de produção (um número cada vez menor de produtos pode ser fabricado atualmente de modo competitivo somente na base de conteúdo nacional), a grande maioria das nações percebe que possui recursos e mercados domésticos limitados, não conseguindo produzir com eficiência razoável a variedade de produtos que desejam e precisam consumir (BRUM e HECK, 2005). Para solucionar isso, a saída passa a ser o comércio internacional.

Neste contexto, o estudo da economia internacional nos remete à importância da concorrência, a qual é essencial para a inovação e a produção eficiente. Todavia, o liberalismo econômico, que alimenta a concorrência, não pode prescindir de normas de controle, particularmente sobre o capital financeiro, como se viu nas causas da grande crise mundial de 2007/08.

Para a economia internacional existem quatro principais falácias: 1) o intercâmbio entre países constitui uma atividade de soma zero; 2) julgar que tarifas, cotas e outras restrições à importação manterão empregos e promoverão um maior nível de emprego, embora possa ser oneroso transferir rapidamente os recursos protegidos para outras atividades mais produtivas; 3) a noção de que importar é ruim e exportar é bom; 4) as importações reduzem os empregos e atuam como um obstáculo para a economia, ao passo que as exportações promovem o crescimento e o emprego (CARBAUGH, 2004).

Agora, o estudo da mesma nos mostra que o comércio internacional não é uma panaceia. Conforme Krugman e Obstfeld (2010) deixam intrínseco em seus estudos, existem consequências relacionadas a abertura comercial. Dentre elas pode-se destacar: 1) nem sempre o comércio internacional permite que todas as nações tirem proveito do mesmo. Tudo depende de suas estruturas internas e suas organizações estatais e privadas; 2) se é verdade que o comércio externo pode diminuir as pressões inflacionárias internas, também é verdade que a economia interna fica mais vulnerável às turbulências iniciadas no exterior, enquanto ajuda a dissipar as turbulências originárias no interior do país; 3) o fato é que se pode construir uma economia mais diversificada e adaptável às alterações da oferta e demanda, onde aumentar preços internos fica mais difícil, pois o consumidor pode buscar produto similar no exterior, implicando que a expansão econômica pode não acarretar os riscos inflacionários; 4) depender exclusivamente de produtos importados pode ser perigoso, pois os preços externos podem se elevar fortemente por diferentes motivos, atingindo a economia interna, caso o país não tenha alternativas locais de substituição.

O comércio internacional permite que uma nação aumente sua produtividade (Ver Verbete Produtividade) ao eliminar a necessidade de produzir todos os bens e serviços no próprio país, pois nenhuma Nação pode ser competitiva em tudo. Nesse contexto, a concorrência mundial coloca os setores produtivos diante dos melhores, fato que tende a melhorar a performance das empresas locais, desde que preparadas para tal concorrência.

Isso significa que nem todas as empresas se beneficiam do comércio internacional, assim como nem todos os trabalhadores ganham com o comércio internacional, embora o mesmo possa beneficiar a maioria deles (CAVES, FRANKEL e JONES, 2001).

Neste contexto, existe um forte debate entre os defensores e os contrários ao livre-comércio. Para os primeiros, o comércio internacional resulta em maiores níveis de consumo e investimento, preços menores das commodities e numa gama mais ampla de escolha de produtos para os consumidores, geralmente com melhor tecnologia. Já os contrários, consideram que a globalização atual da economia, com o aumento do comércio mundial, beneficiou mais as empresas e

menos os trabalhadores e as regiões. Geralmente, os argumentos contra o livre-comércio tendem a ser feitos durante períodos de capacidade produtiva ociosa e desemprego elevado, motivados por crises.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, R. & GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2016.

BRUM, A. L. & HECK, C. R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: UNIJUI, 2005.

CARVALHO, M. A. de e SILVA, C. R. L. da. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000/2009.

CARBAUGH, R. J. **Economia internacional**. São Paulo: Ed. Thomson, 2004.

CAVES, R. E., FRANKEL, J. A. & JONES, R.W. **Economia internacional: comércio e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001.

KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. **Economia internacional**. São Paulo: Ed. Pearson, 2010.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: LeBooks Editora, 2018.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SALVATORE, D. **Introdução à economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Nova Fronteira, 2017.

ECONOMIA REGIONAL

Argemiro Luis Brum

De uma maneira simplificada pode-se dizer que a economia regional é o ramo da economia que se dedica a estudar as disparidades e o desenvolvimento entre determinadas regiões. Todavia, tal conceito esconde uma conceituação bem mais completa e abrangente. A economia regional se situa no campo de estudo da chamada economia espacial, a qual tem a preocupação de estudar a localização de determinada atividade econômica em relação a outras atividades econômicas, destacando aspectos como proximidade e ou concentração. Esta economia espacial tem sido dividida em duas abordagens: locacional (*Ver Verbetes Quociente Locacional*) e regional. No caso desta última, a preocupação é com agrupamentos ou aglomerações (*Ver Verbetes Aglomeração de Empresas*) das atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas inter-relacionadas e próximas, dentro de áreas geográficas, chamadas de regiões. Portanto, trata-se de uma abordagem com um viés macroeconômico.

Dubey (1977) define a economia regional como sendo o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo onde os recursos estão distribuídos desigualmente e são imperfeitamente móveis, o que cria problemas sociais.

Vista pela ótica disciplinar, a importância da economia regional estaria ligada às necessidades de aprendizado das especificidades das regiões e à necessidade de aprendê-las enquanto bases produtivas ou dinâmicas. Torna-se, assim, um instrumento importante para concepções de políticas de âmbitos nacional e internacional, com o objetivo de redução de desigualdades ou de simples avaliação das situações. A ciência regional se consolida como uma disciplina do pós-Segunda Guerra Mundial "...quando a preocupação com os problemas da gestão do espaço, tomam maior consciência na sociedade, tornando-se referência na análise das políticas de ordenamento territorial, com vistas à constituição de sociedades mais justas e prósperas sobre os destroços da guerra".

Para Souza (1981), a economia regional compreende a introdução do elemento espaço na análise econômica; o estudo de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como: a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, e assim por diante.

Citando Walter Isard, Souza (2017) destaca que a economia regional depara-se com cinco problemas principais: a) identificar as indústrias a implantar

com prioridade em cada região, para maximizar o crescimento regional e assegurar rentabilidade satisfatória para o empreendimento; b) aumentar a renda *per capita* e os níveis de emprego regionais; c) proporcionar a integração interna do parque industrial regional, bem como sua diversificação; d) proporcionar o planejamento nacional com base na agregação dos planejamentos regionais, de sorte a obter-se a alocação racional dos recursos escassos; e) ocupar mais racionalmente o espaço nacional, repartindo da melhor forma possível os homens e as atividades econômicas.

Enfim, "...a Economia Regional não é simplesmente uma disciplina que trata exclusivamente dos problemas locacionais ou da imobilidade dos fatores. Ela trata igualmente da distribuição desigual dos recursos, de sua mobilidade; mesmo havendo mobilidade perfeita dos recursos haverá sempre Economia Regional, pois persistirão os problemas das desigualdades regionais e da má alocação dos recursos (desigualdade na repartição dos recursos naturais (*Ver Verbetete Recursos Naturais*) e humanos)".

REFERÊNCIAS

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002.

DUBEY, V. *Definição de economia regional*. In: SCHWARTZMAN J. Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

ISARD, W. *Methods of regional analysis: an introduction to regional science*. The Massachusetts Institute of Technology: Cambridge, Massachusetts (USA), 1962. 832 p. (2ª. Ed.).

SOUZA, N. de J. de. *Economia regional: conceito e fundamentos teóricos*. Perspectiva Econômica. Unisinos: São Leopoldo/RS, Ano XVI, v.11, n. 32, 1981, p. 67-102.

SOUZA, N. de J. de. *Economia regional: conceito e fundamentos teóricos*. In: <http://portalpos.unioeste.br/media/File/reni.reis/4%20ECONOMIA%20REGIONAL%20%20CONCEITO%20E%20FUNDAMENTOS%20TEORICOS.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

José Odelso Schneider

A Economia Solidária vem sendo defendida em muitos trabalhos como alternativa à grave situação da precariedade nas relações de trabalho. Paul Singer (2003), um dos promotores do projeto Economia Popular Solidária, como também é conhecida, pode ser considerada um modo de produção inovador dentro do próprio sistema capitalista.

Sua principal argumentação é que esse modo de produção, mesmo ocupando as “brechas” do sistema, poderia caminhar rumo a uma nova organização social, de cunho socialista, democrático e popular, por meio de sua multiplicação. Partindo dos princípios que foram suscitados junto com a primeira cooperativa na Europa já a mais de 194 anos, desde a primeira cooperativa de consumo criada por William King em 1827, ou a mais de 173 anos desde a emergência da Cooperativa Pioneira de Rochdale em 1844, pode evidenciar-se a sua grande atualidade.

Cabe destacar especialmente o princípio da gestão democrática, que foi implantado por cooperados trabalhadores, que o fizeram de forma audaz e inovadora no ambiente europeu de então, quando ainda não havia experiências de exercício do poder na base de “uma pessoa, um voto” no cenário político europeu de então.

Esta forma inovadora de organização empresarial, fazia parte do ambiente de lutas emancipadoras dos trabalhadores, como em processos de constituição de fábricas cooperativas ou de recuperação de fábricas falidas, como também em outras formas de manifestações reivindicatórias e de associativismo.

Muitas destas iniciativas operárias, tanto naquela época como também atualmente, acabaram sendo agrupados e misturados com outras formas de organização, de fomento e, de políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) que buscam soluções mitigadoras para problemas estruturais tais como o desemprego (*Ver Verbete Tipos de Desemprego*) e a exclusão social. Desta forma, coexistem atualmente forças de resistência com forças revolucionárias, movimentos da sociedade civil organizada, com práticas assistencialistas, paternalistas e dependentes, com o mutualismo, o cooperativismo e a economia solidária que acabaram sendo partes de um mesmo e amplo processo da Economia.

Estamos vivendo uma época de grandes mudanças, ocorrendo de forma diversificada em todos os campos da vida econômica, social e cultural e de modo especial, no mundo do trabalho. As inovações tecnológicas e administrativas nos processos produtivos, a revolução na informática e seus impactos em todos os setores da economia e da sociedade, promovem a robotização e a automação, eliminando de forma progressiva tradicionais postos de trabalho e de renda.

Não há dúvida que tais transformações geram novos postos de trabalho, mas não em número suficiente para compensar o grande contingente de trabalhadores que são excluídos do processo produtivo e de renda, na época de um crescimento demográfico ainda significativo. Aumenta assim o número de desempregados, de subempregados, enfim, de excluídos.

Face a esta dramática situação, a sociedade, a própria economia, as entidades associativas e os poderes públicos se mobilizam para enfrentar esta realidade. Emergem assim as inúmeras iniciativas animadas por empreendimentos da economia solidária, e pelo avanço da economia civil, com o efetivo protagonismo popular e de base na condução dos processos econômicos e comerciais, criando associações ou cooperativas para estruturar as iniciativas da economia solidária, visando gerar trabalho e renda para comercializar o que produzem.

Neste cenário de crise em que se vive, o Estado procura repassar para a sociedade civil, crescentes parcelas de responsabilidade na busca de saídas, entre elas, respeitando o espaço e apoiando o terceiro setor. Deste modo, nascem as Organizações Não-Governamentais (ONGs) para assumir parte desta responsabilidade. Nesta nova categorização, os empreendimentos da economia solidária e o cooperativismo também se incluem no terceiro setor. Trata-se de uma articulação e associação de pessoas, com valores e princípios previamente consensuados. Ambas, as ONGs e os empreendimentos da economia solidária e Cooperativas, tentam atenuar as desigualdades sociais oriundas do acúmulo e concentração de riquezas que ocorre a ritmos cada vez mais velozes, a cooperação integra a idéia de trabalho social combinado, onde, segundo uma nova visão: “É preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca”.

Por isso que atualmente se multiplicam iniciativas que buscam alternativas de sobrevivência aos desequilíbrios sociais, causados pelo sistema econômico neoliberal. Este sistema acolhe e estimula o desenvolvimento tecnológico, informacional e organizacional, porque lhe permite gerar crescentes margens de lucro e de concentração de capital, de propriedades, poder e o domínio do progresso científico. Ao mesmo tempo este sistema gera o desemprego em massa, a exclusão e a exploração da mão de obra.

Como reação e resistência a este processo, já há 194 anos, na Inglaterra e na França surge o cooperativismo (*Ver Verbete Cooperativismo*) e o sindicalismo, e nas últimas décadas na mesma direção se multiplicam os empreendimentos da economia solidária como uma nova possibilidade de reestruturação do processo produtivo e da própria sociedade. Tendo como foco o trabalho, o ser humano se identifica e busca sua satisfação plena, abre espaços para o protagonismo, estabelece uma identificação direta com o produto que produz, tendo acesso à utilização do mesmo e não somente focado no capital.

Este movimento de resistência presente nos inícios do capitalismo industrial, hoje se renova e se reflete num novo contexto de conflitos e tensões, onde os múltiplos empreendimentos da economia solidária, somam esforços e iniciativas, ao lado da longa trajetória do cooperativismo, em busca de uma economia mais solidária, humana e participativa, em suma, na busca de “uma outra economia possível”, ou de “um outro desenvolvimento possível”.

Portanto, parafraseando Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras e da Aliança Cooperativa Internacional, é possível dizer que: Quando se investe esforços em empreendimentos da economia solidária e numa instituição cooperativa, tem-se a certeza de que se vence a exclusão, gera-se empregos, distribui-se equitativamente a riqueza, potencializa-se a produtividade, decide-se democraticamente, propõe-se o protagonismo dos agentes, não se atenta contra o meio ambiente, propaga-se o bem-estar no meio comunitário, há mais vinculação com os setores econômicos, há efetiva geração de produtos e serviços, há mais segurança e transparência e por fim, sempre tende a priorizar-se a dignidade e o bem-estar das pessoas (RODRIGUES, 2008, p. 31).

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Roberto. *Cooperativismo: democracia e paz – surfando a segunda onda*. São Paulo: s. n, 2008.

SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Ladislau Dowbor

No planeta, somos 7,8 bilhões de habitantes e 80 milhões a mais, um país do tamanho do Egito, a cada ano. E todos querendo consumir mais. A conta simplesmente não bate. Atualmente, utilizamos o cálculo da ‘pegada ecológica’ (*Ver Verbete Pegada Ecológica*), o quanto cada habitante precisa de espaço na terra para a sua sobrevivência, o espaço da sua casa, a terra para produzir a sua comida e assim por diante. O indiano, que é pobre, sobrevive com 0,9 hectare. O americano, que é mais espaçoso, precisa de 10 hectares. Se todo mundo fosse viver com o estilo americano, foi calculado que precisaríamos de quatro planetas. O problema é simples: precisamos viver de maneira sustentável. Falta convencer os que têm meios suficientes para viver de maneira não sustentável, e acham, por exemplo, que os dados sobre a mudança climática são uma invenção de acadêmicos. No centro do problema da economia sustentável, não estão nem a falta de meios, nem a falta de conhecimentos, e sim as resistências políticas.

O mundo produz bens e serviços no valor de cerca de 88 trilhões de dólares por ano. Isso representa um produto per capita de 11 mil dólares. Traduzido em reais, são cerca de 60 mil por ano e por pessoa, o que significa que com o fluxo atual de produção podemos assegurar cerca de 20 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Em outros termos, com o que atualmente produzimos poderíamos assegurar vida digna e confortável para todos no planeta. É o caso também do Brasil, que se situa abaixo da média mundial, mas com 11 mil reais por mês por família de 4 pessoas, tem como problema principal não a falta de recursos, mas o caos político e social. O drama do planeta atualmente é que há uma imensa desigualdade no acesso aos bens e serviços: cerca de 2 bilhões estão na pobreza ou na miséria, não têm acesso sequer à luz elétrica, quanto mais a outros bens essenciais. Cerca de 800 milhões passam fome, isso que só em cereais produzimos mais de um quilo por pessoa e por dia. Entre 4 e 6 milhões de crianças morrem todo ano por insuficiente acesso a coisas tão básicas como alimento e água limpa. Esse drama é de longe a nossa prioridade principal. O caos de governança (*Ver Verbete Governança*) global é anterior à pandemia, mas esse novo drama o torna mais óbvio.

Os dois eixos acima, o ambiental e o social, estão no cerne do que se entende por economia sustentável. Temos de assegurar o acesso equilibrado aos bens e serviços, e uma vida digna para todos, sem prejudicar as gerações futuras. Esta visão vem sendo formulada há décadas, com o documento “*O nosso futuro comum*” preparado para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*), a Rio-92, em que aprovou a Agen-

da XXI. No início do novo milênio se aprovou “*Os Objetivos do Milênio*”, organizando um conjunto de metas para 2000-2015. E em 2015 se aprovou em Nova Iorque os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (*Ver Verbete Agenda 2030*), que traçam o nosso caminho recomendado para 2016-2030. Ainda em 2015, em Paris e em Addis Abeba, foram aprovadas em conferências internacionais as propostas para a mudança da matriz energética para reduzir o impacto climático, e o documento básico sobre o financiamento do desenvolvimento sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*). Sabemos, portanto, o que fazer. Temos acordos internacionais para fazê-lo e, no entanto, os dramas se avolumam. E a janela de tempo que temos para enfrentá-los é cada vez mais estreita.

O entrave principal está no processo decisório, na chamada governança dos países, das corporações e do planeta em geral. A conferência de Paris sobre a mudança climática decidiu que se alocariam 100 bilhões de dólares anuais para países em desenvolvimento para financiar as mudanças tecnológicas e investimentos destinados a reduzir as emissões de gases estufa. Parece muito, no entanto, em paraísos fiscais temos mais de 20 trilhões de dólares, 200 vezes mais. São recursos financeiros que resultam predominantemente de evasão fiscal, de corrupção empresarial e política, de tráfico de armas e drogas, de criminalidade em geral. Este dinheiro, em vez de servir ao desenvolvimento sustentável, serve ao enriquecimento dos intermediários financeiros, o que tanto agrava a situação ambiental como o drama da desigualdade.

Entrave semelhante se encontra nas grandes corporações, nos dias atuais, essencialmente controladas por bancos (*Ver Verbete Democracia Econômica*) que exigem a maximização do rendimento financeiro. Pouco adianta um engenheiro da Samarco, em Mariana, técnico que entende do processo produtivo e da fragilidade das barragens alertar a diretoria: a Samarco é controlada pela Vale, que por sua vez é controlada pelo grupo financeiro Valepar, que presta contas para o Bradesco, que presta contas para acionistas que mal sabem como se extrai minério. E o outro controlador da Samarco, o gigante mundial Billiton, é acionista de inúmeras empresas mineradoras em todo o planeta, mal sabe onde fica Mariana, e se interessa apenas por maximizar retornos. A palavra do engenheiro terá pouco peso frente às exigências da rentabilidade. É o próprio processo decisório das corporações, com o peso de acionistas distantes, que trava a responsabilidade corporativa e a adoção de políticas de responsabilidade ambiental e social. O fato da grande mídia ser financiada pela publicidade das mesmas corporações e interesses financeiros trava inclusive a informação adequada para que a população pressione por uma economia sustentável.

Torna-se assim cada vez mais importante a atuação de organizações da sociedade civil, como o Greenpeace, a Oxfam, as organizações de direitos huma-

nos, os centros acadêmicos de pesquisa, as diversas instituições que asseguram com todas as suas limitações informação isenta e ajudam a mobilizar as pessoas. Muitas fontes alternativas de informação como Envolverde, Mercado Ético, IHU, Carta Maior, Outras Palavras, Caros Amigos e muitos estudos, além de relatórios da ONU geram ferramentas que permitem às pessoas ter uma visão mais clara dos desafios. O tema geral de *Global Green New Deal* resume os propósitos.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. *A Economia Desgovernada: novos paradigmas – 2020* - <https://dowbor.org/2019/10/ladislau-dowbor-a-economia-desgovernada-novos-paradigmas-14-de-outubro-de-2019.html>

BOFF, Leonardo. *Onde está o poder hoje no mundo*, 2016. Disponível em: <http://dowbor.org/2016/10/leonardo-boff-onde-esta-o-poder-hoje-no-mundo-outubro-2016-4p.html/>

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Agenda 2030 – Nova Iorque 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

PAPA FRANCISCO – *Laudato Sí* – Roma, 2015. Disponível em: <http://dowbor.org/2015/07/enciclica-laudato-si-mensagem-do-papa-ao-mundo-sobre-os-desafios-ambientais-e-sociais-da-humanidade-agosto-2015-88p.html/>

ECONOMIA VERDE

Silvio Cezar Arend

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Economia Verde pode ser definida como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz, significativamente, riscos ambientais e escassez ecológica”. Ou seja, de acordo com esta visão, a Economia Verde se caracteriza por um conjunto de tecnologias que, aplicadas ao processo produtivo, possam gerar um desenvolvimento sustentável nos aspectos ambiental e social. Seu principal objetivo é compatibilizar o desenvolvimento econômico com a igualdade social, erradicação da pobreza e melhoria do bem-estar das pessoas, com redução dos impactos ambientais (*Ver Verbete Impactos Ambientais*) negativos.

A Economia Verde preconiza a redução do uso de combustíveis fósseis e o aumento do uso de energias renováveis, bem como a eficiência na utilização dos recursos naturais. Por sua proposta, os serviços ecossistêmicos são considerados e as externalidades são internalizadas nos custos dos processos produtivos, sendo que os agentes econômicos passariam a considerar a escassez dos recursos naturais e a eficiência energética em suas decisões de investimento, produção e consumo.

Desta forma, a proposta da Economia Verde seria uma maneira de implementar princípios de sustentabilidade nos processos produtivos. Estes, por sua vez, seriam oportunidades de novos negócios. Com isso, o crescimento da renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*) e do emprego (*Ver Verbete Emprego*) são puxados por investimentos, públicos e privados, que melhoram o estado geral do meio ambiente através de tecnologias que reduzem a poluição e as emissões de carbono.

A proposta da Economia Verde começou a ter maior visibilidade a partir da Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 2012, conhecida como Rio+20. No conjunto de propostas para a questão ambiental acordadas nas discussões realizadas na conferência, o indicativo foi de adoção da Economia Verde como referência para o modelo de desenvolvimento a ser perseguido pelas empresas e pelas nações. Isto acontece a partir do argumento de não haver uma dicotomia entre a sustentabilidade ambiental e o crescimento econômico e que a transição para uma economia mais sustentável poderia ser realizada tanto pelos países pobres como pelos países ricos. Esta transição deveria procurar, em um primeiro momento, manter o nível de capital natural (*Ver Verbete Capital Natural*) e, posteriormente, recuperar o capital natural degradado, pensando o mesmo como ativo de valor econômico e gerador de benefícios à popu-

lação, especialmente a mais pobre, que é mais afetada por problemas ambientais e climáticos (poluição, secas, enchentes, etc).

Uma das críticas a esta visão, entre outros pontos, diz respeito aos próprios pressupostos adotados que reforçam a visão de mercado (maximização do lucro, redução dos custos de produção e mercantilização da natureza) e a crença na tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*) como forma de superar o problema ambiental, sem questionar o atual padrão de consumo (ou consumismo) e estilo de vida. Isto, principalmente, nos países mais ricos, em contraste com o padrão de vida dos países mais pobres, que não tem acesso a um mínimo de alimentos e energia para suas necessidades. Outra crítica que se apresenta é que muitas vezes a expressão Economia Verde é apenas um artifício para melhorar a imagem de empresas ou governos, não consistindo em medidas de fato em prol do meio ambiente, fenômeno identificado como *greenwashing*.

Como proposta alternativa concorre o Ecodesenvolvimento, proposto inicialmente por Maurice Strong, primeiro diretor executivo do PNUMA e secretário geral das Conferências em Estocolomo (1972) e Rio de Janeiro (1992). A partir das orientações de Strong, Ignacy Sachs desenvolveu o conceito, compreendendo cinco dimensões para a sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Da proposta inicial do Ecodesenvolvimento a discussão passou, após a divulgação do Relatório Brundtland (NOSSO FUTURO COMUM, 1987), a se concentrar no Desenvolvimento Sustentável e este, por sua vez, posteriormente, passou a dar espaço à proposta da Economia Verde. Atualmente a discussão do Ecodesenvolvimento está amparada nas orientações da vertente da Economia Ecológica (*Ver Verbete Economia Ecológica*), crítica ao modelo produtivista intensivo em combustíveis fósseis, pregando a observância ao princípio da entropia como critério principal de valoração das atividades econômicas.

Outros movimentos contrários à Economia Verde dão conta de diversos aspectos, dentre os quais pode-se destacar uma resistência ao que se convencionou chamar de “ambientalismo de mercado” (a transformação da natureza em mercadorias sujeitas à exploração e acumulação privada, conduzida pela lógica de mercado). Somado a isso, está o ceticismo em relação à proposição de um novo conceito (e todo o tempo de novos debates nos fóruns ambientais mundiais sem a resolução de problemas prementes, como uma forma de desviar o foco da questão).

REFERÊNCIAS

Escritório do PNUMA no Brasil. Disponível em: <http://web.unep.org/regions/brazil>

Inclusive Green Economy – United Nations Environment Programme: Disponível em: <http://web.unep.org/greeneconomy/>

United Nations Environment Programme. Towards a green economy. pathways to sustainable development and poverty eradication. Disponível em: <http://web.unep.org/greeneconomy/resources/green-economy-report>

Khor, Martin. *Risks and uses of the Green Economy concept in the context of Sustainable Development, Poverty and Equity*. Genebra, South Centre, *Research Papers* 40, Julho 2011. Disponível em: <https://www.southcentre.int/research-paper-40-july-2011/>

ECOSSISTEMA

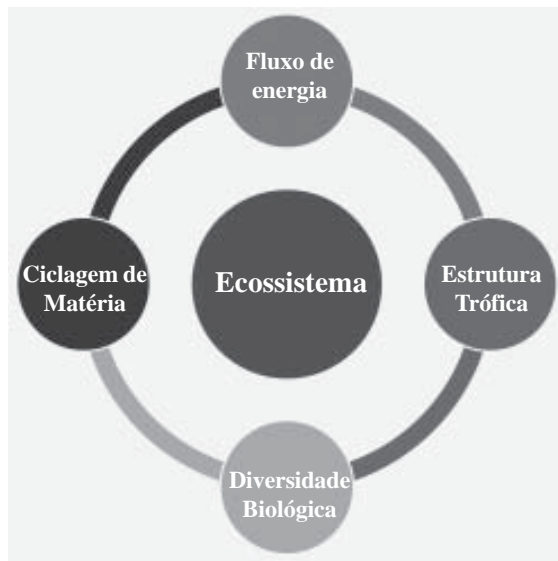
Flávio Rodrigues do Nascimento

Termo originalmente proposto por A. G. Tansley, ecólogo Britânico. Também chamado de comunidade ecológica, biocenose ou geobiocenose. Ecossistema é tratado como um biossistema em funcionalidade contígua com a comunidade biótica.

Um Ecossistema presta-se aos sistemas ecológico no tratamento e abordagens sistêmicas, integradas e holísticas dos organismos com o ambiente abiótico. Isto é, a interação dos seres vivos (fatores bióticos) com seu ambiente físico (fatores abióticos ou biótopos). A abordagem ecossistêmica é centrada na diversidade biológica, na diversidade genética e na capacidade de a vida realizar seus processos ecológicos (MYERES et al., 2000) em um dado ambiente físico. Trata-se, pois, da unidade agregadora e funcional básica da ecologia (Ver Verbete Ecologia).

Por isso mesmo, diz-se que está relacionada a toda e qualquer unidade envolvendo os organismos interagindo com seu ambiente físico, em uma relação com **trocas e fluxos de matéria e energia**, compondo uma **estrutura trófica** com **diversidade biótica** e **ciclagem de material** através de processos biogeoquímicos, entre os seres vivos e não-vivos. Isto denota um Ecossistema, com sua estrutura e funcionalidade (vide Figura seguinte). Falam-se, aqui e conseqüentemente, de processos interativos e fluxos energéticos entre Biodiversidade e Ecossistemas em multifuncionalidade e ciclicidade.

Figura 1 – Estratagema de um Ecossistema



Uma boa definição está em Odum (1988. p 9). Sistema ecológico ou ecossistema é:

“(...) Qualquer unidade (biossistema) que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (comunidade biótica), em uma dada área, interagindo com o ambiente físico de tal modo que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre partes vivas em não-vivas.”

Um Ecossistema é uma unidade ambiental sem dimensão areal - sem escala definida a priori-, que congrega bases biocêntricas formadas pelos seres vivos e os meios físicos e químicos, em mútua relação entre si. Mesmo quando este ou aquele Ecossistema coincide espacialmente com um Geossistema, as abordagens de um geógrafo e de um ecólogo são diferentes: para o geógrafo, a abordagem é universal e hierarquizada por meio de categorias espaciais; para o ecologista, especializada. Nos estudos dos Ecossistemas a visão é biocêntrica e verticalizada; para os Geossistemas, é horizontal e geográfica. Não há parâmetros de igualdades para o uso correlato dos dois temas. Todavia, para seus usos complementares sim.

Por assim dizer, os Ecossistemas estão para biólogos e ecólogos, enquanto os Geossistemas estão para os geógrafos. Ademais, os Ecossistemas não necessariamente abrangem em perspectiva de escala e de fatores avaliados, um dado Geossistema. Revés e obrigatoriamente, todo Geossistema, por sua escala espacial e fatores avaliados, incluem um ou mais ecossistemas. Seus usos requerem e exigem cautelas e teorizações analítico-explicativas.

REFERÊNCIAS

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. (Tradução de João A. dos Santos e Suely Bastos) São Paulo: DIFEL, 1986. 206p.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. RJ: Ed. Guanabara. 1988. 434p.

GRISI, Breno Machado. **Glossário de Ecologia e Ciências Ambientais**. 2ª. Edição. João Pessoa: Ed. Universitária, 2000p.

HECTOR, Andy & BAGCHI, Robert. Biodiversity and ecosystem multifunctionality. Nature: USA. Vol. 448, p.188-190.

MYERS, N., Mittermeier, R.; Mittermeier, C. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, 403, 2000, p. 853–858

NASCIMENTO, Flávio. R.; FALCAO SOBRINHO, J. **Geodiversidade e abordagens em estudos ambientais**. In: José F. Sobrinho; Flávio R. do Nascimento; Vanda C. Sales. (Org.). Geodiversidade: abordagens teóricas e práticas. 1ed. Sobral: Sertão Cult, 2020, v. 1, p. 15-40

NORMAN, Myers; RUSSELL A. Mittermeier; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo A. B. da; KENT, Jennifer. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. Nature: USA. Vol. 403/24. 2000. P. 853-858.

HARPER, J. L. e HAWKSWORTH, D. L. **Biodiversity**: measurement and estimation. Printed In: Great Britain: Philosofo translation Real Society. Vol. 345: 12, 1994. p. 5-12

HECTOR, Andy & BAGCHI, Robert. Biodiversity and ecosystem multifunctionality. Nature: USA. Vol. 448, p.188-190.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ARRIBAS, A.; DURÁN, J. J. Geodiversidad versus biodiversidad. Tierra y Tecnología, n. 18, 1998, p. 48-49.

CARVALHO, A. M. Galopim de. Natureza: biodiversidade e geodiversidade. 2007. Disponível em: <https://www.publico.pt/2007/05/05/jornal/natureza-biodiversidade-e-geodiversidade-213522>. Acesso em: 13 out. 2020.

NASCIMENTO, Flávio. R.; Osires Carvalho. Recursos biológicos e biodiversidade: unidades fitoecológicas e composição faunística. **Sociedade & Natureza** (UFU. Impresso), Uberlândia - MG, v. 14/15, n.29 a 26, p. 161-172, 2003.

SOTCHAVA, Victor. To the theory of classification of geosystems with terrestrial life. In: **Reports of the Institute of Geography of Siberia and the Far East**, USSR, 1974.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dilani Silveira Bassan

A educação em si pressupõe desenvolver o indivíduo a fim de que possa desempenhar funções nos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais em uma sociedade. A parte técnica da educação está voltada a um projeto pedagógico contínuo que tem por objetivo o conhecimento associado à formação moral e política, a partir de alguns princípios, crenças e valores. O adjetivo “ambiental” foi adicionado à educação buscando dentro do processo de construção da formação do indivíduo, a consciência ambiental. Ou seja, tornar o indivíduo como ator fiscalizador das práticas ambientais.

Dentro desta proposta pode-se conceituar a educação ambiental como um processo que envolve aspectos relacionados a formação do indivíduo consciente e crítico em relação ao ambiente em que vive. A partir dela é possível compreender as relações entre sociedade – natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. A educação ambiental visa contribuir para uma mudança de valores e atitudes e formar cidadãos conscientes e ecologicamente responsáveis.

A educação ambiental mais crítica pode ser entendida como um movimento social e político, denominada Ecopedagogia que tem por princípios a preocupação não apenas com a preservação da natureza ou o impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais, mas sim, com um novo modelo de sociedade sustentável baseado no princípio ecológico, implicando em mudanças nas estruturas econômicas, sociais e culturais (AVANZI, 2004; CARVALHO, 2004).

A educação atualmente deve estar voltada para a sustentabilidade, ou seja, formar o indivíduo para que o mesmo estabeleça uma relação saudável com o meio ambiente, inserindo em suas práticas diárias mudanças profundas a fim de ter menor impacto sobre o ambiente em que vive. Para Gadotti (2008), a educação vai além do ambiental, passando a ser sustentável, ampliando a noção de relação saudável com o meio ambiente e preocupando-se *com o sentido mais profundo do que fazemos com a nossa existência* (GADOTTI, 2008, p. 66).

A educação **sobre** o desenvolvimento sustentável (*Ver Verbetes Desenvolvimento Sustentável*) é formativa, pois prepara o indivíduo para uma vida mais sustentável. Outra perspectiva seria a educação **para** o desenvolvimento sustentável, que tem por base conhecimentos relacionados ao meio ambiente, a economia e a sociedade. Esta parte preocupa-se com a aprendizagem de atitudes, perspectivas e valores que orientam e impulsionam as sociedades a viver sustentavelmente. A educação com este fim vai além das abordagens teóricas, procurando exemplos práticos deste âmbito.

Portanto, atualmente, o papel da educação ambiental é significativo na formação de um indivíduo que possa em sua atividade profissional desenvolver práticas sustentáveis, bem como, utilizar-se dos conhecimentos técnicos para na condição de ator de transformação encontrar atitudes ambientalmente corretas. O mercado pressupõe um consumidor ambientalmente consciente e uma produção (empresa) sustentável, procurando reduzir de forma prática o impacto ambiental (*Ver Verbete Impactos Ambientais*).

Nesse sentido, exercer a função de um cidadão pertencente a uma sociedade, assim como procurar individualmente ou coletivamente atuar na gestão dos resíduos domiciliares e em sua comunidade promover ações que possam influenciar a boa prática ecológica e sustentável.

Por fim, a educação ambiental, a ecopedagogia, a educação sustentável e a ecoeducação são práticas que envolvem o processo de transformação do indivíduo e da sociedade, na busca de um equilíbrio entre o homem e os recursos naturais (*Ver Verbete Recursos Naturais*).

REFERÊNCIAS

AVANZI, Maria Rita. *Ecopedagogia*. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de educação ambiental, 2004, p. 35-49.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: nomes e endereçamentos da educação*. In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004, p. 13-24.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, 127 p.

EDUCAÇÃO E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS NO CHILE

Amparito Ramírez Alarcón

Marisol Acuña Rivero

Álvaro Antonio Flores Domarchi

A cultura do Chile é a cultura assimilada do modo de vida, costumes e tradições existentes na sociedade chilena. Esta cultura começou nos tempos pré-hispânicos, com a chegada dos primeiros seres humanos ao Chile de hoje, há cerca de 13 000 anos.

Posteriormente, novas culturas pré-hispânicas se originariam e se desenvolveriam a partir delas, com seus próprios elementos culturais externos, que moldaram as diferentes culturas ancestrais ou nativas que conheceram os primeiros conquistadores espanhóis.

A educação está intimamente relacionada com este fato inescapável para o povo do Chile. Desde a aprovação da Lei Indígena em 1993, n.º 19253, e através de um processo que marca avanços, retrocessos, altos e baixos, muitos pontos fracos e contradições na aplicação das políticas públicas, dando origem à Educação Bilingue Intercultural (EIB), que deveria incluir não só os povos indígenas, mas toda a sociedade civil como um todo.

No Chile existem órgãos estatais que planejam, desenvolvem e controlam políticas educativas e culturais; em nível regional e municipal nacional, são o Plano Anual Municipal de Educação (PADEM); o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PLADECO); o Ministério da Educação Nacional (MINEDUC) e o Ministério da Cultura, Artes e Patrimônio.

O PADEM que define as diretrizes para o período 2017 -2022, é um instrumento de planejamento e gestão na educação dos municípios, de acordo com os requisitos estabelecidos na Lei nº 19.410 de educação de 1995, sendo esta, a ferramenta participativa que permite a todos os municípios, incluindo Linares, localizados na Região do Maule - Chile, planejar anualmente objetivos educacionais, orientando-os numa dupla abordagem, que inclui o direito fundamental dirigido a todos os povos do país e garantido pelo Estado em todas as suas dimensões, com acesso comunitário à vida artística e cultural, reconhecendo o lugar geográfico ocupado pelos povos indígenas, salvaguardando seu patrimônio cultural, a fim de contribuir e melhorar uma participação ativa de todos os membros da comunidade.

Este órgão, o PADEM, é ao mesmo tempo o órgão responsável pela distribuição de recursos em educação nos municípios. Além disso, permite-lhes ter

uma visão estratégica sobre o atual estado da educação que gere a descentralização e a autonomia do sistema escolar. O PADEM, destina-se ao serviço da educação e permite ano após ano realizar novas ações com o objetivo de melhorar a qualidade e equidade da educação, possibilitando a gestão e participação de toda a comunidade no seu desenvolvimento, o que significa uma gestão eficiente dos recursos e uma gestão proativa e articulada com a escola, supervisionada pela Secretaria Municipal de Educação Identidade e Patrimônio.

O PLADECO, é o instrumento de planejamento e estratégias de gestão municipal regulado pela Lei Orgânica dos Municípios. O seu objetivo é responder a todas as exigências sociais da comunidade e orientações políticas e planos de ação a serem efetivamente coordenados pelas instituições e pelos atores comunitários e regionais, tornando-se uma palavra de múltiplos usos que procura satisfazer vários propósitos. Neste sentido, a educação e a cultura são o principal eixo para o avanço e desenvolvimento dos povos, sendo o principal instrumento para reduzir a pobreza (ver texto Pobreza) e assim alcançar um maior crescimento e desenvolvimento (ver texto Desenvolvimento). Mais educação é exigida para superar nossas desigualdades educacionais históricas em todos os níveis, primário, secundário, universitário, educação de qualidade é promovida e exigida para todos, para incentivar a inovação e o empreendedorismo e para permitir uma melhor qualidade de vida. No entanto, a educação tornou-se o grande dilema dos males da modernidade, ainda mais em sociedades exclusivas e fragmentadas como a nossa. Desde 1980, a educação sofreu uma grande mudança, sendo transferida do estado nacional para os municípios, a forma de alocação de recursos para as escolas foi modificada, passando de um pagamento de orçamento para um pagamento de subsídio para a frequência dos alunos; o surgimento de escolas públicas com financiamento do estado foi incentivado e fomentado. Para ter um bom Capital Humano (ver texto Capital Humano) temos que educar e educar com qualidade. A educação nestes tempos tem sido e continuará a ser uma tarefa árdua a nível social, onde os formatos on-line e presencial continuam a alternar-se. A educação no Chile tem sido um tema de alta incidência social devido às desigualdades que tem produzido, gerando conflitos significativos e variados para o Estado.

Mesmo considerando as situações descritas acima, mais de 1.500 escolas no Chile realizam atualmente oficinas interculturais e ensinam este tema para a aprendizagem da língua e cultura dos povos indígenas, pois sua missão é desenvolver, promover e fortalecer a educação intercultural para todos, na qual a interculturalidade é integrada nas atividades educativas e formativas da escola, para estudantes, independentemente de sua origem. Estas ações são apoiadas pelo Programa de Educação Intercultural Bilingue (PEIB), através da Política de Educação Intercultural do MINEDUC.

As diversas instituições, grupos, corporações e sindicatos que congregam pessoas de todas as áreas da cultura pedem mais fundos para estas atividades, para que 85% das pessoas listadas pelo Ministério das Culturas, Artes e Patrimônio, que dependem economicamente do seu trabalho cultural para se sustentarem e às suas famílias, possam continuar a desenvolver-se e a deixar para trás o seu estado de vulnerabilidade social. De acordo com dados estatísticos do mesmo Ministério, 66% das suas receitas correspondem às atividades que realizam, e estas atividades dependem da apresentação e aprovação de projetos de trabalho, que se esgotam com o orçamento atribuído, levando à eliminação de festas tradicionais, concursos, festivais, exposições e outras atividades relacionadas com atividades culturais.

Foram realizados vários estudos e pesquisas sobre a aplicação da Educação Bilingüe Intercultural (EIB) no Chile, o que, analisando os níveis educacionais e os povos reconhecidos pela Lei Indígena, nos permite refletir sobre o estado atual da situação.

Esta situação histórica de desigualdade e assimetria entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade civil ainda persiste, o que apresenta limitações no cumprimento da lei, gerando um estado de reivindicação global constante para com o Estado, que é o responsável pela promoção dos direitos culturais e linguísticos. As reclamações contra a discriminação para manter as suas próprias manifestações culturais ancestrais e o reconhecimento e proteção da sua língua e patrimônio material, bem como o reconhecimento da sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade como um todo, baseiam-se nos princípios universais estipulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, tal como afirmado, por exemplo, na Conferência de Viena de 1993, reafirmado na Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em Dezembro de 1996, “Declaração de Santa Cruz de La Sierra”. O Estado do Chile adere e ratifica estas declarações, incorporando-as à legislação nacional.

Também é importante considerar e enfatizar no debate conceitual e nas ideias no contexto atual de reformas regulatórias para a expansão democrática, que necessariamente ocorrerá no Estado no futuro próximo, que este Programa de Educação Bilingüe Intercultural, estabelecido há quase três décadas e que estava originalmente focalizado na inclusão dos grupos étnicos dos povos originais, especialmente nas áreas rurais, não atende atualmente às demandas do contexto relativamente novo que surgiu nas escolas de todas as comunidades rurais e urbanas como resultado da migração internacional.

De forma prática, Linares reconstruiu e valorizou e colocou em funcionamento a Casa da Cultura, com o objetivo de apoiar e garantir a participação de todos os culturistas, unindo e amalgamando os objetivos da educação e da cultura.

BIBLIOGRAFÍA

CHILE: Un panorama de la Educación Intercultural Bilingüe. Guillermo Williamson Castro. Ministerio de Educación de Chile – MINEDUC

Proyecto DIUFRO N° 120.512, 24-26 de agosto de 2005. Universidad de La Frontera – (UFRO). Temuco. Chile.

Desde una educación intercultural para pueblos indígenas hacia otra pertinente al contexto migratorio actual. Un análisis basado en el caso de Chile. Andrea Riedemann, Carolina Stefoni - Fernanda Stang Javier Corvalán

Educación intercultural bilingüe en La Araucanía (Chile): Entre la inclusión y el nacionalismo minoritario. César Cisternas Irrazabal

La economía de la educación y el sistema educativo chileno – Cuadernos de economía. Claudio Sapelli

Diferencias entre escuelas y rendimiento estudiantil en Chile. Red de Centros del BID. Aedo C.

PADEM – Plan anual de Desarrollo Educativo – Paolo Mefalopulos, Representante UNICEF Santiago de Chile

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: POSSÍVEIS IMBRICAÇÕES

Maria de Lourdes Bernart

Para o alcance deste verbete, cumpre destacar, de modo especial, o conceito ontológico de educação, e suas possíveis imbricações com algumas concepções de desenvolvimento.

Falar de educação para o desenvolvimento (Ver Verbetes Desenvolvimento) requer ir além da visão “produtivista” da educação, que a vincula com as demandas do mercado de trabalho (Ver Verbetes Mercado de Trabalho) e requer, pois, buscar os fundamentos ontológicos desta categoria. Primeiramente, é mister definir educação”, de qual educação falamos e de onde falamos sobre ela. A educação, tal como a concebemos, é, pois, um fenômeno, especificamente, da esfera humana. Compreender a educação, nesta acepção, implica compreender “a natureza e a especificidade da educação.” (SAVIANI, 2015, 286).

Este autor nos ampara teoricamente para tal compreensão, ao conceber que o ser humano se diferencia de outros animais, ao transformar continuamente a natureza, adaptando-a às suas necessidades, produzindo sua existência diuturnamente. Ou seja, para a sua sobrevivência, o ser humano “necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente os meios de sua subsistência” (SAVIANI, 2015, p. 286), cujas ações se materializam pelo trabalho, a partir de ações intencionais, planejadas e adequadas a finalidades. Vista dessa forma, a educação é, concomitantemente, “... uma exigência de e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.” (SAVIANI, 2015, p. 286).

Isso significa conceber que essas duas categorias - trabalho e educação - caracterizam-se, pois, como “atividades especificamente humanas.” (SAVIANI, 2007, p. 152). Ou seja, o ser humano trabalha e educa no processo de trabalho, ou ainda, podemos dizer que trabalhar e educar são atributos única e exclusivamente humanos.

Deste modo, “Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.” (SAVIANI, 2007, p. 154).

E, se concebemos que, no e pelo processo de produção humana de sua existência, o ser humano produz, pelo processo de trabalho, esta produção se inscreve em duas categorias - “trabalho material”, de bens materiais e “trabalho

não-material”, ou seja, intelectual, circunscrito à produção de “idéias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, habilidades”, à qual inclui-se “a educação”. (SAVIANI, 2015, 286).

Por sua vez, educação, trabalho e desenvolvimento são conceitos imbricados. No geral, o conceito de desenvolvimento remete a desenvolvimento econômico (Ver Verbete Desenvolvimento Econômico), ambos conceitos complexos. E, por seu turno, o conceito de desenvolvimento, também, no geral, implica em educação. Em vista disso, de qual desenvolvimento estamos falando?

Para as imbricações entre educação e desenvolvimento, recorremos novamente a Saviani (2014, p. 161-172), em sua obra “O Lunar de Sepé”, cujo Capítulo 12 “A importância da educação no projeto de desenvolvimento do país” (p. 161), aborda - educação pelo, para e como desenvolvimento econômico e como fator de desenvolvimento estratégico para o país.

Na acepção - educação pelo desenvolvimento -, a educação está à margem do desenvolvimento econômico, pois, embora teóricos clássicos da área econômica, como Adam Smith, dentre outros, atribuísem importância à educação, esta era concebida mais como dispêndio do que “investimento produtivo”. (SAVIANI, 2014, p. 164), pois figura como “uma fruição da cultura, e não, propriamente, como preparo para atuar na vida social e em sua transformação e, muito menos, como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.” (SAVIANI, 2014, p. 165).

Segundo o autor, em solo brasileiro, esta concepção se mostra no documento elaborado em 1959, “Mais uma vez convocados”, em defesa da escola pública, no auge da tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), mediante a apresentação de um programa de ações práticas, ao evocar o Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932. O clima vivido pela população brasileira, de processo de industrialização e urbanização, sob a bandeira nacional desenvolvimentista carregada pelo lema juscelinista “cinquenta anos em cinco”, acendeu o fervor pelas verbas públicas em prol da educação. Contudo, os debates “passaram ao largo do projeto de desenvolvimento que estava em curso no país.” (SAVIANI, 2014, p. 165).

A acepção de educação para o desenvolvimento econômico, ampliou-se a partir de 1960, com a “teoria do capital humano” (Ver Verbete Capital Humano) ao conceber a educação para além do ornamental, “como fator decisivo para o desenvolvimento econômico, pela sua afluência na qualificação da mão de obra”, contudo, limitada à formação desta “com estrita função instrumental em relação ao desenvolvimento econômico.” (SAVIANI, 2014, p. 165-166). Ou seja, a educação passou ao largo do projeto de desenvolvimento do país, instando, posteriormente, “a adequação do ensino escolar às demandas do processo produtivo que, nas atuais circunstâncias, se expressam predominantemente como demandas do mercado de trabalho.” (SAVIANI, 2014, p. 166).

Conforme o autor, nestas duas acepções, a visão dominante, liberal burguesa, sob a lógica formal, ambivalente, mantém a visão dual, contrapondo e excluindo “fruição e consumo, trabalho e educação, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, etc.” (SAVIANI, 2014, p. 166).

Na acepção educação como desenvolvimento econômico, Saviani (2014, p. 167) propõe compreender a acepção de educação à luz da compreensão do processo produtivo social, amparando-se em Marx (1973, pp. 217), para o qual “a produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo as leis locais; a troca reparte de novo o que já havia sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social (Ver Verbete Movimentos Sociais), torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição.” E, assevera, ainda, citando Marx (1973, p. 218) “o ato de produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo – consumo produtivo”. (SAVIANI, 2014, p. 167).

Para além da lógica formal, o que se evidencia neste movimento, segundo o autor, é o ato de compreender “o processo de produção social como uma totalidade, cuja unidade se expressa nos momentos específicos da produção, distribuição, troca e consumo” (SAVIANI, 2014, p. 168).

Sob esta ótica, segundo o autor, no contexto atual, de uma sociedade, cada vez mais, científica e tecnológica, denominada como “sociedade do conhecimento”, o processo produtivo social passaria a depender “dos domínios da forma de pensamento adquiridas por procedimentos educativos sistemáticos do tipo escolar”, o que estaria demandando “um novo modelo de desenvolvimento econômico.” (SAVIANI, 2014, p. 169).

Na atual “sociedade do conhecimento” o autor assevera a educação como fator estratégico no projeto de desenvolvimento do país, sinalizando a mudança de paradigma de desenvolvimento econômico, e, ao descrevê-lo, como processo, para ele, a educação estaria no centro “do projeto nacional de desenvolvimento.” E deixaria no campo “das utopias para converter-se, nas atuais condições, numa exigência objetiva do processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista o atual estágio das forças produtivas” (SAVIANI, 2014, p. 171-172).

Em suma, à guisa de conclusão, e aquém de encerrar a discussão, corroborando com o autor, é possível compreender que os processos de educação e de trabalho, socialmente adquiridos, bem como as formas de educação, sistematicamente, adquiridas através da educação escolar, perpassam e imbricam-se aos processos produtivos sociais, os quais, por seu turno, guardam estreitos entrelaçamentos com os processos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 01 de mai.2021.

_____. **Sobre a natureza e especificidade da educação**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575/9519>. Acesso em 01 de mai.2021.

_____. **A importância da educação no projeto de desenvolvimento do país**. In: SAVIANI, Dermeval. O lunar de Sepé: paixão, dilemas e perspectivas na educação. São Paulo: Editores Associados, 2014. pp. 161-172.

EDUCOMUNICAÇÃO

Vera Lucia Spacil Raddatz

Trata-se da ação de educar a partir das práticas e da compreensão do processo comunicativo para a formação de sujeitos de cidadania (Ver Verbete Cidadania) com a interface entre os campos da educação e da comunicação. Organiza-se como um ecossistema (Ver Verbete Ecossistema) comunicativo (MARTÍN-BARBERO, 2002; SOARES, on line) em que se apreendem aspectos da cultura e das vivências comuns, tendo como eixo central o processo comum e as práticas dele decorrentes.

A Educomunicação é uma intervenção de caráter social que requer uma relação dialógica (FREIRE, 1967) na interpretação da realidade e na produção do conhecimento. Caracteriza-se como um conjunto de práticas construídas no fazer comunicativo dentro e fora da escola, utilizando-se das mídias (Ver Verbete Mídias Sociais e Desenvolvimento) e das tecnologias (Ver Verbete Tecnologia) como elementos potencializadores da compreensão da realidade. A origem do termo Educomunicação reporta a Mario Kaplún (1988) que utilizou o termo educador para designar os sujeitos propiciadores de ações educativas nas suas experiências com a comunicação alternativa.

A Educomunicação é um campo interdisciplinar de saberes (SOARES, on line) e funciona como um ecossistema que inclui diferentes linguagens e tecnologias a fim de compreender novas práticas e modos de coaprendizagem, caracterizada pela troca de saberes, interação e múltiplas vozes. A escola pode se utilizar de projetos de educomunicação para oferecer ao seu público oportunidades de desenvolver o processo de produção do conhecimento ou de informações e conteúdos midiáticos e digitais, apropriando-se dos mecanismos e ferramentas que estimulem uma leitura mais crítica da realidade e o senso de cidadania.

As tecnologias são ferramentas da educomunicação, mas não são o centro. O mais importante na educomunicação é o processo em que o educador vai atuar como um mediador, um elemento de interface para o conhecimento, utilizando-se de diversas linguagens disponibilizadas pelas tecnologias. Considere que estamos em uma sociedade digital e que a inteligência artificial não é ficção. Portanto, o educador agora exerce o papel de formador e não de informador. É importante, como educador, imaginar-se no lugar da criança de modo a entender o que é essencial que aprenda para ter autonomia e saber refletir sobre qualquer tecnologia daqui a dez ou vinte anos. Ela precisa, mais do que nunca, reaprender a pensar e não apenas repetir ou reproduzir, pois a principal habilidade que a realidade requer é a solução de problemas. As tecnologias vão se transformando - e cada vez mais rapidamente - e os sujeitos que vão lidar com as

tecnologias do futuro terão de ter discernimento sobre elas para compreender sua função naquele contexto e o que elas representam na sociedade. A educação contribui para esta caminhada em que o sujeito da ação é o protagonista da coaprendizagem.

A Educomunicação é transformadora e valoriza em suas práticas a cultura dos seus sujeitos de ação e o contexto em que se movimentam, produzindo significados para si e para os outros. Somos todos produtores de conteúdo, de saberes e fazeres e, portanto, contribuímos para a produção de conhecimento. Assim, a Educomunicação é uma fonte para que educadores e educandos compreendam juntos como se processam e são operados os mecanismos e sistemas que produzem conteúdo e conhecimento e como são construídas suas linguagens, narrativas e discursos.

Educomunicação pressupõe práticas que se constroem de dentro para fora da escola na relação com os pares. Para Sartori (2014), a educação é um ato coletivo, que só pode ser exercido como projeto comum. A escola exerce uma função importante na formação das crianças, adolescentes e jovens, no que diz respeito não só as habilidades inerentes ao aprendizado curricular, mas também ao senso crítico e a cidadania.

Experiências com tecnologias dentro da escola com rádio, televisão, revista, fotografia, smartphones, internet (e o que vier), com uma proposta educacional, são desafiadoras. Primeiro, porque geram o desconforto de desacomodar-se do lugar da rotina, o que exige despreendimento, vontade e inspira a mudança. Segundo, porque levam a aprender e a ensinar a administrar os conflitos, a compreender as diferenças e a respeitar outros pontos de vista, bem como a desenvolver a comunicação e expressão. Terceiro, porque a lição não está pronta, mas precisa ser construída no coletivo e o resultado não é quantificado em uma nota, mas qualificado no processo. E, por fim, o grande desafio é a continuidade, a avaliação diária e a visão de que o processo recomeça a cada dia e a cada ação. Educomunicação desenvolve o aspecto humano, gera participação e estimula a cidadania.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia de la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

SARTORI, Ademilde Silveira. **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos: diálogos sem fronteiras**. (Org.). Florianópolis: Dioesc, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira de. Mas afinal o que é educomunicação?(PDF). Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/aeducaomunicação/saibamais/textos/>. Acesso em 10 de março de 2017.

SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO:

COSTA, Maria Cristina Castilho; CITELLI, Adilson. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

LAGO, Claudia; VIANA, Claudemir Edson. (Org.). **Educomunicação e Direitos Humanos: caminhos da Sociedade Midiática pelos Direitos Humanos**. 1ed.São Paulo: ABPEducom/NCE-USP/Universidade Anhembi Morumbi, 2015.

MACHADO, Sátira; SOARES, Ismar de Oliveira; ROSA, Rosane. (Org.). **Educomunicação e diversidade: múltiplas abordagens**. 2ed.São Paulo: ABPEducom, 2016, v.1.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Educação e comunicação para os direitos humanos**. (Org.) Ijuí: Editora Unijuí, 2015.

VIANA, Claudemir Edson; ROSA, Rosane; MACHADO, Sátira. (Org.). **Educomunicação e diversidade: integrando práticas**. 1ed.São Paulo: ABPEducom, 2016.

EMPREGO

Marcos Paulo Dhein Griebeler

No atual contexto, talvez uma das maiores preocupações de muitos governos reside em garantir a criação e a geração de empregos a fim de fomentar a economia. Em outra parte, possuir um emprego significa uma condição essencial para muitas pessoas a fim de garantir seu sustento. Entretanto, é importante ressaltar que o termo “emprego” aqui deve ser considerado como uma situação formal do trabalho desempenhado, do reconhecimento de vínculo entre empregados (assalariados) e empregadores (donos dos meios de produção). E em tempos atuais, ele vem sendo extremamente prejudicado, muito em razão do contexto da Pandemia (Ver *Verbete Pandemia*) e sua devastação aos trabalhadores (OLIVEIRA e POCHMANN, 2021)

Em linhas gerais, o emprego é uma função e uma condição das pessoas que trabalham, em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica (Ver *Verbetes Emprego Informal e Tipos de Desemprego*). Esse reconhecimento de vínculo resulta no que se chama de Mercado de Trabalho, o qual pode ser definido pelas relações de troca que se processam entre os trabalhadores assalariados e os proprietários dos estabelecimentos produtivos ou de serviços. Com isso, troca-se a força de trabalho por um salário (CACCIABAVA, 1990, p.35).

Muitos teóricos buscaram, ao longo de décadas, explicarem a questão do emprego aliado à economia (MARX, 1983; SMITH, 1982; KEYNES, 1996) ao passo que outros entendem que o fim dos empregos está próximo (RIFKIN, 1996) dadas as modificações na agricultura, na indústria e nos serviços com a introdução de máquinas nas atividades antes realizadas essencialmente por seres humanos, aliadas ao advento da *internet*. Com isso, modificações são percebidas e se em uma parte existe uma maior facilidade de realização de tarefas, por outra, o número de empregos diminui consideravelmente.

Na visão de Kawamura (1986), o processo de introdução da tecnologia (Ver *Verbete Tecnologia*) microeletrônica vem se acentuando, principalmente, desde a década de 1970, atingindo várias esferas da vida social. Este aceleramento, poupador de mão-de-obra, reduz sensivelmente a estrutura do emprego, promovendo a exclusão da população, que depende do salário para sua sobrevivência, e quando acaba por ficar sem emprego, promove com isso o aumento da pobreza (Ver *Verbete Pobreza*).

Em um sentido formal, a relação de emprego é a instituição social e econômica central nos mercados de trabalho e a base da organização empregadora.

Durante a maior parte do século XIX, a subcontratação funcionou bem, nos casos em que o produto podia ser facilmente definido e monitorado. Entretanto, à medida em que a mudança técnica e a crescente complexidade da produção levaram as firmas a um controle mais direto sobre o processo de trabalho e a definir as tarefas de forma mais articulada com suas próprias necessidades organizacionais, o processo de emprego se modificou. Com isso, foi preciso redefinir as tarefas prescritas aos trabalhadores (MARSDEN, 2004).

Nesse sentido, talvez o caso mais emblemático seja considerar as transformações sofridas em especial no século XX e mais precisamente no período em que a produção em massa era uma ação predominante e que é representada pelo chamado modelo fordista-taylorista⁸. Com as técnicas modernizadas no campo do trabalho industrial, o mesmo traz como alteração o funcionamento de atividades relacionadas ao comércio, à produção agrícola, aos serviços bancários, e por extensão, à estrutura social e política da sociedade (FARIA, 1986).

De acordo com Dowbor e Cacciabava (1996), a problemática do emprego é determinada por dinâmicas complexas de nível nacional e mundial e está diretamente relacionada com o processo de urbanização (*Ver Verbete Urbanização*) e as transformações tecnológicas que acontecem no planeta. Além disso, o emprego atualmente não pode mais ser considerado como algo homogêneo e estável. Sua condição está mudando rapidamente frente às dinâmicas de inovação tecnológica (*Ver Verbete Inovação Tecnológica*) e à globalização (*Ver Verbete Globalização*) das economias. Apesar do País possuir um amplo parque industrial, agrícola e de serviços de elevado nível de modernidade, faz-se necessário enfrentar a problemática do emprego em níveis diferenciados, dadas as particularidades de cada região (*Ver Verbete Região*).

As possibilidades de emprego que os sistemas econômicos podem oferecer em certo período relacionam-se com a capacidade de produção da economia, com as políticas de utilização dessa capacidade e com a tecnologia empregada na produção. A partir de efeitos que trazem consequências diretas aos empregados como o caso da abertura de mercados, as relações de trabalho sofrem profundas modificações, as quais interferem no modo como as condições de emprego podem ser agora praticadas. Em outras palavras, com a ampliação dos mercados intercapitalistas, as empresas precisam ser competitivas (*Ver Verbete Competitividade Regional*). Para tanto, investem em tecnologias, sejam elas de pro-

⁸ O nome é originário do proprietário da construtora de automóveis da marca Ford, Henry Ford, que adotou as técnicas do Engenheiro Frederick W. Taylor, estudadas entre 1856 e 1915. Este engenheiro é considerado como o criador da “Administração Científica” e centrou seus estudos em detectar um método científico para aumentar a produtividade do trabalho, evitando a perda de tempo da produção. Com base nessas orientações, a partir de janeiro de 1914, Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada.

dução, de informação ou de comunicação. Com isso, diminui-se o número de pessoas e querem destas que sejam “qualificadas” para suas atividades.

Apesar dos prognósticos que apontam para modificações significativas nas relações de trabalho contemporâneas deve-se considerar que o emprego ainda assume um papel relevante na sociedade. Isto porque, é a partir dele que as pessoas adquirem não apenas seus proventos como também garantem outros itens essenciais, tais como proteção social, estabilidade e garantia de direitos trabalhistas. É sabido, contudo, que a informalidade (*Ver Verbetes Economia Informal e Emprego Informal*) é uma constante paralela a esta situação, muito em razão da própria falta de perspectiva em razão das mudanças econômicas.

Em razão disso, pensar a intensificação de políticas públicas para o emprego (*Ver Verbetes Políticas de Trabalho*) deve ser uma condição *sine qua non* com vista ao desenvolvimento dos municípios, dos Estados e do País. Condições são necessárias para isso e deste modo, todas as possibilidades devem ser consideradas. Talvez a mais básica delas possa começar pelas Comissões Municipais de Emprego, formadas por representantes do Poder Municipal, dos trabalhadores e dos empresários que definem, em cada município quais podem ser os cursos oferecidos aos empregados/desempregados.

REFERÊNCIAS

CACCIABAVA JR., Augusto. *Introdução à sociologia do trabalho*. São Paulo: Ática, 1990.

DOWBOR, Ladislau; CACCIABAVA Sílvio. *Políticas municipais de emprego*, 1996. Disponível em: <<https://dowbor.org/1996/01/politicas-municipais-de-emprego-2.html>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FARIA, José Henrique de. *Tecnologia, processo e organização do trabalho*. Revista de Administração. Volume 21. Out-Dez 1986. Disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=2104056.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

KAWAMURA, Lili K. *Tecnologia e política na sociedade – engenheiros, reivindicação e poder*. Ed. Brasiliense S.A, São Paulo, 1986.

KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo, 1996.

MARSDEN, Davis. *Sistemas de emprego, estratégias de gestão e instituições do trabalho*, 2004. pp. 225-255. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a10> Acesso em: 20 abr. 2020.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Comissões Estaduais e Municipais de Emprego*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br>>. Acesso em 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; Pochmann, Marcio. *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia / organização*. 1. ed. Brasília, 2020.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos – o declínio inevitável dos níveis de emprego e da redução da força de trabalho*. Markon Books: São Paulo, 1996.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril, 1982.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1980.

Outras Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho*. In: DOWBOR, Ladislau *et al* (Org.). *Desafios do trabalho*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Paz e Terra: 8.a Ed, 2000.

CATTANI, Antonio D. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização – a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final de século*. 3a ed. Ed. Contexto: São Paulo, 2002.

SANTOS, Ronaldo Pereira; Pochmann, Marcio. *Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas*. Alexa Cultural: São Paulo, 2020.

EMPREGO INFORMAL

Marcio Pochmann

A informalidade assume múltiplos significados em função de sua diversidade de sua manifestação, para além da simples dicotomia originalmente identificada por opostos, como moderno e arcaico, legal e ilegal, protegido e não protegido, entre outros. Revela, em geral, a dimensão da desigualdade presente nos distintos usos e remunerações da força de trabalho no capitalismo. Nas diversas trajetórias de transição urbano-industrial capitalista proveniente das antigas sociedades agrárias, observou que em geral, a expansão do assalariamento da força de trabalho apontou para a formação de estruturas sociais compostas por proletários e burgueses. Apesar disso, várias experiências nacionais revelaram também a existência de classes sociais e frações intermediárias, provisórias ou residuais às condições pré-capitalistas anteriormente constituídas.

Deste modo, destacam-se dois grupos principais que sinalizariam a transitoriedade, em especial. De um lado, os estratos sociais constituídos por pequenos proprietários ativos nos setores industriais, agropecuários, comerciais, artesanais, serviços, entre outros que buscam resistir e ao mesmo tempo integrar a condição de burgueses. De outro lado, os estratos sociais registrados como subproletariado que sem propriedade almejavam um emprego para integrar o emprego assalariado e pertencer à classe dos proletários.

Com o movimento de estruturação do mercado de trabalho, fundamentalmente na segunda metade do século passado, os países desenvolvidos indicaram o sentido expressivo da homogeneidade e integração no assalariamento. Para tanto, o domínio tanto do pleno emprego como maior bem-estar social concomitante com o desaparecimento da pobreza absoluta e a redução considerável da desigualdade social em contraste significativamente com a estrutura social herdada do século XIX.

Os demais países capitalistas, diferentemente dos desenvolvidos, não conseguiram, em geral, completar o mesmo movimento de estruturação do mercado de trabalho, apesar de terem evidenciado importante crescimento econômico e mudanças na estrutura social. Nestas circunstâncias de vigência dos mercados de trabalho não estruturados, a persistência da informalidade terminou revelando usos e remunerações diferenciadas, em geral rebaixada do emprego da força de trabalho.

Por conta disso, a perspectiva do atraso, da ilegalidade e de não proteção social. A dualidade constituída entre emprego formal (*Ver Verbete Emprego*) e informal deriva do tratamento dicotômico entre setores econômicos tradicionais e modernos.

A informalidade persistiria tanto nas unidades econômicas (demandante) como nos indivíduos envolvidos em estratégias de sobrevivência (ofertantes), observado na prestação de serviços pessoais, pequeno comércio ou na produção de bens. A razão principal estaria na insuficiente capacidade de generalizar o assalariamento em países de dinamismo econômico insuficiente, permeado por enorme heterogeneidade no interior da estrutura produtiva.

O diferencial de produtividade, neste sentido, demarcaria a discrepância entre as economias formal e informal (*Ver Verbete Economia Informal*). O progresso técnico predominante na economia formal conviveria com uma espécie de colchão absorvedor da mão de obra sobrando e desassistida pelas políticas públicas em países distantes de desenvolvimento acanhado do Estado e bem-estar social.

Desta forma, a informalidade poderia ser vista como funcional à economia formal. Países que desconheciam o pleno emprego estavam expostos à enorme excedente de mão de obra, em geral submersos às estratégias de sobrevivência possíveis no interior da informalidade que caracteriza o rebaixado padrão de vida, portador da pobreza e desigualdade social (*Ver Verbete Desigualdade Social*).

A partir do final do século XX, todavia, surgiu uma nova vertente diversificadora das formas de exercício do trabalho, mesmo nos países desenvolvidos. A passagem para a sociedade pós-industrial tem sido acompanhada pela emergência de novos segmentos sociais que se estabelecem em contrapartida à temporariedade das classes sociais tradicionais.

Da mesma forma, o reaparecimento do desemprego em maior escala e de longa duração tem sido concomitante com o retorno da pobreza absoluta e da maior desigualdade. Nesta perspectiva que a informalidade passou a deixar de ser identificada como transitória para ser considerada cada vez mais estrutural à modernidade inclusive nas sociedades capitalistas desenvolvidas e ainda mais nas emergentes e subdesenvolvidas.

Uma espécie de nova informalidade inerente à globalização (*Ver Verbete Globalização*) estaria intrínseca ao desenvolvimento das grandes corporações transnacionais, cuja dinâmica instável da demanda terminou paralela ao movimento de fragmentação da produção em cadeias globais de valor. Deste modo, a modalidade de produção total no mesmo local deu lugar ao parcelamento terceirizado das partes constitutivas do ciclo de produção e vinculado cada vez mais à subcontratação da mão de obra, com trabalhadores independentes ou associados a outras empresas.

A reorganização do processo produtivo (*Ver Verbete Processo Produtivo*) tem implicado na reformulação das políticas de mercado de trabalho (*Ver Verbete Políticas de Trabalho*), assim como nas alterações geradas nas formas de regulação da mão de obra. Mesmo assim, a recente e persistente geração insuficiente de

postos de trabalho frente ao ritmo, ainda que decadente, de expansão da força de trabalho, produziu mais desemprego e precarização (*Ver Verbete Precarização do Trabalho*) das condições de vida e trabalho de grandes parcelas da população.

Ao mesmo tempo, a fronteira entre nova e velha informalidade parece desaparecer nos dias atuais. A generalização das estratégias de sobrevivência frente à heterogeneidade produtiva e à flexibilização dos direitos trabalhistas pelo neoliberalismo nas economias desenvolvidas e não desenvolvidas demarcam o contemporâneo mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. *De “setor” para “economia informal”*. São Paulo: USP, 2009.

CALIXTRE, A. *A condição informal*. Campinas: IE/Unicamp, 2011.

KREIN, J.; PRONI, M. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT, 2010.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.

OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POCHMANN, M. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: LTR, 2013.

ENVELHECIMENTO RURAL

Cristiane Tonezer

O envelhecimento pode ser entendido sob dois ângulos: individual e demográfico. O envelhecimento individual transcorre desde o nascer, a partir das alterações fisiológicas, psicológicas e comportamentais, sendo que cada indivíduo envelhece de um modo particular, diferente de outro (SQUEIRE, 2005).

O envelhecimento demográfico analisa este fenômeno sob o ângulo da demografia (Ver Verbete Demografia). Segundo Rosa (2012, p. 129), o aumento da população idosa resulta da chamada transição demográfica, definida como a passagem de um modelo demográfico de alta fecundidade e de mortalidade, para um modelo em que estes fenômenos atingem valores baixos.

Os conceitos de envelhecimento individual e envelhecimento demográfico não podem ser confundidos com o conceito de idoso, este entendido como a transição da idade adulta para a velhice. Porém, a delimitação do período em que se considera o ser humano como idoso, é difícil de concretizar-se, uma vez que o envelhecimento individual é um fenômeno que ocorre em vários níveis e varia de pessoa para pessoa. Sendo assim, não há uma concordância clara de que, por meio de características físicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais, possa ser anunciado o início da velhice.

Apesar da complexidade que implica a delimitação entre a idade adulta e a velhice, a Assembleia Mundial das Nações Unidas define os 60 anos de idade como o início da terceira idade nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) e a partir de 65 anos nos países desenvolvidos.

Esclarecidos estes conceitos, destaca-se através dos dados do IBGE (2006, 2017) que o rural brasileiro se encontra cada vez mais envelhecido. Em termos numéricos observa-se que no Censo Agropecuário de 2006, as pessoas com mais de 65 anos representavam 17,52% da população do campo. Já no último Censo Agropecuário, que ocorreu em 2017, este grupo gira em torno de 21,4%.

Ainda em relação aos últimos dois Censos Agropecuários, a faixa etária entre 55 e 65 anos também aumentou quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24%. Em contrapartida, o agrupamento entre 35 e 45 anos de idade encolheu de 21,93% para 18,29% da população rural e os jovens entre 25 e 35 anos, que representavam 13,56% do campo em 2006, em 2017 eram de apenas 9,48%.

O fenômeno do envelhecimento demográfico nos espaços rurais brasileiros vem ocorrendo há algum tempo muito em consequência do êxodo rural juvenil. Segundo Camarano e Abramovay (1999), desde 1950 o rural brasileiro

vem sendo ameaçado pelo êxodo, sendo na maioria das vezes são os jovens que deixam estes espaços e entre estes é preponderante a participação das mulheres.

Tonezer (2009) destaca que o envelhecimento populacional rural é uma temática pouco estudada no Brasil, alguns pesquisadores, inclusive fazem generalizações analíticas a partir dos contextos urbanos, o que é um erro. Isso porque o envelhecimento é heterogêneo, sendo que idosos urbanos e rurais são diferentes em suas características, demandas e acessos aos serviços.

Os idosos rurais são vítimas, muitas vezes, de dupla ou tripla vulnerabilidade (Ver Verbete Vulnerabilidade e Verbete Geografia da Vulnerabilidade), isso porque, além de serem mais suscetíveis às doenças do que a população adulta, são, não raramente, vítimas da vulnerabilidade social e programática/institucional. Situando um exemplo relacionado à vulnerabilidade programática/institucional para os espaços rurais, destaca-se que os idosos que residem nestes locais estão entre os mais vulneráveis no processo de exclusão dos serviços de saúde, isso porque, além de reduzidos, esta população reside distante das sedes dos serviços, o que significa, muitas vezes, a impossibilidade de acesso sem opção de escolha, pois a falta de transporte adequado é frequente nesses locais (HINCK, 2004, ALCÂNTARA, 2009, TONEZER, 2009, GARBACCIO et al. 2018).

Outra questão importante dos idosos rurais, que muitas vezes se distinguem dos idosos urbanos, são os efeitos positivos da cobertura previdenciária na vida dos primeiros. A aposentadoria por idade nos espaços urbanos costuma cessar as atividades profissionais, não contribuindo para um aumento do rendimento financeiro. Já nos espaços rurais este benefício não impede que a pessoa continue trabalhando, cultivando sua terra e nem as afasta do meio social em que vive.

Segundo Delgado e Cardoso Jr. (2004), a previdência universal para idosos e inválidos no meio rural, ainda que tardia, cumpre uma função de proteção social à pequena agricultura e permite uma revalorização das pessoas de idade. O destino da renda da aposentadoria também costuma se diferenciar entre regiões mais pobres (a exemplo da Região Nordeste) e regiões que apresentam maiores faixas de rendimento domiciliar (a exemplo da Região Sul).

Nas primeiras, segundo Delgado e Cardoso Jr. (2000) costuma operar como “seguro de renda vitalícia”, situação na qual o benefício responde a praticamente toda a renda familiar. Já nas regiões mais capitalizadas os benefícios previdenciários servem também como “seguro agrícola”, o qual busca ampliar a renda rural.

Segundo Tonezer (2014), mesmo enfrentando tantas limitações de acessibilidade à bens e serviços, pobreza (Ver Verbete Pobreza) e isolamento, muitos idosos vivem nos espaços rurais por opção, citam não desejar migrar para a cidade, enquanto a saúde os permitir. Esta afirmação faz questionar o porquê desta escolha, sendo a resposta, na maioria dos casos, a de que a vida no rural é melhor do que a da cidade, que no rural há maior qualidade de vida.

Dentre os fatores que tornam os espaços rurais um lugar bom para se viver destaca-se a possibilidade de estes continuarem ativos, a valorização do saber fazer (Ver Verbete Memória) das pessoas mais velhas nestes espaços e a forte relação de vizinhança. Em pesquisas realizadas tanto no Brasil como em Portugal, Tonezer (2009, 2014) observou que o vizinho seguidamente é citado como indispensável para afastar a solidão ou para ajudar em algo que o idoso precisa.

Não há consenso de que envelhecer nos espaços rurais seja melhor ou pior do que envelhecer nos espaços urbanos, porém não há dúvidas de que o tema do envelhecimento populacional rural é urgente e importante, necessitando de mais olhares sensíveis as diferentes realidades de um Brasil rural envelhecido.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L., R. **Idosos rurais:** fatores que influenciam trajetórias e acesso a serviços de saúde no município de Santana da Boa Vista/RS. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão** (IPEA), n. 621, 1999.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 734).

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 293-319.

GARBACCIO J. L. et al. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos residentes da zona rural. **Revista Brasileira de Enfermagem.** v. 71., p. 776-84. 2018.

HINCK, S. The lived experience of oldest-old rural adults. **Qualitative Health Research,** Newbury Park, v. 14, n. 6, p. 779-791, July 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 19 fev. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
Censo agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#:~:text=No%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%202006,%20identi%EF%AC%81cada%20a%20exist%C3%AAncia%20de,colhidos%20integraram%20o%20%C3%BAnico%20question%C3%A1rio%20aplicado%20ao%20estabelecimento>>. Acesso em: 19 fev. 2021

ROSA, M. F. G. **Serviço de apoio domiciliário:** um estudo sobre a qualidade dos serviços 2012. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Faculdade de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro, 2012.

SQUEIRE, A. **Saúde e bem-estar para pessoas idosas:** fundamentos básicos para a prática. Loures: Lusociência, 2005.

TONEZER, C. **Idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul:** Efeitos da cobertura previdenciária. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TONEZER, C. **Velhices rurais na perspectiva do desenvolvimento social ampliado:** Estudo de casos múltiplos na Metade Sul do Rio Grande do Sul. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

EPISTEMOLOGIA

Egon Roque Fröhlich

A origem do termo epistemologia se origina do grego (*epistème + logos*), significando conhecimento e estudo ou palavra em torno do conceito. De acordo com Dortier (2010), “é preciso distinguir dois sentidos para esse termo. No primeiro, a epistemologia designa a teoria do conhecimento, isto é, a análise dos modos de conhecimento ou gnosiologia. Nos Estados Unidos, onde este sentido é amplamente dominante, a epistemologia se distingue da filosofia das ciências. Na França, ao contrário, a epistemologia designa, de modo geral, a filosofia das ciências” (2010, p. 171).

Robert Blanché, pensador francês, faz em seu livro *A Epistemologia* (1988) uma síntese dos problemas relacionados à epistemologia desde a sua gênese histórica às vias de abordagem atuais. Além disso, oferece uma perspectiva de aspectos comuns da epistemologia em várias ciências, para entrar no domínio da matemática, ciência abstrata, que ofereceu reflexões à filosofia e à teoria do conhecimento. Blanché aborda ainda a questão da verdade e a relação com a observação e experiência. É um texto relevante sobre o conceito para ser estudado aprofundadamente.

Hessen, em sua célebre obra *Teoria do Conhecimento* (1978), com relação ao termo usado na literatura para designar epistemologia, afirma que o conhecimento significa uma relação íntima entre o sujeito e um objeto, da qual resulta a apreensão do objeto pelo sujeito. Desta relação brotam, de acordo com o autor, cinco problemas principais que implicam dados fenomenológicos sobre o conhecimento. A pergunta inicial, que decorre desta relação, é: Pode o sujeito realmente apreender o objeto? *Eis a questão da possibilidade do conhecimento humano.*

Refletindo nesta perspectiva surge a relação entre um conhecimento intelectual (espiritual) no ser humano e conhecimento sensível. Origina-se, pois, a pergunta; de que fonte tira a consciência seus conteúdos? É a razão ou a experiência, a fonte do conhecimento humano? Temos a pergunta sobre *a origem do conhecimento humano.*

Vemos a relação íntima entre as questões chegando ao problema central da teoria do conhecimento humano que é a relação entre o sujeito e o objeto. Na história da filosofia houve autores que defendiam que é o objeto que determina o sujeito, ao invés de o sujeito cognoscente atuar ativa e espontaneamente. Qual das interpretações é a justa? *Estamos na questão da essência do conhecimento humano.* Temos, assim, o conhecimento racional, sensível, espiritual, intuitivo, em oposição ao conhecimento racional. Nisto resulta *a questão das formas de conhecimento humano.*

O último passo no caminho da observação é *a questão do critério da verdade*, nos informando se um conhecimento é verdadeiro ou não verdadeiro. As ciências exatas e humanas se movimentam em torno das suas respectivas epistemologias, ou fontes de conhecimento respectivas.

Nesta perspectiva vale recordar como Jean Piaget, psicólogo suíço, explicou sua epistemologia genética. “Meu objetivo, que era descobrir uma espécie de embriologia da inteligência, adaptava-se em minha formação em biologia; desde o início de minhas reflexões teóricas, estava convencido de que, no âmbito do conhecimento, se apresentava o problema das relações entre o organismo e o meio”. O termo, “epistemologia genética”, designava para ele “a dupla intenção de constituir um método capaz de fornecer parâmetros e, principalmente, voltar às origens, portanto à própria gênese dos conhecimentos...” (DORTIER, 2010, p. 172).

Para Greco e Sosa (2012) em seu *Compêndio de Epistemologia*, teoria do conhecimento ou gnosiologia, ela é conduzida pelas vertentes: “O que é conhecimento?” “O que podemos conhecer?” Destas duas questões brota: “Como conhecemos o que conhecemos?”

Os epistemólogos têm dedicado seus estudos e pesquisas no fluir da história às “grandes questões” da teoria do conhecimento e continuam a se ocupar e atualizar em torno dos tópicos relevantes e centrais desse campo teórico sobre a origem do conhecimento humano.

O resultado de esforço coletivo de 17 ensaios, contidos no *Compêndio* de Greco e Sosa, incorporam tópicos centrais da epistemologia, com informações sobre a história e a lógica dos tópicos discutidos, bem como a inclusão das mais recentes investigações como epistemologia da religião, epistemologia feminista, epistemologia social, epistemologia naturalizada, a hermenêutica enquanto epistemologia, e outros tópicos.

É uma obra de referência para professores, pesquisadores e estudantes, inclusive para o espectro de especialistas em epistemologia. A relevância deste conceito perpassa a história da ciência e está implícito em sua evolução e sistematização. É a contínua busca acerca da origem do conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

BLANCHÉ, Robert. *A Epistemologia*. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988. 161 p.

DORTIER, Jean-François. *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 730 p.

GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). *Compêndio de Epistemologia*. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2012. 733 p.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1978. 206 P.

NORRIS, Christopher. *Epistemologia: conceitos-chave em Filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007. 232 p.

ESCALAS REGIONAIS

Carlos Antônio Brandão

Uma enorme literatura crítica sobre a definição e a natureza das mais variadas escalas espaciais surgiu ao longo da década de 1980 e se aprimorou no século atual. A polêmica brotou em torno da questão de que dada escala não deveria ser vista tão-somente em sua dimensão ordenada, analógica, métrica, mecanicista e geometral, isto é, tomada apenas como mera relação de proporcionalidade, um sistema de referências cartesianas, como na visão cartográfica das escalas. Nesta interpretação as escalas seriam dotadas de representação e comensurabilidade de medidas de tamanho, vistas enquanto unidades e entidades espaciais estandardizadas, fixas e inertes, como simples dispositivos descritores de dada realidade.

A abordagem das escalas como produto de processos sociais, construídas de forma disputada e conflitiva pelo embate das forças sociais que moldam o espaço procurou demonstrar o quanto e como as escalas são inerentemente *ine-xatas* e dinâmicas. Não podem ser aceitas enquanto unidades imutáveis ou permanentes, pois são justamente inscritas e esculpidas em determinado espaço e erigidas, material e simbolicamente, em processos por natureza sociais, contestáveis e contingentes.

Deste modo, trata-se de pensar as escalas espaciais enquanto instâncias e entidades em que a vida social é organizada e reproduzida e não em uma representação cartográfica. Por exemplo, a escala regional seria um prisma analítico recortado e historicamente determinado segundo sua inserção em uma divisão social do trabalho, sua coerência estruturada e seu arco de interesses estabelecido e focalizado naquele específico espaço.

Tornou-se um ponto menos controverso nesta literatura distinguir analiticamente: 1) escala como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico; 2) escala enquanto categoria da prática, campo, lócus e possível instrumento das lutas sociais.

Como “categoria e unidade de análise”, muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la em sua natureza eminentemente relacional, processual, passando a ser interpretada como lócus e veículo *in situ* através dos quais as relações socioespaciais se estruturam e operam. Dessa perspectiva, a escala regional é uma construção social conflitiva específica, marcada por elementos de coerência e coesão interna, integração e

embate com outras escalas e forças de polarização ou subordinação. A apreensão de uma região pelo prisma das escalas permite entendê-la como uma entidade não fechada em si, mas como um mosaico em movimento, constantemente reconfigurado, múltiplo e interescalarmente constituído. Ou seja, permite uma visão relacional, de uma região em relação com as outras regiões e escalas espaciais.

Como “categoria da prática”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado campo em que se travam lutas sociais pelo controle ou aumento das decisões autônomas daquele espaço. Lócus em que comprometimentos e vínculos identitários e de interesses são estabelecidos e desfeitos. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos. Esta dimensão, no que diz respeito à escala regional a toma como um campo referencial em que os interesses se organizam e entram em disputa com outras regiões hegemônicas ou subalternas.

A escala demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras, clivagens e orientações de lutas e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras regiões na mesma ou em outras escalas.

As determinações de ações em uma escala regional, com repercussões e manifestações, geralmente em uma intrincada cadeia de ações e reações em outras escalas é justamente uma marca decisiva do processo expansivo capitalista. Uma escala só pode ser definida e determinada e qualificada apenas em relação às outras. Parte das dinâmicas e lógicas escalares, em geral e em particular, jaz justamente nos nexos, acionamentos e coerências interescalares. Nesse sentido, a divisão inter-regional do trabalho, o ambiente e o contexto histórico regionais e suas específicas relações de poder e estratégias reprodutivas devem ser o objeto primordial da pesquisa regional.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos A.; FERNANDÉZ, Victor R.; RIBEIRO, Luis C. Q. (Orgs.). *Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2017.

BRENNER, N. *The limits to scale?: methodological reflection on scalar structuration*. Progress in Human Geography, vol. 25, n.4, 2001, p. 591-614.

SMITH, N. *Geografia, diferencia y las políticas de escala*. **Terra Livre**, v. 18, n. 19, 2002. Disponível em <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/162>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

GONZÁLEZ, Sara C. *La geografía escalar del capitalismo actual*. **GeoCrítica/Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, 15 de mayo de 2005, v. IX, n. 189. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm>> Acesso em: 02 fev. 2011.

Outras referências

BRENNER, Neil. *New urban spaces: urban theory and the scale question*. New York, Oxford University Press, 2017.

CASTRO, I. E. *O problema da escala*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., 1995. CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes (2013). *Escalas geográficas, “construção social da escala” e “política de escala”*. In: SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 179-216, 2013.

ESPAÇO AGRÁRIO

Jacob Binsztok

O espaço agrário brasileiro tem sido debatido por representantes de três expressivas vertentes teóricas, preocupadas em contribuir para o esclarecimento dos complexos caminhos percorridos pelo desenvolvimento capitalista no campo. Assim, registramos trabalhos fundamentados na teoria da existência e permanência de resíduos feudais nas relações sociais e de produção; uma segunda vertente utilizando argumentos clássicos na generalização das relações capitalistas no campo e uma terceira apontando o sistema capitalista de produção como responsável pela criação e recriação de relações sociais não capitalistas.

Para os representantes da vertente de resíduos feudais ocorre uma penetração das relações capitalistas no campo constituindo uma dualidade expressa pela presença de um setor urbano industrial capitalista nas cidades e outro feudal, semifeudal pré-capitalista no campo. A respectiva corrente foi referendada por reformistas, como Alberto Passos Guimarães, Paul Singer, Inácio Rangel e Josué de Castro, entre outros, e por conservadores, como Oliveira Viana, que na condição de consultor da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1944, no Governo Vargas, excluiu os trabalhadores rurais (Ver Verbete Atores Sociais Rurais) dos benefícios da Lei, sob o argumento de que parceiros e meeiros representavam uma herança feudal, e que o novo marco deveria abranger somente os trabalhadores urbanos.

Após duas décadas, em 1964, os trabalhadores rurais foram incluídos nas Leis Trabalhistas (CLT) por intermédio do Estatuto da Terra, que conciliava políticas compensatórias de redistribuição da terra com o avanço do capitalismo no campo, oferecendo espaços e incentivos fiscais e creditícios para a implantação de empresas rurais, representando uma ruptura com a corrente que defendia a presença dos resíduos feudais no espaço agrário brasileiro.

O Estatuto, contraditoriamente, contribuiu para um aumento do sindicalismo entre os trabalhadores rurais, beneficiando, inclusive, a médio prazo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 1963, que resistiu aos desmandos do Governo Militar, iniciando a sua atuação substituindo as Ligas Camponesas, fundadas pelo deputado Francisco Julião, que utilizavam a Lei do Inquilinato como instrumento de apoio às reivindicações dos trabalhadores contra os latifundiários da lavoura canavieira na Zona da Mata de Pernambuco. Assim, a CONTAG funda assentamentos em terras abandonadas por fazendeiros e usineiros insolventes e abrindo a perspectiva da construção de espaços agrários amparados pelo uso social da terra (Ver Verbete Uso do Solo e Verbete Uso da Água).

Atualmente, a CONTAG, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), acumula uma grande massa crítica em relação ao trabalho familiar no campo e pouco utiliza o conceito de campesinato em seus documentos de difusão de práticas de assistência técnica e de extensão rural. A CONTAG reúne 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), geralmente de âmbito estadual, reunindo mais de 4 mil sindicatos, abrigando 15,7 milhões de pessoas, conforme dados da PNAD / IBGE, representando acampados, assentados, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, tornando-se uma das centrais de trabalhadores mais relevantes do país.

A recriação do campesinato pelo modo de produção capitalista pode ser comprovada pela continuidade e expansão dos espaços agrários ocupados pelo segmento, principalmente aos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fundado nos anos 1980 no Rio Grande do Sul, influenciado pelos setores progressistas da Igreja Católica pertencentes à Teologia da Libertação, em sua opção de amparo aos deserdados do campo, em contraposição a lideranças religiosas que historicamente colocavam a Igreja na América Latina na defesa dos interesses dos grandes proprietários de terra. O movimento (Ver Verbete Movimentos Sociais) contou também com o apoio de ordens religiosas europeias, que enviaram seus representantes para apoiarem reivindicações camponesas em longínquos pontos da fronteira agrícola (Ver Verbete Fronteira Agrícola) na Amazônia e no Centro-Oeste do país.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o MST em 2016 registrava 8.763 assentamentos, abrangendo 86 milhões de hectares e compreendendo 924 mil famílias. Embora o número seja significativo, colocando o Brasil na vanguarda destas iniciativas, ainda persistem antigos problemas, como ausência de infraestrutura em inúmeros assentamentos, acrescidas das dificuldades de obtenção de crédito e adequada assistência técnica e extensão rural. Apesar das periódicas tentativas de resgate da presença de resíduos feudais nos espaços agrários, apelando para um possível retorno de uma feudalidade nos tempos modernos, predominam abordagens teóricas e empíricas que investigam o funcionamento de empresas rurais e as relações de trabalho no campo.

Também registramos um grande número de contribuições que destacam o caráter desigual (Ver Verbete Desenvolvimento Desigual) e contraditório do desenvolvimento capitalista nos espaços agrários, que simultaneamente privilegia o grande empreendimento e insere o campesinato de forma subalternizada na cadeia produtiva (Ver Verbete Cadeias Produtivas) de alimentos no país. Neste particular, o campesinato não perde a sua condição de proprietário da terra, mas é explorado pela imposição de preços mínimos estabelecidos pelos mono-

pólios de comercialização da produção agrícola. Os enfrentamentos contra os monopólios devem ser estabelecidos por sistemas de produção que contemplem a diversificação de seus produtos, uma tradição do campesinato, e não na mono-produção ou especialização de suas cadeias produtivas, que os fragiliza na ocasião do estabelecimento de preços mínimos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1992.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

PRADO Junior, Caio. **A Questão Agrária**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESTRESSE NO TRABALHO

Alessandra Rodrigues Jacoby

Carmen Marilei Gomes

O vocábulo “estresse” origina-se etimologicamente do verbo latino *stringere*, possui o significado de apertar, pressionar ou tencionar (REZENDE; BIANCHET, 2014). Contudo, a palavra chega à língua portuguesa advinda do termo inglês “stress”, palavra polissêmica utilizada desde o século XVI tanto com a conotação de ênfase ou destaque, quanto para indicar a deformação de materiais, quando submetidos a um esforço ou tensão. Até o final da década de 1920, a utilização do conceito “stress” era restrita ao contexto dos estudos de materiais (OLIVEIRA, 2006).

Apenas após os estudos pioneiros de Cannon (1929) *apud* Lipp (2010), o termo passou a ser utilizado tanto pela ciência, quanto pelo senso comum associado aos comportamentos de luta ou fuga. Além disso, foi Cannon quem criou o conceito de homeostase como o equilíbrio fisiológico interno em diversos sistemas do organismo, garantindo a estabilidade da temperatura e dos níveis de glicose, entre outros. Esse esforço do organismo em reconstituir o equilíbrio devido ao evento estressor é o que concebemos como estresse. Assim, o estresse é uma espécie de sistema de resposta e compensação do organismo a um desequilíbrio (BEAR *et al* 2017).

O médico canadense Hans Selye (1976) expandiu os estudos sobre estresse passando a utilizar o termo ao identificar um conjunto de sintomas comuns em pacientes com patologias diferentes, denominando esse conjunto de “síndrome geral de adaptação”. Desse modo, Hans Selye desenvolveu um modelo de resposta corporal ao estresse que consiste em três estágios, sendo eles: *Alarme*: consiste na ação de mobilização do organismo ao perceber um estressor; neste momento, ocorre uma excitação fisiológica com o corpo que passa a concentrar seus recursos para enfrentar o desafio. Essa reação é, essencialmente, a reação de luta e fuga, na qual o indivíduo prepara-se fisicamente e mentalmente para enfrentar a situação ou fugir dela. *Defesa ou Resistência*: neste estágio, com a permanência do estado de estresse, o organismo estabiliza suas modificações fisiológicas, devido à manutenção dos esforços adaptativos. *Exaustão ou Esgotamento*: o corpo tem um limite de recursos para enfrentar o estresse, que, se persistir e não for superado, esgotará os recursos do organismo e, diminuirá a sua excitação fisiológica conduzindo-o ao esgotamento. Esse processo de exaustão poderá culminar no que Hans Selye denominou “doenças de adaptação”. Desta forma, exposições mentais e sociais também passaram a ser consideradas fontes de desequilíbrio, além das físicas (GLINA, 2010).

O estresse traz uma associação ao trabalho, quando alguém se diz “estressado” como estando sobrecarregado e é aconselhado a diminuir as demandas laborais, trabalhando menos e desta forma diminuindo o estresse. Embora esta não seja a única solução do problema, vem-se percebendo que pode ser uma primeira alternativa, já que cada dia mais o ritmo de trabalho vem aumentando e trazendo consequências negativas para o organismo (ZANELLI, CALZARETTA, GARCIA, LIPP, e CHAMBEL, 2010).

As mudanças que vêm acontecendo no mundo do trabalho, desde aumento do ritmo, maior competitividade, avanços tecnológicos, incertezas, fusões, terceirizações e globalização (Ver Verbete Globalização) entre outros são apontadas como fatores estressores e cada vez mais preocupantes. Somando-se a isso temos menos tempo com os colegas de trabalho e para socializar-se, além da exigência de controle das emoções, passividade e novas habilidades cognitivas, tornando o mundo do trabalho cada vez mais difícil para aqueles que possuem dificuldade para trabalhar sob pressão e se adaptar a novos cenários rapidamente, trazendo uma insegurança e incerteza quanto ao futuro (GLINA, 2010).

Desta forma as exigências externas do trabalho e a conciliação com as necessidades pessoais e familiares acaba submetendo o sujeito a um grande desgaste físico e emocional (ZANELLI et al, 2010). Nosso organismo evoluiu para responder aos estressores com uma ação imediata, alterando sua fisiologia para maior velocidade e força. Assim, independentemente do tipo de estressor, nossos corpos são alterados da mesma maneira, embora na maioria das vezes, não usemos a fisiologia alterada com alguma ação. Assim, acumulamos os resultados fisiológicos do estresse, que incluem aumento da pressão sanguínea, colesterol sérico e secreções de ácido hidrocloreídrico no estômago. Isto pode resultar em doença quando a reação do estresse é crônica, prolongada ou não pode ser aliviada (GREENBERG, 2002; BEAR *et al*, 2017).

O estresse laboral traz outros efeitos além dos físicos, como disponibilidade reduzida para o trabalho, alta rotatividade, aumento do absenteísmo e de atrasos, pouco controle sobre o tempo no trabalho, redução do desempenho, da produtividade e da qualidade do trabalho, além de desatenção e aumento dos acidentes de trabalho (GLINA, 2010). Existem diversos modelos para explicar o estresse no trabalho, mas é importante trazer que situações estressantes são avaliadas de formas diferentes pelos indivíduos, tendo influência direta das vivências e recursos individuais. Uma situação será considerada estressora quando traz alguma ameaça, tendo consequências duras caso não sejam modificadas. Portanto, tem relação direta com as estratégias de *coping* (enfrentamento), podendo ser afrontada, no ambiente laboral, de forma individual ou coletiva (ZANELLI, 2015).

REFERÊNCIAS

BEAR, M.F.; CONNORS, B.W.; PARADISO, M.A. **Neurociência**: desvendando o sistema nervoso. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

GLINA, D.M.R. Modelos Teóricos de Estresse e Estresse no Trabalho e Repercussões na Saúde do Trabalhador. *In*: GLINA, D.M.R.; ROCHA, L.E. **Saúde Mental no Trabalho da Teoria à Prática**. São Paulo: Roca, 2010.

GREENBERG, J. S. **Administração do Estresse**. São Paulo: Monole, 2002.

LENT, R. **Cem Bilhões de Neurônios**: Conceitos Fundamentais em Neurociências. 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

LIPP, M. E. N. Mecanismo Neuropsicofiológicos do Stress: Teoria e aplicações clínicas. *In*: LIPP, Marilda Emmanuel Noaves (Org.). **Mecanismo Neuropsicofiológicos do Stress**: Teoria e aplicações clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

OLIVEIRA, E. A. **Delimitando o conceito de estresse**. *Revista de Ciências Biológicas e Saúde*. Anhanguera Educacional, Valinhos. v.1, [s.n], p.11-18, [s.p.]. 2006.

REZENDE, A. M.; BIANCHET, S.B. **Dicionário do Latim essencial**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SELYE, H. **Stress in health and disease**. Boston: Butterwort, 1976.

ZANELLI, J.C.; CALZARETTA, A.V.; GARCIA, A.J. LIPP, M.E.N.; CHAMBEL, M.J. **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenções baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J.C. Estresse nas organizações de trabalho. *In*: BENDASSOLLI, P.F.; BORGES-ANDRADE, J.E. (Orgs.). **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

ESTRUTURA PRODUTIVA

Lucir Reinaldo Alves

A estrutura produtiva de uma região (Ver **Verbete Região**) representa o resultado de suas escolhas produtivas ao longo do tempo e ao longo de sua história. A importância de verificar em quanto essas escolhas determinam o sistema produtivo local (Ver **Verbete Sistema Produtivo Local**) e a forma como explicam a trajetória de desenvolvimento (Ver **Verbete Desenvolvimento**) são essenciais. Ao mesmo tempo, o uso eficiente e criativo dos recursos e dos fatores de produção locais (tangíveis e intangíveis) são capazes de gerar desenvolvimento local (Ver **Verbete Desenvolvimento Local**) quando para tanto, conseguem atrair atividades econômicas.

Para Alves (2012), o ponto de partida para o desenvolvimento regional (Ver **Verbete Desenvolvimento Regional**) é entender a especialização produtiva da região, onde essa especialização dinamiza a renda (Ver **Verbete Renda Mínima e Renda Básica**), o emprego e tem o potencial de gerar uma melhora na qualidade de vida das pessoas que naquele local vivem e trabalham. Descobrir quais são estas atividades de especialização regional pode mostrar quais áreas ou setores atendem as demandas externas e movimentar e dinamizar outras atividades produtivas do entorno.

Aqui, destaca-se ainda que a ideia de desenvolvimento é aquela que tenha capacidade, não somente de melhorar os níveis de vida de sua população, como também de tornar a região mais competitiva (Ver **Verbete Competitividade Regional**) e inovadora, mantendo o seu dinamismo/crescimento ao longo do tempo. Ou seja, os resultados serão refletidos na sua capacidade de produção e, conseqüentemente, na estrutura produtiva (Ver **Verbete Estrutura Produtiva**), consolidando atividades econômicas já existentes na região ou diversificando-as, utilizando da demanda local ou da externa, representada pela intensidade de suas conexões com as outras regiões.

Na visão de Capello (2016), o processo desencadeador do desenvolvimento de curto prazo pode vir de uma demanda local por bens e serviços produzidos neste espaço, a partir de efeitos multiplicadores keynesianos sobre a renda. Entretanto, no longo prazo, há um limite onde a demanda local não consegue mais absorver um aumento de produção e se faz necessário nas vantagens absolutas e comparativas da estrutura produtiva local, na disponibilidade de fatores de produção (trabalho, capital, empreendedorismo etc.) para ‘escolher’ o que será produzido localmente que seja competitivo fora da região. Isso irá determinar a capacidade produtiva e sua posição no mercado nacional/mundial.

Ou seja, a estrutura produtiva é dinâmica no longo prazo, visto que ela vai se adaptar à demanda externa.

Paiva (2013, p. 15), o mesmo afirma que “cada região é uma região particular e distinta. De sorte que não há “receita de bolo” simples e unívoca para o “desenvolvimento regional”. Porque não há um único regional, mas inúmeros”. As estruturas produtivas mudam ao longo do tempo. Essas mudanças podem acontecer entre os grandes setores econômicos (primário, secundário, terciário, ou, agropecuário, industrial, comércio/serviços) ou intrasetorialmente (entre os subsetores/ramos de atividades que formam cada grande setor). Quando isso acontece diz-se que está havendo uma reestruturação produtiva, uma mudança, pois a sua estrutura produtiva não é a mesma em relação ao início do período sob análise.

Essas mudanças podem ocorrer, conforme detalha Polèse (1998), por três razões principais: (a) as revolução tecnológicas e a incorporação de conhecimento e inovações nos processos produtivos (Ver Verbete Processo Produtivo), muitas vezes com terceirização (Ver Verbete Terceirização) de etapas de produção em outras regiões; (b) as mudanças nas produtividades dos fatores de produção, em especial do trabalho, que faz com que a região se especialize naquilo que se consegue produzir com maior produtividade/competitividade; e (c), a influência das diferenças de taxas relativas de crescimento entre regiões, que se tornam atrativas/repulsivas de muitas atividades produtivas. Todo esse dinamismo, adicionando as características relativas à dimensão urbana da região, sua rede de cidades e da distância, influencia nas mudanças, do porquê determinadas atividades crescem mais ou menos no decorrer do tempo.

Claro que existem as particularidades setoriais, do porquê determinadas atividades se localizam em determinados lugares (Ver Verbete Lugar) e não em outros. Os subsetores dos serviços são um exemplo. O desenvolvimento do setor de serviços está diretamente relacionado às mudanças estruturais das regiões, especialmente àquelas mais avançadas economicamente. São aspectos de produção, de consumo, de circulação, e institucionais que podem dar origem à novas formas de organização regional, que se misturam com estruturas produtivas regionais anteriores e já consolidadas (ALVES, 2005).

Todo esse conjunto de fatores e características regionais, aliadas às políticas de nível nacional, regional e local, assim como às infraestruturas regionais gera respostas da região às mudanças externas, de demanda ou não. Como efeito, isso acaba alterando o modo de produção local (Ver Verbete Sistema Produtivo Local) e o conjunto dos componentes da força de trabalho relacionadas a ela, alterando assim, as estruturas produtivas com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: (Org.) PIACENTI, C. A.; LIMA, J. **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. F. Curitiba: Camões. 2012. 134 p.
- ALVES, Tereza. **Geografia dos serviços**. Lisboa-PT: CEG-ULisboa, 2005.
- CAPELLO, Roberta. **Regional economics**. 2 ed. Oxon-UK: Routledge, 2016.
- PAIVA, C. Á. N. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013. 200p.
- POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas**. Coimbra-PT: APDR, 1998.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

- HADDAD, Paulo R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiane Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**. v. 6, n. 12. 2004.
- KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, 2013.
- PIACENTI, Carlos Alberto; FERREIRA DE LIMA, Jandir; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro (Orgs.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 204 p.
- PIKE, Andy; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John. **Local and regional development**. 2 ed. London: Routledge, 2017.

ETNIA

Daniel Luciano Gevehr

A preservação de elementos ligados à identidade étnica, à religiosidade, às línguas e outros tantos elementos culturais – *compreendidos como práticas, representações, crenças e lembranças produzidas em sociedade* – aparecem como estratégias de manutenção da memória, que procura se perpetuar, especialmente, na esfera regional, onde observamos um movimento cada vez mais crescente de busca pela visibilidade das expressões dos grupos que constituem as comunidades. A memória (Ver Verbete Memória) e suas utilizações sociais passam a ser compreendidas, também, como estratégias de desenvolvimento da região (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), na qual a historicidade do lugar – e suas singularidades – passa a ser vista como possibilidade de geração de emprego e renda para seus moradores, na medida em que permitem a atração de visitantes, que buscam conhecer parte das expressões culturais do lugar. Atualmente é palavra de ordem falar sobre patrimônio cultural (Ver Verbete Patrimônio Cultural), no seu sentido mais usual, tangível (edificado, objeto) ou intangível (práticas, tradições, música, modos de ser, fazeres) e nesse contexto é que surge a questão das identidades étnicas, enquanto um fator de diferenciação e distinção da cultura local/regional. Para entender o porquê desse debate, é preciso buscar as motivações na história. É com o processo de Revolução Industrial que se tem a primeira associação da ideia de valor de *sensibilidade* associado com o patrimônio, ainda que tão somente em relação ao patrimônio edificado, materializado. Especialmente a partir da segunda metade do século XX emergem as discussões sobre as representações identitárias sobre a etnia, enquanto um elemento simbólico de produção e afirmação da identidade dos grupos sociais, que apresentam como elemento de ligação, sua origem étnica. Essa origem étnica não está pautada no princípio biológico, que nos remete ao conceito de raça – fenômeno de destaque nas discussões da Ciência do século XIX – mas sim a ideia de pertencimento e de coesão do grupo social em torno da cultura e das tradições compartilhadas. Dessa forma, devemos compreender a etnia enquanto um conceito que remete a pensar o conjunto de manifestações culturais comuns compartilhadas por um determinado grupo, que apresenta características semelhantes, como a língua, os costumes e própria origem, que conferem sentido e significado àquelas que se percebem como semelhantes.

A partir dessa concepção – que toma a cultura como ponto central – é que devemos pensar a identidade étnica enquanto um elemento da sensibilidade, sendo a identidade associada à origem comum e, portanto, articulada à dimensão antropológica – que remete a pensar nas características genóticas (do

gene) e fenotípicas (físicas) do grupo – ao mesmo tempo em que associa a identidade étnica à dimensão social e cultural, uma vez que a representação dessa identidade é produzida e compartilhada através das gerações, partindo do princípio de que a memória do grupo estabelece uma espécie de “linha reta” com o passado, buscando na ancestralidade à identidade do grupo. É graças à aproximação entre a antropologia e a história, que as noções sobre raça/etnia têm se redesenhado e procurado estabelecer um diálogo cada vez mais amplo e, ao mesmo tempo complexo. Decorre daí diversas interpretações, que longe de concordarem, procuram perceber as diferenças e a dificuldade de estabelecer um conceito exato do termo. Em exemplo emblemático dessa discussão sobre identidade étnica é proposto por Seyferth (2011), que estuda o caso dos imigrantes alemães do sul do Brasil. A autora utiliza o conceito de “germanidade” – *o Deutschtum* – para definir a identidade cultural dos imigrantes, que ao se valerm de determinadas representações e compartilhamento de sentimentos e valores pautados na valoração étnica, definem “o jeito de ser alemão” no Brasil. Para a autora a germanidade seria uma espécie de laço identitário, que une os imigrantes e seus descendentes através da etnicidade. Para estes, sua cultura estava diretamente relacionada com a cultura trazida pelos imigrantes alemães e que se manifestava através da germanidade (SEYFERTH, 2011). Através da ideia de *Heimat* (pátria-mãe), a comunidade expressa seu sentimento de pertencimento à cultura germânica e a própria pátria alemã. Suas manifestações culturais englobavam desde as danças, músicas, comidas típicas e a fala da língua alemã. Casos semelhantes aparecem nas áreas de imigração no Brasil, onde representações identitárias associadas à origem étnica da população procuram evidenciar o caráter de certa coesão social e unidade cultural. Nesse sentido, podemos citar o caso dos italianos, dos poloneses, dos japoneses e também dos grupos até pouco tempo negligenciados pela historiografia, como os indígenas e africanos, cujas identidades étnicas não se resumem à uma única “nação” ou “continente”, aspecto evidenciado nas publicações e que procuravam tratar os indígenas e africanos como grupos homogêneos. A discussão sobre etnia se faz urgente na contemporaneidade, contribuindo para o debate sobre a complexidade e a heterogeneidade que constitui a cultura. A complexificação dos estudos sobre raça/etnia contribui para a ressignificação do conceito que confere identidade e dá sentido às produções culturais dos mais diferentes grupos humanos, em diferentes escalas. Nessa perspectiva, a identidade étnica permite compreender os processos que envolvem as representações simbólicas coletivas e as diferentes formas de organização social dos grupos humanos. Nessa mesma correlação de fatores, política, economia, cultura e suas diferentes manifestações podem ser mais bem compreendidas, uma vez que a identidade cultural desses grupos se manifesta nos mais diferentes aspectos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.R.C. de. História e antropologia. *In*: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.151-168.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

GEVEHR, D. L. **Pelos Caminhos de Jacobina**: memórias e sentimentos (re)significados. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

GEVEHR, D. L. Um jesuíta alemão no Brasil Meridional conta a história dos Mucker: o cenário e sua protagonista através da narrativa de Ambrósio Schupp. **História, histórias**, v. 02, n.04, 2014. pp. 61-76.

GEVEHR, D. L.; DILLY, G. Para não espetacularizar nosso passado: memória, identidade étnica e educação patrimonial na construção do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti. **Colóquio** (Taquara), v. 11, n.02, 2014. p. 55-70.

GEVEHR, D. L.; NANDI, A. Aos santos agradecemos pela nossa prosperidade: os capitéis como patrimônio cultural étnico e religioso da Colônia Boa Esperança (Rolante, RS). **Semina** (UPF), v. 13, n.01, 2014. p. 95-109.

POUTIGNAT, P; STREITFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.26, n.77, 2011, p. 47-62.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Maria Margarete Baccin Brizolla

Frente ao desafio de divulgação do desempenho ambiental de Cooperação Internacional, surgiu em 1997 o *Global Reporting Initiative* – GRI, uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social, focada em uma economia sustentável. Esta organização apresenta diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, as quais são utilizadas em todo o mundo (GRI, 2013).

A construção dos indicadores do GRI e suas diretrizes estão disponíveis no documento *Sustainability Reporting Guidelines* do GRI, cujo relatório utiliza protocolos geralmente aceitos para a elaboração, medição e apresentação da informação. O conjunto de indicadores de desempenho serve de princípios para a divulgação, garantindo a qualidade e transparência das informações. Representa também um avanço no processo de padronização de relatórios de sustentabilidade corporativa e de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos (VELEVA *et al.*, 2003; FORECHI. *et al.*, 2020).

Estudos dão conta de que as empresas buscam cada vez mais informar os usuários a respeito de suas ações ambientais. Assim, percebe-se a relevância de examinar o que essas organizações estão divulgando acerca das ações ambientais em suas respectivas atividades econômicas (HART; MILSTEIN, 2004; WICK-BOLDT *et al.*, 2018).

Rosa (2011) ressalta que para identificar a evidenciação ambiental, precisa-se utilizar os critérios estabelecidos em leis, normas e diretrizes. A mensuração é realizada a partir da quantificação dos achados identificados nos relatórios divulgados pelas empresas. A integração pode ser realizada por meio de tratamentos estatísticos e o gerenciamento pode ser feito considerando os dados qualitativos ou quantitativos.

Clarkson *et al.* (2008) argumentam que o desempenho ambiental de uma empresa pode não ser facilmente observável, em parte porque os investidores precisam projetar as informações acerca dos efeitos ambientais para além do que é divulgado nos relatórios anuais de sustentabilidade. Nesse sentido, esses autores propõem um modelo de pontuação para divulgação ambiental voluntária, baseado no relatório GRI, o qual foi projetado com a ajuda de um especialista no documento e objetiva captar as múltiplas dimensões que refletem a estratégia ambiental atual de um compromisso firme com a sustentabilidade.

Costa e Marion (2007) elencam três grandes usuários da informação ambiental: o governo, que faz uso desse tipo de informação com intenções macroeconômicas; as empresas, que utilizam as informações no processo decisório; e a

sociedade, que acompanha as informações objetivando o zelo pela qualidade de vida. Os investidores também podem ser considerados outros grandes usuários das informações ambientais, visto que é comum a formação de grupos de investimento orientados para a sustentabilidade.

A divulgação voluntária dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais, de forma destacada dentro dos relatórios tradicionais, demonstraria a responsabilidade e a boa vontade das empresas em relação aos eventos ambientais, uma vez que a divulgação ambiental é o modo pelo qual a empresa demonstra suas ações e sua relação com o meio ambiente e os demais *stakeholders* (CARVALHO, 2008; VASCONCELOS; PIMENTEL, 2018). A melhoria de divulgação das informações ambientais se concentra diretamente sobre a forma como a divulgação afeta o comportamento do receptor de informações. Este mecanismo tem como pressuposto a premissa de que o acesso a informações de melhor qualidade vai melhorar as reações do usuário (LIU *et al.*, 2011; WICKBOLDT *et al.*, 2018).

A evidenciação ambiental é constituída pelo conjunto de meios utilizados pela empresa para divulgar suas ações em relação ao meio ambiente e à sociedade. Seu modelo de gestão é individual, voltado para atender às demandas da sociedade, de seus funcionários e de seus acionistas, a curto, médio e longo prazo, apresentado em diversos meios de comunicação de forma voluntária ou compulsória. No entanto, trata-se de uma atividade complexa, que envolve interesses conflitantes nem sempre conhecidos pelas partes interessadas (ROSA *et al.*, 2012; WICKBOLDT *et al.*, 2018).

De acordo com os estudos que abordam a evidenciação voluntária (VERRECCHIA, 1983; CLARKSON *et al.*, 2008; WICKBOLDT *et al.*, 2018), as informações ambientais presentes nos relatórios das empresas, em razão do caráter voluntário, tendem a estar relacionadas positivamente ao desempenho ambiental de uma empresa e ao seu nível de evidenciação ambiental discricionária.

Kozstrzeka (2004) menciona que a evidenciação das informações ambientais pode ser feita de diversas formas, sendo utilizada como apoio às empresas e aos usuários das informações contábeis no que diz respeito a decisões mais confiáveis e seguras acerca das organizações. Percebe-se que o relacionamento entre empresa e meio ambiente, em dadas situações, se constitui em um árduo processo educativo, no qual tanto as empresas como a sociedade estão em constante comunicação e aprendizagem com relação as suas causas, efeitos, controle, acompanhamento e comprometimento de ambos numa visão sócio-política (HASSELDINE; SALAMA; TOMS, 2005; WICKBOLDT *et al.*, 2018).

No Brasil, não existe normalização legal a respeito da evidenciação ambiental, no entanto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) definiu, a partir da NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade), a qual trata de Informações

de Natureza Social e Ambiental (Resolução nº 1.003, de agosto de 2004), procedimentos técnicos a serem considerados pelas empresas na evidenciação de informações acerca dessas ações. A norma objetiva indicar à sociedade a responsabilidade e a participação das empresas nessas áreas. Importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (CFC, 2004). O item 15.1.2 da NBC T 15 (CFC, 2004, p. 3) menciona que informações de natureza social e ambiental são entendidas como: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; e d) a interação com o meio ambiente.

Este último indicador trata, especificamente, acerca de fatos ambientais, em que as informações relativas à interação da empresa com o meio ambiente a serem evidenciadas são: a) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; b) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; c) Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; d) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; e) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais; f) Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; g) Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e, h) passivos e contingências ambientais (CFC, 2004).

Clarkson *et al.* (2013) destacam que a utilidade das divulgações ambientais voluntárias transparentes e a fonte destas divulgações são de fundamental importância para os praticantes da responsabilidade ambiental. A divulgação ambiental voluntária afeta a avaliação da firma, podendo facilitar a previsão de desempenho financeiro futuro. Segundo Martins e Ribeiro (1995), a adição das informações de natureza ambiental viria a enriquecer as demonstrações, permitindo aos usuários melhores condições de acesso à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais, comparativamente ao patrimônio e aos resultados no período.

Ashcroft (1999) e Ribeiro e Gasparino (2006) destacam que o processo de evidenciação ambiental informa os eventos e transações que envolvem o meio ambiente, detalhando os gastos relativos ao ambiente, o momento do registro contábil e a conta em que será destacado nas demonstrações. Assim, as demonstrações contábeis podem ser o canal adequado para tais evidências, em especial, em razão de elas apresentarem as informações pertinentes à situação patrimonial e ao desempenho da empresa em um determinado período.

Rosa (2011) destaca que a evidenciação ambiental é uma atividade complexa, visto que visa atender aos aspectos legais e normativos, aos objetivos estra-

tégicos organizacionais e às demandas sociais. Estas ações são específicas para cada organização como os meios utilizados pelas empresas para divulgar suas práticas relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

No entanto, mesmo que a empresa esteja executando medidas voltadas à qualidade ambiental, é importante mencionar a necessidade de contabilizar tais eventos para que sejam efetivamente divulgadas suas ações, a fim de que sejam refletidas dentro de seu propósito final (RIBEIRO; GASPARINO, 2006; PIMENTEL *et al.*, 2018). Com isso, a sociedade pode assumir, então, seu papel fiscalizador de conservação e proteção. Para Tinoco e Kraemer (2008), as informações de caráter social, veiculadas com as peças contábeis das empresas, abrem o caminho para um passo adiante na Contabilidade, como ciência de divulgar informação para os mais diferenciados usuários.

A informação de cunho ambiental, assim como as demais informações contábeis, deve ser evidenciada com a finalidade de satisfazer as necessidades dos usuários da informação. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de conhecimentos acerca dos aspectos ecológicos, econômicos, sociais, culturais e educacionais que estão envolvidos nas questões ambientais por parte dos envolvidos no processo de evidenciação ambiental, para que se possa relatá-los de maneira adequada, aproximando a linguagem contábil a dos ambientalistas (FERREIRA, 2009; FORECHI. *et al.*, 2020).

Para Dragomir (2012), os relatórios de sustentabilidade tendem a adotar um formato padronizado de divulgação, aderindo às diretrizes reconhecidas internacionalmente, permitindo que os usuários tenham acesso a informações de qualidade. Conseqüentemente, o desempenho ambiental pode se beneficiar do exercício de transparência deliberado por trás da evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, P. A. Effects of environmental exposure on U.S. and Canadian firm's responses to providing recommended environmental disclosures. Dissertation (Doctor of Philosophy)-Texas A&M University, 1999.

CARVALHO, G. M. B. de. Contabilidade ambiental. Curitiba: Jaruá Editora, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <<http://nemac.ufsc.br/files/2012/12/2-nbct15.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LARKSON, P. M.; FANG, X.; LI, Y.; RICHARDSON, G. D. The relevance of environmental disclosures: Are such disclosures incrementally informative?. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 32, n. 5, p. 410–431, 2013.

CLARKSON, P. M.; LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, organizations and society*, v. 33, n. 4, p. 303–327, 2008.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidênciação das informações ambientais. *Revista de Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo*, n. 43, p. 20 – 33, 2007.

DRAGOMIR, V. D. The disclosure of industrial greenhouse gas emissions: a critical assessment of corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, v. 29, p. 222–237, 2012.

FERREIRA, A. C. S. *Contabilidade Ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FORECHI, L. L. et al. Evidênciação ambiental das empresas do segmento de papel e celulose. **Gestão & Regionalidade**, v. 36, n. 107, 2020.

GRI, Global Reporting Initiative. *Diretrizes para Relato de Sustentabilidade*. 2013. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazilian-Portuguese-G4-Part.One.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. *RAE executivo*, v. 3, n. 2, p. 65–79, 2004

HASSELDINE, J., SALAMA, A. I.; TOMS, J. S. Quantity versus quality: the impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. *The British Accounting Review*, v. 37, n. 2, p. 231–248. 2005.

KOSZTRZEPA, R. O. *Evidênciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas*. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

LIU, C.; YAO, L. J.; HU, N.; LIU, L. The Impact of IFRS on Accounting Quality in a Regulated Market An Empirical Study of China. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 26, n. 4, p. 659–676, 2011.

MARTINS, E.; RIBEIRO, M. de S. *A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento*

econômico e a preservação do meio ambiente. *Revista Interamericana de Contabilidade*, n. 60, p.31–40, out/dez 1995.

PIMENTEL, M. S. et al. Índice de sustentabilidade empresarial: Uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 10, n. 1, p. 104-120, 2018

RIBEIRO, M. S.; GASPARINO, M. F. Evidenciação Ambiental: Comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2006.

ROSA, F. S. Gestão da evidenciação ambiental: um instrumento multicritério de apoio à decisão construtivista para a gestão da divulgação das informações ambientais da empresa Eletrosul SA. 2011. 265 f. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2011.

ROSA, F. S.; VOSS, B. L.; ENSSLIN, S. R.; FELIU, V. R. Evidenciação ambiental: estudo comparativo das contribuições teórico–metodológicas de Brasil e Espanha. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, p. 123–140, 2012.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VELEVA, V.; HART, M.; GREINER, T.; CRUMBLEY, C. Indicators for measuring environmental sustainability: A case study of the pharmaceutical industry. *Benchmarking: An International Journal*, v. 10, n. 2, p. 107–119, 2003.

VASCONCELOS, M. L. D.; PIMENTEL, M. S.. Evidenciação ambiental nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica do Brasil com base na NBC T 15. **Anais do Simpcont**, 2017.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v. 5, n. 3, p. 179–194, 1983.

WICKBOLDT, L. A. et al. Responsabilidade ambiental ou greenwash: uma análise da evidenciação ambiental das maiores empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 11, p. 897-910, 2018.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

FORECHI, L. L. et al. Evidenciação ambiental das empresas do segmento de papel e celulose. **Gestão & Regionalidade**, v. 36, n. 107, 2020

ROSA, F. S. Gestão da evidenciação ambiental: um instrumento multicritério de apoio à decisão construtivista para a gestão da divulgação das informações ambientais da empresa Eletrosul SA. 2011. 265 f. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2011.

ROSA, F. S.; VOSS, B. L.; ENSSLIN, S. R.; FELIU, V. R. Evidenciação ambiental: estudo comparativo das contribuições teórico–metodológicas de Brasil e Espanha. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, p. 123–140, 2012.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Dorneles Sitá Fagundes

A extensão universitária tem o importante papel de integrar professores, acadêmicos e comunidade na busca de melhorias e soluções para demandas existentes. É por meio da extensão que os acadêmicos compartilham conhecimentos científicos e conhecem problemas comunitários que, muitas vezes, passam despercebidos. Na visão de uma instituição de ensino superior, a mesma qualidade que se persegue no ensino e na pesquisa deverá ser buscada na extensão, pois só por meio de um trabalho sério, com dedicação e comprometimento, é que ter-se-á ganhos para todas as partes envolvidas.

A extensão universitária oxigena os processos de ensino e aprendizagem. Mais do que isso, a extensão incomoda esses processos, tira-os do conforto institucional e os liberta dos muros acadêmicos e projetos pedagógicos ‘umbilicais’. A extensão universitária impulsiona a comunidade acadêmica a se comprometer com o desenvolvimento da cidadania. (LAZIER, 2015, n.p.).

Havendo uma integração entre os diversos atores, aparecerão resultados surpreendentes, pois ações dessa natureza resultam numa *práxis* cujas atividades desenvolvidas podem ser sentidas e percebidas.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FILGUEIRAS, 2015, p.20).

É papel das instituições de ensino superior promover a extensão, uma vez que é a partir do extensionismo que os alunos têm uma formação integral, já que ela promove trabalhos voluntários, o que contribui para o exercício da cidadania (Ver Verbete Cidadania).

Mesmo não se dando conta, o acadêmico que participa de um projeto extensionista acaba sendo o protagonista daquele espaço, pois é ele o principal responsável pela transformação daquela comunidade, e isso, na maioria das vezes, traz um ganho que vai muito além do conteúdo aprendido, uma vez que ações dessa natureza mudam a forma de pensar e de agir do estudante.

A inserção precoce dos acadêmicos em um ambiente de práticas contribui para que o futuro profissional desenvolva habilidades técnicas e humanas; explore

suas potencialidades e falhas; aflore o senso crítico; repense a saúde em uma dimensão ampliada, que considera aspectos socioeconômicos culturais. (ROLLINO, *et al.*, 2018, p.11).

Pode-se dizer que a intervenção do acadêmico nesses espaços fará com que ele aprenda o conteúdo na prática e, a partir da vivência *in loco*, ele terá uma visão mais humanizada tornando-se, inclusive, mais solidário. Por isso, cabe às Instituições de Ensino Superior identificar oportunidades para que discentes e docentes, juntos com a comunidade, construam um mundo menos desigual, onde todos tenham mais e melhores oportunidades.

REFERÊNCIAS

FILGUEIRAS; **Extensão na Educação Superior Brasileira: Motivação para os currículos ou “Curricularização” imperativa?**. São Paulo: Mackenzie, 2015.

LAZIER, Josué Adam; **Extensão na Educação Superior Brasileira: Motivação para os currículos ou “Curricularização” imperativa?** São Paulo: Mackenzie, 2015.

ROLLINO, Cassio Ferreira, *et al.*; **Extensão Universitária no Protagonismo e na Qualificação da Formação do Estudante**. Passo Fundo: UPF, 2018.

FAKE NEWS

Vera Lucia Spacil Raddatz



O termo “*fake news*” significa notícias falsas e fere o direito do cidadão à informação verdadeira, contribuindo para o processo de desinformação da sociedade. “*Fake news*” é sinônimo, portanto, de desinformação (INTERVOZES, 2019). As “*fake news*” apresentam-se com a estrutura de notícias jornalísticas, porém com teor manipulado intencionalmente para confundir e corromper a opinião pública em benefício de algum interesse, geralmente político. A *internet* potencializou o uso e ampliou o alcance das notícias falsas pela velocidade e recursos automatizados que ela possibilita.

De acordo com a definição da jornalista e pesquisadora britânica Claire Wardle (2018), o termo “*fake news*” é insuficiente para explicar a complexidade do tema e por isso denomina esse processo como *desinformação* e *informação maliciosa*. A classificação de Wardle ensina que a desinformação contém características que podem aparecer em diferentes roupagens como: notícias com informações falsas, alguns dados fora de contexto, manchetes que não condizem com o conteúdo da matéria, uso de paródias para confundir a população. Um elemento fundamental das “*fake news*” é a linguagem de cunho sensacionalista, o que contribui para a sua proliferação rápida. Para não se deixar enganar, desconfie destas configurações e procure checar as fontes. Existem empresas especializadas na checagem de notícias e até os próprios veículos de mídia desenvolveram setores somente para checar a veracidade de notícias que circulam na internet.

Uma das etapas cruciais e determinantes da formulação das “*fake news*” é a edição de conteúdo, que configura a intencionalidade do ato criminoso. A edição de uma foto, vídeo, áudio ou texto, com o fim específico de gerar conteúdo falso, além de atentar contra os cidadãos que têm direito a receber informações verdadeiras, provoca a distorção do debate público, o que é prejudicial à democracia e ao exercício da cidadania (Ver Verbete Cidadania).

Por fim, não se pode publicar qualquer conteúdo falso em nome da liberdade de expressão. A liberdade de opinião é um direito, mas quando ela fere o princípio do direito à informação por ser falsa e provocar danos morais ou materiais, deixa a esfera da liberdade de expressão para configurar-se como violação de direito, sendo sua autoria responsabilizada judicialmente (BARBEIRO e LIMA, 2013).

REFERÊNCIAS:

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Roberto de. **Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Cartilha de Desinformação**: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news. São Paulo, 2019. Disponível em <https://intervozes.org.br/tipo-de-publicacao/cartilhas-e-manuais/>

WARDLE, Clair. In: **Entrevista**: Estadão Blogs, 2018. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/nao-e-possivel-legislar-sobre-a-desinformacao-diz-claire-wardle-do-first-draft/>. Acesso em 15 de março de 2020.

SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO:

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Fake news**: como as plataformas enfrentam a desinformação. São Paulo, 2019. Disponível em <https://intervozes.org.br/tipo-de-publicacao/cartilhas-e-manuais/>

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Faro Editorial: São Paulo, 2018.

PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaína. (Org.). **Paulo Freire em tempos de fake news** [livro eletrônico]: artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.pdf

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Contexto, 2019.

FATORES EDAFOCLIMÁTICOS

Cidonea Machado Deponti

A expressão edafoclimático vem do grego *édafos* (base, fundação, solo, chão + climático), significa relativo aos solos e ao clima. De acordo com Mano (2017) o significado de “condições edafoclimáticas” refere-se às características definidas através de fatores do meio, tais como: o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a humidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

Condições edáficas referem-se à topografia (terrenos planos ou ondulados, declividade, controle da erosão, potencial de mecanização, condição de enraizamento), a profundidade (impermeável, pedregoso, compactado), a aeração (disponibilidade de oxigênio, drenagem) e ao solo (propriedades físicas e químicas).

Condições climáticas referem-se à temperatura (limites de temperatura, climatização), precipitação (quantidade de água, deficiência hídrica, hidratação, evapotranspiração potencial e real), luminosidade (atividades fotossintéticas), vento (velocidade), altitude (nível do mar, crescimento, produção, duração do ciclo do cultivo), umidade relativa (emissão das folhas, longevidade, coloração dos frutos).

O solo (*Ver Verbete Uso do Solo*) é um fator menos limitante do que o clima, devido à disponibilidade de uma gama variada de possibilidades de correção. Quanto mais distantes estiverem as condições de clima e de solo daquilo que é ideal para cultivar, maiores serão as dificuldades.

Os fatores edafoclimáticos são importantes para o desenvolvimento de diferentes culturas, como também para a definição de sistemas de produção. No Brasil, os fatores edafoclimáticos ainda são pobremente manipulados, o que torna a produção mais onerosa e ineficiente. A compreensão e o estudo dos fatores edafoclimáticos possibilita identificar a aptidão agrícola, a adaptação dos cultivos e até mesmo sua qualidade.

A interação de um conjunto de fatores edafoclimáticos apropriados é necessária ao desenvolvimento de um cultivo, pois não adianta condições climáticas favoráveis em um solo pobre em nutrientes, com alta declividade e raso. Nesta situação, os fatores edáficos estariam limitando a produtividade potencial da cultura.

REFERÊNCIAS

MANO, Cristina. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084>. Acesso: 12 mar. 2017.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/edafoclim%C3%A1tico> Acesso: 13 mar. 2017.

HOFFMANN, A., NACHTIGALL, G. R. 4 Fatores edafoclimáticos. Maçã: produção/editor técnico Gilmar Ribeiro Nachtigall. – Bento Gonçalves : Embrapa Uva e Vinho; Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2004 . Disponível <http://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00075330.pdf>. Acesso: 12 mar. 2017.

BORGES, A. L., SOUZA, L. S. Exigências edafoclimáticas. Disponível em https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Livro_Banana_Cap_1ID-TNHDNBfwuu.pdf. Acesso: 12 mar. 2017.

Outras referências

URCHEI, M. A. *et al. Caracterização edafoclimática do Assentamento Itamarati, MS, e análise socioeconômica regional* / Mário Artemio Urchei... [et al.]. - Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2002. Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/247989/1/DOC200253.pdf>. Acesso: 13 mar. 2017.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Daniel Knebel Baggio

Ana Carolina Koltermann Maturana

Bethina Ferraz de Campos

As finanças comportamentais podem ser entendidas como um ramo das finanças que se dedica ao estudo da psicologia humana nas decisões de investimentos. Trata-se de um ramo voltado ao estudo de quando, quanto e como as motivações intrínsecas dos seres humanos podem lhes prejudicar/ajudar nas suas decisões financeiras. Significa um “crescente campo de pesquisa que se concentra no comportamento do investidor e em seu impacto nas decisões de investimento e nos preços das ações. Seus defensores são frequentemente chamados de ‘behavioristas’” (GITMAN, 2010, 298).

A partir da aplicação do estudo seminal desenvolvido por Kahneman e Tversky (1979), identifica-se que a decisão efetiva dos indivíduos muitas vezes não é consistente com a decisão esperada a partir do modelo teórico de maximização da utilidade esperada. Eles entendem que as finanças comportamentais se confrontam com o paradigma (*Ver Verbete Paradigma*) da teoria financeira tradicional, no qual as decisões financeiras são baseadas na maximização da utilidade esperada (FERREIRA *et al*, 2010).

Nesse sentido, as decisões financeiras podem ser influenciadas por processos mentais, os defensores das finanças comportamentais argumentam que atitudes não racionais dos agentes econômicos podem impactar, de maneira prolongada e consistente o comportamento de variáveis financeiras. Enquanto a teoria moderna de finanças é baseada na busca da maximização da utilidade esperada, as finanças comportamentais estabelecem que algumas variáveis econômicas não podem ser descritas pelas condições de equilíbrio da teoria moderna, tendo em vista que os agentes financeiros tomam decisões muitas vezes incompatíveis com atitudes baseadas em expectativas racionais (KIMURA *et al*, 2006; SILVA *et al*, 2008; YOSHINAGA e RAMALHO, 2014).

As finanças comportamentais apresentam diversas teorias para ajudar a explicar como as emoções humanas afetam o processo de tomada de decisões financeiras, entre elas apresentam-se as principais:

Teoria do arrependimento: É a teoria aplicada às reações emocionais advindas de pessoas que perceberam que cometeram um erro de julgamento. Ao vender uma ação, por exemplo, o investidor é emocionalmente afetado pelo preço de compra da ação, caso ocorra uma venda com prejuízo, confirma-se que o investidor se equivocou ao calcular o preço da ação na compra. Ao considerar a venda da ação é cabível o questionamento “eu compraria esta ação hoje, se já

não a tivesse?”. Se a resposta for negativa é o momento de vender. Esta teoria ainda se aplica a investidores que optam por não comprar uma ação que está sendo negociada a um preço muito mais alto, o correto seria avaliar a ação no momento presente, sem considerar o valor anterior.

Comportamento de manada: Significa seguir o comportamento da maioria. O argumento que justifica esta atitude “é o que todo mundo está fazendo”. Para Gitman (2010) os investidores aceitam melhor a ideia de perder dinheiro com uma ação popular do que com uma ação desconhecida.

Compartimentos mentais: São arquivos de acontecimentos específicos que cada pessoa possui. A diferença entre estes arquivos pode afetar seu comportamento mais do que o acontecimento em si. Gitman (2010) exemplifica com uma enquête realizada por pesquisadores que questionam a diversas pessoas sobre: “Você compraria um ingresso de R\$ 20,00 no teatro, se percebesse, ao chegar lá, que perdeu uma cédula de R\$ 20,00?”. Cerca de 88% das pessoas afirmaram que sim. Em contrapartida, em um cenário diferente quando questionadas se comprariam um segundo ingresso de R\$ 20,00 se ao chegar ao teatro percebessem que tinham esquecido em casa o ingresso comprado anteriormente pelo mesmo valor, apenas 40% dos entrevistados responderam afirmativo. Nos dois casos o gasto seria de R\$ 40,00, porém, a contabilidade mental leva a resultados diferentes. O compartilhamento mental também se aplica a resistência de investidores em vender ações das quais já ganharam dinheiro no passado, mas que no presente não geram tanto quanto o esperado.

Teoria das perspectivas: Diz respeito ao diferente grau de emoções expressas pelas pessoas ao lidarem com perdas e ganhos. Geralmente os indivíduos incomodam-se mais com as perdas em potencial do que se alegram com a possibilidade de ganhos.

Ancoragem: Os investidores tendem a dar mais importância a dados e informações recentes esquecendo-se de avaliar médias e probabilidades históricas de longo prazo. A ancoragem pode ser uma explicação para a longa duração dos períodos de mercados compradores.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ailton da Silva *et al.* *Finanças comportamentais: uma visão diferente no Estado do Rio de Janeiro*. In.: VII Convibra Administração, 2010. Disponível em http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_1600.pdf. Acesso: 11 mai. 2016.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios da administração financeira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 12ª Ed. Tradução Allan Vidigal Hastings; 2010.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Prospect theory: an analysis of decision under risk*. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-292, 1979.

KIMURA, Herbert *et al.* *Paradoxos em finanças: teoria moderna versus finanças comportamentais*. **RAE**, v. 16, n.1, p. 41-57, jan/mar. 2006.

SILVA, Wesley Vieira *et al.* *Finanças comportamentais: análise do perfil comportamental do investidor e do propenso investidor*. **RECADM**, v. 7, n. 2, p.1-14, nov. 2008.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; RAMALHO, Thiago Borges. *Finanças comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores*. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 16, n. 53, p. 594-615, out/dez. 2014.

FINANÇAS PÚBLICAS

Daniel Knebel Baggio

Para o entendimento do conceito das finanças públicas faz-se necessário compreender, inicialmente, o que são as finanças? Na visão de Gitman (2010) elas podem ser definidas como a arte e a ciência da gestão do dinheiro, já que praticamente todos os indivíduos e organizações recebem ou levantam, gastam ou investem dinheiro. A área das finanças se preocupa com os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos associados à transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais (GITMAN, 2010).

Existem três tipos de finanças que merecem ser destacadas: as finanças corporativas, as finanças pessoais e as finanças públicas. Em relação às finanças corporativas, Braga (1989, p.31) afirma que “o objetivo primordial de cada empresa é o de maximizar a riqueza dos proprietários”. Deste modo, as decisões da gestão financeira apresentam-se como um dos principais pontos para determinar o sucesso ou fracasso empresarial. Todos os administradores devem entender de finanças por mais que optem por atuar em outra área da gestão, Weston e Brigham (2000, p. 8) afirmam que existem “implicações financeiras em virtualmente todas as decisões empresariais, e os executivos não-financeiros simplesmente devem entender o bastante de finanças para trabalhar essas implicações em suas análises específicas”.

Gitman (2010) complementa afirmando que a área de finanças deve estar em constante contato com as demais áreas funcionais para que seja possível realizar previsões de receitas e despesas confiáveis e assim tomar decisões úteis. As finanças pessoais dizem respeito ao trato que cada indivíduo tem com seu dinheiro, essa relação é aprimorada através da educação financeira, que nada mais é que o conhecimento sobre si mesmo (autoconhecimento) e de mercado (tudo o mais que envolve dinheiro).

Silvestre (2010) assevera que são seis as principais etapas da vida financeira dos indivíduos, e cada fase apresenta uma dinâmica muito própria para o bom relacionamento com o dinheiro: 1ª Fase: CAPACITAÇÃO (até os 25 anos); 2ª Fase: CONSTRUÇÃO (25 a 35 anos); 3ª Fase: CONQUISTA (35 a 45 anos); 4ª Fase: CONSOLIDAÇÃO (45 a 60 anos); 5ª Fase: SUPERAÇÃO: (60 a 80 anos); 6ª Fase: CONTEMPLAÇÃO (acima dos 80 anos).

Com isso, as finanças públicas podem ser entendidas como o ato de designar os métodos, os princípios e os processos financeiros por meio dos quais os governos federal, estadual, distrital e municipal desempenham suas funções: alocativas, distributivas e estabilizadoras (CGU, 2005). A função alocativa refere-se ao processo pelo qual o governo divide os recursos para utilização no setor públi-

co e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios, como rodovias, segurança, educação, saúde, dentre outros, aos cidadãos (CGU, 2005).

Já a função distributiva, entende-se como uma ação, por parte do governo, de distribuição de rendas e riquezas, buscando assegurar uma adequação àquilo que a sociedade considera justo, tal como a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, serviço – por essência – mais utilizado por indivíduos de menor renda. Deste modo, a função estabilizadora pode ser entendida como a aplicação das diversas políticas econômicas, pelo governo, a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento desses objetivos (CGU, 2005).

Portanto, cabe a organização político-administrativa do Estado determinar quem são os entes públicos e suas responsabilidades e as finanças públicas indicam a maneira como estes entes deverão trabalhar para atingir seus fins, planejando, executando e prestando contas das receitas e dos gastos realizados pelo Estado (CGU, 2005). O Estado dispõe de instrumentos de planejamento, tais como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

No Brasil, as finanças públicas são disciplinadas, dentre outros, pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.320/64 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses normativos definem as linhas de atuação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, principalmente quanto ao planejamento das receitas e despesas públicas que constituem o orçamento público (CGU, 2005).

REFERÊNCIAS

BRAGA, Roberto. *Fundamentos e técnicas da administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1989.

CGU – Controladoria Geral da União. *Gestão de recursos federais*. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/cartilhagestaorecursosfederais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios da administração financeira*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. Tradução Allan Vidigal Hastings; Revisão técnica Jean Jacques Salim. 12ª Ed. 2010.

SILVESTRE, Marcos. *12 meses para enriquecer: O plano da virada*. São Paulo: Lua de Papel, 2010.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. *Fundamentos da administração financeira*. São Paulo: Person Makron Books, 10ª Ed. 2000.

FRONTEIRA

Helion Póvoa Neto

Tanto a noção de “fronteira” quanto a de “limite” têm origem antiga no Ocidente, remetendo, em Roma, ao *front*, no sentido de frente de batalha, de vanguarda, de uma força militar em deslocamento, e ao *limes*, ou seja, os confins do Império Romano. Ou seja, embora as duas palavras sejam por vezes utilizadas como sinônimas, remetem, ora à mobilidade, no sentido de frente que avança ou retrocede, ora a barreiras físicas, convencionais ou simbólicas (ALBUQUERQUE, 2017, p. 341).

Essa ambiguidade entre uma faixa ou zona dinâmica de intercâmbio e um marco linear de separação, se mantém no vocabulário ao longo da história, sendo que é no final da Idade Média que a palavra “fronteira” aparece na maior parte das línguas europeias, a partir de sua origem latina. Em geral, a fronteira possuía largura, e não apenas extensão (como acontece com o “limite”). Para além da etimologia das palavras, as funções sociais tanto de separação quanto de contato permaneceram associadas às fronteiras (STEIMAN e MACHADO, 2012).

Historicamente, a formação, consolidação e alteração de fronteiras no continente europeu marcou as disputas e a institucionalização dos diversos estados nacionais. Porém, as demarcações fronteiriças cumpriram um papel importante também nas áreas coloniais da América, África e Ásia. As marcações de limites e de fronteiras, nesses espaços, corresponderam não tanto à afirmação territorial de grupos étnicos e políticos locais que se pretendiam dominantes, mas principalmente às disputas metropolitanas pela dominação das terras e de populações coloniais. Impostas de fora para dentro, as fronteiras dos colonizadores ignoraram, na maior parte das vezes, laços de coesão social e conflitos preexistentes. Apesar disso, frequentemente permaneceram após os processos de descolonização e de independências nacionais, daí derivando muitas questões fronteiriças posteriores (Ver Verbete Fronteira Agrícola).

A descontinuidade territorial representada pela fronteira não se restringe, porém, às linhas ou zonas de contato entre os estados nacionais. A fronteira pode ser reconhecida, também, dentro de um determinado estado. Na língua inglesa, mais especificamente nos Estados Unidos, mantém-se a distinção entre a fronteira *border*, ou seja, internacional, e a fronteira *frontier*, reconhecida em 1894 pelo historiador Frederick Jackson Turner como “as terras que formam a mais distante extensão das regiões habitadas de um país” (1984, p. 215-218).

Enquanto a fronteira *border* significa a demarcação institucionalizada, mesmo tendo sido objeto de disputas e mesmo de antigos *fronts* em disputa, a fronteira *frontier* designa uma abertura, um espaço de competição, conflito e

destinos políticos ainda com certo grau de indefinição. Para usar a terminologia turneriana, a *frontier* seria a expressão espacial do avanço dos pioneiros da “civilização” – brancos, de origem europeia - sobre os lugares e povos “selvagens” - personificados, no caso daquele país no século XIX, pelos povos originários e pelos mexicanos. O próprio Turner distinguia essa fronteira norte-americana das fronteiras europeias, que dividiam populações já densamente estabelecidas (PÓVOA NETO, 2017, p. 63-64).

A fronteira interna em movimento, nesse caso, acabou por tornar-se a própria fronteira internacional, estabelecida, através de acordos ou de domínio “de fato”, pelos estados nacionais em seus processos de controle territorial. Isso ocorreu entre os Estados Unidos e o México, no caso norte-americano, mas também nas disputas entre as metrópoles europeias nos continentes africano e asiático.

No caso brasileiro, a *frontier* se fez *border*, com o avanço para o Oeste a partir do litoral, sobre o chamado “sertão”, que fazia recuar as delimitações luso-espanholas, no período colonial, mas, mesmo após as independências nacionais, modificando as fronteiras estabelecidas precariamente. O caso do Acre, onde o avanço da fronteira extrativista (Ver Verbete Neoextrativismo) da borracha acabou por levar a uma nova demarcação fronteiriça internacional, entre Brasil e Bolívia, exemplifica o dinamismo do processo de “fronteirização” ainda no século XX.

Se entendemos a fronteira, menos como um simples traçar de linha sobre o espaço geográfico, e mais como um ato de demarcação de espaços de dominação, colonial ou não, podemos reconhecê-la como processo de “configuração de mundos”, de inclusão de terras e povos segundo a lógica de uma potência impositiva de territorialidades. Nesse sentido, a fronteira deixa de ser apenas um lugar estabelecido cartograficamente, e pode ser considerada como um método através do qual se define, delimita, um território (MEZZADRA, e NEILSON, 2013). A fronteira se impõe então como territorialidade, formas de dominação e padrões de mobilidade no sentido do que Foucault denomina de “governo das populações” (2008).

Embora a terminologia do senso comum, e mesmo a acadêmica, nem sempre distinga entre limite e fronteira, e embora a distinção entre fronteira em movimento (*frontier*) e fronteira internacional institucionalizada (*border*) possa parecer historicamente datada, é importante reter a especificidade dessas denominações. Pois, embora a fronteira internacional seja quase que imediatamente reconhecida como estabelecida “de uma vez por todas”, historicamente ela tem passado por mudanças, e continua em processo de redefinição. Inúmeros conflitos internacionais, no mundo contemporâneo, derivam de demarcações fronteiriças problemáticas, ou apontam para sua remarcação em futuro próximo.

No plano interno ao território (Ver Verbete Território) nacional brasileiro, ao mesmo tempo em que houve referências a um “fechamento” da fronteira interna, no sentido de que não haveria áreas “novas” a apropriar, em uma região como a Amazonia, o fato é que ainda há fronteiras em redefinição. Pode-se apontar, contemporaneamente, fronteiras móveis para o avanço do agronegócio (Ver Verbete Agronegócio) nas áreas de cerrado, para a expansão pecuarista, para a mineração, para a apropriação de espaços de produção de energia (“fronteira energética”).

Reconhecer a existência da fronteira interna significa, nesses casos, perceber movimentos, seja de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas, seja de processos econômicos associados não apenas a migrações, mas igualmente a movimentos de expansão do capital. É nesse sentido que José de Souza Martins indica que o conflito social é, no caso brasileiro, sociologicamente relevante na caracterização da fronteira. Uma fronteira que é o lugar do encontro com o “outro”, não necessariamente o outro no sentido clássico, o oponente no *front* de guerra. Mas também no da alteridade entre “índios” e “civilizados”, entre camponeses e latifundiários (MARTINS, 1996, p. 25-27), entre “vazios a ocupar” e necessidades da reprodução capitalista.

Otávio Guilherme Velho ([1979] 2009) defende que, tal como no avanço da fronteira turneriana nos Estados Unidos, também no Brasil o tema da incorporação das “terras novas” à fronteira em movimento esteve historicamente presente no discurso oficial e nas práticas governamentais. Nesse sentido, processos como a Marcha para Oeste estadonovista, a transferência da capital para o Planalto Central e já durante o período militar, a ocupação planejada da Amazônia através de grandes rodovias e da colonização, poderiam ser entendidos em sua relação tanto com as possibilidades de democratização da propriedade da terra quanto da consolidação do latifúndio como lugar da produção.

A fronteira representa, portanto, em suas formas zonal ou linear, em seus estados dinâmico ou estabilizado, na escala internacional ou interna, um conceito útil à análise social e ao estudo do território. Mais que seu limite, que suas bordas, a fronteira de certo modo indica as condições de existência da(s) sociedade(s) que ela margeia, suas coesões internas, seus conflitos, bem como, simbolicamente, suas formas de relação entre diferentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteira. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (org.) Dicionário crítico de migrações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham e Londres: Duke University Press, 2013.

PÓVOA NETO, Helion. Migração e fronteiras. In: SUERTEGRAY, Dirce (org.), *Geografia e conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 59-73.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. In: Héctor Hugo Trincherro; Tito Carlos M. Oliveira. (Org.). *Fronteiras Platinas: Território e Sociedade*. 1ed. Dourados: UFGD, 2012, v., p. 257-278.

TURNER, Frederick J. The significance of the frontier in American history. *Annual report of the American Historical Association for the year 1893*. Washington: Government Printing Office, 1894, p. 199-227.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato [1979]. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Jacob Binsztok

A fronteira agrícola é uma categoria utilizada para designar o avanço da produção agropecuária para regiões pouco povoadas e detentoras de grandes reservas florestais. Para compreender o processo de expansão da fronteira agrícola, é necessário esclarecer os conceitos de frente de expansão e frente pioneira, que embora aparentem similitude, apresentam impactos econômicos, sociais e espaciais distintos.

A frente de expansão é geralmente realizada por pequenos produtores pouco capitalizados, provenientes de antigas áreas rurais deprimidas ou em processo de reestruturação produtiva, como ocorrido no final da década de 1970 no país, liberando mão-de-obra de regiões cafeeiras do norte do Paraná, norte do Espírito Santo e na Zona da Mata de Minas Gerais para projetos de colonização dirigida ou para movimentos espontâneos em direção às áreas de fronteira na Amazônia Meridional, abrangendo os estados de Mato Grosso e Rondônia. O referido campesinato ocupou lotes com aproximadamente 100 hectares ofertados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ou terras devolutas localizadas fora dos programas oficiais, dedicando-se ao cultivo do café da variedade robusta, e também de práticas tradicionais da policultura camponesa, destinada à subsistência e à comercialização de excedentes.

A frente pioneira é caracterizada pelo avanço dos grandes produtores rurais, vinculados ao agronegócio (Ver *Verbete Agronegócio*) que, ao contrário dos componentes da frente de expansão, estão articulados ao modo de produção integralmente capitalista, destinando seus produtos para o mercado interno e externo. Em muitos casos, a expansão desse movimento acontece mediante grilagens de terras devolutas, Terras Indígenas (Ver *Verbete Cultura Indígena, Diversidade e Interculturalidade*), Quilombolas ou de espaços expropriados ocupados pelos participantes da frente de expansão.

Neste sentido, ocorrem de um lado inúmeros conflitos na área de fronteira agrícola envolvendo camponeses, comunidades indígenas e quilombolas e, de outro, grileiros, representantes de latifúndios e de empresas rurais. Em função desses conflitos, podemos identificar uma série de problemas decorrentes do referido quadro, tais como a expansão do desmatamento, aumento dos latifúndios, especialização dos cultivos e redução das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

As fronteiras agrícolas se constituem, para alguns autores, como uma janela de oportunidades para excedentes populacionais oriundos de regiões atingidas por longos ciclos recessivos ou por severos processos de reestruturação pro-

dutiva. Tais autores, influenciados pelas narrativas épicas sobre a “marcha para o Oeste” dos Estados Unidos, destacaram a relevante posição política conquistada pelos pioneiros que, aliando-se ao norte manufatureiro, contribuíram para a sua vitória no confronto com os latifundiários escravocratas do sul durante a Guerra de Secessão (1861-1865). A expansão das fronteiras agrícolas nos Estados Unidos e no Brasil não aconteceu sem graves conflitos e foi dirigida sob o signo do povoamento e da colonização dos denominados “espaços vazios” que consideravam as populações locais como incapazes de promover a utilização produtiva de suas terras. As nações indígenas que por ventura estivessem no caminho dos movimentos pioneiros eram expulsas para locais distantes e dizimadas quando resistiam ao avanço da fronteira agrícola.

A partir dos anos de 1980, os grupos sobreviventes, por iniciativa do Governo Federal seguindo orientações de pesquisadores de instituições internacionais, como a Universidade de Harvard, foram abrigados em áreas da União, denominadas de Terras Indígenas (TI), supervisionadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sucessora do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), adaptada para atender aos requisitos de uma nova política de “integração” dos remanescentes indígenas à sociedade brasileira. No entanto, as demarcações e as homologações das Terras Indígenas (TI) não eliminaram a ocorrência de lutas entre os grupos remanescentes e os representantes dos setores de infraestrutura, mineração, agronegócio e grileiros, entre outros interessados na usurpação dos recursos naturais dessas terras.

A fronteira também fortaleceu a divulgação de estereótipos quando destaca o “dinamismo” e a “energia” do trabalho pioneiro em oposição à “indolência” debitada às atividades das comunidades tradicionais. A preconceituosa dicotomia foi registrada por Otavio Guilherme Velho nos anos de 1980 em seus estudos sobre a fronteira agrícola originária da rodovia Belém - Brasília, fato observado particularmente nos estados do Pará e do Maranhão. Frente a isso, o autor ressalta a presença de dois sistemas, representados pela “beira”, abrigando as comunidades tradicionais dependentes dos cursos fluviais, e a “mata”, reunindo os pioneiros recém-chegados pela rodovia.

Até o final dos anos de 1980, grande parte da ocupação da fronteira agrícola foi direcionada para a ocupação de terras na Amazônia e no Centro-Oeste. No entanto, é importante destacara existência de movimentos ocorridos em regiões beneficiadas por obras de infraestrutura, como no caso das intervenções feitas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) durante o Estado Novo, drenando vastas extensões da Baixada Litorânea, no estado do Rio de Janeiro, na região (Ver Verbete Região) de Campos dos Goytacazes, liberando-as da malária para o plantio da cana-de açúcar e de lavouras para pequenos agricultores no Norte Fluminense.

As intervenções do DNOS foram retomadas na década de 1980, com a retificação das várzeas dos rios São João e Macaé, no Norte Fluminense, incorporando áreas para uma fracassada fronteira agrícola, destinada à implantação da rizicultura irrigada mediante o arrendamento de lotes a produtores originários do Rio Grande do Sul. Estas áreas atualmente estão sendo utilizadas para a pecuária de corte, controlada por latifundiários locais associados a empresários nacionais.

Na linha das intervenções de infraestrutura, assinalamos também as obras realizadas pela Companhia de Saneamento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em Petrolina (PE), que por intermédio da construção de canais, incorporou terras para serem utilizadas em uma fronteira agrícola destinada à fruticultura irrigada, para o cultivo da manga, goiaba, melão, uva, entre outros produtos. A fronteira agrícola atraiu para a região pequenos e médios produtores e grandes empresas provenientes de vários pontos do país e do exterior, que em função da elevada qualidade dos produtos devido ao alto teor de sacarose, rapidamente se inseriram nos mercados interno e externo.

A fruticultura irrigada se expandiu de Petrolina para Juazeiro, na Bahia, e posteriormente para os Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe e do Baixo Acaraú, no Ceará, apesar do aumento da salinização em algumas áreas, depredação dos recursos naturais do semiárido, concentração fundiária e exclusão de comunidades tradicionais, processos clássicos do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

A mais recente fronteira agrícola do país inicia-se no final dos anos 1980 e abrange a região de Matopiba, com cerca de 73 milhões de hectares, formada pelo oeste da Bahia, todo o Tocantins, sul do Piauí e grande parte do Maranhão, abrangendo 320 mil estabelecimentos agrícolas, cultivando soja, milho, algodão e arroz. A expansão enfrenta sérias tensões, representadas pela presença na região de 46 Unidades de Conservação, 31 Terras Indígenas, 745 Assentamentos (Ver Verbete Assentamentos Urbanos e Assentamentos Rurais) e 36 Comunidades Quilombolas, que se encontram sob risco em função da intensidade do processo, depredando recursos naturais do Cerrado e aumentando a exclusão de comunidades não alinhadas à lógica do grande empreendimento capitalista agrícola.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO:

BECKER, Bertha. **Amazônia**. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1997.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VELHO, Octávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato (um estudo comparativo da fronteira em movimento)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.



O uso do gênero, enquanto categoria de análise na historiografia, é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas. Estas discussões marcam o percurso de alguns movimentos sociais (*Ver Verbete Movimentos Sociais*), sobretudo, o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, *vinham sendo adotados como explicações naturais* para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão.

No processo de socialização se desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade, ou seja, o padrão diferenciado, e mesmo antagônico, de ser e de se comportar de homens e mulheres. Esses valores e padrões de comportamento são difundidos como se fossem definidos pelas diferenças entre os sexos, portanto, baseados na natureza de cada sexo. Com isso, os padrões definidos pela sociedade do que é ser mulher e do que é ser homem são naturalizados, ou seja, considerados naturais a cada sexo.

Desse modo, passa despercebida a imposição dos padrões de gênero masculino e feminino, e se reproduzem desigualdades entre os sexos, apoiadas nas diferenças biológicas. Assim, as mulheres são consideradas naturalmente responsáveis pela reprodução e pelo espaço privado, e enquanto tal, sua obrigação é lavar, passar, arrumar a casa e cuidar dos filhos, o que é ensinado desde cedo às meninas por meio de brinquedos considerados de uso exclusivamente feminino. Aos homens, têm sido atribuídas as atividades produtivas e o espaço público, de poder e decisão política.

A história tem mostrado que este modo de pensar o mundo, as pessoas e a natureza gera desigualdade, cria hierarquia, privilegia os homens, submete, desvaloriza e oprime as mulheres. A ideia dominante é de que a sexualidade deve obedecer à natureza, determinada pelas diferenças biológicas entre os sexos, e que os homens e mulheres trazem consigo, uma natureza que define o modo de sentir, manifestar e realizar a sua sexualidade. Essa ideia obedece aos padrões de gênero, que definem o caráter amoroso e passivo da sexualidade feminina, em contraposição, ao caráter ativo, viril e insaciável do homem. Deriva dessa *concepção de sexualidade*, um padrão de comportamento sexual, considerado normal, que se realiza entre um homem e uma mulher.

A sociedade brasileira, de estrutura patriarcal, tem na base de sua história o domínio, a subordinação e a violência sexual contra as mulheres indígenas e

negras. São de amplo conhecimento os casos de mulheres indígenas *pegas a laço*, como também de negras, escravas, subjugadas sexualmente por seus senhores. Neste contexto, é comum responsabilizar as próprias mulheres pelo comportamento violento dos homens, taxando-as de *provocantes, fogosas, de irresistível erotismo e sensualidade*.

As discriminações ao corpo e à sexualidade das mulheres, em grande parte resultam de desinformação e expressam tabus ainda vigentes na sociedade. O padrão de beleza e saúde da mulher, disseminado pela mídia, revela a mercantilização do corpo das mulheres e para o qual há um amplo mercado de produtos desde a juventude à terceira idade, abrangendo a maternidade e outros aspectos da vida feminina.

As mulheres, histórica e socialmente são postas em espaços invisíveis. Desde modo, cabe destacar que a construção das relações sociais e dos espaços ocupados por homens e mulheres passa pelo modo que uma dada sociedade ou grupo social, se comportam a partir da percepção que estes têm sobre o conceito de gênero.

Tedeschi (2010, p.4) aponta que o uso do termo “gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana”. Discorre ainda, que a legitimação do conceito de gênero, se dá no campo da história pelas mulheres como uma busca pela compreensão da natureza das relações sociais compreendendo a reciprocidade que há neste campo. Onde as relações políticas que se estabelecem nas discussões teóricas é que legitimam o uso e a compreensão de gênero, sendo que um apresenta-se como complemento do outro - político e social.

Ao longo da história das mulheres e de suas relações sociais, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de participar do processo de construção das ciências, não podendo assim contribuir ao longo dos séculos para produção do conhecimento.

Na religião estava centrado o primeiro espaço de exclusão ou limitação da participação e capacidade das mulheres no fazer ciência e em diversos outros aspectos sociais e no campo do conhecimento. “Como as universidades surgiram literalmente da Igreja, as mulheres foram também excluídas dessas novas instituições, assim como haviam sido excluídas da pregação evangélica” (SCHOTT, 1996, p. 109).

A sexualidade deve ser entendida como uma construção histórica, e não como um objeto natural. Louro (1997, p.73) afirma que as concepções de gênero e sexualidade devem ser abordadas de forma articulada, considerando a construção histórica, social e cultural, pois ambos os conceitos apresentam estreitas relações quanto à formação dos indivíduos.

As *relações de gênero* devem se correlacionar com as formulações culturais, as quais definem o papel do masculino e do feminino em cada sociedade. As

características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e referem-se aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um dos que considera “masculino” ou “feminino”.

As relações de gênero, envolvem um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas são atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo. Tal relação pode ser percebida em Perrot (2005, p 11) onde “as mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares. Torna-se, assim, invisível”.

Estabelecendo relações entre a epistemologia (*Ver Verbete Epistemologia*) e gênero, em Hegel (1980, p. 317) encontramos sua teoria pautada nas relações da família e da sociedade, sendo que “à família possui na comunidade sua universal substância e subsistência, assim, inversamente, a comunidade tem na família o elemento formal de sua efetividade, na lei divina sua força e legitimação”. Percebe-se que os padrões de comportamentos estão alicerçados nos modelos construídos socialmente e que estes são determinantes sobre a família, que por sua vez, ao reproduzi-los fomentam ainda mais este modelo, mesmo que muitas vezes de forma inconsciente.

Cabe relacionarmos *gênero e trabalho*, em especial neste estudo, ligados à *agricultura familiar* (*Ver Verbete Agricultura Familiar*), sendo que as *relações de gênero e trabalho* são socialmente construídas – e no que tange às discussões sobre a divisão sexual do trabalho, que está intrinsecamente ligada à dinâmica familiar, em especial no ambiente rural – estão alicerçadas no gênero masculino, não seria possível realizarmos estas discussões sem que estes temas estivessem na centralidade.

Segundo Tedeschi (2010) que se vale da concepção foucaultiana, o poder é algo complexo e difuso, sendo este imposto de cima para baixo. A resistência e relações de poder estão interligadas em uma relação dialética, ou seja, existem inter-relações, ou, dependência de um para o outro. Segundo o autor, para Foucault, a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

REFERÊNCIAS

TEDESCHI, A. L. *O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária*. Anuario de Hojas de Warmi. N 15, 2010.

SCHOTT, Robin. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

LOURO, G. L. *O currículo e as diferenças sexuais de gênero*. In: COSTA, M. V. (Org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005

HEGEL, G.W. *A Fenomenologia do espírito*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores), 1980.

GENTRIFICAÇÃO

Daniel Luciano Gevehr
Franciele Berti

O termo gentrificação é atribuído originalmente à socióloga Ruth Glass, que cunhou o vocábulo na década de 1960, definindo o fenômeno de retorno da classe média ao centro de Londres, que expulsou moradores da classe operária que habitavam o local (SMITH, 1996). Deste então, diversos autores propagaram debates acerca do processo, problematizando, especialmente, em torno da mutação e multiplicação do fenômeno. A década de 1970, em particular, foi cenário de um amplo debate nessa literatura, protagonizado pelos autores Neil Smith e David Ley. As teorias propostas pelos autores são consideradas as principais vertentes teóricas sobre a gentrificação (REDFERN, 1997; PEREIRA, 2014; MATHEMA, 2015; MOSCIARO, 2012). Neste sentido, os estudos da gentrificação estão organizados, essencialmente, em torno de duas matrizes conceituais: a perspectiva economicista, defendida por Smith (1979) em que se entende que o fenômeno é suscitado devido às ofertas atraentes para a classe média, embasada essencialmente na teoria do *rent gap*; e a perspectiva sociológica, propagada por Ley (1980), sugerindo que a gentrificação é fruto do surgimento de demandas da sociedade.

Os estudos acerca da gentrificação avançaram a partir das análises do geógrafo Neil Smith, no final da década de 1970. A principal proposição do autor é que, diferente do fenômeno observado por Glass, em que a gentrificação era uma curiosidade de mercado, a gentrificação contemporânea é fruto de projetos lucrativos, resultantes de articuladas alianças entre o poder público e o privado, objetivando a valorização de determinadas áreas. Outro autor que se destaca na literatura é o também geógrafo Davi Ley (1980), que sugere a gentrificação como resultado da emergência de demandas da sociedade.

Essa nova demanda seria composta por profissionais altamente qualificados e com poder aquisitivo superior a dos trabalhadores do “colarinho azul”, e que traz consigo novos padrões de consumo, tais como preferências para seu local de moradia. Quanto ao alastramento da gentrificação, percebe-se que os processos identificados na América do Norte e Europa Ocidental estão se reproduzindo na América Latina, no entanto, apresentando algumas especificidades.

Nos primeiros casos, o processo da gentrificação está atrelado principalmente a revitalizações de determinados espaços para uso residencial da “nova classe média”; já na América Latina o fenômeno parece estar vinculado a novos

usos dos edifícios, normalmente relacionado à transição de fins habitacionais para uso comercial, tais como restaurantes, hotéis, clubes e outros. Nas experiências brasileiras de gentrificação, destacam-se as revitalizações em centros históricos, visando, especialmente, o incremento da atividade turística. Nesta perspectiva, entendemos que os processos de gentrificação podem provir por múltiplas causas e envolvendo diferentes atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais). Despontam, assim, novos termos, tais como gentrificação turística e gentrificação comercial, entendido como a transformação de um determinado local em uma área elitizada devido a multiplicação de novos espaços de consumos, relacionados a equipamentos turísticos e entretenimento. Por fim, a análise crítica da literatura permitiu perceber que o conceito de gentrificação é dinâmico e admite diversas características de acordo com o contexto social, político e geográfico, no qual está inserido.

Além disso, o conceito passou por uma reformulação de imagem, perdendo sua natureza negativa e classista. No entanto, ainda que alguns estudos tenham sugerido que a gentrificação pode ser uma panaceia para áreas degradadas, sem implicar na expulsão da classe popular do local, podemos concluir que na maior parte das experiências os benefícios não foram experimentados por habitantes populares. Vale ressaltar a necessidade da ampliação do debate sobre o conceito no âmbito nacional, uma vez que as implicações da gentrificação se verificam na dinâmica de composição e redefinição dos espaços urbanos (Ver Verbete Desenvolvimento Urbano) brasileiros.

Se no passado esse processo era objeto de estudo apenas nas grandes cidades do mundo e do Brasil, na atualidade ele se aplica aos médios e pequenos espaços urbanos das cidades brasileiras, nos quais as pesquisas sobre as singularidades do processo de reordenamento espacial precisam avançar, em constante diálogo com outros campos de estudo. Áreas como a Sociologia, a Geografia e a Antropologia têm permitido através do debate interdisciplinar, melhor compreender a dinâmica urbana sob diferentes perspectivas.

REFERÊNCIAS

CLARK, Eric. The rent gap and transformation of the built environment: Case studies in Malmö 1860-1985. **Geografiska Annaler. Series B. Human Geography**. 1988, p.241-254.

GLASS, Ruth. **London: aspects of change**. London, MacGibbon & Kee, 1964.

LEES, Loretta. A reappraisal of gentrification: towards a geography of gentrification. **Progress in human geography**, 24, 3, 2000, p. 389-408.

NELSON, Kathryn P. **Gentrification and distressed cities**: an assessment of trends in intrametropolitan migration. Wisconsin, *University of Wisconsin Press*, 1988.

NOBRE, Eduardo AC. Urban regeneration experiences in Brazil: Historical preservation, tourism development and gentrification in Salvador da Bahia. **Urban Design International**, 7, 2, 2000, p.109-124.

REDFERN, Paul A. A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies. **Environment and Planning**, 29, 7, 1997, p. 1275-1296.

SLATER, Tom. The eviction of critical perspectives from gentrification research. **International Journal of Urban and Regional Research**, 30, 4, 2006, p.737-757

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. In: Bidou-Zachariasen, C. **De volta à cidade**: Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.

GEODIVERSIDADE

Flávio Rodrigues do Nascimento

Geodiversidade envolve a riqueza de Patrimônios Geológicos e Geomorfológicos reunidos em Geossítios, formados por elementos não-bióticos (elementos físicos) do ambiente, para um entendimento mais holístico da natureza e sua dinâmica. O estudo sobre Geodiversidade é uma tendência analítica com foco nos fatores abiótico, dando relevância aos elementos não-vivos, mas que se articulam com Ecossistemas como bases indispensáveis à vida. A Geologia agregada à uma investigação Geomorfológica é, portanto, o fulcro da Geodiversidade. Associam-se a isto, elementos importantes da litosfera, como as combinações morfoclimáticas e morfo-pedológicas.

Sedimentos, minerais e litotipos agregados a uma investigação morfoes-cultural, de compartimentos e subcompartimentos de relevo e suas feições do modelado, focados na Geodiversidade, aparecem como fatores definidores. A Geomorfologia é elemento para distinção e caracterização de formas de relevos, com seus elementos estabelecidos: Planaltos, Planícies e Depressões. Aumenta assim a variedade, a fisiologia das paisagens e a complexidade dos Geossítios.

Os Geossítios traduzem a riqueza de patrimônio geológico e geomorfológico em dados municípios ou regiões, reunindo um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura e crosta terrestre. Geossítios podem, são ou devem ser agrupados em Geoparques - uma área protegida que tem como elemento principal seu patrimônio geológico. Segundo CPRM (2020):

“No conceito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, Geoparques são áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e as paisagens de significado internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável” (CPRM, ibid).

A Geoconservação seria o caminho e discussão para proteção da Geodiversidade e de suas condições ambientais associadas - de modo a buscar a sustentabilidade. Dessarte, é importante promover destino explicativo segundo seu conceito a par de padrões descritivos sistemáticos, com imposição sucinta e acesso objetivo. Para ratificar e saber mais sobre os conceitos diretamente associados ao entendimento Geodiversidade, vede:

- O conjunto dos Geossítios de uma região (Ver Verbete Região) representa o Patrimônio Geológico. A Geoconservação se traduz como caminho de conservação do Patrimônio Geológico.
- Desdobramento de escopo da Geoconservação são os Geoparques para conservação do Patrimônio Geológico.

- Objetivos dos Geoparques são: conservar patrimônio geológico; educar usando geociências e questões ambientais no geral; promover a investigação científica e educação ambiental; desenvolver as condições socioeconômicas, atreladas à cultura sustentável; oportunizar a cooperação multicultural; só para citar os mais centrais.

- Geodiversidade concorre para o aperfeiçoamento da proteção ambiental no Brasil, e da Legislação e esforços pertinentes.

Para Brandão, Freitas e Freitas (2014), o verbete em epígrafe designa elementos não-bióticos do meio natural, para um entendimento mais holístico de natureza e sua dinâmica. “*Trata-se de uma tendência analítica cujo foco se dá aos fatores abióticos, dando relevância aos fatores não-vivos, mas que se aninham nos ecossistemas como bases indispensáveis à vida*” (NASCIMENTO E SOBRINHO, 2020.p 15).

Portanto, Geodiversidade é a

“variação natural (diversidade) da geologia (rochas, minerais, fósseis, estruturas), geomorfologia (formas e processos) e solos. Essa variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos faz com que essas rochas, minerais, fósseis e solos sejam o substrato para a vida na Terra. Isso inclui suas relações, propriedades, interpretações e sistemas que se inter-relacionam com a paisagem, as pessoas e as culturas (BRANDÃO e FREITAS et al., 2014. p 13)”.

Inobstante, a Geodiversidade representa elementos físico-ecológicos nos Domínios Morfoclimáticos/Macrodomínios de Natureza do Brasil de Ab’Saber (2003). Como aferido, ela envolve conhecimentos geológicos, litológicos e geomorfológicos enfatizando os fatores físicos do ambiente, agregando conhecimentos sobre o estrato geográfico da Terra (definido por GRIGORIEV, 1993). Haja vista que compreende a crosta, hidrosfera, regolito (manto do solo).

Na relação Ecossistema x Geodiversidade, esta é representada pelo biótopo presente naquele. Geodiversidade é a base físico-geográfica, com forte apelo geológico, associada aos elementos morfo-pedológicos das paisagens para o sustentáculo da vida. Por isso mesmo, há uma relação intrínseca entre Biodiversidade e Geodiversidade (ARRIBAS; DURÁN, 1998). O reino animal e o reino vegetal são abrangidos pela Biodiversidade e o reino mineral pela Geodiversidade (CARVALHO, 2007).

Com base no apoio da Biologia e da Geografia para endossar nosso argumento - áreas com as quais a Geodiversidade tem aproximação - a Geologia considera que:

- A parte da Biologia, em especial, da Ecologia que trata dos fatores abióticos ou biótopo equivale ao foco dos trabalhos na Geodiversidade.

- Para Geografia, a Geodiversidade representa os recursos naturais inertes, ou fatores abióticos que compõem o espaço, a paisagem, o território, o lugar ou a região.

• Deste modo, as Geociências consideram como Geodiversidade, o conjunto de fatores físico-geográficos que ajudam na base organizacional e dinâmica de paisagens e dos Biomas. Quadro em que se destacam os fatores da litosfera, em especial, do seu substrato rochoso e litológico, associado às formações de solos distribuídas pelos tipos de modelado e relevos.

Geodiversidade, para mais, é central como instrumento de planejamento, gestão e ordenamento territorial (Ver Verbete Ordenamento Territorial), pois seus espectros e abordagens em suas aplicações envolvem questões sobre: vida na terra, ambiente, prevenção de desastres, saúde, levantamento de patrimônio geológico e pesquisa mineral, usos dos recursos hídricos, agricultura, obras de engenharia, políticas públicas (Ver Verbete Política Públicas), educação, Geoconservação e Geoturismo – educação ambiental e o turismo com foco na Geologia e na Geomorfologia (SILVA et al., 2008; NASCIMENTO e FALCÃO, 2020).

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras, p. 9-26 In: **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

ARRIBAS, A. y DURÁN, J.J., (1998): **Geodiversidad versus biodiversidad**. Tierra y Tecnología, 18, 48-49

BRANDÃO, Ricardo de L. e FREITAS, Luís C. B. **Geodiversidade do estado do Ceará** – Programa Geologia do Brasil, Programa Levantamento da Geodiversidade. Fortaleza: CPRM, 2014. 216p.

CARVALHO, A. M. Galopim de. **Natureza: biodiversidade e geodiversidade**. 2007. Acessado em 15.abril.2021 <https://www.publico.pt/2007/05/05/jornal/natureza-biodiversidade-e-geodiversidade-213522>

CPRM. **Geodiversidade**. 2020. Acessado em 14.abril.2021 In: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Mapas-de-Geodiversidade-Estaduais-1339.html> 2020a. .

CPRM. **Geoparques**. 2020. Acessado em 14.abril.2021 <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Geoparques-5414.html>.

CPRM. **Levantamento da Geodiversidade**. 2020. Acessado em 14.abril.2021 <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Levantamento-da-Geodiversidade-5407.html>.

GRIGORIEV, Alexander A. *Os fundamentos teóricos da moderna geografia. Caderno Prudentino de Geografia. 3, n. 42 v. 1, n. 15. 1993. p. 71 a 82.*

SERRANO CAÑADAS, E.; RUIZ FLAÑO, P. **Geodiversidad**: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiermes-Caracena (Soria). Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, La Rioja, n. 45. 2007. p. 79-98.

SHARPLES, C. A. **Geoconservation in forest management**: Principles and procedures. *Tasforests*. V. 7, 1995. p. 37-50,

SHARPLES, C. A. **Methodology for the identification of significant landforms and geological sites for geoconservation purposes**. Tasmania: Report to Forestry Commission Tasmania, Hobart, 1993.

SILVA, Cassio R. da (org.). **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p.

STANLEY, M. **Geodiversity**. *Earth Heritage*. n. 14, 2000. p 15-18

BRILHA, José. **A Rede Global de Geoparques Nacionais**: um instrumento para promoção Internacional da Geoconservação. IN: SCHOBENHAUS, Carlos e SILVA, Cassio R. da. **Geoparques no Brasil**. V1. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 28-37.

SCHOBENHAUS, Carlos, SILVA, Cassio R. da. O papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques e na conservação do patrimônio geológico. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p13-28 In: SCHOBENHAUS, C. e SILVA, C. Roberto da. **Geoparques no Brasil**. V1. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. 750.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CLAUDINO-SALES, Vanda. **Coastal World Heritage Site**. 1. ed. Amsterdam: Springer, 2019. v. 1. 651p

ZAPATA, J. E. J.; ACOSTA, J. H. C.; ESCOBAR, J. M. M. **Patrimônio Geológico y Geodiversidade**: Bases para su definición em la Zona Andina de Colombia, Caso Santa Fé de Antioquia. *Boletín Ciencias de la Tierra*, s.l., n. 35, p. 53-66, 2014.

SHARPLES, C. A. **Concepts and principles of geoconservation**. 2002. Acessado em 14.abril.2021 *Tasmanian Parks and Wildlife Service Website*. Disponível em: <http://dpiwwe.tas.gov.au/Documents/geoconservation.pdf>.

GEOGRAFIA AGRÁRIA

Jacob Binsztok

Os primeiros estudos referentes ao moderno conceito da Geografia Agrária remontam à década de 1950, tendo sido realizados por renomados geógrafos como Waibel (1979), Migliorini (1950), Faucher (1949), Rochefort (1964), Valverde (1964), George (1972), Oliveira (1986) e Fernandes (2001).

Para Migliorini (1950), a Geografia Agrária pode ser considerada um dos campos da Geografia Econômica (*Ver Verbete Geografia Econômica*), apresentando, além da relevância teórica, uma valorização prática, destacada na avaliação da produção e suas eventuais modificações, bem como a maior ou menor conveniência de certas culturas e a eficiência do mercado. Segundo o autor, a Geografia Agrária privilegia o exame desde características fisiográficas até as econômicas, destacando ainda que os aspectos físicos de uma determinada área devam constar da etapa inicial de qualquer proposta.

Waibel (1958, 1979) contribuiu para a formação de vários geógrafos brasileiros quando de sua presença no antigo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os quais podemos mencionar Nilo Bernardes, Speridião Faissol, Pedro Geiger, Valter Egler e Orlando Valverde, o último considerado um dos mais fiéis seguidores e difusores dos ensinamentos do geógrafo alemão, na medida em que os outros companheiros também contribuíram com trabalhos em outras áreas, como cultura, urbanização, política, biogeografia, inclusive no caso de Faissol, que em determinadas ocasiões também utilizou ferramentas pautadas por modelos matemáticos em busca de uma pretensa maior cientificidade das investigações geográficas.

A amplitude da contribuição de Waibel (1958, 1979) é ressaltada quando verificamos que o autor sintetiza a Geografia Agrária como uma disciplina voltada para a investigação da diferenciação espacial da agricultura, mediante três perspectivas distintas. A primeira destinada à investigação da distribuição das espécies vegetais e animais ligadas à agricultura; a Geografia Agrária Estatística, a segunda tratando das formas da economia e sua relação com o meio ambiente; a Geografia Agrícola Ecológica, e a terceira, a Geografia Agrária Fisionômica, destinada ao estudo dos diferentes aspectos da paisagem (*Ver Verbete Paisagem*).

O caráter precursor dos seus trabalhos está comprovado quando em plena década de 1940 e 1950 já articulava a presença da Geografia Agrícola Ecológica, antecipando um debate que somente será pautado nas décadas de 1970 e 1980 pelos movimentos ambientalistas inicialmente europeus e posteriormente em nosso país na defesa de uma agricultura menos dependente dos defensivos de origem química.

Segundo Faucher (1949), a Geografia Agrária pode ser definida como a descrição das formas das atividades e do meio agrícola, sendo essencialmente qualitativa, estabelecendo-se sobre um conjunto de dados que só podem ser compreendidos do interior, pelo contato direto e por algum modo íntimo com a vida e mentalidade camponesa. Observa-se em Faucher a preocupação em ressaltar a importância do campesinato para os estudos agrários em função de sua familiaridade e também da importância política dos camponeses franceses.

A contribuição de Rochefort (1964) enfatiza a Geografia Agrária como o estudo da interação dos elementos do complexo agrário, compreendido como um conjunto que não pode ser analisado em aspectos separados. A influência de Rochefort na Geografia Agrária não apresentou grande repercussão no país. No entanto, sua contribuição foi importante para os estudos de Geografia Urbana enfatizando a distribuição espacial dos serviços, que obteve excelente repercussão quando esteve no Brasil, no Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (IPEA) e no Conselho Nacional de Geografia do IBGE. Entre os pesquisadores que tiveram contato com Rochefort na realização de estudos e pesquisas que envolveram a relação campo-cidade podemos mencionar Regina Rochefort, Roberto Lobato Correia, Pedro Geiger, Fany Davidovich, Lysia Bernardes, Olíndina Vianna Mesquita, Olga Maria Buarque de Lima e Solange Tietzmann Silva.

Na década de 1980, o término gradual do Regime Militar impõe novos paradigmas para a Geografia Agrária, representados pela contribuição de Oliveira (1986), próximo a Valverde (1964), embora distante de Waibel (1958) e George (1972), pois foi influenciado pelos estudos de José de Souza Martins, Teodor Shanin e Rosa de Luxemburgo. Nesse sentido, destaca o caráter desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo, que se expande pelo aumento da presença camponesa e pelo latifúndio dedicado ao cultivo de produtos de exportação, apropriando-se de pesados subsídios governamentais, típicos do processo de modernização conservadora que caracteriza a economia e a sociedade brasileira.

Acompanhando Oliveira (1986), de quem foi orientando na USP no final da década de 1990, Fernandes (2001) examinou os conceitos de território camponês representado pela utilização da terra para o trabalho da unidade de produção familiar e o território das grandes corporações a serviço da expansão capitalista, com graves repercussões sociais e ambientais. Esta questão pode ser empiricamente comprovada quando verificamos que a pecuária brasileira difundida pela mídia como uma das mais eficientes do mundo, a qual possui um rebanho de cerca de 200 milhões de cabeças e ocupando 200 milhões de hectares. Isto gera um dos mais baixos índices de ocupação globais, ou seja, bastante predatória em relação aos recursos naturais (*Ver Verbetes Recursos Naturais*), fato constatado por Waibel na década de 1950, e também ineficiente em relação à economicidade, ou seja, um boi para cada campo de futebol.

REFERÊNCIAS

- FAUCHER, Daniel. *Géographie agraire*. Types de Cultures. **Armand Colin**, Paris, 382 (Geographie économique et sociale), 1949.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. **Cortez Editora**, São Paulo, 2001.
- GEORGE, Pierre. *A geografia agrícola no mundo*. **Difusão Europeia do Livro**, São Paulo, Coleção Saber Atual, 1972. 122p.
- _____. *A geografia ativa*. **Difusão Europeia do Livro e Editora da USP**, São Paulo, 1966. 359p.
- MIGLIORINI, Helio. *A geografia agrária no quadro da ciência geográfica*, **IBGE**, Rio de Janeiro, Boletim Geográfico, n. 53, pp. 1072 a 1091, 1950.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. **Ática**, São Paulo, 1986.
- ROCHEFORT, Michel. *Interesse de um estudo de orçamento para geografia agrária*. Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), São Paulo, vol. XIII, 1964.
- VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. **INEP**, Rio de Janeiro, 1964.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos da geografia tropical e do Brasil*. **IBGE/CNG**. Rio de Janeiro, 1958. 307p.

GEOGRAFIA CULTURAL

Rogério Haesbaert

A Geografia Cultural é um campo específico da disciplina geográfica que prioriza o estudo da dimensão cultural do espaço. Trata-se de uma área de longa tradição, mas que somente nas últimas décadas teve posição destacada no interior da disciplina, principalmente em função da relevância das questões étnicas e religiosas e da emergência de correntes teóricas ligadas ao pós-modernismo e/ou ao pós-estruturalismo.

Uma das tradições mais reconhecidas é a da Geografia anglo-saxônica, com a figura chave do geógrafo norte-americano Carl Sauer na primeira metade do século XX. Alguns temas mais específicos, como a Geografia das Religiões ou a Geografia Psicológica tiveram início na mesma época, porém com projeção bem mais restrita.

Fundamental para a definição de Geografia Cultural é o conceito de cultura, pois dependendo de sua abrangência muda também a extensão desse campo. Como se trata de um conceito complexo, polissêmico, há grande debate envolvendo a noção de cultura, especialmente na Antropologia. Devemos lembrar, conforme Raymond Williams, que cultura provém do latim “cultura” e do vocábulo mais antigo, de mesma raiz, “colere”, que é um termo altamente geográfico pois significa “habitar [colonus], cultivar, proteger...” Seu principal sentido está ligado a cultivo, cuidado – sobretudo, mas não apenas, do solo. Somente no século XVIII é que passa a adquirir o sentido mais abstrato que tem hoje, numa relação complexa com civilização e “kultur”, dinâmica material e espiritual ao mesmo tempo. Assim, podemos ver nas definições de Geografia Cultural os reatamentos dessa mesma polêmica em torno do termo cultura.

Numa concepção mais ampla de cultura, praticamente como sinônimo de relação da sociedade com a natureza (seu “cultivo”, de alguma forma), toda a ação humana na transformação do seu meio é uma ação cultural, podendo ter essa um caráter prioritariamente material. Como contraponto, num outro extremo, temos uma concepção mais simbólica de cultura, que privilegia o que Williams denomina nosso “processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético”.

Enquanto no primeiro caso a Geografia Cultural trabalha sobretudo com as formas físicas, materiais, produzidas pelo homem, no segundo ela restringe seu campo de ação à leitura do espaço enquanto representação, incluindo, por exemplo, referências espaciais simbólicas na construção de identidades (um exemplo, neste caso, seria a Terra Prometida dos judeus). De qualquer forma, não há dúvida que a cultura – e a Geografia Cultural, em consequência – trabalha com

as questões da diferença/identidade e da significação e/ou simbolização do mundo – neste caso, do espaço geográfico.

A chamada “virada cultural” das últimas décadas do século XX fortaleceu a abordagem cultural na Geografia e diversificou suas bases teóricas e as temáticas objeto de investigação. Assim, em termos teóricos temos a presença e interlocação entre correntes como o materialismo histórico (especialmente sob a influência de Lukács e Gramsci), a fenomenologia, as abordagens psicanalíticas, o pós-estruturalismo, a teoria pós (ou de) colonial, as teorias feministas e queer, etc. A enorme diversidade temática envolve também a interface com diversas outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, as Artes, os Estudos Literários, etc. Entre as temáticas, das já tradicionais às emergentes, temos: imbricação entre natureza e cultura (ecologia cultural, história ambiental...), alimentação, corpo, ética e moral, emoções e afetos (violência, medo, sons, visibilidade, sabor), identidades (nacional, regional, étnica, de gênero, religiosa, linguística), memória espacial, diáspora, corpo, dança, música, literatura, cinema, grafite, festa, folclore, mídia, turismo e patrimônio e esporte.

Entre os conceitos geográficos mais vinculados aos debates da abordagem cultural estão os de paisagem (*Ver Verbetes Paisagem*) (principalmente na sua vinculação, atualmente, com as representações do espaço, como em muitos trabalhos de Denis Cosgrove) e lugar (*Ver Verbetes Lugar*) (principalmente na sua vinculação com a identidade espacial, como na concepção de lugar de Yu Fu-Tuan). Dependendo da base filosófica do autor, entretanto, outros conceitos, embora de forma minoritária, também podem incorporar de maneira mais destacada questões explicitamente culturais, como é o caso de território como “valor” ou como “geossímbolo” na obra do geógrafo francês Joel Bonnemaïson.

Na Geografia Cultural brasileira destacam-se alguns grupos de investigadores, ora mais ligados à esfera das representações do espaço, ora enfatizando mais a produção cultural material. O NUPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – da UERJ, Rio de Janeiro, tem desenvolvido um rico trabalho de divulgação da Geografia Cultural através da realização de eventos e publicações, que incluem a tradução de clássicos da área.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, K. *et al.* (orgs.) *Handbook of Cultural Geography*. Londres e Nova York: Sage, 2003.

CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (org.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Geografia Cultural: uma antologia* (1) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

DUNCAN, J. *et al.* (orgs.). *A companion of cultural geography*. Malden e Oxford: Blackwell, 2008.

GEOGRAFIA DA VULNERABILIDADE

Mario Leal Lahorgue

Vulnerabilidade (Ver Verbete Vulnerabilidade), nos dicionários de língua portuguesa, é um substantivo feminino que significa “qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável”. Etimologicamente, vulnerável vem do latim, *vulnerab-lis*, “que causa lesão” e, portanto, se refere à “ferido, sujeito a ser atacado, derrotado: frágil, prejudicado ou ofendido”. Portanto, pessoa ou pessoas vulneráveis são aquelas que apresentam fragilidade e são em algum grau indefesas ou desprotegidas.

Dito isto, é possível pensar em uma *geografia da vulnerabilidade*? Podemos lembrar que a Geografia (Ver verbete Geografia Humana) trata das relações estabelecidas entre a sociedade e o ambiente em que se vive. Esta relação mais básica e geral produz um espaço vivido, que ao mesmo tempo se torna base para o estabelecimento de muitas outras relações humanas e sociais. O espaço produzido implica no estabelecimento de diferentes localizações: as pessoas – ou grupos sociais – se distribuem em um determinado território (Ver Verbete Território) de acordo com relações sociais determinadas e não aleatoriamente. Não é aleatório que alguns vivam em um bairro arborizado, com infraestrutura completa e casas unifamiliares grandes, enquanto outros vivem em uma comunidade superlotada, onde as casas são autoconstruídas, pequenas, precárias e com pouquíssimo espaço livre entre elas.

O que está sendo apontado aqui é que sim existe uma lógica de localização presente nos diversos grupos (ou classes) sociais existentes em nossa sociedade. Logo, é possível também compreender esta lógica como uma geografia, no sentido de distribuição espacial, que nos ajude a compreender por que alguns grupos são vulneráveis e outros não.

Para se descortinar esta geografia da vulnerabilidade, é necessário ir além da definição do dicionário. Como definir e quantificar “fragilidade”, “desproteção” ou o grau em que um grupo é indefeso? O primeiro passo é ter consciência que vulnerabilidade é um conceito social por excelência. Não é um conceito matemático, exato, absoluto, mas sim, um conceito que deve ser entendido a partir do estabelecimento de relações. Se um sujeito apresenta fragilidade, ele é frágil em relação a outros sujeitos; a desproteção significa desproteção em relação a outras pessoas ou a uma determinada situação e assim sucessivamente. Resumindo, ninguém é vulnerável de forma absoluta ou para sempre, a vulnerabilidade é uma condição social – aliás, podemos dizer também que é uma condição política – que mostra que certos sujeitos, grupos ou classes estão vulneráveis em relação a outros sujeitos, grupos, classes ou situação.

O passo seguinte diz respeito à compreensão que a vulnerabilidade, como está sendo apresentada aqui, é multidimensional. Uma determinada pessoa ou grupo social pode estar vulnerável frente a uma determinada situação e não à outra, assim como existem grupos que estão vulneráveis frente à vários indicadores. Exemplos: uma família pode ter renda (Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica) suficiente para atender suas necessidades, morar em uma casa tecnicamente bem construída, mas habitar uma encosta com risco de deslizamento de terra. Isto significa que se pode afirmar que há uma dimensão na vida desta família em que ela está vulnerável. Outra família mora em um lugar plano – portanto sem risco de deslizamento – mas a habitação é precária e a renda é insuficiente para as necessidades básicas. É outra dimensão de vulnerabilidade.

A literatura e as pesquisas atuais sobre vulnerabilidade levam em consideração esta multidimensionalidade. E mais: sempre é considerado a manifestação territorial (ou geográfica) destas dimensões. Isto é perfeitamente exemplificado com a construção do Atlas da Vulnerabilidade Social desenvolvido e disponibilizado pelo IPEA *on line*. Os pesquisadores responsáveis pela construção desta ferramenta detalham esta multidimensionalidade explicando que o atlas foi construído com o intuito de procurar identificar diferentes situações de vulnerabilidade social no território brasileiro, entendendo que a determinação do que é pobreza deve ir além de sua relação com a insuficiência de recursos monetários (COSTA e MARGUTI, 2015 e COSTA *et alli*, 2018). Para isto, foi construído um índice, chamado de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido a partir dos dados de 16 indicadores divididos em três dimensões: Infraestrutura Urbana; Capital Humano; Renda e Trabalho. Os indicadores, como o nome está dizendo, *indicam* situações em que pessoas ou grupos, por falta ou insuficiência de acesso a um conjunto de ativos, recursos ou estruturas, estão com um padrão de vida baixo, portanto, vulneráveis.

Por exemplo, quanto à infraestrutura urbana é verificado o percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o trabalho; quanto ao Capital Humano (Ver Verbete Capital Humano), entram indicadores de analfabetismo, escolaridade e mortalidade infantil; em Renda e Trabalho, por sua vez, taxas de atividade, desocupação e renda domiciliar *per capita* são levadas em consideração (os indicadores completos podem ser consultados no Atlas - <http://ivs.ipea.gov.br>).

Desta forma, a ausência ou insuficiência de algum recurso, ativo ou estrutura torna-se um indicador não só de vulnerabilidade em si, mas um instrumento de identificação de falhas na oferta de bens e serviços públicos e, portanto, se tornando um poderoso subsídio para a formulação de políticas públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) em todo território (Ver Verbete Território) nacional e em várias escalas.

A questão da escala (Ver Verbete Escalas Regionais) é importante, pois se refere às diferentes territorialidades presentes na vulnerabilidade, mostrando como entender geograficamente esta questão é importante. Por exemplo: é possível conceber o Japão como um país vulnerável à terremotos. Nesta escala, a vulnerabilidade atinge todos os habitantes do país. Quando se fala na seca no semiárido brasileiro, é outra abrangência geográfica – outra escala – que atinge um outro conjunto de população. Da mesma forma quando se consulta o Atlas da Vulnerabilidade Social do IPEA, podemos localizar a vulnerabilidade em um território menor que os bairros, mostrando por exemplo uma comunidade sem acesso ao saneamento básico. Isto permite uma focalização do entendimento da situação e das políticas públicas impensável em outras escalas.

Por fim, é possível até mesmo pensar em escala global. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 1998:03) define vulnerabilidade como o grau em que um sistema natural ou social poderia ser afetado pelas mudanças climáticas. A vulnerabilidade, nesta definição, é uma função da sensibilidade de um sistema às mudanças climáticas e de sua capacidade de se adaptar a estas mudanças. Isto significa que, ao mesmo tempo que é global, os efeitos atingirão o globo de forma desigual, mostrando uma geografia da vulnerabilidade. Portanto, a vulnerabilidade não é somente um assunto econômico, mas sim, deve ser vista como não-homogênea socialmente e/ou espacialmente, dependendo da localização e configurando uma geografia da vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

COSTA, Marco Aurélio e MARGUTI, Bárbara Oliveira (eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

COSTA, Marco Aurélio et alii. Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. **Texto para discussão** nº 2364/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf Acesso em 02 de março de 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **The Regional Impacts of Climate Change: An Assessment of Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS

Iván G. Peyré Tartaruga

Como uma subárea da geografia econômica (Ver Verbete Geografia Econômica), a geografia das indústrias analisa a organização espacial das atividades industriais. Ela se destaca pelo fato de os estudos de localização industrial aproximarem a ciência geográfica da ciência econômica mais do que qualquer outra área da geografia (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 2000). Além disso, dentro desse campo da geografia houve, igualmente, um grande interesse pelos problemas relacionados ao planejamento do desenvolvimento econômico (Ver Verbete Desenvolvimento Econômico).

As teorias de localização foram, por muito tempo, centrais para a geografia industrial, com uma preponderância dos métodos quantitativos de análise, metodologias que, atualmente, vêm recebendo críticas por suas limitações quanto à sua capacidade de explicação da realidade (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011).

Outra perspectiva habitual na geografia da indústria é a das aglomerações (Ver Verbete Aglomeração de Empresas) industriais (chamadas também de *clusters* ou de distritos industriais), caracterizadas como concentrações territoriais de atividades econômicas. Historicamente, as grandes transformações tecnológicas originaram as revoluções industriais, por isso a forte interdependência entre indústria e tecnologia, relação que vem se acentuando cada vez mais na contemporaneidade. Assim, esses aglomerados são considerados como os lugares ideais para promover a inovação tecnológica e o aumento da produtividade para fazer frente à competição internacional.

Em razão desse contexto que relaciona as indústrias com as mudanças tecnológicas, a geografia industrial vem examinando atentamente fatores intangíveis para explicar a localização das atividades econômicas, como a cultura local, as redes empresariais, as instituições e a qualificação e especialização dos trabalhadores. Elementos que influenciam significativamente os processos de inovação (Ver Verbete Inovação) e de transferência de conhecimentos entre pessoas e empresas dentro de uma região (Ver Verbete Região), ressaltando a relevância dos diferentes tipos de proximidade (geográfica, social, cognitiva, organizacional e institucional).

Atualmente, as tecnologias de informação e comunicação (TIC), como a Internet, têm alterado substancialmente as possibilidades de geração de inovações e de difusão tecnológica, o que tem criado questionamentos com relação à

importância da proximidade física e, conseqüentemente, das aglomerações industriais para essas atividades (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011). Entretanto, os estudos de geografia vêm demonstrando que os contatos face a face, presentes nessas aglomerações, ainda se configuram como relevantes meios de transmissão, principalmente, em relação ao aprender-fazendo (*learning by doing*) e ao conhecimento tácito (STORPER; VENABLES, 2005).

REFERÊNCIAS

AOYAMA, Yuko; MURPHY, James T.; HANSON, Susan. **Key concepts in economic geography**. London: SAGE Publications, 2011.

JOHNSTON, Ron; GREGORY, Derek; SMITH, David M. (editores). **Diccionario Akal de geografía humana**. Madrid: Ediciones Akal, 2000.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (organizadores). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. P. 21-56.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CARAVACA, Inmaculada; MÉNDEZ, Ricardo. Trayectorias industriales metropolitanas: nuevos procesos, nuevos contrastes. **EURE**, Santiago de Chile, v. 29, n. 87, p. 37-50, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v29n87/art03.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

DICKEN, Peter. Parte 3: o cenário nas diferentes indústrias. In: _____. **Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. P. 271-464.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica. **EURE**, Santiago de Chile, v. 24, n. 73, p. 31-54, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611998007300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 18 out. 2008.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: The Guilford Press, 1997. (Perspectives in Economic Change).

GEOGRAFIA DAS TRANSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Iván G. Peyré Tartaruga
Fernanda Queiroz Sperotto

Atualmente, as influências das mudanças ambientais sobre os sistemas produtivos e sociais são tema de crescente interesse em parcelas importantes dos meios acadêmicos, empresariais e governamentais em todo o mundo. Esse tipo de repercussões apresenta-se, em diversos lugares, como transformações em andamento em direção a uma situação em que a sustentabilidade ambiental acaba por pautar o desenvolvimento social e/ou econômico. Esses fenômenos transformativos são denominados transições de sustentabilidade, o que deu origem, especificamente, no meio acadêmico a uma nova agenda de pesquisa das transições de sustentabilidade (KÖHLER *et al.*, 2019). A descarbonização de sistemas de energia e de transporte; a produção agrícola que salvaguarda a biodiversidade e assegura a segurança alimentar; a gestão de resíduos e da água; e o desenvolvimento urbano que seja sustentável são alguns exemplos desses fenômenos (CO-ENEN *et al.*, 2012). Entre os vários temas de pesquisa dessa agenda está o da geografia.

Particularmente, a Geografia das Transições de Sustentabilidade (GTS) diz respeito aos conceitos e métodos geográficos que podem auxiliar na compreensão das transições. A GTS surge dentro da agenda citada acima em razão, justamente, da ausência da dimensão espacial na análise desses processos. Nesse sentido, a perspectiva teórica dos estudos das transições ganha força com os aportes dos estudos regionais e da geografia econômica (BOSCHMA *et al.*, 2017).

Os estudos regionais auxiliariam na discussão da especialização e diversificação regional como base do desenvolvimento das regiões. Por outro lado, a geografia econômica, sobretudo de cunho evolucionário (BOSCHMA; MARTIN, 2010), contribuiria no debate das transições com a compreensão da natureza, espacialidade e radicalidade das inovações (BOSCHMA *et al.*, 2017).

Com ambos os enfoques, haveria uma melhor compreensão da desigualdade geográfica e da diversidade espacial das trajetórias das transições e seus impactos (BINZ *et al.*, 2020). Nesse enquadramento estariam presentes os seguintes questionamentos: como e porque algumas regiões conseguem avançar em trajetórias de transição e, conseqüentemente, de desenvolvimento socioeconômico e, de outro lado, outras não conseguem; quais são as especificidades regionais que explicam o sucesso em umas regiões e a impossibilidade de outras.

Nesse contexto, a análise das transições adquire interessantes ferramentas conceituais como é o caso da variedade relacionada (estudo da variedade e diver-

sificação produtiva e tecnológica das regiões), dos enclaves baseados em recursos, governança multinível, da criação de valor e das proximidades (geográfica, social, cognitiva, organizacional e institucional) entre agentes (HANSEN; COENEN, 2015).

Vários estudiosos do campo da GTS ressaltam que as transições devem ser analisadas a partir de três conceitos teóricos chave: escalas (Ver Verbete Escalas Regionais), lugares (Ver Verbete Lugar) e espaços (HANSEN; COENEN, 2015; BINZ et al., 2020). O estudo das **escalas das transições** aponta a necessidade de ultrapassar as fronteiras delimitadas, formalmente, pelos adjetivos urbano, regional, nacional ou global.

Como alertado por Binz et al. (2020), essas categorias territoriais não contemplam a fluidez, permeabilidade e multiescalaridade em que são reféns. Desse modo, as estruturas que demarcam os processos de transição, aparentemente limitados espacialmente, devem ser vistos a partir das múltiplas escalas em coexistência. Portanto, as análises dos regimes sociotécnicos (meso-escala), das paisagens sociotécnicas (macrotendências) e dos nichos tecnológicos (micro-escala) – as estruturas – devem considerar a perspectiva multi-escalar.

Os **lugares das transições** destacam a importância das especificidades dos lugares para a efetivação das transições, o que evidencia o caráter diverso das experiências de transformação produtiva e tecnológica em cada lugar. A **espacialidade das transições** sublinha a relevância de fatores e processos espaciais que são fundamentais para uma melhor compreensão. Pode-se enfatizar, por exemplo, a diversificação dos modelos de difusão espacial do conhecimento; a desigual (Ver Verbete Desenvolvimento Desigual) distribuição espacial dos recursos humanos qualificados e das capacidades tecnológicas e institucionais; entre outros.

Inicialmente, os estudos que adotaram a abordagem da GTS contextualizavam, sobretudo, as experiências dos países da União Europeia (UE). Além de constituírem um grupo de países desenvolvidos, composto por várias lideranças globais, o debate acerca dos impactos das mudanças climáticas, bem como das possíveis alternativas tecnológicas para superá-los, é uma pauta marcante nas políticas da UE. Mais recentemente, o foco de atenção da GTS tem se voltado para outros dois recortes de transição, o ambiente urbano e os países em desenvolvimento (BINZ *et al.*, 2020). Nesse sentido, a perspectiva da GTS promove um programa de pesquisa essencial para a compreensão das transições, em várias partes do globo, considerando escalas, lugares e espacialidades. Com efeito, essa abordagem pode, e deve, aplicar-se a diferentes lugares de maneira específica a cada lugar; tal como transições em áreas urbanas ou rurais, em países em desenvolvimento ou desenvolvidos, ou em regiões diversificadas ou especializadas.

REFERÊNCIAS

BINZ, Christian; COENEN, Lars; MURPHY, James T.; TRUFFER, Bernhard. Geographies of transition—From topical concerns to theoretical engagement: A comment on the transitions research agenda. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 34, p. 1-3, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.11.002>>. Acesso em 11 mar. 2021.

BOSCHMA, Ron; COENEN, Lars; FRENKEN, Koen; TRUFFER, Bernhard. Towards a theory of regional diversification: combining insights from Evolutionary Economic Geography and Transition Studies. **Regional Studies**, v. 51, n. 1, p. 31-45, 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/00343404.2016.1258460>>. Acesso em 27 jan. 2020.

BOSCHMA, Ron; MARTIN, Ron (edited by). **The handbook of evolutionary economic geography**. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2010.

COENEN, Lars; BENNEWORTH, Paul; TRUFFER, Bernhard. Toward a spatial perspective on sustainability transitions. **Research Policy**, v. 41, n. 6, p. 968-979, 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.respol.2012.02.014>>. Acesso em 13 maio 2020.

HANSEN, Teis; COENEN, Lars. The geography of sustainability transitions: Review, synthesis and reflections on an emergent research field. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 17, p. 92-109, 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.eist.2014.11.001>>. Acesso em 18 nov. 2019.

KÖHLER, Jonathan; GEELS, Frank W.; KERN, Florian; MARKARD, Jochen; WIECZOREK, Anna; ALKEMADE, Floortje; AVELINO, Flor; BERGK, Anna; BOONS, Frank; ... WELLS, Peter. An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, 31, p. 1-32, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.01.004>>. Acesso em 22 jan. 2020.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

TARTARUGA, Iván G. Peyré; SPEROTTO, Fernanda Q.. Rethinking clusters in the sense of innovation, inclusion and green growth. In: SEDITA, Silvia Rita, BLASI, Silvia (Eds.). **Rethinking Clusters: Place-based Value Creation in Sustainability Transitions**. Cham, Switzerland: Springer Nature. Disponível em

vel em :<https://doi.org/10.1007/978-3-030-61923-7_8>. Acesso em 17 abr. 2021.

TRUFFER, Bernhard; MURPHY, James T.; RAVEN, Rob. The geography of sustainability transitions: Contours of an emerging theme. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 17, p. 63-72, 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.1016/j.eist.2015.07.004>>. Acesso em 6 abr. 2020.

GEOGRAFIA ECONÔMICA

Iván G. Peyré Tartaruga

A geografia econômica é a área acadêmica preocupada com a compreensão da dimensão geográfica (localização, distância, proximidade/separação, vizinhança, aglomeração, etc.) e da escala das atividades produtivas e de consumo no contexto da mudança econômica (CLARK; FELDMAN; GERTLER, 2000). Por meio de seus conceitos fundamentais – como espaço, território, região, lugar, escala, entre outros –, ela procura descrever e explicar a estrutura e a dinâmica dos fenômenos econômicos.

As reflexões da geografia econômica contemporânea passam pelo entendimento do modo de organização espacial da economia e, principalmente, das maneiras em que a geografia influencia o funcionamento econômico do capitalismo (BENKO; SCOTT, 2004). Entre as principais motivações dos estudiosos dessa área está a determinação da diferença, da diferenciação e da heterogeneidade entre as paisagens (Ver Verbete Paisagem) econômicas, com fortes implicações no desenvolvimento socioeconômico específico nas diversas escalas (local, regional, nacional e global), em especial na explicação do (in)sucesso de cidades e de regiões (CLARK; FELDMAN; GERTLER, 2000).

A partir desses interesses, a geografia econômica tem estudado os principais agentes que influenciam os processos econômicos (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011): trabalho, empresa e estado. O **Trabalho** é considerado, há muito tempo, um elemento central para a geração de valor na economia. Nos últimos anos, a natureza da força de trabalho e do próprio trabalho vem sofrendo importantes mudanças, em função da globalização (Ver Verbete Globalização) da economia, como no nível de qualificação da mão-de-obra, no padrão do emprego (a exemplo da flexibilização) e nas questões de gênero. As pesquisas têm direcionado forte atenção, também, no desempenho econômico da **Empresa** e em novas formas de análise, como as redes empresariais e as perspectivas culturais e institucionais das firmas. Igualmente, o papel do **Estado** é um aspecto essencial para os estudos geográfico-econômicos, sobretudo, no sentido de sua atuação no território para criar as condições econômicas e sociais para o desenvolvimento generalizado.

Ademais, a geografia econômica examina algumas das fontes de dinamismo econômico em regiões e países que são a inovação, o empreendedorismo e a acessibilidade (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011). Nas últimas décadas, os processos de **inovação** (Ver Verbete Inovação) centralizam as reflexões de pesquisadores e de tomadores de decisão em vários países, em especial, os mais desenvolvidos. Nesse âmbito, os estudos de geografia têm comprovado que esta

atividade é altamente dependente do contexto e da história de cada território (Ver Verbetes Território), cumulativa e, portanto, influenciada por fatores sociais e institucionais. Considerado um elemento chave para a inovação e a mudança econômica, o **Empreendedorismo** é estudado pelos geógrafos econômicos por meio de sua relação com os diferentes lugares, ou seja, a disponibilidade de trabalhadores qualificados, a estrutura industrial regional, a cultura regional, entre outras características que definem as redes empresariais. Historicamente, a **Acessibilidade** foi considerada pela geografia econômica em termos da distância separando as pessoas e os lugares, e suas dificuldades para aproximá-los. Entretanto, nos últimos anos ela vem sendo observada, igualmente, pela capacidade de acesso a informações e conhecimentos, principalmente com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

No contexto dos agentes e das fontes das atividades econômicas, discutidos anteriormente, os principais temas emergentes atuais na agenda de pesquisa da geografia econômica estão no campo da economia do conhecimento (ou da aprendizagem), da financeirização da economia, do consumo e do desenvolvimento sustentável (Ver Verbetes Desenvolvimento Sustentável).

Na esfera da sustentabilidade despontam diversos estudos econômico-geográficos que fizeram surgir a **Geografia Econômica Ambiental** (HAYTER, 2008), uma subárea que visa analisar geograficamente os fenômenos econômicos relacionadas as diversas temáticas ambientais. As principais pesquisas estão centradas em três tópicos (AOYAMA; MURPHY; HANSON, 2011). O primeiro, sustentabilidade das indústrias, diz respeito ao papel das agências reguladoras locais para os sistemas industriais de países e regiões, e ao surgimento de *clusters* eco-industriais que se pautam pela economia circular (os resíduos de uma unidade fabril sendo a matéria prima de outra). O segundo tópico, sustentabilidade dos espaços urbanos e rurais, ressalta nas cidades o exame da produção de lixo e da poluição nas atividades econômicas e a pegada ecológica de recursos; e nas áreas rurais a agricultura sustentável, as redes de alimentação saudável e conhecimentos tradicionais sustentáveis. O terceiro das mudanças climáticas e vulnerabilidade das pessoas e dos lugares na economia mundial enfatiza os estudos sobre o aquecimento global e seus impactos na sociedade e na economia, sobretudo, nas comunidades mais pobres, e sobre a necessidade de ações coletivas nas escalas (Ver Verbetes Escalas Regionais) local e global.

Daí decorre a configuração e a importância de uma nova **geografia das inovações** baseada na difusão e aprendizagem de conhecimentos científicos e não científicos (saberes práticos, tradicionais, entre outros), na tentativa de reunir mudanças tecnológicas e sustentabilidade. Surgem novas abordagens promissoras como, por exemplo, a da geografia das transições de sustentabilidade (Ver Verbetes Geografia das Transições de Sustentabilidade).

REFERÊNCIAS

AOYAMA, Yuko; MURPHY, James T.; HANSON, Susan. **Key concepts in economic geography**. London: SAGE Publications, 2011.

BENKO, Georges; SCOTT, Allen J. La géographie économique: traditions et turbulences. In: BASSIN, Mark; BENKO, Georges, et. al. **Horizons géographiques**. Paris: Bréal, 2004. P. 151-192.

CLARK, Gordon L.; FELDMAN, Maryann P.; GERTLER, Meric S. Economic geography: transition and growth. In: _____. **The Oxford Handbook of Economic Geography**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000. P. 3-17.

HAYTER, Roger. Environmental Economic Geography. **Geography Compass**, v. 2, n. 3, p. 831-850, 2008. Disponível em <<https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2008.00115.x>>. Acesso em 25 jul. 2017.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CLARK, Gordon L.; FELDMAN, Maryann P.; GERTLER, Meric S. **The Oxford Handbook of Economic Geography**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica: La lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

SCOTT, Allen J. A perspective of economic geography. **Journal of Economic Geography**, Oxford (UK), v. 4, p. 479-499, 2004.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. Regions, globalization, development. **Regional Studies**, v. 37, n. 6&7, p. 579-593, 2003.

STORPER, Michael. **The regional world: territorial development in a global economy**. New York: The Guilford Press, 1997. (Perspectives in Economic Change).

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Inovação e desenvolvimento territorial: temas emergentes para a geografia econômica brasileira e latino-americana. In: 12º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE), 2017, Porto Alegre (RS) - Brasil. **Anais...** Porto Alegre (RS) - Brasil: Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE), 2017. v. 1. p. 6180-6191. Disponível em <<http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2021/905.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2017.

GEOGRAFIA FÍSICA

Flávio Rodrigues do Nascimento

A Geografia Física é um sub-ramo da Ciência Geográfica, envolvida no campo das Ciências Humanas, com o diferencial de estar correlacionada com as Ciências Exatas e da Natureza, Ciências da Terra e com as Geociências. Preocupa-se com o estudo da natureza, sua dinâmica e processos, assim com a relação sociedade x natureza, e por extensão, sociedade x espaço. Como duas faces de uma mesma moeda, Geografia Física e Geografia Humana (Ver Verbete Geografia Humana), compõem a Geografia. A Física e a Humana, na Geografia não devem ser pólos dicotômicos. Uma se explica, também, pela outra.

No seu alinhamento analítico, várias subáreas são articuladas, para fazer dela componente geográfica complexa, importante e necessária: Geomorfologia, Climatologia, Hidrogeografia, Pedologia, Biogeografia, Cartografia, Ensino de Geografia. Considerando todas as suas subdivisões, acrescida da Geologia, por exemplo, lhe servem de base setorial ou analítico-integrativa.

Na Geografia Física, muitos avanços teórico-metodológicos e aplicações de novas tecnologias ao longo dos últimos 40 anos, crescentemente nos idos dos anos de 1990, e maximizados vis-à-vis no Século XXI, vêm sendo incorporados, discutidos, testados e avaliados. E têm se mostrado úteis em face dos novos estudos teóricos e aplicados aos levantamentos circunstanciados dos recursos naturais e pesquisas sobre a natureza e sua dinâmica. Da mesma maneira que em relação às diferentes atividades socioespaciais.

Isto com forte destaque aos trabalhos de sensoriamento remoto, geoprocessamento (Ver Verbete Geoprocessamento), levantamentos de dados de campo e de monitoramento de processos e evoluções de elementos naturais, ambientais e paleogeográficos (Ver Verbete Paleoclimatologia) na produção do espaço e composição do território (Ver Verbete Território), na dinâmica de paisagens em diversas regiões com diferentes sistemas de erosão e condições morfoclimáticas. Do mesmo jeito que na aplicabilidade do melhor entendimento de lugares (Ver Verbete Lugar), em escalas de detalhe.

Extremamente dinâmico, este ramo da Geografia vem se reinventando ao longo do tempo, de modo a incorporar novas tecnologias, testagens, escalas de análises espaciais e de tempo, em busca de novas descobertas e mais precisões em seus estudos e pesquisas. Igualmente, a preocupação teórica, epistemológica e da área do Ensino, têm sido algo cada vez mais caro à Geografia Física.

Geografia Física, usualmente, é confundida com “Geografia Ambiental”. Fato é que o tratamento analítico do meio ambiente, não se sobrepõe ao espaço

geográfico. Isto posto, um conceito amplo de meio ambiente deve se aproximar ao conceito de espaço geográfico, mas como parte componente e formador deste; e não o contrário. A Geografia Física, pois, é a vertente geográfica que se preocupa em estudar os elementos naturais que compõem o ambiente, em seus princípios, processos, escalas temporais e interativas, assim como suas dinâmicas e suas resultantes – quer seja pela geodinâmica ou dinâmica natural de *per se*, quer seja à luz da relação sociedade x natureza. Por essa atuação, a Geografia Física desempenha seu nobre papel e fortalece por demais a Ciência Geográfica e áreas afins. Advoga-se que a própria Geografia é ciência com melhor capacidade de estudar fatores físicos, sociais, ou ambos, integradamente.

Portanto, entende-se como Geografia Física um sub-ramo da Geografia preocupada em estudar e pesquisar os elementos que compõem a natureza, de modo setorial ou integrado, fazendo entender como se dá a dinâmica dos elementos terrestres e o estrato geográfico da Terra. Ao mesmo tempo, o funcionamento dos modos de exploração e do manejo da natureza e a degradação ambiental na produção do espaço, formação e dinâmica das paisagens e os seus corolários regionais com recursos naturais, com expressões de fatores naturais e/ou ambientais (físicos e humanos). Não obstante, as ações humanas em termos de proteção (preservação ou conservação – Ver Verbete Preservacionismo e Conservadorismo), degradação e usos sustentáveis dos recursos naturais, inclusive atrelados à gestão e ao planejamento ambiental, estão entre seus objetos e objetivos de estudos também.

Portanto, sem Geografia Física, a Geografia se faz incompleta e tampouco dialética em seus princípios, propósitos, fundamentos, aplicações e investigações. Isto é, em sua própria existência enquanto campo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

CAPEL, Horácio e Urtega, Luiz. **Las nuevas geografias**. Barcelona: Coleccion Salvat – Temas Clave. Salvat Editores, S.A, 1998. p. 8-20.

CLIFFORD, Nicholas J.; Holloway, Sarha L.; Rice, Stephen P.; Valentine, Gill (Editors). **Key Concepts in Geography**. Great Britain: SAGE/Cromwell Press Ltd., 2009. 481p

GOMEZ, Basil; JONES, Jonh Paul. **Research methods in Geography**: A critical Introducion. Singapore: Blackwell Publising Ltd. 2010. 458p.

GREGORY, K; J. **A Natureza da Geografia Fisica**. RJ: Bertrand Brasil. 1992. 367p

GRIGORIEV, Alexander A. Os fundamentos teóricos da moderna geografia. Caderno Prudentino de Geografia. 3, n. 42, v. 1, n. 15, 1993, p. 71-82.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física: ciência humana?** 2^a. ed. São Paulo. Contexto, 1991 72p.

NASCIMENTO, Flávio. R.e SAMPAIO, José. L. F. **Geografia física, Geossistemas e Estudos Integrados da Paisagem**. Revista da Casa da Geografia de So-bral, v. 6/7, p. 167-179, 2006.

ROSS, Jurandyr L. S. Os Fundamentos da Geografia da Natureza. In: ROSS, J. L. S. (org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 13 – 66.

STRALHER, Artur N. e STRALHER, Alan H. **Geografia Física**. Edición Especial. 3 edición. Barcelona: Ediciones Omega S.A. 1994.

Ye. B. Lopatina, A. A. Mints, L. I. Mukhina, O. R. Nazarevskiy & V. S. Preobrazhenskiy. **The Present State and Future Tasks in the Theory and Method of an Evaluation of the Natural Environment and Resources**. Moscow: Soviet Geography, 12:3. 1971. 142-151.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BERNARDES, Júlia A. e FERREIRA, Francisco P. de M. Sociedade e natureza. In: Cunha, S.B da e Guerra, A.J.T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 17-42.

BERTRAND, Georges. Paysage et Géographie Physique Global. Esquisse Méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud Ouest**. Toulouse, France. 39(3). 1968. p. 249-272.

BRUM, Leonardo. B.; NASCIMENTO, Flávio. R. . **Estudo da água em Geografia: por uma conexão de paisagens e territórios**. Acta Geografica, v. 10, p. 126-140, 2016.

CHORLEY, R. J. A. Geomorfologia e a teoria dos sistemas gerais. In: **Notícia Geomorfológica**. Campinas: s/ed. 11(21): 3-32,1971.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.

Coni, Tereza ; NASCIMENTO, Flávio. R. Planejamento e meio ambiente no Brasil. In: Danasceno, I.; Malheiros, T. (Org.). **Espaços Plurais**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2018, v. 1, p. 309-330.

CONTI, José B. e Furlan, Sueli A. **Geoecologia: o clima, os solos e a biota**. In: Ross, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.p. 67 – 208.

GRIGORYEV, A.A. *The I of Sciences in the study of the Earth*. Press Publisher. Moscow, 1968. p. 77-91. Tradução de Mirian Ramos Gutjahr - Os Fundamentos teóricos da Geografia Física Moderna.

MONTEIRO, Carlos, de F. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000. 127p.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.

NASCIMENTO, Flávio R. do. **Método em questão**. O uso da teoria dos sistemas em Geografia: o caso da Geomorfologia. Fortaleza. UFC. (Monografia), 135f. 2001.

NASCIMENTO, Flávio. R.; FALCAO SOBRINHO, J. **Geodiversidade e abordagens em estudos ambientais**. In: José F. Sobrinho; Flávio R. do Nascimento; Vanda C. Sales. (Org.). Geodiversidade: abordagens teóricas e práticas. 1ed. Sobral: Sertão Cult, 2020, v. 1, p. 15-40

SOTCHAVA, Victor. **To the theory of classification of geosystems with terrestrial life**. In: Reports of the Institute of Geography of Siberia and the Far East, USSR, 1974.

SOUZA, Marcos J. N. de. O campo de ação da Geografia Física. Boletim de Geografia Teorética: In: **Simpósio de Geografia Física Aplicada**, Rio Claro: 15 (29-30), 1985. p. 32-40.

STRALER, .A. e STRALER, A. H. **Geografia Física**. 3ª. ed. Barcelona: Omega, 1989. 550p.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geografia Humana**: Uma questão de método- um ensaio a partir da pesquisa sobre Arenização. GEOgraphia (UFF), v. 12, p. 8-29, 2010.

TRICART, Jean. **O campo na dialética da Geografia**. In: Revista do Departamento de Geografia. N. 19. Revista do Dept. de Geografia: Rio de Janeiro. 2006. P. 104-110.

GEOGRAFIA HUMANA

Mario Leal Lahorgue

A Geografia Humana é um dos dois grandes campos de pesquisa e conhecimento no qual a Geografia tradicionalmente se divide. Apesar de muitos geógrafos contestarem esta divisão e, eventualmente, proporem uma Geografia metodologicamente única e indivisa (como por exemplo, Milton Santos, 2014), Geografia Humana e Geografia Física (*Ver Verbetes Geografia Física*) são considerados os dois maiores ramos deste conhecimento científico.

Esta divisão é decorrência da visão clássica da Geografia como estudo das relações dos seres humanos com o ambiente. Como “escrita da Terra” (*Geo + Graphien*), este ramo do saber se preocupa com a presença humana sobre a Terra (CLAVAL, 2011) e também sobre como este ambiente é. O entendimento sobre o que o ambiente é resultou na Geografia Física; o entendimento da presença humana na Terra e sua diversidade resultou na Geografia Humana.

Assim, a Geografia Humana está interessada em compreender a humanidade e sua experiência no mundo. Como esta experiência é vasta e diversa, o desenvolvimento da Ciência (*Ver Verbetes Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento*) acabou por criar vários subcampos ou especialidades a partir da Geografia humana. A título de exemplo: Geografia Urbana, Agrária, Econômica, Social, Cultural, População. Mais recentemente, outros subcampos foram ganhando forma e legitimidade: questões de gênero, geografia pós-colonial ou descolonial, da religião, entre outros.

Mas como é esta compreensão da experiência humana no mundo que a Geografia estuda?

De modo geral, o ponto de partida da Geografia é o entendimento que esta ciência é o estudo da relação homem-meio. No entanto, como alerta Ruy Moreira (2007), para adquirir uma feição geográfica a relação homem-meio deve estruturar-se na forma combinada da paisagem (*Ver Verbetes Paisagem*), do território (*Ver Verbetes Território*) e do espaço.

Diferentes entendimentos de como estas categorias devem ser compreendidas e estudadas podem dar margem a variados paradigmas e “escolas” de Geografia. Pode-se compreender estas categorias a partir de uma visão culturalista; fenomenológica; marxista; anarquista (ou autonomista) e assim por diante. Mas o que une diferentes visões é o fato de só ser possível entender a paisagem, o espaço e o território a partir de sua construção e experiência humana; por isso estas categorias aparecem fortemente ligadas às temáticas da Geografia Humana.

A Geografia Humana contemporânea na maioria das vezes parte, em seus estudos, da categoria de Espaço. Isto porque o espaço geográfico é a natureza modificada pelo ser humano através do seu trabalho (SANTOS, 2008). Esta natureza modificada é organizada de maneira a permitir e garantir a reprodução humana. Pense em todas as formas, ou sistemas de objetos existentes: criamos cidades; dentro delas distribuimos objetos materiais (casas, edifícios comerciais e industriais, complexos sistemas de transporte e distribuição de água, energia, etc).

Além disso, criamos uma complexa rede de infraestrutura em todo o território: estradas, redes de distribuição de energia e matérias-primas. Criamos enormes áreas especializadas na produção de determinados produtos agrícolas. Especializamos outras áreas na produção e extração de riquezas minerais que, nunca é demais lembrar, são consideradas riquezas pela sociedade e pelo uso que fazemos dela. As riquezas podem ter origem natural, mas o conceito de “riqueza” é social.

O que esta descrição de formas existentes mostra? Que o espaço é produzido pelos seres humanos, em suas relações sociais e através das várias formas de trabalho. Portanto, o espaço geográfico é “humano” em sua essência. Os seres humanos não criam apenas espaço, assim como a geografia humana não se preocupa somente com esta categoria. Estas formas produzidas e organizadas são *localizadas*. O que significa que a distribuição delas pelo planeta não é aleatória. É possível entender e explicar porque um lugar tem indústria e outro não; porque uma região apresenta grandes cidades e outra apenas pequenos municípios. E mais, é possível entender a criação destas diferentes paisagens, pois as paisagens são estas formas humanizadas.

Além de localizadas, muitas destas formas criadas são também *apropriadas*. Pense em como nós habitamos: ao final de um dia qualquer, a maioria das pessoas volta para *sua casa*. Esta “sua casa” pode ser uma propriedade privada ou mesmo uma habitação de aluguel, mas o que importa é que nos apropriamos de um pedaço de espaço em nossas relações cotidianas. É daí que vem o conceito de território. Território é uma parte importante de nossas atividades como seres humanos, pois só podemos agir e estar em uma determinada porção de espaço. Estar no mundo é estar presencialmente em uma porção qualquer do espaço. Nós ocupamos lugares, sempre (como no exemplo da casa). Todos usamos, em maior ou menor grau, território(s). Portanto, faz parte do comportamento humano o uso do território.

Assim, a apropriação de um espaço por um indivíduo, por grupos ou mesmo por Estados é uma territorialização. Um ato de poder, como lembra Raffestin (1993). E todo ato de poder é humano por excelência.

É partindo destas relações entre sociedade-natureza, da produção de espaços e territorialidades, do entendimento de como paisagens são criadas e constantemente recriadas que a Geografia Humana tem trabalhado, o que inclui o

que foi chamado alguns parágrafos atrás de subcampos. Não importa se considerarmos Geografia Urbana (*Ver Verbetes Geografia Urbana*), Geografia Cultural (*Ver Verbetes Geografia Cultural*), Geografia das Indústrias (*Ver Verbetes Geografia das Indústrias*), estudos de população ou qualquer outra especialidade. Elas só fazem sentido se partirem deste entendimento da Terra como morada humana, como uma morada humana produzida socialmente. Isto é Geografia Humana.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da geografia*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2011.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2014. 4ª Edição.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2008. 6ª Edição.

Outras referências

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens: a Geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso: para a crítica da Geografia que se ensina*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GEOGRAFIA POLÍTICA

Iná Elias de Castro

A geografia política analisa os modos pelos quais política e conflito criam espaços e lugares (FLINT, 2009). Esses conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam muitas vezes em disputas territoriais, cujas tensões e arranjos definem o seu campo. A geografia política pode então ser compreendida como o conhecimento sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conjunto de ideias por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc.

A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos de eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultou numa forte contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores (CASTRO, 2005). Podemos indicar que é na conexão entre a política – expressão e modo de regulação dos conflitos sociais – e o território (*Ver Verbete Território*) – base material e simbólica da sociedade – que são identificados os temas da geografia política.

Embora pouco reconhecido, o termo geografia política foi usado pela primeira vez em 1750 pelo economista e filósofo francês Anne-Marie-Robert Turgot em seu projeto de uma *Teoria de geografia política*, apresentada como uma tentativa de formalização da intersecção do político-administrativo e do geográfico. Porém, a concepção moderna da geografia política, como terminologia e área de conhecimento consolidada, com uma agenda temática e metodológica definida, data do final do século XIX, com a publicação da *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel em 1897.

Como ocorreu com as Ciências Sociais naquele período, seu modelo de análise foi fortemente inspirado na biologia e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado Nacional como garante do poder dos povos e de suas fronteiras (COSTA, 1992). Mas, na realidade, eram os problemas postos para as estratégias territoriais de poder da Alemanha, nas disputas do sistema westfaliano europeu, que verdadeiramente interessavam.

Tendo em vista a centralidade do território para a consolidação dos Estados e suas áreas de influência no final do século XIX e início do século XX, outros geógrafos políticos também formularam estratégias de poder para seus respectivos Estados Nacionais: Halford Mackinder e sua preocupação com a sustentação do imperialismo britânico nas formulações do seu “pivô geográfico da história” em 1904 e Isaiah Bowman que em 1921 desenvolveu uma geografia política pensada para atender às necessidades de os Estados Unidos desempenharem um papel cada vez mais relevante na política mundial.

Esta geografia política, que podemos chamar de clássica e imperial, colocou como centrais às suas elaborações teóricas o Estado-nação e suas estratégias de poder bélico para obter segurança interna e políticas externas vantajosas. A síntese desta vertente da geografia política aplicada à política externa resultou nas teses geopolíticas e no papel do General Haushofer como o ‘gênio do mal’ por trás de Adolf Hitler na Segunda Guerra Mundial.

Desdobramentos do expansionismo alemão e do nazismo relegaram a geografia política à marginalidade acadêmica na década seguinte ao fim da Grande Guerra (FLINT, 2009) e seus temas tradicionais como fronteiras, minorias, territórios dos Estados, divisões políticas etc., passaram a ser tratados num empirismo despolitizado, abandonando suas ambições teóricas anteriores.

Na segunda metade do século XX, fatos importantes tiveram impacto sobre a agenda da disciplina: o fim da Guerra Fria e o desmonte da URSS, os avanços tecnológicos no setor de telecomunicação, a globalização (*Ver Verbetes Globalização*), as disputas de minorias por territórios dentro das fronteiras nacionais, a expansão e o fortalecimento da democracia representativa etc.

Paralelamente, o enfraquecimento do Estado Nacional como o interlocutor institucional privilegiado nos processos de transformações políticas, sociais, econômicas e espaciais tornaram as décadas de 1970 e 1980 importantes para a renovação do interesse pela disciplina nos meios acadêmicos mais conceituados. Para a compreensão do novo contexto, a disputa entre modelos teóricos abrangentes como aqueles da economia política, de inspiração marxista, ou das teorias da ação individual e coletiva, de inspiração no liberalismo e aqueles da teoria da regulação que associam liberalismo econômico à regulação política do Estado possibilitou o debate sobre questões relevantes, sobre escalas de análise mais adequadas e ampliou a agenda da disciplina.

Temas voltados para questões sociais como desigualdade, exclusão, exploração e a busca de um marco analítico para identificar suas causas encontrou na geografia crítica de inspiração marxista um campo fértil para as pesquisas. Mas, a perspectiva estrutural da economia política, que na geografia busca compreender a relação entre desigualdades sociais e os conflitos políticos, tem sido criticada. Tanto pela submissão dos fenômenos da política aos interesses engendrados

no sistema econômico, tanto no caso do capitalismo como pela submissão dos fenômenos políticos das escalas nacionais, regionais ou locais à escala global da economia-mundo, segundo o modelo de Immanuel Wallerstein (AGNEW, 2002; BARNETT, 2004), adotado por geógrafos políticos como Peter Taylor (1985) e Richard Peet (1998).

Numa perspectiva conceitual mais pluralista na análise dos fenômenos políticos na geografia, John Agnew, nos anos 1980, defende que é a escala (*Ver Verbete Escalas Regionais*) na qual um fenômeno geográfico é moldado que importa. Para ele, a ideia da escala geográfica é a chave para explicar um dado fenômeno e superar a polêmica entre as perspectivas da *redução* – que supõe que o menor nível de análise é sempre melhor e a *holista* – que supõe que o todo é sempre maior que a soma das partes e que as escalas geográficas mais abrangentes são sempre as melhores. Para ele, modelos explicativos com suporte na *redução* que procura isolar indivíduos para explicar o comportamento humano ou no *holismo* que procura esta explicação no capitalismo, na cultura ou no sistema mundo produzem análises incompletas.

Neste sentido, sua contribuição ao debate é que a melhor resposta se encontra na emergência da escala como perspectiva analítica e metodológica mais adequada por que confere visibilidade e permite a problematização de muitos fenômenos da geografia política, não adequadamente compreendidos em termos de redução ou de holismo (AGNEW, 2002:140). É ainda nesta perspectiva que o modelo conceitual-metodológico de Jean Gottmann (1952), fundado na dialética das forças da circulação e da iconografia, desenvolvido a partir dos anos 1950 até o final de 1970 como fundamento explicativo para os conflitos territoriais e as divisões no mapa político do mundo, está sendo resgatado na geografia política europeia e na americana (PRÉVÉLAKIS, 2001).

Somando-se ao debate sobre os fundamentos teóricos conceituais adequados às análises da geografia política, Barnett e Low (2004) apontam que nas últimas décadas do século XX, os geógrafos estiveram muito mais atentos ao debate sobre a globalização, o neoliberalismo e as críticas ao capitalismo e não deram atenção à tendência global de proliferação de regimes democráticos, apesar da sua importância para a compreensão da geografia política do mundo contemporâneo. Para os autores, como consequência, a democracia como teoria e como prática ficou esquecida pela disciplina bem como suas bases espaciais e os efeitos para a institucionalidade da política.

Finalmente, o século XXI tem trazido uma nova onda de renovação da geografia política na medida em que temas da política como democracia, eleições, representação, governança, políticas públicas, etc. vêm se impondo pelo modo como estes fenômenos produzem espaços políticos que afetam e são afetados pela ordem espacial dos lugares (CASTRO, 2012).

Da mesma forma, fatos como diásporas, guerras, terrorismo, recrudescimento do nacionalismo têm recolocado a questão das fronteiras e as diferentes estratégias dos Estados para protegê-las. A possibilidade de abordagens teóricas mais pluralistas também favorece um novo olhar sobre o aparato de gestão do Estado que voltou a ser objeto de atenção, tendo em vista o modo como seu processo decisório afeta o território nacional e suas ações em diferentes escalas.

Do ponto de vista teórico conceitual, a geografia política tornou-se eclética e tem desafiado a priorização de teorias ou grupos sociais particulares e busca identificar, ao contrário, atores chave nos processos analisados. Nas questões novas, e mesmo nas renovadas, com as quais as relações entre sociedade, poder político e território se deparam, perspectivas teóricas competem entre si, o que resulta em uma tensão criativa nas abordagens dos muitos temas contemporâneos colocados para a disciplina.

REFERÊNCIAS

AGNEW, Jonh. *Making political geography*. London, Arnold, 2002.

BARNETT, C. *Deconstructing radical democracy: articulation, representation, and being-with-others*. **Political Geography** 23, 503–528, 2004.

BARNETT, C.; LOW, M. *Geography and democracy: an introduction*. In: BARNETT, C.; LOW, M. (Edts) *Spaces of democracy*. Londres, Sage, 2004.

CASTRO, Iná E. *Geografia e política*. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná E. *O espaço político: limites e possibilidades*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C., CORREA, R.L. (Orgs). *Olhares geográficos. Modos de ver e viver no espaço*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Wanderley M. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo, Edusp, 1992.

FLINT, Colin. *Political geography*. In: GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; WATTS, M.J.; WHATMORE, S. *The dictionary of human geography*. Wiley-Blackwell, 2009

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leurs géographie*. Paris, Armand Colin, 1952.

PEET, Richard. *Modern geographical thought*. Oxford, Blackwell, 1998.

PRÉVÉLAKIS, Georges. *Circulation/iconographie contre homm/nature*; Jean Gotmann. In: TUMERELLE, P.-J. *Explications en géographie. Démarches, stratégies, modèles*. Paris, SEDES, 2001.

TAYLOR, Peter. *Political geography: world-economy, nation-state and locality*. London, Longman, 1985.

Outras referências

AGNEW, John. *The territorial trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory*. *Review of International Political Economy*, Vol. 1, No. 1. 1994, pp. 53-80.

AGNEW, John *et al.* *A companion to political geography*. Blackwell, 2008.

BARNETT, C.; LOW, M. (Edts) *Spaces of democracy*. Londres, Sage, 2004.

BOWMAN, Isaiah. *The new world: problems in political geography*. World Book, 1928.

BRENNER, Neil. *New state spaces: Urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford University Press, 2004.

BUSSI, M.; BADARIOTTI, D. *Pour une nouvelle géographie du politique*. Territoire, démocratie, élections. Paris, Anthropos. 2004.

CASTRO, I. E. *et al* (Orgs) *Espaços da democracia para a agenda da geografia política contemporânea*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2013.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

COX K.R.. *Location and public problems*. A political geography of the contemporary world. Chicago, Maaroufa Press, 1979

COX K.R.. *'Rescaling the State' in question*. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. 2009

GALLAHER, Carolyn *et al.* *Key concepts in political geography*. Los Angeles, Sage, 2009.

HEROD, Andrew *et al.* *An unruly world? globalization, governance and geography*. London, Routledge, 1998.

JONES, Martin *et al.* *An introduction to political geography: Space, Place and Politics*. Routledge, 2004.

LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

MACKINDER, Halford. "O pivô geográfico da História: Conferência lida na Royal Geographical society, em 25 de janeiro de 1904". (Tradução de Fabrício Vasselai). São Paulo: GEOUSP, n. 29, 2001, pp. 87-100.

RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Paris, Economica, 1988.

RATZEL, F. "As leis do crescimento espacial dos Estados". Texto da coletânea Moraes, Antônio Carlos Robert (org.), Ratzel: geografia. São Paulo: Ática, 1990.

ROSIÈRE, Stéphane. Géographie politique & géopolitique. *Une grammaire de l'espace politique*. Paris, Ellipses. 2003.

SILVA, Augusto César P. (Org.). *Geografia política, geopolítica e gestão do território*. Rio de Janeiro, Gramma, 2016.

GEOGRAFIA URBANA

Tânia Marques Strohaecker

As Ciências Sociais, de um modo geral, como a Filosofia, o Direito, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a História, a Administração, a Economia, a Arquitetura e o Urbanismo, tem como objeto comum de investigação a *sociedade*. Devido à complexidade de se analisar a totalidade social em sua abrangência, verifica-se uma divisão do saber em diferentes segmentos. E, através dessa divisão social do conhecimento, ocorre o avanço das Ciências Sociais na compreensão da dinâmica socioespacial (*Ver Verbetes Desenvolvimento Socioespacial*) da sociedade. Nesse contexto mais amplo, a Geografia objetiva o estudo da sociedade através da sua *organização espacial*, ou seja, como a sociedade humana se espacializa e o porquê de certas localizações e distribuições espaciais serem gerais, em certos aspectos, e singulares em outros.

A *Geografia Urbana*, por sua vez, é o ramo da Geografia que se concentra nos estudos e interpretações sobre a localização e o arranjo espacial das cidades. Ela tem como objeto de estudo a sociedade urbana a partir de sua organização espacial, enfocando duas dimensões básicas: a interurbana e a intraurbana.

Na *escala interurbana*, a Geografia estuda as relações/interações que se estabelecem entre diferentes cidades no âmbito econômico, político, social, cultural e/ou de gestão, conformando as redes e os sistemas urbanos.

Na *escala intraurbana*, a Geografia objetiva analisar a organização espacial de uma cidade ou metrópole, especificamente, através do estudo de sua gênese, formação e dinâmica socioespacial, dos processos espaciais, dos agentes produtores do espaço urbano e seus interesses políticos e econômicos, do direito à cidade, das formas de representação do espaço social, da questão ambiental urbana.

Outro elemento importante sobre o estudo inerente ao campo da Geografia Urbana é a compreensão de que as categorias *espaço* e *tempo* jamais devem estar dissociadas. O anacronismo temporal pode conduzir a interpretações equivocadas do fenômeno da urbanização da sociedade. Em síntese, espaço e tempo são categorias fundamentais e indissociáveis para a compreensão da organização espacial da sociedade humana ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação*. In: CARLOS, Ana Fani (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.199-322.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*, São Paulo: Difel, 1985.

GEOPROCESSAMENTO

Rute Henrique da Silva Ferreira

O geoprocessamento representa a área do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais, fornecidas pelos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para tratar os processos que ocorrem no espaço geográfico (CÂMARA et al, 2001).

A partir dessa definição, vê-se que geoprocessamento e SIG são termos distintos, pois o geoprocessamento é um conjunto de técnicas de análise de dados espaciais, que são ou estão incorporadas dentro dos SIG. Por outro lado, os SIG são sistemas (ou programas) criados para o tratamento e análise de dados geográficos, ou seja, preservam o atributo de localização.

Fitz (2008) analisa a expressão SIG termo a termo, considerando informação como o conjunto de registros e dados interpretados e dotados de significado lógico. Já sistema como o conjunto integrado de elementos interdependentes, mas que podem se relacionar para a execução de determinada função. Dessa forma, um SIG pode ser compreendido como um sistema cujo objetivo é coletar, armazenar, recuperar, transformar e visualizar dados referenciados a um sistema de coordenadas conhecido. Essa definição evidencia que um SIG não é apenas o *software*, mas também envolve dados, *hardware*, pessoas e metodologias.

O desenvolvimento dos SIG se deve à evolução da ciência da computação e programas específicos capazes de resolver os problemas quantitativos de forma rápida e eficaz. Também são consideradas geotecnologias, além dos SIG, os produtos de Sensoriamento Remoto, GPS e Smartphones. Alguns SIG utilizados atualmente são o ArgGIS, o QGIS, o Envi, o TerrSet, o Spring, entre outros. O Spring é um SIG com funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta a bancos de dados espaciais, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (DPI/INPE) com a participação da EMBRAPA/CNPq (Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para Agricultura), IBM Brasil (Centro Latino-Americano de Soluções para Ensino Superior e Pesquisa), TECGRAF - PUC Rio (Grupo de Tecnologia em Computação Gráfica da PUC-Rio e PETROBRÁS/CENPES (Centro de Pesquisas “Leopoldo Miguez”). O projeto contou com substancial apoio financeiro do CNPq e está disponível para *download* de forma gratuita na página do DPI.

As aplicações de SIG são extremamente amplas, de forma que praticamente todas as áreas do conhecimento podem se beneficiar da sua utilização. Câmara et al (2001, p.1) afirmam que “sempre que o **onde** aparece, dentre as

questões e problemas que precisam ser resolvidos por um sistema informatizado, haverá uma oportunidade para considerar a adoção de um SIG”.

A partir do mapeamento e análise de um espaço no SIG pode-se conhecer melhor um problema, auxiliando na tomada de decisão. Por exemplo, em um município, as técnicas do geoprocessamento incorporadas em um SIG podem auxiliar na elaboração do mapeamento atualizado do município, estudos de expansão urbana, monitoramento de áreas de risco, proteção ambiental, adequação tarifária de impostos, entre outras aplicações, contribuindo para o desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional). Assim, pode-se afirmar que o geoprocessamento é uma ferramenta poderosa para produção de mapas, um suporte para análise espacial de fenômenos, bem como constitui um banco de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação de informação espacial (CÂMARA et al, 2001).

A utilização de um SIG pressupõe a existência de um banco de dados georreferenciados, podendo ser incluídas inúmeras camadas (*layers*) de dados provenientes das mais diversas fontes como órgãos públicos, satélites, entre outras. O sistema de referência é utilizado para a localização de objetos na superfície da Terra a partir de uma origem estabelecida para fins de cálculos. O sistema de referência utilizado pelo GPS e pelo *Google Earth* é o WGS 84 - *World Geodetic System*, cujo elipsoide é adotado para o mapeamento em escala global. No Brasil, até o final da década de 1970, o *datum* oficial era o Córrego Alegre. Depois, adotou-se o SAD 69 (*South American Datum*) e atualmente está em implantação o SIRGAS 2000 - Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul (Rubira et al, 2016).

Ao se trabalhar com geoprocessamento, é necessário traduzir informações geográficas para a linguagem computacional. Para esse fim, Gomes e Velho (1995) distinguem quatro universos: o universo do mundo real, o universo matemático (conceitual), o universo da representação e o universo da implementação. No primeiro, encontram-se os fenômenos a serem modelados. No segundo, os dados são classificados em dados temáticos e cadastrais, modelos numéricos de terreno e dados de sensoriamento remoto. No terceiro, os dados são associados a diferentes representações geométricas, podendo ter representação matricial (*raster*) ou vetorial. No quarto, ocorre a realização do modelo de dados através de linguagens de programação.

Quanto ao tipo de dados, os temáticos descrevem a distribuição espacial de uma grandeza geográfica, de forma qualitativa, como por exemplo mapa de vegetação. Nos dados cadastrais cada um de seus elementos possui um atributo, que é armazenado em um sistema gerenciador de banco de dados, por exemplo, podem ser armazenados para um país dados de população e para o Produto Interno Bruto – PIB. Os dados de modelo numérico de terreno (ou MNT) geral-

mente estão associados à altimetria, mas também podem ser utilizados para modelar outras propriedades como do solo (Ver Verbete Uso do Solo). Já os dados (ou imagens) de sensoriamento remoto são obtidos por satélite ou levantamento aéreo.

Quanto à representação no sistema geral de banco de dados (SGBD) de um SIG, os dados podem ter as estruturas matricial ou vetorial. A estrutura vetorial é composta de pontos, linhas e polígonos, utilizando um sistema de coordenadas para a sua representação. Outras informações podem estar vinculadas a essas feições, como um banco de dados contendo diversos atributos. Nessa estrutura, a representação de um elemento ou objeto é uma tentativa de reproduzi-lo o mais exatamente possível. Os exemplos mais comuns de dados vetoriais em geoprocessamento são curvas de nível do solo, rede viária de uma cidade, limites municipais, pontos de coleta obtidos por GPS em trabalhos de campo, densidade demográfica (Ver Verbete Demografia), entre outros.

A representação matricial se dá através de linhas e colunas, onde o espaço é dividido em uma malha retangular de células quadradas, denominadas *pixels* (abreviação da expressão *picture elements*) e a cada célula, atribui-se um código referente ao atributo estudado, de modo que o computador identifique a que elemento ou objeto pertence determinada célula. Fotos aéreas e imagens de satélite são exemplos de dados matriciais mais utilizados em SIG e geoprocessamento. Aqui destaca-se que uma melhor ou pior qualidade estrutural de uma imagem matricial está diretamente associada à quantidade de *pixels* que são usados para representar uma determinada área (resolução espacial). O satélite Quick-Bird possui uma alta resolução espacial, já o Landsat possui média resolução espacial e o TERRA: Modis uma baixa resolução espacial.

É importante ter em mente que as representações vetorial e matricial estão relacionadas com os tipos de dados. Por exemplo, dados temáticos podem ter tanto representação matricial quanto vetorial. Já nos dados cadastrais sua parte gráfica é armazenada de forma vetorial e seus atributos não gráficos são armazenados em um banco de dados. No caso das imagens de sensoriamento remoto, elas são armazenadas em representação matricial.

Após o uso analítico do SIG, as respostas poderão ser representadas de forma gráfica ou por meio de texto. Para essa finalidade, é importante que o SIG possua um mínimo de recursos para que os resultados possam ser compreensíveis ao usuário.

Conclui-se que grande parte das informações utilizadas em atividades de avaliação, diagnóstico, planejamento e gestão, tanto pública quanto empresarial, possuem caráter geográfico, de forma que o uso das ferramentas de geoprocessamento pode contribuir para uma melhor tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

Câmara, G.; Davis, C.; Monteiro, A.M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4108352/mod_resource/content/1/CAMARA%20Intoducacao%20Ciencia%20Geoinformacao.pdf (acesso em 07/03/2021).

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GOMES, J.M.; VELHO, L. Computação Visual: Imagens. Rio, SBM, 1995.

Rubira, F.G.; Melo, G.V.; Fonseca, G. A importância dos sistemas geodésicos de referência no cadastramento rural. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 20, n.2, p. 147-162, 2016.

Spring – Software de Geoprocessamento. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/spring/>. Acesso em 07/03/2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

LONGLEY, P. A. et al. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SANTOS, A. R.; PELUZIO, T.M.O.; SAITO, N.S. SPRING 5.1.2 passo a passo: aplicações práticas. Alegre, ES: CAUFES, 2010. Disponível em <http://www.mundogeomatica.com.br/Livros/>

Livro_Spring_5.1.2_Aplicacoes_Praticas/

LivroSPRING512PassoaPassoAplicacaoPratica.pdf. Acesso em 07/08/2021.

GESTÃO AMBIENTAL

Dilani Silveira Bassan

Na sociedade atual, as empresas têm-se preocupado com a gestão dos resíduos resultantes da produção e procuram adotar práticas que dão destinação correta aos mesmos. As práticas ambientalmente sustentáveis vêm sendo exigidas pela sociedade consumidora dos produtos, que passam a exigir das empresas, ações direcionadas ao controle de poluentes do ar, da água e do solo.

A gestão ambiental, então, pode ser definida como um conjunto de ações envolvendo políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*), setor produtivo e sociedade civil para garantir a sustentabilidade dos recursos ambientais, da qualidade de vida e do próprio processo de desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*), dentro de um complexo sistema de interações da humanidade com os ecossistemas (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 200).

A necessidade de práticas ambientais no sistema empresarial foi defendida na Conferência de Estocolmo de 1972, que inseriu a questão ambiental de forma prioritária e definitiva na agenda internacional. A partir desse momento, os problemas ambientais mudaram de significado e importância, estando cada vez mais presentes nos diferentes elementos que influenciam as decisões empresariais.

Propostas mais atuais, no que se refere à empresa estão direcionadas à produção limpa (*Ver Verbete Produção Limpa*) que é a aplicação de uma estratégia técnica, econômica e ambiental integrada aos processos e produtos, a fim de aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou reciclagem dos resíduos e emissões geradas, com benefícios ambientais, de saúde ocupacional e econômicos (CNTL-SENAI, 2003, p. 10).

A fim de melhorar o desempenho das empresas na sua relação com o meio ambiente, o sistema de gestão ambiental quando implementado passa a ser uma ferramenta estratégica para que a empresa, em processo contínuo, identifique oportunidades de melhorias que reduzam os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente, melhorando seu desempenho ambiental.

Ainda no contexto de práticas ambientais empresariais encontra-se o *dumping* ambiental que é, como se sabe, uma forma de concorrência desleal, em que empresas acabam buscando vantagens em determinado país, mas não observam os padrões mínimos de proteção ao meio ambiente de conhecimento internacional. Isto acaba resultando em exploração insustentável de recursos naturais (MATIAS e ZANOCCHI, 2011).

Por fim, o *ecobusiness* complementa a prática das empresas, no que se refere ao meio ambiente. Este, designa uma gama de produtos cuja demanda

crece com a difusão da consciência ecológica (MAIMON, 1994). Esta prática permite que a empresa não considere o meio ambiente como custo e sim como a possibilidade de lucros com a criação de novos produtos e mercados. Pode-se citar, como exemplos de empresas que praticam o *ecobusiness*: a indústria de equipamento de depuração, as empresas de serviço de despoluição do ar e da água, a reciclagem de lixo, o controle de ruídos, e uma extensa lista de produtos que são vendidos a partir de sua imagem ecológica (MAIMON, 1994).

Percebe-se que a prática ambiental sustentável tem sido o propósito não apenas de indivíduos e da sociedade, mas também das empresas, que além de obterem benefícios com a reciclagem e o destino adequado dos resíduos, passam a ter um papel importante na utilização consciente dos recursos naturais e são reconhecidas por seus consumidores como empresas que não “agrudem” o meio ambiente. A educação (*Ver Verbete Educação Ambiental*) e a gestão ambiental são aliadas na construção de um mundo que procura proteger e manter os recursos naturais em benefício das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, Cap. 5, p. 179-212.

CNTL - SENAI. Implementação de Programas de Produção mais Limpa. Porto Alegre, Centro Nacional de Tecnologias Limpas SENAI-RS/ UNIDO/ INEP, 2003. 42 p.

Conceitos de Educação Ambiental. <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental?tmpl=component&print=1>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MAIMON, Dália. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? *Revista de Administração de Empresas*. v. 34, n. 4, p. 119-130 Jul./Ago. 1994

MATIAS, João Luis N. & ZANOCCHI, José Maria M. A compatibilização entre o comércio internacional e a proteção ao meio ambiente no âmbito da OMC: análise do caso das restrições à importação de pneus recauchutados pelo Brasil. 2011. *Anais do XX CONPEDI*. Florianópolis: Boiteux, v. 1, p. 4995-5015.

Outras referências

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 429 p.

MARTINS, Gustavo Müller; NASCIMENTO, Luis Felipe. *TQEM* – A introdução da variável ambiental na qualidade total. *In: Anais do Simpósio de gestão de ciência e tecnologia*, USP/São Paulo, 1998, 15 p.

SOUZA, Renato Santos de. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 461 p.

_____. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. *REAd – Edição Especial 30*. Vol. 8, No. 6, nov-dez. 2002.

GESTÃO DA INOVAÇÃO

Carlos Fernando Jung

Atualmente, as regiões que possuem melhores condições de atrair a iniciativa privada com a finalidade da instalação de novos sistemas produtivos são as que oferecem atributos vantajosos de infraestrutura, recursos humanos, tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*) e qualidade de vida. O desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) não requer somente o desenvolvimento do capital econômico, mas também das competências humanas e do capital social como: confiança, cooperação e participação. Nesse sentido, é fundamental o papel das instituições de ensino superior na formação de profissionais voltados à solução de problemas e, aptos a atuar na gestão de inovação visando o aumento da competitividade e produtividade dos arranjos produtivos locais (APL) (*Ver Verbete Arranjo Produtivo Local*).

Para Dergint e Sovierzoski (2003), a geração de novas tecnologias, e as consequentes inovações em um contexto globalizado, implica em uma progressiva adaptação da sociedade com a finalidade de estabelecer sistemas de produção competitivos, visando à melhoria da qualidade de vida de seus membros. Face ao ritmo de valorização das inovações, essa adaptação requer atenção à forma como se produz conhecimento e, conseqüentemente, se aplica nos sistemas produtivos (BERGEMAN, 2005).

Um modelo de gestão de inovação destina-se a facilitar a tarefa de gerenciamento de projetos. Para se identificar um modelo de gestão de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento) que está sendo utilizado, em um sistema de inovação, é necessário se conhecer as principais características dos modelos de gestão de tecnologia e inovações existentes (SOUZA, 2006).

Existem modelos de primeira, segunda e terceira geração sendo: (i) gestão da inovação de primeira geração, que utilizam como princípio a *science push* ou *technology-push*, a inovação é resultante do avanço científico, os pesquisadores possuem grande autonomia, os projetos não possuem cronograma determinados, os recursos são obtidos facilmente e ocorre a exploração da ciência pela ciência; (ii) gestão da inovação de segunda geração, a pesquisa e o desenvolvimento são orientados para o mercado, existem projetos focados, são aplicados métodos de avaliação e otimização nos projetos, é levada em conta a qualidade do projeto, é realizada a micro gestão de projetos; e (iii) gestão da inovação de terceira geração, os projetos são elaborados de forma balanceada e levam em conta a estratégia corporativa, existem parcerias para P&D, ocorre a interação de processos de negócios e gestão estratégica (LIMA *et al.*, 2004).

Layianege *et al* (1999) propuseram um modelo de quarta geração para a gestão da inovação. Esse modelo possui as seguintes características: (i) prática de gestão estratégica do conhecimento interno da organização e de fontes externas; (ii) existência de sistema de informações, padrões de comunicação, redes e relações, estratégias de comunicação e interação para a gestão do fluxo de informações; e (iii) integração entre pesquisa, produção e inovação.

Lima (1999) indica que, em ambientes de pesquisa e desenvolvimento, existem aspectos importantes que devem ser levados em conta para a satisfatória gestão da inovação, que são: (i) a estrutura funcional da organização utilizada na gestão dos projetos; (ii) os principais resultados que podem ser obtidos nos projetos e nos processos das pesquisas tecnológicas; (iii) a visão do gestor com relação ao gerenciamento dos projetos; (iv) a política de gestão de recursos humanos aplicada e desenvolvida nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento; (v) a forma de tratamento das informações (gestão da informação) nos projetos com relação ao desenvolvimento e capacitação da equipe, registro e disseminação para reutilização em outros projetos; (vi) o perfil do gestor de projetos e, principalmente, a forma como é realizada a gestão da qualidade visando otimizar as ações; e (vii) a capacitação e o desenvolvimento permanente de pesquisadores para o desempenho de gestores de projetos.

A gestão da inovação implica na compreensão do contexto organizacional e das variáveis internas e externas dos projetos. Maximiano (1997) afirma que esse tipo de gestão necessita uma visão acerca das questões organizacionais, dos recursos humanos, materiais, financeiros e dos requisitos peculiares de cada projeto a ser desenvolvido. Nesse sentido, Kruglianskas (1997) afirma que a gestão de projetos inovadores envolve a plena integração de recursos materiais, financeiros e humanos com o objetivo de, no prazo acordado e com a verba proposta, atingir o resultado pretendido.

A capacitação de recursos humanos para atividades de pesquisa e desenvolvimento, a produção do conhecimento científico e o estímulo à parceria entre os setores público e privado são ingredientes necessários para o crescimento econômico de um país. No entanto, Penteado (2017) afirma que ainda é necessário um maior esforço para que a geração do conhecimento científico e a produção tecnológica entrem num círculo virtuoso, visando superar um dos paradoxos brasileiros: um país reconhecido mundialmente como gerador de ciência, porém limitado na geração de tecnologias e na gestão da inovação.

Souza (2006) defende que esse paradoxo é consequência do modelo mental de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que as universidades construíram ao longo do tempo, onde a responsabilidade pela inovação tecnológica é indivisível. Para esse autor, ao analisar os modelos de inovação praticados em outros países, fica evidente que a gestão da inovação também está vinculada ao sistema produtivo industrial.

A universidade existe para formar indivíduos capazes de gerar conhecimentos e aptos a transformá-los em inovações. Neste contexto, existe a necessidade de modelos de gestão inovação que priorizem parcerias entre as universidades, centros de pesquisa e o setor privado industrial.

REFERÊNCIAS

BERGERMAN, M. *Inovação como instrumento de geração de riqueza no Brasil: o exemplo dos institutos privados de inovação tecnológica*. In: Parcerias Estratégicas. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília. DF, n. 20, Jun 2005.

DERGINT, D. E. A; SOVIERZOSKI, M. A. *Desenvolvimento de inovações e competência empreendedora na engenharia: caso CEFET-PR/Brasil*. In: X SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, Cidade do México. Anais. Cidade do México: ALTEC - Asociación Latino-Ibero Americana de Gestión Tecnológica, 2003.

KRUGLIANSKAS, I. *Finalização de projetos tecnológicos*. Anais. VII Seminário Latino Americano de Gestion Tecnológica. México, 1997.

LYIANEGE, S.; GREENFIELD, P.F. & DON, R. *Towards a fourth generation P&D management model: research networks in knowledge management*. International Journal of Technology Management. Oregon, v. 18, n. 3, 1999.

LIMA, S. M.V. *et al. Inovação e gestão tecnológica em organizações de P&D: um modelo integrador*. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 21, n. 1, jan/abr. 2004.

LIMA, I.A. *Gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da cooperação escola-empresa*. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – CEFET-PR. Curitiba, 1999.

PENTEADO, J.F. *O modelo de desenvolvimento tecnológico brasileiro*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/setembro2003/clipping030917_gazetamercantil.html>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MAXIMIANO, A.C.A. *Gestão de projetos*. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, P.R.S. *Uma evolução: Polo de Inovação Tecnológica do Norte do RS*. Porto Alegre: SCT/RS, 2006.

GESTÃO DE PROJETOS REGIONAIS

Jorge Luiz Amaral de Moraes

As desigualdades regionais (*Ver Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais*) no Brasil se revelam tanto na escala macrorregional como na escala municipal, passando por mesorregiões que agrupam um conjunto de municípios próximos. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que busca resultados efetivos na questão regional, tem como propósitos reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. Para isso, a PNDR abre caminho para a elaboração e gestão de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo o Estado, os atores sociais e os setores produtivos. Todas as formas de redução dessas desigualdades e a elaboração e execução de políticas e instrumentos de desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) passam pelo planejamento urbano e regional (*Ver Verbete Planejamento Urbano e Regional*) e pela implementação e gestão de diversificados projetos de investimentos, tanto produtivos como em educação, saúde e obras de infraestrutura, buscando novas dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico sustentável, que aproveitem o potencial produtivo local e gerem empregos, renda e bem-estar social.

O planejamento urbano e regional estuda, elabora e faz a gestão de projetos para ordenar o crescimento das cidades, regiões metropolitanas e territórios rurais. Seu principal objetivo é planejar e construir espaços que minimizem problemas decorrentes dos processos de urbanização e industrialização, como poluição, trânsito, transporte público, habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário e localização dos espaços públicos.

Um projeto de investimento produtivo é um conjunto de informações que serve de base para a tomada de decisão em relação à aplicação de um determinado montante de recursos (financeiros, humanos e ambientais). A elaboração de um projeto de investimento é uma técnica de planejamento e análise que antecipa e indica os melhores resultados obtidos pela aplicação de recursos em diferentes usos alternativos (POMERANZ, 1988).

O ***Project Management Body of Knowledge (PMBOK)***, principal guia internacional para a gestão de projetos, desenvolvido pelo ***Project Management Institute (PMI)***, identifica um conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos, amplamente reconhecido como boa prática na maioria dos projetos. De acordo com PMBOK, o projeto pode ser definido como um esforço temporário realizado para conceber um produto, serviço ou resultado exclusivo

(PMI, 2013). O projeto é uma iniciativa não rotineira, caracterizada por um conjunto de ações interrelacionadas com início e fim claramente definidos, com o objetivo de desenvolver um novo produto ou serviço ou uma melhoria em um processo de trabalho, contribuindo diretamente para o alcance de metas (PMI, 2012). Diferente de uma operação, um projeto se destaca por ser **temporário**. Ele tem começo, meio e fim bem determinados, enquanto uma operação é contínua. Além disso, ele é definido pela necessidade de ser **planejado, executado e controlado**, por se desenvolver em etapas, por envolver uma equipe da empresa e por utilizar recursos limitados e é isto que caracteriza o ciclo de vida do projeto.

O Gerenciamento de Projetos é uma aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto, a fim de atender a seus objetivos, compatibilizando as restrições de escopo, tempo, recursos e qualidade (PMI, 2012). A gestão de projetos é essencial para o desenvolvimento e a capacitação gerencial e para o planejamento e políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*), porque fornecem às equipes de trabalho as ferramentas necessárias para focar nas prioridades, atingir as metas e executar as mudanças exigidas nos projetos. O ciclo de vida do gerenciamento de um projeto estratégico contempla o conjunto de processos que devem ser seguidos para que o projeto seja bem gerenciado. De acordo com o Guia PMBOK (PMI, 2012), os processos de gerenciamento de projetos podem ser classificados em cinco grupos ou fases: iniciação, planejamento, execução, monitoramento/controle e encerramento.

A utilização de uma metodologia para o gerenciamento de projetos é considerada fator chave para garantir o sucesso e a eficiência do trabalho realizado dentro de uma instituição ou organização, pública ou privada. No entanto, na implementação de uma metodologia de gerenciamento de projetos é fundamental que esta esteja focada nos benefícios que vai trazer para a organização e, até atingir o amadurecimento requerido pela organização, que seja feita de forma gradativa e acompanhada de treinamentos. O sucesso na adoção de uma metodologia de gerenciamento de projetos depende diretamente da participação e apoio da alta direção da organização.

REFERÊNCIAS

POMERANZ, Lenina. *Elaboração e análise de projetos*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

PMI (*Project Management Institute*). *A guide to the project management body of knowledge*. 5th Ed., Pennsylvania (EUA), 2012.

GESTÃO DE REDES DE COOPERATIVAS

Adelar Francisco Baggio

As redes de cooperativas integram a categoria de Redes de Cooperação. Segundo Baggio (2009) a organização de redes é uma relevante tendência neste início de século. As pessoas buscam como nunca novas formas de superação das individualidades pela cooperação, pois, segundo Simon (2004, p.06) “cada vez mais, a competição não ocorre entre empresas isoladas, mas, sim, entre cadeias produtivas e as redes de empresas, onde a inovação e a cooperação constituem a base do crescimento”, pois como afirma Balestrin (2002, p.04), “as redes têm demonstrado uma eficiente forma de governança e coordenação das relações econômicas”.

Atualmente, encontram-se redes em todos os setores da sociedade. As redes de cooperativas se constituem em associações ou em centrais de compras ou de vendas, com CNPJ próprios. Têm uma diretoria própria, possuem uma modalidade eficiente de organizar a demanda dos produtos de cada associado, negociam com os fornecedores e executam as compras em conjunto, contudo os produtos comprados são entregues diretamente para cada empreendimento dos sócios pelos fornecedores.

As redes de cooperativas possuem estruturas administrativas enxutas pois atuam basicamente através das estruturas das cooperativas associadas. Segundo Dotto (2004, p.129), as redes são “modelos organizacionais baseados na associação, na complementaridade, no compartilhamento, na troca e na ajuda mútua, como possibilidade concreta para o desenvolvimento empresarial”.

Os pressupostos básicos para o bom funcionamento das redes são: democracia participativa, justa participação nos resultados, ética nos relacionamentos, predominância das pessoas sobre o capital e responsabilidade de todos. Os principais benefícios das redes são: ganhos de escala, de poder e de mercado; soluções de problemas emergentes; aprendizagem e capacitação; redução de custos e de riscos; relações sociais; melhoria nas negociações; marketing compartilhado; oferta de serviços; troca de informações e de experiências entre os gestores e funcionários.

Os erros mais comuns na administração das redes são: falta de estrutura de suporte para a rede; supervisores de campo mal orientados; falta de treinamento ou treinamento inadequado; manuais de operação que não retratam o dia-a-dia da operação do negócio; comunicação fraca; pouco contato da rede com o franqueador e vice-versa; falha na prospecção; falta de instrumentos de

gestão e acompanhamento do desempenho da rede para aplicação de medidas preventivas; falta de critérios na definição do perfil ideal para operar o negócio; criação de redes sem saber o potencial da região e da viabilidade do negócio; e a falta de liderança.

As cooperativas que compram os mesmos insumos ou vendem os mesmos produtos podem constituir redes interorganizacionais. Um exemplo concreto pode ser a constituição de redes dos supermercados das cooperativas, onde os mesmos não perdem a sua identidade e posse, mas são realizadas atividades de compras e de marketing em conjunto.

É oportuno descrevermos sucintamente aspectos relevantes da AGRO-REDE, uma Central de compras de supermercados e lojas de construção de 18 cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul filiadas à FECOAGRO/RS. Foi criada há vários anos, contudo, iniciou seu efetivo funcionamento em 2012.

Atualmente, contando com 110 supermercados e lojas de construção, possui em torno de 100 pessoas diretamente envolvidas na gestão central e nas cooperativas filiadas, sem contar as demais pessoas que trabalham nos supermercados e lojas de construção das cooperativas. Sua sede é em Soledade/RS e o *site* para obter mais informações é: www.redeagro.areacentral.com.br. Atua em todo o RS e seu faturamento no ano de 2016 foi de aproximadamente R\$ 64.000.000,00, teve um crescimento de 30% no mesmo ano com relação a 2015 e intermedia a compra de aproximadamente 2.000 itens para as cooperativas filiadas. Suas perspectivas futuras são de crescimento em termos de volume de compras, número de cooperativas agropecuárias atingidas e ingresso de cooperativas de outros ramos cooperativistas.

O Governo do RS, em parceria com Universidades estimulou, nas últimas décadas a criação de Redes, de forma especial as Redes de Cooperação de pequenas e médias empresas. Atualmente é o Estado Brasileiro que possui mais redes em funcionamento.

Deste modo, os principais parâmetros que devem ser utilizados pelas redes de cooperativas para sua avaliação são os empresariais e de cooperação visando contribuir na melhoria da competitividade (*Ver Verbete Competitividade Regional*) das entidades que integram o seu corpo associativo.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco. *Estratégia de cooperação e relações associativas*. Ijuí, 98 p. 2009.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. *Paradoxos estratégicos*. Competição da Firma Versus Cooperação em Redes, p.04, 2005.

DOTTO, Dalva Maria Righi. *Redes de pequenas e médias empresas – uma análise regional*. In: VERSCHOORE, Jorge Renato (Org.). *Redes de cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no RS*. Porto Alegre: FEE; Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, 2004.

REDEAGRO. Disponível em: www.redeagro.areacentral.com.br

SIMON, Tiago Chanan. *Apresentação*. In: VERSCHOORE, Jorge Renato (Org.). *Redes de Cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no RS*. Porto Alegre: FEE; Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, p. 06, 2004.

WOITCHUNAS, Lucinéia Felipin. *Planejamento Estratégico em Redes de Cooperação e Empreendimentos Associados: para além da instituição*. In: BAGGIO, Adelar Francisco. *Metodologia de Planejamento Estratégico em Redes Interorganizacionais de Cooperação e nos Empreendimentos Associados*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

GESTÃO DE SERVIÇOS

Ariosto Sparemberger

Devido a sua importância e contribuição na economia e no desenvolvimento das nações, os serviços são muito antigos e já foram foco de estudo dos economistas clássicos, entre os quais: Karl Marx e Friedrich Engels (1846-1895), Stanley Jevons (1871), Karl Menger (1871), Léon Walras (1874) Adam Smith (1754) e David Ricardo (1818). Um estudo de Mark (1978) faz referência, por exemplo, que a teoria do valor-trabalho expunha um ponto vital da burguesia: a mais-valia, simplificada, a ideia de que os capitalistas ficam cada vez mais ricos porque enriquecem a custa não do próprio trabalho, mas sim do trabalho dos outros. Isto significa que o trabalho nada mais era do que o serviço que o operário realizava para a produção da mercadoria.

Marx (1974) sustentava a ideia de que **o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado em sua produção**. O próprio trabalho, de acordo com Marx, possui valor agregado (*Ver Verbeta Valor Agregado*), que é determinado pelo valor dos meios de subsistência (comida, habitação, transporte etc.) necessários para que o trabalhador sobreviva. Dessa forma, todo trabalho empregado na produção de um sapato, por exemplo, agrega custos em seu valor de troca final. Por não serem donos dos meios de produção, ganham a vida empregando-se aos que são donos destes.

Nas últimas décadas, indicadores como o Produto Interno Bruto – PIB e o uso da força de trabalho reforçaram a tendência de crescimento dos serviços na economia mundial. Segundo Zeithaml *et al* (2014), em 2010 o setor representava mais de 80% dos empregos e 75% do PIB dos Estados Unidos. No Brasil, os serviços representam em torno de 70% do PIB (SPITZ, 2014). Ambos indicadores têm apresentado incrementos significativos, tanto em países desenvolvidos como nos Estados Unidos, quanto em países em desenvolvimento como o Brasil.

As definições sobre serviço evoluíram e, atualmente, vem sendo considerado um sistema de redes de criação de valor composto de pessoas, tecnologias e processos. É um sistema complexo, interligado por fluxos de informação e de conhecimento, que depende da quantidade e da qualidade das pessoas, das tecnologias e das organizações envolvidas nesta rede de criação (MAGLIO *et al.*, 2006).

De acordo com a história, os serviços passaram a ganhar importância no meio acadêmico na década de 1950, quando já representavam nos Estados Unidos aproximadamente 50% da economia deste país (HEINEKE e DAVIS *apud* MALDONADO, 2008). Geralmente, o serviço é entendido como uma atividade

de terciária, que unicamente pode adicionar benefícios a um produto manufaturado. Ao longo do tempo o conceito passou por mudanças, principalmente se analisarmos, por exemplo, o que foi apresentado na literatura desde o início dos estudos em relação ao tema. Para Regan (1963), serviço representa as satisfações intangíveis apresentadas diretamente (transporte, acomodação), ou satisfações intangíveis apresentadas diretamente quando da compra de mercadorias ou de outro serviço (crédito, entrega).

Na concepção de Lehtinen (1983), um serviço é uma atividade ou uma série de atividades que tem lugar nas interações com uma pessoa de contato ou com uma máquina física e que provê satisfação ao consumidor. Uma atividade ou uma série de atividades de natureza mais ou menos tangível – que normalmente, mas não necessariamente acontece durante as interações entre clientes e empregados de serviços e/ou físicos e/ou sistemas de serviços – que é fornecida como solução aos problemas do cliente. (GRONROOS, 1993).

Enquanto isso, na visão de Vargo & Lusch (2004) serviço é a aplicação de competências especializadas (habilidades e conhecimento), por meio de ações, processos e atuações para benefício de uma outra entidade ou de si próprio (auto-serviço). Serviço colocado no mercado: uma transação no mercado, realizada por uma empresa ou por um empreendedor, onde o objeto da transação é outro que não a transferência de propriedade (ou título, se algum) de uma mercadoria tangível (JUDD, 1964).

Estudos mais progredidos falam em relação ao sistema de serviço como um termo relacionado com a importância dos elementos constitutivos do serviço e com a inter-relação entre eles. Nesta direção, Maglio *et al* (2006) delineiam os sistemas de serviços como redes de criação de valor compostas de pessoas, tecnologias e organizações, sendo os tipos de sistemas complexos e essa complexidade depende da quantidade e qualidade das pessoas, tecnologias e organizações elencadas com a rede de criação de valor, ponderando os fluxos de informação e conhecimento que são cogentes para a produção do serviço.

Para Maldonado *et al* (2009), diante de tal importância adquirida por meio de vários anos, os gestores se viram com o desafio de administrar um elevado volume de negócios nessa área, porém, a princípio, sem elementos teóricos dedicados a discorrer sobre o assunto. Em face dessa situação, diversos estudiosos (REGAN, 1963; GRONROOS, 1993; ZEITHAML 2014), dedicaram-se a analisar as peculiaridades dessa relação de consumo e identificaram pelo menos quatro características. Essas características distintivas trouxeram desafios para os gestores de serviços, sendo que cada uma destas características pode ser arranjada em um *continuum* semelhante ao aspecto de tangibilidade mostrando que os serviços tendem a ser mais heterogêneos, mais intangíveis, mais difíceis de avaliar do que os produtos.

Zeithaml *et al* (2014) apresenta quatro características dos serviços, iniciando pela (1) intangibilidade. Segundo os autores, esta é a principal característica do serviço. Visto que serviços são execuções, ações, e não objetos, eles não podem ser vistos, experimentados, sentidos e nem tocados da mesma maneira que um bem tangível. Os serviços dependem de quem o executa. E muitas vezes, executados por serem humanos, não há dois serviços idênticos. A heterogeneidade (2) associada a serviços é em grande parte o resultado da interação humana e de todas as idiosincrasias que acompanham esta interação. Os serviços costumam ser vendidos com antecedência e, em seguida, gerados e consumidos, simultaneamente. A simultaneidade (3) sustenta que a participação do cliente neste tipo de produção é necessária para que ocorra a prestação do mesmo, muitas vezes a partir dos termos de quando e como deve realizar-se. E a última característica apresentada pelos autores é a (4) perecibilidade.

Os serviços não podem ser gravados, armazenados, revendidos ou ainda devolvidos, o que implica a necessidade de estratégias de recuperação quando algo dá errado. Os serviços para a economia e também para o desenvolvimento social (*Ver Verbete Desenvolvimento Social*), estes precisam ser gerenciados de tal forma que possam agregar valor para as organizações, sociedade e pessoas ao longo do tempo. Deve-se aplicar a gestão com eficiência no processo de gerar os serviços, considerando principalmente suas características e natureza.

Aliado a isso, está a gestão. Esta, por sua vez, consiste no ato de administrar, de gerir. Gestão é ainda sinônimo de administração, gerenciamento, direção. Gestão é um substantivo feminino derivado do latim *gestione*. É o ato de gerenciar os recursos de forma eficiente para que as metas pré-estabelecidas sejam alcançadas. O conceito de gestão é usado amplamente no campo empresarial, em diferentes setores (primário, secundário e terciário) de acordo com os produtos produzidos, modos de produção e recursos utilizados.

Foi o engenheiro Henry Fayol que, no início do século XX, criou a teoria da **gestão administrativa**, aplicável a empresas de quaisquer portes. De acordo com a teoria de Fayol, a **gestão empresarial** deveria ser dividida em seis funções: (1) **gestão administrativa**; (2) **gestão financeira**; (3) gestão comercial; (4) gestão de segurança; (5) gestão de contabilidade; (6) gestão de produção, sendo a gestão administrativa a responsável por coordenar as demais (CHIAVENATO, 1997).

Contudo, não é possível encontrar uma definição universalmente aceita para o conceito de gestão e, em contrapartida, apesar deste ter evoluído muito ao longo do século XX, existe algum consenso relativamente a que este deva incluir obrigatoriamente um conjunto de tarefas que procuram garantir de maneira eficaz de todos os recursos disponibilizados pela organização afim de serem atingidos os objetivos pré-determinados. Entretanto, a **gestão** não pode ser considerada como uma ciência na verdadeira acepção da palavra pois as teorias

gerais demonstradas cientificamente raramente são suficientes para o processo de tomada de decisões. É também necessário algum conhecimento empírico (alguns a chamam de arte) de forma a preencher a distância que separa as teorias gerais da realidade vivida em cada organização.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. Volume 1.- 5.ed. – São Paulo: Makron Books, 1997.

GRONROOS, C. *Marketing– Gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

JUDD, R. C. *Cases for redefining service*. **Journal of Marketing**, v. 28, p.58-59, Jan. 1964 *apud* LAS CASAS, Alexandre. *Marketing de Serviços*. São Paulo: Atlas.

LEHTINEN, J. *Aslakasonjautuva palveluyritys* (Customer-oriented service firm). Espoo, Finland: Weilin+Göös, 1983.

MALDONADO, Mauricio, U. *et al. Um Estudo sobre a Evolução e as Tendências da Gestão de Serviços*. XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Salvador, 2009.

_____. *Análise do impacto das políticas de criação e transferência de conhecimento em processos intensivos em conhecimento: Um modelo de Dinâmica de Sistemas*. 2008, p.138 Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis, 2008.

MAGLIO, P.P. *et al. Service systems, service scientists, SSME and innovation*. **Communications of the ACM**, v.49, n.7, 2006.

MARX, Karl. *O capital. Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MARX, Karl. *O Capital: Capítulo VI* (inédito). São Paulo: LECH, 1978.

REGAN, W.J. *The service revolution*. **Journal of marketing**, Chicago, v.27, n.3 – p.57-62, July, 1963.

SPITZ, Clarice. *Serviços somam 70% do PIB e sobem acima da inflação*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/servicos-somam-70-do-pib-sobem-acima-da-inflacao-11771165>. Acesso: 13 mar.2017.

VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F. *Envolving to a New Dominant Logic for Marketing* Journal of Marketing, v.68, p.1-17, 2004.

ZEITHAML, Valarie A. *et al. Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente* - 6ª Ed. Bookman, 2014.

Outras referências

DORIGON, D.S. *Gestão de operações e qualidade dos serviços nas unidades de informação*. 2006, 203p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis, 2006.

FITZSIMMONS, J.; FITZSIMMONS, M. *Service Management: Operations, Strategy, Information Technology*. 6 ed. New York: McGraw Hill/Irwin, 2007.

_____. *Administração de Serviço*. cap. 4. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SANTOS, L.C.; VARVAKIS, G. *Qualidade percebida em serviços*. Apostila da disciplina de Gestão de Serviços. Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, 2000.

GESTÃO HUMANIZADA

Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen

Daniel Knebel Baggio

Ivete Aparecida Patias

A gestão humanizada tem seus elementos originados a partir de teorias da administração e da psicologia comportamental. Porém, sua base constitui-se de fatores observados no cotidiano das organizações, quanto às relações interpessoais, ação da liderança gestora, formação de equipes e comprometimento de todos os envolvidos nos processos internos e externos organizacionais, voltados para a busca por melhores resultados e pelo bem comum.

Consolidado em 2008 nos Estados Unidos pelo professor de marketing e consultor de negócios, Rajendra Sisodia, e por John Mackey, fundador da rede de supermercados *Whole Foods Market*, e atuante em mais seis países, inclusive no Brasil; o Capitalismo Consciente veio para reconfigurar as dinâmicas de gestão organizacional, colocando o florescimento do ser humano no centro dos negócios corporativos, trazendo à tona a relevância dos valores humanos universais.

Neste cenário, organizações humanizadas e regidas por paixão e propósito elevam sua performance, unindo engajamento e felicidade de *stakeholders* com resultados econômicos excelentes, por meio de uma gestão baseada no amor (KISLANSKY, 2018). Assim, esta emergente forma de gestão gera impacto, valor compartilhado, prosperidade e bem-estar para as organizações e todos os envolvidos, contribuindo para elevar a humanidade (SISODIA; WOLFE; SHETH, 2019), aderindo a quatro pilares: propósito maior, integração de *stakeholders*, liderança consciente e cultura consciente (MACKEY; SISODIA, 2018):

O propósito maior considera que empresas conscientes têm clara definição do porquê existem e de qual diferença desejam proporcionar ao mundo, compreendendo sua razão de ser e direcionando estratégias e ações para negócios que transcendam o lucro (BARRETT, 2017; HONEYMAN, 2017; KOFMAN, 2018; LALOUX, 2017; REIMAN, 2018). Por meio de um propósito evolutivo, uma empresa inspira, envolve e energiza seus *stakeholders*, sendo que grandes propósitos possuem quatro categorias: o bom – servir aos outros, aprimorando a saúde, educação, comunicação e qualidade de vida (Ver Verbete Qualidade de Vida); o verdadeiro – descoberta e aprofundamento do conhecimento humano; o belo – excelência e criação da beleza; e o heroico – coragem de fazer o que é certo para mudar e melhorar o mundo.

Quanto à integração de *stakeholders*, empresas conscientes reconhecem que todos os *stakeholders* são meios e fins e que cada um contribui para a criação de valor global, precisando florescer para que o negócio alcance sua finalidade e

potencial, incluindo clientes leais e confiantes, colaboradores apaixonados e inspirados, investidores perseverantes, fornecedores inovadores e colaborativos, comunidades prósperas e acolhedoras e um ambiente saudável e vibrante (BARRETT, 2017; HONEYMAN, 2017; LALOUX, 2017).

Já a liderança consciente inclina-se à liderança servidora, integridade sólida e grande capacidade de cuidar e amar, com um olhar humano, empático e altruísta, inter-relacionado a quatro categorias (KOFMAN, 2018; LALOUX, 2017; REIMAN, 2018):

- **Inteligência Analítica:** Está presente na maioria dos líderes conscientes e em elevados níveis, sendo pré-requisito para o desempenho da liderança eficiente em grandes e complexas organizações. Mas só essa habilidade não é suficiente.

- **Inteligência Emocional:** Combina a inteligências intrapessoal (capacidade de autoconhecimento) e a inteligência interpessoal (capacidade de entender as intenções e desejos dos outros). Para liderar os outros, primeiro deve-se liderar a si mesmo.

- **Inteligência Espiritual:** Possibilita que indivíduos acessem percepções, valores, objetivos e motivações mais intensos, que tenham capacidade moral para distinguir certo do errado e pratiquem bondade, verdade, beleza e compaixão.

- **Inteligência Sistêmica:** Líderes que trabalham com abordagem holística (inter-relações das partes de um sistema maior) para coordenar os propósitos individuais daqueles a seu serviço em um propósito maior, coletivo, que torna cada pessoa também maior.

A cultura consciente corresponde à incorporação dos valores, princípios e práticas subjacentes ao tecido social de uma empresa, conectando *stakeholders* e estes com o seu propósito, as pessoas e os processos. Deste modo, a cultura consciente contempla sete qualidades destacadas por Sisodia, Henry e Eckschmidt (2018), como:

- **Confiança:** Empresas humanizadas desfrutam de altos níveis de confiança interna –entre liderança e equipe na linha de frente, e liderança e equipes diversas – e externa –organização e clientes, fornecedores, parceiros, comunidades, investidores e governo.

- **Autenticidade:** Consiste em se apropriar do propósito, habilidades e valores culturais da organização, transformando-os em estratégias, práticas e recursos inovadores, que podem se tornar uma vantagem valorativa e sustentável, em longo prazo e para todos.

- **Cuidado:** Empresas humanizadas adotam atitudes de cuidado, atenção, gentileza, respeito e compaixão com seus stakeholders, tratando-os como

família e, em retribuição, estes cultivam uma preocupação genuína com estas empresas.

- **Transparência:** Líderes de empresas humanizadas compartilham mais informações com sua equipe do que outras empresas, reconhecendo que esta postura contribui para o desenvolvimento da confiança entre todos e o consequente aumento da produtividade.

- **Integridade:** Por meio da cultura consciente, as organizações comprometem-se em externar a verdade e costumam orientar-se pelo que julgam eticamente correto, não apenas pelo que é exigido pelo sistema legal ou socialmente aceitável.

- **Aprendizado:** Empresas humanizadas transmitem diariamente seu propósito às equipes, e investem nas habilidades e no desenvolvimento, por meio de treinamentos, palestras e incentivos em cursos, contribuindo para a produtividade e desempenho.

- **Empoderamento:** Ênfase na prestação de contas com altos níveis de autonomia e autogestão, somados à flexibilidade e liberdade nas tomadas de decisões e na condução dos processos organizacionais, em que todos são responsáveis e comprometidos.

Consciência, propósito e humanização são essenciais para uma efetiva sustentabilidade (MACKEY; SISODIA, 2018). Neste cenário, organizações conscientes e humanizadas devem buscar o equilíbrio entre lucratividade e bem comum, refletindo na ascensão de uma economia valorativa orientada para pessoas como fontes, lideranças centradas no ser, espaços destinados à espiritualidade, equilíbrio entre gestão e inspiração, reconhecimento do sentido e do propósito, transformações e evoluções de dentro para fora, canalização de energia positiva e em uma gestão de desempenho alicerçada na sabedoria, na compaixão, no cuidado e no amor.

REFERÊNCIAS

BARRETT, R. **A organização dirigida por valores:** liberando o potencial humano para a performance e a lucratividade. Tradução de Caio Brisolla e Roberto Ziemer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HONEYMAN, R. **O manual da Empresa B:** como usar os negócios como força para o bem. Tradução de Maikon Augusto Delgado. 1. ed. Curitiba: Voo, 2017.

KISLANSKY, K. **Muita alma nessa hora:** lições para empreender com propósito. Curitiba: Voo, 2018.

KOFMAN, F. **Liderança e propósito:** o novo líder e o real significado do sucesso. Tradução de William Zeytounlian. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

LALOUX, F. **Reinventando as organizações**: um guia para criar organizações inspiradas no próximo estágio da consciência humana. Tradução de Isabella Bertelli. Curitiba: Voo, 2017.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo Consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

REIMAN, J. **Propósito**: porque ele engaja colaboradores, constrói marcas fortes e empresas poderosas. Tradução de Marcela Andrade. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo Consciente**: guia prático – ferramentas para transformar sua organização. Tradução de Silvia Morita. Curitiba: Voo, 2018.

SISODIA, R.; WOLFE, D. B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: pessoas, propósito, performance. Tradução de Silvia Morita. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

FRANÇA, A. **Gestão humanizada**: liderança e resultados organizacionais. 3. ed. Belo Horizonte: Ramalhete, 2019.

GRAYEB, F. R. **Liderança e consciência**: o modelo de três círculos para integrar crescimento pessoal e profissional. Tradução de Moderattus. 1. ed. São Paulo: Uno, 2015.

SANTARÉM, R. **A perfeita alegria**: Francisco de Assis para líderes e gestores. Petrópolis: Vozes, 2010.

GESTÃO PÚBLICA

Fernando do Nascimento Lock

Alguns autores tratam como sinônimos a gestão pública e o gerenciamento da coisa pública, entretanto, o gerenciamento é apenas parte da gestão pública e está relacionado diretamente à execução e ao acompanhamento daquilo que foi planejado e aprovado. Em contrapartida, a gestão pública engloba um ciclo mais abrangente, no qual estão incluídos os processos de planejamento, aprovação, execução, controle e avaliação das políticas públicas (*Ver Verbetes Políticas Públicas*), sendo esses processos relativos aos planos estratégicos, táticos e operacionais.

Para relacionar o desenvolvimento à gestão pública é necessário entender que ao longo da história o termo desenvolvimento tem assumido diversos significados, muitas vezes confusos e até opostos, tanto no meio acadêmico como no senso comum. O entendimento aqui adotado é de que o desenvolvimento se refere à capacidade da gestão pública em assimilar e se adaptar, por meio da sua transformação em relação às necessidades da sociedade, do meio ambiente e/ou da economia, valendo-se da capacitação que a torna melhor ou mais habilitada para resolver os problemas (LOCK, 2012).

Observa-se que na gestão pública existe a necessidade de utilização equilibrada dos recursos, com foco voltado para as questões sociais, onde o consumo exacerbado, tanto dos recursos econômicos como dos recursos naturais (*Ver Verbetes Recursos Naturais*) terão impacto direto na sociedade. Caso os governos não executarem, de uma forma articulada, as funções pelas quais foram instituídos, o desenvolvimento dificilmente será atingido, pois não é possível alcançá-lo sem que haja políticas governamentais claras e focadas na melhora das condições sociais, onde a gestão cumpra o papel pelo qual foi concebida.

Em contrapartida, verifica-se que a cidadania (*Ver Verbetes Cidadania*) está intimamente ligada ao exercício dos direitos do cidadão em participar do processo político, porém essa participação só poderá ser efetiva se houver a possibilidade de intervenção, direta ou indireta, na gestão da coisa pública. Ou seja, é o direito de participação política, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, confirmando, reformando ou anulando os atos públicos.

Contudo, a participação do cidadão depende principalmente do amadurecimento da consciência cidadã por parte da população, bem como, da vinculação do governante com os ideais democráticos e com a transparência (*Ver Verbetes*

Transparência Governamental) na gestão, através da prática da democracia participativa. Além disso, percebe-se que faltam mecanismos comunicacionais capazes de suprir as necessidades informacionais dos atores do desenvolvimento (atores individuais, corporativos ou coletivos), para que os mesmos possam definir políticas e adotar ações que visem equacionar as necessidades sociais, ambientais e econômicas, utilizando os recursos disponíveis de forma equilibrada. Ainda, o sistema de planejamento e orçamento, em seus aspectos formais, está debilitado. Principalmente em relação às práticas de gestão orçamentária, a participação popular definida na legislação, a multifuncionalidade dos poderes constituídos e a necessidade de integração entre os orçamentos dos entes da federação.

Visto que, além das funções básicas das ações de governo, o orçamento também deve ser integrado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o que, por si só, gera uma grande dificuldade. Como cada um desses entes possui seus interesses específicos e nem sempre o interesse municipal está em sintonia com o interesse estadual e/ou nacional, a maximização das ações planejadas acaba sendo inviabilizada. Outro problema é a diferença nos períodos dos mandatos dos entes da federação, que gera um obstáculo para que ocorra a integração e regionalização dos orçamentos, dificultando o planejamento e implantação das políticas públicas que devem ser adotadas.

Portanto, para que a sociedade acompanhe as alterações nas instituições e consiga participar politicamente, no mínimo, precisa conhecer as instituições existentes e o papel que deve desempenhar como cidadão, bem como, ter capacidade plena de exercer seus direitos e deveres. Caso contrário, é bem provável que o cidadão, membro efetivo do controle social da administração pública, não participe das decisões, o que ocasionará no enfraquecimento da gestão pública voltada para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

LOCK, Fernando do Nascimento. *Estrutura e uso de informações orçamentárias governamentais: o caso do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria - RS*. 2012. 267f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod_empresa=87&cod_acervo=143136>.

Outras referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. *Lei n. 4.320*, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de

direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>.

BRASIL. *Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão*. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento – MTO*. Edição 2017 (1ª versão). Brasília: 2016. 159 p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/arquivos/mto/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf/view>.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLOBALIZAÇÃO

Carlos Águedo Paiva

“No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal”
Karl Marx e Friedrich Engels, O Manifesto Comunista, 1848.

Dentre todas as categorias e instrumentos analíticos de ampla difusão na literatura contemporânea sobre desenvolvimento territorial, nenhuma sofreu mais com a crise do marxismo enquanto referência teórico-científica no final do século XX do que a categoria “Globalização”. Afinal, esta é a categoria que organiza o texto no qual Marx e Engels procuraram fazer a síntese de sua teoria: “O Manifesto Comunista”.

Na verdade, este trabalho é mais do que uma síntese ou uma obra de divulgação: é um “convite” à leitura dos demais trabalhos dos autores que é dirigido a um público marcadamente plural, envolvendo cientistas sociais, historiadores, economistas, analistas e militantes políticos, socialistas e revolucionários dos mais distintos matizes (utópicos, reformistas, anarquistas, blanquistas, etc.), líderes operários e ativistas sindicais. E o resultado é uma verdadeira obra-prima de clareza, rigor e consistência histórico-empírica. Em 1848, Marx e Engels descreveram as leis dinâmicas do capitalismo que se manifestariam e se realizariam até os dias de hoje.

Neste importante trabalho, Marx e Engels propõem que a globalização é um processo imanente ao **capitalismo industrial**. Isto implica a recusa das duas principais interpretações do processo de globalização que disputaram hegemonia na última década do século XX e na primeira década do século XXI. De acordo com a interpretação que acabou por se tornar hegemônica, a globalização é um processo relativamente recente, assentado na revolução dos meios de transporte, comunicação e informação do último quartel do século XX, que haveria se desdobrado na unificação e transnacionalização dos mercados de bens, serviços, ativos financeiros, crédito e divisas. A perspectiva alternativa (e, atualmente, minoritária) buscava demonstrar que a globalização é um processo de longa duração que deita raízes (pelo menos) na Revolução Comercial dos sécu-

los XV e XVI, que resultou na descoberta e colonização europeia da América e na crescente integração comercial, especialização produtiva e divisão do trabalho entre Europa, Ásia e África.

À diferença das leituras contemporâneas, a interpretação dos pais do marxismo é que

“impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente” (MARX e ENGELS, 2005, p.43).

Em síntese: o processo de globalização seria um desdobramento necessário da contradição entre a taxa de expansão da capacidade produtiva e a taxa de expansão dos mercados nacionais nos países capitalistas mais desenvolvidos. A compulsão ao progresso técnico poupador de mão-de-obra que caracteriza o **capitalismo industrial** (por oposição ao capitalismo mercantil dos séculos XVI e XVII) está na base desta contradição. A mão-de-obra tornada redundante pelo progresso técnico continua a ofertar sua capacidade de trabalho no mercado, levando à depressão dos salários, à concentração da renda e a um crescimento do mercado inferior ao crescimento da capacidade produtiva.

A principal resposta do capital à contradição entre oferta potencial e mercado interno é a conquista de mercados externos. Para tanto, conta com o apoio dos Estados Nacionais onde a produção industrial já se encontra consolidada e opera com escala superior e custos inferiores ao padrão mundial. E o resultado é a circunscrição da autonomia política efetiva dos Estados Nacionais periféricos. Afinal, independentemente da formalização (ou não) de relações de dependência neocoloniais, a integração do mercado mundial realiza-se de acordo com os interesses dos grupos e conglomerados capitalistas de maior poder competitivo nos planos técnico-produtivo e financeiro. E estes grupos, ou têm origem nas nações hegemônicas ou se articulam de forma crescente com interesses financeiros enraizados nas mesmas.

Mas se a globalização é um movimento que deita suas raízes na emergência do capitalismo industrial, porque ela só veio a se tornar um objeto de investigação sistemática nos últimos anos? Há três respostas complementares para esta questão. Em primeiro lugar, o processo de globalização é sempre crescente. Marx viu a chegada do “cometa” antes dos demais porque contava com um sistema teórico que fazia o papel de seu “telescópio particular”. Nos dias atuais, a globalização é tão evidente (o cometa está quase em rota de colisão com a Terra) que se torna objeto de reconhecimento pelo senso-comum.

Em segundo lugar, o aprofundamento da globalização envolve mudanças qualitativas que tornam este processo não apenas mais evidente, mas por assim dizer, mais efetivo, mais real. Especificamente, nos momentos iniciais da globalização capitalista, a conquista dos mercados externos pressupunha uma participação maior dos Estados Nacionais e – não raramente – de suas Forças Armadas. Ora, o desdobramento necessário da presença direta dos Estados Nacionais é que, à época, a conquista do mercado externo **não** se fazia para o capital “global”, mas para os capitais desta ou daquela nação. Esta é a fase do imperialismo teorizada por Lênin e Rosa Luxemburgo, em que o capitalismo já se transnacionalizara, mas os capitais ainda não. A fase atual da globalização – a fase aberta no último quartel do século XX, apoiada na crise do socialismo soviético – é a fase da perda de importância relativa dos Estados Nacionais *vis-à-vis* o “capital global”. Este opera de forma cada vez mais soberana nos mais diversos territórios e rompe crescentemente com suas raízes e vínculos (com os Estados) nacionais.

Por fim – e em terceiro lugar – a revolução nas tecnologias de transporte, comunicação e informação das últimas décadas impôs a universalização do conhecimento sobre a realidade econômica dos mais distintos territórios. Atualmente, qualquer bloco de capital capaz de operar no plano internacional pode adquirir informações seguras sobre as oportunidades (e riscos) de ganho produtivo e especulativo nos mais diversos setores em qualquer país do mundo.

Simultaneamente, esta mesma revolução das comunicações exponenciou a mobilidade internacional de recursos financeiros, transformando o globo em um único grande mercado de crédito e títulos. E o resultado final é a crescente perda de autonomia das distintas nações para definirem suas políticas macroeconômicas. Qualquer mudança na taxa de juros em um país, estimula transferências internacionais de recursos que comprometem os demais países com modificações em suas próprias políticas internas.

A globalização contemporânea é, pois, uma fase peculiar do processo mais geral de globalização capitalista; uma fase marcada pela crescente transnacionalização dos capitais, pela hipertrofia do capital financeiro especulativo e pela crise de autonomia dos Estados Nacionais.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÊNIN, V.I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

MARX, K. e ENGELS, F. [1848]. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Empire*. Harvard University Press, 2000.

GOVERNANÇA

Pedro Luís Büttgenbender

Governança é um termo originário da tradução para a língua portuguesa do termo em inglês *governance* e, em francês, *gouvernance*. Na língua espanhola, utiliza-se o termo *governança* ou *gobnanza*. Em termos etimológicos, o termo governança é originário dos vocábulos gregos *kybenan* (incitar, estimular) e *kybernetes* (guia, piloto) (CARRION e COSTA, 2010).

Governança é um termo utilizado por diferentes áreas do conhecimento, principalmente, a sociologia, a política, a administração, a economia e a geografia, nem sempre com o mesmo sentido. A literatura reconhece que o conceito se origina em análises sobre o mundo das empresas, introduzido por Ronald Coase em 1937, quando publicou um artigo intitulado *The nature of the firm*. O uso do conceito na referida obra não desencadeou grandes debates, mas foi retomado nos anos 70, quando passou-se a utilizar o termo governança para designar os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes (referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas), aos contratos e à aplicação de normas (quando ela se abre à terceirização). Mais tarde o termo foi importado do campo empresarial para as discussões sobre poder e organizações (MILANI e SOLINÍS, 2002, apud DALLABRIDA, 2011).

Governança entendida como o exercício da autoridade, controle e gerenciamento de energia para governar. Já as definições utilizadas pelo Banco Mundial, conforme referenciado por Osmont (1998), circunscreve com as estratégias para atingir mais domínio dos custos de transação, a maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos econômicos e sociais de um território (Ver Verbete Território) visando o seu desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento). Aduz a definição de ato ou processo de governar. O termo governança pode assumir diferentes interpretações, dependendo dos enfoques vínculos e contextos nos quais o termo for empregado.

Na língua espanhola a governança ou *governanza*, de acordo com Romero e Farinós (2011, p. 297), é definida como a arte ou maneira de governar que se propõe como objetivo alcançar o desenvolvimento econômico (Ver Verbete Desenvolvimento Econômico), social (Ver Verbete Desenvolvimento Social) e institucional durador, promovido em perfeito equilíbrio entre o Estado, a sociedade civil e o mercado.

O sociólogo Prats (2001) distingue governança de governabilidade. Propõe que a governabilidade não represente somente a ação do governo e seja entendida como uma “capacidade social”, como atributo coletivo de toda a sociedade para se dotar de um sistema de governo que abarque os fins do desenvolvimento humano. Para o autor, um sistema social é governável, sócio-politicamente, de modo tal que todos os atores (Ver Verbete Atores Sociais) estratégicos se interrelacionem para tomar decisões coletivas e resolver seus conflitos, conforme um sistema de regras e procedimentos formais e informais, dentro do qual formulem suas expectativas e estratégias.

Segundo Bevir (2011), a governança surgiu e se espalhou como uma consequência de teorias modernistas e das reformas do setor público que foram inspiradas por tais teorias. Já os atores políticos respondem aos desafios da governança acrescentando às instituições representativas ainda mais conhecimento técnico modernista.

Jessop (1995) sugere que várias abordagens da governança compartilham uma rejeição da trindade conceitual mercado-estado-sociedade civil, que tende a dominar as análises convencionais das sociedades modernas. No entanto, o autor alerta que as teorias da governança têm precursores óbvios na economia institucional, nos enfoques sobre a arte de governar e diplomacia, pesquisa em redes corporativas e comunidades políticas, políticas de juros ou bem estar. Já Ferrão (2010) ressalta que a emergência do tema governança traduz posições político ideológicas distintas, embora todas elas afetando a concepção moderna do papel do Estado: visões econômicas neoliberais (governança desregulamentadora); visões civilistas pós-modernas (governança diversificadora); visões neomodernas (governança reguladora, estratégica e colaborativa). A abordagem isolada destas distintas modelagens pode sugerir o risco de perder a capacidade de construir uma leitura mais sistêmica, integradora, dialética e global dos processos de governança.

Por fim, Kooiman (2004) identifica três ordens de governança: focada na solução de problemas e na criação de soluções e oportunidades no âmbito sociopolítico; a construção de instituições, sendo os marcos institucionais como os que afrontam a diversidade, o dinamismo e a complexidade das sociedades modernas; e a meta-governança, ou ‘governo da governança’, como um “[...] governante imaginário, teletransportado a um ponto ‘externo’ e que possui toda a experiência de governança enfrentada com uma perspectiva normativa”.

Blanco e Comà (2003), considerando as relações entre governo e governança, apresentam três proposições interrelacionadas que constituem, segundo eles, um marco conceitual de partida:

1. a governança implica o reconhecimento, a aceitação e a integração da complexidade como um elemento intrínseco do processo político, pois,

nos processos participativos intervêm uma grande complexidade de atores; governar, nesta perspectiva, significa não seguir a indicação de uns poucos especialistas, senão que ser concebido como um processo aberto de aprendizagem, onde múltiplos atores aportam seus conhecimentos e suas percepções vivenciais da realidade;

2. a governança implica um sistema de governo por meio da participação de atores diversos num marco de redes plurais; trata-se do reconhecimento da multiplicidade de atores, públicos e privados, com interesses, vontades e recursos chave para o desenvolvimento eficaz das políticas públicas; a diversidade de atores suscetíveis de participar no marco das redes responde a uma tríplice dinâmica de fragmentação de responsabilidades e capacidades de governo;

3. a governança exige uma nova posição dos poderes públicos nos processos de governo, a adoção de novas funções e a utilização de novos instrumentos de governo, sendo que o governo em rede não possui um único sujeito, o Governo, senão que uma interação entre múltiplos atores de natureza muito diversa.

A governança no âmbito intra organizacional e no contexto regional ou societário, requer novos instrumentos jurídicos para a gestão, orientados a favorecer o intercâmbio, a integração e a cooperação entre o conjunto de fatores e estruturas envolvidas e a pluralidade de atores que intervêm no processo de gestão. Em estudos recentes, no âmbito da aplicação, cita-se como exemplos: No caso do Brasil, a Lei nº 11.107, de 06.04.2005, e o Decreto nº 6.017, de 17.01.2007 que dispõem sobre os consórcios públicos, e que são abordados a partir de experiências específicas por Dallabrida *et al* (2010), Büttenbender (2014) e Büttenbender e Sausen (2020).

A governança, no âmbito de suas distintas abordagens, agrega termos compostos de definição, como por exemplo: Governança cooperativa (ver Verbete Governança Cooperativa), governança corporativa, governança regional, governança territorial (ver Verbete Governança Territorial) e governança socioterritorial (Ver Verbete Governança da integração fronteiriça entre Argentina e Brasil), governança global e governança institucional. A cada uma destas vinculações, a definição de governa agrega elementos próprios, complementares e até dialéticos.

REFERÊNCIAS

BEVIR, M. Governança Democrática: Uma Genealogia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 103-114.

BLANCO, I.; COMÀ, R. La crisis del modelo de gobierno tradicional. Reflexiones en torno de la governance participativa y de proximidad. *Gestión Y Política Pública*, primer semestre, Año/Vol. 12, n. 01, México, 2003, p. 5-42.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em administração. Orientador. Dr. Jorge Oneide Sausen Facultad de Ciências Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.

BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.16, p. 446-458, 2020.

CARRION, R. M.; COSTA, P. A. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. *Espacio Abierto*, vol. 19, nº 4, octubre-diciembre/2010, p. 621 – 640.

DALLABRIDA, Valdir R. (Org.) Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque, ZIMERMANN, Viro José, BÜTTENBENDER, Pedro Luís, BIRKNER, Walter. Gestão Pública Descentralizada e Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento: Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento e sua necessária integração às estruturas de governança regional In: *Gestão local e políticas públicas*. 1 ed. Santa Cruz do Sul/RS : Ed. Instituto Pe. Reus/UNISC, 2010. Pág. 373-402.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e Planejamento*, Vol. 17, 2010, p. 129-139.

JESSOP, B. ¿Narrando el futuro de la Economía Nacional y el Estado Nacional?: Puntos a considerar acerca del replanteo de la regulación y la re-inversión de la gobernanza. Traduzido Por María Delia Bertuzzi. *Doc. aportes adm. pública gest. Estatal*, n. 7, 2006, pp. 7-44.

KOOIMAN, J. Gobernar en gobernanza. *Revista Instituciones y Desarrollo*, n. 16, p. 171-194, 2004.

MILANI, C.; SOLINÍS, G. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G.

(orgs.). Democracia e governança mundial. Que regulações para o Século XXI. Porto Alegre: UFRGS/Unesco, 2002, p. 266-291.

OSMONT, A. La Gouvernance: concept mou, politique ferme. Annales de la recherche urbain, n. 80/81, 1998.

PRATS, J. C. Gobernabilidad democrática para el desarrollo humano. Marco conceptual y analítico. Revista Instituciones y Desarrollo, N° 10, 2001, p. 103-148.

ROMERO, J.; FARINÓS, J. Redescubriendo la gobernanza más allá del buen gobierno. Democracia como base, desarrollo territorial como resultado. Boletín de la A.G.E., N.º 56, 2011, p. 295-319.

GOVERNANÇA COOPERATIVA

Nelson José Thesing
Luciana Moro de Souza

Trata-se de uma atitude ética, uma percepção das necessidades coletivas, da autogestão, onde “ser humano é viver e atuar em conjunto” no dizer de Thesing (2015, p. 97). Ainda, o autor sustenta que essa força gregária, o esforço associativo, possibilita a marca de humano, onde a arte de cooperar possa somar em cada um, uma atitude de desprendimento, vontade de partilha, uma conquista por melhores dias, para homens e mulheres.

Este tema encontra fundamentações em Silva (1986), ao apresentar que as organizações cooperativadas, são uma constituição de pessoas e não de capital, trilha os caminhos dos valores éticos, da democracia, transparência, responsabilidade, em um trabalho de conjunto, harmônico, em oposição à sociedade mercantil que visa só o lucro.

Ao mesmo tempo, ela mantém presente os princípios fundamentais do cooperativismo que para Klaes e Saln (1997), nunca deixaram de ser contempladas desde 1844, como concepções basilares do cooperativismo, cimentadas pela Educação Cooperativista, como um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a auto capacidade para a geração de conhecimento e de poder, onde as diferenças individuais são importantes para o desenvolvimento do quadro associativo.

Junto a isso, ela também cultiva a “autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo” (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p. 6)

Na visão de Ventura (2009), a Governança Cooperativa pode ser um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, de natureza pública e privada, que oportuniza aos cooperados estabelecer e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, buscando sua perenidade. Nascimento (2010) se refere a ela como um conjunto instrumental, que a administração pode usar para assegurar que os recursos dos quais ela se utiliza nas atividades, sejam otimizados de uma forma que os resultados atendem ou superem as expectativas das pessoas envolvidas na empresa. Já para Silveira (2014), trata-se de um conjunto de práticas administrativas, fiscalizações e de transparências, que contemplam as atividades cooperativas, que necessitam dialogar com os princípios cooperativistas e com as práticas de governança, na busca sustentabilidade do empreendimento cooperativado.

A governança cooperativa também está presente nas reflexões de Bialoskor-ski Neto, Barroso e Rezende (2012), ao apontarem a necessidade de estudos que se dediquem a compreensão do nível de participação dos associados nas práticas de gestão. Ribeiro *et al.* (2012), indicam a necessidade de uma governança alimentada pelo interesse prático e científico, enquanto um processo indispensável para a sobrevivência das organizações.

A Governança cooperativa recebeu em 2016, da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, uma atenção especial e publicou o Manual de Boas Práticas da Governança Cooperativa, o qual aborda conceitos e princípios importantes da governança, aplicada a sociedades cooperativas e trata de outras questões fundamentais, como o papel de cada agente, além da função dos órgãos de administração e fiscalização.

O referido Manual de Boas Práticas (2016, p.13) define a governança cooperativa (ver Verbete Cooperativismo) como “um modelo de direção estratégica, baseado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelecem práticas éticas visando garantir os objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável de acordo com os interesses dos cooperados”. A Governança Cooperativa contempla um conjunto de Princípios:

Autogestão - é o processo pelo qual os próprios cooperados, de forma democrática e por meio de organismos de representatividade e autoridade legítimos, assumem a responsabilidade pela direção da cooperativa e pela prestação de contas da gestão. Os agentes de governança são responsáveis pelas consequências de suas ações e omissões.

Senso de Justiça - é o tratamento dado a todos os cooperados com igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações desta com suas demais partes interessadas.

Transparência - é facilitar voluntariamente o acesso das partes interessadas às informações que vão além daquelas determinadas por dispositivos legais, visando à criação de um ambiente de relacionamento confiável e seguro.

Educação - é investir no desenvolvimento do quadro social visando à formação de lideranças, para que estas tragam em seus conhecimentos de gestão e administração a essência da identidade cooperativa, base de sucesso e perpetuidade de sua doutrina.

Sustentabilidade - é a busca por uma gestão ética nas relações internas e externas para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa, considerando os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

Transparência: Mais do que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequa-

da transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações das cooperativas com terceiros. Não deve se restringir ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem a criação de valor.

Equidade: Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os cooperados e demais partes interessadas (*stakeholders*). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.

Prestação de Contas (*Accountability*): Os agentes de Governança devem prestar contas de sua atuação de forma transparente e equânime, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Responsabilidade Corporativa: Os agentes de Governança devem zelar pela sustentabilidade das cooperativas, visando a sua longevidade e perenidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A Governança cooperativa conta os agentes, que são estabelecidos pela OCB (2016): Cooperados, Assembleia Geral, Conselho de Administração/Diretoria, Conselho Fiscal, Comitês Técnicos, Auditoria Independente, Auditoria Interna e Gestão Executiva, para assegurar que toda a organização esteja em conformidade com os seus princípios, valores, práticas efetivadas em políticas, procedimentos, normas, dispositivos regulatórios.

Diante das definições presentes em diversas publicações e expressas pelos órgãos representativos e normalizadores torna-se possível realizar uma comparação entre as entidades cooperativas e as entidades não cooperativas.

Quadro 1: Comparação entre entidades cooperativa e não cooperativa

Aspectos	Entidades Cooperativas	Entidades não Cooperativas
Sociedade	Sociedade de Pessoas	Sociedade de Capital
Objetivo Principal	Prestação de Serviço	Lucro
Proprietário	O cooperado é dono e usuário	Os sócios são vendedores aos consumidores
Sociedade	Sociedade simples, sob legislação específica	Sociedade de Capital - ações
Membros	Número ilimitado de associados	Número Limitado de Acionistas

Assembleia	Baseado no número de associados	Baseado na participação no capital social
Controle	Controle Democrático	Controle Financeiro
Preços	Defende preços justos	Defende o maior preço possível
Atuação	Promove a integração de entidades	Promove a concorrência entre entidades
Funcionamento	Funciona democraticamente	Funciona hierarquicamente
Transferência de quotas/ações	Não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa	As ações podem ser transferidas a terceiros
Intermediários	Afasta os demais intermediários	São, muitas vezes, os próprios intermediários
Compromisso	Educativo, social e econômico	Econômico
Retornos	Proporcional as operações	Proporcional aos valores totais das ações

Fonte: Panzutti (2005)

Como reforço, a Governança cooperativa para Schneider (2012) aponta um diferencial em sua natureza, as cooperativas são constituídas como entidades sociais, coletivas que optam por privilegiar a cooperação, bem como, a solidariedade e a ajuda mútua entre os associados, considerando que os associados são responsáveis por dirigir e controlar a sociedade, orientando a cooperativa não pela busca do lucro, e sim, pela busca da eficiência e eficácia que supram a crescente satisfação das necessidades e bem-estar dos associados.

REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, V.R. **Governança Territorial: do Debate Teórico à Avaliação da sua Prática.** *Análise Social*, v.2^a, 2015.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia das Melhores Práticas de Governança para as Cooperativas.** São Paulo: IBGC, 2015.

KLAES, L. S.; SALN, J. F. **O Estado da Arte e a Educação Cooperativa.** Florianópolis: s.e., 1997.

NASCIMENTO, A.M. **Controladoria, Instrumento de apoio ao Processo Decisório.** São Paulo: Editora Atlas. 2010.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Boas Práticas de Governança para Cooperativas.** Brasília. 2016.

PANZUTTI, R. **Cooperativa: um Empreendimento Participativo.** Ed. São Paulo: OCESP/SEESCOOP, 2005.

SCHNEIDER, J. O. **A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais.** *Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS*, v. 3 (2). P.251-273, jul/dez.2012

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. **Educação e Capacitação Cooperativa: sua Importância e Aplicação.** ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa: Unisinos, 2006.

SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, E. C. **Governança Corporativa nas Empresas: Guia Prático de Orientação para Acionistas, Investidores, Conselheiros de Administração e Fiscal, Auditores, Executivos, Gestores, Analistas de Mercado e Pesquisadores.** (3a.ed.). São Paulo: Atlas S.A, 2012.

SILVEIRA, A.D.M. **Governança Corporativa o Essencial para Líderes.** 1^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

THESING. N. J. **Por um Mundo Melhor: Cooperação e Desenvolvimento.** Sescop/RS. Porto Alegre. 2015.

VENTURA, E.C.F, Coordenação Geral: FILHO, J.R.F, SOARES, M.M.

Governança Cooperativa: Diretrizes e Mecanismos para Fortalecimento da Governança em Cooperativas de Crédito. Brasília: BCB, 2009.

GOVERNANÇA DA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA ENTRE ARGENTINA E BRASIL

Muriel Pinto

Refletir sobre a integração regional sulamericana nas épocas atuais torna-se bastante desafiador, frente às novas estratégias deste período que muitos chamam de pós-Liberal, visto os retrocessos e mudanças de pensamento quanto as políticas internacionais de alguns governos da América Latina, que acabam tirando do cenário a integração por vias da Unasul e Mercosul, optando por tramas bilaterais. A partir da leitura de diversas pesquisas sobre integração percebe-se que muitos estudos no Brasil se espelham na integração regional da União Europeia. Este verbete abordará sobre as temáticas da governança da integração fronteiriça entre Argentina e Brasil a partir das redes educacionais regionais.

Durante muitas décadas as relações fronteiriças na região do Prata eram realizadas de forma paradiplomáticas (realizadas através de instancias subnacionais, por exemplo entre municípios), nos últimos anos com a formalização de diversas leis e Comitês de Integração fronteiriça (CIF's) as relações passaram a ser diplomáticas. Para tanto destaca-se como conceitos importantes para a discussão da Integração fronteiriça as reflexões sobre os mecanismos, processos, instituições, atores, e agentes envolvidos nos processos de integração regional.

Na atualidade os principais mecanismos de integração entre Argentina e Brasil estão amparados nas Lei 26.523/2009 (Argentina) e Decreto 8636/ 2016 (Brasil), onde os processos estão vinculados ao CIF's e suas comissões setoriais, que atuam através de três processo estratégicos levantamento de demandas e encaminhamentos; ações diplomáticas e paradiplomáticas; e instâncias decisórias e de poder (sensibilização de atores eleitos). Além das normatizações jurídicas, atualmente existem três pontes entre os territórios dos dois países, estas que se apresentam como marcadores territoriais de integração regional, como as pontes (BR-287: São Borja/Santo Tomé (rio Uruguai), BR-290: Uruguaiana/Paso de los Libres (rio Uruguai), e BR-277: Foz do Iguazu/Puerto Iguazú (rio Iguazu).

As Universidades vêm assumindo papel central no processo de governança da integração regional, tanto nas questões funcionais como técnicas e políticas das fronteiras (Ver Verbetes Desenvolvimento de Regiões de Fronteira). Em relação do Decreto 8636, acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, destaca-se que o mesmo apresenta

como fundamento os objetivos de facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.

Também salienta que a fluidez e a harmonia do relacionamento entre tais comunidades constituem um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração bilateral, bem como que a história desse relacionamento precede ao próprio processo de integração, devendo as autoridades da Argentina e do Brasil proceder ao seu aprofundamento e dinamização (BRASIL, 2016).

Este decreto é de suma importância para a integração regional visto que abre a possibilidade a partir de relações bilaterais e regionais, do direito a educação, saúde, trabalho e mobilidade para moradores que residam até 50 Km da sede das cidades gêmeas. Conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil os Comitês de Fronteira compreendem comissões temáticas que, reunidas, estabelecem metas a ser alcançadas e desafios a serem superados, com vistas à melhor qualidade de vida e prosperidade das populações das cidades irmãs, estão vinculados aos consulados nacionais. Nos últimos anos na costa de fronteira do rio Uruguai vem sendo realizados diversos projetos de cooperação entre diversas Universidades públicas que vem propondo ações de integração regional através de projetos colaborativos, como (1-Redes das Universidades Públicas do Rio Uruguai – de 2017 até os dias atuais.

A devida rede foi constituída a partir do Projeto Navega Uruguai (estudo de viabilidade da Navegabilidade no rio Uruguai) coordenado pela Udelar – Universidade Nacional del República do Uruguai, unidade de Salto); (2-Curso Trinacional Diplomatura em Gestão de Políticas Culturais. Esta proposta educativa busca fortalecer a integração e cooperação na Tríplice fronteira e fortalecer a fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina através de uma serie de encontros que permitam um impulso de Políticas de Gestão cultural transfronteiriças focadas na construção de uma visão-identidade-territorial/ regional. Distintas Universidades dos três países (Udelar-Uruguai, Universidad de Quilmes-ARG, Unipampa-Brasil. Iffar-Brasil, Ufsm-Brasil) se uniram para com este fim em comum que oferecem instancias educativas inovadoras criadas especificamente para este território. (3-Comitês de Integração fronteira-CIF's. As Universidades tem participado ativamente dos Comitês de Integração fronteira de Uruguai-Brasil/ Paso de Los Libres-Argentina; São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina; e Barra do Quaraí-Brasil/ Bella Unión-Uruguai/ Monte Caseros-Argentina).

Nos três comitês observa-se a presença de comissões setoriais que contam com o apoio das Universidades regionais, estas que vem dialogando e participando de ações nesta nova rede territorial que vem se constituindo nas faixas de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai). Desde ano 2019 a República Fede-

rativa do Brasil possui um Ministério de Desenvolvimento Regional que se tornou uma pasta específica para planejar e executar políticas de Desenvolvimento Regional no país. O MDR acabou absorvendo outros Ministérios existentes, como o das Cidades e de Integração Nacional. Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Regional brasileiro (PNDR), reeditada a partir do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, as faixas de fronteira no Brasil encontram-se como áreas prioritárias pelo PNDR, tendo como principais objetivos a convergência e combate as assimetrias regionais; competitividade regional e geração de emprego e renda; agregação de valor e diversificação econômica; construção de cidades policêntricas.

Já na Argentina percebe-se a partir do novo Governo Nacional do Presidente Alberto Fernández, que o país vem dando uma atenção especial para os espaços de fronteira, pois conta com uma Diretoria Nacional de Fronteiras vinculada ao Ministério de Segurança. Esta nova lógica da Governança (Ver Verbeete Governança) da integração fronteiriça, por mais que tenha passado para relações diplomáticas a partir dos CIF's e do Decreto 8636, vem possibilitando novos olhares sobre os processos de integração envolvendo conceitos estruturais (formais e funcionais) e espaciais, alicerçado nos conceitos de região (Ver Verbeete Região). Para tanto, se busca a valorização dos processos e dos vínculos sociais articulados com as vivências e identidades regionais, que numa relação binária passou a contrabalancear as decisões do poder político central (*Top Dow*) e poder político comunitário (*Botton Up*), possibilitando novas reflexões sobre as relações de autonomia dos Estados Nacionais para com os espaços de fronteira e as novas funcionalidades do Mercosul nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

PINTO, Muriel. DE AZEVEDO, Domingos Sávio. CEOLIN, Lisianne. Integração fronteiriça e as sociabilidades nas Missões Jesuítico-Guaranis no Prata: Uma nova governança *botton Up* a partir de agendas internacionais e Comitês Binacionais. Revista Intellector do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações internacionais, Ano XVI, Volume XVII, Nº 33, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.revistaintellector.cenagri.org.br/index.php/intellector/article/view/327/259>

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BRASIL. (2016). Decreto 8636 de 13 de janeiro de 2016, Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de

2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2016.

COLVERO, Ronaldo. PINTO, Muriel. RETAMOSO, Alex. Integração ou separação? Uma reflexão sobre a governança territorial no Prata a partir da construção da ponte da integração São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina, Confins [Online], 31 | 2017. Acessado em 10 fevereiro de 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11960>

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA SÃO BORJA-SANTO TOMÉ. (2018). Ata da Comissão de Educação, Cultura e Universidades, São Borja, Brasil.

GRANATO, Leonardo. (2012). As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação, Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.1, n.2.

GOVERNANÇA TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida

O território (*Ver Verbetes Território*) é ambiente de relações que se mesclam entre formas de disputa de poder, logo conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, também daquelas que, mesmo de fora, têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos que atuam e/ou interferem no território representam diferentes setores, que poderiam ser sintetizados em três termos que utilizamos cotidianamente: sociedade civil, agentes estatais e do mercado (*Ver Verbetes Agentes do Desenvolvimento Territorial*).

Assim sendo, hodiernamente, os processos de gestão do território são complexos, pois precisam integrar associativamente não apenas a ação do Estado e sociedade civil, também os agentes do mercado. Tais processos de gestão são chamados pela literatura contemporânea de governança territorial (DALLABRIDA, 2015, 2016)¹. Como decorrência dessa compreensão, a dinâmica territorial precisa ser vista como espaços de concertação e governança territorial. A concertação social entendida como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada e colaborativa. Isso implica na participação dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo (DALLABRIDA, 2007).

Em síntese, a governança territorial pode ser concebida como um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que envolve atores diferenciados, tais como, agentes estatais, empresariais e atores sociais, que transcorre em contextos de sociedades complexas, conflituosas e regidas por processos multiescalarmente interpenetrados, implicando desafios na sua prática (DALLABRIDA, 2016).

Acerca de sua noção, os autores, em geral, referem-se a processos de articulação de atores sociais, econômicos e institucionais em redes de poder socioterritorial (DALLABRIDA, 2007) com vista ao planejamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos no território (FARINÓS, 2008; DALLABRIDA, 2007), como um modo de organização da ação coletiva. Como características, tais processos se assentam numa lógica inovadora, partilhada e colaborativa

¹ A abordagem do verbete governança territorial utiliza sínteses sobre o tema, em especial, de duas publicações: Dallabrida (2015, 2016).

(FERRÃO, 2010), numa concepção qualificada de democracia e num maior protagonismo da sociedade civil, respeitando, no entanto, o papel insubstituível do Estado (DALLABRIDA, 2015).

Assim, propõe-se o entendimento de governança territorial na forma como está expresso em Dallabrida (2015, p. 325): “A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais”. Esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por vezes, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Uma questão importante deve ser ressaltada: processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2015).

Entre os propósitos da governança territorial está a gestão dos assuntos públicos com impacto nos territórios com vista a acordar uma visão partilhada para o futuro entre todos os níveis e atores envolvidos, de modo a assegurar a representação de diferentes grupos e interesses territoriais (FARINÓS, 2008; DALLABRIDA, 2007; 2015). Apesar da grandeza dos propósitos, análises sobre a prática de processos de governança territorial revelam ainda a falta de integração setorial e intergovernamental das políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) que impactam os territórios. Ainda, em relação às experiências de associativismo territorial, seja de cunho social ou empresarial, a prática não demonstra a eficácia necessária para governar um território de forma associativa e participativa (DALLABRIDA, 2015). São apenas alguns dos desafios a serem superados, o que não significa desmerecimento de sua importância como estratégia de ampliação do protagonismo territorial.

Por fim, Jessop (2006) ressalta que, apesar do contexto mundial sociopolítico-econômico que exige novas formas de governo e em que emergem formas de governança, se mantém um papel político central para o Estado nacional. No entanto, este papel se redefine devido à rearticulação mais geral dos níveis de organização política e econômica supranacionais, nacionais, regionais e locais. Com isso, a governança exige novos instrumentos jurídicos para o governo, orientados para favorecer o intercâmbio e a cooperação entre a pluralidade de atores que, hodiernamente, intervêm nos processos de decisão que incidem sobre os territórios.

REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, V. R. *Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática*. **Análise Social**, v. 1 (2^o), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. *A gestão territorial através do diálogo e da participação*. **Scripta Nova**, vol. XI, núm. 245 (20), 2007.

FARINÓS DASÍ, J. *Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda*. **Boletín de la A. G. E.**, n. 46, p. 11-32, 2008.

JESSOP, B. *¿Narrando el futuro de la economía nacional y el Estado nacional?* Puntos a considerar acerca del replanteo de la regulación y la re-invencción de la gobernanza. **Documento y Aportes in Adm. Pública y Gest. Estatal**, n. 7, p. 7-44, 2006.

ROSENAU, J. N., CZEMPIEL, E-O. (eds.). *Governance without Government: Order and Change in World Politic*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

STOKER, G. Governance as a theory. Five propositions. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

Bibliografía Recomendada:

BLANCO, I.; COMÀ, R. La crisis del modelo de gobierno tradicional. Reflexiones en torno de la governance participativa y de proximidad. **Gestión Y Política Pública**, primer semestre, Año/Vol. 12, n. 01, México, 2003, p. 5-42.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 313-353, set-dez/2013.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: uma aproximação ao estado da arte e uma proposta metodológica para análise de sua prática. In: BAGGIO, A. F.; KELM, M. L.; BAGGIO, D. K. (OrgS.). **Governança Corporativa, Cooperativa e Territorial: teorias, experiências nacionais e internacionais**. 1 ed. Porto Alegre: Sescoop, 2018. v. 1. p. 117-171.

FERRÃO, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planeamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

KOOIMAN, J. Gobernar en gobernanza. *Revista Instituciones y Desarrollo*, n. 16, p. 171-194, 2004.

MAYNTZ, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Revista del CLAD - Reforma y Democracia**, Caracas, n. 21, p. 1-8, Oct. 2001.

RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government. **Political Studies**, v. XLIV, p. 652-667, 1996.

HABITUS

Margarete Panerai Araujo



O *habitus*, (diferente de hábito) possui um poder gerador (são disposições adquiridas pela experiência), considerado por Bourdieu (1989, p. 61) um “conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista).” A noção de *habitus* comporta os sistemas de disposições socialmente constituídos, que ficam aprisionadas habitualmente nas teorias da ação. O *habitus*, tende, portanto, a conformar e orientar a ação, na medida em que é um “[...] produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram.” (ORTIZ, 1994, p. 15).

Nesse sentido, é possível entender que o *habitus* não é uma aptidão natural, mas “social”, e varia através do tempo, do lugar e do poder; ele é transferido para as ações práticas, sendo aprendido na trajetória social. Pode ser considerado determinante, pois o indivíduo, nem sempre, tem plena consciência de sua existência.

O *habitus* oportuniza ao indivíduo agir, sem que ele tenha que pensar para agir. Essa ação pode ocorrer em diferentes situações sociais, à medida que, caracteriza um membro de uma classe social e a posição que ele ocupa em determinada estrutura social. Foi com essa convicção que Bourdieu destacou, que o sujeito colabora, sem saber, para reproduzir as propriedades do seu grupo social de origem, bem como, a posição social de uma classe mesmo sem consciência disso.

A noção de *habitus* (originária da razão aristotélica de *hexis*) foi convertida por Bourdieu (1989, 1992) de forma acadêmica para ser posta em “evidência” como sendo uma capacidade criadora, inventiva e ativa do agente. Tanto o *habitus* quanto a *hexis* indicam uma disposição incorporada, quase um comportamento ou uma conduta, uma prática, em que o agente em ação “re-traduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p. 21-22).

O lado ativo desse conhecimento prático, quase foi abandonado pela tradição (Ver Verbete Tradição) materialista, pois suas aplicações, conforme Bourdieu (1989, p. 61) “num estado implícito, num sinal incorporado” destacaram a relevância de uma trajetória social, que se opõe a inércia maior ou menor das forças sociais, em um campo social. O *habitus* é aprendido/apreendido, observado, imitado, nos diferentes espaços de relações sociais, pois faz parte da socialização e reúne todas as normas do mundo social do campo em que o indivíduo participa.

O conceito vem sendo abordado e estudado ao longo da história, como por exemplo, em Aristóteles, Tomás de Aquino, Hegel, Mauss, Heidegger, Merleau-Ponty, entre outros. Sendo elemento central da teoria, Bourdieu encontrou a forma de superação do subjetivismo e do objetivismo. Isso porque, a estruturação do *habitus* inicia na primeira infância e, por esse motivo, possui as propriedades de operar com a cumplicidade em tudo o que comanda (BOURDIEU, 1989, 1992, 1996). Ou seja, o *habitus* comanda a estruturação de novos *habitus*, produzido em outras instâncias. Neste sentido, fica claro entender que as condições sociais são interiorizadas como princípios inconscientes de ação e reflexão. Essas condições sociais de existência produzem percepções, crenças, valores, gostos, desejos, e toda uma subjetividade independente do exterior, numa formação incorporada e, de um saber-fazer acumulados em todas as ações de conhecimento. São os chamados “[...] produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social”, segundo Bourdieu (1989, p. 141) derivando de uma “dinâmica social [...] se dá no interior de um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas, a que ele denomina *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

Bourdieu (1996, 1992, 1996) argumentou que é possível entender o mundo social baseado em três formas, são elas fenomenológica, objetivista e praxiológica.

- O conhecimento subjetivo foi associado a fenomenologia e absorve a compreensão das primeiras experiências com o mundo social, o convívio com a família e com diferentes membros da sociedade. Sua crítica esbarrou, no fato de que, essa dimensão contribui para uma concepção ilusória do mundo social onde os sujeitos conduzem suas ações e interações de forma autônoma (BOURDIEU, 1989).

- No conhecimento objetivista, Bourdieu (1996) rompe com a experiência subjetiva imediata. Essa ruptura conduziu ao conhecimento científico do mundo social numa construção de relações objetivas, que estruturam todas as práticas e representações independentemente das consciências individuais. Essa abordagem rompeu com o senso comum do mundo familiar instituindo uma desnaturalização.

- O conhecimento praxiológico, foi uma ferramenta metodológica para a prática da ação humana. Foi a alternativa capaz de solucionar os problemas (do subjetivismo e do objetivismo) buscando investigar as estruturas interiorizadas através das disposições estruturadas que, estruturam as práticas. Também aquelas representações práticas interiorizadas, através da educação sob a forma de estruturas estruturantes das disposições para agir e perceber o mundo (BOURDIEU, PASSERON, 1995). Bourdieu (1996) considerou, que esse é o modo como a sociedade se deposita nas pessoas sob a forma de “disposições duráveis”, e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir, que guiam respostas ao seu meio social existente.

O *habitus* faz essas pontes entre o individual e o coletivo. *Habitus* é [...] um princípio gerador e organizador de práticas e de representações, [...] associado a uma classe particular de condições de existência, [...] gera uma lógica, [...] uma racionalidade prática, razão teórica, [...] é interação social, [...] é condicionante e é condicionador das nossas ações, [...] é princípio de ação, [...] é infraconsciente, [...] o princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade, sem intenção, [...] relativamente autônomo, [...] não é destino, [...] o agente é produto de estruturas profundas [...]. É com *habitus* que a história se insere no nosso corpo e na nossa mente, tanto no estado objetivado (monumentos, livros, teorias), quanto no estado incorporado, sob a forma de disposições (THIRY CHERQUES, 2006, pp. 33-35).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves 1975. Disponível em: https://www.academia.edu/23478968/A_Reprodu%C3%A7%C3%A3o_Elementos_para_uma_Teoria_do_Sistema_de_Ensino_BORDIEU_Pierre_PASSERON. Acesso em janeiro 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2004

ORTIZ, Renato (Org.) FERNANDES, Florestan (Coord.) **Pierre Bourdieu Sociologia**. Org. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais), 1994.

THIRY CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu**: uma teoria na prática. Revista de administração pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 22 jun. 2020.

SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO DO TEMA

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo, Unesp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis, Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo, Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

HIPÓTESE DE PARAÍSO DE POLUIÇÃO

Fernanda Queiroz Sperotto

A **Hipótese de Paraísos de Poluição** (HPP) parte da premissa que a aplicação de regulamentos e normas ambientais é um elemento que interfere na decisão locacional das empresas (Ver Verbete Aglomeração de Empresas), especialmente, as que exercem atividade em setores de maior potencial poluidor (como a mineração, celulose e papel, químicos, e petróleo e derivados). Assim, a adoção de regulamentações ambientais mais rígidas tenderia a diminuir a competitividade das empresas, em razão da elevação dos custos incrementados com despesas de proteção e de controle ambiental. Como reflexo, uma forma de contornar essa perda de competitividade (Ver Verbete Competitividade Regional) seria deslocar a produção para lugares (Ver Verbete Lugar) onde as restrições seriam mais brandas, e, portanto, os custos menores. Nesse sentido, a HPP se fundamenta na presença de um permanente *trade-off* entre a competitividade das empresas e o maior rigor das políticas ambientais.

A discussão acerca dos impactos da adoção de medidas ambientais mais restritivas ganhou força no início da década de 1970, em especial nos Estados Unidos, a partir da criação da agência de proteção ambiental (*Environmental Protection Agency*). Embora os estudiosos reconhecessem a importância das medidas de proteção ambiental, havia a preocupação de que a aplicação de regras mais rigorosas pudesse alterar a estrutura espacial da indústria estadunidense, estimulando tanto um processo de deslocalização interno (estados confederados disputando as empresas mediante a adoção de regras mais brandas) como externo (a saída das empresas para países com regramentos mais flexíveis) (CHAPMAN, 1982). Entretanto, foi o rápido crescimento industrial nas economias em desenvolvimento, principalmente estimulado pela intensificação dos fluxos de investimento direto externo (IDE), que despertou um maior interesse de pesquisadores para analisar a HPP.

Em linhas gerais, os estudos que se propõem a comprovar a HPP levam em consideração dois recortes: os **padrões de comércio** e a **escolha locacional das indústrias** (LEVINSON, 1996). As análises que se orientam pelos padrões de comércio utilizam a abordagem clássica do modelo Heckscher-Ohlin, no qual o pressuposto básico é que os países com menores custos de controle ambiental possuem vantagens comparativas na produção e na exportação de bens com elevado potencial poluidor. Por sua vez, as investigações sobre escolha locacional guiam-se, sobretudo, por resultados de bancos de dados (*surveys*) que captam informações acerca das condições de localização, como, infraestrutura, facilidades de logística, mercado, economias externas (urbanização e de localização), custo

de capital, meio ambiente (amenidades e política de proteção), dentre outros (LEVINSON, 1996). Ainda nesse recorte, outro método de avaliar a HPP é analisar as trajetórias de crescimento econômico e as mudanças na distribuição do emprego através dados secundários. O objetivo aqui é obter algum indicio de deslocalização motivada por normas ambientais (LEVINSON, 1996).

Ainda que a HPP seja razoável sob o ponto de vista econômico, pois significa uma possibilidade de reduzir os custos com controle ambiental, sua ocorrência ainda não foi plenamente evidenciada. Pode-se elencar pelo menos sete aspectos que dificultam essa comprovação: (a) a escolha do modelo de pesquisa, uma vez que a maioria dos pesquisadores optam por aplicar questionários ou entrevistas, os quais podem estar sujeitos a parcialidade, ou utilizam dados secundários de atividades diversas, com características de produção muito diferentes (LEVINSON, 1996); (b) a não inclusão de outros aspectos, como a pressão de grupos ambientalistas, a relação empresa e governo, e as práticas de negociação e de incentivos para atrair o IDE (GRAY, 2002); (c) a dificuldade em avaliar, comparativamente, a eficiência prática das leis de proteção ambiental entre regiões ou países (SMARZYNSKA; WEI, 2001); (d) a relevância de outros fatores além das regras ambientais na decisão locacional, como nível de salários e oferta de infraestruturas (GALLAGHER, 2008); (e) a baixa probabilidade dos países ameaçarem suas indústrias com normas ambientais mais rígidas, particularmente, em conjunturas econômicas desfavoráveis (JÄNICKE *et al.*, 1997); (f) a própria divisão internacional da produção que, nos países em desenvolvimento, se reflete na maior participação de setores intensivos em recursos naturais (GRAY, 2002); e (g) a má formulação da pergunta de pesquisa, que, exemplificando, deveria averiguar se a flexibilização ambiental não está sendo utilizada como uma moeda de troca para atrair IDE (GRAY, 2002). Logo, a presença desses aspectos poderia reforçar a tendência em refutar a HPP (SPEROTTO, 2018; SMARZYNSKA; WEI, 2001).

Entre as críticas à HPP, a denominada “**Hipótese de Porter**” foi a que ganhou mais destaque. Conforme esse postulado, um controle ambiental mais rígido estimularia a adoção de técnicas produtivas amigáveis ao meio ambiente a partir do uso de tecnologias (Ver Verbete Tecnologia) mais avançadas. Em outras palavras, a exposição a uma política ambiental mais rigorosa incentiva asecoinovações (Ver Verbete Ecoinovações) e, conseqüentemente, a redução dos custos totais do produto e a sua elevação de valor no mercado, melhorando a competitividade da empresa e do país (ou região) (PORTER; LINDE, 1995).

Não obstante essas dificuldades e crítica, a HPP permanece sendo uma pauta importante de pesquisa, especialmente no contexto de regiões ou países mais suscetíveis à concentração de atividades produtivas de alto potencial poluidor.

REFERÊNCIAS

CHAPMAN, Keith. Environmental policy and industrial location in the United States. In: FLOWERDEW, Robin (Edited). **Institutions and Geographical Patterns**. London, Croom Helm, p. 141-168, 1982.

GALLAGHER, Kelly S. Foreign direct investment and clean technology leapfrogging in China. IN: GALLAGHER, Kevin P. **Handbook on trade and the Environment**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 147-155, 2008.

GRAY, Kevin R. Foreign Direct Investment and Environmental Impacts – Is the debate over? **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 11, n. 3, p. 306-313, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-9388.00329>>. Acesso em: 6 fev. 2013

JÄNICKE, Martin; BINDER, Manfred; MÖNCH, Harald. “Dirty Industries”: Patterns of Change in Industrial Countries. **Environmental and Resource Economics**, n. 9, v. 4, p. 467-491, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1023/A:1026497608363>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

LEVINSON, Arik. Environmental Regulation and Industrial Location: International and Domestic Evidence. IN: BRAGWATI, Jagdish N.; HUDEC, Robert E.. **Fair Trade and Harmonization: prerequisites for free trade?** Massachusetts, MIT, v. 1, p. 429-457, 1996.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van der. Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n.4, p. 97-118, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2138392>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

SMARZYNSKA, Beata K.; WEI, Shang-Jin. Pollution Havens and Foreign Direct Investment: dirty secret or popular myth? **National Bureau of Economic Research**, Working Paper n. 8465, set. 2001. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8465>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SPEROTTO, Fernanda Q.. La formación de paraísos de contaminación: un estudio de caso de la producción de celulosa en el Cono Sur. **Eure**, v. 44, n. 132, p. 211-235, 2018. Disponível em: <<http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2274/1102>>. Acesso em 24 set. 2018.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

FEIX, Rodrigo Daniel; MIRANDA, Silvia Helena G.; BARROS, Geraldo, S. C.. Comércio internacional, agricultura e meio ambiente: teorias, evidências e controvérsias empíricas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.48, n.3, p.605-634, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000300006>>. Acesso em 5 dez. 2012.

SPEROTTO, Fernanda Q. **As regulamentações ambientais redefinindo a geografia da produção: o estudo de caso da produção de celulose no Cone Sul**. Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/95376>>. Acesso em 2 fev. 2021.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes
Leonir Terezinha Uhde



O primeiro grande dispositivo legal que explicitou o tema *impactos ambientais* foi a lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou para sua execução o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Posteriormente, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986 estabeleceu as definições, responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para a implementação da Avaliação de Impactos Ambientais, um dos principais instrumentos da PNMA. Essa resolução define impacto ambiental em seu Artigo 1º como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Observe-se que o principal aspecto a ser considerado é que impacto ambiental é um conceito antropocêntrico, ou seja, considera apenas os desdobramentos decorrentes da ação humana. Catástrofes naturais, a exemplo de tornados e erupções vulcânicas, são considerados *efeitos ambientais*. Outro aspecto que merece atenção é o fato da conotação de dano que expressa a palavra *impacto*. Cabe aqui uma ressalva, os impactos são classificados por seus inerentes aspectos, entre os quais os de efeito negativo ou maléficos, mas também os de efeito positivo ou benéficos.

Essa classificação é claramente expressa em outra definição de impacto ambiental que é dada pela norma NBR ISO 14.001:2004 “qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização” (item 3.4 da norma). Esse conceito assume importância uma vez que é o principal instrumento norteador dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) de empresas e/ou organizações.

Impacto ambiental, segundo Sanches (2006), inclui um julgamento do valor de significância, com ênfase nas alterações que provoquem o desequilíbrio das relações constitutivas do ambiente, tais como as alterações que excedam a capacidade de absorção do ambiente considerado, e propõe um conceito sintético de impacto ambiental: “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocados por ação humana” (SÁNCHEZ, 2006, p. 32). O autor chama a atenção para a frequente confusão entre

causa e consequência, por ex., uma rodovia não é um impacto ambiental e sim, causa impactos ambientais.

Além do critério de valor, que categoriza os impactos em positivos e negativos, considera-se também o critério de ordem, (impactos diretos e indiretos, também chamados de primários ou de primeira ordem e secundários ou de enésima ordem); o critério de espaço (impacto local, regional ou estratégico); o critério temporal (impacto imediato, de médio ou longo prazo); o critério de dinâmica (impacto temporário, permanente ou cíclico) e, por fim, o critério de plástica (impacto reversível ou irreversível).

Por fim, a Avaliação dos Impactos Ambientais compreende um conjunto de procedimentos capazes de assegurar a identificação dos impactos ambientais, categorizar sua magnitude e importância, com objetivo último de definir um conjunto de ações e meios que visem à mitigação, atenuação ou compensação dos efeitos negativos. Desta forma, ela constitui-se numa importante ferramenta para licenciamento ambiental de atividade potencialmente degradadoras do ambiente, bem como para implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (*Ver Verbete Gestão Ambiental*) nas organizações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 6.938* de 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. 1981.

BRASIL. *Resolução CONAMA n. 001*, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental. **Resoluções do CONAMA 82/86**. Brasília, 1986.

SÁNCHEZ, Luis Enrique *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de textos. 2006.495 p.

INCLUSÃO SOCIAL

Jandir Ferrera de Lima

A ideia de inclusão social permeia duas noções: a do indivíduo e a do coletivo. Do indivíduo, pois implica na garantia dos direitos humanos e na garantia da cidadania de forma individual; coletivo, pois implica na garantia de oportunidades e bem-estar a todos os grupos sociais, sem distinção de raça, cor, credo ou religião.

A inclusão social está ligada a diminuição ou erradicação das desigualdades sociais, o que implica na melhoria das condições de vida de forma coletiva, em especial dos grupos excluídos socialmente. A necessidade da inclusão remete a existência da exclusão, ou seja, a compreensão da inclusão social, suas causas e consequências, aludem a compreensão da exclusão social e seus determinantes tanto nos indivíduos quanto na sua organização social.

Ao se observar a questão da inclusão social apenas pelo quesito renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*), ela estaria plenamente relacionada à concentração e desigualdade na distribuição e apropriação da renda pelos indivíduos ou grupos sociais. No entanto, a ideia de inclusão social, como da própria exclusão é bem mais abrangente que a distribuição de renda, pois passa por relações de poder, pelos fatores determinantes da pobreza, seja ela relativa ou absoluta, unidimensional ou multidimensional.

Frente ao exposto, a inclusão social implica numa participação mais igualitária nos frutos do progresso econômico e social. Implica numa participação mais igualitária na distribuição de renda, mas também nos espaços de poder e nos benefícios do desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*). Na questão da participação nos espaços de poder, isso significa uma maior participação de grupos excluídos e ambientes de decisão, o que implica no empoderamento dos excluídos. Com a inclusão social, o indivíduo ou grupo social a que ele pertence passa a ter maior participação nas estruturas políticas, econômicas e sociais da sociedade em que vive (ISAKLOGOU e PAPADOULOS, 2001).

A inclusão social também implica em dar acesso igualitário as diferentes oportunidades que surgem no processo de desenvolvimento econômico. No caso, é a garantia de liberdade de escolha, acesso e de decisão do indivíduo frente as oportunidades que estão disponíveis a toda a sociedade.

Ao contrário, a exclusão implica no cerceamento de oportunidades em função do perfil social, econômico ou biológico do indivíduo. Então, a inclusão social exige a criação de mecanismos para dirimir a dominação e a submissão de um grupo por outro.

Para garantir e estimular a inclusão social, as políticas públicas de proteção social, de garantia dos direitos fundamentais e de acesso às oportunidades são essenciais ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, pois ele é excludente por natureza.

A ação dos Estado, dos movimentos sociais (*Ver Verbete Movimentos Sociais*) e das demais instituições que atuam em prol da coletividade se tornam importantes para minorar a exclusão e ampliar o bem-estar da população de forma equitativa.

REFERÊNCIAS

ISAKLOGOU, Panos; PAPADOULOS, Fotis. *Indentitying population groups at hight risk of social exclusion: evidence from the ECHP. Discussion paper n° 392*. Bonn: Institute for Labour Studies, 2001.

Outras Referências

BUVINIC, Mayra; MAZZA, Jacqueline. DEUTSCH, Ruthanne (org). *Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier/BID, 2005.

TSAKLOGLOU Panos; PAPADOPOULOS Fotis. *Aggregate level and determining factors of social exclusion in twelve european countries. Journal of European Social Policy*, n°12, p. 209-223, 2002.

INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

Thais Devincenzi

A Indicação de Procedência (IP) constitui uma das modalidades de Indicação Geográfica (*Ver Verbete Indicação Geográfica*) prevista pelo acordo *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) aprovado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1992. A IP refere-se ao nome geográfico (país, cidade, região, localidade) que é reconhecido pela produção de um determinado produto. Deste modo, para a IP, o local e a tradição em produzir são os diferenciais de qualidade do produto, sendo que a fama e a reputação do local em produzir determinado produto são mais importantes do que as características intrínsecas do mesmo (GIESBRECHT *et al.*, 2014).

Nos países europeus, os registros de IP, também denominados Indicação Geográfica Protegida (IGP) são atribuídos apenas para produtos alimentícios. No Brasil, a certificação inclui produtos manufaturados tais como calçados e artesanatos (*e.g.* Franca, Cariri Paraibano), produtos oriundos de mineração (*e.g.* Cachoeiro do Itapemirim), bem como serviços (*e.g.* Porto Digital) (MAIORKI & DALLABRIDA, 2014).

No Brasil, o órgão que regulamenta e aprova uma IP é o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Uma vez aprovada e registrada no INPI, a IP passa a ser de uso exclusivo de um grupo de pessoas organizadas em associação representativa do território em questão. É a associação de produtores da IP que será responsável por controlar as normas de produção previstas no regulamento técnico e atribuir o uso do sinal distintivo na forma de selo.

Entre os anos de 2002 a 2017, o INPI havia registrado 41 Indicações de Procedência no Brasil. O Estado do Rio Grande do Sul possui o maior número de IP registradas (oito), seguido de Minas Gerais (sete) e Espírito Santo (quatro). Já os produtos com maior número de IP atribuídas são vinhos (seis), café (cinco) e aguardente de cana (três). Alguns exemplos de produtos com IP no Brasil são o vinho do Vale dos Vinhedos, a cachaça de Paraty e o queijo da Canastra. No mundo pode se citar Aragão, pelo *Ternasco de Aragão* (Espanha), Provence, pelo mel, *Miel de Provence* (França) e Camargue, pelo arroz, *Riz de Camargue* (França).

Os selos de Indicação de Procedência constituem uma ferramenta para a proteção e promoção de áreas geográficas vinculadas a produtos e serviços. O reconhecimento legal do território (*Ver Verbete Território*) pela IP pode proporcionar melhoria na qualidade dos produtos, possibilitando acesso a nichos de mercados específicos, além de promover o desenvolvimento territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*) através do estímulo ao turismo e das atividades culturais da região.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI (Brasil). Indicação Geográfica - IG. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menuesquerdo/indicacao/index_html>. Acesso: 21 abr. 2017.

GIESBRECHT, Hulda Oliveira *et al.* *Indicações geográficas brasileiras*. SEBRAE, INPI, 2014. 264 p.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. *A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial*. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan/jun. 2015.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Fernanda Queiroz Sperotto

As **Indicações Geográficas** (IGs) representam um tipo de **ativo intangível** que indica ao consumidor que certo produto possui características diferenciadas e particulares de uma área geográfica, que pode ser um local, uma cidade, uma região (Ver Verbete Região) ou, em casos excepcionais, um país.

A ideia de diferenciar algo a partir dos seus atributos particulares, comumente, associados a um lugar geográfico não é nova. Ao longo da história há vários registros do uso de sinais ou símbolos distintivos para indicar a procedência de produtos, como, por exemplo, o mármore de Carrara, famoso desde a época romana. Entretanto, o uso de IGs, na concepção contemporânea, originou-se a partir da adoção de um instrumento de viés protecionista, que resguardava a produção, delimitando o espaço geográfico para a sua elaboração e padronizando seu processo de fabricação e suas características. Assim, em 1756, em Portugal, criou-se a primeira Denominação de Origem Protegida (DOC) para o Vinho do Porto.

De lá para cá muitos outros produtos, especialmente alimentares, passaram a explorar as IGs. No Brasil se aplicam duas modalidades: a **Indicação de Procedência** (IP) (Ver Verbete Indicação de Procedência) – nome geográfico da região que é conhecida pelo seu prestígio e/ou reputação na fabricação de um produto; e a **Denominação de Origem** (DO) (Ver Verbete Denominação de Origem) – nome geográfico da região que possui qualidades e características exclusivas ou essenciais, incluídos os fatores naturais e humanos, que materializadas no produto ali elaborado, o diferencia dos demais. A DO é comumente associada à ideia de *terroir*, que expressa a estreita relação de um produto com seu entorno geográfico, físico, ambiental e cultural. Na Europa, região que mais concentra IGs, há três modalidades: **Denominação de Origem Protegida**, ou **Controlada** (DOP ou DOC), que certifica que todas as fases de produção são realizadas na região, bem como as características do produto são exclusivas do meio onde ele foi processado; **Indicação Geográfica Protegida** (IGP), que atesta que o produto é originário da região e esta, por sua vez, detém notória reputação na produção e/ou transformação deste produto; e **Especialidade Tradicional Garantida** (ETG), que diferente das outras duas, não faz referência à origem, mas valoriza a composição tradicional do produto ou um modo de produção tradicional.

Os estudiosos sobre o tema destacam, principalmente, sua aplicabilidade enquanto instrumento de desenvolvimento territorial (Ver Verbete Desenvolvimento Territorial), principalmente nas áreas rurais, sendo entendidas “como

dinamizadoras de processos endógenos de desenvolvimento” (NIEDERLE, 2013, p. 23). A valorização da qualidade associada ao imaginário da região possibilita comercializar os produtos (Ver Verbete Consumo Alimentar) a preços superiores e, portanto, tende a elevar a renda dos produtores locais. A exploração do **saber-fazer** (*savoir-faire*), da **tradição** e dos **costumes** mediante as IGs gera encaideamentos positivos para a região, através da valorização (a) do modelo técnico, como a aplicação de métodos para a produção de bens de qualidade superior e incentivo à inovação; (b) dos patrimônios cultural e natural, atuando também na sua preservação; (c) do turismo, explorando roteiros específicos e estimulando uma gama de serviços locais; dentre outros benefícios (CERDAN et al., 2010; CERDAN, 2013).

Junto a outros signos distintivos (Ver Verbete Signos Distintivos Territoriais), as IGs são uma alternativa ao modelo de produção e consumo massificado (NIEDERLE, 2013). Ademais, as regulamentações e os respectivos efeitos do uso dessas indicações também vêm ganhando destaque nos debates sobre a organização dos sistemas agroalimentares e nas tratativas de comércio internacional, alcançando, inclusive, as pautas da Organização Mundial do Comércio (OMC) (NIEDERLE, 2015).

As IGs são igualmente interessantes enquanto ferramentas para promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que são capazes de elevar a sustentabilidade das cadeias de valor relacionadas aos seus produtos (ARFINI et al., 2019), incentivando a utilização sustentável dos recursos naturais e garantindo a biodiversidade (VANDECANDELAERE et al., 2010). Isso é possível porque os produtos vinculados à origem tendem a utilizar variedades, raças, espécies e microrganismos tradicionais, nativos ou adaptados ao ambiente local. Nesse sentido, as IGs são uma alternativa para evitar uma maior especialização e racionalização econômica (VANDECANDELAERE et al., 2010).

Na perspectiva social, além de valorizar os aspectos culturais, tradicionais e simbólicos do território (Ver Verbete Território), as IGs fortalecem os laços sociais entre os produtores locais – estimulando uma maior organização e equidade nas condições de produção – e, também, destes com atores locais (Ver Verbete Atores Locais) das mais diversas atividades (como de turismo e ensino). As IGs também impactam positivamente na autoestima local, algo muito relevante para encorajar a permanência dos jovens nos núcleos rurais e evitar o esvaziamento no campo. Ademais, por se tratar de uma produção mais tradicional, é expressiva a participação de mulheres. Portanto, as IGs são uma forma de reconhecer o trabalho social e econômico feminino, envolvendo-as na criação de bens com maior valor agregado (VANDECANDELAERE et al., 2010).

Outra particularidade é a sua capacidade de gerar bens públicos, uma vez que conjugam as especificidades de produção com as características ambientais

da região. Em outras palavras, as IGs produzem externalidades positivas de proteção aos recursos naturais (vegetais, minerais e animais) e às heranças culturais, além de provocar efeitos de transbordamentos (*spillover*) socioeconômicos (ARFINI et al., 2019).

REFERÊNCIAS

ARFINI, Filippo; COZZI, Elena; MANCINI, Maria Cecilia; FERRER-PEREZ, Hugo; GIL, José María. Are Geographical Indication Products Fostering Public Goods? Some evidence from Europe. **Sustainability**, v. 11, n.1, 272, 14 p., 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/11/1/272>>. Acesso em 10 mar. 2019

CERDAN, Claire. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. IN: NIEDERLE, P.A. (org). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 125-150, 2013.

CERDAN, Claire; BRUCH, Kelly Lissandra; SILVA, Aparecido L. da (Orgs.). **Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio: módulo II, indicação geográfica**, 2 ed., Brasília: MAPA, Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2010. Disponível em: <<http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/app/papers/0253410909155148.pdf>>. Acesso em 17 out. de 2016.

NIEDERLE, Paulo André. A institucionalização de um mercado para produtos com Indicações Geográficas no Brasil: uma abordagem sociológica. IN: VIERA, A. C. P.; BRUCH, K. L. (Orgs.). **Indicação Geográfica, Signos Coletivos e Desenvolvimento**. São Paulo, IBPI, p. 74-95, 2015.

NIEDERLE, Paulo André. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. IN: NIEDERLE, P.A. (org). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 23-53, 2013.

VANDECANDELAERE, Emilie; ARFINI, Filippo; BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. **Linking People, Places and Products: A Guide for Promoting Quality Linked to Geographical Origin and Sustainable Geographical Indications**; FAO: Rome, Italy, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i1760e/i1760e.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

DALLABRIDA, Valdir R. (Org.) **Território, identidade Territorial e Desenvolvimento Regional**: Reflexões sobre Indicação Geográfica e Novas Possibilidades de Desenvolvimento com Base em Ativos com Especificidade Territorial. São Paulo, LiberArs, 2013.

NIEDERLE, Paulo André (org). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2013.

SALDANHA, Daniela S. C. **Indicações geográficas**: breves reflexões. Belo Horizonte: Editora Dialética, 68 p., 2020.

VIERA, Adriana C. P.; BRUCH, Kelly Lissandra (Orgs.). **Indicação Geográfica, Signos Coletivos e Desenvolvimento**. São Paulo, IBPI, 2015.

WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos C. (Orgs.). **O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Porto Alegre, Escritos do Brasil, 2016.

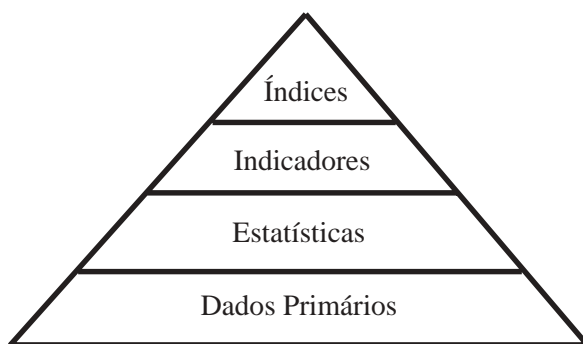
INDICADORES AMBIENTAIS

Clitia Helena Backx Martins

Um bom indicador pode ser descrito como aquele que simplifica informações sobre fenômenos complexos, tornando mais acessível sua compreensão. Usualmente, os indicadores destinam-se ao acompanhamento de processos sociais, econômicos e ambientais para conhecer melhor a realidade de uma determinada sociedade ao longo do tempo. Em uma definição mais detalhada, indicadores consistem em “(...) uma medida em geral quantitativa dotada de significado substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)” (JANNUZZI, 2001 p.15). É importante ressaltar como se dá a construção de indicadores e de índices.

Na Figura 4, abaixo, visualiza-se a pirâmide de informações, cuja base é constituída por um conjunto amplo de dados primários ou brutos, do qual se obtêm dados analisados, ou estatísticas. A partir deste grupo, são elaborados os indicadores e, com estes, criam-se os índices, que vêm a ser uma agregação sintética de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (CARVALHO e BARCELLOS, 2010).

Figura 4 – Pirâmide de informações



Fonte: Bellen (2005) *apud* Carvalho e Barcellos (2010).

A perspectiva da sustentabilidade, que combina a visão do desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) com equidade social e prudência ecológica, remete à necessidade de novos indicadores para a abordagem integrada dos aspectos sociais, econômicos e ambientais nesse processo. Deste modo, órgãos de estatística nacionais e internacionais têm buscado desenvolver um sistema de informações periódicas, evoluindo para indicadores com maior alcance do que

os indicadores tradicionais, que levem em conta a problemática ambiental e temas relacionados, como o uso e depleção dos recursos naturais, e os custos referentes à poluição, entre outros.

Em um planejamento para a sustentabilidade, o funcionamento dos ecossistemas (*Ver Verbetete Ecosystema*) e sua resiliência específica dariam a medida limite da escala dos processos econômicos, sendo este o indicador de desenvolvimento a ser utilizado. Órgãos internacionais, vinculados às Nações Unidas, têm realizado diversos estudos sobre indicadores ambientais e como aplicá-los para medir qualidade de vida e bem-estar. Contudo, percebe-se que existe uma contradição básica nas economias capitalistas entre o princípio de sustentabilidade e o motor que alimenta esse sistema, baseado na expansão constante da produção e do consumo.

Desse modo, algumas das questões prioritárias que se lançam são: como medir processos de desenvolvimento sustentável? Como melhorar as políticas socioambientais em nível nacional, regional ou local, para minimizar riscos e promover a sustentabilidade?

Um dos objetivos principais nessa proposta é o de fornecer subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas (*Ver Verbetete Políticas Públicas*) sobre atividades produtivas e meio ambiente, respectivas não apenas a restrições e limites necessários, mas também à concessão de incentivos fiscais, linhas de financiamento e estímulo à adoção de tecnologias e sistemas limpos de produção. Essas informações também contribuem para o processo de tomada de decisão com relação à locação e às alternativas de produção em atividades de menor potencial poluidor. Da mesma maneira, evidencia-se a importância da inclusão de indicadores que contemplem a dimensão institucional, na verificação das estruturas administrativas para a gestão ambiental em nível federal, estadual e municipal, bem como em relação ao gasto público com medidas protetivas ao meio ambiente.

Observa-se que a incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de informações estatísticas abrange, em muitos casos, os efeitos das atividades socioeconômicas no meio ambiente, ou, por outro lado, os efeitos socioeconômicos das políticas ambientais. Nesse sentido, apontam-se três vertentes de indicadores ambientais ou de sustentabilidade: a vertente biocêntrica, com indicadores biológicos, físico-químicos ou energéticos, como, por exemplo, indicadores de qualidade da água ou do ar; a vertente econômica, com avaliações monetárias do capital natural e uso dos recursos, que recebe muitas críticas por sua valoração considerada arbitrária, sem ter em conta danos irreversíveis, acumulativos e incertos no futuro pela utilização dos recursos naturais; e a vertente eco-econômica, que combina aspectos do ecossistema natural, do sistema econômico e da qualidade de vida humana, aproximando-se da noção de sustentabilidade.

Existe atualmente uma gama variada de instrumentos para mensurar a sustentabilidade, como indicadores ou índices. Entre os mais consagrados pelos pesquisadores e usuários em geral estão a Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*)¹ (*Ver Verbete Pegada Ecológica*), o Índice de Performance Ambiental (*Environmental Performance Index*) – EPI² e o Índice de Progresso Genuíno – IPG³.

Por fim, cabe mencionar a crítica ecológica à Contabilidade Macroeconômica (Contabilidade Nacional e Regional), por esta não incluir medidas de bem-estar, nem de sustentabilidade. Evidencia-se, portanto, a necessidade de reestruturação dos sistemas de Contabilidade Nacional, para abarcar o uso de recursos naturais e a degradação ambiental, através de Contas Ambientais, chegando, assim, a um Produto Interno Bruto – PIB ecologicamente corrigido. Na impossibilidade atual de um indicador global, uma aproximação a essa meta constituiu-se na construção de Contas Satélites, com um sistema de indicadores físico-ambientais para a sustentabilidade, junto às Contas Nacionais, recomendados pela ONU.

Nesse sentido, as Nações Unidas têm se empenhado, através do seu Departamento de Estatísticas, a valorar os recursos naturais, em especial a água e as florestas, para poder incorporar esses valores à Contabilidade Macroeconômica (UNITED NATIONS, 2014). Evidentemente, esses recursos são uma fonte importantíssima de riqueza, mas há questões geopolíticas que impedem que os países que os concentram em seu território (*Ver Verbete Território*) sejam considerados como os mais ricos potencialmente no planeta.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo; BARCELLOS, Frederico. *Mensurando a sustentabilidade*. In: MAY, Peter (org.). *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier; ECOECO, 2010 (2ª edição revista e aumentada).

JANNUZZI, Paulo. *Indicadores sociais no Brasil* – conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

VAN BELLEN, Hans. *Indicadores de sustentabilidade* – uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹ Elaborada pelos pesquisadores Wackernagel e Rees (1996), a Pegada Ecológica mede as áreas de solo produtivo e de ecossistema aquático, necessários para manter uma população de maneira sustentável (com alimento, moradia, transporte, consumo diverso, serviços...), e pode ser utilizada tanto para um país, como para uma região ou mesmo para uma cidade.

² Desenvolvido pelo Centro de Política e Lei Ambiental da Universidade de Yale, em conjunto com a Rede de Informação do Centro Internacional de Ciências da Terra da Universidade de Columbia.

³ Este índice tem sua base em um indicador mais antigo, o Índice de Bem-Estar Econômico, desenvolvido pelos pesquisadores Herman Daly e John Cobb Jr.

UNITED NATIONS. *System of environmental-economic accounting 2012* – Central Framework. New York: United Nations, 2014. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaRev/SEEA_CF_Final_en.pdf. Acesso em 8 dez 2016.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. *Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

Outras referências

DIAS, G. F. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2013.

MARTINS, Clitia Helena; OLIVEIRA, Naia (orgs.). *Indicadores Econômicos-Ambientais na Perspectiva da Sustentabilidade*. **Série Documentos FEE** n. 63. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2005. Disponível em http://cdn.fee.tche.br/documentos/documentos_fee_63.pdf Acesso: 8 dez. 2016.

QUIROGA MARTÍNEZ, Rayén. *Guía metodológica para desarrollar indicadores ambientales y de desarrollo sostenible en países de América Latina y el Caribe*. **Série Manuales**, n. 61. Santiago de Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2009. Disponível em http://200.9.3.98/bitstream/handle/11362/5502/S0900307_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 8 dez. 2016.

INDICADORES SOCIAIS

Aline Gazola Hellmann

Um indicador¹ refere-se a uma estratégia metodológica desenvolvida para ajudar a quantificar e operacionalizar (traduzir) um conceito social abstrato, com aplicação teórico-científica (em pesquisas acadêmicas) ou política (na formulação de políticas públicas) (JANNUZZI, 2006 e 2002; SCHRADER, 2002; CARLEY, 1985). Elaborados a partir de estatísticas, os indicadores diferem-se dessas pelo seu conteúdo informacional, ou seja, “o valor contextual da informação disponível neste último” (JANNUZZI, 2006).

Ainda que os antecedentes dos indicadores remetam aos séculos XVI e XVII na Alemanha, com suas estatísticas sobre mortalidade e atividades estatais, o uso generalizado e a definição conceitual do que sejam indicadores sociais se deu nos Estados Unidos na década de 1960, quando a análise econômica (incluindo-se aí a utilização do indicador Produto Interno Bruto – PIB) mostrou-se insuficiente para explicar o descompasso entre crescimento econômico e outros fatores, desde a inovação tecnológica até a persistência da pobreza e da desigualdade social.

O chamado “Movimento de Indicadores Sociais” se desenvolveu especialmente após a publicação das obras *Toward a Social Report* (1966), publicado pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar dos Estados Unidos, e *Social Indicators*, organizado por Raymond Bauer (1967). Este último tratava de uma avaliação encomendada pela agência espacial americana (NASA) sobre as mudanças socioeconômicas na sociedade americana decorrentes da corrida espacial, a qual requereu um grande esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos mais adequados de mensuração (os indicadores) do bem-estar e da mudança social (SOLIGO, 2012; SANTAGADA, 2007; COBB e RIXFORD, 1998).

Em 1981, outra obra de referência no campo intitulada “*Social Measurement and Social Indicators: issues for policy and theory*” é publicada na Inglaterra pelo sociólogo britânico Michael Carley. Para o autor, os indicadores são “*medidas de uma característica observável de um fenômeno social e que estabelecem o valor de uma característica diferente, mas não observável do fenômeno ... [são] dados de sequências temporais que permitem comparações ao longo de um período prolongado.*” (CARLEY, 1985, p. 2; p.26). No entanto, o uso mais sistemático dos indicadores para as

¹ Este verbete é uma versão revisada e ampliada do verbete Indicadores Sociais do Dicionário Crítico: Política De Assistência Social No Brasil (Hellmann e Castilhos (orgs.)): CEGOV/UFRGS, 2016.

atividades de planejamento do setor público se desenvolve prioritariamente a partir da década de 1990, na medida em que a desigualdade social, o desenvolvimento sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*) e o combate à pobreza entram para a agenda de muitos países e organismos internacionais. Destaca-se, naquele período, o incentivo dado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento de indicadores na esteira da realização de cúpulas, acordos, pactos e conferências (SANTAGADA, 2007).

Os indicadores sociais marcaram os debates nas grandes conferências internacionais sobre educação (JOMTIEN, 1990), infância (NOVA YORK, 1990), meio ambiente e desenvolvimento (RIO DE JANEIRO, 1992), direitos humanos (VIENA, 1993), desenvolvimento social (COPENHAGUE, 1995); assentamentos humanos (ISTAMBUL, 1996) e desenvolvimento sustentável (JOHANNESBURGO, 2002).

No Brasil, alguns marcos históricos do desenvolvimento do campo são: 1) 1939, publicação das primeiras estatísticas educacionais divulgadas na publicação denominada “Ensino Brasil”; 2) 1965, criação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); 3) 1969, início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 4) 1975, criação do Sistema de Informações sobre a Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde e instituição da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); 1980, criação da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) pelo IBGE.

Finalmente, o termo “indicadores sociais” aparece pela primeira vez em 1974, quando foi criado o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) para conduzir a política social e, em 19 de maio de 1975, em cumprimento às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o CDS propôs a construção de um Sistema de Indicadores Sociais, com produção periódica da informação necessária a sua alimentação. O objetivo era fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social, com prioridade para os indicadores destinados a medir as variáveis nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de “pobreza absoluta”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou encarregado da organização e do funcionamento do Sistema de Indicadores Sociais, sendo que desde 1973 já existia naquele Instituto o Grupo “Projeto de Indicadores Sociais”.

Os indicadores são classificados de acordo com o aspecto da realidade social que buscam retratar: saúde (e.g. taxa de natalidade), nutrição (e.g. proporção de crianças com baixo peso ao nascer), educação (e.g. escolaridade média), trabalho (e.g. rendimento médio do trabalho), etc. Para emprego nas políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*), recomenda-se que possuam certas propriedades, tais como: a) relevância para a agenda da política social; b) validade para representar o conceito indicado; c) confiabilidade em relação aos dados usados

na sua construc'ção. Outros requisitos importantes são: d) representatividade da realidade empírica em análise; e) sensibilidade para refletir as mudanc'as; f) especificidade aos efeitos de programas setoriais; g) inteligibilidade para os agentes e públicos-alvo das políticas; h) ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; i) ser desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; j) historicidade para possibilitar comparações no tempo (JANNUZZI, 2006; 2002, p.56).

Por fim, os indicadores possuem duas funções básicas. A primeira, descritiva, consiste em informar sobre determinada realidade, como a quantidade de adultos analfabetos. A segunda, valorativa, implica agregar informação de juízo de valor à realidade observada, com vista a avaliar a importância relativa de determinado problema ou desempenho de um programa.

Os indicadores podem ser agrupados em sistemas ou sintetizados em um índice. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, criado em 1990 por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, aglutina informações sobre renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*), educação e saúde. Entretanto, a elaboração de índices põe em questão o sistema de pesos atribuídos a cada um dos indicadores que o compõe.

A disponibilidade de indicadores sociais está condicionada à oferta e às características das estatísticas públicas existentes. No Brasil, o censo demográfico, realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte para construc'ção de indicadores.

Em resumo, os indicadores são representações simplificadas de uma dada realidade e, portanto, suscetíveis aos vieses de quem produziu e/ou interpretou. São muito úteis, por exemplo, no crescente campo do monitoramento e avaliação de políticas públicas. Entretanto, deve-se confiar nos indicadores escolhidos/elaborados enquanto não surgirem alternativas melhores, mais aprimoradas e atualizadas, desenvolvidas por meio de pesquisas e trabalhos metodologicamente confiáveis.

REFERÊNCIAS

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

COBB, Clifford W.; RIXFORD, Craig. *Lessons learned from the history of social indicators*. In: *Redefining Progress*, 1998 Disponível em: <http://rprogress.org/publications/1998/SocIndHist.pdf> Acesso em: abr. 2016.

HELLMANN, Aline G., SCHABBACH, Leticia. *Indicadores*. Apostila do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, CEGOV, 2016. Mimeo.

HELLMANN, Aline G. *Indicadores Sociais*. In: Hellmann, Aline. e Castilhos, Rosa (orgs.). Dicionário Crítico: Política De Assistência Social No Brasil. Porto Alegre. Editora UFRGS/ CEGOV, 2016. Disponível em https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf. Acesso em: abr. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais*. In: Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002. Disponível em: [file:///Users/admin/Downloads/6427-12216-1-PB%20\(2\).pdf](file:///Users/admin/Downloads/6427-12216-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: abr. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2006.

SANTAGADA, Salvatore. *Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica*. Pensamento Plural | Pelotas [01]: 113 - 142, julho/dezembro 2007. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/06.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

SCHRADER, Achim. *Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais*. Organizado por Clarissa Baeta Neves e Emil A. Sobottka. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

SOLIGO, Valdecir. *Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais*. In: Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ ago. 2012. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arqui-vos/1724/1724.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

Outras referências

BRASIL. *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Secretaria do Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores de planejamento. Guia Metodológico. Brasília/DF, março 2010. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf. Acesso em: 22 abr. 2016.

GUIMARAES, José Ribeiro Soares; JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS (IPEA). *Sistema de*

indicadores de percepção social (SIPS) – Várias áreas. Brasília: desde 2010. (site IPEA).

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores socioeconômicos na gestão pública*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/[Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

_____. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Revista do Serviço Público. Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr/jun 2005.

RAMOS, Marília; PAIVA, Carlos. *Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo*. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 82-93, 2005.

RUA, Maria das Graças. *Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores*. Brasília: ENAP, 2001. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf>.

INOVAÇÃO

Carlos Fernando Jung

No senso comum, inovação é um processo que começa com uma ideia nova e termina com um novo produto no mercado. Todavia, este conceito guarda significados que o tornou merecedor da atenção de pensadores e pesquisadores conhecidos por suas contribuições para o entendimento dos fundamentos da economia.

Schumpeter (1988) afirma que a inovação é um conjunto de funções evolutivas que modificam métodos de produção, formas de organização do trabalho e produzem novas mercadorias que geram, por sua vez, novos mercados. Assim, para este autor, a inovação pressupõe a presença de um novo produto, um novo método de produção, um novo mercado, uma nova fonte de fornecimento de matéria-prima e uma nova forma de organização do trabalho.

Naturalmente que uma inovação nem sempre abarcará todas as dimensões citadas por Schumpeter (1982). Os resultados de uma inovação poderão, algumas vezes, se traduzir em apenas uma dimensão. Além disso, ela não necessita limitar-se ao produto ou ao processo. Uma empresa poderá ser altamente inovadora sem fornecer um produto diferente ou superior ao de seus concorrentes. Ela poderá simplesmente inovar na forma de gerir seus recursos ou, então, no seu relacionamento com o mercado.

Jung *et al* (2008) consideram que a inovação é um processo coletivo de aprendizagem onde os principais participantes são os indivíduos que integram instituições públicas e privadas, as quais constantemente devem assimilar e utilizar novos conhecimentos científicos e tecnológicos obtidos através de pesquisas.

Bono (2003) identifica dois elos que ligam criatividade à economia. Um destes elos presta apoio ao processo produtivo (*Ver Verbete Processo Produtivo*), fazendo aquilo que se vinha fazendo, porém de outra maneira, podendo ser mais simples ou mais econômico. Pelo outro elo, a criatividade poderá oferecer maior valor agregado (*Ver Verbete Valor Agregado*) ao cliente, através de um novo produto, de uma modificação em um produto já existente, de um novo processo de fabricação do produto ou de uma nova maneira de vender o mesmo produto. Deste modo percebe-se a presença e a importância da criatividade quando ela participa de um processo que resulta na inserção, direta ou indiretamente, de um novo produto no mercado. Este processo é o que, ordinariamente, se denomina inovação.

Criatividade, por si só, não é inovação, mas dela participa de maneira indissociável. Simplificadamente se pode dizer que criatividade é geração de ideias e inovação é a implementação das ideias de um modo a gerar resultados práticos. O conceito de inovação, como se percebe, baseia-se principalmente nos

aspectos concretos dos seus resultados, como num novo produto ou na forma utilizada para produzi-lo (ALENCAR, 2001).

Para Torrance (1966), a criatividade é o processo que torna a pessoa sensível a um problema, levando-a buscar soluções, formulando hipóteses a respeito das dificuldades, testando estas hipóteses e comunicando os resultados. Assim, Torrance (1966) propõe um conceito de criatividade associado à solução de problemas, mediada por funções cognitivas que estão intimamente ligadas a uma espécie de pensamento diferenciado, não exatamente associado à inteligência formal.

Segundo Nakano e Weschler (2006), os testes de Torrance (1966) acabaram por se tornar os instrumentos mais pesquisados e utilizados na avaliação da criatividade. Seus testes destinavam-se, originalmente, a medir diversidade, quantidade e adequação de respostas a perguntas específicas.

A produção criativa de inovações não pode ser atribuída exclusivamente a um conjunto de habilidades e traços da personalidade de um indivíduo, mas, também, a influência de fatores sociais e culturais existentes no ambiente onde se encontra inserido (ALENCAR e FLEITH, 2003). Não basta um impulso interno para ser externalizada uma ideia criativa porque o ambiente onde o indivíduo desenvolve suas atividades é determinante para que isto ocorra e deve propiciar a liberdade de escolha e de ação, de forma a estimular o potencial criativo. Amabile (2008) afirma que é mais fácil desenvolver a criatividade dos indivíduos mudando as condições do ambiente, do que tentando fazê-los pensar de modo criativo.

Bellón (2003) considera que as estratégias de inovação a serem implantadas nas indústrias, bem como os ambientes favoráveis à inovação não devem seguir um modelo de inovação fechado.

O sucesso do processo de inovação depende da estruturação do ambiente e cultura organizacional onde o indivíduo está inserido. Este processo pode ter diferentes padrões de interações, e essas diferenças estão ligadas com o ambiente econômico, a orientação das políticas públicas, padrões de especialização (CASSIOLATO *et al*, 2005). Galanakis (2006) afirma que os fatores ambientais e o sistema de inovação nacional onde está inserida a empresa e indivíduos é importante para o planejamento e definição da estratégia tecnológicas.

A inovação deve permear todos os setores e atividades da empresa e não ficar restrita aos setores de engenharia, pesquisa e desenvolvimento, marketing e produção. No entanto, modelos organizacionais baseados em uma estrutura vertical, onde as decisões “descem” da alta gerência, podem dificultar a atividade criativa e, em consequência, limitar as possibilidades de inovar. O ambiente que favorece a inovação dentro de uma empresa requer tolerar falhas, riscos e deixar fluir novas ideias.

Considera-se que o desafio no processo de inovar consiste em criar um ambiente organizacional que viabilize o desenvolvimento da criatividade de todos, e torne aqueles que têm demonstrado serem criativos muito mais criativos.

A empresa como um arranjo de recursos, uma entidade social dinâmica, deve ter a capacidade de evoluir, mudar e se transformar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E.M.L.S. *Criatividade e a educação do superdotado*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____; FLEITH, D. S. *Contribuições teóricas recentes ao estudo da criatividade*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 19 n.1, pp.001-008. Jan-Abr 2003.

AMABILE, T. M. Creativity and the role of the leader. *Harvard Business Review*, 001178012, Vol. 86, N. 10, 2008.

BELLÓN, M. F. *Evaluación de la creatividad en las organizaciones*. Creatividad y Sociedad, 4, 23-32, 2003.

BONO, E. *O momento atual pede inovação*. HSM Management, v. 7, n. 33, pp.1-5, São Paulo, 2003.

CASSIOLATO, J. E. *et al. Arranjos cooperativos e inovação na indústria brasileira*. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.

GALANAKIS, K. Innovation Process. *Make sense using system thinking*. Technovation (26), p. 1222-1232, 2006.

JUNG, C.F. *et al. Análise de um modelo para pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas voltado ao desenvolvimento regional*. Anais. XXVIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2008, Rio de Janeiro.

NAKANO, T. C., WECHSLER, S. M. *Teste brasileiro de criatividade figural*: proposta de normas. Avaliação Psicológica, v. 5, n.2, Porto Alegre, dez, 2006.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 1 ed. São Paul, Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, sociedade e democracia*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

TORRANCE, E.P. *Torrance tests of creative thinking*. Lexington, Mass, Personal Press. 1966.

WECHSLER, S. M. *Criatividade: descobrindo e encorajando*. Campinas: Editora Psy, 1998.

INOVAÇÃO INCLUSIVA

Iván G. Peyré Tartaruga

As inovações inclusivas definem-se como novos produtos ou processos produtivos direcionados a estratos da população de baixa renda e/ou de baixa nível educacional formal. Conforme Foster e Heeks (2013), por um lado, esses grupos sociais podem ter um papel passivo (**inclusão por produto**), no qual, essas pessoas recebem inovações que satisfazem suas necessidades específicas, de forma, geralmente, subsidiada, garantindo, assim, sua aquisição. Vale ressaltar que esses indivíduos não participam na criação da inovação (Ver Verbete Inovação).

Em contrapartida, esses grupos podem assumir um papel ativo (**inclusão no processo**), para o qual a comunidade desfavorecida participa na geração da inovação em parte ou todas as etapas do processo de inovação (invenção, desenho, desenvolvimento, produção e distribuição). Existem diversos exemplos de inovações deste tipo como aplicativos informatizados para telefonia móvel para comercialização de produtos diversos (agroalimentares, vestuário, gastronomia, etc.), remédios a partir de plantas medicinais, bicicletas geradoras de energia elétrica em áreas rurais, agentes de tratamento de águas residuais industriais, entre outros.

O conceito de inovação inclusiva proporciona um marco teórico-metodológico para enfrentar as consequências da globalização e das mudanças tecnológicas que têm oferecido oportunidades de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, levado ao crescimento das desigualdades sociais e econômicas (TARTARUGA, 2016). Tal enfoque pode ser incorporado às políticas de inovação por meio do estabelecimento de diferentes níveis de inclusão no processo de inovação. Nesse sentido, pode-se utilizar a **escada da inovação inclusiva** que tem por objetivo desvelar os diferentes níveis de inclusão (HEEKS *et al.*, 2014). Essa escada estabeleceria os graus de inclusão dos indivíduos desfavorecidos no processo de inovação – o indivíduo é simplesmente, informado (nível menos inclusivo), consultado, colabora com outros agentes, empoderado ou controla o processo (nível mais inclusivo).

Nesse contexto, a perspectiva dos sistemas de inovação (Ver Verbete Sistemas de Inovação) inclusiva ressalta a importância das redes de cooperação e das dinâmicas de interação e aprendizagem nesses processos (TARTARUGA, 2018). Daí resulta a pertinência do apoio de instituições científicas e tecnológicas a essas experiências, como é o caso das universidades e institutos de pesquisa das mais diferentes áreas do conhecimento (Ver Verbete Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação). Em termos práticos, políticas de inovação inclusiva

foram aplicadas nos últimos anos por diversas instituições, como alguns governos nacionais, institutos internacionais e empresas multinacionais.

A dimensão territorial deste tipo de inovação – em sistemas territoriais de inovação inclusiva – revela a relevância dos recursos e dos ativos territoriais (conhecimentos locais, matérias-primas, mobilizações institucionais e organizacionais, etc.) nessas experiências de inovação. Além do mais, as inovações inclusivas no período atual têm muito a contribuir ao desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável), tanto nas escalas local-regionais como nacionais, na direção da real inclusão de estratos empobrecidos e marginalizados da população nas mudanças tecnológicas em curso. Por esta razão é importante aproveitamento e valorização dos conhecimentos diversos e tradicionais (como, por exemplo, de indígenas, camponeses, etc.) nas atividades de inovação.

REFERÊNCIAS

FOSTER, Christopher; HEEKS, Richard. **Analysing policy for inclusive innovation: the mobile sector and base-of-the-pyramid markets in Kenya**. Centre for Development Informatics, University of Manchester, UK, 2013.

HEEKS, Richard; FOSTER, Christopher; NUGROHO, Yanuar. Introduction: New models of inclusive innovation for development. **Innovation and Development**, v. 4, n. 2, p. 175-185, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1080/2157930X.2014.928982>. Acesso em 25 abr. 2016.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Innovaciones sociales e inclusivas: límites y posibilidades para el desarrollo territorial en el contexto de la globalización. In: MIRANDA, César Adrián Ramírez; MORENO, María del Carmen Hernández; TAPIA, Francisco Herrera; SÁNCHEZ, Alfonso Pérez (coordinadores). **Gestión territorial para el desarrollo rural: construyendo un paradigma**. Ciudad de México: Juan Pablos Editor, 2016. P. 207-227. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8xtj7rx6QofUmktNTJ3NmUxMGM/view>>. Acesso em 27 mar. 2017.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Innovaciones inclusivas en América Latina: propuesta de investigación para el desarrollo territorial rural. In: SÁNCHEZ, Alfonso Pérez; MIRANDA, César Adrián Ramírez (Coords.). **Gestión Territorial y Soberanía Alimentaria: Experiencias Latinoamericanas**. Texcoco, México: Universidad Autónoma Chapingo, 2018. P. 91-98.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Tradition, Inclusive Innovation, and Development in Rural Territories: Exploring the Case of Amiais Village (Portugal). In: OLIVEIRA, Lídia; AMARO, Ana Carla; MELRO, Ana (Eds.). **Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development**. Hershey, PA: IGI Global, 2021. P. 62-74. Disponível em <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-6701-2.ch004>. Acesso em 4 nov. 2020.

INOVAÇÃO SOCIAL

Iván G. Peyré Tartaruga

A inovação social é um processo de mudança das relações sociais que tem por finalidade satisfazer necessidades humanas não realizadas. Essas necessidades podem ser de caráter material (alimentação ou habitação), social (educação e saúde), existencial (direito de expressão ou de criatividade) e político (cidadania ativa) (MOULAERT, 2008). Por essa razão, este tipo de inovação se contrapõe a toda dinâmica de exclusão (por exemplo, o desemprego) por meio da mobilização de recursos humanos, institucionais, organizacionais ou econômicos.

Historicamente, Godin (2012) defende que, depois de seu aparecimento a dois séculos atrás, a noção de inovação social retorna com toda sua força, na década de 1950, como reação política a narrativa dominante das inovações tecnológicas que surge nesse período. Os defensores do uso do conceito de inovação social tentam mostrar uma alternativa de solução aos problemas sociais e econômicos que esteja fora da hegemonia das inovações tecnológicas e do suporte do Estado. Além disso, as mudanças tecnológicas ocorrem por meio de transformações sociais, por isso a importância da compreensão da inovação (Ver Verbete Inovação) nesse sentido.

Contemporaneamente, existem diversas perspectivas da ideia de inovação social na ciência social que merecem atenção (MOULAERT, 2008). Na ciência da administração foram discutidas maneiras de promover o capital social para auxiliar nas mudanças das organizações econômicas e, desta forma, favorecer uma mentalidade empresarial mais ética, solidária e colaborativa. No campo das artes e da criatividade, a inovação social contribuiu para o surgimento de criações sociais e intelectuais importantes para a sociedade em geral. Podem-se destacar, de um lado, as macro-inovações de Martin Luther King (diretos humanos e civis), de Henry Ford (modo de produção fordista) e de Karl Marx (teoria marxista) e, de outro lado, as micro-inovações como o desenvolvimento de práticas produtivas cooperativas (Ver Verbete Interação entre Cooperativismo e Desenvolvimento Regional). Na ciência política e da administração pública foi utilizado o conceito de inovação social para criticar e melhorar os sistemas políticos e burocráticos de governos.

As contribuições científicas da noção de inovação social para o desenvolvimento territorial também são muito significativas. Neste âmbito, as especificidades territoriais são fundamentais para mostrar as restrições e oportunidades de cada contexto para o desenvolvimento territorial (Ver Verbete Desenvolvimento Territorial). Desse modo, as inovações sociais, adaptadas e conectadas a cada território, podem promover a melhoria dos sistemas de governança (Ver Verbete Governança) que orientam o direcionamento de bens e serviços para a

população. Assim, são geradas novas experiências de governança (fóruns de debate, processos decisórios participativos, sistemas de intermediação, etc.) para satisfazer as necessidades materiais, sociais, existenciais e políticas dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

GODIN, Benoît. **Social Innovation: Utopias of Innovation** from c. 1830 to the Present. Montréal: INRS, 2012. (Working Paper n. 11, Project on the Intellectual History of Innovation). Disponível em <http://www.csiic.ca/PDF/SocialInnovation_2012.pdf>. Acesso em 21 maio 2013.

MOULAERT, Frank. Innovación social: Institucionalmente enraizada, territorialmente (Re)producida. In: ALBERTOS, Juan M.; NOGUERA, Joan; PITARCH, Maria Dolores; SALOM, Julia (eds.). **Globalización económica: amenazas y oportunidades para los territorios**. III Jornadas de Geografía Económica. Grupo de Geografía Económica de la AGE. Valencia (España): Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), 2008. p. 9-17.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Innovaciones sociales e inclusivas: límites y posibilidades para el desarrollo territorial en el contexto de la globalización. In: MIRANDA, César Adrián Ramírez; MORENO, María del Carmen Hernández; TAPIA, Francisco Herrera; SÁNCHEZ, Alfonso Pérez (coordinadores). **Gestión territorial para el desarrollo rural: construyendo un paradigma**. Ciudad de México: Juan Pablos Editor, 2016. P. 207-227. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8xtj7rx6QofUmktNTJ3NmUxMGM/view>>. Acesso em 27 mar. 2017.

INTENSIDADE DO TRABALHO

Marcos Paulo Dhein Griebeler

A partir de um aproveitamento da organização do trabalho, são criadas estratégias para o aumento da produtividade (*Ver Verbete Produtividade*), sendo a inserção da manufatura no processo produtivo (*Ver Verbete Processo Produtivo*) o principal elemento que modifica o trabalho em si. Por ser considerada como uma divisão técnica do mesmo, isso resulta na intensidade do trabalho. Em um primeiro momento, este pode ser caracterizado como a demanda por mais atividades a uma determinada pessoa ou grupo de trabalho. Para quem realiza as tarefas, com a introdução de determinadas tecnologias (*Ver Verbete Tecnologia*), isto acaba por forçar o trabalhador a eliminar os chamados “tempos mortos”, também conhecidos como elementos formadores da “porosidade do trabalho”. E isso se torna evidente para os trabalhadores que são demandados pelas organizações no contexto da Pandemia (*Ver Verbete Pandemia*), onde agora ele precisa conciliar atividades domésticas com o trabalho online (*Ver Verbete Trabalho Online*). Esta é a mais básica das representações que não são vistas, mas sentidas pelos profissionais que precisam cumprir uma carga horária fictícia, uma vez que isso intensifica a condição indesligável do trabalho, muito pela contribuição de grandes corporações que imprimem seus modelos de trabalho (CHOMSKY, 2017).

Por isso, a intensidade do trabalho se aplica ao contexto do trabalhador a partir do momento em que ele passa a canalizar mais forças para a realização de tarefas em seu ambiente ocupacional ou até mesmo por conta própria¹. O substantivo “intensidade” provém do verbo latino *intendere*, que, composto pela preposição *in* mais o verbo *tendere*, geram a palavra que significa algo teso, estendido, e dentro de uma linguagem militar, quer dizer fazer esforço, combater, lutar, esforçar-se por. Em termos quantitativos a intensidade laboral remete à ideia de aumento na carga de trabalho, em termos qualitativos, o aumento no esforço cognitivo e emocional do assalariado. No que concerne a medida do tempo de trabalho, ou seja, de como se apresenta seu desempenho (T1 – T2), a mesma pode ser mensurada pela jornada de trabalho, pelo dia, pelo mês, pelo ano ou da melhor forma que se adéqua à determinada pesquisa (DAL ROSSO, 2008, p. 94-95).

Observa-se, então, como se apresenta a intensidade do trabalho a partir da introdução de determinadas tecnologias (*Ver Verbete Tecnologia*), em especial,

¹ Ver filme: Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar (2019).

com a Pandemia, tem-se a ampliação da jornada de trabalho (Ver Verbete Jornada de Trabalho) por meio de plataformas digitais (Ver Verbete Plataforma Digital). Mecanismos para o controle e aumento das atividades laborais se expressam de diversas maneiras a partir das mudanças tecnológicas no sistema ocupacional. Políticas de remuneração como Programa de Participação nos Lucros, Sistema por Recompensas e Metas, dentre outras práticas vem acompanhadas de técnicas de gestão consideradas como necessárias para se adaptar ao novo cenário.

Dentre elas estão a reengenharia (corte de cargos, em especial na gerência média²), o *Just-in-time*, o *Kanban*, o *Kaizen*, estes três últimos, elementos integrantes do Sistema Toyota de Produção (STP), além de outras mais. Todas elas vêm sendo postuladas e introduzidas pelas empresas como alternativas para o aumento da produtividade, sem levar em conta o fator humano dentro deste contexto.

Além disso, se em uma parte, a tecnologia facilita as atividades laborais, noutra ela pode possuir um lado obscuro, ou seja, traduz a noção de que o trabalhador concentre mais esforços para conseguir cumprir mais rápido tudo que lhe é determinado. Isto inclui atividades onde antes, não havia tanta intensidade do uso de tecnologias de caráter “moderno” com vista ao aumento da produtividade.

Os fatores de intensidade do trabalho são multiplicativos e não substantivos, o que significa dizer que diferentes graus de intensidade são obtidos por uma *práxis*. A fim de ilustrar esta posição, observa-se que em determinada data a Toyota produzia 5 mil unidades de carros com 80 trabalhadores (...). Pouco tempo depois, a empresa fabricava 10 mil unidades com 100 homens. Se a produção média antes era de 62,5 unidades/trabalhador, em seguida, a média passou para 100 unidades/trabalhador. Isto comprova que o Sistema Toyota de Produção contribui para a intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008, p.67-68).

Além disso, “Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação dos postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”” (ANTUNES, 2009, p.55).

O resultado da globalização (Ver *Verbete Globalização*) contemporânea se expressa por meio dessa transformação do trabalho onde sua mensuração está voltada para os resultados exigidos dos trabalhadores. Tais resultados, sejam eles qualitativos (melhora da atividade intelectual) ou quantitativos (número de produtos/peças produzidas), exigem um consumo maior de tempo por parte do assalariado, garantindo assim o crescimento da produtividade. Deste modo, o grau de intensidade no trabalho se deve às condições que determinam o grau de

² Para um estudo mais aprofundado sobre os impactos da tecnologia no modo de produção e como ela interfere no chamado “nível médio” das empresas, ver RATTNER, Henrique. *Impactos sociais da automação – o caso do Japão*. Ed. Nobel: São Paulo, 1988.

envolvimento do trabalhador, exigindo dele mais esforço físico, mental e/ou braçal para cumprir todas as atividades concretas.

Na visão de Gomes (2008, p. 24), o grau de intensidade do trabalho pode ser entendido como uma técnica de produção em que é mais acentuada a relação do fator trabalho gasto numa unidade de tempo. Deste modo, isso depende da jornada de trabalho e do maior ou menor consumo de força de trabalho por unidade de tempo. A velocidade e o ritmo geram o aumento ou a diminuição do modo como se executam as operações laborais, atribuindo-lhe assim um determinado valor para a respectiva produção.

Com isso, para se ter uma noção de sua utilização, o trabalhador pode gastar uma determinada quantia de energia, seja ela física ou psíquica. O volume pode variar de pessoa para pessoa, porém, sempre se gasta alguma coisa. Dito de outra maneira, a intensidade do trabalho condiz com as maneiras como as atividades se realizam e possuem como resultado, uma fadiga mais acentuada, o que acarreta em efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional (DAL ROSSO, 2008, p.20).

De acordo com Antunes (2009, p. 87), a flexibilidade que é proporcionada aos empregados se revela também como sendo um instrumento que implica na rotação de turnos de trabalho, aliado à integração do controle de qualidade e à “limpeza geral” da produção. Com isso, além do condicionamento de realização de tarefas, incute-se uma nova ideologia. A junção de tais elementos é a intensificação do trabalho.

O filme “O Corte” (2005), de Costa-Gavras, apresenta em forma de humor negro os efeitos do avanço do fenômeno global de disputa por vagas de trabalho, e, em especial, devido a crescente competitividade vivenciada pelas empresas. Por extensão, isto acaba por afetar a maneira como os indivíduos realizam suas atividades, devido as novas técnicas que são encontradas na reestruturação produtiva e no avanço do capital financeiro. Com as modificações no mercado de trabalho, elas fazem com que os desempregados, tais como Bruno Davert (Jose Garcia) no filme, elimine “literalmente” seus concorrentes.

Na visão de Fiod (2000, p.96), com a variação dos trabalhos, isto exige dos trabalhadores uma maior versatilidade, se impondo como lei natural vigente. Junto a isso, o indivíduo passa de um ser individual que executa sempre a mesma tarefa para um assalariado polivalente, apto a executar inúmeras operações. Com isso, os empregados do meio fabril podem trocar de “profissão como trocam de camisa, inclusive no interior da fábrica. Desenvolvem as mais variadas atividades dentro do mesmo processo de trabalho quando este passa a ser executado por máquinas (FIOD, 2000, p.96-97)”.

Enquanto isso, Pochmann (2007) observa que existe uma rotação das funções no atual contexto industrial. Ou seja, a partir da adoção de determinadas

tecnologias que são aplicadas ao contexto empresarial, isto exige uma maior polivalência do trabalhador para o exercício de múltiplas tarefas.

Então, de posse desse novo conjunto de saberes, os trabalhadores passam a atender às exigências das empresas, tais como a polivalência, que pode ser subdividida em dois tipos: (a) a multifuncional e a (b) multiqualificada. Na primeira (a), o trabalho é realizado pelo empregado em mais de uma máquina com características semelhantes, adicionando ao seu perfil pouco ou nenhum desenvolvimento em termos de qualificação. Por sua vez, o (b) trabalho multiqualificado significa que o mesmo é realizado por meio de diferentes e específicas habilidades. São, portanto, duas visões. Enquanto a primeira adiciona mais tarefas ao trabalhador e com isso, expõe de maneira mais clara a intensificação do trabalho, a segunda também o faz, porém, de maneira mais qualificada, a partir do momento em que integra o empregado ao processo de trabalho.

No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho se exprime pelo foco nos resultados, sejam eles qualitativos (esforço físico) ou quantitativos (esforço intelectual). Sua manipulação consiste em elevar a produção com maior resultado tangível, enquanto que na parte intangível, a intensificação se expressa pela qualidade dos serviços prestados. Sua elevação se constitui em uma forma produtora de crescimento econômico, uma vez que, com mais intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período de tempo (DAL ROSSO, 2008, p. 20-21).

Se a tecnologia reflete a busca por facilidade e por economicidade de mão-de-obra, de outra parte, isto não deve ser entendido como um conjunto de motivos determinísticos que eliminarão o trabalho vivo. Devem ser elementos que contribuam para uma adequada carga de trabalho, sem sobre-explorar o trabalhador, pois o desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*) e social (*Ver Verbete Desenvolvimento Social*) somente acontece se os limites dos indivíduos forem respeitados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHOMSKY, Noam. *Quem manda no mundo?* Tradução Renato Marques. 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

COSTA-GAVRAS, O Corte, DVD, 2005.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FIOD, Edna Garcia Maciel. *Politécnica: a educação do molusco que vira homem*. In: *Educação para o (des)emprego (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento)*. Aued, Bernadete Wrublewski (Org.a). Ed. Vozes: Petópolis, 2000.

GOMES, Carlos. *Antecedentes do capitalismo*. Lisboa: Portugal, 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2008a/372/INTENSIDADE%20DO%20TRABALHO.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização – a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

RATTNER, Henrique. *Impactos sociais da automação – o caso do Japão*. Ed. Nobel: São Paulo, 1988.

Outras Referências

DAL ROSSO, Sadi. *Jornada de trabalho: duração e intensidade*. Disponível em:< http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 Mar. 2020.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. Estudo de Psicopatologia do Trabalho. Tradução: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. Ampliada - S. Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Sociologia do trabalho*. 3.a edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2010.

SILVA, Leticia Batista; DANTAS, André Vianna. *Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

INTERAÇÃO ENTRE COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Deivid Ilecki Forgiarini

O Cooperativismo é uma teoria econômica que tem a cooperação como base sobre a qual se constroem todas as atividades econômicas. Consiste na primazia das pessoas sobre o capital e na cooperação de todos para a consecução do bem comum (SCHNEIDER, 2019). Enquanto teoria econômica seu objetivo repousa em organizar as regras da casa, ou seja, como as organizações econômicas devem agir. As organizações econômicas que se baseiam pelo cooperativismo, têm foco na pessoa e a geração de capital deve ser instrumento para a melhoria de qualidade de vida dos indivíduos envolvidos. Diferente de uma empresa mercantil tradicional, onde a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores é um externalidade, que pode ocorrer ou não, a cooperativa baseada pelo cooperativismo, deve voltar seus esforços na melhoria da qualidade de vida do cooperado e na busca deste objetivo para melhorar a qualidade de vida das pessoas na região de atuação desta organização. (SCHNEIDER, 2019; MLADENATZ 2003; ACI 2015; NOVKOCIC 2016, FORGIARINI, 2019).

O Cooperativismo possui valores que compõem a identidade cooperativa, quais sejam: Autoajuda; responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade, solidariedade (ACI, 2015 e SCHNEIDER, 2019). Para que a teoria do cooperativismo (Ver Verbete Cooperativismo) possa funcionar e que os valores estejam presente no dia a dia das pessoas foi promovida a declaração sobre a identidade cooperativa, composta pelos valores e princípios do cooperativismo e pela concepção de cooperativa, qual seja “uma associação autônoma de pessoas que se agrupam voluntariamente para satisfazer suas necessidade e aspirações comuns de caráter econômico, social e cultural mediante uma empresa de propriedade conjunta e gestionada democraticamente” (ACI, 2015, p.1).

Essa identidade é reflexo dos valores do cooperativismo e foi a forma criada para que a cooperativa possa disseminar estes valores. A história mostrou que apenas os valores podem dificultar a compreensão dos gestores e os levar a práticas administrativas que destoam da teoria do cooperativismo. Neste sentido, a Aliança Cooperativa Internacional instituiu os princípios do cooperativismo. Estes princípios são atualizados de forma regular e a última atualização condensou estes princípios em sete: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática pelos Associados; Participação Econômica dos Associados; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; Compromisso com a Comunidade (MLADENATZ, 2003; PINHO, 2004; MÜNKNER e MATHEUS, 2011; NAMORADO 2000; SCHNEIDER 2019)

Um erro comum é trabalhar um princípio sem trabalhar os outros. Os princípios foram pensados como um barril onde cada princípio equivale a uma das tiras de madeira. Se um dos princípios for menos desenvolvido que o outro a identidade cooperativa irá escorrer por este princípio. Ou seja, é preciso desenvolver todos os princípios do cooperativismo para que a cooperativa mantenha a sua identidade e não se torne algo transfigurado, algo entre cooperativa e uma empresa mercantil sem compreender bem o seu papel. Ao trabalhar estes princípios de forma interdependente entende-se melhor o princípio de compromisso com a comunidade, pois toda a lógica cooperativista está pautada pela centralidade da pessoa e não do capital. Melhorar a qualidade de vida das pessoas não é condizente com criação de ilhas de prosperidade, até porque o território é moldado e molda as pessoas que lá vivem. Sendo assim, é lógico e pragmático que a cooperativa se envolva ativamente no desenvolvimento da sua região (Ver Verbeete Região).

Remetendo a frase utilizada por Riedl (2017, p. 97), o desenvolvimento “trata-se do conceito de mais larga difusão e utilização em todos os setores de atividades”. E como um conceito muito utilizado, teve através dos anos diversos adjetivos. Primeiro como sinônimo de crescimento econômico; depois social, humano, sustentável, endógeno, local, territorial etc.

Mas é no desenvolvimento regional que repousa uma concepção de desenvolvimento que ultrapassa as paredes das imposições e restrições, adotando também um importante instrumento teórico e metodológico de análise. Internacionalmente o desenvolvimento regional adota preocupações com as desigualdades socioespaciais, as relações de poder, os aspectos éticos e questões metodológicas, ainda que seja evidente o predomínio das questões econômicas e identificando-se como um processo econômico. (THEIS, 2019).

De igual forma, no Brasil o desenvolvimento regional adota um caráter multifacetado e em constante construção. Ligado a noção de superação das desigualdades territoriais por meio de políticas específicas; ou a ideia de um desenvolvimento endógeno, com promoções de políticas a partir do território e ainda às dinâmicas sociais e econômicas existentes nos territórios (SILVEIRA, 2020). Entretanto, é na proposta de pensar o desenvolvimento regional apresentada por Etges e Degrandi (2013), de construção de uma região a partir da perspectiva de desenvolvimento regional. Isso significa

potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento (ETGES e DEGRANDI, 2013, p. 92).

Nesse sentido, é fundamental o autoconhecimento da região, a identificação das necessidades e potencialidades e buscar a coesão social, com foco nos propósitos comuns das pessoas que estão na região. Esse processo passa pela criação de formas de representação da população, da participação em diversas instâncias que permitam a criação de novas formas de gestão e planejamento do território. (ETGES e DEGRANDI, 2013).

Essa percepção vai ao encontro do que Borba e Siedenberg (2010, p. 344), os quais dispõem que o desenvolvimento “se dá a partir de uma mudança da capacidade individual, decorrente de um mecanismo de aferição e adaptação, ou seja, uma transformação de habilidades individuais pré-existentes e uma adaptação de habilidade às necessidades postas”. Assim, os protagonistas dos processos de desenvolvimento deveriam ser as pessoas e o objetivo deveria ser proporcionar uma melhor qualidade de vida (Ver Verbetes Qualidade de Vida).

O cooperativismo, reforçado pelos seus valores, pela identidade cooperativa e pelos princípios foca que o desenvolvimento deve estar centrado na pessoa. A pessoa é a protagonista do seu desenvolvimento. Não é a organização econômica, que aqui está a serviço da pessoa, não é o Estado, não é a igreja, e sim a pessoa. O desenvolvimento regional se dá pela pessoa, com a pessoa. As instituições existem para apoiar o protagonismo dos agentes do e no território. O Cooperado tem raízes profundas com a sua região. Ele vive na e da região. Diferente de uma empresa mercantil tradicional que ao menor sinal de não poder mais multiplicar capital aos seus acionistas, aliada a falta de compromisso com essa comunidade, busca um novo local para multiplicar o seu capital, a cooperativa tem compromisso com o território.

Não seria racional que todos os cooperados de uma determinada cooperativa desistissem de tal região e buscassem uma nova região para aumentarem o seu capital. Uma vez que os cooperados possuem compromisso com a sua comunidade, pois esta é a sua casa, o seu território. Mesmo em tempos difíceis, em sua maioria, eles permanecerão comprometidos com o território, pois é onde vivem e trabalham. O Cooperativista está comprometido com a sua cooperativa e assim comprometido com a sua região. Ele cria uma organização animada comprometida com a região, tornando essa região de inanimada em animada.

REFERÊNCIAS

ACI. Alianza Cooperativa Internacional. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. International Cooperative Alliance. Ginebra, p. 109. 2015.

BORBA, M. F. D.; SIEDENBERG, D. R. Organizações que aprendem: potencializando e compartilhando o desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITT-

MANN, M. L. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Cap. XIII, p. 341-364.

DEPONTI, C. M.; FELIPPI, C. T. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. p. 36-63.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, 2013. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>>.

FORGIARINI, Deivid Ilecki. **Aprendizagem interorganizacional em cooperativas**. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Porto Alegre. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8989?localeattribute=en>. Acesso em: 09 abr. 2021.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Brasília: Confebrás, 2003.

MÜNKNER, H.-H.; MATEUS, A. **Glossário Cooperativo Anotado**. Genebra: International Labour Office, 2011.

NAMORADO, R. **Introdução ao direito cooperativo**: para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

NOVKOVIC, S. Notas de orientação para os princípios cooperativos. **CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**, 2016. Disponível em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Principio_4.texto_final.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RIEDL, M. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 97-99.

SCHNEIDER, J. O. (2019). **Identidade Cooperativa: sua história e doutrina**. Porto Alegre: SESCOOP/RS.

SILVEIRA, R. L. L. D. Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: SILVEIRA, R. L. L. D.;

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro 2019.

INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Cidonea Machado Deponti

A origem latina da palavra intervenção é composta pelos vocábulos *inter* (entre, em meio de) e *venio* (ocorrer, chegar, voltar). Através dela busca-se modificar a realidade dos outros, sob iniciativas públicas ou privadas, implicando certas concepções e interesses relacionados ao modo como se configura a ordem social.

Cimadevilla (2008) considera que a intervenção se situa, no mínimo, entre duas situações ou ocorrências possíveis, com o objetivo de facilitar alguma delas. A intervenção pressupõe a identificação das múltiplas percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituindo-se por contínuos esforços sociais e políticos de todos os atores envolvidos, não se adequando a um plano de ação já especificado e com resultados esperados. As pessoas são, portanto, parte ativa dos processos de desenvolvimento, pois todas as formas de intervenção externa possuem relação direta com o mundo e a vida dos indivíduos e dos grupos sociais afetados, em que os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas (LONG, 2001).

Rossi e Hegedüs (2006) referem que, na prática, o processo de intervenção não pode ser “engessado” dentro de um paradigma, um estilo ou um enfoque único. Ao contrário, a intervenção possibilitaria a combinação de ferramentas advindas de diferentes paradigmas e enfoques teóricos. “*No es el cómo -el tipo de instrumentos -lo que termina caracterizando en definitiva una intervención, sino el porqué, el para qué, y sobre todos el para quién; los propósitos, las metas y los fines que orientan la intervención*” (ROSSI; HEGEDÜS, 2006, p. 16). O termo intervenção tornou-se carregado de juízo de valor, sendo considerado algo pejorativo, porque, independentemente da forma como é utilizado, implica a realidade dos outros.

Quintana (2006) refere que o problema da intervenção seria sua reiterada pretensão de induzir, forçar, empurrar os atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais) ao desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), visto como sinônimo de progresso. Os agentes de desenvolvimento (Ver Verbete Agentes do Desenvolvimento Territorial) e suas instituições procurariam modificar o mundo de vida dos outros sem refletir sobre o próprio. O autor ressalta que a história do desenvolvimentismo institucionalizado tem desenhado um caleidoscópio de estratégias de intervenção que vão desde verticais e dirigidas, a horizontais e participativas; de assistencialistas a produtivistas; de simples e monotemáticas a complexas e interdisciplinares. Os agentes de desenvolvimento, por sua vez, tratariam de impulsionar atividades que conduzem a população local a um “estado superior na escala de desenvolvimento evolutiva e etapista”.

Para Deponti (2020, p. 417) o desenvolvimento pode ser compreendido como “[...] um processo de mudança social, complexo, multiator, multiescalar, multidimensional, carregado de heterogeneidade de práticas, de processos de políticas, sem limites definidos no tempo e no espaço, que avança e retrocede”.

O desenvolvimento pressupõe a indução de mudanças, consistindo, portanto, em um valor de referência de práticas intervencionistas. Apresenta um caráter normativo quando promovido através de projetos, o que pressupõe a identificação de situações, de problemas e de metas a serem alcançadas. Assim, o desenvolvimento pode ser compreendido como uma forma de intervenção, na medida em que se busca modificar uma situação vivida por determinados atores.

A análise de práticas de intervenção possibilita a compreensão sobre as diferentes formas de interação, os procedimentos, as estratégias, os tipos de discursos e as categorias. O desenvolvimento, quando provocado pela ação dos serviços técnicos e/ou projetos, passa por agentes de desenvolvimento que estabelecem a interface entre o projeto e o público-meta. As funções dos agentes de desenvolvimento são centradas na mediação. Eles têm a dupla função de porta-vozes dos conhecimentos técnico-científicos e de mediadores entre os conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos locais.

Sardan (1995) salienta que a capacidade de conhecer e de compreender outros conhecimentos está no centro de sua função de mediador. No entanto, os agentes de desenvolvimento, na maioria das vezes, não são formados para a competência da mediação e, assim, sua função de porta-vozes é posta em evidência. Em vista disso, os agentes de desenvolvimento desenvolvem uma mediação de maneira “imprópria e unilateral”.

Faz-se necessário, portanto, que haja uma transmissão das mensagens técnicas através da tradução que, segundo Ferreira (1993, p. 541), significa transpor, transladar, de uma língua para outra, verter. Sardan (1995, p. 158) refere que “[...] a tradução de pleno sentido não é um simples exercício de pesquisa da palavra equivalente de uma língua natural à outra, é também colocar em relação campos semânticos diferentes, diferentes maneiras de recortar ou pensar a realidade”. Esta atividade de tradução é realizada pelo porta-voz que, ao transladar interesses, oferece novas interpretação destes e canaliza as pessoas para diferentes direções (LATOURET, 2000).

A noção de tradução incorpora, portanto, a ideia de poder, pois quando um porta-voz fala em nome dos representados e de seus interesses, torna-se um ator coletivo (CALLON, 1986) capaz de falar através de uma só voz e representar o interesse de todos os silenciados a partir da representação. Nessa perspectiva, a tradução pode ser expressa pela mediação, em que o porta voz, ao traduzir, exprime em sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, como agem e como se associam de forma coletiva.

Deste modo, todos os agentes envolvidos nos diferentes estágios dos processos de representação são porta-vozes, pois falar pelos outros significa, em primeiro lugar, silenciar aqueles em cujo nome se fala. Entretanto, no exercício da mediação nem todos os agentes falam porque existem os porta-vozes que representam, indiretamente pela mediação, o interesse dos outros. Os agentes de desenvolvimento situam-se no lugar de encontro dessas táticas e dessas estratégias, pois eles necessitam assumir uma função de mediação para a qual são pouco ou mal preparados. Compreender as lógicas de ação do grupo, conhecer as diversas forças presentes em uma localidade, analisar as capacidades do grupo, apreciar os desafios políticos, econômicos e simbólicos locais demandam uma escuta e um *savoir-faire*. Os agentes de desenvolvimento, de acordo com Sardan (1995), têm de assumir uma tripla função permeada de contradições e de ambiguidades, quais sejam: a defesa dos seus próprios interesses pessoais; a defesa dos interesses de sua instituição; e a mediação entre os diversos interesses dos outros atores e das facções locais.

Cimadevilla (2008) chama atenção para as contradições presentes nesse processo de mediação, pois nem sempre os mediadores são alheios ao processo, tampouco são partícipes na sua totalidade, nem ambos se constituem em protagonistas. A realidade apresenta infinitas combinações e os agentes de desenvolvimento constituem-se em interventores que, muitas vezes, promovem suas próprias contradições. Deponti (2020, p. 419) salienta que “A qualidade da mediação está justamente na capacidade de reflexão, de análise e de decisão dos mediados, considerando-se que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas”. Por fim, há que se compreender que no processo de intervenção não se sabe tudo sobre o presente, não há condições de se prever o futuro, tampouco controlar a direção desejada do processo.

REFERÊNCIAS

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (Comp.). **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge & Regan Paul, 1986. p. 196-223.

DEPONTI, Cidonea Machado. Um olhar teórico-metodológico sobre processos de intervenção e de extensão para o desenvolvimento regional. In: Celso Furtado: a esperança militante. Vol. 3 [livro eletrônico]. Cidival Moraes de Souza. Ivo Marcos Theis. José Luciano Albino Barbosa (Organizadores). Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 415-430.

DEPONTI, Cidonea Machado. *Intervenção para o desenvolvimento rural : o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul / Cidonea Machado Deponti.* – Porto Alegre, 2010. 274 p.

CIMADEVILLA, G. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2003. p. 66-108.

_____. Trayectos y grises de las teorías y de las prácticas en comunicación y desarrollo. In: THORNTON, R D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grisés de la extensión y el desarrollo.** Santa Rosa, AR: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 101-110.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Petrópolis, 1993. 577 p.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Unesp, 2000. 438 p. (Biblioteca Básica).

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** London: Routledge, 2001. 293 p.

QUINTANA, R. D. Intervención en el desarrollo: es, o no es la cuestión. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

ROSSI, V.; HEGEDÜS, P. El programa integral de extensión universitaria en la zona Guinchón (Paysandú, Uruguay): reflexiones sobre un proceso de intervención. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anales...** Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social.** Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

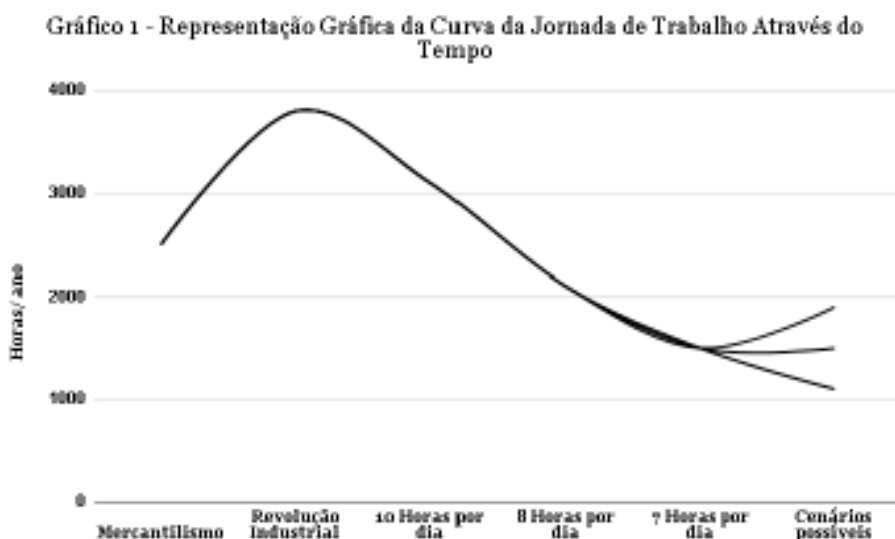
JORNADAS LABORAIS

Sadi Dal Rosso



Jornadas laborais e tempos de trabalho são expressões de aspectos dos tempos empregados na realização dos trabalhos humanos.

Jornadas vinculam-se ao termo de origem: o dia (*dies* em latim, *giorno* em italiano, *jour* em francês). O controle da duração das jornadas representa vitória social fundamental na história do movimento obreiro mundial, como exposto no gráfico a seguir.



Fonte: Dal Rosso, 1996:

Na atualidade, capital e Estado afastam o trabalho dessas tendências de jornadas mais reduzidas e introduzem formas de distribuição dos tempos cada vez mais flexibilizadas. Como chamar de jornada o tempo compreendido nos contratos de zero hora ingleses, variáveis e não repetitivos (FELSTEAD, GALLIE, GREEN AND HENSEKE, 2020)? Horas variáveis, cuja duração varia a cada semana e horários não repetitivos (FINIGAN AND HALE, 2018) executados pelos trabalhadores norte americanos são jornadas? Intermitência e quantidades variáveis de horas por dia ou pela noite que caem na bolsa dos trabalhadores brasileiros de plataformas, são jornadas (CALVETE e HORN, 2020; KREIN; ABILIO; ALMEIDA; BORSARI; CRUZ, 2018)?

A definição de jornada de trabalho depende da evolução da sociedade em reconhecer o que é trabalho e o que não o é. Tal dificuldade não é só do passado.

Movimentos sociais (Ver Verbete Movimentos Sociais) e o movimento feminista lutam pelo reconhecimento do trabalho doméstico e dos cuidados e pela divisão igualitária por gêneros (Ver Verbete Gênero).

Novos trabalhos são incluídos pela sociedade a cada ano e outros excluídos. O avanço das tecnologias, dos computadores e redes mundiais de comunicação, as demandas sociais por educação, saúde e meio ambiente e serviços criados da noite para o dia são exemplos de criação de trabalhos.

Tempos dividem-se em tempos de trabalhos e tempos de não trabalhos (CARDOSO, 2009). A discussão sobre tempos ocupou o campo da filosofia por séculos. Na era moderna, a física assumiu a linha de frente desta discussão ao indicar a possibilidade de os tempos e os espaços serem recurvados ante a pressão dos buracos negros. Ainda não estão claras as implicações deste avanço da física e da astronomia sobre a noção de tempo em particular do tempo de trabalho.

Dificuldades até aqui apresentadas não impediram que acontecesse um avanço teórico sobre a concepção de tempo de trabalho nem um avanço sócio-estatístico manifesto empiricamente pelos censos demográficos e econômicos e pesquisas contínuas por amostras de domicílio, que alimentam o mundo da pesquisa socioeconômica e enriquecem os meios de comunicação social (Ver Verbete Comunicação Social).

Ainda no que diz respeito à Jornada de Trabalho, encontra-se a teoria do valor trabalho (MARX, 1976) assim como a teoria do valor utilidade, a qual surge no século XIX. A teoria do valor trabalho inclui os tempos de trabalho em sua construção básica.

Teoricamente, o valor das mercadorias provém do trabalho embutido para produzi-las. Em termos abstratos, universais, a representação da totalidade do trabalho em ação poderia ser pensada como a capacidade total disponível para produzir trabalho humano. Ao se pensar tal capacidade universal em seu conjunto, é possível também imaginar uma unidade de trabalho com sendo uma micro parte daquela universalidade.

Pode-se exemplificar, empiricamente, a capacidade universal de produzir valor em nosso mundo atual. Basta pensar que os 4,5 bilhões de pessoas que estão em vida ativa trabalham oito horas diárias e que a capacidade geral de produzir valor é representada por 36 bilhões de horas por dia de trabalho.

A concepção geral e abstrata da capacidade de produzir valor não desvela o processo típico da economia capitalista. Foi necessário introduzir o conceito de mais valia ou mais valor. Este conceito revela que uma parte não paga do valor é retida na mão dos capitalistas e não chega às mãos dos trabalhadores (MARX, 1976). A preocupação dos empregadores consiste, pois, em conseguir maneiras pelas quais o processo de trabalho que aumente a mais valia, seja a absoluta ou seja a mais valia relativa. Na atualidade, a distribuição flexível, variável

de diversas maneiras, das horas laborais parece ser o terreno no qual se trava a pugna entre empregadores, Estado e trabalhadores pelo controle dos tempos de trabalho.

Com efeito, a duração da jornada de trabalho diminuiu (LEE, MCCAHN E MESSENGER, 2009)., intensificou-se (Ver Verbete Intensidade do Trabalho) e flexibilizou-se. O gráfico 1 é uma representação da curva da jornada de trabalho através de séculos (DAL ROSSO, 1996). O gráfico descreve, aproximadamente, também a trajetória da jornada laboral no Brasil, ainda que em períodos diferentes e em quantidade de horas diversas.

Na atualidade, os trabalhadores tentam manter a redução da jornada alcançada. Começa-se a observar também uma distribuição das horas laborais completamente flexibilizada, conforme já mencionado neste texto: zero hora, horários variáveis, número de horas flexíveis, horas inseguras, intermitência e por aí vai. Ao invés de falar em ampla vitória do capital que exclui os tempos mortos da remuneração, pode-se pensar em um novo terreno de luta dos trabalhadores pelo controle de jornadas inseguras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SUGESTÕES DE LEITURA

CARDOSO, A.C.. M. 2009. Tempos de Trabalho. Tempos de não trabalho. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume. (Sugestão).

CALVETE, C. S.; HORN, C. H (Org.) . A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista: impactos nas relações de trabalho no Brasil. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

DAL ROSSO, Sadi. 1996. A Jornada de trabalho na sociedade. O Castigo de Prometeu. São Paulo: LTr.

DAL ROSSO, Sadi. 2008. O Ardil da Flexibilidade, os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo.

FELSTEAD, A, GALLIE, D, GREEN, F and HENSEKE, G. 2020. Unpredictable times: the extent, characteristics and correlates of insecure hours of work in Britain. *Industrial Relations Journal*, 51(3) ISSN 0019-8692. <https://doi.org/10.1111/irj.12279>.

FINNIGAN, R and HALE, J. M. Working 9 to 5? Union Membership and Work Hours and Schedules *Social Forces*, Volume 96, Issue 4, June 2018, Pages 1541–1568.

KREIN, J. D.; ABILIO, L. ; ALMEIDA, P. F. ; BORSARI, P. ; CRUZ, R. .
Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In:
KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L.. (Org.). Dimensões críticas
da Reforma Trabalhista no Brasil. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018, v. 1, p.
199-304.

LEE, S.; MCCAHN, D. e MESSENGER, J.C. 2009. Duração do trabalho em
todo o mundo. Tendências de jornada de trabalho, legislação e políticas numa
perspectiva global comparada. Brasília: OIT.

MARX, Karl. 1976. Capital. New York: International Publishers. (Sugestão).

LOBBY

Marcos Paulo Dhein Griebeler



Em 1946, os Estados Unidos obtiveram a regulamentação do *lobby*, com o *Federal Regulation of Lobbying Act*. Esta se tornou a primeira legislação sobre o tema no mundo e aprovada com sua justificativa de inserção na Primeira Emenda da Constituição norte-americana, ao estabelecer o direito de criação de associações e de petição. Importante destacar ainda que essa lei foi revisada em 1995, quando foi gerada uma considerável crise ética, por meio de alguns membros e vários funcionários do Congresso e do Executivo, entre os quais o lobista Jack Abramoff¹, o centro do escândalo de extensiva corrupção em Washington (MANCUSO, 2005).

Apesar de representar um elo de negociação importante ao sistema democrático, a atividade do *lobby* estabelece um diálogo direto em prover um canal de acesso aos grupos para que esses possam se fazer ouvir sobre seus interesses, no país ele recebe uma personificação por parte de grandes organizações que veem nessa prática uma forma de garantir seus interesses particulares em prol de grandes vantagens competitivas de seus mercados de atuação² ou então, instrumentalizado pelas bancadas no Congresso Nacional³, como no caso de algumas delas (a evangélica, a ruralista, a bancária e a dos seguros, dentre outras).

Como exemplo prático, Farhat (2007, p. 55) expõe em sua obra as entrevistas com o Senador José Jorge, o qual definiu naquela ocasião que a ação dos lobistas “é a melhor maneira de você se aprofundar sobre um assunto”. Na mesma linha, o ex-deputado Hélio Duque afirma que “a atuação do lobby é fundamental para a democracia”. Essas são apenas algumas formas de ilustrar no quanto o processo político se traduz em um resultado de barganha entre grupos distintos, mas com objetivos claros e de propósitos conhecidos por seus integrantes. Em outras palavras, o *lobby* pode ser classificado, de modo geral, como a ação dos grupos de pressão sobre membros da Administração Pública com a finalidade de influenciar o andamento político em prol de seus interesses, sendo essa atividade dividida em várias etapas.

Contudo, a regulamentação sobre o processo de *lobby* no plano nacional tem seu registro inicial em 1984⁴, pelo então senador Marco Maciel, por seu

¹ Ver filme: O super lobista (2011).

² Ver filmes: Armas na mesa (2016); Obrigado Por Fumar (2005); A Corporação (2003).

³ Ver filme: O Amigo do Rei (2019).

⁴ Em 1984, o Senador Marco Maciel havia apresentado o PLS 25/1984, que foi a primeira tentativa de realmente regulamentar o *Lobby* no Brasil. O Projeto foi arquivado ao final de 1987 e reapresentado em 1989 como Projeto de Lei do Senado – PLS 203/1989, com *status* em Maio/2021 com o resultado: Último estado: 08/01/2007 - AGUARDANDO DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Projeto de Lei (PL) no 25/1984. Este projeto cria a (a) exigência de registro para o lobista que atua no Congresso Nacional. Além disso, (b) obriga o lobista a prestar contas periodicamente dos gastos referentes a sua atuação dentro e fora da Câmara e do Senado. Da mesma forma, ele precisa ainda (c) informar quem é o seu contratante e que projetos está acompanhando. Por fim, ele (d) estabelece punições para os casos de desobediência às regras.

Nesse ínterim, ainda não se tem um consenso desta prática como sendo uma atividade reconhecida e mesmo sendo necessária para uma maior participação dos atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais), isso ainda não vem sendo objeto de prioridade no plano atual, dada sua proposição desde sua gênese ainda não ter sido votado. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que também se verifica na literatura especializada, diferentes visões sobre sua aplicabilidade e acerca de o mesmo ser realmente gerador de um efeito positivo.

Por sua parte, Santos (2007) argumenta que sua regulamentação condiz como condição necessária, mas ainda não suficiente para que se possa aumentar tanto a transparência dos grupos de interesse como dos meios e objetivos válidos por sua influência no processo de políticas públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) (SANTOS, 2007).

Na visão de Thomas (2004), sua regulamentação suscita duas questões. A primeira delas reside nas vantagens injustas que o *lobby* profissional consegue no processo político em relação àqueles que não tem recursos para profissionalizar suas atividades. O segundo ponto está na percepção generalizada sobre as condutas antiéticas dos lobistas e dos agentes públicos quando em interação política.

Como reforço, no caso dos representantes públicos, Oliveira (2004) argumenta que “falta vontade política dos parlamentares” (2004, p.218), uma vez que predominantemente, cumprem a função exercida pelo lobista, ao influenciar em algum momento da tramitação com a finalidade de aprovar ou rejeitar alguma proposta.

Por sua vez, Aragão (1994) observa que ainda no caso de políticos, estes creem que uma regulamentação no Brasil ainda não é necessária por não ter atingido um nível crítico, ou ainda que as regulamentações previstas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados são suficientes para estabelecer as “regras do jogo”.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar ainda que com os avanços como audiências públicas regulares e o acesso pela Internet aos projetos em tramitação, isso faz com que se perca a força por uma efetiva regulamentação da atividade. Isto porque, a transparência (Ver Verbete Transparência Governamental) é entendida por essa parcela de representantes como sendo suficiente para o acompanhamento dos grupos e dos habitantes sobre as atividades.

Existe ainda uma outra corrente, a qual acredita que os membros dos grupos de pressão não veem como eficiente a regulamentação da atividade, que uma vez aprovada, poderia controlar e eliminar os casos de tráfico de influência e de corrupção, pois “denunciar atitudes ilegais é possível com ou sem a regulamentação, dependendo da concorrência entre os grupos de pressão” (OLIVEIRA, 2004, p.219).

Evidencia-se que historicamente no Brasil, existe um déficit histórico considerável em termos de ação coletiva, como no dos grupos mais vulneráveis da sociedade, tais como os desempregados, as vítimas de exclusão, sejam elas de caráter socioeconômico, racial e de opção sexual, dentre outros. Contudo, alguns fatores adicionais podem ser citados como efeitos de reforço para a descrença de regulamentação do *lobby* no Brasil, seja pela falta de conhecimento ou pela percepção negativa da sociedade e da mídia sobre o referido tema.

Dentre algumas alternativas, estaria a prática de análise das leis existentes em países como os Estados Unidos e o Canadá, somado aos Projetos de Lei que já existentes, entende-se que seria possível fazer um estudo sobre as condições necessárias para a regulamentação desta prática no Brasil, com o propósito de tornar as relações políticas mais transparentes e aumentar a *accountability* (prestação de contas) entre a sociedade e o sistema político vigente.

Em outras palavras, pode-se destacar que a própria oportunidade de evitar que o projeto de lei, como apresentado originalmente em 1984, seja efetivamente regulamentado, gera um questionamento premente: Qual a melhor forma de oficializar isso de modo efetivo frente ao contexto nacional? Dito de outro modo, a postergação por si só pode ser a prática de *lobby*, buscando manter o *status quo*, sem prejuízo de interesses particulares de quem representa o coletivo. Com essa demora, quem se torna prejudicado não é o país somente, mas sim, todos os habitantes que poderiam, com sua regulamentação, reforçar a prática da cidadania (Ver Verbete Cidadania).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Murillo de. Grupos de pressão no Congresso Nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no Poder Legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei no 25, de 21 de março de 1984. Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto as Casas do Congresso Nacional, para fins que especifica e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1984. Disponível em: <http://goo.gl/u6GGxQ>. Acesso: 29 out. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Resolução no 17/1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em: <http://goo.gl/GUpkju>. Acesso: 29 out. 2020.

FARHAT, Saïd. Lobby: o que é, como se Faz. São Paulo: Peirópolis. 2007.

MANCUSO, W. *Lobbye* democracia no Brasil. **Revista ComCiência**, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/1K5NX1>>.

OLIVEIRA, Andréa. C. J. **Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 2004.

SANTOS, L. A. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas**: análise comparativa dos Estados Unidos e do Brasil. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, Manoel Leonardo; Cunha, Lucas. Percepções sobre a Regulamentação do **Lobby** no Brasil: Convergências e Divergências. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26459. Acesso em: 20 out. 2020.

THOMAS, C. S. (Ed.). **Research Guide to U.S. and international interest groups**. Westport, CT: Praeger Publishers, 2004

PARA SABER MAIS:

Dados sobre *lobby* nos EUA: <https://lobbyingdisclosure.house.gov/index.html>;

https://www.senate.gov/pagelayout/legislative/g_three_sections_with_teasers/lobbyingdisc.htm

GRAZIANO, Gigi Lobbying, Troca e Definição de Interesses – Reflexões sobre o Caso Americano. Dados - Revista de Ciências Sociais. Vol. nº 37, nº 2, 1994, p. 317-340.

TOLEDO, Gastão A. Grupos de Pressão no Brasil. São Paulo: Instituto dos Advogados de São Paulo, 1985.

LOGÍSTICA REVERSA

Ronaldo Sérgio da Silva

Logística reversa é um termo composto, onde a **Logística** tem sua origem na arte da guerra, a qual trata do planejamento e da realização de projetos, desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e expedição de material (para fins operativos ou administrativos). Enquanto isso, a parte **Reversa** se caracteriza como um ato ou efeito de reverter, restituir, devolver ao estágio anterior ou ao ponto de partida.

Portanto, a Logística Reversa é “O processo de planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e de baixo custo de matérias primas, estoque em processo, produto acabado e informações relacionadas, desde o ponto de consumo até o ponto de origem, com o propósito de recuperação de valor ou descarte apropriado para coleta e tratamento de lixo” (SOUZA, 2016).

Trata-se de um termo bastante genérico e em seu sentido mais amplo, significa todas as operações relacionadas à reutilização de produtos e de materiais. Refere-se ainda a todas as atividades logísticas de coletar, desmontar e processar produtos e/ou materiais e peças usados a fim de assegurar uma recuperação sustentável (amigável ao meio ambiente).

Logística Reversa ou Inversa, de acordo com o Conselho Executivo de Logística Inversa, é definida como: “o processo de planejamento, implantação e controle eficiente do fluxo de custos e armazenamento de materiais, inventários em curso e produtos acabados, assim como de informações relacionadas, desde o ponto de consumo ao ponto de origem, com a finalidade de recuperar valor e assegurar sua correta eliminação” (REVLOG, 2004).

Como procedimento logístico, diz respeito ao fluxo de materiais que voltam à empresa por algum motivo (devoluções de clientes, retorno de embalagens, retorno de produtos e/ou materiais para atender à legislação). Por se tratar de uma área que normalmente não envolve lucro (ao contrário, apenas custos), muitas empresas não lhe dão a mesma atenção que ao fluxo de saída normal de produtos.

Dentre as principais razões que levam as firmas a atuarem mais fortemente na Logística Reversa, conforme Daher *et al* (2006, p.62), estão: (1) Legislação Ambiental, que força as empresas a retornarem seus produtos e cuidar do tratamento necessário; (2) Benefícios econômicos do uso de produtos que retornam ao processo de produção, ao invés dos altos custos do correto descarte do lixo e; (3) A crescente conscientização ambiental dos consumidores.

No que diz respeito aos motivos estratégicos eles podem se dar por: (1) Razões competitivas – Diferenciação por serviço; (2) Limpeza do canal de distribuição; (3) Proteção de Margem de Lucro; (4) Recaptura de valor e recuperação

de ativos. Quaisquer que sejam os motivos que levam uma organização a se preocupar com o retorno de seus produtos e/ou materiais e a tentar administrar este fluxo de maneira científica, isto é a prática de Logística Reversa.

“A Logística Reversa não serve necessariamente para aprimorar a produtividade logística. No entanto, o movimento reverso é justificado sobre uma base social e deve ser acomodado no planejamento do sistema logístico. [...]. O ponto importante é que a estratégia logística não poderá ser formulada sem uma consideração cuidadosa dos requerimentos da logística reversa” (DAHER *et al*, 2006, p.63). Outro ponto importante é que fluxos reversos estão envoltos em um nível de incerteza considerável. Ao se definir um sistema de Logística Reversa, a incerteza sobre quantidade e qualidade se torna bastante relevante.

Por fim, a Logística Reversa sempre é de responsabilidade da empresa que fabricou o produto que está sendo recolhido e, na maioria das vezes, isto traz um retorno financeiro negativo ou, se positivo, de menor significância.

REFERÊNCIAS

DAHER, Cecílio Elias *et al*. *Logística reversa: oportunidade para redução de custos através do gerenciamento da cadeia integrada de valor*. Brazilian Business Review. Vol. 3, No. 1 Vitória-ES, Brasil – Jan/ Jun 2006 pp. 58-73.

RANZZOLINI FILHO, Edelvino; BERTÉ, Rodrigo. *O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil*. Editora IBPEX. Curitiba, PR - Brasil, 2009.

SOUZA, João Carlos. *Reciclagem e sustentabilidade: a importância da logística*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao_Souza8/publication/267546768_RECICLAGEM_E_SUSTENTABILIDADE_A_IMPORTANCIA_DA_LOGSTICA/links/5486fd6b0cf2ef34478ea087.pdf. Acesso em: novembro de 2016.

REVLOG. Grupo de trabalho internacional para o estudo da logística reversa. Revlog, 2004.

Outras referências

BALLI Morales, B. *Lá Logística reversa o inversa*. Em: Revista de Logística, agosto-outubro, Legis. 2012.

NOVAES, Antônio. *Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição – 4ª edição*. Editora Elsevier, 2014.

RAMIREZ, Andres Castellano. *Logística comercial internacional*. 2015. In: Revista de Logística, agosto-outubro, Legis. Blanchard (1995). Ingeniería

logística. Madri: ISDEFE, Castellanos R. A. (2009). Manual de gestión logística del transporte y distribución de mercancías.

SENAI-SP. *Gestão da cadeia de suprimentos*. SESI/SENAI Editora, 2016.

SHIBAO, Fábio Yroshi *et al.* *A logística reversa e a sustentabilidade empresarial*. In: XIII Semead, São Paulo, 2010.

SOUZA, Sueli Ferreira de; FONSECA, Sérgio Ulisses Lage da. *Logística reversa: oportunidades para redução de custos em decorrência da evolução do fator ecológico*. Revista Terceiro Setor, v.3, n.1, Guarulhos - SP, 2009.

LUGAR

Carlos Antônio Brandão

Não é fácil procurar elaborar uma definição sucinta do controverso tema do lugar. Chão, terreno, *place*, são algumas palavras utilizadas para expressar uma ideia de recorte singular de determinado espaço e suas particularidades. Alguma noção mundana de compartilhamento de experiências particulares vividas, de cotidianidade, de sentidos e sentimentos de referência, pertencimento, identidade ou significativa, um ponto singular no espaço, também estão presentes em quase todas as definições de lugar. Outrossim, ainda apresentam algum diálogo com a reprodução social das práticas da vida cotidiana e a interação humana.

Deste modo, o lugar é *locus* do pragmatismo, da reprodução imediata, da convivência, do vivenciado, do circunstanciado e das espacialidades e temporalidade específicas. Porção espacial das práticas da vida cotidiana. Manifestação menos mediada. Portanto, mais imediata, das relações sociais, espaço do acontecer e das singularidades.

No nível de análise fundamental da teia fina do tecido social é importante se atentar para as práticas espaciais no contexto da esfera imediata e pragmática da reprodução da vida cotidiana. “As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial” (CORREIA, 2007, p.68).

Na cotidianidade enquanto *locus* da praticidade, das carências e das preocupações, as respostas imediatas a situações singulares muito concretas são formuladas, e o que aí se afirma é a “necessidade do homem do cotidiano de buscar respostas práticas, condicionadas pelas circunstâncias sociais (...) A superação da superficialidade empírica do cotidiano é uma tarefa que os homens realizam ao adotarem uma postura reflexiva frente à vida cotidiana” (COSTA, 2001, p. 36).

Montaño e Duriguetto (2011, p. 99) caracterizam a vida cotidiana como insuprimível e intrínseca, “nível dos indivíduos enquanto tais”, citando José Paulo Netto. Na visão de Costa (2001), Lukács caracterizou a vida cotidiana pela sua heterogeneidade, imediatividade (ativista-direta), superficialidade extensiva e por um materialismo espontâneo.

Neste espaço há disputas constantes e permanentes entre dominação e emancipação, alienação (*Ver Verbete Alienação no Trabalho*) e desalienação. Neste plano do “mundo da vida” se tecem as intersubjetividades culturais e as expressões dos direitos e liberdades individuais, com suas demandas e lógicas próprias.

Não obstante, é preciso deixar claro que “entender o indivíduo e o cotidiano não é negar as determinações histórico/estruturais mas, ao contrário, é buscar entender como se dão essas determinações nesta esfera essencial da vida. E ao preocupar-se pelo cotidiano já está colocada, também, a preocupação pelos sujeitos que atuam neste cotidiano, ou seja, os indivíduos. Pois, assim como não há sociedade sem vida cotidiana, não há classes, não há grupos, sem indivíduos” (COSTA, 2001, p. 45).

O ambiente construído e suas estruturas envolvem os projetos individuais do terreno da vida cotidiana, mas é também por ele envolvido e elaborado. As ações diretas de pessoas concretas podem estruturar estruturas. “O cotidiano é o nível da reprodução dos indivíduos, e que tem em si, todas as determinações históricas como *solo imediato da ação desses indivíduos*. A relação entre fenômenos sociais e sua essência não pode ser tratada ignorando-se a vida cotidiana, embora, a compreensão teórica dos fenômenos que ocorrem nesta esfera da vida humana não sejam, imediatamente, captados pelo homem do cotidiano (...) [pois] “fenômenos diversos ocultam a essência do seu próprio ser” (COSTA, 2001, p. 46).

No lugar estão presentes as potencialidades e os constrangimentos para se organizar em lutas e armar novas geometrias de poder, constituídas nas práticas imediatas entranhadas na tessitura socioespacial, geralmente de baixa visibilidade. São possíveis aí, rebeldias difusas, indignações, mobilizações e lutas contra opressões e por justiça socioespacial, conflitos promotores de contra-reações protetoras da sociedade atingida e lógicas organizativas portadoras de ações e reações de resistência (em múltiplas formas) e de *encadeamentos de vetos*, que são passíveis ou não de se constituírem em coalizões insurgentes ou alternativas.

São espaços-tempos variados: doméstico, da comunidade etc. que podem “*sustentar uma cadeia permanente de contra-reações*”. Podem engendrar mecanismos mais descentralizados e democráticos de decisão, potencializando ou antepondo cadeias de reação a decisões hegemônicas antipopulares e antidemocráticas.

O lugar pode ser *locus* da opacidade e da alienação, mas, ao mesmo tempo, a partir dele é possível lutar pela desalienação e a emancipação. Da perspectiva do lugar é possível visualizar e assumir a conflitualidade dos projetos em disputa e das coalizões e alianças que vão se armando em cada conjuntura histórica e territorial e reconfigurando as articulações e embates entre as forças socio-políticas presentes em determinado espaço.

REFERÊNCIAS

HOLZER, W. *O lugar na geografia humanista*. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, pp. 67-78, 1999. Disponível em <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso: 02 fev. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais*. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>>. Acesso: 08 jan. 2010.

COSTA, Lúcia Cortes da. *A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento lukacsiano*. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, pp. 33-57, 2001. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/22/19>. Acesso: 12 set. 2015.

Outras referências

BRANDÃO, Carlos A.; FERNANDÉZ, Victor R.; RIBEIRO, Luis C. Q. (Orgs.). *Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2017.

CRESSWELL, Tim. *Place: a short introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

LUGAR DE MEMÓRIA

Daniel Luciano Gevehr

Os lugares de memória, através de sua materialidade, expressam sentimentos e procuram dar sentido ao passado, na medida em que sua constituição e organização procuram evidenciar determinadas formas de com preensão sobre os fatos, os personagens e os lugares que reunidos no mesmo espaço, pretendem despertar a lembrança do passado. Para Nora (1993, p.25) “a memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos” e logo os lugares de memória, além de serem socialmente construídos, consistem em mecanismos de perpetuação da memória coletiva. Os monumentos, as instituições, e tantas outras formas materiais de representação do passado são, muitas vezes, as únicas formas que temos de observar esse passado longínquo e se traduzem, dessa forma, em lugares de memória, por excelência. Entendemos e empregamos o conceito de lugares de memória na acepção de Nora, para quem são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, *material, simbólico e funcional*, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual.

Na história do Brasil, foram vários os exemplos da manipulação da memória coletiva e da construção de lugares de memória, procurando exaltar e dar visibilidade a fatos, personagens e lugares que marcaram a história nacional ou regional. Um desses exemplos pode ser encontrado no estudo realizado por Theodoro (1997) em relação ao movimento messiânico de Canudos, na Bahia. A autora aponta para a importância do “apagamento” do local em que ocorreu o conflito em 1897. Numa tentativa de apagar da memória coletiva o passado de Canudos, o território (ver Verbetes Território) ocupado pelo arraial foi coberto pelas águas do açude de Cocorobó em 1968, em pleno regime militar. Frequentemente no período das secas, podem ser vistas na área cruzeiros, ossadas e crânios, muros, e peças de artilharia. Nessa perspectiva apresentada por Theodoro, percebemos aquilo que para Pollack afirma, quando se refere aos lugares de memória enquanto espaço de preservação de uma memória, na medida em que assim a comunidade o reconhece. Carvalho se refere à associação existente entre a construção dos imaginários sociais e a criação de diferentes símbolos para reforçar uma determinada visão sobre o passado. Para ele, a manipulação dos símbolos, das alegorias e até mesmo dos mitos criados – e presentificados nos lugares de memória – sobre os personagens históricos nos ajuda a compreender a dinâ-

mica que envolve a construção dos imaginários sociais. Com relação à dinâmica que envolve a análise das representações sociais e à construção dos lugares de memória, resgatamos aquilo que Pesavento (2002) chama de *ressemantização* do tempo e do espaço.

Para ela, é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível a realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto. Nesse sentido, a época e o espaço no qual ocorreram essas construções – e que com isso se constituem como lugares de memória – devem ser levados em consideração para que as representações criadas sobre eles se tornem parte integrante da coletividade da qual fazem parte. A cidade, constituída através de seus lugares de memória – é mais que um simples espaço físico, não sendo apenas produzida pela materialidade, mas sim pela simbologia que suas construções apresentam e que reunidas produzem determinados discursos sobre a cidade e o espaço humanizado. Os lugares de memória podem ser compreendidos ainda, como o lócus *contiuuum* da cultura, onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GEVEHR, D. L. Essas mulheres da zona só causam problemas: representações de um meretrício em terras de alemães no sul do Brasil (Taquara – RS). **Cadernos do Tempo Presente**. v. 09, n.09, 2012. p. 01-10.

GEVEHR, D. L. Os (des)caminhos da memória da imigração alemã: o conflito Mucker nas trilhas dos lugares de memória da cidade. **Revista Memória em Rede**. v. 2, n.07, 2012. p. 1-16.

GEVEHR, D. L. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Rev. Bras. Educ.** v.21, n.67, dez. 2016. p. 945-962.

GEVEHR, D. L.; NANDI, A. Os capitéis como lugares de devoção e de celebração em comunidade: representação, memória e identidade em uma colônia italiana no sul do Brasil. **Domínios da Imagem**, v. 12, n.18, 2016. p. 29-49.

MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUCSP]. p. 07-25.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

THEODORO, J. Canudos 100 anos depois: da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas. In: ABDALA JÚNIOR, B. e ALEXANDRE, I. (orgs.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: SENAC; São Paulo/ Boitempo Editorial, 1997. p.89-99.

MARKETING AMBIENTAL

Lurdes Marlene Seide Froemming



O ambientalismo é um movimento organizado que congrega cidadãos, empresas e agências governamentais engajados, com a finalidade de proteger e melhorar o ambiente em que se vive. Os ambientalistas preocupam-se com os efeitos que ações de marketing possam produzir sobre o ambiente orientado para satisfação e necessidades dos consumidores.

As empresas têm atentado ao movimento e se incorporado à preocupação para evitar malefícios maiores ao meio ambiente. As empresas que são socialmente engajadas estão agindo assim não porque estão sendo forçadas ou visando apenas o lucro advindo de serem ligadas ao ambientalismo sustentável. Elas o fazem por ser a coisa certa a fazer, tanto para a empresa quando para o futuro do planeta.

Esta nova concepção tem recebido denominações diversas. Mais atualmente, refere-se a Marketing Ambiental, mas também encontramos o mesmo propósito em denominações como: Marketing Ecológico, Marketing Verde, Marketing Socialmente Responsável. O conceito de todas essas denominações aponta para a consciência de que o crescimento econômico de longo prazo, dependerá da melhor proteção ambiental.

A década de 70, gerou o conceito de Marketing Ecológico, preocupado, predominantemente com as indústrias que causavam impactos ambientais sérios e, também com o desenvolvimento de novas tecnologias e seus efeitos possíveis.

O Marketing Verde, que eclode na década de 90, apresenta o conceito de ser o processo holístico de gerenciamento responsável por identificar, antecipar e satisfazer as necessidades de clientes e sociedade de um modo lucrativo e sustentável.

O Marketing Ambiental é um estágio em que se busca superar o aparente paradoxo entre o objetivo de “ser lucrativo e sustentável”. É o desafio para os profissionais de marketing: focalizar as inter-relações dinâmicas entre empresas, sociedade e ambiente. Um papel importante que o marketing precisará desempenhar, com efetividade, será promover modos mais sustentáveis de viver e consumir.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.C *et al.* *A pesquisa na área do consumidor no marketing ambiental: uma revisão.* XXI Semead, SP, 2009.

BAKER, M.J. *Administração de marketing.* RJ, Ed. Campus, 2005.

DIAS, R. *Marketing ambiental*. São Paulo, Ed. Atlas, 2ª ed. 2014

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. SP, Pearson, Prentice-Hall, 2007.

MARKETING CULTURAL

Marcela Guimarães e Silva

O marketing cultural como a própria designação indica tem origem a partir da conjunção dos conceitos-chave, o de marketing e o de cultura. Esses conceitos são amplamente definidos em inúmeras áreas, mas para o momento considera-se a concepção de marketing como um conjunto de ações realizadas pelas pessoas com o objetivo de satisfazer algumas de suas necessidades por meio de relações de troca, como proposto por Phillip Kotler (1999).

E a cultura entende-se como sugere Isaura Botelho (2001) em duas dimensões. A (a) antropológica, na qual a cultura é resultado das interações sociais dos indivíduos em seu cotidiano por meio das quais esses indivíduos constroem as suas referências, valores e identidade. Já na (b) dimensão sociológica, a cultura passa a ser compreendida dentro de um circuito organizado política, econômica e socialmente preocupados com a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos.

A importância de saber sobre as bases do conceito de marketing cultural ocorre porque historicamente a relação entre o mercado e a cultura foi, e ainda é, alvo de muitas críticas e até mesmo resistência por parte de alguns agentes envolvidos nesse binômio (GREFF, 2013). Então o marketing cultural surge como possibilidade de sistematização da ação mercadológica na produção cultural envolvendo pelo menos cinco principais agentes, orientados por objetivos específicos. Os produtores culturais que são aqueles que trabalham diretamente com a produção artística e cultural e a sociedade como um todo; as instituições culturais responsáveis por promover e realizar os projetos culturais; os intermediários culturais que desenvolvem um trabalho semelhante ao do produtor e do promotor cultural; o setor privado formado por indústrias da cultura e por empresas de outros setores que investem na cultura com o objetivo de trabalhar sua imagem e reputação; e o Estado responsável tanto por fomentar a diversidade cultural, principalmente dos setores culturais não tão relevantes para o mercado, bem como pela definição de diretrizes para uma política cultural.

De forma organizada esses agentes são os encarregados por compor os recursos humanos e financeiros necessários para qualquer ação cultural e conjuntamente com os meios de divulgação colocar em contato a produção cultural com o público ao qual se destina cumprindo o propósito do marketing cultural. E, são essas articulações que fazem com que o desenvolvimento do marketing cultural venha a atender os interesses de cada agente envolvido e a cultura, dessa perspectiva, pode ser compreendida como o insumo principal daqueles que trabalham diretamente com a cultura e como um recurso à organizações e empre-

sas preocupadas em transmitir uma mensagem e desenvolver um relacionamento com os seus públicos de interesse, sendo a cultura nesse caso não sua atividade-fim (REIS, 2003), mas sem torná-la um mero produto comercial. Por fim, vale lembrar que outros conceitos são associados e vinculados ao marketing cultural, tais como o mecenato, a responsabilidade social (Ver Verbete Responsabilidade Social Corporativa), a filantropia, o patrocínio e o apoio cultural.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e das Políticas Culturais**. São Paulo, v. 2, n. 15, abr/jun. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>. Acesso em 06 abr. 2021.

GREEF, X. **Arte e mercado**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2013.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

REIS, A. C. F. **Marketing Cultural e Financiamento da cultura**: teoria e prática um estudo internacional comparado. Thompson: São Paulo, 2003.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. Barueri: Editora Manole, 2007.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing Institucional**: o mercado de ideias e imagens. São Paulo: Pioneira, 1995.

MARKETING DE LUGARES

Lurdes Marlene Seide Froemming

O Marketing de Lugares, que surge com diversas denominações, tais como: Marketing de Cidades, Marketing Urbano, Marketing Territorial, ou ainda com denominações globais, como *City Marketing* e *Place Marketing*, se constitui em uma das especialidades de Marketing, em franca ascensão.

O Marketing de Lugares pressupõe um processo contínuo que deve abranger e envolver todos os cidadãos empenhados no processo de desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) de sua vida e comunidade, seguido do setor público. Estes são os principais atores desse movimento.

O Marketing de Lugares surge como um dos elementos fulcrais do planejamento estratégico das cidades e regiões, partindo de suas singularidades e especificidades, integrando e projetando os locais em contexto mais amplo de competitividade (*Ver Verbete Competitividade Regional*), considerando sua vocação e visão, promovendo-as e posicionando-as com marca identitária.

Uma força propulsora é preciso ser estimulada nos níveis locais que é onde se estreita a proposta do Marketing de Lugares com o Marketing Público. Os líderes políticos, como prefeitos e líderes de partidos, os representantes comunitários e da sociedade e cada cidadão precisam aderir à nova abordagem, para que o clima de mudança se instale e desenvolva os lugares (*Ver Verbete Lugar*).

Identifica-se um projeto de marketing de local ou região bem-sucedida quando os contribuintes, em seu papel de cidadão, de trabalhador e também configurados em organizações (de cunho lucrativo ou social) atingem seus objetivos e obtêm satisfação de seus públicos, quais sejam: a comunidade, seus visitantes, novos negócios e investidores.

Cidades que procuram se transformar e adquirir características inovadoras e empreendedoras na busca de desenvolvimento e sucesso, deverão definir um conjunto de metas numa visão estratégica em que busquem atrair investimentos de cunho econômico, social. Terão isto com o auxílio das estratégias de marketing, potentes agentes de planejamento para o desenvolvimento.

O Marketing de Lugares tem se aliado a novas configurações com suporte importante, como a concepção de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) (*Ver Verbete Cidade Inteligente*) e também com o conceito de *welfare state* (bem-estar social), em suma, que se construa cidades, locais, territórios (*Ver Verbete Território*) de “bem viver”.

REFERÊNCIAS

FROEMMING, L.M.S. *Marketing público*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2010.

KOTLER, P. *et al.* *Marketing de lugares*. São Paulo, Ed. Prentice Hall, 2005.

KOTLER, P. *et al.* *Marketing público*. São Paulo, Ed. Makron Books, 1994.

MARKETING TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida

A evolução do conceito de marketing, relacionando com os lugares (Ver Verbete Marketing de Lugares), propõe-se ampliar seu escopo, contemplando, além do setor empresarial, o âmbito social e o setor público, ou seja, instituições, cidades e territórios, visando ao diferencial competitivo e à consolidação das ferramentas de gestão. Assim, o marketing territorial tem o propósito de criar, fomentar, proporcionar e dinamizar o planejamento voltado ao território e aos produtos e serviços oferecidos localmente (DALLABRIDA, TOMPOROSKI; SAKR, 2016).

A discussão teórica sobre marketing territorial foi introduzida em Kotler, Haider e Rein (1993), denominada de marketing estratégico de lugares. Segundo a compreensão dos autores, as cidades passariam a ser comparadas a um produto para fins de análise competitiva. Essa análise competitiva do território visa posicioná-lo no mercado com um envoltório de diferenciais. Os autores defendiam que o objetivo do marketing territorial seria o de planejar uma comunidade para que satisfizesse as necessidades dos diversos grupos de utilizadores (visitantes, residentes e trabalhadores), as empresas e os mercados exportadores desse mesmo local. Com isso, a cidade deveria conquistar o apoio dos munícipes, dos líderes e das instituições, de forma a torná-los acolhedores e receptivos aos novos desafios, bem como, às novas empresas e ou investimentos que pudessem ser atraídos, devendo apostar numa diferenciação e englobar a elaboração de uma estratégia de marketing adequada às características específicas do local.

Ferrás et al. (2001, p. 69) definem marketing territorial como “[...] a busca da satisfação das necessidades/demandas dos residentes, turistas e investidores de um território ou entidade administrativa-territorial produzindo benefícios para a sociedade civil local”. Sexto *et al.* (2001) expõem quatro princípios básicos do marketing de lugares: (1) pensar e planejar o desenvolvimento a partir dos residentes, turistas e investidores; (2) promover uma análise integrada e permitir ações de acordo com a perspectiva desses públicos citados; (3) promover políticas de desenvolvimento sustentável promotoras da identidade territorial, e (4) praticar promoções com o intuito da visibilidade e notoriedade dos lugares. Já Minciotti e Coutinho (2011), numa visão empresarialista, relacionam o marketing territorial com as perspectivas de desenvolvimento de uma localidade, um município ou território, ressaltando a importância de um eficiente planejamento estratégico (Ver Verbete Planejamento Estratégico) voltado ao mercado. Neste sentido, consideram o marketing como instrumento de administrar processos de troca, visando sempre maximizar a satisfação das partes envolvidas.

Essa troca, é comparável ao que as empresas fazem nas relações com os produtos ou serviços e seus clientes.

O Marketing Territorial cria, fomenta, proporciona e dinamiza o planejamento voltado ao território e aos produtos e serviços oferecidos. Neste sentido, o Marketing Territorial atinge seu objetivo primordial, como estratégia para garantir a diferenciação entre os locais e, conseqüentemente, mantê-los competitivos, seja através de seus aspectos históricos, belezas naturais, culturas populares, produtos, serviços, dentre outros aspectos locais. As ações relacionadas ao branding de território são o passo inicial e podem contribuir na promoção do desenvolvimento de regiões ou territórios.

REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao *branding* de território: concepções teóricas, análises e perspectivas para o Planalto Norte Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 671-685, 2016. Doi: [https://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.4\(10\)](https://doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.17-n.4(10)).

FERRÁS, C. S.; MACÍA, C. A.; GARCÍA, Y. V.; GARCÍA, P. V. El territorio como mercancía: fundamentos teóricos y metodológicos del marketing territorial. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, ano III, n 5, p. 68-79, dez./2001.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing places**: attracting investment, industry, and tourism to cities, states, and nations. New York: Free Press, 1993.

MINCIOTTI, S. A. e COUTINHO, S. E. Marketing de Localidades: uma abordagem ampliada sobre o desenvolvimento da cidade ou região. **Revista Turismo, Visão e Ação**, v. 13, n.3, p. 329-346, set.-dez/2011.

SEXTO, C. F.; ARCE, C. M.; VÁZQUEZ, Y. G.; VÁZQUEZ, P. G. El territorio como mercancía: fundamentos teóricos y metodológicos del marketing territorial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 5, p. 68-79, dez. 2001.

Bibliografia recomendada:

ARAGONEZ, T.; CAETANO ALVES, G. Marketing Territorial: o futuro das cidades sustentáveis e de sucesso. **Tourism & Management Studies**, v. 1, n. Esp., p. 316-329, 2013.

CIDRAIS, Á. (2006). Marketing Territorial dos territórios inteligentes: instru-

mentos para uma nova visão. **Revista Portuguesa de Marketing** v. 19, p. 23-34, 2006.

GREIN, C.; DALLABRIDA, V. R. A inovação é difusa territorialmente, fato ou falácia? Estratégias de marketing territorial e branding como indicadores de inovação em municípios interioranos. **Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 4, n. 6, p. 37-55, Junho de 2020.

LIMA, R. H.; LUZ, R. M.; MINCIOTTI, S. A. O marketing interno como elemento básico ao desenvolvimento de cidades e localidades. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 97, p. 170-181, jan-abr/2017.

METAXAS, T. Place Marketing, place branding and foreign direct investments: Defining their relationship in the frame of local economic development process. **Place Branding and Public Diplomacy**, v. 6, p. 228-243, 2010.

MEMÓRIA

Daniel Luciano Gevehr

Para Le Goff (2003), a *memória* é um elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva. A memória não é apenas conquista, mas também um instrumento de poder. Existe uma luta pela dominação da recordação e da tradição, estabelecendo aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido. Sobre a questão de relembrar os acontecimentos do passado, Le Goff aponta para o fato de que a memória requer um exercício constante de atualização. Acerca disso, o autor afirma que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. De acordo com Monteiro (2001), a memória produzida socialmente – *memória social* – nos chega através de sua expressão material, como textos literários, jornais, monumentos ou instituição. Ainda sobre essa questão que envolve o conceito de memória, destaca-se a afirmação de Catroga (2001), para quem os termos memória social e memória coletiva são sinônimos e possuem o mesmo significado, ou seja, a *proto-memória* e a memória propriamente dita têm uma atualização mais subjetiva e subconsciente, enquanto que esta última e a *metamemória* se expressam como rememoração; por sua vez, à *metamemória* cabe, sobretudo, o papel de acentuar as características inerentes à chamada memória social ou coletiva e às modalidades de sua construção e reprodução. Refletindo sobre a questão que envolve a memória e o ressentimento, Ansart (2004) afirmou que é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente esses sentimentos e representações que envolvem aquilo que ele chama de ressentimento. Deve-se lembrar que, neste caso, a noção de memória coletiva não deve ser entendida como homogênea, ou seja, devemos perceber que nem todos os indivíduos da sociedade lembram os fatos da mesma maneira, sendo portadores também de memórias individuais, construídas a partir de suas próprias vivências no meio social.

Isso nos faz pensar naquilo que Michael Pollack chamou de trabalho de constituição e de formalização das memórias. Segundo ele, para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que ela nos traga apenas o testemunho, mas sim que esta encontre muitos pontos de convergência entre aquilo que queremos afirmar e as memórias de nossos testemunhos. Somente a partir do encontro dessas memórias é que podemos reconstruir as lembranças do passado sobre uma base comum. Considera-se fundamental a ideia de que a memória está menos ligada ao processo de entendimento do passado, mas sim diretamen-

te identificada com os interesses que fazem as pessoas lembrar um determinado fato. Nesse sentido, a memória pode ser manipulada de acordo com os interesses de determinados grupos e de determinadas épocas, o que conseqüentemente nos permite afirmar que não existe uma memória desinteressada. Ao contrário, a memória tem um destino prático, realizando a síntese do passado e do presente visando ao futuro, buscando os momentos passados para deles se servir. Dessa forma, a memória possuiu um atributo fortemente ético, incidindo diretamente sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais.

Outro autor de destaque é Halbwachs (2004) que nos mostra como os lugares (Ver Verbete Lugares de Memória) desempenham um papel fundamental na construção da memória coletiva. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva. Quando uma comunidade elege seus lugares de memória e seus símbolos e heróis - que passam a representá-la - pode-se perceber os condicionantes que estiveram envolvidos nesse processo de construção das representações. Halbwachs mostra-nos como a memória não é resultado de um trabalho individual, mas sim resultado do trabalho coletivo. Para o autor, a memória, inserida no meio social, é construída coletivamente. Com isso, mesmo que um indivíduo, portador de uma memória individual sobre o passado venha a faltar, sua memória será transmitida pelo grupo, que compartilha das mesmas lembranças. A memória é um elemento simbólico indispensável para pensar o passado, uma vez que ela nos faz pensar sobre a dinâmica que envolve a manipulação das lembranças, que operam no sentido de permitir a rememoração (ou não) dos fatos e coisas do passado. A memória serve, ainda, de instrumento de operacionalização desse passado, na medida em que pode servir diretamente aos interesses individuais ou coletivos, fazendo com que certas lembranças sejam esquecidas ou até mesmo ressignificadas, de acordo com os interesses e necessidades do tempo presente, ao qual a memória empresta seu caráter valorativo e simbólico. A memória é ainda, um elemento fundamental na construção da identidade dos grupos humanos, alimentando-se das lembranças - que muitas vezes são contraditórias e desprovidas de criticidade - que por sua vez, são atravessadas por diversos sentimentos, como a raiva, o medo, a paixão, o ressentimento ou até mesmo a nostalgia. Esses sentimentos acabam interferindo no processo de operacionalização e de enquadramento das memórias, especialmente quando essas são tomadas como ponto de partida para a criação de projetos voltados para áreas como o turismo, a gastronomia, festas, etc., que procuram evidenciar a identidade local ou regional enquanto uma possibilidade e um vetor de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento).

Nesse caso, a memória serve de base para a criação de cenários e produtos que tem como característica essencial a rememoração do passado do lugar, trazendo para o tempo presente as lembranças de um tempo que não mais existe. Prova irrefutável é a difusão de roteiros e produtos considerados “típicos” de determinadas regiões, nos quais os saberes e afazeres aparecem como singulares, dando visibilidade aos saberes e afazeres de protagonistas anônimos da história, que através de suas criações, procuram manter viva uma memória sobre a cultura do lugar. No Brasil temos inúmeros exemplos disso, como a difusão dos “Produtos com Indicação Geográfica” (Ver Verbete Indicação Geográfica), através dos quais a memória se articula com as características singulares do espaço físico e humano, permitindo a produção em maior escala de produtos como a cachaça, embutidos, vinhos, cervejas, que apresentam em sua marca, a característica de ser um produto exclusivo, com procedência e indicação do lugar de origem. A memória, portanto, está presente nos mais diversos fenômenos que constituem a dinâmica social e deve ser percebido, antes de tudo, como um importante elemento explicativo para as criações e produções humanas, nas diferentes escalas espaciais.

REFERÊNCIAS

- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004. p.15-35.
- BACZKO, B. **Los imaginários sociales: memórias e esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, F. Memória e História. In: PESAVENTO, S J. (org.) **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p.43-70.
- GEVEHR, D. L. **Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados**. São Leopoldo, Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MONTEIRO, C. **Porto Alegre e suas escritas**. Histórias e memórias (1940 e 1972). Tese (Doutorado em História) 2001. PUCSP.

MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.21-36.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989. p.03-15.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.

SCHMIDT, B. B. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, jun. 2006. p.85-97.

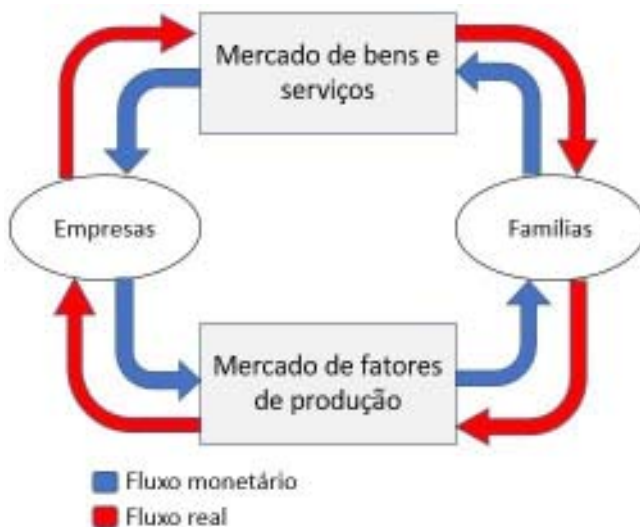
MERCADO DE TRABALHO

Moisés Waismann

O mercado de trabalho é o espaço onde quem oferta e quem demanda a força de trabalho se encontram para fazer a troca desta mercadoria. Os seres humanos vivem e fazem parte do meio ambiente do planeta terra. Ocorre que somos uma das únicas espécies vivas que precisamos alterar a natureza para que possamos viver e sobreviver.

Neste processo de criação da nossa vida produzimos bens e serviços que satisfaçam nossas necessidades. Para tanto, divide-se os agentes econômicos em produtores e consumidores. Os produtores são as organizações responsáveis por fabricar as mercadorias (bens e serviços) que o outro grupo as pessoas (consumidores) necessitam para viver. As organizações são responsáveis por articular e colocar em movimento os fatores de produção na manufatura. E as pessoas são as possuidoras destes fatores de produção. Na figura 1 é apresenta-se o fluxo real e o fluxo monetário em um sistema econômico simples.

Figura 1 – O Fluxo real e monetário na economia



Fonte: Elaborado a partir de <https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-e-fluxo-circular-de-renda/>

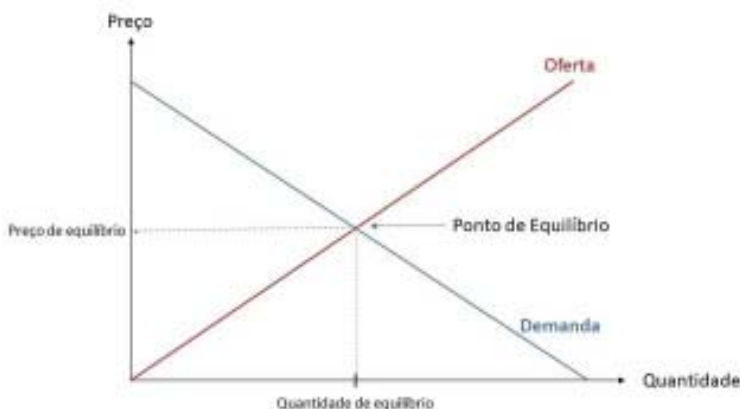
Percebe-se então que num sentido ocorre as trocas reais (em vermelho) e as trocas monetárias, isto é, em dinheiro, contrapartida das trocas reais, ocorre em azul. Os fatores de produção são o capital, aqui entendido como a capacidade de produção instalada, a terra, os insumos e matérias-primas e o trabalho.

Objeto do nosso estudo aqui. Para os físicos, trabalho é uma grandeza que mede a transferência/transformação da energia, já para o Dicionário Michaelis (2021) é o “conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim” e para Johnson (1997) “é toda a atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca”. Marx (1976) nos informa que é atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento.

As organizações são as consumidoras da força de trabalho, pois necessitam para transformar a natureza com o auxílio do capital, ao mesmo tempo em que as pessoas, os seres humanos são os ofertantes da força de trabalho, pois esta é uma condição intrínseca a sua existência, não existe força de trabalho sem a existência da vida dos seres humanos.

Quem demanda, demanda por algum motivo. De acordo com a teoria econômica os determinantes da demanda são a renda e necessidade. No caso das organizações a renda é a expectativa de lucros e a necessidade, bom esta é bem clara, sem a força de trabalho, o processo produtivo fica inviabilizado. Do ponto de vista da oferta de trabalho está se dá pelo custo da subsistência e pelo processo de (re)produção desta. Quanto mais baixo o custo e mais facilitado o processo de (re)produção mais força de trabalho existirá, pois, mais pessoas existirão. Na figura 2 mostra-se um gráfico do mercado de trabalho em equilíbrio.

Figura 2 – Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado a partir de <https://www.dicionariofinanceiro.com/oferta-e-demanda/>

Na ilustração do gráfico pode-se observar que na abscissa, onde está descrito o eixo da quantidade é a quantidade de trabalho, já no eixo da ordenada, onde se vê o preço é a remuneração do trabalho, ou seja, o salário. O ponto

de equilíbrio é onde ocorre a troca entre quem possui a força de trabalho e de quem precisa. E aqui que temos o preço e a quantidade de equilíbrio, dito de outra forma é aqui que temos o salário e o nível de emprego necessário num determinado momento.

Desta forma pode-se aumentar a demanda, quer dizer as organizações irá querer mais força de trabalho se a expectativa de lucros (renda) crescer, assim como a oferta será maior se o custo da subsistência for mais baixo assim como o processo de (re)produção. Percebe-se intuitivamente que não são todas as pessoas que participam do mercado de trabalho assim como aquelas que participam nem sempre encontram colocação. Desta forma apresenta-se o conceito de População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA).

A População em Idade Ativa (PIA), no Brasil de acordo com o IBGE (2021) abrange as pessoas que tem entre 15 anos e 64 anos, isto é, até 15 anos os jovens devem estar prioritariamente estudando, após os 64 anos os idosos deveriam estar recebendo a sua remuneração pela contribuição que tiveram na produção até então. Mas, mesmo as pessoas que fazem parte da PIA, nem todas estão aptas a trabalharem, por vários motivos: doenças, privação de liberdade, estudo, ou mesmo por algum motivo não querem neste momento do mercado de trabalho. As pessoas que assim o fazem, participam da População Economicamente Ativa (PEA). Estas podem estarem empregadas/ocupadas, no caso da figura 2, estariam representadas no ponto de equilíbrio e as outras estariam desempregadas/desocupadas, pois gostariam de estar trabalhando, porém não encontram colocação.

A partir desta informação pode-se calcular a Taxa de Desemprego, ou seja, a proporção das pessoas que querem trabalhar, mas não conseguem colocação sobre o total da PEA. Tem-se também diversos tipos de estruturas de mercado, o mercado formal de trabalho, onde a força de trabalho está devidamente protegida e com todos os direitos garantidos por lei e o mercado informal (Ver Verbete Economia Informal) onde estas garantias deixam de existir.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/>. Acessado em 22/04/201

JOHNSON, Allan G.. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. 300 p. ISBN 8571103933.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Brasil: Brasiliense, 2017.

BORJAS, George. **Economia do Trabalho**. Brasil: McGraw Hill Brasil, 2009.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. 454p.

DICIONÁRIO Básico Escolar de Filosofia. São Paulo: Global, 2013. 328 p. ISBN 978852601498.

ECONOMIA e trabalho: textos básicos. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1998. 283 p. ISBN 8586215074.

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 794 p. ISBN 8534610266.

JOHNSON, Allan G.. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. 300 p. ISBN 8571103933.

MARX, Karl. 1976. *Capital*. New York: International Publishers.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 653 p. ISBN 8502023845.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 459 p. (Os economistas).

MERCADOS ALIMENTARES

Marcio Gazolla

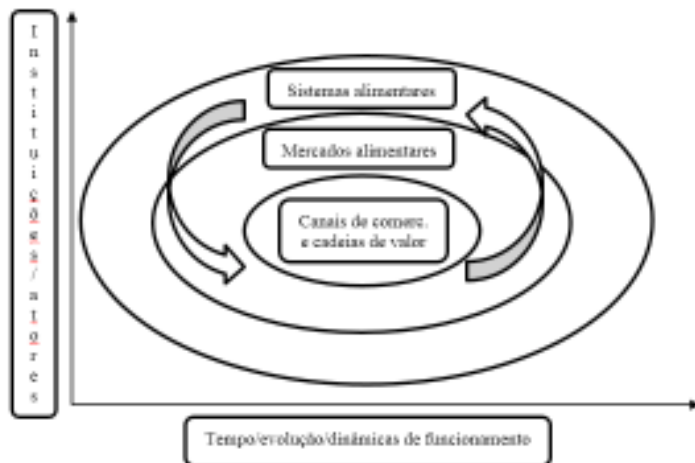
A participação dos agricultores nos processos de troca, visando escoar sua produção de fibras, matérias-primas e alimentos para o abastecimento das cidades, é uma das estratégias econômicas clássicas de seu relacionamento com a sociedade (VEIGA, 1991). Isso ocorre a partir da construção social de mercados e canais de comercialização dos agricultores com os diferentes atores sociais atuantes no sistema alimentar, desde intermediários, indústrias, cooperativas, varejistas, consumidores, entre outros. Alguns estudos ainda reiteram que o futuro destes mercados será sua (re)localização, pois entendem que a tendência predominante do século XXI será a comida artesanal, diversificada, adaptada aos locais específicos e baseada nas relações sociais de reciprocidade (PRA et al., 2016; ALBALA, 2017).

Segundo Schneider (2016), os mercados são relações sociais, que se estabelecem entre agentes econômicos que podem ser produtores ou consumidores, que tem interesse em transacionar bens, mercadorias, recursos ou outros ativos (Ver Verbete Ativos e Recursos Territoriais). A existência de uma relação de mercado pressupõe a existência de trocas, que, em geral, são motivadas por múltiplos interesses dos agentes.

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, seus valores e cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas. Na medida em que as relações e as interações sociais passam a ocorrer através da mediação dos mercados, estes assumem um papel decisivo na organização do cotidiano econômico e da sociabilidade, influenciando atitudes, valores e a ação individual.

Do ponto de vista analítico, os mercados alimentares (Ver Verbete Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)) podem ser definidos também como nível meso de análise do campo da alimentação, agricultura e dos processos de desenvolvimento rural (Ver Verbete Desenvolvimento Rural) e regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), conforme representado na Figura 1.

Figura 1: Mercados alimentares construídos por canais de comercialização e formando sistemas alimentares



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Assim entendidos, eles colocam-se entre os canais de abastecimento e as cadeias de valor, que seriam o nível micro analítico de análise, sendo considerados as células básicas formadoras dos mercados. Nesse sentido, um mesmo mercado seria constituído e identificado empiricamente por seus canais de comercialização e cadeias de valor, que podem ser em número de um ou mais e apresentarem-se de forma muito heterogênea em suas dinâmicas ao longo do tempo e locais (BELLETTI; MARESCOTTI, 2020). Estes canais e cadeias, por sua vez, possuem formas de funcionamento e tipologias diversificadas quanto ao número de elos, atores presentes, níveis de estruturação, comprimento das cadeias (curtas, longas), institucionalidades vigentes e dinâmicas sócio espaciais (SCHNEIDER, 2016).

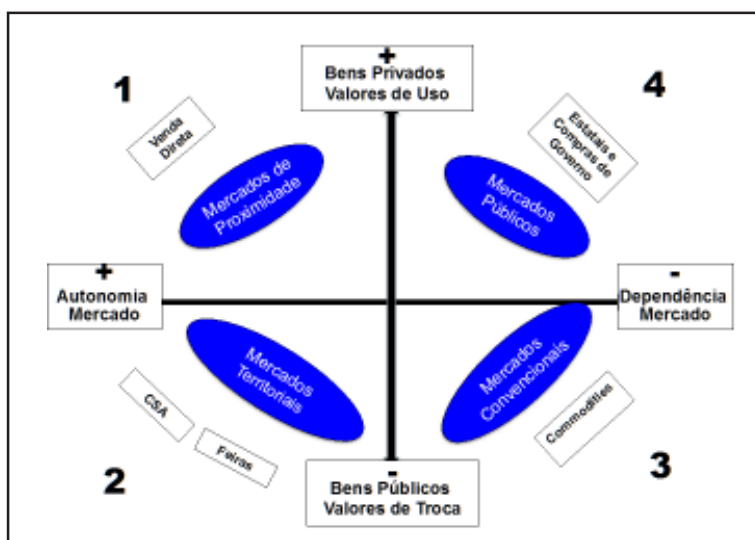
Já os sistemas alimentares seriam considerados o nível macro analítico, constituído pela agregação de estratégias dos diferentes atores e grupos sociais, pelos artefatos tecnológicos, bem como, estruturado por regras e normas institucionais vigentes em suas diferentes dimensões (produção, comercialização, consumo, legislações, logística, Estado, entre outras) (CARON et al, 2018). Os sistemas alimentares conectam-se entre si e se comunicam com outros sistemas societários como o econômico, político, social, tecnológico, entre outros, como prevê a teoria sistêmica (MORAN, 2005). Por fim, vale a pena ressaltar, que os três níveis presentes na figura anterior estão interligados e interconectados, evoluindo mutuamente e contraditoriamente, ao longo do tempo e dos espaços sociais e, de acordo com as dinâmicas das instituições, grupos e atores sociais que os

constroem e os disputam em função da existência de diferentes relações de poder e conjuntos de conhecimentos (LONG, 2006; WISKERKE; PLOEG, 2004).

Segundo Schneider (2016), em relação às iniciativas de agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar), é possível classificar os mercados em quatro tipos: de proximidade social, territoriais, públicos e convencionais, conforme exposto na Figura 2. Nos mercados públicos, estariam as compras governamentais conhecidas no Brasil, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os mercados convencionais seriam aqueles que transacionam grãos, *commodities* e produtos agrícolas. Nestes dois tipos de mercados a característica principal é que os atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais e Verbete Atores Sociais Rurais) atuantes, por exemplo, os agricultores familiares, possuem pouca autonomia e muita dependência comercial, tendo em vista que as regras e normas de funcionamento são ditadas por atores com mais poder.

No caso dos mercados convencionais, por exemplo, há presença de grandes empresas agroindustriais que controlam as cadeias de valor e canais de comercialização, ficando com as maiores parcelas do valor agregado (PLOEG, 2008). Já nos mercados públicos, o papel principal cabe ao Estado, que pode destinar mais ou menos recursos para estas iniciativas, bem como modificar as regras de regulação das trocas, também não dando garantias reais e futuras aos agricultores e outros atores que operam nestes tipos de mercados.

Figura 2: Tipos de mercados para a agricultura familiar



Fonte: Schneider (2016).

Para os agricultores manterem-se com maior grau de autonomia e menos dependência nos mercados, é estratégico priorizar os mercados territoriais e de proximidade social, pois são nestes em que se consegue atuar através de cadeias curtas alimentares, *nested markets* e mercados regionais (WILKINSON, 2008).

Nesta direção, Gazolla e Schneider (2017) explicam que, por exemplo, que as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento (Ver Verbete Cadeias Curtas Agroalimentares) são expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor, objetivando construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos alimentos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. A definição de cadeias curtas resgata, portanto, uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo para compreender os mercados alimentares alternativos, que se refere ao papel da geografia (Ver Verbete Geografia Econômica) e da interação entre espaço e atividade econômica.

REFERÊNCIAS

ALBALA, Ken. Comendo na pós-modernidade: como o comprar, o cozinhar e o comer estão se transformando na Era Digital. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 238-250, 2017.

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. **Short food supply chains for promoting local markets**. Roma: FAO, 2020. 56p.

CARON, Patrick et al. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development**. (2018) 38: 41.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 523p. (Série Estudos Rurais).

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina. 5 Ed., 2005. 120 p. (Tradução de Eliane Lisboa).

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-141. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008. (Série Estudos Rurais).

PRA, Marlene et al. Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 5-27, 2016.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

WISKERKE, Johannes; PLOEG, Jan Douwe van der. (Eds.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Soraya Tanure

A atividade preponderante da metodologia é a pesquisa. O conhecimento humano caracteriza-se pela relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, condizente com uma relação de apropriação. A complexidade do objeto a ser conhecido determina o nível de abrangência da apropriação.

Richardson (1999) aponta que a metodologia engloba os conceitos de ciência (*Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*) e método. Método (do grego *methodos*, significa caminho para chegar a um fim) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo. As investigações pioneiras sobre o conceito de método científico são atribuídas a Francis Bacon (1561-1626) e secundadas no século XVII por declarações de eminentes cientistas, como Galileu, Newton, Boyle, cujas teses gozam de ampla aceitação até os dias atuais.

A metodologia, por sua vez, é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa, a qual compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber (GIL, 2014).

O avanço da ciência e, conseqüentemente, o acúmulo do conhecimento científico, enaltece a importância da metodologia da pesquisa, como um meio de organizar o saber acumulado pela humanidade. A metodologia oferece procedimentos e caminhos para se atingir a realidade teórica e prática de um determinado campo de estudo.

Deste modo, novos conhecimentos surgem a partir de pesquisas realizadas com metodologia adequada a diferentes tipos de problemas, sejam eles da área acadêmica ou profissional. Afinal, a ciência não pode ser encarada como algo pronto e acabado, mas um contínuo em que cada cientista ou grupo de cientistas entrega sua própria contribuição (VIEGAS, 2007).

Sob o viés acadêmico, a metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Tradicionalmente, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas, adequado para a formulação de conclusões, de acordo com objetivos predeterminados.

De acordo com Bunge (1974), seja qual for o método empregado para a solução de problemas, sua execução deve seguir etapas pré-estabelecidas:

1. Descobrimto do problema ou lacuna em um conjunto de conhecimentos;
2. Colocação precisa do problema ou ainda, a recolocação de um problema já conhecido à luz de novos conhecimentos;

3. Procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema;
4. Tentativa de uma solução (exata ou aproximada) do problema com auxílio de instrumental disponível;
5. Investigação da consequência da solução obtida;
6. Comprovação da solução;
7. Correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta.

Por fim, ressalta-se a importância de distinção entre método e técnica de pesquisa. Galliano (1979) conceitua o método como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a serem vencidas na investigação da verdade e no estudo da ciência. Já a técnica de pesquisa refere-se ao modo de fazer, de forma mais hábil e segura, algum tipo de atividade (GALLIANO, 1979). Deste modo, técnicas distintas podem ser utilizadas ao se empregar um mesmo método.

REFERÊNCIAS

- BUNGE, Mario. *Teoria e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GALLIANO, Alfredo Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1979.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social, métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- VIEGAS, Waldyr. *Fundamentos lógicos da metodologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

Outras referências

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MÉTODOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Carlos Fernando Jung

Existem propostas, modelos e métodos para a sustentabilidade e solução de problemas ambientais desde o tratamento da poluição (políticas *end-of-pipe*) que visam neutralizar os efeitos ambientais negativos gerados pelas atividades industriais, à atuação nos processos de produção que geram a poluição (utilização de tecnologias limpas), e para o projeto e reprojeito de produtos, “produtos limpos” (MANZINI e VEZZOLI, 2008). Enfim, a conscientização ambiental levou a discussão e proposição de vários métodos e abordagens para minimizar ou até mesmo “zerar” a degradação ambiental, a saber:

Produção Limpa (*Ver Verbete Produção Limpa*) ou Produção Mais Limpa (*Cleaner Production*, P+L): É uma estratégia que integra aspectos técnicos, econômicos e ambientais e aplicável a melhoria de processos e produtos (VAN BERKEL, 2000). Também pode ser entendida como a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva que integra processos, produtos e serviços, para aumentar a eco-eficiência e reduzir riscos aos seres humanos e ao meio ambiente. Tem como finalidade aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, objetivando a não geração, minimização ou reciclagem dos resíduos e emissões nocivos, e a redução dos riscos para os seres humanos e o meio-ambiente (VAN BERKEL, 2000; CNTL, 2003; GIANNETTI e ALMEIDA, 2006).

Tecnologias Mais Limpas (*Cleaner Technologies*): Visam proteger e conservar o meio ambiente, evitando o desperdício de recursos e a degradação ambiental, almejando o desenvolvimento sustentável (MELLO e NASCIMENTO, 2002). As Tecnologias Mais Limpas têm por finalidades: (i) prevenir para evitar futuros problemas de geração de resíduos poluentes; (ii) serem aplicáveis a determinado processo, ou conjunto de processos de uma determinada empresa; (iii) serem escolhidas em termos comparativos, ou seja, devem ser melhores e mais adequadas que as tecnologias já utilizadas ou existentes (GIANNETTI e ALMEIDA, 2006; MELLO e NASCIMENTO, 2002).

Ecoeficiência (*Eco-Efficiency*): A UNEP (*United Nations Environment Program*) não diferencia Ecoeficiência de Produção Mais Limpa. Entretanto, o WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*) utiliza o conceito de Ecoeficiência de modo fortemente associado ao impacto dos negócios no ambiente. Assim, Ecoeficiência se define pelo trabalho direcionado a minimizar impactos ambientais devido ao uso minimizado de matérias-primas: “produzir mais com menos” (GIANNETTI e ALMEIDA, 2006).

Ecodesign. Os princípios residem em: (i) minimizar o material utilizado e reduzir o leque de materiais utilizados; (ii) evitar substâncias nocivas; (iii) utilizar materiais renováveis, reciclados e recicláveis, com tecnologias não poluentes; (iv) reduzir as sobras de materiais na produção – reutilização de material e reavaliação de peças defeituosas; (v) projetar e produzir produtos duráveis, ou seja, aumentar a vida útil do produto através do reuso ou reciclagem; (vi) utilizar técnica de montagem em módulos; (vii) projetar produtos facilmente reparáveis e passíveis de upgrade; (viii) economizar recursos durante a utilização de produtos – não subestimando a energia consumida durante a vida útil do produto; (ix) facilitar a reciclagem do produto por meio da facilidade de desmontagem e identificação dos materiais recicláveis utilizados; (x) reduzir o consumo de energia na reutilização; (xi) facilitar o desaparecimento no final do ciclo de vida; e (xii) utilizar serviços ao invés de produtos (BREZET, H. e VAN HEMEL, 1997).

Projeto para Sustentabilidade (*Design for Sustainability* – DFS): O design sustentável apoia-se nas três grandes dimensões da sustentabilidade: a social, a ambiental e a econômica, as quais guiam tanto o desenvolvimento de produtos e serviços quanto a criação de cenários sustentáveis (SAMPAIO, MURARO e ZANINI, 2007; COST, 2007; EPA, 2001). O Projeto para Sustentabilidade baseia-se em: (i) re-projetar produtos existentes, (ii) readaptar, atualizar – fazer *upgrading* dos produtos, (iii) estabelecer novos padrões de consumo e (iv) objetivar a sustentabilidade (MANZINI e VEZZOLI, 2008; EPA, 2001).

Projeto para o Meio Ambiente (*Design for environment* – DFE): O *Design for Environment* – DFE é um processo de desenvolvimento de produtos que leva em conta o ciclo de vida completo de um produto, e considera os aspectos ambientais em todas as fases do processo, tendo por finalidade obter o menor impacto ambiental possível durante todo o ciclo de vida (EPA, 2001). O conceito do Projeto para o Ambiente (DFE) abrange: o projeto para reuso de materiais e componentes, o projeto para manufatura, o projeto para uma maior eficiência energética, o projeto para reciclagem e o projeto para desmontagem (BITENCOURT, 2001). A partir da concepção *Design for Environment* - DFE foram geradas as propostas de *Design for Assembly* - DFA e *Design for Disassembly* - DFD (GUIMARÃES, 2006).

Prevenção da Poluição (*Pollution Prevention*): Os princípios da Prevenção da Poluição são: (i) eliminar e/ou reduzir a geração de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos; (ii) prevenir vazamentos e perdas acidentais e prevenir perdas de produtos; (iii) gerar ações normativas focalizadas na prevenção da poluição; (iv) prever a redução ou total eliminação de materiais tóxicos, pela substituição de materiais nos processos, pela reformulação do produto e/ou pela instalação ou modificação de equipamentos destinados a processos de produção; (v) implantar de ciclos fechados de reciclagem (GIANNETTI e ALMEIDA, 2006; CNTL, 2003; EPA, 2001).

Análise do Ciclo de Vida (*Life Cycle Assessment*): Foi proposta pela *Society of Environmental Toxicology and Chemistry* e consiste em uma técnica para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos associados a um produto, compreendendo etapas que vão desde a retirada das matérias-primas até a disposição do produto final (CHEHEBE, 1988). Tem por finalidade avaliar os potenciais impactos ambientais de um produto, examinando todos os materiais e componentes energéticos desde as entradas até as saídas em cada fase do ciclo de vida (EHRENFELD, 1997).

Engenharia Verde (*Green Engineering*): Trata da concepção, elaboração, projeto, operação e utilização de técnicas economicamente viáveis para o desenvolvimento de produtos e processos, que possam contribuir para minimizar a geração da poluição e os riscos para a saúde humana e o meio ambiente (EPA, 2001). Os princípios da Engenharia Verde são: (i) ser Inerente e não circunstancial; (ii) prevenir antes de tratar; (iii) projetar a separação dos materiais; (iv) maximizar massa, energia, espaço, tempo e eficiência; (v) produzir de forma “puxada” ao invés de produzir de forma “empurrada”; (vi) conservar a complexidade; (vii) ser durável e não “imortal”; (viii) conhecer as necessidades e minimizar excessos; (ix) minimizar a diversidade de materiais; (x) integrar locais de fluxo de materiais e energia; (xi) desenvolver produtos, processos e sistemas destinados a comercialização úteis a “vida”; e (xii) utilizar materiais e energias renováveis e não esgotáveis (ANASTAS e ZIMMERMAN, 2003).

Berço ao Berço (*Cradle to Cradle Design*): Esta abordagem incide especificamente sobre o conceito de metabolismos biológicos e tecnológicos como um método para fechar em loops os processos. No metabolismo biológico, os nutrientes que suportam a vida na Terra como a água, oxigênio, azoto e o dióxido de carbono realizam um fluxo regenerativo de ciclos de crescimento, decadência e renascimento de forma que passam de alimentos para resíduos e novamente para alimentos. O método propõe que o metabolismo tecnológico pode ser concebido por analogia com os ciclos dos nutrientes naturais, como um sistema de ciclo fechado em que se agrega valor em produtos sintéticos de alta tecnologia e recursos minerais quando circulam em um interminável ciclo de produção, valorização e re-manufatura (McDONOUGH e BRAUNGART, 2002).

Zero Emissões (ZERI – *Zero Emissions Research Initiative*): As finalidades do ZERI são: (i) evitar a geração de resíduos líquidos, gasosos e sólidos; (ii) utilizar todos os *inputs* na produção; e (iii) destinar os resíduos gerados, quando inevitáveis, à outras indústrias para produzir valor agregado. O método ou programa ZERI é fundamentado na ideia de ser obtido um rendimento total dos insumos e na identificação e formação conglomerados industriais que possam utilizar seus próprios resíduos para a fabricação de outros produtos (PAULI, 1988). A proposta consiste em criar um elo de ligação entre empresas para transformar as

saídas (*outputs*) de um processo em entradas (*inputs*) de outro, desta forma a cadeia alcançaria a emissão zero (PAULI, 1996). Neste contexto, surge a proposta do *Upsizing* que significa a tomada de decisão de uma organização industrial por procurar a Emissão Zero. A Emissão Zero é o objetivo final, o *Upsizing* é o resultado direto (PAULI, 1988;1996).

Estas sínteses permitem entender que os diferenciais das propostas existentes para sustentabilidade ambiental têm sido dependentes da forma de como os problemas vem sendo interpretados pelos autores em função de suas visões e posições ideológicas a respeito do tema. Deste modo, as teorias que sustentam os vários métodos podem ser resultantes dos diferentes entendimentos sobre a problemática que, por consequência, têm produzido efeitos quando planejados e implantados métodos aplicados à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANASTAS, P., ZIMMERMAN, J. B. *Through the 12 principles green engineering*. Environmental Science & Technology. 2003, n. 3, 95-101.
- BITENCOURT, A. C. P. *Desenvolvimento de uma metodologia de reprojeto para o meio ambiente*. Florianópolis, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, UFSC, 2001.
- BREZET, H., VAN HEMEL, C. *Ecodesign: a promising approach to sustainable production and consumption*. Paris: UNEP, 1997.
- COSTA, J. J. *Design e sustentabilidade: do diferencial a característica essencial no desenvolvimento de novos produtos*. Proc. of. Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, 2007.
- CNTL – CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIAS LIMPAS. *Implementação de Programas de Produção Mais Limpa*. Porto Alegre: SENAI, 2003.
- CHEHEBE, J. B. R. *Análise do ciclo de vida de produtos: ferramenta gerencial da ISO 14000*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1988.
- EPA - U.S. *Environmental Protection Agency*. An Organizational Guide to Pollution Prevention. Cincinnati: EPA, 2001.
- EHRENFELD, J. R. *Industrial ecology: a framework for product and process design*. Journal of Cleaner Production, 1997, 5, 1-2.
- GIANNETTI, B. F., ALMEIDA, C. M. V. B. *Ecologia Industrial: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

GUIMARÃES, L. B. M. *A ecologia no projeto de produtos: design sustentável, design verde, ecodesign*. In: Ergonomia de produto (Org.) Guimarães, L. B. V. Porto Alegre: FEENG, 2006.

MANZINI, E., VEZZOLI, C. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: EDUSP, 2008.

MELLO, M. C. A., NASCIMENTO, L. F. *Produção Mais Limpa: um impulso para a inovação e a obtenção de vantagens competitivas*. Proc. of XXII ENEGEP, Curitiba, PR, 2002.

MCDONOUGH, W., BRAUNGART, M. *Cradle to cradle: Remaking the Way We Make Things*. New York: North Point Press, 2002.

PAULI, G. *Upsizing: Como gerar mais renda e criar mais postos de trabalho e eliminar a poluição*, 3, Porto Alegre: Fundação Zeri Brasil – L&PM, 1998.

PAULI, G. *Emissão Zero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

SAMPAIO, C. P., MURARO, G., ZANINI, A. B. *Appliability of D4S methodology for development of sustainable services – sustainable coffe shop*. Proc. of International Symposium on Sustainable Design. Curitiba, 2007.

VAN BERKEL, R. *Cleaner production for process industries: overview of the cleaner production concept and relation with other environmental management strategies*. Perth: Curtin University of Technology, CHEMECA, 2000.

METROPOLIZAÇÃO

Hugo René Gorgone

A metropolização é definida como o processo de transformação de uma metrópole¹ a partir da sua população, de funcionamento e crescimento espacial; tal que as condições do ambiente de desenvolvimento envolvendo outras cidades e clusters ao qual está ligado por vários meios de comunicação e interação. As características-chave são o constante movimento de troca entre os locais de residência, trabalho e lazer da população que a habita, seguido dos níveis de especialização e de interdependência entre os componentes que vão além dos limites do distrito de geografia política (*Ver Verbete Geografia Política*) de cada uma das cidades que a compõe.

O território (*Ver Verbete Território*) das metrópoles, em geral, é amplo, e em alguns casos determina a formação de chamadas megacidades, destacando-se como exemplos de aglomerados urbanos de Nova Iorque, Buenos Aires, México, São Paulo, Xangai, entre outros, onde verificou a adensamento de cidades vizinhas. Na União Europeia considera-se que mais de 70% da sua população vive em áreas metropolitanas.

O fenômeno de metropolização envolve mudanças na base econômica da cidade principal e as que estão junto a ela, bem como aos modos de organização e fluxos de pessoas (movimentos pendulares).

A complexidade do fenômeno da metropolização é um grande desafio para a gestão e a organização que envolve a harmonização de políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) e planejamento conjunto nos transportes, educação, lazer, serviços públicos e segurança. Enquanto isso, essa urbanidade compreende ainda diferentes jurisdições, em alguns casos, de nível hierárquico (ordem de importância econômica, por exemplo, entre as cidades que compõem a Metrópole).

Existem exemplos sobre estas questões a partir da geração de categorias legais mais elevadas chamadas de Áreas Metropolitanas ou ainda com outros nomes (Aglomerado Metropolitana, por exemplo), dependendo da classificação dada por diferentes pesquisadores. Os modelos adotados podem ser atribuídos conforme suas características, sejam elas intermunicipal ou supramunicipal, assim como ações coordenadas ou aquelas que tenham como propósito tentar unificar as organizações que compreendem este recorte territorial.

¹ Metrópole: Termo proveniente do grego, composto por meter (mãe) e pólis (Cidade), entendido então como uma Cidade-Mãe ou Cidade principal. Na Grécia, a definição de Metrópole se referia a cidade que gerava outras cidades a partir da ação de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

BORJA, J. y MUXI, Z. (Eds.). *Urbanismo en el Siglo XXI*. Una visión crítica. Barcelona, Edicions UPC, 2004.

RODRIGUEZ, A. y OVIEDO, E. *Gestión urbana y gobierno de áreas metropolitanas*. Santiago de Chile, CEPAL-UM, 2001.

MÍDIAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO

Marcela Guimarães e Silva

O percurso histórico da sociedade moderna foi acompanhado pela comunicação, e testemunhado pelo surgimento das tecnologias de informação e comunicação, as TICs. Estas podem ser entendidas como a reunião dos meios de audiovisuais, informáticos e comunicacionais que permitem criar, armazenar, recuperar e transmitir informação em grande velocidade e em grande quantidade (MONTEIRO e PINHO, 2007).

Da imprensa à *internet*, foram muitas as transformações pelas quais não só os meios foram modificados pela presença de inovações tecnológicas, mas também as relações políticas, econômicas e principalmente, sociais e culturais. Este avanço dos meios de comunicação se entrelaçou as demais dimensões do desenvolvimento, constituindo o que atualmente conhecemos como modernidade, o que por sua vez deu origem à novas formas de interação social (THOMPSON, 1998).

Na contemporaneidade, as pessoas vivem interligadas por um sistema global de comunicação, sendo que as mídias sociais exercem a função de veículo social, pelo qual os usuários compartilham conteúdos e, a partir destes compartilhamentos geram vinculações sociais. “São consideradas mídias sociais os textos, imagens, áudio e vídeo em *blog*, *microblogs*, quadros de mensagens, *podcasts*, *wikis*, *vlogs* e afins que permitem a interação entre os usuários (TERRA, 2011, p. 02).

Nesse sentido, a produção de conteúdo e o controle sobre as mídias, que por décadas foram operações exclusivas do Estado e dos conglomerados da mídia, se estenderam também para os atores sociais, ampliando as possibilidades de contato, participação e colaboração na construção de uma agenda pautada em interesses e demandas comuns de indivíduos fisicamente e geograficamente distantes. Com isso, o acesso à informação e a sua apropriação, por meio do uso das mídias sociais, desencadearam um movimento de autonomia e empoderamento das mais diversas expressões e vozes da sociedade, reposicionando os atores sociais no processo de diálogo com as diferentes esferas de poder.

Castells (1999) comenta que na Sociedade da Informação a análise do paradigma da tecnologia da informação requer um olhar para além do viés tecnológico, ou seja, é necessário compreender a mudança social que estas inovações representaram ao dar origem a uma nova estrutura social, formada por redes, conjunto de nós conectados entre si, que orientam a política e a economia mundial.

Nesta perspectiva é possível observar que o acesso às mídias sociais e a outras tecnologias de informação e comunicação configuram-se como um ele-

mento estratégico na potencialização do desenvolvimento, no qual estas mídias são fundamentais para a democratização da informação e do conhecimento e, para a tomada de decisões. Entretanto, vale ressaltar que diante da complexidade que consiste o desenvolvimento, é preciso reconhecer que as mídias sociais ainda conservam as características de instrumentos técnicos de transferência de dados através da *internet*, e que portanto, as mesmas devem ser vistas como mais um recurso a ser integrado a este processo maior.

Além disso, o resultado das ações coletivas via mídias sociais só será perceptível se o acesso e o uso desses meios estiverem associados e articulados com as demais estratégias e políticas para o desenvolvimento regional (*Ver Verbetes Políticas para o Desenvolvimento Regional*).

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

MONTEIRO, Elias; PINHO, José. *Limites e possibilidade de tecnologias da informação e comunicação na extensão rural*. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 103 – 121, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revista-intercom/article/view/101/994>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

TERRA, Carolina Frazon. *O que as organizações precisam fazer para serem bem vistas nas mídias sociais sob a ótica da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas*. In: **V Congresso Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas** - ABRAPCORP, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2011/trabalhos/trabalho_carolina.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Outras referências

SAAD, Beth. *Estratégias para a mídia digital internet: informação e comunicação*. São Paulo: Senac, 2003.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, Marcela Guimarães. *A apropriação das TICs por extensionistas e agricultores familiares: possibilidades para o desenvolvimento rural*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014. (pdf).

TERRA, Carolina Frazon. *Mídias sociais... e agora?* O que você precisa saber para implantar um projeto de mídias sociais. São Paulo: Difusora Editora, 2011.

MIGRAÇÃO INTERNA

Helion Póvoa Neto

A migração interna, conforme indica sua adjetivação, denota um deslocamento migratório ocorrido no interior de uma determinada unidade espacial de referência. Essa unidade poderia ser o município, o estado, a região (Ver Verbete Região). Mas, para os propósitos deste verbete, e para os usos de uma obra voltada ao desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), o adjetivo “interna” refere-se, quase sempre, aos deslocamentos migratórios realizados no interior do território nacional. No caso, o brasileiro.

Tomar a definição adotada, na sua forma mais básica, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – “o ato de deixar um município para morar em outro município dentro do Território Nacional” (IBGE, 2010, p. 201) – não resolve todos os problemas de definição da migração e do migrante internos. Uma caracterização mais detida poderia circunscrever os migrantes internos àqueles “usualmente residentes numa área geográfica particular, tendo sido anteriormente residentes em outra área geográfica do país”.

A diferença mesmo sutil, entre “deixar um município” e “tornar-se residente em outra área geográfica” envolve dificuldades quanto à própria palavra “residência”. Esta poderia ser considerada, classicamente, como o domicílio de habitação de um indivíduo, uma família ou um pequeno grupo que nele se detêm, “habitualmente”, na maior parte do tempo, desempenhando atividades de trabalho, ora na própria casa, ora em outro local, mas sempre mantendo um lugar estabelecido de moradia.

O emprego crescentemente precarizado, com consequências para os locais de trabalho habituais, leva a que parte significativa da população não tenha condições para acompanhar essa dinâmica mantendo um único e definido local de moradia. Com isso, multiplicam-se as situações da chamada “mobilidade pendular”, seja na temporalidade diária, seja na semanal, e mesmo compreendendo períodos mais longos. Torna-se crescentemente comum que trabalhadores habitem, ora em residências junto ao local de trabalho, ora em locais de permanência que variam na medida das exigências do mercado de trabalho. Também poderia ser denominado como migratório o deslocamento não motivado estritamente por razões de trabalho, mas ligado à busca por serviços, ou a arranjos familiares.

As migrações temporárias, ou sazonais (Ver Verbete Migrantes Sazonais – no caso dessas, a palavra remete mais aos calendários agrícolas), embora habitu-

almente contrapostas às ditas “migrações permanentes” não devem levar a uma especificação rígida quanto a critérios de temporariedade e permanência. Se casos como o do trabalho de agricultores assalariados diaristas (os chamados “boias-frias”) caracterizam claramente a migração temporária, nem sempre é possível traçar distinções de forma tão clara. Se se considera a migração como tanto um movimento coagido por forças econômicas quanto a realização de um projeto (individual ou coletivo) de superação social, parece inevitável que se considere a migração, no caso interna, como um processo em aberto para os seus sujeitos.

Assim, uma situação de migração para trabalho marcada pela transitoriedade, desde seus momentos iniciais, pode se estender no tempo, uma vez mudadas as condições tanto objetivas quanto subjetivas do migrante, que refaz suas expectativas, seu projeto, e pode decidir por uma permanência, diferentemente do projeto inicial. Tal permanência, por sua vez, não precisa ser tomada como definitiva, estando sujeita, nas mesmas condições de “projeto em aberto”, seja a processos de reemigração, seja ao retorno para a localidade de origem. Retorno esse que pode se dar tanto pelo próprio sujeito que anteriormente migrou, quanto por parte da família, seus descendentes ou ascendentes.

Por outro lado, mesmo um projeto migratório que visa inicialmente à permanência pode ser reelaborado, seja pela frustração das expectativas, quanto ao local de destino, daquele que migrou, seja pela desagregação do núcleo familiar migrante inicial, seja por circunstâncias outras como doenças, morte de um ente querido, ou ainda o nascimento de um filho, uma oferta de emprego etc. Assim, o que se apresentava como permanente torna-se transitório, ou vice-versa.

Dessas relativizações, expostas nos parágrafos anteriores, decorre a importância de se considerar os dados, diretos ou indiretos, sobre migração interna obtidos através de censos demográficos e de pesquisas domiciliares amostrais, como um retrato de um momento, definido arbitrariamente, dentro de um processo social que é profundamente complexo e cujas dinâmicas escapam às análises mais factuais.

No caso do Brasil, o IBGE buscou, em censos anteriores, enriquecer a disponibilidade de dados cessíveis à análise considerando, para as amostras referentes à migração, tanto a pendularidade (local de trabalho localizado em outro município) quanto a diferenciação entre local de nascimento, local da última residência e local de residência em um determinado intervalo de tempo anterior (o quesito chamado “data fixa” no Censo Demográfico).

Uma outra questão a considerar nas análises menos cuidadosas da migração interna é a do uso habitual do termo “êxodo rural”, que designa a migração interna do campo à cidade, mas que deve ser relativizado, por datar de um período histórico em que os migrantes se dirigiam, no Brasil, principalmente de

áreas rurais para áreas urbanas. A migração interna atual é principalmente urbana-urbana, não só de cidades menores para de maior porte, mas também com deslocamentos no sentido oposto.

Ao mesmo tempo, o deslocamento, em geral temporário, de trabalhadores rurais para atividades como o corte da cana, o desmatamento e o serviço nas carvoarias, permanece sendo um vetor importante da migração interna brasileira. Outro conjunto de processos a ser considerado é o dos movimentos de colonização, a partir da região Sul do país, para a Amazônia e áreas de cerrado no Centro-Oeste e Nordeste. Esta colonização, inicialmente considerada como agrícola, tem a ela acoplada uma importante dimensão urbana, uma vez que as atividades desenvolvidas nas áreas de recepção vinculam-se aos serviços urbanos e a atividades agroindustriais.

A representação mais tradicional das migrações internas no Brasil quase sempre incluiu, como tendências de grande monta, tanto o grande movimento inter-regional de nordestinos para o Sudeste e para a Amazônia, como o deslocamento para colonização do Centro-Oeste e Norte por gaúchos. Todavia, esta imagem um tanto simplificada precisa ser repensada à luz da nova disponibilidade de dados e dos movimentos que alteraram, ou mesmo reverteram, algumas tendências anteriores.

No que se refere à disponibilidade de dados indicadores da migração interna, os quesitos censitários abrangeram, das décadas de 1960 à de 2000, informações quanto a: local de nascimento, local de residência anterior, situação de domicílio na residência anterior, local de residência cinco anos antes da pesquisa (“data fixa”), mobilidade intra-municipal, local de trabalho ou de estudo, e tempo de residência (CUNHA, 2012, p. 46). As unidades espaciais consideradas podiam ser o município e o estado (unidade da federação). Esses quesitos não permaneceram ao longo de todo o período abrangido, o que prejudica a comparabilidade em alguns casos, ao mesmo tempo que oferece dados novos a partir do momento em que quesitos são incluídos.

Ainda que com dificuldades na comparação, e considerando a enorme complexidade dos processos sociais envolvidos, há considerável consenso, entre os pesquisadores, de que, a partir da década de 1980, ocorreram algumas transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil (PATARRA, 2003, p. 27). A redução no crescimento metropolitano, tanto nos municípios centrais quanto, em menor grau, nas suas periferias, uma maior importância de migrações de curta distância e intra-regionais, uma crescente urbanização nas ditas “cidades médias” (Ver Verbetes Cidade Média), são fenômenos frequentemente observados.

Simultaneamente, os tempos da migração se aceleram, deixando para segundo plano a imagem emblemática da migração interna como processo cuja

duração, individual ou familiar, abarcava o dado de uma vida ou mesmo de duas gerações, conduzindo quase sempre a um estabelecimento duradouro, tendendo a ser permanente, nas cidades de maior porte. Diferentemente disso, as migrações tornaram-se cada vez mais frequentes na curta distância, envolvendo “idas e vindas”, uma mobilidade espacial reiterada que corresponde tanto a novas exigências do mercado de trabalho quanto à popularização do transporte aéreo, em detrimento dos deslocamentos que eram principalmente rodoviários. Nesse sentido, a noção de “rotatividade migratória” reconhece a complexidade de processos que envolvem fluxos de entrada, saída, inclusive com processos importantes de reversão das tendências históricas verificadas durante a maior parte do século XX (BAENINGER, 2008, p. 19-20).

Para finalizar, cabe ressaltar que a escala (Ver Verbete Escalas Regionais) interna da migração que envolve, evidentemente, a sua limitação dos quadros do território (Ver Verbete Território) nacional, não deve ser tomada em absoluto, como englobando a totalidade dos processos sociais envolvidos na migração.

Dois exemplos podem ser ilustrativos disso. O primeiro deles é o da emigração de brasileiros, especialmente oriundos da região Sul, através da fronteira com o Paraguai, a partir da década de 1950, um movimento internacional que representou uma continuidade das migrações internas provenientes da antiga área de colonização italiana e alemã na Serra Gaúcha, que transbordaram para o território do país vizinho em busca de terras mais acessíveis para a agricultura. O segundo exemplo é o dos fluxos de imigrantes e refugiados que, já neste século XXI, se fizeram sentir a partir da fronteira amazônica, especialmente, haitianos e venezuelanos, que se desdobraram, internamente, em deslocamentos para as demais regiões do Brasil.

Foram processos tanto espontâneos quanto estimulados por setores do agronegócio (Ver Verbete Agronegócio) sulista, no caso de haitianos e outros grupos, quanto por ações de governo como a “Operação Acolhida”, que induziu a um processo de interiorização dos venezuelanos rumo a diversos estados do país, especialmente São Paulo e Região Sul.

Pode-se observar, assim, que a adjetivação “interna” conferida a um movimento migratório corresponde a uma classificação que elege tanto uma determinada escala espacial de referência (município, unidade da federação, região, país) quanto uma determinada temporalidade, a qual definirá – ou não – qual deslocamento será designado como “migração”.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. *Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos

Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da Cunha. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)*, Brasília, v. 20, n. 39. p. 29-50, jul./dez. 2012.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Manual do Recenseador*. CD – 1.09. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

PATARRA, Neide. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. *Texto para discussão*, n. 7. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

MIGRANTES SAZONAIS

Ivaldo Gehlen

Os processos migratórios são bastante estudados em seu caráter empírico e de impactos, porém, metodologicamente e conceitualmente na abordagem acadêmica, apresentam desafios: “Estudar os processos migratórios apresentam dificuldades de mensurar a migração, sobretudo em se tratando do tipo sazonal” (CUNHA, 2005).

O conceito de migrante se refere às pessoas que se deslocam de forma temporária ou permanente intra-territorialmente ou extra-territorialmente, ou seja, permanecendo no interior ou transpondo fronteiras. Trata-se de sujeitos que vivem a radicalidade da antinomia e da complexidade (MORIN, 2003). Fronteiras definidas politicamente como município, estado ou país, geograficamente militarmente ou mesmo simbolicamente. Esses processos podem ser espontâneos por iniciativa do migrante que avalia a situação ou forçados, como por exemplo uma catástrofe ambiental, ocupação militar, perseguição, doenças, etc.

Ao longo da história, a maioria da humanidade em algum momento migrou confirmando que o *homo sapiens* é perâmbulo: “perambular, ir para lá e para cá, sempre fazendo alguma coisa e interagindo como os encontrados ao largo” (GEHLEN, I.; KOCOUREK, S., 2014, p. 236) por natureza. Esse perambular é motivado por razões sociais, econômicas, políticas, culturais, naturais ou individuais. Assim, dependendo do local, da permanência e das causas que levam a migrar, se configuram diferentes tipos de migrações, das quais pode-se destacar alguns, mais comuns sem ordem de prioridade ou importância, pois varia muito no tempo e no espaço. No Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dos Censos decenais e outros estudos se constitui na principal fonte de informações sobre migração.

A Migração externa ou interna normalmente refere-se à indivíduos que se deslocam de um país para outro, no geral buscando melhorar as condições ou qualidade de vida, através de novas oportunidades. A população brasileira é, afora os indígenas, composta por migrantes na sua origem e continua recebendo imigrantes atualmente. Ao mesmo tempo, segundo informações das embaixadas brasileiras, aproximadamente 2,5 milhões de brasileiros vivem em outros países principalmente para Estados Unidos, Japão e países europeus. As Nações Unidas calculam que sejam pouco mais de 1,5 milhões. Os dados são discrepantes pois dependem de metodologias e de considerar ou não os clandestinos. Esta é uma realidade bastante comum para a maioria dos países latino-americanos e asiáticos.

A migração interna ocorre no território nacional, entre cidades, entre estados ou entre regiões, no geral pelas mesmas motivações do migrante externo. É nessa categoria que se classificam as migrações intra e inter-regional. A migração intra-regional é aquela em que o indivíduo se desloca dentro do próprio estado ou região em que vive e a inter-regional expressa o deslocamento é para outro estado ou região (Ver Verbete Região).

Na migração temporária as pessoas se deslocam por um dia ou um tempo maior, porém com retorno programado, para estudos, eventos, troca de serviços, prestar ajuda solidária, etc. Oposta à permanente, cujo deslocamento é sem previsão de retorno.

A chamada migração pendular refere-se ao deslocamento diário ou semanal, em geral em razão de atividades num território limitado, em geral entre cidades próximas ou entre bairros. Alguns autores consideram como pendular a ida à escola ou a outros compromissos mesmo próximos do domicílio.

A migração transumância, conceito que se origina do pastoreio é aquela em que as pessoas se deslocam temporariamente num período do ano para outro local e retornam noutro período do ano, de forma sistemática, ou seja, ocorre praticamente todos os anos nos mesmos períodos.

As migrações sazonais são processos em que as pessoas se deslocam temporariamente para outros territórios (Ver Verbete Território), em geral distante do local de origem mobilizados por necessidades de serviço, temporadas agrícolas, demandas específicas temporárias, eventos, construção civil de grandes obras, eventos religiosos, atividades ou promoções culturais ou sanitárias. O termo sazonal refere-se à estação do ano. Ocorre em determinadas estações, porém diferentes de um país ou região para outra, pois depende de demandas ou necessidades e de disponibilidade de pessoas ou grupos ou segmentos sociais para atender.

A migração sazonal preenche funções fundamentais para o desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), sobretudo regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional), pois ocorre em períodos específicos, de demandas superiores as que a população local pode atender. as pessoas se deslocam segundos eventos da natureza ou estações, da produção / trabalho ou safras, ou religiosos ou culturais.

O encontro dos migrantes com outros operadores locais, muitas vezes se expressa em conflitos de interesses e de posições ocupadas: “no que se refere aos fluxos migratórios vinculados ao agronegócio, (...), ocorre uma divisão e a segregação entre o trabalho físico de trabalhadores rurais migrantes e dos operadores de máquinas agrícolas, e o trabalho intelectual representado pelos empresários, gerenciadores de rede, agrônomos e engenheiros” (PEREIRA, G.G.; BAENINGER, R, 2017 p. 53). O processo migratório, longe de corrigir distorções sociais, de classe, muitas vezes amplia, reverbera.

Os trabalhadores rurais que migram de acordo a época de plantação ou de colheita (D'INCAO, 1976) de determinado produto como: café, cana, frutas, serviços de praia neste caso garçons, vendedores de objetos na areia, turismo de águas, entre outros. Estudos mostram que há uma tendência do migrante sazonal se adaptar a esta condição e transformar numa espécie de identidade socio-profissional, ou seja, concluído uma tarefa, retorna temporariamente para o ambiente de origem e parte para outras alternativas sazonais, muitas vezes repetindo passos anteriores.

O deslocamento das populações residentes no espaço rural para cidades ou para outros espaços rurais, também chamado de êxodo rural, muito importante no Brasil a partir da década de 1930 até os dias atuais, não é considerada sazonal. O mesmo processo ocorre com o mesmo significado no deslocamento de populações que vivem nas cidades para outras cidades ou para o espaço rural. São migrantes e verifica-se de forma expressiva no Brasil, em muitos países da América Latina, na Ásia e em alguns países da África, mas não é um pêndulo sazonal. A Europa vivenciou estes processos anteriormente, principalmente séculos XVIII, XIX e até meados do século XX.

Migrações sazonais geram impactos sociais, econômicos e identitários no encontro com o outro (MARTINS, 1997) ou com outra realidade. O migrante carrega consigo sua história, seus conhecimentos, seus costumes e absorve os do local de permanência gerando processos de mudanças no seu *habitat* de origem. Eles “migram carregados de expectativas e de projetos, dentre os quais ganhar dinheiro, conhecer pessoas, culturas e lugares diferentes dos de sua origem. Carregam suas algibeiras com muitas novas relações, informações, costumes e conhecimentos” (GEHLEN, I.; KOCOUREK, S., 2014, p. 237). Esse processo de (re)territorialização provoca envolvimento cooperativo ou de estranhamento e com o cidadão do local de destino, amplia a noção de pertencimento à sociedade global, despertando a consciência para outras dimensões do pensar e do viver.

O encontro com o outro: os cidadãos no destino, agentes públicos, polícia, serviços de saúde e de lazer, outros hábitos de vida, religiões, conceitos, entre outros aspectos, no destino temporário, oferece a chance de reposicionar sua cidadania e sua identidade sociocultural. “O viver nos limites da própria condição identitária gera ambiguidades. O território que constrói-se a partir das trocas entre migrante e sociedade local aponta para superação de determinismos e aponta para “globalização” de possibilidades que dependem de interações complexas e de perspicácias nas leituras das realidades e das oportunidades” (GEHLEN, I.; KOCOUREK, S., 2014, p. 249).

A migração sazonal contribui para a formação de um perfil mutante tipo camaleônico das identidades sociocultural e socioprofissional, pois na medida em que se reconhecem como parte de uma totalidade mais universal que de sua

origem. Com isso, retornam a ela com mensagens novas que, mesclando-se aos valores originais, reverberam para novos desafios, novas possibilidades e oportunidades, contagiando o cotidiano, até a nova partida.

REFERÊNCIAS

CUNHA, J. M. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005. (disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400001)

D'INCAO, Maria Conceição. O bóia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

GEHLEN, I.; KOCOUREK, S. Impactos sobre as identidades socioculturais e socioprofissionais dos vendedores de roupas e de redes nas praias do Siul do Brasil. In: Gehlen, Ivaldo; Riella, Alberto. (Org.). Território e sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas. 1ed. Porto Alegre: Tomo, 2014, v., p. 235-250.

MARTINS, J.de S. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997

MORIN, Edgar. O Método: A Natureza da Natureza. Porto Alegre: Sulina, 2ª Ed. 2003.

PEREIRA, G.G.; BAENINGER, R. A dinâmica migratória e as políticas sociais: O caso dos trabalhadores rurais migrantes. In RURIS, v. 11, n.1, Campinas/SP, Março de 2017. p. 51-82. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2907/2211> (Acesso em ABRIL/2021)

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MISÉRIA

Dayana Cristina Mezzonato Machado
Pâmela Marconatto Marques

O dicionário LITTRÉ (2021) descreve o vocábulo miséria como estado infeliz; fraqueza; dor física; indignância, privação de recursos ou de coisas necessárias; uma ação ou coisa moralmente pequena; algo de pouca importância ou valor. É interessante notar, nesse conjunto proposto de definições, como boa parte dos significados atribuídos refere-se à experiência de dificuldades graves e de estados de sofrimento, enquanto a outra remete a algo desprezível, sem valor. Essa ambivalência no modo de narrar e atribuir sentidos à miséria como experiência de sofrimento humano em virtude de destituição, despojo, privação não deve ser desprezada.

Na literatura sociológica majoritária, assim como nas políticas públicas (Ver Verbete Política Públicas), a miséria vem sendo identificada como estágio extremado de pobreza (Ver Verbete Pobreza), estabelecendo com ela uma relação direta, de continuidade crítica, calculada a partir de índices arbitrados pelo Banco Mundial em escala global (REZENDE, 2019)¹. De acordo com o Banco Mundial (2017), na América Latina, pessoas que possuem renda inferior a um dólar e noventa centavos (US\$1,90) por dia são classificadas como aquelas que vivem na pobreza extrema. Esse índice passou a ser utilizado em 2015 e é calculado com base na paridade do poder de compra, indicador que considera a necessidade do indivíduo a partir da questão nutricional de subsistência, convertidas em dinheiro (BANCO MUNDIAL, 2017).

De acordo com o historiador francês Michel Mollat du Jardin (1989) esse padrão já podia ser observado durante a antiguidade, quando as narrativas produzidas sobre miséria sinalizavam-na como estágio extremado de pobreza, identificada a partir de alguns limiares que, ultrapassados, evidenciariam a queda na miserabilidade: *um limiar biológico*, ultrapassado quando as condições de saúde fossem tais que a sobrevivência estaria em sério perigo; *um limiar econômico*, ultrapassado quando houvessem colapsado as possibilidades de consumo e troca; e *um limiar sociológico* – ultrapassado quando se desse a completa privação dos recursos necessários para que o sujeito pudesse exercer seu ofício. Em seu estudo, Mollat (1989) evidencia como a Revolução Industrial, o estabelecimento de um Estado liberal e seus desdobramentos mantém intacta a continuidade entre pobreza e miséria, instalando progressivamente a noção meritocrática que atribui ao miserável a culpa por sua condição, fazendo dele um sujeito cada vez menos digno da caridade dos ricos.

O geógrafo haitiano Georges Anglade (1983) refere-se à miséria como condição que denega a possibilidade de dignidade humana, sendo, por isso, inacei-

tável, repulsiva e abjeta, diferentemente da pobreza. Em seu texto “Éloge de la pauvreté”, Anglade afirma que o discurso canônico de combate à pobreza amalgamou pobreza e miséria e assim passou-se a combater ambas como se fossem o mesmo fenômeno, apresentando como solução o desenvolvimento, mimetizado em padrões de vida ocidentais calcados muitas vezes na opulência. Com isso, o autor afirma que os modos de existência locais, possuidores de práticas dignas e saber-fazer de manutenção da vida, foram descartados como possibilidade ou mesmo destruídos. Dessa maneira, populações inteiras que viviam vidas modestas foram desarmadas das suas práticas de sobrevivência, práticas, essas, que combatiam a miséria.

O filósofo iraniano Majid Rahnema (2001), ao referir-se à miséria, descreve pessoas vivendo um grau tal de isolamento que não têm com quem contar, nem alguém para cuidar delas, e que, ao mesmo tempo perderam a força interior ou os poderes regenerativos da pobreza convival ou voluntária. Essa dupla miséria atingiria tais proporções que aqueles vivendo a destituição perderiam até mesmo suas habilidades de pensar e agir com clareza na defesa de seus interesses. Enquanto isso, Jean Robert (2012) considera que a miséria moderna difere muito da pobreza tradicional, podendo ser considerada resultado da negação e da perseguição da pobreza e de sua cultura de mutualidade.

O sistema econômico moderno é o único na história da humanidade que produziu miséria em massa. A produção sistemática de bens e serviços que poderiam satisfazer as necessidades – necessidades socialmente fabricadas – criou carências endêmicas que tornou a população que vive na miséria cada vez mais dependente desses e ao mesmo tempo, incapazes de reencontrar modos de vida autossuficientes (RAHNEMA, 2001; ROBERT, 2012).

Desse modo, a causa da miséria é apontada como o resultado da concentração de riqueza, legitimada e legalizada pelo sistema econômico vigente, que se operacionaliza pelos projetos e discursos do desenvolvimento moderno (RAHNEMA, 2001; ESCOBAR, 2007; MARQUES, 2017), de modo que “a miséria acompanha a riqueza como a sombra acompanha a luz” (ROBERT, 2012, p.4).

O beninense Albert Tévoédjrè (1978, p. 29) segue esse raciocínio, afirmando que a “sociedade da opulência, não controlada nem dominada, adoeceria por causa de sua própria riqueza [...] A riqueza das sociedades industriais dissimula, no fundo, uma crescente miséria”. Percebemos, assim, uma nova conexão, que não estava posta, entre miséria e riqueza desmedida. O combate à concentração da riqueza como possibilidade de enfrentamento à miséria é uma inversão epistemológica que se apresenta nesse campo de estudos.

O sociólogo brasileiro Antônio Cattani (2014, p.20) afirma que a “riqueza contemporânea manifesta-se como fato social total, isto é, pluridimensional, comportando dimensões econômicas, culturais, simbólicas, jurídicas e, sobretudo,

do, políticas”. Estudar profundamente a riqueza – sobretudo a riqueza desmedida, alicerçada sobre expropriações variadas - e seus recônditos mais impenetráveis, seria um importante campo de estudos para as ciências sociais, segundo Cattani. Nesse movimento de “desonrar a riqueza desmedida” (TÉVOÉDJRÊ, 1978), mostrando de que é feita, seria possível operar sua associação direta à miséria, responsabilizando-a por mazelas sociais que, até então, se atribuiu a ela o poder de amenizar.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Monitoring global poverty: report of the commission on global poverty**. Washington, DC: World Bank, 2017. Disponível em <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/353781479304286720/pdf/110040-REVISED-PUBLIC.pdf>>, acessado em 10 de abril de 2021.

CATTANI, Antônio David. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Marcavivual, 2014.

ESCOBAR, A. **La invencion del tercer mundo**. El perro y la rana, 2007.

LITTRÉ. **Dictionnaire de la langue française**. Disponível em < <https://www.littre.org/definition/pauvret%C3%A9>> Acesso em 18 de março de 2021.

MARQUES, Pâmela Marconatto. “NOU LED, NOU LA!” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. **Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2017.

MOLLAT, Michel. Os pobres na Idade Média. São Paulo. 1989.

RAHNEMA, Majid. **The Richest of the Poor: An archeology of poverty**. 2001. Disponível em < <https://www.pudel.samerski.de/pdf/majid.pdf>>, acessado em 04 de setembro de 2020.

REZENDE, Daniela. A Produção Simbólica da Miséria e dos Miseráveis: Estado, Mídia E População. **Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação E Comunicação Em Saúde da Fiocruz**, 2019.

ROBERT, Jean El retorno de los saberes de subsistencia Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 11, núm. 33, 2012, pp. 1-10 Universidad de Los Lagos Santiago, Chile. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30525012016>>

TÉVOÉDJRÊ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**. São Paulo: Editora Cidade Nova. Co-edição Petropolis: Editora Vozes, 1981.

MOBILIDADE SOCIAL

Paulo de Martino Jannuzzi

Mobilidade social é um constructo sociológico entendido como a mudança de conjunto de indivíduos de uma posição social para outra, em um dado período de referência, entendendo posição social como uma condição de renda, classe socioeconômica ou mais comumente como *status* da sua inserção ocupacional (BOUDON e BOURRICAUD, 2001).

A análise de mudanças ocupacionais é o método clássico de realizar estudo de mobilidade social, pelo fato da condição profissional ser um indicador mais robusto e estável da posição de um indivíduo na estrutura social. A renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*) pode ser uma variável mais volátil em diversas sociedades e de mais difícil recordação em levantamentos empíricos sobre mobilidade. Deste modo, mobilidade social confunde-se na maioria dos estudos com mobilidade socioocupacional e do ponto de vista metodológico, desdobra-se na análise de transições de ocupação entre dois momentos de referência.

A mobilidade intrageracional é, neste sentido, o movimento do indivíduo em duas diferentes fases do seu ciclo de existência, no início da sua atividade profissional e no momento atual ou de sua aposentadoria, por exemplo. A mobilidade de carreira diferencia-se da anterior por representar um dos possíveis episódios de mudança ocupacional entre dois momentos específicos, em geral, situações marcantes da econômica nacional, plano econômico ou mudanças da legislação trabalhista. Há ainda a mobilidade intergeracional, se, em vez disso, se confronta a profissão de um indivíduo com a profissão do pai na mesma fase do ciclo de vida.

A mobilidade pode ser horizontal ou vertical. Se a passagem de uma posição social para outra não muda a sua condição de classe ou status ocupacional, a mobilidade é dita horizontal. Mobilidade vertical, ao contrário, significa a transição para uma situação melhor em termos de renda ou prestígio ocupacional – mobilidade ascendente – ou pior – mobilidade descendente. Imobilidade, como o nome o revela, é a situação de permanência na mesma ocupação, estrato socioocupacional ou padrão de renda no período de tempo considerado.

Os determinantes da mobilidade social são apontados nos estudos clássicos como a industrialização, urbanização e acesso à escolarização. O crescimento da indústria e a urbanização provocam mudanças intensas no espectro ocupacional, com criação de novas e diferentes ocupações, e também a diminuição e desprestígio de outras mais tradicionais. Ocupações de serviços passam a se expandir mais rapidamente que postos de trabalho no campo, de menor remuneração.

ração e prestígio. Os fluxos migratórios do campo para cidade provocam o aumento da mobilidade, em parte horizontal, outra parte vertical e ascendente. O acesso à escolarização potencializa, para determinados grupos, a possibilidade de ascensão às ocupações técnicas e outras mais especializadas no meio urbano, ampliando o circuito da mobilidade ocupacional.

De fato, esses são os processos que Pastore & Valle Silva (2006) propuseram para entendimento da intensidade e padrão da mobilidade social no país. A formação da sociedade urbano-industrial brasileira no século XX teria sido acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. Nele, a maior parte da população economicamente ativa teria galgado postos de trabalho urbanos, não manuais ou de maior qualificação, como resultado das mudanças estruturais induzidas pela industrialização, migração rural-urbana e ampliação da oferta educacional por que passou a sociedade brasileira no período.

De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos dinamizadores sobre toda a economia atuariam, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, nos transportes, nos serviços, na administração pública e, enfim, em outras ocupações urbanas, não manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam a atender à demanda por mão-de-obra induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior especialização técnica.

Embora intensa, a mobilidade social no país teria se caracterizado por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de *status* de classe de origem e pelas curtas distâncias socioocupacionais percorridas, outro achado recorrente nos trabalhos da área. Tal padrão aparentemente antiético de mobilidade – em que muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social – seria resultado da natureza restrita da mobilidade socioocupacional dos trabalhadores rurais e de seus filhos. Para a grande maioria dos volumosos fluxos de trabalhadores de enxada que chegavam do campo, as oportunidades ocupacionais acabaram se restringindo às ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano, na prestação de serviços, serviços domésticos e construção civil (JANNUZZI, 2002).

No Brasil, os estudos de mobilidade social, na perspectiva aqui apresentada ainda são pouco frequentes. Em que pese, está o fato de o país dispor de dados em cinco momentos, por meio de pesquisas mais amplas que o IBGE realizou em 1972, 1982, 1996 e 2014. Em meados dos anos 1990, os estudos sobre mobilidade social pareciam estar ganhando destaque na agenda de pes-

quisa das ciências humanas no bojo das releituras, avaliações históricas e revisitações aos temas clássicos que o final do século XX e os “500 Anos de Descobrimto” pareciam suscitar na comunidade de pesquisadores sociais no país. Realizados alguns estudos nessa perspectiva, o fato é que essa tendência não se concretizou.

A resistência de operacionalizar conceitos de classe social em bases empíricas e a tradição da pesquisa econômica valendo-se de análises transversais com base em classes de renda talvez sejam parte da explicação. Contudo, a última pesquisa nacional disponibilizada nesse sentido (realizada em 2014) abre novas perspectivas para que o fenômeno seja novamente revisitado, à luz das transformações econômicas e da estruturação das políticas sociais dos últimos quinze anos.

REFERÊNCIAS

BOUDON, R. & BOURRICAT, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

JANNUZZI, P. M. *Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, jul./dez. 2002.

PASTORE, J. & VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2006.

Outras referências

JANNUZZI, P.M. *Migração e Mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 2000.

_____. *As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica segundo Censo Demográfico 2000*. **Revista da Abet**, São Paulo, volume 4, n. 2, p.61- 95, jul-dez 2004.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP,1979.

RIBEIRO, C. A. C. *Mobilidade e estrutura de classes no Brasil Contemporâneo*. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014, p. 178-217.

_____. *Quarenta anos de mobilidade social no Brasil*. **Dados**, n. 55, p.641-679, 2012.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro: Revan-Ipuerj-UCM, 1999.

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

Carlos Fernando Jung

Os modelos existentes para Desenvolvimento de Produtos (DP) e Processo de Desenvolvimento de Produtos (PDP) envolvem doutrinas e conceitos que representam distintas visões de mundo. Buss e Cunha (2002) afirmam que as abordagens sobre os modelos referenciais para o desenvolvimento de produtos encontrados na literatura são muitas vezes desconexas e apresentam diferenças metodológicas em função das distintas visões dos autores e aplicações mercadológicas.

No mesmo pensamento, Kasper (2000) afirma que os conceitos, definições e experiências assimilados ao longo do tempo formam um modelo mental a partir do qual são desenvolvidos procedimentos metodológicos e várias linguagens para descrever os fenômenos, situações e problemas. Para Dutra e Nóbrega (2002), os modelos mentais podem afetar a percepção e as ações porque influenciam a forma de visualizar o mundo.

Pahl *et al* (2005) afirmam que uma Metodologia de Projeto representa um conjunto de procedimentos com indicações concretas para ações de projeto e desenvolvimento de sistemas. Deste modo, para ser possível representar, visualizar, comunicar e executar um conjunto de regras metodológicas faz-se necessário a utilização de modelos.

Os modelos têm por finalidade a representação dos conhecimentos, fenômenos e sistemas, constituindo a forma estruturada que possibilita a compreensão de tudo àquilo que é descoberto e produzido em qualquer parte do mundo (FOUREZ, 1998). Bonsiepe (1978) afirma que um modelo metodológico não deve possuir o fim em si mesmo e somente deve auxiliar no desenvolvimento de produtos através da orientação durante o processo. Com isso, é necessário que profissionais da área de engenharia do produto façam escolhas adequadas de modelos metodológicos para Desenvolvimento de Produtos (DP) ou Processo de Desenvolvimento de Produtos (PDP), considerando o tipo de aplicação e porte da empresa.

Um importante fator que pode contribuir para a escolha de um modelo é o conhecimento das suas características lineares e sistêmicas. Por exemplo, um modelo linear propõe a solução de problemas através de estratégias que seguem em linha reta, em etapas sequenciais, não existindo feedbacks entre as etapas metodológicas (MUNIZ e PLONSKI, 2000). Geralmente, é caracterizado por quantificação, previsibilidade, regularidade e controle. Já em um modelo sistêmico, as propriedades das partes devem ser compreendidas dentro de um contexto maior. As etapas do processo metodológico para gestão e desenvolvimento são elaboradas a partir do entendimento das relações entre suas partes, conexões e interdependências (FREITAS, 2005).

Um modelo de Desenvolvimento de Produtos (DP) é formado por um conjunto de etapas que possuem procedimentos destinados a transformar informações sobre demandas e oportunidades de mercado em especificações técnicas para a fabricação de um novo produto (PAHL *et al.*, 2005). Modelos de Processo de Desenvolvimento de Produtos (PDP) são mais amplos, iniciam no planejamento estratégico do projeto, determinam o processo de gestão e desenvolvimento do produto e, posteriormente, propõem o acompanhamento no mercado e descontinuidade do produto (CHENG, 2000; ZUIN, 2004; TOLEDO *et al.*, 2006).

Na mesma linha dessa diferenciação, Echeveste (2003) afirma que o Desenvolvimento de Produtos (DP) está mais associado às atividades tradicionais de engenharia – projeto, desenvolvimento e fabricação, enquanto que o Processo de Desenvolvimento de Produtos (PDP) inclui todas as fases e atividades tanto do DP, como também, aquelas relacionadas a gestão do processo, marketing, comercialização, distribuição e serviços pós-venda.

Andrade (2007) afirma que os modelos analíticos e lineares podem ser considerados como termos equivalentes, pois se concentram em relações de causa e efeito. Um modelo linear está restrito a situações em que há: (i) razoável grau de estruturação dos problemas; (ii) razoável estabilidade do sistema; (iii) baixo grau de complexidade dinâmica; e (iv) baixo grau de influência das percepções de diferentes indivíduos a partir de distintos interesses. Esse autor resalta que um modelo linear se concentra nas propriedades estáticas e estruturais do processo.

Viana (2007) afirma que um modelo linear é baseado principalmente em uma experiência anterior, um padrão ou modelo pré-estabelecido ou em um conhecimento específico assimilado. Por sua parte, Grizendi (2007) diz que esse modelo possui uma visão associada à obtenção de conhecimentos específicos relacionados apenas à produção pretendida. Um modelo linear baseado na formulação de leis tem como pressuposto a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a mensagem transmitida é de que o passado se repete no futuro. Pensar de maneira linear significa enxergar o mundo da matéria como uma máquina cujas operações podem ser determinadas exatamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno, um mundo onde o racionalismo cartesiano torna-se cognoscível por via da decomposição dos elementos que o constituem (SANTOS, 1988).

Segundo Ackoff (1981), as principais características do pensamento analítico que fundamentam a concepção de modelos lineares são: (i) análise, (ii) reducionismo, (iii) determinismo, e (iv) mecanicismo. No processo de pesquisa, a utilização da “análise” requer supor que todos os fenômenos simples ou compostos podem ser entendidos pela verificação separada das partes que os inte-

gram (CHECKLAND, 1994). O “reducionismo”, principal legado da concepção cartesiana, estabelece que qualquer fenômeno pode ser explicado partindo da análise de causas particulares em direção a causas mais gerais (ACKOFF, 1981). O “determinismo” estabelece que todas as inter-relações entre os fenômenos podem ser reduzidas a relações de causa-efeito simples, sendo que em todo o universo cada efeito é visto como uma nova causa para a etapa seguinte (STEWART, 1996).

Rapoport e Hovarth (1968) afirmam que o “mecanicismo” considera um sistema como uma cadeia de eventos, onde cada componente se relaciona de modo serial ou aditivo contribuindo para o funcionamento do todo. Para entender o todo, basta compreender o funcionamento da seqüência de ligações entre os componentes que formam o sistema. Para Ackoff (1981), o pensamento analítico que fundamenta um modelo linear considera um sistema e suas partes como estruturas fechadas, redutíveis a relações de causa e efeito simples, sem influências externas.

Desta forma, em modelos lineares ou analíticos é possível encontrar-se características como: (i) a linearidade, (ii) a inter-relação de causa e efeito, (iii) o fechamento e (iv) a hierarquia. Para Furtado e Freitas (2004), ao longo do tempo, modelos lineares mostraram-se limitados, devido a serem excessivamente mecanicistas. O principal fator que contribuiu para o insucesso desses modelos foi a não consideração das variáveis sociais, que podem influenciar positivamente ou negativamente no processo de desenvolvimento de novos produtos. Corroborando, Forrester (1961) apud Kasper (2000) afirma que modelos lineares são totalmente inadequados para modelar as características de organizações e de processos sociais.

Jordan (1974) afirma que um sistema é um conjunto de elementos unidos por algum tipo de interação ou interdependência que forma o todo. Um modelo sistêmico centra-se no comportamento, na dinâmica do processo e na função geral do sistema (ALVES, 2007). Andrade (2007) comenta que um sistema não pode ser entendido apenas pela análise, mas exige um enfoque que segue do todo para as partes através da síntese. A síntese não gera conhecimento detalhado da estrutura do sistema, mas fornece entendimento do todo. Corroborando, Gramsci (1987) afirma que, atualmente, as atividades humanas tornaram-se complexas e é necessária a compreensão das partes e suas interações para a solução de problemas sociais, tecnológicos e de produção.

Checkland e Scholes (1990) afirmam que existem três componentes constitutivos que podem explicar um sistema, sendo: (i) elementos inter-relacionados, (ii) estruturação em níveis, onde os elementos se comunicam através de feedbacks e existem ações de controle, e (iii) capacidades adaptativas.

Por sua parte, Kasper (2000) diz que um sistema é composto por elementos ou objetos inter-relacionados, existem processos de comunicação, controle e

uma estruturação em níveis, possuindo propriedades emergentes e capacidades adaptativas como características pelas quais pode ser identificado como um ente integral ou unidade complexa. Para Checkland (1994), um sistema é um todo estruturado em níveis e etapas que se inter-relacionam pela ação, comunicação e controle que viabilizam a adaptação a um ambiente em constante processo de mudança. Senge (2004) considera que um modelo sistêmico pode identificar inter-relacionamentos, ao invés de eventos; para ver padrões de mudança, em vez de recortes instantâneos.

Um modelo sistêmico pode ser identificado a partir dos pressupostos de: (i) circularidade e recorrência - implicando na existência de algum caminho circular entre as etapas (feedbacks) e a recorrência dos processos que as realizam; (ii) hierarquia - que requer a existência de restrições às quais as diversas etapas e subsistemas estão subordinados, como parte de um padrão organizado que auxiliam a formar; (iii) abertura e fechamento - que denota a necessidade de um conjunto de interações fechadas, mas com abertura a trocas com o meio ambiente; e (iv) adaptatividade - que busca a compreensão das interações que geram as capacidades de continuidade de entidades e fenômenos complexos, frente aos impactos das variações ambientais (KASPER, 2000).

Desta forma, características lineares e sistêmicas podem revelar a forma como os indivíduos entendem o mundo e elaboram métodos para o desenvolvimento de novos produtos e processos. Esses métodos, por sua vez, podem influenciar o desempenho dos processos de desenvolvimento nas empresas.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R. L. *Creating de corporate future*. John Willey & Sons, 1981.
- ALVES, J. B. M. *Introdução a teoria geral de sistemas*. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/tgs/LivroTGS-01a.doc>>. Acesso em: 19 Set 2007
- ANDRADE, G. K. *Pensamento sistêmico*. Disponível em: <www.inf.pucrs.br/~gilberto/tgs/pensamento%20sistemico4.pdf> Acesso em: 20 Set. 2007.
- BONSIEPE, G. *Teoria y práctica del diseño industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- BUSS, C. O., CUNHA, G. D. *Modelo referencial para o processo de desenvolvimento de novos produtos*. Anais. XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador, Bahia, 2002.
- CHECKLAND, P. *Varieties of systems thinking*. the case of soft systems methodology. *Systems Dynamic Review*, 1994.
- CHECKLAND, P., SCHOLLES, J. *Soft systems methodology in action*. Chichster: John Willey & Sons, 1990.

CHENG, L. C. *Caracterização da gestão de desenvolvimento do produto: delineando o seu contorno e dimensões básicas*. Anais. II Congresso de Gestão e Desenvolvimento de Produto. São Carlos, 2000.

DUTRA, A. C. C.; NÓBREGA, M. F. 2002. *Learning organizations: o SAC como fonte de aprendizagem nas organizações de serviços*. Anais. XXII ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba.

ECHEVESTE, M. E. S. *Uma abordagem para estruturação e controle do processo de desenvolvimento de produtos*. Porto Alegre: UFRGS. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

FOUREZ, G. A. *A construção das ciências: introdução a filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Unesp, 1998.

FURTADO, A. T.; FREITAS, A. G. *Nacionalismo e aprendizagem no programa de águas profundas da Petrobrás*. Revista Brasileira de Inovação. Rio de Janeiro. v. 3, n. 1, jan/jul, 2004.

FREITAS, W. B. *As teorias do caos e da complexidade na gestão estratégica*. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Mestrado em Administração. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2005.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Circulo do Livro, 1987.

JORDAN, N. *Temas de psicologia especulativa*. Buenos Aires: Troquel, 1974.

KASPER, H. *O processo de pensamento sistêmico: um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referência proposto*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MUNIZ, S., PLONSKI, G. A. *Competitividade e aprendizagem tecnológica e organizacional: um elo indissociável*. Anais. XX ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bauru, São Paulo, 2000.

PAHL, G.; *et al. Projeto na engenharia: fundamentos do desenvolvimento eficaz de produtos, métodos e aplicações*. Trad. Werner, H. A., 6ª ed. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 2005.

RAPOPORT, A., HOVARTH, W. J. *Thoughts on organization theory*. General Systems. In: BURCKLEY, W. (ed) *Modern System Research for the behavior scientist*. Chicago, 1968.

- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. Revista Estudos Avançados. v. 2, n. 2. Mai/Ago, 1988.
- SENGE, P. M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. 16 ed. (Trad.) OP Traduções. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2004.
- STEWART, I. *Os números da natureza: a realidade irreal da imaginação matemática*. Rio de Janeiro: Roço, 1996.
- TOLEDO, C. et al. *A gestão do processo de desenvolvimento de produto em empresas brasileiras de pequeno e médio porte do setor de máquinas e implementos agrícolas*. Anais. XXVI ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Fortaleza, Ceará, 2006.
- VIANA, S.F. *O pensamento criativo*. Disponível em: <www.infonet.com.br/users/fviana/didatico/FBC-O%20PENSAMENTO_CRIATIVO.htm>. Acesso em: 20 Set 2007.
- ZUIN, L. F. S. *Utilização do processo de desenvolvimento do produto na criação de um modelo para gestão da inovação na produção agropecuária* – GIPA. Revista Informe GEPEC. v. 8, nº 2, jul/dez., 2004.

MODELOS EXPLICATIVOS

Egon Roque Fröhlich

É importante iniciar ressaltando que durante a evolução científica da humanidade, o conceito de modelo esteve estreitamente relacionado com o que denominamos de paradigma (*Ver Verbete Paradigma*). Houve épocas em que os dois termos ou conceitos eram usados indistintamente (KUHN, 1996).

Na linguagem popular o termo modelo é de uso comum e diário. As pessoas falam em modelo de automóvel, de calçados, de vestidos, de misses, de chapéus, de bicicletas, moradia, caminhão, vestuário, televisor, líderes políticos e desportistas etc. ampliam o rol e abrangência do uso do termo modelo. Ele pode ser considerado como certa orientação geral para o estudo de certa classe de fenômenos que podem ser econômicos, administrativos, sociais e assim por diante. Modelos de explicação são comumente considerados como diretrizes ou guias em esforços de reflexão e investigação.

Na linguagem do dia a dia e na academia, a palavra *modelo* se presta a muitos usos: por exemplo, modelo de desenvolvimento agrícola, modelo de propriedade agrícola, modelo de difusão de inovações ou de nova tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*), modelo de escola profissional rural, modelo de empresa rural ou cooperativa agrícola, modelo de educação a distância, modelo de assentamento rural etc.

O uso de modelos é de uso frequente em ciências exatas e humanas (sociais). Com frequência os modelos são usados na Economia para descrever o funcionamento dos mercados. Há profusão de modelos que são apresentados e discutidos na Econometria, na Estatística e na Matemática para a descrição de séries temporais, estudos comparativos em economias regionais e internacionais, previsões, tendências e outros. Na psicologia há modelos resultantes de estudos sobre a memória, os testes de personalidade compreendem outra fonte de modelos de explicação. Na sociologia consideram-se os modelos de decisão nas inovações das novas tecnologias ou ao propor modelos do tipo ideal de sociedade. Em geografia, os modelos de espaço rural e urbano são de amplo uso.

Na academia, o conceito costuma ser usado e discutido diariamente. Ele serve como uso para mostrar a relação entre fatores muito simples. A relação entre dois fatores ou fenômenos constitui o modelo mais simples. Por exemplo, qual a relação entre o câncer de pulmão entre os seres humanos? O que ocasiona a inflação? Às vezes os modelos se apoiam em objetos inanimados para explicar a realidade, como máquinas construídas pelo homem. Galliano, em sua *Introdução à Sociologia* (1986) apresenta de modo abrangente a concepção do termo em uso.

Às vezes, os modelos de explicação se apresentam em objetos inanimados, sendo também chamados de modelos mecânicos. Isto acontece, por exemplo, com máquinas construídas pelo homem. Deste modo, o termo escala (do latim *scala*) (*Ver Verbete Escalas Regionais*) está associado à ideia de escala social (alta, média e baixa), classificando as pessoas na estrutura econômica de acordo com suas posses; a pirâmide representa a hierarquia (poder e prestígio social) e posse de bens, colocando os ricos no topo da pirâmide e os pobres, na base. A associação do modelo com a máquina é devido às funções desempenhadas pelos cidadãos seja em órgãos públicos (ministérios governamentais, universidades oficiais etc.), ou em empresas privadas (sindicatos e cooperativas etc.). É conhecida a expressão corrente de que a máquina burocrática está emperrada.

De outro lado, podem ser também considerados modelos orgânicos quando se utiliza a imagem da sociedade e do organismo vivo, particularmente o corpo humano. Durkheim, por exemplo, faz uso do modelo orgânico da integração social. O modelo orgânico enfatizou a noção de totalidade dos fenômenos sociais, com sua interdependência e complementaridade entre grupos e instituições. Sempre é necessárias cautela e precaução na transposição de explicações a partir das ciências naturais para as sociais. Dignos de menção são os modelos formais, classificados pelos teóricos em matemáticos e não-matemáticos. Nestes últimos sobressaem o modelo evolucionista, estrutural-funcionalista, equilíbrio e conflito.

De acordo com Galliano (1986), os modelos não constituem explicações acabadas; são recursos para orientar a reflexão e a pesquisa. Eles captam momentos, partes da realidade atual, podendo isso constituir-se de uma limitação. Geralmente os modelos de explicação enfatizam inter-relações entre fatores ou variáveis a serem operacionalizadas através de dados coletados no mundo real.

Evita-se em geral falar em modelos certos ou errados; costuma-se dizer que modelos são coerentes com a realidade estudada, ou estão em consonância com a teoria testada e a realidade a ser explicada. Convém aos pesquisadores, estudantes e cientistas valer-se de modelos à medida que lhes ajudam a confirmar teorias, a dar suporte a hipóteses comprovadas acerca da realidade em nosso entorno.

REFERÊNCIAS

FRÖHLICH, Egon Roque *et alii*. *O papel dos conceitos na introdução ao conhecimento científico*: propostas para a elaboração do Glossário do Seminário Integrador. In: Beroldt, Leonardo *et alii* (Orgs.). *Seminário Integrador I*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 12-3. (Série Educação a Distância, n. 9).

GALLIANO, A. Guilherme. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harbra, 1986. 337 p.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

MODERNIZAÇÃO

Zander Navarro

Evitando confundir modernização com palavras próximas, como modernismo e modernidade, o termo tem um *locus* histórico bem definido em suas relações com o processo de desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*) e as correlatas transformações das sociedades, no último meio século. Usualmente, indicando dois significados principais, ambos temporalmente circunscritos ao período que se estende do final dos anos 1950 e até meados da década de 1980.

Primeiramente, como um processo societário geral sob o qual sociedades rurais do passado se transformaram. A partir desse foco surgiu uma ampla literatura sobre “processos de transição agrária”. Mas, naqueles anos, em face das polaridades teóricas e políticas então existentes, modernização seguiu um segundo roteiro, e foi conceito que esteve frequentemente associado às visões mais conservadoras e afirmativas de uma ordem social capitalista, opondo-se às visões marxistas ou mais à esquerda, contestadoras daquela ordem.

Nesse período, o termo designou as tendências de mudanças associadas às “modernas sociedades”, seguindo-se aos processos de industrialização, intensificação tecnológica, urbanização e, mais genericamente, à racionalização da vida econômica. Nesse caso, o modelo inspirador seria a sociedade estadunidense e o decisivo aspecto enfatizado por diversos autores seria a superação de valores considerados tradicionais, assim como os padrões de motivação social que seriam hostis à mudança social e ao crescimento econômico.

Também na ocasião foi salientado na literatura os processos de diferenciação social e o pluralismo político. Autores como Rostow (1971) e Eisenstadt (1966) foram influentes para apontar os aspectos concretos da mudança social, ancorados analiticamente nos modelos estrutural-funcionalista, baseado na obra de Talcott Parsons, e da escolha racional, os quais prevaleceram fortemente, respectivamente, na Sociologia e na Ciência Política. Como contexto, a intensa disputa política e ideológica, então existente, que opunha os dois impérios que emergiram após a Segunda Guerra Mundial.

Essa polaridade foi sendo enfraquecida durante os anos oitenta, sobretudo em função de alguns fatores principais, o primeiro deles a interrupção do longo processo de crescimento econômico que marcou as economias mais avançadas entre 1948 e 1973 (a chamada “era dourada do capitalismo”).

Durante esses anos as vinte economias mais poderosas da órbita capitalista cresceram, em média, à taxa de 4,9% ao ano, produzindo o mais importante ciclo de expansão econômica de que se tem notícia na história humana (LEVIN-

SON, 2016). Mas a ele seguiu-se um período de estagnação e inflação, o que eliminou o otimismo que reinava sobre a modernização associada ao capitalismo e, mais genericamente, à própria ideia de desenvolvimento.

Em consequência, outro fator foi a gradual perda de influência das teorias a respeito, afetando o poder sedutor da noção de modernização. Na América Latina, por exemplo, foi a chamada “década perdida”, com a crise da dívida, alta inflação e taxas de crescimento muito baixas. As críticas às teorias de modernização inspiradas no estrutural-funcionalismo, na década de 1980, se avolumaram, inclusive por supor uma teoria evolutiva do desenvolvimento que encontrava pouca correspondência empírica nas variadas histórias das diferentes sociedades.

Adicionalmente, essas teorias sugeriam a existência de sociedades duais (a polaridade entre o moderno e o tradicional), visão que foi crescentemente criticada por enfoques alternativos, como a teoria da dependência ou autores marxistas. No caso brasileiro, por exemplo, Francisco de Oliveira propôs uma interpretação clássica, na qual demonstrou que os chamados setores tradicionais, de fato, eram parte integral e contribuinte da economia nacional (OLIVEIRA, 1972).

A inflexão mais forte e decisiva, contudo, se deu a partir da queda do Muro e o desmoronamento do império soviético. Não apenas um dos polos concorrentes deixou de existir, assim desaparecendo uma visão de mundo alternativa ao capitalismo. Muito mais importante foi a emergência da globalização como o grande tema da década de 1990 e, desta forma, o foco mais limitado correspondente à modernização perdeu sua importância em definitivo, pois o fenômeno da globalização e os processos de transformação produtiva de alguns países, a China à frente, acabaram mudando radicalmente os termos do debate.

Os anos anteriores à virada do século combinaram uma série de mudanças estruturais, da intensificação tecnológica à emergência dos novos meios de comunicação, dos efeitos comerciais e financeiros da globalização à hegemonia de uma perspectiva ultraliberal de gestão da economia, da emergência dos temas ambientais às disputas religiosas, dos temas da segurança aos fenômenos migratórios que se exacerbaram já no século 21. Tudo somado, as interpretações sobre os processos de desenvolvimento e globalização igualmente se ampliaram, embora fragmentando as leituras de mundo.

Como resultado combinado desses abrangentes processos, a noção de modernização perdeu a aura explicativa daqueles anos iniciais, desafiando os cientistas sociais a desenvolver novos enfoques, usualmente multidisciplinares e mais criativos acerca do processo de desenvolvimento social e econômico. Somente como ilustração, cita-se a via analítica aberta com os livros de Douglass North (1990, 2005), que instituiu o “institucionalismo” como modelo teórico ou, então, livros ricamente empíricos como a brilhante interpretação de Acemoglu e Robinson (2013).

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

EISENSTADT, S. N. *Modernization: Protest and Change*. Londres: Prentice-Hall, 1966.

LEVINSON, M. *An Extraordinary Time: The End of the Postwar Boom and the Rise of the Ordinary Economy*. New York: Basic Books, 2016.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira – crítica à razão dualista*. In: *Estudos Cebrap*, nº 2, p. 4-40, 1972.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo de Martino Jannuzzi

Monitoramento constitui uma atividade regular de acompanhamento de processos-chave previstos na lógica de intervenção de um programa ou projeto, que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades na execução do mesmo, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para garantir o atingimento dos seus resultados e impactos. Monitoramento é uma ferramenta avaliativa para gestão de programas e projetos (Ver Verbete Gestão de Projetos Regionais). Tal como “termômetros”, indicadores de monitoramento podem apontar rapidamente os sinais de “normalidade” ou “febre” em atividades críticas de intervenções sociais, orientando técnicos e gestores a tomarem as decisões tempestivas de correção (JANNUZZI 2016).

Monitorar é, pois, acompanhar e analisar periodicamente a “temperatura nos termômetros” instalados nas atividades-chave identificados previamente na lógica operacional do programa: se a “temperatura subir ou descer” acima dos padrões esperados, este é um sintoma de que alguma atividade, em algum lugar, não está se comportando conforme o esperado. Pode-se ter uma solução padrão para tais circunstâncias – como administrar um “remédio para febre”, acompanhar se ela arrefece e verificar se ela não volta mais -, ou verificar a “temperatura” nas unidades territoriais em que o programa está operando, para verificar se o problema é localizado ou geral, ou ainda buscar uma explicação para tal comportamento, analisando outros “termômetros”, instalados em atividades precedentes na cadeia lógica de intervenção do programa. Monitoramento requer, pois, vários “termômetros”, instalados em processos estratégicos no modelo de intervenção de um programa, ou na terminologia aqui empregada Pode assim, contribuir para a especificação de pesquisas de avaliação – “exames clínicos”, na metáfora adotada – para a investigação do problema identificado na operação do programa ou projeto- o “diagnóstico da doença anunciada pela febre”. Indicadores de monitoramento e pesquisas de avaliação são, pois, recursos indispensáveis à gestão de programas e projetos, sobretudo em contextos de complexidade operacional e/ou sistêmica de atuação.

Trata-se, pois, de uma definição bem mais complexa que a acepção mais geral de Monitoramento, entendido como uma atividade marcadamente gerencial, de acompanhamento de atividades com vistas ao cumprimento de metas estabelecidas. Não há dúvidas de que essa atividade é fundamental na gestão de programas e projetos, constituindo-se em- ou confundindo-se com- funções intrinsecamente administrativas, para o que a Gestão de Projetos tem um rol ex-

tenso de instrumentos de controle, coordenação e encaminhamento de soluções (como *Balanced Scorecards*, Mapas Estratégicos, Salas de Situação etc.).

É importante ressaltar a complementariedade entre as atividades de Monitoramento e de Avaliação (IMAS, RIST; 2009). Não existe contraposição entre essas duas atividades, mas complementariedade de esforços na produção de informações que disponibilizam. São processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público ou social de informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa – resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento – e informações mais analíticas sobre o funcionamento desse, levantadas nas pesquisas de avaliação. Valendo-se da metáfora empregada anteriormente, termômetros monitoram a temperatura e permitem decisões tempestivas, mas não explicam as motivações da doença; exames clínicos ou mais complexos, com um especialista, por outro lado, levam mais tempo, custam mais, mas investigam com maior profundidade as motivações da eventual febre ou bem-estar do paciente.

Essa metáfora ajuda não só mostrar a complementariedade entre Monitoramento e Avaliação como também explicar também a diferença entre monitoramento e avaliações de processo (ROSSI et al 2004). Avaliações de processo buscam produzir informação acerca dos problemas de implementação enfrentados pelo programa, que podem já ter sido apontados por indicadores de monitoramento. Se não se consegue descobrir pelas informações disponíveis no sistema de monitoramento as razões das disfuncionalidades encontradas, pode ser necessário realizar uma pesquisa de avaliação mais específica – que pode ser um “exame com clínico geral” ou uma “bateria de exames de laboratório com uma série de médicos especialistas”.

Nesse “exame detalhado” pode-se descobrir, inclusive, que o problema é sistêmico, consequência do desenho formulado para o programa, o que colocaria em xeque todo o sistema de monitoramento montado. Ou seja, se os problemas diagnosticados de implementação são persistentes, provavelmente é a lógica de intervenção que está equivocada. Um sistema de monitoramento não pode atestar tal inconsistência, já que ele é especificado segundo o encadeamento de atividades, produtos e resultados explicitados no desenho do programa ou projeto. Somente avaliações podem comprovar a impropriedade do desenho lógico da intervenção, ainda que indicadores de monitoramento permanentemente fora do padrão de normalidade possam sugerir um problema grave de concepção.

A estratégia de monitoramento de uma política, plano, programa ou projeto requer a estruturação cuidadosa e “artesanal” de um sistema de informações tempestivas e relevantes acerca dos processos-chave, produtos e resultados deles. As características de um sistema de informações para monitoramento dependem de escolhas substantivas e operacionais quanto ao que deve ser monito-

rado, ao tipo de unidade organizacional acompanhada, fontes de dados usada, periodicidade de produção de informação, responsabilidades etc. (SAGI 2016).

Na Administração Pública Federal, por exemplo, o monitoramento se concentrará em ações estratégicas de governo – centralizado na Secretaria de Governo ou Casa Civil- ou contemplará o conjunto de programas estabelecidos no Plano Plurianual – coordenado, anteriormente, pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão? Na gestão de um projeto social de formação de professores de Educação Infantil em um município, o monitoramento se concentrará nas atividades e produtos – oferta de cursos de formação, material didático e audiovisual produzido, práticas de ensino e socialização etc.- ou nos resultados e impactos – apropriação e aplicação de conhecimento, práticas e valores? A unidade de monitoramento serão as escolas ou os professores, individualmente?

Quaisquer que sejam as escolhas, vale ressaltar que um bom sistema de monitoramento não é necessariamente composto de informação exhaustiva, mas sim de um conjunto seletivo de dados, provenientes de diferentes fontes, organizados de forma adequada ao uso analítico pelos seus potenciais usuários. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre o “caos informacional”, potencialmente gerado pela estruturação de sistemas de monitoramento construídos de baixo para cima (em que participam inicialmente técnicos e gestores da base e depois de níveis táticos e mais estratégicos), e a pobreza analítica das propostas tecnocráticas (e um tanto voluntaristas) desenvolvidas de cima para baixo.

Embora haja evidências de uso de indicadores de acompanhamento de performance na prestação de serviços públicos desde início do século XX nos países centrais, foi o movimento “Nova Administração Pública” que introduziu de modo efetivo a agenda de monitoramento de Políticas Públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) no mundo afora nos anos 1980. Sem entrar na discussão acerca dos excessos e promessas não realizadas (e não realizáveis) de tal movimento, o legado de preocupação com a transparência, responsabilização por resultados e acompanhamento de processos criou oportunidades para reforçar a necessidade de estruturação de sistemas de indicadores de monitoramento.

No Brasil, as experiências de monitoramento da ação governamental remontam a meados dos anos 1990, com a estruturação de rotinas mais sistemáticas de coleta de dados e produção de indicadores nas áreas de Saúde, Educação e Planejamento Plurianual (JANNUZZI 2016). Afinal, era necessário dispor de instrumentos gerenciais mais aprimorados para acompanhar a estruturação do Sistema Único de Saúde e a ampliação do acesso à Educação Básica nos estados e municípios do país. Ademais, com a institucionalização do planejamento de médio prazo pela Constituição de 1988, era necessário dispor de um sistema de monitoramento de programas e ações dos Planos Plurianuais nos três níveis de governo. Com a expansão de políticas públicas e projetos de organizações não

governamentais desde então, os sistemas de monitoramento vieram a se sofisticar. Portais na Internet, sistemas informatizados de gestão e publicações periódicas passaram a dispor de um volume ampliado – ainda que nem sempre organizado- de indicadores de processos, produtos e resultados de programas e projetos.

REFERÊNCIAS

IMAS, L.G.M.; RIST, R. **The road to results: designing and conducting effective development evaluations**. Washington: World Bank, 2009.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

ROSSI, P. et al. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

SAGI. **SAGI: informação e conhecimento para as políticas de desenvolvimento social**. 1ed. Brasília, 2016.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 6ª edição revista e ampliada, 2017.

JANNUZZI, P. M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, v.1, n.1, p.38-65, 2011.

PNUD. **Manual de Planificación, Seguimiento y Evaluación de los resultados de Desarrollo**. Nova York, 2009.

SOUSA, M. Monitoramento analítico do Plano Brasil Sem Miséria e programas do Ministério de Desenvolvimento Social. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, n. 5, p. 90-103, 2013.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ivaldo Gehlen

O campo de estudo dos movimentos sociais constitui-se numa importante ferramenta teórico-metodológica para analisar as dinâmicas sociais, responder a questões relativas às transformações sociais, a responder à pergunta permanente para os cientistas sociais: o que induz ou possibilita uma sociedade a se transformar, mudar ou a se manter conservadora, ou seja, não mudar?

As análises dos processos sociais, marcados por ações coletivas ou por *práxis* das classes sociais expressas através de recursos conhecidos como movimentos sociais, podem propiciar as respostas desejadas. Pressupõe um mínimo de organização, objetivos claros e estratégias de ações coordenadas, para construir uma sociedade diferente da que existe. Para Sherer-Warren (1987), os movimentos sociais são “como uma ação grupal para a transformação (a *práxis*) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação de princípios valorísticos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (SCHERER-WARREN, 1987).

Esta autora, analisa os movimentos sociais como redes constituídas socialmente. As redes (*Ver Verbete Redes de Conhecimento*) articulam objetivos ou interesses comuns dos atores sociais (*Ver Verbete Agentes do Desenvolvimento Territorial*), de tal forma que o sociólogo espanhol Manuel Castells, considera que a sociedade se constitui em redes e que os movimentos sociais exercem função determinante.

Para o sociólogo francês Alain Touraine (1973), os movimentos sociais agem no âmago das sociedades e são condutores de suas transformações. Expressam conflitos de classe, pois questionam o *status quo* vigente, propondo mudanças que vão além dos interesses específicos dos atores sociais envolvidos. Mudanças tanto no campo das desigualdades sociais, quanto das identidades ou diferenças socioculturais.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais mediam de forma eficaz os conflitos entre grupos de interesses, minoritários e outros grupos dominantes ou o Estado para garantia de direitos. Fazem parte dos Estados democráticos, que se legitima perante os cidadãos pela garantia bem-estar comum. Por isso, os “movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (TOURRAINE, 1973). Em razão disso, nas sociedades modernas existem projetos de mudança social que a dinamizam, que dão sentido aos conflitos sociais, aspirando o controle da história.

Ao longo de décadas se construíram diversas “teorias” sobre movimentos sociais que representam as diferentes concepções sobre a sociedade. Desde as que se referenciam prioritariamente ao econômico como determinante histórico, sejam cartesianas, marxistas ou neomarxistas, além daquelas embasadas na cultura, nas identidades, sejam às do sujeito e do agente social. Interessante resumo das diversas abordagens, foi feito por Gohn (1997). Esta autora apresenta as principais correntes teórico-metodológicas de análises sociais a partir dos movimentos sociais.

Portanto, os movimentos sociais são fundamentais para a sociedade civil manifestar seus interesses, mesmo que de forma contraditória e segmentados pelas pertencas a classes sociais. Muitas vezes, o senso comum identifica luta social com movimento social. A grosso modo pode-se conceber a luta social como sendo de interesse restrito aos envolvidos diretamente e se extingue com acordos ou conquistas específicas. O movimento social engendra questões que ultrapassam os interesses particulares dos envolvidos, pois influem na história da sociedade e podem redirecionar uma classe social ou uma sociedade, mesmo sendo complexa e pluri. Alguns exemplos abaixo relacionados mostram esta dimensão do movimento social.

No Brasil, a história convive com movimentos sociais desde a época colonial, como por exemplo o Movimento conhecido como Palmares que produziu um grande líder: Zumbi. Foi uma referência principal daqueles que lutam pela igualdade social contra o racismo e as liberdades, sobretudo inspira o chamado Movimento Negro. Durante o Império se formaram vários movimentos regionais, como o que gerou a Revolução Farroupilha no Sul, nacionais, como o que se opunha à escravidão e o que pleiteava o fim do Império e a implantação da República.

Mas é no período republicano que proliferam os movimentos sociais, movidos por diversas classes e categorias sociais. Os mais conhecidos são os motivados por questões fundiárias e agrárias, especialmente acesso e redistribuição de terras para agricultura como Canudos, Contestado, Ligas Camponesas nos anos 50 e posteriormente o Movimento de Luta pela Reforma Agrária, liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Proliferam também, nesse período republicano, movimentos de defesa de interesses ligados ao trabalho, liderados pela “classe operária” em cidades em processo acelerado de industrialização na primeira metade do século XX e de forma mais generalizada na segunda metade do século, dando origem inclusive a partidos políticos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores – PT. Movimentos de preservação de identidades socioculturais ou étnico identitárias, sobretudo de indígenas, de afro-brasileiros, de mulheres e mais recentemente de quilombolas.

A grosso modo pode-se tipificar em quatro estes movimentos. Os que objetivam a (1) inclusão de pertencimento socioeconômico, como acesso e defesa da terra, acesso ao emprego, acesso à energia, acesso aos meios digitais e informacionais, entre outros. Os que objetivam o (2) acesso ou a ampliação de direitos de cidadania, como preços agrícolas, remuneração do trabalho, moradia, serviços como saúde, educação e segurança. Exemplos disso são o movimento das mulheres agricultoras que conquistam o *status* de trabalhadoras rurais e suas implicações positivas no campo dos direitos de cidadania, o sindicalismo e os jovens. Em seguida estão os (3) identitários ou socioculturais que objetivam, por exemplo, o reconhecimento de modos de vida particulares, as chamadas diferenças sociais, opções religiosas, de escolhas sexuais, de identidade étnica. O outro tipo (4) de movimentos sociais atuais e presente no Brasil reside naqueles que buscam referências éticas e enfrentam questões referentes aos paradigmas societários que queremos.

Estes, por sua vez, podem ser expressos em contestações seja ao capitalismo financeiro, neste caso alinhando-se a movimentos de caráter quase globais, sobretudo de jovens, de desempregados, de reação à subordinações e dominações baseadas em valores culturais ou religiosos, de aspirantes a condições de vida socioeconômicas mais igualitárias. Repõe-se na ordem do dia os conflitos de classes no sentido de disputas de bens, de oportunidades e de valores societários ou éticos. Os movimentos ambientalistas ou de defesa e proteção do meio ambiente não-humano se expressa no Brasil desde os anos 1980 como movimento social, porém, tende a ser difuso no que se refere à organização e às questões propostas, pois são também compartilhadas por outras organizações, como sindicatos de trabalhadores, associações diversas e mesmo partidos políticos não tipicamente ambientalistas. Nesta perspectiva, perpassam os quatro tipos de movimentos referidos anteriormente.

Recentemente, emergiram em diversos países movimentos, com forte participação dos jovens que questionam os modos de vida modernos, do ponto de vista da imposição de consumos de bens materiais e culturais e de dominação política. O foco dos conflitos é o capital financeiro e suas representações como bancos e centros comerciais, as perdas ou ameaças de perdas dos trabalhadores, a falta de universalização ou qualidade dos serviços públicos. A falta de credibilidade nos partidos e nos políticos que no seu conjunto geram movimentos sociais focados na ética ou numa perspectiva de mudanças radicais da vida societária.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* (3 vols). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHON, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas*

clássicos e contemporâneos. São Paulo - Loyola 1997

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais*. 2ª ed. revista. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. 150p. (Série Didática).

_____. *Redes de movimentos sociais*. 3.ed., São Paulo: Loyola, 2005.

TOURAINÉ, Alain. *La production de la société*, 1973.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Rosemary Vieira

É sabido que o clima muda ao longo de todas as escalas de tempo e que essas mudanças resultam de alguns tipos de forçantes (impulsionadores de mudanças), tais como tectonismo, erupções vulcânicas, mudanças na órbita terrestre e atividade solar. O clima e os fatores que o afetam variam em escalas temporais que vão horas e dias, a décadas, até centenas, milhares e milhões de anos.

Desde que o homem iniciou observações instrumentais do clima, as mudanças têm sido relativamente pequenas, porém, significativas para a vida humana. Estudos científicos revelam que tais mudanças históricas são tênues quando comparadas com as muito mais intensas que aconteceram ao longo da história da Terra. Em particular, as maiores mudanças nos últimos 800.000 anos se relacionam ao ciclo das glaciações, devido às mudanças na órbita terrestre que alteraram a distribuição da energia solar nas diferentes latitudes.

Mudanças climáticas estão associadas às mudanças nos padrões climáticos global e regional, inclusive na média de alguns elementos climáticos, tais como: temperatura do ar, precipitação ou dinâmica atmosférica. O termo “mudanças climáticas” data de antes de 1939, e em 1970, a revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* publicou o artigo “*Carbon Dioxide and its Role in Climate Change*”. Em 1988, quando as Nações Unidas estabeleceram um corpo de cientistas e especialistas em clima para revisar a literatura técnico-científica sobre fenômenos relacionados às mudanças climáticas, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC).

Quando se fala em mudanças climáticas há que fazer sua diferenciação com relação à variabilidade climática. Variabilidade climática refere-se às mudanças ocorridas em escala temporal curta, como em anos ou décadas. Por exemplo, condições climáticas de anos mais secos e outros mais úmidos, mas que, dentro de alguns anos ou décadas, voltam para condições relativamente normais, ou próximas das condições anteriores. Por outro lado, as mudanças climáticas se associam às grandes mudanças por longa escala de tempo, centenas ou milhares de anos (*Ver Verbete Paleoclimatologia*).

Uma vez que as mudanças climáticas envolvem mudanças na química da atmosfera, há que se falar também em processos globais, uma vez que não existem fronteiras na atmosfera. No entanto, frequentemente, o termo mudanças climáticas é confundido com o de efeito estufa ou com o de aquecimento global.

O Efeito Estufa é um processo natural, mas que se intensificou devido à concentração de gases que podem reter o calor próximo à superfície da Terra. A medida que sua concentração se eleva na atmosfera, isto leva ao aquecimento. O Aquecimento Global refere-se, portanto, ao aquecimento observado no planeta devido às emissões de gases estufa de fontes antrópicas.

Esse aquecimento, por sua vez, conduz às modificações no clima e também às mudanças ambientais globais, uma vez que, ocorrem também mudanças nos oceanos (p.e. elevação do nível dos mares e acidificação), nos recursos hídricos, no solo e na biodiversidade. O termo “Mudanças Climáticas” ou “Mudanças Climáticas Globais” é considerado cientificamente mais apurado do que “Aquecimento Global”, uma vez que, mudanças no padrão de precipitação e no nível do mar, por exemplo, exercem maior impacto sobre o homem e ecossistemas naturais do que o aumento da temperatura propriamente dito.

O planeta está se aquecendo e esse fato é inequívoco. O que faz as mudanças climáticas atuais serem diferentes é a rapidez de seu processo e a assinatura da humanidade. O 5º Relatório de Avaliação (AR₅), do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – 2014), reforça a intensificação das mudanças climáticas: (1) a influência humana sobre o sistema climático é clara, e as emissões antropogênicas de gases estufa são as mais elevadas da história (406 ppm - partes por milhão, em janeiro de 2017).

As mudanças climáticas recentes têm produzido um extenso impacto sobre os sistemas humanos e naturais; (2) O aquecimento do sistema climático é inequívoco, e desde a década de 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes em períodos de décadas à milênio. A atmosfera e o oceano se aqueceram, extensas áreas de neve e de gelo desapareceram e o nível do mar se elevou. Cada uma das últimas três décadas foi sucessivamente a mais quente do que qualquer década precedente desde 1850. O período 1983-2012 foi o período de 30 anos mais quente nos últimos 1400 anos no Hemisfério Norte. A média global, combinando os dados de temperatura superficial terrestre e dos oceanos é de 0,85°C no período 1880-2012. Os seis primeiros meses (janeiro a junho) de 2016 foram os mais quentes desde 1880, com temperatura média de 1,3°C mais elevada que no século XIX.

Os impactos das mudanças climáticas, mitigação e adaptação abrangem um vasto espectro, uma vez que tanto as populações humanas como os ecossistemas estão sujeitos aos seus efeitos, alguns deles de caráter irreversível. As principais mudanças projetadas pelo IPCC no sistema climático estão relacionadas à temperatura do ar e dos oceanos, ciclo da água, criosfera, ciclo do carbono e biogeoquímica, com respostas em diferentes escalas de tempo e de magnitude.

Os principais riscos que abrangem os diversos setores da economia e regiões (tanto as habitadas como as naturais) são: (1) distúrbios nos meios de subsis-

tência e aumento de enfermidades resultantes de tempestades, elevação do nível do mar e inundação costeira, inundações em áreas urbanas, e ondas de calor ou de frio; (2) colapso da infraestrutura e de serviços pelos eventos extremos; (3) insegurança alimentar e de água potável, perda dos meios de subsistências no meio rural (especialmente para as populações mais pobres); (4) risco de perda da biodiversidade e dos serviços ambientais dos ecossistemas (*Ver Verbete Ecossistema*).

REFERÊNCIAS

BENTON, George S. *Carbon dioxide and its role in climate Change*. Proceedings of the National Academy of Science 67 (2): 898-899. 1970.

EARTH´S CO₂ HOME PAGE. Disponível em: <<https://www.co2.earth/earths-co2-main-page>>. Acesso em 10 fev. 2017.

FARMER, Thomas G. *Modern Climate Change Science: An Overview of Today´s Climate Change Science*. Springer, London. 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2014: Synthesis Report*. 2015.

_____. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability: Regional Aspects*. 2014.

NASA. 2016 *Climate trends continue to break records*. Disponível em <<https://www.nasa.gov/feature/goddard/2016/climate-trends-continue-to-break-records>>. Acesso em 10 fev. 2017.

ROMM, Joseph. *Climate Change: What Everyone Needs to Know*. Oxford University Press. Oxford. 2016.

RUDDIMAN, William, F. *Earths´s Climate: Past and Future*. W.H. Freeman & Company, New York. 2010.

RUDDIMAN, William, F. *A Terra Transformada*. Bookman Editora Ltda, Porto Alegre. 2014.

SIMÕES, Jefferson, C. *A variabilidade no Atlântico Sul Meridional e o Rio Grande do Sul*. Cadernos do Centro de Estudos Vol. III. O papel do Judiciário frente às mudanças climáticas. Tribunal de Justiça, Porto Alegre. 2008.

NEOEXTRATIVISMO

Lorena Cândido Fleury



A história da América Latina em geral, e do Brasil em particular, sempre foi marcada pela importância das atividades extrativistas. Ciclos de extração e exportação de diferentes tipos de minério, madeira, e produtos florestais não madeiráveis, como látex, desempenharam um papel chave na economia brasileira, sendo recorrentemente acompanhados por conflitos sociais e contestáveis efeitos ambientais. Contudo, no período recente, tais atividades econômicas extrativas continuaram a existir, ainda que com estratégias diferentes das do passado.

É a isto que Gudynas (2012) denominou “neoextrativismo”, conceito que ganhou repercussão e influência nas análises acerca de distintos países latino-americanos nos quais “o Estado desempenha papéis ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza (Ver Verbete Pobreza), mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, remetem à dependência dos circuitos econômicos globais” (GUDYNAS, 2012, p.303).

De fato, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) citados por Losekann (2016), o setor extrativo de minério cresceu substancialmente na última década, com forte incentivo da China, novo grande parceiro comercial dos países desse continente. Esse crescimento do extrativismo aponta um aumento geral da participação de produtos primários nas exportações, sendo que os países cujo aumento foi maior são Bolívia, Colômbia, Uruguai e Brasil. Adjunto ao crescimento do extrativismo, despontam os conflitos ambientais a ele relacionados: o neoextrativismo – isto é, o “desenvolvimento extrativista”, que combina a superexploração dos recursos naturais com a expansão das fronteiras territoriais na América Latina (SVAMPA, 2020) – toma grandes extensões de territórios, os quais já são ocupados via de regra pelos chamados povos tradicionais, como camponeses e ribeirinhos, ou por populações indígenas, e comunidades quilombolas.

Aumentando os conflitos ambientais ligados ao extrativismo na região nas últimas décadas, ampliam-se também os protestos, as resistências e as mobilizações que se enquadram nesse tema (LOSEKANN, 2016). Portanto, o que se observa é que a intensificação da exploração de recursos naturais (Ver Verbete Recursos Naturais) por parte do Estado, via de regra consorciado para empresas privadas nacionais ou transnacionais, como estratégia para alavancar o desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) de economias latino-americanas, tem

atualizado um mecanismo de expropriação territorial de comunidades indígenas e afrodescendentes, como as quilombolas, no Brasil, processo este que tem sido denominado como racismo ambiental.

Como afirma Pacheco (2007), “chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”. Ao se ancorar políticas de desenvolvimento econômico (Ver Verbetes Desenvolvimento Econômico), ampliação de infraestrutura, e, em alguns casos, até mesmo de distribuição de renda para periferias urbanas na expropriação de territórios (Ver Verbetes Território) de comunidades locais, podemos afirmar que o Estado brasileiro dá sinais de um racismo ambiental institucionalizado.

Ferreira (2017), a respeito desse tema, afirma que este processo se apresenta como uma nova questão agrária e etnoambiental no Brasil do século XXI, visto que neoextrativismo é um regime de acumulação centrado na expansão das indústrias de extração (de energias, minérios e outros recursos naturais) e está impondo, por meio de processos de expropriação violenta, *land grabbing*, financeirização e mercantilização da natureza (da terra, da água, das florestas), um profundo processo de reestruturação territorial e social. Tais processos têm se manifestado especialmente na intensificação de conflitos ambientais, étnicos e territoriais envolvendo populações camponesas e indígenas de diversas regiões do planeta (FERREIRA, 2017).

Nessa nova questão agrária (Ver Verbetes Geografia Agrária e Verbetes Reforma Agrária) interessa destacar que os sujeitos dos conflitos ambientais não se apresentam enquanto vítimas passivas (FLEURY, 2013). Ao contrário, pesquisas têm demonstrado que as comunidades atingidas pelos projetos neoextrativistas têm se mobilizado no sentido de sua transformação enquanto os sujeitos políticos reconhecidos, os quais rearranjam-se no sentido de assumir e afirmar a incorporação pelo Estado de aspectos culturais que não fazem parte da matriz cultural ocidental, tais como, por exemplo, a autonomia da natureza e o respeito a formas distintas de significar o bem viver.

Não é simplesmente a natureza e o humanos que são sujeitos, mas uma posição social/cultural/ambiental que é colocada em risco, sendo suprimida por tais empreendimentos extrativos se estes prosperarem. (LOSEKANN, 2016). Destaca-se, assim, a dimensão política e essencialmente conflitiva do conceito de neoextrativismo. A demarcar determinadas atividades e empreendimentos enquanto formas de neoextrativismo, identifica-se um padrão específico de exploração territorial e situam-se os embates os quais esse padrão engendra, visibilizando as arenas de ação e embate nos quais estão imersos. Desse modo, o

conceito elucida também os mais diversos tipos de identidades políticas e de efeitos sociais relacionados ao neoextrativismo e aos conflitos ambientais.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Andrey Cordeiro. A luta pela energia. Crise do capitalismo e a nova ofensiva global pelos recursos naturais pós-2000. 09 de março de 2016. **Le Monde Diplomatique (Brasil)**. Disponível em <https://diplomatique.org.br/crise-do-capitalismo-e-a-nova-ofensiva-global-pelos-recursos-naturais-pos-2008/> . Acesso em 30 de março de 2021.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90184> . Acesso em 30 de março de 2021.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad** (237) enero/febrero, 2012, pp. 128-146. Disponível em https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/extraccion_recursos_naturales/QL-6g4XqI9G.pdf.pdf Acesso em 30 de março de 2021.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 2016, pp. 121-164.

SVAMPA, MARISTELLA. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Brasil: Editora Elefante. 2020.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad** (237) enero/febrero, 2012, pp. 128-146. Disponível em https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/extraccion_recursos_naturales/QL-6g4XqI9G.pdf.pdf Acesso em 30 de março de 2021.

SVAMPA, MARISTELLA. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Brasil: Editora Elefante. 2020.

NOMES DE DOMÍNIO (DOMAIN NAMES)

Aleteia Hummes Thaines

A internet atualmente é um fenômeno técnico, econômico e social que transformou o mundo em pouquíssimo tempo. Cada vez mais, pessoas estão conectadas na Rede e possuem acesso a todos os benefícios e aplicações disponíveis. Tal fenômeno teve início na II Guerra Mundial com a utilização de computadores eletrônicos, visando processar cálculos matemáticos, a fim de sanar problemas de balística e decifrar códigos criptografados.

Porém, foi a Guerra Fria que propulsionou o surgimento da Rede Mundial de Computadores, visto que, na segunda metade do século XX, Estados Unidos e União Soviética disputavam o domínio da tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) espacial. Essa disputa resultou no estudo, por parte do governo americano, para o desenvolvimento de uma rede integrando os diversos computadores da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) e de empresas financiadas por esta, rede esta que se denominou ARPANET (junção entre a sigla ARPA e o termo NET (rede em inglês) (COMER, 2001).

As redes que proliferavam ao longo dos anos e operavam com diversos protocolos, impossibilitando a sua conexão. Todavia, esse problema foi solucionado devido à criação do Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet (TCP/IP) que permitiu a conexão das redes LAN, WAN e ARPANET, projetando-se a atual *internet*. Com a ligação dessas redes ao TCP/IP, iniciou-se o desenvolvimento da *Internet*, sendo que esta, em apenas alguns anos, se consolidou como uma plataforma poderosa, mudando para sempre a maneira de se comunicar e gerando uma dimensão globalizada. (COMER, 2001).

Os usuários podem acessar a Rede, de forma direta e individual, por meio de seu computador ou dispositivo móvel, mediante um provedor de acesso à *internet*, que é o responsável por oferecer a conexão. Para isso, a pessoa deve contratar um provedor de acesso à internet, que gratuitamente ou mediante pagamento, realizará a conexão com o computador ou com o dispositivo móvel, por meio de cabo ou antena. O provedor, por sua vez, está conectado à Rede e é, por intermédio dele, que se acessa os mais diversos *sites* em nível mundial. Todos os computadores e dispositivos móveis que interagem com a *internet* são identificados por meio de um sistema conhecido como *Internet Protocol Address* (IP *Address*), que é um código numérico único. (PANG et. al., 2004).

Mas, como esse código era de difícil memorização e com a necessidade de ampliar a infraestrutura da internet, criou-se o Sistema de Nomes de Domínio, sendo constituído por uma base de dados relacional destinada a associar cada IP

a uma combinação alfanumérica (nome de domínio), que pode ser composto por letras, números, certos signos ou por uma combinação destes, todos eles associados a uma classificação ou codificação de tipo temático ou territorial. (PANG et. al., 2004).

Os nomes de domínio são os endereços das casas virtuais na *internet*, como por exemplo, “msf.org”, “apple.com”, entre outros. Eles correspondem a um número de IP, porém, como as sequências numéricas são difíceis de lembrar, os usuários da *internet* substituem estes por nomes de domínio que são, invisivelmente, traduzidos pelos servidores do *Domain Name System*. (PANG et. al., 2004).

Apesar de não ser muito complexo, a sua implementação do Sistema de Nome de Domínio compreende muitos componentes diferentes. A infraestrutura de um Sistema de Nome de Domínio é composta por três componentes: computador conectado na *Internet*, servidores locais de *Domain Name System* (LDNS) e servidores DNS autorizados (ADNS). Para realizar uma pesquisa, o usuário acessa o computador que faz um pedido para o servidor LDNS configurado e que, de forma interativa, consulta os servidores ADNS necessários para resolver o mapeamento do pedido de nome para endereço. (SILVA; LETONA, 2002).

A *Internet Corporation form Assignea Names and Numbers* (ICANN) é uma corporação internacional, sem fins lucrativos, de benefício público, criada em 1998, que possui a autoridade de coordenar o Sistema de Nomes de Domínio, promovendo a concorrência e desenvolvendo políticas sobre os identificadores exclusivos da Internet. (ICANN, 2021).

Essa coordenação é essencial, pois, sem ela, não se teria uma *Internet* global. Além disso, a ICANN também auxilia nas funções da *Internet Assigned Numbers Authority* (IANA), que são serviços técnicos essenciais para as operações contínuas do catálogo de endereços subordinados da *internet*, denominado de Sistema de Nomes de Domínio. (ICANN, 2021).

Qualquer organização que tiver a intenção de registrar um nome de domínio sob um domínio genérico de nível superior poderá fazê-lo usando um registrador credenciado pela ICANN, uma vez que existem vários registradores credenciados localizados em todo o mundo e que oferecem suporte nos idiomas locais. Essa relação jurídica é regida por um contrato de Registro entre as partes. (ICANN, 2021).

Entretanto, após ter os direitos de um Nome de Domínio reconhecido, o registrante adquire direitos e responsabilidades. Os direitos incluem o acesso a informações do seu registrador sobre processos para registrar, gerenciar, transferir, renovar e restaurar o seu registro de Nome de Domínio. Já sua responsabilidade envolve a não violação de marca registrada, o fornecimento de informações contratuais precisas e a notificação imediata, a seu registrador, de qualquer

alteração no contato, respondendo, rapidamente, ao pedido deste acerca de informações relacionadas ao seu registro de Nome de Domínio. (ICANN, 2021).

REFERÊNCIAS

COMER, Douglas E. **El libro de Internet**. 2 ed. México: Pearson Higher Education & Professional Group, 2001.

PANG, Jeffrey *et. al.* **Availability, Usage, and Deployment Characteristics of the Domain Name System**. 2004. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/1028788.1028790>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SILVA, Javier Torre de, LETONA, López. **Internet, propiedad industrial y competencia desleal**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

INTERNET CORPORATION FORM ASSIGNEA NAMES AND NUMBERS (ICANN). Disponível em: <https://www.icann.org/>. Acesso em: 09 abr. 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Disponível em: <<https://www.wipo.int/portal/en/index.html>>.

INTERNET CORPORATION FORM ASSIGNEA NAMES AND NUMBERS (ICANN). Disponível em: <https://www.icann.org/>.

NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Ivete Aparecida Patias

Daniel Knebel Baggio

Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é uma estrutura constituída por uma ou mais Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e que tem suas ações definidas na Lei de Inovação (Lei Federal nº. 10.973 de 2004). Esta lei discorre sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e passou a exigir a existência do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) nas universidades e institutos públicos de pesquisa e tecnologia. De acordo com esta norma o NIT tem como finalidade gerir a política institucional de inovação.

O NIT pode ser definido como um agrupamento de duas ou mais pessoas pertencentes ao grupo de trabalho da universidade ou de institutos de pesquisa, que fazem a conexão entre a instituição e o setor de produção. O NIT pode ser visto como a porta de demanda do setor produtivo e a porta de saída das pesquisas da instituição. (MEDEIROS; MATTEDI; MARCHI, 1990).

De acordo com Luz *et al.* (2014) essa estrutura possui o objetivo de incentivar os pesquisadores por meio de estratégias que intencionem o estímulo a projetos de: desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços especializados, pesquisas aplicadas, informação tecnológica e transferência de tecnologias para o setor produtivo (MACHADO, 2018).

Dentre as atividades desempenhadas pelos NITs, Cunha (1999) destacou àquelas relacionadas à cooperação tecnológica: a) Interação universidade/empresa: acompanhar o desenvolvimento dos projetos contratados entre a empresa e a universidade; buscar financiamento para o projeto em fontes governamentais; auxiliar as empresas no processos de contrato de pesquisa tecnológica; b) Transferência de Tecnologia: assessorar nos contratos de transferência de tecnologia; e c) Propriedade Intelectual: definir a proteção industrial e registro de patentes e divulgar os produtos da universidade para interação (PIRES, 2018).

A Lei de Inovação nº 10.973 de 2004, complementada pela Lei nº 13.243 de 2016 define as seguintes competências do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei; III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22; IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na insti-

tuição; V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual; VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição. VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT; VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT; IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º; e X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

Os processos de inovação (Ver Verbete Inovação) aberta são ferramentas úteis para os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) utilizarem em sua interação com as empresas, principalmente o conjunto de processos para a co-criação com parceiros por meio de alianças de cooperação (*coupled*). O caminho a ser seguido pelos NITs é combinar a obtenção de conhecimentos externos (*outside-in*) vindo das empresas e da sociedade, com a transferência das invenções para as empresas, conseqüentemente para o mercado (*inside-out*), proporcionando a inovação (RAPCHAN; MARUYAMA, LIMA, 2017).

A Lei Nacional de Inovação nº 10.973/2004 promoveu a estruturação dos NITs, tornando a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas agências de fomento promotoras e incentivadoras da pesquisa e do desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia em empresas, ICTs e em entidades sem fins lucrativos (BRASIL, 2004; BRASIL, 2016).

Os NITs podem ser caracterizados em três perfis em função de suas atividades: o legal, o administrativo e o direcionado a negócios. O legal possui como sua principal função a regulação e a formalização, sendo muito influenciado pelo departamento jurídico da ICT, que gera parecer se é possível ou não depositar patente, se é possível ou não formalizar um convênio com empresa a partir de cláusulas definidas, e é formado por advogados e especialistas em propriedade intelectual. O perfil administrativo percebe a atuação do NIT como um processo de aprovações e encaminhamentos para firmar os convênios e contratos relativos à interação ICT–Empresa. E o perfil direcionado a negócios está voltado no desenvolvimento de negócios a partir dos resultados da pesquisa, seus participantes compreendem da dinâmica da inovação, tem conhecimento do mercado, sabem dos desafios para a formação e o crescimento de empresas baseado em conhecimento, e a importância da pesquisa acadêmica e empresarial. Um NIT pode ter todas estas características ou uma parcela de cada uma (LO-TUFO, 2009). A política de inovação da ICT ao qual o NIT estiver vinculado é que irá determinar a forma prioritária de atuação do mesmo (PIRES, 2018).

Ishikawa *et al.* (2013) reforça que por mais que os NITs sejam recentes, eles promovem ações e atividades essenciais para o desenvolvimento da região (Ver Verbete Desenvolvimento Regional) em que atuam, como ações e atividades referentes ao empreendedorismo e a disseminação da cultura inovadora, principalmente por intermédio da proteção e transferência de tecnologia e propriedade intelectual (MARQUES, *et al.*, 2019).

De acordo com o relatório FORMICT – ano base 2018, houve avanço nas ICTs e no sistema de inovação principalmente nos contratos de tecnologia e pedidos de proteção concedidos. Porém existe certa dificuldade de implementação de algumas atividades da política de inovação, principalmente aquelas ligadas ao empreendedorismo, gestão de incubadoras e participação no capital social de empresas. Portanto um dos grandes desafios das instituições é estabelecer e implementar suas políticas de inovação, conforme as disposições do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, no artigo 14 do Decreto Nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei de Inovação.

Fonseca (2019) destaca que se os NITs forem porta-vozes dos pesquisadores, podem promover uma maior interação com a rede externa, levando a concentração de demandas e auxiliando no fortalecimento do desenvolvimento territorial (Ver Verbete Desenvolvimento Territorial) entre todos os entes do sistema.

Os NITS são importantes para a prospecção de parcerias entre o setor público e o privado (PIRES, RITA, PIRES, 2020), almejando o desenvolvimento social e econômico a partir da inovação, promovendo a adequação aos padrões internacionais de inovação e o aumento da competitividade no mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BRASIL. Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 09 fev. 2021.

CUNHA, N. C. V. da. Mecanismos de interação universidade-empresa e seus agentes: o gatekeeper e o agente universitário de interação. READ. v. 5, n. 1, mar./abr. 1999.

FONSECA, M.P. A gestão e a governança do conhecimento em sistemas regionais de inovação: o caso da Zona da Mata Mineira sob a ótica das instituições. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Academia de Propriedade Intelectual Inovação e Desenvolvimento, Divisão de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Rio de Janeiro, 2019.

FORMICT. Política de propriedade intelectual das instituições científicas e tecnológicas do Brasil. Relatório Formict 2019. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, 2019. Disponível em: http://fortec.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relat%C3%B3rio-Formict-2019_Ano-Base-2018.pdf. Acesso em: 04.fev.2021.

ISHIKAWA, J.N.M., *et al.* A importância dos Habitats de Inovação Tecnológica no desenvolvimento regional: um estudo sobre ações de empreendedorismo e inovação das Agências de Inovação”, Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia. XV 2013, ALTEC, Porto. 2013.

LOTUFO, R.A. A institucionalização de Núcleos de Inovação Tecnológica e a experiência da Inova Unicamp. In: Transferencia de tecnologia: estratégias para estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas, SP: Komedi, 2009.

LUZ, A. A. *et al.* Habitats for innovation and synergy of academic, technological and inventive potential in Ponta Grossa, Paraná, Brazil. Espacios (Caracas), v. 36, 2014, p. 1-100.

MACHADO, A.B. Habitat de inovação: construção do conhecimento em incubadoras. 2018. 266 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MACHADO, H.P.V.; SARTORI, R.; CRUBELLATE, J.M. Institucionalização de Núcleos de Inovação Tecnológica em Instituições de Ciência e Tecnologia da Região Sul do Brasil. **REAd** | Porto Alegre – Vol. 23 – Nº 3 – setembro/dezembro 2017 – p. 5-31.

MARQUES, H.R.; *et al.* University entrepreneurship in Brazil: Panorama of the technological innovation centers of universities. **World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**. Volume 15 Edição 2. 2019.

MEDEIROS, J.A.; MATTEDI, A. P.; MARCHI, M.M. de. Pólos Tecnológicos e Núcleos de Inovação: lições do caso brasileiro. Revista de Administração, São Paulo, v. 4, n. 25, p.3-12, out-dez. 1990. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Medeiros_Mattedi_Marchi_1990_Polos-tecnologicos-e-nucleos-d_18742.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

PIRES, D.S.J. Núcleos de inovação tecnológica e empresas: um modelo de interação por meio dos agentes locais de inovação. Dissertação UFSC. Florianópolis, 2018.

PIRES, M.C.F.S.; RITA, L.P.S; PIRES, A.C.S. Perfil do núcleo de inovação tecnológica na gestão da inovação: um estudo na Universidade Federal de Alagoas. ISSN 2237-4558 • Navus • Florianópolis • SC • v. 10 • p. 01-16 • jan./dez. 2020.

RAPCHAN, F.J.C.; MARUYAMA, U.; LIMA, A.A. Interação Universidade-Empresa: Caminhos para Rede Federal de Educação Tecnológica. **Revista GEINTEC**– ISSN: 2237-0722. Aracaju/SE. Vol.7, n.3, p.4013-4027, jul/ago/set – 2017.

TOLEDO, P. T. M. A gestão estratégica de Núcleos de Inovação Tecnológica: Cenários, desafios e perspectivas. In: Transferência de Tecnologia: Estratégias para estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. Campinas, SP: Komedi, 2009.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Rogério Haesbaert



Ordenamento Territorial (popularizado pelos franceses como “*aménagement du territoire*”) envolve a conjugação de dois conceitos, o de ordem-ordenamento e o de território-territorialização, os dois de natureza eminentemente política, pois ordenar significa sistematizar e regular dentro de uma determinada lógica e território (*Ver Verbetes Território*) envolve a dimensão política do espaço, isto é, as relações de poder espacializadas. O ordenamento territorial pode ser mais amplamente definido como a ação de elaborar uma ordem e regular a organização do espaço. A grande controvérsia diz respeito ao fato de que toda ordem implica, concomitantemente, uma desordem, da mesma forma que toda territorialização – ou seja, a construção de territórios – envolve seu contraponto, a desterritorialização. Numa leitura relacional do espaço devemos focalizá-lo através de suas relações, de seu movimento, de seus fluxos e redes. Neste sentido, o ordenamento territorial na sociedade capitalista globalizada em que vivemos implica, antes de tudo, regular a mobilidade (*Ver Verbetes Mobilidade Social*).

Partindo da noção de Robert Sack (1986) do território como espaço delimitado para o controle da acessibilidade de fluxos de diversas formas, pode-se afirmar que os termos “ordenamento” e “territorialização” são, de certo modo, redundantes, pois toda delimitação territorial impõe certa ordem. O grande dilema que vivemos atualmente, em sociedades reconhecidas como “de controle” (Gilles Deleuze) ou “de segurança” (Michel Foucault), é de que o ordenamento territorial tem mais a ver com a “regulação da desordem” do que com a efetiva “criação de uma ordem” (na expressão de Giorgio Agamben).

Isto porque vivemos a crise das modernas sociedades disciplinares, onde ainda se acreditava que instituições como a prisional e seus territórios-zona disciplinares iriam controlar e ordenar ou mesmo reincorporar aqueles considerados indesejáveis – ou, se quisermos, “fora da norma”. Atualmente não se acredita mais nesse ordenamento disciplinar e o máximo que se pode propor são processos de contenção territorial, em que as populações indesejáveis ou as classes subalternas são realocadas no espaço a fim de resguardar a “segurança” dos territórios dos grupos hegemônicos.

Deste modo, a crise contemporânea, em suas diferentes dimensões, exige falar sempre em “des-ordenamento espacial” – termo mais amplo que territorial, embora este, nas políticas públicas (*Ver Verbetes Políticas Públicas*), tenda sempre a adquirir uma conotação igualmente ampla, como espaço integrado nas suas múltiplas dimensões – social, cultural, econômica, natural, e não apenas política, como analiticamente se prefere em termos acadêmicos. Embora ordenamen-

to territorial esteja mais direta e comumente associado às ações de planejamento estatal, diversos são os sujeitos sociais envolvidos nos dias atuais em dinâmicas de reordenamento territorial, de forma mais deliberada ou mais espontânea. Por isso é fundamental reconhecer e assimilar as diferentes potencialidades em jogo dependendo dos grupos sociais e entidades da sociedade civil envolvidos e o grau de autonomia e participação democrática aí inseridos.

Metodologicamente, em termos operacionais, há um conjunto cada vez mais sofisticado de recursos técnicos à disposição das políticas de ordenamento territorial, com avanços consideráveis na cartografia e nos sistemas de informação geográficos. O des-ordenamento espacial contemporâneo envolve questões-chave como a minoração das desigualdades, o acesso às conexões mais relevantes e/ou às articulações mais potentes em termos de mobilização visando uma ampliação dos canais democráticos de decisão, a construção de espaços que promovam o convívio de identidades culturais distintas e a articulação das dinâmicas de transformação em múltiplas escalas.

Embora os problemas sejam sempre resolvidos prioritariamente em uma determinada escala (local ou regional, por exemplo – *Ver Verbete Escalas Regionais*), o sistema-mundo globalizado interdependente não permite que se intervenha apenas em uma escala – o que impõe outro dilema representado pelo constrangimento imposto pelas fronteiras do Estado-nação.

Em contrapartida, numa realidade marcada também pela imprevisibilidade e a insegurança, todo processo de ordenamento territorial subentende a ideia de que deve conviver com um grau (muitas vezes elevado) de desordem, ainda que esta não seja negativa em si mesma, pois pode ser exatamente o momento indispensável para a passagem a uma nova ordem.

Finalmente, é importante distinguir que problemáticas o ordenamento pode atacar através da leitura, ainda, do espaço moldado por uma lógica zonal ou em termos de áreas (amplamente predominante, ainda, nas políticas estatais), e quais aquelas que só podem ser resolvidas através do espaço em sua lógica reticular ou de territórios-rede. Um reordenamento territorial – ou espacial – integrado, atualmente, é necessariamente multiescalar e multiterritorial, no sentido da combinação não simplesmente dos espaços em suas dimensões política, econômica, cultural e natural, mas das múltiplas escalas e formas espaciais (zonais e reticulares) em que eles se manifestam.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: ed. da Unicamp, 2007.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUMUCHIAN, H. ; PECQUEUR, B. (org.) *La ressource territoriale*. Paris: Anthropos, 2007.

SACK, R. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, M. A. (org.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Heleniza Avila Campos

O conceito de organização do espaço, num primeiro olhar, pode estar associado a ideia de transformação, de mudança. No entanto, é importante refletir sob que bases metodológicas são entendidas essas transformações. Como qualquer outro conceito, a organização do espaço pode ser entendida numa perspectiva cartesiana, numa abordagem fenomenológica, numa interpretação dialética ou sob qualquer leitura metodológica.

Portanto, para compreender o termo “organização do espaço” aqui proposto, é necessário definir sob que perspectiva estamos entendendo o espaço, em primeira instância. Entende-se aqui por espaço, no sentido das contribuições ao desenvolvimento urbano (*Ver Verbete Desenvolvimento Urbano*) e regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*)¹, sendo este compreendido enquanto realidade relacional a partir de uma matriz do materialismo histórico, tal como trata Milton Santos (1988):

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento as forma, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p.10).

Essa leitura sobre o conceito de espaço avança além da definição de Pierre George (1969) que afirmava ser o espaço ao mesmo tempo como palco da criação humana e dado natural; para Milton Santos, pois, há a interdependência e a permanente mudança entre esses dois componentes. Ademais, não se trata apenas da transformação da natureza primária pela sociedade, mas igualmente da segunda natureza, ou seja, dos espaços que já estão em processo de crescente interferência da sociedade humana.

Carlos (1982), apoiada na interpretação marxiana de Henri Léfèbvre, afirma que o espaço geográfico é produto das relações sociais do trabalho humano, num sentido de autocriação constante e em permanente transformação, sendo

¹ É preciso ressaltar que o espaço geográfico, ou simplesmente espaço, possui diversas vertentes, como bem lembra Corrêa (1995), dependendo da corrente da Geografia a que se vincula: tradicional, teórico-quantitativa, crítica, cultural.

fruto do processo de produção que se estabelece na sociedade. Essa produção objetiva, primordialmente, a reprodução da existência humana. Ainda, Carlos (1982) alerta para o papel ativo do espaço geográfico: ele é ao mesmo tempo produto das relações, através do trabalho, e constitui em componente dinâmico da relação na qual é produzido, num dado momento histórico entre sociedade e meio. O espaço não se constitui, assim em palco, tal como se subentende em Pierre George (1969), mas em componente integrante das relações entre sociedade e natureza.

Em “A Natureza do Espaço”, Santos (2006) reforça sua ideia de espaço geográfico e vai além, tratando-o como produto da interrelação entre dois sistemas: de objetos e ações, sendo estes indissociáveis e transformados por expressões de intencionalidades da sociedade e, portanto, estando em permanente processo de mudança. A ideia de dois sistemas interdependentes possibilita entender a importância das relações em cadeia que se estabelecem através das redes geográficas e que repercutem diretamente no espaço, considerando as condições contemporâneas do meio técnico-científico-informacional.

Essas considerações conceituais permitem-nos avançar em interpretações sobre o conceito de organização do espaço, enquanto transformações nas relações entre sociedade e natureza, bem como em outras definições mais adequadas em situações metodológicas específicas. É o caso dos conceitos de produção do espaço e formação espacial.

Diferenças conceituais entre organização, produção do espaço e formação espacial

Embora a utilização do termo organização espacial seja utilizado de forma frequente na literatura científica, é importante lembrar que existem interpretações variadas do conceito, de acordo com a perspectiva de espaço que se leva em consideração. Para Corrêa (1995, p. 55), por exemplo, é possível compreender o conceito de forma mais ampla, entendendo organização espacial como “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, sendo uma materialidade social”, equivalendo a: estrutura territorial, configuração espacial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido. No entanto, na perspectiva do materialismo histórico e crítico, o espaço é fruto das relações entre sociedade e natureza, definindo materialmente as diferenças e desigualdades dessas relações. As transformações desse espaço decorrem de processos associados aos modos de produção – e reprodução – capitalista da sociedade.

Em um posicionamento crítico ao que aponta Pierre George (1969), que empregava o termo organização do espaço referindo-se à “arrumação” dos empreendimentos destinados a modelar o espaço herdado para neles se introduzi-

rem as técnicas jurídicas e administrativas, Carlos (1982) entende que esta forma de interpretação do termo estaria em desacordo com o atual estágio do pensamento geográfico, para o qual propõe a noção de “produção do espaço”, não no sentido de palco (passivo) das relações sociais, mas como fruto (ativo) do processo de produção.

Já Santos (1977) considera essas transformações do espaço fazendo uma leitura geográfica da ideia de Formação Econômica e Social (FES) que, em Marx e Engels corresponde ao conjunto de diferentes modos de produção com uma estrutura produtiva e técnica bem definida. Ao discutir o conceito de FES, Marx e Engels não se ocupam de inserir o espaço como dimensão importante para reprodução dos modos de produção. Nesse sentido, vem a importante contribuição de Milton Santos, que propõe o conceito de “formação socioespacial” (*Ver Verbete Desenvolvimento Socioespacial*) ou “formação espacial”, visto que os “modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada”, sendo o espaço uma espécie de linguagem (SANTOS, 1977, p. 87). O conceito alinha as quatro categorias de análise do espaço (forma, função, processo e estrutura) propostas mais tarde pelo mesmo Santos (1977), justificando que o espaço é formado a partir das relações entre seu aspecto visível (forma), as atividades envolvidas (função), matriz social e econômica da sociedade (estrutura) e a temporalidade que revela sua transformação (processo).

Esses conceitos parecem assim ampliar a interpretação da organização do espaço para uma leitura mais política e econômica, sem deixar de explicitar a importância da materialidade do espaço no processo de reprodução da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *A Cidade e a organização do espaço*. In: **Revista do Departamento de Geografia** (RDG). São Paulo: USP. V. 1982, p. 105-111.

CORRÊA, R. L. *Espaço: um conceito chave da Geografia*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.

GEORGE, P. *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n° 54. São Paulo: AGB, 1977, p. 81-100.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PAISAGEM

Rogério Haesbaert



Paisagem é um dos conceitos mais tradicionais na leitura do espaço geográfico, tendo origens diversas, seja em tradições como a oriental (especialmente na China e no Japão, que sempre prezaram muito a percepção e/ou a idealização de paisagens) ou na europeia ocidental (principalmente a partir do movimento romântico do século XIX). O campo das artes, como o paisagismo do século XIX, foi um dos que mais estimulou sua difusão.

Trata-se de uma palavra originada dos termos latinos “*pagus*” (país; em francês “*pays*” – pequena região) e “*pagensis*” (campestre, rural; em francês “*peasant*” significa camponês), que por sua vez deram origem a “*paesagio*” (italiano), “*paysage*” (francês) e “*paisaje*” (espanhol). Na França a Geografia, principalmente sob influência de Paul Vidal de la Blache, associou intimamente região e paisagem – a região (ou “região-paisagem”) vista como síntese integrada de elementos naturais e humanos na extensão de uma mesma paisagem. Na Alemanha também foi forte a tradição da “*Landschaftsgeographie*” ou Geografia da Paisagem, com repercussões nos Estados Unidos, principalmente através do trabalho de Carl Sauer e seu texto clássico “A morfologia da paisagem”.

A relação com a natureza sempre foi muito destacada no debate sobre paisagem, muitas vezes diferenciada entre paisagem natural e paisagem cultural ou humanizada. Até os dias atuais, trata-se de um conceito central em estudos da Ecologia (*Ver Verbete Ecologia*) e dos geossistemas, onde é enfatizada sua dimensão material-objetiva. Na Geografia em sentido mais amplo podemos distinguir duas grandes abordagens teóricas: uma corrente, mais tradicional, que enfatiza as dimensões materiais ou a “morfologia” e a funcionalidade da paisagem, difundida principalmente por aqueles que não se restringem ao seu papel analítico mas também propõem políticas de intervenção a fim de proteger paisagens materiais (o que resulta em processos de patrimonialização da paisagem, por exemplo) e outra corrente, de domínio mais recente, que destaca a dimensão imaterial ou simbólica do espaço ao trabalhá-lo sob a ótica da paisagem enfatizando-a como percepção e/ou representação. Uma outra posição, de matriz fenomenológica, defende ainda a paisagem como espaço experimentado, vivido.

Uma das concepções de paisagem mais simples e difundidas é a que define a paisagem como o conjunto de características espaciais que se encontram ao alcance de nossa visão. O poeta Fernando Pessoa afirma, por exemplo, que a paisagem é “tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento de nossa percepção” e para o geógrafo Milton Santos, de modo semelhante, a paisagem é “o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica”, “tudo

aquilo que vemos, o que a nossa visão alcança” ou a “dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”.

Essa interpretação evoca a questão subjetiva que envolve o tema, no sentido de que a paisagem pode ser definida de acordo com o horizonte espacial alcançado por uma determinada perspectiva visual, individual ou de um grupo. Dessa forma, ela seria bastante variável, dependendo da posição e da capacidade de percepção do observador. Um dos autores contemporâneos que dá maior ênfase ao conceito de paisagem em sua obra é o geógrafo francês Augustin Berque (1995). Para ele, a paisagem é a “dimensão sensível e simbólica do meio” [que ele define como a relação entre uma sociedade, seu espaço e a natureza, relação tanto física quanto fenomenal]. A paisagem, para Berque, seria ao mesmo tempo sensível e simbólica, de tendência mais objetiva, enquanto sensação/percepção e mais simbólica, enquanto significação dessa relação.

REFERÊNCIAS

BERQUE, A. *Les raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Hazan, 1995.

BESSE, J. M. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006

CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SALGUEIRO, H. 2000. *Paisagem e arte*. São Paulo: CNPq e FAPESP, 2000

THOMPSON, I. *Rethinking Landscape: critical reader*. Nova York: Routledge, 2009

WYLIE, J. *Landscape*. Nova York: Routledge, 2007.

PALEOCLIMATOLOGIA

Rosemary Vieira

A Terra é composta de múltiplos sistemas físicos, químicos e biológicos altamente complexos, que se interagem ao longo das escalas espacial e temporal. Para compreender o Sistema Terrestre é preciso estudar a natureza desses subsistemas tanto no presente como no passado, a fim de identificar os vínculos entre eles, em quais caminhos o clima está se alterando, em quais taxas, com que variabilidade regional e em resposta a qual forçante: tectonismo, vulcanismo, astronômica (mudanças na órbita terrestre), atividade solar ou atividade humana.

Dentro da escala geológica de tempo, em grande parte dos 4,5 bilhões de anos o planeta foi mais quente do que é agora, com elevada concentração de CO₂ na atmosfera e sem a presença de mantos de gelo. No entanto, essa concentração diminuiu nos últimos 50 milhões de anos levando ao resfriamento do planeta. As temperaturas globais eram, em média, 4-6°C mais elevadas. O resfriamento se intensificou ao ponto de grandes mantos de gelo se expandiram sobre as regiões polares nos últimos 2.6 milhões de anos, constituindo a Idade do Gelo. Na Antártica o manto de gelo começou a se formar há 45 milhões de anos e no Ártico, entre 3-5 milhões de anos. O clima terrestre nos últimos 800.000 anos é o último estágio de resfriamento em progresso nesse período. No hemisfério norte esses mantos de gelo cresceram e derreteram em ciclos de 40.000 e, a partir dos últimos 800.000 anos, em ciclos com duração média de 100.000 anos.

Todo esse conhecimento é resultado do progresso nas últimas décadas na análise de um amplo leque de dados climáticos e ambientais, a partir da coleta de sedimentos marinhos, terrestres e em testemunhos de gelo. O clima deixa sua assinatura no planeta, nas estruturas físicas e químicas dos oceanos, terra e formas de vida.

A Paleoclimatologia, portanto, é o estudo do clima passado, anterior ao período das mensurações instrumentais. Os registros instrumentais abarcam uma mínima fração da história climática da Terra (um século ou dois), o que não permite uma perspectiva adequada sobre a evolução e as variações do clima. Para se inferir sobre as mudanças no clima em escala mais longa são necessários estudos dos fenômenos naturais climaticamente dependentes, os quais incorporam em sua estrutura as medidas dessa dependência. Tais fenômenos provêm registros *proxies* (ou indicadores) do clima e foram justamente os estudos dos dados *proxies* que deram origem a Paleoclimatologia.

Registro *proxy* é uma medida indireta do clima pretérito ou de ambientes preservados em arquivos naturais e que são sensíveis à variação dos parâmetros climáticos ou ambientais. Sedimentos terrestres e marinhos, árvores, espeleote-

mas, testemunhos de gelo, recifes de corais, entre outros, podem oferecer informações quantitativas e qualitativas sobre diversos parâmetros climatológicos ou ambientais, tais como paleotemperaturas, precipitação, composição atmosférica, circulação oceânica e atmosférica e glaciações. A informação proveniente de um único *proxy* é limitada em sua relação com uma variável climática específica ou em sua distribuição espaço-temporal inicial.

A habilidade de decifrar os climas pretéritos se expandiu nos anos recentes e vem proporcionando o entendimento dos processos climáticos atuais e o desenvolvimento de ferramentas analíticas mais sofisticadas. Uma vez que registros mais detalhados e confiáveis são produzidos, maior a possibilidade da identificação das causas e mecanismos das variabilidades e das mudanças climáticas (*Ver Verbete Mudanças Climáticas*).

Portanto, uma forma de aumentar a confiabilidade da reconstrução paleoclimática é pelo uso de múltiplos proxies, que podem produzir resultados mais consistentes. Por exemplo, a curva da temperatura do último milênio tem sido reproduzida a partir da combinação de dados derivados de anéis de árvores, corais, espeleotemas, foraminíferos, sedimentos lacustres e testemunhos de gelo. Variações do nível do mar em larga escala podem ser inferidas usando registros estratigráficos, variações dos isótopos de oxigênio e fósseis marinhos. Testemunhos de gelo oferecem uma gama de proxies paleoclimáticos, como concentrações de CO₂, CH₄, N₂O, poeira vulcânica, entre outros, e que ficam contidas em antigas bolhas de ar aprisionadas no gelo. Essas fontes fornecem evidências cruciais sobre como o clima da Terra se comportou em épocas passadas, muito antes que a humanidade pudesse ter influenciado de maneira significativa o sistema climático.

Pesquisas no passado climático da Terra podem direcionar diversas questões que têm implicações diretas para a civilização humana: O quanto se elevará os níveis de CO₂ atmosférico e por quanto tempo persistirão? Estão os cientistas subestimando a sensibilidade das temperaturas superficiais terrestres à elevação dos níveis de CO₂? O quão rápido pode derreter os mantos de gelo e como pode o nível dos mares responder? Vivemos em um breve período interglacial de condições mais aquecidas. Mas como se comportará o clima? Permaneceremos na era glacial ou nos movendo de volta ao período estufa?

REFERÊNCIAS

BRADLEY, Raymond S. *Paleoclimatology: reconstructing climates of the quaternary*. Elsevier, Oxford. 2015.

GORNITZ, Vivien. *Encyclopedia of paleoclimatology and ancient environments*. Springer, New York. 2009.

NASA, *Paleoclimatology: introduction*. Disponível em <http://www.earthobservatory.nasa.gov/Features/Paleoclimatology/paleoclimatology_intro.php>. Acesso: 10 fev. 2017.

PAGES, *Past Interglacial Working Group of. Interglacial of the last 800.000 years*. *Reviews of Geophysics* 54, 1-58. 2015.

RUDDIMAN, William, F. *Earth's climate: Past and Future*. W.H. Freeman & Company, New York. 2010.

RUDDIMAN, William, F. *A terra transformada*. Bookman Editora Ltda, Porto Alegre. 2014.

SUMMERHAYES, Colin P. *Earth's climate evolution*. John Wiley & Sons Ltd, West Sussex, 2015.

PANDEMIA

Claudia Capellari

Pandemia é a disseminação, em escala mundial, de uma doença nova, ultrapassando as fases de surto e de epidemia, quando a doença está em escala local ou regional. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para ser considerada pandemia, uma doença deve infectar humanos e apresentar transmissão sustentada de pessoa a pessoa, espalhando-se (WHO, 2013). Nesse sentido, não basta matar grande número de pessoas ou ser difundida rapidamente; a doença deve, necessariamente, ser infecciosa (WHO/CDS/CSR/EDC, 1999).

As fases de uma pandemia são classificadas em 6 (seis) (WHO, 2013):

Na **fase 1**, o vírus circula entre animais e não causa infecção em humanos.

Na **fase 2**, o vírus passa a causar infecção humana e, portanto, se configura uma ameaça potencial.

A **fase 3** é caracterizada por apresentar um vírus recombinante e causar casos esporádicos em grupos, sem, no entanto, ocorrer transmissão entre as pessoas. Nesta fase, não há transmissão o suficiente para sustentar surtos comunitários.

Na **fase 4**, ocorre a transmissão humano-humano, de um vírus recombinante, capaz de sustentar surtos a nível de comunidade. Tal fase indica um aumento significativo de risco de pandemia e, portanto, requer planejamento e implementação de ações de contenção da transmissão do vírus.

A **fase 5** se caracteriza pela disseminação do vírus entre humanos em, ao menos, dois países. A declaração da fase 5 é um sinal de pandemia iminente. A organização estratégica, que inclui comunicação e implementação de medidas de mitigação da doença, é imprescindível.

Na **fase 6**, além dos critérios definidos na fase 5, o mesmo vírus causa surtos sustentados em nível de comunidade, em um outro país e em outra região da OMS. Esta é a fase indicativa de pandemia global em andamento.

O pico da pandemia é seguido de um período pós-pico, em que os níveis da doença pandêmica reduzem na maioria dos países que realizam vigilância adequada. É preciso atentar para possíveis ondas adicionais. Portanto, os gestores devem reforçar a comunicação e alertar a população para a possibilidade de uma segunda onda.

O período pós-pandêmico se caracteriza pela observação de atividades da doença a níveis normalmente observados sazonalmente. É mister que as ações de vigilância estejam alinhadas para atualizar planos de preparação e resposta à pandemia. Pode ser necessária uma fase de recuperação e avaliação das medidas tomadas.

REFERÊNCIAS

WHO/CDS/CSR/EDC. Influenza Pandemic Plan. The Role of WHO and Guidelines for National and Regional Planning. Disponível em: <<https://www.who.int/csr/resources/publications/influenza/whocdscsredc991.pdf>>. Acesso em: 21/4/2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Pandemic Influenza Preparedness and Response: A WHO Guidance Document , 2013. Geneva: World Health Organization. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23741778>>.

PARADIGMA

Egon Roque Fröhlich

É um termo de origem grega, *parádeigma*, etimologicamente tendo significados de modelo, padrão, “rosto” e outros. Até na gramática a conjugação de verbos como, “eu amo”, “tu amas”, “ele ama”, seguem um paradigma.

O termo ou conceito **paradigma** perpassa a história da filosofia das ciências (*Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*), sendo empregado por Thomas Kuhn, físico teórico, em sua conhecida obra *A estrutura das revoluções científicas* (1922-1996), “para designar um modelo explicativo dominante no âmbito de uma disciplina científica” (DORTIER, 2010, p. 474). Segundo Kuhn (1996), os paradigmas se sucedem e perpassam o fluir da história da ciência em geral, formando quadros de pensamentos dominantes no meio de comunidades científicas. Eles auxiliam na formulação, reformulação e reorientação de concepções teóricas que fundamentam a prática da ciência.

Conceito amplamente utilizado hoje em dia, sendo comum ouvir-se dizer: “a empresa X vai mudar de paradigma de operação”; “vamos mudar nosso paradigma de ação...” Nos negócios fala-se de “paradigma de relações”, acentuando a importância desta visão de marketing ou de empresa em sua atuação. O paradigma é como que “uma janela para o mundo”, ou “é uma visão de vida”. Se bem que o conceito não seja unidirecional ou unívoco, há perspectivas interessantes a serem consideradas.

Heller et alii (1999) apresentam a rica obra intitulada: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*, na qual os especialistas apresentam e debatem o conceito de paradigma em economia, ciências políticas, filosofia, antropologia, história, sociologia e outras, de acordo com suas visões pessoais, mostrando sua riqueza e diversidade. São subdivisões que enricam a discussão teórica que orienta e conduz a ciência moderna em sua dimensão ampla.

Dentro desta perspectiva pode-se afirmar que os paradigmas são modos diferentes de compreender e explicar a realidade humana. Com frequência ouvimos falar em Paradigma do Sistema Socialista em contraposição de Paradigma do Sistema Capitalista. Muito se escreveu, se teorizou e discutiu em torno destas duas visões de mundo em suas dimensões econômicas, sociais, de poder, de dominação, controle e outras. Duas visões de mundo que dominaram as discussões e abordagens no período e Pós-Guerra Fria, com suas implicações ideológicas nas sociedades orientais e ocidentais.

Na história do pensamento humano a visão de paradigma nas Ciências da Natureza e Humanas tem sido a bússola em muitas explicações empíricas. Mudanças de paradigmas ocasionaram por vezes sérias divergências entre estu-

osos e cientistas. Basta recordar a mudança de interpretação lenta e difícil do movimento da terra girando em torno do sol na Idade Média. A mudança do sistema geocêntrico (o sol girando em torno da terra) para o sistema heliocêntrico (a terra girando em torno do sol).

É sabido pela história da Ciência que Aristarco de Samos no século III já propunha a hipótese heliocêntrica. No entanto, ela foi descartada na época por contrariar a visão aristotélica ensinando ser a terra como centro do universo. Galileu Galilei foi perseguido por sua defesa do sistema heliocêntrico, sendo por isso obrigado a se retratar, não obstante sua firme convicção e crença no sistema heliocêntrico. Tempos depois se confirmou a hipótese deste gênio e profundo observador da natureza.

É notável como a mente humana, curiosa, investigadora e formuladora de perguntas sobre a vida humana e a natureza circundante faz descobertas ou revoluções científicas, com isso ocasionando mudanças paradigmáticas, bem como suscitando a emergência de novas teorias explicativas como a teoria copernicana, substituindo a ptolomaica, crise precedente à teoria de Lavoisier, crise na física nos fins do século XIX, gestando a teoria da relatividade.

Nesta visão, a história da ciência sugere que os paradigmas são referenciais teóricos que cientistas escolhem por serem coerentes para estudar e interpretar a realidade, valendo-se também de seus modelos conceituais e métodos de análise. Como vimos, são também denominados de “janelas para o mundo”. Sugestivo dinamismo de olhares para o mundo.

REFERÊNCIAS

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 730 p.

FRÖHLICH, Egon Roque **et alii**. O papel dos conceitos na introdução ao conhecimento científico: propostas para a elaboração do Glossário do Seminário Integrador. *In*: Beroldt Leonardo **et alii** (Orgs.). **Seminário Integrador I**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância, n. 9).

HELLER, Agnes **et alii**. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

PARCERIAS

Andyara Lima Barbosa

As Parceria Público Privada – PPP são regulamentadas pela Lei 11.079 de 30 de novembro do ano de 2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, dispondo sobre contratos e licitações, entre outros. Uma PPP pode ocorrer na modalidade patrocinada ou administrativa. A modalidade ‘patrocinada’ é usada quando a concessão do serviço público possui uma tarifa onerosa aos usuários, motivo pelo qual a concedente (público) paga uma remuneração ao parceiro privado, de forma a viabilizar a exploração do serviço, frente à adequação da tarifa. Já a modalidade ‘administrativa’, é utilizada quando não existe serviço público passível de cobrança de tarifa, tratando-se então, de contrato de prestação de serviços (BRASIL, 2004).

Para Peters et al. (2008) as vantagens entre as PPPs relacionam-se com o fato de que as empresas privadas podem ter o apoio do governo para obtenção de capital a um custo mais baixo, enquanto que a instituição pública se beneficia da gestão profissional de *know-how*, quanto à evolução de mercado, plano de negócios, recursos humanos e logística. As Parcerias Público Privadas considerando a lei, não podem ser inferiores a R\$ 20 milhões e deve ter duração de no mínimo 5 e no máximo 35 anos (MENDES, 2012). As PPPs se materializam com nomes de privatizações, concessões e terceirizações, entre outras. Considera-se, entretanto, que a questão das parcerias vai além das PPPs, pois segundo Adulis (s.d.), as parcerias informais têm um papel importante ao possibilitar o cruzamento de fronteiras sociais, a criação de cadeias e de redes que não se encaixam nas formas legais das Parcerias Público Privadas.

O termo ‘parceria’ busca caracterizar o que seria um novo modelo de relação entre as várias organizações da sociedade, pois compreende-se que o desenvolvimento local ou regional depende da união de todos os atores do território sejam eles do primeiro, segundo ou terceiro setor, além de outros da sociedade civil organizada (VALARELLI, s.d.). A parceria formada por esses setores deve possibilitar que todos os atores (Ver Verbete Atores Sociais) cooperem em busca de um objetivo comuns. Assim, as organizações podem desenvolver novas atividades, iniciar novos projetos, abrir frentes de atuação, fortalecer projetos em andamento, ampliar o leque de conhecimentos, captar recursos, compartilhar talentos humanos e recursos materiais sem prejuízo do trabalho, aumentando a capacidade de intervenção dos parceiros.

‘Parceria’ refere-se, portanto, a certas formas de cooperação (ver Verbete Cooperação Territorial) entre organizações e indica, antes de tudo, uma ação conjunta, motivada pela existência de interesses e objetivos comuns, na qual cada um aporta e mobiliza os recursos que dispõe para atingir estes objetivos. Entende-se que o determina a parceria não é a formalidade, mas sim o modo como as organizações com interesses distintos une-se e comporta-se como iguais em um determinado momento, em busca de um objetivo comum sendo a complementaridade dos recursos a razão principal para estabelecer a interdependência entre as organizações (BARREIRA, s.d.).

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. Da colaboração à parceria. **Rede de Informações do Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.rits.org.br/acervo/acervo_pesquisa_detalhe.cfm?CA=1624&%20Primeiro_Reg_pag=1&origem=acervo_pesquisa.cfm&CABECALHO=&codigo_ots_origem=1. Acesso em: 02 junho de 2018.

BARREIRA, Carmem. Uma questão para pensar: parcerias e alianças estratégicas. **Rede de Informações do Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_parc_parctxtpag00.cfm. Acesso em: 05 de junho de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.079. Institui Normas Gerais Para Licitação e Contratação de Parcerias Público-Privadas no Âmbito da Administração Pública. Brasília, 30 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 06 jun. 2018.

MENDES, Marcos. O que são Parcerias Público-Privadas (PPP)? **Instituto Braudel**, 9 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/04/09/o-que-sao-parcerias-publico-privadas-ppp/>. Acesso em 18 de jun. 2018.

PETERS, M., WEIERMAIR, K. e FREHSE, J. Success factors for public private partnership: cases in alpine tourism development. **Journal of Services Research, Special Issue**, 2008, pp. 7- 21.

VALARELLI, Leandro Lamas. Parcerias: noções gerais. **Rede de Informações do Terceiro Setor**. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_parc_parctxtpag0.cfm. Acesso em: 25 de maio de 2018.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

FISCHER, Rosa Maria. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração - RAUSP**, vol. 40, núm. 1, enero-marzo, 2005, pp. 5-18 Universidade de São Paulo-USP, São Paulo.

SUNDFELD, Carlos Ari. O arcabouço normativo das Parcerias Público-Privadas no Brasil. **Revista do Tribunal de Contas da União** – TCU edição especial, 2005. Disponível em: - revista.tcu.gov.br.

VARGAS-MONIZ, Maria; MORGADO, José. Parcerias e coligações comunitárias: Potencialidades e desafios na criação de respostas articuladas. **ISPA – Instituto Universitário**, Lisboa, 2010. Disponível em: Parcerias e coligações comunitárias: Potencialidades e desafios na criação de respostas articuladas (mec.pt).

YOSHIO, Shinohara Daniel; SAVÓIA, José Roberto Ferreira. Parcerias Público-Privadas no Brasil. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2008. ISBN-10 : 8520427294, ISBN-13 : 978-8520427293.

SARMENTO, Joaquim Miranda. Parcerias Público-Privadas. **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, Lisboa ,2016. ISBN: 9789898862125.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ivaldo Gehlen

O conceito de participação popular carrega consigo uma dubiedade, no sentido que pode ter vários sentidos, segundo o seu uso e suas referências. Normalmente, se utiliza para significar que pessoas se engajam coletivamente em práticas de interesse comum, objetivando decisões favoráveis de mudança ou de permanência de situações ou de direitos. Neste sentido, a participação atribui um sentido social aos processos reivindicativos. Nesta perspectiva, a participação empodera os sujeitos politicamente, algo necessário para a cidadania (*Ver Verbete Cidadania*).

Se constitui num processo de desalienação ou *práxis*, pois produz uma consciência que supera a condição de passividade para a condição de proatividade, necessária para que os direitos cidadãos sejam conquistados ou preservados. Trata-se de uma condição intrínseca à democracia (*Ver Verbete Democracia Econômica*). O adjetivo popular é um aditivo ao conceito de participação com o sentido de qualificar ou direcionar seu significado. Geralmente, visa acentuar politicamente o significado de empoderamento político da parcela da sociedade que tradicionalmente tem baixa representatividade nas instâncias decisórias.

Os meios ou canais de participação são diversos. Basicamente, podem-se identificar três tipos segundo sua natureza: a) os públicos estatais ou oficiais, tais como eleições, referendos, plebiscitos, comemorações cívicas, dentre outros; b) os públicos não estatais, que tem base social de representação definida e representam essa base nas reivindicações e nas lutas específicas, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), Sindicatos, Associações, Cooperativas e c) os demais, não estatais nem vinculados ao tipo de organizações mencionados que unem pessoas em torno de objetivos ou pautas específicas, mobilizando-as e organizando-as para atingir os objetivos através de Movimentos Sociais (*Ver Verbete Movimentos Sociais*), mobilizações e lutas, utilizando-se de recursos por meio de diversos meios, tais como, manifestações, abaixo assinados, redes sociais, mídias (*Ver Verbete Mídias Sociais e Desenvolvimento*), entre outros. Este terceiro tipo é o que garante maior participação popular e geralmente engendra expectativas de mudanças, de transformações. Mesmo quando estas apontam para preservação de direitos, de modos de vida ou de identidades, pois dependem de mudanças formais ou legais e/ou culturais ou comportamentais.

Estas considerações mostram que a participação se constitui num recurso estratégico de conquista, manutenção e ampliação democráticas e possui vínculo direto com a desigualdade social. Maior participação popular, maior chance de diminuir a desigualdade social (*Ver Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais*) e de respeito às diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. *Participação e controle social*. In: SALES, Mione Apolinário *et al.* Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global – limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

WERTHEIN, Jorge (Org.). *Educação e participação*: alternativas metodológicas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HASCIMENTO, Luciana Silva do. *Participação popular no Brasil*: um conceito em construção, 2011. Disponível em: www.uv.es/asabranca/encontre/nascimento.pdf. Acesso: 24 abr. 2017.

PATENTES

Aleteia Hummes Thaines

Éder Machado De Oliveira

Como consequência de uma sociedade cada vez mais globalizada (Ver Verbete Globalização), não é incomum o surgimento de invenções nas mais diversas áreas do conhecimento e que necessitam de proteção do Estado, para fins de garantir o desenvolvimento tecnológico do país. A proteção das invenções e modelos de utilizados é realizada por meio da concessão de patentes.

As patentes estão inseridas no Direito à Propriedade Intelectual e visam proteger seus titulares de eventuais usos por terceiros, sem o seu consentimento, e pelo tempo de proteção concedido. (AHLERT; JUNIOR, 2019). Elas são divididas em patentes de invenção e modelos de utilidades.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) define que a patente é um direito exclusivo concedido a uma invenção, que é um produto ou processo que visa proporcionar uma nova maneira de fazer algo ou oferecer uma nova solução técnica para um problema. (OMPI, 2021).

Foi no século XV que se promulgou o primeiro Estatuto sobre Patentes. Tal legislação foi editada na República de Veneza, conhecida por ser um grande polo mercadológico da Idade Média, em 19 de março de 1474. Essa lei buscava estimular o avanço tecnológico por meio da emissão de concessões de patentes. O Estatuto de Patentes Veneziano incluía todos os recursos que os sistemas de patentes consideram fundamental, ou seja, ele fornecia aos inventores direitos exclusivos, desde que provassem que suas invenções eram úteis, novas e de aplicação prática. Além disso, em troca da proteção para a exploração exclusiva, pelo prazo de 10 anos, os inventores deveriam divulgar todos os segredos da sua invenção. Caso ocorresse violação a esta proteção, ou seja, se houvesse reprodução do invento por terceiro, sem o consentimento do inventor, aquele seria punido com pagamento de multa e com a destruição da cópia. (NARD; MORRIS, 2006).

Reforça-se que, atualmente, os princípios que regem o instituto das patentes é o mesmo da lei veneziana, ou seja, a territorialidade, a exclusividade e a temporalidade. A concessão de uma patente não é global e para que a proteção alcance um maior número de países, o titular deverá requerer proteção em todos eles. Após a concessão da patente, é garantido ao titular a exploração, de forma exclusiva, por um determinado período.

No Brasil, por exemplo, a Lei n. 9.279/96, em seu artigo 40, garante a vigência da proteção da patente de invenção, pelo prazo de 20 anos e da patente

de modelo de utilidade, pelo prazo de 15 anos. Após a expiração desse prazo, o conteúdo do invento ou do modelo de utilidade entrará em domínio público.

Nard e Morris (2006) observaram que a proteção, via Estatuto, expandiu amplamente a emissão de patentes em Veneza, sendo que, em meados do século XVI, a taxa veneziana, per capita, de patentes pode ter se aproximado da taxa americana da década de 50.

Ao longo dos séculos, inúmeras leis e tratados internacionais foram editados, a fim de proteger as patentes. O mais significativo deles é a Convenção da União de Paris para a proteção da propriedade industrial (Ver Verbete Propriedade Industrial), de 20 de março de 1883.

No Brasil, a concessão e, automaticamente, a proteção das patentes se deu muito antes da Convenção da União de Paris (1883). O primeiro instrumento de proteção, ainda no período do Brasil colônia, foi o Alvará de 1809, de 28 de janeiro de 1809, que concedia incentivos à indústria nacional e criava o primeiro sistema de patentes de invenção. Esse Alvará protegia, por meio do instituto da patente, somente os inventos criados por indústrias estabelecidas no Brasil, visando estimular a instalação de novas indústrias no território brasileiro. (BARBOSA, 2017).

Ao longo dos séculos, outras leis surgiram, no intuito de proteger as patentes e atualmente, encontra-se em vigor a Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e, por via de consequência, a concessão de patentes no território nacional. Com base nessa legislação, é possível requerer a patente sobre invenções e sobre modelos de utilidade, conforme estabelece os artigos 8º e 9º, respectivamente.

No Brasil, assim como em vários outros países, para que uma invenção seja patenteável deverá preencher os requisitos da novidade, da atividade inventiva e da aplicação industrial. Já no que se refere aos modelos de utilidade sua patente poderá ser requerida quando houver aplicação industrial, uma nova forma ou disposição envolvendo um ato inventivo e que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

Cabe ressaltar ainda que é considerado novo aquilo que não se encontra no estado da técnica, ou seja, tudo o que não foi divulgado até a data do depósito do pedido de patente, conforme disciplina o artigo 11, §1º, da Lei n. 9.279/96. Mas, assim como a Convenção, a legislação brasileira prevê, o chamado período de graça. Isto é, um prazo de 12 meses anterior ao depósito do pedido de patente, em que o titular pode divulgar a sua criação sem que esta seja considerada estado da técnica. (art. 12, Lei n. 9.279/96).

No Brasil, o órgão responsável pela análise do pedido de depósito e posterior concessão de uma patente é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal, criada em 1970, pela Lei n. 5.648, de 11 de dezembro

de 1970, tendo por finalidade principal executar as normas que regulam a propriedade industrial, visando atender a sua função jurídica, econômica, técnica e social. A autarquia está vinculada ao Ministério da Economia. (INPI, 2021).

REFERÊNCIAS

AHLERT, Ivan B.; JUNIOR, Eduardo G. Camara. **Patentes: proteção na lei de propriedade industrial**. São Paulo: Atlas, 2019.

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado de Propriedade Intelectual**. 2 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: 2020. Tomo II

BRASIL. **Lei n. 9.279**, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/identidade-institucional>>. Acesso em 03 abr. 2021.

NARD, Craig Allen; MORRISS, Andrew P.. **Constitutionalizing Patents: From Venice to Philadelphia**. Faculty Publications. 587. 2006. Disponível em: https://scholarlycommons.law.case.edu/faculty_publications/587. Acesso em 07 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Convenção da União de Paris para a proteção da Propriedade Industrial**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/287556>. Acesso em: 07 abr. 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado de Propriedade Intelectual**. 2 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: 2020. (Tomo I, II).

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Patentes**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes>>.

CERQUEIRA, João da Gama. **Tratado de Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1946.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Patentes**. Disponível em: <<https://www.wipo.int/patents/en/>>

PATRIMÔNIO CULTURAL

Daniel Luciano Gevehr

Para pensar o patrimônio cultural em sua dimensão mais ampla devemos inicialmente observar os conceitos de cultura material e imaterial. Essas duas dimensões – material e imaterial – nos permitem melhor compreender a natureza do patrimônio cultural, que se constitui de produções e expressões materiais, popularmente conhecidas como o patrimônio de “cal e pedra” e das imateriais, como a língua, a gastronomia, a etnia, a religião e outras formas de expressão cultural, que dão sentido, coesão social e identidade ao grupo que a produziu. Para Meneses (2004) têm-se colocado como distintos o conceito de patrimônio material e o que se configuraria como um patrimônio imaterial. O primeiro seria o conjunto das construções físicas do homem na sua relação com o meio ambiente para o atendimento de suas necessidades práticas. O segundo conjunto agruparia as construções mentais e os valores culturais configurados em signos e significados diversos. Ainda que consideremos as duas dimensões mencionadas anteriormente, devemos compreender que essa dicotomia não se sustenta nem didaticamente, posto que a inteligibilidade de uma manifestação cultural só tem sentido se percebida em conjunto, ou seja, em suas dimensões material e imaterial. O universo material media os sentidos, os valores e os, significados. Separá-los em sua compreensão, buscando uma compartimentação irreal da vida, seria destruir a possibilidade de apreensão da construção de uma cultura. O patrimônio cultural revela *valores identitários*, uma vez que considera o patrimônio como gerador constante de construção de imagens, significados e identidades; *valores econômicos*, uma vez que toma o patrimônio como gerador de oportunidades econômicas; e o *valor social*, que defende que os projetos interpretativos devem gerar a melhoria da qualidade de vida da comunidade que administra esse patrimônio. Outra dimensão importante do patrimônio cultural é apresentada por Sandra Pesavento (2006), para quem o patrimônio compreende também a *memória cívica*. Segundo a autora, ainda que a memória opere no campo da manipulação de fatos, personagens e lugares do passado e que assim constituem parte do patrimônio da comunidade, esse patrimônio se coloca a serviço de determinadas diretrizes do poder e dessa forma estabelece uma celebração memorialística do patrimônio. Outra dimensão que envolve a compreensão do patrimônio cultural é aquela que associa os bens patrimonializados ao territó-

rio, uma vez que esses bens podem ser concebidos como *símbolo do passado da cidade* e que traduz, através de sua materialidade, discursos e formas de pensar o fenômeno urbano na contemporaneidade. Nessa perspectiva mais contemporânea, o patrimônio cultural passa a ser objeto de investigação do *urbanismo* (CHOAY, 2015), que busca compreender o fenômeno urbano também como uma *produção cultural*, rompendo com a concepção que considerou, até pouco tempo, essencialmente fatores de ordem econômica ou política. O *patrimônio cultural* geralmente é tido como representativo da memória coletiva – uma vez que se parte do princípio, muitas vezes teórico – de que nele a comunidade *se reconheça* e *se identifique* com ele. Sabemos que essas questões são bastante complexas, tendo em vista que todo *patrimônio cultural oficializado*, através de processos de tombamento, *é fruto de uma escolha*. Observamos que o patrimônio está, sem dúvida, diretamente ligado ao processo de planejamento dos espaços de uma cidade, na medida em que a *cidade* é alvo de manipulações e (re)adequações. Ao discutir as concepções de patrimônio – imbricadas nas questões do presentismo – Hartog (2014, p.193) afirma que o patrimônio pode ser considerado como uma “forma de expressão de *alter ego*”, ou seja, como uma forma da sociedade expressar – material e imaterialmente – seus desejos, aspirações e necessidades. Isso nos leva a pensar o presente a partir das seleções patrimoniais que pretensamente, manifestam o passado através do seu patrimônio, portanto, passível de tombamento, que os elege e o consagra como parte de sua cultura (Ver Verbetes Cultura Material e Cultura Imaterial).

No Brasil o órgão oficial responsável pelo processo de tombamento do patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e no caso do RS, temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE – responsável pelo planejamento dos bens considerados relevantes na história sul-rio-grandense, os quais em geral são tombados e protegidos através de legislação específica. De acordo com a *Constituição Federal de 1988*, em seu artigo 216, se considera como patrimônio “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” Desta forma, podemos pensar naquilo que Giovanaz (2007), afirma, quando estabelece diversas correlações entre *memória-identidade-patrimônio*, num tripé que desempenha um papel de suporte das representações humanas, de suas histórias e referenciais. Podemos pensar ainda o patrimônio a partir da perspectiva apresentada por Pelegrini (2007), para quem a *memória coletiva* é um importante indicador para se definir o que deve ou não ser considerado como patrimônio cultural. A autora afirma que estabelecer essa relação não é tão simples, uma vez que as memórias coletivas são atreladas a *grupos e lugares*, e as pessoas, na dinâmica de suas vidas, vão mudando, bem como os grupos aos

quais pertencem, assim como as formas de compreender as materialidades a sua volta. Ressaltamos a necessidade de considerar as políticas que envolvem o planejamento (e seleção) dos bens culturais de uma comunidade e que estão presentes no cotidiano da cidade – *através de suas continuidades e descontinuidades*. A partir dos estudos mais contemporâneos sobre *patrimônio cultural* (CASTELLS, SANTOS, 2014; REIS, FIGUEIREDO, 2015) percebemos que esse é compreendido como um conjunto muito complexo de concepções do que aquilo que referenda a própria Constituição Federal. Isso se explica, na medida em que devemos considerar as relações que envolvem percepções de *herança, tradição, representação da coletividade, identidade, etnia, referencial, materialidade, imaterialidade, memória, construção social, pertencimento, diversidade, poder* e a própria concepção de *nacionalidade*, em um país de dimensões continentais. Precisamos esclarecer o que consiste o *processo de tombamento*, no que se refere à sua inscrição no livro tomo. O poder público, em qualquer esfera, no uso de suas atribuições, pode se utilizar do recurso do tombamento para garantir que um bem cultural seja preservado. Segundo o IPHAE, esse bem precisa ter valor arquitetônico e histórico agregados, no caso específico do patrimônio edificado. O tombamento é a forma mais utilizada por esferas governamentais mais amplas e comumente é encarado pela sociedade como a *perda da propriedade*. O tombamento é um *ato público* que dá origem a muita polêmica, uma vez que este ato implica em *permanências ou transformações* que afetam diretamente o espaço urbano, que o sustenta. Finalmente, cabe destacar que o patrimônio cultural – compreendidos através de sua complexidade – seja percebido pela própria comunidade como *espaços de desenvolvimento local e regional* (Ver Verbetes Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Regional).

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: lamparina, 2009.

BORGES, M. A. O Tombamento como Instrumentos Jurídicos para a Proteção do Patrimônio Cultural. **Revista Jurídica**. 2005, 7(73), pp.01-04. http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/MarcoAntonio_rev73.htm. Acesso em 05 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado em 17 de janeiro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CASTELLS, A. N. G. de; SANTOS, J. L. da C. (org). (2014). **Patrimônio cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC.

- CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades uma antologia.** (7ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2015.
- CHUVA, M. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, G. R. (org). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2012, p.67-68.
- GIOVANAZ, M. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em questão.** 13(2), 2007. pp.235-242.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade.** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória.** 3(1), 2007. pp.87-100.
- PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista Patrimônio e Memória,** 2007, 3(1), 87-100. <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/33/459>. Acesso em 08 dez. 2016.
- PESAVENTO, S. J. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. Número 6. 2006, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos.** Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>>. Acesso em 08 dez. 2016.
- REIS, A. S. dos; FIGUEIREDO, B. G. (org). **Patrimônio imaterial em perspectiva.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A *et al.*(orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014. pp.123-145.
- VARINE, H. de. **As raízes do futuro.** O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida

Inicialmente, é fundamental um esclarecimento. O que aqui é referido como patrimônio territorial, em geral, pela literatura é apresentado com o conceito capital territorial. A discussão sobre capital territorial tem evoluído, por isso, se justifica sua substituição pelo conceito patrimônio territorial. Mas antes, é necessário revisar as compreensões que existem sobre capital territorial¹.

Camagni (2008) já fazia uma introdução ao capital territorial, relacionando-o com as condições de competitividade regional (*Ver Verbete Competitividade Regional*). Capello, Caragliu e Nijkamp (2009) aludem ao conceito capital territorial para fazer referência a todos os bens (*Ver Verbete Bens Comuns*), públicos e privados, de um determinado recorte territorial. Para os autores, o capital territorial cumpriria um papel importante na definição do desempenho econômico. Em documento da LEADER (2009, p. 19), capital territorial é assim definido:

[...] o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem construir, nalguns aspectos, vantagem e, noutros, desvantagens... O capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc.), na perspectiva não de um inventário contabilístico, mas da procura das especificidades podendo ser valorizadas.

Há duas interpretações sobre derivação do termo patrimônio que se entende serem muito mais complementares do que contraditórias. Segundo Poli (2015), o termo patrimônio deriva do latim *patrimonium*, conjunto de coisas pertencentes ao *pater familias*. O sufixo *monium*, o vincula ao termo *alimonium* (alimento), introduzindo a dimensão de cuidado, cuidado alimentar. Já para Carneiro (2009), a palavra patrimônio é formada por dois vocábulos greco-latinos: *pater* e *nomos*. A palavra *pater* significa chefe de família, ou, em um sentido mais amplo, os antepassados. Dessa forma, pode ser associada, também, aos bens, posses ou heranças deixadas pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material quanto imaterial, posto que um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra “*nomos*” origina-se do grego; refere-se à lei, usos e costumes rela-

¹ Em Dallabrida (2015) é feito o uso do conceito capital territorial com sentido análogo ao de patrimônio territorial.

cionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O *nomos* relaciona-se, portanto, com o grupo social. O *patri-monio* pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro (CARNEIRO, 2009).

O principal contexto acadêmico do qual surge a discussão sobre patrimônio territorial é o da Escola Territorialista Italiana. Dessa escola originou-se um referencial teórico-metodológico denominado de abordagem territorialista ou antropobiocêntrica, cujo propósito era debater a problemática do território, numa visão multidisciplinar, para servir de base ao planejamento e à gestão do território (ANDRADE; ALMEIDA, 2016). A escola territorialista propõe um “retorno ao lugar” por meio do patrimônio ambiental, territorial e socioeconômico em suas dimensões locais e por intermédio do empoderamento da comunidade, como pilares para um projeto de desenvolvimento local autossustentável (MAGNAGHI, 2010).

Segundo Poli (2015), nas ciências territoriais o patrimônio assume uma conotação geográfica, destacando não somente aos elementos pontuais (igrejas, edifícios, árvores...), mas o todo territorial, como uma forma unitária, uma co-evolução entre natureza e cultura. Neste sentido, o território passa de suporte para elemento proativo no planejamento e gestão territorial, resultado de processos históricos de construção e reconstrução. Assim, a concepção de patrimonial do território introduziu na área do planejamento territorial uma forte inovação no seu processo de configuração. O patrimônio assume, portanto, em sua definição territorial, a presença de múltiplos sedimentos de caráter físico-natural, socioeconômico, cultural e de identidade, das fases anteriores de territorialização, que transformaram a natureza em um território (MAGNAGHI, 2010). Tais sedimentos, são heranças, seja de um passado remoto ou recente, apresentando-se como conjunto de recursos culturais e naturais de um dado espaço geográfico, que tenham elevado grau de aceitação e reconhecimento social local (ORTEGA VALCÁRCEL, 1998).

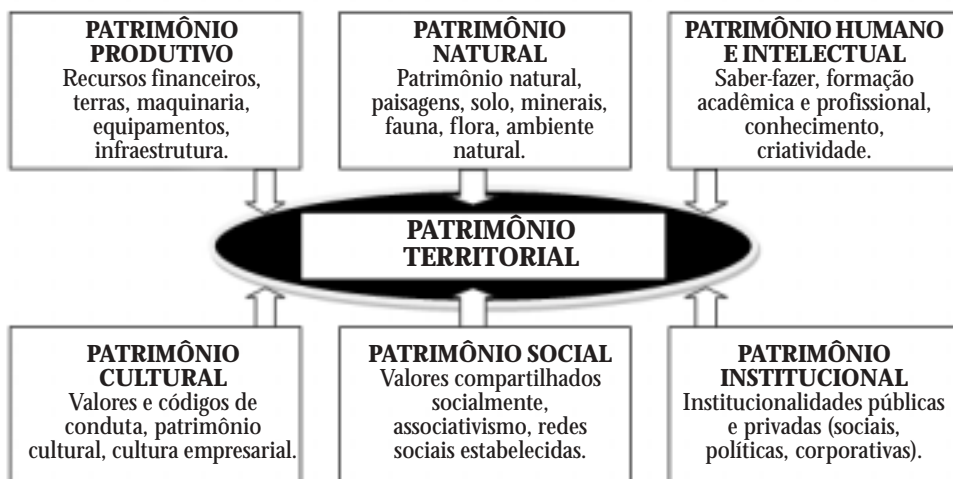
Magnaghi (2015, p. 157) considera os bens territoriais (cidades, infraestruturas, paisagens agroflorestais, patrimônio cultural, artístico e arquitetônico...), ou seja, as diferentes dimensões do patrimônio territorial, como bens comuns, pelo fato de terem sido produzidos por longos processos coevolutivos, por assentamentos humanos e não indivíduos isolados, em sua relação com o ambiente natural. Significa a inclusão do território entre os *res commium omnium* (coisa comum a todos). Para o autor, esta visão holística, indica o caminho para o “retorno ao território” e, ao mesmo tempo, para a “reapropriação comunitária dos bens comuns territoriais”. Exemplifica essa possibilidade, ao mencionar exem-

plos mundiais de ativação de instrumentos de democracia participativa, em que são praticadas formas contratuais e acordos multisetoriais e multifuncionais entre conjuntos de atores, para viabilizar o governo do território como um bem comum.

Prefere-se assumir a concepção de patrimônio territorial expressa em Dallabrida (2020a, p. 12):

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente.

Sinteticamente, pode-se afirmar que o patrimônio territorial é o resultado das interações entre seis tipos de componentes: (i) o produtiva – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) o natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) o humano e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) o cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) o social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) o institucional – institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (DALLABRIDA, 2020a). Na Figura 1, abaixo, estão representadas os componentes do patrimônio territorial.



Fonte: Dallabrida (2020a).

Portanto, a categoria teórica patrimônio territorial, como conjunto único e original de combinações físico-naturais, socioeconômicas e culturais, abrangendo tanto sua dimensão material quanto a imaterial, apresenta-se como significativamente abarcativa das heranças pretéritas e contemporâneas presentes num território. Logo, isso justifica assumir patrimônio territorial como referência para os estudos territoriais, com vistas à promoção do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, B. A.; ALMEIDA, R. H. Patrick Geddes e a escola territorialista italiana: aproximações conceituais e metodológicas. **Pós**, São Paulo, v. 23, n. 39, p. 120-137, jun. 2016.

CAMAGNI, R. Territorial capital and regional development. In: CAPELLO, R.; NIJKAMP, P. (eds). **Handbook of Regional Growth and Development Theories**. Cheltenham: Edward Elgar, 2009. p. 118-132.

CAPELLO, R.; CARAGLIU, A.; NIJKAMP, P. Territorial Capital and Regional Growth: Increasing Returns in Cognitive Knowledge Use. **Timbergen Institute Discussion Papers**, 09-059/3, Timbergen Institute, 2009.

CARNEIRO, N. P. Memória e patrimônio: etimologia. **Webartigos**, 11 jul. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288/>. Acesso em: 8 mar. 2020.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./set./2020a. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**: verso la coscienza di luogo. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, A. Mettere in comune il patrimonio territoriale: dalla partecipazione all'autogoverno". **Glocale, Rivista molisana di storia e scienze sociali**, n. 9/10, p. 139-157, 2015.

ORTEGA VALCÁRCCEL, J. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades: Rev. del Instituto de Urbanística de la Universidad de Valladolid**, n. 4, p. 33-48, 1998.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

CALVENTE, M. C. M. H. O patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais. **GeoTextos**, v. 14, n. 1, p. 39-60, jul. 2018.

DEMATTEIS, G.; MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale e corallità produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. **Scienze Del Territorio**, n. 6, p. 12-25, 2018.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, n. esp. 1, p. 3-23, dez. 2014.

FERIA TORIBIO, J. *El patrimonio territorial*: algunas aportaciones para su entendimiento y puesta en valor. **Revista Electrónica de Patrimonio Histórico**, v. 12, p. 1-25, 2013.

GÓMEZ, J. Del patrimonio paisaje a los paisajes patrimonio. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 59, n. 1, p. 5-20, 2013.

MAGNAGHI, A. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MARTÍNEZ YÁÑEZ, C. Patrimonialización del territorio y territorialización del patrimonio. *Cuad. Art. Gr.*, n. 39, p. 251-266, 2008.

MIROSLAWA, C.; CÓRDOBA AGUILAR, H. El patrimonio como tema de estudios geográficos. **Espacio y Desarrollo**, n. 16, p. 28-41, 2004.

MULERO, A. M. Hacia la gestión integrada del patrimonio en clave territorial: un análisis crítico a partir de la experiencia andaluza. **Investigaciones Geográficas**, n. 63, p. 69-84, enero-junio 2015.

POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proativa. In: MELONI, B. (a cura di). **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123-140.

PEGADA ECOLÓGICA

Silvio Cezar Arend

A Pegada Ecológica é uma metodologia integrante da Contabilidade Ambiental (*Ver Verbete Contabilidade Ambiental*) e corresponde à extensão da quantidade de terra (hectares) e recursos pesqueiros necessários para gerar produtos (bens e serviços) utilizados para dar conta do estilo de vida de uma pessoa ou população. Dito de outra forma, pelo cálculo da Pegada Ecológica pode-se ter uma noção da quantia de recursos naturais (*Ver Verbete Recursos Naturais*), avaliados em termos de hectares, necessários para uma pessoa manter seu *status quo* e qual o impacto deste no meio ambiente (*Ver Verbete Impactos Ambientais*). A Pegada Ecológica também pode ser calculada para um país ou uma região, considerando o volume global de consumo e destinação de resíduos de uma população.

A noção subjacente à ideia de “pegada” ecológica é que a atividade humana deixa “rastros” no meio ambiente, é algo como a marca que o consumo humano e seu estilo de vida deixam no meio ambiente, consumindo (ou exaurindo) mais os recursos naturais necessários à manutenção deste *status quo*.

O cálculo da pegada é realizado a partir de um conjunto de tabelas e correspondências específicas, que consideram não somente a área necessária para a produção, mas também a área necessária para o recebimento dos resíduos gerados no processo de consumo, bem como a quantidade de água necessária ao longo desse ciclo de produção, consumo e descarte e os respectivos impactos nos ecossistemas (*Ver Verbete Ecossistema*). A pegada tem relação direta não somente com o volume de consumo, mas também com a tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*) utilizada na produção, logística, meios de transporte e comercialização, bem como com a destinação final dos resíduos. A cada escolha tecnológica há uma correspondente pegada ecológica, mais ou menos intensa. Diferentes níveis de renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*) e industrialização da economia implicam em diferentes impactos no meio ambiente e, desta forma, utilizando a mesma metodologia é possível comparar diferentes estilos de vida e padrões de consumo, bem como simular alterações nestes com vistas a reduzir este impacto.

De maneira geral, maior consumo de produtos industrializados está associado a uma pegada maior, não somente pela produção, mas também pelo transporte destes produtos e geração de resíduos e embalagens, implicando que a disponibilidade de recursos do planeta Terra já não é suficiente para a manutenção deste nível de consumo.

Segundo o WWF-Brasil (<http://www.wwf.org.br/>), os componentes do cálculo da Pegada Ecológica são os seguintes:

- a) Carbono;
- b) Áreas de cultivo;
- c) Pastagens;
- d) Florestas;
- e) Áreas construídas;
- f) Estoques pesqueiros.

Além da Pegada Ecológica há também outras duas “pegadas” que formam o que se convencionou chamar de “família das pegadas”: as Pegadas de Carbono e Hídrica, que, conjuntamente, permitem a análise do impacto das atividades humanas sobre o capital natural. A Pegada de Carbono mede o impacto da atividade humana sobre a biosfera, quantificando os impactos sobre o clima, enquanto que a Pegada Hídrica mede o impacto sobre a hidrosfera, monitorando os fluxos de água.

Desta forma, a análise do consumo de uma sociedade através da Pegada Ecológica mede o impacto do uso dos recursos naturais nas esferas da produção, comercialização e consumo dos bens e serviços; a Pegada Hídrica e a Pegada de Carbono, através da Análise do Ciclo de Vida, medem o impacto dos processos produtivos.

Certamente que nem todos os impactos são capturados por estes indicadores, mas eles trazem importantes contribuições que tornam possível avaliar a utilização direta de recursos naturais. Há diferentes metodologias propostas (ou, diferentes questionários de avaliação da pegada), mas todas convergem em um ponto: o impacto da atividade humana sobre o planeta e a pressão sobre os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

Cálculo da Pegada Ecológica: Disponível em: <http://www.pegadaecologica.org.br/2015/index.php>; <http://www.footprintnetwork.org/resources/footprint-calculator/>

Sítios oficiais para consulta: Disponível em: <http://www.wwf.org.br/>; <http://www.footprintnetwork.org/>

PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Roberto Tadeu Ramos Morais

As organizações públicas ou privadas necessitam de pessoas que pensem estrategicamente. Mas, o que significa isso? É necessário que os gestores reflitam sobre o presente e o futuro. É essencial ter a capacidade de enxergar aquilo que seus adversários não conseguem. Segundo os doutos o pensamento estratégico é ciência e arte. Primeiro, visionar o longo prazo pode ser realizado com uso de diversas ferramentas organizacionais. É arte porque está relacionado com intenções empreendedoras e criativas sobre uma organização e seu ambiente (MINTZBERG, AHLSTRAND:LAMPEL, 2000).

A ciência do pensamento estratégico denomina-se “Teoria dos Jogos”. Trata-se de uma área de pesquisa que tenta modelar o comportamento de indivíduos ou grupos que se defrontam para disputar certas coisas. O estudo rendeu a John Forbes Nash Júnior o prêmio Nobel de Economia em 1994. No filme “Uma mente brilhante” (2001), interpretado por Russell Crowe, você conseguirá entender as premissas desta teoria. Outra forma igualmente simples de entender o processo é o jogo denominado “O dilema do prisioneiro”¹.

Diariamente precisamos pensar estrategicamente tanto no trabalho quanto em casa. Enquanto gestores é necessário utilizar as estratégias organizacionais para enfrentar a concorrência, obter vantagem competitiva, criar valor, dar sustentabilidade ao negócio, entre outros. Em todos os níveis administrativos é indispensável estimular e por em prática o pensamento estratégico.

Na perspectiva do desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional) é importante que os gestores tenham percepção acerca das oportunidades de longo prazo e não apenas da rotina do dia a dia. É preciso ter a capacidade de acompanhar as mudanças que ocorrem no ambiente externo.

¹ O “dilema do prisioneiro”, diferentemente do “par ou ímpar”, não é um jogo de soma zero, o que abre a possibilidade de ganhos mútuos em uma rodada de jogo. A história dos dois prisioneiros é assim descrita por Kreps (1990) apud Amato Neto e Olave (2001):

“A polícia capturou dois indivíduos suspeitos de um crime (e que de fato o cometeram juntos). Mas a polícia não possui a prova necessária para condená-los, devendo libertar os dois prisioneiros, a menos que um deles providencie tal prova contra o outro. Ela (a polícia) os tem em celas separadas e faz a seguinte oferta: acuse seu colega. Se nenhum de vocês acusar ao outro e não for acusado, nós libertaremos o primeiro e levaremos o segundo para o juiz que dará a pena máxima permitida por lei. Se vocês se acusarem mutuamente, ambos irão presos, mas o juiz será piedoso em função de sua cooperação com as autoridades.”

Países, municípios, cidades e empresas, por exemplo, que não tiverem gestores que pensem estrategicamente estarão fadados ao fracasso. Exige-se do indivíduo determinadas competências (Ver verbete Competência) individuais que lhe permitam formular as estratégias. Oliveira (1999) afirma que se trata de uma postura para a otimização de recursos em tempo real. Essas competências podem variar de pessoa para pessoa de acordo com o arrojo, a ousadia, a capacidade de assumir riscos, a visão de mundo e, até mesmo, questões emocionais de cada estrategista.

Por fim, política, poder, estratégia, geopolítica e bem comum (Ver Verbetes Bens Comuns) são realidades nacionais que necessitam de gestores que incorporem o pensamento estratégico em suas decisões.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J.; OLAVE, M.E. Entendendo a cultura de cooperação através do “Dilema do Prisioneiro”. In: Gestão e Produção. São Carlos, v. 8, n.3, dez. 2001. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: 19/01/21.

HOWARD, RON. *Uma mente brilhante (A beautiful mind)*. EUA, Universal Pictures, 2001. 135min.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, D.P.R. de. Excelência na Administração Estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Jacob Binsztok

A dimensão ambiental no planejamento econômico começa a ser discutida nos primórdios da década de 1970, em função dos questionamentos levantados sobre o aumento da depredação dos recursos naturais (*Ver Verbetete Recursos Naturais*) e interferência deste processo na qualidade de vida de significativos contingentes populacionais do globo.

Deste modo, surgiram movimentos de diferentes matizes, envolvendo organizações financiadas por grandes corporações como a Volkswagen, de inspiração malthusiana, que publicou um relatório sobre os Limites do Crescimento Econômico realizado pelo denominado Clube de Roma, preconizando o crescimento zero a nível mundial, até movimentos da sociedade civil promovidos por entidades estudantis de diferentes universidades norte-americanas e europeias. Ou seja, a denominada contracultura liderada pelo filósofo Herbert Marcuse, protestando contra a Guerra do Vietnã e defendendo propostas de ruptura com a sociedade industrial e de consumo.

Com o objetivo de compreender os diferentes movimentos que disputam o predomínio do debate sobre o Planejamento Ambiental e distante do radical processo iniciado na década de 1970, pois atualmente os Estados Unidos são parceiros privilegiados do Vietnã, propomos a divisão destes atores em quatro grupos assim denominados: Ultradesevolvimentistas; Desenvolvimentistas; Ecodesenvolvimentistas e Naturalistas.

O Ultradesevolvimentismo reúne setores que advogam o primado da técnica como a melhor solução para o enfrentamento dos problemas ambientais, enfatizando diretrizes liberais e neoliberais de mercado e sintonizadas com os rumos da globalização contemporânea. As normas técnicas emanadas da *International Standardization for Organization ISO 14000*, difundindo o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), constituem-se em um dos marcos do ultradesevolvimentismo adotado de forma irrestrita pelas grandes corporações privadas nacionais e internacionais e pelas estatais. No entanto, a importância das pequenas e médias empresas (PMEs) vem sendo paulatinamente reconhecida pelos adeptos da ISO 14000, acrescentando uma perspectiva marxista e shumpeteriana relacionada à capacidade de inovação demonstrada por esses empreendimentos sujeitos a intensas disputas de mercado decorrentes do capitalismo concorrencial. A rígida padronização adotada por essas normas se constitui em motivo de críti-

cas, na medida em que não considera relevantes aspectos culturais locais e também não incorpora manifestações simbólicas que são consideradas patrimônio imaterial dessas populações.

Os adeptos da vertente Desenvolvimentista, inspirados pelo ideário Keynesiano, privilegiam a atuação do Estado como instituição mediadora das tensões e conflitos ambientais. Neste sentido, os keynesianos fomentaram a implantação de agências governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, destinadas ao controle, planejamento e monitoramento de atividades que possuem determinado nível de impacto ambiental. Estas agências formaram uma técnico-burocracia que migra constantemente na defesa dos interesses públicos ou privados. O Planejamento Ambiental no Brasil representa com grande fidedignidade o Desenvolvimentismo, observado quando verificamos a atuação do Ministério Público, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e um grande número de agências municipais e estaduais, e também de Organizações Não Governamentais (ONGs), nacionais e estrangeiras. A excessiva burocratização dessas agências e a superposição de atribuições são constantemente apontadas como “pontos de estrangulamento” a serem superadas pelos críticos do Desenvolvimentismo.

A vertente ecodesenvolvimentista posiciona-se contra a utilização dos combustíveis fósseis para o desenvolvimento econômico, recomendando o emprego das denominadas energias limpas, como a solar, eólica, marés e biomassa. Alguns segmentos ecodesenvolvimentistas também preconizam uma ruptura com a economia de escala e com o crescimento desordenado das metrópoles contemporâneas, enfatizando a importância da qualidade de vida oferecida pelas cidades pequenas e médias conforme orientações de autores como Shumaker (1973) e Sacks (2007), que influenciaram um grande número de ambientalistas no país. No entanto, a apropriação das energias limpas pelas grandes corporações, acabaram concentrando unidades geradoras eólicas, solares e de biomassa, reduzindo as possibilidades de ruptura com a economia de escala defendidas pelos ecodesenvolvimentistas. Acrescenta-se a tendência global para o aumento dos contingentes populacionais concentrados nas grandes cidades, diminuindo de forma significativa a atração exercida pelas pequenas comunidades rurais.

O Naturalismo é formado por pequenas organizações ou movimentos sociais, por vezes radicais abrangendo vertentes que vão do anarquismo (THOREAU, 2012) ao fascismo (DIEGUES, 1996), que apresentam uma relação sacralizada com a natureza, conforme enfatiza Diegues, e definitivamente rompi-da com a economia industrial, privilegiando o artesanato e o cultivo de produtos orgânicos em comunidades rurais. O caráter coletivo desses grupos ainda sobrevive em locais isolados do país, como em pequenas comunidades rurais no Acre dedicadas ao Santo Daime, e nas proximidades de Brasília no Vale do Amanhecer.

Acompanhando também uma tendência global semelhante ao Ecodesenvolvimentismo, os grupos naturalistas estão em franco descenso, particularmente nos primórdios do século XXI, não se registrando a expansão desses grupos como na década de 1960, proporcionada pela difusão dos movimentos da Contracultura e do Pacifismo, manifestando-se contrariamente à guerra do Vietnã, apregoados, entre outros, por Herbert Marcuse, filósofo alemão radicado em Berkeley.

É relevante assinalar que lideranças do Movimento Naturalista deste período foram paulatinamente incorporadas aos empreendimentos de alta tecnologia, sediados no Vale do Silício, em completa dissonância com os princípios norteadores do Naturalismo e agora próximos ao Ultradesevolvimentismo.

REFERÊNCIAS

- BINSZTOK, Jacob. *Principais Vertentes (Escolas) da (Des)Ordem Ambiental*. In: *Território, Territórios: Ensaios sobre Ordenamento Territorial*. Santos, Milton et al. Lamparina. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 2007.
- BINSZTOK, Jacob. *Geografia e planejamento: Apogeu e Crise*. Revista Brasileira de Geografia - Territorium Terrani. Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ). Vol. 1, n.º 2, pp. 9 a 19, Set 2013/2014.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. HUCITEC. 3ª Edição. São Paulo, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. Editora Contexto. 14ª Edição. São Paulo, 2006.
- LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. Siglo Veintiuno Editores. 1ª Edição. Cidade do México, 2004.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1955.
- SACKS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez Editora. São Paulo, 2007.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O negócio é ser pequeno*. Trad.: Otávio Alves Velho. Zahar Editores. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1979.
- THOREAU, Henri David. *Desobediência civil*. Trad.: José Geraldo Couto. Companhia das Letras. 1ª Edição. São Paulo, 2012.

PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Milton Luiz Wittmann

O homem, em seus processos de linguagem e pensamento habilitam-no a formular estruturas planejadas e criar complexos padrões de organização, que envolvem sociedade e regiões (CAPRA, 2002). O planejamento e estratégias do desenvolvimento regional, nesta senda, admitem a existência de uma correlação entre o plano material, o plano das ideias e a sociedade compreendendo inter-relações que se auto-recriam, pois o homem, como ser vivo, é dotado de organização autopoietica a exemplo de máquinas complexas (MATURANA e VARELA, 2001).

No planejamento e nas estratégias do desenvolvimento regional, contudo, a sociedade deve alijar-se de conceitos reducionistas cartesianos-positivistas, pois estes restringem a visão sistêmica dos inúmeros fatores inter-relacionais pertinentes quando se utilizam estratégias e processos, pois nestes ocorre mútua interatividade entre o homem e o ambiente produzindo efeitos dos quais o homem não possui controle absoluto.

Planejamentos e estratégias, por seu turno, identificam a diferença entre o homem e os demais seres vivos, pois o homem, dotado de capacidades cognitivas, planeja e recria processos que alteram suas formas de vida futura, embora crie situações contraditórias e imprevisíveis em sua totalidade, mas que se auto-reorganizam. Os modos, pelos quais as práticas são executadas e as formas pelas quais os homens criam e utilizam seus recursos para obter novas combinações e valores que sirvam para satisfazer suas necessidades, consistem em planejamento e estratégias.

Nesta senda, estratégias e planejamentos consistem em práticas e processos criados para atingir objetivos aliados a valores, demandas e recursos. Os mesmos também se definem como formas de controle na elaboração de um processo através de regras e regulamentos organizados para se conseguir determinado fim. Sem estratégia e planejamento é inviável conseguir objetivos ou terminar um projeto complexo que envolva muitos passos que tem que ser detalhados previamente, pois estes proporcionam um elevado nível de garantia de êxito, embora seja passível de ajustes frente à complexidade na emergência de novas estruturas. Tanto o planejamento como as estratégias e processos são situacionais, tornando-se difícil reproduzir com fidelidade os detalhes processuais-

ticos de todo o desenvolvimento futuro (WHITTINGTON, 1993) no qual estratégias emergem em processos de aprendizagem, interação e adaptação, embora, segundo Thomas Kuhn (2001), podemos estar frente a revoluções científicas que identificam rupturas paradigmáticas com o *status quo* vigente, inclusive nos campos das ideias e valores.

Planejamento e estratégias do desenvolvimento regional são utilizados quando estes se apropriam de uma região. Estes envolvem processos multidisciplinares dos diferentes setores da economia de forma a organizar práticas coletivas associadas a objetivos regionais compartilhados, cujas estratégias mostram-se como oportunidades para nortear os processos de uma política regional do desenvolvimento.

Ressalta-se que as regiões e estruturas regionais estão contidas em um processo sistêmico e autopoietico de representação social representativos de uma realidade existente nos campos cognitivo e prático, tal como o desenvolvimento de uma região (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*). Ou seja, no plano das ideias são identificadas formas de realização de estruturas analíticas mantendo uma correlação entre os campos das ideias, das práticas e dos novos *insights* (MATUS, 1998).

Igualmente, o planejamento e estratégias regionais do desenvolvimento são consoantes aos valores impostos pela sociedade e desenvolvidos por seres humanos que labutam em uma sociedade com vista a alterar não apenas o modo de vida, mas suas estruturas e dessa forma mudam o ambiente, a sociedade e a si próprios em busca de novos objetivos considerando o desenvolvimento nas suas múltiplas esferas de sustentabilidade econômica, ambiental, social, histórica e cultural.

REFERÊNCIAS

CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATUS, C. *Teoría de la producción y el juego social*. Isla Negra: Altadir, 1998.

WHITTINGTON, R. *What is strategy and does it matter?* London: Routledge, 1993.

Outras referências

BARQUERO, Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística, 2001. 280 páginas.

BARCA, Frabrizio; MCCANN, Philip; RODRIGUEZ-POSE, Andrés. The

Case for Regional Development Intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, vol52, n.1, 2012, p.134-152.

BECKER, Dinizar; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BECKER, Dinizar. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *Redes, Santa Cruz do Sul*, V 06, p. 07 a 46, set-dez 2001.

BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.

BRANDÃO, Carlos. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, Editora Alínea, 2007.

HART L. Stuart e NIELSEN B. Mark. Criando valor sustentável. *RAE Executivo*, Rio de Janeiro, v. 03, n 02, maio-julho 2004, p. 64-79.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MINTZBERG, Henry; AINSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, Gilson B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*. Curitiba, v.5, n.2, maio/ago. 2002.

PORTER, Michael. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro, Campus, 1986.

_____. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

WITTMANN, Milton L. *Teoria sistêmica e complexidade*. Santa Maria. Editora da UFSM, 2008 p. 190.

_____; LUBECK, Rafael M.; NELSIS, Mesquita, Vinícius. Uma visão não-linear da estratégia pelo prisma da complexidade. *Revista pensamento contemporâneo em administração*. Rio de Janeiro, vol. 07, out-dez, 2013.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*; Com Karl Weber; (tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro). São Paulo: Ática, 2008.272p.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

João Carlos Bugs

O mentor do Planejamento Estratégico Situacional (PES) foi o economista chileno Carlos Matus, que foi Ministro do Planejamento do Governo Allende. Com a queda do governo em 11/09/1973, Matus passou a se dedicar à compreensão do que deu errado naquela gestão. Ao desenvolver o Planejamento Estratégico Situacional, que é um método e uma forma de governar, tinha por intenção, a partir de uma teoria da produção social, construir uma ponte entre a ciência e a ação prática na esfera pública.

Dessa forma, desenvolveu as principais características do PES, as quais são constituídas por: 1. Construir seu próprio modelo como um jogo semi-controlado, onde outros atores também participam com objetivos cooperativos e conflitivos; 2. Reconhecer a existência de mais do que uma explicação, ou seja, permanente exercício de diálogo e de reflexão, onde não há uma única apreciação da realidade; 3. Considerar que se houverem outros atores a participar do recurso 'poder', o mesmo passa a ser escasso; 4. Planejar quem governa, portanto integra o técnico e o político no âmbito do planejamento; 5. Sustentar como essencial a análise da viabilidade política do plano. Além disso, 6. O modelo não se propõe a “adivinhar ou predizer o futuro, mas visa à preparação para que se tente criar o futuro, com imaginação, a partir das possibilidades que sejamos capazes de imaginar e construir”; 7. Ao considerar a ação dos diferentes atores e a complexidade do sistema social, planeja-se com grande margem de incerteza, portanto, assume que o futuro é incerto; 8. O planejamento configura-se como uma aposta contra as incertezas; e 9. O PES trabalha com o conceito de momentos e não de etapas como o planejamento tradicional.

Sua aplicação na prática, que exige constante adaptação a cada situação concreta onde é aplicado, trabalha com instrumentos metodológicos em quatro momentos: a) **Explicativo**, que substitui o antigo diagnóstico; b) **Operacional**, que apresenta ações ou projetos concretos; c) **Estratégico**, que analisa os atores sociais envolvidos no plano; e d) **Tático-Operacional**, que traz para o debate as formas de organização, a cultura organizacional e o modo de operar da organização, de modo a garantir a execução do plano.

Pode-se concluir que o Planejamento Estratégico Situacional se configura como um modo de interferir na realidade social por meio de ferramentas técnicas, porém, trazendo no seu contexto o olhar político e tendo como premissa

principal que “O homem é sujeito de sua história, portanto, tem capacidade de construir seu futuro, e o faz dentro dos limites de circunstâncias adversas ou não”. Carlos Matus (1987) considera que: “Um governo não pode ser melhor que a organização que comanda”.

Portanto, o Planejamento Estratégico Situacional representa a arte de governar em cenários diversos, onde as estruturas institucionais e os atores que desempenham as ações nesse contexto agem com base em regras e normas estabelecidas, além da dinâmica do processo operacional de desenvolvimento, que traz no contexto político um dos seus motes relevantes.

REFERÊNCIAS

DE TONI, Jackson. *O que é o Planejamento Estratégico Situacional*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 32. Janeiro de 2004. Disponível em: <https://www.espacoacademico.com.br/032/32ctoni.htm>. Acesso: 09 mar. 2017.

MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente, Governantes Governados*. São Paulo: Edições Fundap, 1997.

OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Disponível em: http://www.tce.ro.gov.br/arquivos/Downloads/Oficina_de_Planejamento_Estrategico.pdf. Acesso: 09 mar. 2017.

Outras Referências

HUERTAS, F. *Entrevista com Matus: o Método PES*. São Paulo: Edições Fundap, 1997.

MATUS, Carlos. *Adiós, señor Presidente*. Caracas: Editorial Pomaire Venezuela S.A., 1987.

_____. *Chipanzé, Maquiavel e Ghandi: Estratégias Políticas*. São Paulo: Edições Fundap, 1996.

_____. *O líder sem Estado-Maior*. São Paulo: Edições Fundap, 2000.

_____. *Política, planejamento & governo*, Brasília: IPEA, 1993.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Hipólita Siqueira de Oliveira

Por se tratar de um campo de conhecimento e profissional relativamente recente, originado no início no Século XX, a definição de planejamento urbano e regional não é tarefa simples. Uma busca rápida sobre esse termo no Google tem como resultado 263 mil entradas, um número insignificante se comparado ao número de entradas (mais de 61,5 milhões) na busca pelo termo *planejamento*. Qualquer tentativa de definição implica na compreensão da intensa disputa epistemológica e discursiva desse campo, bem como do próprio objeto do planejamento urbano e regional (espaço, cidade e região). Em termos gerais, essa disputa é permeada por visões dicotômicas entre *espaço físico* (receptáculo de unidades habitacionais e produtivas; *lôcus* de relações e fluxos) e *espaço produto social* (construído a partir de relações sociais em permanente conflito).

Apesar de haver um consenso referente ao seu caráter interdisciplinar, há uma complexa discussão sobre a compreensão da interdisciplinaridade nesse campo (RANDOLPH, 2013). Por outro lado, há um entendimento geral sobre a constituição de trajetórias históricas distintas e específicas (profissionais e acadêmicas), estabelecendo tradições de planejamento urbano e regional, a depender do desenvolvimento socioeconômico de cada país.

Nas abordagens teóricas é comum encontrar a distinção entre *urbanismo* - área de especialização de engenheiros e arquitetos-urbanistas, relacionada a intervenções físicas nas cidades. Dentre elas estão obras viárias e de infraestrutura sanitária, melhoramento de edificações, embelezamento etc. - e *planejamento urbano* - abordagem multidisciplinar envolvendo, além dos engenheiros e arquitetos-urbanistas, conhecimentos específicos das áreas de administração pública, ciência política, sociologia urbana, economia urbana e regional, direito urbanístico, geografia e afins. Todas fundamentadas em uma concepção integrada e de longo prazo do fenômeno urbano, em torno de suas problemáticas espaciais físicas e sociais. Nessas abordagens, o termo *regional* representa mera extensão/apêndice da problemática urbana, portanto, marginal a ela.

Tendo como referência uma concepção mais tradicional e anglo-saxônica, o termo planejamento urbano e regional refere-se, em geral, ao planejamento futuro do crescimento físico, dos usos e ocupações das cidades e sua expansão espacial em uma escala regional (*Ver Verbetete Escalas Regionais*). Em sua trajetória constitutiva, é central a problemática da urbanização decorrente da dinâmica

econômica a partir da I Revolução Industrial, desencadeando crescimento desordenado (populacional e espacial/físico), problemas habitacionais e sanitários, desemprego (*Ver Verbete Tipos de Desemprego*), pobreza etc.

Em uma pesquisa mais ampla sobre as questões motivadoras das intervenções dos planejadores, bem como dos estudos acadêmicos, é possível observar uma subdivisão interna entre as abordagens do planejamento urbano e do *planejamento regional* constituindo-se em campos distintos com conhecimentos, métodos, técnicas e instrumentos específicos. Tal como no caso do planejamento urbano e distintas visões sobre o fenômeno urbano, há intenso debate sobre o conceito de *região*. Cabe destacar aqui, a clássica distinção entre região *homogênea* (dispersão mínima de suas características), região *polarizada* (campo de forças centrípetas e centrífugas) e região *plano-programa* (definição operacional concebida para as ações de planejamento) (BENKO, 1999).

No que se refere aos instrumentos do planejamento, os planos diretores urbanos, planos de revitalização urbana e as legislações de zoneamento que regulam a ocupação e o uso do solo (*Ver Verbete Uso do Solo*) urbano, são os mais usuais do planejamento urbano. Já no que se refere ao planejamento regional, são importantes os planos de desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*), em distintas escalas (bacias hidrográficas, micro, meso e macrorregiões), em uma perspectiva mais abrangente de integração e de redução das desigualdades regionais (a depender da visão predominante, também denominadas de assimetrias e desequilíbrios regionais); estímulos fiscais; fundos de financiamento; e investimentos em infraestrutura.

Em ambos, planejamento urbano e planejamento regional, cada vez mais são presentes as considerações sobre as condições ambientais das cidades e regiões, sob uma visão do desenvolvimento socioeconômico sustentável, utilizando instrumentos tais como o monitoramento de áreas de risco, o zoneamento ambiental, agroecológico e ecológico-econômico.

Embora estudos sobre as problemáticas urbanas e regionais tenham sido desenvolvidos anteriormente, o reconhecimento de questões urbanas e regionais, elegíveis de intervenção do Estado, ocorrerá somente a partir do período do pós-Guerra. Portanto, simultaneamente, ao reconhecimento de um papel mais ativo do Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico, tendo o planejamento como instrumento principal. Na América Latina, sob uma estratégia de intervenção mais abrangente do Estado e com uma realidade estrutural bastante heterogênea em termos sociais e econômicos, constituíram-se trajetórias institucionais, acadêmicas e profissionais distintas em comparação a países de forte tradição e pioneiros no campo do planejamento urbano e regional, tais como Inglaterra, França e Estados Unidos. A influência da Comissão Econômica para a América Latina/Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (CEPAL/ILPES) foi crucial no estabelecimento e difusão de arca-

bouço teórico-metodológico original e específico para a problemática urbana e regional e na formação e treinamento de planejadores e acadêmicos dos países latino-americanos.

No Brasil, apesar de importantes iniciativas anteriores como, por exemplo, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, proposta por Celso Furtado, na década de 1950, a constituição de um sistema nacional de planejamento através da criação de instituições, planos e programas e instrumentos específicos para as temáticas urbanas e regionais ocorrerá na década de 1970, de modo autoritário, tecnocrático e centralizado, no contexto da ditadura militar.

Nesse período, também houve grande reforço na formação profissional de servidores públicos em órgãos estatais nas esferas federal, estadual e municipal (com destaque para instituições de temática urbana, tais como Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU; e de temática regional, tais como as superintendências de desenvolvimento regional, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e da SUDENE, criada anteriormente e mantida pelos militares) e na institucionalização do ensino superior com a criação dos primeiros cursos de planejamento urbano e regional do País, em nível de pós-graduação (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco).

Os resultados das experiências durante o período militar e a crise fiscal e financeira do Estado gerou importante reflexão crítica sobre as abordagens e práticas do planejamento urbano e regional na década de 1980. Houve grande mobilização em torno da participação social nos processos de planejamento, tornando-se mais recentemente um paradigma (*Ver Verbete Paradigma*).

Ao mesmo tempo, os processos de globalização (*Ver Verbete Globalização*) econômica, o surgimento de novas territorialidades, novas tecnologias de informação e comunicação e, sobretudo, de novas formas de acumulação de capital, representam desafios importantes para o planejamento urbano e regional. No caso brasileiro e latino-americano em geral, transformações significativas ocorrem no papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico, particularmente, em sua (não)intervenção nas questões urbanas e regionais, com implicações em suas capacidades financeiras, políticas e administrativas. Tais movimentos, tem exigido atualizações permanentes nas abordagens teórico-metodológicas e nas práticas de atuação. Um dos principais desafios é a elaboração de concepções que reflitam sobre a diversidade temática e a maior complexidade das conexões interescolares, especialmente entre o urbano e o regional, superando a hegemonia intraurbana dos estudos e da ação.

Na trajetória de constituição do campo do planejamento urbano e regional, é importante ressaltar a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) em 1983 que, segundo sua própria definição, é uma “entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais e do planejamento urbano e regional.”

Também, em termos institucionais, no âmbito da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fundação do Ministério da Educação, há uma área de avaliação específica para o Planejamento Urbano e Regional, responsável pelo reconhecimento, credenciamento e acompanhamento dos cursos de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BENKO, G. *A ciência regional*. Celta, 1999.

RANDOLPH, R. *Em busca de uma agenda para o planejamento urbano e regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro*. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n. 1, p. 11-31, 2013.

Outras referências

AESOP/Association of European Schools of Planning. Disponível em: <http://www.aesop-planning.eu/>

ANPUR/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/>>.

BERCOVICI, G. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

COHN, A. *Crise regional e planejamento*. O processo de criação da Sudene. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, 2ª. edição.

KLINK, J. J. et al. O campo e a praxis transformadora do planejamento. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n. 3, p. 381-392, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Documento de Área: *Planejamento Urbano e Regional e Demografia*, 2016. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/30_PLURD_docarea_2016.pdf

PIQUET, R., RIBEIRO, A. C. T. Tempos, idéias e lugares. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, 2008.

ROVATI, J. Urbanismo versus planejamento urbano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n. 1, p. 33-58, 2013.

PLANO DIRETOR

Paula Freire Santoro

O plano diretor é o instrumento básico da política territorial municipal que tem como objetivo organizar o crescimento e o funcionamento de uma cidade (*Ver Verbete Cidade Inteligente*). Nele está o projeto de futuro para o território (*Ver Verbete Território*), decidido por seus cidadãos de forma democrática, o destino de cada parte da cidade, sem esquecer que essas partes formam um todo. É de iniciativa do poder Executivo, e deve ser aprovado por lei, a partir de um processo democrático. Deve orientar as demais peças orçamentárias municipais.

Seu conteúdo envolve princípios, diretrizes e objetivos para a política urbana, além de regras territoriais para áreas urbanas e também rurais, e instrumentos urbanísticos de gestão e financiamento da transformação do território. Vários autores defendem que o plano tenha rebatimentos territoriais – que contenha normas para o parcelamento, uso e ocupação do solo (*Ver Verbete Uso do Solo*) – para que seja aplicável. Estes criticam os planos anteriores à aprovação do Estatuto da Cidade, como “planos de gaveta”, essencialmente técnicos, não democráticos, ou mesmo que contêm apenas objetivos e diretrizes, sem ações estratégicas e regulação da ocupação, portanto difíceis de serem implementados.

É considerado o principal instrumento para garantir a aplicação dos princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade (LEI FEDERAL 10.257/01, art. 2º), o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, necessário para que os municípios possam utilizar seus instrumentos urbanísticos.

A Constituição Federal de 1988 já obrigava os municípios com mais de 20 mil habitantes a fazer planos (CF, art. 182, § 1º). O Estatuto da Cidade fixou diretrizes de política urbana, o conteúdo mínimo do plano diretor, propôs um prazo máximo para que alguns dos municípios o elaborassem, além de fixar responsabilidades para os administradores omissos.

O Estatuto da Cidade estabelece que as cidades que devem obrigatoriamente elaborar ou revisar seus planos diretores: as que têm mais de 20 mil habitantes; que fazem parte de regiões metropolitanas ou aglomerações; turísticas; ou as que serão afetadas por grandes obras que colocam o meio ambiente em risco ou que afetam muito a região, como hidrelétricas, por exemplo. É desejável que todos os municípios brasileiros iniciassem seu processo de planejamento de forma a estruturar seu crescimento, onde e como investir seus recursos, enfim, organizar a gestão de seu território. A lei que instituir os planos diretores municipais deve ser revista de dez em dez anos (art. 40, §3º).

O Estatuto da Cidade tem a gestão democrática como diretriz, e afirma que esta deve ser feita por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento (LEI FEDERAL n. 10.257/01, 2º, II; art. 43 a 45), dentre eles o plano diretor. A lei federal trouxe instrumentos para que seja feita esta gestão participativa, como órgãos colegiados de política urbana, conselhos, conferências, debates, audiências e consultas públicas, iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (art. 43, I a V).

No entanto, ela não informa como deve ser o processo participativo em um plano diretor. Para isso foi elaborada a Resolução do Conselho Nacional das Cidades nº 25/05, com o objetivo de orientar, minimamente, como deve ser um processo participativo na elaboração de planos diretores.

REFERÊNCIAS

BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. *Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial*. São Paulo: Annablume, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados–Coordenação de Publicações, 2001.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula Freire. *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009. Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/1010/1010.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2017.

COSTA, G. M.; DE MENDONÇA, J. G. *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

KLINK, Jeroen; DENALDI, Rosana. *O plano diretor participativo e a produção social do espaço: o caso de Santo André (São Paulo)*. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 15, 2012.

MARICATO, E. *Nunca fomos tão participativos*. **Carta Maior**, v. 26, 2007.

ROLNIK, R.; PINHEIRO, O. M. *Plano Diretor participativo: Guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos*. Ministério das Cidades, 2004.

SANTOS JR, O. dos; MONTANDON, D. T. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: *balanço crítico e perspectivas*. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Bertrand Brasil, 2001.

VILLAÇA, F. *As ilusões do plano diretor*. Edição do autor, 2005.

_____. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In:* DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: EdUSP, 1999, pp.169-243.

PLATAFORMA DIGITAL

Margarete Panerai Araujo

A Internet trouxe mudanças para todos na sociedade. Conforme Recuero (2009, p.24) a internet “[...] trouxe a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC).” Destarte, as plataformas digitais podem ser conceituadas, *grasso modo* como ferramentas digitais de um modelo de negócio permitindo relações entre produtores e consumidores, de forma que, através da conexão em ambientes tecnológicos possam interagir e criar algum valor de troca. Ou seja, Berrío-Zapata, Rodrigues, Gomes (2019, p. 361) descreveram, que essas “plataformas digitais são arquiteturas de informação que conectam fornecedores e consumidores em um ambiente, que busca criar valor agregado para ambos.”

Em outro conceito, Oliveira, Carelli e Silva (2020, p. 13) definem as plataformas digitais de trabalho como:

[...] modelos de negócio baseados em infraestruturas digitais que possibilitem a interação de dois ou mais grupos tendo como objeto principal o trabalho intensivo, sempre considerando como plataforma não a natureza do serviço prestado pela empresa, mas sim o método, exclusivo ou conjugado, para a realização do negócio empresarial.

A promoção dessas interações no trabalho é mediada pela internet e, esses modelos de negócios em expansão, em diferentes ramos de atividades econômicas são classificados como modelos enxutos. As plataformas digitais são um fenômeno da sociedade tecnológica, que vem sendo estudado recentemente. Por ser um tema novo, ao longo do texto se destacou alguns exemplos ilustrativos, para facilitar o entendimento.

Sobre a trajetória de desenvolvimento das plataformas digitais Berrío-Zapata, Rodrigues, Gomes (2019, 362) descrevem, o início com a chegada da internet nos anos 1990. Isso, porque os chamados “Sistemas de Informação (SI) [...], caracterizados por uma arquitetura fechada e modularizada [...] ingressaram no ambiente das redes e sofreram mudanças no seu projeto arquitetural, desenvolvendo ubiquidade global e acesso massivo.”

Essa indústria reaproveitou os *softwares* e, passou a usá-los como plataformas para diferentes aplicativos ampliando a oferta. Segundo os autores os pioneiros foram os sistemas *Enterprise Resource Planning (ERP)* e *Customer Relationship Management (CRM)*, contudo, essas não são plataformas no sentido técnico, pois não são abertas, mas tem arquitetura de integração de módulos e interoperabilidade (BERRÍO-ZAPATA, RODRIGUES, GOMES, 2019).

Schumpeter (1982), nos anos 80, já defendia as novas formas de tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) e, cada novo produto pressupunha um novo método de produção e, também de comercialização de produtos. Viu-se, que a disseminação da cultura digital (Ver Verbete Tecnocultura) nos anos 2000, se tornou dinâmica e estável com interatividade que concentrou e promoveu a plataformação. Foram as estratégias do marketing digital que oportunizaram boas experiências para o consumidor/usuário criando concorrência e valor significativo para as empresas. Essas estratégias foram baseadas no conhecimento do público-alvo, no cenário e nas tecnologias disponíveis.

As principais plataformas digitais podem comercializar produtos ou serviços. Berrío-Zapata, Rodrigues, Gomes (2019), discorrem, que uma plataforma tecnológica nasceu associada ao conceito de plataforma de produto e a plataforma digital está alicerçada em um *software*, que admite receber outros *softwares* através de aplicações e *designs* de interfaces. É possível reavivar o conceito de Putnam (2006) sobre o capital social (Ver Verbete Capital Social), que representa as relações de determinado grupo ou rede social permitindo associar a expressão em estudo.

Um dos modelos mais conhecidos foram as plataformas corporativas de educação digital desenvolvidas e planejadas para praticidade e redução de custos. Essa modalidade no ambiente digital oferece cursos, conteúdos e atividades *online*, dispõem de auxílio de todas as formas e tutores e, todo um agendamento de acessos, lembretes, notificações, finalizando com certificados e relatórios *online*. As vantagens empresariais e/ou institucionais são inúmeras como treinamentos, informações estratégicas, acompanhamento de resultados, posicionamento das metas; promoção da cultura corporativa; entre outros. Conduzir o ambiente educacional para o espaço digital ofereceu grande redução de custos.

Os exemplos práticos sobre esse tema podem ser citados pelas empresas como *Startup* unicórnios brasileiras como Loggi (soluções de entregas), e outras empresas como a Nubank (cartão de crédito), Uber e/ou 99 (motoristas), TFG (empresas de *Games mobile*) e PagSeguro (interação com o consumidor), Airbnb, e a plataforma do Quinto Andar (modelo de negócios imobiliários) ou a Rapp (alimentação como *iFood* e *Uber Eats*).

Entre outros modelos de plataforma, existe o BNDES Garagem, que garante aceleração para *startups* brasileiras, bancos e Hospitais que tem modelos para atrair *startups*. Outros exemplos, são: Google, Amazon, Facebook, *Web of Science (WOS)*, *Scopus*, Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Exemplos relacionados ao marketing são: *Google Analytics*; *Google Search Console (ou GSC)*; *Asana* que é gestão de projetos; a *Hotjar* que faz mapeamento da jornada do consumidor, Test User são experiência e *design*; *HubSpot* de Marketing de Conteúdo; Coobis para editores e anunciantes e *Hootsuite integrada* com redes sociais (GABRIEL, 2010; KOTLER, 2005, TORRES, 2009).

Contudo, para Castells (2003, p. 221) existe um “dilema do determinismo tecnológico que é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.” A grande crítica, que vem sendo feita às plataformas digitais recai sobre os efeitos de massificação de conteúdo, e o cruzamento “entre consumismo, entretenimento e formas de governança institucionalizada” (BERRÍO-ZAPATA, RODRIGUES, GOMES, 2019, p. 364). A Organização das Nações Unidas (ONU) já apontou o relacionamento do mercado de trabalho (Ver Verbete Mercado de Trabalho) com essas plataformas como preocupante.

Conforme Prassl (2018), ganhou destaque os discursos de inovação (Ver Verbete Inovação) e o empreendedorismo, mas com ausência de regulamentações trabalhistas e garantias de condições igualitárias, transparentes e responsáveis nos setores que elas dominam (CARDOSO, ARTUR, OLIVEIRA, 2020). A precariedade do trabalho (Ver Verbete Precarização do Trabalho) pode envolver aqueles externos à empresa, que não são regulados devido a relação autônoma de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem desenvolvendo campanhas de cooperação política internacional, incentivando negócios sustentáveis na economia digital, com oportunidades de trabalho decente.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; ARTUR, Karen; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. O trabalho nas plataformas digitais: narrativas contrapostas de autonomia, subordinação, liberdade e dependência. **Revista Valore**, Volta Redonda, 5 (edição especial): 206-230., 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/657/458>. Acesso em: fev. 2021.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian; RODRIGUES, Andreia Cristina da Paixão; GOMES, Layane Rayssa Gaia. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (org.). Organização do conhecimento responsável: prometo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019. p. 361-371. **E-book. Estudos Avançados em Organização do Conhecimento**, v. 5. ISBN: 978-85-61214-35-7. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/632>. Acesso em: fev. 2021.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec, 2010.

KOTLER, Philip. **O marketing sem segredos**: Philip Kotler responde as dúvidas. Tradução de Bazan Tecnologia e Linguística. Porto Alegre: Bookman, 2005.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Ed Meridional, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Redex_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec, 2009.

PRASSL, J. **Humans as a service**: the promise and perils of work in the gig economy. Oxford: Oxford University Press, 2018.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda and GRILLO, Sayonara. **Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho**. *Rev. Direito Práx.* [online]. 2020, vol.11, n.4, pp.2609-2634. Epub Nov 16, 2020. ISSN 2179-8966. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50080>.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: mar. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang-es/index.htm>. Acesso em: mar. 2021

PUTNAM, Robert. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

Sugestões de pesquisa

ABRAMO, Laís. Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social / Organização Internacional do Trabalho - Genebra: OIT, 2015. ISBN: 978-92-2-829683-9 (print). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-ro-lima/-ilo-brasilia/documents/publication/wcms_467352.pdf. Acesso em fev. de 2021.

LOPES, Ruy Sardinha. As TICs e a “nova economia”: para além do determinismo tecnológico. *Cienc. Cult.* [online]. 2008, vol.60, n.1. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em fev. 2021.

MALTA, Pedro. O que são as plataformas digitais e como elas impactam os negócios. *Site Trama digital*. 08/04/2020. Disponível em: <https://trama.digital/o-que-sao-as-plataformas-digitais-e-como-elas-impactam-os-negocios/>. Acesso em fev. de 2021.

LEME, Ana Carolina Reis Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**. A intermediação de mão de obra a partir de plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017. Disponível em: <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5734.pdf>. Acesso em fev. de 2021.

PLURIATIVIDADE

Ivaldo Gehlen

O conceito de Pluriatividade por seu caráter aplicado tem conotações diversas, ou seja, não é consensuado. Portanto, ao utilizá-lo deve ser definido ou conceituado. Geralmente, ele é aplicado para pessoas que exercem simultaneamente diversas atividades profissionais relevantes, sendo a agrícola como principal e outras desde que sejam lucrativas, ou seja para o mercado. Mas, pode-se também compreender como pluriativo quem tem uma atividade lucrativa principal não-agrícola e exerça a atividade agrícola como geradora de renda complementar.

Podem também ser considerados pluriativos aqueles que, além dos produtos agrícolas principais ou geradores de renda direta, exerçam outra atividade produtiva, garantidora da sobrevivência familiar, sem passar necessariamente pelo mercado, como é o caso de produção de cereais, de suínos, etc. para consumo familiar ou trocas não-monetárias. As atividades que identificam a pluriatividade podem ser exercidas fora da propriedade do agricultor, inclusive na cidade.

Na tradição francesa, esse conceito de pluriatividade é mais amplo e designa a combinação por uma mesma pessoa de várias atividades profissionais simultaneamente ou no período de um ano (BENOIT e GERBAUX, 1997), estendendo a abrangência do conceito a partir da constatação de que, naquele país, mais da metade dos pluriativos não desenvolvem atividade agrícola e combinam atividade assalariada com não assalariada. A especificidade da pluriatividade para o setor agrícola é que pode ser considerada como sendo do casal ou da família produtora, não somente de uma pessoa. O conceito é importante para enquadramento profissional ou funcional, o que é problemático para cálculos de taxas de desemprego (*Ver Verbete Tipos de Desemprego*) e de seguro desemprego (*Ver Verbete Seguro-Desemprego*).

A existência de múltiplas atividades por parte de um agricultor ou família agricultora é intrínseca historicamente a este tipo de atividade e de trabalhadores. Os clássicos da sociologia rural (*Ver Verbete Sociologia Rural*) trataram o conceito com outras nomenclaturas, como agricultura em tempo parcial, por exemplo. A “pluriatividade não significa uma situação totalmente nova, pois as interpretações clássicas sobre o campesinato, presentes tanto em Kautsky - ao usar o termo *trabalhos acessórios* - quanto em Chayanov - referindo-se a *outras atividades não agrícolas* - já consideravam o fenômeno, porém, com características historicamente distintas das interpretações atuais” (CANDIOTTO, 2007 p. 193 – grifo do autor). Conceitos como dupla atividade, atividade de tempo parcial (SCH-

NEIDER, 2003) estão presentes na literatura francesa e americana desde a década de 1950. No Brasil, o debate adquire evidência acadêmica na década de 1990 e com foco na agricultura familiar (*Ver Verbetes Agricultura Familiar*).

Genericamente, se pode incluir esse conceito na interface da multifuncionalidade da agricultura familiar, pois incorpora atividades como agroindústria, agroturismo, comercialização direta, artesanatos, prestação de serviços, dentre outras. O conceito passa então a ser adotado para tentar explicar as transformações, no rural, pela modernização (*Ver Verbetes Modernização*) da produção agrícola que gerava impactos demográficos, no trabalho pela sua intensificação, na relação com o mercado e principalmente num crescente imbricamento entre o agrícola e o não agrícola.

O debate que ficou restrito ao mundo acadêmico e à algumas instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs), Cooperativas e Sindicatos, perdeu força por acrescentar pouco como parâmetro explicativo da realidade, por restringir-se à totalidade dos agricultores familiares, sem incorporar outras categorias e outras atividades (não confundir com ter mais de um emprego remunerado). Por exemplo, pessoas pluriativas sem vínculo com a agricultura e por não avançar na normatização dessas ocupações e, portanto, de enquadramento funcional destes trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BENOIT, Aude; GERBAUX, Françoise (1999), *La pluriactivité pratiques sociales et réponses juridiques*. In: Saillard, Y. *Contributions à l'analyse des mutations du travail*, Octares Editions, p. 17-26.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. *Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais*. Revista Faz Ciência, v.9 n.10, jul/dez.2007, pp. 191-208.

CARNEIRO, M. J. *Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*. In: Costa, L. F., Bruno, R. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. Revista brasileira de Ciências Sociais. vol.18 no.51- São Paulo, 2003.

POBREZA

Dayana Cristina Mezzonato Machado
Pâmela Marconatto Marques

A origem latina do termo alude a pobre, “pauper”, em que a partícula “pau” significa “pequeno” e “pário” corresponde a “dar à luz”. Assim, pobre seria aquele que produz pequeno, que dá à luz pouco. Alguns dicionários afirmam que “pobre” significa “quem tem apenas o necessário, mas não o supérfluo” (TÉVOÉDJRÈ, 1981, p.19). O dicionário LITTRÉ cita: “aconteceu que um homem pode ser pobre e, no entanto, não carecer de nada do que a natureza deseja: a pobreza não se opõe à necessidade, mas ao luxo” (LITTRÉ, 2021). Ainda que busquemos a origem da palavra e seus significados nos mais completos dicionários, dificilmente alcançaremos definições consensuais, pois pobreza é um termo polissêmico, utilizado por muitas culturas e por essa razão assume sentidos e significados múltiplos, tratando-se de um fenômeno complexo e histórico, definido sempre em suas relações. (TÉVOÉDRJÈ, 1981; RAHNEMA, 2001; MARQUES, 2017; RÜCKERT *et al*, 2019). Entre os hindus, por exemplo, pobreza é sinônimo de frugalidade, de vida sem excessos, concebida como orientação disponível, escolha virtuosa a ser considerada. Gandhi, por exemplo, é mencionado como liderança que optou por viver a pobreza.

No dicionário “Pobreza: un glosario internacional”, Sonia Alvarez Leguizaón (2009, p.29) afirma que “*las categorías no son neutras. Existen algunas nociones que resultan paradigmáticas de su condición no neutral y, al mismo tiempo, viabilizan una descripción densa de las sociedades*”. Sendo pobreza uma dessas categorias paradigmáticas e não neutras abordaremos algumas questões que consideramos chaves para a reflexão dessa ampla, densa e urgente temática.

Ao situar o termo no campo científico constatamos que a Ciência Moderna não se dedicou a compor e refletir junto com essa diversidade de compreensões. Ao contrário, ela parece ter contribuído com a produção e reprodução de um discurso marcado pela naturalização, despolitização e homogeneização da pobreza, definindo-a como somatório de carências e deficiências, como falta de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento). Essa noção moderna contribuiu para a decodificação da pobreza como fenômeno global, construindo imaginários de uma pobreza unívoca, essencializada, sempre associada à miséria.

As *teorias neomalthusianas* afirmam a fome e a pobreza como decorrência da explosão demográfica Pós-II-guerra e indicam o controle desse crescimento como medida fundamental para vencê-las. O presidente dos Estados Unidos,

Lyndon Johnson, em evidente adesão a essa proposta, chegou a afirmar em um discurso proferido na ONU, em 1966, que “cinco dólares gastos com o controle da natalidade são mais rentáveis que cem dólares aplicados no crescimento econômico” (ALVAREZ LEGUIZAMON, 2007).

Reivindicando um ponto de vista antropológico, Oscar Lewis (1963) considerava que a pobreza precisava ser compreendida para fatores além dos econômicos, desenvolvendo assim a teoria que recebeu o nome de *cultura da pobreza*, a partir da qual argumenta que existem padrões de comportamentos específicos dos “pobres” que os impedem de sair dessa condição. Nessa concepção, fortemente vinculada à narrativa da “guerra à pobreza”, a falta de iniciativa e esforço dos “pobres” seria o cerne da dificuldade dos indivíduos para abandonar sua condição, argumentando haver um círculo vicioso da pobreza, reproduzido entre as gerações (ALVAREZ LEGUIZAMON, 2007). Sua teoria teve grande influência na consolidação da narrativa que culpabiliza os “pobres” por suas mazelas.

A teoria da *exclusão social*, de origem inglesa e francesa, explica a pobreza e a marginalidade por fatores relacionados à exclusão do mercado de trabalho ou da precarização do emprego, além de considerar determinante à falta de acesso à moradia digna, à cobertura social, ao solo urbano e os diferentes tipos de exclusão política (CASTEL, 1997; ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2007).

A perspectiva *neoliberal* define pobreza em termos de falta de renda e de ativos básicos, considerando que o crescimento econômico e o livre mercado têm papel central em sua redução. Trata-se da perspectiva a partir da qual são operacionalizadas as iniciativas multilaterais de combate à pobreza via sistema ONU e a maior parte das políticas públicas nacionais (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2007).

Na América Latina o uso do conceito *pobreza estrutural* foi aplicado às populações que não tinham suas necessidades básicas satisfeitas ou encontravam-se abaixo da linha de renda que atendesse às necessidades de alimentação consideradas básicas. O conceito *necessidades básicas* foi muito utilizado no discurso do Desenvolvimento Humano, que passou a considerar que a pobreza não poderia ser entendida apenas em termos do Produto Interno Bruto (PIB) (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2007).

Em uma abordagem que se propõe a levar em conta a complexidade das dimensões que compõem a pobreza e atentar à diversidade humana, Amartya Sen (1999) considera a pobreza como *privação de capacidades* e para sua aferição e superação propõe uma análise casuística. O economista indiano compreende que certos fatores, como privação de acesso à terra, à instrução, à saúde e à justiça, assim como ausência de apoio familiar, comunitário e social têm influência direta sobre a reprodução da pobreza. Segundo Sen, ser pobre não se traduz em viver abaixo de uma linha imaginária e, sim, ter um nível de rendimento

insuficiente para desenvolver determinadas capacidades, levando em conta as circunstâncias sociais circundantes e a interconexão de muitos fatores. O economista recomenda que, em vez de medir a pobreza pelo nível de renda, calcule-se o que o indivíduo específico, histórico e situado pode realizar com essa renda a fim de desenvolver suas capacidades. A *abordagem participativa*, proposta por Deepa Narayana (2000), que complementa a teoria da privação de capacidades, aponta que somente os próprios sujeitos poderão definir o que é ser pobre. Apesar de considerar reducionista a visão centrada na relação consumo/renda - uma vez que impossibilitaria compreender a diversa e complexa realidade local na qual pessoas pobres vivem - as abordagens subjetivas e participativas também acabam ficando refém do indicador de renda, na medida em que desenvolver capacidades e ampliar liberdades estariam estreitamente vinculados com o aumento da geração de renda dos indivíduos.

A *teoria da dependência* explicou a pobreza como consequência das relações de intercâmbio desigual entre países centrais e periféricos, e não como um produto do subdesenvolvimento cultural como afirmavam os teóricos da modernização. Com relação ao espaço rural, a concentração da propriedade da terra e as precárias relações de trabalho, servis e semi-assalariadas foram apontadas como as principais questões para a permanência da *pobreza rural*. Os teóricos dependentistas fizeram duras críticas à teoria da modernização, que atribuía a causa da pobreza aos valores culturais dos camponeses, considerados atrasados e arcaicos, mantenedores de relações de produção pré-capitalista não-industriais, supostamente, entraves para o avanço da “modernidade”. *Josué de Castro* e *Darcy Ribeiro* foram dois pensadores da teoria da dependência que combateram as vertentes da modernização e neomalthusianas afirmando que o *subdesenvolvimento* não era falta de desenvolvimento, mas uma consequência dele, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exacerbando sobre as diversas regiões do planeta (CASTRO, 1965). Darcy Ribeiro teceu duras críticas à retórica de líderes políticos estadunidenses, argumentando que as políticas de combate à pobreza em países considerados “subdesenvolvidos” estão intimamente vinculadas à tentativa de neutralizar ou, ainda, sufocar os potenciais revolucionários que a pobreza e a fome suscitam.

Para a teoria da dependência, a *pobreza urbana* é o resultado, fundamentalmente, de dois fatores: o êxodo rural de camponeses empobrecidos e a incapacidade da indústria absorver toda a mão-de-obra, provocando os fenômenos do trabalho informal e habitações (Ver Verbete Política Públicas de Habitação) precárias em territórios afastados dos centros industriais.

Na crítica pós-colonial, denunciavam-se os diversos modos por meio dos quais o discurso canônico do desenvolvimento, ao construir e declarar guerra à *pobreza global*, amalgamou pobreza e miséria (ANGLADE, 1983; RAHNEMA,

2001). As graves consequências dessa rápida vinculação – pobreza como sinônimo de miséria e como antônimo de desenvolvimento – foram o envilecimento, a marginalização, a condenação e, no limite, a destruição de modos de vida, cosmovisões e tecnologias eminentemente locais. O discurso moderno consolidou um imaginário de pobreza degradante, miserável, lugar de onde se deve sair, onde não é possível viver ou criar, ou seja, modos de vidas decodificados exclusivamente como somatório de carências.

Um dos autores-chaves que ajuda a refletir uma narrativa contra-hegemônica da pobreza é Majid Rahnema. O intelectual e diplomata iraniano elaborou uma vasta obra sobre o tema e realizou uma minuciosa arqueologia da pobreza. Em “The riches of the poor: an archeology of poverty” Rahnema (2001) menciona três tipos de pobreza: a pobreza voluntária, a pobreza convivial ou semi-voluntária e a pobreza moderna. A *pobreza voluntária*¹ é concebida como parte de uma escolha pessoal, vinculada a uma ética que nela percebe uma forma de libertação. A *pobreza convivial* ou semi-voluntária é aquela em que pessoas ou comunidades estão organizadas para atender às necessidades do grupo, nutrendo modos de vida simples e respeitosos, baseados numa economia de subsistência, em que necessidades e limites de suas possibilidades estão a todo tempo sendo desafiados. Rahnema menciona que por milhares de anos a pobreza convivial foi considerada expressão de dignidade e bom senso. A *pobreza moderna* passa a existir a partir da instauração da sociedade de mercado moderna que modificaram as noções de necessidade e de satisfação assim como os parâmetros culturais que permitiam distinguir o necessário do supérfluo (RAHNEMA, 2008). Trata-se de uma lacuna cada vez maior entre as necessidades induzidas pela sociedade moderna e as dificuldades para atendê-las. Ao considerar os três tipos de pobreza, Rahnema (2001) distingue de maneira veemente pobreza de miséria, sinônimo de indigência. Segundo o autor, os pobres não perderam a “capacidade de agir sobre e de alguma forma viver sua situação difícil. Esta qualidade permite que eles não se rendam completamente às condições externas que procuram quebrar sua vontade” (RAHNEMA, 2001, p. 3).

A pobreza - portanto bem diferente da miséria (Ver Verbete Miséria) - seria uma vida simples, laborada cotidianamente com esforço e dignidade, e em que são construídos mecanismos e tecnologias, complexos e localizados, para

¹ É possível mapear também em território europeu algo nesse sentido. Apresenta-se como *décroissance* (LATUCHE, 2006) na teoria do desenvolvimento, e também como movimento político dos objetores do crescimento (MPOC). Esse último, atuante sobretudo na Bélgica e na Suíça, ficou bem popular pela difusão de estudos sobre os malefícios do 5G e inúmeros protestos feitos em frente ao parlamento europeu baseados na doutrina da resistência pacífica, de Gandhi. Sentam-se em área proibida e esperam serem presos. O MPOC apoia, por exemplo, desde unidades familiares de produção agrícola e manutenção de sementes crioulas às unidades comunitárias de reparações e consertos na luta contra a obsolescência programada.

resistir e (re)existir (ANGLADE, 1983; RAHNEMA, 2001; TÉVOEDJRÈ, 1981; MARQUES, 2017). Processos denominados “tecnologia da vila”, pelo beninense Albert Tévoédrjè, ou “desenvolvimento endógeno”, por Majid Rahnema são vistos como mecanismos organizados pelas comunidades locais para se evitar a miséria, considerados pelos atores a força (potência) da pobreza.

Em “The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power, Rahnema (2010) afirma que a noção de *pobreza global* é uma construção nova e moderna, criada, nomeada e padronizada por indicadores exclusivamente econômicos, como é o caso da amplamente difundida “linha da pobreza” e da lista dos países mais pobres do mundo, produzida periodicamente pela Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Um dos principais atores (Ver Verbete Atores Sociais) na criação e reprodução desse repertório – feito de uma certa gramática e de métricas específicas – tem sido o Banco Mundial, que em um dos seus primeiros relatórios, considerou pobres e subdesenvolvidos aqueles países com uma dada renda média *per capita*, aferida sempre em comparação aos países “desenvolvidos”, e atribuindo aos últimos, em especial aos Estados Unidos, a prerrogativa de ajudarem os países pobres a elevarem seus padrões de vida:

Assim, pela primeira vez na história, nações e países inteiros passaram a ser considerados (e se considerarem) pobres, sob o argumento de que sua renda total é insignificante em comparação com aqueles que hoje dominam a economia mundial. Consequentemente, a renda nacional foi introduzida como uma nova medida global para expressar os vários estágios do desenvolvimento econômico, proposto como a resposta final à pobreza. (RAHNEMA, 2010, p.178)

Nesse mesmo sentido, para a *vertente latino-americana dos estudos pós-coloniais*, é possível localizar essa construção no Pós-II-Guerra mundial, quando o discurso da falta de desenvolvimento como causa da pobreza, acionado e sustentado pelos Estados Unidos, com suporte e adesão europeus, se expande para todas as nações lidas como “subdesenvolvidas” do globo. Parte da contribuição dessa proposta é recordar que a maioria dessas nações eram recém-saídas de processos revolucionários anticolonialistas, situadas sobretudo no continente africano e sul-asiático e que, ao ingressarem nos órgãos internacionais recém-criados, o farão sob a condição de problema a ser resolvido pelo empenho do Norte Global (ESCOBAR, 1995). No cenário do pós-guerra, organismos internacionais recém-criados, como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) declararam *guerra à pobreza* em países onde supostamente o desenvolvimento ainda não havia chegado, e onde supostamente reinava o obscurantismo, a tradição (Ver Verbete Tradição), a selvageria, o atraso e a carência.

A partir de então, países e indivíduos decodificados como pobres passaram a ser objetos de conhecimento e administração escrutinados em nome des-

sa guerra, de modo que a pobreza passou a ser temática central para muitos estudos acadêmicos, agências internacionais e órgãos governamentais, a partir dos quais foram desenvolvidos modos de explicar suas causas, bem como estratégias para combatê-la (ESCOBAR, 2007).

Abordada a partir dessas epistêmes contra-hegemônicas, a pobreza deve ser urgentemente desvinculada da miséria, essa sim, considerada imoral e inaceitável, devendo ser combatida. (ANGLADE, 1983; RAHNEMA, 2001; TÉ-VOEDJRË, 1981; MARQUES, 2017). Para esses autores existe conhecimento, estratégia e capacidade de criação na pobreza que foram rapidamente descartados quando se projetou um modelo de desenvolvimento universal para os países localizados nas periferias do capitalismo.

O intelectual haitiano Hérard Jadotte sugere que por meio da “ajuda internacional ao desenvolvimento” capitaneada pelos organismos multilaterais e pela miríade de organizações não governamentais que orbitam em seu entorno, estar-se-ia empreendendo uma “*fabricação do pobre*” como forma de conjurar o rebelde e o estranho. Desse modo, continentes inteiros seriam reduzidos à pobreza e a pobreza, reduzida a um “corpo sem alma que se oferece à caridade”, destituída de toda a sua dignidade e capacidade de agência (JADOTTE, 2005, p.114).

O sociólogo haitiano Jean Anil Louis Juste soma-se a essa crítica, endossando-a. Ele enfatiza que não raro as ONGs e agências internacionais estariam detectando sociabilidades revolucionárias/radicais emergentes (sobretudo no campo) e despotencializando-as, a partir de sua inserção nos mecanismos próprios da sociabilidade controlada e liberal das ONGs. Desse modo, o movimento popular ficaria subordinado ao projeto político do capital transnacional e despojado de seu vigor (JUSTE, 2007).

Juste (2007) ressalta que a legitimidade da solidariedade ou do consenso moral de intervenção “na vida de carentes para ajudá-los a sobreviverem”, isto é, “preservando-se aquelas vidas que não se preservariam por si mesmas”, caminha de mãos dadas com a naturalização da propriedade privada capitalista. “Juntas formam as condições que perpassam todo processo de solidarização com a pobreza social” como “sacrifício imprescindível dos ricos na elevação do desenvolvimento ao altar da paz mundial”. Nesse passo, a legitimidade calcada nos ideais de intervenção/ajuda humanitária incidiria em efeitos bastante perversos “de uma parte, permite a materialização do direito de uma minoria para gozar do Estado de Bem-Estar Social, e de outra, nega a necessidade de estender essa fruição às maiorias” (JUSTE, 2007, p. 310).

Nesse sentido, prossegue:

“A ONG relaciona carentes a privilegiados, conforme a relação autoritária simbolizada pela regência do capital no mundo inteiro. Enquanto os segundos continuam gozando tranqüilamente do seu lugar e posição no processo

de produção e reprodução na escala mundial, os primeiros são enquadrados em grupos de portadores de “deficiências sociais”. (JUSTE, 2007, p. 312).
(...)

Assim sendo, as carências são psicologizadas através do seu trato grupal de pobres, que não passa de uma caricatura coletiva para abstrair o grupo do seu vínculo social, dilacerando os seus laços políticos, econômicos e culturais e deslocando os conflitos para a esfera simplesmente individual (idem).

Na esteira de Juste, é considerável, na literatura haitiana, seja ela ficcional ou científica (ROUMAIN; PRICE-MARS; BARTHELEMY; ANGLADE), a menção a uma pobreza digna, que nada tem de impotente e débil, mas que é inclusive desejada por um Haiti “não-oficial”, composto, sobretudo, pela população rural. Essa pobreza distingue-se da miséria absoluta e inviabilizante e traduz-se em um modo de vida simples, comunitário, anti-capitalista e sedimentado sobre a solidariedade e o igualitarismo como valores e práticas sociais. O prestigiado cientista social e geógrafo haitiano Georges Anglade - autor de vasta obra sobre desenvolvimento e democracia no Haiti e no entorno caribenho, um dos fundadores da l’Université de Québec à Montréal (UQÀM) – onde encontrava-se exilado por ocasião da Ditadura Duvalier, dedica-se, em seu ensaio “Éloge de la pauvreté”, especialmente a essa questão:

(...) não considero dignos de elogio nem as nações empanturradas de lucros e tampouco a pujança armamentista, e ainda menos esse ouropele de honrarias concedidas a serviço do poder. No fundo da minha questão, e estando no meio de minha jornada, eu nada encontrei mais digno de elogio do que a pobreza; não a miséria repugnante e abjeta, inaceitável em sua negação da dignidade humana, mas a pobreza, aquela mesma cuja onipresença parece ser a maneira mais segura de se esconder. Com obstinação feroz se tem desejado transformá-la sem jamais questionar que saberes porta acerca da sobrevivência, de que práticas dispõe, dignas de serem novos pontos de partida. (ANGLADE, 1983, p. 4)

(...)

Soube-se descrevê-la sem compreendê-la, lamentá-la sem respeitá-la, e sobretudo, soube-se amalgamá-la à miséria para desativar a alternativa de que está plena, quando se tinha simplesmente de questioná-la sobre os modos e vias de des-envolver [no sentido de desencobrir] os oprimidos para uma democratização que não tarde e nem falhe. (idem)

Anglade (1983) propõe a reabilitação epistemológica da pobreza, que, fora do paradigma da riqueza – em que estaria atada à folclorização e à miséria – pudesse ser acionada como portadora de alternativas potentes:

É esse o paradigma de que partimos, a ruptura com o miserabilismo e a folclorização como abordagens da pobreza para endossar firmemente o esforço de habilitar esse objeto de estudo da dignidade epistemológica ainda restrita às

grandes questões dos grandes dessa terra. Se a miséria persiste e ainda se cola a nós, é que não escolhemos partir da pobreza, mas de métodos de trabalho e de modos de pensar que partem da riqueza. (ANGLADE, 1983, p. 5)

Ainda Anglade (1983) afirma que, em seu limite, essa reabilitação implica em “chegar ao inverso obrigatório do mito fundador da modernidade” para que se possa experimentar outras relações com as realidades sociais canceladas – como pobres - em seu potencial, reconhecendo a incapacidade do modelo que vem mediando esse encontro de gerar bem viver mútuo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. IN: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina - Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. Una presentación desde América Latina. IN: SPICKER, Paul; ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia; GORDON, David (Orgs.). **Pobreza: Un glosario internacional** - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

ANGLADE, Georges. **Éloge de la Pauvreté**. Montréal: ERCE Études et Recherches critiques d’espace, 1983. Edição completa, em francês, disponível em http://classiques.uqac.ca/contemporains/anglade_georges/elogue_de_la_pauvrete/elogue_de_la_pauvrete.html com acesso em 29 de agosto de 2020

CASTEL, Roberto. **Las metamorfosis de la cuestión social**. Una crónica del asalariado. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

ESCOBAR, A. **La invencion del tercer mundo**. El perro y la rana, 2007.

JADOTTE, Hérard. **Le carnaval de La révolution: de Duvalier a Aristide**. Port-au-Prince: Éditions Fardin, 2005;

JUSTE, Jean Anil Louis. Internacional Comunitária: ONG’s chamadas alternativas e Projeto de Livre Individualidade (crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti; **Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** da Universidade Federal de Pernambuco, 2007;

LATUCHE, Serge. Le pari de lá décroissance. **Paris: Fayard, 2006**.

LITTRÉ. **Dictionnaire de la langue française**. Disponível em < <https://www.littre.org/definition/pauvrete%C3%A9> > Acesso em 18 de março de 2021.

MARQUES, Pâmela Marconatto. “NOU LED, NOU LA!” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. **Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2017.

RAHNEMA, Majid. **The Richest of the Poor: An archeology of poverty**. 2001. Disponível em < <https://www.pudel.samerski.de/pdf/majid.pdf>>, acessado em 04 de setembro de 2020.

RAHNEMA, Majid. Porvety *In* SACHS, W. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**, London & New York: Zed Books, 2010.

RÜCKERT, Fabiano Quadros ... [et al.] (Orgs.). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2019.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**. São Paulo: Editora Cidade Nova. Co-edição Petropolis: Editora Vozes, 1981.

NARAYAN, D. *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PODER SIMBÓLICO

Margarete Panerai Araujo

O poder simbólico, conforme Bourdieu (1989, p. 8-9) é um poder invisível “o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo exercem.” Na realidade os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação, que colaboram com as formas simbólicas como arte, religião, língua. Esses “sistemas simbólicos são como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural)” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Em outras palavras, os sistemas simbólicos exercem algum tipo de poder através de estruturas estruturantes e as estruturadas. Ou seja, as estruturas estruturantes são os conhecimentos do mundo objetivo; as estruturas estruturadas são os meios de comunicação, língua, culturas, condutas e discursos; esses instrumentos de dominação reúnem um poder através da divisão do trabalho das classes sociais e da divisão do trabalho ideológico. Todas essas estruturas servem como instrumentos de dominação, pois impõem a ideologia da classe dominada e, também uma violência simbólica, exercida e conhecida como poder simbólico.

Bourdieu (1989, 2007) buscou seus conceitos e postulados em pesquisas e referenciais de vários autores como: na tradição Neo-Kantiana: para a linguagem e formas simbólicas; em Karl Marx buscou a intenção histórica, em Emile Durkheim e Radcliffe Brown lançou fundamentos sociológicos sobre as produções simbólicas assentando-se na solidariedade social. Esses referenciais tornaram possível refletir sobre uma falsa consciência das classes dominantes para “legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Todos os sistemas ideológicos produzem lutas de interesses dentro do campo. É no campo, que se manifestam as relações de poder. Antes, porém é possível lembrar que, campo, na teoria de Bourdieu é o espaço social global de dominação e conflitos com capacidade de impor normas de produção e reprodução. Ou seja, é o espaço onde instituições e indivíduos disputam melhores posições (dentro do campo), e maior acúmulo de capital simbólico.

A estrutura de um campo é o resultado de relações de forças entre os agentes e, este estado corresponde também a distribuição particular do capital acumulado durante lutas anteriores. O capital contribui para reproduzir a distribuição do próprio capital sendo, uma combinação, que encontra na família sua base de estratégias, de reprodução, fecundidade, herança, economia e educação, pois a família perpétua o ser social. Assim, os sistemas simbólicos, são instru-

mentos de conhecimentos e de comunicação, que só podem exercer um poder estruturante, porque são estruturados. O poder simbólico é esse “poder de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo [...]”. (BOURDIEU, 1989, p. 09). Por ser formado por um conjunto de signos e símbolos intitula aos agentes (que obtiveram reconhecimento suficiente) um tipo de capital (uma espécie de prêmio) para ter condição de impor o reconhecimento. O poder simbólico confere então poder e legitimidade no plano do sentido e do conhecimento (Ver Verbete Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves 1975. Disponível em: https://www.academia.edu/23478968/A_Reprodu%C3%A7%C3%A3o_Elementos_para_uma_Teoria_do_Sistema_de_Ensino_BORDIEU_Pierre_PASSERON. Acesso em janeiro 2021.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

SUGESTÕES DE APROFUNDAMENTO DO TEMA

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

POLARIZAÇÃO

Jandir Ferrera de Lima

A teoria da polarização econômica ou dos polos de crescimento econômico surgiu na década de 1950, a partir dos estudos de François Perroux (1903-1987). Essa teorização vai influenciar de forma significativa os estudos da economia regional e urbana e da economia do desenvolvimento.

Na teoria da polarização, o desenvolvimento econômico (Ver *Verbete Desenvolvimento Econômico*) ocorre de forma desequilibrada e localizada no espaço. Esse processo centraliza o desenvolvimento (Ver *Verbete Desenvolvimento*) em lugares (Ver *Verbete Lugar*), de forma heterogênea, o que conduz a formação de adensamentos e vazios.

No espaço econômico, emanam forças, relações e intercâmbios que produzem forças centrípetas (de atração) e centrífugas (de dispersão). O resultado é a organização do espaço em função dos centros urbanos e seu poder de atração, que se fortalece cada vez mais com o adensamento populacional e de atividades produtivas.

Cabe destacar o papel da unidade(s) motriz (es) no processo de polarização. A unidade motriz é caracterizada por atividade produtiva, sejam de transformação ou não, que estimula a atratividade da aglomeração urbana por meio da criação de postos de trabalho, da oferta de bens e serviços especializados ou de condições de vida diferenciadas. No século XX se imaginava a unidade motriz como uma atividade industrial, mas ao longo do tempo se percebeu que atividades terciárias ligadas ao turismo, a produção do conhecimento ou vinculadas a prestação de serviços especializados podiam assumir o papel de motriz no desenvolvimento regional (Ver *Verbete Desenvolvimento Regional*).

A polarização pode ocorrer mais propensa à difusão do desenvolvimento econômico ou mais propensa a maior concentração do processo de desenvolvimento. Quando a polarização é de desenvolvimento, ocorrem modificações estruturais que abrangem as regiões periféricas e estimulam a descentralização das atividades produtivas. Porém, quando o polo é de crescimento, mesmo motivando o crescimento do produto e da renda, não ocorrem transformações significativas nas estruturas regionais.

O desenvolvimento das regiões periféricas, sob o efeito de uma forte polarização, dependerá das suas condições endógenas de desenvolvimento. No caso, seu desenvolvimento ocorrerá pela base, de forma centralizada por meio da ação coletiva ou pelo empreendedorismo individual. Em alguns casos, a ação da polí-

tica pública (Ver Verbete Políticas Públicas) poderá romper a dependência e conduzir regiões periféricas a um ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico mais dinâmico.

Atualmente, os estudos da polarização têm se concentrado nos chamados “polos de competitividade” (Ver Verbete Competitividade Regional), focando os elementos que fortalecem a manutenção da polarização ao longo do tempo num ambiente cada vez mais competitivo e globalizado. Essa temática se fortalece frente à realidade histórica das tendências a centragens e recentragens no espaço regional, fazendo com que polos econômicos sejam substituídos por outros ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

FERRERA DE LIMA, J. Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional : notes de recherches. **Organisations & Territoires**, vol. 25, nº 02, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1522/revueot.v25n2.318>.

PERROUX, F. (1977). O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-155, 1977.

POLÍTICAS DE TRABALHO

Marcio Pochmann

O livre funcionamento das forças de mercado não tem promovido o pleno emprego (*Ver Verbetete Empleo*) da mão de obra, salvo ocasionalmente no curto prazo. Sem a intervenção do Estado, as condições gerais de exploração da força de trabalho tendem a ser mais profundas no capitalismo.

As experiências das políticas de trabalho remontam ao início do século passado, como nas saídas da grande Depressão de 1929 e no próprio avanço da militarização das economias na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), que demonstraram a possibilidade de atingir o pleno emprego da mão de obra fora dos períodos de paz. Com a ascensão do Estado de bem-estar social, em abandono do Estado mínimo, as políticas públicas (*Ver Verbetete Políticas Públicas*) ganharam relevância inimaginável, o que tornou o fundo público elemento ativo na dinâmica geral das economias capitalistas e, em especial, nos chamados países desenvolvidos.

A efetividade das políticas públicas foi inquestionável, fundamentalmente nas três décadas do segundo pós-guerra, quando as economias capitalistas apresentaram indicadores de pleno emprego da mão de obra. Afora as nações como Alemanha e Estados Unidos, observou-se que em grande parte das nações desenvolvidas foi registrado crescimento relativamente baixo dos empregos no setor privado, o que significou dizer que as políticas públicas foram determinantes para o êxito do pleno emprego.

Desde a década de 1970, contudo, a aplicação do receituário neoliberal diminuiu a efetividade das políticas de trabalho. O resultado, em boa medida, terminou sendo o abandono do pleno emprego e a convivência com desemprego estrutural nas economias capitalistas.

No quesito políticas de trabalho, identificam-se, pelo menos, dois tipos principais. De um lado, as políticas passivas que se voltam ao controle da oferta de mão de obra (regulação do mercado de trabalho e garantia de renda), à elevação da qualificação dos trabalhadores (formação e treinamento) e à integração dos desempregados aos postos de trabalho disponíveis (intermediação da mão de obra).

Por conta disso, as políticas de trabalho podem ser consideradas passivas, uma vez que não atuam na geração de emprego. Especializam-se nas dimensões quantitativa e qualidade da força de trabalho.

Medidas desta natureza encontram-se associadas à regulação pública do mercado de trabalho que estabelece os limites inferior e superior de uso e remuneração.

neração da mão de obra, geralmente acompanhada de algum tipo de garantia de renda. Exemplo disso pode ser identificado na idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, nas regras do seguro-desemprego (*Ver Verbete Seguro-Desemprego*), do acidente de trabalho, das pensões e das aposentadorias que tratam da saída temporária e continuada do mercado de trabalho, das jornadas diária, semanal e anual de trabalho compartilhadas pelo descanso semanal, feriados, férias e licenças, todas remuneradas, entre outras.

Para além da restrição legal que impossibilita as crianças e adolescentes de trabalharem, assim como idosos, deficientes, doentes, entre outros, operam as políticas de garantia de renda que financiam a inatividade destas parcelas significativas da população. Do contrário, a maioria, possivelmente, estaria sem condições de financiar a sua inatividade, o que significaria a ampliação considerável da oferta de mão de obra disponível para competir no interior do mercado de trabalho.

O resultado poderia ser o rebaixamento da taxa de salários e a maior precarização das condições de trabalho. Ademais, a contenção da renda dos trabalhadores na demanda agregada da economia. Ainda no caso das políticas passivas, inserem-se os sistemas de formação geral na educação (ensinos médio e superior) e os específicos na qualificação (*Ver Verbete Qualificação Profissional*) e treinamento, sendo na maioria das vezes vinculados ao recebimento de algum benefício monetário financiado por fundos público ou privado. Isso permite preparar melhor os jovens ao primeiro emprego e trajetória profissional, bem como adaptar os desempregados aos requisitos contratuais de parte dos empregadores.

Também pode ser incorporado às políticas passivas de trabalho, o sistema de intermediação de mão de obra. A função primordial tem sido a promoção do “casamento” entre a oferta com a demanda de trabalhadores, por meio do cruzamento dos bancos de dados sobre empregos e desempregados.

De outro lado, as políticas ativas de trabalho que constituem o segundo tipo de intervenção estatal, cujo objetivo principal tem sido o de elevar o nível de emprego da mão de obra. E isso pode ocorrer nos setores público e privado.

No caso do setor público, tem importância, por exemplo, a elevação do emprego público tanto na administração direta (poderes executivo, legislativo e judiciário) como indireta (fundações, autarquias, empresas estatais, entre outras). Diferentemente do emprego no setor privado, o posto de trabalho na administração pública ocorre, muitas vezes por concurso público, segundo estabelecido pela necessidade de atender ao bem-estar do conjunto da população do país, como no caso dos serviços de segurança, saúde, educação, assistência social, entre outros.

Em termos da participação do emprego público civil no total da população ocupada há uma diversidade de realidades. Nos Estados Unidos, por exemplo, o emprego público encontra-se acima de 15% do total da população civil ocupada, enquanto nos países escandinavos aproxima-se da metade dos empregos.

Para o setor privado e organismos pertencentes ao terceiro setor, as políticas ativas do trabalho orientam-se à redução do custo de geração do emprego (ocupação subsidiado por fundo público) e à elevação da demanda agregada com o objetivo de ampliar a demanda adicional por mão de obra. Deste modo, o aumento do crédito e a redução do custo do dinheiro (queda na taxa de juros), a elevação dos gastos públicos em custeio e especialmente em investimento repercutem direta e indiretamente na demanda do setor privado por contratação de mais trabalhadores para dar conta do crescimento da produção de bens e serviços.

REFERÊNCIAS

BEVERIDGE, W. *Pleno empleo em uma sociedad libre*. Madrid: MTSS, 1988.

GIMENEZ, D. *et al. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil*. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (org.) Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003.

KALECKY, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalista*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MORETTO, A. *O Sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada*. Campinas, IE/UNICAMP, 2007.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POCHMANN, M. *Política do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTR, 1995.

POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Hipólita Siqueira de Oliveira

A concepção de uma política para o desenvolvimento regional (PDR) tem como antecedente uma conscientização sobre o problema das *desigualdades regionais* (Ver *Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais*) (sociais, infraestruturais, produtivas, dos níveis de renda e emprego). Em geral, seu objetivo é a promoção do desenvolvimento regional (Ver *Verbete Desenvolvimento Regional*) e a redução das desigualdades regionais através da adoção de medidas e instrumentos (planejamento integrado, estímulos fiscais, fundos de financiamento e investimentos em infraestrutura) que estimulem a desconcentração da produção e da infraestrutura econômica e social, bem como o aumento da equidade de oportunidades no território nacional. Em suas primeiras acepções, referia-se à implementação de ações em uma determinada “região-problema” (área com altos índices de pobreza, baixos níveis de produção, renda (Ver *Verbete Renda Mínima e Renda Máxima*) e emprego (Ver *Verbetes Emprego e Emprego Informal*), indicadores sociais (Ver *Verbete Indicadores Sociais*) desfavoráveis e carência de infraestrutura), sem vinculação com as questões do desenvolvimento nacional. Posteriormente, passou a referir-se também à problemática da *integração* nacional e das desigualdades regionais internas a um País.

A trajetória evolutiva das PDRs é permeada por intenso e amplo debate sobre os conceitos de *região* com grande contribuição das áreas da Geografia e Economia. Foram e ainda tem sido elaboradas várias definições, sendo importante destacar as noções de região que abrangem vários recortes espaço-temporais articuladas à emergência de divisões regionais de trabalho, como consequência do processo de desenvolvimento (desigual e concentrador) capitalista através de seus movimentos de integração e diferenciação regional. Atualmente, como resultado tanto das experiências históricas quanto desse amplo debate teórico, é possível observar uma evolução nas abordagens das PDRs no sentido de maior complexidade na compreensão das problemáticas regionais e diversificação de instrumentos e escalas espaciais. Cabe destacar que as abordagens, métodos e instrumentos de uma PDR estão fortemente vinculados aos contextos históricos, políticos, socioeconômicos e socioespaciais.

Em termos políticos, a implementação de uma política regional se legitima a partir do reconhecimento de uma *questão regional*, sendo essa, um objeto da ação do Estado. As primeiras definições sobre essa questão podem ser encontradas nas obras de Antonio Gramsci e Celso Furtado. Na década de 1920, a

partir de conceitos da Ciência Política (bloco histórico e hegemonia), Gramsci identificou a “questão Meridional” ao refletir sobre o desenvolvimento desigual entre as regiões norte e sul de seu país, Itália.

Celso Furtado, por sua vez, na década de 1950, identificou a “questão Nordeste” tendo como referencial as teorias do desenvolvimento econômico. Baseava-se sobretudo na abordagem de centro-periferia elaborada no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - criada pela ONU em 1948, da qual Furtado foi participante ativo. Furtado argumentava que o processo de industrialização brasileiro, concentrava o crescimento econômico e a produção industrial em São Paulo em detrimento do Nordeste, sua região de origem. Ao mesmo tempo, também chamou atenção para as causas dessas desigualdades relativas não só à recorrência das secas e à concentração espacial da riqueza, mas também às estruturas de poder político e econômico da própria região Nordeste.

Apesar da existência anterior de políticas de desenvolvimento voltadas para regiões-problema (por exemplo, a criação da Tennessee Valley Authority/TVA, em 1933, nos Estados Unidos, cujo objetivo era a promoção de projetos econômicos na bacia hidrográfica do Vale do Tennessee), a origem histórica da adoção de políticas para o desenvolvimento regional em simultâneo à das teorias do desenvolvimento regional é o pós-Guerra. Nesse período, houve intensa preocupação política e elaboração teórica sobre o desenvolvimento econômico e o papel do Estado nesse processo.

No que se refere à concepção de PDRs, é possível distinguir a influência de duas correntes clássicas de pensamento, em termos de suas abordagens, métodos, instrumentos e proposições políticas. De um lado, uma vertente de interpretação baseada na articulação entre as teorias da localização e da economia neoclássica, dando origem ao que ficou reconhecido como “Ciência Regional”. A partir da noção de equilíbrio geral da economia neoclássica, a abordagem dessa corrente concentra-se nas decisões de localização das atividades econômicas, na busca por localização ótima que minimiza os custos de produção das firmas. Em geral, suas proposições políticas remetem a uma intervenção mínima do Estado no sentido apenas das correções das falhas de mercado. De outro lado, distingue-se uma corrente de pensamento representada por autores como Gunnar Myrdal, François Perroux, Albert Hirschman e Celso Furtado concentrando-se na compreensão sobre as causas do desenvolvimento econômico desigual (*Ver Verbete Desenvolvimento Desigual*) entre as regiões e propondo a intervenção do Estado na redução dos desequilíbrios gerados pelo crescimento econômico.

Na América Latina, sob um papel mais abrangente do Estado no desenvolvimento econômico (via promoção da industrialização), a segunda corrente de pensamento foi predominante, sob a influência teórica e política da CEPAL

e de Celso Furtado. O documento intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, elaborado por Furtado no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), durante o Governo Juscelino Kubitschek, dará origem à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em um contexto de ampla mobilização política e social no País. Constituído-se em marco original da trajetória das PDRs e do planejamento regional no Brasil e na América Latina, a proposta política de Furtado contemplava medidas que iam desde a modernização e diversificação industrial ao enfrentamento da questão ambiental e fundiária do Nordeste.

Contudo, com o Golpe Militar de 1964 e a implantação da ditadura no País, a atuação da Sudene ficou restrita à gestão de incentivos à realização de projetos industriais no Nordeste, sendo também criadas outras superintendências de desenvolvimento regional para as demais macrorregiões brasileiras. Além disso, a questão regional foi ampliada para a região Norte do País sob a abordagem da integração econômica e da ideologia de segurança nacional.

Apesar de terem sido criados vários programas especiais regionais, no âmbito do I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) dos anos 1970, tiveram maior impacto regional as políticas setoriais voltadas para desconcentração industrial, com destaque para os grandes projetos estatais de investimento no setor de bens intermediários para exportação (minérios, siderurgia, papel e celulose), em infraestrutura energética e de transportes e de modernização (*Ver Verbete Modernização*) na fronteira agrícola.

A discussão dos resultados dessas políticas está bem documentada nos estudos sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Em geral, as avaliações indicaram que tais políticas, implementadas de modo autoritário e centralizado, resultaram em ampliação das desigualdades e no surgimento de “ilhas” de maior dinamismo econômico no interior das macrorregiões, tendo seus desdobramentos até a metade dos anos 1980 (PACHECO, 1998).

Os processos atuais de intensificação da internacionalização econômica e de integração na escala global, com surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação e, sobretudo, de novas formas de acumulação de capital, representam desafios importantes para a concepção e implementação de PDRs. Transformações significativas também ocorrem no que se refere ao papel do Estado, com implicações em suas capacidades financeiras, políticas e administrativas e reescalonamento territorial de suas ações (BRENNER, 2004).

Entretanto, não significa a impossibilidade da implementação de uma política de desenvolvimento regional. É nesse mesmo período adverso que foi concebida e implementada a política de desenvolvimento regional mais inovadora e abrangente ao longo do processo de integração e de constituição da União Europeia (UE). O reconhecimento da existência e da ampliação das desigualda-

des regionais à medida da integração dos países à UE, levou à adoção prioritária de uma política regional comum (denominada política de coesão econômica e social a partir de 1986). Trata-se de uma abordagem de política regional complexa em termos dos instrumentos, institucionalidades e da perspectiva multiescalar. Dentre as medidas adotadas, a mais conhecida é a criação de potentes fundos estruturais de financiamento para programas e projetos de investimento em regiões com renda per capita inferior à média da UE e regiões em decadência industrial.

No Brasil, ao contrário, as décadas de 1980 e 1990 podem ser caracterizadas pela ausência de políticas de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento regional, em específico. Nos anos 1980, diante da crise fiscal e financeira do Estado, a perda de capacidade de investimento, coordenação, planejamento e de instrumentos do setor público será concomitante à perda de prestígio e de recursos das instituições de planejamento do desenvolvimento regional culminando com o seu encerramento nos anos 1990.

A adoção de políticas de inspiração neoliberal nos anos 1990, será ambiente propício para a emergência de proposições políticas de inserção competitiva do País, das cidades e das regiões na globalização, influenciadas pelas teorias do desenvolvimento endógeno que preconiza um protagonismo da escala e dos agentes locais. Diante da omissão do governo federal e da deslegitimação das escalas nacional e regional na implementação de políticas públicas, deu-se origem a uma verdadeira guerra de lugares pela atração dos poucos projetos de investimento realizados no País, através da concessão de incentivos fiscais e financeiros e cessão/doação de terrenos para localização dos empreendimentos.

Nos anos 2000, a partir da ascensão de uma nova coalisão de poder político, foi debatida a necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional como integrante de uma estratégia de desenvolvimento para o País. No âmbito do Ministério da Integração Nacional foi elaborada e institucionalizada, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Sob inspiração do modelo da política regional europeia e considerando a complexidade multiescalar regional brasileira, adotou-se uma abordagem política cujo objetivo é a redução das desigualdades em simultâneo à valorização das diversidades regionais. Também foi proposta a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. No ano de 2013, buscando uma mobilização política em torno da PNDR, foram feitas várias conferências (estaduais, macrorregionais e nacional) com o objetivo de debater seus princípios e diretrizes.

Entretanto, a PNDR não assumiu centralidade na agenda governamental, do mesmo modo, sua implementação esbarra em desafios interinstitucionais e intergovernamentais próprios de um país federativo como o Brasil. Porém, é preciso ressaltar que a PNDR representa um importante marco na concepção de políticas regionais no País.

REFERÊNCIAS

BRENNER, N. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford University Press, 2004.

FURTADO, C. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (GTDN) (1959). In: D'AGUIAR, R. F. (Dir.). *A Saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p.83-164

GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PACHECO, C. *Fragmentação da nação*. Campinas: IE/unicamp, 1998.

Outras referências

BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. *Pacto Federativo, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

KARAM, R. *A questão regional na Era Lula*. Uma análise de ideias, atores e interesses. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO/Secretaria de Desenvolvimento Regional. *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>

RIFFO, L. 50 años del ILPES: *evolución de los marcos conceptuales sobre desarrollo territorial*. CEPAL - *Serie Desarrollo Territorial*, n° 15, 2013.

ROLIM, C. F. C. *Política regional na União Europeia e na América Latina*. Relatório de Pesquisa, Brasília: Ipea, IPEA.

SILVA, S. A. *A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do Século XXI. Texto para Discussão*. Brasília: Ipea, 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Pensar o bem-estar da população reside em uma das principais atividades de um governo. Em termos práticos, a política pública é uma ação ou uma não ação do Estado (faz ou deixa de fazer), que segundo Souza (2006), pode referir-se a diferentes objetos: igualdade de gênero (*Ver Verbetes Gênero*), redução do desemprego, melhora no atendimento médico em hospitais ou então, a erradicação da fome. Com isso, tal como se pensa a noção de que o desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*) pode trazer melhoria à qualidade de vida das pessoas, talvez um dos mecanismos existentes para tanto, seja, então, representado pelas políticas públicas.

Deste modo, sua presença é necessária para que efetivamente algo aconteça. Nesse sentido, as políticas públicas (*policies*) são os *outputs* (saídas), resultantes da dimensão procedimental da política (*politics*), ou seja, dizem respeito à materialização das propostas inseridas nos programas políticos e relaciona-se com os problemas técnicos e com o conteúdo material das decisões políticas.

Na visão de Secchi (2010), a essência conceitual das políticas públicas reside no problema público. Nesse sentido, o que determina se uma política é pública, ou não, seria a sua intenção de responder a um problema “público”. De qualquer forma, o termo é polissêmico, ou seja, não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Com base em Souza (2006), talvez a mais conhecida seja aquela de Laswell (1958), pela qual as decisões e as análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença ela faz na vida do cidadão.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos sem estabelecer uma relação direta com a prática. Enquanto isso, na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado: o governo, que é por excelência, o produtor principal de políticas públicas. *No caso do Brasil*, os estudos sobre políticas públicas nascem com a transição do autoritarismo para a democracia, entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos 1980.

Nesse sentido, pensar em “política pública” é pensar sobre o contexto no qual elas ocorrem: as sociedades modernas, as quais, por sua vez, possuem algo intimamente ligado a sua formulação: a desigualdade social (um problema público). Para tanto, não cabe apenas ao Estado a formular as políticas públicas. Deve-se ampliar a capacidade de atuação pluralista dos atores sociais, tais como

as chamadas “*policy networks*”, organizações não-governamentais (ONGs) e organismos internacionais, etc. Esses seriam protagonistas das políticas públicas tanto quanto os atores individuais.

Por isso, na visão de Secchi (2010, p. 4) a política pública “*vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover ‘políticas públicas’*”.

Em termos práticos, com base em Souza (2006) o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Diante disso, é necessário que se faça uma definição de agenda (agenda setting) e quais devem ser as questões que entrarão na agenda política, enquanto que outras serão ignoradas.

Por sua parte, Frey (2000), propõe uma outra subdivisão das fases de formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas: a) percepção e definição de problemas; b) agenda *setting*; c) elaboração de programas e de decisão; d) implementação de políticas e, e) avaliação de políticas e correção da ação.

Dentre os principais modelos existentes, Souza (2006) elenca quatro deles. O primeiro é o garbage can ou “lata de lixo”, desenvolvido por Cohen et al (1972), no qual as escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”, ou seja, existem vários problemas e poucas soluções, sendo que estas deveriam ser analisadas e dependeriam do leque de soluções que os decisores (policy makers) possuem nesse momento de reflexão.

Outro modelo, contrário ao garbage can, é o modelo da coalizão de defesa (advocacy coalition), de Sabatier e Jenkins-Smith (1993). Para estes autores, elas devem ser formuladas como um conjunto de subsistemas estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais estabelecem os parâmetros de recursos, uma vez que crenças, valores e idéias são consideradas aqui como importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas.

Ainda para Souza (2006), o modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. A partir do convencimento de que existe um problema, é preciso, então, que as pessoas se convençam que algo precisa ser feito. Nesse sentido, é quando os policy makers do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras. Neste modelo, existem três principais mecanismos para os decisores e os formuladores de políticas públicas. Por primeiro, está a (a) divulgação de indicadores que mostram a dimensão do problema. Em segundo, estão os (b) eventos (desastres ou repetição do mesmo problema) e ainda o (c) feedback, ou seja, as informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados pífios. Importante ressaltar também que esses empreendedores é que constituem a policy community, uma comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que

favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma idéia, a fim de que se possa inserir o problema na agenda pública.

O quarto modelo existente e citado por Souza (2006), é aquele chamado de “equilíbrio interrompido” (punctuated equilibrium) elaborado por Baumgartner e Jones (1993), baseado em noções de biologia e computação. Pela primeira, a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores. Pela segunda, os seres humanos têm capacidade limitada de processar informação, ou seja, ela acontece paralelamente e não, de forma serial (uma de cada vez). Para estes autores, o modelo citado permite entender por que um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o status quo, como passar por fases de mudanças mais radicais nas políticas públicas.

No atual contexto, a implementação de políticas públicas significa que a eficiência é o principal objetivo a ser alcançado, mesmo apresentando problemas em sua concepção¹, somado ainda à credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política (organizações não governamentais, por exemplo). Dentre os exemplos práticos estão as ações do Orçamento Participativo e a existência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES² e o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual, apesar de seus problemas por ordem de gestão, se mostra essencial durante a Pandemia (Ver Verbete Pandemia) de COVID-19. Portanto, uma boa política pública não pode ser alvo de disputa entre grupos, mas sim, de uma análise racional, com vista ao bem-estar do público a qual esta será destinada.

Em síntese, deve-se ressaltar que a eficiência das políticas públicas envolve vários atores sociais (Ver Verbetes Atores Sociais e Atores Sociais Rurais) e por extensão, diversos níveis de decisão, muito embora materializado pelos governos que as gestam. Com isso, a política pública envolve processos posteriores de sua respectiva decisão e proposição. Ou seja, cabe também sua consequente implementação, execução e avaliação com foco na eficiência de suas ações.

¹ Ver filme: Eu, Daniel Blake (2017)

² Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei Estadual n. 10.283 de 17 de outubro de 1994 (artigos 166 a 170). O Decreto n. 35.764 de 28 de dezembro de 1994 regulamentou e dispõe sobre os objetivos desses Conselhos, a saber: (i) formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; (ii) avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública; (iii) constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; (iv) avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; (v) conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; (vi) intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; e (vii) difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria (SCT/RS, 2007).

REFERÊNCIAS

- BAUGARTNER, Frank; JONES, Bryan. *Agendas and instability in american politics*. Chicago: University of Chicago Press. 1993.
- BRASIL. Sistema Unico de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z-1/s/sistema-unico-de-saude-sus-estrutura-principios-e-como-funciona>. Acesso: 20 Dez. 2020.
- COHEN, Michael *et al.* *A garbage can model of organizational choice*. **Administrative Science Quarterly** 17: 1-25. 1972
- FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reuções referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- LASWELL, Laswell, H.D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. *Policy change and learning: the advocacy coalition approach*. Boulder: Westview Press. 1993
- SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
- SCT/RS - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS. *Programa de apoio aos polos de inovação tecnológica*. Manual. Porto Alegre: Divisão de Polos de Inovação Tecnológica da SCT/RS, 2007.
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

Outras Referências

- CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. *Avaliação de políticas públicas e programas governamentais – uma abordagem conceitual*. Interface dos Sabres em versão *on-line*. Disponível em <<http://interfacesdesaberes.fafca.com>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 8. ed. Brasília: UNB, 1995. 2 v.
- PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Leticia Batista; DANTAS, André Vianna. Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul/dez. 2003.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MATHIAS, João Felipe Cury Marinho. Covid-19, meio ambiente e políticas públicas. – 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

Heleniza Avila Campos

A Habitação é uma política social de caráter primordialmente urbano, com grande efeito na produção do espaço urbano e regional. De forma geral, habitar diz respeito às distintas condições de moradia que existem na sociedade, contemplando variados campos de atuação do Estado e do mercado, envolvendo desde a construção do espaço físico (arquitetura), passando pela infraestrutura necessária para seu funcionamento, bem como as formas de acesso e aquisição (financeiro e jurídico).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a habitação aparece como direito fundamental de todo ser humano, sem discriminação social, econômica ou política. Em geral, ela deve se constituir em política social estratégica, por tratar de ação associada diretamente à figura do Estado voltada a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento (*Ver Verbetes Desenvolvimento*). Do ponto de vista social, a política habitacional tende a viabilizar aos usuários/potenciais consumidores o acesso a formas de moradia que não seriam possíveis nas condições definidas estritamente por uma política de mercado. Admite-se, todavia que as diversas formas pela qual a participação do Estado se dá na oferta de produção habitacional, ocorre quase sempre vinculada, direta ou indiretamente, ao mercado imobiliário em maior ou menor grau.

Na sociedade capitalista, a Habitação, enquanto política pública (*Ver Verbetes Políticas Públicas*), se encontra num campo de conflitos diretamente relacionado com a produção e reprodução do espaço urbano, dependendo de aspectos importantes para sua definição, tais como: a) o modelo político de Estado e seu posicionamento frente ao quadro de desigualdades sociais; b) os distintos perfis de usuário ou potencialmente consumidores; c) a estruturação urbana e regional capaz de definir espaços e condições para implementação de políticas; d) as possíveis articulações entre a política habitacional e as condições de mercado; e e) a forma como se estrutura o espaço urbano e regional viabilizando a implementação da ação política. Sobre esses aspectos pesam ainda outros condicionantes, como a existência de estoque construtivo, as localizações mais favoráveis para novas construções do ponto de vista da relação distância *versus* mercado de trabalho, as variações do valor do solo no contexto da cidade, entre outros.

O debate sobre a Habitação como estratégia política não é recente, sendo tratada de forma mais evidente a partir do século XIX na Europa. Ali se deu o reconhecimento do papel da moradia como fator de alta importância na produ-

ção do espaço urbano e na reprodução da força de trabalho da sociedade industrial. Em 1873, Friedrich Engels tratou da Questão da Habitação de uma forma mais abrangente, em um momento de conflitos e de profunda mudança na estrutura social e econômica da Europa. Em pleno processo de industrialização e urbanização das principais cidades europeias e em meio a conflitos políticos internacionais, observava-se naquele momento a falta de espaços adequados de moradia para migrantes e novos operários que se acumulavam nas grandes cidades. Engels (2015) atestava a forma desigual desse processo no contexto da produção das cidades, envolvendo não apenas operários, mas um conjunto maior da população das grandes cidades:

Os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem-no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. (...) O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias (ENGELS, 2015, s/p).

Essa transferência de população de menor renda (*Ver Verbete Renda Básica e Renda Mínima*) para a periferia e a ocupação das áreas centrais pelas elites burguesas caracterizava-se como um dos principais conflitos na cidade industrial do final do século XIX. Isso expressava a predominância do capital sobre o trabalho e os conflitos de relação entre a atribuição de valor ao solo que estavam na base da definição das políticas públicas internacionais.

Ao longo do século XX destacam-se pelo menos dois grandes períodos em que se se destacam as políticas habitacionais: na primeira metade do século XX, como base do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*); no pós-fordismo, a partir sobretudo dos anos 1970, de tendência mais neoliberal.

No primeiro período, caracterizado pelo modo de produção fordista e atuação do Estado keynesiano, as políticas públicas de habitação destacaram-se na Europa como forma de reconstrução das habitações para atendimento das necessidades da população, sobretudo no período entre guerras. A produção em massa também se expandiu para outros continentes, assumindo a forma de políticas de expansão das grandes cidades e ampliação do mercado imobiliário, com grande efeito na concentração de renda da terra.

No Brasil, a implantação tardia dos processos de industrialização e forta-

lecimento do Estado Nacional foram as bases para as primeiras iniciativas de construção de casas populares em grandes cidades. Destacam-se desse momento os Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) e da Fundação da Casa Popular (FCP), esta, criada em 1946, constituindo-se no primeiro órgão nacional, voltado exclusivamente para a provisão de residências às populações de pequeno poder aquisitivo (AZEVEDO & ANDRADE, 2011). Ainda nessa fase também se destaca o Instituto Brasileiro de Habitação, que previa maior centralização do planejamento, conjugando em um único órgão os esforços despendidos por todas as entidades públicas e privadas.

No segundo período, caracteriza-se a atuação dos Estados Nacionais num contexto da Guerra Fria, em que paulatinamente se reduziram investimentos no campo social, ao passo que ampliava a influência do capital financeiro na economia global. Nas políticas públicas ampliou-se o modelo liberal conservador, com forte abertura às privatizações e à participação do mercado econômico nas estratégias de desenvolvimento. Em contrapartida, o aumento do desemprego e da renda da população estabeleceu novas urgências de investimento na habitação social, só que, dessa vez, não mais centrado nos investimentos públicos estatais, mas apoiado na constituição do crédito imobiliário como parte do mercado de financiamento habitacional, a partir da experiência norte-americana.

No Brasil, dentro deste período, encontram-se duas fases distintas para a política habitacional brasileira: o período desenvolvimentista (1964-1989) e o período neoliberal (1990-2001). A exemplo de outros países sul-americanos, no país do golpe militar de 1964 instaurou-se uma forte postura desenvolvimentista, sendo a Habitação sua principal política pública. O Banco Nacional de Habitação (BNH), vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foi criado em 1964 (e extinto em 1986) e uma das grandes marcas políticas do período de governo militar brasileiro. No entanto o SFH fragilizou-se em relação às grandes alterações macroeconômicas dos anos 1980, além de não atingir a demanda mais significativa do déficit habitacional do país naquele momento: a população com renda inferior a cinco salários mínimos.

Na fase neoliberal brasileira há um enfraquecimento das ações públicas voltadas à habitação popular, que ocorreram em até meados dos anos 1990. Em 1997, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), que tinha como pressuposto o uso do crédito imobiliário como suporte financeiro para a política habitacional, embora com menor ênfase do que no exemplo dos EUA. Bonduki (2009) lembra ainda que nesse período foram criados – e extintos – o Pró-Moradia (voltado ao poder público e focado na urbanização de áreas precárias) e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

O século XXI iniciou mantendo as prerrogativas de dependência das ações estatais em relação ao mercado globalizado, ainda que sob um forte discurso

pautado na sustentabilidade e num contexto de tecnologia informatizada. A crise de 2008, instaurada pelas políticas de crédito nos Estados Unidos, revelou a grande fragilidade do Estado em relação ao mercado financeiro.

No Brasil, a experiência dos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a gestão de Dilma Rousseff representaram um fortalecimento do aparato Estatal, com foco em políticas públicas sociais. A criação do Ministério das Cidades em 2003 foi a base de sustentação para programas habitacionais importantes, tais como: Programa Habitar Brasil-BID; o Programa de Subsídio Habitacional (PSH). As Cartas de Crédito Individual e Associativo, também vinculados ao sistema de crédito, viabilizaram recursos para produção de habitação de baixa renda.

Em 2004, com a criação da Política Nacional de Habitação (PNH), buscou-se estabelecer condições institucionais suficientes para viabilizar o acesso à moradia. As linhas de financiamento também foram alteradas para permitir o acesso ao crédito a populações de menor renda, incluindo aquela entre zero e três salários mínimos. Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar dessas iniciativas, há críticas sobre a forte atuação e o favorecimento do mercado imobiliário na produção das habitações resultantes dessa política.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. *In: Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 25-48.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. *Habitação e poder*: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil*: o caso de São Paulo. 1994. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *Política habitacional e inclusão social no Brasil*: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula, p. 70-104. *In: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, (Universidade São Judas Tadeu), 1º sem. 2009. Acesso em: 13 Mar. 2017. Disponível em: <www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>.

ENGELS, F. *Para a questão da habitação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARICATO, E. *Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação*. *In: Cadernos Metrôpole*, nº 21, p. 33-52, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos*

Humanos, 1948. Acesso em: 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/pages/home.aspx>>.

SANTOS, C. H. M. *Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: IPEA, jul. 1999. (Texto para Discussão, n.654). Acesso em: 15 mar. 2017. Disponível em: www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf.

POLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Carlos Fernando Jung

A concepção, implantação e funcionamento de qualquer rede ou polo tecnológico filosoficamente encontra amparo nas proposições e nos conceitos de Freeman (1988), Lundvall (1992) e Nelson (1993), os quais apresentam como ponto de partida a visão do processo de inovação como um fenômeno sistêmico.

Deste modo, um Sistema de Inovação pode ser inicialmente entendido como um conjunto formado por: instituições públicas de fomento, suporte e execução de pesquisa e desenvolvimento, universidades, centros universitários, faculdades e institutos de pesquisas que exercem P&D e empresas privadas industriais que aplicam as tecnologias desenvolvidas em novos produtos e processos (FREEMAN, 1988).

As regiões que possuem melhores condições de atrair a iniciativa privada com a finalidade da instalação de novos sistemas de produção são as que oferecem atributos vantajosos de infraestrutura, recursos humanos, tecnologia e qualidade de vida (LASTRES *et al*, 2006). As regiões excluídas da dinâmica de mercado tendem a permanecer à margem dos sistemas econômicos e a apresentar menores níveis de riqueza, emprego e renda (TUSMAN e NADLER, 1997). Isso tem ocasionado situações de desigualdade entre indivíduos e empresas, tanto no Brasil, como em outros países. Em função disso, políticas e programas de desenvolvimento regional ressurgiram em todo lugar, para reduzirem os efeitos negativos da globalização (*Ver Verbete Globalização*).

O desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) não requer somente o desenvolvimento do capital econômico, mas também das competências humanas e do capital social como: confiança, cooperação e participação. O sucesso de um projeto não depende apenas da capacitação teórica e do conhecimento do estado da arte (SUH, 1988). Depende também da criação de um ambiente com infraestrutura favorável ao desenvolvimento (KLINE e ROSENBERG, 1986).

A produção do conhecimento científico e tecnológico e o estímulo à parceria entre os setores público e privado são ingredientes necessários para o crescimento econômico de um país (LYIANEGE *et al*, 1999). No entanto, Penteadó (2007) afirma que, somente na última década, esses setores estão se esforçando para que a geração do conhecimento científico e a produção tecnológica entrem num círculo virtuoso, visando superar um dos paradoxos brasileiros: um país reconhecido mundialmente como gerador de ciência, porém limitado na geração de tecnologias e riquezas agregadas.

Como exemplo prático, o Programa de Polos de Inovação Tecnológica do RS se constitui como fonte de inovação, difundida pelas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O Programa foi criado a partir de parcerias entre diversas instituições públicas e privadas do RS (SCT/RS, 2007). Esse Programa integra recursos humanos, financeiros e tecnológicos, configurando um sistema de ciência, tecnologia e inovação. O programa auxiliou o financiamento vários projetos de P&D desde 1989 em 21 regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Desde o ano de 2000, caracteriza-se pelo incentivo à capacitação de recursos humanos e a geração e difusão de novas tecnologias às diferentes regiões do RS a partir da escolha e determinação dos projetos para P&D em processos de votação popular promovidos pelo Governo do Estado.

Neste caso, um Polo consiste em uma região (formada por vários municípios) reconhecida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, sendo caracterizada por um determinado Sistema Produtivo Local (*Ver Verbete Sistema Produtivo Local*) ou um Arranjo Produtivo Local (APL – *Ver Verbete Arranjo Produtivo Local*), uma comunidade de pesquisa (existente em universidades, centros ou institutos de pesquisa) voltada para o desenvolvimento tecnológico e outros parceiros sociais interessados na difusão e utilização das tecnologias, como: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), municípios, associações comerciais, industriais e de serviços, cooperativas, associações de produtores, sindicatos e outros.

O Programa tem por finalidade principal apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que sejam aplicáveis aos diversos setores produtivos do Estado do Rio Grande do Sul, visando torná-los competitivos e promovendo a diversificação da produção, de modo a propiciar o aumento do nível de renda da população e gerar novos postos de trabalho. Também objetiva utilizar os resultados das pesquisas para o desenvolvimento harmônico das diferentes regiões através da inovação tecnológica nos processos produtivos. Desta forma, são apoiadas pesquisas que se destinam a promover, em especial: o desenvolvimento do pequeno produtor rural; produtos inovadores; tecnologias limpas, preservação e recuperação do meio ambiente; a pesca e a aquicultura; a otimização de processos produtivos.

Atualmente (março 2017), das 25 regiões correspondentes aos COREDES, nas quais está dividido o Estado do RS, 21 delas contam com Polos de Inovação ou Modernização Tecnológica implantados. Em cada Polo de Inovação, existem Unidades Executoras responsáveis pela gestão e execução dos projetos. Essas Unidades são normalmente instituições de ensino superior públicas ou privadas que possuem infraestrutura para atividades de pesquisa e desenvolvimento (SOUZA, 2006).

Ao contrário do que possa parecer, o nome “Polo”, com referência a esse programa, não significa uma pequena área territorial, cercada ou delimitada,

existente em um determinado município onde estão instaladas empresas, centros ou institutos de pesquisa para atividades de desenvolvimento tecnológico, mas, sim, uma macrorregião onde cada parceiro pode estar instalado em um ou mais locais e municípios que integram o Polo (JUNG e CATEN, 2007).

O reconhecimento de um Polo de Inovação Tecnológica se dá através da avaliação das competências científicas e tecnológicas das unidades executoras (universidades, faculdades, centros ou institutos de pesquisa) e, posteriormente pela assinatura de um Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Estado e as instituições parceiras. A partir desse protocolo o Polo fica habilitado a receber recursos e participar do programa.

O Programa possui várias áreas de atuação que foram identificadas a partir das peculiaridades de cada região¹. As vocações e os arranjos produtivos locais são prioritariamente valorizados, como também, são levadas em conta as competências para P&D das unidades executoras instaladas na região de abrangência de um Polo. Desta forma, atualmente o Programa de Polos conta com as seguintes áreas de ação: Agricultura, Agroindústria, Aquicultura, Automação, Biotecnologia, Construção Civil, Couro e Calçado, Design, Eletroeletrônica, Energia, Malhas e Confecções, Informática, Materiais, Meio Ambiente, Metal Mecânica, Móveis, Oleoquímica, Pecuária, Pesca, Plástico, Recursos Minerais, Saúde, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Turismo.

A parceria para as atividades de P&D consiste em o setor público (Programa de Polos de Inovação) destinar recursos financeiros para a aquisição de materiais permanentes e de consumo, e como contrapartida as Unidades Executoras dos Polos de Inovação (Instituições de Ensino Superior) ficam responsáveis pelo pagamento dos recursos humanos e fornecimento da infraestrutura necessária existente para P&D (JUNG *et al*, 2007).

Ao longo dos anos, o programa vem aumentando sua eficácia e oportunizando a transferência de tecnologias ao setor produtivo. Isso contribui para promover a melhoria da produtividade e competitividade empresarial, visando o desenvolvimento sustentado nas regiões participantes.

¹ Como referência pode-se relacionar as seguintes instituições que são unidades executoras: UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta, URCAMP – Universidade da Região da Campanha, UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, FUNDASUL – Fundação de Ensino Superior da Região Centro-Sul, ULBRA – Campus São Jerônimo, UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do RGS, Escola Agrotécnica de Alegrete, PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, UCS – Universidade de Caxias do Sul, URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, IC - Instituto de Cardiologia, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FACCAT – Faculdades de Taquara/RS, UPF – Universidade de Passo Fundo, UCPEL – Universidade Católica de Pelotas, FURG – Universidade Federal de Rio Grande, FEEVALE, UNILASSALE, UERGS, UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Fundação Liberato, UNIVATES – Centro Universitário, UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

O Programa de Polos financiou a implantação de várias infraestruturas laboratoriais nas unidades executoras. Esta forma de auxílio foi fundamental para viabilizar o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos, bem como, para oferecer serviços qualificados à comunidade empresarial do interior do estado.

Foram implantados laboratórios especializados destinados a pesquisas em: Patologia Vegetal, Microbiologia, Análise Físico-Química, Análise de Solos, Bromatologia, Análises Químicas, Ensaio Físico-Químico em Materiais Poliméricos, Cartografia, Análise Foliar de Adubos e Corretivos, Mecânica de Precisão, Análise Química e Nutricional de Forragens e Alimentos, Óleos Essenciais, Materiais de Construção Civil, Metrologia Geométrica.

Esta infraestrutura laboratorial regionalizada viabilizou, também, uma maior rapidez nas análises qualitativas dos produtos desenvolvidos que consequentemente propiciou um aumento da competitividade do setor.

A análise do modelo para pesquisa e desenvolvimento do Programa de Polos de Inovação Tecnológica sugere que este modelo possui um importante diferencial: a seleção de demandas para os projetos realizada pela comunidade regional. Pelas características estudadas, este modelo pode ser considerado como uma variação do Modelo Triple Hélice (Universidades – Governo - Empresas), no entanto inclui um valor agregado (*Ver Verbete Valor Agregado*) que é a participação da comunidade regional no processo de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

REFERÊNCIAS

FREEMAN, C. *Japan: a New National System of Innovation? Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.

JUNG, C.F.; CATEN, C. S. *A geração de inovações tecnológicas a partir da parceria entre o setor público e o privado: o Programa de Polos Tecnológicos do RS*. Revista Liberato. Novo Hamburgo, n. 9, 2007.

JUNG, C.F. *et al. Inovação em produtos e processos a partir da parceria entre o setor público e o privado: o Programa de Polos Tecnológicos do RS*. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. Belo Horizonte, MG, 2007.

KLINE, S.; ROSENBERG, N. *An overview of innovation*. In: Landau, R.; Rosenberg, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington, DC: National Academy of Press, 1986.

LASTRES, H.M.M *et al.* Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. In: Revista Brasileira de Inovação, v. 5, n. 1, Jan./Jul, 2006.

LYIANEGE, S. *et al. Towards a fourth generation P&D management model: reser-*

ch networks in knowledge management. *International Journal of Technology Management*. Oregon, v. 18, n. 3, 1999.

LUNDVALL, B. *National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. London: Pinter Publishers, 1992.

NELSON, R. *National innovation systems: comparative analysis*. New York: Oxford University Press, 1993.

SCT/RS - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS. *Programa de apoio aos polos de inovação tecnológica*. Manual. Porto Alegre: Divisão de Polos de Inovação Tecnológica da SCT/RS, 2007.

SOUZA, P.R.S. (2006); *Apresentação: polos de inovação tecnológica do RS*. Porto Alegre: SCT/RS, 2006

SUH, N.P. *The principles of design*. New York: Oxford Press, 1988.

PENTEADO, J.F. *O modelo de desenvolvimento tecnológico brasileiro*. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/setembro2003/clipping030917_gazetamercantil.html. Acesso em: 20 mar. 2017.

TUSMAN, M.; NADLER, D. *Organizando-se para a inovação*. In: Starkey, K. Como as organizações aprendem. São Paulo: Futura, 1997.

POSITIVISMO

Milton Luiz Wittmann

O positivismo, como corrente filosófica, teve suas origens na França no começo do século XIX, cujos representantes principais foram Auguste Comte e John Stuart Mill. Este tem como fundamento a ideia de que o conhecimento científico se baseia em critérios objetivos e sequenciais de causa e efeito. Ou seja, o mesmo se constitui como única forma de conhecimento verdadeiro, podendo afirmar que uma teoria tem credibilidade se ela foi comprovada e validada através de métodos científicos válidos, eliminando conhecimentos ligados a crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Segundo Brandão (2001):

A pretensão do positivismo foi estender tal método para os estudos humanos e sociais. O que significa dizer que os fenômenos humanos e sociais seriam, assim como os fenômenos naturais, submetidos a um único método científico. O positivismo, portanto, vai postular uma unidade metodológica das ciências. Em razão dessa positividade científica, a metafísica, por não tratar do conhecimento experimental, começa a ser altamente excluída da discussão sobre o conhecimento.

Para a sociedade da época, os ditames do positivismo proporcionaram avanços significativos para a organização dos processos de industrialização que, na época, ainda estavam baseados em modelos artesanais nos quais o artífice era proprietário dos meios de produção. Neste alinhamento, o positivismo proporcionou a implementação da industrialização baseada em processos segmentados por etapas colocadas em sequência com foco na especialização e divisão do trabalho, a qual retirou do trabalhador não apenas a propriedade dos meios de produção, que passou a ser de propriedade do dono do capital, mas também a autonomia de eleger sua própria produtividade (Ver Verbete Produtividade), já que estas passaram a ser previamente planejadas por órgãos de engenharia e planejamento.

Na matriz positivista, disciplina, rigor e ordem tornaram-se ícones do crescimento moral e social que inclusive inspirou a Proclamação da República brasileira, que, Segundo Lacerda (2009), influenciou a política brasileira, pois

Basta pensar na constante referência ao lema da bandeira nacional, o “Ordem e Progresso”. Ora, passar de uma influência tal que permitiu a inscrição no pavilhão nacional do lema do “Positivismo” “filosófico” para a confusão

corrente e a subsunção dessa “variedade” de “Positivismo” ao “intelectual” revela muito não apenas dos hábitos intelectuais brasileiros quanto indica os descaminhos da história das Ciências Sociais e da História das Ideias, de modo geral, ao longo do século XX. (2009, p. 320 e 321)

Segundo Iskandar e Leal (2002, p.5), no Brasil, o movimento republicano “apoiou-se em ideias positivistas para formular sua ideologia da ordem e do progresso, graças particularmente à atuação de Benjamim Constant”, além de ter forte influência no setor educacional com a escola de características tecnicistas. Nesta senda, o pensamento positivista postula a existência de uma marcha contínua e progressiva e que a humanidade tende a progredir constantemente dentro de uma linha progressista, mas baseada na ordem e racionalidade. Segundo os mesmos autores, a educação, influenciada pelos ideais positivistas, carece de incentivo ao desenvolvimento criativo pela busca da inovação (Ver Verbete Inovação) reduzindo-se ao ensino rotineiro e reducionista.

Atualmente, com o advento da visão sistêmica (Ver Verbete Visão Sistêmica), parte-se para a necessidade de percebermos as inter-relações entre as partes com o todo e vice versa, além da emergência do pensamento complexo (DEMO, 2002) em contraposição às relações lineares de causa-efeito ou de fenômenos previsíveis a exemplo do positivismo. Ou seja, a regra é a existência de fenômenos complexos, nos quais os sistemas respondem sob diferentes formas caracterizando ambientes além de complexos, também caracterizados como dinâmicos, evolutivos, irreversíveis e incertos. Esse princípio infere na necessidade de substituir o pensamento essencialmente analítico e fragmentado, pelo pensamento orgânico e sistêmico, capaz de reunir e de contextualizar e, ao mesmo tempo, capaz de conectar as partes com o todo em contraposição à fragmentação e linearidade organizacional.

Realça-se que estratégias de desenvolvimento (Ver Verbete Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional) são criadas a partir de diferentes modelos conceituais eleitos, a exemplo da era positivista que espelhou modelos de industrialização. Nesta senda, a estratégia liderada pelo agente ou gestor do desenvolvimento, a partir de diferentes escolhas, cria e as implementa, sobre as quais espera alinhar as forças locais e ou regionais. Contudo, numa visão mais recente, elas carecem de visões sistêmicas que envolvem as múltiplas inferências de variáveis que podem de forma direta ou indireta influir em diferentes efeitos circunstanciais.

Na prática, uma estratégia, quando ancorada em um modelo que segue uma determinada matriz de competitividade, está dentro de uma circularidade, na qual o modelo influi e ela consolida o modelo na sua operacionalização e nos resultados esperados. Esta realidade pode ser confrontada em empresas que,

baseadas em estratégias globais, mapeiam novas fronteiras de mercado fundamentadas na economia global. As empresas, neste sentido, embora produzam localmente, ancoram, como visionárias, suas estratégias na globalização de mercados (DICKEN, 2010; GHEMAWAT, 2012, BECKER e WITTMANN, 2008).

REFERÊNCIAS

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BRANDÃO, Ana Rute Pinto. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. *Eletrônica de Filosofia*, Volume 03 - Número 06 - Ano 2011.

DEMO, Pedro. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

DICKEN, Peter. Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GHEMAWAT, Pankaj. Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global. Porto Alegre: Bookamn, 2012.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim e LEAL, Maria Rute. *Sobre positivismo e educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.*

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Augusto Comte e o “positivismo” redescobertos. *Sociologia e Política, v. 17, no 34: 319-343 out. 2009.*

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Giovanni Alves

Precarização do trabalho diz respeito a um *processo* histórico-estrutural de degradação do trabalho vivo que ocorre no interior da dinâmica social que reconstitui as condições da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista. A precarização do trabalho opera num *continuum* do tempo histórico, adquirindo assim, um caráter de *processo*. Ela se diferencia da *precariedade* salarial como condição histórica dada. Enquanto a precarização do trabalho é um processo complexo com múltiplas determinações, a precariedade salarial é uma *forma* histórica dada de consumo e reprodução da força de trabalho numa determinada etapa do desenvolvimento capitalista (ALVES, 2007).

Existe um conceito *restrito* de precarização do trabalho que reduz a precarização do trabalho à precarização salarial. Entretanto, tem sido discutido um conceito *ampliado* de precarização do trabalho que incorpora de modo multidimensional a degradação do trabalho vivo não apenas como *força de trabalho como mercadoria*, mas como *pessoa humana que trabalha*.

Na perspectiva marxiana, a precarização do trabalho é um processo *multidimensional* pois diz respeito *não* apenas à dimensão salarial propriamente dita, instaurada pela alienação do trabalhador assalariado do *produto* do trabalho (propriedade privada) e do *processo* do trabalho (divisão hierárquica do trabalho), mas à dimensão existencial decorrente da alienação da pessoa-que-trabalha de si mesmo (“captura” da subjetividade) e dos outros (sociabilidade e individualidade).

Marx traduziu a precarização do trabalho no conceito de extração hegeliana: *desefetivação* do trabalhador (*Entwirklichkeit*) (MARX, 1984). Na língua alemã, o verbo *Entwirklichen* significa “privar de realidade e/ou de efetividade”. *Wirklichkeit* pode ser traduzido por “realidade efetiva”, designando aqui não apenas a realidade como dado bruto, mas aquela posta efetivamente pela ação humana (incluindo, por exemplo, instituições sociais). Uma tradução alternativa seria “efetividade”, de resto mais fiel à formação do vocábulo alemão. *Wirklichkeit* vem de *wirken* = “atuar”, sendo cognato dos termos alemães *Werk*, *werken* (respectivamente, “obra” e “obrar”) e dos termos ingleses *work*, *to work* (“trabalho”, “trabalhar”). O prefixo Ent- significa “ir ao contrário de algo” ou “sair de algo”.

Deste modo, a precarização do trabalho como *Entwirklichkeit* representa um processo de desefetivação do trabalhador no sentido de alienação da “essência humana” (*Ver Verbete Alienação no Trabalho*). De acordo com György Markus, a “essência humana” pode ser encontrada no trabalho, na sociabilidade e na

consciência (MARKUS, 2015). Portanto, a desfetivação do trabalho vivo ocorre não apenas na instância do trabalho propriamente dito, mas na sociabilidade (relação com os outros) e na consciência (relação consigo mesmo e consciência de classe).

Deste modo, a precarização do trabalho possui implicações nas condições de existência social do trabalho vivo. É o que denominamos de *precarização existencial do trabalho vivo* (ALVES, 2016) que, ao lado da *precarização salarial* – a degradação das condições salariais da força de trabalho (remuneração salarial, jornada de trabalho, modo de contratação e organização do trabalho, incluindo, nesse caso, a gestão e a base tecnológica do processo de trabalho). A *precarização salarial* inclui também a perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários da pessoa-que-trabalha. O complexo de complexos constituído pela precarização existencial do trabalho vivo e a precarização salarial contribui efetivamente para a *precarização da pessoa humana-que-trabalha*. A manifestação da precarização da pessoa-que-trabalha ocorre com o aumento dos adoecimentos físicos e principalmente, psicológicos do trabalho vivo (ALVES, 2013).

Na perspectiva de um conceito *multidimensional* de precarização do trabalho, Graça Druck salientou o conceito de *precarização social do trabalho* (DRUCK, 2007). As transformações do trabalho inscritas no marco da globalização (*Ver Verbete Globalização*) neoliberal e da reestruturação produtiva nas últimas décadas de capitalismo global podem ser sintetizadas nos processos de flexibilização do trabalho e desregulamentação da legislação trabalhista.

Nesse caso, a precarização social tem se evidenciado com a consolidação da flexiprecarização e o seu caráter multidimensional – compreendendo as dimensões econômica, política, social, cultural – que se realiza nos planos macro, micros social e do indivíduo (intra e intersíquico), assumindo configurações específicas de etnia, gênero, geracionais e de novas inter-relações entre família e indivíduo, redefinindo as relações sociais e o tecido social. Trata-se de um processo mundial, com traços e características que perpassam invariavelmente as diversas configurações do mundo do trabalho, apresentando, contudo, nuances e especificidades, sejam elas nacionais, regionais e/ou setoriais.

O sociólogo francês Robert Castel tratou de um importante aspecto da precarização do trabalho quando salientou a *desfiliação salarial* como um traço do nosso tempo histórico. Para ele, a sociedade francesa das últimas décadas do século XX podia ser descrita como uma “sociedade salarial”, ou seja, uma sociedade na qual o regime de salariado se generalizou e na qual a condição de trabalhador assalariado deixou de ser sinônima de “pauperismo” (como foi até o século XIX francês), para representar a própria possibilidade de integração dos indivíduos à vida social. Ser trabalhador passa, desde os anos 1960 na França, a equivaler a um *status* específico, que comportaria elementos subjetivos referidos à função na “sociedade”, mas também a um conjunto objetivo de proteções sociais que foram se desenvolvendo e ampliando durante o século XX.

O trabalho assalariado como condição central da estruturação social e por isso mesmo como um direito do cidadão, é o que quer representar a noção de uma sociedade salarial, na qual foi possível chegar a uma configuração no mercado de trabalho que ficou próxima do “pleno emprego” perseguido pela teoria econômica keynesiana. Castel apontou que este formato societal, não alcançou sua plena realização e chegou a sua crise, tendo ainda um caráter “inacabado”. Segundo ele, o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que está relacionada às mudanças nas relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem rupturas em relação ao status social no qual cada indivíduo deve estar inscrito (CASTEL, 1995).

Nos anos 1980, a precarização do trabalho e a perda de garantias trabalhistas provocaram uma vulnerabilidade de massa, pois muitas pessoas ficaram privadas da proteção e do reconhecimento moral, ambos garantidos pelo trabalho assalariado. Atualmente, porém, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta continuamente a zona de desfiliação.

É claro que ocorreram avanços no “direito ao trabalho”, mas tais avanços ao nível da legislação, não significaram a completa proteção dos trabalhadores nos aspectos relativos à continuidade das perspectivas de engajamento no mercado de trabalho. Além disso, tínhamos um quadro no qual a imensa maioria da população trabalhadora era assalariada do setor formal da economia francesa e exatamente por isso tinha direito a um conjunto de proteções sociais. Robert Castel pensa o trabalho assalariado como um elemento de coesão e integração social, nos quadros da perspectiva durkheimiana de oposição entre a integração social e a “anomia” ou entre a coesão e a fragmentação social (CASTEL, 2010).

No lugar da proteção assegurada pelo trabalho, restou o discurso neoliberal do empreendedorismo. O desemprego e o subemprego (emprego precário – *Ver Verbetete Emprego Informal*), exemplos de crise da sociedade salarial, diria Robert Castel, tem crescido na era do capitalismo neoliberal. As políticas neoliberais que privilegiam a financeirização da riqueza capitalista, o baixo crescimento da economia e as políticas de flexibilização da legislação laboral criam um cenário de desemprego de massa e proliferação de formas precárias de trabalho.

Para Castel, a nova ordem neoliberal tem uma face sombria: a *individualidade negativa* dos que se encontram sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e de qualquer reconhecimento (CASTEL, 2010). Este é um dado da crescente precarização do trabalho nos países capitalistas atualmente.

O desemprego de massa e a nova precariedade salarial dizem respeito à vigência da *alienação* do trabalhador assalariado do *produto* da sua atividade, pois no modo de *produção* capitalista sob a regulação neoliberal, o mercado impõe suas regras na alocação e forma de consumo da força de trabalho, explicitando o processo estrutural de precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2013.
- _____. *Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2007
- _____. *A tragédia de Prometeu: A degradação da pessoa-humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório*. Bauru: Projeto editorial Praxis, 2016.
- MARX, Karl. “*O trabalho alienado*”. In: Florestan Fernandes (org.) Marx/Engels. Coleção Grandes Cientistas Sociais (História), tradução de Viktor von Ehrenreich, Editora Ática: São Paulo, 1984.
- DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. São Paulo: Editora Vozes, 1995
- _____. *El ascenso de las incertidumbres: Trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- MARKUS, Georgy. *Marxismo e antropologia: O conceito de essência humana na filosofia de Marx*. Expressão Popular: São Paulo, 2015

Outras referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16^a. edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- _____. *Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial: 1999
- CASTEL, Robert *et al.* *Numa Individuación, Precariedad, Inseguridad: ¿Desinstitucionalización del presente?* Buenos Aires: Paidós, 2013.
- STANDING, Guy. *O precariado: A nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica Editora, 2013.

PROCESSO PRODUTIVO

Ladislau Dowbor

A economia real funciona com quatro motores: as exportações, que permitem dinamizar um conjunto de atividades para o mercado externo; a demanda das famílias – de longe o principal motor inclusive porque responde às necessidades imediatas de consumo; o investimento das empresas, que depende diretamente do consumo das famílias e também do investimento público; e o próprio investimento público, tanto em infraestruturas como em políticas sociais de consumo coletivo, como saúde, educação, segurança e semelhantes. Do vigor destes quatro motores depende a dinâmica econômica do país.

O mercado externo: No Brasil as exportações não constituem nem de longe o principal motor. Os cerca de 200 bilhões de dólares de exportações representam 10% do Produto Interno Bruto – PIB. É significativo, em particular porque permite importar bens e serviços importantes para a economia, mas nada de decisivo. As exportações são predominantemente do setor primário, geram poucos empregos e impostos, e têm fortes impactos ambientais. Não somos de modo algum uma economia como alguns países asiáticos onde o motor do comércio externo é essencial. Com uma população de 212 milhões habitantes e um PIB de 7,5 trilhões de reais, somos antes de tudo uma economia vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver. O essencial é que as soluções no curto e no médio prazo, para a economia brasileira, concentram-se no mercado interno, no consumo das famílias, nas atividades empresariais e nos investimentos públicos em infraestruturas e políticas sociais.

A demanda interna: Incomparavelmente mais importante é a demanda das famílias, que constitui o principal motor da economia. Trata-se também de uma dinâmica que estimula atividades fins, o arroz e o feijão na nossa mesa. Quando a demanda interna murcha, as empresas não têm interesse em produzir. E quando a demanda está forte, haverá quem invista para responder e lucrar, dinamizando a economia. A partir de 2014, no entanto, o processo entrou em crise. A realidade é que os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento. O assalto representado pelos juros para pessoa física é impressionante: na Europa o crédito é da ordem de 3,5% ao ano, no Brasil a média é 95%. Artigos do lar, nos crediários, média de 74%, na Europa menos de 10% ao ano.

O resultado é que a população se endivida muito para comprar pouco no volume final. A prestação que cabe no bolso pesa no bolso durante muito tempo. O efeito demanda é travado. A parte da renda (*Ver Verbetes Renda Mínima e Renda Básica*) familiar que vai para o pagamento das dívidas passou de 19,3% em 2005 para 46,5% em 2015: ninguém entra em novas compras com este nível de endividamento, quando quase a metade da renda está presa no serviço da dívida. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado.

O investimento empresarial: O travamento da demanda das famílias, da grande massa de consumo da população tem efeito imediato nas iniciativas das empresas, que vêm os seus estoques de produtos não vendidos se acumularem. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que por sua vez afeta o emprego. Quanto ao financiamento bancário para pessoas jurídicas, os juros são igualmente proibitivos, da ordem de 14% para capital de giro, 16% para desconto de duplicatas, e tocar uma empresa nestas condições não é viável. Na zona do Euro, o custo médio do crédito para pessoa jurídica é de 2% a 3% ao ano, diretamente acessível em qualquer banco. Ninguém consegue desenvolver atividades produtivas com taxas de juros como as que se praticam no Brasil, e as empresas acabam recorrendo ao autofinanciamento, perdendo-se o imenso motor de dinamização da economia que é o crédito barato ao produtor.

Além da baixa demanda e do crédito caro, no caso brasileiro, um terceiro fator desestimula o produtor: ele tem a alternativa de aplicar no Tesouro Direto, uma alternativa que permite ao empresário ver o seu dinheiro render sem precisar enfrentar os esforços e riscos das atividades produtivas. Recentemente reduzida, a taxa Selic apresenta tendências a voltar a subir. Entramos no reino do capital improdutivo.

Os investimentos públicos: As políticas públicas (*Ver Verbetes Políticas Públicas*), ao expandirem as infraestruturas e as políticas sociais, não constituem gastos, e sim investimentos no longo prazo. Uma universidade, um hospital, uma transferência para setores mais pobres, constituem investimentos nas pessoas. Mas as políticas públicas dependem dos equilíbrios orçamentários.

Os títulos da dívida pública pagam na faixa de 0,5% a 1% ao ano na maioria dos países do mundo. Como os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos, o sistema de juros elevados sobre a dívida pública reforça a concentração de renda e riqueza, dificultando o processo produtivo no seu conjunto. O gasto com a dívida pública é da ordem de 4% em 2019 e 2020, mas com a pandemia a transferência direta de recursos públicos para bancos aumentou radicalmente, representando mais de 10% do PIB. Com isso se esteriliza parte muito significativa da capacidade do governo financiar infraestruturas e políticas sociais, como saúde, educação e segurança. O resultado é a paralisia do quarto motor da economia que constitui o investimento público.

O processo produtivo depende essencialmente do equilíbrio dos quatro motores, sendo que a dinâmica principal vem do consumo das famílias, que é afinal o objetivo geral da economia, o bem-estar das pessoas. Este consumo se divide em bens e serviços individuais, as compras que pagamos do nosso bolso, e o consumo coletivo, salário indireto que nos vem por meio dos investimentos públicos em políticas sociais.

Atualmente se entende que a redução da desigualdade, tanto pelo aumento dos salários e outras prestações, quanto das políticas públicas gratuitas e universais, constitui a principal dinâmica para se estimular a economia no seu conjunto. Com a desigualdade que impera no país, o Brasil é considerado uma economia “de base estreita”, com prioridade para os mais ricos, o que trava o objetivo histórico essencial de harmonizar o país pela elevação social das massas populares.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo* – 2019 - - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

_____. *O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais* – 2020 - <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs*. Ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://dowbor.org/livros-em-colaboracao/>

SADER, Emir. *O Brasil que queremos*. LPP/UERJ: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2013/03/O-Brasil-que-queremos_web-1.pdf

PRODUÇÃO LIMPA (PRODUÇÃO + LIMPA)

Ronaldo Sergio da Silva

Produção Limpa ou **Produção + Limpa** é um termo cunhado originalmente como “produção mais limpa” pela *United Nations Environment Program* (UNEP), e pela *Technology, Industry and Environment* (TIE), em 1989 (FUSCO, 2002). Segundo estas instituições, a Produção mais Limpa significa a aplicação contínua de uma estratégia integrada de prevenção ambiental a processos, produtos e serviços para aumentar a eficiência de produção e reduzir os riscos para o ser humano e o meio ambiente.

Entende-se por **Produção Limpa** uma filosofia proativa que antecipa e prevê possíveis impactos (*Ver Verbetes Impactos Ambientais*), tanto no processo de produção como ao longo de todo o ciclo de vida de um produto, até sua disposição final.

O Instituto Brasileiro do Consumidor (IBC) assinala que a tarefa de conservar o meio ambiente determina uma nova orientação das investigações tecnológicas que devem desempenhar um papel de apoio ao desenvolvimento de padrões de produção e consumo que levem à sustentabilidade futura (ORTIGOZA, 2009).

A realidade atual sugere o imperativo para que as indústrias incorporem os efeitos negativos de sua produção dentro de suas responsabilidades externas, além de adotar critérios de ecoeficiência, mudando o estilo tecnológico com a finalidade de evitar a perda residual gerada pelos insumos e produtos, não se esquecendo da realidade socioambiental do território (*Ver Verbetes Território*). Inclui práticas de manutenção, otimização de processos, substituição de matéria prima, novas tecnologias e novo projeto. Portanto, a **produção limpa** visa preservar valores ambientais e prevenir o uso ineficiente de matérias-primas nas organizações produtivas.

REFERÊNCIAS

FUSCO, Paulo Alves. *Engenharia de Produção: Tópicos emergentes em engenharia de produção*. São Paulo. Editora Arte e Ciência, 2002.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida G.; CORTEZ, Ana Tereza C. *Da produção ao consumo*. In: Impactos socioambientais no espaço urbano. Editora UNESP. São Paulo, 2009.

Outras referências

UNEP. *Ecosystem Management*. Disponível em: <http://web.unep.org/ecosystems/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

VIOLA, E. *et al. Meio ambiente e cidadania: desafio para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1997.

PRODUÇÃO ORGÂNICA

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes
Leonir Terezinha Uhde

Agricultura orgânica é o sistema de manejo sustentável da unidade de produção com enfoque sistêmico que privilegia a preservação ambiental, a agrobiodiversidade, os ciclos biológicos e a qualidade de vida do homem. Tem como pressupostos o melhor aproveitamento dos recursos naturais (Ver Verbete Recursos Naturais) renováveis, conservação dos recursos não renováveis, minimização da dependência de energias não renováveis, além da não utilização de fertilizantes de alta solubilidade, agrotóxicos, antibióticos, hormônios, aditivos artificiais, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes (ALMEIDA; AZEVEDO; CARDOSO et. al., 2000). É um sistema de gestão da produção que fomenta e melhora a qualidade do agroecossistema, em particular a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo e são alicerçados em normas de produção específicas e precisas.

O conceito de sistema orgânico de produção abrange os denominados ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e a permacultura (SAMINÊZ; DIAS; NOBRE, 2008). Entretanto, cabe ressaltar que, de acordo com Assis e Romeiro (2002), nem toda produção orgânica é agroecológica, mas todo produto agroecológico é orgânico. A produção orgânica, mesmo baseada em práticas ecológicas, pode fazer uso de recursos não renováveis, nem sempre estabelece novos arranjos produtivos para os produtores locais e/ou, não valoriza a mão de obra no contexto social onde sua produção está inserida. Já a agroecologia (Ver Verbete Agroecologia) é um movimento de maior amplitude que transcende a visão de simples conjuntos de práticas de manejo da agricultura e tem como princípio fundante um enfoque científico.

A produção orgânica e a Agroecologia foram institucionalizadas na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012), instituída com o objetivo de integrar, articular e adequar as políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica. Porém, anteriormente, no ano de 2007 foi publicado o Decreto 6.323 (BRASIL, 2007) que regulamentou a Lei 10.831 de 2003 (BRASIL, 2003), a qual dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Define alimentos orgânicos como aqueles obtidos em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local (BRASIL, 2003). Para o sistema de produção animal, o manejo deve respeitar o comporta-

mento natural das espécies e devem ser adotadas técnicas que buscam a oferta de alimentos livres de contaminantes intencionais como agroquímicos, fertilizantes e aditivos sintéticos e drogas veterinárias, bem como organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes (BRASIL, 2007).

O mercado de produtos orgânicos demanda certificação que atestem a conformidade dos processos de produção que dão origem aos produtos comercializáveis. Via de regra a atestação de credibilidade é atribuída por agentes externos, num processo complexo e por vezes oneroso. A IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*) a FAO (*Food and Agriculture Organization*) e a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) tem buscado soluções para equalizar diferentes indicações, normas, regras e selos, a partir de Força-Tarefa Internacional sobre Harmonização e Equivalência em Agricultura Orgânica (ITF) (FAO, 2021). Via de regra a atestação de credibilidade é atribuída por agentes externos, num processo complexo e por vezes oneroso.

Com o objetivo de tornar a certificação mais acessível a produtores com poucos recursos financeiros, a Rede ECOVIDA de Agroecologia desenvolveu um modelo alternativo, denominado “Certificação Participativa”, ancorada na responsabilidade e nos valores éticos de cada agricultor. Trata-se de uma rede horizontal e descentralizada, que integra organizações não governamentais (ONGs) e de agricultores da região sul do Brasil, cuja missão é desenvolver e multiplicar iniciativas no âmbito da agroecologia. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente, conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios.

A produção e o consumo de produtos orgânicos no mundo têm crescido significativamente, impulsionados pela expansão da demanda por alimentos dos países da Europa, América do Norte e China. No Brasil a produção e o consumo de produtos orgânicos (Ver Verbete Consumo Alimentar) têm crescido em um ritmo mais lento, em razão da concentração de terras e a predominância de monocultivos de exportações. Estes aspectos, que caracterizam o espaço agrário (Ver Verbete Espaço Agrário) brasileiro, têm limitado o aumento da conversão e da diversificação produtiva (Ver Verbete Diversificação Produtiva), além do acesso a sementes crioulas, o investimento e a difusão de pesquisas e inovações tecnológicas baseadas nos princípios da produção orgânica, entre outros (LIMA; GALIZA; VALADARES et al. 2020).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.L.; AZEVEDO, M.S.F.R.; CARDOSO, M.O. et al. **Agricultura Orgânica**: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2000.22p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 122).

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília DF, 24 dez. 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília DF, 28 dez. p. 2, 2007.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Agroecologia. Desenvolvimento Rural Sustentável. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: 2009.

COSTABEBER, L.A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Francisco Roberto Caporal (org.), Brasília: 111 p.

FAO. Food and Agriculture Organisation. **Organic Agriculture**. Guarantee Systems. Disponível em: <http://www.fao.org/organicag/oa-specialfeatures/oa-guaranteesystems/en/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LIMA, S.K.; GALIZA, M.; VALADARES, A. et al. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Brasília; Rio de Janeiro, 2020. Texto para discussão, 2538.

SAMINÊZ, T.C O.; DIAS, R.P.; NOBRE, F.G.A. **Princípios Norteadores da Produção Orgânica de Hortaliças**. Brasília: EMPRAPA, 2008. Circular técnica 67.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

CI.ORGÂNICOS-CENTRO DE INTELIGÊNCIA SOBRE ORGÂNICOS. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/organicos/>. Acesso em: 12 abr.2021.

PRODUTIVIDADE

Secundino Luis Henrique Corcini Neto

Para que possamos compreender o que é a produtividade, inicialmente precisamos contextualizá-la dentro de um sistema produtivo. Como apresentado na figura 7, um sistema produtivo caracteriza-se pela entrada dos diversos recursos (fatores de produção) que, uma vez processados, dão origem a um produto ou grupo de produtos (bens ou serviços).

Figura 1 – Esquema simplificado dos elementos de um sistema produtivo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Nesta interação, duas medições ocupam importante destaque. A **produção**, que se caracteriza pela quantidade de produtos (saídas) do sistema, ou seja, tudo o que é produzido nesse sistema. A **produtividade**, que mede a relação entre o que foi produzido (saída) e os recursos (entradas) que foram utilizados para esta produção. Essas entradas também são conhecidas como os fatores de produção.

Desta forma, a **produtividade** pode ser definida como a relação entre a quantidade de produtos (bens ou serviços) produzidos em um sistema (saídas) e os recursos utilizados (pessoas, máquinas, insumos, capital, etc.), para a realização dos mesmos. À medida que há o incremento da relação entre a quantidade produzida frente a quantidade de recursos utilizados, maior será a produtividade. Deste modo, a produtividade é uma função entre saídas e entradas de um sistema produtivo.

Comumente há duas medidas de produtividade: i) produtividade da mão-de-obra e ii) produtividade dos fatores de produção.

A (i) **produtividade da mão-de-obra** é medida pela relação do produto resultante do trabalho pela quantidade total empregada dos recursos de mão-de-obra. Ou seja, pode-se medir a produtividade da mão-de-obra a partir da divisão

do total de unidades produzidas pelo total de horas trabalhadas dos funcionários.

Por exemplo: Uma empresa produziu 1.000 itens com sua equipe de 100 pessoas, que trabalhou 800 horas (equivalente a 8 horas por pessoa) no referido período. Assim, o cálculo apresenta-se:

Produtividade: $1.000 \text{ itens} / 800 \text{ horas} = 1,25 \text{ item/hora}$.

Para cada hora (entrada) são produzidos 1,25 itens (saídas).

A (ii) **produtividade dos fatores de produção**, inclui outros fatores além do fator mão-de-obra, tais como, materiais empregados, equipamentos utilizados, capital despendido, etc.). Desta forma, a produtividade dos fatores de produção é medida pela relação entre a quantidade produzida e uma unidade de ponderação dos fatores que se deseja considerar. Para a ponderação, os fatores devem ser convertidos em unidades equivalentes, normalmente são utilizadas unidades monetárias.

Por exemplo: Considerando que 800 horas trabalhadas possuem um custo de R\$ 5,00 por hora, isto totaliza R\$ 4.000,00. Em seguida, tem-se o custo de materiais para a produção dos 1.000 itens o qual foi, hipoteticamente, de R\$ 0,20 por item, totalizando R\$ 200, 00. Podemos, então, calcular a produtividade da seguinte maneira:

Valor total dos fatores de produção: R\$ 4.000,00 (horas) + R\$ 200,00 (materiais) = R\$ 4.200,00.

Produtividade: $1.000 \text{ itens} / \text{R\$ } 4.200,00 = 0,23 \text{ item/R\$}$

Para cada Real (entrada), são produzidos 0,23 item (saídas)

Nesse sentido, uma organização que incrementa sua produtividade torna-se mais **eficiente** por utilizar mais economicamente os recursos necessários para a realização de sua produção. Desta forma, a produtividade é uma importante medida de eficiência organizacional, que por extensão, pode beneficiar a sociedade com melhores produtos e/ou serviços por ela oferecidos.

REFERÊNCIAS

GIRI, R; TESHIMA K., *Productivity differences between and within firms*. Japan Productivity Center: Japan, 2013.

SAMPAIO, A V; PORCILE G; CURADO M. *Produtividade total dos fatores*. Aspectos teóricos e evidências brasileiras. Economia & Tecnologia, ano 01, v. 03, 2005.

COELLI, T. J. *et al. An introduction to efficiency and productivity analysis*. 2^a ed.; Springer: London, 1998.

Outras referências

FARE, R. *et al. Aggregation, efficiency and measurement - studies in productivity and efficiency*. Springer: London, 2007.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Aleteia Hummes Thaines
Éder Machado De Oliveira

A propriedade industrial é um ramo da propriedade intelectual (Ver Verbetes Propriedade Intelectual) que guarda relação com a criação do engenho humano. Este instituto está diretamente ligado com o desenvolvimento econômico (Ver Verbetes Desenvolvimento Econômico) e tecnológico dos países.

Segundo a definição da Convenção da União de Paris, datada de 1883, em seu art. 1º, §2º, a propriedade industrial é o conjunto de direitos que compreende as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas industriais, comerciais e de serviços, os nomes e designações comerciais, bem como, os *domain names*, incluindo também, as indicações geográficas (indicações de procedência e denominações de origem). (OMPI, 2021a).

No âmbito do direito brasileiro, ela encontra-se regulada no art. 5º, inciso XXIX, da Constituição Federal de 1988 e pela Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

A Lei n. 9.279/96, considera os bens que compõem a propriedade industrial como bens móveis, imateriais e incorpóreos, conforme estabelecido em seu art. 5º. Em virtude disso, por exemplo, será concedido ao titular uma licença para exploração do produto, com exclusividade e por um determinado período do tempo, como ocorre com as concessões de patentes (Ver Verbetes Patentes) de invenção ou modelo de utilidade ou a concessão de um registro de marca.

No Brasil, o órgão responsável pela concessão e registro da propriedade industrial é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal, criada em 1970, pela Lei n. 5.648, de 11 de dezembro de 1970, tendo por finalidade principal executar as normas que regulam a propriedade industrial, visando atender a sua função jurídica, econômica, técnica e social. A autarquia está vinculada ao Ministério da Economia. (INPI, 2021).

No que tange a proteção da propriedade industrial ela não é uma novidade no Brasil, pois, mesmo antes da Convenção da União de Paris (1883), o Estado brasileiro já protegia este instituto. O primeiro instrumento de proteção, ainda no período do Brasil colônia, é o Alvará de 1809, de 28 de janeiro de 1809, que concedia incentivos à indústria nacional e criava o primeiro sistema de patentes de invenção.

Esse Alvará protegia, por meio do instituto da patente, somente os inventos criados por indústrias estabelecidas no Brasil, visando estimular a instalação de novas indústrias no território brasileiro (BARBOSA, 2017).

A nível internacional, a garantia da proteção da propriedade industrial fica a cargo da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), uma das 16 agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1967, com sede em Genebra. Esse organismo internacional foi criado para promover a proteção da propriedade intelectual em todo o mundo por meio da cooperação entre os Estados e, quando apropriado, em colaboração com qualquer outra organização internacional. (OMPI, 2021b).

A OMPI possui competência para promover o desenvolvimento de medidas destinadas a facilitar a proteção eficiente da propriedade intelectual em âmbito global, bem como harmonizar as legislações nacionais nesta área. (OMPI, 2021b).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado de Propriedade Intelectual**. 2 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: 2020. Tomo I.

BRASIL. **Lei n. 9.279**, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em: 03 de abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/identidade-institucional>>. Acesso em 03 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883)**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/287556>. Acesso em: 03 abr. 2021a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Inside WIPO**. Disponível em: <www.wipo.int/about-wipo/en/>. Acesso em: 04 abr. 2021b.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado de Propriedade Intelectual**. 2 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: 2020. (Tomo I, II, III e IV).

CERQUEIRA, João da Gama. **Tratado de Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1946.

CORROZA, Hermenegildo Baylos. **Tratado de Derecho Industrial**: propiedad industrial, propiedad intelectual, derecho de la competencia económica, disciplina de la competencia desleal. 2. ed. atual. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1993

LÓPEZ, Marco Antonio Palacios; HERNÁNDEZ, Ricardo Alberto Antequera (Org.). **Propiedad Intelectual**: temas relevantes en el escenario internacional. Guatemala: Secretaría de Integración Económica Centroamericana (SIECA), 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/en/index.html>.

SILVA, Javier Torre de LETONA, López. **Internet, propiedad industrial y competencia desleal**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Aleteia Hummes Thaines

Éder Machado De Oliveira

Um dos fatores que diferenciam o ser humano de outros seres é a sua capacidade de criação. Desde os primórdios, o homem busca formas de melhorar as suas atividades diárias e solucionar os problemas encontrados. Com a evolução da espécie as necessidades também evoluíram, fazendo com que o ser humano criasse instrumentos para auxiliá-lo no trabalho, na obtenção de alimentos e também na defesa. Com o objetivo de proteger essas criações intelectuais e seus criadores nascem normas jurídicas e, por via de consequência, surge o chamado Direito Intelectual, que ampara e tutela as atividades oriundas do intelecto humano. O Direito à Propriedade Intelectual existe na esfera jurídica desde a antiguidade, entretanto, dada a forma como se exteriorizava a atividade intelectual não existia normas jurídicas especiais para resguardá-lo até porque, os casos de imitações e plágios eram excepcionais, não necessitando, assim, de regulação especial para proibi-las. No século XV, com a criação da imprensa, foi possível a difusão das obras escritas, transformando-as em benefícios para o autor, uma vez que se tornaram objeto de comercialização. Nesse momento houve uma preocupação com a cópia das obras e, para evitar o plágio, em 1470, foram conferidas as primeiras proteções, autorizando os impressores, de forma exclusiva, a explorarem a impressão de obras muito antigas. (SATANOWSKY, 1954).

Em 1710, a fim de combater a pirataria intelectual, o parlamento inglês aprovou, em 10 de abril, o *Statute of Ane*, configurando o primeiro sistema legal de Propriedade Intelectual (MAZARIEGOS, 212), outorgando um direito exclusivo de produção para o autor, por vinte anos, e para obras novas por quatorze anos, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo prazo.

Outros países, como a França, Suécia, Estados Unidos entre outros, também passaram a proteger os direitos dos autores, inclusive ampliando essa proteção para os compositores musicais, artistas, pintores e escultores. Foi reconhecido o direito autoral como um direito natural, conferindo ao autor a titularidade da obra por considerar um trabalho proveniente do pensamento humano. (MAZARIEGOS, 2012).

Contudo, foi no século XIX que as obras literárias e artísticas ganharam proteção de cunho internacional com a Convenção de Berna promulgada em 1886 (OMPI, 2021a), tal convenção ampliava o prazo de proteção do direito autoral estendendo esse prazo, inclusive, para depois da morte do autor, passando este para seus herdeiros.

No que tange a propriedade industrial (Ver Verbete Propriedade Industrial) esta começa a carecer de proteção a partir da Revolução Industrial, uma vez que se começa a empregar novas tecnologias para criação de máquinas e equipamentos, visando aumentar e facilitar o processo produtivo, gerando riqueza. Com a expansão do capitalismo e o desenvolvimento das tecnologias, se promulgam legislações de proteção desse tema, a mais importante delas é a Convenção de Paris de 1883 (OMPI, 2021b) que deu origem ao que se chama atualmente de sistema internacional de proteção à propriedade industrial.

Com o avanço da globalização (Ver Verbete Globalização), especialmente durante o século XX, a propriedade intelectual ganha força havendo necessidade de criação de uma organização à nível mundial para garantir a proteção do direito intelectual e de suas partes. A fim de suprir essa necessidade, em 1967, foi criada a *World Intellectual Property Organization* (OMPI).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em seus mais variados documentos, caracteriza a propriedade intelectual como algo mais amplo que a propriedade industrial. Ela salienta que este item não é um bem tangível, como uma indústria ou matéria-prima para a produção industrial, mas algo intangível que, na maioria dos casos, possui um extremo valor monetário. Por esse motivo, a propriedade intelectual é tratada como um tipo especial de propriedade, uma vez que o proprietário (titular) poderá dispor dela como bem entender e nenhuma outra pessoa poderá utilizá-la, legalmente, sem o seu consentimento. Entretanto, o exercício desse direito está sujeito a limitações geralmente reconhecidas. A partir desses aspectos, a propriedade intelectual se divide em direito do autor e propriedade industrial. (OMPI, 2021c)

O direito autoral engloba as obras artísticas, científicas e literárias, aos quais se agrega os direitos conexos, segundo a terminologia empregada pelas mais variadas legislações, aqui também se tutelam os intérpretes, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão. (PARILLI, 2000).

No que tange a propriedade industrial ela poderá ser dividida em área da produção comercial e criações técnicas. Na produção comercial estão incluídas as marcas industriais, comerciais e agrícolas, as indicações geográficas e as denominações comerciais podendo-se enquadrar, também, os nomes de domínios. Já, a criação técnica compreende as invenções industriais e os descobrimentos (que em algumas legislações, como a brasileira, são denominados de modelos de utilidade) (PARILLI, 2000).

REFERÊNCIAS

MAZARIEGOS, Cilia Judith Castellanos. **Necesidad de Creación de Juzgados con Competencia Específica en Materia de Propiedad Intelectual**. 2012. 103 f. Especialização (Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales) – Universidad Rafael Landívar, Guatemala, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883)**. Disponível em: <http://www.wipo.int/treaties/es/ip/paris/>. Acesso em: 12 mar. 2021a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Convenção de Berna para Proteção das Obras Literárias e Artísticas (1886)**. Disponível em: <http://www.wipo.int/treaties/es/ip/berne/>. Acesso em: 12 mar. 2021b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Main aspects of Industrial Property. **Roundtable on Intellectual Property and Indigenous Peoples**. Geneva, July 23 and 24, 1988. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_indip_rt_98/wipo_indip_rt_98_3_add-annex1.html>. Acesso em: 12 mar. 2021c.

PARILLI, Ricardo Antequera. La propiedad intelectual en sus diversas facetas. *In.*: LÓPEZ, Marco Antonio Palacios; HERNÁNDEZ, Ricardo Alberto Antequera (Org.). **Propiedad Intelectual: temas relevantes en el escenario internacional**. Guatemala: Secretaría de Integración Económica Centroamericana (SIECA), 2000

SATANOWSKY, Isidro. **Derecho Intelectual**. Vol. 1. Buenos Aires: Tipografía Editora Argentina, 1954.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento**. Florianópolis: Boiteux, 2007.

BOFF, Salete Oro. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento: inovação, gestão e transferência de tecnologia**. Passo Fundo: Imed, 2009.

HAMMES, Bruno Jorge. **O Direito de Propriedade Intelectual**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Disponível em: <https://www.wipo.int/academy/pt/>.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Aleteia Hummes Thaines

Inúmeros escândalos e vazamento de dados apontaram para a necessidade de uma maior proteção dos dados pessoais. Casos como: a divulgação de centenas de documentos secretos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), realizadas por seu ex-técnico, Edward Snowden, em 2013 e a venda de dados pelo Facebook à Cambridge Analytica, em 2014, demonstrou uma fragilidade na proteção de dados pessoais e a necessidade de criação de leis mais protetivas.

Diante desses fatos, a União Europeia, em abril de 2016, aprovou o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), que revogou a Diretiva n. 95/46/CE, relativa à proteção de dados das pessoas naturais e a livre circulação desses dados. O referido Regulamento serviu como base de referência para os demais países, uma vez que, para manterem relações comerciais com a União Europeia, deveriam adequar as suas legislações e proteger os dados pessoais no mesmo nível de proteção estabelecido pelo GDPR. (PECK, 2020).

Essa necessidade levou o Brasil a promulgar a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tanto o Regulamento Europeu quanto a legislação brasileira trazem diversos conceitos sobre a temática, bem como, princípios que devem reger a segurança e as boas práticas no que tange ao tratamento de dados.

Nesse sentido, os dados pessoais são caracterizados por qualquer informação relativa a uma pessoa natural/física identificada ou identificável, que é o titular dos dados. Uma pessoa natural identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador, como um nome, um número de identidade, dados de localização, um identificador online (endereço eletrônico) ou um ou mais fatores específicos para o físico, fisiológico, identidade genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa física. (art. 4º, 1, GDPR). Além disso, a proteção dos dados pessoais compreende também, os dados genéticos, biométricos e de saúde.

Para uma proteção efetiva, a legislação europeia e brasileira garantem uma série de direitos aos titulares dos dados, tais como: confirmação da existência de tratamento de dados; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação; portabilidade

dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; revogação do consentimento. (art. 18, LGDP).

Para o tratamento e compartilhamento de dados pessoais, deverá ser informado ao titular dos dados, a finalidade específica do mesmo; sua forma e duração; a identificação de quem estará tratando esses dados; a informação acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade e; as responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento. (art. 9º, LGPD). Após essas informações, o titular dos dados poderá consentir ou não com o referido tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

PECK, Patrícia. **Proteção de Dados Pessoais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 27 de abril de 2016. Sobre a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e sobre a livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02016R0679-20160504&qid=1532348683434>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT)

Fernando Dewes



A denominação “qualidade de vida no trabalho” (QVT) vem sendo empregada nos meios acadêmicos e organizacionais por mais de 50 anos e este termo é atribuído inicialmente a Eric Trist e seus colaboradores, que desenvolveram seus estudos no *Tavistock Institute*, na década de 50 (FERNANDES, 1996).

A QVT era por eles considerada como o conjunto de experiências dos trabalhadores na relação com o seu trabalho. Percepções, sentimentos e comportamentos despertados no ambiente do trabalho formariam, portanto, esse conjunto de experiências. Os primeiros estudos sobre QVT tinham como objetivo não só identificar e compreender as condições do trabalho associadas às determinadas experiências, mas também de melhorar tais condições, proporcionando aos trabalhadores uma vida de melhor qualidade no seu trabalho. Em outra perspectiva, a qualidade de vida no trabalho é conceituada como um conjunto de abordagens, métodos e técnicas destinadas a modificar o ambiente organizacional, tornando o trabalhador mais satisfeito e mais produtivo (KAPLAN e NORTON, 1997).

A QVT é vista assim como um processo de intervenção visando transformar o trabalho em fonte de atendimento de necessidades humanas e a elevar os níveis de produtividade (*Ver Verbete Produtividade*), através de mudanças no conteúdo dos cargos, nos processos de trabalho, no ambiente físico e social, na estrutura e em tudo o mais que compõe o seu trabalho e lhe dá significado.

Dessa forma, ela pode ser considerada como o conjunto de percepções e sentimentos do trabalhador relacionados ao seu trabalho e como o conjunto de abordagens, métodos e técnicas empregadas no processo de intervenção destinada a tornar o trabalho mais satisfatório para o trabalhador.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Eda. *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

KAPLAN, Robert; NORTON, David. *A estratégia em ação: Balance Scorecard*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Marcos Paulo Dhein Griebeler

O cenário socioeconômico atual encontra-se muito diferente da época industrial de outrora. Isto porque existem novos valores e relações produtivas de trabalho que estão presentes no contexto da sociedade pós-industrial e que influenciam o modo de vida na sociedade capitalista. Em razão disso, a Qualificação Profissional é uma demanda ao trabalhador, seja aquele que desempenha atividades braçais ou intelectuais. Em tempos remotos, mais precisamente na época fordista-taylorista, o trabalho em si possuía um conjunto mínimo, quase que único de requisitos: o trabalhador precisava saber realizar uma única tarefa durante sua jornada de trabalho. Isto foi motivo de muitas críticas e talvez a mais conhecida é aquela retratada por Charles Chaplin no filme “Tempos Modernos” (1936).

Com o acirramento da concorrência intercapitalista, as empresas viram a necessidade de modificar e melhorar seu Capital Humano (*Ver Verbetes Capital Humano*), uma vez que a qualificação para o trabalho, em um sentido amplo e profundo, tal como condição formadora do homem, constitui-se de um “processo de elaboração continuamente renovado de requisitos bio-psico-sociais indispensáveis à existência e persistência desta configuração histórico-social de vida (PEREIRA, 1965, p. 46-51)”.

Em razão disso, mudanças na estrutura dos cargos nessas organizações foram implementadas, com o “enriquecimento” do cargo. Para tanto, o empregado (ou desempregado) precisa ter um alto grau de instrução, seguido de um conhecimento difuso sobre diversos aspectos: mercado concorrente, processo de produção, relações interpessoais, resiliência (*Ver Verbetes Resiliência*), capacidade de pensar rapidamente. Em outras palavras, ele precisa estar “qualificado” para toda e qualquer situação.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2003) a qualificação consiste em uma “relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho”. Enquanto isso, Cattani (2011) argumenta que a formação profissional do indivíduo em um sentido mais amplo, envolve todos os processos educativos que permitem ao adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos e operacionais para a produção de bens e serviços.

Mas Larangeira (1997) pondera que estabelecer uma definição única sobre qualificação profissional consiste em uma tarefa complexa e polêmica, devido à ausência de um consenso sobre o tema. Em outras palavras, trata-se de um assunto polissêmico. Para ela, alguns podem considerar que uma pessoa é qualificada por suas habilidades, outros pelos requisitos do posto de trabalho que ocupará. Entretanto, na sua visão, de uma maneira objetiva, o grau de qualificação poderia ser avaliado pelo tempo necessário para que o indivíduo consiga aprender uma determinada função, bem como seu grau de autonomia ou nível de conhecimento (Ver Verbete Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação).

Na mesma linha, Manfredi (2006, p. 1) argumenta que o que se entende por qualificação gera várias conotações, o que está associado ao vasto repertório da produção teórica nacional e estrangeira, no campo das Ciências Sociais (Sociologia, Economia e Educação), desde os anos 50/60. Desta forma, a partir do momento em que diferentes concepções de qualificação são construídas, isto acaba por manter vínculos com as noções de trabalho, produção social, desenvolvimento socioeconômico (com projetos e proposições de desenvolvimento), educação e formação profissional. São representações sociais que expressam visões e interesses distintos quando referidas aos diferentes grupos sociais e fazem parte do processo histórico de disputa de hegemonia político-ideológica.

Contudo, é sabido que a necessidade de se conseguir manter seu sustento leva o trabalhador a realizar atividades que o envolvem de tal maneira que pode chegar ao ponto de alienar-se e priorizar somente atividades do seu espaço ocupacional. A partir disso, na concepção de Leite (2006), as empresas agora valorizam traços inerentes aos seus “colaboradores” tais como participação, iniciativa, raciocínio lógico e discernimento. Por parte da perspectiva da empresa, não basta mais contar com o típico “operário-padrão”, pronto a “vestir sua camisa” e suar por ela. É preciso, antes de tudo, garantir o trabalhador “competente” capaz de “pensar com a cabeça da empresa”.

Entretanto, não se pode desconsiderar o papel da escola dentro desse processo como já mencionado anteriormente (MANFREDI, 2006; CATTANI, 2011). Isto porque o processo educacional está cada vez mais voltado para atender à demanda do mercado, ou seja, das organizações. Cabe, assim, à escola selecionar eficientemente os “melhores talentos e a sociedade deve dar-lhes o lugar que merecem para poder beneficiar-se de suas capacidades” (ENQUITA, 1991, p.232).

Nesse sentido, a educação consiste em um processo contraditório que não se encerra na escola, mas ocorre no interior das relações sociais, extensivo àquelas que dizem respeito à crescente necessidade de melhorar os processos produtivos por meio das pessoas consideradas qualificadas. Deste modo, toda educação se destina para ser aplicada no trabalho, independentemente de qual-

quer tipo que seja ele, pois ela sempre irá interferir nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo, uma vez que o trabalho é ao mesmo tempo reflexão e ação (KUENZER, 1986).

Nessa base, é necessário considerar que a educação continua sendo subordinada ao mercado de trabalho ou então aos interesses do capitalismo nacional ou internacional. É a partir da escola que são formados os intelectuais, os técnicos e os trabalhadores, pois são os donos dos meios de produção que detém a posse do saber científico e tecnológico e os recursos para reproduzi-lo em suas atividades produtivas. Atualmente é necessária uma força de trabalho cada vez “mais qualificada, de acordo com as “necessidades” da produção. O ensino deve orientar-se, pois, para as ciências experimentais; os jovens devem especializar-se eficazmente de acordo com as demandas do mercado de trabalho” (ENQUITA, 1991, p. 232).

Isto demanda uma (re)qualificação tanto das empresas como dos próprios trabalhadores. A partir disso, inicia-se uma desqualificação em razão da efemeridade dos processos que envolvem a variável tecnológica, o que não pode ser ignorada dentro do cenário produtivo, uma vez que ela pode ser uma, senão a principal, das causas do desemprego no atual contexto. No encadeamento deste sistema, observa-se que o aperfeiçoamento dos processos nas organizações que investem em tecnologia, pode ser caracterizado por modificações em suas plantas fabris, principalmente pela inserção da automação a fim de garantir o diferencial produtivo ante os concorrentes.

A partir desta alteração, exige-se novamente uma readequação do trabalhador, onde ele precisa agora ampliar seus conhecimentos sobre o funcionamento da maquinaria e não apenas de seu cargo, principalmente, o que vem sendo exigido por parte das corporações sem um horário definido, o que acaba por ampliar sua jornada de trabalho (Ver Verbetes Intensidade do Trabalho e Jornada de Trabalho). Com isso, a qualificação continua sendo considerada pelas empresas como a condição *sine qua non* do mercado de trabalho atual. Cabe a todos, pensar em formas que, simultaneamente, consigam atender às demandas do mercado, sem desprezar os limites bio-psico-sociais dos trabalhadores, evitando com isso, problemas colaterais como estresse (Ver Verbetes Estresse no Trabalho) ou esgotamento (Ver Verbetes Síndrome de *Burnout*).

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio D. Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

CHAPLIN, Charles. *Tempos modernos*. DVD. Preto e Branco. Continental Home Video. Duração: 87 min, 1936.

ENGUIITA, Mariano Fernández. *Tecnología e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização de trabalho e a educação*. In: SILVA, Thomaz T. da. *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

KUENZER, Acácia Zeneida. *A apropriação do saber sobre o trabalho: um direito do trabalhador*. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2223/1492>. Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 30, abr./jun. 1986. Acesso em: 02 Fev. 2017.

LARANGEIRA, Sonia M. G. *Qualificação*. In: CATTANI, Antonio D. (org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEITE, Elenice M. *Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/cibec/1995/periodicos/em_aberto_65.doc>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. *Qualificação e Educação: Reconstruindo Nexos e Interações*. 2006. Disponível em: <http://www.institutocredicard.org.br/artigos/SilviaManfredi_artigo.pdf> Acesso em: 07 fev. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. *Plano Nacional de Qualificação 2003-2007*. Brasília: MTE, 2003.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1965.

Outras Referências

LANDES, David. S. *Prometeu desacorrentado – Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

RATTNER, Henrique. *Impactos sociais da automação – o caso do Japão*. Ed. Nobel: São Paulo, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Sociologia do trabalho*. 3a edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2010.

QUOCIENTE LOCACIONAL

Carlos Águedo Paiva

Allan Lemos Rocha

O Quociente Locacional é um indicador de especialização produtiva que é particularmente eficiente na identificação e diferenciação de atividades voltadas ao mercado externo (atividades básicas) e ao mercado interno. O Quociente Locacional (QL) nos informa quantas vezes um território (*Ver Verbetes Território*) qualquer é mais “dedicado” em uma determinada atividade *vis-à-vis* o território maior que lhe serve de referência econômica e política. Em sua forma clássica, o QL é avaliado a partir do número de trabalhadores empregados nas distintas atividades econômicas.

$$QL = \frac{\frac{E_j^i}{E_j}}{\frac{E_R^i}{E_R}}$$

E_j^i = Emprego na atividade i na região de estudo j;

E_j = Emprego total na região de estudo j;

E_R^i = Emprego na atividade i na região de Referência (região ao qual a região de estudo está inserida);

E_R = Emprego total da região de Referência.

Um exemplo facilita muito a compreensão do indicador. Imaginemos que a indústria “i” seja a indústria calçadista. Imaginemos, ainda, que a Região “j” seja a região calçadista (Vale do Rio dos Sinos) no Rio Grande do Sul. Imagine-mos, ainda, que a participação do emprego no setor calçadista **nesta região** corresponda a 40% do emprego total na mesma (E_j^i / E_j). Imaginemos, por fim, que esta mesma indústria seja responsável por 10% do emprego total do Rio Grande do Sul (E_R^i / E_R), tomada como Região de Referência. Neste caso, o QL da indústria calçadista do Vale dos Sinos com relação ao Rio Grande do Sul é igual a 4 ($QL = 4 = 40\% / 10\%$). Como a percentagem de empregados na indústria calçadista no Vale dos Sinos é quatro vezes maior do que a percentagem do Estado, diz-se que o Vale dos Sinos é quatro vezes mais especializado do que o RS neste segmento produtivo.

A relação entre QL e exportações tem por base um pressuposto: a de que os padrões de consumo das diversas regiões são significativamente homogêneos. Assim, se, como no exemplo anterior, uma região dedica uma porcentagem de trabalhadores quatro vezes maior do que o conjunto do Estado à produção de um bem “x”, pelo menos $\frac{3}{4}$ da produção da região deve estar sendo canalizada para outras regiões. É até provável que a participação das exportações seja ainda maior; caso a porcentagem da mão-de-obra **estadual** dedicada a esta indústria seja mais elevada do que a porcentagem nacional; vale dizer, caso a região de referência seja ela mesma especializada na atividade vis-à-vis uma região de referência ainda maior. De qualquer forma, o que importa entender é que um QL superior à unidade é um indicador de operação em grande escala e, por extensão, um indicador de produção para um mercado externo à região (ainda que não necessariamente externo à nação).

Usualmente, quando calculamos os QLs de um território qualquer – seja um município, uma região ou uma Unidade Federada – encontramos um número expressivo de setores/atividades com QLs superiores à unidade. É preciso ter muito cuidado e atenção para interpretar este resultado. Retomemos o exemplo da indústria calçadista com vistas a esclarecer este ponto. A indústria calçadista do Vale dos Sinos não é uma mera **aglomeração** de empresas (*Ver Verbete Aglomeração de Empresas*) do mesmo segmento, mas um legítimo **Arranjo Produtivo Local** (*Ver Verbete Arranjo Produtivo Local*).

Isto significa dizer que um amplo conjunto de firmas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços para o segmento calçadista estão localizadas no território. E isto vai determinar a emergência de QLs elevados em setores tão díspares como química (onde são classificadas as firmas produtoras de cola para couro e madeira), papel e papelão (produtoras de embalagens para calçados), fiação e cordoaria (cadarço para calçados), madeira e borracha (solados para calçados), dentre inúmeros outros exemplos.

Para que se consiga apreciação realista do grau de especialização e diversificação de um território é preciso identificar se os distintos setores que apresentam QL maior do que a unidade são elos de uma mesma cadeia (*Ver Verbete Cadeias Produtivas*) ou se são elos de cadeias distintas. E, no caso de haver mais de uma cadeia produtiva em que o território é especializado, quantas cadeias existem e qual o grau de autonomia (ou de interdependência) entre as mesmas.

Esta é a tarefa mais difícil de se realizar, pois a identificação das atividades que compõem uma cadeia produtiva não pode se basear apenas em indicadores quantitativos, como o QL. Ela resulta de um conhecimento mais amplo do território; um conhecimento que, usualmente, depende da realização de pesquisas: 1) histórico-bibliográfica, acerca do processo de ocupação e das primeiras atividades em que o território se especializou; 2) antropológica, envolvendo algum

tipo de imersão na comunidade; e 3) sociológica, através de entrevistas com lideranças empresariais e agentes públicos responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento econômico (*Ver Verbete Desenvolvimento Econômico*) territorial e à qualificação da mão-de-obra e do empresariado regional.

REFERÊNCIAS

HILDEBRAND, G.; MACE, A. “*The Employment Multiplier in an Expanding Industrial Market: Los Angeles County, 1940-47.*” *Review of Economics and Statistics* 32; P. 241-49, 1950.

NORTH, D. ([1955] 1977). *Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). Economia regional: textos escolhidos.* Belo Horizonte: Cedeplar. Disp. <http://territoriopaiva.com.br/referencias-teoricas/textos-classicos>

PAIVA, C. A. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Indicadores Econômicos – FEE*, Vol. 34. n. 1. Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/130>

PAIVA, C. A. *Fundamentos da análise e do planejamento de economias regionais.* Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

RACISMO ESTRUTURAL

Daniel Luciano Gevehr



O termo raça é objeto de intenso debate na academia. Não resta dúvida de que a origem de seu significado está diretamente ligada ao propósito de estabelecer classificação, na perspectiva de distinguir categorias de seres humanos, afirmando categorias superiores e inferiores de desenvolvimento (Ver Verbetes Desenvolvimento), que apontam para diferentes níveis, categorizando os seres humanos numa escala, cujo propósito fundamental está associado ao processo de dominação, que por sua vez se justifica no princípio da distinção racial. Portanto, o termo “raça” deve ser compreendido a partir de sua construção histórica, uma vez que serviu de instrumento de legitimação de interesses políticos, sociais, econômicos e culturais.

De acordo com Almeida (2019), as discussões e os usos da raça envolvem, inevitavelmente, conflitos de poder, permitindo melhor compreender as dinâmicas do processo histórico no qual o conceito é pensado e difundido no meio social e cujos objetivos se mostram de forma bastante explícita. Cabe ressaltar que a questão racial aparece com maior ênfase, a partir do século XIX, atrelado ao contexto de expansão geográfica e dominação europeia, no qual as novas terras descobertas passam a ser objeto de conquista e por consequência, de suas populações, que passam a ser vistas e representadas como inferiores à europeia.

Torna-se inquestionável, à luz dos avanços dos estudos antropológicos, o fato de que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem a discriminação de raça, tornando-se necessária uma luta constante, por parte da ciência, de reafirmar a igualdade racial e a necessidade de romper com estruturas que insiram a raça numa escala numérica de inferioridade ou superioridade. Entretanto, não se pode desconhecer o fato de que a hierarquização do conceito de raça ainda é, cotidianamente, empregado no sentido de naturalizar e legitimar a desigualdade, a segregação e as práticas genocidas de grupos considerados inferiores ou minoritários, em razão de sua identidade étnico-racial.

Nesse contexto, aparece o racismo estrutural, que pode ser definido como um conjunto de práticas historicamente construídas e difundidas no meio social, e que uma vez institucionalizadas passam a definir e determinar padrões culturais, classificando grupos a partir de sua identidade étnica, legitimando a superioridade racial daqueles que fazem uso da prática estrutural do racismo. O racismo estrutural, também conhecido como racismo social, ainda é motivo de intensos debates, uma vez que sua prática ainda é desapercibida por parte da

sociedade, que não percebe ou não reconhece o racismo estrutural como uma prática social de dominação, historicamente construída e presente nas relações de dominação do século XIX.

Essas práticas de racismo estrutural se manifestam e se fazem perceber através de práticas culturais, que tomam a raça como elemento de justificativa para a reprodução de ações de segregação, exclusão e diferentes manifestações de preconceito racial, cujo propósito fundamental é a inferiorização de grupos sociais, pautados no preceito étnico de classificação.

Nessa mesma linha de raciocínio, percebe-se que o racismo estrutural busca perpetuar a desigualdade racial, buscando no processo histórico das sociedades, elementos que justifiquem as práticas de dominação. O discurso da branquitude, que toma a “cor” como elemento de defesa da superioridade e dos privilégios da civilização europeia, como força motriz do desenvolvimento da civilização e como centro de erradicação de uma cultura considerada superior, é empregado nessa perspectiva para enaltecer os feitos da “civilização contra a barbárie”. Cabe destacar, nesse sentido, que o conceito serve de ponto de partida para se pensar as estratégias de enfrentamento ao racismo, avançando no sentido de combater o discurso da desigualdade racial e promover uma política em defesa da equidade nesse tema. A partir daí se torna possível compreender que o racismo é um sistema criado por determinados grupos, inscritos numa clara relação de poder de dominação, cuja estrutura permite estabelecer uma cultura que inscreve os grupos que, historicamente, estiveram inscritos numa relação de sujeição e dominação.

Dessa forma, pode-se dizer que toda prática racista é, inevitavelmente, estrutural, seja ela de ordem econômica, política e cultural, sendo que na maioria das vezes todos esses elementos se somam, estabelecendo uma sensação de normalidade e uma cultura de imposição de regras e de padrões racistas, que ainda persiste na sociedade e está presente na cultura organizacional (Ver Verbeete Cultura Organizacional) de muitas instituições, que legitimam e reproduzem o racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AVTAR, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cafajeste. **Pagu**, junho de 2006, no.26, p.329-376.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.133, p. 463-479, dez. 2018.

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. 3 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

SAMPAIO, Simone Sobral; MENEGHETTI, Gustavo. Entre a vida e a morte: Estado, racismo e “pandemia do extermínio” no Brasil. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 635-647, dez. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

REALIDADE VIRTUAL (IMERSÃO E EFEITO DE PRESENÇA)

Eduardo Zilles Borba

Realidade Virtual (RV) é uma interface avançada de interação usuário-computador. Avançada porque diferente das interações realizadas através de dispositivos e periféricos de um computador tradicional (*mouse*, teclado, tela plana, etc.), seus artefatos interacionais estimulam no sujeito a execução de ações multissensoriais com contexto digital, à semelhança das estéticas e funcionalidades de suas operações no mundo físico. Isto é, o conteúdo digital é apresentado ao usuário a partir da perspectiva da primeira pessoa, na qual objetos, espaços e até mesmo outros usuários (representados por avatares) são percebidos em 360°, ao redor da pessoa, com formas, escalas, proporções, texturas, volumes, intensidades sonoras e ruídos que imitam a própria realidade física (KIRNER; TORI, 2004).

O entendimento sobre o conceito de RV apresenta variações conforme a área de estudo. Por exemplo, a Engenharia Eletrônica sugere que se tratam simulações tecnológicas, enquanto a Computação se refere ao desenvolvimento de sistemas computacionais. Contudo, diante das vivências permitidas ao sujeito nestes processos interacionais mediados pela tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) digital, sugerimos a aplicação de um olhar baseado nas Ciências da Comunicação, de que se trata de um ambiente imersivo que potencializa as experiências e trocas comunicacionais. A partir desta perspectiva, que não ignora os olhares das engenharias e demais áreas, surge o entendimento de que as trocas comunicacionais em RV são configuradas pelas interações com agentes humanos (usuários) e não-humanos (*bots*, inteligência artificial, etc.). Além disso, para que tais experiências e trocas comunicacionais ocorram é imprescindível a existência da seguinte relação: humano, dispositivo e ambiente. Sem esta tríade interacional não seria possível compreender as potencialidades e possibilidades de aplicação da RV nos diversos campos do saber como, por exemplo: um treinamento de operações de alto risco dentro de simulações de parques fabris, uma visita virtual a pontos ou zonas turísticas, uma demonstração em escalas reais e fotorealísticas de projetos arquitetônicos, a visualização de processos químicos e científicos que são abstratos no espaço físico, um tratamento de fobias, uma experiência de entretenimento e por aí fora.

Se Kirner e Tori (2004) deixam claro que uma das características da RV é possibilitar a visualização e interação com objetos virtuais à maneira do que o indivíduo faria no espaço físico e original, Slater et al. (2013) acrescentam que as

experiências multissensoriais com estas interfaces estão se sofisticando, sendo atualmente viável estimular todo o corpo do usuário. Desta maneira, todo o seu conhecimento (Ver Verbete Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação) cognitivo pode atuar como recurso interacional para explorar o ambiente imersivo (pegar, empurrar, manusear, caminhar, correr, pular, etc.). A partir desta perspectiva, Borba e Zuffo (2016; 2017) explicam que quanto maior for a multissensorialidade da relação entre usuário, dispositivos e ambiente, menor será a sua necessidade de compreender o *modus operandi* da interface. Afinal, basta agir de forma natural e intuitiva com o contexto. Adotando ideias de Zagalo (2010), os dois pesquisadores brasileiros sugerem que essa multissensorialidade auxilia na construção de uma ilusão virtual de mergulho no mundo do ecrã.

Ao compreender a RV como uma interface avançada que proporciona experiências e trocas comunicacionais multissensoriais a partir das relações entre usuário, dispositivo e ambiente, aprofundo o debate sobre o termo ao trazer conceitos de imersão e efeito de presença – talvez os fenômenos mais importantes para explicar as características da RV. Diferente da imersão gerada no cinema, em que o ambiente ao redor do espectador é manipulado por técnicas que estimulam a sensação de envolvimento com a trama do filme (iluminação, sonoridades, etc.), na RV os dispositivos interacionais é que têm esse papel fundamental de estimular o corpo do usuário: o sentir virtual.

A estereoscopia gerada pelos óculos de realidade virtual é um exemplo de estímulo da visão, pois um *head-mounted display* (HMD) estimula a visualização de cenários tridimensionais com escalas, proporções, profundidades e perspectiva naturais, ignorando o paradigma de recepção do conteúdo midiático de uma tela plana, para possibilitar uma visualização 360° do conteúdo. Mas esses novos recursos computacionais para a criação de narrativas para o corpo inteiro se estendem para além das práticas audiovisuais que são os formatos mais corriqueiros nas telas de computadores, televisores e celulares. Por exemplo, com o uso de sensores de movimentos é possível rastrear gestos, comandos e posicionamento do corpo orgânico do usuário – braços, pernas, tronco, movimento da cabeça, etc. – e os transpor em tempo real para ações idênticas no corpo do avatar que lhe representa no contexto digital. Ou, ainda, noutro exemplo sensorial, recentemente máscaras eletrônicas integradas aos HMD foram apresentadas ao mercado, sendo uma espécie de borrifador de aromas pré-definidos em frente ao nariz do usuário, o que cria uma ilusão olfativa do cheirar os objetos e espaços verdadeiros.

Sobre este “mergulho” virtual, Slater e Wilbur (1997) publicaram estudo seminal sobre taxonomias para a noção de habitar o ambiente virtual. Os autores consideraram que o efeito de presença e a imersão são fenômenos diferentes e, por isso, tensionam, mas ao mesmo tempo se articulam. Assim sendo, a imer-

são é entendida por Slater e Wilbur (1997) como qualquer estímulo sensorial produzido pelos dispositivos interacionais no corpo do usuário (óculos 3D, luvas hápticas, máscara de aromas, cadeiras com algum tipo de movimento mecânico, sensores de movimento dos braços, etc.).

Já o efeito de presença é algo associado à experiência mental do usuário, sendo um processo de transferência de atenção da pessoa para o enredo da experiência (memória, afeto, interesses pessoais etc.). Dito isto, Slater et al. (2013) lembram que numa experiência em RV, apesar de presença e a imersão serem coisas distintas, elas podem coexistir. Quando isso ocorre, estamos diante de uma complexa percepção de realidade, chamada de plausibilidade (SLATER, 2009).

Somando todos os pensamentos citados até aqui apresenta-se uma reflexão pertinente para compreender o que é RV, efeito de presença e imersão. Primeiro, independentemente de existir imersão ou efeito de presença na experiência do usuário, acredito que fica evidente que as interfaces de RV estimulam uma ilusão de mergulho no ambiente comunicacional e, ao entender tal fenômeno, podemos nos apropriar das técnicas para os diversos fins sociais, culturais, mercadológicos ou de desenvolvimento (treinamento de operações numa máquina industrial, projeção tridimensional em escalas naturais de uma obra pública ou projeto urbano, exercícios de empatia ao se colocar na “pele” de pessoas de outros gêneros, etc.).

Segundo, ao considerar que RV é um ambiente para experiências e trocas comunicacionais multissensoriais (um meio) assume-se que não se trata de uma mera aplicação técnica, mas sim de uma modalidade de interação com computadores que permite novas apropriações do instrumento tecnológico e isso, claramente, impacta aspectos socioculturais e mercadológicos que, de certa maneira, podem nos tornar mais humanos, conectados e empáticos ao desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) coletivo.

REFERÊNCIAS

BORBA, E.; ZUFFO, M.K. *Natural to the human interactions with digital interfaces: a new perspective to understand the virtual experiences*. Proceedings of the IAMCR Conference, Montreal: Université du Québec, 2016, p.312-317.

KIRNER, C.; TORI, R. Introdução à Realidade Virtual, Realidade Misturada e Hiper-realidade. In: Kirner, C. & Tori, R. (Org.). *Realidade Virtual: conceitos, tecnologias e tendências*. São Paulo: Editora Senac, p. 3-20, 2004.

SLATER, M.; WILBUR, S. A Framework for Immersive Virtual Environments (Five): Speculations on the Role of Presence in Virtual Environments. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*. Cambridge: MIT Press, v. 6, n. 6, s/n, 1997.

SLATER, M. Place illusion and plausibility can lead to realistic behavior in immersive virtual environments. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, n.364, p.3539-3557, 2009.

SLATER, M.; STEED, A.; USOH, M. *Being there together*. Technical Report, Department of Computer Science, London: University College of London, 2013.

ZAGALO, N. Da Transparência. *In*: Coelho, M.Z.; Neves, J. (Eds.). *Ecrã, Paisagem e Corpo*. Coimbra: Gracio Editor, 2010, p.35-54.

ZILLES BORBA, E.; ZUFFO, M. K. Sinto, logo existo na realidade virtual. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*, v.6, n.2, p.1-17, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1532>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BURDEA, G. *Virtual Reality Technology*. New York: Wiley & Sons, 2003.

GUMBRECHT, H. *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

ZILLES BORBA, E. Entre Lugares e Imagens: o uso de dispositivo de realidade virtual e a percepção espacial. *Revista E-Compós*, v.21, n.1, p.1-22, 2018. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1362>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

REBATIMENTO ESPACIAL

Jacob Binsztok

Os rebatimentos espaciais podem ser interpretados como resultados das decisões provenientes da gestão de territórios, que normalmente estão subordinadas aos interesses dos capitais privados ou das intervenções estatais vinculadas ao setor de infraestrutura ou de políticas sociais compensatórias, destinadas a atender necessidades básicas de grupos que se encontram sob vulnerabilidade (Ver Verbete Geografia da Vulnerabilidade) em função de baixa ou ausência de renda (Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica). Como exemplo do rebatimento espacial realizado pelos capitais privados, mencionamos os empreendimentos imobiliários, que se destacam nos centros urbanos pela sua seletividade na oferta de residências, serviços e formação de lugares especulativos no mercado de terras. O caráter seletivo dos capitais privados contribui para o advento e consolidação de áreas de inclusão e valorização dos empreendimentos e, paralelamente, pela constituição de majoritários bolsões de exclusão formados pelos grupos que não possuem rendas suficientes para usufruir dos serviços ofertados por estas iniciativas.

Em relação ainda ao caráter seletivo dos capitais privados e de empreendimentos estatais, podemos citar o caso dos tradicionais enclaves construídos pela cadeia produtiva de petróleo e gás analisados de forma precursora pelos geógrafos franceses Pierre George e Yves Lacoste, que ressaltaram sua localização em regiões periféricas detentoras de grandes reservas de matérias-primas. Porém, destinadas ao atendimento de mercados distantes internos ou externos não articulados ao desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional) e tampouco às necessidades das populações locais. Wainer (2007), em linhas gerais, concorda com esses autores, assinalando ainda a incapacidade desses empreendimentos em contribuir para a propalada Integração Nacional, principalmente em relação ao caso brasileiro, que funciona em moldes de uma industrialização tardia e dependente. Para Zygmunt Bauman, os movimentos voláteis imprimidos pela Globalização (Ver Verbete Globalização) alteraram significativamente as relações sociais, econômicas e de produção, reduzindo consideravelmente a capacidade de negociação dos grupos locais em relação ao poder dos acionistas das corporações globais. Isto acaba agravando sensivelmente as possibilidades de serem implementadas intervenções de desenvolvimento local-regional, preconizadas nos anos 1960 / 1970 por geógrafos e economistas de influência keynesiana como Bernard Kayser e François Perroux, em relação à superação dos longos processos de estagnação econômica ocorrida em regiões deprimidas localizadas tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Os movimentos promovidos pelas políticas neoliberais iniciadas nos anos 1990 preconizadas pelo Consenso de Washington recomendando a realização de Programas de Privatizações e Parcerias Público-Privadas (PPPs) (Ver Verbete Parcerias) alteraram significativamente os fundamentos do antigo paradigma (ver Verbete Paradigma) keynesiano que liderava os investimentos estatais, após o final da Segunda Grande Guerra Mundial em grande parte dos países capitalistas. Os referidos programas foram adotados sob a justificativa de diversos fatores, tais como finitude dos recursos do Estado; riscos inflacionários; colapso dos governos socialistas e sobretudo pela primazia da gestão empresarial, em detrimento da administração pública. Ao mesmo tempo, era constantemente apontada em sistemáticas campanhas difundidas pelos meios de comunicação de massa como ineficiente e onerosa para os cofres públicos, contribuindo para a oferta de produtos e serviços de baixa qualidade para o cidadão. Como exemplo, podemos mencionar a campanha publicitária empreendida pelo BNDES, durante o Governo Collor, buscando o apoio da sociedade ao mostrar o setor público caminhando a passos vagarosos de elefantes e com o Programa de Privatizações das siderúrgicas estatais removendo esta deficiência crônica do país.

Com o objetivo de atender aos requisitos exigidos para o funcionamento da nova ordem foram criadas as agências reguladoras governamentais inspiradas no modelo norte-americano do *Interstate Commerce Act*, recomendando a fiscalização, regulamentação e controle de produtos e serviços de interesse público. Dentre os exemplos, estão: telecomunicações, energia elétrica, petróleo e gás, planos de saúde, água e saneamento, transportes, entre outros. Isto acabava consolidando o Estado Regulador e inaugurando novos rebatimentos espaciais facilmente identificados pela apropriação e cercamento de antigos ativos públicos entregues à gestão privada, e privilegiando atividades geradoras de renda para os controladores dos empreendimentos. A partir da década de 1990, visando assumir o controle das novas oportunidades de negócios proporcionadas pelos Programas de Privatizações e pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs), foram constituídos consórcios reunindo tradicionais segmentos capitalistas, como empresas da construção pesada e bancos, que se associaram a “novos” agentes financeiros, representados por seguradoras, fundos de investimentos, entidades de previdência complementar e investidores institucionais.

A expansão das atividades financeiras estimuladas pela baixa ou ausência de regulação, ancoradas em expressivos núcleos de inovação tecnológica e acrescidas da precarização, terceirização e flexibilização das relações de trabalho, representada pelo neoliberalismo, fundamentam o novo paradigma do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Os rebatimentos espaciais das políticas neoliberais no universo do trabalho são constatados quando verificamos que significativas parcelas de empregos são geradas em *call-centers* e *telemarketing*, comér-

cio, trabalhos on-line, hipermercados, indústria hoteleira, *fast food*, entre outros, responsáveis pela ampliação do novo proletariado de serviços. A volatilidade e os elevados volumes de capitais envolvidos na financeirização estão contribuindo para a formação de periódicas bolhas especulativas, operando no interior das empresas como no paradigma anterior do desenvolvimento capitalista, representado pelo fordismo e pelo Estado de bem-estar social keynesiano.

No entanto, estão surgindo movimentos alternativos de resistência às bolhas especulativas provocadas pelo primado da financeirização e, conseqüentemente, propondo novos rebatimentos espaciais. Neste sentido, destacamos a proposta do *New Green Deal*, fundado após a crise de 2007, recomendando a descentralização do sistema financeiro, direcionando para o desenvolvimento regional – local, término dos paraísos fiscais e apoio a uma gradual transição energética fundamentada na utilização de energias renováveis e redução do consumo de combustíveis fósseis. O *New Green Deal* está empenhado no enfrentamento da “tríplice crise” representada pela crise financeira, energética e climática.

No Brasil, o movimento está sendo disputado, por um lado, por iniciativas tecnológicas e financeiras lideradas *New Climate Economy* e pelo WRI-Brasil com intercâmbio com instituições acadêmicas como a PUC-Rio e a UFRJ-CO-PPE, envolvendo o Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (IPEA) e entidades empresariais, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). E de outro por entidades da sociedade civil envolvidas em reivindicações de justiça social e redução das desigualdades, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Fórum Nacional de Reforma Urbana, BR Cidades, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e também de organizações envolvidas nas lutas contra o racismo estrutural e no apoio de grupos que difundem a igualdade de gênero (Ver Verbete Gênero) como um dos instrumentos indispensáveis para a consolidação do regime democrático em nosso país.

REFERÊNCIAS

WAINER, Carlos. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Niterói, n. 9, mai. 2007. p. 9-23.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO:

BECKER, Bertha. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, volume 50, edição especial, jul. / set. 1988. p. 99-126.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise Climática e o Green New Deal Global: a Economia Política Para Salvar o Planeta**. Tradução de Bruno Cobalchini Mattos. Rio de Janeiro: Roça Nova Editora, 1ª ed., 2020. 224 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324 p.

RECESSÃO ECONÔMICA

Argemiro Luis Brum

Contrariamente ao que se imagina, a recessão econômica não é violenta e súbita como a crise. Na prática, ela é o prolongamento negativo da crise econômica, assim como a depressão econômica, porém, aparece como menos profunda que esta última. A recessão tem como característica a paralisação do aparelho produtivo, onde o investimento diminui ou estagna, levando ao surgimento do desemprego (*Ver Verbete Tipos de Desemprego*) de forma crescente.

Quando se estudam as crises econômicas, um dos aspectos utilizados é a evolução da produção de um país ou região. Essa evolução possui um indicador aceito internacionalmente que é o Produto Interno Bruto (PIB), o qual se transforma em PIB *per capita* quando se leva em conta a totalidade da população que vive sob tal PIB. Deste modo, obviamente, se a população cresce e o PIB cresce menos ou até decresce, estaremos diante de um empobrecimento bruto médio da população. Em contrapartida, a renda *per capita* média esconde a concentração de renda que possa existir em um país, dando a impressão de uma situação econômica média que é irreal na prática.

Todavia, isso não impede que o recuo do PIB em um determinado período de tempo (geralmente medido em trimestres, semestres e/ou anos) seja seguidamente o critério essencial aceito para determinar se um país está em período de crise econômica. Tecnicamente, se convencionou, na atualidade, que um país ou região entra em recessão econômica quando apresenta dois trimestres consecutivos de PIB negativo.

Para Sandroni (2004, p. 512), a recessão econômica seria uma “...conjuntura de declínio da atividade econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas (atualmente, recuperação judicial). Essa situação pode ser superada num período breve ou pode estender-se de forma prolongada, configurando então uma depressão...”. Desta maneira, ela está ligada a sua antítese, ou seja, ao crescimento econômico. Se a economia para de crescer, entra em crise e pode chegar a seus estágios mais profundos que são a recessão e a depressão.

Ora, por que a economia cresce? A maioria dos economistas acredita que a economia cresce em função de dois mecanismos básicos que promovam o aumento do PIB per capita no longo prazo. Um deles é a acumulação de capital (aumentos no estoque de capital – fábricas e equipamentos – de uma economia, relativo a sua força de trabalho). O segundo mecanismo é o progresso tecnológico (*Ver Verbete Tecnologia*). Para os economistas, tal progresso significa que uma

economia passa a operar de maneira mais eficiente, produzindo mais a partir da mesma quantidade de insumos.

Naturalmente, o recuo na geração destes dois mecanismos acarreta uma retração na economia com o passar do tempo. Mas, a crise econômica, que pode levar à recessão, é também gerada por outros elementos. Alguns de natureza interna ao país, como políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) mal elaboradas e executadas, outras de natureza externa, caso, por exemplo, da excessiva desregulação do mercado financeiro internacional, a qual levou a grande crise mundial de 2007/08, com repercussões no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

KINDLEBERGER, C. P. & ALIBER, R.Z. *Manias, pânico e crises: a história das catástrofes econômicas mundiais*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013 (6ª edição e seguintes).

O´SULLIVAN, A. *et al. Introdução à Economia: princípios e ferramentas*. São Paulo: Ed. Pearson, 2004 (e edições posteriores).

ROSSETTI, J.P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Ed. Atlas, 1993 (15ª edição e seguintes).

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 2004 (13ª edição e seguintes).

VASCONCELLOS, M.A.S. & GARCIA, M.E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009 (3ª edição e seguintes).

RECURSOS NATURAIS

Teresinha Guerra

Os **Recursos Naturais** são os elementos da natureza fundamentais e essenciais para suprir as necessidades dos seres vivos, manter o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento econômico (Ver Verbete Desenvolvimento Econômico). Correspondem aos materiais físicos ou biológicos, orgânicos ou inorgânicos, encontrados na natureza ou alterados em algum processo de transformação, cujo critério de sua classificação é a sua capacidade de recomposição.

São divididos em dois grupos: Recursos Naturais Renováveis e Recursos Naturais Não Renováveis (BARBOSA E VIANA, 2014; REIS, FADIGAS e CAMARGO, 2018).

Os **Recursos Naturais Renováveis** se regeneram na natureza, são considerados inesgotáveis e estão disponíveis em abundância. Podem ser:

- Recursos Naturais Permanentes: energia solar, energia eólica e energia utilizada das ondas e marés.
- Recursos Naturais Renováveis: flora e fauna, biomassa e energia geotérmica.
- Recursos Naturais Potencialmente Renováveis: águas superficiais e subterrâneas.

Os **Recursos Naturais Não Renováveis** estão disponíveis em quantidade limitada ou podem ser renovados ao longo de um intervalo de tempo geológico muito extenso. Não podem ser regenerados ou reutilizados a uma escala possível para sustentar o consumo. Se esgotam rapidamente, com velocidade muito superior ao da renovação na natureza, como os combustíveis fósseis (carvão de pedra, petróleo e gás natural), energia nuclear (urânio metálico radioativo), lítio, ferro, manganês, estanho, bauxita (minério de alumínio), argila, calcário, ouro, prata, areia, argila, entre tantos outros elementos da crosta terrestre. São minérios de grande valor comercial e industrial, com quantidade relativamente limitada.

A publicação da Lei 6938/1981 (Brasil, 1981), que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente viabilizou a inclusão do artigo 255 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e possibilitou a implementação de outras políticas ambientais de preservação das águas (Ver Verbete Uso da Água), das reservas florestais, do solo (Ver Verbete Uso do Solo) e das espécies constituídas em nossos ecossistemas e passíveis de exploração de sua extensa diversidade.

Os Recursos Naturais que se encontram na superfície da terra, no solo e subsolo viabilizaram a sobrevivência e evolução do ser humano em conforto, bem-estar, serviços e desenvolvimento. Diante de tantos benefícios e apropriação dos recursos naturais, não podemos nos furtar em refletir sobre o real senti-

do da palavra recursos. Para alguns o significado é meramente econômico/monetário, quando os usos dos “recursos naturais” visam à exploração até a exaustão e extinção dos bens naturais. Para outros, o real significado da palavra “recurso” de um bem natural refere-se à exploração dos “recursos naturais” para o uso sustentável (MEA, 2005).

É importante ratificar que o recurso natural tem essa potencialidade de reposição após a sua extração ou obtenção por ações antrópicas, desde que não haja o comprometimento da dinâmica dos processos naturais que ocorrem na natureza, e foi em razão da abordagem equivocada dessa crença como uma verdade que a gestão de seu uso foi negligenciada, porém essa ideia de que as reservas destes recursos naturais seriam infinitas, há muito tempo foi desmistificada.

A constante exploração dos recursos naturais gera entropia, altera as condições originais de vida no ambiente e ocasionam desordem no ambiente natural. Os desequilíbrios internos geram entropia de baixa intensidade, enquanto que as atividades antrópicas geram entropia de alta intensidade, conduzindo o ambiente para a degradação e para a morte (MOTA, 2001). Um recurso natural só se mantém vivo no seu estado altamente organizado se importar energia de alta qualidade do ambiente externo, e processá-la de modo a sustentar a sua estrutura orgânica. Os sistemas naturais são autossustentáveis e se desagregam à medida que as atividades humanas interferem em seu ambiente. Nos tempos atuais alguns fatores como a poluição e a superexploração podem inviabilizar a sua reposição natural. Ao avaliar a importância da natureza em nossas vidas, não podemos ignorar o valor da variedade de formas de vida na Terra, por sua própria existência (MEA, 2005).

A possibilidade de atenuar um pouco a disponibilidade dos recursos não renováveis na natureza seria mediante sua reutilização em processos de reciclagem, mas nem sempre ocorre, pois seus produtos e subprodutos têm um ciclo de vida útil duradouro, tornando sempre necessária a aquisição de matéria-prima para o seu beneficiamento na produção, considerando que os recursos naturais não renováveis são essenciais para o desenvolvimento industrial. REIS, FADIGAS e CARVALHO (2012) salientam que:

“o modelo do desenvolvimento sustentável deve ser capaz não só de contribuir para a superação dos atuais problemas, mas também de garantir a própria vida, por meio da proteção e manutenção dos sistemas naturais que a tornam possível. Esses objetivos implicam a necessidade de profundas mudanças nos atuais sistemas de produção e organização da sociedade humana e de utilização de recursos naturais essenciais à vida no planeta”.

A Terra é um planeta especial no sistema da Via Láctea com grande quantidade de água, permitindo a sobrevivência humana. Está protegida por uma

atmosfera que a envolve como um véu e apresenta diversidade de organismos como bactérias, fungos, vírus, vegetais, animais e o humano que convivem na biosfera. Têm ciclos naturais que sustentam a vida há bilhões de anos, em equilíbrio dinâmico como a água que circula entre a atmosfera, rios e subsolo, mares e oceanos. O sol fornece energia que flui e dissipa durante seu percurso nas cadeias alimentares e toda a matéria orgânica é reciclada para renovar a vida, onde uma espécie sustenta a outra em uma teia de interdependência que se caracteriza por uma relação de equilíbrio na natureza. Ao avaliar a importância da natureza em nossas vidas, não podemos ignorar o valor da variedade de formas de vida na Terra, mesmo sendo mais difícil sua valoração.

Nas últimas décadas tem se intensificado a exploração dos recursos naturais a ponto de colocar em perigo o futuro da humanidade. O relatório das Nações Unidas “*Vivendo além dos nossos Meios: Capital Natural e o Bem-Estar Humano*” surtiu pouco efeito, porém é um documento importante, porque mostra que é um aviso simples, mas primordial:

“ as atividades humanas estão exaurindo as funções naturais da Terra de tal modo que a capacidade dos ecossistemas do planeta de sustentar as gerações futuras já não é mais uma certeza. A provisão de alimentos, água, energia e materiais a uma população crescente impõe hoje um alto custo aos complexos sistemas de processos vegetais, animais e biológicos que tornam este planeta habitável. Com o aumento das demandas humanas nas próximas décadas, estes sistemas sofrerão pressões ainda maiores - e a infraestrutura natural da qual todas as sociedades dependem correrá o risco de se enfraquecer ainda mais. Proteger e melhorar nosso bem-estar futuro requer um uso mais sábio e menos destrutivo de nosso capital natural. Isto, por sua vez, envolve drásticas mudanças no modo em que tomamos e implantamos decisões. Precisamos aprender a reconhecer o verdadeiro valor da natureza - tanto em um sentido econômico quanto na riqueza que ela nos fornece de diversas maneiras que não podem ser quantificadas. Todas as riquezas da biosfera podem ser aproveitadas pelo homem e neste Planeta Terra, todos dependem da natureza e dos serviços providos pelos ecossistemas para terem condições a uma vida confortável, saudável e segura (MEA, 2005).

REFERÊNCIAS

REIS, Agnes Caroline dos; CAMARGO, Roger Santos. Gestão de Recursos Ambientais. Editora Grupo A, Porto Alegre, SAGAH: 2018, 136p.

BARBOSA, Rildo Pereira; VIANA, Viviane Japiassú. Recursos Naturais e Biodiversidade: Preservação e Conservação dos Ecossistemas. São Paulo, Editora Êtica: 2014, 145p.

BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em 31 mar. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal/ Centro Gráfico: 1988.

MEA-Millennium Ecosystem Assessment. Summary for decision makers. In Ecosystems and Human Well-being: synthesis, Washington, DC, Island Press: 2005, 24 p.

MOTTA, José Aroudo. O Valor da Natureza: economia e política dos recursos ambientais. Rio de Janeiro, Editora Garamond: 2001, 200p.

REIS, Lineu Belico dos; FADIGAS, Eliane A. F. Amaral e CARVALHO, Cláudio Elias. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Editora Manole: 2012, 461p.

REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Cristiane Tonezer

O termo Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs) vêm no sentido de pensar novas relações de produção e consumo ao sistema hegemônico atual, estas, segundo Cassol (2013) buscam “aproximar produtores e consumidores através de novas formas de governança e significado em torno dos alimentos” (CASSOL, 2013, p.29).

É importante destacar que, apesar de alguns autores tratarem como sinônimos, os termos Cadeias e Redes Agroalimentares apresentam desdobramentos que necessitam ser considerados. Schneider e Gazolla (2017, p. 14) clarificam esta questão ao citarem que

“a diferença principal e fundamental entre ambas está relacionada a perspectiva de interpretação e análise teóricas destes processos sociais, uma vez que enquanto um grupo de autores prefere mobilizar o referencial da abordagem das cadeias de valor, outros optaram pela análise das redes sociais”.

Neste sentido, observa-se que as análises relacionadas às Cadeias Curtas (Ver Verbete Cadeias Curtas Agroalimentares) geralmente focalizam na interação que se dá entre produtores e consumidores, destacando novas formas de gestão e a inovação (Ver Verbete Inovação) dos produtos. As análises sobre Redes Agroalimentares, por sua vez, giram em torno da discussão sobre o consumo, este interpretado como ato político, também compreendido como uma alternativa ao modelo agroalimentar dominante.

Marsden; Banks e Bristow (2000) complementam a definição das RAAs ao citarem que estas podem ser entendidas como expressão da vontade dos atores (Ver Verbete Atores Sociais e Verbete Atores Sociais Rurais) em construir novas formas de interação entre produtores e consumidores, assentadas não apenas em critérios de preço, mas também na busca por um consumo que leve em conta as questões **sociais, culturais, éticas e ambientais**.

Em termos sociais destaca-se que no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, duas grandes características do sistema agroalimentar se intensificaram. A primeira foi o aumento da produção de alimentos através das novas tecnologias agrícolas. A segunda foi o aumento da Globalização, que fez o mercado brasileiro um dos maiores exportadores de alimento in natura do mundo (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2017).

Estas mudanças, apesar de gerarem riqueza para alguns, contribuiu para aumentar a desigualdade social. Ao se referir ao sistema agroalimentar (Ver Ver-

bete Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)) atual, Schneider e Gazolla (2017, p. 9) afirmam que

Há algo profundamente errado com o modo como se produz e consome alimentos na nossa sociedade. De um lado se produz cada vez mais fibras e matérias-primas agroalimentares que aumentam os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Por outro, os números da fome e da pobreza no mundo continuam quase inalterados [...]”.

Em síntese, estas mudanças na produção de alimentos ocorridas a partir da década de 1970 resultaram em uma maior homogeneização das dietas alimentares, geralmente baseadas na combinação de carboidratos e proteínas de origem animal.

Em termos culturais, Gazolla e Schneider (2017, p. 10) observam que, “[...] na medida em que o sistema agroalimentar foi se globalizando, a alimentação se desenraizou e rapidamente, foi perdendo a conexão com sua base natural. A procedência geográfica dos alimentos e a cultura alimentar deixam de ser importantes”. Ou seja, come-se aqui no Brasil, os mesmos alimentos que são consumidos nos Estados Unidos, na China, na Europa, ou em qualquer outro lugar do mundo.

Cada vez mais estimula-se o consumo de alimentos (Ver Verbete Consumo Alimentar) padronizados e ultraprocessados, que elevam seu status através da mídia. Consome-se o que é dado por esta como “alimento de qualidade”. Sabe-se que são as empresas mais capitalizadas que dominam as redes de televisão aberta e, mesmo que a mídia se universalizou através da *internet*, o que continua predominando são os anúncios de alimentos altamente industrializados.

Em termos ambientais Schneider, Schubert e Escher (2016, p.3) citam que há uma longa lista de efeitos que podem ser citados, mas como mais importante basta dizer que a agricultura e a produção de alimentos são os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa”, por isso a necessidade de se pensar formas mais sustentáveis de produzir e consumir alimentos.

No Brasil, autores como Amaral et al. (2020), Schneider e Ferrari (2015) e Cassol (2013), ao se referirem às Redes Agroalimentares Alternativas, destacam o papel dos movimentos sociais do campo, que desde a década de 1980, lutam por maior autonomia e valorização na produção e comercialização de seus alimentos. Tais lutas resultaram em importantes conquistas, destacando-se o programa Fome Zero e alguns outros que vieram na sequência, como por exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados e municípios deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (Ver Verbete Agricultura Familiar).

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. S. et al. O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná. v. 55, p. 494-516, 2020.

CASSOL, A. P. **Redes Agroalimentares Alternativas**: Mercados, interações sociais e a construção da confiança. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. 512 p.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Rural Sociol.*, v. 40, p. 424-438, 2000.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, MG, v. 17, p. 56-71, n. 1, jan./mar. 2015

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes Agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun, 2016.

REDES DE CONHECIMENTO: PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO

Maíra Baumgarten

Pensar redes de conhecimento na atualidade pressupõe refletir sobre como o conhecimento científico vem se estruturando ao longo dos últimos séculos, qual sua articulação com as formas atuais de produção da vida, suas repercussões na sociedade e, conseqüentemente, sobre as relações entre ciência, tecnologia e desenvolvimento.

Na sociedade capitalista o conhecimento científico e tecnológico é parte integrante do desenvolvimento socioeconômico (*Ver Verbetes Desenvolvimento Econômico*), havendo uma relação de mútuo condicionamento entre desenvolvimento capitalista e ciência e tecnologia (*Ver Verbetes Tecnologia; Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*). A produção científica e tecnológica é condicionada pela sociedade na qual se desenvolve e, ao mesmo tempo, contribui para sua reprodução, uma vez que atua como força produtiva, constituindo a base técnica e institucional necessária à acumulação (BAUMGARTEN, 2013). Essa problemática remete à questão de como o conhecimento é produzido e apropriado socialmente e, também, de que relações se estabelecem para a produção e circulação do conhecimento científico e tecnológico e quais interesses orientam essas interações.

De acordo com Santos (2000), na fase da industrialização da ciência, sua eficácia garante o apoio financeiro e um crescente processo de institucionalização. Produção teórica e investimento científico passam a ser apoiados por uma complexa infraestrutura de equipamentos tecnológicos, transformando-se, a ciência, numa força produtiva de tecnologia e, simultaneamente, numa força produzida pela tecnologia, ambas envolvidas, profundamente, no processo de valorização do capital. A ciência mantém, nesse processo, certa autonomia relativa, entretanto, as agendas de pesquisa são orientadas pelos interesses dominantes em cada sociedade.

Se nos momentos iniciais da sociedade capitalista o conhecimento científico era uma produção quase artesanal e individualizada, ainda no século XIX, a ciência adquire hegemonia sobre outras formas de explicação do mundo no pensamento ocidental, sendo socialmente reconhecida pelas virtualidades instrumentais de sua racionalidade e pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível. A produção científica passa a ser um empreendimento coletivo e formam-se redes de produção e de circulação de conhecimentos. A ideia de rede representa o comportamento de sistemas complexos. Em sua dimensão abstrata essa noção compreende pontos ou nós (entidades não necessariamente físicas)

interligados por relações de diversos tipos. Duas características estão presentes no conceito de redes: interação e complexidade (BAUMGARTEN, 2015).

Atualmente, o termo goza de grande popularidade e encontramos menção ao mesmo tanto nas práticas, quanto nos debates que envolvem natureza, sociedade, Estado, mercado, conhecimento e informação, território (*Ver Verbetes Território*), entre outros temas. As razões desse sucesso são, por um lado o desenvolvimento sem precedentes das comunicações, que viabiliza e facilita as conexões e, por outro lado, a valorização das relações entre pessoas relativamente às relações entre as pessoas e as coisas (PORTUGAL, 2007; BAUMGARTEN, 2015).

A temática *redes* está presente nas diferentes áreas e disciplinas científicas e tecnológicas e seus usos e sentidos estão articulados aos distintos pressupostos teórico-metodológicos que lhes são subjacentes. Nas Ciências Sociais sua utilização contempla certa diversidade sendo, de forma geral, um campo de interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade (BARRETO *et al*, 2009, BAUMGARTEN, 2015).

Uma série de conceitos e teorias objetivam explicar as articulações entre cientistas e entre esses e seu entorno. A própria sociedade é pensada por meio de redes, como deixa claro Castells (1999) em seu livro *A Sociedade em rede*. O advento da *internet* trouxe à cena humana um novo ente: o *cyberespaço*, ...*uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaço da mente...* (GIBSON, 2003, p. 68-69). O conceito de ciberespaço como representação física e multidimensional do universo abstrato da informação tornou-se central nos debates sobre *internet* e redes.

Na sociedade contemporânea, transformações econômicas, (geo) políticas, sociais, culturais e institucionais vem ocorrendo na base material das sociedades, a partir de estratégias de acumulação que contêm, em seu cerne, processos de geração e de difusão de novos conhecimentos. Ciência e tecnologia aparecem como o nó central da competição em torno da supremacia econômica e da busca pelo progresso. A definição de suas finalidades tende a direcionar-se, nesse contexto, diretamente ao mercado (BAUMGARTEN, 2010; GIBBONS, 1994).

Os processos de mundialização da economia, de invasão da lógica da mercadorização em todas as dimensões da vida, as características lucrativas das dinâmicas da tecnociência têm resultado em uma pressão cada vez maior para que as universidades (mesmo as públicas) produzam conhecimentos apropriáveis pelo setor produtivo de forma a aumentar a competitividade das empresas, no que vem sendo chamado de inovação (BAUMGARTEN, 2008). Há uma crescente pressão para a formação de redes de produção de conhecimentos envolvendo universidades, empresas e estados, partindo da relação histórica, no capitalismo, entre incorporação de conhecimento, acréscimos de produtividade

(*Ver Verbetes Produtividade*), melhores condições de competitividade (*Ver Verbetes Competitividade Regional*) e acumulação.

Entretanto, é importante ressaltar que a capacidade de inovação (*Ver Verbetes Inovação*) de empreendimentos e nações não se resume a seu potencial econômico de investimento em produtos e processos associados a novas tecnologias. Ela também se relaciona à capacidade de aplicar e aproveitar de modo socialmente inclusivo e efetivo os resultados da pesquisa científica e tecnológica para a satisfação de necessidades sociais (BAUMGARTEN, 2008; MACIEL, 2005). Isto inclui uma visão crítica relativamente ao desenvolvimento da tecnociência, crescentemente articulada ao lucro de grandes conglomerados. A ideia de *inovação* parte, aqui, de outra perspectiva e de novos parâmetros. Seu fundamento encontra-se na resolução de problemas coletivos, de carências e necessidades sociais e não na solução de problemas de competitividade e produtividade de empresas (BAUMGARTEN e LIMA, 2013, BAUMGARTEN, 2013).

Impõe-se, assim, a questão da apropriação social do conhecimento produzido e das mediações entre instâncias de produção de conhecimento e sociedade como objeto de análise estratégico, pois os resultados da produção e circulação de conhecimento científico e tecnológico podem ser meios essenciais para o desenvolvimento econômico e social. A técnica (arte de transformar, criar para atender necessidades) e a inovação estão presentes na história da humanidade desde seus primórdios. A articulação entre técnica e *inovação* (em seu sentido pleno) viabiliza a busca de novas possibilidades para a inclusão social e para um diferente relacionamento entre o ser humano e a natureza da qual faz parte.

O conceito de inovação em sentido amplo engloba, desse modo, a questão da sustentabilidade natural, econômica e social, além de requerer a articulação entre os distintos atores através da constituição de redes que envolvam cientistas e demais agentes presentes na produção apropriação de conhecimentos, visando promover o aprofundamento das relações entre a coletividade científica e a sociedade (BAUMGARTEN e LIMA, 2013).

A perspectiva das redes, fundada no pensamento complexo, permite focar a atenção no comportamento individual sem perder de vista sua inserção nas estruturas sociais, possibilita, da mesma forma, analisar o espaço relacional, seus movimentos e o conteúdo desses movimentos. Uma das mais importantes potencialidades analíticas do conceito é que ele permite pensar a ação e a estrutura como interdependentes e complementares (LATOURET, 2005; PORTUGAL, 2007). Ao mesmo tempo, parece ser uma alternativa viável para desconstruir as dicotomias produzidas pela ciência moderna (BAUMGARTEN, 2015).

As “redes sócio técnicas” de Latour (2005), por exemplo, agregam indivíduos e instituições e tratam das relações de poder e dos processos de “tradução” (negociações, cálculos, atos de persuasão pelos quais um ator obtém autoridade

para falar ou agir em nome de outro) que se estabelecem entre eles. Os atores são redes e o não humano também está integrado às redes (BAUMGARTEN, 2013).

A ideia de rede social (de diferentes tipos) surge como espaço de novas práticas em um momento histórico em que a articulação política e institucional de coletividades e grupos sociais se dá na vida cotidiana, nas interações entre indivíduos, nas redes. As redes sociais podem ser, enquanto manifestação concreta das trocas sociais, produtoras de solidariedade, de dádivas e reciprocidades. Exemplos disso são os novos tipos de conhecimentos em rede articulados a processos de desmercadorização, inclusão social e sustentabilidade natural, as bibliotecas virtuais, os repositórios de periódicos digitais e outras publicações com acesso aberto que funcionam a partir de redes e formando redes de conhecimentos.

Pelo lado da prática, o conceito de redes sociais vem se demonstrando estratégico não só para implementar “novas metodologias de intervenção social”, modalidades de práticas sociais e políticas relacionadas à construção de “esferas públicas democráticas”, como também para ampliar as possibilidades de promover políticas de inserção e de participação social (MARTINS, 2008). A abordagem das redes possibilita, ainda, investigar as repercussões que as redes sociais produzem sobre os padrões de regulação das políticas públicas (*Ver Verbetes Políticas Públicas*), bem como a permeabilidade dos sistemas estatais à participação dos cidadãos. Por outro lado, essa teoria tem a potencialidade de ser um elemento mediador da construção de políticas públicas a partir de teias coletivas, solidárias e interativas (BAUMGARTEN, 2015).

Como se viu, o tema das redes em sua relação com o conhecimento está presente em inúmeros estudos, apresentando interesses e formulações diversas, tanto como redes de produção de conhecimentos, caso em que temos como exemplos os conceitos de redes sócio técnicas (LATOURET, 2000), redes de pesquisa (BALANCIERI; KERN; PACHECO, 2005), arenas transestêmicas (KORR-CETINA, 1982), espaços de fluxos (CASTELS, 1999), quanto redes de circulação e de apropriação de conhecimentos tais como os conceitos de redes para divulgação de conhecimentos (MACIEL, 2005), redes de cooperação: CYTED, PROSUL, RECYT (BAUMGARTEN, 2005), arranjos produtivos locais (*Ver Verbetes Arranjo Produtivo Local*) (LASTRES e ALBAGLI, 1999), redes e repositórios de publicações científicas de acesso aberto (MACHADO, 2005; BABINI, 2005; BAUMGARTEN, 2016).

Esse é um tema vasto e sua abordagem aqui é bastante restrita pelo espaço disponível, entretanto sua importância é estratégica em uma sociedade em que a complexidade do fazer científico e tecnológico e de sua circulação e apropriação social é cada vez maior.

A circulação livre de informações, a construção de mediações entre a universidade e a sociedade (BAUMGARTEN, 2013), a disponibilização de informa-

ções e de meios para o debate democrático que busque contornar a desinformação social sobre ciência, tecnologia e inovação e a perspectiva neocolonialista sobre o conhecimento, que traz consigo a exclusão dos saberes alternativos (BAUMGARTEN, 2016, SANTOS *et al*, 2016) são alguns dos temas que vêm sendo tratados em diversos âmbitos e que merecem um debate mais aprofundado.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BABINI, Dominique. *Redes de bibliotecas virtuales para las ciencias sociales*. In: BALANCIERI, R. *et al*. *Análise de redes de pesquisa e inovação em plataformas de governo eletrônico*. In: BAUMGARTEN, M. (org) **Conhecimentos e Redes. Sociedade, Política e Inovação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, pp. 61-88.

BARRETO, D. *et al*. *A contribuição de Norbert Elias para uma contemporânea teoria de redes sociais* In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 10,11,12 e 13 de Nov. de 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/>

artigos/pdfs/comunicacoes/C_Barreto.pdf. Acesso em: 29 set. 2010.

BAUMGARTEN, Maíra. *Redes, conhecimento e inovação social*. In: BAUMGARTEN, Maíra (Org.). **Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. pp. 23-38.

_____. (org) *Conhecimentos e redes: Sociedade, Política e Inovação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, pp. 137-162.

_____. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social*. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 26, junho 2008, pp. 101-23.

_____. *Universidade e sustentabilidade: repercussões sociais da pesquisa e divulgação de ciência e tecnologia*. In: LAMPERT, E.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). **Universidade e conhecimento. Possibilidades e desafios na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2010.

_____. *Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento*. In: IVO, ANETE (Coord.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e a Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 53-58.

_____. *Divulgação e comunicação em C&T – mediações para a apropriação social do conhecimento*. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. 10 a 13 de setembro. Salvador. 2013.

_____. *Redes sociais*. GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M.A.(orgs). **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. Ed. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap, 2015.

_____. *Fazer ciência na periferia: internacionalizar é preciso?* In: BAUMGARTEN, Máira (org). **Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2016, p. 151-168.

_____. *Ciência, tecnologia e inovação: a relação entre conhecimento e desenvolvimento*. In: **BIB**, São Paulo, n. 54, 2º semestre de 2002, p. 67-80.

GIBBONS, M. *et al. The New Production of Knowledge*. London: Sage, 1994.

GIBSON, William (1984). *Neuromancer* (3ª ed.) São Paulo: Aleph, 2003.

KNORR-CETINA, K. *Scientific communities or transestemic arenas of research? A critique of quasi economic models of science*. In: **Social Studies of Science**, N° 12, p. 101-130, 1982.

LATOURETTE, Bruno. *A ciência em ação*. São Paulo, Ed. UNESP, 2000.

_____. **Reassembling the Social. Na Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Orgs.) *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

MARTINS, Paulo. *As redes sociais, o sistema da dívida e o paradoxo sociológico*. In: **Redes Sociais e Saúde**. Recife: UFPE, 2008. (<http://www.nucleodecidadania.org/>

[nucleo/extra/2009_09_04_11_14_09_as_redes_sociais_martins1.pdf](http://www.nucleodecidadania.org/nucleo/extra/2009_09_04_11_14_09_as_redes_sociais_martins1.pdf) acesso em 29/09/2010).

MACHADO, J. A. *Difusão do conhecimento e inovação – o “acesso aberto” a publicações científicas*. In: BAUMGARTEN, M. (org) **Conhecimentos e Redes. Sociedade, Política e Inovação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, pp. 117-136.

MACIEL, Maria Lucia. *Estímulos e desestímulos à divulgação do conhecimento científico*. In: BAUMGARTEN, Máira (Org.). **Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. p. 107-116.

PORTUGAL, Silvia. *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf> Acesso em: 29 set. 2010.

SANTOS, B. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS B. *et al. As epistemologias do Sul num mundo fora do Mapa. Sociologias*, Porto Alegre, V. 18, n. 43, dez. 2016. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/68312>. Acesso em: 22 mar. 2017.

REFLORESTAMENTO

Paula Carneiro

Desde os primórdios das atividades econômicas no mundo, o setor florestal obteve notável papel ao fornecer matéria-prima e energia para a indústria. Se antes o uso das florestas, por meio do desmatamento ilegal, devastou áreas expressivas com remanescentes vegetais em todo o globo, atualmente o setor vem gerando consideráveis benefícios socioambientais e econômicos por meio do reflorestamento.

O tema florestal pode ser abordado sob duas perspectivas: a ambiental e a comercial. Na primeira delas, em muitos países o reflorestamento trata-se de uma exigência legal para a recuperação de áreas degradadas, sobretudo, aquelas protegidas por lei. O Protocolo de Quioto define o reflorestamento como a conversão de terras desflorestadas em área florestadas, através do plantio, sementeira e/ou da sementeira natural induzida pelo homem.

Na mesma linha, Ormond (2006) conceitua o reflorestamento como a implantação de floresta onde esta já foi explorada ou deixou de existir por outra razão. Veiga (1977) o considera como o processo contrário ao desflorestamento, ou seja, o plantio de florestas em áreas temporariamente não florestadas. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2002) ressalta que o reflorestamento difere do termo florestamento, e implica na transformação da paisagem (*Ver Verbete Paisagem*) de não-florestal para florestal em áreas classificadas como não-florestais, ou seja, nas quais não havia espécies florestais em outros tempos.

Por sua vez, o reflorestamento comercial tem semelhante definição, contudo, pode ocorrer igualmente em áreas onde havia e não havia floresta. Tem por objetivo o plantio de espécies com importante valor comercial, nativas ou exóticas, que servirão como matéria-prima para as indústrias: siderúrgica, moveleira, de papel e celulose, de carvão, entre outras. Por esta razão, estas áreas são também designadas “florestas plantadas”.

Segundo a FAO, com um crescimento de cinco milhões de hectares por ano desde 2000, as florestas plantadas atingiram a marca de 264 milhões de hectares no mundo em 2015, correspondendo a 7% da área verde dos cinco continentes. Instituições como a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) apontam os EUA como o principal produtor de papel e celulose a partir de florestas plantadas do globo, seguido pela China, Canadá, Brasil e Suécia. No setor de madeira processada, voltado à indústria moveleira, a China encontra-se no topo do *ranking* enquanto o Brasil está na sétima posição.

De acordo com dados do Global Forest Resources Assessment, estudo com relevância no assunto em escala mundial, no ano de 2015 o Brasil contava com 7,74 milhões de hectares com reflorestamento comercial. As principais espécies cultivadas no país são Pinus (*Pinus spp.*), Acácia (*Acacia mearnsii*), Seringueira (*Hevea spp.*), Teca (*Tectona grandis*), Paricá (*Schizolobium parahyba*), Araucária (*Araucaria angustifolia*) e Álamo (*Populus sp.*), segundo o Serviço Nacional de Informações Florestais (2017).

Apesar dos grandes desafios impostos pela legislação ambiental e pelos entraves comerciais, o setor florestal vem crescendo a passos largos nas últimas décadas e ganhando cada vez mais destaque no Brasil. É notória a contribuição do setor para a preservação ambiental, na medida em que adota as premissas do desenvolvimento sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*), sobretudo no mercado de sequestro de carbono.

REFERÊNCIAS

REFORMA AGRÁRIA

Zander Navarro

Conflitos sociais decorrentes do acesso e uso da terra para fins produtivos registram antecedentes remotos. Não poderia ser diferente nas sociedades do passado, nas quais a agricultura era a principal atividade econômica e modo de vida. Sendo um recurso finito, o controle da terra emergiu como tema político quando seu acesso foi bloqueado e não havia mais fronteiras de expansão e a sobrevivência dos grupos rurais passaram a depender de decisões daqueles que se apropriavam do patrimônio fundiário. É por esta razão que a reforma agrária, enquanto uma ação estatal tendente a minimizar esses conflitos, somente surgiu na agenda quando foram constituídos os estados, especialmente no período moderno. Assim, o tema surgiu com desenvoltura depois da Segunda Guerra, coincidindo com a descolonização e a formação de novas nações independentes (BINSWANGER e DEININGER, 2009). Mas foi política também estimulada pela multiplicação de movimentos revolucionários de esquerda que combatiam o poder dos grandes proprietários de terra. Quando combinados, ao derrubarem a velha ordem, impuseram sempre a reforma agrária, como na China ou em Cuba, entre outros (WOLF, 1984[1969]).

O primeiro período e o mais importante (e talvez o único relevante) na história internacional da reforma agrária se estendeu entre os anos cinquenta e até a década de 1970, ainda que ações de vulto tenham ocorrido anteriormente, como o processo expropriatório que se seguiu à revolução mexicana de 1910, ou o caso, ainda mais emblemático, da revolução russa. Embora sob motivações distintas, como no caso do Japão, onde foi imposta pelos vencedores da guerra, ou então quando foi realizada silenciosamente, como na Malásia e outros países asiáticos, o grande teatro da reforma agrária foi, no entanto, a América Latina, embora com resultados modestos. Nesse continente, um fator recorrente durante este período principal foi a justificativa de ser esta uma política dinamizadora do mercado interno. O pensamento cepalino, nas décadas de 1950 e 1960, foi igualmente influente no continente para sustentar teoricamente as propostas de reforma agrária que então floresceram, as quais romperiam o “dualismo estrutural” que se julgava existir. É também necessário citar o papel da revolução cubana, evento que estimulou alguns governos latino-americanos a promover a reforma agrária como fator de desenvolvimento social. Movidos por um ou mais desses fatores, entre outros, ocorreram diversas iniciativas, algumas rapidamente abortadas, da Bolívia (1953) ao Peru (1966), do Chile (a partir de meados dos anos sessenta) a Cuba (1959).

No Brasil, mesmo que a necessidade de transformar a estrutura fundiária tenha sido defendida por muitos ainda no século 19, o tema emergiu vigorosamente apenas a partir da segunda metade da década de 1950, inflamando os debates que anteciparam 1964. Naquele primeiro período, as reivindicações de assalariados rurais, em algumas regiões, e o fenômeno, especialmente nordestino, das Ligas Camponesas, iluminaram o tema e, pela primeira vez, esta foi demanda que ocupou a agenda nacional. Contudo, foi um momento fugaz, pois não prosperou sob o impacto do golpe militar de abril de 1964. Embora nenhuma ação tenha ocorrido, as pressões políticas, no entanto, fizeram nascer naquele mesmo ano o Estatuto da Terra (Lei 4504), o qual instituiu diversas categorias descritivas que ainda são usadas, como módulo rural e os tipos de imóveis rurais (minifúndios, empresas rurais e latifúndios). Além disto, o Estatuto detalhou minuciosamente a lógica de implantação desta ação governamental (SILVA, 1996). Mas seus preceitos não vingaram e, durante o ciclo militar, apenas 77 mil famílias foram assentadas, normalmente em situações episódicas de maior tensão social.

Com a redemocratização, esta política pública retornou à cena, embora já tivesse reaparecido no final dos anos setenta, por força, em especial, de ações realizadas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais. Em janeiro de 1984 foi formado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, assim, outro ator político também passou a demandar a sua realização. Durante o processo constituinte (1987/88), intensos esforços foram operados para tirar a reforma agrária do papel. Pouco foi feito, contudo, durante os governos Sarney, Collor e o breve período de Itamar Franco, quando foram assentadas 140 mil famílias, ainda que novas leis facilitassem a sua aplicação, como a transformação em preceito constitucional da função social da terra. Foi apenas a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que, de fato, o tema ressurgiu, repercutindo a onda democratizante daqueles anos, a abertura propiciada pelo Governo Federal e, sem dúvida, as pressões realizadas pelo MST e pela CONTAG. Assim foi iniciado o segundo capítulo desta política na história brasileira, o qual persistiu até recentemente.

Durante cinco mandatos presidenciais (entre 1994 e 2013), foi ampla a ação governamental, sendo assentadas 1,25 milhão de famílias, de acordo com dados oficiais. Uma área estimada em 88 milhões de hectares foi arrecadada para a reforma agrária, o equivalente a 1,5 vezes o tamanho da França. Além disto, os assentamentos (8.982 até o final de 2013) se espalharam pelo país e a realidade da reforma agrária, que fora tema tão candente no passado, aos poucos se tornou rotineira e menos conflituosa. Recentemente, a reforma agrária brasileira parece estar encontrando crescentes impasses. O mecanismo da desapropriação se tornou cada vez menos usado (em face de impedimentos legais) e

o Governo Federal tem recorrido com frequência à aquisição de imóveis, especialmente nos estados do Norte. Entre 1995 e 2008, um em cada quatro dos imóveis destinados à reforma agrária foi arrecadado em apenas dois estados, o Maranhão e o Pará. Desta forma, a reforma agrária brasileira vem se tornando uma ação regional e, tecnicamente falando, passou a ser uma política principalmente de compra de terras para a formação de novos assentamentos rurais. Além disto, contida pela urbanização, a demanda social efetiva caiu fortemente a cada ano e, desta forma, é provável que esta política esteja em seu ocaso histórico.

Por fim, é significativo citar que a reforma agrária quase sempre ocorreu sob regimes autoritários, por ser uma transferência de direitos de propriedade forçada e irreversível. Com as ondas democratizantes do período contemporâneo, é ato de força que passou a encontrar dificuldades políticas crescentes. Desta forma, o conjunto desses fatores faz a reforma agrária, cada vez mais, uma política pública do passado. Persistem, contudo, diversos esforços destinados a divisar um segundo momento na história internacional da reforma agrária (AKRAM-LODHI *et al*, 2007). Mas é duvidoso que ocorra, senão regionalmente, como em partes da África subsaariana ou em alguns países do Sul da Ásia, pois entramos em uma era onde a maior parte das razões originárias para a ocorrência dessa política deixou de existir.

REFERÊNCIAS

AKRAM-LODHI, A.H. *et al* (orgs.) (2007). *Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization. Perspectives from Developing and Transition Countries*. Londres: Routledge.

BINSWANGER-MKHIZE, H.; DEININGER, Klaus. "History of land concentration and redistributive land reforms". *In: Binswanger, H. et al* (orgs). *Land Redistribution. Towards a Common Vision*. Washington: The World Bank, pp. 45-86, 2009.

NAVARRO, Zander. *Expropriating land in Brazil: principles and practices*. *In: Binswanger, H. et al* (orgs). *Land Redistribution. Towards a Common Vision*. Washington: The World Bank, pp. 267-289, 2009.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: Edição ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), 1996.

VEIGA, José Eli. Fundamentos do agrorreformismo. *In: Stédile, João Pedro* (org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1994.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas do Século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984 (originalmente publicado em 1969).

REGIÃO

Rogério Haesbaert

Região é um dos conceitos centrais da Geografia, configurando um de seus campos mais importantes, a Geografia Regional (frente à chamada Geografia Geral ou Sistemática), que durante um longo período do século XX respondeu pela própria “natureza” ou o núcleo básico do raciocínio geográfico. Também está presente em outras disciplinas, em especial a Economia, onde funda o campo da Economia Regional (Ver Verbete Economia Regional) ou Espacial. Na verdade, a grande e mais ampla questão que o conceito de região responde diz respeito à diferenciação do espaço, seja enquanto diferenças de grau, quantitativas, como as que abordam as desigualdades socioeconômicas (vinculadas à divisão inter-regional do trabalho, por exemplo), seja como diferenças de natureza, qualitativas, como aquelas de ordem cultural (etnia, gênero, religião, língua). Assim, na chamada Geografia tradicional de matriz francesa (autores como Paul Vidal de La Blache) e anglo-saxônica (autores como Richard Hartshorne, pelo menos na primeira fase de sua obra), o estudo geográfico se concentrava na análise da “diferenciação de áreas”. Para ser mais preciso, no caso de Vidal de La Blache, considerado um dos pioneiros nessa perspectiva, ele ofereceu uma multiplicidade de conceitos de região que vão da relação homem-meio às regiões nodais.

Pode-se afirmar que a região em sentido lato corresponde a um recorte do espaço geográfico dotado de certa homogeneidade e/ou coesão interna que o diferencia em relação a outros espaços. Nesse sentido, a região em Geografia equivale ao período dos historiadores, pois assim como a periodização identifica recortes dotados de certa coerência no tempo, a regionalização estabelece recortes relativamente uniformes ou coesos no espaço. Na verdade, os dois processos devem ser considerados indissociáveis, pois toda periodização deve considerar as especificidades regionais em que/para as quais é proposta, assim como toda regionalização tem sua validade diretamente vinculada a determinado período histórico em que é concebida.

A diferenciação dos espaços regionais pode variar de acordo com o critério utilizado pelo pesquisador, desde critérios que definem regiões simples (regiões climáticas, regiões fito-botânicas, regiões linguísticas, etc.) até um conjunto de elementos definidores de regiões mais complexas. Alguns autores da Geografia clássica consideravam região apenas aqueles espaços cuja diferenciação representava um amálgama complexo mas relativamente uniforme de elementos humanos e naturais, a chamada “região integrada” ou “síntese”. Nesse sentido, muitas vezes a região se confundia com o conceito de paisagem (Ver Verbete Paisagem – natural e cultural ao mesmo tempo), ao valorizar a diferenciação

morfológica do espaço. Nesse caso a região poderia ser vista como um simples dado, uma configuração concreta a ser reconhecida no próprio campo pelo pesquisador.

Com a aceleração do processo de globalização (Ver Verbete Globalização) capitalista e com o advento da Geografia neopositivista, na segunda metade do século XX, temos um arrefecimento no uso do conceito, o próprio espaço geográfico lido muito mais através de sua lógica reticular e da dinâmica de fluxos do que de sua lógica zonal ou em áreas bem delimitadas. Nasce assim a região como mera classificação de áreas (GRIGG, 1974) e, sobretudo, as regiões funcionais ou polarizadas, onde muito mais importante do que a delimitação de uma área é a definição de uma hierarquia de polos, onde fatores econômicos – geralmente a prestação de serviços e o comércio – são fundamentais para definir zonas de influência das cidades. As regiões, nesse caso, admitem sobreposições e são desenhadas sobretudo através de redes de articulação a centros urbanos em diferentes níveis de centralidade. A chamada teoria do lugar central de Walter Christaller foi decisiva para essa regionalização.

Podemos dizer, assim, que o conceito de região e a própria Geografia Regional, em contraponto a uma Geografia Geral, inserem-se num vai e vem constante do pensamento geográfico, ora priorizando-se as análises de espaços ou regiões específicas, ora considerando muito mais as dinâmicas espaciais gerais ou globais. Na Geografia crítica de base marxista, por exemplo, num primeiro momento rechaçou-se o conceito de região, que tenderia a sobrevalorizar o caráter único dos espaços e a menosprezar a dinâmica contraditória do sistema capitalista em sentido amplo. Depois, entretanto, reconheceu-se a importância em analisar as especificidades geográficas da difusão desigual e combinada da divisão espacial do trabalho (MASSEY, 1984) e as disputas territoriais de frações regionais da classe dominante, gerando, muitas vezes, regionalismos – movimentos de base geográfica por autonomia frente ao Estado nação.

Durante certo tempo a região também esteve associada à questão das escalas geográficas, especialmente ao se priorizar a região na dimensão escalar intermediária entre os níveis local e nacional. Assim, toda uma tradição (Ver Verbete Tradição) que tem reflexos até os dias atuais concebeu a análise regional basicamente numa escala de caráter subnacional e supralocal. De qualquer forma que se defina região, entretanto, não há como negar que ela envolve sempre um processo mesoescalar, no sentido de recorte espacial – seja do “global” (como no caso da “Geografia Regional do mundo” e sua tradicional regionalização em continentes ou blocos de poder), seja do “nacional” (como na conhecida “Geografia Regional do Brasil” e seu estudo das 5 macrorregiões – embora um país das dimensões do Brasil tenha oficializado também suas meso e microrregiões).

Correntes fenomenológicas consideraram a região a partir da perspectiva do espaço vivido (FRÉMONT, 1976) e/ou da consciência regional, demonstran-

do assim o quanto a região vai além de uma mera construção teórica, instrumento analítico do pesquisador (como difundido por alguns neopositivistas), e se produz a partir da vivência concreta dos grupos sociais que com ela se identificam. Nesse caso, muitas pontes puderam ser construídas entre a Geografia e áreas como os Estudos Culturais. Alguns autores também trabalharam na interface entre os regionalismos, intrinsecamente políticos, e as identidades culturais regionais. Estudos sobre a descentralização do Estado, realizados desde geógrafos clássicos como Vidal de la Blache, continuam relevantes, especialmente quando consideram as múltiplas faces (econômica, política, identitária, ambiental...) da região e se vinculam ao chamado planejamento regional (Ver Verbete Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional).

As últimas décadas, assim como complexificaram a dinâmica capitalista, também obrigaram os estudos regionais a admitirem múltiplos conceitos de região e múltiplos processos de regionalização, adaptáveis aos contextos geo-históricos aos quais estão relacionados. O acirramento das desigualdades regionais pelos projetos neoliberais e a intensificação do extrativismo econômico, sobretudo em regiões periféricas como a América Latina, levaram a admitir dinâmicas regionais também mais complexas, como nas chamadas “regiões com buracos” (MASSEY et al, 1998), fruto de articulações espaciais que deixam muitas áreas excluídas dos circuitos hegemônicos do grande capital. Por outro lado, há um revigorar das antigas relações “homem-meio” à medida em que cada vez mais se reivindica o combate à dissociação entre as dinâmicas da natureza e aquelas da sociedade. Emergem assim conceitos como o de biorregião, na tentativa de resgatar, em nova leitura, questões-chave como a preservação de ecossistemas e culturas regionais e uma autonomia, especialmente alimentar e produtiva, a eles associada.

No caso da América Latina, o chamado pensamento descolonial permite verificar o quanto geógrafos e outros pensadores clássicos já se preocupavam com essas questões e propunham novas formas de organização regional, como é o caso do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1928), que propôs um “novo regionalismo” para o Peru a partir das questões indígena e da terra. A abordagem descolonial desde um olhar latino-americano permite perceber a importância de definir região a partir dos contextos geo-históricos em que ela emerge, neste caso marcado por uma profunda colonialidade do poder, onde o eurocentrismo, o racismo e o patriarcalismo são marcantes. Rer ler a América Latina como “região” à luz do pensamento descolonial significa, em primeiro lugar, questionar a herança colonial de sua própria designação, que exclui o reconhecimento do enorme legado dos chamados povos originários (Ver Verbete Educação e Cultura dos povos indígenas no Chile).

Com isso, uma nova regionalização, atualmente, implica considerar regiões produzidas também “a partir de baixo”, diferenciando processos regionaliza-

dores hegemônicos e subalternos. Nesse sentido, a região não desaparece, mas se complexifica, tanto como produto quanto como contraposição à globalização neoliberal em curso. Mais do que nunca, a abordagem regional é chamada a considerar a conjunção entre a bio e a etnodiversidade do planeta. Por mais dissociadas que tenham sido, a diferenciação regional “natural” do espaço não pode ser separada de sua diferenciação cultural, sob pena da perda das condições básicas à sobrevivência da humanidade no planeta.

REFERÊNCIAS

- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980 (1976).
- HAESBAERT, R. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo e Buenos Aires: Expressão Popular e Clacso, 2008 (1928).
- MASSEY, D. *Spatial Divisions of Labour*. Nova York e Londres: Routledge, 1984.
- MASSEY, D. et al. *Rethinking the region*. Londres : Routledge, 1998.

Indicações bibliográficas para maiores informações sobre o tema abordado

- GOMES, P. C. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GRIGG, D. Região, modelos e classes. In: Chorley, R. e Haggett, P. (orgs.) *Modelos Integrados em Geografia*. S. Paulo: Ed. USP; Rio de Janeiro: LTC. 1974 (1967)
- HAESBAERT, R.; PEREIRA, S.; RIBEIRO, G. (orgs.) *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HARTSHORNE, R. *The nature of Geography*. Annals of the Association of American Geographers, XXIX, 1939.
- LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1989.

REGIONALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Enrique Martínez Larrechea

O regionalismo, como sinônimo de unidade econômica ou produtiva, esteve na base da abordagem interdisciplinar que tomou forma (com valiosos precedentes anteriores) na segunda metade do século XX. Esta abordagem foi rapidamente ligada na América Latina ao planejamento econômico e de desenvolvimento (ver o texto Planejamento Urbano e Regional). Mas a partir dos anos 70, impôs-se uma abordagem mais analítica e crítica, que concebia as regiões como formações sociais e não apenas unidades geográficas, atribuindo à espacialidade a característica de um produto social. A chamada “questão regional” surge quando é possível diferenciar os componentes sociais de uma determinada área. O regionalismo, em certo sentido, constitui uma perspectiva da ação coletiva dos atores regionais (Quintar, 2001; di Tella et al. 2001). O regionalismo, tal como a economia e o planejamento, emerge no quadro do Estado.

O conceito de região (ver texto Região) tem sido enriquecido nas últimas décadas pelas contribuições das relações internacionais. No segundo período pós-guerra, o processo das Comunidades Europeias, um processo regional ambicioso que visava a construção de um mercado único, que envolveu também um pilar supranacional, representou a principal iniciativa do regionalismo a nível supraestatal. (Van Langenhove e Maes, 2013: 173-174).

O regionalismo também se desenvolveu na África, na América do Norte e do Sul, e a reformulação dos processos de cooperação ou integração regional como um todo durante os anos 90 foi descrita como “novo regionalismo”.

As preocupações teóricas sobre a caracterização e explicação das características distintivas dos processos de integração deram origem ao campo do regionalismo comparativo. Apesar do seu desenvolvimento recente, o regionalismo ainda sofre de déficits de conceitualização. Como no caso do regionalismo a nível subnacional, também a nível internacional, as regiões correspondem a unidades territoriais criadas pelos Estados.

Héttne e Söderbaum (2000) construíram uma tipologia de processos de *regionalidade*, que incluía os seguintes tipos:

- Espaço social regional (ou proto social): Os fatores naturais constituem barreiras geográficas que delimitam os intercâmbios transnacionais dentro da região.
- Sistema social regional (ou complexo regional): Este é o ponto de partida do processo de regionalismo. Constrói a interdependência entre os componentes da região.

- Sociedade regional internacional: Este nível incorpora atores não estatais, no quadro das relações transnacionais.
- Comunidade regional: Esta é uma política regional institucionalizada, uma comunidade de Estados que forma uma região formal.
- Estado regional: Neste último nível, as entidades soberanas que compõem a região evoluem para uma nova entidade política que reúne uma grande transferência de soberania.

O desenvolvimento do novo regionalismo ao longo dos anos 90 (reformulação da União Europeia, nascimento do TLCAN e do Mercosul, reformulação da CAN, da ASEAN e da Organização de Unidade Africana, e as relações estabelecidas estimularam a abordagem inter-regionalista (Sberro, 2013: 349-355). Hänggi (2000) desenvolveu um quadro conceitual que incluía cinco categorias: a) entre blocos regionais formais; b) entre um bloco regional formal e um grupo regional menos formalizado; c) entre dois grupos regionais; mais duas outras categorias híbridas: d) relações mega regionais entre grupos de estados de duas regiões “centrais” diferentes; e) relações interregionais híbridas entre grupos ou blocos regionais e potências individuais.

Além dos conceitos de região e regionalismo a nível subnacional e supranacional, nas últimas duas décadas (sem prejuízo dos precedentes anteriores) foram desenvolvidas iniciativas e abordagens que envolvem várias regiões subnacionais em esquemas supranacionais, ou que desenvolvem cooperação internacional e até interregional através de um espaço regional específico.

Um bom exemplo desta abordagem transregional é o ZICOSUR na América do Sul.¹ A chamada Zona de Integração Centro-Oeste da América do Sul reúne as dimensões internacional e subnacional em um único projeto. Surgiu em 1997 de uma reunião com representantes da região Ásia-Pacífico, realizada em Antofagasta em abril de 1997, formulando o objetivo de “aumentar as trocas comerciais com o continente asiático, estabelecendo este destino como um mercado prioritário para alcançar o pleno desenvolvimento das regiões que compõem o ZICOSUR”. Posteriormente, foi acordada a criação de um órgão executivo e, na reunião seguinte, em Salta, em 2005, foi aprovada uma institucionalização definitiva (Protocolo de Campo Grande).

O artigo 1 dos Estatutos do ZICOSUR estabelece que:

O ZICOSUR (Zona de Integração da América do Sul Centro-Oeste) é uma união de governos subnacionais que formam um fórum de integração de caráter internacional, cujo principal objetivo é promover a integração regional para promover o desenvolvimento

¹ Outro exemplo é a *Estrada Um Faixa* (OBOR) na Ásia, Pacífico, Ásia Central e Europa, a ambiciosa iniciativa da China de restabelecer as antigas rotas continentais e marítimas entre a China, Ásia Central, Europa e África, financiada pelo Banco Asiático de Investimento, que irá estabelecer uma rota de cooperação internacional, bem como sub-regional.

*sustentável, conseguindo a inserção da sub-região no contexto internacional do ponto de vista competitivo, desenvolvendo o comércio exterior com os mercados internacionais, através da articulação dos eixos de comunicação.*²

*(Estatuto do ZICOSUR, Artigo 1. origem e objetivos)*³

A emergência de uma nova ordem global, caracterizada pelo peso da região Ásia-Pacífico, afeta as estratégias e formatos de cooperação regional. A transição para novos esquemas de governança (ver texto Governança) parece facilitar o desenvolvimento de concepções, formatos institucionais e iniciativas capazes de conectar níveis anteriormente compartimentados de “regionalidade”, articulando regiões subnacionais, esferas continentais sub-regionais e, em certos casos, através de esquemas inter-regionais.

REFERÊNCIAS

HETTNE, B., & SÖDERBAUM, F. Theorising the rise of regionness. *New political economy*, 2000, 5(3), 457-472. Acesso: 12/04/2021

QUINTAR, A. Región / Regionalismo. 2001; pp. 600-602. En: Di TELLA et al. *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*, 2001. Buenos Aires: Emecé

VAN LANGENHOVE, L. & MAE, L. *Comparative Regionalist Studies*, 2013: 173-174. En: TELÓ, M. *Globalization, Europe, Multilateralism*. Burlington: Ashgate

SBERRO, S. Interregional Relations. 2014, 349-360. En: TELÓ, M. *Globalization, Europe, Multilateralism*. Burlington: Ashgate. Disponible en: <https://books.google.es/books?hl=es&lr=&id=TsKKBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA349&ots=WODGHJJEN&sig=eQxijHpKd8-1VHEke0QTKrDLTRk#v=onepage&q&f=false> – Acesso: 12/04/2021

HÄNGGI, H. “Interregionalism: empirical and theoretical perspectives.” *St. Gallen, University of St. Gallen* (2000): 1-14.

² ZICOSUR website. Disponível em: <http://zicosur.co/acerca-de-zicosur/> - Acesso: 04/12/2021.

³ Disponível em: <http://zicosur.co/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto.pdf> - Acesso em: 04/12/2021.

RENDA MÍNIMA E RENDA BÁSICA

Sérgio Luís Allebrandt

Políticas de renda mínima e renda básica são tipos de transferência de renda (*Ver Verbetes Transferência de Renda*). Tanto a renda mínima quanto a renda básica são transferências de renda não contributivas, isto é, não exigem, para sua concessão, contribuição prévia por parte dos beneficiários.

Renda Mínima é uma renda condicionada, garantida em diversos países para indivíduos que, mesmo não tendo contribuído para nenhum sistema previdenciário, desde que apresentem uma situação socioeconômica familiar considerada abaixo da linha de pobreza, definida por certa faixa de rendimento.

Boa parte dos países do hemisfério norte adotam programas de renda mínima: Dinamarca (1933), Reino Unido (1948), Finlândia (1956), Suécia (1957), Alemanha (1961), Países Baixos (1963), Áustria (1974), Bélgica (1974), Irlanda (1977), França (1988), Espanha (1988) e Portugal (1997) (VANDERBORGHT e VAN PARIJS, 2006).

Zimmermann e Silva (2008) lembram que o desenho dos programas de renda mínima varia entre os diferentes países. No entanto, de modo geral, estão vinculados à situação socioeconômica familiar, consideram nacionalidade, residência e idade. A maioria impõe como condicionalidade que o beneficiário aceite trabalhar, em vaga intermediada por agências de emprego. O programa pode ser centralizado nacionalmente ou definido por estados e províncias ou até mesmo municipalidades.

Renda básica é uma renda universal a ser paga a todos os cidadãos de um país, estado ou município. A princípio, não existe qualquer tipo de condicionalidade na adoção da renda básica, sendo entendida como um direito do cidadão. Portanto, não é contributiva nem condicionada. É direito do cidadão, independentemente de sua situação socioeconômica.

O debate em torno das transferências de renda incondicionais e universais esteve fortemente presente na academia e nos planos de governo (implementados ou não) ao longo dos anos pós-guerras mundiais. Mas é na década de 1980 que o debate retorna de forma mais intensa, com interesse em vários países europeus, inclusive com a criação, em 1986, da Rede Europeia de Renda Básica (*Basic Income European Network – BIEN*), que realiza um congresso a cada dois anos para debater o tema “renda básica universal”.

Atualmente, existem diversas experiências práticas de transferências de renda que se aproximam da ideia de renda básica. Van Parijs (2002) apresenta algumas dessas experiências: a) renda básica universal incondicional e universal: o Fundo Permanente do Alasca (Alaska Dividend Found) é um fundo instituí-

do há mais de 20 anos, baseado nos royalties da exploração do petróleo, que garante uma transferência de cerca de dois mil dólares anuais a cada cidadão, independentemente de sua condição socioeconômica; b) renda mínima de tipo condicional: praticada em diversos países europeus a partir da década de 1990, é uma renda garantida para todos, mesmo para aqueles que não contribuíram para nenhum sistema, mas é condicional, isto é, destina-se àqueles cuja renda familiar se situe abaixo de determinado valor, e exige aceitação de emprego ou outra forma de integração social por parte dos beneficiários; c) renda básica universal voltada a idosos: praticada em muitos países, é a transferência mensal de um valor mínimo a partir de determinada idade (normalmente 65 anos), independentemente da situação da pessoa em termos socioeconômicos ou da percepção de outras pensões ou poupanças; d) renda básica universal para menores: é a contribuição de uma espécie de salário família por filho menor, independentemente dos pais estarem trabalhando; e) renda básica de imposto restituível: normalmente consiste numa redução uniforme e individual do imposto, usufruída também por parte daqueles que não pagam impostos ou que pagam uma pequena importância. Reino Unido, França, Bélgica e Holanda praticam este tipo de renda, em especial a Holanda, que restitui imposto para todos os trabalhadores.

Recentemente a província de Ontario, no Canadá, anunciou um projeto piloto para dar um cheque mensal que cubra o custo de vida dos cidadãos, estejam eles empregados ou não e sem a necessidade de contrapartidas. Também a Finlândia anunciou no final de 2016 o plano do governo de testar o que os finlandeses definem como o novo modelo de previdência social dos anos 2020, um programa universal de renda a ser paga todo mês para todos os habitantes do país. Também em 2016 um referendo realizado na Suíça rejeitou com 77% dos votos a implantação de um programa de renda básica universal que previa a transferência mensal de US\$ 2.500 mensais para cada cidadão suíço.

No Brasil, o debate está presente nas discussões sobre transferência de renda. Em 1991 o Senado aprovou projeto de lei do senador Eduardo Suplicy, propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), destinado a todo brasileiro maior de 25 anos num montante de cerca de 2,25 salários mínimos. Em 2004 é sancionada a Lei 10.835, que institui a renda básica de cidadania no Brasil, no entanto, a lei autoriza o Executivo a implantar o programa gradativamente, começando pelas pessoas mais pobres.

Já os programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada podem ser considerados programas de renda mínima sendo o primeiro com condicionalidades e o segundo incondicional, mas ambos não universais, pois beneficiam seletivamente determinados grupos da população.

REFERÊNCIAS

ZIMMERMANN, C.; SILVA, M. da C. *As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza. Revista Espaço Acadêmico*, v. 7, nº 82, mar. 2008.

VAN PARIJS, P. A renda básica: *Por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul? Econômica*, v. 4, n. 1, p. 75-93, junho 2002.

RESILIÊNCIA

Pere Ariza Montobbio
Andrea Carrión

A resiliência tem múltiplas origens e diferentes entendimentos em vários campos do conhecimento, como ecologia, física, psicologia e desenvolvimento humano. Desde o trabalho de Holling(1973) em ecologia ou Rutter(1985) em psicologia, várias definições e perspectivas têm evoluído.

Para a ecologia, a resiliência é “a capacidade dos sistemas socioecológicos de absorver perturbações, mudar e manter as suas funções essenciais, estrutura e feedbacks” (Walker e Salt 2006, p. 32). Embora a noção de resiliência implique recuperação de crises ou desastres, que está especialmente presente na visão de engenharia do termo, ela também diz respeito à renovação, reorganização, inovação e desenvolvimento, ou seja, a capacidade de transformação (Folke 2006; Pelling, O’Brien, e Matyas 2015). A definição utilizada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (ver texto sobre Mudanças Climáticas) inclui tanto a resiliência como as capacidades de transformação, sendo a resiliência entendida como a “capacidade dos sistemas sociais, econômicos e ambientais de lidar com um evento perigoso, tendência ou perturbação, respondendo ou reorganizando-se de forma a manter sua função, identidade e estrutura essenciais, mantendo a capacidade de adaptação, aprendizagem e transformação” (IPCC 2018, p. 88).

Da psicologia, a resiliência é vista como “a capacidade humana de enfrentar, superar e ser fortalecida ou transformada por experiências de adversidade” (Grothberg 2001, p. 19). Esta abordagem eminentemente individual foi ampliada por noções de resiliência comunitária que enfatizam o envolvimento social, o desenvolvimento de novas relações e ações coletivas, entendendo as comunidades como grupos sociais que vivem em um território e agindo cooperativamente (MENANTEUX SUAZO, 2015). Esta perspectiva está relacionada com a resiliência social, entendida como “a capacidade de grupos ou comunidades para lidar com os factores de stress e choques externos resultantes de mudanças sociais, políticas ou ambientais” (ADGER, 2000, 347).

É importante contextualizar sociologicamente a emergência do paradigma (ver texto Paradigma) da resiliência e o pensamento complexo que a acompanha. Num contexto de modernidade tardia ou reflexiva, emerge a sociedade de risco (Beck 2006), marcada pelo aumento da incerteza, pela perda de legitimidade das instituições modernas e pela crise ecológica global (LAMPIS 2013; REBOTIER, LÓPEZ PELÁEZ, E PIGEON, 2013). Neste contexto, a gestão da incerteza é de vital importância e é uma necessidade para a tomada de decisões. O conceito de resiliência é desenvolvido no contexto da pesquisa e análise de

sistemas socioecológicos como sistemas adaptativos complexos, compostos de múltiplos elementos e escalas em interação e evolução (GUNDERSON e Holling, 2002). A complexidade das interações entre os elementos e os feedbacks indiretos que as mudanças em um subsistema geram em outros e no todo, mostra a inadequação da relação causa-efeito, exigindo atenção à não-linearidade e explicações multifatoriais. As mudanças são então de evolução permanente e imprevisível, marcadas pela instabilidade e equilíbrio dinâmico oscilando entre múltiplos estados, com ou sem perturbação externa. Sob este entendimento, choques, crises e riscos são inevitáveis e são uma parte intrínseca da evolução do sistema (METZGER E ROBERT 2013; DAVOUDI 2012).

O conceito de resiliência foi ampliado para incluir tentativas de prevenir e mitigar perturbações que afetam um sistema (GODSCHALK 2003). Neste sentido, a resiliência está associada à capacidade de planejamento, aprendizagem, inovação, criatividade e adaptabilidade sócio territorial (MEHMOOD 2015; FLEISCHHAUER 2008; DAVOUDI 2012). Por isso ganhou atenção tanto na pesquisa como no desenho e implementação de políticas públicas nos campos da gestão de risco de desastres e redução e adaptação à mudança climática ou mudança ambiental global. Paradoxalmente, porém, o uso do conceito, tanto empiricamente como teoricamente, enfrenta desafios significativos, bem como críticas à sua utilidade ou relevância (REBOTIER, LÓPEZ PELÁEZ E PIGEON 2013; MACKINNON E DERICKSON 2013).

As muitas definições existentes, algumas delas imprecisas, levaram a discussões sobre a sua utilidade e sobre problemas de tradução ou transposição de uma disciplina para outra, especialmente entre as ciências naturais e sociais (LAMPIS 2013). Alguns autores consideram-no um “conceito difuso”, cuja aplicação depende do contexto, da escala e dos atores envolvidos (MÉNDEZ 2012). Outros o veem como um “objeto de fronteira”, no sentido de que tem plasticidade suficiente para se adaptar às necessidades e restrições dos diferentes atores que o utilizam, mas ao mesmo tempo, consistência suficiente para manter uma identidade comum entre atores e lugares (BORIE ET AL 2019).

As discussões sobre a sua aplicabilidade e operacionalização são de particular importância para o desenvolvimento regional, ainda mais quando falamos de “resiliência urbana” como metáfora que combina dimensões ecológicas, socioeconômicas e de planejamento (PICKETT, CADENASSO, E GROVE 2004). Aplicada às cidades, metrópoles ou regiões urbanas, a análise da resiliência requer discussões sobre a definição de sistemas urbanos, sua relação com o território, ruralidade e globalização, funções urbanas desejadas, ou as temporalidades de ação e resposta a desastres pontuais versus declínios prolongados, entre outros (MEEROW, NEWELL, E STULTS, 2016).

Estes debates são politicamente carregados, uma vez que a recuperação ou transformação das “funções” de um sistema resiliente exige que se defina primeiro o propósito ou objetivo do sistema e quem ou o que é definido por (atores) e a que escala temporal e geográfica (contexto) (METZGER E ROBERT 2013; REBOTIER, LÓPEZ PELÁEZ, E PIGEON 2013). As implicações políticas do uso do conceito são também relevantes para a mobilização ideológica da resiliência. A sua principal aplicação centra-se no tema (individual, comunitária, urbana ou sistema socioecológico) e na recuperação face a crises “inevitáveis”, mas não nos determinantes estruturais e na construção social da vulnerabilidade e do risco. Este uso do conceito pode facilmente transferir a responsabilidade para capacidades individuais sem abordar as desigualdades e relações de poder que explicam as diferenças de vulnerabilidade e resiliência entre grupos, bairros, comunidades ou cidades (ALLEN, GRIFFIN, E JOHNSON 2017; LAMPIS 2013). A resiliência é, portanto, um conceito contestado que precisa de ser contextualizado em torno de questões como: A resiliência de quem? Diante a quais perturbações? Com qual objetivo?

REFERENCIAS

- Adger, W. Neil. 2000. «Social and ecological resilience: are they related?» *Progress in Human Geography* 24 (3): 347-64. <https://doi.org/10.1191/030913200701540465>.
- Allen, A., L. Griffin, y C. Johnson, eds. 2017. *Environmental Justice and Urban Resilience in the Global South. Political Science Series*. New York US: Palgrave McMillan.
- Beck, Ulrich. 2006. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona, España: Paidós.
- Borie, Maud, Mark Pelling, Gina Ziervogel, y Keith Hyams. 2019. «Mapping narratives of urban resilience in the global south». *Global Environmental Change* 54 (enero): 203-13. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2019.01.001>.
- Davoudi, Simin. 2012. «Resilience: A Bridging Concept or a Dead End?» *Planning Theory & Practice* 13 (2): 307. <https://doi.org/10.1080/14649357.2012.677124>.
- Fleischhauer, Mark. 2008. «The Role of Spatial Planning in Strengthening Urban Resilience». En , 273-98. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-8489-8_14.
- Folke, Carl. 2006. «Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses». *Global Environmental Change* 16 (3): 253-67.

<https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002>.

Godschalk, David R. 2003. «Urban Hazard Mitigation: Creating Resilient Cities». *Natural Hazards Review* 4 (3): 136-43. [https://doi.org/10.1061/\(asce\)1527-6988\(2003\)4:3\(136\)](https://doi.org/10.1061/(asce)1527-6988(2003)4:3(136)).

Grotberg, Edith Henderson. 2001. «Introducción. Nuevas tendencias en resiliencia». En *Resiliencia. Descubriendo las propias fortalezas*, editado por Elbio Néstor Suárez Ojeda y Aldo Melillo, 19-30. Madrid, España: Paidós.

Gunderson, Lance H, y C S Holling. 2002. *Panarchy: understanding transformtations in human and natural systems*. Washington, DC: Island Press.

Holling, C S. 1973. «Resilience and Stability of Ecological Systems». *Annual Review of Ecology and Systematics* 4 (1): 1-23. <https://doi.org/10.1146/annurev.es.04.110173.000245>.

IPCC. 2018. «Anexo I: Glosario [Matthews J.B.R. (ed.)]». En *Calentamiento global de 1,5 °C, Informe especial del IPCC sobre los impactos del calentamiento global de 1,5 °C con respecto a los niveles preindustriales y las trayectorias correspondientes que deberían seguir las emisiones mundiales de gases de efecto i*, editado por P.R. Shukla Masson-Delmotte V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, M.I. Gomis A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, y M. Tignor y T. Waterfield E. Lonnoy, T. Maycock.

Lampis, Andrea. 2013. «Editorial: Ciudad y resiliencia: una cuestión al estilo de Escher». *Territorios*, n.º 28: 9-19.

MacKinnon, Danny, y Kate Driscoll Derickson. 2013. «From resilience to resourcefulness». *Progress in Human Geography* 37 (2): 253-70. <https://doi.org/10.1177/0309132512454775>.

Meerow, Sara, Joshua P. Newell, y Melissa Stults. 2016. «Defining urban resilience: A review». *Landscape and Urban Planning*. Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2015.11.011>.

Mehmood, Abid. 2015. «Of resilient places: planning for urban resilience» 24 (2): 407-19. <https://doi.org/10.1080/09654313.2015.1082980>.

Menanteux Suazo, María Rocío. 2015. «Resiliencia comunitaria y su vinculación al contexto latinoamericano actual / Community resilience and its relationship to the current Latin American context». *Cuadernos de Trabajo Social* 14 (diciembre 2015): 23-45.

Méndez, Ricardo. 2012. «Ciudades y metáforas: sobre el concepto de resilien-

cia urbana». *Ciudades y Territorios. Estudios Territoriales* XLIV (172): 215-31. <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/76122>.

Metzger, Pascale, y Jérémy Robert. 2013. «Elementos de reflexión sobre la resiliencia urbana: usos criticables y aportes potenciales». *Territorios*, n.º 28 (septiembre): 21-40. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35728173002>.

Pelling, Mark, Karen O'Brien, y David Matyas. 2015. «Adaptation and transformation». *Climatic Change* 133 (1): 113-27. <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1303-0>.

Pickett, S T A, M L Cadenasso, y J M Grove. 2004. «Resilient cities: meaning, models, and metaphor for integrating the ecological, socio-economic, and planning realms». *Landscape and Urban Planning* 69: 369-84. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.035>.

Rebotier, Julien, Juanita López Peláez, y Patrick Pigeon. 2013. «Las paradojas de la resiliencia: miradas cruzadas entre Colombia y Francia». *Territorios 28 / Bogotá* (28): 127-45.

Rutter, Michael. 1985. «Resilience in the Face of Adversity: Protective Factors and Resistance to Psychiatric Disorder». *British Journal of Psychiatry* 147 (6): 598-611. <https://doi.org/10.1192/bjp.147.6.598>.

Walker, Brian, y David Salt. 2006. *Resilience Thinking. Sustaining Ecosystems and People in a Changing World*. Washington, D.C: Island Press.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Martinho Luís Kelm

A Responsabilidade Social das organizações, imbricada no debate ambiental (*Ver Verbete Gestão Ambiental*), é uma temática que nos últimos anos converteu-se quase em uma abordagem obrigatória de qualquer referencial estratégico ou de posicionamento organizacional de modo a garantir uma postura “politicamente correta” na relação sociedade/empresa. Este debate emerge como relevante na medida em que as organizações, bases do sistema capitalista, passam a assumir um determinante protagonismo nas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Conceitualmente pode-se afirmar que a Responsabilidade Social das Organizações emerge de uma obrigação moral, ou como resultado de uma pressão da sociedade, ou ainda como estratégia de posicionamento competitivo da organização, e envolve a implementação de ações para melhorar a qualidade de vida e dignidade dos *stakeholder*, sociedade e ambiente como um todo.

Já em termos de modelos de análise, pode-se afirmar que a Pirâmide de Responsabilidade Social Corporativa proposta por Carroll (1991) constitui-se atualmente em uma espécie de paradigma do tema no contexto da administração de empresas. O autor propõe a análise da ação das organizações a partir das dimensões econômica, legal, ética e discricionária. Em uma perspectiva vinculada aos processos de institucionalização, Kelm *et al* (2014), trabalham com as dimensões econômica, do regramento legal, governança organizacional (*Ver Verbete Governança*) e ações estratégicas.

Com relação a evolução dos debates teóricos, a primeira manifestação acadêmica desta problemática é atribuída a Bowen (1953), quando o autor debate a responsabilidade específica do homem de negócios. Naquele momento, o debate surgia em um contexto de elevação do poder das grandes corporações, principalmente industriais, a adoção de diversas posturas monopolistas destes grandes grupos colocando, muitas vezes, a sociedade e o ambiente reféns de seus interesses de maximização do retorno do capital.

Do conceito proposto e possibilidades de problematização, observa-se que o foco não está necessariamente no objeto ou mesmo nas ações sociais, mas nas motivações que tornam este tema uma responsabilidade para a organização, fazendo emergir debates que definem a extensão da própria ação empresarial. Inicialmente este debate assumiu uma perspectiva bastante normativa a partir de uma perspectiva ético-moral, transpondo para a organização o que normalmente se impõe aos indivíduos, na medida em que se visualiza a empresa como um ente moral e com responsabilidades imputáveis a partir desta premissa. É o conjunto de diretrizes e orientações internas, planejamento e cultura organizaci-

onal que estariam conferindo uma personalidade moral a entidade que por sua vez orientaria e condicionaria a ação de seus gestores, mesmo que alguns denominem a organização como uma abstração legal e “amoral”. Esta abordagem pautou o debate do tema no ocidente, principalmente na década de 50 e têm atualmente pesquisadores filiados à abordagem.

A partir da década de 60 o debate assume uma perspectiva que pode ser denominada de contratualista, no sentido em que as organizações seriam uma espécie de agentes concessionários da sociedade para a operação em um conjunto de bens e serviços. Desta relação, emergem tacitamente um conjunto de responsabilidades que vão se modificando em função do impacto e complexidade da relação empresa e sociedade. É também a partir desta relação que a empresa teria responsabilidades em contribuir à elevação dos padrões de dignidade existencial, visto que esta estaria usufruindo de contextos sociais ou ambientais para a consecução de seus objetivos específicos e, pela sua ação, gerando possíveis efeitos que teriam de ser mitigados, preventivamente ou posteriormente a sua ação.

Esta abordagem recebe um reforço acadêmico importante com a teoria dos *stakeholders* (FREEMAN, 1984). Por este debate, a sociedade compõe um conjunto de partes relacionadas à ação empresarial que interferem, ou são impactadas por esta ação presente ou futura, e cuja relação deve ser cuidadosamente cotejada no fazer organizacional. Em outras palavras, a empresa possui uma função objetivo a ser maximizada a qual possui como restrições o conjunto de funções objetivos de seus *stakeholders*. A maximização integrada destas funções objetivas definiram os limites entre a responsabilidade das organizações e sua sustentabilidade.

Contrapondo estes argumentos pode-se encontrar pesquisadores reconhecidos, como Milton Friedman, que afirma que a única responsabilidade da empresa é com seus acionistas e com a obtenção de lucro, observados os limites e determinações legais. Apesar dos argumentos deste debate, a abrangência que a ação empresarial assumiu contemporaneamente torna quase que inevitável que se considere que as responsabilidades extrapolam o minimamente fixado pela legislação e exige uma permanente discussão dos limites e responsabilidade desta ação organizacional (KELM *et al*, 2014).

Mais recentemente o debate também tem sido marcado por uma terceira motivação de caráter estratégico, no sentido em que, independente de imputabilidade moral ou de algum contexto contratual, as organizações poderiam usufruir ganhos pela implementação de ações socioambientais que fossem aderentes anseios e expectativas de seus *stakeholders*. Ou ainda, fortalecendo positivamente sua reputação social e junto a seus consumidores se antecipasse, em suas ações cotidianas, elementos que fossem paulatinamente incorporados aos estatutos legais.

REFERÊNCIAS

- BOWEN, H. R. *Responsibility of the businessman*. New York: Harper & Row, 1953.
- CARROLL, A. B. *The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization stakeholders*. **Business Horizons**. New York: Elsevier, v. 34, n. 4, p. 39-48, July-Aug. 1991.
- CARROLL, A. *Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct*. *Business and Society*, vol. 38, p. 268-295, 1999.
- _____. *Three dimensional conceptual model of corporate performance*. *Academy of Management Review*, v. 4, p. 497-505, 1979.
- FREEMAN, R. E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- KELM, M.L. *et al. Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional*. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, Edição Especial, artigo 2, Rio de Janeiro, Ago. 2014.

SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

Victor Fernandez Nascimento



O termo saneamento logo nos remete a pensarmos no abastecimento de água (Ver Verbete Uso da Água) e na coleta do esgoto. Porém, o mesmo inclui uma série de outros serviços importantes para o desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) de uma sociedade.

De acordo com a Lei brasileira 11.445 de 2007 que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, alterada pela Lei 14.026 de 2020, pode-se definir como saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, além de incluir também a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Por sua vez, o saneamento ambiental pode ser considerado como o conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da sociedade através do controle das atividades do saneamento básico para evitar doenças e propiciar maior higiene. Ou seja, o correto tratamento da água e do esgoto, além de um bom gerenciamento dos resíduos sólidos e um manejo adequado das águas pluviais urbanas são questões de interesse de saúde pública. Isso porque existem uma grande quantidade de doenças que são causadas pela falta adequada de um saneamento adequado. Dentre as principais enfermidades, pode-se citar a Hepatite A, febre amarela, dengue, febre tifoide, cólera, malária, dentre outras mais.

No mundo, bilhões de pessoas continuam sofrendo com a falta de saneamento básico. Segundo o relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019 intitulado - *Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2000-2017: Special focus on inequalities* -, cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tem serviço adequado de água tratada e 4,2 bilhões não tem serviço adequado de esgotamento sanitário (WHO/UNICEF, 2019).

De acordo com o Índice de Performance Ambiental (em inglês *Environmental Performance Index*) publicado pela Universidade de Yale que classifica a saúde ambiental e vitalidade dos ecossistemas dentro de diversas temáticas para 180 países no mundo, temos que o Brasil se localiza na 51ª posição para a temática de gerenciamento de resíduos sólidos dentre todos os outros países e na 96ª colocação para a categoria de abastecimento de água e saneamento, bem atrás

de países vizinhos como Uruguai (35°), Argentina (46°), Colômbia (63°), Paraguai (90°) e Venezuela (94°) para o ano de 2020 (Wendling et al, 2020).

Em relação ao manejo dos **resíduos sólidos**, segundo dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) de 2019 fornecidos de forma auto declaratória por 3.712 municípios, representando mais de 66% do número de municípios brasileiros, a cobertura de serviços de coleta de resíduos domiciliares é de aproximadamente 92% (e 99% da população urbana) valores considerados bem altos e próximo da universalidade, principalmente nas áreas urbanas. Porém, deste total de municípios cerca de 61% não possui coleta seletiva o que dificulta a etapa da reciclagem e tratamento destes resíduos e conseqüentemente impede o cumprimento da Lei 12.305 de 2010 que implementa a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta lei vem seguindo uma hierarquia de gerenciamento dos resíduos muito parecida com a de países desenvolvidos que tem como ordem de prioridade a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e por último a disposição final dos rejeitos.

Como no Brasil a maioria dos municípios ainda não realiza a coleta seletiva, temos uma taxa de tratamento, reciclagem e compostagem irrisória para o país. Portanto, grande parte dos resíduos não são tratados e estão sendo enviados para locais finais de disposição que muitas vezes são inadequados (NASCI-MENTO et al., 2015; 2019). Embora 75% dos resíduos coletados sejam encaminhados para locais adequados como os aterros sanitários, ainda temos cerca de metade dos municípios brasileiros, principalmente os com menor número de habitantes, enviando seus resíduos para lixões, os quais por sua vez acabam impactando o meio ambiente e a sociedade.

Em relação ao saneamento os dados do SNIS para este mesmo ano de 2019, nos apontam que cerca de 84% dos brasileiros (e 93% da população urbana) possuíam acesso ao serviço de **abastecimento de água**. Ainda que esta cobertura seja alta deve se destacar que há uma grande perda na distribuição, onde mais de 39% de toda água que foi coletada e tratada é perdida por causa de vazamentos, fraudes, etc nos sistemas de tubulações. Contudo, a cobertura do abastecimento de água está muito mais próxima de alcançar a universalidade do que se levarmos em consideração a questão do **esgotamento sanitário**, no qual somente cerca de 54% dos brasileiros é atendida com coleta de esgoto. Vale salientar que deste total de esgoto coletado que já é baixo, apenas 49%, possui algum tipo de tratamento e mais da metade são lançados *in natura* no meio ambiente, principalmente nos recursos hídricos.

Ou seja, no Brasil, são consumidos diariamente cerca de 154 litros de água por pessoa, aproximadamente 80% deste valor são gerados de esgoto. Como a população brasileira em 2019 foi estimada pelo IBGE em quase 211 milhões de habitantes, temos que são gerados cerca de 26 bilhões de litros/dia de esgoto,

deste total apenas 14 bilhões de litros/dia são coletados, deste valor cerca de 7,1 bilhões de litros/dia não são tratados o que equivale a aproximadamente o volume de 3.788 piscinas olímpicas de esgoto sendo lançada diariamente no meio ambiente, o que acaba causando diversos riscos aos ecossistemas e à saúde da população brasileira.

Atualmente, tanto no Brasil quanto em vários outros países no mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos, a maior parte dos esgotos é despejada sem tratamento em recursos chamados de corpos d'água e propiciam a contaminação do meio ambiente e conseqüentemente diminuem a qualidade de vida da população. Deste modo, para se obter melhores condições de vida e de desenvolvimento de uma sociedade é necessário que toda a população seja contemplada com a universalidade das atividades do saneamento, porém, no caso do Brasil isso ainda não acontece e está longe de acontecer.

Como metas globais que abordam a questão do saneamento básico temos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foi lançado em 2002 e durou até 2015 e tinham como foco acabar com a pobreza extrema. Dentre os oito ODM a meta 7c visava reduzir pela metade o número de pessoas que não tinham acesso sustentável a água potável e ao saneamento básico, incluindo higiene. Uma vez que somente as doenças diarreicas são responsáveis pela morte de mais de 1,5 milhão de pessoas todos os anos, sendo grande parte delas crianças e jovens, principalmente em países de baixa renda (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Posteriormente, os ODM foram sucedidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – Ver Verbete Agenda 2030) para o período de 2015-2030, constituíram então 17 objetivos para suprir os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que nosso mundo enfrenta rumo a sustentabilidade. Dentre os diversos objetivos, o ODS 6 está diretamente relacionado com o acesso à água limpa e ao saneamento para todos, porém, como a temática da água e do saneamento é transversal, ou seja, causa impactos em diferentes setores da vida, como a saúde, a qualidade ambiental, e a economia, ela também está correlacionada indiretamente com outros ODS.

No Brasil, as metas para se cumprir o ODS 6 podem ser consultados em alguns documentos, um dos mais importante é o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) o qual estabelece 29 metas que envolvem, entre outros, oito indicadores para o componente de abastecimento de água, seis para o esgotamento sanitários e oito para os resíduos sólidos com o prazo de execução para 2023 e 2033 que são monitorados anualmente através da elaboração dos Relatórios de Avaliação Anual. Além dos 22 indicadores diretamente relacionados com as questões do saneamento básico, temos ainda sete indicadores auxiliares que contribuem para se ter uma visão mais ampla dos impactos das políticas de

saneamento em outras áreas como a saúde (Ver Verbete Pandemia), com as informações sobre taxa de mortalidade na infância, taxa de internações por doenças diarreicas, etc. Ao mesmo tempo, relacionam o saneamento com informações como renda, educação, dentre outros itens relevantes para o bem-estar coletivo.

Normalmente há uma grande desigualdade no Brasil, as regiões com maior renda e educação geralmente apresentam taxas de cobertura de saneamento maiores e mais próximas da universalização e infelizmente o contrário também acontece, regiões mais pobres apresentam menores coberturas de saneamento. Portanto, ao buscar-se a universalização dos serviços de saneamento espera-se poder contribuir para a diminuição destas desigualdades regionais (Ver Verbete Desigualdades e Diversidades Regionais) e com isso, garantir o futuro e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Diagnóstico dos serviços de água e esgotos. Site institucional, 2021. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Diagnóstico dos serviços do manejo de resíduos sólidos urbanos. Site institucional, 2021. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>

Nascimento, V. F., Sobral, A. C., Andrade, P. R. de, & Ometto, J. P. H. B. (2015). Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. *Revista Ambiente & Agua-An Interdisciplinary Journal of Applied Science*, 10(4), 889–901. <https://doi.org/10.4136/1980-993X>

Nascimento, V. F., Sobral, A. C., Fehr, M., Yesiller, N., Andrade, P. R., & Ometto, J. P. H. B. (2019). Municipal solid waste disposal in Brazil: improvements and challenges. *International Journal of Environment and Waste Management*, 23(3), 300–318. <https://doi.org/10.1504/IJEW.2019.10019834>

World Health Organization. (2021). Diarrhoeal disease. <https://doi.org/https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/diarrhoeal-disease>

WHO/UNICEF. (2019). Progress on household drinking water, sanitation and hygiene 2000-2017 (Issue September 2019). <https://washdata.org/sites/default/files/documents/reports/2019-07/jmp-2019-wash-households.pdf>

Wendling, Z. A., Emerson, J. W., de Sherbinin, A., Esty, D. C., et al. (2020). 2020 Environmental Performance Index. New Haven, CT: Yale Center for Environmental Law & Policy. epi.yale.edu

SEGURANÇA ALIMENTAR

Soraya Tanure

As origens do conceito de segurança alimentar datam da Europa do início do século XX, dentro da perspectiva de que cada país deveria produzir sua própria alimentação, buscando reduzir eventuais vulnerabilidades em situações adversas que implicassem risco à soberania nacional. Posteriormente, na década de 40, documentos oriundos dos recém-criados organismos financeiros internacionais mencionam a assistência alimentar como parte do conceito de segurança alimentar (VALENTE, 2002).

Por longas décadas, o mito de criação e manutenção de estoques de alimentos foi considerado verdadeiro e capaz de sustentar os problemas relacionados à fome mundial, que atingia parcelas numerosas das populações.

Diante da quebra deste paradigma, nas décadas de 80 e 90, ampliou-se o conceito de segurança alimentar, incluindo componentes como a oferta estável e o acesso a alimentos de qualidade, articulados à redistribuição de renda e de bens materiais, a equidade social e, por fim, as relações éticas entre as gerações e modos de vida sustentáveis. Atualmente, a alimentação é tratada como um componente do direito à vida digna, à autodeterminação e à plena satisfação das necessidades básicas do ser humano (ABAG, 1993).

Segundo Valente (2002), a segurança alimentar consiste em garantir condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Hoffmann (1995) considera que há segurança alimentar para uma população se todos os indivíduos que a compõem, possuem permanentemente, acesso a alimentos suficientes, permitindo uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, em geral e, particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, do poder aquisitivo do indivíduo, isto é, dispor de renda para adquirir os alimentos. Logo, se uma parcela substancial da população brasileira tem baixos rendimentos, estes indivíduos encontram-se em situação de insegurança alimentar.

O monitoramento da segurança alimentar de uma sociedade é altamente complexo, uma vez que são vários os elementos que a definem. Do lado da oferta de alimentos, devem ser monitorados, no mínimo, a disponibilidade per capita, a composição nutricional, a qualidade sanitária, a obediência a regulamentações legais, a comercialização e o preço dos alimentos ofertados para con-

sumo. Do lado da demanda, devem ser monitorados a renda (*Ver Verbetes Renda Mínima e Renda Básica*), a capacidade de autoconsumo, as preferências alimentares, os conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde e os padrões de consumo alimentar da população (BELIK, 2003).

A Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (1993), divide a segurança alimentar em sete pilares básicos:

1. Construção da Família Brasil¹;
2. Estabilidade econômica para o desenvolvimento nacional;
3. Aumento real de compra dos salários;
4. Aumento das oportunidades de consumo de alimentos;
5. Valorização e expansão da produção agropecuária;
6. Redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos;
7. Agregação de valor e interiorização do desenvolvimento.

Desta maneira, a implementação da segurança alimentar para uma população, implica em ações sistêmicas entre vários setores, que envolvem desde a política econômica dos países, engloba as ações de controle da fome e permite o diagnóstico e monitoramento do estado nutricional e de saúde de populações, valorizando em última instância as culturas locais e regionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). *Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness*. São Paulo: ABAG, 1993.

BELIK, Walter. *Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade*, v.12, n.1, p.12-20, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição e no Brasil. Estudos Avançados*, v.9, n.24, p.159-172, 1995.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. *Direito humano à alimentação – Desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

Outras referências

BELIK, Walter. *Muito além da porteira – Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Coleção Teses (Tese de Livre Docência). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

¹ Construção de uma sociedade preocupada com o próprio futuro, em que seus cidadãos fossem habilitados a consumir e produzir em benefício da competitividade global do país.

SEGURO-DESEMPREGO

Marcos Paulo Dhein Griebeler

O benefício do seguro-desemprego foi criado no Brasil em 1986, pelo Decreto-Lei nº 2.284. Com a Constituição de 1988, ele passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego, sendo sua fonte de custeio o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Sua finalidade consiste em propiciar uma assistência financeira temporária (de 3 a 5 parcelas) ao trabalhador dispensado por iniciativa da empresa, bem como auxiliá-lo em sua manutenção e busca por um novo emprego, por meio de ações integradas de intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional (*Ver Verbete Qualificação Profissional*). Em relação a valores, seu pagamento é composto por três faixas de percepção.

Atualmente (maio/2021), para receber o benefício é necessário que o desempregado tenha exercido atividade remunerada com carteira assinada por, no mínimo, 12 meses consecutivos. Os valores correspondem à média dos 3 últimos meses do empregado, sendo o valor máximo pago de R\$ 1.911,84 por parcela.

Em que pese sua concessão, Chahad (1999) afirma que a (a) legislação tem se tornado bastante permissiva quanto aos critérios de percepção do benefício, flexibilizando as condições de habilitação e acesso, o que acarreta na permanência dos beneficiados por um maior tempo, desempregados. Além disso, ao passo em que (b) aumenta o número de parcelas em dados momentos de crise (como por exemplo, no setor calçadista em Novo Hamburgo/RS e municípios vizinhos) ou sazonalidade (para os pescadores de Rio Grande/RS, por sua vez, inseridos em um ramo informal de atividade econômica – *Ver Verbete Economia Informal*), ela se torna (c) mais conhecida pelos atores sociais (*Ver Verbete Atores Sociais*).

Contudo, sem o devido controle, o conhecimento do grande número de parcelas (máximo cinco), e o próprio prazo para encaminhar o benefício podem muito bem levar tais solicitantes a contribuírem para a manutenção das elevadas taxas de desemprego. Assim, isto resulta ao mesmo tempo em uma diminuição na procura por um trabalho formal, ao passo em que o incentiva a permanecer no mercado informal. Contudo, durante a percepção de tal benefício, esse período não é computado para fins de aposentadoria (AZEREDO e RAMOS, 1995).

Por isso, as políticas (*Ver Verbetes Políticas Públicas e Políticas de Trabalho*) que procuram lidar com o desemprego podem ser classificadas em dois grandes grupos: as (a) políticas ativas e as (b) políticas passivas. Deste modo, as políticas

ativas têm como objetivo principal melhorar o desempenho do mercado de trabalho e atender os indivíduos desempregados, seja por meio da intermediação de mão-de-obra ou por cursos de qualificação profissional. No que tange as políticas passivas, estas consideram como dado o nível de desemprego, e possuem como objetivo principal assistir o trabalhador desempregado e/ou sua família. Como exemplo desta política está a indenização por demissão, a redução da jornada de trabalho e o seguro-desemprego (ZYLBERSTAJN e BALBINOTTO NETO, 1999).

No entendimento de Balbinotto Neto e Zylberstajn (2000), os valores atrativos do seguro-desemprego induzem os trabalhadores a assumirem maiores riscos de perder seu emprego. Mesmo existindo uma melhora na sua posição financeira, quando desempregados, devido às parcelas a que tem direito, isto ocasiona em um aumento da rotatividade, visto que com sua existência, torna-se mais barato para as empresas despedirem os trabalhadores, provocando uma maior taxa de desemprego.

Ainda sobre a concessão do benefício, é importante destacar que no decorrer dos anos 80, junto ao desequilíbrio financeiro existente no Brasil, estabeleceu-se uma disputa tanto teórica como política que perdura até os dias atuais: o seguro-desemprego estaria contribuindo para manter taxas de desemprego elevadas ao diminuir o custo da procura ou aumentando a duração do desemprego (AZEREDO E RAMOS, 1995)?

De qualquer forma, uma vez instalada esta política pública passiva de emprego, ela precisa ser também avaliada e monitorada. Nesse sentido, entende-se que a defasagem atual acerca da concessão e do controle de uso dos recursos é ainda falha no Brasil, mas também em outros países. Além disso, como já mencionado, pode se tornar um mecanismo para alongar o desemprego, pois não existe um rigor sobre a real necessidade do beneficiário em determinados casos. Ademais, é sabido que em muitas situações, pessoas mantêm empregos informais paralelos à percepção do benefício, assim como outros buscam realizar acordos (fraudes) com as empresas, a fim de conseguir um ganho “extra” em sua renda.

Com o intuito de oferecer uma breve noção sobre como outros países lidam com esta política pública passiva de emprego, nos Estados Unidos, por exemplo, a legislação não é extensiva a todos os 50 Estados desta Federação. Outro ponto diferente praticado nesse país diz respeito ao valor do benefício ser maior ou menor, dependendo da taxa de desemprego de cada Estado. No México, apesar de oferecê-lo a todos os trabalhadores que percebem alguma remuneração, a lei trabalhista desse país realiza um cálculo baseado no tempo de serviço do ex-empregado. Nessa sistemática, é o empregador (e não o Governo) que se vê obrigado a pagar a ele três meses de salários acompanhado de vinte dias remunerados e proporcional ao seu tempo de empresa.

No caso da Itália, a concessão do auxílio-desemprego é estendida tanto a trabalhadores sazonais e ocasionais. Na Alemanha, este país estende seu benefício de seguridade financeira aos trabalhadores agrícolas e domésticos, aprendizes e *trainees* de empresas, recebendo até 2,15% de seu último salário (ou sem direito ao benefício, caso o salário seja inferior a 10% do teto).

Deste modo, observa-se que a revisão da política de seguro-desemprego no Brasil requer mudanças que sejam considerados como elementos estratégicos para que se possa gerar melhor os recursos destinados aos beneficiários, evitando desvios ou o uso inadequado dos mesmos. Nesse sentido, talvez comprometer todos os Estados do País em informar suas taxas de desemprego pode ser o início de uma mudança, assim como a própria revisão do prazo para encaminhamento do seguro-desemprego (que atualmente é de até 120 dias após a demissão). Em contrapartida, ressalta-se ainda a importância dessa política pública passiva de emprego, em especial, dado o agravamento da Pandemia (Ver Verbete Pandemia), garantindo desta forma, uma subsistência mesmo que temporária, mas de direito do trabalhador.

Contudo, a própria política de valores *versus* tempo sem emprego, considerando-se a possibilidade de diminuição proporcional do benefício (quanto mais tempo desempregado, menor o valor do benefício), assim como a condição do segurado (solteiro, casado, etc.) são apenas alguns dos requisitos que talvez, no futuro, possam contribuir para melhorar situações, atualmente, uniformes e sem critérios rigorosos de concessão do benefício.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. (1995). *Políticas públicas de emprego: experiências e desafios*. Rio de Janeiro, IPEA.

BRASIL. Seguro-desemprego. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-o-seguro-desemprego>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BALBINOTTO NETO, Giácomo; ZYLBERSTAJN, Hélio. *O seguro-desemprego e o perfil dos segurados no Brasil*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1999_14.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. *As bases para a reformulação do programa brasileiro de seguro-desemprego e sua integração com o sistema público de emprego*. São Paulo: Convênio Fipe/MTE, abr. 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE (São Paulo). *Tipos de seguro-desemprego no mundo*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ZYLBERTAJN, Hélio; BALBINOTTO NETO, Giácomo. *As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego*. Est. econ., São Paulo, 29(1): 129-149, jan-mar 1999. Disponível em: <<http://www.estecon.fea.usp.br/ndex.php/estecon/article/viewFile/498/209>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SIGNOS DISTINTIVOS TERRITORIAIS

Valdir Roque Dallabrida

Vivemos num período de transição paradigmática da sociedade dos objetos para a (i)conomia, o que representa a transição para a sociedade dos ícones, ou signos. Assim, um determinado signo pode fazer referência, por exemplo, a um produto ou serviço cuja notoriedade e especificidade remetem a um determinado território, numa relação constante entre produto e território, em que tanto o produto quanto o território se beneficiam dessa notoriedade (DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017).

Na língua portuguesa, nos principais dicionários, consta que signo é sinônimo de sinal. Já a referência ao termo distintivo, refere-se a um sinal ou signo que sirva para estabelecer distinção ou diferença, de algo em relação aos seus assemelhados, o que justifica o uso do termo signo distintivo. Quando um signo faz referência a um sinal que serve para distinguir um território dos demais lugares, está se falando, então, de um signo distintivo territorial (DALLABRIDA, RUÍZ e PLAZA, 2016).

Martínez-Villalba (2014), interpretando a definição da Real Academia Espanhola, amplia a compreensão sobre signo, destacando seus elementos essenciais: (i) é algo, um objeto, fenômeno ou ação material, (ii) que alude a outra coisa, como um produto ou serviço, (iii) que serve para distinguir essa coisa de outras (iv) frente ao público.

A Constituição Brasileira faz referência aos signos no título que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, mais especificamente, no capítulo em que trata dos direitos e deveres. Refere-se aos signos distintivos, como sinais usados no mercado para identificar e distinguir produtos ou serviços, empresas, estabelecimentos, regiões ou localidades. São eles: (i) marca; (ii) nome empresarial; (iii) títulos de estabelecimento; (iv) Indicações Geográficas (IG) (Ver Verbetes Indicação Geográfica); (v) nomes de domínio (GONÇALVES, 2007). Decorrente disso, as IG no Brasil representam um signo distintivo constituído por nome geográfico reconhecido, repousando no princípio da notoriedade, diferente de qualquer outro selo de certificação, que apenas certifica o produto, mas não possui caráter de distinguir a região ou a localidade de origem. Trata-se, então, de signos distintivos que representam a cultura, a tradição, ou o *terroir*, de um território, distinguindo-se dos demais.

É fundamental destacar a importância dos signos distintivos para os territórios. Em primeiro lugar, ressalte-se que alguns territórios, não todos, pode-

rão vir destacarem-se no cenário mundial por meio de seus signos distintivos. Isso faz a diferença, pois, num mundo cada vez mais globalizado e que tende à homogeneização, a distinção de territórios por meio de seus signos apontará mais possibilidades de avanços em termos de desenvolvimento territorial. Ou seja, territórios que sejam reconhecidos por signos que distinguem produtos com origem geográfica e que possuem qualidades, características ou uma determinada reputação, em função do lugar de origem. Tais signos são os que já são reconhecidos, ou estejam aptos ao reconhecimento, com o instituto da Indicação Geográfica no Brasil, como um dos principais exemplos de signos distintivos territoriais (DALLABRIDA; BAUKART; GUINZANI, 2020).

Sobre a possibilidade de produtos com especificidade territorial serem reconhecidos como signos distintivos territoriais, Muchnik (2006) recomenda que as estratégias de qualificação e reconhecimento da reputação de produtos impliquem, forçosamente, no estabelecimento de um processo de concertação entre atores do território. Para tanto, se faz necessário atentar às etapas que o autor considera imprescindíveis: (I) incubação da ideia e organização dos atores; (II) elaboração de um protocolo de negociação entre interesses divergentes, que resulte na construção de compromissos; (III) ensaios de autocertificação, correção do protocolo e, quando isso for de interesse coletivo, pedido de reconhecimento legal; (IV) consolidação da organização dos atores, avaliação do processo e, quando necessário, reformulação dos objetivos; (V) como resultado dos passos anteriores, reconhecimento legal e incorporação de terceiros ao processo de certificação da qualidade. Por fim, reafirma o autor que, de nada serve certificar a qualidade de um produto com especificidade territorial, sem a elaboração de mecanismos de controle da qualidade pretendida e sem instituições capazes de sancionar fraudes suscetíveis de serem cometidas.

A isso tudo acrescentam Covas, Covas e Dallabrida (2019): é fundamental que os resultados sejam socializados territorialmente e sua população sinta-se reconhecida e valorizada no seu saber fazer, na sua tradição histórica e modo de vida¹.

Os processos acima referidos, podem ser considerados formas de “significar territórios” (DALLABRIDA, 2020b), o que implica em reafirmar a valorização da dimensão territorial nos processos de desenvolvimento, pois, parte-se do entendimento de que tais processos ocorrem territorialmente localizados e historicamente situados e que, apesar da tendência à homogeneização resultante

¹ Em Dallabrida, Baukart e Quinzani (2020) apresenta-se uma proposta de *checklist* quanto às dimensões e parâmetros para a prospecção e/ou avaliação de experiências de associativismo territorial que possam ser consideradas no patamar de signos distintivos territoriais, com uso de uma escala *Likert* de significância. Esta proposta metodológica foi aplicada em duas experiências de Indicação Geográfica do Estado de Santa Catarina (Brasil), demonstrando eficácia nos resultados, os quais são apresentados na referida publicação.

do processo de globalização (Ver Verbete Globalização) atual, algumas transformações contemporâneas apontam para a valorização dos recursos e ativos dos territórios. Portanto, a estratégia de reconhecimento de signos distintivos territoriais e sua publicitação, representando produtos com especificidade territorial (ex. Vale dos Vinhedos – RS - Brasil) é uma forma de significar territórios.

REFERÊNCIAS:

COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; DALLABRIDA, V. R. Os signos distintivos territoriais e a smartificação do território. Uma abordagem exploratória. **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XXIV, n. 1.268, 20 abr. 2019.

DALLABRIDA, V. R. Significar territórios como estratégia de diferenciação: aportes teóricos e metodológicos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 196-213, 2020b. Doi: <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2019v30n60p196>.

DALLABRIDA, V. R.; BAUKART, K. S.; GUINZANI, W. Signos distintivos territoriais e indicação geográfica: uma avaliação de experiências com a aplicação de instrumental metodológico. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 195-211, 2020.

DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. P. ; PULPON, A. R. R. Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: uma primeira apreciação sobre experiências na Espanha e Brasil. IX Encontro de Pesquisadores em Gestão Social. **Anais...** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. v. 1. p. 1-18.

GONÇALVES, M. F. W. **Propriedade Industrial e a Proteção dos Nomes Geográficos**: indicações geográficas, indicações de procedência e denominações de origem. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

MARTÍNEZ-VILLALBA, J. C. R. Teoría general de los signos distintivos. **Revista la Propiedad Inmaterial**, n. 18, p. 191-219, nov. 2014.

MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. **Agroalimentaria**, v. 12, n. 22, p. 89-98, 2006.

Bibliografia Recomendada:

BRUCH, K. L. **Signos distintivos de origem**: entre o velho e o novo mundo vitivinícola. Tese (Doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Université Rennes I, Porto Alegre/RS/Rennes/France, 2011.

CALDENTEY, P. A.; GÓMEZ MUÑOZ, A. C. Productos típicos, territorios y competitividad. **Agricultura y Sociedad**, n. 80-81, p. 57-82, julio-diciembre 1996.

CHAMPREDONDE, M. Tipicidad Territorial: elemento fundacional de la construcción de una denominación de origen. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 22-40, jan./jul. 2016.

NAKAHODO, M. A. El misterio de la explotación de los signos distintivos. **Ius Et Veritas**, PUC/Peru, n. 26, p. 363-388, 2003.

PAVÓN, P.; GÓMEZ MUNHÓZ, A. C. Pautas de implantación de signos de calidad territorial en Andalucía. En: MORENO, L.; SANCHEZ, M.; SIMÕES, O. (Coord.). **Cultura, Inovação e Território: o agroalimentar e o rural**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2009. p. 75-85.

SIMULAÇÃO ORGANIZACIONAL

João Carlos Bugs

As organizações sempre tiveram que trabalhar com base em cenários diferenciados, onde ora a tendência era favorável ao seu segmento, ora com dificuldades. Nesse contexto, uma das preocupações dos empresários se atém ao fato das dificuldades apresentadas por muitos gestores, quando se trata do processo de tomada de decisão, caracterizando uma condição preocupante ao mundo empresarial. Essa preocupação aumenta ainda mais em razão de algumas disponibilidades tecnológicas como o celular, que trouxe ao cidadão e de uma forma pontual, aos estudantes universitários, uma condição facilitadora para a obtenção de informações necessárias ao dia a dia.

De acordo com Goleman (2013), num momento em que a tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*) e o excesso de informação geram distrações a cada minuto, criou-se uma geração sem foco, com dificuldade de desenvolver a capacidade de concentração. E sem concentração, perdemos o controle de nossos pensamentos.

Abre-se dessa forma um campo de oportunidades para as instituições que tratam do tema “gestão” (*Ver Verbete Gestão de Serviços*), onde o uso de ferramentas que possam direcionar os gestores e futuros administradores, para a questão do ‘pensar’ antes de decidir, se torna imprescindível.

Como saber se estamos no caminho certo? No mundo real, muitas coisas acontecem ao mesmo tempo no cotidiano de uma empresa e o gestor precisa estar atento aos indícios que vão surgindo, no qual exigem, na maioria das vezes, fazer escolhas.

O simulador organizacional vem preencher uma lacuna existente nos cursos de graduação e de extensão, como também de mestrado e doutorado nas Instituições de Ensino Superior, oportunizando aos estudantes conviver em sala de aula de um ambiente que se aproxima de um cenário empresarial real, onde a simulação de situações de negócio, de concorrência, de mercado, de produção, de finanças, de custos, de previsão de demanda, de logística, de recursos humanos, de condições conjunturais diversas, entre outras questões internas e externas, possa fazer parte do aprendizado no processo de tomada de decisão.

Da mesma forma, traz ao empreendedor uma visão mais próxima da realidade em que irá vivenciar no dia a dia empresarial, uma vez que trabalha conceitos vinculados às diversas atividades na cadeia operacional de um empreendimento e oferece um processo integrador e multidisciplinar, o que de certa maneira torna o aprendizado mais eficaz para o atendimento das necessidades da gestão empresarial.

Representa, portanto, um incentivo ao planejamento de um negócio, uma vez que os participantes dos simuladores organizacionais têm a oportunidade de desenvolver um aprendizado muito importante, por meio de uma metodologia que se pode considerar como ‘diferente’. Nesse contexto, fortalece o processo de decidir de forma correta nos mais diversos cenários conjunturais, quando a ocorrência de um erro por parte dos participantes pode ser analisada na essência das suas causas, trazendo melhor preparo para os desafios que se apresentam na dinâmica das decisões inerentes as funções de gerência.

REFERÊNCIAS

BARCANTE, Luiz Cesar; PINTO, Fernando Castro. *Jogos de negócios: revolucionando o aprendizado nas empresas*. São Paulo: Ímpetus, 2004.

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOLEMAN, Daniela. *FOCO: A atenção e seu papel fundamental para o Sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

TAVARES, Jean Max. *Teoria dos jogos: aplicada à estratégia empresarial*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VICENTE, Paulo. *Jogos de empresas: a fronteira do conhecimento em administração de negócios*. São Paulo: Makron Books, LTC, 2001.

Outras Referências

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. *Jogos de empresas e técnicas vivenciais*. São Paulo: Makon Books, 1995.

JALOWITZKI, Marise. *Jogos e técnicas vivenciais nas empresas*. São Paulo: Madras, 2001.

LACRUZ, Adonai José. *Jogos de Empresas: considerações teóricas*. Disponível em http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos_Cientificos/JOGOS%20DE%20EMPRESAS%20CONSIDERA%C3%87%C3%95ES%20TEORICAS.pdf. Acesso em: 09 mar. 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTER, Michael Eugene. *Estratégia competitiva: técnicas para a análise de indústrias e da concorrência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PRETTO, Fernando; FILARDI, Fernando. *Jogos de empresas: Uma estratégia de motivação no processo de ensino e aprendizagem dos cursos de Administração*. Instituto Politécnica de Leiria. 2008. Disponível em http://globadvantage.ipleiria.pt/files/2008/04/working_paper-13_globadvantage.pdf. Acesso em: 09 mar. 2017.

SINDEMIA

Aleteia Hummes Thaines

A concepção de Sindemia foi elaborada na década de 90, por Merrill Singer, antropólogo médico americano e professor da Universidade de Connecticut. Singer realizou um estudo na comunidade de Hartford, em Porto Rico, onde abordava a relação entre a violência urbana, o abuso de drogas e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), em comunidades vulneráveis (Ver Verbetes Geografia da Vulnerabilidade e Vulnerabilidade).

Esses três fatores foram definidos por ele como epidemias simultâneas entre as populações americanas mais pobres. Contudo, o conceito de epidemia não descreve a atual crise na saúde pública, pois ela é caracterizada por condições endêmicas, como por exemplo, uso de drogas e álcool, mortalidade infantil, suicídios, homicídios, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Isso significa que a saúde de uma população está diretamente relacionada com fatores políticos, econômicos e sociais, onde deve ser levada em consideração questões como taxa de criminalidade, de desemprego, pobreza, nutrição abaixo do padrão, mobilidade urbana, desigualdade social, estrutura familiar, saneamento básico, acesso à justiça e à saúde, além de outros fatores. (SINGER, 1996).

Nesse sentido, Singer (1996) conceitua sindemia como um conjunto de fatores ligados à saúde e as condições sociais que estão diretamente relacionados e que afetam, de forma geral, a saúde de uma população. Em seu estudo, o autor conseguiu relacionar, de modo direto, o uso de drogas, especialmente as injetáveis, com a disseminação do vírus da AIDS, bem como, o papel do tráfico de droga, com o aumento do contágio, por esse vírus, uma vez que muito utilizavam o sexo para pagar pelos entorpecentes.

Além disso, de forma indireta, constatou a interrelação com outras situações do cotidiano da comunidade, objeto de estudo, como é o caso da violência contra a mulher (Ver Verbetes Violência Contra a Mulher), principalmente por parte de homens que resistiam a usar preservativos e que eram usuários de drogas, o que contribuiu, proporcionalmente, para um aumento do número de violência e, conseqüentemente, um aumento no número de infectados pelo vírus da AIDS.

O agravamento das condições de saúde tende a ser mais devastadoras quando se fala em comunidades ou populações em situação de vulnerabilidade, especialmente, a vulnerabilidade social (Ver Verbetes Vulnerabilidade). Por esse motivo, as teorias sindêmicas buscam compreender e identificar as interações

biológicas e sociais para a definição de indicadores que levam a elaboração de políticas públicas de saúde eficiente, a fim de combater e tratar as doenças (THE LANCET, 2020). Pois, os fatores biológicos do indivíduo e da coletividade estão associados ao aumento da desigualdade social, acirrando o quadro epidemiológico e exacerbando os efeitos adversos de cada doença em separada. (COSTA, *et. al.*, 2020).

Diante disso, faz-se necessário abordar e enfrentar a Covid-19 (Ver Verbete Pandemia) como uma sindemia e não como uma pandemia - apesar da pandemia ser uma disseminação mundial de uma nova doença transmitida de pessoa para pessoa, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). (OMS, 2021) – pois, os reflexos sociais e econômicos decorrentes desta epidemia, não serão solucionados somente com medicamentos e vacinas. (THE LANCET, 2020).

REFERÊNCIAS

COSTA, Elisa Miranda; *et. al.* Sindemia e a Covid-19: reflexões sobre as vulnerabilidades sociais no Brasil. *In.*: COLOMBY, Reato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele (Org.) **A Covid-19 em múltiplas perspectivas**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020. Livro eletrônico. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: < <https://www.who.int/>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SINGER, Merrill. A dose of drugs, a touch of violence, a case of AIDS: conceptualizing the SAVA syndemic. *Free Inquiry - Special Issue: Gangs, Drug & Violence*. v. 24. n. 2. November 1996, p. 99-110, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292474731_A_dose_of_drugs_a_touch_of_violence_a_case_of_AIDS_Conceptualizing_the_SAVA_syndemic. Acesso em: 09 abr. 2021.

THE LANCET. **Offline: COVID-19 is not a pandemic**. *THE Lancet*, v. 396, p. 874, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2932000-6>. Acesso em: 09 abr. 2021.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

COLOMBY, Reato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele (Org.) **A Covid-19 em múltiplas perspectivas**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020. Livro eletrônico. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1>>.

SINGER, Merrill; BULLED, Nicola; OSTRACH, Bayla; MENDENHALL, Emily. Syndemics and the biosocial conception of health. *The Lancet*, v. 389, n. 10072, p. 941-950, 2017. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)30003-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)30003-X/fulltext)>.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; RIBEIRO, Helena; GIULIO, Gabriela Marques; JAIME, Patrícia Constante; NUNES, João; BÓGUS, Cláudia Maria; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; WALDMAN, Eliseu Alves. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

WILLEN, Sarah S; KNIPPER, Michael; ABADÍA-BARRERO, César E; DAVIDOVITCH, Nadav. **Syndemic vulnerability and the right to health**. *The Lancet*, v. 389, n. 10072, p. 964-977, 2017. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)30261-1/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)30261-1/fulltext)>.

SÍNDROME DE BURNOUT

Alessandra Rodrigues Jacoby

O mundo do trabalho vem sofrendo constantes modificações nos últimos anos, com sobrecarga de atividades e novas atribuições cognitivas e emocionais. Este novo cenário tem trazido aumento do estresse (Ver Verbete Estresse no Trabalho) laboral e da Síndrome de Burnout entre os trabalhadores. A origem do Burnout vem do inglês queimar-se ou destruir-se pelo fogo, trazendo a ideia de corroer-se, aniquilar-se pelo trabalho (TAMAYO, MENDONÇA, SILVA, 2012).

Herbert Freudenberger foi o primeiro a usar a expressão *Burnout* na literatura psicológica ao falar sobre o esgotamento emocional, perda de motivação e comprometimento, além de outros sentimentos psíquicos e físicos entre profissionais que trabalhavam em uma instituição de tratamento de dependentes químicos de Nova York. As mudanças foram percebidas após um ano de trabalho. As primeiras discussões sobre o esgotamento relacionado ao trabalho, na década de 70, estavam pautadas em profissões voltadas ao atendimento direto com o público como da área da saúde, assistência social, psicoterapia, serviços jurídicos e trabalho policial, demonstrando perda da energia e desvalorização pelo trabalho, talvez por estas profissões serem as primeiras a conseguirem externar o seu sofrimento. Após novos estudos outras atividades profissionais foram incluídas, voltadas a prestação de serviços, atividades administrativas, gestores, líderes de equipes de trabalho, supervisores, etc. (SCHAUFELI, LEITER, MASLACH, 2009).

A Síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico causando uma exaustão extrema, sendo classificado no grupo 24 do CID 11 (Classificação Estatística de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) "como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. É caracterizada por três dimensões: sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do próprio trabalho ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho; e redução da eficácia profissional". A exaustão ou sentimento de negativismo é o fator de traz sentimentos individuais como estar sendo muito exigido, podendo contar apenas com seus recursos emocionais e físicos. O aumento do distanciamento mental laboral ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho refere-se a um fator interpessoal e traz o sentimento negativo e distanciamento relacio-

nado a diversos aspectos do trabalho como clientes, colegas, supervisores e subordinados. Já a redução da eficácia profissional está relacionada a autoavaliação e remete a sentimentos de incompetência e redução da produtividade no trabalho (MASLACH, SCHAUFELI, LEITER, 2001).

A Síndrome de Burnout tem referência apenas nas questões laborais e não pode ser aplicada em outros contextos, acontece de maneira constante, direta e emocional em diversas atividades laborais. Também ficou conhecida como a “síndrome do esgotamento emocional” afetando quase todas os aspectos da vida do indivíduo. Sua manifestação pode durar anos ou décadas, sendo seu surgimento devagar e cumulativo, muitas vezes não percebido nas fases iniciais. É um fenômeno psicossocial e constitui-se de uma experiência individual negativa apresentado alterações cognitivas, emocionais e comportamentais.

O modelo de Gil-Monte (2005) traz quatro dimensões relacionadas à Síndrome de Burnout que precisam ser observadas: *ilusão pelo trabalho*: falta de desejo individual para o alcance das metas profissionais e não vendo o trabalho como fonte de prazer; *desgaste psíquico*: exaustão emocional e física em função da atividade laboral e da necessidade de se relacionar diariamente com pessoas que possuem ou geram problemas; *indolência*: atitudes de indiferença ou negativas em relação a organização e às pessoas que necessitam ser atendidas no ambiente de trabalho; *culpa*: sentimento de culpa pelo comportamento negativo e falta de expectativas profissionais (GIL-MONTE, 2005). A última dimensão, a culpa, foi adicionado em relação ao modelo tradicional de Maslach, Schaufeli, Leiter (2001), identificando casos mais graves da Síndrome.

Desta forma, o Burnout traz a uma sensação de esgotamento físico e mental que pode refletir em atitudes negativas como: ausências no trabalho, condutas de fuga e evitação, absenteísmo, diminuição da produtividade (Ver Verbetes Produtividade), atrasos, acidentes de trabalho, negligência, problemas de relacionamento com clientes e colegas de trabalho, frieza, insensibilidade, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, desamino e apatia, ansiedade, depressão, sentimentos de derrota, de fracasso, de insegurança, baixa autoestima. Além de manifestações físicas como dor de cabeça e no corpo, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, perda de apetite, pressão alta, dores musculares, insônia, crises de asma, distúrbios gastrointestinais entre outros. Nem sempre estas atitudes, sentimentos e manifestações físicas irão acontecer em todos as pessoas que sofrem a Síndrome de Burnout, dependerá de características individuais, da atividade laboral e aspectos da organização (TAMAYO, 2002; TAMAYO ET AL, 2009).

Atualmente, existem diversos instrumentos que avaliam a Síndrome de Burnout, o primeiro baseado em uma abrangente pesquisa psicométrica o Maslach Burnout Inventory (MBI), avalia as três dimensões do Burnout e

atualmente é a ferramenta mais usada, foi validada em diversos países, inclusive no Brasil (TAMAYO, 2003; CARLOTTO, CÂMARA, 2004). Com o aumento da incidência do Burnout diversos países desenvolveram escalas, de acordo com a sua realidade, aqui no Brasil a Escala de Caracterização do Burnout (ECB) foi desenvolvida e validada por Tamayo e Tróccoli (2009).

Um foco no maior engajamento no trabalho e fortalecendo as estratégias de *coping* (ferramentas para o enfrentamento de situações estressantes), buscando um ambiente laboral com maior bem-estar é uma das alternativas para evitar o Burnout (MASLACH, 2007). Desta forma, o equilíbrio de seis variáveis: carga de trabalho (tempo ou recurso para a realização de uma tarefa), controle sobre o trabalho (autonomia e liberdade para fazer o sabe), recompensas (reconhecimento relacionado ao desempenho), comunidade (apoio e confiança na liderança e nos colegas), justiça (sentimento de justiça e igualdade) e valor (sintomia entre crenças do que fazer e como fazer) seria o caminho mais adequado para o gerenciamento do estresse crônico (MASLACH, LEITER, 1997; FERREIRA, ASSMAR, 2008).

REFERÊNCIAS

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G.. **Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares.** Maringá: Psicologia em Estudo, v. 9, n.3, 499-505, 2004.

FERREIRA, M.C.; ASSMAR, E.M.L. Fontes ambientais de estresse ocupacional e Burnout: tendências tradicionais e recentes de investigação. In: TAMAYO, A. **Estresse e cultura organizacional.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GIL-MONTE, P. R. **El síndrome de quemarse por el trabajo (burnout). Una enfermedad laboral en la sociedad del bienestar.** Madrid: Pirâmide, 2005.

MASLACH, C.; LEITER, M.P. **Trabalho: fonte de prazer ou de desgaste.** Campinas: Papyrus, 1997.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P.. Job Burnout. **Annual Review Psychology**, 52, 397-422, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-11

SCHAUFELI, W.B.; LEITER, M.P.; MASLACH, C. B. **Burnout 35 Years of Research and Practice.** Career Development International, 14, 204-220, 2009.

TAMAYO, M. R.. **Burnout: Relação com a afetividade negativa, o coping no trabalho e a percepção de suporte organizacional.** Tese de doutorado. Departamento de Psicologia. Universidade de Brasília: Brasília, 2002.

TAMAYO, M. R. **Validação do Inventário de Burnout de Maslach**. In Universidade Federal da Paraíba (Org.), III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Anais p. 392-393. João Pessoa: UFPB, 2003.

TAMAYO, M. R.; TROCCOLI, B. T. **Construção e validação fatorial da Escala de Caracterização do Burnout (ECB)**. Natal: Estudos em Psicologia. vol.14, n.3, pp.213-221. set 2009.

TAMAYO, Mauricio Robayo; MENDONÇA, Helenides; SILVA, Eliete Neves da. Relação entre estresse ocupacional, coping e burnout. In: **Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

SISTEMA DE QUALIDADE

Secundino Luis Henrique Corcini Neto

A busca pela manutenção ou incremento da posição de mercado tem feito as organizações dedicarem especial atenção às necessidades e expectativas de seus clientes. Elementos estes que são traduzidos nos produtos ou serviços por elas comercializados. Muitas destas necessidades e expectativas são formalizadas por meio de especificações do produto. Estas especificações podem ser definidas pelo cliente ou pela própria organização, de acordo com sua experiência e recursos que dispõe. Independente da origem, cabe ao cliente e não à organização, aceitar o produto resultante desta especificação.

Os consumidores finais cada vez mais estão sendo estimulados pelas organizações com novas propostas de produtos e serviços que buscam pelo caminho da diferenciação, capturar sua atenção e reverter na comercialização dos produtos. Desta forma, as organizações têm repassado a seus fornecedores todas estas demandas de diferenciação, bem como a manutenção da qualidade intrínseca de seus produtos, que é reconhecida pelo mercado consumidor. Isso tem feito com que as organizações busquem melhorar continuamente seus produtos e processos.

Nesse sentido, o sistema de qualidade tem por objetivo estabelecer dentro da organização um sistema organizado que possibilite a análise dos requisitos dos clientes, a definição dos processos necessários para atendimento destes requisitos, bem como manter esses processos estáveis para garantir a qualidade contratada. Desta forma, o sistema contribui para a melhoria contínua dos processos e para a manutenção da satisfação do cliente por meio do estabelecimento de confiança em fornecer os produtos contratados. Neste processo, outras partes que se relacionam com a organização (fornecedores, funcionários, sócios, etc.) também são impactadas pelo sistema implementado.

O sistema de qualidade deve caracterizar-se por uma abordagem integradora com o papel de planejar e implantar modelos, métodos e ferramentas de gerenciamento de qualidade em toda a organização, alinhada com a estratégia de negócios definida. O caráter integrador do sistema da qualidade busca o funcionamento da organização a partir de suas áreas trabalhando em estreita colaboração para alcançar e manter os padrões de qualidade pretendidos. Deste modo, o êxito de um sistema de qualidade passa pelo estabelecimento de canais de comunicação eficazes entre as várias áreas que compõem a organização.

Além da necessidade de integração entre as áreas, elementos de interface externa reforçam a necessidade de uma comunicação eficaz, tais como o aumento da complexidade (quantidade de elementos a serem considerados na intera-

ção com o cliente e dentro da organização), a incerteza (mudanças imprevistas) do mercado e governos e o acirramento competitivo do mercado, com a entrada de novos concorrentes, materiais substitutos, barreiras comerciais, etc. A gestão adequada das informações também ganha importante espaço dentro do sistema de qualidade uma vez que situações sem precedentes e problemas imprevistos de fabricação precisam ser resolvidos e com frequência dispõem-se de informações imprecisas e incompletas.

Destacam-se como as principais funções do sistema de qualidade:

- Garantir qualidade e confiabilidade do produto;
- Melhorar o planejamento da qualidade;
- Controlar os níveis de qualidade dos fornecedores;
- Assegurar a conformidade com as especificações estabelecidas;
- Verificar e controlar os equipamentos de medição de qualidade;
- Fornecer *feedback* (retorno) às áreas da organização e aos clientes em relação à *performance* de qualidade dos produtos;
- Gerir o sistema interno de garantia da qualidade;
- Avaliar o desempenho do sistema de qualidade adotado pela organização.

Um sistema de qualidade, quando adequadamente gerido, produz uma fidelização dos clientes (repetição de pedidos), seguido da manutenção ou do incremento da participação de mercado, da flexibilidade e da capacidade em responder às oportunidades de sua área de atuação. Somado a isso, tem-se ainda a eficácia no atendimento dos objetivos e a eficiência na utilização dos recursos, acompanhados de uma maior participação e motivação de recursos humanos, bem como da construção de uma reputação de confiabilidade de produtos (bens e serviços) ofertados ao cliente. Por isso, dentre os modelos internacionais de referência para o estabelecimento de um sistema de qualidade, recebe destaque a norma internacional ISO 9001.

REFERÊNCIAS

PHAM, D. T.; OZTEMEL, E., *Intelligent quality systems*. Springer: London, 1996

PURUSHOTHAMA, B., *Effective implementation of quality management systems*. Woodhead Publishing Limited: New Delhi, 2010.

ROCHA-LONA, L. *et al. Building quality management systems: selecting the right methods and tools*. Taylor & Francis Group: Boca Raton, 2013.

Outras referências

ISO 9000. Quality management systems: fundamentals and vocabulary. ISO copyright office, 2005.

SISTEMA PRODUTIVO LOCAL

Moacir Piffer

Antes de ressaltar o Sistema Produtivo é necessário destacar a Teoria Geral de Sistemas, elaborada pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (2008), o qual entende que os sistemas são um conjunto de diversos elementos interrelacionados, partes de um todo, que buscam realizar atividades com a mesma finalidade.

Sob a compreensão acima construída, o sistema clássico ou tradicional consiste de processos produtivos da agricultura, pecuária e agroflorestal (CASTRO *et al*, 2000; BATALHA, 1995; 2001; FARINA, 1999; ZYLBERSZTAJN, 1994; 2000).

Nesse sentido, o sistema produtivo local é um conjunto macroespacial de empresas dos setores primários, secundários, comércio, serviços e de governo, que se localiza num mesmo território. Esta aglomeração de empresas (*Ver Verbete Aglomeração de Empresas*) formam um sistema macro de relações que, em rede, interagem, cooperam e se articulam como um conjunto de um grande “*shopping center*” que permite trocas de mercadorias e serviços pela economia de proximidade, consequentemente diminuem custos e obtém vantagens comparativas.

Deste modo, o conjunto deste arranjo formal ou informal desempenha funções de produção, inovação (*Ver Verbete Inovação*), distribuição e consumo, formando um fluxo circulatório de bens e serviços diversificados, que resultam no aumento do emprego (*Ver Verbete Emprego*), renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*) e riqueza no espaço territorial pela sua conectividade de um centro de ligações para frente, para trás e na demanda final dentro do território (*Ver Verbete Território*) local de poliespecializações.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M.O. *As cadeias de produção agroindustriais*. Uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. Revista de Administração, SP. V.30, n.4, p.43-50, 1995.

_____. (Org.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo, Atlas 2001.

BERTALANFFY, Ludwig Von. Tradução de Francisco M. Guimarães. *Teoria geral dos sistemas*. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

CASTRO, A. M. de. *et al. Curso sobre prospecção de cadeias produtivas*. Florianópolis, UFSC/Embrapa/Sebrae, 2000. 300p.

FARINA, E.M.Q., *Competividade e coordenação dos sistemas agroindustriais: base conceitual*. In: JANK, Marcos. S. et al. *Agribusiness do leite no Brasil*, São Paulo: IPEA, 1999.

ZYLBERSZTAJN, D. *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*. In: ZYLBERSZTAJN, D. e FAVA NEVES, M. (Org.). *Gestão dos Negócios Agro alimentais: indústria de insumos, produção agropecuária*, São Paulo. Pioneira. 2000.

_____. *Políticas agrícolas e comércio mundial. "Agribusiness": conceito, dimensões e tendências*. In: Fagundes. H. H. (Org.). *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*. Brasília: IPEA, 1994 (Estudos de Política Agrícola n° 28).

SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS (SIALs)

Jorge Luiz Amaral de Moraes

A origem do conceito de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) está presente nos estudos realizados por Marshall (1992), quando este autor abordava as vantagens, principalmente as competitivas e econômicas, das aglomerações de pequenas empresas (Ver Verbetes Aglomeração de Empresas) de um mesmo subsetor industrial para o desenvolvimento de algumas regiões (Ver Verbetes Desenvolvimento Regional) da Inglaterra. Atualmente, o conceito tem como seus dois principais pilares os estudos das cadeias e sistemas agroalimentares e/ou agroindustriais ligados à agricultura familiar e a origem nas abordagens mais genéricas das aglomerações produtivas, como as dos *Clusters*, Arranjos Produtivos Locais (APL) (Ver Verbetes Arranjo Produtivo Local), Sistemas Produtivos Localizados (SPL) (Ver Verbetes Sistema Produtivo Local), entre outras. Sautier (2002) destaca a importância das interações, nos SIALs, entre as cadeias produtivas agroalimentares e agroindustriais e os territórios, afirmando que as lógicas dessas cadeias e as lógicas territoriais são inseparáveis.

As principais especificidades dos SIALs são o papel específico dos bens alimentares (alimentos e bebidas), pois são literalmente incorporados pelos consumidores no ato de consumo, em vez de serem somente utilizados como os demais bens de consumo e a especificidade da matéria-prima produzida, pois a atividade agroalimentar tem origem numa matéria-prima agrícola, viva, heterogênea, sazonal e perecível. E ainda, os SIALs têm como característica a sua relação direta com o território, com o meio ambiente, com as formas de gestão dos recursos ambientais, sociais e econômico-financeiros, com o conhecimento tácito disseminado no tecido produtivo, com a identidade sociocultural e histórica e com a confiança e a reciprocidade (MUCHINIK, 2002). No entanto, os SIALs não se confundem com o território (Ver Verbetes Território), porque este representa a base da territorialidade, o espaço de poder e de ação dos atores (Ver Verbetes Atores Sociais e Atores Sociais Rurais), onde o SIAL está localizado e fornece os recursos necessários para dinamizar as atividades nesses sistemas.

As atividades agroalimentares dos SIALs, mais do que em outras atividades produtivas, estão vinculadas, frequentemente, com uma parte significativa do “saber-fazer” local e com os conhecimentos transmitidos por aprendizagem (SAUTIER, 2002; MUCHINIK, 2002). O reconhecimento das qualidades do produto ou do processo de produção é fator de diferenciação que favorece o

desenvolvimento dos SIALs. O reconhecimento dessas qualidades pode ocorrer por meio de um selo de origem ou de qualidade ou por meio da proximidade entre os consumidores e o alimento que tipifica um determinado sistema, derivado de uma apreciação e valorização do produto, representado pela fidelidade dos consumidores, identificados pela origem do alimento, pelo tipo de ambiente onde ocorre a produção e pelas características dos recursos naturais (Ver *Verbete Recursos Naturais*) e/ou da identidade cultural.

As relações sociais de trabalho e de produção, através das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma agroindústria, integrando um complexo sistema de relações multidimensionais, é o que constitui um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esse tipo de aglomeração produtiva, tanto em relação ao exterior como entre eles. Sautier (2002) e Muchnik (2002) propõem a noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) em vez de simplesmente utilizar a noção de Clusters/APL ou Sistemas Produtivos Localizados (SPL) do setor agroalimentar, porque os SIALs têm especificidades que os diferenciam significativamente dos outros SPLs. Assim, verifica-se que nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos agroalimentares e as preferências dos consumidores, com a produção e a economia local centrada na transformação e na comercialização de produtos vindos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala produtiva.

A presença e as ações de uma população no território pressupõem a presença de capital social, principal responsável pelas relações culturais, de pertencimento e de identidade com o território (CORREA, 2004). De acordo com Requier-Desjardins (1999; 2002b), a definição de capital social reconhece tanto o componente social como o componente econômico de um SIAL.

Deste modo, o capital social (Ver *Verbete Capital Social*) não se refere apenas às regras e normas empresariais e às relações de confiança e de amizade entre os indivíduos e as redes sociais, mas, também, às vantagens econômicas dos indivíduos, obtidos indiretamente através do capital social. Neste se inclui a presença de vínculos locais, tanto como sistemas de normas e convenções como nas estruturas sociais. Esses vínculos facilitam a difusão de conhecimentos e de inovações no processo agroindustrial. Geralmente o capital social está presente nos SIALs porque o ambiente local (Ver *Verbete Desenvolvimento Local*), dentro de um determinado território rural (Ver *Verbete Território Rural*), é onde interagem as instituições, as organizações sociais, as unidades familiares de trabalho e de produção (UFTP), as empresas, as redes de infraestrutura e os intermediários comerciais e financeiros.

A estruturação das unidades em torno de uma atividade comum implica a necessidade de uma acertada coordenação entre os atores. Embora esta coordenação possa ser simplesmente de caráter comercial, a condição de proximida-

de e de pequena escala implicam relações de confiança que podem ser mais ou menos fortes entre os diversos atores que formam o sistema (CORREA, 2004). Para isso, é necessário o desenvolvimento de instituições democráticas, representativas, transparentes e capacitadas, que possibilitem o planejamento com a participação dos atores locais. Além disso, é preciso que estejam presentes mecanismos de gestão que articulem o Estado e as instituições com a economia e a sociedade local.

A definição dos SIAL destaca o local, na forma de organização e no processo de desenvolvimento, e o papel dos atores dentro do sistema. Enquanto o desenvolvimento local corresponde à dimensão social do SIAL, implicando em melhores condições de vida, a forma de organização corresponde, além da localização das indústrias num determinado espaço geográfico, a processos históricos de consolidação de uma população sobre um espaço físico (PECQUEUR, 2002; 2004).

Os agricultores familiares (Ver Verbete Agricultura Familiar) e a agroindústria mantêm relações com fornecedores de insumos e com comerciantes, que podem estar fora do sistema (SIAL). A estrutura institucional, os centros de pesquisa e à infraestrutura tecnológica, assim como o território de abrangência dos SIALs e partes da cadeia produtiva principal e parcela dos consumidores do alimento podem estar além das fronteiras (Ver Verbete Fronteira) geográficas.

REFERÊNCIAS

CORREA, Carlos Andrés. *Analyse Comparative de 9 Cas D'Agro-Industrie Rurale de L'Amerique Latine*. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: setembro de 2004.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural. 1992.

MUCHNIK, José. *Les Systèmes Agroalimentaires Localisés: intérêt, approche, interrogatios*. Exposé Introductif - Colloque SYAL. GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

PECQUEUR, Bernard. *Qualite et Developpement Territorial (II) L'Hypothese du Panier de Biens*. Symposium sur le développement régional, INRA-DADP. Montpellier 11, 12 et 13 janvier 2000.

_____. *Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud*. Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. *Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?* Disponível em: <http://www.prodar.org/cd.htm>. 1999.

_____. *Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés"*. Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, n° 02-01: junho, 2002a.

_____. *Les systèmes agroalimentaires localizes en américa latine: un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale sur des marches globalizes?*In: **Économies et Sociétés**, Série "Systèmes agroalimentaires", A.G., n° 25, 9-10, 2002b.

SAUTIER, Denis. *Eléments de Perspective. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL. GIS SYAL*. Montpellier: outubro, 2002.

SISTEMAS DE INOVAÇÃO

Carlos Fernando Jung

O processo de inovação (*Ver Verbete Inovação*) depende da estruturação do Sistema de Inovação onde está inserido. Sistemas de inovação podem possuir diferentes padrões de interações e essas diferenças estão ligadas com o ambiente econômico, a orientação das políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) e a padrões de especialização (CASSIOLATO *et al*, 2005). Cassiolato e Lastres (2011) afirmam que um Sistema de Inovação é centrado no subsistema industrial, Ciência e Tecnologia (*Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*), Educação e Treinamento, mas também fazem parte desse sistema os subsistemas político, normativo e regulatório, o financeiro e os padrões de investimentos, e a relação com os conhecimentos nacionais e internacionais.

Enquanto isso, Jung *et al* (2008) definem Sistema de Inovação como um processo coletivo de aprendizagem onde os principais participantes são as instituições públicas e privadas, as quais constantemente devem assimilar e utilizar novos conhecimentos científicos e tecnológicos obtidos através de pesquisas. As interações que os sistemas de inovação oferecem apresentam diversas vantagens, como, por exemplo, a maior probabilidade de as universidades conseguirem apoio financeiro, físico e humano, para complementarem suas pesquisas, além da possibilidade de conservarem em seus quadros pesquisadores capacitados para contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Em contrapartida, com a utilização de recursos humanos altamente instruídos, as empresas são beneficiadas por desenvolverem tecnologias com menor investimento financeiro, menos riscos e em um tempo reduzido.

Sistemas de Inovação bem estruturados são um diferencial competitivo e estratégico para nações, empresas e profissionais; porém o grande desafio está no desenvolvimento da capacidade de inovação, para que seja possível se manterem competitivos (SILVA *et al*, 2009). Schenatto (2003) afirma que a capacidade competitiva das organizações não depende somente de seu tamanho ou de sua estrutura, mas sim da velocidade com que são capazes de se adaptarem às mudanças ambientais e de se adiantarem a elas, prevenindo tendências e criando necessidades. Importantes estudos foram realizados ao longo do tempo por pesquisadores e podem evidenciar a importância do tema e as peculiaridades das áreas envolvidas, a saber:

Bélis-Bergouignan e Levy (2010) mostraram a necessidade de haver um maior cuidado sobre os recursos naturais (*Ver Verbete Recursos Naturais*) dentro dos Sistemas de Inovação, pois esses recursos podem configurar o limite do

desempenho de um sistema de inovação. O estudo de Motohashi e Yun (2007) demonstrou como as empresas executam suas atividades de pesquisa, negócios e estratégias para sobreviver à concorrência no mercado, suas perspectivas de longo prazo e seu nível de colaboração em projetos em universidades.

Em relação ao setor público, Albert e Laberge (2007) realizaram um estudo de caso em instituições canadenses a fim de compreender a adesão, por parte dos funcionários do governo, à abordagem do Sistema de Inovação. A indústria de ciências biológicas em uma região no norte da Itália foi analisada por Belussi *et al* (2010) utilizando questionários e ferramentas estatísticas. Chen (2007) realizou um estudo nas empresas de Tecnologia da Informação (TI) situadas em Taiwan.

Ressaltam-se dois estudos relacionados a Sistemas de Inovação em Nanotecnologia: Islam e Miyazaki (2009) que expõem a nanotecnologia como uma ciência capaz de conduzir diversas disciplinas de pesquisa e o estudo de Ghazi-noory e Abdi (2010) expôs como o programa do governo do Irã incentivou investigadores de nanotecnologia a protegerem suas invenções. Na área de biocombustíveis, pode-se evidenciar três importantes estudos. Suurs e Hekkert (2009) propuseram novas tecnologias de primeira e segunda geração para biocombustíveis na Holanda. Wonglimpiyarat (2010) utilizou um estudo do governo da Tailândia para demonstrar a forma como os governos podem explorar o potencial da energia de base biológica e propor políticas e estratégias nacionais para o desenvolvimento do sistema de energia. Por fim, Furtado *et al* (2011) explicam como funciona o Sistema Brasileiro de Inovação para a cana-de-açúcar.

A biotecnologia tem sido fundamental para o desenvolvimento e estudos de Sistemas de Inovação. Com referência, pode-se citar cinco relevantes pesquisas: Díaz *et al* (2002) delimitaram algumas diferenças culturais e socioculturais da biotecnologia industrial entre Catalunha e Madrid, enquanto Marsh (2003) apresentou uma análise crítica ao sistema de inovação em biotecnologia da Nova Zelândia. Dodgson *et al.* (2008) descreveram o Sistema de inovações em Biotecnologia de Taiwan. •í•alová e Bla•ek (2009) o sistema de inovação da indústria de biotecnologia de Praga, na República Tcheca. Nessa linha, Ajani *et al* (2009) realizaram um estudo que resultou em recomendações para o governo da Nigéria com a finalidade de propor mais investimentos em capacitação de recursos humanos, infraestrutura e incentivar a parceria público e privada para beneficiar as inovações em biotecnologia.

Na Alemanha, ressalta-se três estudos específicos que contribuíram para a melhoria do Sistema de Inovação nacional. Um deles, de Negro e Hekkert (2008), realizou um estudo de caso da difusão bem-sucedida da tecnologia de digestão de biomassa. Rogge e Hoffmann (2010) analisaram o sistema de inovação setorial de tecnologia de geração de energia, enquanto Musiolik e Markard (2011) estudaram e explicaram o papel das redes formais na criação de estruturas de

apoio ao sistema de inovação tecnológica para células combustíveis estacionários na Alemanha. O estudo dos Sistemas regionais chineses foi o tema abordado por Liu e Chen (2003), que pesquisaram 12 regiões. No entanto, as fontes de dados eram limitadas e as condições históricas e regionais resultam em padrões diferentes. Por último, Wirth e Markard (2011) analisaram as perspectivas para o desenvolvimento do Gás Natural Sintético na Suíça.

Percebe-se que para um melhor funcionamento dos sistemas de inovação, ainda é necessário aumentar a liderança do governo e a capacitação das pessoas envolvidas, além de fortalecer a participação da indústria, centro de pesquisas e universidades. Os estudos citados demonstram a importância da compreensão dos Sistemas de Inovação e dos fatores de sucesso e insucesso envolvidos.

REFERÊNCIAS

AJANI, E. N. et al. *Assessment of Technology Generating Institutions in Biotechnology Innovation System of South-Eastern Nigeria*. African Journal of Biotechnology Vol. 8.10: p. 2258-2264, 2009.

ALBERT, M.; LABERGE, S. *The Legitimation and Dissemination Processes of the Innovation System Approach*. The Case of the Canadian and Quebec Science and Technology Policy. Science, Technology & Human Values 32.2, p. 221-249, 2007.

BÉLIS-BERGOUIGNAN, M. C.; LEVY, R. *Sharing a Common Resource in a Sustainable Development Context*: The Case of a Wood Innovation System. Technological Forecasting and Social Change 77. p. 1126-1138, 2010.

BELUSSI, F. et al. Learning at the Boundaries in an 'Open Regional Innovation System': A Focus on Firms' Innovation Strategies in the Emilia Romagna Life Science Industry. Research Policy 39. p. 710-721, 2010.

CASSIOLATO, J. E. et al. *Arranjos Cooperativos e Inovação na Indústria Brasileira*. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. *Estudo comparativo dos sistemas nacionais de inovação no Brasil, Rússia, Índia, China e África Do Sul (Brics)*. Disponível em brics.redesist.ie.ufrj.br/Projeto%20BRICS.pdf; Acessado em 15/09/2011.

CHEN, S. H. *The national innovation system and foreign R&D*: the case of Taiwan. R&D Management 37.5. p. 441-453. Blackwell Publishing Ltd., 2007.

DÍAZ, V. et al. *The socio-economic landscape of biotechnology in Spain*. A Comparative Study Using the Innovation System Concept. Journal of Biotechnology. Volume 98, p. 25-40, 2002.

DODGSON, M. *et al.* *The evolving nature of Taiwan's national innovation system: The Case of Biotechnology Innovation Networks.* Research Policy 37. p. 430-445, 2008.

FURTADO, A. T. *et al.* The brazilian sugarcane innovation system. Energy Policy 39. p. 156-166, 2011.

GHAZINOORY, S. *et al.* *Promoting nanotechnology patenting: a new experience in national innovation system of Iran.* Journal of Intellectual Property Rights. Volume 15. November, p. 464-473, 2010.

ISLAM, N; MIYAZAKI, K. Nanotechnology innovation system: understanding hidden dynamics of nanoscience fusion trajectories. Technological Forecasting and Social Change. VOLUME 76, p. 128-140, 2009.

UNG, C.F. *et al.* Análise de um modelo para pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas voltado ao desenvolvimento regional. Anais. XXVIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, 2008.

LIU, S. G.; CHEN, C. *Regional Innovation System: Theoretical Approach and Empirical Study of China.* Chinese Geographical Science Volume 13. (2003): 193-198.

ARSH, D. "Does New Zealand Have an Innovation System for Biotechnology?" Technovation Volume 23 (2003): 103-112.

MOTOHASHI, K.; YUN, X. "China's Innovation System Reform and Growing Industry and Science Linkages." Research Policy volume 36 (2007): 1251-1260.

MUSIOLIK, J.; MARKARD, J. "Creating and Shaping Innovation Systems. Formal Networks in the Innovation System for Stationary Fuel Cells in Germany." Energy Policy Volume 39 (2011): 1909-1922.

NEGRO, S.; HEKKERT, M. "Explaining the Success of Emerging Technologies by Innovation System Functioning. The Case of Biomass Digestion in Germany." Technology Analysis & Strategic Management Volume 20 (2008): 465-482.

ROGGE, K. S.; HOFFMANN, V. H. "The Impact of the EU ETS on the Sectoral Innovation System for Power Generation Technologies – Findings for Germany." Energy Policy volume 38 (2010): 7639-7652.

SCHENATTO, F. J. A. *Modelo dinâmico de gestão da inovação tecnológica: uma abordagem contextualizada ao ciclo de vida da organização.* Dissertação Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003.

SILVA, J. R. *et al.* *Ensino de uma competência estratégica: inovação tecnológica.* Anais. XVI SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, Bauru, 2009.

SUURS, R. A. A. *et al.* “Understanding the Build-up of a Technological Innovation System Around Hydrogen and Fuel Cell Technologies.” *International Journal of Hydrogen Energy* volume 34 (2009): 9639-9654.

WIRTH, S. MARKARD, J. “*Context Matters*. How Existing Sectors and Competing Technologies Affect the Prospects of the Swiss Bio-SNG Innovation System.” *Technological Forecasting and Social Change* volume 78 (2011): 635-649.

WONGLIMPIYARAT, J. “*Technological Change of the Energy Innovation System: From Oil-based to Bio-based Energy.*” *Applied Energy* Volume 87 (2010): 749-755.

•Í•ALOVÁ, P., BLA•EK, J.; *Biotechnology industry in metropolitan region of Prague: a cluster within a fragmented innovation system?* Charles Universtiry in Prague, 2009.

SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO

Valdir Roque Dallabrida

O movimento globalizador, por contemplar prioritariamente a lógica das empresas globais e ser, assim, instrumental e vinculado à dinâmica padronizadora da economia de mercado, torna-se desterritorializante. O território sofre com isso um processo de ocupação seletiva, constituindo as desigualdades regionais. No processo de apropriação do espaço, ou sua territorialização, criam-se novas formas de territorialidades que, dialeticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dão origem a novas territorialidades. Estas, na medida que oportunizam à sociedade assumir um papel fundamental no processo de territorialização, criam a possibilidade do território tornar-se sujeito, pela potencialização da capacidade de auto-organização regional, implementando uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade. Mas nem todas as regiões conseguirão tal avanço. Este dependerá em grande parte do tipo de reação local: mais passiva ou mais ativa (DALLABRIDA; BECKER, 2010).

Para vislumbrar formas menos submissas aos interesses externos, ou seja, vislumbrar processos de territorialização do desenvolvimento, a principal estratégia de regiões e territórios, é estruturarem o setor produtivo, sob a forma de “sistemas territoriais de produção”. Essa categoria teórica é pouco utilizada na literatura brasileira e latino-americana. Em geral, se utiliza a categoria “arranjos ou sistemas produtivos locais”, para se referir a formas de aglomeração da atividade produtiva, com um número significativo de empreendimentos, que compartilhem formas variadas de cooperação e algum mecanismo de governança, em geral, incluindo pequenas e médias empresas. Sobre este tema há uma profícua literatura no Brasil e o tema é tratado nesta publicação.

Ao se utilizar a categoria sistemas territoriais de produção, se está falando de formas assemelhadas de aglomeração produtiva, que são caracterizadas usualmente como arranjos ou sistemas produtivos locais. No entanto, há uma diferença significativa: não se está referindo apenas a uma forma de aglomeração (Ver Verbete Aglomeração) ou clusterização, em que há quaisquer formas de cooperação e em muitos casos especialização produtiva. A utilização da categoria “sistema”, dá um sentido de maior complexidade, em que o todo chamado aglomeração produtiva não se explica pelo somatório das partes, o conjunto de empresas e instituições locais.

Explica-se, isto sim, pela densidade de interação entre empresas e instituições que fazem parte do sistema produtivo em referência. Dentre os elementos

que transformam a aglomeração produtiva em sistema territorial de produção, um deles é a densidade institucional, a capacidade de inovação coletiva local e sua inserção de uma forma qualificada, não apenas submissa, na cadeia de valor (local e global) do setor produtivo a que pertence (FERNÁNDEZ, 2004).

A cadeia de valor refere-se ao conjunto completo de atividades requeridas para que um produto ou serviço seja concebido, produzido, transportado, comercializado, consumido e finalmente reciclado. Pode ser organizada em forma de etapas, assim identificadas: concepção tecnológica, produção, transporte, marketing, consumo, reciclagem. Ao conjunto de etapas e atividades da cadeia de valor global que acontece num determinado âmbito espacial, desenvolvidas no interior de um cluster, denomina-se cadeia de valor local (FERNÁNDEZ, 2004).

Maillat (2002) afirma que as formas de organização dos sistemas territoriais de produção baseiam-se sobre duas lógicas principais: a lógica funcional e a lógica territorial. As empresas que atuam segundo a lógica funcional são organizadas de maneira hierárquica, vertical, pois as decisões originam-se da direção central. Elas repartem geograficamente suas diferentes funções (concepção, produção, venda, etc.) de maneira a diminuir os custos de produção (custo de mão-de-obra, custo de transportes, nível de fiscalização, subvenções acordadas, etc.). O território (Ver Verbete Território) de implantação das empresas não é para elas senão um suporte, um lugar de passagem, pois elas não se inserem nele. O território desempenha apenas um papel passivo. A grande maioria dos chamados arranjos produtivos locais estão estruturados segundo essa lógica, a funcional.

Ao contrário, a lógica territorial implica um elo forte entre as empresas e o território de implantação. A lógica territorial tem por objetivo a territorialização da empresa, ou seja, sua inserção no sistema territorial de produção (Ver Verbete Sistema Territorial de Produção). Nesse caso, as empresas são organizadas em rede (cluster), de modo horizontal, com o meio orquestrando o sistema (MAILLAT, 1998). Elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, as empresas são enraizadas e contribuem para o seu enriquecimento (MAILLAT, 2002). Neste caso, estão enquadrados os chamados sistemas produtivos territoriais, no que se diferenciam dos arranjos produtivos territoriais.

A dominância de uma ou outra lógica nos sistemas produtivos, implica na sua caracterização, dependendo, como primeiro critério, do seu grau de integração na cadeia de valor agregado, ou seja, como a empresa situada na região está integrada nas diversas atividades que contribuem para a produção de um bem. Essas atividades podem ser integradas totalmente ou parcialmente numa empresa, ou serem repartidas entre várias empresas que também estejam estabelecidas na região. Esse critério permite verificar uma diferença entre os sistemas

territoriais de produção caracterizados pela presença de grandes empresas que concentram diversas atividades produtivas (pesquisa, desenvolvimento, produção, venda), de sistemas compostos de empresas isoladas ou de sucursais de grandes empresas. O segundo critério inclui a intensidade de relações de troca entre empresas na região, o que representa as complementaridades e as inter-relações de natureza horizontal que se estabelecem entre os diferentes atores do território. A tipologia sistema territorial de produção resultante, com maior autonomia ou maior submissão, se explica, de um lado, pela presença ou ausência de relações de trocas intervindo na região e, de outro lado, pela presença ou ausência de integração interna (na empresa) e na cadeia de valor agregado da região (MAILLAT, 2002).

O resultado dessas diferentes situações impacta na competitividade territorial. Segundo Lopes (2001), competitividade territorial, pode ser entendida como a capacidade de uma comunidade territorial para assegurar as condições econômicas do “desenvolvimento sustentado”. Entende-se que as condições econômicas são condição necessária, mas não suficiente. A capacidade de atrair e fixar população, gerar empregos, preferencialmente empregos qualificados, e inovar, são indispensáveis. O desafio é como conciliar a relação conflituosa entre a geração de emprego, o necessário aumento da produtividade, a introdução de inovações tecnológicas no processo de produção, a manutenção de bons níveis de empregabilidade e a agregação local de valor aos produtos.

Já Veltz (1995), com sentido assemelhado, refere-se ao “êxito territorial”. Para ele o êxito territorial resulta de competências, redes, projetos e instituições, do que decorrem algumas implicações: (i) a competência exige quadros coletivos de ação sólidos; (ii) a competência desenvolve-se e valoriza-se através da constituição de redes internas e externas; (iii) isto pressupõe uma visão, um projeto, ou seja, uma visão consensada de futuro e, como resultante, (iv) o desenvolvimento de territórios-regiões tem uma relação direta com a densidade e qualidade das interações entre atores, o que exige a presença de instituições sólidas e ativas.

Portanto, arranjos ou sistemas produtivos locais/territoriais (Ver Verbetes Sistema Produtivo Local), estruturam-se assumindo predominantemente, ou uma lógica funcional, ou territorial. A lógica territorial, conforme caracterizada por Maillat (1998; 2002), é a mais recomendada para os sistemas produtivos territoriais, assumindo com isso uma maior capacidade de competitividade territorial (LOPES, 2001), amplificando o êxito territorial (VELTZ, 1995). Isso faz a diferença em termos de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS:

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F. (*in memoriam*); WITMANN, M. L. (Orgs.). **Desen-**

volvimento Regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2010. p. 175-213.

FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 7-35, jan./abr./2004.

LOPES, R. **Competitividade, Inovação e Territórios**. Oeiras (PT): Celta, 2001.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 9-16, Mar. 2002.

MAILLAT, D. From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialised Productive Organisations. **Recherches Economiques de Louvain**, v. 64, p. 111-129, 1998.

VELTZ, P. **Des Territoires pour Apprendre et Innover**. Paris: Editions de l'Aube, 1995.

Bibliografia Recomendada:

BRANDÃO, C. A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

CAMPOLINA DINIZ, C.; LEMOS, M. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005, p. 78-101.

FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional: Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo Regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional – Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 481-519.

MAILLAT, D.; PERRIN, J.-C. **Entreprises innovatrices et développement territorial**. Neuchâtel: GREMI, EDES, 1992.

SOCIOLOGIA RURAL

Ivaldo Gehlen

Dayana Cristina Mezzonato Machado

Trata-se de um ramo da Sociologia Geral que estuda as relações sociais específicas da vida rural. Enquanto ciência social, a sociologia rural produziu diferentes abordagens no contexto internacional. Jollivet (1998) apresenta uma cronologia da sociologia rural francesa a partir da II Guerra Mundial, em que a temática central nos primeiros anos do Pós-Guerra estava vinculada à oposição campo-cidade, um tema antigo que reaparece com mais força após a II Guerra com a necessidade de reconstrução da Europa. Até então os estudos da sociologia rural estavam baseados na tentativa de confirmar a hipótese da existência de uma Sociedade Rural. “Algumas noções servem de referência nesta interrogação permanente da sociedade francesa sobre si mesma: desertificação (dos campos), rurbanização, terras não cultivadas, uniformização (dos modos de vida), morte (ou renascimento) do rural, etc”. (JOLLIVET, 1998, p.10).

A modernização (*Ver Verbete Modernização*) da agricultura por sua estreita relação com a industrialização, propicia de forma rápida, transformações tanto no processo tecnológico e sistema de produção agrícola, quanto na vida dos agricultores. A sociologia rural passa então a se preocupar com as transformações sociais, sobretudo da família, que converte camponeses, tradicionais, em agricultores familiares, identificados como modernos. Modernos na sua referência com o mercado capitalista, como definidor das atividades agrícolas, como em referência aos meios e métodos de produção. A partir da segunda guerra mundial, emergiu como premente a necessidade de aumentar a produção de alimentos e de matéria prima de origem agrícola e de processar industrialmente essa produção, definidora da modernização.

A questão das possibilidades de adaptação ou transformação dos camponeses para esta nova situação passou a ser preocupação de estudos, tanto acadêmicos quanto de diagnósticos de situações concretas, criar e analisar experiências de difusão dessa nova realidade. Um terceiro tema ou questão da sociologia rural francesa é sobre o lugar dos camponeses (e depois dos agricultores) na sociedade, na estrutura econômica e na vida política. O desenvolvimento local (*Ver Verbete Desenvolvimento Local*) e a organização do território (*Ver Verbete Território*) passam a ocupar os debates na França a partir da década de 1960 e no Brasil um pouco mais tarde.

No final do século XX temáticas relacionadas ao Meio Ambiente ganham espaço. “Se não foi a partir da agricultura e do campo que as preocupações

ambientais tomaram corpo (as primeiras vieram com a indústria e suas “poluições”), a agricultura, os recursos naturais renováveis (a água em particular, mas também os solos, a fauna e a flora), a qualidade dos produtos agrícolas e do espaço rural não tardaram a fazer parte do objeto da sociologia rural, ao mesmo que a sociologia incorporou o meio ambiente” (JOLLIVET, 1998, p.12), como parte de seu objeto. Foram essas mudanças que suscitaram o debate sobre o fim ou a persistência do camponês (“*paysant*”) na França, consolidado no livro de grande repercussão de Henry Mendras “*o fim do camponês*” (MENDRAS, 1992).

Em seu estudo sobre a sociologia rural norte-americana, Schneider (1997) descreve que até a década de 1950 a disciplina desenvolveu-se com base nos estudos da agricultura como um elemento da comunidade rural. A origem do pensamento sociológico nos Estados Unidos teve inspiração na ecologia urbana, a partir dos problemas que afetavam as populações urbanas passou-se a estudar o rural, criando a dicotomia rural-urbano. Ainda para Schneider (1997), a sociologia rural neste país teve dificuldades em incorporar elementos teóricos às pesquisas empíricas.

Por um longo período autores clássicos da sociologia, como Marx e Weber foram ignorados, criando uma separação entre a sociologia rural e a sociologia geral, o que fez com que a sociologia rural estivesse vinculada a instituições de pesquisa aplicada, com desenvolvimento de métodos quantitativos como sua base fundamental.

A partir da década de 1950, juntamente com o processo de modernização agrícola, a sociologia rural dos EUA vincula-se ao viés difusionista, dando ênfase aos estudos relacionados às respostas dos atores aos estímulos de novas tecnologias. O estudo da dicotomia do rural-urbano é substituído pelo interesse na capacidade de resposta racional dos agricultores frente às mudanças tecnológicas.

A sociologia francesa adotou uma postura de separação entre a ciência (*Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*) e a empiria, buscando determinado distanciamento e neutralidade em relação ao Estado. Ao contrário do que foi a história da sociologia rural americana, que por muitos anos foi criticada pela sua forte influência das instituições estatais. “Por sua “distância crítica” em relação ao real, esta atitude é uma das grandes características da sociologia rural francesa e um dos pontos sobre os quais ela mais se diferenciou da “sociologia agrícola” de inspiração americana” (JOLLIVET, 1998, p.13).

No Brasil, Brumer e Santos (2006, p. 51) afirmam que as análises sobre as relações sociais no meio rural foram um tema “hegemônico nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 50 e 60, e ainda com grande importância nas décadas de 70 e 80”. Na década de 1990 alguns temas de pesquisa social sobre o rural passaram a encontrar menor número de seguidores. Em contrapartida, as lutas sociais e a efervescência política em torno da luta pela reforma agrária deram

um novo vigor ao rural como tema. Ao mesmo tempo, foram retomadas pesquisas sobre o significado de ‘rural’ e de ‘ruralidade’, devido, principalmente, à diminuição relativa e absoluta da população rural e à maior integração rural-urbano e da agricultura com a indústria”.

Esses autores destacam a importância da institucionalização para essa disciplina no Brasil e que teve também forte influência da escola americana, com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em sociologia rural no Brasil durante o governo militar. O acordo entre o Ministério da Educação Brasileiro e a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID), como parte do Programa “Aliança para o Progresso” do governo norte-americano estabeleceu uma associação entre as universidades brasileiras e norte-americanas com forte vocação para os estudos sobre o rural, tendo como meta o desenvolvimento da agricultura.

O objetivo principal era aumentar a produção e melhorar as condições de vida da população rural no intuito de evitar uma possível radicalização política, tendo em vista a revolução cubana de 1959 com forte influência camponesa. Dessa forma, a sociologia rural brasileira nasceu com grande inspiração teórica na sociologia norte-americana, caracterizada pelo positivismo empiricista. A associação com a economia rural definia as características dos cursos de Sociologia Rural e os temas de pesquisa, em que havia atuação direta de professores norte-americanos.

A institucionalização da sociologia rural nos cursos de pós-graduação se deu em meio à implantação do programa de modernização do campo brasileiro, o qual procurava vencer a barreira da resistência às inovações, implantar um sistema de crédito rural eficiente e disseminar as novas técnicas de produção agrícola visando aumentar a produtividade (*Ver Verbete Produtividade*) e o volume de produção, se colocando como alternativa à reforma agrária. “Da sociologia rural esperava-se uma contribuição nesse esforço coletivo das ciências agrárias, com destaque para pesquisas sobre o processo de comunicação agrícola e a adoção de inovações, como auxiliar da pesquisa agrônômica e da extensão rural” (BRUMER e SANTOS, 2006, p. 52).

O professor da Universidade de São Paulo – USP, José de Souza Martins (2001) produziu uma crítica contundente quanto ao papel desempenhado pela sociologia rural mais comprometida com o difusionismo e a inovação tecnológica mais do que com a compreensão dos fenômenos provocados pela modernização. O autor fala sobre o desencontro entre a sociologia rural e as populações rurais: “a sociologia rural, a pretexto de se tornar uma força auxiliar da modernização e da remoção das resistências sociais à mudança, contribuiu abertamente para a violação de modos de vida e visões de mundo e de culturas tradicionais em que a pobreza, ao menos, revestia-se de padrões sociais de dignidade toleráveis” (MARTINS, 2001, p.33).

A partir da década de 1990 as análises sociológicas do rural centram-se na dissociação entre o rural e o agrícola, como reflexo das próprias transformações ocorridas na realidade, e a diminuição absoluta e relativa da população rural. Como afirmam Brumer e Tavares (2006) “não é porque a população agrícola não é mais dominante na população rural que a “ruralidade” não existe mais”. Para Martins (2001, p. 32) “o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e autodefensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida”.

No entendimento de Jollivet (1998), a sociologia rural é um ramo da sociologia, não podendo ser considerada uma corrente teórica ou uma escola de pensamento particular. Ela se define pelo seu objeto de estudo, ou seja, as sociedades rurais. A sociologia rural integra diversos aspectos da vida rural, em que a interdisciplinaridade entre as diversas ciências sociais, são essenciais para se explicar o rural. As perspectivas para a sociologia rural brasileira são analisadas por Brumer e Santos (2006) e apontam para uma necessária análise das consequências do modelo de desenvolvimento, ou seja, repensar o desenvolvimento.

Para tanto, o meio ambiente é um tema central que deve ser analisado a partir das reivindicações das populações locais, dos conflitos, e da emergência de políticas relacionadas com as novas funções do espaço rural, através da necessidade de se conceber os sistemas de produção agrícolas “respeitadores do meio ambiente”.

REFERÊNCIAS

- BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX)*. **Revista Nera**, n. 9, p. 49-73, 2012.
- MARTINS, José de Souza. *O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.
- MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. Paris, SEDEIS, 1967.
- JOLLIVET, Marcel. *A “vocação atual” da sociologia rural*. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro – UFRRJ, CPDA, Nº11, novembro, 1998, p.5-25.
- SCHNEIDER, Sergio. *Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana*. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

TECNOCULTURA

Eduardo Zilles Borba

Gustavo Fischer



Desde o momento em que o ser humano passou a desenvolver instrumentos que otimizam a sua ação sobre o mundo, a valorização da técnica se estabeleceu como aspecto fundamental para a compreensão de sua essência – a *tekné* (BENJAMIN, 1983) ou ainda, segundo Dubois (2004) uma *arte do fazer humano* que incluiria desde as imagens pré-históricas até os atuais algoritmos que permitem simulações hiper-realistas de seres humanos. Em sua filosofia do *design* e da comunicação, Flusser (2017) inclusive sugere que o ser humano é capaz de dar forma à matéria, sob a condicionante de substituir ou alterar a natureza original de algo a partir da artificialidade que, de alguma forma, a potencializa. Partimos da noção de sermos sujeitos sociotécnicos, justamente, porque a configuração da cultura é permeada desde os primórdios da humanidade por técnicas e tecnologias, assim como estas são influenciadas pela nossa cultura, em uma relação que deve ser percebida muito mais como coalescente ou complementar do que causal.

Assim, é nesta perspectiva que o conceito da Tecnocultura passa, segundo Shaw (2008), pela imagem de um *loop* contínuo de *feedback* entre as tecnologias (Ver Verbete Tecnologia e Tecnologias Sociais) através das quais externalizamos nossas ideias expressas como linguagens e as maneiras pelas quais estas concepções de mundo são internalizadas. Insiste-se, portanto, não se trata de uma cultura criada pela tecnologia e nem uma tecnologia criada pela cultura, mas que ambas possuem atravessamentos e tensionamentos que explicam o que somos atualmente. “A relação provocada pela humanidade entre matéria e técnica condiciona aquilo que chamamos de Tecnocultura” (PIRES; KILPP, 2020, p.85).

Ao trazer o conceito de Tecnocultura para a atualidade digital, temos um contexto de dispositivos e ambientes digitais conectados à internet, associado a um processo de ubiquidade dos meios e *softwarização* da cultura (MANOVICH, 2013). Estes aspectos específicos vinculados às características do final do século 20 e início do 21, são frequentemente referidos como constituidores de uma cibercultura. Não à toa, os chamados nativos digitais já possuem uma forma diferente de usar e se apropriar dos artefatos tecnológicos para a produção de expressões culturais ou para estabelecer relacionamentos mediados por técnicas de comunicação cada vez mais conectadas, compartilháveis, dinâmicas, ubíquas e líquidas (LÉVY, 1999). Cabe sublinhar que este recorte de práticas associadas aos processos de digitalização proposto pela ideia de cibercultura é uma estraté-

gia possível para dar especificidade ao aspecto tecnocultural que engendram tais fenômenos, pois ao mesmo tempo que o meio digital possibilitou reconfigurações do comportamento sociocultural, mercadológico, laboral e político, as pessoas também se apropriaram dessa (nova) forma de técnica – a tecnologia digital (SANTAELLA, 2012).

Para se ter uma ideia da assombrosa aceleração do ritmo de transformações tecnológicas, hoje voltadas intensamente para a produção de linguagens, de cultura e de expansão da inteligência coletiva, tenho repetidamente chamado atenção para o fato de que, desde a crise da hegemonia da era de Gutenberg, no início do século 19, estamos agora, em menos de dois séculos, em plena travessia da quinta geração de tecnologias de linguagem (SANTAELLA, 2012, p.33).

Em grande parte, as tecnoexperiências existentes na relação usuários, dispositivos e ambientes digitais são sustentadas por códigos e linguagens midiáticas audiovisuais e interativas – o texto, a foto, o vídeo, o áudio, o meme, os emojis, os hiperlinks, os botões, os menus, o *touchscreen*, o comando de voz, etc. De alguma forma eles entregam algo, algum sentido como, por exemplo: entretenimento, relacionamento, estudos, negócios e por aí fora. “A visada tecnocultural aqui teria o papel de reforçar esse processo de desnaturalização, ao convocar a exploração dos sentidos produzidos pelas entranhas dos aparatos como essenciais para a compreensão deste contemporâneo” (FISCHER, 2013, p.51).

Isto é, tais movimentações tecnoculturais revelam a emergência de uma “forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo, ritmos de produção e distribuição de informação, criando novas relações no trabalho e no lazer” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.21). E, claro, estas estruturas tecnoculturais despertam interesse em diversas áreas, indicando rumos para a sociedade elaborar expressões cada vez mais sustentadas na convergência e remediação do aparato tecnológico (LEMOS, 2015). Sodré (2014), por exemplo, recorda que estas tecnointerações se multiplicam nas rotinas diárias, penetrando na vida social como algo que pertence à condição humana.

Não apenas extensões, mas a própria vida mediada pelos meios digitais – um *bios virtual* no qual o sujeito se reescreve atravessado pelos instrumentos e agentes digitais (televisão, celular, computador, satélite, algoritmo, inteligência artificial, etc.). Ora, o que se quer evidenciar é que a tecnocultura contemporânea envolve o estudo da fusão entre a técnica digital, as redes de computadores interligadas e a nossa própria organização sociocultural (incluída nesta última, os processos midiáticos e comunicacionais, as expressões da arte e linguagens). “A cultura digital encontra-se em permanente movimento para a produção de saberes [...] tais saberes e vivências ressignificam-se quando em contato com novos eventos sociotecnológicos” (DIAS; GOMES; COELHO, 2018, p.145).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*. São Paulo: Ed. Abril, 1983.
- DIAS, C.; GOMES, R.; COELHO, P. A Capacidade Adaptativa da Cultura Digital e sua Relação com a Tecnocultura. *Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, TIDD, PUC-SP, São Paulo, n.16, p.138-152, jul-dez. 2018.
- DUBOIS, P. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- FISCHER, G. Tecnocultura: aproximações conceituais e pistas para pensar as audiovisualidades. In: Kilpp, S; Fischer, G. *Para entender as imagens: como ver o que nos olha?*Porto Alegre: Intermeios, 2013.
- FLUSSER, V. (2017). *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Editora Ubu.
- LEMOS, A. *Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. *O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- PIRES, J.; KILPP, S. Memória Tecnocultural em Aquarius. *Lumina*, Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 14, n. 3, p. 77-93, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2020.v14.31862>
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 41, 1999.
- MANOVICH, Lev. *Software Takes Command*. A&C Black. 2013.
- SANTAELLA, L. A Tecnocultura Atual e suas Tendências Futuras. *Signo y Pensamiento*, v.30, Jan-Jun, 2012, p.30-43).
- SODRE, M. *A Ciência do Comum*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- SHAW, D.B. *Technoculture: the key concepts*. New York: Berg. 2008.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

- BOLTER, J.; GRUSIN, R. *Remediation*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.
- KILPP, S. (Org.). ***Tecnocultura audiovisual: temas, metodologias e questões de pesquisa***. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MCLUHAN, M. (1964). *Understanding Media: the extensions of man*. New York; McGraw-Hill.

TECNOLOGIA

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Em breves palavras, a tecnologia procura ser um saber aplicado, que provém do conhecimento tácito e que se materializa por meio de equipamentos, *softwares* e máquinas (artefatos da tecnologia). Trata-se da parte visível do que o saber humano pode criar. Desta maneira, é possível afirmar que a existência de toda a humanidade depende das coisas que ela mesma produz (ARENDDT, 2007), envoltas em um complexo sistema que condiciona seu funcionamento ao modo como são realizadas as atividades laborais, mobilizadas pelo uso da tecnologia no cotidiano.

Frente a sua nomeação na atualidade, autores como Vargas (1994) alertam que a tecnologia não seria possível sem que antes fosse desenvolvida a técnica (do grego *téchne*), pois “só é humano aquele ser que possui a capacidade de se comunicar pela linguagem e habilidade de fabricar utensílios pela técnica” (VARGAS, 1994, p.171). A capacidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos para um determinado fim reflete a intenção de aplicação prática dos saberes tácitos. E foi por meio de instrumentos rudimentares, a começar pela roda e pelo machado, por exemplo, que o homem começou a retirar, inicialmente, seu sustento da terra, imprimindo uma nova realidade.

Com o objetivo de resolver problemas técnicos e de alta complexidade, no século XVII a aplicação do conhecimento científico foi posta em prática com a criação da máquina a vapor, conhecida como a “técnica dos técnicos”. A simples ferramenta agora passa a ser uma máquina que atua automaticamente, tornando o homem seu auxiliar. Em contrapartida, não se pode negar o fato de que aparecem também os que projetam, constroem e consertam as máquinas, também considerados como resultados da aplicação de uma técnica.

A utilização da técnica significa criar um conhecimento que possibilita a geração de inventos a fim de facilitar um determinado trabalho. Em razão da experiência adquirida ao longo dos anos, as mesmas evoluem, gerando um acúmulo de conhecimento sobre as formas de como o trabalho é executado. Dentro deste contexto, surge a aplicação da tecnologia, a qual provém de uma junção do termo tecno, do grego *techné*, que é saber fazer, e *logia*, do grego *logus*, razão. Ou seja, a tecnologia significa a razão do saber fazer, onde se busca o estudo da técnica, que modifica, transforma e age sobre a ação de como as coisas são obtidas por meio dela.

Apesar de polissêmica, sua utilização significa a reunião de conhecimentos que permitem fabricar objetos e a partir da sua utilização, o homem consegue modificar o meio ambiente, com vista a satisfazer suas necessidades. Em outras palavras, pode-se dizer que a tecnologia consiste em um elemento composto por três aspectos distintos: os artefatos físicos (as máquinas), a atividade humana (a pesquisa) e conhecimento (o saber teórico). Ou seja, é arriscado apresentar uma definição exata e precisa da palavra tecnologia, pois com o decorrer da história sua definição vem sendo interpretada de diferentes maneiras, que são embasadas em teorias por vezes divergentes e inserida nos mais distintos contextos sociais.

Contudo, é a partir do século XVIII que o termo tecnologia é empregado com sendo algo melhorado racionalmente. Em um período mais recente, ela compreende não apenas máquinas e equipamentos, como também toda a infraestrutura que a ela é integrada. Desta maneira, a tecnologia pode ser separada em dois tipos. A primeira seria incorporada às mercadorias (tecnologia do produto), ou então, integrante de um processo (tecnologia de processo), que por sua parte, depende do tipo de sua aplicação ou de sua participação em determinado processo produtivo (BAUMGARTEN, 2006, p.288).

Mesmo com diferentes interpretações, o surgimento da tecnologia reside, basicamente, na fundamentação teórica das regras técnicas, quando se busca aplicar conhecimentos científicos à solução de problemas práticos. De acordo com Vargas (1992, p. 100), somente a partir de 1660, com a Ciência Moderna (*Ver Verbete Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional*), aparece aquilo que se pode chamar atualmente de tecnologia. Na visão do autor, trata-se de um saber fazer baseado em dois elementos: teoria e experimentação científica, não sendo, então, possível separar ambas para que a tecnologia aconteça. Significa conseguir transformar o mundo por meio da resolução de problemas práticos, pela construção de obras e pela fabricação de instrumentos que são baseados em conhecimentos científicos e em processos cientificamente controlados.

Deste modo, a tecnologia é um conjunto de conhecimentos da sociedade (*Ver Verbete Tecnologias Sociais*) que pode ser aplicado às atividades industriais, agrícolas, comerciais e também públicas, sendo que o governo é um dos principais fomentadores de seu uso. Todas estão relacionadas a sua utilização frente aos fenômenos físicos e sociais para a produção de bens e serviços. Entretanto, como já mencionado, é preciso separar o que é tecnologia e o que são técnicas em uso, uma vez que o conhecimento por si só em muitos casos não se aplica de maneira uníssona.

A inserção de tecnologias no cotidiano acontece em razão de novas demandas e exigências sociais, que acabam por modificar os costumes e valores da sociedade. Desta maneira, o surgimento de novas tecnologias depende do co-

nhecimento, da concepção e da criação das mesmas para que, desta maneira, possa fazer parte dos artefatos e dos produtos disponíveis em forma de bens e serviços para a população. Contudo, o senso comum remete à ideia de tecnologia como sendo algo sofisticado, moderno, com artefatos visíveis “de ponta” e que facilitam o cotidiano das pessoas.

Mesmo assim, é importante ressaltar que o uso da tecnologia começa desde quando o homem percebeu que poderia conseguir tanto garantir seu sustento como melhorar as condições de vida, tanto suas como as de seu grupo. Ao descobrir como modificar o osso¹, o homem estabelece um novo uso para o mesmo, iniciando assim a conquista do átomo e do espaço (DUCASSÉ, 1987, p.8).

Ainda sobre o que concerne o uso da tecnologia, identifica-se que sua aplicação acontece pela necessidade determinística e pela descrição do porquê incorporá-la em seu ambiente de inserção. Com ela é que são formuladas as ideias de resolução para as atividades, que uma vez selecionadas, dependem da situação de sua aplicação. Escolhida a tecnologia, ela, em certos casos, fabrica e consegue demonstrar que o resultado, mesmo sendo artificial e sintético, produz um objeto em particular que atende às necessidades de sua utilização. Como exemplo, está o uso do celular, onde o mesmo em si representa um saber técnico, uma técnica.

Porém, a possibilidade de se comunicar (3G, 4G e atualmente com a proposta do 5G) é que dá o *status* de tecnologia. Outra exemplificação está na utilização de robôs nas atividades produtivas. O robô é também uma máquina, outra técnica, entretanto, aquilo que faz o mesmo funcionar, ou seja, a robótica, é que é a tecnologia em si. A máquina fotográfica com a resolução digital sofre uma significativa alteração, passando de uma fotografia em que era necessária a revelação e que, a partir disso, agora pode ser armazenada em outra técnica, o computador. Este, por sua parte, além de ser uma técnica, precisa de um *software* e de um *hardware*, ou seja, tratam-se das tecnologias que permite seu funcionamento. Prova acentuada ainda se expressa pelo uso de plataformas digitais (Ver Verbete Plataforma Digital), a qual instrumentaliza a comunicação (Ver Verbete Comunicação Social) entre a oferta e a demanda. O resultado é a necessidade de pessoas que irão realizar um trabalho, por vezes, sem regulamentação e com o compromisso de atingir metas e objetivos de seu (não reconhecido) empregador².

Conforme já mencionado, a tecnologia é a junção entre o saber prático e o saber aplicado, mas para que ela aconteça deve-se, então, necessariamente de-

¹ O “salto” da evolução do homem pode ser visto no filme 2001 – Uma odisseia no espaço, de Stanley Kubrick (1968), na cena em que o macaco consegue a partir do uso de um osso, aproveitá-lo como técnica. Com isso, usando-o agora, por exemplo, para abater as antas que com seu grupo partilhavam antes o mesmo alimento. A cena em que o macaco joga o osso para o alto e em seguida aparece uma nave no espaço sideral representa este “salto tecnológico” de 4 milhões de anos.

² Ver filme: Você Não Estava Aqui (2020).

monstrar como ela pode funcionar. E isto se expressa, como visto, pelos instrumentos que buscam expor o porquê de sua funcionalidade. Mesmo apesar de se possuir um vasto conteúdo sobre o tema, em poucas palavras talvez se possa resumir que a tecnologia significa um conjunto de atividades humanas associadas a um sistema de símbolos, instrumentos e máquinas visando a construção de obras e a fabricação de produtos, segundo teorias, métodos e processos da ciência moderna (VARGAS, 1992).

Contudo, para Spengler (1941), a máquina, enquanto símbolo da tecnologia busca representar de maneira tangível a necessidade do ser humano em realizar tudo de maneira mecânica e artificial. Diante disso, em um período mais recente, os resultados que englobam os computadores, que estão cada vez mais menores e mais rápidos, assim como o transporte aéreo e a transmissão de dados pela *internet*, somados ao conjunto de conhecimentos e pesquisas realizadas por instituições com a sociedade contemporânea podem ser considerados como resultados da transformação da técnica em tecnologia.

De uma parte, está o saber teórico (a projeção mentalizada) que traz como resultado a aplicação deste conhecimento (o tangível) em forma de equipamentos e máquinas capazes de realizar tarefas cada vez mais complexas e em tempo real. Em outras palavras, neste período mais recente, com a ascensão dos computadores no cotidiano, a partir da adoção da microeletrônica, estabeleceu-se a premissa de que com as tecnologias de informação, instrumentalizadas pelos meios artificiais, elas conseguem agrupar um número maior de informações que podem ser processadas em poucos segundos. Trata-se de uma situação muito diferente daquela onde as informações eram em sua totalidade, armazenadas em livros e documentos similares.

O domínio pela tecnologia (conceito + instrumento = resultado) é algo tão antigo quanto a própria humanidade sendo que as classes dominantes eram aquelas que possuíam as tecnologias, a fim de construir o processo de vida e de dominação sobre quem não possuía acesso às mesmas. Como exemplo, estão as construções realizadas pelos gregos (teatros e arenas). O trabalho cabia, deste modo, não à elite, mas sim aos plebeus. Muitos anos mais tarde surge o capitalismo como sistema de organização social. Com ele, a tecnologia para o trabalho toma outra forma. Na era industrial, que dura até a década de 1950, acontece o encontro entre o conhecimento científico e a necessidade produtiva. Isto ocasiona uma mudança do padrão de produção, otimizando os resultados e intensificando ainda mais a desigualdade social.

Na sequência, está o uso de computadores, o que também reforça este estágio, desde os estudos iniciados por Alan Turing³ (1912-1954), com a chama-

³ Ver filme: O Jogo da Imitação (2015).

da “Máquina de Turing” até as consequências mais atuais de seu uso, chegando a uma dependência artificial que afeta e compromete até mesmo os sentimentos e a privacidade das pessoas⁴.

Entende-se que a sobrevivência reside no domínio do homem sobre a natureza pelo trabalho (MARX, 1983). A existência destes mecanismos (as máquinas inteligentes) são primeiramente resultados da imaterialidade do homem, ou seja, de seu saber. Em segundo, uma vez instrumentalizado, por vezes, ele dá lugar ao seu criador, extinguindo sua necessidade direta dentro da organização, ou então, exige daquele que permanece maiores esforços para a realização das atividades a serem executadas.

Por fim, cabe destacar Landes (1994), o qual adverte que a mudança tecnológica nunca é automática, mas sim, requer a substituição de métodos já estabelecidos que em um primeiro momento geram prejuízos para o capital investido, além de transtornos humanos frente à intenção da dominação e às transformações nos meios de produção. Entretanto, a introdução da inovação (*Ver Verbetete Inovação*) no processo produtivo (*Ver Verbetete Processo Produtivo*) não é algo recente, mas ao mesmo tempo, se expressa como complexo e difuso. Trata-se, então, do resultado da concorrência entre os capitais, que por extensão, atualmente, são os fomentadores da tecnologia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

BAUMGARTEN, Máira. *Tecnologia*. In: Dicionário de trabalho e tecnologia. CATTANI, Antonio. D; HOLZMANN, Lorena (orgs). Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

DUCASSÉ, P. *História das técnicas*. Coleção Saber. Europa-América Publicações Ltda. 1987.

JONZE, Spike. *Ela*. Vídeo. DVD. Cor. 126 min. Sony, 2013.

KUBRICK, Stanley. *2001 – uma odisséia no espaço*. Vídeo. DVD. Cor. 148 min. Warner, 1968. Edição remasterizada em 2001.

LANDES, David. S. *Prometeu desacorrentado – Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁴ Ver filmes: *Ela* (2013) e *O Círculo* (2017).

- PONSOLDT, James. *O círculo*. Video. Cor. 110 min. Imagem filmes, 2017.
- SPENGLER, Oswald. *O homem e a técnica*. Tradução: Érico Veríssimo. Porto Alegre: Edições Meridiano: 1941.
- TYLDUM, Morten. *O Jogo da imitação*. Video. Cor. 115 min. Warner, 2015.
- VARGAS, Milton. *Para uma filosofia da tecnologia*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.
- _____. *Ciência, técnica e realidade*. In: Revista da USP – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, nº14, jun/ago 1992, p. 96 - 103.

Outras referências

- CUPANI, Alberto. *A tecnologia como problema filosófico: três enfoques*. *Sci. stud.* 2004, vol.2, n.4, pp. 493-518. ISSN 1678-3166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662004000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2016.
- GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: Nobel; editora da USP, 1986.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

TECNOLOGIA SOCIAL

Enise Barth

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Louise de Lira Roedel Botelho

Ao longo das décadas, pesquisas científicas vêm apontando o crescimento de estudos sobre a Tecnologia Social (TS). Desenvolveram-se ferramentas e arcabouços conceituais no intuito de buscar uma compreensão acerca dos aspectos emergentes advindos do próprio processo de desenvolvimento, buscando a relação entre a Economia Informal (Ver Verbete Economia Informal) e a Economia Solidária (ES – Ver Verbete Economia Solidária). Temas como a inclusão social, geração de trabalho e renda de populações aquém do processo de desenvolvimento econômico estão em voga, pois esse processo alicerçado por vários países acaba por excluir ou distanciar essa população de sua finalidade. As empresas e organizações sucessivamente focam seus esforços produtivos no conceito da lei da mais-valia, a qual repercute na geração de lucro com a atividade do trabalho e concentra o ganho nas mãos de poucos. Assim, empresas geram empregos. Mas para que o processo de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) ocorra de forma ampla, faz-se necessário que toda a população se desenvolva, melhorando a qualidade de vida (Ver Verbete Qualidade de Vida) de todos.

O termo Tecnologia Social (TS) é alvo de debates, muito se deve a suas características e a sua amplitude de enfoque e trabalho. Podemos considerar que a TS é um processo ou técnica que busca solucionar algum tipo de problema social. Esse processo ou técnica pode ser simples ou complexo, desde que atenda aos resultados propostos em sua aplicação, além de ter um baixo custo e ser possível sua replicação. Desta forma, a TS pode fazer uso de propostas inovadoras para o processo de desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável), alicerçadas na construção de soluções e resultados para problemas sociais, como por exemplo: a questão dos resíduos sólidos, água potável, alimentação, energia, renda, saúde, entre outros. Sua principal meta é promover qualidade de vida através da inclusão social e da geração de trabalho e renda.

A importância da tecnologia (Ver Verbete Tecnologia) social está em seu impacto e nos benefícios que seu uso pode trazer para a sociedade e para as camadas mais necessitadas, mediante um conjunto de técnicas e metodologias capazes de transformar a sociedade. Salienta-se que a TS em seu escopo busca aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos, permitindo que sua eficácia possa ser comprovada ou repetida por outras pessoas, e que chegue até a ponta do processo, ou seja, que possa ser incorporada junto às

populações atendidas, assumindo assim o processo da mudança. A tecnologia social deve ainda promover educação por meio da difusão e da ação educativa, da construção da cidadania e de processos democráticos, da inclusão, da acessibilidade, da sustentabilidade, da participação e da cultura (Ver Verbete Tecnologia Social).

Algumas características da TS são:

- Adaptada a pequeno tamanho;
- Liberadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direto;
- Não discriminatória (patrão x empregado);
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas;
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não discriminatória; liberada da diferenciação (DAGNINO, BRANDÃO, NOVAES, 2004).

A TS pode ser, portanto, uma ferramenta que permita o crescimento de empreendimentos econômicos solidários, buscando a sustentabilidade dos mesmos e permitindo que essa população tenha acesso de forma alternativa a melhoria da qualidade de vida, já que a TS dispõe de potencialidades capazes de produzir resultados emancipadores.

Com a crise do capitalismo a partir do final do Século XX, passaram a surgir oportunidades para se repensar questões relacionadas a à economia, à sociedade, à cultura e ao meio ambiente. Todas essas questões levam para a necessidade de um outro “caminho”, que envolve aspectos mais igualitários e solidários em relação a dinâmica entre pessoas e organizações. Nesse sentido, a Economia Solidária se apresenta como alternativa para se repensar o papel dos pequenos produtores e empreendimentos, que por meio da tecnologia social podem aplicar a autogestão e a cooperação de maneira mais solidária e igualitária (DAGNINO, 2010, 2014).

Com essas considerações, a tecnologia social se integra a à Economia Solidária, por meio de relações de trabalho e produção solidárias, em que os vínculos de compra e venda de bens e serviços, bem como produção e consumo, passam a acontecer por meio da cooperação de pessoas e empreendimentos solidários. Esta integração pode resultar na organização de novos arranjos produtivos solidários, a partir das redes de economia solidária e das incubadoras tecnológicas de cooperativas (Ver Verbete Cooperativismo).

Da relação/integração entre a tecnologia social e a economia solidária surge a oportunidade da aproximação com o desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento), não mais limitado conceitualmente como “crescimento eco-

nômico”, mas como um desenvolvimento mais amplo, capaz de entender o dinâmico contexto socioeconômico local como diferente dos modelos globais ligados à economia industrial capitalista. Dessa forma, na interpretação de Feenberg (2005), a tecnologia social e a economia solidária estabelecem uma resistência ao modelo capitalista de produção industrial, através de movimentos produtivos coletivos que permitem renda aos produtores/trabalhadores como resultado da organização coletiva, solidária e igualitária.

Essa resistência oferece alternativas ao desenvolvimento local e regional, por meio de ações e tecnologias que permitam dar mais ênfase às especificações mais localizadas e às particularidades regionais. A promoção da autonomia coletiva/comunitária, por meio do reconhecimento de culturas minoritárias, pode proporcionar uma dinâmica social mais inclusiva, valorizando a diversidade cultural, as formas de produzir, de entender a produção, e de gerar conhecimento. Dessa maneira, se estabelece um pensamento socioeconômico mais solidário, que se contrapõe à hegemonia do pensamento econômico industrial (KAHLAU, SCHNEIDER, SOUZA-LIMA, 2019).

A TS se relaciona com empreendimentos do tipo solidários ao abarcar traços característicos dessa economia: autogestão, democracia, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social e interação com as incubadoras ao buscar solução para problemas sociais, atendendo coletivos em situação de vulnerabilidade (Ver Verbete Vulnerabilidade) econômica e apoiando a geração de trabalho e renda para as comunidades urbanas e rurais, produzindo valor de outra forma do que a economia de mercado e produzindo solidariedade de outra forma do que a economia de tratamento social (BRUM, 2003).

Enquanto iniciativa que dialoga com saberes tradicionais e territoriais, a TS encontra incentivo em espaços como as Incubadoras de Cooperativas Populares ou de Tecnologia Social, que promovem a apropriação de conhecimento e o desenvolvimento de empreendedores para a elaboração e manutenção da tecnologia, considerando os aspectos pedagógicos do processo e os princípios de organização solidária, sem subordinação do produtor à tecnologia e proporcionando melhoria da qualidade de vida das comunidades (OLIVEIRA, VANCONCELLOS, FIGUEIRA 2019).

Diversas são as iniciativas existentes nesse formato, principalmente vinculadas à Instituições de Ensino Superior e à Organizações Não-Governamentais, que oferecem suporte para o desenvolvimento desses empreendimentos, dando chance à criação de artefatos tecnológicos baseados na adequação sociotécnica e promovendo o desenvolvimento coletivo.

A organização do trabalho mediante incubação, organiza e capacita empreendedores no desenvolvimento de novas tecnologias sociais ou na manuten-

ção de tecnologias já existentes, alicerçada pelos princípios da TS e da Economia Solidária (Ver Verbete Economia Solidária), atendendo a necessidades sociais reais e adaptadas ao contexto regional, além de incluir esses empreendedores como protagonistas do processo.

REFERÊNCIAS

BRUM, A. L. Economia Solidária: elementos para compreensão. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. v. 1, n. 1, jan./jun. p. 217-228. 2003.

DAGNINO, Renato P. (Org). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato P. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34.

FEENBERG, Andrew. Teoría crítica de la tecnología. **Revista CTS**, vol. 2, n.5, p. 109-123, 2005.

KAHLAU, C. A.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento: indagações sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 190-213, abr./jun. 2019.

OLIVEIRA, T. S.; VASCONCELLOS, D. B. C.; FIGUEIRA, W. A. Gestão de tecnologia social e economia solidária: a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEES). In.: ALMEIDA, A. et al. **Sociedade, inovação e tecnologia social**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

Outras Referências

DAGNINO, Renato P.; BRANDÃO, Flávio C.; NOVAES, Henrique T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 15-64, 2004.

DAGNINO, Renato P. A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo. In: SANTOS, L. et al. Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: Iapar, 2004.

DAGNINO, Renato P. O que é o PLACTS (Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade)? Revista Angulo Especial: tecnologia e sociedade: contribuições dialógicas. Lorena (SP), n.140, p. 47-61, jan./mar. 2005.

DAGNINO, Renato P.; DIAS, Rafael. A Política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação. *Revista Brasileira de Inovação*. Rio de Janeiro (RJ), 6 (2), p. 373-403, jul./dez. 2007.

TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO (TBE)

Carlos Águedo Paiva

A Teoria da Base de Exportação (TBE) é uma das principais vertentes de interpretação da dinâmica regional. Ela deita suas raízes nas investigações de Herald Innis acerca do papel das atividades extrativas e agropecuárias de exportação na colonização e integração mercantil do Canadá. Segundo o autor, a história econômica deste país e sua expansão em direção ao oeste estrutura-se sobre a provisão de *commodities* extrativas e agrícolas para o Reino Unido (inicialmente) e para a costa leste urbanizada e industrializada do país (posteriormente).

Em suas primeiras versões, a TBE é apresentada como um padrão de desenvolvimento econômico historicamente particular, típico das economias do Novo Mundo (América) e Novíssimo Mundo (Oceania). É somente a partir de 1959 – data da publicação do antológico trabalho de Douglass North “A Agricultura no Crescimento Econômico Regional” – que emerge a perspectiva de que TBE teria validade universal. Na verdade, North irá propor (com base em STIGLER, 1951) que a primeira apresentação sistemática desta teoria encontrar-se-ia nos três primeiros capítulos de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Nestes, Smith (1982) defende o ponto de vista de que o principal limitador para o aprofundamento da divisão do trabalho e da ampliação da produtividade (*Ver Verbete Produtividade*) que lhe é indissociável é a insuficiência de mercado local para absorver a oferta ampliada. Por isso – de acordo com Smith – os primeiros territórios (*Ver Verbete Território*)/nações que teriam alcançado aprofundar a divisão do trabalho e operar com produtividade superior seriam aqueles beneficiados pela proximidade com cursos d’água navegáveis, como o Egito (Nilo), o Iraque (Tigre e Eufrates), os Fenícios e os Gregos (Mediterrâneo). Através dos cursos d’água navegáveis, estas civilizações garantiriam o acesso a um mercado superior ao limitado mercado interno sem incorrer em elevados custos de transporte.

Tal como Stigler (1951) reconhece, na base da leitura de Smith encontra-se, implicitamente, a pretensão de que os mercados locais se organizariam de forma imperfeita. De fato, o ponto de partida do modelo de base de exportação é o reconhecimento da existência de dois tipos distintos de mercado: o interno (onde as funções demanda com as quais os produtores se deparam são negativamente inclinadas) e o externo (para o qual a função demanda seria perfeitamente elástica). Vale observar que não se deve confundir “mercado externo” com “mercado exterior, estrangeiro”. Ele só é “externo” ao território considerado,

seja ele uma localidade, um município, uma região ou até (no limite) uma nação. O que caracteriza este mercado “externo” é apenas o fato dele ser tão vasto *vis-à-vis* a participação relativa da produção local que toda a ampliação de oferta interna poderia ser vendida ao preço atual.

Neste caso, **a única limitação para a expansão da renda interna derivada das vendas para o exterior é a capacidade de produção do território**. Por oposição, o aumento do número de ofertantes e/ou do volume ofertado para o mercado **interno** (de tamanho limitado) levaria à queda de preços e da renda dos produtores. A não ser que a **renda interna** tenha sido ampliada **previamente** a partir da ampliação das vendas para o mercado externo.

Como não poderia deixar de ser, a TBE recebeu um amplo conjunto de críticas. A mais contundente refere-se à pretensa subestimação do papel propulsor das outras duas variáveis de demanda autônoma – o Investimento e os Gastos do Governo – que seriam pelo menos tão importantes quanto as exportações para a mobilização do produto e da renda regionais. Esta crítica, contudo, está baseada em uma compreensão limitada da teoria. O que escapa a estes críticos é que a TBE **não** é uma teoria do desenvolvimento **nacional** mas uma teoria do desenvolvimento estritamente **regional** (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*).

Como se sabe, a principal diferença entre regiões e nações é que as últimas dispõem de mecanismos peculiares – como o câmbio e as tarifas alfandegárias – para defender seu mercado interno das importações e para alavancar suas exportações com base em vantagens meramente **relativas**. Diferentemente, as regiões têm como principal mercado “externo” o próprio país e só podem se inserir na divisão nacional do trabalho através de vantagens **absolutas**. Ora, as vantagens absolutas baseiam-se em ganhos de produtividade que é altamente dependente da escala de produção. Cada região tende, assim, a se especializar em um leque restrito de produtos para alcançar a escala e a produtividade necessárias à consolidação de vantagens absolutas.

Neste caso, mesmo quando uma região é produtora de bens de capital, como regra geral ela é especializada em um conjunto restrito destes bens. De sorte que a ampliação do valor agregado (lucros e salários – *Ver Verbete Valor Agregado*) das firmas que produzem os referidos bens de capital é função da ampliação da demanda externa, da ampliação de suas vendas para o (seu) exterior.

Por oposição, quando estas mesmas firmas investem em novos equipamentos e ampliam suas plantas, elas compram os mais diversos insumos, que, em sua grande maioria, são produzidos em outras regiões. Vale dizer: a TBE pretende que (senão a totalidade, pelo menos a maior parte) dos bens de capital necessários à ampliação das estruturas produtivas locais/regionais sejam importados. Além disso, a TBE propõe que os bens de consumo mais sofisticados, que atendem a demanda dos segmentos de alta renda (bens de consumo capitalistas, Ck) também sejam, em sua virtual totalidade, importados.

No limite, M (importação) é igual a I (investimento) acrescido de Ck (consumo capitalista). Diferentemente, o consumo de massa, Cw (consumo dos trabalhadores) baseia-se em produtos muito simples, de tecnologia difundida e intensiva em trabalho (alimentos, vestuário e serviços de primeira necessidade) que tendem a ser produzidos no próprio território.

Supondo equilíbrio orçamentário (os gastos do governo, G, são iguais à tributação, T) e tomando a renda disponível, líquida de tributos ($Y_d = Y - T$) por referência analítica, a TBE pode ser expressa formalmente nos seguintes termos:

- 1) $Y = C_w + C_k + I + G + X - M$
- 2) $Y_d = Y - T$
- 3) $Y_d = C_w + C_k + I + (G - T) + X - M$
- 4) Se $G = T$
- 5) $Y_d = C_w + C_k + I + X - M$
- 6) Se $M = C_k + I$
- 7) $Y_d = C_w + X$
- 8) Se $C_w = w Y_d$ (onde w equivale aproximadamente à participação dos salários na renda)
- 9) $Y_d - w Y_d = Y_d (1 - w) = X$
- 10) $Y_d = X / (1 - w)$

Em suma: a renda (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*) interna de uma região é função direta do valor dos bens destinados ao mercado externo e inversa da concentração da renda. Quanto mais bem distribuída a renda, maior o multiplicador regional (porquanto menor a compulsão a importar) e maior a relação entre produção para o mercado interno e produção para o exterior. Não obstante, se a produção para o exterior declinar, a renda declinará na mesma proporção.

REFERÊNCIAS

INNIS, Harold. [1956] *Essays in canadian economic history*. Ed. Mary Quayle Innis, 2017.

NORTH, D. [1955]. *Teoria da localização e crescimento regional*. In: SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar. Disponível em: <http://territoriopaiva.com.br/referencias-teoricas/textos-classicos>

NORTH, D. [1959]. *A agricultura no crescimento econômico regional*. In: SCHWARTZMANN, J. (org. 1977). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo

Horizonte: Cedeplar. Disponível em: <http://territoriopaiva.com.br/referencias-teoricas/textos-classicos>

PAIVA, C. A.. *Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais*. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, (Os Economistas), 1982.

STIGLER, G. The Division of Labor is Limited by the Extent of the Market. *Journal of Political Economy*, vol. 59, jun.1951.

WATKINS, M. H. A staple theory of economic growth. *In: The Canadian Journal of Economic and Political Science*, 29(2):141-58, Mai, 1963 (Versão em Português em SCHWARTZMAN, J. 1977).

TERCEIRIZAÇÃO

Lucir Reinaldo Alves

A terceirização (ou *outsourcing*) é uma prática empresarial de contratar externamente, isto é, com outras empresas, produtos e serviços necessários ao seu processo produtivo (Ver Verbete Processo Produtivo). Conforme detalha Gregory *et al.* (2009), essa prática se tornou mais comum a partir da década de 1980, quando as empresas passaram a subcontratar outras empresas, terceirizadas, para fornecer atividades/produtos periféricas ou complementares, embora em certos casos a terceirização ocorra também na atividade fim.

Enquanto a externalização de funções estiver relacionada com a atividade fim utilizar-se-á o termo subcontratação, ou seja, subcontratam-se empresas terceiras para produzir partes do processo produtivo do produto final. A terceirização, entretanto, estará relacionada apenas com os serviços de apoio e não ligados diretamente à produção.

É comum relacionar o aumento da participação da terceirização com a passagem do modelo fordista de produção para o modelo flexível, em que as práticas de produção e de negócios passam a serem mediados pelo contexto da Globalização (Ver Verbete Globalização) e das diferenciações de demanda.

Segundo Sandroni (1999), a terceirização está diretamente relacionada com a redução dos custos de produção, não apenas pelo barateamento das despesas com os fatores de produção, especialmente a mão-de-obra, como também pela minimização de custos com a diminuição, por exemplo, de estoques. Terceiriza-se segurança, limpeza, transporte de funcionários, logística, a escrituração contábil e fiscal, o departamento de pessoal, a auditoria interna, etc.

O objetivo da terceirização é que qualquer serviço que não esteja diretamente ligado à atividade principal da empresa seja repassado a terceiros. Existem grandes empresas que terceirizaram toda a administração, incluindo a área de faturamento, de cobrança e até o financeiro. Deste modo, esse processo que envolve geralmente as atividades relacionadas à prestação de serviços. Ou seja, o aumento das atividades realizadas por outras empresas, pode levar a um processo de terciarização da economia, incrementa a competitividade empresarial e a conquista de novos mercados (SILVEIRA & FELIPE JUNIOR, 2017).

Especialmente para as empresas de menor dimensão, a realização de todo o conjunto de etapas produtivas pela própria empresa se torna onerosa e pouco eficiente. Isso diminui sua competitividade setorial e suas vantagens comparativas e absolutas. Por isso, conforme reforçam Silveira & Felipe Junior (2017) passa-se a aumentar-se a horizontalização das atividades produtivas (resultado da flexibilização da produção) em relação à verticalização, característica predo-

minantes no modelo fordista até a década de 1970, repercutindo em ganhos diversos às empresas.

Outro impacto desse processo foi o da localização espacial das empresas. Conforme detalha Matteo (2011), a organização do território (Ver Verbete Território) da produção consolidada no modelo Fordista foi alterada. Passou-se então a uma organização da produção em empresas de menor dimensão, inovadora e que passa a se relacionar com outras em rede, respondendo às demandas do mercado externo regional. Com isso, passam a se localizarem em regiões que possuísem alguma atividade especializada.

Méndez (1997) acrescenta o papel das mudanças tecnológicas no processo de terceirização da produção. Segundo o autor, a incorporação de inovação (Ver Verbete Inovação), informação e automatização dos processos produtivos incentivou a substituição de mão-de-obra por tecnologias (Ver Verbete Tecnologia), reduzindo tarefas diretamente produtivas. Ao mesmo tempo, aumentou a relevância das tarefas anteriores e posteriores à processo produtivo, como exemplos da administração e planejamento, pesquisa e desenvolvimento, logística, controles de qualidade, comercialização, serviços de pós-venda, etc.

REFERÊNCIAS

GREGORY, Derek et al. (Eds.). **The dictionary of human geography**. 5 ed. Oxford (UK): John Wiley & Sons Ltd, 2009.

MATTEO, Miguel. Teorias de desenvolvimento territorial. In: CRUZ, Bruno de Oliveira, et al (Orgs.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica: La lógica espacial del capitalismo global**. Ariel Geografía, 1997.

SANDRONI, Paulo. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SILVEIRA, Márcio Rogério; FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes. Terceirização. In.: SPOSITO, Elisei Savério (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

AMIN, Ash; ROBINS, Kevin. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In.: BENKO, Georges, LIPIETZ, Alain. **As regi-**

ões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

KON, Anita. **Economia dos serviços – teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LEIRIA, Jerônimo S. **Terceirização:** uma alternativa de flexibilidade empresarial. São Paulo: Gente, 1995.

LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intraurbano. **Pólis**, n. 27, ago., p. 11-16, 1996.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, 1988.

MÉNDEZ, Ricardo; CARAVACA, Inmaculada. **Organización industrial y territorio.** Editorial Síntesis, 1999.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos:** o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M Books, 2004.

TERCIARIZAÇÃO

Lucir Reinaldo Alves

Terciarização (do terciário) é o fenômeno da terciarização, ou seja, a migração da estrutura produtiva de uma região (Ver *Verbete Região*) para o setor de serviços. Essa tem sido uma característica cada vez mais marcante na economia mundial contemporânea. De acordo com Witherick, Ross & Small (2001) é o setor da Economia que faz a ligação entre atividades primárias, secundárias e o consumidor final.

Para Sandroni (1999), a terciarização também é conhecida como o aumento do Setor de Serviços, ou seja, todas as atividades que são desenvolvidas pelos centros urbanos e que não estão enquadradas na agropecuária ou nas atividades industriais. Destacam-se especialmente: o comércio, os transportes, a publicidade, as comunicações, pesquisa e desenvolvimento, a educação, a saúde, o entretenimento, o setor financeiro, de seguros, a administração pública, de segurança e defesa, dentre outras. Essas atividades formam o setor terciário da economia, nas estruturas produtivas regionais (Ver *Verbete Estrutura Produtiva*).

Trata-se de uma extensão das grandes transformações provocadas pela globalização, que se intensificou nas últimas décadas do século XX. Do ponto de vista estrutural observa-se um processo de migração, principalmente no Produto Interno Bruto (PIB) no emprego (Ver *Verbete Emprego*), das atividades do setor primário (agricultura e pecuária) e secundário (indústria) para o setor terciário (comércio e serviços).

Polèse (1998) ressalta que todas as regiões possuem alguma proporção de atividades terciárias, mas quanto maior a dimensão populacional da região, quanto maior a posição na hierarquia urbana regional das cidades (Ver *Verbetes Cidade Inteligente e Cidade Média*), maior será a diversificação (Ver *Verbete Diversificação Produtiva*) e maior a incorporação de tecnologia (Ver *Verbete Tecnologia*) e conhecimento.

Alves (2016) acrescenta que o aumento da terciarização da economia está diretamente relacionado com a reestruturação produtiva causada pela passagem dos modelos de produção do Século XX, especialmente do Fordismo para o Flexível na Globalização (Ver *Verbete Globalização*), e com isso, o aumento da terceirização produtiva, ou seja, da participação do setor terciário no PIB e no emprego, por extensão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucir Reinaldo. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local: o caso do município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil.** 497 p. Tese (Doutorado em Geografia, especialidade em Planejamento Regional e Urbano) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2016.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas.** Coimbra: APDR, 1998.

SANDRONI, Paulo. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

WITHERICK, Michael; ROSS, Simon; SMALL, John. **A modern dictionary of geography.** 4 ed. Londres (UK): Edward Arnold. 2001.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

KON, Anita. **Economia dos serviços – teoria e evolução no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, 2013.

LEMA, Paula Bordalo; TEIXEIRA, José Afonso. Desindustrialização. Reindustrialização. Terciarização. **Revista da FCSH**, n. 2, 1988.

LIPIETZ, Alain. Globalização, reestruturação produtiva e impacto intraurbano. **Pólis**, n. 27, ago., p. 11-16, 1996.

MELO, Hildete Pereira de. et al. **O setor serviços no brasil: uma visão global - 1985/95.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão nº 549).

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografia económica: La lógica espacial del capitalismo global.** Ariel Geografía, 1997.

SILVEIRA, Márcio Rogério; FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes. Terciarização. In.: SPOSITO, Elisei Savério (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

TERRITÓRIO

Rogério Leandro Lima da Silveira

A palavra território, em latim *territorium*, etimologicamente deriva do vocábulo latino *terra* designando “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição” (DI MEO, 1998, p.42) ou ainda “como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa”. (HAESBAERT, 2004, p.43).

Para Helden (2013), o pensamento sobre o surgimento do território, implica considerar que o território é simultaneamente uma palavra, um conceito e uma prática social e que a relação entre eles só pode ser apreendida historicamente.

O conceito de território é uma construção histórica que assume diferentes significados, designações e aplicações na história da ciência. No âmbito das ciências humanas e sociais ele igualmente assume distintas acepções.

Em uma primeira designação, mais específica e também mais tradicional, o conceito de território, assume um conteúdo jurídico que resulta da relação entre espaço e política, designando àquela parcela do espaço geográfico que corresponde aos limites políticos administrativos de um Estado nacional, ou de suas unidades administrativas constitutivas, como as regiões e os municípios. Nessa perspectiva, mais absoluta, como bem assinalou Gottmann (1975, p.29):

“Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia”.

Em uma segunda e mais ampla designação, o conceito de território corresponde a uma dada parcela do espaço geográfico, independente da escala (*Ver Verbete Escalas Regionais*) espacial, que é apropriado através de relações sociais e de poder, estabelecidas historicamente no processo mais geral de reprodução da sociedade.

Nessa perspectiva, mais relacional, o território é definido e reconhecido por um conjunto de múltiplas relações de poder, desde aquelas cujo conteúdo é mais material, como as relações econômicas e políticas, até aquelas cujo conteúdo é mais simbólico e subjetivo, expresso através das relações culturais e da identidade. Haesbaert (2004, p.93) assim explicita essa designação:

“o território, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política”.

Em uma terceira designação o território é pensado através de seus usos. Os territórios criados sobre um dado espaço geográfico expressam estruturas específicas de uma dada sociedade, que incluem o modo de divisão e de gestão do espaço, bem como a organização desse espaço (BRUNET, 2003). Os territórios também revelam a dinâmica e as estratégias de apropriação desses espaços, através dos diferentes usos do território, ao que Santos (1994) destaca quando chama atenção que é justamente o uso do território que deve ser o objeto da análise social, e acrescentamos nós, o foco e o objeto da análise territorial.

No campo de estudos do desenvolvimento regional (*Ver Verbetete Desenvolvimento Regional*), o conceito de território se revela de fundamental importância para que possamos compreender os diferentes modos e processos históricos de territorialização. Ou seja, de apropriação, que o espaço regional apresenta, desde aqueles estabelecidos pela regionalização estatal e pela definição de recortes político-administrativos, até aqueles produzidos através de relações sociais de poder entre os diversos grupos sociais, organizações econômicas e instituições que participam do processo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BRUNET, Roger. *Territoire*. In: R. Brunet, R. Ferras e H. Théry (Org). *Les Mots de la Géographie – Dictionnaire critique*. Paris: Reclus-La Documentation Française, 2003. P.480-481.

DI MEO, Guy. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan.1998.

ELDEN, Stuart. *The birth of territory*. Chicago: The University of Chicago Press.2013.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: Milton Santos et al (Org.) *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

TERRITÓRIO RURAL

Jorge Luiz Amaral de Moraes

Após a Segunda Guerra Mundial, as áreas rurais dos países com capitalismo mais avançado foram estruturadas com base num modelo de desenvolvimento (Ver Verbete Desenvolvimento) da agricultura que ficou conhecido como *Revolução Verde* e, no Brasil, como *modernização agrícola*. Esse modelo se caracterizou pela integração e funcionalidade da agricultura ao modo de desenvolvimento fordista do sistema econômico capitalista, cumprindo com o seu papel funcional de fornecimento de mão-de-obra, alimentos, matérias-primas, divisas e outros recursos para o setor *urbano-industrial*. Isto acabou provocando um grande fluxo de população para as cidades, gerando um excedente de mão-de-obra que os setores produtivos urbanos não tiveram capacidade para absorver.

Em função de problemas socioeconômicos, gerados por esse processo, para uma considerável parcela da população urbana e rural, teve início uma maior valorização dos aspectos ligados à organização social nas áreas rurais (Ver Verbete Atores Sociais Rurais). No início deste século, começaram a surgir estudos baseados na abordagem territorial do desenvolvimento rural (Ver Verbete Desenvolvimento Rural), na qual as perspectivas do *local* e do *endógeno* estão presentes. Schejtman & Berdegué (2003) descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada no desenvolvimento territorial rural (DTR). Os autores reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território (Ver Verbete Território) e com mercados externos dinâmicos.

A revalorização do local (Ver Verbete Desenvolvimento Local), a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais (Ver Verbete Atores Sociais) e os resultados de algumas políticas públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) reforçaram a existência do rural como parte substancial da definição de território neste âmbito e da redefinição deste tipo de desenvolvimento. Desde então, se verificou uma mudança de visão nas novas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural, utilizadas para compreender o papel do território rural no desenvolvimento regional do país (SCHNEIDER, 2003).

Essa nova perspectiva de estudo do desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional) vem consolidando a definição de território rural, perdendo importância a visão tradicional, baseada na dicotomia rural-urbana, que confundia rural com agrícola e relacionava o urbano, exclusivamente, com

as atividades industriais e de prestação de serviços. Esta vem sendo substituída por uma nova visão sobre o mundo rural, baseada na possibilidade de pequenas e algumas médias cidades do “interior” e atividades agroindustriais e de serviços turísticos e ambientais serem partes integrantes do território rural. Mas, para oferecer isso o território rural tem que utilizar o seu potencial local e aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e, também, estar integrado socioeconomicamente com o seu entorno e com o exterior.

Estes são os contornos que poderão levar a uma nova ruralidade e contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais. Dessa forma, seriam possíveis novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da população que vive e/ou trabalha nas pequenas e médias aglomerações urbanas e nas áreas de baixa densidade populacional do território rural. Isto é de grande relevância para o estudo de regiões com municípios com aglomerações urbanas relativamente pequenas e/ou com grandes contingentes de população rural.

Mais recentemente, na elaboração de políticas para alavancar o desenvolvimento regional, considerando as diferentes dinâmicas, potencialidades territoriais locais e oportunidades externas, busca-se a implantação de atividades produtivas locais mais rentáveis e geradoras de postos de trabalho para os componentes familiares que permaneceram no meio rural dos territórios. Entre essas atividades, aparecem com grande potencial de contribuição as de produção e comercialização de bens e serviços agroalimentares, agroindustriais, ambientais e turísticos. Essas atividades produtivas, além de geradoras de renda e postos de trabalho, são consideradas multiplicadoras de renda e de emprego em outras atividades locais, industriais ou de serviços (MORAES, 2016).

Na tentativa de estabelecer uma ponte hierárquica entre os significados de rural e local nos programas de desenvolvimento, Wanderley (2001) argumenta que aqueles de caráter local, em vez de substituir o desenvolvimento rural, incorporam este como parte integrante, sem anular as particularidades de cada um. Acontece onde a diversidade e a proximidade são fontes de integração e cooperação e, ao mesmo tempo, de tensões e conflitos, configurando uma rede de relações recíprocas e complexas. A autora conclui afirmando que se a vida local é resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como um processo de valorização do potencial econômico, social e cultural dessa sociedade, não pode supor o fim do rural (WANDERLEY, 2001). Ou seja, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local são duas faces de uma mesma moeda.

Então, quando se utiliza o termo “dinâmica territorial rural”, como sendo o ambiente onde é possível, ao mesmo tempo, a utilização das potencialidades próprias do território rural e o aproveitamento das oportunidades externas, nas

suas diversas formas, se constituem numa dinâmica socioeconômica local diferenciada de desenvolvimento rural, instrumentalizada e mediada por suas aglomerações produtivas, dentro do território rural (SABOURIN,2002; MORAES, 2016; SCHNEIDER,2003).

REFERÊNCIAS

MORAES, J. L. A. Agricultura familiar, sistemas agroalimentares localizados - sials e as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.21, n.3, p. 238-256, set./dez. 2016.

SABOURIN, E. *Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores*. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SCHNEIDER, S. *A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas*. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. *Desarrollo Territorial Rural*. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.

TIPOS DE DESEMPREGO

Marcio Pochmann

O desemprego é um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento capitalista. Por conta disso, o pleno emprego dos trabalhadores dependente da livre competição entre as forças de mercado se apresenta apenas como exceção, não como regra ao longo do tempo. Apesar de sua presença permanente, o desemprego tem se alterado em conformidade com a dinâmica de atuação do Estado e do próprio desempenho econômico. Isso porque até a década de 1930, por exemplo, a dimensão e tipologia do desemprego dependiam quase que exclusivamente do funcionamento do setor privado.

Na vigência do Estado mínimo, a preocupação com o desemprego praticamente inexistia, pois tinha suas funções limitadas fundamentalmente pela coleta de tributos e pelo monopólio na emissão de moeda e no exercício da violência (segurança policial das fronteiras). Por conta disso, o peso de financiamento do Estado mínimo distanciava-se do equivalente a menor de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países no período de paz. Com a transição das antigas sociedades agrárias para urbanas e industriais, o desemprego tornou-se um problema crescente e sem resolução plausível no âmbito das instituições filantrópicas e associações de ajuda mútua existente no século XIX. A explosão do desemprego urbano na grande Depressão Econômica de 1929 terminou por conceder ao desemprego importância especial na agenda dos governos.

Até então, o desemprego era identificado como um problema específico da oferta de mão de obra que se encontrava, em geral, acima da capacidade do setor privado gerar empregos para todos. Deste ponto de vista, o enorme movimento migratório de base agrária observado desde a segunda metade do século XIX não deixou de ser uma modalidade de expulsão de hordas de desempregados da Europa para o novo mundo.

Em síntese, a vítima do desemprego, o trabalhador, era considerado na época como sendo o próprio responsável por sua situação, uma vez que não conseguia controlar o crescimento da oferta de mão de obra no mesmo ritmo da geração de empregos pelo setor privado.

O desemprego, em consequência, era tratado como voluntário, pois resultaria da insistência do desempregado em não aceitar o qualquer nível de remuneração estabelecido pelo empregador. Desta forma, o setor privado jamais seria identificado como responsável pelo desemprego, pois estaria sempre em condições de empregar mais pessoas, desde que elas aceitassem os requisitos estabelecidos para a contratação.

Ainda no século XIX, durante o avanço do processo de mecanização, a introdução das máquinas foi acompanhada pela ampliação de mão de obra sobrando, o que gerou manifestações operárias contrárias ao progresso técnico. Naquela oportunidade, o desemprego tendia a se dividir em dois tipos principais: o voluntário e o tecnológico.

A mudança política ocasionada pela universalização do voto atraiu gradualmente para a esfera pública o problema do desemprego a partir do século passado. Logo nas primeiras disputas eleitorais que abandonaram a experiência limitada da democracia censitária anterior, o tema da regulação do mercado de trabalho foi gradualmente se afirmando, bem como algumas medidas assistenciais aos desempregados.

Mas somente com o surgimento do Estado de bem-estar social diante do esgotamento do Estado mínimo é que o emprego passou a assumir centralidade na agenda pública, com a instalação de uma série de iniciativas voltadas ao pleno emprego da mão de obra. Para isso, contudo, o setor privado deixou de ser o único responsável pela determinação do emprego, uma vez que na grande Depressão de 1929 ficou evidente que a generalização do desemprego não seria mais culpa do próprio trabalhador, muito menos do progresso técnico.

Nesse sentido, o desemprego voluntário tornou-se reconhecido como inapetência do setor privado para contratar a totalidade da oferta de trabalhadores. Caberia cada vez mais à atuação do Estado desenvolver políticas públicas associadas ao enfrentamento da falta de emprego para todos independentes do tipo de desemprego.

Por quase três décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o pleno emprego terminou sendo uma das principais marcas do desenvolvimento (*Ver Verbetete Desenvolvimento*) nos países capitalistas avançados. Todavia, isso não significou ausência do desemprego, tampouco a impossibilidade do empregador demitir mão de obra.

Mesmo que houvesse desempregados, ainda que em quantidade baixíssima, a demanda por trabalhadores de parte dos setores privado e público se apresentava, em geral, suficiente para garantir o pleno emprego. Se isso não ocorria dever-se-ia ao novo tipo de desemprego, sobretudo o friccional.

A existência de uma espécie de fricção entre oferta e demanda de mão de obra no interior do mercado de trabalho resultaria, em geral, da insuficiência de informações adequadas por parte dos contratantes e ofertantes de força de trabalho. De um lado, por exemplo, poderia haver uma vaga a ser ocupada, porém o desempregado desconheceria o local do emprego existente, uma vez que a informação não era pública e generalizada.

De outro, o desempregado poderia não possuir a formação adequada aos requisitos patronais. Ou ainda, o desempregado residiria distante (outro bairro ou outra cidade) do local onde haveria o posto de trabalho aberto.

Também seria interessante acrescentar o tipo de desemprego conjuntural, que derivaria dos ciclos de curto prazo da economia. As oscilações nos estoques das empresas, as medidas de ajuste fiscal no setor público, entre outras razões, tenderiam a afetar o nível de emprego e, por consequência, o comportamento do desemprego.

Nos dias atuais, o tipo de desemprego estrutural voltou a ser importante tendo em vista o baixo ritmo de crescimento das economias, ademais do avanço tecnológico, o acirramento da competição entre as corporações transnacionais na globalização (*Ver Verbete Globalização*), a adoção de programas neoliberais de desconstituição do Estado de bem-estar social, entre outros motivos.

REFERÊNCIAS

- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KEYNES, J. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril, 1983.
- MALTHUS, T. *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- PIGOU, A. C. *The Theory of Unemployment*. New York, AMKelley, 1933.
- POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril, 1982.

TRABALHO ONLINE (TELETRABALHO)

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Considerado como o fundamento da sociabilidade humana, o trabalho pressupõe um conhecimento concreto para sua execução e enquanto prática social, trata-se de uma atividade exclusivamente pertencente ao homem. Significa uma característica teleológica, onde o ser social possui em sua consciência que é preciso trabalhar para conseguir seu sustento. Pode ser então considerado como uma necessidade realizar uma atividade para receber em troca o valor da venda de sua força de trabalho. Sua caracterização possui diferentes níveis: autônomo, assalariado ou liberal. Em qualquer que seja o tipo, ele é realizado conscientemente pelas pessoas.

Na visão de Antunes (2009), o trabalho vivo, de acordo com a situação, é realizado de maneira diversificada. Entretanto, existe uma separação em sua execução: o pensar e o produzir. No primeiro reside a finalidade e a concessão dos meios para que ele aconteça. Na produção está a concretude do mesmo a partir da destinação da força humana (braçal ou cognitiva) em uma atividade que visa realizar alguma coisa útil a alguém. Inclusa a variável monetária, ele passa a ser assalariado e é executado em diferentes locais (fábricas, residências, propriedades rurais, prestação de serviço, etc.) onde por meio dele se adquire ou se remunera a quem aplica sua força de trabalho em suas inúmeras atividades que o possuem como fonte geradora de riqueza.

A dependência de trabalhar pressupõe a relação de submissão, onde condições são impostas ao assalariado. Mesmo inconscientemente, seu exercício pode significar ao indivíduo o quanto suas relações interpessoais, construídas ao longo da vida, representam para o seu cotidiano. Significa a estruturação de uma teia de relações que com o passar do tempo faz com que a trajetória do trabalhador seja construída de uma maneira que torna ele conformado ao sistema vigente.

Nesta rede constam todas as relações que o trabalhador constrói e, com a experiência adquirida, a mesma pode ser o elemento essencial para a aquisição de itens necessários para sua sobrevivência que acontece por meio do trabalho. Entretanto, a velocidade com que as mudanças interferem no modo de execução das atividades laborais vem sofrendo uma sensível mutação, muito em função da incorporação de tecnologias (*Ver Verbete Tecnologia*) no meio ocupacional, onde cada vez mais os resultados devem ser alcançados em tempo mínimo, de acordo com a conformidade do mercado.

Diante disso, com a necessidade crescente das empresas em adquirir um diferencial competitivo, essa premência acaba por recair também ao trabalhador. Isto gera um novo tipo de trabalho, de caráter *online*, mais comumente, conhecido como teletrabalho, ao ser desempenhado por meios telemáticos (*internet, e-mail*) ou informatizados (celular e *tablet*, por exemplo) para tanto. A utilização de plataformas digitais (Ver Verbete Plataforma Digital) acentuou-se pelo fenômeno da Pandemia (Ver Verbete Pandemia). Nesse contexto, é preciso conciliar a demanda de trabalho com o cotidiano pessoal, forçando o trabalhador a ampliar sua jornada (Ver Verbete Jornada de Trabalho). Mesmo assim, com tal cenário, isto demanda uma exposição de diferentes pontos de vista.

Enquanto Mañas (2004) afirma haver uma vantagem para o trabalhador executar suas atividades, por exemplo, em sua residência (*home-office*), em outro direcionamento, Huws (2009) aponta que com esta mudança, o trabalhador, em especial, aquele que realiza serviços urbanos, torna-se agora um cibertário (proletário cibernético). É importante ressaltar ainda que um gasto maior de tempo com o deslocamento para o trabalho, conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (2012), também pode contribuir para a diminuição do tempo livre do assalariado.

Enquanto possui tempo a sua disposição (por exemplo: de casa para o trabalho), o trabalhador, pela temeridade de não conseguir realizar todas as suas tarefas durante seu horário formal de trabalho, pode também se valer de “ferramentas” tecnológicas tais como o *e-mail* e a *internet*. Em outros casos, acaba oferecendo à empresa muitas vezes, sua estrutura residencial e gerando despesas indiretas (uma parte de sua casa vira local de trabalho, a iluminação, o computador pessoal etc.). Ou seja, não se pode deixar de fugir da memória toda a responsabilidade que lhe recai: realizar as tarefas incumbidas em tempo rápido, sem a possibilidade de postergação.

Nesse sentido, o trabalho *online* gera uma comodidade artificial, assim como um trabalho intenso (Ver Verbete *Intensidade do Trabalho*) e ininterrupto. A tecnologia torna mais tecnologia possível e ao alcance dos donos dos meios de produção. Com este domínio é possível estender a jornada de trabalho do assalariado, representada, em um caráter virtual, por ligações feitas aos celulares, em razão da crescente expansão das tecnologias de comunicação, assim como pela leitura dos e-mails após o horário de trabalho, anteriormente, pactuado.

No Brasil já existe a lei Nº 12.551, que visa alterar a redação do art. 6º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com ela, sua funcionalidade está em equiparar os meios telemáticos (*internet*) e informatizados (celulares) de comando, controle e supervisão das atividades executadas pelos trabalhadores além de sua jornada de trabalho. Em termos práticos, isso significa manter o empregado em alerta, à disposição da empresa, fora do horário normal de expediente, que

por extensão, reduz o tempo de descanso e seu convívio social. Com esta lei, apesar de compensar o tempo despendido ao atender telefonemas, enviar *e-mails* ou mensagens de celular, a própria disposição do trabalhador demonstra que ocorre um aumento em sua carga de trabalho.

Com estas novas técnicas (computadores portáteis, conexões à *internet* e telefones móveis, aliado às plataformas digitais) é possível controlar o desempenho dos trabalhadores, esteja ele presente em aviões, trens ou em casa (DAL ROSSO, 2008). A tecnologia, em parte, pode poupar trabalho, mas ao mesmo tempo, pode também aumentar o tempo de realização do mesmo para quem possui atividades laborais a serem desempenhadas. Toda essa modificação no contexto do trabalho vivo pode ser explicitada pelo efeito das mudanças tecnológicas diretas e indiretas. Na primeira, um computador equipado com um *software* específico (a tecnologia em si) pode tanto facilitar o trabalho de escrita, de cálculo e de desenho, como também controlar o ritmo e a velocidade do próprio trabalho em resultados quantitativos e qualitativos. Na segunda, estão as incorporações das tecnologias à organização do trabalho, ou seja, uma mudança técnica (mais valia) que altera o processo produtivo (Ver Processo Produtivo).

Schieman *et al* (2010) advertem que as pessoas que têm maior índice de trabalho criativo acabam respondendo *e-mails*, telefonemas ou elaborando novas ideias também quando estão em casa. Consoante, a *Chartered Society of Physiotherapy*, do Reino Unido realizou uma pesquisa *online* com 2.010 funcionários de escritórios daquele país e concluiu que quase dois terços das pessoas continuam trabalhando no caminho de volta do trabalho ou em casa e que essas pessoas se tornaram “escravas de telas”. Instaura-se, então, um *dumping* social, sentido pelos assalariados. Ou seja, a pressão por mais resultados vai além da jornada de trabalho habitual.

Nesse sentido, o retorno para o lar pode ser acompanhado de uma má postura no uso dos dispositivos móveis, o que pode contribuir para dores musculares, dada a tensão em realizar atividades extra-empresa. Em termos de trabalho não remunerado, nesse mesmo estudo, foi comprovada que a média de horas extras trabalhadas com *smartphones*, *tablets* e computadores portáteis foi de duas horas por dia. Esses trabalhadores, então, realizavam atividades para a empresa sem serem remunerados e também gastavam seu tempo livre com mais trabalho.

Em suma, o trabalho vivo vem se metamorfoseando de maneira ímpar e no cotidiano. O estranhamento acerca disso vem tomando uma forma cada vez mais complexa e preocupante para o trabalhador, em especial, na contemporaneidade pandêmica. Deste modo, não se pode ignorar a atual representatividade das ferramentas tecnológicas no cotidiano ocupacional, mas talvez, deva-se principalmente considerar como é feita a gestão do uso desses aparatos pelos

trabalhadores. Afinal, são eles que sentem toda a pressão, seja ela física ou virtual (Ver Verbetes Estresse no Trabalho e Síndrome de *Burnout*).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

HUWS, Úrsula. *A construção de um cibertariado?* Trabalho virtual num mundo real. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários – Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Trabalho e tempo livre*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120321_sips_tempolivres.pdf>. Acesso: 22 jan. 2017.

LEI 12.551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12551.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MAÑAS, Antonio Vico. *Tecnología, trabalho e desemprego: um conflito social*. São Paulo. Ed. Érica, 2004.

SCHIEMAN, Scott *et al.* *Advances in the conceptualization of the stress process*. Springer Science Business Media, 2010.

Outras referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários – Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. Estudo de Psicopatologia do Trabalho. Tradução: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. Ampliada - S. Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

ENGUITA, Mariano Fernández. *Tecnología e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização de trabalho e a educação*. *In*: SILVA, Thomaz T. da. *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; Pochmann, Marcio. *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia / organização*. 1. ed. Brasília, 2020.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização – a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Ronaldo Pereira; Pochmann, Marcio. *Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas*. Alexa Cultural: São Paulo, 2020.

TRADIÇÃO

Daniel Luciano Gevehr

O termo tradição, entendido em sua base etimológica, do latim *traditio*, *tradere*, que significa “entregar” ou “passar adiante” permite pensar a permanência, preservação e continuidade de costumes, valores e crenças de pessoas, grupos sociais ou instituições. Do ponto de vista etnográfico, o termo se traduz em um conjunto de comportamentos, de memórias, de crenças, que por sua vez se constituem em um conjunto de práticas e representações que fazem parte da cultura, e que são construídas e difundidas ao longo do tempo. A tradição se constitui, por assim dizer, num conjunto de processos de manifestações culturais, que tem por base a manutenção de símbolos e alegorias, cuja origem se encontra no passado e que se pretende manter viva para as novas gerações. Antes de tudo, a tradição deve ser compreendida como um elemento dinâmico e mutável, mas que também é herdado, e que assim constitui a identidade cultural de grupos e instituições. A tradição remonta a origem, o início, “o mito fundante”, que cria e dá sentido, forma, conteúdo e características singulares ao processo e as manifestações culturais que constituem o conjunto de práticas e representações de uma coletividade, estando no princípio do coletivo um dos pressupostos da construção da tradição. Hobsbawn e Ranger (1997) afirmam que a invenção das tradições é um elemento fundamental para se compreender o funcionamento de um grupo, de uma comunidade ou de uma nação, uma vez que essas tradições se constituem através de um “processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas imposição da repetição” (HOBSBAWN, RANGER. 1997 p. 12). Ainda, de acordo com os autores, a tradição deve ser compreendida, levando-se em consideração a coesão do grupo social, o processo que estabelece ou legitima as instituições, o status, bem como as relações de autoridade e finalmente, seu objetivo central, que é compartilhar e perpetuar um sistema de valores e padrões de comportamento comum. Com isso, pode-se dizer que as tradições são, ante de tudo, inventadas – resultado de um processo complexo que envolve vários elementos simbólicos e de interesses diversos – “[...] inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

No cenário global do século XXI, no qual as fronteiras culturais se mostram cada vez mais fluidas, móveis e complexas, é fundamental se repensar a noção de tradição, sendo também urgente a redefinição das categorias que analisam o conceito, à luz da nova dinâmica mundial. Nessa perspectiva, cabe pen-

sar a região (Ver Verbete Região), como lugar (Ver Verbete Lugar) onde se constituem inúmeros exemplos da tradição cultural, uma vez que é nela que se produz, se reproduz e se atualiza as mais diversas expressões da tradição, como a língua, a religião, a gastronomia, a música, a festa, etc. Contos populares, provérbios, narrativas históricas, mitos de fundação e outras expressões constituem o mosaico da tradição de comunidade e caracterizam a dinâmica que articula a cultura com o território de origem. A cultura é sem dúvida um elemento crucial para se entender a tradição, pois é através dela que se articulam e se cruzam ideias, valores e formas de imaginar e representar a tradição, em um dado espaço geográfico e através de uma língua, que serve de elemento de coesão do grupo social. Como já mencionado anteriormente, o cenário do século XXI se apresenta cada vez mais com fronteiras fluidas e dinâmicas, daí ser possível se questionar a validade de discutir o sentido da tradição em um mundo global e caracterizado pela pós-modernidade.

Nessa linha de pensamento Pieper (2007) defende que a tradição não envelhece, uma vez que tem a originalidade da fonte. Para o filósofo, a tradição se caracteriza pelo seu caráter de atualização, sendo sempre possível de reinventar e se aproximar do contexto no qual ela se inscreve. Para ele, é conhecimento sempre novo e atual, imperecível porque sempre atualizável. A partir da teoria proposta por Pieper se percebe que na prática é o conceito de tradição que se transforma, não podendo mais ser pensado apenas a partir de sua definição original – como voltada para “passar adiante”, “transmitir” – mas sim como reinvenção, atualização, sem perder, é claro, sua essência, sua gênese. A tradição deve ser pensada, na perspectiva contemporânea, como um conjunto, um sistema de valores, de imagens, de representações, que historiciza, que identifica e dá sentido à existência de grupos sociais, instituições e também aos territórios nos quais se inscrevem essas tradições.

REFERÊNCIAS

CHARTIEU, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel. 1990.

BAUDRILLARD, J. **O sistema de objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CORMIER, H. J.-F. O conceito de tradição em Josef Pieper. **Religare**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, v. 7, n. 1, 22 dez. 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das letras, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

HOBSBAWM, Eric J., Introdução: A invenção das tradições. In.: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PEIRANO, M. **A análise antropológica de rituais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

PIEPER, Josef. **Que é filosofar**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra: 2011.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Sérgio Luís Allebrandt

Transferência de renda refere-se a programas governamentais inseridos nos sistemas de proteção social existentes na maioria dos países do mundo. Os sistemas de proteção social constituem-se em políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*) de proteção dos cidadãos contra riscos decorrentes de fatores multidimensionais (sociais, culturais, econômicos e mesmo políticos) e foram sendo gradativamente institucionalizados pelos países nos séculos 19 e 20. Incluem-se no escopo de transferência de renda tanto políticas pontuais de assistência social aos pobres, programas de benefícios continuados a deficientes, idosos e crianças em situação de risco, programas de auxílio com condicionalidades (Bolsa Escola, Bolsa Família), programas de natureza contributiva (Previdência Social, Seguro-Desemprego – *Ver Verbete Seguro-Desemprego*), até programas de renda básica, capital básico ou renda mínima incondicionais e universais (*Ver Verbete Renda Mínima e Renda Básica*).

No Império Romano, a responsabilidade pelos cuidados das pessoas era da família. Na Idade Média, a igreja passou a ter um papel importante por meio das ações de caridade. No período do Renascimento, caracterizando a transição do feudalismo para o capitalismo e a ruptura com a estrutura social medieval, impostos obrigatórios sobre as terras passam a ser cobrados para substituir o sistema de caridade anterior. Trata-se das Leis sobre os Pobres, como a *Old Scottish Poor Law* (1594) e a *Poor Relief Act*, aprovada pelo parlamento inglês em 1601.

Alguns autores (VANDERBORGHT e VAN PARIJS, 2006) buscam as origens do debate sobre propostas de transferência de renda universal em obras como a *Utopia* (de Thomas More, 1516) e *De Subventionem Pauperum* (sobre a assistência aos pobres), de Johannes Ludovicus Vives (1526). De Thomas More (1516), vale lembrar a passagem em que é questionado o tratamento dado aos pobres, condenados à morte quando flagrados roubando:

“[...] e nenhuma penalidade na terra impedirá que as pessoas roubem, se é a única maneira de conseguir comida. [...] Em vez de infligir esses horríveis castigos, seria muito mais proveitoso oferecer a todos meios de sustento, de modo que ninguém esteja sob a terrível necessidade de se tornar, primeiro um ladrão e depois um cadáver (MORE, 1516)”.

Vives (1526) propôs que o governo municipal deveria ter a responsabilidade de garantir um mínimo de subsistência a todos os seus residentes, não por

motivos de justiça, mas por um exercício mais eficaz da caridade moralmente necessária.

No Brasil, a década de 1930 é considerada o marco inicial para a construção de um sistema de proteção social (SILVA *et al*, 2006). Neste período criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tal como foram instituídos a legislação trabalhista, os primeiros Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e mais tarde, promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todas políticas voltadas ao mundo do trabalho formal e essencialmente urbano.

Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com o objetivo de centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas. Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), inicialmente com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1946 foi criada a Fundação Leão XIII, numa articulação entre o Estado e a Igreja Católica, com o objetivo de atuar junto aos moradores de favelas, concentradas nos grandes centros urbanos.

Este modelo de políticas de transferência de caráter contributivo, voltado aos trabalhadores com carteira assinada e as políticas assistenciais focalizadas foram exercidas, basicamente, por órgãos públicos centralizados em parceria com a Igreja Católica, manteve-se até o início dos anos 1990, quando começa a ser implementado o modelo de Seguridade Social inscrito na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Cidadã inovou ao instituir um processo de universalização do sistema de proteção social brasileiro, por meio dos princípios de Seguridade Social, que integra as ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Previdência (contributivo) e à Saúde e Assistência Social (não contributivo). Para financiar este modelo, a Constituição estabeleceu, além das contribuições previdenciárias com base na folha de pagamento ou no faturamento, um conjunto de contribuições sociais baseadas no faturamento, lucro e outras receitas, como a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Esse modelo foi sendo implementado gradativamente com a aprovação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080 de 1990), a Lei do Custeio da Previdência (Lei 8.212 de 1991), a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência (Lei 8.213, de 1991) e a Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993).

Um dos problemas, no entanto, é o financiamento do sistema, uma vez que com a Desvinculação de Receitas da União (DRU), prorrogada até 2023 pela Emenda Constitucional 96, aprovada em 2016 pelo Congresso Nacional, a

União está autorizada a utilizar livremente até 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais, o que retira, potencialmente, apenas em 2016, R\$ 110 bilhões em contribuições sociais do financiamento da seguridade social. Esta desvinculação das receitas ocorre desde 1994, o que tem provocado déficits crescentes no sistema de seguridade e de previdência.

A partir de 1996, a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) começa a ser implantada por meio da concessão de benefício para idosos, portadores de deficiência, criança e adolescentes. Entre os principais programas atualmente existentes, estão:

- a) Benefício de Prestação Continuada (BPC): implantado a partir de 1996, é previsto na Constituição. Trata-se de uma transferência de renda sem condicionalidades e independente de contribuição para o regime de seguridade social, para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência não aptas ao trabalho nem a uma vida independente. O BPC é destinado a indivíduos cuja renda familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, e a contribuição é de um salário mínimo;
- b) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): criado em 1996, é um conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, assegurando transferência direta de renda às famílias e oferecendo a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento, com exigência;
- c) Bolsa Família: criado em outubro de 2003, continua sendo o principal programa de transferência de renda do governo federal. Destina-se a famílias pobres que constem do Cadastro Único da Assistência Social de responsabilidade dos municípios brasileiros. Em 2004, o Bolsa família unificou outros programas de transferência de renda condicionados (Bolsa Escola, criado em 1996 e o Bolsa Alimentação, criado em 2001) e outros sem condicionalidades (Auxílio-Gás, criado em 2001 e Cartão-Alimentação do Fome Zero, criado em 2003);

Desde os anos 1990, com o processo de descentralização das políticas públicas para estados e municípios, muitos dos programas são executados com a participação das três esferas de governo, em especial os governos municipais e o federal. Isso não impede a criação e execução de programas de transferência de renda específicos por parte de estados e dos municípios.

REFERÊNCIAS

VAN DER BORGHT, Y.; VAN PARIJS, P. *Renda básica de cidadania: Fundamentos éticos e econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Outras referências

SILVA, M. O. *et al.* *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PASE, H. L.; MELO, C. C. *Políticas públicas de transferência de renda na América Latina*. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, nº 2, p. 312-329, mar./abr. 2017.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. *O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Textos para Discussão, 1738).

SOARES, S. S. D. *et al.* *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Textos para Discussão, 1293).

MESQUITA, A. de A.; FREITAS, R. de C. dos S. *Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão*. **O social em questão**. Rio de Janeiro, v. 16, nº 30, p. 197-224, jul./dez. 2013.

NERI, M. *Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada*. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 51, nº 2, p. 168-181, mar/abr. 2017.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS EM GESTÃO SOCIAL

Fernando Guilherme Tenório

O verbo bitransitivo “transferir” como termo jurídico significará transmitir a outrem, direitos. E na especificidade do tema *transferência de tecnologias em Gestão Social* denotaria ceder ou deixar à disposição de pessoas conhecimentos que atendessem a determinadas necessidade humana. Porém, este tipo de transferência não ocorre no sentido do saber ao não saber, do técnico ao não-técnico, mas ocorre por meio de um processo no qual o conhecimento é discutido entre os saberes de quem conhece a tecnologia (*Ver Verbete Tecnologia*) e de quem a recebe.

Os métodos, técnicas ou instrumentos nas mãos do(s) emissor(es), devem ser cotejados com o(s) saber(es) e necessidade(s) do(s) receptor(es). Ou seja, transferir sob a ótica da gestão social não deve ocorrer sob um processo de mão-única, deve acontecer de forma bidirecional na medida em que gerenciar socialmente dada situação, qualquer que seja, significa deliberar, conjuntamente, o saber e o seu potencial na solução do problema em pauta. Por quê?

Porque considerando que a gestão social contrapõe-se a gestão estratégica na medida em que esta última “é um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e posta em prática mediante a interação de duas ou mais pessoas na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outras(s)” (TENÓRIO, 2016, p. 25). Este tipo de ação social é típico daqueles que procuram combinar “competência técnica com atribuição hierárquica o que produz a substância do comportamento tecnocrático. Por comportamento tecnocrático entenda-se toda ação social efetivada sob a hegemonia do saber técnico” (TENÓRIO, 2016, p. 26). Contrariando este comportamento tecnocrático, comum na transferência de tecnologia, a gestão social procura substituir a gestão estratégica, monológica, “por um gerenciamento participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio dos diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 2016, p. 28).

Desse modo, transferir socialmente tecnologia é aceitar que não existem sujeitos privilegiados no processo uma vez que emissor(es) e receptor(es), em igualdade de condições devem dialogar sobre o conteúdo da tecnologia a ser disponibilizada. Em se tratando de desenvolvimento territorial (*Ver Verbete Desenvolvimento Territorial*), os diferentes atores do espaço em reflexão, devem atuar como sujeitos sociais do processo e não intérpretes e/ou receptores da tecnologia em pauta.

Ou seja, o desenvolvimento regional (*Ver Verbete Desenvolvimento Regional*) e as tecnologias nele implicadas como a sua transferência, devem ser itens de um “processo de planejamento que objetiva alcançar o desenvolvimento sustentável de um território por meio da ação concertada entre os diferentes atores sociais” (TENÓRIO, 2007, p.133). Como os atores de um dado território (*Ver Verbete Território*) são oriundos de distintos segmentos da sociedade – setor público, setor privado e o setor público não-governamental, a tecnologia a ser transferida, necessariamente, deve ser discutida sob um pacto que tipifique uma gestão social e não estratégica.

REFERÊNCIAS

TENÓRIO, Fernando G. (Organizador) *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV: Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

TENÓRIO, Fernando G. *Uma alternativa: gestão social*. Ijuí: Editora Unijui, 2016.

TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS

Fernanda Queiroz Sperotto

Iván G. Peyré Tartaruga

As **transições sociotécnicas** representam mudanças de uma configuração sociotécnica para outra, envolvendo principalmente a substituição de tecnologias. Por sua vez, o **regime-sociotécnico** é uma estrutura formada por elementos heterogêneos, resultantes de atividades de grupos sociais (cientistas, decisores políticos, usuários e grupos de interesse) que o reproduzem e partilham algumas regras com outros regimes (GEELS, 2002; GEELS, 2004). Cada regime é regido por cinco dimensões: ciência e tecnologia, mercado e usuários, estrutura e estratégia de produção, cultura, e instituições, regulamentação e governo (SCHOT; KANGER, 2018).

Por exemplo, o regime-sociotécnico de transporte rodoviário contempla uma infraestrutura rodoviária que é planejada, construída e mantida (direta ou indiretamente) por agentes públicos de representação local, regional e nacional (ou ainda internacional, em certos casos). Além dessa infraestrutura, há também a cultura do automóvel (estabelecida entre usuários e mercado), a estrutura industrial (envolvendo interesses e a posição de fabricantes e fornecedores), as opções de energia (grupos que representam as variadas opções de combustíveis e outras fontes alternativas), dentre outros arranjos que se interligam (GEELS, 2002), constituindo assim o regime.

Na exemplificação é possível perceber que as atividades de diferentes atores (Ver Verbete Atores Sociais) estão ajustadas umas com as outras, formando um conjunto, mais ou menos coerente, de regras conduzidas por diferentes grupos sociais (GEELS, 2002). Logo, o processo de reconfiguração – ou seja, a transição – não é algo que ocorre facilmente, uma vez que os elementos de um dado regime estão ligados e equiparados a outros regimes.

Portanto, para compreender a dinâmica das transições sociotécnicas, é necessário analisar quais são as forças capazes de desestabilizar os regimes. Assumindo os preceitos da **Perspectiva Multinível** (PM), a ideia é que os regimes-sociotécnicos são impactados tanto por novidades que surgem numa micro-escala como por fatores externos abrangentes (macro-escala). Para tanto, se reconhece a interação de três níveis. O primeiro é representado pelos **nichos tecnológicos**, que são o ambiente no qual as inovações radicais e disruptivas podem surgir através de pequenas redes de colaboração de atores, frequentemente de fora ou à margem do grupo dominante. Ademais, os nichos também assumem o papel de incubadoras, ao proteger as novas e ainda instáveis tecnologias contra a sele-

ção convencional do mercado (GEELS; SCHOT, 2007). O segundo nível é o do **regime-sociotécnico**, ou seja, do conjunto de regras e rotinas comuns, mais ou menos estáveis e alinhadas, que guiam o comportamento dos atores sobre como produzir, regular e utilizar as tecnologias de um sistema sociotécnico em particular. O terceiro, denominado de **paisagem-sociotécnica**, (Ver Verbete Paisagem) compreende as interferências externas (como desastres naturais, guerras, crises econômicas, mudanças climáticas, efeitos da globalização e macroeconômicos, dentre outros), capazes de impactar nos nichos e nos regimes (GEELS; SCHOT, 2007; SCHOT; KANGER, 2018).

De acordo com esse desenho teórico, os nichos se nutrem acumulando conhecimento e se adequam às condições de mercado, por exemplo, ajustando preços e melhorando desempenho. Por sua vez, as mudanças na paisagem exercem pressão sobre o regime, e a sua consequente desestabilização cria janelas de oportunidades para as inovações, outrora gestadas nos nichos, tornando-as mais interessantes para o mercado (SCHOT; KANGER, 2018).

Dessa forma, a dinâmica desse processo consiste, inicialmente, na existência de **regras de conduta** que orientam as ações e as práticas. O conjunto de tais regras – chamado de meta-regras – surge e tende a se perpetuar no tempo, e a sua aplicação é que determina o funcionamento do **sistema sociotécnico**. Quando aparece uma nova regra – formada em um nicho (por exemplo, uma inovação) – esta é empregada apenas em um regime particular (primeiro estágio da dinâmica). Entretanto, à medida que essa nova regra se propaga em outros regimes, ela passa a alinhar-se com outras regras (segundo estágio), até integrar o conjunto principal de meta-regras, o qual orienta o sistema sociotécnico vigente (terceiro estágio).

Em outras palavras, conforme as novas regras (inovações) passam a ser absorvidas no mercado, o regime-sociotécnico gradativamente se altera, abrindo o caminho para a transição. Ao final desse processo, um novo conjunto de regras e rotinas se torna dominante, pelo menos até que surja outra interferência da paisagem-sociotécnica, capaz de iniciar uma nova perturbação.

Não obstante, é importante destacar que a relação entre as regras e os sistemas não necessariamente segue uma direção determinística; ou seja, ao longo do processo de experimentação tecnológica pode ocorrer inclusões de novas regras e/ou alterações daquelas já existentes.

Como pode ser apreendido, a lógica desse processo prevê a configuração de **ciclos** ou **ondas de transformações sociotécnicas**, conforme sustenta a abordagem das **Transições Profundas** (*Deep Transitions*). A ideia é que cada mudança corresponde ao resultado de um conjunto de revoluções tecnológicas particulares, que convergem técnica, econômica e socialmente para um novo sistema sociotécnico (SCHOT; KANGER, 2018).

A **perspectiva histórica** é valorizada pela abordagem das Transições Profundas, destacando as grandes mudanças do desenvolvimento tecnológico (GEELS; SCHOT, 2007; SCHOT; KANGER, 2018). Ao longo da história moderna, a primeira transição profunda começou com a Primeira Revolução Industrial e durou 250 anos, abrangendo ondas mais curtas de desenvolvimento como as revoluções subsequentes: 2ª revolução – era do vapor e das estradas de ferro; 3ª – do aço, eletricidade e engenharia pesada; 4ª – petróleo, automóveis e produção em série; e 5ª – da informática e das telecomunicações (PEREZ, 2004). Portanto, a lógica é agregar sequências de saltos menores de desenvolvimento tecnológico, centrados em determinados grupos de nichos.

Nesse sentido, para estudiosos das Transições Profundas, estamos vivenciando um período de transição sociotécnica, que deverá levar em consideração os impactos das mudanças climáticas (Ver Verbete Mudanças Climáticas), bem como as desigualdades socioeconômicas que delas acarretam. Essas alterações no clima (macro eventos que alteram a paisagem-sociotécnica), podem remodelar o regime-sociotécnico, a partir de alternativas gestadas nos nichos-sociotécnicos (micro nível). Não esquecendo, porém, que não existe garantia que as alternativas pensadas no presente conduzirão para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, tanto sob ponto de vista ambiental como socioeconômico (SCHOT; KANGER, 2018).

REFERÊNCIAS

PEREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero**: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México: Siglo XXI Editores, 2004.

GEELS, Frank W.. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research Policy**, v. 31, n. 8-9, p. 1257-1274, 2002. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(02\)00062-8](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(02)00062-8)>. Acesso em 12 mar. 2019.

GEELS, Frank W.. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Research Policy**, v. 33, n. 6-7, p. 897-920, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.respol.2004.01.015>>. Acesso em: 12 set. 2019

GEELS, Frank W. e SCHOT, Johan. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, v. 36, n. 3, p. 399-417, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.respol.2007.01.003>>. Acesso em 22 ago. 2019

SCHOT, Johan e KANGER, Laur. Deep transitions: emergence, acceleration, stabilization and directionality. **Research Policy**, v.47, n.6, p. 1045-1059, 2018.

Disponível em:<<https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.03.009>>. Acesso em 20 ago. 2019.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

GEELS, Frank W.. The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1016/j.eist.2011.02.002>>. Acesso em 20 ago. 2019.

TARTARUGA, Iván G. Peyré; SPEROTTO, Fernanda Q.. Rethinking clusters in the sense of innovation, inclusion and green growth. In: SEDITA, Silvia Rita, BLASI, Silvia (Eds.). **Rethinking Clusters: Place-based Value Creation in Sustainability Transitions**. Cham, Switzerland: Springer Nature. Disponível em :<https://doi.org/10.1007/978-3-030-61923-7_8>. Acesso em 17 abr. 2021.

TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

Fernando do Nascimento Lock

A transparência governamental ocorre quando os atos da gestão são disponibilizados, acessados e compreendidos por todos os usuários da informação, não apenas em termos financeiros, mas também nas dimensões físicas e sociais, possibilitando a esses usuários a avaliação dos impactos na sociedade, no meio ambiente e na economia. Nesse sentido, a relação da transparência governamental com o desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*), refere-se à capacidade de participação qualificada da sociedade na gestão pública, ou seja, quando a sociedade tem conhecimento e está disposta a decidir, acompanhar e fazer parte das transformações e soluções dos seus problemas.

Em razão disso, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2001, p. 4) expõe que “[...] O orçamento é o documento chave da política de governo. E deve ser compreensivo, abrangendo todas as receitas e despesas, de modo que as necessárias inter-relações entre as diferentes opções políticas possam ser avaliadas”.

No Brasil, a busca pela transparência pode ser observada no texto constitucional, de onde a necessidade

[...] por informação resultou na edição da Lei Complementar nº 101/2000, a qual tornou obrigatória uma série de práticas, dentre elas a publicação de relatórios fiscais, que foram criados com o intuito de dar maior transparência às contas da administração pública, tornando-se um importante instrumento de gerenciamento, mas apenas para aqueles que conseguem interpretá-los [...] (LOCK, 2012, p. 49)

Além dos relatórios, outra forma de promover a transparência, prevista na legislação, é a participação da sociedade nas audiências públicas, as quais devem ocorrer nos processos de elaboração e discussão dos Planos Plurianuais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual.

O que viabiliza a participação popular (*Ver Verbete Participação Popular*), prevista na Constituição Federal de 1988, onde os participantes possuem o direito de se manifestar no processo de elaboração das leis inerentes ao planejamento governamental. Deste modo, observa-se que o controle popular e a transparência na gestão fiscal se configuram como uma norma de caráter obrigatório que está intimamente ligado ao tema da moralidade administrativa e da gestão democrática.

Nesse sentido, a importância da participação da sociedade na gestão pública e a produção de relatórios com informações úteis e que sejam utilizados pelos atores do desenvolvimento estão relacionados com a obrigação de prestar contas, o que remete ao conceito de *accountability*.

Esta preocupação foi introduzida na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Seção I, que trata da Transparência da Gestão Fiscal, porém, não se constata a efetividade da norma, visto que não consegue produzir integralmente o efeito da transparência. Mesmo os padrões de transparência fiscal (LEI COMPLEMENTAR No 101, de 4/5/2000) estabelecendo e incentivando a participação popular durante os processos de elaboração e acompanhamento dos planos e orçamentos, existe a exigência de que os cidadãos tenham a capacidade de acesso aos dados e conhecimento técnico para que possam avaliar as políticas públicas (*Ver Verbete Políticas Públicas*).

Além disso, para que ocorra a participação do cidadão é necessária certa maturidade e consciência cidadã por parte da população. Onde essa participação ocorrerá quando a sociedade conseguir exercer plenamente os seus direitos políticos, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, confirmando, reformando ou anulando os atos públicos.

Em contrapartida, percebe-se que faltam mecanismos comunicacionais capazes de suprir as necessidades informacionais dos atores do desenvolvimento, para que os mesmos possam definir políticas e adotar ações que visem equacionar as necessidades sociais, ambientais e econômicas, utilizando os recursos disponíveis de forma equilibrada. Observa-se ainda, que apesar da legislação (CF 1988, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, etc.) obrigar os gestores a fornecer informações para a sociedade, o que se constata é a divulgação de uma grande quantidade de dados, os quais são de difícil compreensão e relacionamento com as ações executadas pelos governos, bem como, uma baixa participação nas audiências públicas.

Em síntese, o que vem sendo denominado de transparência governamental está muito longe de explicitar para a sociedade os atos da gestão governamental na dimensão financeira e nas outras dimensões (físicas e sociais) não há qualquer perspectiva desses atos tornarem-se acessíveis e úteis para os usuários da informação. Quanto à possibilidade de os cidadãos avaliarem os impactos das políticas públicas na sociedade, no meio ambiente e na economia, aparentemente isto é apenas uma aspiração muito distante da atual realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccj>>

vil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. *Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm>. Acesso em: 02 set. 2009.

LOCK, Fernando do Nascimento. *Estrutura e uso de informações orçamentárias governamentais: o caso do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria - RS*. 2012. 267f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod_empresa=87&cod_acervo=143136>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *As melhores práticas de transparência orçamentária da OCDE*. Maio-2001. Disponível em: <<http://www.openbudgetindex.org/OECDBestPracticesPortuguese.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

TURISMO RURAL

Marcelino de Souza

Ivo Elesbão

O Turismo Rural no Brasil é uma atividade relativamente recente, se entendermos que este não era um passatempo para as classes médias e baixas, e sim para a elite privilegiada e também em termos de elaboração de políticas públicas (Ver Verbete Políticas Públicas). Segundo Zimmermann (1996), as primeiras experiências foram registradas no município de Lages/SC, no ano de 1984, quando alguns proprietários rurais, em virtude das dificuldades econômicas do setor agropecuário, decidiram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas em suas propriedades.

Desde então, esse segmento vem crescendo de maneira significativa nas diferentes regiões brasileiras e se destaca como atividade não agrícola com grande potencial para contribuir no desenvolvimento local, possibilitando a dinamização social e econômica das áreas rurais. De acordo com Souza, Klein e Rodrigues (2019, p. 26), “as características típicas do meio rural, como a gastronomia, o patrimônio natural e cultural, os costumes, bem como a possibilidade de lazer e descanso têm atraído cada vez mais os habitantes das cidades”.

Turismo Rural (TR) é uma expressão utilizada por muitos autores como sinônimo de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo em Áreas Rurais (TAR). Compreendem todas as formas de turismo realizadas no espaço rural, incluídos nesse conjunto desde os componentes rurais e culturais até os naturais. Essa modalidade de turismo adquire, muitas vezes, um caráter genérico, englobando qualquer atividade turística desenvolvida no espaço rural.

Entretanto, em um sentido mais estrito e literal, o Turismo Rural relaciona-se às especificidades do rural, tais como paisagem rural, estilo de vida e cultura rural. Nesse sentido, o Ministério do Turismo (2010, p. 18) define Turismo Rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”

Embora tenha surgido na década de 1980, foi somente a partir da década de 1990 que a temática do Turismo Rural passou a ser o foco de uma série de discussões no cenário acadêmico e político brasileiro. Desde então, percebe-se uma crescente influência do Estado, com a criação de políticas públicas específicas, no sentido de viabilizar novas estratégias de fortalecimento e fomento dessa atividade em prol do desenvolvimento local (Ver Verbete Desenvolvimento Local) e regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional).

As inúmeras iniciativas governamentais destinadas a consolidar o Turismo Rural como vetor de desenvolvimento sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável), revelam a importância que essa atividade adquiriu no cenário político, social e econômico brasileiro. Entretanto, apesar de todos esses esforços, ainda há muito a fazer para que o Turismo Rural no Brasil se torne efetivamente uma atividade capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

O que se observa é que o Turismo Rural está mudando. Conforme destaca Lane (2014, p.22), “sua existência e crescimento estão sendo desafiados pela competição de outros tipos de turismo. O turismo rural precisa ser transformado para continuar a ser bem-sucedido, ou, em casos extremos, para sobreviver. Ele também precisa mudar para ser sustentável”.

Nesse contexto, as estratégias de desenvolvimento (Ver Verbete Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional) para o rural devem levar em consideração a grande diversidade presente no espaço rural e valorizar as potencialidades de cada local. O Turismo Rural gera efeitos que são percebidos de maneira diferente pelos indivíduos, mas que possuem grande força transformadora do mundo rural, principalmente na vida das pessoas envolvidas com a atividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane; RODRIGUES, Renata Gonçalves. Turismo rural: conceitos, tipologias e funções. In: SOUZA, Marcelino de; DOLCI, Tissiane Schmidt. (Org.). **Turismo rural**: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 23-39. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

LANE, Bernard. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. In: CRISTÓVÃO, Artur; PEREIRO, Xerardo; SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (Org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo).

SOLHA, Karina Toledo; ELESBÃO, Ivo; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **O turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo. (Org.). **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SOUZA, Marcelino de; SANTOS, Eurico Oliveira. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (ABC do Turismo).

UNIVERSIDADE, GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Augusto Pérez Lindo



A partir do final dos anos 70, a ligação entre a universidade e o desenvolvimento começou a ser considerada na América Latina (Ocampo Londoño: 1979). Embora esta nova abordagem só começou a ter uma visibilidade institucional proeminente a partir de 1990, houve experiências e teorias de vários tipos na região latino-americana.

Em princípio, uma ideia principal se destaca nas teorias “desenvolvimentistas” que promoveram uma maior articulação entre a universidade e a economia: a tese de que o “capital intelectual”, medido no número de recursos humanos qualificados e na produção científica, foi um fator importante para o crescimento econômico de acordo com a experiência dos países desenvolvidos.

A teoria do “capital humano” (mirar texto *Capital Humano*) incentivou a expansão do Ensino Superior na América Latina desde o final dos anos 60. Mas logo mostrou seus limites, já que em alguns casos, como o da Argentina, podia-se ver que mesmo com recursos humanos qualificados, sua utilização dependia de políticas inexistentes baseadas no uso intensivo do conhecimento (Pérez Lindo; 1985).

Aparecem então outras teorias que enfatizam o “modo de articulação” entre os produtores de conhecimento, a economia e o Estado. (Pérez Lindo: 1989; 2017) Esta abordagem indica que o sucesso dos modelos universitários e das economias correspondentes depende sobretudo da forma como as universidades criam articulações, cooperação e intercâmbio com as exigências econômicas, os organismos estatais e a sociedade. Esta proposta, promovida por diferentes autores como Amilcar Herrera, Jorge Sábató, Celso Furtado e outros. (Pérez Lindo; 2016) A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) assumiu esta perspectiva em vários trabalhos (CEPAL: 1992).

Na Argentina, Brasil, Colômbia e outros países, diferentes universidades criaram programas para promover o desenvolvimento regional. Mas, na verdade, nenhum dos sistemas de ensino superior da América Latina adotou um modelo de desenvolvimento com uso intensivo de conhecimento. Isso levou ao paradoxo de um excesso de recursos humanos altamente qualificados que começaram a emigrar para países desenvolvidos, ou seja, o fenômeno da “fuga de cérebros”.

Esta situação destaca a necessidade de adotar novas estratégias que valorizem o “capital intelectual”, a capacidade de inovação e o impacto econômico e social das universidades. Em 2021, em meio às diversas crises que a região enfrenta (recessão, pobreza, pandemias, conflitos sociais e políticos), a possibilidade de aproveitar o potencial das universidades para o desenvolvimento regional torna-se uma alternativa real e necessária.

As universidades podem ter um impacto a nível local, a nível de uma região, de um país ou de vários países da América Latina. Neste sentido, podemos apontar a experiência do programa Zicosur, que envolve universidades, municípios, governos e empresas de vários países (Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai, Brasil, Chile, Uruguai). Este programa inclui projetos de ligações bioceânicas, criação de empresas, transportes, economias locais e emprego. (<http://zicosur.co/about-zicosur/>) (<https://zicosur.wordpress.com/author/zicosur/>)

Desde uma perspectiva mais ligada à cooperação acadêmica e científica, pode-se mencionar a experiência da Associação de Universidades do Grupo Montevideu, que envolve intercâmbios de estudantes, professores e pesquisadores da Argentina, Paraguai, Brasil, Uruguai e Chile. Este é um caso de cooperação universitária regional que ainda não aborda projetos de desenvolvimento regional, mas que já abriu uma rede para a troca de experiências sobre empreendedorismo.

A nível nacional, tanto a Argentina como o Brasil apresentam experiências de cooperação entre universidades e empresas, regiões, organizações sociais e estatais. As “incubadoras de empresas” e os “centros tecnológicos” criados pelas universidades destes dois países contribuíram para a criação de empreendedorismo, inovações tecnológicas e empregos qualificados. (Pérez Lindo: 2016, 2017)

REFERÊNCIAS

CEPAL- UNESCO (1962) **Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: CEPAL

GIBBONS, M. y otros (1997) **La nueva producción del conocimiento**. Barcelona: Pomares

OCAMPO LONDOÑO, A. (Coord.) (1979) **La Educación Superior para el desarrollo en América Latina**. Cali: Fundación para la Educación Superior

PÉREZ LINDO, A. (1985) **Universidad, política y sociedad**, Buenos Aires: EUDEBA

Augusto Pérez Lindo (2016) “El Modo 3 de Producción de Conocimientos, las universidades y el desarrollo inteligente en América del Sur”, in: **INTEGRACIÓN Y CONOCIMIENTO**, n.5, vol.2, año 2016, pp.70-81

PÉREZ LINDO, A. (2017) **El uso social del conocimiento y la universidad.**
Buenos Aires: Teseo - UAI

UNESCO (2005) **Hacia las sociedades del conocimiento.** Paris: UNESCO.

URBANIZAÇÃO

Tânia Marques Strohaecker

A urbanização pode ser compreendida como um processo que se refere tanto à espacialização dos artefatos geográficos em suas diferentes configurações (abordagem físico-demográfica) bem como às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado das inovações tecnológicas.

Na visão de Clark (1985), a urbanização

“é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso refere-se às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade” (CLARK, 1985, p. 61-62).

Ainda, ela consiste em uma “mudança social em grande escala. Ela significa transformações profundas e irreversíveis que afetam cada aspecto da vida social e de todas as seções [segmentos] da sociedade” (CLARK, 1985, p. 125).

Enquanto isso, para Milton Santos, a urbanização é um processo social, mas também espacial, ou seja, tem que ser analisado enquanto forma e conteúdo, a partir de suas diferentes manifestações em momentos históricos distintos (SANTOS, 1993, p.11).

O processo de urbanização sob um enfoque socioespacial compreende a dimensão das relações sociais que se estabelecem em um território singularizado por seus atributos físicos, ambientais, econômicos, políticos e culturais.

A abordagem socioespacial (*Ver Verbete Desenvolvimento Socioespacial*) do fenômeno da urbanização permite a compreensão das questões urbanas através da territorialização dos processos, ao mostrar a importância do espaço como *locus* para se estabelecerem as relações sociais (STROHAECKER, 2012, p. 187), uma vez que entendemos o espaço como um elemento integrante e constitutivo do sistema social (LEFEBVRE, 2000).

REFERÊNCIAS

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ed. Paris: Anthropus, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

STROHAECKER, Tânia Marques. *A urbanização no Rio Grande do Sul*. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 187-209.

USO SOCIAL DA ÁGUA

Almir Arantes

A referência ao uso social da água indica que ela é um bem ambiental, de domínio público e de uso comum de toda a sociedade que a utiliza de múltiplas formas. Todos têm direito à água para suprir suas necessidades: biológicas, econômicas, religiosas, lazer, culturais, entre outras. Contudo, há o dever de conservá-la. Como recurso natural (Ver Verbete Recursos Naturais) essencial e meio de vida de várias espécies do planeta Terra, a água, em seus mais variados usos também é um elemento representativo de valores sociais e culturais historicamente dados, além de importante fator de produção para diversas atividades econômicas. É encontrada na natureza nos três estados físicos: sólido, líquido e gasoso.

Presente em cerca de 70% da superfície da Terra, num volume aproximado de 1.386 milhões de quilômetros cúbicos, estudos apontam que 97,5% deste total, é água salgada, formando os mares e oceanos. Calcula-se ainda que dos 2,5% restantes, que se constituem em água doce, 68,9% estão distribuídos entre as calotas polares, 29,9% em aquíferos subterrâneos, 0,3% entre rios e lagos e 0,9% entre outros reservatórios. (VON SPERLING, 2008). Sobra 1% de água doce como recurso aproveitado pela humanidade (HIRATA, 2001), distribuído de forma desigual na superfície da Terra. Brasil, Canadá, China, Colômbia, Estados Unidos da América, Índia, Indonésia, República Democrática do Congo, e Rússia concentram cerca de 60% deste total. (CNA, 2021).

Como fator de importância essencial para a manutenção da vida, a água também se apresenta de forma preponderante para a sociedade dado os seus múltiplos usos. Tais usos sociais podem ser classificados em dois grandes grupos: Consuntivos e não consuntivos. Uso consuntivo é aquele em que uma parte da água é retirada de seu local de origem sendo devolvida apenas uma parcela ou com sua qualidade alterada. Cita-se como exemplo o uso pessoal e doméstico, industrial, para irrigação, limpeza pública, entre outros.

O uso não consuntivo é aquele em que a água é referência para outra atividade, mas não é retirada ou então devolvida ao seu local de origem, apresentando quase que a mesma qualidade e quantidade. Exemplos deste fenômeno são a pesca, navegação, geração de energia, lazer.

A agricultura é a atividade que mais consome água doce no mundo. Uma média de 70% é utilizada neste setor. Já a indústria consome aproximadamente 22% e o abastecimento doméstico e comercial em torno de 8% do consumo.

Estes usos se dão de forma desigual pelo planeta, o que tem provocado intensos e tensos debates entre Estados, Organismos Internacionais, Órgãos Não Governamentais, Grandes Corporações, Movimentos Sociais (Ver Verbete Movimentos Sociais), Instituições Acadêmicas e Científicas, entre outros segmentos sociais e políticos.

A Organização das Nações Unidas – ONU - através da maioria de seus membros, a partir da década de 1970, colocou a temática “Água” como ponto importante de sua agenda. Constatou-se que a demanda mundial pela água cresce a uma taxa aproximada de 1% ao ano dado ao crescimento populacional, desenvolvimento econômico e mudanças nos padrões de consumo, entre outros fatores. Há o reconhecimento ainda que, cerca de 03 de cada 10 pessoas não têm acesso à água potável. Calcula-se também que até 2050, entre 4,8 bilhões e 5,7 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de água. (ONU, 2018).

Em 2010, em reunião deliberativa da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ela reconheceu que “[...] o direito a água potável e o saneamento é um direito humano essencial para o pleno desfrute da vida e de todos os direitos humanos. [...]”. (ONU, 2010). Reconheceu-se ainda que todos os seres humanos têm direito diariamente, ao acesso à água suficiente para uso pessoal e doméstico entre 50 e 100 litros, sendo que o custo para o acesso a esta água não pode passar de 3% da renda familiar e deve estar a um alcance de no máximo 30 minutos (ONU, 2010).

Já em 2015, a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável) estabeleceu uma agenda mundial intitulada “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. O Objetivo nº 6 – Água Potável e Saneamento – aponta para a necessidade de se garantir até 2030, a disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos (ONU, 2021).

Entretanto, há controvérsias por parte de várias Organizações Sociais sobre tais deliberações. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Diante da afirmação que há uma escassez de água no planeta, contrapõe-se que há uso excessivo por parte de alguns setores econômicos baseados em alguns países, o que provoca desigualdade em seu uso.

Outra tese que questiona as deliberações internacionais da ONU é a que afirma que sendo a água um bem comum (Ver Verbete Bens Comuns), tem que estar sujeita a gestão e controle do Estado, sem outorga ao setor privado. O Estado não deve se regular por leis de mercado que transformam a água em mercadoria. O argumento de que a água é um recurso escasso, não se sustenta. É o acesso e uso social dela de forma desigual que provoca desequilíbrios (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por ser essencial para o desenvolvimento humano, um bem público e um direito de todos, a água deve ser gerida e controlada pelo poder público, garantindo assim o controle do seu acesso, distribuição e tratamento, visando o bem comum e universal. Não pode ser tratada como um bem comercializável.

REFERÊNCIAS

HIRATA, R. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de texto. 568 p. 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. El agua no se niega a nadie (La necesidad de escuchar otras voces) **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, vol. 5, núm. 14, 2006, Universidad de Los Lagos Santiago, Chile. Disponível: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30551410>. Acesso: 15 Mar. 2021.

PORTUGAL. Conselho Nacional da Água – CNA. **Água no Planeta Terra**. Lisboa 2019. Disponível: <https://conselhonacionaldaagua.weebly.com/aacutegua-no-planeta-terra.html>. Acesso: 30 Mar. 2021.

UNITED NATIONS - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Desenvolvimento Sustentável. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 25-27 setembro/2015. Nações Unidas Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental ONU News. Bruxelas: Abril 2021. Disponível: <https://unric.org/pt/agua/>. Acesso: 10 Abr. 2021.

_____. The human right to water and sanitation. Resolution adopted by the General Assembly on 28 July 2010. **General 3 August 2010 Sixty-fourth session Agenda item 48 64/292**. Disponível: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292 United Nations A/RES/64/292. Acesso: 30 Mar./2021.

_____. Educational, Scientific and Cultural. Organization: (*World Water Development Report – WWDR 2018*). **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2018**. Soluções baseadas na natureza para a gestão da água – Resumo Executivo. Disponível <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/water-resources-brazil>. Acesso: 30 Mar.2021.

VON SPERLING, E. Afinal, quanta água temos no planeta? **Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH)**, v. 11, n.4. Out/Dez. p. 189-199. 2006. Disponível: <https://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=1&ID=22&SUMARIO=318>. Acesso: 30 Mar./2021.

USO DO SOLO

Heleniza Avila Campos

O espaço geográfico, em suas diferentes formas de diferenciação pela ocupação humana, apresenta como uma de suas principais características as atividades e funções atribuídas ao solo, com especificidades próprias da sociedade que o organiza e dele se apropria. O uso do solo constitui-se numa das formas mais estratégicas de manifestação dessas atividades, por influir diretamente na dinâmica socioespacial (*Ver Verbete Desenvolvimento Socioespacial*), seja de caráter urbano, rural ou na interface entre esses dois meios. Para melhor entender esse conceito, é necessário discutir sobre o que se entende por solo e seu papel no contexto da sociedade capitalista.

O solo se constitui no espaço físico que dá base para reprodução da sociedade e de suas relações socioespaciais. Nele se manifestam as diversas atividades humanas ou são pela sociedade reconhecidos como de uso restrito ou mesmo intocáveis. Do ponto de vista urbanístico, consideram-se passíveis de reconhecimento não apenas a sua superfície, mas os espaços aéreo e subterrâneo, dependendo do potencial construtivo definido por lei municipal específica.

No Brasil, a Lei Federal nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, define em seu artigo 3º, entre outras coisas, solo como um dos recursos ambientais. No entanto, importa lembrar que, antes de recurso, o solo é igualmente suporte para a coexistência entre os seres vivos em geral e, na perspectiva do desenvolvimento (*Ver Verbete Desenvolvimento*) e da sociedade humana. Sob esse ponto de vista, o solo conta com suas características físicas e ambientais mais diversas seja para a produção de alimentos (através das atividades agrícolas), seja para atendimento de interesses e necessidades da sociedade, ou ainda para a reprodução do capital.

De fato, na sociedade capitalista, o uso do solo se fundamenta sobretudo a partir da propriedade privada, sendo o zoneamento (*Ver Verbete Zoneamento Ambiental*) e o parcelamento do solo os principais instrumentos que melhor definem os limites e relações entre propriedades, bem como as relações entre os espaços de uso público (*Ver Verbete Bens Comuns*) e os de uso privado/particular.

Destacam-se aqui as especificidades do uso do solo urbano, que acabam por refletir mais claramente as disputas e conflitos que emergem dos distintos interesses e da distribuição de investimentos, contrapondo-se à oferta e demanda por espaços disponíveis. Verifica-se, desta maneira, através da disputa pelo solo urbano, a atuação de três agentes fundamentais no seu planejamento e gestão, conforme afirma Harvey (1980): o Estado, os usuários e o capital imobiliário, distinguindo-se esse do capital em seu sentido mais amplo. Segundo Singer (1978),

O capital gera lucro na medida em que preside, orienta e domina o processo social de produção. Mas o “capital” imobiliário não entra neste processo, na medida em que o espaço é apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto também da produção, mas não constitui em si meio de produção, entendido como emanção do trabalho humano que o potencializa. (SINGER, 1978, p. 21).

A essa emanção do trabalho humano no espaço ocupado reconhece-se o uso do solo, seja diretamente associado às atividades produtivas, seja como apoio e suporte a sua reprodução, tal como moradia e lazer por exemplo. As diferentes formas de usar o solo manifestam-se a partir de alguns aspectos importantes: a) seu papel social no contexto da cidade; b) seu papel na definição do valor econômico da propriedade; e c) sua relação com a ocupação do espaço físico do solo.

Do ponto de vista de seu papel social, o uso do solo confere função de atendimento, ou estímulo, às necessidades e práticas cotidianas da sociedade, que se utiliza de estratégias de localização e de diferenciação de espaços para manifestar suas particularidades. Com isso, através da definição do uso do solo no espaço urbano é possível identificar os diversos e complexos fluxos de pessoas, mercadorias, de informações e de capital.

Quanto ao seu valor econômico, o solo, estabelecido no espaço urbano enquanto propriedade, seja de caráter privado ou público, é regulado por características importantes, sendo uma delas o seu uso atribuído legalmente (a partir de lei específica) e praticado (cotidianamente) pelos grupos sociais da sociedade em que se inserem.

Neste sentido, combinam-se as ações do Estado, que atribui e legitima o uso e, quase sempre, a ocupação em que se encontra, do mercado, que neles investem, e dos usuários, que de fato utilizam e consomem o/no espaço urbano. Desta forma, são vários os aspectos que estabelecem o valor econômico, destacando-se aqui as relações entre localização geográfica, relações com entorno edificado e níveis de centralidade adequados às demandas sociais, econômicas e culturais da sociedade.

No que se refere à sua materialidade, a ocupação torna-se a forma física de apropriação do espaço edificado pelas atividades. É primordialmente essa condição física que lhe revela a existência e também lhe diferencia no conjunto do espaço urbano, de acordo com a presença de benfeitorias e infraestrutura. De forma geral, há um entendimento geral de que essas duas variáveis, uso e ocupação do solo, são, na prática, indissociáveis, embora sua relação seja definida historicamente, de acordo com as necessidades e perfil da sociedade que os define.

Em razão de sua importância na própria definição da identidade dos espaços urbanos e de suas particularidades intrínsecas, sendo importantes fatores

na reprodução da sociedade. Desta maneira, ressalta-se aqui a importância das normas que definem categorias e regimes de usos (comércio, moradias, serviços, indústrias), bem como os dispositivos e instrumentos de controle de parcelamento do solo e de sua ocupação, configurando o que usualmente se denomina de regime urbanístico. Os aspectos contribuem para que o uso do solo seja também um importante instrumento de planejamento urbano e regional (*Ver Verbetes Planejamento Urbano e Regional*).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

VALOR AGREGADO

José Eduardo Zdanowicz



O valor agregado é o valor adicionado por um agente econômico que pode ser um indivíduo, uma empresa, uma organização com ou sem fins lucrativos, como uma Organização Não-Governamental (ONG), por exemplo. O valor agregado pode ser percebido através da prestação de um serviço, da fabricação de um produto ou da implantação de uma ideia. É também denominado por valor adicionado, podendo receber conotações distintas ou afins de várias áreas da organização.

No processo produtivo (*Ver Verbete Processo Produtivo*), o valor agregado constitui-se no resultado positivo obtido, após remunerar todos os fatores de produção como matérias-primas, salários com os encargos sociais e demais despesas operacionais. Pela ótica do *marketing*, o valor adicionado é o valor agregado percebido pelo cliente. Saugo *et al* (2012) afirmam que valor percebido pelo cliente é a diferença entre o preço pago pelo produto e o benefício gerado pelo mesmo ao consumidor. Trata-se de um valor intangível e individual.

Em termos contábeis, as empresas elaboram o Balanço Social e publicam a Demonstração de Valor Adicionado (DVA). Essa demonstração visa “evidenciar a geração de riqueza pela organização e sua distribuição no período” (ZDANOWICZ, 2012, p. 50). O DVA informa como a riqueza foi gerada pela empresa. Os principais elementos são as despesas com pessoal (salários e benefícios); impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; lucros auferidos no exercício.

Porter (1989) compara a empresa como uma cadeia de atividades de valor, ou seja, cada atividade realizada pela organização deve ter um propósito, que é o de agregar valor ao produto. Se a atividade não criar valor percebido junto ao cliente, ela deve ser descartada, pois só gera custos para a empresa. Uma boa alternativa para a solução de processos inúteis, em alguns casos, é a reestruturação da organização, mediante o uso de ferramentas de análise como o fluxograma das atividades, visando identificar os gargalos operacionais.

A empresa que possui uma vantagem competitiva, ao lançar no mercado um produto que não pode ser facilmente copiado pela concorrência, ela gerou valor e destacou-se no seu nicho de negócio (BARNEY, 1991). Um bom exemplo, é a empresa *Apple* que criou um novo conceito de telefonia móvel, mantendo-se na vanguarda da tecnologia, principalmente na linha de *smarthphones*. Outras empresas podem tentar se igualar a ela, mas não conseguem se diferenciar ou apresentar alguma outra vantagem convincente para a troca. Deste modo, o consumidor prefere a marca com maior notoriedade de mercado, ao invés da concorrência insurgente.

Obviamente, esse valor é observado e absorvido de diferentes formas pelo consumidor. Ele é subjetivo, sendo útil e agradável para alguns, mas pode ser completamente inútil para outros clientes. O papel do gestor é analisar o mercado em que se encontra e descobrir uma forma de maximizar a satisfação do seu público-alvo, surpreendendo com um produto inovador de valor agregado.

De acordo com Kielgast e Hubbard (1995), a solução ideal é saber como se agrega valor à informação do produto. É necessário se ter em mente que a informação não é um objetivo em si. A informação é só uma ferramenta para auxiliar alguém a tomar uma decisão.

A tendência é a de pensar que a informação representa o produto final, mas precisamos mudar nossa forma de pensar, encarando a informação como o cliente vê, se ela pode ajudá-lo a resolver um problema ou a preencher uma necessidade. Portanto, o principal valor da informação sobre o produto está no tempo poupado pelo consumidor em procurar o que precisa saber a respeito do mesmo. A questão é: O que se deseja de uma empresa de “bom conteúdo”? Que ela forneça por meio do produto, a melhor solução, a informação atualizada, oportuna e no tempo certo para o cliente.

Por sua parte, Bonato *et al* (2011) entendem a análise de valor agregado (*Earned Value Management*) como sendo uma poderosa ferramenta para auxiliar o gerente no monitoramento e controle financeiro de projetos. O **Project Management Body of Knowledge (PMBOK)** é definido como uma medida do trabalho a ser executado expresso nos termos do orçamento autorizado para realizá-lo. É importante destacar que ele introduz os conceitos da análise de valor agregado.

Segundo Ito *et al* (2012), agregar valor é criar um produto ou serviço que tenha valor suficiente percebido para aqueles que querem obtê-lo. É função do gestor trabalhar para criar esse valor. Deste modo é necessário saber, se o que está sendo oferecido pela empresa é percebido pelo cliente. Autores como Santos (1996) entendem que após definir quais são os mercados a trabalhar e os produtos a ofertar, a geração de valor se dá no modo de atuação da organização através da efetividade e coerência com a sua posição, evitando conflitos em seu desempenho.

Sousa e Menezes (1997) observam que a geração de valor se dá em cada processo produtivo da empresa, fortalecendo os elos entre ela e gerando uma vantagem competitiva. O pensamento clássico definiu a geração de valor como a seleção de estratégias (liderança, foco, diferenciação). Depois, foi desenvolvida a ideia de gerar maior vantagem competitiva, visando aumentar as melhorias internas de processos, aproximar os elos de comunicação no relacionamento de toda a cadeia produtiva da empresa e não apenas de algumas áreas.

Portanto, se o Capital Social¹ (*Ver Verbete Capital Social*) gera maior riqueza, há melhoria na rede de conhecimentos, tornando a geração de valor contínua, principalmente quando a gestão trabalha a rede externa (clientes, concorrência, parceiros, mercados, inovações e tendências de novos produtos). É possível unir o conceito de Capital Social e de Valor Agregado, em termos práticos. Observa-se que a geração de valor e o enriquecimento do capital social dependem:

a) do fortalecimento e da confiança entre a rede, quanto maior a confiança, maior a geração de valor e a qualidade do capital social presente. A confiança é base fundamental quando se trata de trocas e transações. Podemos fazer um paralelo com a atual situação político-econômica do país. Atualmente (março/2017), há uma falta de confiança geral para se investir em novos negócios. Isso decorre de vários motivos. O principal é que poderá não haver a contrapartida para sustentar o negócio, amanhã. Deste modo, a falta de confiança na economia a corrói e o capital social depende de que esse atributo esteja sempre ativo;

b) da habilidade da gestão em ter autoridade ou capacitação para negociar, controlar, gerir e responsabilizar-se pela empresa: não há como ter sucesso, tendo sucessivas decisões erradas no contexto organizacional. As decisões certas geram oportunidades e, as oportunidades geram expansão. As decisões erradas geram atrasos e, os atrasos geram desvantagem competitiva e destruição de valor.

Atualmente, o Capital Social e o Valor Agregado são elementos fundamentais para o contexto público e privado do país, estendendo-se aos contextos políticos, sociais e culturais. É possível perceber que os mesmos direcionadores de valor e sucesso presentes nos conceitos de capital social de qualidade e maximização de valor agregado se expressam por intermédio da confiança, da cooperação, da coesão, da habilidade de gestão e da tomada de decisão.

Condizem com a essência para dar vida à gestão pública e privada. As habilidades e atitudes são vistas com bons olhos em variados contextos, e devem ser cúmplices nos âmbitos do Governo e da empresa, em termos de capital social e valor agregado.

REFERÊNCIAS

BARNEY, J. B. *Firms resources and sustained competitive advantage*. Journal of Management, 1991.

¹ O capital social aqui empregado não significa aquele valor investido para se abrir uma empresa, mas sim como algo que visa desenvolver as características da organização social e esta centrado na cooperação, nas normas e nos sistemas democráticos que contribuem para aumentar a eficiência e a eficácia da sociedade.

BONATO, F. K.; ALBUQUERQUE, A. A. *Uma aplicação do earned value management com simulação Monte Carlo em projetos de engenharia*. XVIII Congresso Brasileiro de Custos. Rio de Janeiro, 2011.

GUIA PMBOK. *Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos*. 3.ed. Global Standard. 2004.

ITO, N. C., et al. *Valor e vantagem competitiva: buscando definições, relações e repercussões*. In: ANPAD. RAC, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Mar./Abr. 2012.

KIELGAST, S.; HUBBARD, B. A. *Valor agregado à informação - da teoria à prática*. Danish Technological Institute Taastrup. Dinamarca, 1995.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

SANTOS, M. A. *A competitividade e a cadeia de agregação de valor*. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 2, 1º Sem./1996.

SAUGO, D. A.; FERNANDES, R. M. *Marketing uma abordagem teórica em relação a seu valor agregado, tendência de mercado e posicionamento estratégico*. In: III JOPEC - Jornada de Pesquisas Econômicas, 2012.

SOUSA, A. F.; MENEZES, E. J. C. *Estratégia, crescimento e a administração do capital de giro*. Caderno de Pesquisa em Administração, v. 2, n. 5, 2º Sem./1997.

ZDANOWICZ, J. E. *Finanças aplicadas para empresas de sucesso*. São Paulo: Atlas, 2014.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Henrique Marques Ribeiro

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, concluída em 1994, conceituou a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1996). Ainda conforme a Convenção, a violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres e constitui violação de direitos humanos e de liberdades fundamentais das mulheres.

O que caracteriza a violência contra a mulher, portanto, é o fato de ser baseada no gênero (Ver Verbete Gênero) e seu enfrentamento requer assegurar à mulher condições de equidade no usufruto de seus direitos humanos (Ver Verbete Direitos Humanos) e liberdades fundamentais em todos os campos, político, econômico, social, cultural, civil, ou qualquer outro. Portanto, como problema público que atinge diretamente, em maior ou menor escala, mais da metade da população brasileira e que deixa marcas profundas na sociedade, enfrentar a violência contra a mulher, em suas distintas manifestações, é um dever do Estado.

A primeira dessas manifestações refere-se à violência perpetrada no âmbito do ambiente doméstico e familiar ou em qualquer relação interpessoal, dividindo ou não o agressor a mesma residência. Essa violência doméstica e familiar contra a mulher é perpetrada principalmente por seus parceiros ou ex-parceiros íntimos (DataSenado, 2019). E, nos termos da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), pode se dar na forma de:

- a) violência física, quando o ato violento ofende sua integridade física ou saúde corporal;
- b) violência psicológica, quando atos de violência, como ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, dentre outros, causam à mulher dano emocional, diminuem sua autoestima, ou prejudicam seu pleno desenvolvimento;
- c) violência sexual, quando constrangida a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada;
- d) violência patrimonial, quando se retêm, subtrai ou destrói seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos;

e) violência moral, nos casos em que a mulher é vítima, no âmbito da convivência familiar, de calúnia, injúria ou difamação.

Estudo conduzido pela psicóloga americana Lenore Walker (1979), apontou que a violência doméstica e familiar contra a mulher perpetrada por seu parceiro íntimo apresenta um certo padrão, que denominou de “Ciclo de Violência”. Esse ciclo apresenta três fases: a) acumulação da tensão, que se inicia com agressões verbais e é marcada por um aumento gradativo da violência; b) explosão, caracterizada pela ocorrência de uma agressão física grave; e c) lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento amoroso e gentil. Com o passar do tempo, as fases tornam a se repetir e, mais do que isso, a cada retomada do ciclo, a fase da explosão se torna mais violenta, podendo chegar ao assassinato da mulher pelo agressor.

Desde 2015, o crime de feminicídio passou a ser previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro. Entende-se por feminicídio, desde então, o homicídio “praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (Brasil, 2015). Configuradas razões da condição de gênero feminino quando envolve violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

De modo que o feminicídio abrange não apenas o desfecho fatal de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, mas também da segunda forma de manifestação dessa violência, qual seja a ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa. Pode se dar na forma de violência física ou sexual perpetrada por pessoas estranhas ao seu convívio familiar ou doméstico, a exemplo do estupro, do tráfico de mulheres, do assédio moral ou sexual, dentre outros atos violentos. Mas também pode se dar de forma mais sutil, em caráter simbólico, que restringe sua participação no mercado econômico ou na esfera de representação política. Machismo, sobrecarga de atividades atribuídas às mulheres pela sociedade e empecilhos do sistema político-partidário são apontados como razões para a baixa representação feminina nos círculos de representação política da sociedade (DataSenado, 2020)

Por fim, cumpre salientar que a persistência de empecilhos à participação política das mulheres presentes no sistema político-partidário remete ao terceiro tipo de manifestação da violência contra a mulher, qual seja aquela perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. Violência, portanto, que abrange desde a ação de agentes do Estado, como nos casos de violência obstétrica, por exemplo, mas que se manifesta também em razão de falhas na ação ou na omissão do Estado brasileiro em assegurar às mulheres o direito a uma vida sem violência, em qualquer das suas formas de manifestação.

REFERÊNCIAS

Brasil. (1996). Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=Promulga%20a%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para,9%20de%20junho%20de%201994.

Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Brasil. (2015). Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

DataSenado. (2019). *Pesquisa violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Senado Federal.* Brasília: Senado.

DataSenado. (2020). Mulheres: contexto e participação política em Goiás. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/machismo-divisao-desigual-de-responsabilidades-e-pressao-do-sistema-politico-ainda-afastam-mulheres-das-eleicoes>

Walker, L. (1979). The battered woman.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

Senado Federal, Procuradoria Geral da Mulher, Observatório da Mulher contra a Violência (2020). **Repetição de histórias de amor tóxico: a violência contra as mulheres**. Brasília. 415p. <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/578068>

SEVERI, CASTILHO e MATOS (orgs.) (2020) **Tecendo fios das Críticas Feministas ao Direito no Brasil II: direitos humanos das mulheres e violências: volume 2, novos olhares, outras questões**. – Ribeirão Preto : FDRP/USP. 584 p. Disponível em: <http://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Tecendo-Fios-das-Cr%C3%ADticas-Feministas-ao-Direito-no-Brasil-II-%E2%80%93Volume-2.pdf>.

VISÃO SISTÊMICA

Milton Luiz Wittmann

A abordagem sistêmica tem sua origem com os estudos de Ludwig Von Bertalanffy na primeira metade do século XX, de modo que a leitura da realidade passou a ter uma dimensão mais complexa do que aquela baseada no positivismo que pregava a linearidade. A visão sistêmica alicerçou-se nas inter-relações entre as partes com o todo e vice-versa e o todo podendo ser maior ou menor que as partes em contraponto ao modelo cartesiano, o qual concebia o universo como uma máquina manipulável pelas partes (DESCARTES, 1637; CAPRA, 1983;1996). Neste alinhamento, houve uma mudança paradigmática (Ver Verbete Paradigma) aos moldes de Thomas Kuhn (1982), quando migramos do pensamento com base na simples superposição das partes para um pensamento complexo com base nas multi-interferências entre as partes e o todo e deste para as partes.

A visão sistêmica consiste em transcender aos problemas exclusivos de cada parte e proporcionar um arcabouço multifacetado que passou a refutar o simples mecanicismo das coisas em um conjunto de inferências complexas em contraponto à visão compartimentada com base no positivismo (Ver Verbete Positivismo). O desenvolvimento regional (Ver Verbete Desenvolvimento Regional) passou a ser presenciado de uma forma mais ampla como sistemas paradoxais, já que este não pode ser explicado apenas por fatores circunscritos, pois o mesmo também pode ser interpretado à luz da autopoiese. Segundo Maturana e Varela (1995):

Todo o sistema autopoietico é uma unidade de múltiplas interdependências, quando uma de suas dimensões é afetada o organismo inteiro experimenta mudanças correlativas, em muitas dimensões ao mesmo tempo. Mas é claro que tais mudanças, que nos parecem corresponder a alterações ambientais, não são causadas por estas: elas ocorrem na deriva configurada no encontro operacionalmente independente de organismo e meio. Como não vemos todos os fatores que participam desse encontro, a deriva nos parece ser um processo aleatório. (1995, p. 131).

A integração e inter-relação entre as partes acabou influenciando também as organizações que passaram ser vistas como sistemas abertos e, em uma visão mais recente, passaram a ser estudadas como paradoxais, ou seja, ao mesmo tempo em que são abertas são também sistemas fechadas.

Em termos de conceituação, Wood (1995) afirma que um sistema é, basicamente, um conjunto de partes ou elementos interdependentes, com relações

diversificadas entre si em determinado ambiente e que forma um todo unitário, ou seja, o estado de cada unidade é dependente do estado das demais. Neste alinhamento, a visão sistêmica proporcionou uma reavaliação interpretativa da realidade privilegiando a auto-organização, além de permitir a simultaneidade na avaliação das relações internas e externas ao ambiente. Morgan (1996), em sua obra *Imagens da Organização*, faz justamente uma ilação com a área empresarial, estimulando as empresas a pesquisarem e observarem as mudanças, não só nas práticas internas, mas também no contexto que envolve as percepções das pessoas como entes complexos e autopoieticos.

A visão sistêmica consiste em perceber o mundo como uma rede integrada de relacionamentos, que desenvolve a interdependência entre o todo e as partes e não apenas superposição destas. Segundo Morgan (1996) tudo está relacionado em termos de subsistemas inter-relacionados e sistemas formam novos sistemas que também passam a integrar outros sistemas e/ou subsistemas, contudo a compreensão se dá pelo conhecimento do todo.

A perspectiva sistêmica trouxe uma nova maneira de entender a realidade, não somente em termos de abrangência, mas principalmente, quanto ao enfoque do todo e das partes, do dentro e do fora, do total e da especialização, da integração interna e da adaptação externa e da eficiência e da eficácia.

Finalizando, ressalta-se igualmente, que a procura pelo conhecimento da verdade sempre foi uma constante do homem. Desde os antigos filósofos gregos sempre houve evoluções e, inclusive, o filósofo Heráclito em sua máxima dizia que 'nada é permanente ... e não se pode entrar duas vezes no mesmo rio pois este não será o mesmo e você também não seria o mesmo'.

Neste porvir, os paradigmas que alicerçam nosso conhecimento não são permanentes, mas objeto de revoluções paradigmáticas (KUHN, 1982), ou seja, estamos num contínuo devir, no qual a visão sistêmica consiste em reconhecer que tudo faz parte de um conjunto para maior ou menor como parte de uma teia.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *O tao da física*. São Paulo: Cultrix, 1983.

_____. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MATURANA e VARELA. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

WOOD, Thomas. Teoria sistêmica avançada e terceira onda da qualidade. In: WOOD JÚNIOR, Thomas (Org.). *Mudança organizacional aprofundando temas atuais em administração de empresas*. São Paulo, Atlas, 1995.

VULNERABILIDADE

Dilani Silveira Bassan

A vulnerabilidade não é um problema novo, no entanto dada a crescente instabilidade financeira associada as pressões ambientais, alterações climáticas, insegurança alimentar, a desigualdade (Ver Verbetes Desigualdades e Diversidades Regionais) tem sido limitante quando se pensa em avançar no desenvolvimento humano. Vulnerabilidade remete a inúmeros significados entre eles, fragilidade, desamparo, desproteção, e muito mais. Em outras palavras, significa uma pessoa frágil e, por vez, incapaz de realizar algum ato. É necessário compreender que pobreza e vulnerabilidade não são sinônimos, pois pobreza (Ver Verbetes Pobreza) é carência, vulnerabilidade é desproteção, desamparo, fragilidade. Porém, as duas são complementares, uma situação de pobreza leva a uma situação de vulnerabilidade, pois quando se é pobre, se está mais próximo de uma situação de risco, não tendo acesso aos serviços primários na sociedade, como educação, moradia, saúde. As pessoas consideradas mais vulneráveis são as que estão em situação de privação e pobreza extremas

Já a vulnerabilidade social se caracteriza pela condição do ser humano ou grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade. Estamos nos referindo às pessoas ou famílias que estão sofrendo de exclusão social por inúmeros fatores, entre eles os socioeconômicos (moradia, saneamento, renda, educação, localização geográfica, entre outros). Fatores como a exclusão social e a discriminação são ameaças a capacidade de escolha dos indivíduos.

Quando uma pessoa chega ao estágio de vulnerabilidade social deixa de usufruir os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos e passa a ingressar em um estágio de risco e de desagregação social contra sua vontade. Ao adentrar, passa a perder sua representatividade perante a sociedade, torna-se indefeso e, muitas vezes, passa a depender de terceiros que lhe asseguram uma condição mínima de sobrevivência. Portanto, não estamos falando de pobreza, mas a uma fragilidade socioeconômica (Ver Verbetes Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social).

Para Abramovay (2002), a concepção de vulnerabilidade:

[...]traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por

uma elevada propensão a mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento de sentimentos de incerteza e insegurança entre eles (ABRAMOVAY, 2002, p. 30)

A vulnerabilidade está presente nos diferentes países em proporções diferentes, sejam ricos ou pobres, enfrentam algum tipo de situação de vulnerabilidade que podem estar associadas as catástrofes ambientais (terremotos, tsunamis, entre outros), crises financeiras, guerras, como também transformações sociais, econômicas e climáticas (Ver Verbete Mudanças Climáticas).

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, na p.15, afirma que:

A defesa do princípio da prestação universal de serviços sociais básicos assenta, acima de tudo, na ideia de que todos os seres humanos devem estar capacitados para viver uma vida que valorizem e de que o acesso a determinados elementos básicos de uma existência digna deve ser dissociado da capacidade de os pagar.

A presença de políticas públicas direcionadas a atender as questões ligadas a saúde, educação, habitação, meio ambiente com foco nas populações mais vulneráveis, devolvem o “ser humano” a estas pessoas excluídas e marginalizadas na sociedade.

Pessoas em situação de vulnerabilidade são as que perderam o que conquistaram com o desenvolvimento humano e com a sustentabilidade, ou seja, correm risco de no futuro a degradação destas conquistas ser algo permanente. Muito da situação de vulnerabilidade está ligada ao contexto social em que as pessoas estão inseridas, a ausência ou a ineficiência de políticas públicas (Ver Verbete Políticas Públicas) e instituições sociais sólidas de proteção as capacidades humanas.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, que tem por temática: Sustentar o Progresso Humano: *Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência* (Ver Verbete Resiliência), na sua página 9, encontra-se a Figura 1 que mostra de forma sintética, o que, quem e por que as pessoas são vulneráveis.

Figura 1: Quem é vulnerável, a quê e por quê?



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Percebe-se que o conjunto de indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade são sempre aqueles que estão excluídos, marginalizados ou em situação de risco, ou seja, desprovidos dos cuidados, objeto do poder público quando se trata da prestação de serviço adequada a sociedade.

Identifica-se que as vulnerabilidades são o resultado de processos sociais, os quais o indivíduo na sua singularidade não tem meios de enfrentá-los e desta forma depende das políticas públicas implementadas pelos Estados para alterar a condição de vulnerabilidade social. Neste contexto é possível considerar que a vulnerabilidade está ligada a ausência ou insuficiência, por exemplo, de emprego e moradia, ativos que são disponibilizados pelos Estados, municípios e Governo Federal, identificando a escassez de oferta de bens e serviços públicos em cada território (COSTA et al, 2018).

Portanto, é necessário pensar em alternativas econômicas, sociais e ambientais que possam ser objeto de trabalho e implementação por parte do setor público, responsável pela assistência do mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (Org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília: Unesco; BID, 2002.

COSTA, Marco Aurélio. SANTOS, Maria Paula Gomes dos. MARGUTI, Bárbara. PIRANI, Nikolas. PINTO, Carlos Vinicius da Silva. CURI, Rodrigo Luis Comini. RIBEIRO, Clarisse Coutinho. ALBUQUERQUE, Clayton

Gurgel de. **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência.** New York, 246 p. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200013.html>

SUGESTÃO DE LEITURA

Atlas da Vulnerabilidade Social nas regiões metropolitanas brasileiras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015, 240 p.

Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015, 77 p.

XENOFOBIA

Daniel Luciano Gevehr



O termo Xenofobia (xénos = estranho; phóbos = medo) pode ser traduzido como medo ou aversão aos estrangeiros com identidade cultural, étnica ou religiosa diferente ou desconhecida. O sentimento de xenofobia se manifesta a partir do momento em que se expressam sentimentos de negação, desconfiança, preconceito ou até mesmo atitudes de ódio e violência, baseados na aversão ao estrangeiro. A xenofobia se baseia ainda na ideia de que “o diferente” representa potencial ameaça, na medida em que a cultura do “outro” pode alterar ou transformar a cultura da região ou país de chegada do estrangeiro. A partir do desprezo em relação ao estrangeiro, a xenofobia procura eliminar qualquer elemento da cultura estrangeira, assegurando uma suposta pureza da cultura, da raça, da religião, da língua e das mais diversas práticas e representações culturais.

A xenofobia, ainda que expresse originalmente, a aversão ou desprezo aos estrangeiros, deve ser compreendida como um processo muito mais complexo, que à luz dos avanços da antropologia contemporânea, pode representar também a aversão e o desprezo a diferentes processos e manifestações culturais, como sistemas de crenças ou características físicas como cor da pele, cabelos ou estatura corporal.

Entretanto, é importante destacar que nem toda prática de preconceito tem origem na xenofobia, podendo o preconceito apresentar diferentes motivações e formas de manifestação, mas toda prática xenofóbica tem em sua origem o preconceito, que se manifesta a partir do medo, da aversão, da segregação ou da discriminação. As raízes mais antigas da xenofobia no mundo ocidental remontam ao mundo antigo, quando os gregos concebiam todos aqueles que não habitavam os domínios geográficos da civilização grega e não partilhavam da mesma cultura (Ver Verbetes Cultura Material e Cultura Imaterial). Assim, os gregos concebiam todos aqueles que eram considerados estrangeiros como “bárbaros”, legitimando a cultura grega como superior e como modelo a ser seguido por todas as demais culturas, qualificadas como inferiores.

A partir dessa relação entre “nós” e “os outros” se estabeleceu uma perspectiva através da qual diferentes sociedades, em diferentes épocas e contextos históricos, imprimiram a sua ideia de cultura, atribuindo ao desconhecido, ao diferente, uma noção de negatividade, que acabou estabelecendo um padrão que se manifesta em imagens e representações negativas sobre o estrangeiro, que não partilha do mesmo espaço e da mesma historicidade.

A xenofobia está associada a várias práticas que incluem, desde o impedimento à imigração de estrangeiros ou de pessoas pertencentes a diferentes culturas e etnias, que passam a ser consideradas potencial ameaça, até mesmo uma ampla e clara pauta que defende o extermínio desses grupos estrangeiros. Com isso, percebe-se que a xenofobia, na medida em que rejeita e repudia a migração (Ver Verbete Migrantes Sazonais), se associa diretamente a defesa de preceitos étnicos que enaltecem e supervalorizam a cultura nacional, estabelecendo uma pauta que se aproxima de valores como o ultranacionalismo, a pureza racial e supremacia do Estado.

Nesse sentido, o Estado-Nação pode ser considerado um dos pilares da construção da xenofobia no mundo moderno, uma vez que institucionaliza a discriminação e a aversão ao estrangeiro, na medida em que o identifica como inimigo dos valores nacionais e uma forte ameaça aos valores patrióticos. No processo de formação do Estado Nacional, a criação do exército, de uma língua e de uma religião nacionais são exemplos da implantação de uma pauta nacional, que busca a construção de uma identidade nacional, forjada pelo Estado e que se propõe a dar coesão aos nacionais.

A idolatria da cultura nacional, levada ao extremo, pode produzir resultados bastante negativos e complexos, como o etnocentrismo – conceito antropológico – baseado na ideia da supervalorização da identidade étnica do grupo, que procura exaltar os valores nacionais a partir de um discurso baseado no princípio da pureza racial e da superioridade e supremacia racial, evidenciando os feitos épicos e as tradições, que buscam legitimar uma visão muito positiva da cultura nacional, determinado aquilo que é correto e, portanto exemplar e que deve ser seguido por toda nação.

A xenofobia enfatiza uma determinada visão de mundo, que toma a cultura nacional como referência única e exclusiva para ver, perceber e classificar as demais culturas, tomando uma perspectiva etnocêntrica, propondo uma análise de mundo na qual o exemplo nacional é compreendido como modelo. Tudo aquilo que se distancia e não se enquadra no modelo nacional é classificado como estranho, inferior e, portanto, motivo de preconceito e desqualificação.

Ainda que se considere a xenofobia como um fenômeno que põe em choque culturas estrangeiras em uma relação de estranhamento, deve-se considerar que a xenofobia também pode se manifestar dentro de um mesmo país, na medida em que se contrapõem regiões geográfica e historicamente distintas. O caso brasileiro exemplifica bem essa relação de forças dentro de seu vasto território (Ver Verbete Território). Considerado um país de dimensões continentais, não surpreende o fato de apresentar expressões regionais bastante diversas, nas quais a cultura e suas formas de expressões de mostrem tão diversas.

No território nacional, identificamos diversas práticas qualificadas como

exemplo de xenofobia, como é o caso do preconceito com os nordestinos no sul e sudeste, no qual a população migrante, ao chegar nessas regiões, é alvo de preconceito e chamada de “preguiçosa” e “inferior”, demonstrando claramente uma visão de superioridade cultural e apego à cultura regional, caracterizando a ideia de uma linha fronteira – geográfica e cultural – na qual se cruzam tensões e formas de pensar e representar a nação. A luta por uma política na qual a tensão entre essas fronteiras culturais possa ser, paulatinamente, desconstruída, se mostra como um percurso bastante longo e complexo, pois envolve não apenas fatores de ordem social e cultural, mas também econômicos, uma vez que a ameaça representada pelo “outro que vem de fora” um fator que produz a resistência, o medo e a necessidade de assegurar o seu direito de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BAHBA, Homi K. A. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

COMPARATO, Fábio. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo, Editora Saraiva, 2007.

D’OCO, L; Dias, M. **Direitos humanos, migração e refúgio**. Ponta Grossa, UEPG, 2016.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

OLIVEIRA, Antônio. **Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil**. Cadernos OBMigra. Brasília. 2015.

RIGOUSTE, Mathieu. Purificar o território: a luta anti-imigratória como laboratório securitário (1968-1974). **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 952-968, junho de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000200952&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de abril de 2021.

VENTURINI, Ernesto. A cidade dos outros. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, pág. 203-222, agosto de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de abril de 2021.

ZONEAMENTO AMBIENTAL

Paula Carneiro



No debate sobre o desenvolvimento sustentável (*Ver Verbete Desenvolvimento Sustentável*) é fundamental o entendimento de gestão integrada dos recursos naturais (*Ver Verbete Recursos Naturais*) e dos instrumentos desenvolvidos e utilizados para promovê-la. Esta gestão integrada do meio ambiente permite antever e prevenir os problemas ambientais, regular as relações entre os sistemas socio-culturais e o meio ambiente biofísico e garantir a renovação ou a preservação dos recursos.

Acima de tudo, configura-se como um modo de conciliar preservação e desenvolvimento. Ao longo de anos, desenvolveram-se diversos instrumentos capazes de promover a gestão do meio ambiente a partir de uma visão integrada, dentre os quais, o zoneamento ambiental.

Conceitualmente, o zoneamento ambiental pode ser definido sob duas visões (MILLIKAN & PRETTE, 2000; MONTAÑO *et al*, 2005). Na primeira delas o zoneamento fundamenta-se no planejamento agrícola e pode ser denominado zoneamento agroecológico. Trata-se de um estudo da aptidão dos solos e do clima de uma determinada área, a fim de identificar quais culturas serão mais adequadas para se cultivar naquele território (*Ver Verbete Território*). Portanto, o zoneamento, neste caso, pode ser entendido como um instrumento técnico, de caráter indicativo, que subsidia o agricultor e/ou o setor público, em suas decisões de investimento e nas concessões de créditos para a agricultura, respectivamente (MONTAÑO *et al*, 2005).

Na segunda visão, o zoneamento ambiental relaciona-se à regularização do solo urbano (*Ver Verbete Uso do Solo*). Nesta perspectiva, Machado (1992) afirma que o zoneamento ambiental “consiste em dividir o território em parcelas nas quais se autorizam determinadas atividades, ou se interdita, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras atividades”. Contrapondo-se à Machado, Grinover (1989), questiona que referida concepção é falha ao tentar inserir a questão ambiental no planejamento territorial, uma vez que não o faz de forma eficiente frente a dinâmica das relações de diferentes tipos e níveis que se estabelecem em um território em desenvolvimento.

Em que pesem as diferentes visões a respeito de seu papel, conforme o contexto em que é discutido e aplicado, é inquestionável o entendimento do zoneamento ambiental como instrumento de ordenamento territorial (*Ver Verbete Ordenamento Territorial*). Sob esta perspectiva, Souza (2000) conceitua o zoneamento ambiental como um processo de classificação de um dado espaço

geográfico em subunidades territoriais, agrupadas segundo níveis de aptidão para determinados tipos de ocupação.

Nessa perspectiva, Montañó *et al* (2005) defendem que o zoneamento ambiental pode ser entendido como um instrumento que auxilia a criação de políticas e estratégias de desenvolvimento (*Ver Verbete Políticas para o Desenvolvimento Regional*), o qual permite a identificação de áreas suscetíveis a processos naturais, bem como daquelas com maior ou menor aptidão para a implantação de atividades específicas, de acordo com os níveis de aptidão das áreas para cada atividade.

Superando as críticas tecidas por Grinover (1989), este conceito de zoneamento, enquanto instrumento estratégico, possibilita a inserção da variável ambiental em diferentes momentos do processo de tomada de decisão, desde a criação de estratégias de desenvolvimento setoriais até a identificação da melhor área para se implantar determinadas atividades. Por esta razão, autores como Ranieri (2000), Souza (2000) e Montañó (2005) defendem que o zoneamento ambiental é, atualmente, o instrumento mais adequado para a obtenção de respostas amplas com relação à viabilidade da ocupação do território em bases ambientalmente sustentáveis.

No Brasil, o zoneamento ambiental foi instituído como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, a qual o define como um procedimento de divisão de determinado território em áreas onde se autorizam determinadas atividades ou interdita-se, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras em razão das características ambientais e socioeconômicas do local. Pelo zoneamento ambiental são instituídos diferentes tipos de zonas nas quais o Poder Público estabelece regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade na busca da melhoria e recuperação da qualidade ambiental e do bem-estar da população.

No ano de 2002, este instrumento ganhou novas dimensões no país, com a implementação do chamado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), podendo ser abordado com abrangência nacional, regional, estadual e/ou municipal. O decreto que o regulamenta define o ZEE como um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental com vistas a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

Atualmente, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, 15 estados brasileiros possuem seu ZEE bem definido. Neste sentido, alguns deles possuem um ZEE específico para diferentes regiões e em 12 estados o ZEE encontra-se em fase de elaboração (MMA, 2017).

Posta sua importância como instrumento fundamental do planejamento territorial, espera-se que o zoneamento ambiental supere as atuais barreiras en-

contradas para sua implantação, seja na esfera política (em instituições e no próprio governo) ou então no âmbito da legislação, para que de fato alcance seu maior propósito, qual seja a preservação ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4297.htm>. Acesso: 04 mar. 2012.

GRINOVER, L. (1989) *O planejamento físico-territorial e a dimensão ambiental*. **Cadernos FUNDAP**, ano 9, n. 16, p. 25-32

MACHADO, P.A.L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 7a ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

MILLIKAN, B.; DEL PRETTE, M. E. *Documento base para discussão sobre metodologia de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia*. In: Seminário de Avaliação da metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal. Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras. Manaus, AM, 2000. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Situação do ZEE no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80032/Estados/Informacoes%20do%20ZEE.pdf>>. Acesso: 04 mar. 2017.

MONTAÑO, M. (2005). *A aplicação conjunta de método de projeção das alterações no uso e ocupação do solo e de instrumentos de política ambiental: o caso do município de São Carlos (SP)*. Tese de doutorado em Engenharia Civil – Hidráulica e Saneamento. Escola de Engenharia de São Carlos – EESC. Universidade de São Paulo – USP. São Carlos, 2005.

MONTAÑO, M. *et al.* *A necessidade de incorporação do Zoneamento Ambiental como instrumento de planejamento e gestão territorial urbana*. In: International Congress on Environmental Planning and Management, 2005, Brasília. **Proceedings...** Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2005. p. 1 – 22.

RANIERI, V. E. L. *Determinação das potencialidades e restrições do meio físico como subsídio para o zoneamento ambiental: estudo de caso do município de Descalvado (SP)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

SOUZA, M. P. *Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática*. São Carlos: Editora Riani Costa, 2000. 112p.

Outras referências

PARTIDÁRIO, M. R. *Introdução ao ordenamento do território*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. 210p.

SANTOS, R. F. *Planejamento Ambiental - teoria e prática*. São Paulo: Oficina de textos, 2004. 184p.

SILVA, J. S. V.; SANTOS, R. F. *Zoneamento para planejamento ambiental: vantagens e restrições de métodos e técnicas*. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 21, n. 2, p. 221-263, mai/ago, 2004.

AUTORES

Adelar Baggio – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* baggio@unijui.edu.br

Adriana Chiancone – Doctora en Estudios Sociales de la Ciencia. Fundación IUSUR - Uruguay. *E-mail:* achiancouniversidad@gmail.com

Airton Müller – Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim – Alemanha. Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* airton.mueller@unijui.edu.br

Alessandra Rodrigues Jacoby – Psicóloga. Mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). *E-mail:* ale@faccat.br

Aleteia Hummes Thaines – Doutora em Direito com estágio pós-doutoral em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara. *E-mail:* ale.thaines@gmail.com

Alexandra Troin – Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, *campus* Santana do Livramento. *E-mail:* alessandratroian@unipampa.edu.br

Aline Gazola Hellmann – Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS). *E-mail:* aline.hellmann@ufrgs.br

Aline Nandi – Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. *E-mail:* alinen_sintraf@hotmail.com

Allan Lemos Rocha – Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estatístico na Paradoxo Consultoria. *E-mail:* allanlemosr@gmail.com

Almir Arantes – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil. Professor da Universidade Federal do Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: almir.ski@hotmail.com

Álvaro Antonio Flores Domarchi – Gestor da Casa de Cultura de Linares/ Província de Talca. E-mail: aafloresd64@gmail.com

Amparito Ramírez Alarcón – Gestora da Casa de Cultura de Linares/ Província de Talca. E-mail: amparitoramirezalarcon@hotmail.com

Ana Carolina Koltermann Maturana – Bacharela em Administração pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* ana.k.maturana@gmail.com

Ana Paula Narsizo – Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (SC - UNOCHAPECÓ). Professora da educação básica. Indígena da Tribo Indígena Xapécó de Ipuacu (SC). *E-mail:* narcisoana@unochapeco.edu.br

Andrea Carrión - Ph.D. en Geografía con especialización en Economía Política por la Universidad de Carleton, Canadá. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Ecuador. E-mail: acarriohn@flacso.edu.ec (<https://orcid.org/0000-0003-3817-3815>)

Andyara Lima Barbosa – Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR - UNISC/RS. Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail; andyaraviana@yahoo.com.br

Anelise Graciele Rambo - Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS) Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDREDES/UFRGS). E-mail: 00138037@ufrgs.br

Argemiro Luis Brum – Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor e membro do colegiado de coordenação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* argelbrum@unijui.edu.br

Ariosto Sparemberger – Doutor em Administração pela Universidad de Misiones, Posadas/Argentina. Docente do Curso de Administração da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* ariosto@unijui.edu.br

Augusto Pérez Lindo – PhD pela Universidade de Lovaina - Bélgica. Professor do Doutorado em Educação Superior da Universidade de Palermo e da Universidade Nacional de 3 de Fevereiro – Argentina. E-mail: perezlindo@gmail.com

Bethina Ferraz de Campos – Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações da Universidade Regional Integrada (URI) de Santo Ângelo/RS. E-mail: ferrazbe@yahoo.com.br

Carlos Águedo Paiva – Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlospaiva@faccat.br

Carlos Antônio Brandão – Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisador CNPq. E-mail: BrandaoUFRJ@gmail.com

Carlos Eduardo Ruschel Anes – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – PPGPDD da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail carlos.anes@uffs.edu.br

Carlos Fernando Jung – Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlosfernandojung@gmail.com

Carmen Marilei Gomes – Doutorado em Ciências Biológicas (Neurociências) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da USP – Ribeirão Preto. Professora das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: cmarilei@faccat.br

Cezar Brites – Especialista em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – *Campus* Santana do Livramento. E-mail: cezarbrites@yahoo.com.br

Cidonea Machado Deponti – Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: cidonea@unisc.br

Claudia Capellari – Enfermeira (UFSM). Mestre em Enfermagem (UFRGS). Doutora em Ciências da Saúde (PUCRS). Docente e Coordenadora do Curso de Enfermagem das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: claudiacapellari@faccat.br

Claudionor Borges da Silva – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Município de Canoas e Sócio-Gerente na Paradoxo Consultoria. *E-mail:* duliborges64@gmail.com

Clitia Helena Backx Martins – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Diretora da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. *E-mail:* clitia1@gmail.com

Cristiane Tonezer – Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: tonezer@unochapeco.edu.br

Daniel Knebel Baggio – Doutor em Contabilidade e Finanças pela Universidade de Zaragoza/Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* baggiold@unijui.edu.br

Daniel Luciano Gevehr – Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – FACCAT-RS. *E-mail:* danielgevehr@faccat.br

Dayana Cristina Mezzonato Machado – Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* dayanacmma@gmail.com

Deivid Ilecki Forgiarini - Doutor em Administração pela Unisinos. Professor e pesquisador na Escoop - Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. E-mail: deividforgiarini@gmail.com

Derli Schmidt – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Diretor da ESCOOP (Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo) e Professor do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensus* em Cooperativismo da FACCAT-RS. *E-mail:* derlischmidt@yahoo.com.br

Dilani Silveira Bassan – Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. *E-mail:* dilanib@faccat.br

Dorneles Sitá Fagundes – Mestre em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. *E-mail:* dorneles@faccat.br

Éder Machado De Oliveira – Graduando em Direito e bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS das Faculdades Integradas de Taquara. *E-mail:* ederoliveiramachado@gmail.com

Eduardo Zilles Borba – Pós-doutor em Engenharia Eletrônica e Sistemas Digitais pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Fernando Pessoa (UFP/Portugal). Professor adjunto na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). *E-mail:* ezillesborba@ufrgs.br

Egon Roque Frohlich – Doutor em Comunicação Social pela *University of Wisconsin*, Madison, USA., Madison – USA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. *E-mail:* egonfrohlich@terra.com.br

Enise Barth – Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – PPGPDD da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail:* enise.teixeira@uffs.edu.br

Enrique Martínez Larrechea - Doctor en Relaciones Internacionales. Fundación IUSUR – Uruguai. *E-mail:* Martinez.larrechea@gmail.com

Fernanda Queiroz Sperotto – Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS, Brasil. Pesquisadora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. *E-mail:* fsperotto.fee@gmail.com

Fernando Dewes – Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Curso de Administração das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. *E-mail:* fdewes@faccat.br

Fernando do Nascimento Lock – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor Adjunto do Mestrado

Profissional em Gestão de Organizações Públicas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* fernandolock@hotmail.com

Fernando Guilherme Tenório – Doutor em Engenharia da Produção pela COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutor em Administração Pública pelo IGOP/Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Professor Titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). *E-mail:* fernando.tenorio@fgv.br

Flavio Rodrigues do Nascimento – Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Geografia da UFC e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual do Ceará (UEC) Professor do Departamento de Geografia da UFC e dos POSGEO UFC e UFF. *E-mail:* flaviorn@yahoo.com.br

Franciele Berti - Doutoranda em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara. E-mail: francieleberti@hotmail.com.

Giovanni Alves – Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor livre-docente de Sociologia do Trabalho da UNESP-Marília. *E-mail:* alvesgiovanni61@gmail.com

Gustavo Fischer – Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos (PPGCOM) e da Escola da Indústria Criativa. E-mail: gfisher@unisinos.br

Heleniza Ávila Campos – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* heleniza.campos@ufrgs.br

Helion Povoá – Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Leciona no Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM. E-mail: niem.migr@gmail.com

Henrique Marques Ribeiro – Coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal. Mestre em Avaliação e Monitoramento

de Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.
E-mail: hmarques@senado.leg.br

Hipólita Siqueira de Oliveira – Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* hipolitaufjrj@gmail.com

Hugo René Gorgone – Doutor em Educação pela Universidad Nacional de Tres de Febrero – Argentina. Professor titular UNNOBA e UTN – Argentina.
E-mail: hrgorgone@comunidad.unnoba.edu.ar

Iná Elias de Castro – Doutora em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Brasil (IUPERJ). Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* inacastro@uol.com.br

Ivaldo Gehlen – Doutor em Sociologia pela *Université de Paris X, Nanterre*. Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* ivaldo@ufrgs.br

Iván Gerardo Peyré Tartaruga – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Pesquisador e professor do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. E-mail: ivantarta.fee@gmail.com

Ivete Aparecida Patias – Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e Professora do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: ivetepatias@hotmail.com

Ivo Elesbão – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus Rio Claro. Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* ivoelesbao@gmail.com

Ivo Marcos Theis – Doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. *E-mail:* ivotheis@gmail.com

Jacob Binsztok – Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* jacob.binsztok@terra.com.br

Jandir Ferrera de Lima – Ph.D. Desenvolvimento Regional (UQAC), professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do CNPQ. E-mail: Jandir.lima@unioeste.br

Janete Stoffel - Doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGADR/UFFS). E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

João Carlos Bugs – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Curso de Administração da FACCAT-RS. E-mail: joaocarlosbugs@yahoo.com.br

Jorge Luiz Amaral de Moraes – Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. E-mail: jmouraes@faccat.br

Jorge Oneide Sausen – Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: josausen@unijui.edu.br

José Eduardo Zdanowicz – Doutor pela Universidad de León – Espanha. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: profeduardoz@hotmail.com

José Odelso Schneider (*in memoriam*) – Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália. Professor do Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Judite Sanson de Bem – Doutorado em História Ibéro-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS. E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br

Juliana da Fonseca Capssa Lima – Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: jucapssa@gmail.com

Juliana Nunes Rodrigues – Doutora em Geografia pela *Université Jean Moulin Lyon III*, França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail*: juliananunes@id.uff.br

Ladislau Dowbor – Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Professor titular no Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *E-mail*: ldowbor@gmail.com

Leonel Piovenaza – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor dos Programas de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e de Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (SC). *E-mail*: leonel@unochapeco.edu.br

Leonir Terezinha Uhde – Doutora em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail*: uhde@unijui.edu.br

Lorena Cândido Fleury – Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/PGDR/UFRGS). *E-mail*: lorenafleury@gmail.com

Louise de Lira Roedel Botelho – Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – PPGPDD da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail*: louisebotelho@uffs.edu.br

Luciana Moro de Souza – Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *E-mail*: luciana.souza@americalatina.edu.br

Lucir Reinaldo Alves – Economista. Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). *E-mail*: lucir.alves@unioeste.br ORCID: 0000-0001-5703-623X.

Lurdes Marlene Seide Froemming – Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* lurdesfr@hotmail.com

Máira Baumgarten – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Laboratório de Estudos e Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social. Editora da Revista Sociologias. *E-mail:* mairabaum@gmail.com

Marcela Guimarães e Silva – Pós-Doutorado em Comunicação e Indústria Criativa pela Universidade do Porto Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – campus São Borja. *E-mail:* marcelasilva@unipampa.edu.br

Marcelino de Souza – Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* marcelino.souza@uol.com.br

Marcio Gazolla – Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR. *E-mail:* marciogazolla@utfpr.edu.br

Marcio Pochmann – Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor titular no Instituto de Economia da UNICAMP. *E-mail:* pochmann@eco.unicamp.br

Marcos Paulo Dhein Griebeler – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT-RS. *E-mails:* marcosdhein@faccat.br; marcosadmrs@hotmail.com

Margarete Panerai Araujo – Professora convidada junto ao Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR-Faccat). Pós-doutorado em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ (2013) e Pós-doutorado em Comunicação Social, Cidadania e Região na UMESp nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades (2010). Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004). *E-mail:* margaretepanerai@gmail.com

Maria de Lourdes Bernart – Professora do PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. E-mail: marialbernartt@gmail.com

Maria Margarete Baccin Brizolla – Doutora em Ciências Contábeis e Administração - área de concentração: Gestão das Organizações (FURB – BLUMENAU/SC). E-mail: marga.brizolla@unijui.edu.br

Mario Leal Lahorgue – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* mario.lahorgue@ufrgs.br

Mario Riedl – Doutor em Sociologia pela *University of Wisconsin*, Madison, USA. *E-mail:* miriedl@terra.com.br

Marisol Acuña Rivero – **Diretora da Casa de la Cultura de Linares/Província de Talca**. E-mail: marisolacuna@daemlinares.cl

Martinho Luis Kelm – Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* martinho@unijui.edu.br

Milton Wittmann – Doutor em Administração pela FEA/USP. Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI – Campus de Santo Ângelo. E-mail: wittmann@profwittmann.com

Moacir Piffer – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - mestrado e doutorado - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Toledo. *E-mail:* mopiffer@yahoo.com.br

Moisés Waismann – Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Professor-pesquisador e Coordenador da Linha de Pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, Canoas, RS. E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

Muriel Pinto – Licenciado em Geografia. Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC). Doutor em Geografia (POSGEA-UFRGS). Coordenador e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em

Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA) – Mestrado Profissional. E-mail
murielpinto@unipampa.edu.br

Natalício Pereira Lacerda – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul -RS. Docente Adjunto VIII da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: natalicio@unemat-net.br

Nelson José Thesing – Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas. Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. E-mail:
nelson.thesing@unijui.edu.br

Pâmela Marconatto Marques – Doutora e Pós doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* pmarconatto@gmail.com

Patrícia Gonçalves Pereira – Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* pgpbio8@gmail.com

Paula Carneiro – Especialista em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) – São Paulo. Diretora da Céleres®. *E-mail:* pcarneiro@celeres.com.br

Paula Freire Santoro – Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP). Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora de pesquisa do ObservaSP junto ao LabCidade – FAUUSP. *E-mail:* paulasantoro@ups.br

Paulo de Martino Jannuzzi – Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE). *E-mail:* paulo.jannuzzi@ibge.gov.br

Pedro Luis Büttendbender – Doutor em Administração pela Universidad de Misiones, Posadas/Argentina. Professor do Curso de Administração e Pesquisador da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mails:* pedrolb@unijui.edu.br; plbuetten@gmail.com

Pere Ariza Montobbio – Doctor en Ciencia y Tecnología Ambientales, especialidad Economía Ecológica y Ecología Política por el Instituto de

Ciencia y Tecnología Ambientales (ICTA-UAB), Barcelona, España, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Ecuador. E-mail: pariza@flacso.edu.ec (<http://orcid.org/0000-0003-0221-7097>)

Ricardo Cid Fernandes – Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. *E-mail:* ricardo.cidfernandes@gmail.com

Roberto Tadeu Ramos Morais – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. *E-mail:* masprm@faccat.br

Rogério Haesbaert – Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutor pela *Open University* do Reino Unido. Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Territoriais e Ambientais da Universidade de Buenos Aires. *E-mail:* riocult@yahoo.com

Rogério Leandro Lima da Silveira – Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Departamento de História e Geografia da UNISC. *E-mail:* rlls@unisc.br

Ronaldo Sérgio da Silva – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). *E-mail:* ronaldosergio3@yahoo.com.br

Rosemary Vieira – Doutora em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Geociência, Dept. de Geografia. *E-mail:* rosemariyvieira@id.uff.br

Rute Henrique da Silva Ferreira – Doutora em Sensoriamento Remoto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas, RS. Email: rute.ferreira@unilasalle.edu.br

Sadi Dal Rosso – Professor Titular Departamento de Sociologia na Universidade de Brasília (aposentado). Um dos criadores do Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho (GEPT). E-mail: sadi@unb.br

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes – Doutora em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* sandravf@unijui.edu.br

Secundino Luis Henrique Corcini Neto – Mestre Engenharia de Produção e Sistemas – PPGEPS/Unisinós. Gerente Executivo Industrial da Empresa JBS – divisão Couros. *E-mail:* secundino.neto@jbs.com.br; secundino.corcini@gmail.com

Sérgio Fabian Perez Rozzi – Doutor pela Universidade Politécnica de Valencia (UPV). Pós-graduado em Desenvolvimento Econômico Local – Israel. Vice-Diretor do Mestrado em Desenvolvimento Territorial da Universidade Tecnológica Nacional (UTN) – Argentina. *E-mail:* perezrozzi@hotmail.com

Sérgio Luis Allebrandt – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). *E-mail:* allebr@unijui.edu.br

Silvio Cezar Arend – Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). *E-mail:* silvio@unisc.br

Soraya Tanure – Doutora em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutora em Administração. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. *E-mail:* sorayat@terra.com.br

Tânia Marques Strohaecker – Doutora em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Geografia/IGEO/UFRGS. *E-mail:* 00008717@ufrgs.br

Tânia Rudnicki – Psicóloga, Doutorado em Psicologia. Pós-Doutorado em Psicologia da Saúde. ITEPSA – Instituto de Terapia Cognitiva em Psicologia da Saúde. *E-mail:* tania.rudnicki@gmail.com

Teresinha Guerra – Doutora em Geoquímica Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Titular do Departamento de Ecologia. Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* tg@ufrgs.br

Thais Devincenzi – Doutora em Zootecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora de Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* thais_devincenzi@yahoo.com.br

Tiago Costa Martins – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. *E-mail:* tiagomartins@unipampa.edu.br

Valdir Roque Dallabrida – Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa (Portugal). *E-mail:* valdirdallabrida@gmail.com

Vera Lúcia Spacil Raddatz – Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora de Mídia, Educação e Direitos humanos. *E-mail:* veluspra@gmail.com

Victor Fernandez Nascimento – Doutor em Ciência do Sistema Terrestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. E-mail: victornascimento@faccat.br

Zander Navarro – Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente atua como pesquisador da Embrapa (Brasília). *E-mail:* z.navarro@uol.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

Adelar Francisco Baggio

Gestão de Redes de Cooperativas | 438

Adriana Chiancone

Ciência Regional | 132

Airton Adelar Mueller

Abordagem das Capacidades (*Capability Approach*) | 17

Alessandra Rodrigues Jacoby

Estresse no Trabalho | 348

Síndrome de Burnout | 819

Alessandra Troian

Desenvolvimento de Regiões de Fronteira | 214

Aleteia Hummes Thaines

Direitos humanos | 258

Nomes de Domínio (*Domain Names*) | 615

Patentes | 644

Propriedade Industrial | 735

Propriedade Intelectual | 738

Proteção de Dados Pessoais | 741

Sindemia | 816

Aline Gazola Hellmann

Indicadores Sociais | 597

Aline Nandi

Gênero | 383

Allan Lemos Rocha

Quociente Locacional | 748

Almir Arantes

Base Alimentar | 88

Uso da Água | 903

Álvaro Antonio Flores Domarchi

Educação e Cultura dos povos indígenas no Chile | 317

Amparito Ramírez Alarcón

Educação e Cultura dos povos indígenas no Chile | 317

Ana Carolina Koltermann Maturana

Finanças Comportamentais | 370

Ana Paula Narsizo

Cultura Indígena, Diversidade e Interculturalidade | 188

Andrea Carrión

Resiliência | 792

Andyara Lima Barbosa

Parcerias | 639

Anelise Graciele Rambo

Agroecologia | 38

Argemiro Luís Brum

Economia Internacional | 298

Economia Regional | 301

Recessão Econômica | 762

Ariosto Sparemberger

Gestão de Serviços | 441

Augusto Pérez Lindo

Biopolíticas e Desenvolvimento Sustentável | 94

Branding de Território | 96

Derechos Humanos y Desarrollo | 262

Universidade, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento | 898

Bethina Ferraz de Campos

Finanças Comportamentais | 370

Carlos Águedo Paiva

Aglomeração de Empresas | 32

Arranjo Produtivo Local (APL) | 60

Desenvolvimento Econômico | 222

Desigualdades e Diversidades Regionais | 249

Globalização | 453

Quociente Locacional | 748

Teoria da Base de Exportação (TBE) | 858

Carlos Antônio Brandão

Escalas Regionais | 342

Lugar | 535

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Tecnologias Sociais | 853

Carlos Fernando Jung

Gestão da Inovação | 433

Inovação | 502

Métodos para a Sustentabilidade Ambiental | 565

Modelos de Desenvolvimento de Produtos | 590

Polos de Inovação Tecnológica | 713

Sistemas de Inovação | 831

Carmen Marilei Gomes

Estresse no Trabalho | 348

Cezar Brites

Desenvolvimento de Regiões de Fronteira | 214

Cidonea Machado Deponti

Diversificação Produtiva | 264

Fatores Edafoclimáticos | 368

Intervenção para o Desenvolvimento | 520

Pandemia | 635

Claudionir Borges da Silva

Aglomeraco de Empresas | 32

Arranjo Produtivo Local (APL) | 60

Clitia Helena Backx Martins

Economia Ecológica | 290

Indicadores Ambientais | 493

Cristiane Tonezer

Cadeias Curtas Agroalimentares | 100

Envelhecimento Rural | 335

Redes Agroalimentares Alternativas | 768

Daniel Knebel Baggio

Finanças Comportamentais | 370

Finanças Públicas | 373

Gestão Humanizada | 446

Núcleo de Inovao Tecnológica | 618

Daniel Luciano Gevehr

Cultura Imaterial | 184

Cultura Material | 192

Etnia | 354

Gentrificao | 387

Lugar de Memória | 538

Memória | 550

Patrimônio Cultural | 647

Racismo Estrutural | 751

Tradio | 879

Xenofobia | 923

Dayana Cristina Mezzonato Machado

Atores Sociais | 74

Miséria | 584

Pobreza | 682

Sociologia Rural | 840

Deivid Ilecki Forgiarini

Interao entre Cooperativismo e Desenvolvimento Regional | 515

Derli Schmidt

Cooperativismo | 175

Dilani Silveira Bassan

Economia Criativa | 281

Gestão Ambiental | 430

Vulnerabilidade | 919

Dorneles Sitá Fagundes

Extensão Universitária | 364

Éder Machado De Oliveira

Patentes | 644

Propriedade Industrial | 735

Propriedade Intelectual | 738

Eduardo Zilles Borba

Realidade Virtual (Imersão e Efeito de Presença) | 754

Tecnocultura | 844

Egon Roque Fröhlich

Epistemologia | 339

Modelos Explicativos | 596

Paradigma | 637

Enise Barth

Tecnologias Sociais | 853

Enrique Martínez Larrechea

Regionalismo e Relações Internacionais | 786

Fernanda Queiroz Sperotto

Transições Sociotécnicas | 888

Ecoinovações | 275

Geografia das Transições de Sustentabilidade | 404

Hipótese de Paraísos de Poluição | 479

Indicação Geográfica | 489

Fernando Dewes

Competência | 141

Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) | 743

Fernando do Nascimento Lock

Gestão Pública | 450

Transparência Governamental | 892

Fernando Guilherme Tenório

Bens Comuns | 92

Cidadania | 123

Transferência de Tecnologias em Gestão Social | 886

Flávio Rodrigues do Nascimento

Desertificação | 245

Ecossistema | 312

Educação Ambiental | 315

Geodiversidade | 390

Geografia Física | 411

Franciele Berti

Gentrificação | 387

Giovanni Alves

Alienação no Trabalho | 45

Precarização do Trabalho | 721

Gustavo Fischer

Tecnocultura | 844

Heleniza Avila Campos

Organização do Espaço | 626

Políticas Públicas de Habitação | 708

Uso do Solo | 906

Helion Póvoa Neto

Fronteira | 375

Migração Interna | 575

Henrique Marques Ribeiro

Violência Contra a Mulher | 913

Hipólita Siqueira de Oliveira

Celso Furtado: federalismo, planejamento e desigualdades regionais | 119

Planejamento Urbano e Regional | 668

Políticas para o Desenvolvimento Regional | 698

Hugo René Gorgone

Conurbação | 167

Metropolização | 570

Iná Elias de Castro

Geografia Política | 418

Ivaldo Gehlen

Assentamentos Rurais | 63

Atores Sociais Rurais | 79

Migrantes Sazonais | 580

Movimentos Sociais | 605

Participação Popular | 642

Pluriatividade | 680

Sociologia Rural | 840

Iván G. Peyré Tartaruga

Geografia das Indústrias | 402

Geografia das Transições de Sustentabilidade | 404

Geografia Econômica | 408

Inovação Inclusiva | 505

Inovação social | 508

Transições Sociotécnicas | 888

Ivete Aparecida Patias

Núcleo de Inovação Tecnológica | 618

Gestão Humanizada | 446

Ivo Elesbão

Capital Natural | 112

Turismo Rural | 895

Ivo Marcos Theis

Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento Regional | 129

Desenvolvimento Desigual | 218

Jacob Binsztok

Geografia Agrária | 394

Espaço Agrário | 345

Fronteiras Agrícolas | 379

Planejamento Ambiental | 660

Rebatimento Espacial | 758

Jandir Ferrera de Lima

Desenvolvimento Social | 233

Difusão Espacial | 256

Inclusão Social | 485

Polarização | 693

Janete Stoffel

Agroecologia | 38

João Carlos Bugs

Planejamento Estratégico Situacional | 666

Simulação Organizacional | 814

Jorge Luiz Amaral de Moraes

Desenvolvimento Rural | 230

Gestão de Projetos Regionais | 436

Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) | 827

Território Rural | 869

Jorge Oneide Sausen

Competitividade Regional | 142

José Eduardo Zdanowicz

Capital Social | 115

Valor Agregado | 909

José Odelso Schneider

Economia Solidária | 303

Judite Sanson de Bem

Economia da Cultura | 285

Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen

Núcleo de Inovação Tecnológica | 618

Gestão Humanizada | 446

Juliana Nunes

Cooperação Territorial | 169

Ladislau Dowbor

Democracia Econômica | 196

Economia Sustentável | 306

Processo Produtivo | 725

Leonel Piovezana

Cultura Indígena, Diversidade e Interculturalidade | 188

Leonir Terezinha Uhde

Conservação Ambiental e Preservação Ambiental | 156

Ecologia | 279

Impactos Ambientais | 483

Produção Orgânica | 730

Lorena Cândido Fleury

Neoextrativismo | 612

Louise de Lira Roedel Botelho

Tecnologias Sociais | 853

Luciana Moro de Souza

Governança Cooperativa | 462

Lucir Reinaldo Alves

Estrutura Produtiva | 351

Terceirização | 862

Terciarização | 865

Lurdes Marlene Seide Froemming

Marketing Ambiental | 541

Marketing de Lugares | 545

Máira Baumgarten

Redes de Conhecimento: Produção e Apropriação | 771

Marcela Guimarães e Silva

Comunicação e Cultura Organizacional | 145

Marketing Cultural | 543

Mídias Sociais e Desenvolvimento | 572

Marcelino de Souza

Capital Natural | 112

Turismo Rural | 895

Marcio Gazolla

Comercialização Digital na Agricultura Familiar | 135

Consumo Alimentar | 160

Dietas Saudáveis | 252

Mercados Alimentares | 558

Marcio Pochmann

Emprego Informal | 332

Políticas de Trabalho | 695

Tipos de Desemprego | 872

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Agenda 2030 | 25

Capital Humano | 108

Dumping Social | 267

Emprego | 328

Intensidade do Trabalho | 510

Lobby | 528

Políticas Públicas | 703

Qualificação Profissional | 744

Seguro-Desemprego | 806

Tecnologia | 847

Trabalho *Online* (Teletrabalho) | 875

Margarete Panerai Araujo

Capital Cultural | 105

Habitus | 475

Plataforma Digital | 675

Poder Simbólico | 691

Maria de Lourdes Bernart

Educação para o Desenvolvimento: Possíveis Imbricações | 321

Maria Margarete Baccin Brizolla

Evidenciação Ambiental | 357

Mario Leal Lahorgue

Assentamentos Urbanos | 68

Demografia | 199

Geografia da Vulnerabilidade | 399

Geografia Humana | 415

Mario Riedl

Desenvolvimento | 204

Desenvolvimento Regional | 228

Desenvolvimento Sustentável | 237

Marisol Acuña Rivero

Educação e Cultura dos povos indígenas no Chile | 317

Martinho Luís Kelm

Responsabilidade Social Corporativa | 797

Milton Luiz Wittmann

Condicionantes do Desenvolvimento | 152

Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento Regional | 663

Positivismo | 718

Visão Sistêmica | 916

Moacir Piffer

Cadeias Produtivas | 103

Sistema Produtivo Local | 825

Moisés Waismann

Mercado de Trabalho | 554

Muriel Pinto

Governança da integração fronteiriça entre Argentina e Brasil | 468

Natalício Pereira Lacerda

Ecodesenvolvimento | 271

Nelson José Thesing

Governança Cooperativa | 462

Pâmela Marconatto Marques

Atores Sociais | 74

Miséria | 584

Pobreza | 682

Patrícia Gonçalves Pereira

Atores Sociais | 74

Paula Carneiro

Reflorestamento | 777

Zoneamento Ambiental | 926

Paula Freire Santoro

Plano Diretor | 672

Paulo de Martino Jannuzzi

Avaliação de Políticas Públicas | 84

Mobilidade Social | 587

Monitoramento de Políticas Públicas | 601

Pedro Luís Büttendörfer

Desenvolvimento Cooperativo | 206

Desenvolvimento Corporativo | 210

Desenvolvimento Local | 224

Governança | 457

Pere Ariza Montobbio

Resiliência | 792

Ricardo Cid Fernandes

Cultura Indígena, Diversidade e Interculturalidade | 188

Roberto Tadeu Ramos Morais

Análise Regional | 49

Pensamento Estratégico | 658

Rogério Haesbaert

Geografia Cultural | 397
Ordenamento Territorial | 623
Paisagem | 630
Região | 782

Rogério Leandro Lima da Silveira

Cidade Inteligente | 125
Cidade Média | 127
Desenvolvimento Urbano | 243
Território | 867

Ronaldo Sérgio da Silva

Logística Reversa | 532
Produção Limpa (Produção + Limpa) | 728

Rosemary Vieira

Antropoceno | 53
Crise Climática | 180
Mudanças Climáticas | 609
Paleoclimatologia | 632

Rute Henrique da Silva Ferreira

Geoprocessamento | 426

Sadi Dal Rosso

Jornada Laborais | 524

Sandra Beatriz Vicenci Fernandes

Conservação Ambiental e Preservação Ambiental | 156
Ecologia | 279
Impactos Ambientais | 483
Produção Orgânica | 730

Secundino Luis Henrique Corcini Neto

Produtividade | 733
Sistema de Qualidade | 823

Sergio Fabián Perez Rozzi

Agentes do Desenvolvimento Territorial | 30

Sérgio Luís Allebrandt

Renda Mínima e Renda Básica | 789

Transferência de Renda | 882

Silvio Cezar Arend

Contabilidade Ambiental | 165

Economia Informal | 296

Economia Verde | 309

Pegada Ecológica | 656

Soraya Tanure

Agronegócio | 42

Metodologia da Pesquisa | 563

Segurança Alimentar | 804

Tânia Marques Strohaecker

Desenvolvimento Socioespacial | 236

Geografia Urbana | 424

Urbanização | 901

Tânia Rudnicki

Apoio Social | 57

Teresinha Guerra

Recursos Naturais | 764

Thais Devincenzi

Denominação de Origem | 202

Indicação de Procedência | 487

Tiago Costa Martins

Comunicação e Desenvolvimento | 147

Valdir Roque Dallabrida

Abordagem Territorial | 20

Ativos e Recursos Territoriais | 71

Desenvolvimento Territorial | 239

Governança Territorial | 472

Marketing Territorial | 547

Patrimônio Territorial | 651

Signos Distintivos Territoriais | 810
Sistemas Territoriais de Produção | 836

Vera Lucia Spacil Raddatz

Comunicação Social | 150

Educomunicação | 325

Fake News | 366

Victor Fernandez Nascimento

Saneamento Básico e Ambiental | 800

Zander Navarro

Agricultura Familiar | 34

Modernização | 598

Reforma Agrária | 779



www.editoraconceito.com.br